

VISÕES DO TÉCNICO, NO CENTENÁRIO 1911–2011

Organização
Jorge Freitas Branco



Título
Visões do Técnico, no centenário 1911–2011

Organização
Jorge Freitas Branco

Edição

ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa
Avenida das Forças Armadas
1649-026 Lisboa

Tel.: +351217903000

Fax: +351217964710

Sítio: <http://www.iscte-iul.pt/home.aspx>

Apoios



Versão revista e atualizada elaborada para este repositório a partir do relatório final do projeto IST UM SÉCULO DE EXISTÊNCIA: TÉCNICA, CULTURA, SOCIEDADE / IST THE FIRST HUNDRED YEARS: TECHNOLOGY, CULTURE, SOCIETY (PTDC / ANT/65979/2006), financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia e pelo Instituto Superior Técnico, tendo o CRIA pólo IUL sido a entidade de acolhimento.

Nota

Com a divulgação desta versão do relatório deseja-se promover a compilação de mais imagens ligadas aos principais aspetos abordados:

- os anos de formação em engenharia,
- a vida profissional do/a engenheiro/a,
- a identificação do/a engenheiro/a com obras realizadas.

Agradece-se a quem possa disponibilizar materiais contactar o coordenador ([jorge.branco\(at\)iscte.pt](mailto:jorge.branco(at)iscte.pt)) com vista ao enriquecimento de uma futura atualização.

Extratexto

As páginas 877 a 887 reproduzem o CADERNO DE REFLEXÃO, nº 1, fev. 1968, citado na entrevista a António Cavaco e cedido pelo próprio.

Autorizações de imagens

As imagens contidas nos capítulos de Mónica Maurício *O campus nos anos 50: Dinâmicas estudantis* e de Miriam Barros *A memória pela localização dos instrumentos* são da responsabilidade das autoras.

As dissertações respetivas encontram-se acessíveis na íntegra no repositório institucional do ISCTE-IUL: <http://repositorio-iul.iscte.pt/handle/10071/1988> e <http://repositorio-iul.iscte.pt/handle/10071/2492>.

Nos restantes capítulos, quando não identificadas são da autoria do organizador.

Cardoso, Susana (Arquivo Municipal de Lisboa), ([susana.cardoso\(at\)cm-lisboa.pt](mailto:susana.cardoso(at)cm-lisboa.pt)), 2013, fev., 08, 15:12 (TMG). Ass: *Pedido de informação sobre cedência de documentação fotográfica*. E-mail para Jorge Freitas Branco ([jorge.branco\(at\)iscte.pt](mailto:jorge.branco(at)iscte.pt)).

DGLB (Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas, Lisboa), Ass: *Pedido de cedência de imagens*. Ofício nº SC_13_S/000926, de 2003, fev., 08, refª 270.10.04-DGP\001964 Vol01.

Neves, Bruno Gonçalves (2Ten ST-EHIS, Museu de Marinha, Lisboa), ([goncalves.neves\(at\)marinha.pt](mailto:goncalves.neves(at)marinha.pt)), 2013, fev., 08, 18:33 (TMG).

Ass: *Sextante de Gago Coutinho*. E-mail para Jorge Freitas Branco ([jorge.branco\(at\)iscte.pt](mailto:jorge.branco(at)iscte.pt)).

Soares, Tatiana ([soares.b.tatiana\(at\)gmail.com](mailto:soares.b.tatiana(at)gmail.com)), 2013, fev., 10, 15:53 (TMG).

Ass: *Autorização para uso de imagens*. E-mail para Jorge Freitas Branco ([jorge.branco\(at\)iscte.pt](mailto:jorge.branco(at)iscte.pt)).

Edição digital

ISBN: 978-989-732-153-5

uri: <http://hdl.handle.net/10071/4497>

Lisboa, março 2013

[atualizado março 2016]

Índice

A equipa	8
Investigação	8
Bolseiras	8
Colaborações	8
Agradecimentos	9
Abreviaturas	11
Etnografia dum lugar tecnológico: o <i>campus</i> da Alameda	13
Alguns parâmetros	13
O <i>campus</i>	14
O <i>campus</i> como lugar tecnológico	24
1911–2006: Uma cronologia	27
A rutura de 1911	211
As formações novecentistas em Portugal	212
A rutura republicana: os primórdios do IST	218
Da Boavista para o Arco do Cego	221
<i>Born to be a star</i>	221
A fatal insuficiência do ensino	225
Ontem era um mal e hoje é um perigo	229
Ensino de amadores não cria profissionais	238
Esta é a escola em que nos ensinaram a trabalhar e, por consequência, a viver	247
Os primeiros alunos	251
A Grande Guerra	257
Os anos de afirmação	261
<i>Vis-á-vis</i> da Fonte Luminosa	269
<i>Glória a Deus! ...Venci-te Salomão.</i>	269
Uma lógica de acrópole	274
A hora dos engenheiros	281
Cuidados especialíssimos à formação de engenheiros e cientistas	287
As Torres de Vidro	295
<i>O glorioso contributo que esta nossa casa tem prestado à nação</i>	295
Uma experiência pedagógica viva de 100 anos	301
O ativismo estudantil no IST (1945 – 80)	309
Introdução	309
Lutas estudantis	310
Os estudantes em ação	310
Os anos de chumbo do pós-Segunda Guerra Mundial	310
A luta contra o decreto- lei 40900 (1956–57)	311
A proibição do Dia do Estudante de 1962 (24 de março)	313

De 1962 a 67, 68, 69	315
Anos conturbados (1969–74)	318
Luta de 1972 – Dos incidentes às condições prévias	318
Luta de 1973–74: Um ano de confrontos com um semestre perdido	319
Do 25 de Abril aos finais dos anos 70	322
Contextos do ativismo juvenil: AEIST, ativismo estudantil e ativismo juvenil	325
O contexto nacional e internacional de referência	327
Um ativismo estudantil em mudança	328
Fases do ativismo estudantil	328
O regime do Estado Novo e a repressão	329
Ser bom aluno	330
Meter-se em política.	330
Organizações políticas e ativismo estudantil	330
Relação com a sociedade e o mundo	331
AEIST, movimento associativo e movimento estudantil	332
Participar na AEIST	332
As secções da AEIST, as estruturas estudantis e o seu funcionamento	333
Secções	334
Imprescindível era a secção de contabilidade, tesouraria e administração.	337
Estruturas	338
A AEIST e as outras associações de estudantes	341
Culturas estudantis (1945–80)	346
Entrada no IST	346
Sociabilidades estudantis	348
Os espaços para além das aulas	348
Cafés	348
AE	350
Outros	350
Conversar e debater	350
Práticas culturais	353
Livros	354
Cinema	355
Teatro	356
Música	357
Artes plásticas	359
Política e cultura	360
Percursos: do ativismo estudantil à vida lá fora	361
Fontes e bibliografia	370
Fontes Orais	370
Fontes Arquivísticas	370
Fontes Estatísticas (impressas ou digitais)	370
Cadernos Pedagógicos	370
Temas Estudantis	371
Documentos legislativos	371
Periódicos	371

O <i>campus</i> nos anos 50: dinâmicas estudantis	373
Espaço, estrutura organizativa e atividades	373
O apoio social	375
As questões pedagógicas	380
O lazer e a cultura na formação humana do estudante	382
As eleições, um exercício democrático	385
Motivações e angariação dos colaboradores	390
Atividades e relações interassociações	391
O Cineclube Universitário de Lisboa	394
O desporto universitário	395
A permanente desconfiança do ministério da Educação Nacional	396
O apoio da direção e do corpo docente do IST	397
Entrevista a João Cravinho	401
Entrevista a José Fernando Pinharanda	421
Entrevista a Heitor Santos	435
Entrevista a António Garcia	447
Entrevista a Jorge Dias de Deus	461
Entrevista a Fernando Vicente	475
Entrevista a Mário Lino	495
Entrevista a António Mota Redol	521
Entrevista a Pedro Santos Coelho	557
Entrevista a Jorge Veludo	575
Entrevista a Paula Fonseca	591
Entrevista a José Mariano Gago	601
Entrevista a João Vieira Lopes	623
Entrevista a António Abreu	635
Entrevista a Fernando Valdez	651
Entrevista a Carlos Costa	671
Entrevista a Carlos Pimenta	696
Entrevista a Valentina Garcia	708
Entrevista a Filipe Janela	728

A memória pela localização dos instrumentos	754
A coleção de minas	755
Mineralogia	755
Geologia	756
Exploração de minas	758
A coleção de física	758
Laboratórios de Física	760
Sala de reuniões	761
Complexo Interdisciplinar	762
Biblioteca	762
A coleção de química	762
Laboratório de Química Orgânica	762
Laboratório de Química Inorgânica	762
Laboratório de Hidrologia	762
Eletroquímica	763
Biblioteca	763
Química tecnológica e química analítica	763
A coleção de eletricidade	764
Máquinas eléctricas	764
Medidas eléctricas	765
Laboratório de Propagação e Radiação	765
A coleção das oficinas	766
Oficina de carpintaria	766
Oficina de serralharia	766
Oficina de instrumentos de precisão	766
A coleção de engenharia civil e arquitetura	767
O papel das oficinas	767
Oficina de instrumentos de precisão	767
Oficina de carpintaria	769
Oficina de serralharia	771
Sobre cultura material de C&T	775
Manuela Cantinho: <i>Expor numa perspetiva integrada</i>	775
Ana Delicado: <i>A relação entre ciência e museus em Portugal</i>	777
João Brigola: <i>Mais cultura científica.</i>	783
José Brandão: <i>Comunicar com as pessoas.</i>	788
Marta C. Lourenço: <i>O interface entre coleções e público.</i>	793
O sextante de Coutinho	804
Preciosidades	804
De marinheiros a aviadores	806
1922: A travessia	807
<i>Spirit of Saint Louis</i>	808
Apoteose	809
2009: Duas exposições	811
O sextante, mais parlamento e navegação	812
O que a sociedade recorda	814

Um artefato da identidade nacional	814
Relato duma visita ao Museu de Marinha, na manhã de 2 de julho de 2012.	816
Relatório sobre o arquivo da Associação dos Estudantes do Instituto Superior Técnico (AEIST)	818
Notas gerais acerca do inventário	818
Arquivo 1 (sede da AEIST)	818
Arquivo 2 (secção de folhas)	818
Critérios de inventariação	818
Abreviaturas utilizadas no inventário	820
A minha barragem – uma experiência colonial	822
Formação	822
Chicamba	828
Eletrificação total do território	836
A termoelectricidade que a mudança de paradigma exigia.	850
Pôr a funcionar uma instalação para produzir urânio metálico.	864
Do ponto de vista técnico, foi a fase mais interessante da minha vida.	
A seguir os programas nucleares pararam.	874
Quis ser engenheiro. Fardei-me e fiquei imbuído do sentido de missão militar.	893
Sou uma revolucionária da água!	905
Descubro a ferrovia por mero acaso	912
A tecnologia e os computadores não são sexuados	922
Que nos dizem os engenheiros?	934
As entrevistas	934
Ir para o Técnico	938
Estudar	938
Conhecer o mundo	941
Sentir o mundo	941
Mão e intelecto	943
E depois do Técnico ...?	944
Guiamentos	945
A electricidade como espetáculo nacional	947
A tecnologia, a política e uma rejeição	949
Os engenheiros para além das engenharias	949
Bibliografia	950

A equipa

Investigação

António Monteiro Cardoso	IPL, CEHCP
Benedicta Maria Duque Vieira	CEHCP
Jorge Freitas Branco, IR	ISCTE-IUL, CRIA
Luísa Tiago de Oliveira	ISCTE-IUL, CEHCP
Magda Avelar Pinheiro	ISCTE-IUL, CEHCP
Maria João Vaz	ISCTE-IUL, CEHCP

Bolseiras

Ana Cláudia Freitas	18 meses
Ana Filipa Horta	24 meses
Ana Luísa Micaelo	6 meses
Florabela Gomes	24 meses
Maria João Gonçalves	12 meses, bolsa IST
Marta Silva	24 meses
Miriam Rute Barros	12 meses, bolsa IST
Mónica Maurício	12 meses, bolsa IST
Joana Quelhas Ribeiro	12 meses

Colaborações

J. Luís de Freitas Branco
Lurdes Pequito, doutoranda
Maria Margarida Reis e Silva
Rita Medeira Labareda
Tatiana Soares, fotógrafa

Agradecimentos

Prof. Carlos Matos Ferreira, presidente do ex-Conselho Diretivo
Alfredo Gomes
Ana Delicado
Ana Faria
António Abreu
António Brotas
António Carvalho Quintela
António Cavaco
António Firmino da Costa
António Garcia
António Mota Redol
António Vicente
Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa (AFCML)
Arquivos Nacionais Torre do Tombo (Fernando Santos)
Área de Estudos e Planeamento (Marta Pile, Manuel Correia)
Associação Católica Internacional ao Serviço da Juventude Feminina (Junta Nacional, Lisboa)
Associação dos Estudantes do IST (AEIST)
Bernardo Jerosch Herold
Biblioteca Central de Marinha, Lisboa
Biblioteca do IST/BIST (Maria da Conceição Libâno, Clara Barros)
Carla Salema (CIES-IUL)
Carlos Costa
Carlos Ladeira
Carlos Pimenta
Conselho Científico (prof. Afonso Barbosa)
CIIST (Profs. Fernando Mira da Silva, Carlos Ribeiro)
Departamento de Engenharia Civil e Arquitetura (prof. Dinar Camotim)
Departamento de Engenharia Eletrónica e de Computadores
(profs. João Paulo Teixeira, Madalena Lourtie, Pedro Flores)
Departamento de Engenharia de Materiais (prof^a Fernanda Margarido)
Departamento de Engenharia de Minas e Georrecursos (prof. Jorge de Sousa)
Departamento de Engenharia e Gestão (prof. Paulo Dias Correia)
Departamento de Engenharia Mecânica (prof. Manuel Morera de Freitas)
Departamento de Física (profs. Paulo Freitas, Luís Viseu Melo)
Departamento de Matemática (prof. Carlos Alves)
Eduardo Brito Coelho
Emílio Rosa
Fausto Costa
Fernando Sacramento
Fernando Valdez
Fernando Vicente
Filipe Janela
Francisco de la Fuente Sánchez
Gabinete de Comunicação e Relações Públicas
Grupo informal organizador de almoços anuais de antigos alunos
Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT)
Heitor Santos
Jaime Mendes

J. Luís de Freitas Branco
João Carlos Brigola
João Cravinho
João Freire
João Guerreiro
João Almeida
João Vieira Lopes
Joaquim Cardeira
Jorge Dias de Deus
Jorge Veludo
José Brandão
José Fernando Pinharanda
José Joaquim Delgado Domingos
José Joaquim Fragoso
José Mariano Gago
Júlio Paisana
Laboratório de Análises (Maria Cândida Vaz)
Luís Aires Barros
Manuel Alves Marques†
Manuel Francisco Costa Pereira
Manuela Cantinho
Manuela Raminhos (CRIA)
Margarida Rodrigues
Maria de Lurdes Rodrigues
Mário Lino
Marta C. Lourenço
Museu Parada Leitão/ISEP (Patrícia Costa), Porto
Núcleo de Arquivo (Ana Rigueiro)
Núcleo de Gestão do Museu e Centro de Congressos (Fátima Rodrigues)
Observatório Astronómico da Universidade de Coimbra (Claudino Romeiro)
Paula Fonseca
Pedro Esteves
Pedro Gonçalves Henriques
Pedro Santos Coelho
Secção Autónoma de Engenharia Naval (profs. Carlos Guedes Soares, Yordan Garbatov)
Tatiana Soares
Valentina Garcia

Abreviaturas

AAC	Associação Académica de Coimbra
AAEIST	Arquivo da Associação dos Estudantes do Instituto Superior Técnico
AAL	Associação Académica de Lisboa
ACE	Atas do CE
AE	Associação de Estudantes / Associação dos Estudantes
AIECP	Associação de Engenharia Civil Portuguesa
AEIST	Associação dos Estudantes do Instituto Superior Técnico
APPF	Arquivo Pessoal Protes da Fonseca
CC	Conselho Científico
CCUL	Cineclube Universitário de Lisboa
CDUL	Centro Desportivo Universitário de Lisboa
CE	Conselho Escolar
CEI	Casa dos Estudantes do Império
CDE	Comissão Democrática Eleitoral
CEUD	Comissão Eleitoral de Unidade Democrática
DAEIST	Direção da Associação de Estudantes do Instituto Superior Técnico
DCD	Diário da Câmara dos Deputados
DdS	Diário das Sessões (Senado)
DG	Diário do Governo
DR	Diário da República
ECIC	Escola de Construções Indústria e Comércio
ENDA	Encontro Nacional de Direções Associativas
FAP	Federação Académica do Porto
FCT	Fundação para a Ciência e Tecnologia
IAESTE	International Association for Exchange of Students for Technical Experience
IICL	Instituto Industrial e Comercial de Lisboa
ISC	Instituto Superior de Comércio
ISCEF	Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras
ISEP	Instituto Superior de Engenharia do Porto
JCP	Juventude Comunista Portuguesa
JSD	Juventude Social Democrata
JUC	Juventude Universitária Católica
MAEESL	Movimento de Associações de Estudantes do Ensino Secundário de Lisboa
ME	Movimento estudantil
MP	Mocidade Portuguesa
MUD	Movimento de Unidade Democrática
NA	Designação atual do NARQ
NARQ	Núcleo de Arquivo (IST)
NGMCC	Núcleo de Gestão do Museu e Centro de Congressos
OE	Ordem dos Engenheiros

OUL	Orfeão Universitário de Lisboa
PIDE	Polícia Internacional e de Defesa do Estado
PREC	Processo Revolucionário Em Curso
RGA	Reunião Geral de Alunos
RIA	Reunião Interassociações
SIAEIST	Serviço de Intercâmbio da Associação dos Estudantes do Instituto Superior Técnico
UEC	União dos Estudantes Comunistas
UL	Universidade de Lisboa
UTL	Universidade Técnica de Lisboa

Etnografia dum lugar tecnológico: o *campus* da Alameda

Jorge Freitas Branco

Alguns parâmetros

Em 2003, esteve patente ao público na Cordoaria Nacional, em Lisboa, a grande exposição Engenho e Obra, onde se fez uma retrospectiva da engenharia portuguesa, ao longo do século que se fechava. Destacava-se o papel dos engenheiros como grupo social na transformação da sociedade.¹ O discurso centrava-se na endogeneização da inovação tecnológica (Heitor *et al.* 2003). Tratou-se também de um ato celebratório. Estas ações têm-se tornado frequentes noutros países e instituições. A patrimonialização e a monumentalização do passado tecnológico assentam nos aniversários (em especial os centenários), mas também no seu regular tratamento.

Alguns exemplos recentes merecem referência. Em Paris, duas instituições nascidas da Revolução francesa, festejaram o seu segundo centenário: o Conservatoire National des Arts et Métiers² e a École polytechnique.³ O evento originou a elaboração de estudos sobre o respetivo papel tido ao longo do tempo na sociedade (Le Moël & Saint-Paul 1994; Belhoste *et al.* 1994). O museu do Conservatoire sofreu uma remodelação, passando a figurar no circuito dos grandes museus da cidade.⁴ A Universidade Técnica de Darmstadt (TUD) aproveitou os seus mais de 160 anos de existência para editar cinco monografias e uma cronologia (Gerbautlet 2000, 2000a; Kuntzsche 1995, 1995a, 1995b, 1998), além dum resumo cronológico na internet.⁵ O Imperial College London comemorou o centenário, também com publicações.⁶ A École polytechnique de Montréal publicou de igual modo um estudo sobre o seu contexto centenário (Gagnon 1991). O MIT mantém na sua página da internet um arquivo institucional, com uma cronologia aberta.⁷ Merece ainda menção o Instituto Federal de Tecnologia de Zurique (ETHZ), onde os 150 anos do passado institucional e o seu contributo para a incorporação duma cultura técnica na sociedade

A Engenharia no campus
Foto: J F Branco, 2011



helvética são tratados numa exposição virtual.⁸ As instituições portuguesas de formação superior de engenheiros surgem no contexto da importação e adaptação das tecnologias desenvolvidas nos países que haviam protagonizado a industrialização. Por isso, só agora se completam centenários.⁹

Em Lisboa, criava-se em 1911 o Instituto Superior Técnico (IST),¹⁰ como instituição destinada à formação superior de engenheiros. Historicamente é fruto do ímpeto de republicanização que se apoderava do país. Foi a primeira instituição universitária portuguesa a dispor de um *campus*, projetado desde 1927 e inaugurado em 1936. Um novo grupo social de vocação interventora instalava-se e reproduzia-se na capital do país.

A bibliografia é abundante no que se refere a estudos sobre a ciência laboratorial como uma construção social (Latour 1987; Knorr-Cetina 1984), sobre a vivência em ambiente tecnológico (Downey 1998) ou ainda sobre as condições sociais em que se verifica a aquisição de competência (Procoli 2001). Considerado o IST como um lugar tecnológico, onde se processa endogeneização de tecnologia e a formação técnica superior, visa-se com o presente texto fazer uma abordagem preliminar do espaço físico estruturador desse lugar.

O campus

A atividade do IST está desigualmente repartida por dois campus: a Alameda e o Taguspark.¹¹ À exceção de alguns setores ligados à formação em engenharia informática e à gestão, tudo se desenrola na Alameda. Trata-se de um recinto situado em plena área urbana de Lisboa, ocupando uma zona com uma pequena colina. A alameda [D. Afonso Henriques] que lhe dá o nome situa-se a sul e é de construção posterior ao campus. Num dos seus topos encontra-se uma das escadarias monumentais de entrada no recinto. Transforma-se depois em avenida pedonal, culminando no pavilhão central, onde se encontram os órgãos diretivos e administrativos, anfiteatros, salas de aulas, de reuniões e o salão nobre para os atos solenes. Na sala de reuniões existem vitrinas encostadas às paredes, onde se guardam instrumentos científicos



... criava-se em 1911 o Instituto Superior Técnico ...,
Foto: Tatiana Soares

... uma das escadarias monumentais de entrada no recinto.
Foto: Tatiana Soares



antigos. Neste edifício encontram-se ainda: filiais bancárias, um bar, uma livraria.

Construído sobre a colina, o pavilhão central é envolvido por outros, que se distribuem por todo o recinto, de forma que é a massa edificada a imprimir um visual ao *campus*. Logo num primeiro reconhecimento feito pelo recinto, apercebe-se o visitante de tensões geradas naquele espaço. Se na origem a parte ajardinada envolvia todos os edifícios, ficando estes separados uns dos outros, com o tempo a situação inverteu-se. As edificações multiplicaram-se, à custa dos ajardinamentos, outras cresceram em altura, quase todas viram o seu interior alterado, duplicando-se o espaço útil coberto. Levantaram-se duas torres que nascem do pátio interior em dois antigos pavilhões. Provocam rutura visual no *campus*.

Revestidas a vidro, contrastam com o betão dos edifícios primitivos, cuja tonalidade domina ainda os exteriores no recinto. Os 16 andares representam um manifesto contra tudo o que as envolve: cor, panorama, perceção do espaço, organização do quotidiano, quadro de produção e de transmissão do conhecimento. Com as duas torres o *campus* da Alameda passou a ter uma *skyline*, ganhando dimensão metropolitana. Durante décadas essa dimensão foi só urbana, porque o *campus* era concebido como um refúgio destinado a acolher aqueles que iriam transformar o país. Desapareceu o que dissimulava o *campus* no tecido urbano.

Como conjunto, o *campus* resulta de soluções sucessivamente equacionadas, que traduzem a dinâmica gerada entre os departamentos instalados nos edifícios. Desde o início do recinto (1936), e por décadas, os ajardinamentos constituíam o espaço comum produtor da identidade IST. Reduziam-se, à medida que se incrementava a área edificada. Por último, são de novo afetados pela expansão do estacionamento que passa a ser o fator determinante naquela paisagem. A concentração de veículos estacionados transformou as áreas comuns do recinto. Predominam o negro do revestimento alcatroado das faixas de circulação e o brilho da chapa dos automóveis. Precarizou-se a circulação pedonal, que se faz em função dos carros imobilizados. Nos exteriores está-se em trânsito, não se permanece. Visto nesta perspetiva, o *campus*



... no pavilhão central, onde se encontram os órgãos diretivos e administrativos, anfiteatros, salas de aulas, de reuniões e o salão nobre para atos solenes.

Foto: Tatiana Soares

afirma-se pelos volumes em expansão que nele se manifestam: de gente a caminho, de automóveis, de postos de trabalho.

Dos parâmetros descritos deduzem-se hierarquias sociais: o espaço dispensado a cada indivíduo aumenta de acordo com uma escala assente em valores que se adivinha existirem. Os que chegam e estacionam, dirigem-se depois para um local fixo dentro dum edifício. Estão-lhes adscrita uma porção de território, o que não sucede à maioria da massa humana que se movimenta a pé.

Passem-se em revista departamentos e as edificações que os acolhem.

À entrada, que se encontra diametralmente oposta à alameda, acede-se também por uma escadaria com monumentalidade contida. Enquanto pela frente temos as traseiras do pavilhão central, à esquerda está um edifício recente, de início dos anos 90. Ocupa um espaço lateral conquistado aos ajardinamentos. Trata-se duma construção que sendo estendida quebra a tendência cubiforme dos pavilhões primitivos. O seu interior é constituído por um grande *hall* central desimpedido até ao teto, de forma a verem-se os corredores de circulação nos andares superiores, que lhe fazem o perímetro. No rés-do-chão concentra--se o convívio. Existe um espaço de restauração, com o self service e o bar, mesas com cadeiras, outras para consumo de pé. Aqui o público estudantil consome, conversa, neutraliza tempos de espera; os fumadores estão em minoria, o rácio entre sexos aparenta ser equilibrado, alguns casais namoram. O ruído ambiente resulta das vozes e do som debitado por um televisor. Nisto se denuncia um modo de convívio difundido em países ditos do sul e inusitado em locais idênticos na Europa Central ou do Norte. Há passagem para uma esplanada ao ar livre, quase sempre ocupada. Embora o espaço não seja exclusivo para um grupo de utentes, os estudantes são os frequentadores, que ali se impõem. Outras pessoas que ali vão, por exemplo docentes, consomem e não se detêm. Ali, o convívio é dos jovens.

Ao contrário de que se observa noutras latitudes, o número (visível ou audível) de estudantes de proveniências presumidas longínquas é baixo. A internacionalização é uma palavra de ordem que agita o meio universitário português.

... um grande hall central desimpedido até ao teto, de forma a verem-se os corredores de circulação nos andares superiores, ...
Foto: Tatiana Soares



Muitos cartazes disso dão conta, ao anunciar eventos científicos nos quatro cantos do mundo; naquelas paredes divulgam-se espetáculos e outras distrações.

Da leitura feita do espaço, extraíram-se hierarquizações derivadas da sua distribuição. A essas, acrescenta-se agora outra, a da hegemonia estudantil manifesta nas áreas de convívio. No *campus* há uma repartição consentida e localizada de poderes.

Resultando do declive do terreno, existe um piso inferior, onde funciona um centro de reuniões e de congressos. A este setor compete também manter um núcleo museológico respeitante ao IST no seu todo, existindo espólio acumulado.

O edifício que se descreve alberga o Departamento de Engenharia Civil e Arquitetura,¹² para além do de Engenharia de Materiais.¹³ No rés-do-chão encontra-se um espaço identificado como museu. O olhar do visitante prende-se aos modelos expostos, que permitem compreender a obra em barragens, pontes, caminhos de ferro. É a artefactualidade própria da preparação das obras públicas. Um programa museológico que suscita a reflexão sobre o papel do estado na sociedade e no desenvolvimento duma especialidade.

Percorrendo os outros pisos repetem-se as salas de aula, os gabinetes dos docentes e alguns secretariados, tudo em paredes envidraçadas. Dado que o edifício foi terminado em 1993, nota-se no seu arranjo uma preocupação de integrar património anterior. Tanto em gabinetes, como nalguns corredores vêem-se peças do mobiliário antigo, uma recordação das anteriores instalações no pavilhão central. Na continuação da observação do espaço IST verificar-se-á que na origem o mobiliário era homogéneo. Nalguns corredores laterais, de menor circulação, encontram-se instrumentos para demonstração da resistência de materiais, conforme o leigo depreende da informação apensa. São artefactos caídos em desuso, talvez aguardando incorporação em inventário museológico. As vidraças que substituem as paredes dão dupla transparência ao interior dos gabinetes. O visitante, quer seja investigador, estudante ou pessoa de outro estatuto que por aqueles corredores se desloque, pode em simultâneo informar-se



*... a hegemonia estudantil manifesta-se em áreas próprias.
Bar na Associação dos Estudantes, fins de julho.
Foto: Tatiana Soares*

*... nalguns corredores vêem-se peças do mobiliário antigo ...
Foto: Tatiana Soares*



nas tabuletas do nome dos docentes e verificar as pessoas lá presentes naquele momento. Este pormenor chama a atenção, porque em outras instituições, optou-se por vidraças translúcidas. Este gesto de abertura ao exterior talvez afete a concentração dos seus ocupantes, mas permite familiarizarmo-nos com o ambiente de trabalho propriamente dito: prateleiras carregadas de livros, plantas e cartazes cobrindo as paredes, adivinha-se uma mesa, porque se vê um monitor, há cabos elétricos à vista. A posição do docente (m/f) quando sentado, advém de vários fatores: a localização do colega, a economia do espaço, a orientação da luz, a sua tolerância em relação à circulação no corredor, o tempo passado no gabinete, a quantidade de material que quer ter ao alcance da mão.

No interior deste edifício – e dos restantes – a afetação do espaço obedece a dois critérios: um é funcional, o outro traduz hierarquia. O primeiro revela-se na localização das salas de aula. Ficam numa primeira fila rente ao corredor interior, aquele que serve de varanda para o grande *hall* central, enquanto os gabinetes situam-se numa segunda fila paralela à anterior e mais resguardada do reboliço e com janelas para o exterior. É na comparação da informação afixada sobre as pessoas que se fazem notar níveis de diferenciação por especialidade (engenheiros e arquitetos) e por categoria (professores e outros docentes). A maioria dos gabinetes é ocupada a dois, salvo exceções de uso individual.

Resta o último piso e a cave do edifício. No cimo desfruta-se uma visão panorâmica de Lisboa, insuspeita para o cidadão comum. Deste ponto de observação sente-se o entrosamento do *campus* no meio urbano. O que em baixo parece mais distante, porque sempre fora do alcance da vista, ali afiguram-se como edifícios à mão de semear. Vista dali, a cidade condensa-se.

No piso térreo, o visitante é surpreendido por um espaço desafogado, onde está instalado um grande laboratório. Contrasta com o aperto visto nos pisos superiores. Um grande vão, onde se encontram motores, gruas e demais monstros mecânicos, tendo entre si instrumentos de comando e de medição: o senso comum em termos de imagem de engenharia. Naquele momento tudo repousa. O edifício alberga um



... o grande *hall* central, ...
... uma visão panorâmica de Lisboa, insuspeita para o cidadão comum.

Fotos: Tatiana Soares



departamento formado por cerca de 150 docentes. Foi uma construção de raiz. Para além de engenharia civil, a eletricidade, a química, a mecânica e minas foram as engenharias criadas desde o início da instituição, em 1911. Em 1936, com a mudança para este *campus*, a situação manteve-se. Todos à exceção de civil dispuseram de pavilhões próprios.

Do antigo pátio interior de eletricidade cresce por 16 pisos um edifício, finalizado em 1994, denominado Torre Norte. Faz parêlha com outro que lhe fica em frente, a Torre Sul, terminada em 2000.¹⁴

No seu interior reinam dois ambientes. Nos pisos inferiores correspondentes à construção primitiva passa-se por salas de pé direito alto, entretanto aproveitadas para a instalação de um piso intermédio. Amplia-se a área, compacta-se o espaço, Para quem olha dos corredores, a solução faz lembrar o interior de um submarino. Nos patamares das escadarias e nos respetivos vãos mantêm-se alguns bancos corridos de tempos volvidos, guardam-se mostruários e um ou outro armário antigos. Nalguns casos o seu estado faz suspeitar de serem réplicas. Sobrevivem relógios parados incrustados na parede, da época em que os de pulso eram para uma vida. Só pelos elevadores se entra na torre, pois os elevadores servem de crivo (mas existem escadas de emergência). Nem todos os andares são de livre acesso, uma chave aplicada nos botões do ascensor regula as permissões. À medida que se sobe, ganha-se uma perspetiva da cidade, que nem do cimo das suas colinas será possível desfrutar. Ainda não se tinham visto zonas condicionadas.

Apesar do relativo desafogo visual que a construção em altura propicia à maior parte dos postos de trabalho, tanto científicos, como administrativos, ou precisamente por isso, a apropriação do espaço acaba por ser um *leitmotiv* na conversa que mantemos.

Neste Departamento de Engenharia Eletrotécnica e de Computadores constituído por cerca de centena e meia de docentes, a descompressão conseguida em altura não bastou, uma vez que uma parte das atividades foi deslocada para o Taguspark. Alguém observa tratar-se da *reboleirização*¹⁵ do sítio.

Abandonada esta torre, passando ao pavilhão de mecânica I, que pela designação logo se



*Sobrevivem relógios parados incrustados na parede ...
Foto: Tatiana Soares*

antevê ser um departamento espalhado por vários edifícios. Percorrendo os corredores repete-se o panorama da duplicação do espaço pelo método da sua divisão na altura, com escadas ao estilo dos navios. Sucedem-se laboratórios, onde se adivinha decorrerem materializações (agora virtuais) de processos intelectuais. Nas áreas de circulação arrumaram-se alguns artefactos mecânicos não (imediatamente) identificáveis, como a turbina de um avião vista perto do Laboratório de Simulação em Energia de Fluidos.

Prosseguindo pelos pavilhões de mecânica mantém-se a mesma forma de produção de espaço. Em algum momento descobre-se um pequeno edifício isolado, com aparência de estar devoluto. Nele funcionou uma oficina de serralharia, entretanto desativada. Existiu também uma oficina de carpintaria, entretanto também desmontada e retirado o seu recheio. Só resta ainda a oficina de vidro, com um soprador, para a química.

Seguem-se mais pavilhões com as restantes mecânicas: II, III, IV. São um conglomerado entre os primitivos e os sucessivos acrescentos; repetem-se as duplicações de pisos. Varia muito o seu estado de conservação. Coexistem com construções de recurso, onde se desenvolveu a informática I, II, III. Pelas instalações fica-se com a ideia de que existem especialidades em alta, enquanto outras estagnam ou entram em declínio. Em algum momento em que se transita entre edifícios, por interiores de pisos duplicados, se atravessam corredores labirínticos e se retrocede, porque outros são becos, suspeitam-se tetos falsos, feitas tentativas quase sempre vãs para identificar vários objetos mecânicos fora de uso, fica o proveito da informação densa afixada pelas paredes (de teor letivo e científico que por pouco deixa oculta a da segurança).

Ao fundo de uma escada, junto a uma saída secundária divulga-se informação sobre a licenciatura de aeronáutica. O curso é recente e pequeno, conforme se verifica pelas pautas.

No lado sul do *campus*, oposto ao pavilhão de civil, existem vários edifícios construídos a partir da década de 60 e que subtraíram espaço aos jardins primitivos. Marcam uma fase de aumento de instalações para acolher e institucionalizar



... como a turbina de um avião vista perto do laboratório ...

Fotos: Tatiana Soares



a investigação. O mais antigo é o Complexo Interdisciplinar: no interior, repetem-se os avisos de perigo, as chamadas de atenção para proteções, os cheiros anunciam laboratórios químicos. Aqui a maquinaria tem cofragens volumosas e ventiladores de grande dimensão; parte deles não cabe nas divisões, escapando para fora mostradores e tubagens. Há o ruído do seu funcionamento continuado. O espaço torna-se escasso para as pessoas, porque os equipamentos adquiriram soberania. Nos patamares arrumam-se máquinas de grande porte, não se sabe se aguardando vez de serem instaladas ou se já desafetas ao serviço. As caves são grandes, estão ocupadas com gente, aparelhos, mesas improvisadas com computadores, arrumações infundáveis. À mente do leigo vem a ideia de que ali nada se deita fora, nada se reaproveita e nada se recicla. Certas divisões podem ser confundidas com áreas imaginadas como pré-reservas museológicas. Entre gente e equipamento não se sabe o que prevalece.

Ao lado, a matemática não faz parte do império da máquina. As pessoas estão nos gabinetes, em frente aos computadores pessoais. Há espaço e condições cuidadas de convívio. Os corredores estão desafogados. Há quem note e se surpreenda com o deambular de estranhos, não sendo estes estudantes. Um professor nativo esclarece que a matemática fornece os fundamentos da linguagem para as outras ciências. Fica a dúvida: ele referia-se à realidade naquele *campus* ou à ciência em geral? O departamento é grande, tem cerca de 110 docentes. No *site* foi colocado um documento extenso sobre a história do departamento. Fica a suspeita de que os matemáticos se debateram mais com o passado da sua disciplina do que os outros ramos de conhecimento representados no *campus*.

Quase pegado está o Edifício ciência, que alberga o Departamento de Física e vários centros de investigação. Com cerca de 70 docentes, nem sequer está entre os maiores, mas a sua atividade transbordou do *campus*, obrigando-os a instalar setores de pesquisa num prédio de apartamentos do lado oposto, na rua Alves Redol. Aqui reina um movimento intenso de pessoas em volta de gabinetes e salas de reunião, tudo num espaço que foi concebido para habitação. Pelo clima que se presente, ganha-se



... no interior, repetem-se os avisos de perigo, as chamadas de atenção para proteções, os cheiros anunciam laboratórios químicos ...

Foto: Tatiana Soares

a sensação de que investigação e gestão da ciência são duas vertentes duma mesma questão, em que a segunda prevalece. Mais tarde teremos acesso a uma das caves do edifício, na origem concebida como uma grande garagem. Foi adaptada e ali em pleno centro da cidade, naquele subterrâneo funciona uma sala limpa,¹⁶ ocupando cerca de 500 m². É um espaço de produção, cujo resultado se concretiza a uma escala invisível à vista humana. Através de paredes envidraçadas observa-se o trabalho feito no interior, onde as personagens envergam roupagens que recordam escafandros brancos. Circulam entre inúmeros monitores. Cá fora ouvem-se os aparelhos de climatização.

Neste périplo pelo *campus*, presenciaram-se até aqui dois tipos de representações da atividade técnica: as visíveis, como a mecânica e as imateriais, como a matemática. A sala limpa proporciona um terceiro, que é material, mas invisível à vista desarmada.

Encravado entre os pavilhões da informática, encontra-se uma construção recente, que serviu para transformar um anterior pátio interno aberto numa área coberta, onde se instalou o Departamento de Engenharia e Gestão. Espaços pré-fabricados envidraçados e climatizados. Esta unidade que representa as ciências sociais num mundo feito à imagem dos engenheiros, está em mudanças. Novas instalações desafogadas espera-os no Taguspark. Lá estarão com os engenheiros informáticos.

Em conversa, fala-se da imagem profissional e do papel dos engenheiros. Já me havia iniciado na questão com bibliografia sobre este grupo profissional (Grácio 1998, Rodrigues 1999) e na perspetiva duma cultura laboral (Downey 1998). Retive algumas características da carreira do engenheiro: no início é a formação tecnológica, depois descobre a gestão, finalmente a gestão torna-se-lhe decisiva, porque a tecnologia está em constante evolução.¹⁷ O meu interlocutor menciona duas fases na empregabilidade dos engenheiros em Portugal: primeiro foi a atividade comercial, representando marcas estrangeiras, posteriormente veio a engenharia de serviços.

Em torno da Torre Sul – também chamada Torre da química – estão os domínios da química e de minas. Atualmente o departamento



... a sua atividade transbordou do campus, obrigando-os a instalar setores de pesquisa num prédio de apartamentos do lado oposto, na rua Alves Redol.

Foto: Tatiana Soares

designa-se de Engenharia Química Biológica. Todos são unânimes em considerá-lo desde sempre como o setor mais feminino dentro do IST.

Uma visita ao Laboratório de Águas traz mais elementos para a questão do género num lugar técnico. Embora tenha estatuto independente – é uma unidade de prestação de serviços com 40 funcionários –, pelo seu passado, o laboratório constitui parte integrante do *campus*. Tem direção feminina que confirma a tradicional presença e depois mesmo prevalência de mulheres na química que, conforme é dito, resulta da perícia de mãos necessária na bancada do laboratório. A organização interna do espaço deste laboratório não tem paralelo em todo o recinto. Naquela iniludível escassez de espaço – repete-se o efeito de submarino já antes referido – a implantação estudada até ao último pormenor tenta contrariar a exiguidade das instalações. Não se veem cabos soltos, suportes enferrujados, tampos gastos ou aparelhos abandonados à sua sorte. Houve preocupação em integrar a estética na vida laboratorial.

Saída da química, mas inserida no pavilhão de minas, nasceu em princípios de 70 a engenharia metalúrgica, hoje denominada engenharia de metais, instalada atualmente no pavilhão de civil. São departamentos pequenos, menos perceptíveis na luta pelo espaço dentro do *campus*.

Como ficou referido, o pavilhão de minas faz parte das instalações iniciais. Percorrendo salas e corredores sobressai a importância atribuída à componente museológica, nas vários



Uma visita aos laboratórios químicos traz mais elementos para a questão do género num lugar técnico.

Foto: Tatiana Soares

configurações que a designação pode adquirir. No discurso dos seus responsáveis a questão do espaço é equacionada em termos do desenvolvimento deste setor, pelo potencial contido de chegar ao grande público. Minerais, réplicas, instrumentos científicos, modelos, esqueletos de animais exóticos, assim se caracteriza um espólio recolhido em tempos imperiais: cobre a então metrópole e as colónias. O acervo espalha-se por várias salas, algumas assim destinadas desde a inauguração das instalações. A situação é única no *campus* e é atreita a fomentar cobiças.

Outra das pequenas unidades é a secção autónoma de engenharia naval. Encontrou acomodação num dos pavilhões de mecânica, onde surgiu em meados dos anos 70, exterior às engenharias historicamente implantadas no *campus*.

O campus como lugar tecnológico

Objetivo do presente texto é a caracterização da dinâmica espacial, que se configura no campus do IST.¹⁸ É uma dinâmica setorial, que se forma, se consolida e esmorece articulada com uma outra, a das relações estabelecidas entre domínios científicos e engenharias instalados no campus. A sua apropriação implicou a colocação de pisos intercalares (duplicação de áreas internas), a redução dos ajardinamentos (expansão horizontal), o aumento em altura (expansão vertical), finalmente, a divisão da célula inicial (Taguspark).

Neste processo refletem-se vários protagonismos, orientados pela busca de respostas para ações concretas de endogeneização de tecnologias. O *campus* pode ser equiparado a uma plataforma recetora da inovação que, depois de aclimatizada, foi disseminada pelo país.

Naquele espaço constituiu-se uma sociedade masculina. Batizaram-se anfiteatros, salas e laboratórios, a fim de invocar o fundador (Alfredo Bensaúde) e outros antepassados, olhando-os como exemplos na missão de transmitir conhecimento.

Coabitam vivências diferentes, designadas de corpos. Os professores fazem ali carreira toda a vida. Salvo algumas exceções, foram recrutados entre os ex-alunos, o que constitui elemento fundamental na formação de um espírito de corpo.

A especificidade dum lugar tecnológico depende da resposta possível de dar a como professores, estudantes, funcionários e *alumni* olham o tempo e o espaço: o *campus* como ele é vivido e guardado em memória pelos diversos corpos.

Taguspark, Oeiras: Em primeiro plano o edifício IST, inaugurado em novembro de 2000.

Foto: J F Branco



- 1 Desejo expressar o meu agradecimento às seguintes pessoas pelas entrevistas e restantes contactos a que se dispuseram: professores A. Jorge de Sousa, Carlos Alves, Carlos Guedes Soares, Dinar Camotim, Fernanda Margarido, João Branco, João Paulo Teixeira, Luís Aires-Barros, Luís Viseu Melo, Madalena Lourtie, Manuel Francisco, Manuel Marques Alves, Manuel Pereira de Freitas, Paulo Correia, Paulo Freitas, Pedro Flores, Yordan Garbatov; doutora Maria Cândida Vaz, eng.^a Fátima Rodrigues e a funcionária Leonor Regateiro. O conteúdo do texto é, no entanto, da minha inteira responsabilidade. De igual modo, torno público o meu reconhecimento pela colaboração prestada pelo grupo de consultores: professores Carlos Matos Ferreira (então presidente do IST), António de Carvalho Quintela, Bernardo Jerosch Herold, Luís Aires-Barros, assim como pelos *alumni* António Redol e Fernando Valdez.
- 2 Disponível em: <http://www.cnam.fr/>, acessido em 2007/08/16.
- 3 Disponível em: <http://www.polytechnique.fr/>, acessido em 2007/08/16.
- 4 Disponível em <http://www.arts-et-metiers.net/> ©2007, Musée des arts et métiers, acessido em 2007/08/16.
- 5 Disponível em <http://www.tu-darmstadt.de/tud/geschichte.tud>, acessido em 2007/08/17.
- 6 Disponível em <http://www.imperial.ac.uk/centenary/default.shtml>, © Imperial College London, acessido em 2007/08/17.
- 7 Disponível em <http://libraries.mit.edu/archives/mithistory/index.html>, acessido em 2007/08/17.
- 8 Disponível em <http://www.ethistory.ethz.ch/>, © 2007 ETH Zürich, 20.1.2006, acessido em 2007/08/17.
- 9 A Escola Superior de Engenharia do Porto (ISEP) editou uma obra impressa de cariz representativo sobre os 150 anos da sua existência (Santos, V. 2005); nem sempre os seus diplomados foram considerados titulares de formação superior.
- 10 Disponível em <http://www.ist.utl.pt/html/instituto/>, ©2007, Instituto Superior Técnico, acessido em 2007/08/17.
- 11 O Taguspark, também designado Parque de ciência e tecnologia, fica em Oeiras, a cerca de 15 quilómetros da Alameda.
- 12 Disponível em: <http://www.civil.ist.utl.pt/>, acessido em 2007/08/18.
- 13 Disponível em: <http://www.demat.ist.utl.pt/>, acessido em 2007/08/18.
- 14 Olhando ambas as construções é impossível não deixar de refletir sobre o modo como em locais diferentes surgem soluções arquitetónicas que proporcionam efeitos visuais similares. Ao olhar as *torres do Técnico*, como elas são conhecidas, vem-me à mente o ex-edifício da Narwa em Oberbaum City, em Berlim (http://www.hvbimmobilien.de/projekte/aspekte_1000091.html). Enquanto neste último caso se trata de um reaproveitamento, com aumento de pisos, no *campus* é uma edificação que nasce do pátio interior do velho pavilhão, incorporando-o. Em ambos os casos a solução criou nos respetivos contextos uma imagem de marca, que extravasa os recintos em que se insere, constituindo uma intervenção decisiva no espaço urbano circundante.
- 15 A Reboleira é uma freguesia da Amadora, situada a oeste na Área Metropolitana de Lisboa, caracterizada pela densidade da construção residencial, feita em desrespeito de qualquer plano diretor urbano.
- 16 Disponível em: <http://www.inesc-mn.pt/infrastructure.htm>, acessido em 2007/08/18.
- 17 Esta observação terá sido feita pelo eng. L. Mira Amaral, professor no departamento e ex-aluno do IST.
- 18 Algumas coordenadas físicas do *campus* da Alameda são dadas como desconhecidas. Várias fontes orais abordadas coincidem em não existirem as plantas do tempo da construção. Autor do projeto foi o arquiteto Porfírio Pardal Monteiro (1897–1957), que deixou obra vasta na cidade de Lisboa.

1911–2006: Uma cronologia

Jorge Freitas Branco, Benedicta Maria Duque Vieira, Luísa Tiago de Oliveira,
Ana Filipa Horta, Ana Cláudia Freitas, Florbela Gomes, Marta Silva, Joana Quelhas Ribeiro

Data	Acontecimento	Fonte
1911		
23/05/1911	Decreto com força de lei, que cria o IST, com um curso geral de 2 anos e cursos superiores especiais de 3 anos em engenharia de minas, civil, mecânica, eletrotécnica e químico-industrial.	DG, nº 121, 25/05/1911
14/07/1911	Decreto que estabelece as bases reguladoras dos serviços do IST. Prevê a existência de um diretor nomeado pelo governo entre os professores ordinários, responsável perante o ministro do Fomento, com quem comunica diretamente.	DG, nº 163, 15/07/1911
21/08/1911	Instalação do CE e primeira sessão do mesmo.	ACE, Livro 1º
02/10/1911	Aprovada a lista das cadeiras (51) a professar no Instituto. Decidida a organização dos cursos geral e especiais.	ACE, Livro 1º
14/10/1911	Decreto determinando que provisoriamente seja professado no IST o ensino superior comercial e o ensino secundário comercial e industrial.	DG, nº 241, 16/10/1911
13/11/1911	Início da atividade letiva.	
11/12/1911	Fundação da Associação de Estudantes do Instituto Superior Técnico (AEIST).	

Ano	Empresa	Tirocinantes
1911	Caminhos de Ferro Sul e Sueste	1

Data	Acontecimentos	Fonte
1912		
08/03/1912	Proposta de lei determinando a colocação de instalação elétrica no edifício onde funcionam os Institutos Superiores Técnico e do Comércio.	DdS, 1/2/88, 14/05/1912
27/07/1912	Charles Lepierre (1867–1945) encarregado de representar o governo e o IST no Congresso de Química, em Washington e Nova Iorque e IST disponibiliza financiamento.	ACE, Livro 1º
27/07/1912	CE decide que na ausência de concorrentes idóneos sejam contratados professores estrangeiros.	Livro de ACE
01/10/1912	Matriculam-se 210 alunos.	NarQ, Livro nº 1 Matrícula de alunos ordinários

Data	Acontecimentos	Fonte
10/10/1912	Autorizado curso livre de francês, lecionado pelo prof. Adolfo Benarus	ACE, Livro 1º
18/10/1912	Autorizado curso livre de análise matemática, lecionado pelo prof. Mira Fernandes.	Livro de ACE
05/11/1912	Nomeada comissão para redigir o Anuário de 1911: A. Mira Fernandes (1884-1958), Dias Costa e Charles Lepierre.	ACE, Livro 1º
05/11/1912	Eng. Joaquim Bensaúde oferece livros na condição de os poder consultar.	Livro de ACE

Ano	Empresa	Tirocinantes
1912	Correios e Telégrafos	16
1912	Direção Obras Públicas	4
1912	Direção Geral Comércio e Indústria	3
1912	CRGE	2
1912	Caminhos de Ferro Sul e Sueste	1

Data	Acontecimentos	Fonte
1913		
18/01/1913	Lei que permite aos alunos do IST, candidatos ao curso de administração militar, fazer exames de todas as cadeiras em que se acham matriculados.	DG, nº 22, 27/01/1913
16/08/1913	Decreto determinando que os cursos secundários, industriais e comerciais do antigo IICL continuem a professar-se com a designação de Secção Secundária do extinto IICL, junto da Escola Industrial Marquês de Pombal.	DG, nº 196, 22/08/1013

Ano	Empresa	Tirocinantes
1913	Caminhos de Ferro Sul e Sueste	4
1913	Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses	1
1913	CRGE	1

Data	Acontecimentos	Fonte
1914		
04/04/1914	Lei nº 133 permitindo aos alunos do antigo IICL que estavam matriculados no curso superior de indústria à data da criação do IST, concluírem esse curso nos termos do regulamento de 9 de julho de 1903.	DG, nº 52, 1ª série, 04/04/1914
02/05/1914	CE contesta criação do Conselho de Ensino Industrial considerado atentado à sua autonomia.	ACE, Livro 1º

Data	Acontecimentos	Fonte
08/05/1914	Lei nº 158 permitindo aos alunos matriculados nos cursos do extinto IIICL, à data da criação do IST, que os conclua na Secção Secundária do extinto IIICL, no ISC ou na Escola Industrial Marquês de Pombal.	DG, nº 70, 1ª série, 08/05/1914
06/10/1914	Portaria nº 247 interpreta os artigos dos regulamentos do IST e ISC referentes a atas das sessões do CE.	DG, nº 181, 1ª série, 06/10/1914
14/10/1914	Decreto nº 954 aprova as bases para a organização da Escola de Construções, Indústria e Comércio de Lisboa (ECIC).	DG, nº 183, 1ª série, 15/10/1914
26/11/1914	Organização do curso preparatório para artilharia a pé e engenharia militar, professado no IST.	DG, nº 277, 2ª série

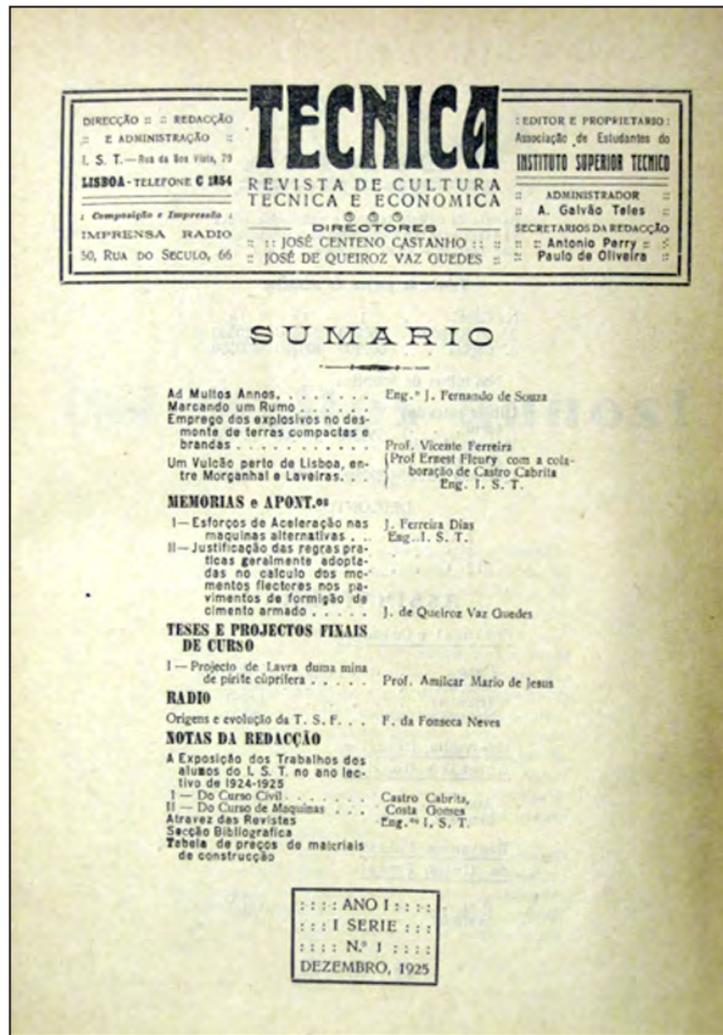
Ano	Empresa	Tirocinantes
1914	Correios e Telégrafos	3
1914	Caminhos de Ferro Sul e Sueste	2
1914	Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses	1
1914	Direção dos Serviços Fluviais e Marítimos	1

Data	Acontecimentos	Fonte
1915		
31/08/1915	Lei nº 410 organiza na Faculdade Técnica os cursos de engenharia anexos à Faculdade de Ciências da Universidade do Porto (artº 77).	DG nº 181, 09/09/1915, p 954
10/09/1915	Lei nº 419 determina que os professores de engenharia da classe civil que faziam parte do corpo docente da antiga Escola do Exército, e que à data da publicação desta lei não tenham sido colocados no IST, sejam providos desde já nos lugares de professores.	DG, nº 182, 1ª série, 10/09/1915
29/09/1915	Lei nº 465 permite a matrícula nos cursos especiais do IST aos alunos aprovados nas cadeiras dos cursos industriais do antigo IIICL e nas do curso da Escola de Construções, Indústria e Comércio (ECIC).	DG, nº 217, 1ª série, 25/09/1915
01/10/1915	Matricula-se a primeira aluna, Maria Adelaide de Magalhães Quintanilha, que anula a matrícula no mesmo ano.	NarQ, Livro 2º Matrícula de alunos ordinários
outubro	Técnica Industrial. Revista dos Estudantes do Instituto Superior Técnico, ano I, nº 1, outubro de 1915.	

Data

Acontecimentos

Fonte



- | | | |
|------------|--|------------------------------|
| 13/11/1915 | Alunos encerram o Instituto Superior Técnico e protestam contra a lei que permite aos colegas da Escola de Construções, Indústria e Comércio matricular-se em qualquer dos cursos especiais daquele estabelecimento superior. | O Século,
14/11/1915, p 2 |
| 15/11/1915 | Alunos dos liceus e da Faculdade de Ciências solidarizam-se com os do Instituto Superior Técnico no que respeita à lei que favorece estudantes da Escola de Construções, Indústria e Comércio. | O Século,
16/11/1915, p 4 |
| 16/11/1915 | Professor da Escola de Construções, Indústria e Comércio dá entrevista a O Século, sobre o conflito entre os alunos deste estabelecimento e os do Instituto Superior Técnico. | O Século,
16/11/1915, p 2 |
| 16/11/1915 | Reunião dos alunos do Instituto Superior Técnico, na Faculdade de Ciências, sob a presidência de A. Cancela de Abreu (1895–1965), com vista a debater a questão que envolve o IST com a Escola de Construções, Indústria e Comércio. | O Século,
17/11/1915, p 4 |

Data	Acontecimentos	Fonte
17/11/1915	Ministro da Instrução dá a conhecer a forma como pensa resolver o conflito entre Instituto Superior Técnico e Escola de Construções, Indústria e Comércio. Reunião dos antigos alunos do Instituto Industrial e dos da Escola de Construções, Indústria e Comércio.	O Século, 17/11/1915, p 4
18/11/1915	Reunião dos alunos do Instituto Industrial e Comercial do Porto que se mostram solidários com os colegas do Instituto Superior Técnico.	O Século, 19/11/1915, p 3
18/11/1915	Decreto nº 2066 suspende a execução da lei nº 465 até à resolução do parlamento.	DG, nº 244, 1ª série, 27/11/1915
20/11/1915	Publicada na imprensa carta sobre o conflito entre IST e ECIC.	O Século, 20/11/1915, p 2
21/11/1915	A imprensa divulga protestos das escolas industriais e de construções relativamente à forma como foi resolvido o problema com o Instituto Superior Técnico. O Século refere o fim do conflito do Instituto Superior Técnico.	O Século, 21/11/1915, p 2
25/11/1915	Decreto nº 2103 aprova o plano de organização da Faculdade Técnica da Universidade do Porto.	DG, nº 244, 1ª série, 27/11/1915

Ano	Empresa	Tirocinantes
1915	Arsenal da Marinha	2
1915	Caminhos de Ferro Sul e Sueste	1
1915	Correios e Telégrafos	1
1915	CRGE	1
1916	Caminhos de Ferro Sul e Sueste	7
1916	Companhia Portuguesa de Fósforos	2

Data	Acontecimentos	Fonte
1916		
05/05/1916	Decreto nº 2373: Manda encerrar as aulas em 10 de maio para os alunos de todos os estabelecimentos dependentes do ministério da Instrução Pública que tenham sido ou sejam, até à data referida, convocados para a preparação militar. Inclui os cursos de engenharia.	DG, nº 87, 1ª série, 06/05/1916
12/06/1916	Expõe-se no IST o projeto do novo edifício para apreciação. Nomeados os professores Álvaro Augusto Machado (1874–1944) e general Eduardo Augusto Ferrugento Gonçalves (1863–1942) para assessorarem o presidente em assuntos relativos à construção do novo edifício.	ACE, Livro 1º

Data	Acontecimentos	Fonte
19/06/1916	Promoção de um primeiro assistente de química no IST a chefe de laboratório das cadeiras de química geral e de química orgânica e reduzindo a onze o número dos primeiros assistentes.	DG, nº 122, 1ª série, 19/06/1916
 <p data-bbox="502 882 1107 943">INSTITUTO INDUSTRIAL E COMMERCIAL DE LISBOA Laboratorio de chimica</p>		AFCML A76241, Autor Augusto Bobone.
22/06/1916	Pelo decreto nº 2466 equiparam-se as cadeiras similares das faculdades de ciências e do IST para o efeito de admissão à matrícula na Escola Naval. Aos indivíduos habilitados com a parte escolar dos cursos especiais do IST são passados diplomas com a indicação das classificações obtidas nas cadeiras que constituem a referida parte escolar (decreto nº 2468).	DG, nº 125, 1ª série, 22/06/1916
24/08/1916	Decreto nº 2591 atribui crédito especial de 100000 escudos para as despesas de construção do novo edifício do IST.	DG, nº 170, 1ª série, 24/08/1916
18/10/1916	Proposta de contratação como professor provisório do arquiteto Miguel Ventura Terra.	Livro de ACE

Data	Acontecimentos	Fonte
25/11/1916	prof. Correia de Melo incumbido de coligir materiais para um museu de jazigos minerais portugueses.	ACE, Livro 1º



AFCML A76239, autor Augusto Bobone.

Ano	Empresa	Tirocinantes
1916	Correios e Telégrafos	1
1916	Direção de Obras Públicas	1
1916	Empresa Industrial Portuguesa	1
1916	Saboaria Nacional do Beato	1
1917	Caminhos de Ferro Sul e Sueste	20
1917	Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses	2

Data	Acontecimentos	Fonte
1917		
23/04/1917	CE designa prof. Correia de Melo seu representante no Conselho Superior de Minas.	Livro de ACE
19/10/1917	Artur Cardoso Pereira, assistente na Faculdade de Medicina, substitui prof. Virgílio Machado na cadeira de química geral.	Livro de ACE

Ano	Empresa	Tirocinantes
1917	Cardoso, Dargent & Companhia	1
1917	Companhia das Minas do Vale do Vouga	1
1917	Correios e Telégrafos	1
1917	CRGE	1
1917	Direção de Obras Públicas	1
1917	Empresa Industrial Portuguesa	1

Data	Acontecimentos	Fonte
1918		
Neste ano	João da Costa Couraça é designado representante da Associação dos Engenheiros Cívicos Portugueses no Senado.	AAVV, Parlamentares e Ministros da I República (1910/1926), Lisboa, Edições Afrontamento, 2000, p183
28/02/1918	Alfredo Bensaúde convida professores a apresentarem nota do que julguem necessário para a instalação das aulas e laboratórios „no novo edifício do Instituto“.	ACE, Livro 1º
28/02/1918	Decreto nº 3894 determina que aos alunos habilitados com todas as cadeiras que constituem qualquer dos cursos do Instituto Superior Técnico seja passado o diploma de engenheiro da respetiva especialidade.	DG, nº 44, 1ª série, 07/03/1918
28/03/1918	Decreto nº 4010 determina que na admissão nos quadros de engenharia dos ministérios, as preferências sejam definidas pela classificação dos diplomas de engenheiro.	DG, nº 87, 1ª série, 25/04/1918
29/04/1918	Decidido por unanimidade arredondar as classificações dos alunos para a unidade imediatamente superior, sempre que estas não sejam números inteiros (presidente ausente por doença).	ACE, Livro 2º
24/06/1918	CE autoriza a organização dos laboratórios de eletrotécnica e de mecânica.	ACE, Livro 2º
03/07/1918	Alfredo Bensaúde encarregue de obter da secretaria de estado do Comércio autorização para procurar local apropriado para o IST, uma vez que é impossível „fazer arredar o Posto de Desinfecção“.	ACE, Livro 2º
outubro	Inscrito o aluno nº 1000.	NarQ, Livro nº 2 Matrícula de alunos ordinários
20/11/1918	Matrículas atrasadas devido à pneumónica. CE marca abertura do ano letivo para 6 de janeiro.	ACE, Livro 2º
01/12/1918	Decreto nº 5029 sobre a organização do ensino industrial e comercial. O curso geral do IST passa a ter a duração de 3 anos. O CE fica autorizado a estabelecer exames de admissão aos seus diferentes cursos, quando o julgar conveniente. O IST perde a autonomia ficando na dependência da direção geral do Ensino Industrial e Comercial, pela qual correrão todos os assuntos relativos ao ensino nestas áreas.	DG, nº 263, 1ª série, 05/12/1918
10/12/1918	Carlos Ferreira Cunha, engenharia civil, é o primeiro aluno IST a terminar o tirocínio.	NarQ, Livro de Certificado de Tirocínios 1 (1918/1929)

Data	Acontecimentos	Fonte
19/12/1918	CE exprime voto de pesar pela morte de Sidónio Pais (1872–1918). Institui-se o prémio com o mesmo nome, obtido por subscrição entre os docentes (e mais tarde pela Associação dos Engenheiros) destinado aos alunos melhor classificados nas cadeiras de matemática.	ACE, Livro 2º

Ano	Empresa	Tirocinantes
1918	Caminhos de Ferro Sul e Sueste	7
1918	Direção de Obras Públicas	6
1918	Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses	1
1918	Companhia União Metalúrgica	1
1918	CRGE	1
1918	Eduardo Duarte Ferreira & Filhos	1
1918	ministério de Instrução Pública	1
1918	S. A. Belge des Mines de Aljustrel	1
1918	Vista Alegre	1

Data	Acontecimentos	Fonte
1919		
24/02/1919	Charles Lepierre lembra que aos alunos mobilizados por virtude „dos recentes acontecimentos políticos desenrolados no país“ sejam marcados novos exames se, em virtude do serviço militar, tiverem faltado à primeira frequência.	ACE, Livro 2º
27/02/1919	Com o presidente demissionário, o prof. Raul Mendonça pretende que a comissão eleita para estudar a localização do futuro edifício prossiga a sua atividade. prof. Vicente Ferreira propõe levantar um andar por cima da mineração. Raul Mendonça defende o aproveitamento do atual terreno. Composição da comissão do edifício: Francisco Maria Henriques, Álvaro Machado, Vicente Ferreira.	ACE, Livro 2º
13/03/1919	Aplicam-se aos alunos mobilizados para França as mesmas equivalências que tinham antigamente na Escola de Guerra. prof. Francisco Ferreira Roquete é diretor interino.	ACE, Livro 2º
25/04/1919	Portaria nº 1754 esclarece dúvidas suscitadas quanto ao cumprimento das disposições do artº 295º do decreto nº 5029, de 1 de dezembro de 1918, na sua aplicação aos alunos do IST.	DG, nº 86, 25/04/1919
01/05/1919	Greve dos trabalhadores da Carris, que se manterá até ao dia 7. Alguns estudantes do IST oferecem-se ao governo para substituir os grevistas e conduzir carros elétricos em Lisboa.	

Data	Acontecimentos	Fonte
30/05/1919	Alfredo Bensaúde defende a aquisição do terreno alugado à Companhia das Águas para prolongamento das instalações.	ACE, Livro 2º
22/07/1919	Discussão dos aspetos de higiene, de desafogo e de localização das futuras instalações (Alfredo Bensaúde, Francisco Henriques, Álvaro Machado)	ACE, Livro 2º
01/09/1919	Decreto nº 6068 regulamenta os exames de admissão, que passam a ser necessários para a matrícula no IST.	DG, nº 175, 1ª série, 01/09/1919
13/09/1919	Lei nº 877 restabelece a autonomia pedagógica e administrativa do IST, que lhe fora retirada pelo decreto nº 5029, de 1 de dezembro de 1918. O IST mantém-se no ministério do Comércio e Comunicações e o seu diretor comunica diretamente e despacha com o ministro.	DG, nº 185, 1ª série, 13/09/1919

Ano	Empresa	Tirocinantes
1919	Caminhos de Ferro do Vale do Vouga	4
1919	Vista Alegre	3
1919	Companhia Privilegiada de Cartuchos de Caça	2
1919	Carris	1
1919	Companhia Cimento Tejo	1
1919	Companhia das Minas do Vale do Vouga	1
1919	Companhia de Caminhos de Ferro do Porto à Póvoa e Famalicão	1
1919	Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses	1
1919	Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses da Beira Alta	1
1919	Companhia Geral de Cal e Cimento	1
1919	Companhia União Metalúrgica	1
1919	Correios e Telégrafos	1
1919	Fábrica de Açúcar de Santa Clara	1
1919	Minas da Borralha	1
1919	Minas de São Domingos	1
1919	Minas de Urânio de Viseu	1
1919	S. A. Belge des Mines de Aljustrel	1

Data	Acontecimentos	Fonte
1920		
10/11/1920	Comissão delegada dos alunos, composta por Pimenta de Castro, Duarte Pacheco e Herculano de Carvalho, representa na esperança de contribuir para a „obra de ressurgimento do IST que interessa igualmente a professores e alunos“.	ACE, Livro 1º
31/12/1920	Alfredo Bensaúde deixa o cargo de diretor.	ACE, Livro 2º

Ano	Empresa	Tirocinantes
1920	Caminhos de Ferro Sul e Sueste	8
1920	Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses da Beira Alta	5
1920	Caminhos de Ferro do Minho e Douro	3
1920	Carris	3
1920	Direção de Obras Públicas	3
1920	Caminhos de Ferro do Vale do Vouga	2
1920	Companhia de Carris de Ferro do Porto	2
1920	A Industrial Mercantil da Beira Lda.	1
1920	Banco Nacional Ultramarino	1
1920	Câmara Municipal de Alcobaça	1
1920	Câmara Municipal de Aveiro	1
1920	Câmara Municipal de Celorico da Beira	1
1920	Câmara Municipal de Coimbra	1
1920	Câmara Municipal de Lisboa	1
1920	Caminhos de Ferro do Estado	1
1920	Central Elétrica das Barras	1
1920	Cerâmica Antunes e Castanheira	1
1920	Companhia das Minas do Vale do Vouga	1
1920	Companhia de Carris de Ferro do Porto	1
1920	Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses	1
1920	Companhia União Metalúrgica	1
1920	Direção Geral da Marinha	1
1920	Empresa Cerâmica de Lisboa	1
1920	Empresa das Minas da Borralha	1
1920	Empresa de Mármore e Cerâmica de Estremoz e Borba, Lda.	1
1920	Exploração do Porto de Lisboa	1
1920	Fábrica Moagem e Serração „A Flor da Beira“	1
1920	J. Ducasse	1
1920	Minas de São Domingos	1
1920	Minas e Indústrias do Cabo Mondego, Lda	1
1920	ministério do Comércio e Comunicações	1
1920	Parque Automóvel Militar	1
1920	S. A. Belge des Mines de Aljustrel	1
1920	Sociedade Estoril	1

Data	Acontecimentos	Fonte
1921		
30/04/1921	General E. A. Ferrugento Gonçalves diretor do IST e presidente do CE.	ACE, Livro 2º
30/06/1921	No CE discutem-se as avaliações feitas para o processo de expropriação do terreno com vista a novas instalações.	ACE, Livro 2º
28/07/1921	Alfredo Bensaúde e Álvaro Machado discordam da construção de instalações no mesmo local, por ser „uma ideia anti-pedagógica e anti-higiénica“. Francisco Henriques considera inoportunos os protestos, visto a comissão nomeada ainda não ter dado parecer.	ACE, Livro 2º
06/10/1921	Decreto nº 7727 aprova o regulamento do IST.	DG, nº 204, 1ª série, 06/10/1921

Ano	Empresa	Tirocinantes
1921	Caminhos de Ferro Sul e Sueste	6
1921	Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses da Beira Alta	6
1921	Campos, Melo & Irmão Lda	5
1921	Caminhos de Ferro do Minho e Douro	4
1921	Caminhos de Ferro do Vale do Vouga	3
1921	Companhia Nacional de Viação e Eletricidade	3
1921	Eletricidade e Moagem de Chaves, Lda.	3
1921	Fábrica de Gás de Vila Real de Santo António	3
1921	Administração do Porto de Lisboa	2
1921	Carris	2
1921	Direção das Estradas do Distrito de Vila Real	2
1921	Metalúrgica Portugal	2
1921	Minas de São Domingos	2
1921	ministério da Marinha	2
1921	Câmara Municipal de Lisboa	1
1921	Companhia das Minas Carvão São Pedro da Cova	1
1921	Companhia de Carris de Ferro do Porto	1
1921	Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses	1
1921	Companhia Industrial Portuguesa	1
1921	Companhia União Metalúrgica	1
1921	Empresa Hidro-Elétrica da Serra da Estrela, Lda.	1
1921	Estabelecimentos Herold, Lda	1
1921	Exploração do Porto de Lisboa	1
1921	Junta Autónoma das Obras do Novo Arsenal	1
1921	L. Dargent Lda.	1
1921	Minas de Urânio de Urgeiriça	1
1921	Minas do Lousal	1

Ano	Empresa	Tirocinantes
1921	ministério do Comércio e Comunicações	1
1921	Moura Gomes Neto e Companhia Lda	1
1921	Parque Automóvel Militar	1
1921	S. A. Belge des Mines de Aljustrel	1
1921	Serviços Municipalizados de Coimbra	1
1921	Sociedade Estoril	1
1921	Sociedade Promotora de Aproveitamentos Hidráulicos	1
1921	Tinoca, Lda.	1

Data	Acontecimentos	Fonte
1922		
Neste ano	Publicam-se as „Notas histórico-pedagógicas do Instituto Superior Técnico“, de Alfredo Bensaúde na Imprensa Nacional. Acesso: Biblioteca Nacional Digital: http://purl.pt/306/3/	
07/02/1922	Vasco de Sousa Pimentel pede exoneração de primeiro assistente de física industrial para se poder dedicar ao cargo de professor bibliotecário.	ACE, Livro 1º
07/02/1922	Dado prazo de 8 dias aos docentes para elaborarem listas de material de ensino a importar da Alemanha no âmbito de indemnizações de guerra. Instituído prémio Dr. Mário Basto Wagner (1887–1922) para melhor aluno de engenharia química industrial, no valor de 300 escudos.	ACE, Livro 2º
06/04/1922	prof. Mira Fernandes nomeado diretor da biblioteca.	ACE, Livro 2º
22/05/1922	CE felicita os aviadores Sacadura Cabral e Gago Coutinho e o ministro da Marinha pela travessia aérea do Atlântico, congratulando-se ainda por se terem construído no IST os aparelhos inventados pelos aviadores.	ACE, Livro 2º
16/06/1922	Divulgado programa dos exames de admissão à primeira matrícula no IST, para o ano letivo de 1922-1923.	DG, nº 121, 1ª série, 19/06/1922
21/09/1922	Participação na Exposição do Rio de Janeiro.	ACE, Livro 1º
21/10/1922	Convite da Sociedade de Geografia de Lisboa para que uma delegação do IST integre o cortejo em honra dos aviadores à respetiva sede.	ACE, Livro 2º

Ano	Empresa	Tirocinantes
1922	Sociedade Estoril	5
1922	Caminhos de Ferro Sul e Sueste	4
1922	Carris	3
1922	Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses da Beira Alta	3
1922	S. A. Belge des Mines de Aljustrel	3

Ano	Empresa	Tirocinantes
1922	Caminhos de Ferro do Minho e Douro	2
1922	Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses	2
1922	Companhia Industrial Portugal e Colónias	2
1922	Companhia Nacional de Viação e Eletricidade	2
1922	Electra del Lima	2
1922	Minas de Urânio de Urgeiriça	2
1922	Parque Automóvel Militar	2
1922	Câmara Municipal de Lisboa	1
1922	Companhia da Fábrica de Cerâmica Lusitânia	1
1922	Companhia das Minas do Vale do Vouga	1
1922	Companhia Portuguesa de Fósforos	1
1922	Companhia União Metalúrgica	1
1922	Cooperativa Indústria Social	1
1922	Eletricidade e Moagem de Chaves, Lda.	1
1922	Empresa Elétrica de Oleicultura e Moagem, Lda.	1
1922	Fábrica de Chelas	1
1922	Minas de São Domingos	1
1922	Refinaria Colonial	1
1922	Sociedade Portuguesa de Engenharia, Lda	1
1922	Société Urane & Radium	1

Data	Acontecimentos	Fonte
1923		
07/05/1923	prof. J. C. Adrião de Sequeira queixa-se da falta de pontualidade dos assistentes e da consequência para as aulas.	ACE, Livro 2º
18/08/1923	Lei nº 1466 determina que os mancebos, alunos de escolas superiores, que no ato de incorporação apresentem um diploma de desenvolvimento físico e conhecimentos militares, sejam licenciados por períodos anuais sucessivos até completarem o curso.	DG, nº 178, 1ª série, 18/08/1923

Ano	Empresa	Tirocinantes
1923	Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses da Beira Alta	5
1923	S. A. Belge des Mines de Aljustrel	3
1923	Caminhos de Ferro Sul e Sueste	2
1923	Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses	2
1923	Companhia União Metalúrgica	2
1923	Fábrica de Sabão Sírius	2
1923	L. Dargent, Lda.	2
1923	Minas de Urânio de Urgeiriça	2
1923	ministério da Marinha	2

Ano	Empresa	Tirocinantes
1923	Parque Material Aeronáutico	2
1923	Sociedade Estoril	2
1923	Arsenal da Marinha	1
1923	Banco Nacional Ultramarino	1
1923	Caminhos de Ferro do Minho e Douro	1
1923	Carris	1
1923	Companhia das Minas Carvão São Pedro da Cova	1
1923	Companhia Portuguesa do Estanho	1
1923	Empresa Cerâmica de Lisboa	1
1923	Empresa de Cimentos de Leiria	1
1923	Empresa Insulana de Navegação	1
1923	Fábrica de Bruno Janz & Petracchi, Lda	1
1923	Fábrica de Porcelana de Coimbra	1
1923	Minas de São Domingos	1
1923	Parque Automóvel Militar	1
1923	Pereira Pimentel, Lda	1
1923	Vista Alegre	1

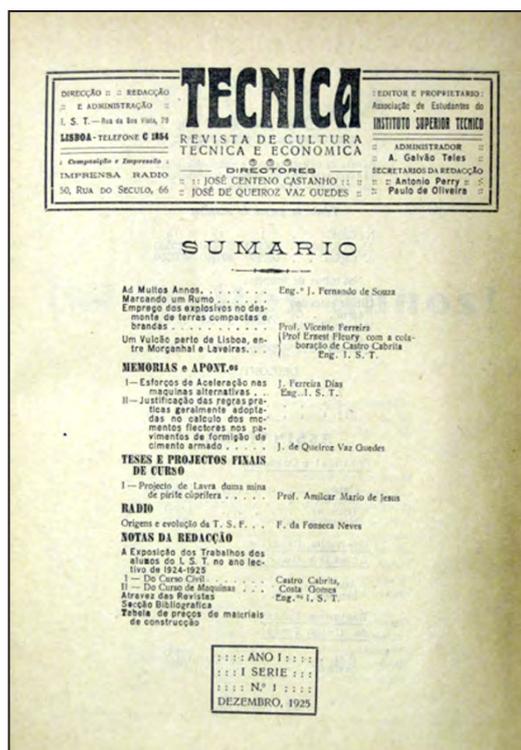
Data	Acontecimentos	Fonte
1924		
Neste ano	Alunos pedem demissão do diretor do IST, Eng ^o Duarte Pacheco.	AAEIST A1 cx 83
22/03/1924	Regresso à efetividade de serviço do prof. Alfredo Bensaúde.	ACE, Livro 2 ^o
01/04/1924	Criação do Grupo de Atividades Desportivas da AEIST.	AAEIST A1 cx 3; Técnica, 209/210, 1951; Maurício 2008, p 60
07/04/1924	Associação de Estudantes (AE) pede apoio do CE no seu protesto contra o projeto de lei que confere o título de engenheiro aos alunos dos institutos industriais.	ACE, Livro 2 ^o
21/04/1924	A Comissão Administrativa do IST é autorizada a aplicar à aquisição de material de ensino, de laboratório e de oficinas a quantia de 21719\$29 de sobras do orçamento do Instituto para 1919–1920 a 1921–1922 (lei n ^o 1592).	DG, n ^o 87
28/05/1924	Decreto n ^o 9738 atualiza propinas de matrícula, de inscrição e exames e emolumentos a cobrar nos estabelecimentos de ensino comercial e industrial.	DG, n ^o 118, 28/05/1924, retificação no DG, n ^o 128
30/06/1924	prof. Amílcar Mário de Jesus (1895–1960) nomeado substituto de Alfredo Bensaúde.	ACE, Livro 2 ^o

Data	Acontecimentos	Fonte
23/07/1924	Lei nº 1638 confere o título de engenheiro auxiliar aos indivíduos diplomados pelos cursos especiais dos institutos industriais ou equivalentes.	DG, nº 164, 23/07/1924
31/07/1924	Greve académica contra a lei nº 1638.	ACE, Livro 2º
06/08/1924	Sessão de homenagem ao doutor Alfredo Bensaúde, que pediu a aposentação. Sua nomeação como diretor honorário do IST. O Museu de Mineralogia passa a designar-se Museu Dr. Bensaúde. Retrato de Alfredo Bensaúde colocado na sala do CE, pintado por João Reis (1899–1982).	ACE, Livro 2º
11/08/1924	Decreto nº 10005 estabelece-se para o IST e para os ISC de Lisboa e Porto os cursos de desenvolvimento físico e conhecimentos militares, a que se refere o § 3º, do artº 4º da lei nº 1466, de 18 de agosto de 1923.	DG, nº 180, 1ª série, 11/08/1924
09/09/1924	portaria nº 4193 permitido aos alunos do IST que não obtiveram aprovação na época de julho do corrente ano repetirem, excecionalmente, o exame da cadeira de física em outubro, atendendo a que no ano letivo de 1923–24 a duração do período escolar daquela cadeira foi muito reduzida.	DG, nº 204, 1ª série
02/10/1924	Nomeação do prof. Francisco Maria Henriques para administrador geral de Estradas e Turismo.	ACE, Livro 2º

Ano	Empresa	Tirocinantes
1924	Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses da Beira Alta	7
1924	S. A. Belge des Mines de Aljustrel	6
1924	Companhia Nacional de Navegação	5
1924	Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses	4
1924	Caminhos de Ferro Sul e Sueste	3
1924	Carris	3
1924	Minas de São Domingos	3
1924	Administração Geral das Estradas e Turismo	2
1924	Minas de Urânio de Urgeiriça	2
1924	Tinoca, Lda.	2
1924	Companhia da Borracha	1
1924	Companhia da Fábrica de Cerâmica Lusitânia	1
1924	Companhia de Cal e Cimento Rasca	1
1924	Companhia Industrial Portuguesa	1
1924	Companhia Tinoca, Lda	1
1924	Eletro Moagem, Lda.	1
1924	Eletro-Oleica de Moura, Lda.	1
1924	Empresa Cerâmica de Lisboa	1

Ano	Empresa	Tirocinantes
1924	Empresa de Cimentos de Leiria	1
1924	Fábrica de Cimento Tejo	1
1924	Institut Pasteur	1
1924	Parque Automóvel Militar	1
1924	Sociedade Colonial de Fósforos, Lda.	1
1924	Sociedade Estoril	1
1924	Sociedade Industrial Padronello, Lda.	1
1924	Sociedade Portuguesa de Engenharia, Lda	1
1924	Trigueiros de Aragão, Lda.	1

Data	Acontecimentos	Fonte
1925		
08/01/1925	IST agraciado com o diploma e a medalha de Grand Prix da Exposição Internacional do Rio de Janeiro.	ACE, Livro 2º
05/02/1925	Instituído prémio anual ao melhor aluno do curso de engenharia químico industrial (legado no testamento de Bandeira de Melo).	ACE, Livro 2º
dezembro	Técnica. Revista de Cultura Técnica e Económica, propriedade da AEIST.	



Ano	Empresa	Tirocinantes
1925	Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses	5
1925	Companhia Nacional de Navegação	4
1925	Direção de Obras Públicas	3

Ano	Empresa	Tirocinantes
1925	A Técnica Assucareira, Lda.	2
1925	Caminhos de Ferro do Minho e Douro	2
1925	Caminhos de Ferro Sul e Sueste	2
1925	Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses da Beira Alta	2
1925	Sociedade Estoril	2
1925	Tinoca, Lda.	2
1925	Belard, Lda	1
1925	Companhia Cerâmica das Devezas	1
1925	Companhia das Minas Carvão São Pedro da Cova	1
1925	Eletro Moagem, Lda.	1
1925	Empresa Cerâmica de Lisboa	1
1925	Empresa de Cimentos de Leiria	1
1925	J. J. Soares Mendes	1
1925	Matos & Quintans	1
1925	Minas de São Domingos	1
1925	Minas de Wolfram das Beiras	1
1925	Reparadora Eletromecânica, Lda.	1
1925	The Lisbon Trading Co., Lda.	1

Data	Acontecimentos	Fonte
1926		
fevereiro	Alunos levam ao parlamento representação sobre o título de engenheiro.	AAEIST A1 cx 83
02/02/1926	Agradecimento da comissão de alunos da Faculdade Técnica da Universidade do Porto.	AAEIST A1 cx 83 nº 2 „Carta da Comissão de Alunos ...“
08/03/1926	CE designa prof. Duarte Pacheco para a comissão nomeada pelo governo para estudar as reclamações dos alunos em greve e a forma de solucionar o conflito sobre o uso do título de engenheiro.	ACE, Livro 2º
19/03/1926	Conflito académico.	Diário de Notícias, 20/03/1926; AAEIST A1 cx 83 nº 5/8
25/06/1926	Decreto nº 11780 regula a situação dos alunos das diferentes faculdades e escolas universitárias que nos diversos períodos do presente ano letivo abandonaram as aulas, a fim de poderem ser admitidos a exame.	DG, nº 136, 26/06/1926
28/07/1926	Voto de louvor do CE ao prof. Duarte Pacheco pela intervenção tida na „solução honrosa do conflito académico“.	ACE, Livro 2º

Data	Acontecimentos	Fonte
29/07/1926	Pelo decreto nº 11988 o governo determina os diplomados que têm direito ao título de engenheiro.	DG, nº 161, 29/07/1926
07/08/1926	Voto de congratulação do CE pelo fim da greve académica.	ACE, Livro 2º
04/12/1926	Duplicado o prémio da Associação Industrial Portuguesa (AIP) atribuído ao aluno com melhor projeto final de curso.	ACE, Livro 2º

Ano	Empresa	Tirocinantes
1926	Caminhos de Ferro Sul e Sueste	8
1926	Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses	3
1926	Sociedade Estoril	3
1926	Administração do Porto de Lisboa	1
1926	Belard, Lda	1
1926	Câmara Municipal de Torres Vedras	1
1926	Carris	1
1926	Cerâmica da Beira, Lda.	1
1926	Companhia da Fábrica de Cerâmica Lusitânia	1
1926	Companhia de Cervejas Estrela	1
1926	Companhia Previdente	1
1926	Eletro Moagem, Lda.	1
1926	Fábrica de Papel Porto de Cavaleiros	1
1926	Fábricas Vulcano & Colares	1
1926	H. Missa, Lda.	1
1926	Minas de Massueime	1
1926	Minas do Lousal	1
1926	Parque Automóvel Militar	1
1926	Refinaria Colonial	1
1926	Sociedade Técnica Nacional, Lda.	1
1926	The Anglo Portuguese Telephone Co., Lda	1
1926	Tinoca, Lda.	1

Data	Acontecimentos	Fonte
1927		
24/01/1927	Decreto nº 13113 autoriza negociação de empréstimo bancário para a aquisição de terreno e construção do novo edifício do IST no montante de 3,5 milhões de escudos.	DG, nº 25, 1ª série, 01/02/1927

Data	Acontecimentos	Fonte
14/05/1927	<p>Lista das escolas de engenharia estrangeiras equivalentes às escolas superiores de engenharia portuguesas (IST, Faculdade de Engenharia, Universidade do Porto). Alemanha: Technische Hochschule Aachen, Technische Hochschule Berlin-Charlottenburg, Technische Hochschule Braunschweig, Technische Hochschule Breslau, Technische Hochschule Clausthal, Technische Hochschule Darmstadt, Technische Hochschule Dresden, Technische Hochschule Freiberg, Technische Hochschule Hannover, Technische Hochschule Karlsruhe, Technische Hochschule München, Technische Hochschule Stuttgart; Áustria: Technische Hochschule Wien, Technische Hochschule Graz; Bélgica: École Polytechnique de l'Université Libre de Bruxelles, Faculté Technique de l'Université de Gand, Faculté Technique de l'Université de Louvain, Faculté Technique de l'Université de Heinaut, Institut Electrotechnique Montefiore; Cidade Livre de Danzig: Technische Hochschule; Dinamarca: Den Polytekniske Lærestanstalt; Espanha: Escuela Española de Ingenieros de Caminos, Canales y Puertos, Escuela Española de Ingenieros de Minas; EUA: Massachusetts Institute of Technology, University of Colorado, University of Chicago, Pennsylvania State College, University of California, San Francisco, Cornell University, Yale University, Columbia School of Mines; França: École Centrale des Arts et Manufactures, École Nationale des Ponts et Chaussées, École Supérieure des Mines, École d'Application du Génie Maritime, École Supérieure d'Électricité, École de Physique et Chimie Industrielles, Institut Électrotechnique et de Mécanique Appliquée de Toulouse, Institut Électrotechnique et de Mécanique Appliquée de Nancy, Institut Chimique de Nancy, École Centrale Lyonnaise, École des Mines de St. Étienne; Holanda: Technische Hoogeschool, Delft.</p>	<p>DG, nº 106, 2ª série, 18/05/1927</p>

Data	Acontecimentos	Fonte
14/05/1927	(continuação) Lista das escolas de engenharia estrangeiras equivalentes às escolas superiores de engenharia portuguesas (IST, Faculdade de Engenharia, Universidade do Porto). Hungria: Universidade de Ciências Técnicas, Real Instituto Superior Técnico; Inglaterra: Imperial College of Science and Technology, University of London, University of Birmingham, University of Dublin, University of Edinburgh, University of Liverpool, University of Manchester, University of Leeds, University of Sheffield, Loughborough College; Itália: Regia Scuola d'Ingegneria, Bologna, Regia Scuola d'Ingegneria, Milano, Regia Scuola d'Ingegneria, Napoli, Regia Scuola d'Ingegneria, Padua, Regia Scuola d'Ingegneria, Palermo, Regia Scuola d'Ingegneria, Pisa, Regia Scuola d'Ingegneria, Roma, Regia Scuola d'Ingegneria, Torino, Regia Scuola d'Ingegneria Navale, Genova; Noruega: Norges Tekniske Høgskole; Suécia: Kungliga Tekniska Högskolan; Suíça: Université de Genève, École d'Ingénieurs de Lausanne, Eidgenössische Technische Hochschule Zürich.	DG, nº 106, 2ª série, 18/05/1927
21/06/1927	prof. Duarte Pacheco investido no cargo de diretor interino.	ACE, Livro 3º
julho	Início da movimentação de terras para as novas instalações.	Nero/ Monteiro 1985, p 2
01/07/1927	Programa dos exames de admissão à primeira matrícula no IST para o ano letivo de 1927-1928	DG, nº 135, 1ª série, 29/06/1927
05/08/1927	Exoneração do general E. A. Ferrugento Gonçalves do cargo de diretor. Duarte Pacheco sucede-lhe no cargo.	ACE, Livro 3º
24/09/1927	Decreto nº 14367 disponibiliza verba para proceder a reparações no edifício e para pagar o vencimento de um professor contratado de educação física.	DG, nº 217, 1ª série, 01/10/1927
25/09/1927	Decreto nº 14366 atualiza propinas de matrícula, exames e emolumentos do IST.	DG, nº 217, 01/10/1927
02/11/1927	Decreto nº 14566 revoga a lei nº 1369, de 21 de setembro de 1922, na parte em que se refere ao IST, de modo a que se mantenham apenas as duas épocas de exames finais: junho e outubro.	DG, nº 250, 12/11/1927
27/11/1927	Primeira sessão solene de abertura do ano académico. Preside o presidente da República.	Revista Técnica, fevereiro, 1928

Ano	Empresa	Tirocinantes
1927	Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses	5
1927	Metalúrgica de Benfica, Lda.	5

Ano	Empresa	Tirocinantes
1927	Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses da Beira Alta	4
1927	Sociedade Estoril	4
1927	Companhia Portuguesa do Ar Líquido	2
1927	Duarte Ferreira & Filhos	2
1927	Serafim Ramos, Lda.	2
1927	Belard, Lda	1
1927	Câmara Municipal de Lisboa	1
1927	Carris	1
1927	Direção Geral dos Caminhos de Ferro	1
1927	Fábrica de Cimentos do Outão	1
1927	Fábricas Vulcano & Colares	1
1927	Imprensa Nacional de Lisboa	1
1927	João Félix da Silva Capucho	1
1927	Junta Autónoma de Estradas	1
1927	Minas do Lousal	1
1927	Refinaria Colonial	1
1927	S. A. Belge des Mines de Aljustrel	1
1927	Sociedade de Aços e Metais, Lda.	1
1927	Sociedade de Construções Metálicas, Lda.	1
1927	The Anglo Portuguese Telephone Co., Lda	1

Data	Acontecimentos	Fonte
1928		
11/02/1928	Decreto nº 15089 determina que os engenheiros diplomados por escolas superiores de engenharia portuguesas podem efetuar o registo dos respetivos diplomas.	DG, nº 48, 29/02/1928
20/07/1928	Segundo a portaria n.º 5467 fica estabelecido que para passagem do bilhete de identidade a profissão de engenheiro poderá ser comprovada pela apresentação do respetivo diploma ou pela confirmação da Associação dos Engenheiros Cíveis do Norte de Portugal.	DG, nº 165, 20/07/1928
30/07/1928	Decreto nº 15819 permite, aos indivíduos que à data do decreto com força de lei nº 11988, de 29 de julho de 1926, possuíam certificados de cursos completos por escolas de engenharia estrangeiras equivalentes às escolas superiores de engenharia portuguesas	DG, nº 178, 06/08/1928

Ano	Empresa	Tirocinantes
1928	Sociedade Estoril	8
1928	Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses	5
1928	Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses da Beira Alta	3
1928	Empresa Nacional de Publicidade	3

Ano	Empresa	Tirocinantes
1928	Carris	2
1928	Companhia Nacional de Navegação	2
1928	Companhia Nacional de Viação e Eletricidade	2
1928	Companhia Portuguesa de Tabacos	2
1928	Companhia Portuguesa Rádio Marconi	2
1928	J. J. Soares Mendes	2
1928	ministério do Comércio e Comunicações	2
1928	A Samorense, Lda.	1
1928	Banco Nacional Ultramarino	1
1928	Belard, Lda	1
1928	Companhia da Fábrica de Cerâmica Lusitânia	1
1928	Companhia das Minas Carvão São Pedro da Cova	1
1928	Distilação e Rectificação de Alcool	1
1928	Empresa Cerâmica de Lisboa	1
1928	Empresa de Moagem do Fundão, Lda.	1
1928	Empresa Insulana de Navegação	1
1928	Fábrica Portugal	1
1928	Ibérica Mines, Lda.	1
1928	Junta Autónoma de Estradas	1
1928	Laboratório de Análises do I.S.C.	1
1928	Manutenção Militar	1
1928	Sociedade Cerâmica Montargila, Lda	1

Data	Acontecimentos	Fonte
1929		
13/04/1929	Pelo decreto nº 16729, o IST e a Oficina de Instrumentos de Precisão deixam de estar sob a tutela do ministério do Comércio e Comunicações, transitando para o ministério da Instrução Pública.	DG, nº 83, 1ª série, 13/04/1929
25/05/1929	Acrescenta-se à lista das escolas estrangeiras de engenharia equivalentes às escolas superiores de engenharia portuguesas a Regia Scuola Superiore Navale, Génova.	DG, nº 121, 2ª série, 28/05/1929
08/06/1929	Acrescenta-se à lista das escolas estrangeiras de engenharia equivalentes às escolas superiores de engenharia portuguesas a École Supérieure d'Aéronautique et de Construction Mécanique, Paris.	DG, nº 133, 2ª série, 12/06/1929
01/07/1929	Acrescenta-se à lista das escolas estrangeiras de engenharia equivalentes às escolas superiores de engenharia portuguesas a École du Génie Supérieure des Postes, Télégraphes et Téléphones, Paris.	DG, nº 151, 2ª série, 03/07/1929

Data	Acontecimentos	Fonte
10/07/1929	Acrescenta-se à lista das escolas estrangeiras de engenharia equivalentes às escolas superiores de engenharia portuguesas a École du Génie Civil et des Mines e a École des Arts et Manufactures, ambas Université de Gand, Bélgica (substituindo a Faculté Technique da mesma universidade).	DG, nº 186, 2ª série, 13/08/1929
30/07/1929	Agradecimento ao ministério das Finanças por ter englobado no orçamento do IST as suas receitas próprias e ter consentido no levantamento da última prestação do empréstimo para a construção do novo edifício.	ACE, Livro 3º
21/10/1929	CE defere pela última vez requerimento de antigo aluno do IICL que pretende matricular-se numa cadeira.	ACE, Livro 3º
27/11/1929	Início da construção das edificações do futuro campus.	Nero/ Monteiro, 1985, p 12

Ano	Empresa	Tirocinantes
1929	Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses	10
1929	Refinaria Colonial	8
1929	Belard, Lda	2
1929	Fundação do Bulhão	2
1929	Câmara Municipal de Lisboa	1
1929	Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses da Beira Alta	1
1929	Direção Geral dos Caminhos de Ferro	1
1929	Empresa de Cimentos de Leiria	1
1929	Empresa de Moagem do Fundão, Lda.	1
1929	Empresa Insulana de Navegação	1
1929	Junta Autónoma de Estradas	1
1929	Manutenção Militar	1
1929	The Anglo Portuguese Telephone Co., Lda	1
1929	Tinoca, Lda.	1

Data	Acontecimentos	Fonte
1930		
abril	As obras do campus: Alvenarias de tijolo	Nero/ Monteiro, 1985, p12
maio	As obras do campus: Adiantamentos para cantarias	Nero/ Monteiro, 1985, p12
26/06/1930	Programa dos exames de admissão ao IST.	DG, nº 154, 05/07/1930
08/07/1930	Decreto nº 18594: Normas para o recrutamento do pessoal docente das escolas superiores e médias do ensino técnico (concurso e convite).	DG, nº 159, 1ª série, 11/07/1930

Data	Acontecimentos	Fonte
agosto	As obras do campus: Aplicação de aço em verão.	Nero/ Monteiro, 1985, p12
02/12/1930	Decreto nº 19081 cria a Universidade Técnica de Lisboa (UTL), como associação do IST, da Escola Superior de Medicina Veterinária, do Instituto Superior de Agronomia e do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (ex-Instituto Superior de Comércio).	DG, nº 280 e 282 de 1930; nº 33 de 1931

Ano	Empresa	Tirocinantes
1930	Carris	2
1930	Companhia das Minas Carvão São Pedro da Cova	2
1930	Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses da Beira Alta	1
1930	Fábricas Vulcano & Colares	1
1930	Ibérica Mines, Lda.	1
1930	Minas de São Domingos	1

Data	Acontecimentos	Fonte
1931		
março	As obras do campus: Azulejo em obra	Nero/ Monteiro, 1985, p. 12
01/05/1931	Voto de congratulação e reconhecimento ao ministério das Finanças pela autorização de novo empréstimo de 7000 escudos para a conclusão do edifício.	ACE, Livro 3º
16/05/1931	Programa dos exames de admissão ao IST.	DG, nº 116, 20/05/1931
20/07/1931	Modelo de diploma a adotar pelas escolas que fazem parte da UTL (decreto nº 20097).	DG, nº 169, 23/07/1931
20/07/1931	Decreto nº 20098: Alterações ao regulamento do IST na parte referente ao recrutamento de professores.	DG, nº 169, 23/07/1931
06/08/1931	I Congresso Nacional de Engenharia, realizado na Sociedade de Geografia de Lisboa, co-organizado pelo IST.	Revista da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses, nº 674/675, 1931
novembro	As obras do campus: Revestimento de pavimentos.	Nero/ Monteiro, 1985, p. 12
dezembro	As obras do campus: Gessos e estuques	Nero/ Monteiro, 1985, p. 12

Ano	Empresa	Tirocinantes
1931	Belard, Lda	1
1931	Instituto Geográfico e Cadastral	1

Data	Acontecimentos	Fonte
1932		
maio	As obras do campus: Serralharias	Nero/ Monteiro, 1985, p. 12
15/06/1932	Caetano Maria Beirão da Veiga (1884-1962), diretor do Instituto Superior de Comércio (ISC) desde 1929, nomeado diretor interino do IST, cargo que exerce até 1936.	ACE, Livro 3º
01/07/1932	Duarte Pacheco deixa a direção do Instituto para assumir o cargo de ministro das Obras Públicas.	ACE, Livro 3º

Ano	Empresa	Tirocinantes
1932	Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses	6
1932	Sociedade Estoril	5
1932	Empresa Insulana de Navegação	4
1932	Companhia Nacional de Navegação	2
1932	Carris	1

Ano	Empresa	Tirocinantes
1932	Companhia Colonial de Navegação	1
1932	Companhia das Águas de Lisboa	1
1932	Companhia Nacional dos Caminhos de Ferro	1
1932	CRGE	1
1932	ERG, Lda.	1
1932	Fábrica Portugal	1
1932	Fábricas Vulcano & Colares	1
1932	Fundição de Oeiras	1
1932	Minas da Borralha	1
1932	Oficinas de Sete Rios, Lda.	1
1932	Sociedade de Construções e Reparações Navais, Lda.	1

Data	Acontecimentos	Fonte
1933		
janeiro	As obras do campus: Vidros	Nero/ Monteiro, 1985, p. 12
11/03/1933	Nomeação de Gustavo Cordeiro Ramos para ministro da Instrução Pública.	
junho	As obras do campus: Pinturas	Nero/ Monteiro, 1985, p. 12
29/06/1933	Duarte Pacheco agraciado com a Grã-Cruz da Ordem de Cristo.	
outubro	Matriculam-se em engenharia químico industrial duas alunas: Isabel Maria Gago (1914–2012) e Maria Luísa Pereira dos Santos, ambas licenciadas em 1939, sendo que Isabel Gago seria a primeira docente na instituição.	http://dequim.ist.utl.pt/search/phpdig_1_4_4b/text_content/309.txt
06/12/1933	Providência sobre a forma de pagamento aos professores interinos nomeados nas vacaturas e nos impedimentos dos professores ordinários do IST.	DG, nº 278, decreto nº 23312.

Ano	Empresa	Tirocinantes
1933	CUF	13
1933	Oficinas Gerais de Material de Engenharia	9
1933	Divisão Hidráulica do Guadiana	6
1933	Carris	5
1933	Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses	5
1933	Junta Autónoma de Estradas	5
1933	Câmara Municipal de Lisboa	4
1933	Companhia das Minas Carvão São Pedro da Cova	3
1933	Companhia Nacional de Navegação	3
1933	Direção dos Serviços de Melhoramentos Rurais	3
1933	Fábrica de Bruno Janz & Petracchi, Lda	3

Ano	Empresa	Tirocinantes
1933	Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses da Beira Alta	2
1933	Empresa Insulana de Navegação	2
1933	Sociedade Estoril	2
1933	A Constructora Moderna	1
1933	Administração do Porto de Lisboa	1
1933	Belard, Lda	1
1933	Companhia Cerâmica de Telheiras	1
1933	Companhia de Navegação Carregadores Açoreanos	1
1933	Companhia Industrial e Mineira de Portugal	1
1933	Companhia Portuguesa Rádio Marconi	1
1933	CRGE	1
1933	Direção Geral dos Caminhos de Ferro	1
1933	Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais	1
1933	Empresa Nacional de Aparelhagem Elétrica	1
1933	Eng. Virgílio Preto	1
1933	ERG, Lda.	1
1933	Fábrica Portugal	1
1933	Fábricas Vulcano & Colares	1
1933	Fundição de Oeiras	1
1933	Ibérica Mines, Lda.	1
1933	Instituto Geográfico e Cadastral	1
1933	J. J. Soares Mendes	1
1933	J. Mugs	1
1933	Junta Autónoma das Obras de Hidráulica Agrícola	1
1933	Junta Autónoma do Porto e Barra da Figueira da Foz	1
1933	Sociedade Construtora Cimento Armado, Lda.	1

Data	Acontecimentos	Fonte
1934		
abril	As obras do campus: Instalações elétricas.	Nero / Monteiro, 1985, p. 12
31/05/1934	Programa dos exames de admissão à primeira matrícula, para o ano letivo de 1934-1935.	DG, nº 131, 1ª série, 06/06/1934
junho	As obras do campus: Ferragens	Nero/ Monteiro, 1985, p. 12
29/06/1934	Nomeação de Manuel Rodrigues Júnior para ministro da Instrução Pública (interino).	
23/10/1934	Nomeação de Duarte Pacheco para ministro das Obras Públicas e Comunicações.	

Ano	Empresa	Tirocinantes
1934	Junta Autónoma de Estradas	10
1934	Câmara Municipal de Lisboa	6
1934	Junta Autónoma das Obras de Hidráulica Agrícola	4
1934	Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses	2
1934	Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses da Beira Alta	2
1934	Obras no Teatro Éden	2
1934	Administração do Porto de Lisboa	1
1934	Administração Geral dos Serviços Hidráulicos e Elétricos	1
1934	Belard, Lda	1
1934	Câmara Municipal do Porto	1
1934	Carris	1
1934	Companhia Colonial de Navegação	1
1934	Companhia Nacional de Navegação	1
1934	Companhia Nacional dos Caminhos de Ferro	1
1934	CRGE	1
1934	Direção das Obras Públicas do Distrito de Ponta Delgada	1
1934	Direção dos Portos de Leixões e Douro	1
1934	Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais	1
1934	Empresa Insulana de Navegação	1
1934	Eng. Virgílio Preto	1
1934	Fábrica Portugal	1
1934	Junta Administrativa do Empréstimo para o Ensino Secundário	1
1934	Junta Autónoma do Porto e Barra de Setúbal	1
1934	L. Dargent, Lda.	1

Data	Acontecimentos	Fonte
1935		
06/04/1935	Programa dos exames de admissão à primeira matrícula, para o ano letivo de 1935-1936.	DG, nº 79, 1ª série, 06/04/1935
01/07/1935	Decreto-lei nº 25569 regulamenta a primeira matrícula nas escolas da UTL.	DG, nº 149, 1ª série, 01/07/1935
03/09/1935	Decreto nº 25813 regulamenta os exames de aptidão às escolas da UTL e aprova os respetivos programas nas referidas escolas.	DG, nº 204, 1ª série, 03/09/1935

Ano	Empresa	Tirocinantes
1935	Administração Geral dos Serviços Hidráulicos	1

Data	Acontecimentos	Fonte
1936		
Neste ano	Criação da Secção de Aeronáutica da AEIST.	Maurício 2008, p. 63; Noticiário AEIST, ano 1, nº 2, 1951, p. 13
18/01/1936	Nomeação de António Carneiro Pacheco para ministro da Instrução Pública, que em 11-04-1936 passa a denominar-se ministério da Educação Nacional.	
maio	As obras do campus: Louças de Valongo.	Nero/ Monteiro, 1985, p. 12
23/05/1936	As novas instalações estão prontas para o 25.º aniversário do Instituto.	Nero/ Monteiro, 1985, p. 12
01/07/1936	Duarte Pacheco volta a assumir as funções de diretor do IST.	ACE; Livro 4º
22/08/1936	IST não participa no Congresso do Ensino Técnico, a ter lugar entre 28 e 30 de dezembro, em Roma, por falta de verba.	ACE, Livro 4º
04/11/1936	Direção de laboratórios e anexos: Laboratório de física, prof. António da Silveira; Laboratório de Química Analítica e Química Tecnológica, prof. Charles Lepierre; Laboratório de Eletroquímica e Radioquímica, prof. Herculano de Carvalho.	ACE, Livro 4º
24/11/1936	Decreto-lei nº 27288 cria a Ordem dos Engenheiros (OE).	

Ano	Empresa	Tirocinantes
1936	Oficinas Gerais de Material de Engenharia	7
1936	Administração do Porto de Lisboa	3
1936	Companhia Nacional de Navegação	3
1936	Empresa de Cimentos de Leiria	3
1936	Empresa Insulana de Navegação	3
1936	Junta Autónoma das Obras de Hidráulica Agrícola	3
1936	Carris	2
1936	Companhia das Minas Carvão São Pedro da Cova	2
1936	Companhia Industrial de Portugal e Colónias	2
1936	Companhia Industrial Portuguesa	2
1936	Junta Autónoma de Estradas	2
1936	Sociedade Estoril	2
1936	Arsenal do Alfeite	1
1936	Câmara Municipal de Lisboa	1
1936	Companhia dos Caminhos de Ferro do Norte	1
1936	Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses	1
1936	CRGE	1

Ano	Empresa	Tirocinantes
1936	Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais	1
1936	Duarte Ferreira & Filhos	1
1936	Emissora Nacional	1
1936	Fundição de Oeiras	1
1936	Jacques Corte Real de Landerset	1
1936	Junta Autónoma das Obras do Porto do Funchal	1
1936	Junta Autónoma do Porto e Barra da Figueira da Foz	1
1936	Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário	1
1936	L. Dargent, Lda.	1
1936	Obras da Igreja de São Julião	1
1936	Obras no Teatro Éden	1
1936	Ricardo E. Teixeira Duarte	1
1936	Singer	1

Data	Acontecimentos	Fonte
1937		
26/02/1937	Portaria nº 8635: Os estudantes militares com licença especial ou registada para estudos, podem matricular-se no IST, nas disciplinas que constituem preparatórios para a Escola Militar, independentemente da distribuição por anos dessas disciplinas nos cursos normais do IST, mas sem prejuízo das suas subordinações didáticas.	DG, nº 47, 1ª série, 26/02/1937
13/04/1937	Primeira licenciada: Maria Amélia Ferreira Chaves (engenharia civil).	NARQ, Processos individuais de alunos de licenciatura, 1937
10/07/1937	CE felicita Salazar por sair ileso dum atentado.	ACE, Livro 4º
15/08/1937	Estreia do filme „Maria Papoila“ no cinema São Luís, em Lisboa. Realização de José Leitão de Barros, 98', p/b. Várias referências ao „Instituto do Prior Técnico.“	
31/12/1937	Duarte Pacheco deixa a direção do Instituto para assumir o cargo de presidente da Câmara Municipal de Lisboa.	DG, nº 305, 2ª série

Ano	Empresa	Tirocinantes
1937	Sociedade Estoril	4
1937	Companhia Nacional de Navegação	3
1937	CRGE	3
1937	Direção Geral dos Serviços Hidráulicos e Elétricos	3
1937	Obras no Teatro Éden	3
1937	Singer	3
1937	Câmara Municipal de Lisboa	2
1937	Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses	2
1937	Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses da Beira Alta	2

Ano	Empresa	Tirocinantes
1937	Companhia Industrial Portuguesa	2
1937	Singer	1
1937	Administração do Porto de Lisboa	1
1937	Amadeu Gaudêncio, Lda.	1
1937	Benard Guedes, Lda.	1
1937	Carris	1
1937	Companhia das Águas de Lisboa	1
1937	Companhia Industrial de Portugal e Colónias	1
1937	Direção dos Portos de Leixões e Douro	1
1937	Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais	1
1937	Empresa Hidro-Elétrica da Serra da Estrela, Lda.	1
1937	Gaivolas, Lda.	1
1937	Junta Autónoma das Obras de Hidráulica Agrícola	1
1937	Junta Autónoma de Estradas	1
1937	Junta Autónoma do Porto e Barra da Figueira da Foz	1
1937	Obras da Igreja de São Julião	1
1937	Refinaria Colonial	1
1937	Sociedade de Empreendimentos Comerciais e Industriais	1
1937	Sociedade de Trabalhos Urbanos e Construções, Lda.	1

Data	Acontecimentos	Fonte
1938		
25/05/1938	Duarte Pacheco nomeado ministro das Obras Públicas e Comunicações.	
19/10/1938	Atribuído o nome do prof. Charles Lepierre ao Laboratório de Química Analítica.	ACE, Livro 4º
19/10/1938	prof. António Herculano de Carvalho (1899–1966) diretor do IST e presidente do CE.	ACE, Livro 4º
12/11/1938	Presidente da República inaugura a Exposição de Trabalhos de Pardal Monteiro, no IST.	Brandão 2008

Ano	Empresa	Tirocinantes
1938	Junta Autónoma de Estradas	7
1938	Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses	4
1938	CRGE	4
1938	Administração do Porto de Lisboa	3
1938	Câmara Municipal de Lisboa	3
1938	Carris	3
1938	Direção Geral dos Caminhos de Ferro	3
1938	Empresa Insulana de Navegação	3
1938	Junta Autónoma das Obras de Hidráulica Agrícola	3

Ano	Empresa	Tirocinantes
1938	Waldemar Jara de Orey	2
1938	Barragem do Vale de Gaio	1
1938	Casa da Moeda	1
1938	Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses da Beira Alta	1
1938	Duarte Ferreira & Filhos	1
1938	Emissora Nacional	1
1938	Hidro-Elétrica Alto Alentejo	1
1938	Sociedade Italo-Portuguesa de Construções	1

Data	Acontecimentos	Fonte
1939		
13/05/1939	prof. J. Ferreira Dias Jr. (1900–1966) mandatado para representar a instituição no Congresso de Eletricidade.	ACE, Livro 4º
21/10/1939	prof. Adrião de Sequeira apresenta moção ao CE sobre o elevado nível de reprovações e o modo de combater este insucesso.	ACE, Livro 4º

Ano	Empresa	Tirocinantes
1939	Construções e Reparações Elétricas, Lda.	8
1939	Obras no Teatro Éden	7
1939	Junta Autónoma das Obras de Hidráulica Agrícola	6
1939	Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses	5
1939	Direção Geral dos Serviços Hidráulicos e Elétricos	5
1939	Junta Autónoma de Estradas	5
1939	Casa da Moeda	4
1939	CRGE	4
1939	Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais	4
1939	Fábrica Portugal	4
1939	Administração do Porto de Lisboa	3
1939	Administração dos Portos do Douro e Leixões	3
1939	Câmara Municipal de Lisboa	3
1939	CUF	2
1939	Direção Geral dos Caminhos de Ferro	2
1939	Empresa de Sondagens e Fundações, Lda.	2
1939	Fundição de Oeiras	2
1939	Obras no Edifício do Diário de Notícias	2
1939	Sociedade Estoril	2
1939	Waldemar Jara de Orey	2
1939	Administração Geral dos Serviços Hidráulicos e Elétricos	1
1939	Arsenal da Marinha	1
1939	Comissão Fiscalizadora das Obras de Abastecimento de Água à Cidade de Lisboa	1

Ano	Empresa	Tirocinantes
1939	Companhia Cimento Tejo	1
1939	Companhia da Fábrica de Cerâmica Lusitânia	1
1939	Companhia das Águas de Lisboa	1
1939	Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses da Beira Alta	1
1939	Direção dos Serviços de Melhoramentos Rurais	1
1939	Direção Geral de Saúde	1
1939	Emissora Nacional	1
1939	Empresa Nacional de Publicidade	1
1939	ERG, Lda.	1
1939	Hidro-Elétrica Alto Alentejo	1
1939	Junta Autónoma do Porto e Barra da Figueira da Foz	1
1939	L. Dargent, Lda.	1
1939	OPCA	1
1939	Ricardo E. Teixeira Duarte	1
1939	Sociedade de Empreendimentos Comerciais e Industriais	1
1939	Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidráulicos, Lda.	1
1939	Sociedade Estoril Plage	1
1939	Sociedade Portuguesa de Fibro-Cimento	1
1939	The Anglo Portuguese Telephone Co., Lda	1

Data	Acontecimentos	Fonte
1940		
10/01/1940	Instituído prémio para melhor aluno de química, no valor de 5000 escudos anuais, oferecido por Martin Sain	ACE, Livro 4º
11/07/1940	Visita de filiados da Mocidade Portuguesa.	



ANTT, PT-TT-EPJS-SF-001-001-0076-21840
Imagem cedida pelo ANTT

Data	Acontecimentos	Fonte
31/07/1940	A Ordem dos Engenheiros e o IST decidem dar o nome de Charles Lepierre ao Laboratório de Química Analítica (despacho de 18-07-1940, decisão tomada a 15-05-1940).	ACE, Livro 4º
28/08/1940	Nomeação de Mário de Figueiredo para ministro da Educação Nacional.	
outubro	Criação da Secção de Folhas da AEIST (ano letivo 1940-41).	Maurício 2008, p. 57; Noticiário AEIST, nº 6, 1956, p. 4
02/12/1940	Duarte Pacheco agraciado com a Grã-Cruz da Ordem de Santiago da Espada.	
11/12/1940	A. de Saint-Exupéry (1900–1944) dá uma palestra no IST.	Pinheiro, M., 2011, Biografia de Lisboa, p. 332–333.

Ano	Empresa	Tirocinantes
1940	Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses	7
1940	Carris	6
1940	Administração do Porto de Lisboa	5
1940	CRGE	3
1940	Junta Autónoma de Estradas	3
1940	Refinaria Colonial	3
1940	Câmara Municipal de Lisboa	2
1940	Companhia dos Telefones	2
1940	Direção Geral dos Caminhos de Ferro	2
1940	Direção Geral dos Serviços Hidráulicos e Elétricos	2
1940	Direção Serviços de Melhoramentos Rurais	2
1940	Empresa Nacional de Aparelhagem Elétrica	2
1940	Sociedade Estoril	2
1940	Sociedade Lusitana de Eletricidade	2
1940	Administração Geral dos Serviços Hidráulicos e Elétricos	1
1940	Arsenal da Marinha	1
1940	Arsenal do Alfeite	1
1940	Companhia da Fábrica de Cerâmica Lusitânia	1
1940	Companhia das Águas de Lisboa	1
1940	Companhia Industrial de Portugal e Colónias	1
1940	Construções Reparações Elétricas, Lda	1
1940	Constructions Electriques de Charleroi	1
1940	Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais	1
1940	Duarte Ferreira & Filhos	1
1940	Emissora Nacional	1

Ano	Empresa	Tirocinantes
1940	Empresa de Sondagens e Fundações, Lda.	1
1940	ERG, Lda.	1
1940	Exposição do Mundo Português	1
1940	Fábricas Vulcano & Colares	1
1940	Fundição de Oeiras	1
1940	Hidro-Elétrica Alto Alentejo	1
1940	Instituto Português de Combustíveis	1
1940	Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário	1
1940	Junta Geral Autónoma das Obras do Distrito de Ponta Delgada	1
1940	L. Dargent, Lda.	1
1940	Oficinas Gerais de Material Aeronáutico	1
1940	Reparadora Eletromecânica, Lda.	1
1940	Ricardo E. Teixeira Duarte	1
1940	Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidráulicos, Lda.	1
1940	Sociedade Lusitana de Hidráulica Geral, Lda	1
1940	Vista Alegre	1

Data	Acontecimentos	Fonte
1941		
Neste ano	Concluída a construção do campus.	Nero/Monteiro, 1985, p. 12
		
Vista aérea sobre o Instituto Superior Técnico”, AFCML, B083699, Autor: Amadeu Ferrai. [194-]		
01/01/1941	Falecimento de Alfredo Bensaúde, em Ponta Delgada.	
06/02/1941	„Palavras lidas na Academia de Ciências de Lisboa“ pelo prof. Herculano de Carvalho, em sessão de homenagem a Alfredo Bensaúde.	
08/11/1941	Prof. Adrião Sequeira refere a existência de uma tabacaria à porta do IST „onde há jogos de cartas e se vendem bebidas. Pelo mal que isto representa para os alunos deste instituto, que aí vão perder grande parte do seu tempo, julga que a continuação deste estabelecimento deve ser condicionada à não existência nele destes passatempos prejudiciais aos estudantes. Outro caso para que chama também a atenção do conselho é o facto da Associação de Estudantes se conservar aberta durante o tempo das aulas. Lá também os alunos se entretêm a jogar o bridge e outros passatempos que os levam a faltar às aulas.“ Foi comunicado pelo presidente que irá tentar proibir os jogos a dinheiro, mas que não pode encerrar a Associação durante as horas de aulas, „não só nem todos os alunos têm todo o seu tempo diário consumido pelas aulas, como ainda porque, sendo as aulas teóricas livres não há regulamentarmente meio de impedir que os alunos falem às aulas.	ACE, Livro 4º
21/11/1941	Decreto-lei nº 31658 sobre propinas nas universidades, originando contestação estudantil, apelidada de „questão das propinas“.	

Data	Acontecimentos	Fonte
06/12/1941	Oficializados cinco museus e respetivas direções: Museu Alfredo Bensaúde, a cargo do prof. Amílcar de Jesus, Museu de Geologia, a cargo do prof. Ernest Fleury, Museu Fonseca Benevides, a cargo do prof. António da Silveira, Museu de Minas.	ACE, Livro 4º

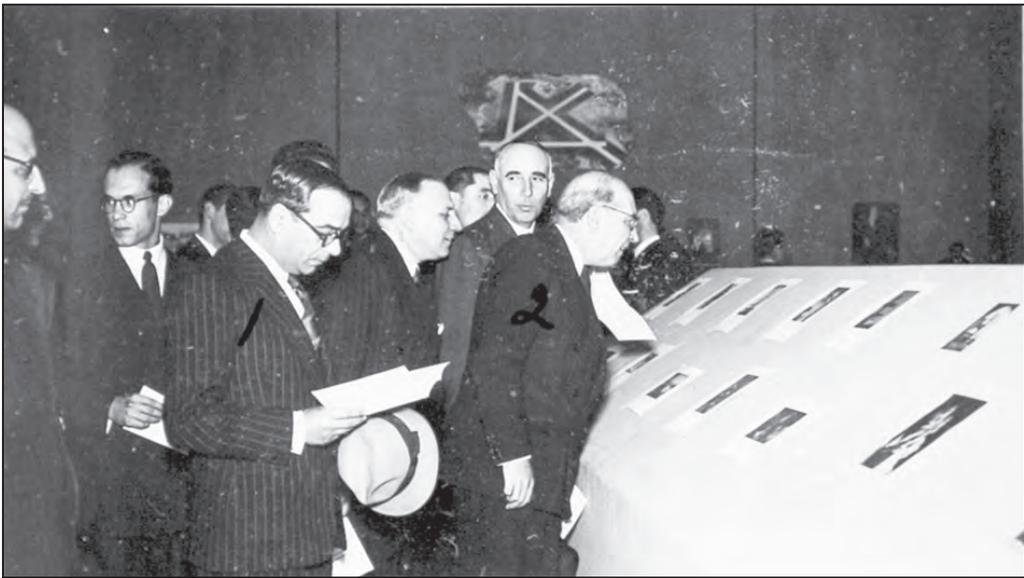
Ano	Empresa	Tirocinantes
1941	Construções e Reparações Elétricas, Lda	9
1941	Empresa de Sondagens e Fundações, Lda.	9
1941	Junta Autónoma de Estradas	8
1941	CUF	7
1941	Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses	5
1941	Arsenal do Alfeite	4
1941	Câmara Municipal de Lisboa	4
1941	Corporação Mercantil Portuguesa	4
1941	Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais	4
1941	Administração do Porto de Lisboa	3
1941	CRGE	2
1941	Eng. Virgílio Preto	2
1941	Fábrica de Fibro-Cimento Lusalite	2
1941	L. Dargent, Lda.	2
1941	Sociedade de Construções Aliança, Lda.	2
1941	Administração Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones	1
1941	Administração Geral dos Serviços Hidráulicos e Elétricos	1
1941	Arsenal da Marinha	1
1941	Carris	1
1941	Cerâmica de Palença, Lda.	1
1941	Comissão de Obras da Base Naval de Lisboa	1
1941	Companhia da Fábrica de Cerâmica Lusitânia	1
1941	Companhia das Águas de Lisboa	1
1941	Companhia Industrial Portugal e Colónias	1
1941	Direção das Obras Públicas do Distrito de Ponta Delgada	1
1941	Direção dos Portos de Leixões e Douro	1
1941	Direção Geral dos Caminhos de Ferro	1
1941	Junta Autónoma das Obras de Hidráulica Agrícola	1
1941	Junta Autónoma dos Portos do Barlavento do Algarve	1
1941	Oficinas Gerais de Material Aeronáutico	1
1941	Reparadora Eletromecânica, Lda.	1
1941	União Elétrica Portuguesa	1

Data	Acontecimentos	Fonte
1942		
Neste ano	Criação do Centro de Estudos de Mecânica Aplicada no campus do IST, posteriormente designado Centro de Estudos de Engenharia Civil (CEEC).	
19/03/1942	A lei nº 1991 introduz disposições condicionando a atividade dos engenheiros e de arquitetos estrangeiros em Portugal.	DG, nº 64, 1ª série, 19/03/1942
25/04/1942	Inauguração da Exposição de materiais alemães (Ausstellung deutscher Werkstoffe).	
20/10/1942	prof. José de Mascarenhas Pedroso Belard da Fonseca (1889–1969) substitui António Herculano de Carvalho como diretor do IST e presidente do CE.	ACE, Livro 5º
05/11/1942	Arquiteto Porfírio Pardal Monteiro encarregue da direção artística dos jardins.	ACE, Livro 5º
05/11/1942	Aberta subscrição para aquisição de um busto evocativo de Alfredo Bensaúde e de um retrato a óleo de Manuel de Brito Camacho (1862–1934).	ACE, Livro 5º
05/11/1942	prof. António da Silveira (1904–1985) dirige o Boletim do IST.	ACE, Livro 5º
05/11/1942	prof. Adrião de Sequeira eleito diretor da biblioteca e encarregue das relações entre o CE a AE.	ACE, Livro 5º

Ano	Empresa	Tirocinantes
1942	Junta Autónoma das Obras de Hidráulica Agrícola	12
1942	CUF	6
1942	Junta Autónoma de Estradas	5
1942	Administração Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones	1
1942	Câmara Municipal de Lisboa	1
1942	Comissão de Obras da Base Naval de Lisboa	1
1942	Comissão Reguladora de Produtos Químicos e Farmacêuticos	1
1942	Companhia da Fábrica de Cerâmica Lusitânia	1
1942	Companhia Industrial de Portugal e Colónias	1
1942	Companhia Industrial Portuguesa	1
1942	CRGE	1
1942	Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais	1
1942	Emissora Nacional	1
1942	Empresa Hidro-Elétrica da Serra da Estrela, Lda.	1
1942	Fábrica Zarcão Ferreira Pinto Balsemão, Lda.	1
1942	Fábricas Vulcano & Colares	1
1942	L. Dargent, Lda.	1
1942	Secção de Construções de Casas Económicas	1

Data	Acontecimentos	Fonte
1943		
28/01/1943	Encomendado ao escultor António Duarte (1912–1998) o busto de Alfredo Bensaúde.	ACE, Livro 5º
28/01/1943	Instituído pelo Rotary Club um prémio no valor de 1000 escudos para o melhor aluno do ano.	ACE, Livro 5º
28/01/1943	Instituído pela firma Pimentel & Casquinho o prémio Bordalo Pinheiro no valor de 1000 escudos para melhor aluno em desenho técnico.	ACE, Livro 5º
07/05/1943	Homenagem ao prof. Doutor A. A. Ferreira de Macedo	
		
<small>ANTT, PT-TT-EPJS-SF-001-001-0086-0592R Imagem cedida pelo ANTT</small>		
25/05/1943	A 4 de julho realizar-se-á no aeroporto de Sacavém a primeira manifestação de aviação promovida pelo Centro de Estudos Aeronáuticos da AE.	ACE, Livro 5º
25/05/1943	Universidade Técnica solicita organização de subscrição entre o pessoal docente e discente a favor dos estudantes universitários gregos. Entre os alunos a tarefa deve ficar a cargo da AE.	ACE, Livro 5º
28/11/1943	Presidente do CE alerta para a necessidade de obras de beneficiação na sala da Associação dos Estudantes.	ACE, Livro 5º
16/12/1943	Sessão extraordinária do CE pelo falecimento do prof. Duarte Pacheco.	ACE, Livro 5º

Ano	Empresa	Tirocinantes
1943	CUF	9
1943	Sociedade Estoril	4
1943	Câmara Municipal de Lisboa	3
1943	Carris	2
1943	Companhia da Fábrica de Cerâmica Lusitânia	2
1943	Direção Geral dos Serviços Hidráulicos e Elétricos	2
1943	Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais	2
1943	L. Dargent, Lda.	2
1943	Administração dos Portos do Douro e Leixões	1
1943	Administração Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones	1
1943	Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses da Beira Alta	1
1943	Constructora Moderna, Lda.	1
1943	CRGE	1
1943	Empresa Hidro-Elétrica da Serra da Estrela, Lda.	1
1943	Missão de Estudos e Construções dos Edifícios da Província de Angola	1
1943	Sociedade de Construções e Reparações Navais, Lda.	1

Data	Acontecimentos	Fonte
1944		
28/03/1944	Inauguração da IV Exposição de Fotografia pelo ministro e pelo secretário de estado da Educação.	
		
12/07/1944	Ginástica é obrigatória para o 1º e 2º anos.	ACE, Livro 5º
31/03/1944	As equipas do IST e do ISCEF momentos antes de disputarem a final do Campeonato Universitário de Futebol que a primeira ganhou por 2-0.	

ANTT, PT-TT-EPJS-SF-001-001-0090-0383S-
Imagem cedida pelo ANTT

Data	Acontecimentos	Fonte
		
ANTT, PT-TT-EPJS-SF-001-001-0090-0400S Imagem cedida pelo ANTT		
06/09/1944	José Caeiro da Mata nomeado ministro da Educação Nacional.	
04/11/1944	Inauguração da Exposição Construção Colonial, no IST.	Técnica, Ano XX, 1944, p. 120.

Ano	Empresa	Tirocinantes
1944	CUF	11
1944	Junta Autónoma de Estradas	7
1944	Carris	2
1944	Companhia das Águas de Lisboa	2
1944	Sociedade Estoril	2
1944	Administração Geral dos Serviços Hidráulicos	1
1944	Arsenal do Alfeite	1
1944	CRGE	1
1944	Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais	1
1944	Fábrica de Fibro-Cimento Lusalite	1
1944	Fábrica Portugal	1
1944	Heine & Co.	1
1944	Oficinas Gerais de Material Aeronáutico	1
1944	Ricardo E. Teixeira Duarte	1

Data	Acontecimentos	Fonte
1945		
Neste ano	Maria Amélia Chaves, engenheira civil do IST, é a primeira mulher inscrita na Ordem dos Engenheiros.	AAEIST revista aeist, ano 4, nº 7, 2004

Data	Acontecimentos	Fonte
28/02/1945	O prof. Adrião de Sequeira na qualidade de diretor da biblioteca, informa estar concluída a catalogação e fichagem dos livros e revistas e que os mesmos estão separados por cursos.	ACE, Livro 5º
28/02/1945	Funciona curso livre de aeronáutica com 13 alunos e programa elaborado pelo prof. Artur Varela Cid.	ACE, Livro 5º
28/03/1945	Decreto-lei nº 34467 determina que o resultado dos exames de doutoramento em todas as faculdades, institutos e escolas superiores seja expresso em valores, de harmonia com a escala de 0 a 20, considerando-se excluídos os candidatos que obtiverem classificação inferior a 16 valores.	
02/04/1945	Partida dos alunos finalistas do curso de minas para Espanha, acompanhados pelo prof. Pedro Monteiro de Barros.	



ANTT, PT-TT-EPJS-SF-001-001-0092-0204T
Imagem cedida pelo ANTT

04/05/1945	„O vogal prof. Monteiro de Barros faz ao Conselho um desenvolvido relato da excursão a Espanha dos alunos do último ano de minas. (...) Termina fazendo votos por que todos os anos se realizem excursões semelhantes porque são de um alto interesse para o ensino. O sr. Presidente explica que (...) tem lutado sempre com a falta de verba, visto que a quantia destinada no orçamento a excursões e visitas de estudo é insignificante.“	ACE, Livro 5º
------------	---	---------------

Data	Acontecimentos	Fonte
04/05/1945	„Para estimular o trabalho dos seus alunos o prof. Manuel Barros propõe a atribuição de um prémio pecuniário por ele oferecido destinado ao melhor aluno da cadeira de turbinas hidráulicas.“	ACE, Livro 5º
outubro	Criação da Secção Pedagógica da AEIST (ano letivo 1945–46).	Técnica, nº 209–210, 1951, p. 367
17/11/1945	Portaria nº 11170: O azul é a cor distintiva do traje académico dos professores do IST.	DG, nº 256, 1ª série, 17/11/1945

Ano	Empresa	Tirocinantes
1945	Companhia da Fábrica de Cerâmica Lusitânia	6
1945	Empresa de Sondagens e Fundações, Lda.	3
1945	Carris	2
1945	Fundição de Oeiras	2
1945	Sociedade de Construções e Reparações Navais, Lda.	2
1945	Administração Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones	1
1945	Couto Mineiro da Borralha	1
1945	Couto Mineiro da Cardoso	1
1945	CRGE	1
1945	Direção Geral dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos	1

Data	Acontecimentos	Fonte
1946		
19/11/1946	Criação do Laboratório de Engenharia Civil (LEC). Extinto o Laboratório de Ensaio e Estudo de Materiais da DGEMN e transferido para o novo organismo o respetivo pessoal, equipamento e instalações (decreto-lei nº 35957).	DG, nº 263, 1ª série, 19/11/1946
23/11/1946	Decreto-lei nº 35989 autoriza o MEN a adjudicar a exploração das oficinas do IST a entidades particulares, devendo o diretor do IST propor, em cada caso, as condições de adjudicação.	DG, nº 267, 1ª série, 23/11/1946

Ano	Empresa	Tirocinantes
1946	Câmara Municipal de Lisboa	15
1946	CUF	8
1946	Administração do Porto de Lisboa	3
1946	Companhia da Fábrica de Cerâmica Lusitânia	3
1946	Comissão Administrativa dos Novos Edifícios Universitários	2
1946	Empresa de Sondagens e Fundações, Lda.	2
1946	L. Dargent, Lda.	2
1946	Mina de Jales	2
1946	Abastecimento de Águas da População da Baía dos Tigres	1
1946	Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses da Beira Alta	1
1946	Companhia Industrial Portuguesa	1
1946	CRGE	1
1946	Direção Geral dos Serviços de Urbanização	1
1946	Direção Geral dos Serviços Hidráulicos e Elétricos	1
1946	Empresa de Cimentos Lis	1
1946	Eng. Ângelo Ramalheira	1
1946	Mina de Jales	1
1946	Minas do Pejão	1
1946	Moniz da Maia, Lda.	1
1946	Obras da Base Naval de Lisboa	1
1946	Obras do Porto de Luanda	1

Data	Acontecimentos	Fonte
1947		
10/01/1947	Em reunião do CE pede-se ao professor Belard da Fonseca que, na sua qualidade de presidente da Ordem dos Engenheiros (OE), insista para a rápida regulamentação da profissão de engenheiro. O interpelado responde que o assunto está em vias de conclusão esperando que venha a ser apresentado ao próximo Congresso de Engenharia, no Porto.	ACE, Livro 6º

Data	Acontecimentos	Fonte
04/02/1947	Fernando Pires de Lima nomeado ministro da Educação Nacional.	
22/02/1947	Abertura do Torneio Luso-Espanhol de Esgrima, no ginásio.	
14/06/1947	Resolução do Conselho de Ministros desliga do serviço diversos funcionários civis e militares, sendo os seguintes do IST: bacharel António Augusto Ferreira de Macedo, professor catedrático, eng. Arnaldo Peres de Carvalho, professor catedrático, eng. João Lopes Raimundo.	DG, nº 138, 1ª série, 18/06/1947
30/06/1947	„Por motivo de diversas atitudes de carácter político, Sua Excelência o Ministro ordenou que a Direção tomasse imediatamente posse de todas as dependências da Associação de estudantes até que fosse nomeada uma comissão administrativa que deverá ser composta por membros da Organização da Mocidade Portuguesa.“	ACE, livro 6º
30/07/1947	prof. Adrião de Sequeira diretor interino.	ACE, Livro 6º
03/10/1947	CE toma conhecimento da extinção do Centro de Estudos de Engenharia Civil (CEEC) que passa a funcionar no Laboratório de Engenharia Civil (LEC) do ministério das Obras Públicas. São prometidas ao instituto todas as facilidades para que os alunos possam utilizar o laboratório.	ACE, Livro 6º

Ano	Empresa	Tirocinantes
1947	Administração do Porto de Lisboa	5
1947	Câmara Municipal de Lisboa	5
1947	CUF	3
1947	Beralt, Tin & Wolfram, Ltd.	2
1947	Caminhos de Ferro Sul e Sueste	2
1947	Comissão Administrativa dos Novos Edifícios Universitários	2
1947	Companhia Industrial Portuguesa	2
1947	Construtora Moderna	2
1947	Direção Geral dos Serviços Hidráulicos e Elétricos	2
1947	Minas da Serra da Lousã	2
1947	Obras Públicas da Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal	2
1947	Oficinas Gerais de Material de Engenharia	2
1947	Administração Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones	1
1947	Arsenal do Alfeite	1
1947	Centro Aviação Naval do Bom Sucesso	1
1947	Colónia de Angola	1
1947	Companhia Cimento Tejo	1
1947	Companhia dos Carvões Cimentos do Cabo Mondego	1

Ano	Empresa	Tirocinantes
1947	Costa Mota, Lda.	1
1947	CRGE	1
1947	Direção das Obras Públicas do Distrito de Ponta Delgada	1
1947	Fábrica Portugal	1
1947	Gabinete Técnico dos Aeródromos Cíveis	1
1947	Hidro-Elétrica Alto Alentejo	1
1947	Junta Autónoma de Estradas	1
1947	Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário	1
1947	Manufatura Nacional da Borracha	1
1947	Mina do Espadenal	1
1947	Minas de Aljustrel	1
1947	Minas de São Domingos	1
1947	Obras do Porto de Luanda	1
1947	Rádio Philips Portuguesa	1
1947	Refinaria Angola, Lda.	1
1947	Refinaria Colonial	1
1947	Sociedade de Mármore de Vila Viçosa, Lda.	1
1947	Sociedade Portuguesa de Fibro-Cimento	1
1947	Standard Elétrica	1

Data	Acontecimentos	Fonte
1948		
06/03/1948	Anunciam-se para dia 8 do corrente conferências sobre o problema social português.	ACE, Livro 6º
20/04/1948	Eng. Manuel Rocha pede a sua exoneração por ter sido nomeado para o quadro do Laboratório de Engenharia Civil (LEC).	ACE, Livro 6º



Lisboa, avenida António Augusto de Aguiar. Busto de Manuel Rocha (1913-1981) em frente a Ordem dos Engenheiros.
Foto: J F Branco

Data	Acontecimentos	Fonte
27/04/1948	Aprovado por unanimidade envio de um telegrama de saudação pela passagem do „vigésimo aniversário da entrada do doutor Oliveira Salazar para o Governo da Nação.“	ACE, Livro 6º
28/05/1948	Inaugurada a exposição „15 Anos de Obras Públicas, 1932-1947“ promovida pelo ministério das Obras Públicas nas instalações do IST.	
		
Instituto Superior Técnico, Exposição de Obras Públicas, 1932-1947. AFCML BO87192. Autor: António Passaporte, 1948		
03/06/1948	CE propõe ao governo criação de lugares de professores extraordinários no IST.	ACE, Livro 6º
12/06/1948	Presidente da República inaugura primeiro túnel aerodinâmico do país.	
24/09/1948	Tem início a reunião do Comité Jurídico da Organização da Aviação Civil Internacional.	Brandão 2008
07/11/1948	No IST, presidente do Conselho entrega insígnias da Grã-Cruz de Cristo ao ministro das Obras Públicas, engº Frederico Ulrich, homenageando simultaneamente a memória de Duarte Pacheco.	Brandão 2008

Ano	Empresa	Tirocinantes
1948	Fábrica de Papel da Lousã	5
1948	Câmara Municipal de Lisboa	4
1948	Carris	4
1948	Comissão Administrativa dos Aproveitamentos Hidráulicos da Madeira	4
1948	Companhia Açúcar de Angola	4
1948	Administração do Porto de Lisboa	2

Ano	Empresa	Tirocinantes
1948	Administração Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones	2
1948	Beralt, Tin & Wolfram, Ltd	2
1948	Comissão Administrativa dos Aproveitamentos Hidráulicos da Madeira	2
1948	Companhia da Fábrica de Cerâmica Lusitânia	2
1948	Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses	2
1948	Companhia Industrial Portuguesa	2
1948	Companhia Portuguesa Rádio Marconi	2
1948	Crel	2
1948	Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais	2
1948	Empresa de Cimentos Lis	2
1948	Fábrica de Material de Guerra de Braço de Prata	2
1948	Fundição de Oeiras	2
1948	Junta Autónoma das Obras de Hidráulica Agrícola	2
1948	Junta Nacional da Cortiça	2
1948	Mason and Barry, Lda	2
1948	Metalúrgica Duarte Ferreira	2
1948	Refinaria Angola, Lda.	2
1948	Teixeira Duarte	2
1948	Alba	1
1948	Alfredo Alves & Companhia	1
1948	Amadeu Gaudêncio, Lda.	1
1948	Arsenal do Alfeite	1
1948	Câmara Municipal do Porto	1
1948	Central Tejo	1
1948	Comissão Administrativa dos Novos Edifícios Universitários	1
1948	Companhia Cimento Tejo	1
1948	Companhia Colonial de Navegação	1
1948	Companhia das Minas Carvão São Pedro da Cova	1
1948	Companhia dos Telefones	1
1948	CRGE	1
1948	CUF	1
1948	Direção Geral dos Serviços de Urbanização	1
1948	Empresa de Cimentos de Leiria	1
1948	Empresa Hidro-Elétrica da Serra da Estrela Lda.	1
1948	Eng. Manuel Bravo	1
1948	Estaleiros Navais do Mondego	1
1948	Fábrica de Gás da Matinha	1
1948	Fábrica de Produtos Cerâmicos da Abrigada	1
1948	Fábrica de Sulfureto de Carbono	1
1948	Fábrica Portugal	1
1948	Gabinete Técnico dos Aeródromos Civis	1

Ano	Empresa	Tirocinantes
1948	Junta Autónoma da Ria e Barra de Aveiro	1
1948	Junta Autónoma de Estradas	1
1948	Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal	1
1948	Minas da Borralha	1
1948	Minas de Jales	1
1948	Obras do Porto de Luanda	1
1948	Oficinas Gerais de Material de Engenharia	1
1948	Refinaria Colonial	1
1948	Reparadora Eletromecânica,Lda.	1
1948	Sacor	1
1948	Serviços Elétricos e Comunicações do ministério da Marinha	1
1948	Sociedade Central de Cervejas	1
1948	Sociedade Estoril	1
1948	Sociedade Nacional de Canalizações	1

Data	Acontecimentos	Fonte
1949		
Neste ano	Segunda edição das „Notas histórico-pedagógicas do Instituto Superior Técnico“, de Alfredo Bensaúde, publicadas pela revista Técnica.	
01/02/1949	CE toma conhecimento da decisão superior vedando aos professores estrangeiros: intervir no governo das escolas; participar nos júris de exames e concursos; integrar conselhos escolares.	ACE, Livro 6º

Data	Acontecimentos	Fonte
23/02/1949	Ato solene de inauguração do busto de Alfredo Bensaúde.	ACE, Livro 6º, sessão de 25/01/1949
		Busto de Alfredo Bensaude (1856-1941) no átrio do pavilhão central, da autoria de António Duarte, inaugurado a 29 de fevereiro de 1949. Foto: J F Branco
17/03/1949	CE informa ministro não ter considerado, até à data, a possibilidade de atribuir o grau de doutor em engenharia a seus ex-alunos.	ACE, Livro 6º
16/04/1949	Abertura solene do Congresso Internacional de História de Arte nas instalações do IST.	Brandão 2008
17/04/1949	Início do XVI Congresso Internacional de Geografia nas instalações do IST.	ACE, Livro 6º
27/04/1949	Decreto-lei nº 37390 cria no quadro do IST o lugar de professor secretário e define as suas atribuições.	DG, nº 88
02/05/1949	prof. José de Mascarenhas Belard (1889–1969) da Fonseca reassume a direção da instituição.	ACE, Livro 6º
07/06/1949	Portaria nº 12846 estabelece modelo de carta para os diplomados pelo IST que sejam submetidos e obtenham aprovação no exame final do curso.	DG, nº 122
09/07/1949	Decreto-lei nº 37447: Disposições relativas ao exercício em Portugal da profissão de engenheiro por estrangeiros diplomados em escolas não portuguesas.	DG, nº 149
outubro	Criação da Secção de Propaganda da AEIST (ano letivo 1949–50)	Maurício 2008, p. 60; Noticiário da AEIST, nº 6, 1956, p. 6

Ano	Empresa	Tirocinantes
1949	Construções e Reparações Elétricas, Lda.	15
1949	CUF	10
1949	Fundição do Bom Sucesso e Ouro, Lda	7
1949	Câmara Municipal de Lisboa	4
1949	Comissão Administrativa dos Novos Edifícios Universitários	3
1949	Oficinas Gerais de Material de Engenharia	3
1949	Beralt, Tin & Wolfram, Ltd	2
1949	Carris	2
1949	Companhia Cimento Tejo	2
1949	Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses	2
1949	Direção Geral de Aeronáutica Civil	2
1949	Direção Geral dos Serviços Hidráulicos e Elétricos	2
1949	Fábrica de Tintas de Sacavém SARL	2
1949	Fundição de Oeiras	2
1949	Junta Autónoma de Estradas	2
1949	Junta Autónoma do Porto de Setúbal	2
1949	Junta Nacional da Cortiça	2
1949	Sociedade de Construção Amadeu Gaudêncio, Lda.	2
1949	Sociedade Estoril	2
1949	União Elétrica Portuguesa	2
1949	Administração do Porto de Lisboa	1
1949	Administração dos Portos do Douro e Leixões	1
1949	Administração Geral do Porto de Leixões	1
1949	Administração Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones	1
1949	Administração Geral dos Serviços Hidráulicos	1
1949	Alba	1
1949	António Veiga	1
1949	Arsenal do Alfeite	1
1949	Associação Industrial Portuguesa	1
1949	Companhia dos Telefones	1
1949	Companhia Fábrica Cerâmica Lusitana	1
1949	Companhia Industrial Portuguesa	1
1949	Construções Hospitalares	1
1949	Construções Técnicas, Lda	1
1949	Construtora Moderna	1
1949	CRGE	1
1949	Departamento Geral de Aeronáutica Civil	1
1949	Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais	1
1949	Duarte Ferreira & Filhos	1
1949	Empresa de Cimentos de Leiria	1
1949	Empresa de Cimentos Lis	1

Ano	Empresa	Tirocinantes
1949	Empresa de Sondagens e Fundações, Lda.	1
1949	Empresa Nacional de Aparelhagem Elétrica	1
1949	ERG, Lda.	1
1949	Fábrica Cerâmica Excelsior	1
1949	Fábrica Cimento Tejo	1
1949	Fábrica de Cervejas Portugália	1
1949	Fábrica de Lanifícios Manuel Dinis	1
1949	Fábrica de Sabões da Companhia União Fabril de Lisboa	1
1949	Fabrica Nacional de Cimentos La Vega	1
1949	Fábrica Portugal	1
1949	Fábrica Vidros Gaivota	1
1949	Fundição de Oeiras	1
1949	Hidro-Elétrica Alto Alentejo	1
1949	Império, Lda.	1
1949	Instituto Português de Combustíveis	1
1949	Jacinto Bettencourt	1
1949	Junta Autónoma das Obras de Hidráulica Agrícola	1
1949	Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário	1
1949	Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal	1
1949	Mesquita, Lda.	1
1949	Metalúrgica Duarte Ferreira	1
1949	Minas de Jales	1
1949	Oficinas da CP	1
1949	Oficinas Gerais de Material Aeronáutico	1
1949	OPCA	1
1949	S.A. des Ateliers de Sécheron	1
1949	Sacor	1
1949	Saufer	1
1949	Serviços Elétricos de Comunicação do ministério da Marinha	1
1949	Sociedade Construção de Engenharia, Lda	1
1949	Sociedade de Urbanização, Fomento e Indústria, Lda	1
1949	Sociedade Empresarial de Trabalhos Hidráulicos	1

Data	Acontecimentos	Fonte
1950		
janeiro	Presos estudantes do IST com outros dirigentes do MUD Juvenil.	Contributos [CD].
10/05/1950	Decreto-lei nº 37816 permite aos assistentes das escolas superiores a admissão ao doutoramento no grupo ou secção a que estiverem adstritos, embora não possuam a licenciatura correspondente, desde que o CE assim o resolva.	DG, nº 84

Data	Acontecimentos	Fonte
06/06/1950	Assembleia geral aprova novos estatutos da AEIST.	AAEIST Estatutos da AEIST, Lisboa, 1951
23/10/1950	Abertura do XX Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências nas instalações do IST.	Brandão 2008
13/12/1950	Marcelo Caetano declina convite para lecionar Economia Política, por acumulação de afazeres.	ACE, Livro 7º

Ano	Empresa	Tirocinantes
1950	Construção e Arruamentos, Lda.	20
1950	Construções e Reparações Elétricas, Lda.	7
1950	Direção Urbanização de Faro	7
1950	CUF	5
1950	Comissão Administrativa das Novas Instalações para a Marinha	4
1950	Companhia Cimento Tejo	4
1950	Direção dos Serviços de Salubridade	4
1950	Fábrica Portugal	4
1950	Junta Autónoma de Estradas	4
1950	Câmara Municipal de Lisboa	3
1950	Construtora Moderna	3
1950	Comissão Reguladora de Produtos Químicos e Farmacêuticos	2
1950	Companhia da Fábrica de Cerâmica Lusitânia	2
1950	Companhia das Águas de Lisboa	2
1950	Covina	2
1950	Direção Geral de Aeronáutica Civil	2
1950	Direção Geral Edifícios e Monumentos Nacionais	2
1950	Direção Geral Serviços Hidráulicos e Elétricos	2
1950	Empresa Nacional de Aparelhagem Elétrica	2
1950	Federação das Caixas de Previdência	2
1950	Fundição de Oeiras	2
1950	Hidro-Elétrica Alto Alentejo	2
1950	Obras do Novo Hospital Escolar	2
1950	Oficinas Gerais de Material de Engenharia	2
1950	OPCA	2
1950	Sociedade Estoril	2
1950	TAP	2
1950	Administração do Porto de Lisboa	1
1950	Administração Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones	1
1950	Amadeu Gaudêncio, Lda.	1
1950	António Veiga	1
1950	Arsenal do Alfeite	1

Ano	Empresa	Tirocinantes
1950	Carris	1
1950	Cerâmica Lusitania	1
1950	Cinema São Jorge	1
1950	Comissão Administrativa dos Aproveitamentos Hidráulicos da Madeira	1
1950	Comissão Administrativa dos Novos Edifícios Universitários	1
1950	Companhia das Minas Carvão São Pedro da Cova	1
1950	Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses	1
1950	Companhia dos Telefones	1
1950	Companhia Hidro-Elétrica do Zêzere	1
1950	Construções Técnicas, Lda	1
1950	CRGE	1
1950	Direção dos Serviços de Pontes	1
1950	Direção Geral Serviços Urbanização	1
1950	Direção Geral Serviços Urbanização	1
1950	Divisão Hidráulica do Guadiana	1
1950	Duarte Ferreira & Filhos	1
1950	Empresa de Cimentos de Leiria	1
1950	Empresa de Sondagens e Fundações, Lda.	1
1950	Empresa Hidro-Elétrica da Serra da Estrela Lda.	1
1950	Eng. Alvaro de Melo Gouveia	1
1950	Eng. Ângelo Ramalheira	1
1950	Eng. António Simões Crespo	1
1950	Eng. Nuno Abrantes	1
1950	Escola Prática de Engenharia Tancos	1
1950	Fábrica de Cerveja Estrela	1
1950	Fábrica de Cimento Portland Lis	1
1950	Fábrica de Gás da Matinha	1
1950	Fábrica de Vidros das Gaivotas	1
1950	Fábricas Vulcano & Colares	1
1950	Fundição de Oeiras	1
1950	IBM Portuguesa	1
1950	Junta Autónoma dos Portos do Barlavento do Algarve	1
1950	Junta Nacional de Produtos Pecuários	1
1950	Laboratório Central Eletrotécnico	1
1950	Laboratório de Aferição de Contadores	1
1950	Laboratório de Eletricidade da Direção Geral dos Serviços Elétricos	1
1950	Laboratório de Engenharia Civil	1
1950	Laboratório dos Serviços Rádio-Elétricos CTT	1
1950	Metalúrgica Duarte Ferreira	1
1950	Mina de Urgeiriça	1
1950	Minas da Borralha	1

Ano	Empresa	Tirocinantes
1950	Minas de Ervedosa	1
1950	Minas de São Domingos	1
1950	Mines et Industries, S.A.	1
1950	Oficinas Augusto Martins Pereira (Alba)	1
1950	Oficinas da CP	1
1950	Oficinas da S.O.T.E.R.	1
1950	Oficinas Gerais de Material Aeronáutico	1
1950	Porto de Pesca de Pedrouços	1
1950	Refinaria Colonial	1
1950	Sacor	1
1950	Saufer, Lda.	1
1950	Secil	1
1950	Sociedade Construtora Portuguesa, Lda.	1
1950	Sociedade Empresa de Trabalhos Hidráulicos	1
1950	Sociedade Geral de Empreitadas, Lda	1
1950	Socony-Vacum Oil Co., Inc.	1
1950	Standard Elétrica	1
1950	Sufl	1

Data	Acontecimentos	Fonte
1951		
18/05/1951	Congresso Internacional de Câmaras de Comércio, a realizar a partir de 9 de junho, nas instalações do Pavilhão Central.	ACE, Livro 7º
15/06/1951	Decreto nº 38302 regula a forma de admissão do exame previsto no artº 1º, do decreto-lei nº 33231, de 15 de novembro de 1943, dos portugueses diplomados por escolas de engenharia estrangeiras que, para efeito do exercício profissional e do provimento em cargos públicos, pretendam fazer o referido exame.	DG, nº 121
17/07/1951	AEIST pede ao ministro a reintegração do prof. Ferreira de Macedo.	AAEIST A1 cx 91 nº 6
09/09/1951	Inauguração do X Congresso Internacional de Medicina do Trabalho, nas instalações do IST.	
12/11/1951	Primeira Semana de Receção ao Novo Aluno.	Maurício 2008, p. 8

Ano	Empresa	Tirocinantes
1951	Construções e Reparações Elétricas, Lda.	15
1951	CUF	7
1951	Fábrica Portugal	7
1951	Sociedade Estoril	7
1951	Oficinas Gerais de Material de Engenharia	5
1951	Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses	4
1951	Fundações da Igreja Santo Condestável	4
1951	Junta Autónoma de Estradas	4
1951	Metalúrgica Duarte Ferreira	4
1951	Sacor	4
1951	Empresa Hidro-Elétrica da Serra da Estrela Lda.	3
1951	Escola Prática de Engenharia de Tancos	3
1951	Fundição de Oeiras	3
1951	Guilherme Augusto de Oliveira Gama, Lda	3
1951	LNEC	3
1951	Standard Elétrica	3
1951	TAP	3
1951	Câmara Municipal de Lisboa	2
1951	Carris	2
1951	Companhia de Cimento Tejo	2
1951	Companhia de Cimentos Brancos	2
1951	Emissora Nacional	2
1951	Empresa de Sondagens e Fundações, Lda.	2

Ano	Empresa	Tirocinantes
1951	Minas de Jales	2
1951	Oficinas da CP	2
1951	Oficinas Gerais de Material Aeronáutico	2
1951	Posto de Radiosondagens de Lisboa	2
1951	Teixeira Duarte, Lda.	2
1951	Administração do Porto de Lisboa	1
1951	Amadeu Gaudêncio, Lda.	1
1951	António Veiga	1
1951	Arsenal do Alfeite	1
1951	Bairro Alvalade	1
1951	Barragem de Belver	1
1951	Barragem do Castelo do Bode	1
1951	Beralt, Tin & Wolfram, Ltd	1
1951	Câmara Municipal de Abrantes	1
1951	Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão	1
1951	Central Tejo	1
1951	Central Tejo e Pacote Império	1
1951	Centro Vidreiro do Norte de Portugal	1
1951	Comissão Administrativa das Novas Instalações para a Marinha	1
1951	Companhia Colonial de Navegação	1
1951	Companhia do Papel do Prado	1
1951	Companhia dos Telefones	1
1951	Companhia Fomento Colonial	1
1951	Companhia Geral de Angola	1
1951	Companhia Hidro-Elétrica do Zêzere	1
1951	Companhia Industrial Portuguesa	1
1951	Companhia Mineira do Lobito	1
1951	Construções Técnicas, Lda.	1
1951	CRGE	1
1951	Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais	1
1951	Direção Geral dos Serviços Urbanização	1
1951	Empresa de Cimentos de Leiria	1
1951	Empresa Ruy de Miller, Lda.	1
1951	Eng. Manuel Nunes Tiago	1
1951	Estabelecimento Fabril do ministério da Marinha	1
1951	Fábrica da Bombarda	1
1951	Fábrica de Cerveja Estrela	1
1951	Fábrica de Cervejas Portugália	1
1951	Fundição Aliança das Devezas	1
1951	Fundição de Oeiras	1
1951	Hidro-Elétrica do Côa	1

Ano	Empresa	Tirocinantes
1951	Instituto Português Conservas de Peixe	1
1951	Junta Autónoma do Porto e Barra da Figueira da Foz	1
1951	Junta Autónoma dos Portos do Sotavento do Algarve	1
1951	Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário	1
1951	L. Dargent, Lda.	1
1951	Laboratório Central Eletrotécnico	1
1951	Laboratório de Aferição de Contadores	1
1951	Leacock	1
1951	Matadouro Municipal de Lisboa	1
1951	Obras do Café Martinho	1
1951	Oficinas da CP	1
1951	OPCA	1
1951	Porto de Pesca de Pedrouços	1
1951	Refinaria Colonial	1
1951	Sociedade de Construções Técnicas, Lda	1
1951	Sociedade de Pesquisa, Captação Águas e Transporte	1
1951	Società Nazionale Sviluppo Industria Idrauliche	1

Data	Acontecimentos	Fonte
1952		
janeiro	Existe o Cineclube Universitário de Lisboa, por iniciativa da Secção Cultural da AEIST.	AAEIST A1 cx 210/5
janeiro	Junta de Delegados da AEIST aprova, por unanimidade, moção de protesto contra a cedência das instalações do IST para reunião da OTAN e suspensão das atividades escolares. Surgem inscrições „Viva a Paz“ e „O IST para os Estudantes“.	Contributos [CD]
fevereiro	Apesar da reunião da OTAN, mantêm-se os exames nas datas previstas.	Contributos [CD].

Data	Acontecimentos	Fonte
11/02/1952	A 9.ª Sessão do Conselho da OTAN realiza-se nas instalações do IST.	



ANTT; PT-TT-EPJS-SF-001-001-0108-0083AD
Imagem cedida pelo ANTT

11/08/1952	Decreto-lei nº 38858 determina a designação de Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC).	
outubro	Criação do Centro de Estudos de Química Nuclear.	

Ano	Empresa	Tirocinantes
1952	Construção da Ponte sobre o Tejo (Vila Franca de Xira)	11
1952	CUF	10
1952	Arsenal do Alfeite	6
1952	Missão de Estudo do Caminho de Ferro de Moçâmedes	6
1952	Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses	5
1952	Oficinas Gerais de Material Aeronáutico	5
1952	Fundição de Oeiras	4
1952	Hidro-Elétrica Alto Alentejo	4
1952	Oficinas da CP	4
1952	Administração do Porto de Lisboa	3
1952	Câmara Municipal de Lisboa	3
1952	Cibra	3
1952	Companhia Portuguesa da Rádio	3
1952	Carris	2
1952	Comissão Administrativa das Novas Instalações para a Marinha	2
1952	Comissão de Administração dos Novos Edifícios Escolares	2
1952	Couto Mineiro da Panasqueira	2
1952	Empresa de Sondagens e Fundações, Lda.	2
1952	Empresa Nacional de Aparelhagem Elétrica	2
1952	Eng. Luís L. Rodrigues dos Santos	2
1952	Gabinete de Estudos Hidráulicos Apagel	2

Ano	Empresa	Tirocinantes
1952	Liceu Charles Lepierre	2
1952	Metalúrgica Duarte Ferreira	2
1952	Missão de Estudo da Província de Moçambique	2
1952	Sufl	2
1952	Teixeira Duarte, Lda.	2
1952	Aeródromo de Tours	1
1952	Alfredo Alves & Companhia	1
1952	António Veiga	1
1952	Barragem de Belver	1
1952	Barragem do Castelo do Bode	1
1952	Cálculo de conduta em betão armado	1
1952	Cálculo parcial depósito em betão armado	1
1952	Câmara Municipal de Leiria	1
1952	Câmara Municipal de Portimão	1
1952	Câmara Municipal do Porto	1
1952	Central Pasteurizadora de Leite	1
1952	Centro Emissor Imperial de Barcarena	1
1952	Companhia Cimento Tejo	1
1952	Companhia Colonial de Navegação	1
1952	Companhia de Cimentos Brancos	1
1952	Companhia Hidro-Elétrica do Zêzere	1
1952	Companhia Industrial de Portugal e Colónias	1
1952	Companhia Industrial Portuguesa	1
1952	Companhia Nacional de Eletricidade	1
1952	Construções Técnicas, Lda.	1
1952	Constructora Moderna, Lda.	1
1952	CRGE	1
1952	Empresa Eletro-Cerâmica do Candal	1
1952	Empresa Eng. Jacinto dos Reis Bettencourt	1
1952	Eng. Vassalo e Silva	1
1952	Enterprise Deschiron	1
1952	Escola Prática de Engenharia de Tancos	1
1952	Estudo de Máquinas e Sistemas Elétricos Usados na Marinha	1
1952	Fábrica Caima Pulp. Co.	1
1952	Fábrica Cerâmica de Algoz	1
1952	Fábrica de Gás da Matinha	1
1952	Fábrica de Sulfato Amónio do Barreiro	1
1952	Fábrica de Tintas Fabrilaca	1
1952	Fábrica do Beato	1
1952	Fábrica Portugal	1
1952	H. Parry & Son, Lda.	1

Ano	Empresa	Tirocinantes
1952	Hospital Escolar do Porto	1
1952	Instituto Feminino de Odivelas	1
1952	Instituto Português Conservas de Peixe	1
1952	Institutos Fabris Orgânicos Central Tratamento de Óleos	1
1952	Junta Autónoma de Estradas	1
1952	Junta Autónoma dos Portos do Barlavento do Algarve	1
1952	L. Dargent, Lda.	1
1952	LNEC	1
1952	Matadouro Municipal de Lisboa	1
1952	Minas da Borralha	1
1952	Minas da Panasqueira	1
1952	Moniz da Maia & Vaz Guedes	1
1952	Obras da Igreja de São João de Deus	1
1952	Obras de Melhoramento Barra Portimão	1
1952	Obras do Instituto de Odivelas	1
1952	Obras Ribeira de São Lourenço	1
1952	Oficinas da CP	1
1952	Oficinas Gerais de Material de Engenharia	1
1952	Oliva	1
1952	OPCA	1
1952	Pardal Monteiro, Lda.	1
1952	Porto de Pesca de Pedrouços	1
1952	Projeto de uma barragem	1
1952	Província de Angola	1
1952	Refinaria Colonial	1
1952	Refinaria de Açúcar Raul de Carvalho	1
1952	S.A. Ferriere Acciaierie di Udine	1
1952	Sacor	1
1952	Secil	1
1952	Sociedade Elétrica do Oeste, Lda.	1
1952	Sociedade Empresa de Trabalhos Hidráulicos	1
1952	Sociedade Estoril	1
1952	Sociedade Reunidas Fábricas Metálicas, Lda.	1
1952	Standard Elétrica	1
1952	União Elétrica Portuguesa	1
1952	Visita de Estudo a Angola	1
1952	Vista Alegre	1

Data	Acontecimentos	Fonte
1953		
Neste ano	Criação do Centro de Estudos de Eletrónica.	
10/01/1953	CE contesta teor de um artigo sobre o desemprego dos engenheiros e a responsabilidade das duas escolas de engenharia, saído no Boletim da Ordem dos Engenheiros.	ACE, Livro 7º
15/04/1953	Abertura do I Congresso Nacional da Juventude Universitária Católica (JUC), que se realiza nas instalações do IST.	Amaral 2009; Entrevistas
15/07/1953	Aprovada realização de subscrição com vista a homenagear o prof. Mira Fernandes.	ACE, Livro 7º
15/07/1953	„Quanto ao cerimonial dos exames finais ficou aprovado que eles continuam a realizar-se nos anfiteatros, devendo porém o presidente do júri e os dois arguentes ocuparem a cátedra e o examinando a mesa ao lado da cátedra. O júri será constituído por todos os professores da respectiva especialidade, os quais deverão comparecer de toga e o examinando de casaca. O examinando deverá apresentar 5 exemplares do seu trabalho final, sendo 2 para os 2 arguentes e os 3 restantes para serem distribuídos da seguinte forma: 1 para o arquivo da secretaria e os outros 2 para serem emprestados aos professores que os requisitarem.“	ACE, Livro 7º
outubro	Organizado o primeiro baile integrado na Semana de Receção aos Novos Alunos.	Entrevistas, Mónica 2008, p. 12–13

Ano	Empresa	Tirocinantes
1953	Construções e Reparações Eléctricas, Lda.	12
1953	Construção da Ponte sobre o Tejo (Vila Franca de Xira)	11
1953	Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses	8
1953	CUF	8
1953	Arsenal do Alfeite	7
1953	Direção Geral de Aeronáutica Civil	7
1953	CANIM	5
1953	Sociedade Estoril	5
1953	Comissão Administrativa das Novas Instalações para a Marinha	4
1953	Fábrica Portugal	4
1953	Laboratório de Hidráulica de Monte Real	4
1953	Porto de Pesca de Pedrouços	4
1953	Sacor	4
1953	Teixeira Duarte, Lda.	4
1953	Construções Especiais, Lda.	3

Ano	Empresa	Tirocinantes
1953	Construtora Moderna, Lda.	3
1953	Eng. Manuel Praia Duarte	3
1953	Metalúrgica Duarte Ferreira	3
1953	Oficinas Gerais de Material Aeronáutico	3
1953	Saufer, Lda.	3
1953	Administração do Porto de Lisboa	2
1953	Alfredo Alves & Companhia	2
1953	Amadeu Gaudêncio, Lda.	2
1953	Central Tejo	2
1953	Comissão de Construções Hospitalares	2
1953	Companhia Hidro-Elétrica do Zêzere	2
1953	Companhia Industrial Portuguesa da Fábrica de Ácido	2
1953	Couto Mineiro da Borralha	2
1953	Direção Geral de Estradas do Distrito de Faro	2
1953	Direção Geral dos Combustíveis	2
1953	Eng. António Santos Martins	2
1953	Eng. Emídio de Andrade	2
1953	Industrial Corfeo, Lda.	2
1953	Industrial Corpo, Lda	2
1953	Junta Autónoma dos Portos do Sotavento do Algarve	2
1953	LNEC	2
1953	Matadouro Municipal de Lisboa	2
1953	Minas da Borralha	2
1953	Minas do Lousal	2
1953	Novo Edifício da Polícia Judiciária	2
1953	Novopca	2
1953	Oficinas da CP	2
1953	Oficinas Gerais de Material Aeronáutico	2
1953	Oficinas Gerais de Material de Engenharia	2
1953	OPCA	2
1953	Passy & Lon, Lda.	2
1953	Reparadora Eletromecânica Lda	2
1953	Adega Corporativa de Agueda	1
1953	Administração Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones	1
1953	Administração Geral dos Serviços Hidráulicos	1
1953	Alves Ribeiro	1
1953	Ampliação da Papelaria Fernandes	1
1953	Arrondissement de Luz-St-Sauveur	1
1953	Barragem de Belver	1
1953	Barragem do Cabril	1
1953	Barragem do Castelo do Bode	1

Ano	Empresa	Tirocinantes
1953	Câmara Municipal de Coimbra	1
1953	Câmara Municipal de Lisboa	1
1953	Câmara Municipal do Funchal	1
1953	Câmara Municipal do Fundão	1
1953	Carris	1
1953	Cerâmica de Carnide, Lda.	1
1953	Cobel - Construções Elétricas-Mecânica da Beira, Lda.	1
1953	Comissão Fiscalizadora das Obras e Grandes Aproveitamentos Hidráulicos-Elétricos	1
1953	Companhia de Cimentos Brancos	1
1953	Companhia Industrial de Portugal e Colónias	1
1953	Companhia Nacional de Eletricidade	1
1953	Companhia Portuguesa de Fundações e Sondagens	1
1953	Construções Técnicas, Lda.	1
1953	Costa Lima Engenheiros	1
1953	CRGE	1
1953	Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais	1
1953	Direção Geral dos Serviços Urbanização	1
1953	Direção Serviços de Estradas do Distrito de Évora	1
1953	Electricité de France	1
1953	Emissora Nacional	1
1953	Empresa de Pavimentos e Isolamentos, Lda.	1
1953	Empresa de Sondagens e Fundações, Lda.	1
1953	Empresa Nacional de Aparelhagem Elétrica	1
1953	Eng. Alfredo Fernandes	1
1953	Eng. Ângelo Ramalheira	1
1953	Eng. Manuel Nunes Tiago	1
1953	Eng. René Guimarães	1
1953	Eng. Virgílio Preto	1
1953	Fábrica Companhia Portuguesa Celulose Cacia	1
1953	Fábrica de Cerveja Estrela	1
1953	Fábrica de Cervejas Portugália	1
1953	Fábrica de Moagem de António Pereira Cuarouço	1
1953	Fábrica de Tintas de Sacavém (Dyrup)	1
1953	Fundição de Oeiras	1
1953	Fysiska Institutionen	1
1953	Hidro-Elétrica do Alto Alentejo	1
1953	Hidrotécnica Portuguesa	1
1953	Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário	1
1953	L. Dargent Lda.	1
1953	Minas da Panasqueira	1

Ano	Empresa	Tirocinantes
1953	Minas de Jales	1
1953	Minas de Moncorvo	1
1953	Moniz da Maia & Duarte Vaz Guedes, Lda.	1
1953	Novas Instalações para Serviços Públicos	1
1953	Novopca	1
1953	Obras da Cidade Universitária de Coimbra	1
1953	Obras da Igreja de São João de Deus	1
1953	Obras Polícia Judiciária e Serviços de Identificação	1
1953	Oliva	1
1953	Philips Portuguesa	1
1953	Refinaria de Açúcar Raul de Carvalho	1
1953	SAPEC	1
1953	Sociedade Central de Cervejas	1
1953	Sociedade Industrial de Gouveia, Lda.	1
1953	Socopol	1
1953	Sofil	1
1953	Sogás	1
1953	Somadem	1
1953	Sorefame	1
1953	Standard Elétrica	1
1953	TAP	1
1953	The Anglo Portuguese Telephone Co., Lda	1
1953	Visita de Estudo às Colónias	1

Data	Acontecimentos	Fonte
1954		
20/01/1954	Presidente da mesa da assembleia geral da AEIST informa os sócios de proposta remetida ao ministro sobre a criação de um lar universitário.	AAEIST A2 cx 28 nº 5
29/03/1954	Decreto-lei nº 39580 cria a Junta de Energia Nuclear (JEN) e a Comissão de Estudos de Energia Nuclear (CEEN).	
outubro	Direção da AEIST (de esquerda segundo os dirigentes estudantis dos anos 1960–70) presidida por António Melo Coelho (ano letivo 1954–55).	Contributos [CD]; Entrevistas
19/10/1954	A AEIST participa pela primeira vez na reunião do Comité Nacional da International Association for Exchange of Students for Technical Experience (IESTE), mas só mais tarde é reconhecida como membro de pleno direito.	Maurício 2008, p. 109

Data	Acontecimentos	Fonte
dezembro	I Semana de Química.	Maurício 2008, p. 54
dezembro	Abertura do Lar do IST.	Maurício 2008, p. 13; Contributos [CD]

Ano	Empresa	Tirocinantes
1954	Construção do Cinema de Alvalade	19
1954	Construções e Reparações Elétricas, Lda.	10
1954	Carris	9
1954	Câmara Municipal de Lisboa	8
1954	Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses	7
1954	Construção da Ponte sobre o Tejo (Vila Franca de Xira)	6
1954	CUF	6
1954	Obras Públicas da Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal	6
1954	Arsenal do Alfeite	5
1954	Junta Autónoma de Estradas	5
1954	Sociedade Estoril	5
1954	Administração do Porto de Lisboa	4
1954	Amadeu Gaudêncio, Lda.	4
1954	Corfes, Lda.	4
1954	Refinaria Colonial	4
1954	Allis-Chalmers	3
1954	Cibra	3
1954	Companhia Industrial Portuguesa	3
1954	Fábrica Portugal	3
1954	LNEC	3
1954	Oficinas da CP	3
1954	Sacor	3
1954	Siemens	3
1954	Visita de Estudo a Angola	3
1954	Alfredo Alves & Companhia	2
1954	Câmara Municipal da Figueira da Foz	2
1954	Central Pasteurizadora de Leite	2
1954	Comissão de Construções Hospitalares	2
1954	Comissão de Estudos de Energia Nuclear (CEEN)	2
1954	Comissão Executiva das Obras Extraordinárias Militares	2
1954	Couto Mineiro da Panasqueira	2
1954	Direção de Urbanização do Distrito de Castelo Branco	2
1954	Direção Geral de Aeronáutica Civil	2
1954	Edmund Nuttall, Sons & Co., Ltd.	2
1954	Empresa Construtora Ingar	2

Ano	Empresa	Tirocinantes
1954	Fábrica de Gás da Matinha	2
1954	Fábrica de Material de Guerra de Braço de Prata	2
1954	Grupo de Companhias Trem Auto	2
1954	Junta Autónoma dos Portos do Barlavento do Algarve	2
1954	Junta Geral do Distrito Autónomo de Ponta Delgada	2
1954	Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal	2
1954	Obras da Polícia Judiciária e Serviços de Identificação	2
1954	Oficinas Gerais de Material de Engenharia	2
1954	Projeto de construção de um prédio	2
1954	Sanfer, Lda.	2
1954	Sociedade Sopecate, Lda.	2
1954	Standard Elétrica	2
1954	Teixeira Duarte, Lda.	2
1954	A Constructora Moderna	1
1954	A Construtora de Empreitadas, Lda.	1
1954	Alsthom	1
1954	Alves Ribeiro	1
1954	Barragem da Serra	1
1954	Base Aero-Naval do Montijo	1
1954	Beralt, Tin & Wolfram, Ltd	1
1954	C. H. Lorilleux S. A.	1
1954	Câmara Municipal de Abrantes	1
1954	Câmara Municipal de Portimão	1
1954	Comissão Administrativa das Novas Instalações para a Marinha	1
1954	Comissão Administrativa dos Novos Edifícios Universitários	1
1954	Comissão de Administração das Novas Instalações para o Exército	1
1954	Companhia Portuguesa de Radium	1
1954	Companhia Portuguesa Rádio Marconi	1
1954	Construções Técnicas, Lda.	1
1954	Construtora Moderna, Lda.	1
1954	COSIAC	1
1954	Covina	1
1954	CRGE	1
1954	Direção de Hidráulica do Mondego	1
1954	Direção dos Edifícios Nacionais do Centro	1
1954	Doca de Pesca de Olhão	1
1954	Emissora Nacional	1
1954	Empresa Construtora Duarte y Cia.	1
1954	Empresa de Cimentos de Leiria	1
1954	Empresa de Pavimentos e Isolamentos, Lda.	1
1954	Empresa Ferrominas, Lda.	1

Ano	Empresa	Tirocinantes
1954	Eng. Ângelo Ramalheira	1
1954	Eng. Carlos Martins	1
1954	Eng. Cavaleri Martinho	1
1954	Eng. Emídio de Andrade	1
1954	Eng. Kaulza de Arriaga	1
1954	Eng. Rangel de Lima	1
1954	Eng. Torres Baptista	1
1954	Estações de Tratamento de Esgotos	1
1954	Estaleiros Navais de Viana do Castelo	1
1954	Fábrica de Braço de Prata	1
1954	Fábrica de Cerveja Estrela	1
1954	Fábrica de Cervejas Portugália	1
1954	Fábrica de Curtumes de Coimbra	1
1954	Fábrica de Tintas de Sacavém SARL	1
1954	Fábrica de Vidros Marquês de Pombal	1
1954	Fábrica Metalúrgica e Construção Caravela	1
1954	Fundição de Oeiras	1
1954	Hidro-Elétrica do Cávado	1
1954	Hidro-Elétrica do Douro	1
1954	Industrial Corfeo, Lda.	1
1954	J. J. Gonçalves	1
1954	L. Dargent, Lda.	1
1954	Laboratório Químico da Universidade de Coimbra	1
1954	Metalúrgica Duarte Ferreira	1
1954	Minas de São Domingos	1
1954	Obras Banco Lisboa & Açores	1
1954	Obras da Igreja de São João de Brito	1
1954	Obras das Novas Instalações da Sorel	1
1954	Obras do Estádio da Amoreira	1
1954	Obras do Novo Mercado do Forno do Tijolo	1
1954	Oficinas da CP	1
1954	Oficinas de Fundição Fr. António da Silva	1
1954	Oficinas Gerais de Material Aeronáutico	1
1954	Síntese Orgânica Portuguesa, Lda.	1
1954	Sociedade Anónima de Rádio-Retransmissão - Raret	1
1954	Sociedade Central de Cervejas	1
1954	Sociedade Cinema Restelo	1
1954	Sociedade Construtora Portuguesa, Lda.	1
1954	Sociedade de Pesquisa, Captação de Águas e Transporte	1
1954	Sociedade Nacional de Explosivos, Lda.	1
1954	Sociedade Têxtil do Sul	1

Ano	Empresa	Tirocinantes
1954	Sociedades Reunidas de Fábricas Metálicas	1
1954	Soda Póvoa	1
1954	Sorefame	1
1954	The Anglo Portuguese Telephone Co., Lda	1
1954	Torre de Absorção	1
1954	Torre de Refrigeração	1
1954	Vista Alegre	1
1954	Waggonbau A. G.	1
1954	Workspoor N.V.	1

Data	Acontecimentos	Fonte
1955		
Neste ano	A CIAE (Comissão Inter-Associações de Estudantes) passa a denominar-se RIA (Reunião Inter-Associações de Estudantes) para que „não pudessem surgir quaisquer dúvidas quanto ao carácter das reuniões.“	AAEIST, Relatório e Contas da Direcção da AEIST 1955-56, p. 43; Entrevistas.
11/04/1955	Abertura da Semana de Estudos da Juventude Operária Católica (JOC), com cerca de 1000 delegados, nas instalações do IST.	
08/07/1955	Início das conferências de cientistas britânicos sobre energia nuclear, no IST e no Instituto de Oncologia.	
29/07/1955	Concessão ao prof. Artur Varela Cid de um subsídio de 5000 escudos para a conclusão de uma turbina a gás de propulsão por jato.	ACE, Livro 7º
outubro	José Manuel Protes da Fonseca é presidente da AEIST (ano letivo 1955-56).	Entrevistas; AAEIST A1 cx 28/1
18/10/1955	Mobil Oil Portuguesa oferece uma bolsa de estudos para alunos do instituto.	ACE, Livro 7º
18/10/1955	ISOLA disponibiliza 50000 escudos para bolsas de estudo destinadas a estágios no estrangeiro em matéria de isolamento.	ACE, Livro 7º
14/11/1955	Decreto-lei nº 40378 reforma os cursos de engenharia: redução do número de horas de aulas semanais (de 40 para 30); conferido ao IST e à FEUP a capacidade de atribuição do grau de doutor em certas especialidades. Na sessão de 24 de novembro o CE discute a aplicação deste diploma.	ACE, Livro 7º

Ano	Empresa	Tirocinantes
1955	Construção da Barragem de Arade	11
1955	Matadouro Municipal de Lisboa	8
1955	Sociedade Estoril	7
1955	Câmara Municipal de Lisboa	6
1955	CUF	6
1955	Oficinas da CP	6
1955	Oficinas Gerais de Material Aeronáutico	6
1955	Administração do Porto de Lisboa	5
1955	Daimler Benz AG	5
1955	Sacor	5
1955	Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses	4
1955	Metalúrgica Duarte Ferreira	4
1955	Oficinas Gerais de Material de Engenharia	4
1955	Siemens	4
1955	Standard Elétrica	4
1955	Administração Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones	3
1955	Fábrica Portugal	3
1955	General Electric España	3
1955	Império, Lda.	3
1955	LNEC	3
1955	Moniz da Maia, Lda.	3
1955	Oficinas Gerais de Material Aeronáutico	3
1955	Refinaria Colonial	3
1955	Administração Geral dos Serviços Hidráulicos	2
1955	Alves Ribeiro	2
1955	Amadeu Gaudêncio, Lda.	2
1955	Base Aérea n.º 1	2
1955	Beralt, Tin & Wolfram, Ltd	2
1955	Centrais de Castelo Bode e Cabril	2
1955	Comissão Administrativa das Novas Instalações para a Marinha	2
1955	Companhia Industrial Portuguesa	2
1955	Direção dos Serviços Marítimos	2
1955	Direção Geral dos Serviços de Salubridade	2
1955	Empresa Diamantino Tojal	2
1955	Eng. Ângelo Ramalheira	2
1955	Eng. Rangel de Lima	2
1955	Fábrica de Adubos e Produtos Químicos	2
1955	Fundição de Oeiras	2
1955	Junta Autónoma de Estradas	2
1955	Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário	2
1955	Moniz da Maia, Duarte & Vaz Guedes Lda	2

Ano	Empresa	Tirocinantes
1955	Oficinas da CP	2
1955	Teixeira Duarte, Lda.	2
1955	Visita de Estudo a Angola e Moçambique	2
1955	Werkspoor N.V.	2
1955	Alfredo Alves & Companhia	1
1955	Allis-Chalmers	1
1955	Alsthom	1
1955	Alves Ribeiro	1
1955	Câmara Municipal de Viana do Castelo	1
1955	Carris	1
1955	Central Termo-Elétrica da Sacor	1
1955	Centro Vidreiro do Norte de Portugal	1
1955	Comissão Executiva das Obras Extraordinárias Militares	1
1955	Construcciones Baskonia	1
1955	Companhia Portuguesa de Radium	1
1955	Companhia União de Cervejas de Angola	1
1955	CRGE	1
1955	Direção de Estradas de Santarém	1
1955	Direção dos Edifícios Nacionais do Centro	1
1955	Emissora Nacional	1
1955	Empresa de Construções de Carlos Rodrigues	1
1955	Empresa de Construções José Lopes & Manuel Lopes	1
1955	Empresa EEA-ACEG	1
1955	Empresa Industrial do Vidro da Marinha	1
1955	Eng. Alberto Abecasis	1
1955	Eng. António Santos Martins	1
1955	Eng. Antunes Ferreira	1
1955	Eng. Pardal Monteiro	1
1955	Estaleiros Navais do Porto de Lisboa	1
1955	Fábrica de Gás da Matinha	1
1955	Fábrica de Material de Guerra de Braço de Prata	1
1955	Fábrica de Tintas de Sacavém SARL	1
1955	Fábrica Portugal	1
1955	Fábricas Lupapo de Faianças e Porcelanas	1
1955	Hidro-Elétrica do Douro	1
1955	J. J. Gonçalves	1
1955	Junta Autónoma de Viana do Castelo	1
1955	Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal	1
1955	Minas de Urânio de Urgeiriça	1
1955	Moniz da Maia & Vaz Guedes	1
1955	Obras Automática Elétrica Portuguesa	1

Ano	Empresa	Tirocinantes
1955	Obras da Igreja de São João de Brito	1
1955	Obras do novo estádio do S. L. Benfica	1
1955	Oficinas da TAP	1
1955	Oliva	1
1955	Precomate	1
1955	Repartidor Nacional de Cargas	1
1955	Sanfer, Lda.	1
1955	Serviços Coletivos de Transportes do Porto	1
1955	Sociedade Central de Cervejas	1
1955	Sociedade Eletron	1
1955	Sociedade Reunidas Fábricas Metálicas, Lda.	1
1955	Sorefame	1
1955	Southall Midlesex	1
1955	Sufl	1
1955	Transportes e Vias de Comunicação de Angola e Moçâmbique	1
1955	Vista Alegre	1

Data	Acontecimentos	Fonte
1956		
14/03/1956	Aproveitando o 25.º aniversário da Universidade Técnica de Lisboa propõe-se homenagem a Alfredo Bensaúde, pelo centenário do seu nascimento.	ACE, Livro 7º
14/05/1956	A CUF atribui prémios pecuniários aos alunos mais classificados.	ACE, Livro 7º
25/06/1956	Inauguração do V Congresso Internacional de Pontes e Estruturas, com participação de 34 países, nas instalações do IST.	
setembro	15.º Congresso Internacional de Química Pura e Aplicada (IUPAC), realizado nas instalações do IST.	
06/10/1956	Inauguração da exposição Átomos para a Paz.	
12/12/1956	Publicação do decreto-lei nº 40900, regulando a atividade das AE.	DG, 1ª série, nº 269
outubro	João Cravinho é presidente da AEIST (ano letivo 1956-57).	Entrevista

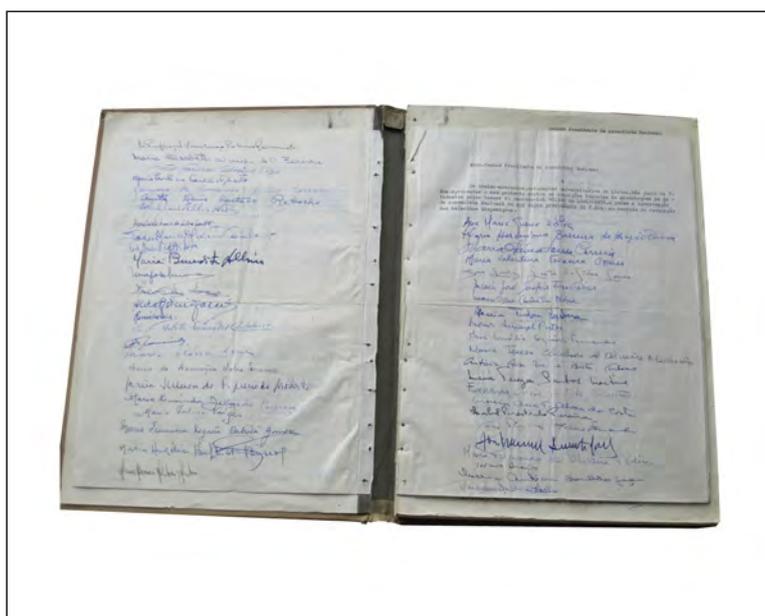
Ano	Empresa	Tirocinantes
1956	Construções e Decorações José Esteves	10
1956	Administração do Porto de Lisboa	9
1956	LNEC	7
1956	Oficinas Gerais de Material de Engenharia	7
1956	Câmara Municipal de Lisboa	6
1956	Sacor	6
1956	Carris	5
1956	Covina	5
1956	CUF	5
1956	Oficinas Gerais de Material Aeronáutico	5
1956	Arsenal do Alfeite	4
1956	Fábrica de Material de Guerra de Braço de Prata	4
1956	Companhia Industrial Portuguesa	3
1956	Fábrica de Gás da Matinha	3
1956	Fábrica de Tintas de Sacavém SARL	3
1956	Sogás	3
1956	Alfredo Alves & Companhia	2
1956	António Veiga	2
1956	Central de Santos	2
1956	Comissão Executiva das Obras Extraordinárias Militares	2
1956	Companhia das Águas de Lisboa	2
1956	Direção de Estradas de Santarém	2

Ano	Empresa	Tirocinantes
1956	Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais	2
1956	Emissora Nacional	2
1956	Eng. João d'Oliveira Bengala	2
1956	Eng. Pedro Kopke Monteiro	2
1956	Fábrica da Matinha	2
1956	Fábrica de Cerveja Estrela	2
1956	Fundição de Oeiras	2
1956	Hidro/Elétrica de Belver	2
1956	J. B. Corsinio, Lda.	2
1956	Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal	2
1956	Oficinas da CP	2
1956	Robialac	2
1956	Sociedade Estoril	2
1956	Sorefame	2
1956	TAP	2
1956	União Fabril do Azoto	2
1956	Administração Geral Correios, Telégrafos e Telefones	1
1956	Administração Geral dos Serviços Hidráulicos	1
1956	Agrupamento de Casas Económicas de Benfca	1
1956	Alves Ribeiro	1
1956	Amadeu Gaudêncio, Lda.	1
1956	Ampliação das Instalações da Central Norte da Companhia dos Telefones	1
1956	Barnett & Foster, Ltd.	1
1956	Barragem de Neuville	1
1956	Bayer AG	1
1956	Beralt, Tin & Wolfram, Ltd	1
1956	British Telecommunication Research, Lda.	1
1956	Burgoise et Nicaise & Deleuse	1
1956	Câmara Municipal de Leiria	1
1956	Centro Emissor Imperial de Barcarena	1
1956	Companhia Cimento Tejo	1
1956	Companhia das Minas de Ouro de Penedono	1
1956	Companhia de Cimentos Brancos	1
1956	Companhia Industrial de Portugal e Colónias	1
1956	Companhia Industrial Portuguesa	1
1956	Construções Eletromecânicas Beira, Lda	1
1956	Couto Mineiro da Panasqueira	1
1956	CRGE	1
1956	Daimler Benz AG	1
1956	Direção Geral de Aeronáutica Civil	1

Ano	Empresa	Tirocinantes
1956	Direção Geral dos Serviços de Salubridade	1
1956	Dorman Long	1
1956	Dyckerhoff & Widmann AG	1
1956	Empresa de Cimentos Lis	1
1956	Empresa de Construção Carlos Rodrigues	1
1956	Empresa de Sondagens e Fundações, Lda.	1
1956	Dott. Ing. Giuseppe Torno & C.	1
1956	Empresa Nacional de Aparelhagem Elétrica	1
1956	Eng. Alberto Abecasis	1
1956	Eng. François et Fille	1
1956	Eng. Pardal Monteiro	1
1956	Eng. Rangel de Lima	1
1956	Eng. Virgílio Preto	1
1956	English Electric	1
1956	Estação de Serviços Rádio/Elétricos do ministério da Marinha	1
1956	Estaleiros Navais de Viana do Castelo	1
1956	Fábrica de Cervejas Portugal	1
1956	Fábrica de Plásticos Nobre & Silva	1
1956	Fábrica de Tintas de Sacavém (Dyrup)	1
1956	Fábrica Nacional de Pistons	1
1956	Fábrica Portugal	1
1956	Fundações Franki	1
1956	Gabinete de Estudos Hidráulicos Apagel	1
1956	GWI Gustav Werner Institut für Kernchemie	1
1956	Hidro/Elétrica do Cávado	1
1956	José Esteves Construções Civis	1
1956	Junta Autónoma de Estradas	1
1956	Krupp Stahlbau Rheinhausen	1
1956	Laboratoire du Bâtiment et des Travaux Publiques	1
1956	Laboratório de Contadores de Energia Elétrica	1
1956	Laboratório Normal	1
1956	Mercedes Benz	1
1956	Metalúrgica Duarte Ferreira	1
1956	Metropolitano de Lisboa	1
1956	Minas de Urânio de Urgeiriça	1
1956	Moniz da Maia & Vaz Guedes	1
1956	Novas Instalações para Serviços Públicos	1
1956	Obra da Barragem do Maranhão	1
1956	Obras de grupo de Casas Económicas	1
1956	Obras do Estádio do Sporting	1
1956	Obras Fundações do Grande Hotel de Lisboa	1

Ano	Empresa	Tirocinantes
1956	Obras no Novo Mercado do Forno do Tijolo	1
1956	Obras Portos de Moçâmedes e do Lobito	1
1956	Oficinas Gerais de Material Aeronáutico	1
1956	Pétrole de l'Atlantique	1
1956	Projeto de Rede Esgotos de Grândola	1
1956	SAPEC	1
1956	Sociedade Central de Cervejas	1
1956	Sociedade Concessionária de Refinaria de Petróleo	1
1956	Sociedade Construtora Portuguesa, Lda.	1
1956	Sociedade de Porcelanas, Lda	1
1956	Sociedade Eletron	1
1956	Sociedade Industrial de Borracha	1
1956	Sociedade Lanifícios de Tortozendo	1
1956	Sociedade Trévis, Lda.	1
1956	Société Fabricon, Bruxelas	1
1956	Standard Elétrica	1
1956	Sterling Metals, Ltd.	1
1956	Tedesco Frères, Bruxelas	1
1956	Teixeira Duarte	1
1956	Visita de Estudo a Angola	1

Data	Acontecimentos	Fonte
1957		
Neste ano	Abaixo-assinado pedindo revogação do decreto-lei 40900.	AAEIST A1 cx 87/1; Entrevistas



AAEIST, Livro de Abaixo/Assinados.
Foto: J F Branco, 2011

Data	Acontecimentos	Fonte
04/01/1957	Serviço de leitura noturna na biblioteca (decreto-lei nº 40967).	DG, nº 3, 1ª série
16/01/1957	Manifestação estudantil frente à Assembleia Nacional contra o decreto-lei nº 40900. Apesar da carga policial, os estudantes assistiram ao debate.	Assembleia Nacional, Diário das Sessões, nº 178, 16/01/1957; Entrevistas; Contributos [CD]; AAEIST A1 cx 86/11, cx 1/3
20/01/1957	O decreto-lei 40900 é transformado em proposta de lei a enviar à Câmara Corporativa, não vindo a ser aprovado	AAEIST A1 cx 86/11, cx1/3
14-03-1957	A Associação de Engenheiros Católicos promove ciclo de conferências, sendo a desta data intitulada A indústria e a crise do mundo moderno, proferida pelo prof. Luís Almeida Alves, no IST.	Fundação Cuidar o Futuro
15/03/1957	Atribuição pela Vacuum Mobil Oil Portuguesa de um prémio de 10000 escudos, ao aluno melhor classificado do curso de máquinas, que se encontrasse em condições económicas justificáveis de ser auxiliado.	ACE, Livro 7º
07/05/1957	Inauguração do Laboratório de Resistência e Estruturas.	ACE, Livro 1º (carta solta em papel timbrado dirigida ao diretor pelo professor responsável)
10/05/1957	Atribui-se, a partir de 1958, o prémio Marconi ao aluno com melhor classificação média nas cadeiras de eletrónica aplicada e telecomunicações I e II.	ACE, Livro 7º
10/07/1957	Primeira apresentação do Orfeão Universitário de Lisboa (Salão Nobre). Comissão organizadora do orfeão deslocou-se à AEIST.	AAEIST A1 cx348/5, jornal aeist 5/6, abril, 1959
16/08/1957	A Câmara Corporativa emite parecer desfavorável ao 40900.	AAEIST A1 cx 86/11, cx 1/3
outubro	Luís Veiga da Cunha é presidente da AEIST (ano letivo 1957-58).	Entrevistas; AAEIST A2 cx 28/1.
13-12-1957	Jornadas de Engenharia organizadas pela JUC, FEUP e pelo IST, que terminam no dia seguinte.	Fundação Cuidar o Futuro

Ano	Empresa	Tirocinantes
1957	Oficinas Gerais de Material de Engenharia	16
1957	LNEC	13
1957	Construção da Estação Principal da Rotunda	12
1957	Construção do Bairro de Benfica	10
1957	Amadeu Gaudêncio, Lda.	9
1957	Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses	7
1957	Administração do Porto de Lisboa	6
1957	CUF	5
1957	Rudolf Seeland KG	5
1957	Sacor	5
1957	Arsenal do Alfeite	4
1957	Eng. Câmara Pestana	4
1957	Nobre & Silva, Lda.	4
1957	Oficinas da CP	4
1957	Oficinas Gerais de Material Aeronáutico	4
1957	Projeto da Rede de Esgotos de Porto Santo	4
1957	Sociedade Estoril	4
1957	Carris	3
1957	Companhia do Manganês de Angola	3
1957	Direção dos Serviços de Infraestruturas das Forças Armadas	3
1957	Empresa Agrícola do Braçal	3
1957	Fábrica de Gás da Matinha	3
1957	Fábrica de Material de Guerra de Braço de Prata	3
1957	Oficinas da CP	3
1957	Sociedade Intercontinental de Construção Lda.	3
1957	Standard Elétrica	3
1957	Aeródromo de Étain	2
1957	Arruamentos da Vila Tábua	2
1957	Atelier de Constructions Eléctriques de Charleroi (ACEC)	2
1957	Câmara Municipal de Lisboa	2
1957	Compagnie Générale de Constructions Téléphoniques	2
1957	Companhia Nacional de Eletricidade	2
1957	Direção Geral dos Serviços de Salubridade	2
1957	Empresa Carbonífera do Douro	2
1957	Empresa de Pavimentos e Isolamentos, Lda.	2
1957	Eng. Marques da Silva	2
1957	Federação dos Municípios da Estremadura	2
1957	Junta Autónoma de Estradas	2
1957	Minas de Jales	2
1957	Moniz da Maia, Duarte & Vaz Guedes Ltd	2
1957	Oficinas da CP	2

Ano	Empresa	Tirocinantes
1957	RTP	2
1957	Sociedade Central de Cervejas	2
1957	Sociedade Industrial de Construção Cruz & Cruz	2
1957	Sociedade Lusitana de Eletricidade	2
1957	Sociedade Portuguesa de Fibro/Cimento	2
1957	Sorefame	2
1957	Teixeira Duarte, Lda.	2
1957	União Fabril do Azoto	2
1957	Administração Geral Correios, Telégrafos e Telefones	1
1957	Alfredo Alves & Companhia	1
1957	Beralt, Tin & Wolfram, Ltd	1
1957	Câmara Municipal de Leiria	1
1957	Câmara Municipal do Fundão	1
1957	Central Térmica Elverlingsen	1
1957	Centrale d' Herserange	1
1957	Centre d'Étude et Recherche des Charbonnages	1
1957	Cobertura edifício em betão pré/esforçado	1
1957	Comissão de Estudos de Energia Nuclear (CEEN)	1
1957	Comissão Executiva das Obras Extraordinárias Militares	1
1957	Companhia Carvões Cimentos do Cabo Mondego	1
1957	Companhia das Minas Carvão São Pedro da Cova	1
1957	Companhia das Minas de Ouro de Penedono	1
1957	Companhia de Combustíveis do Lobito	1
1957	Companhia Industrial de Portugal e Colónias	1
1957	Companhia Industrial Portuguesa	1
1957	Companhia Portuguesa de Radium	1
1957	Couto Mineiro da Panasqueira	1
1957	CRGE	1
1957	Cristiani & Nielsen	1
1957	Daimler Benz AG	1
1957	Direção de Estradas do Distrito de Castelo Branco	1
1957	Direção Geral de Estradas do Distrito de Faro	1
1957	Direção Geral dos Serviços Hidráulicos	1
1957	Empreiteiro Filipe Pereira Marcellly	1
1957	Empresa de Cobre de Angola	1
1957	Empresa Diamantino Tojal	1
1957	Empresa Ferrominas, Lda.	1
1957	Empresa Nacional de Aparelhagem Elétrica	1
1957	Empresa Umberto Girola	1
1957	Eng. Alberto Abecasis	1
1957	Eng. Antunes Ferreira	1

Ano	Empresa	Tirocinantes
1957	Eng. Cavaleri Martinho	1
1957	Eng. Edgar Cardoso	1
1957	Eng. Gancho Grillo e Abel Santiago	1
1957	Eng. José do Prado Quintino	1
1957	Eng. Mário Eugénio de Sousa Costa	1
1957	Eng. Virgílio Preto	1
1957	English Electric	1
1957	ERG, Lda.	1
1957	Esso Standard	1
1957	Estação Norte da ATP	1
1957	Estaleiros Navais de Viana do Castelo	1
1957	Fábrica de Tintas de Sacavém SARL	1
1957	Fábrica Metalúrgica e Construção Caravela	1
1957	Fábrica Portugal	1
1957	Fundição de Oeiras	1
1957	Garagem Conde Barão	1
1957	Hellmann & Littmann	1
1957	Hidro/Elétrica do Cávado	1
1957	Instalações da ACE, Lda	1
1957	Institut Français du Pétrole	1
1957	José da Conceição Lopes	1
1957	José Esteves Construções Civas	1
1957	Laboratório de física do CEEN	1
1957	Laboratório dos Serviços Rádio/Elétricos CTT	1
1957	Mesquita, Lda.	1
1957	Metalúrgica Duarte Ferreira	1
1957	Metropolitan Vickers Electrical	1
1957	Minas da Panasqueira	1
1957	Minas das Fragas Carvalhosa (Moncorvo)	1
1957	Minas do Lousal	1
1957	Mines de Bagailles	1
1957	Missão de Pesquisas de Petróleo de Angola	1
1957	Mobil Oil Portuguesa	1
1957	Novas Instalações para Serviços Públicos	1
1957	Obras da Companhia União Fabril	1
1957	Obras da Faculdade de Direito	1
1957	Obras da Lisotra	1
1957	Obras da nova Biblioteca Nacional	1
1957	Obras de abastecimento de água a Constância	1
1957	Obras de Construção do Hotel Ritz	1
1957	Obras no Aeroporto de Lisboa	1

Ano	Empresa	Tirocinantes
1957	Office Chérifier des Phosphates	1
1957	Porto de Lisboa	1
1957	Refinaria de Port/Jerôme	1
1957	René Touget	1
1957	Repartidor Nacional de Cargas	1
1957	S.A. John Cockerill	1
1957	Shell Portuguesa	1
1957	Sociedade Açoriana de Sabões, Lda.	1
1957	Sociedade Agro/Mecânica, Lda.	1
1957	Sociedade Anónima de Produtos e Equipamentos Químicos de Portugal	1
1957	Sociedade de Porcelanas, Lda	1
1957	Sociedade Geral	1
1957	Sociedade Reunidas Fábricas Metálicas, Lda.	1
1957	Sociedade Trévis, Lda.	1
1957	Société Générale d'Entreprises	1
1957	Société métallurgique de Aubrives & Villerupt	1
1957	Société Nationale des Pétroles d'Aquitaine	1
1957	Soda Póvoa	1
1957	Somefe	1
1957	SOPREL	1
1957	Sterling Metals, Ltd.	1
1957	TAP	1
1957	The National Gas and Oil Engine	1
1957	Uclaf	1
1957	União das Armadas Baleeiras de São Miguel, Lda.	1
1957	União das Fábrica Açorianas de Álcool	1
1957	Wayss & Freytag AG	1

Data	Acontecimentos	Fonte
1958		
maio	Autorizada a filiação da AEIST na Federação Internacional das Associações Nacionais de Estudantes de Engenharia (FIANEI).	AAEIST A1 cx 348 nº 2 [jornal aeist 4/6, 1958]
maio	Estudantes do IST participam nas campanhas eleitorais da oposição (candidatos Arlindo Vicente e Humberto Delgado). Ainda em maio e junho.	Entrevistas
14/08/1958	Nomeação de José Ferreira Dias Jr. para ministro da Economia.	Brandão 2008

Data	Acontecimentos	Fonte
outubro	Luís Martins dos Santos é presidente da AEIST (ano letivo 1958-59).	Entrevistas; AAEIST A2 cx28/1
31/10/1958	prof. E. Fleury doa biblioteca e documentos ao Laboratório de Geologia.	ACE, Livro 8º
29/11/1958	CE aprova moção de apoio à criação do curso de engenheiro construtor naval na Escola do Alfeite.	ACE, Livro 8º

Ano	Empresa	Tirocinantes
1958	Carris	12
1958	Sorefame	8
1958	Amadeu Gaudêncio, Lda.	6
1958	Câmara Municipal de Lisboa	6
1958	Conservação e Reparação de Motores Doxford	6
1958	LNEC	6
1958	Sociedade Estoril	6
1958	Comissão Administrativa das Novas Instalações para a Marinha	5
1958	CUF	5
1958	Fundição de Oeiras	5
1958	Oficinas Gerais de Material de Engenharia	5
1958	Sacor	5
1958	Administração do Porto de Lisboa	4
1958	Arsenal do Alfeite	4
1958	Oficinas da CP	4
1958	Beralt, Tin & Wolfram, Ltd	3
1958	Comissão de Estudos de Energia Nuclear (CEEN)	3
1958	Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses	3
1958	Companhia Industrial de Fundição	3
1958	Construções e Reparações Elétricas, Lda.	3
1958	Empresa de Sondagens Rodio	3
1958	Fábrica de Gás da Matinha	3
1958	Moniz da Maia & Vaz Guedes	3
1958	Oficinas Gerais dos Caminhos de Ferro de Angola	3
1958	Potasse et Engrais Chimiques	3
1958	Alfredo Alves & Companhia	2
1958	Ansaldo	2
1958	Comissão Reguladora de Produtos Químicos	2
1958	Demag AG	2
1958	Eletromedizinal Fabrick	2
1958	Empreendimentos Mecâno Civis, Lda.	2
1958	ERG, Lda.	2
1958	Estaleiros Navais de Viana do Castelo	2

Ano	Empresa	Tirocinantes
1958	Fábrica de Material de Guerra de Braço de Prata	2
1958	Fábrica Portugal	2
1958	Junta Autónoma de Estradas	2
1958	Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário	2
1958	Laboratório de Ensaios de Materiais e Mecânica do Solo	2
1958	Metalúrgica Duarte Ferreira	2
1958	Minas de Vila Cova	2
1958	Obras do Vale do Sorraia	2
1958	Oldbury, Birmingham	2
1958	Sociedade Argibay de Construções Navais, Lda.	2
1958	Standard Elétrica	2
1958	União Fabril do Azoto	2
1958	A Construtora Moderna	1
1958	A. J. Oliveira & Filhos, Lda.	1
1958	AB Skånska Cementgjuteriet	1
1958	Acières de Hircheville	1
1958	Administração Geral dos Serviços Hidráulicos	1
1958	Agrupamento de Casas Económicas de Benfica	1
1958	Alba	1
1958	Almeida e Silvas, Lda.	1
1958	Alves Ribeiro	1
1958	Amoníaco Português	1
1958	Apareils Dragon	1
1958	Automatic Telephone & Electric, Co. Ltd.	1
1958	Automática Elétrica Portuguesa	1
1958	Barragem de Gabriel & Jalán	1
1958	Barragem do Rosarito	1
1958	Cálculo de Ponte na Moreirinha	1
1958	Cálculo de uma cobertura	1
1958	Câmara Municipal de Montemor/o/Novo	1
1958	Câmara Municipal de Sintra	1
1958	Caminho de Ferro de Benguela	1
1958	Caminhos de Ferro de Luanda	1
1958	Carlos Eduardo Rodrigues	1
1958	Centrale de Pragnères	1
1958	Companhia de Construção de Moçambique	1
1958	Companhia do Manganês de Angola	1
1958	Companhia Hidro/Elétrica do Zêzere	1
1958	Companhia Industrial de Portugal e Colónias	1
1958	Companhia Industrial Portuguesa	1
1958	Companhia Nacional de Eletricidade	1

Ano	Empresa	Tirocinantes
1958	Companhia Nacional de Transportes Aéreos	1
1958	Companhia Portuguesa de Radium	1
1958	Companhia Portuguesa de Trefilaria	1
1958	Construções Técnicas, Lda.	1
1958	Couto Mineiro do Pejão	1
1958	CRGE	1
1958	Daimler Benz AG	1
1958	Direção de Estradas de Setúbal	1
1958	Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais	1
1958	Direção Geral dos Serviços Hidráulicos	1
1958	Dyckerhoff & Widmann AG	1
1958	Emissora Nacional	1
1958	Empresa Carbonífera do Douro	1
1958	Empresa Construção Carlos Rodrigues	1
1958	Empresa de Cimentos de Leiria	1
1958	Empresa de Cobre de Angola	1
1958	Empresa de Pavimentos e Isolamentos, Lda.	1
1958	Empresa Diamantino Tojal	1
1958	Empresa Eletro Cerâmica	1
1958	ENAE	1
1958	Eng. Alberto Manzanares	1
1958	Eng. Antunes Ferreira	1
1958	Eng. Augusto Supico	1
1958	Eng. Barbosa de Abreu	1
1958	Eng. Edgar Cardoso	1
1958	Eng. Firmino da Costa	1
1958	Eng. Jorge de Mesquita	1
1958	Eng. Manuel G. Medeiros	1
1958	Eng. Melão Barros	1
1958	Eng. Rangel de Lima	1
1958	Epil	1
1958	ERG, Lda.	1
1958	Estaleiros da Barragem do Picote	1
1958	Estudo e Instalação de Rede Radio/Telefones Móvel	1
1958	Fábrica de Tintas de Sacavém SARL	1
1958	Fábrica Sidérurgie de Longwy, França	1
1958	Federação dos Municípios da Estremadura	1
1958	Fournier/Ferrier	1
1958	Gabinete de Estudos Hidráulicos Apagel	1
1958	Garagem Conde Barão	1
1958	Hidrotécnica Portuguesa	1

Ano	Empresa	Tirocinantes
1958	Instalações Industriais da Manutenção Militar	1
1958	Instituto Pasteur	1
1958	J. J. Gonçalves	1
1958	José Galhardo Ferreira	1
1958	Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal	1
1958	Laboratório Central Eletrotécnico	1
1958	Lorraine/Escaut	1
1958	Madeira Engineering Co. Lda.	1
1958	Mague	1
1958	Metalúrgica de Benfica	1
1958	Metropolitan Vickers Electrical	1
1958	Metropolitano de Lisboa	1
1958	Minas de Aljustrel	1
1958	Minas de Jales	1
1958	Minas de Urânio de Urgeiriça	1
1958	Minas do Lousal	1
1958	Mines Domaniales de Potasse d'Alsace	1
1958	Mines et Industries, S.A.	1
1958	Novopca	1
1958	Obras da nova Biblioteca Nacional	1
1958	Obras da Universidade de Lisboa	1
1958	Oficina Metalúrgica Luso/Italiana	1
1958	Pontão na Barragem do Caia	1
1958	Prévis, Lda.	1
1958	Projeto dos pontões	1
1958	Projeto e cálculo de moradia	1
1958	René Touget	1
1958	S.A. John Cockerill	1
1958	SAPEC	1
1958	Siemens	1
1958	Siemens & Halske	1
1958	Silva & Silva, Lda.	1
1958	Sociedade Construtora Portuguesa, Lda.	1
1958	Sociedade de Engenharia Civil, Lda.	1
1958	Sociedade de Explosivos da Trafaria	1
1958	Sociedade de Gases e Produtos Químicos, Lda	1
1958	Sociedade de Pavimentos Simplex	1
1958	Sociedade de Pesquisas e Captação Águas	1
1958	Sociedade Geral	1
1958	Sociedade Intercontinental de Construções Lda.	1
1958	Sociedade Luso/Italiana	1

Ano	Empresa	Tirocinantes
1958	Sociedade Materiais Pre/esforçados, Lda.	1
1958	Sociedade Portuguesa Explosivos Pinheiro da Cruz	1
1958	Sociedade Urbanização, Fomento e Indústria, Lda	1
1958	Société Anonyme Lamimoires de la Providence	1
1958	Société de Travaux de Marseille	1
1958	Société métallurgique de Aubrives & Villerupt	1
1958	Socol	1
1958	Soda Póvoa	1
1958	SODIM	1
1958	Sogás	1
1958	Solel Boneh, Ltd.	1
1958	SOMAPRE	1
1958	Sonefe	1
1958	TAP	1
1958	Trobel, Lda.	1
1958	União Elétrica Portuguesa	1
1958	Uteli, Lda.	1

Data	Acontecimentos	Fonte
1959		
Neste ano	Estudantes protestam junto do presidente do Conselho pela atuação da censura nas suas publicações.	AAEIST A1 cx 111/15 [ofício]
fevereiro	Abaixo-assinado pela demissão de Oliveira Salazar, com assinaturas de estudantes do IST.	Contributos [CD]; Entrevistas
28/04/1959	CE recomenda elevação do nível do baile de finalistas.	ACE, Livro 8º
20-05-1959	Abertura do XIV Congresso da Associação Católica Internacional para Obras de Proteção às Raparigas, reunindo cerca de 400 congressistas, em instalações do IST.	

Data	Acontecimentos	Fonte
	outubro Silva Pinto é presidente da AEIST (ano letivo 1959-60).	Associação Católica Internacional ao Serviço da Juventude Feminina (Junta Nacional, Lisboa). Obséquio do proprietário. Foto: Autor não identificado
		Entrevistas; AAEIST A2 cx 28/1

Ano	Empresa	Tirocinantes
1959	LNEC	19
1959	CUF	10
1959	Oficinas Gerais de Material de Engenharia	10
1959	Carris	9
1959	Sociedade Estoril	8
1959	Amadeu Gaudêncio, Lda.	6
1959	António Veiga	6
1959	Sociedade Construtora Portuguesa, Lda.	6
1959	Standard Elétrica	6
1959	Aliança Elétrica do Sul	5
1959	Câmara Municipal de Lisboa	5
1959	Fundição de Oeiras	5
1959	Amaro & Mota, Lda	4
1959	Comissão Administrativa das Novas Instalações para a Marinha	4
1959	Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses	4
1959	Administração do Porto de Lisboa	3
1959	Alfredo Alves & Companhia	3
1959	Direção Geral dos Serviços de Salubridade	3
1959	Estaleiros Navais de Viana do Castelo	3
1959	Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal	3
1959	Lorraine/Escaut	3
1959	Metalúrgica Duarte Ferreira	3

Ano	Empresa	Tirocinantes
1959	Minas de Jales	3
1959	Oficinas da CP	3
1959	Oficinas Gerais de Material Aeronáutico	3
1959	Sacor	3
1959	União Elétrica Portuguesa	3
1959	Alba	2
1959	Amadeu Gaudêncio, Lda.	2
1959	Ascenceurs et Moteurs Electriques	2
1959	Automatic Telephone & Electric, Co Ltd	2
1959	Beralt, Tin & Wolfram, Ltd	2
1959	Central Tejo	2
1959	Comissão de Administração das Novas Instalações para o Exército	2
1959	Companhia Industrial Portuguesa	2
1959	Companhia Nacional de Eletricidade	2
1959	Direção dos Serviços de Infraestruturas das Forças Armadas	2
1959	Empresa Agrícola do Braçal	2
1959	Empresa de Sondagens Ródio	2
1959	Empresa Justo Lourenço	2
1959	Empresa Sogeco	2
1959	ENAE	2
1959	Eng. Edgar Cardoso	2
1959	Fábrica de Borracha Luso/Belga	2
1959	Fábrica Nacional de Pistons	2
1959	Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário	2
1959	Máquinas Elétricas de Soldadura	2
1959	Metalúrgica de Benfica	2
1959	Moniz da Maia, Duarte & Vaz Guedes, Ld	2
1959	Novopca	2
1959	Obras da Manutenção Militar	2
1959	Oficinas Gerais de Material Aeronáutico	2
1959	Pachancho	2
1959	Pierrefite / Kaloa / Djerda	2
1959	Schindler	2
1959	Société Anonyme Brown Boveri & Cie.	2
1959	Aciéries de Paris & de Outreau	1
1959	Administração Geral dos Serviços Hidráulicos	1
1959	AEG	1
1959	Air France	1
1959	Alsthom	1
1959	Alves Ribeiro	1
1959	António do Amaral & Filho	1

Ano	Empresa	Tirocinantes
1959	António Lopes Simões	1
1959	Arsenal do Alfeite	1
1959	Ateliers de Constructions Mécaniques de Veney	1
1959	Automática Elétrica Portuguesa	1
1959	BASF AG	1
1959	Biblioteca Nacional	1
1959	Buckinghamshire Country Council	1
1959	Cacém Industrial Metalúrgico, Lda.	1
1959	Câmara Municipal de Coimbra	1
1959	Câmara Municipal de Covilhã	1
1959	Câmara Municipal de de Cascais	1
1959	Câmara Municipal de Lourenço Marques	1
1959	Câmara Municipal de Ponta Delgada	1
1959	Caminho de Ferro de Benguela	1
1959	Carlos Eduardo Rodrigues	1
1959	Centre d'Étude et Recherche des Charbonnages	1
1959	Centro de Cooperação Técnica	1
1959	Ciclope	1
1959	Companhia do Açúcar de Angola	1
1959	Companhia Elétrica das Beiras	1
1959	Companhia Hidro/Elétrica do Zêzere	1
1959	Companhia Industrial de Portugal e Colónias	1
1959	Companhia Industrial Portuguesa	1
1959	Companhia Portuguesa de Radium	1
1959	Companhia Portuguesa Rádio Marconi	1
1959	Construcol, Lda.	1
1959	Covina	1
1959	CRGE	1
1959	Delegação das Novas Instalações dos Serviços Públicos	1
1959	Direção de Obras do Comando Militar do Estado da Índia	1
1959	Direção dos Serviços de Obras Públicas de Angola	1
1959	Direção dos Serviços Marítimos	1
1959	Direção Geral de Aeronáutica Civil	1
1959	Direção Geral dos Caminhos de Ferro, Portos e Transportes de Lourenço Marques	1
1959	Direção Geral dos Combustíveis	1
1959	Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais	1
1959	Direção Geral dos Serviços Hidráulicos	1
1959	École Supérieure de Physique et Chimie	1
1959	Empresa Agro/Mecânica, Lda.	1
1959	Empresa Carbonífera do Douro	1

Ano	Empresa	Tirocinantes
1959	Empresa Cervejas da Madeira	1
1959	Empresa de Construção e Edifícios, Lda.	1
1959	Empresa de Construção Júlio Cismeyro	1
1959	Empresa de Pavimentos e Isolamentos, Lda.	1
1959	Empresa Diamantino Tojal	1
1959	Empresa Fabril de Máquinas Elétricas	1
1959	Empresa Nacional de Aparelhagem Elétrica	1
1959	Eng. Ângelo Ramalheira	1
1959	Eng. Costa Macedo	1
1959	Eng. Mário Eugénio de Sousa Costa	1
1959	Eng. Morgado	1
1959	Eng. Virgílio Preto	1
1959	Engenheiros Associados	1
1959	Établissements Kuhlmann	1
1959	Estaleiro da Barragem de Miranda do Douro	1
1959	Fábrica de Material de Guerra de Braço de Prata	1
1959	Fábrica de Tintas de Sacavém SARL	1
1959	Fábrica Portuguesa de Fermentos Holandeses, Lda.	1
1959	Fábricas Lupapo de Faianças e Porcelanas	1
1959	Federação dos Municípios Estremadura	1
1959	Fundição do Bolhão	1
1959	Fundições do Rossio de Abrantes	1
1959	Gabinete de Urbanização do Ultramar	1
1959	Garagem Conde Barão	1
1959	Giesserei Vorhalle	1
1959	Henrichshütte Ruhrstahl AG	1
1959	Herbert Morris, Ltd.	1
1959	Hidrotécnica Portuguesa	1
1959	Hotel Ritz	1
1959	Indústrias de Alfarrobas, Lda.	1
1959	Institut Français du Pétrole	1
1959	Instituto Pasteur	1
1959	Junta Geral Autónoma das Obras do Distrito de Ponta Delgada	1
1959	KMV Köpings Mekaniska Verkstad	1
1959	Krauss Maffei	1
1959	Laboratório Central Eletrotécnico	1
1959	Laboratório de Ensaios de Materiais e Mecânica do Solo	1
1959	Laboratório Normal	1
1959	Laboratório Químico da Universidade de Coimbra	1
1959	Metropolitano de Lisboa	1
1959	Mina do Cabo Mondego	1

Ano	Empresa	Tirocinantes
1959	Mina do Salto do Lobo	1
1959	Minas de Aljustrel	1
1959	Minas de São Domingos	1
1959	Minas de Urânio de Urgeiriça	1
1959	Mitchell Construction Co.	1
1959	Moniz da Maia & Vaz Guedes	1
1959	N.V. Nederlandsche, Holanda	1
1959	Obras da Cidade Universitária de Coimbra	1
1959	Obras da nova Biblioteca Nacional	1
1959	Oficinas da CP	1
1959	Prévis, Lda.	1
1959	Refinaria Angola, Lda.	1
1959	Saint/Gobain	1
1959	Scottisch Gas Board's Works	1
1959	Silva & Silva, Lda.	1
1959	SKF	1
1959	Sociedade Central de Cervejas	1
1959	Sociedade de Materiais Pre/esforçados, Lda.	1
1959	Sociedade de Trabalhos Urbanos e Construção, Lda.	1
1959	Sociedade Nacional de Sabões	1
1959	Sociedade Portuguesa de Fibro/Cimento	1
1959	SODIM	1
1959	Sonefe	1
1959	Sorefame	1
1959	TAP	1
1959	Teixeira Duarte	1
1959	The Anglo Portuguese Telephone Co., Lda	1
1959	The North Eastern Electricity Board	1
1959	Uclaf	1
1959	Victor Guedes & Ca	1
1959	Volkswagenwerk	1
1959	Workspoor N.V.	1

Data	Acontecimentos	Fonte
1960		
Neste ano	A AEIST torna-se vice/presidente da FIANEI (Fédération Internationale d'Associations Nationales d'Élèves Ingénieurs).	aeist 09/01/1960
Neste ano	Criação do Núcleo de Estudos de Engenharia Mecânica (NEEM).	

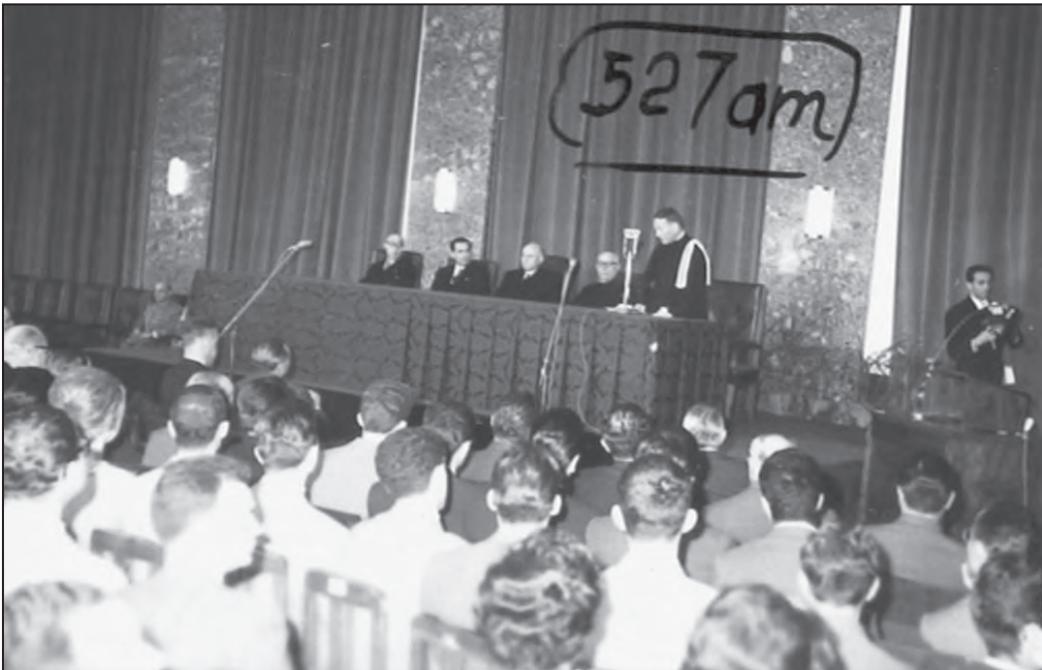
Data	Acontecimentos	Fonte
outubro	Silva Pinto é presidente da AEIST (ano letivo 1960/61).	Entrevistas; AAEIST A2 cx 28/2

Ano	Empresa	Tirocinantes
1960	LNEC	14
1960	Oficinas Gerais de Material de Engenharia	13
1960	Amadeu Gaudêncio, Lda.	8
1960	Carris	8
1960	Junta Autónoma de Estradas	8
1960	Amaro & Mota, Lda	7
1960	Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses	7
1960	Fábrica de Material de Guerra de Braço de Prata	7
1960	CUF	6
1960	Garagem Conde Barão	6
1960	Administração do Porto de Lisboa	4
1960	Companhia das Águas de Lisboa	4
1960	Companhia Nacional de Eletricidade	4
1960	Hidrotécnica Portuguesa	4
1960	Metalúrgica de Benfica	4
1960	Alfredo Alves & Companhia	3
1960	Arsenal do Alfeite	3
1960	Câmara Municipal de Lisboa	3
1960	Comissão Executiva de Obras Extraordinárias Militares	3
1960	Companhia Industrial de Portugal e Colónias	3
1960	Companhia Industrial Portuguesa	3
1960	Direção Geral dos Serviços de Salubridade	3
1960	Empresa Hidro/Elétrica da Serra da Estrela Lda.	3
1960	Eng. Gonçalo F. de Vasconcelos	3
1960	Fundação de Oeiras	3
1960	Lockheed Hydraulic Brake Co.	3
1960	Metalúrgica Duarte Ferreira	3
1960	Metropolitan Vickers Electrical	3
1960	Oficinas Gerais de Material Aeronáutico	3
1960	TAP	3
1960	Administração Geral dos Serviços Hidráulicos	2
1960	Alba	2
1960	Bell's & Co.	2
1960	Beralt, Tin & Wolfram, Ltd	2
1960	Comissão de Estudos de Energia Nuclear (CEEN)	2
1960	Compagnie française de matières colorantes	2

Ano	Empresa	Tirocinantes
1960	Companhia Carvões Cimentos do Cabo Mondego	2
1960	Covina	2
1960	CRGE	2
1960	Dias Coelho, Lda.	2
1960	Direção de Exploração do Porto e Caminhos de Ferro Luanda	2
1960	Direção Geral dos Serviços Hidráulicos	2
1960	Direção Serviços de Infraestruturas das Forças Armadas	2
1960	Emissora Nacional	2
1960	Eng. Edgar Cardoso	2
1960	Eng. Luis F. Almeida e Albino de Freitas	2
1960	Eng. Pedro C. Rodrigues Martinho	2
1960	Eng. Pinto da Costa	2
1960	Établissements Kuhlmann	2
1960	F.L. Smidth & Co.	2
1960	Fábrica de Borracha (José Rosa)	2
1960	Fundição do Rocio de Abrantes	2
1960	Junta de Energia Nuclear (JEN)	2
1960	L. Dargent, Lda.	2
1960	Obras da Siderurgia Nacional	2
1960	Sacor	2
1960	Standard Elétrica	2
1960	A. J. Oliveira & Filhos, Lda.	1
1960	Administração dos Portos do Douro e Leixões	1
1960	Amadeu Gaudêncio, Lda.	1
1960	António do Amaral & Filho	1
1960	António Veiga	1
1960	Biblioteca Nacional	1
1960	Câmara Municipal de Évora	1
1960	Câmara Municipal de Lousã	1
1960	Caminhos de Ferro da Beira	1
1960	Carlos Eduardo Rodrigues	1
1960	Casa Hipólito	1
1960	Centre d'Étude et Recherche des Charbonnages	1
1960	Comissão Administrativa das Novas Instalações para a Marinha	1
1960	Comissão de Administração das Novas Instalações para o Exército	1
1960	Comissão Reguladora de Produtos Químicos e Farmacêuticos	1
1960	Companhia Cimento Tejo	1
1960	Companhia das Minas Carvão São Pedro da Cova	1
1960	Companhia do Manganês de Angola	1
1960	Companhia Portuguesa de Radium	1
1960	Companhia Portuguesa Rádio Marconi	1

Ano	Empresa	Tirocinantes
1960	Construções Especiais, Lda.	1
1960	Construções Técnicas, Lda	1
1960	Construtora Abrantina, Lda.	1
1960	Construtora Moderna	1
1960	Costa Nery & Companhia, Irmãos	1
1960	CRGE	1
1960	Deutsche Bergwerks/ und Hüttenbau Gesellschaft	1
1960	Deutsche Bundesbahn	1
1960	Direção Geral de Aeronáutica Civil	1
1960	Direção Geral de Obras Públicas do ministério do Ultramar	1
1960	Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais	1
1960	Divisão dos Serviços de Obras Públicas e Transportes de Angola	1
1960	Empresa Carbonífera do Douro	1
1960	Empresa Construção Pinto da Costa	1
1960	Empresa de Sondagens Rodio	1
1960	Empresa Fabril de Máquinas Elétricas	1
1960	Empresa Ferrominas, Lda.	1
1960	Empresa Nacional de Aparelhagem Elétrica	1
1960	Eng. Antunes Ferreira	1
1960	Eng. Augusto Supico	1
1960	Eng. Cavaleri Martinho	1
1960	Eng. Costa Matos	1
1960	Eng. F. de Soares Guerra	1
1960	Eng. Firmino Costa	1
1960	Eng. H. U. Fernandes Pinto	1
1960	Eng. Vasco Ramires	1
1960	Engenheiros A. de Freitas e Luis F. Almeida	1
1960	Estaleiros Navais de Viana do Castelo	1
1960	Fábrica de Fibro/Cimento Lusalite	1
1960	Fábrica de Têxteis Artificiais	1
1960	Fábrica de Tintas de Sacavém SARL	1
1960	Gabinete de Estudos e Projetos, Lda.	1
1960	Gaz de France	1
1960	Heillmann & Littmann	1
1960	Hidro/Elétrica de Moncabril	1
1960	Hidro/Elétrica do Cávado	1
1960	Hidro/Elétrica do Douro	1
1960	Indústrias Elétricas Associadas	1
1960	Instituto Geográfico e Cadastral	1
1960	Instituto Pasteur	1
1960	Junta de Colonização Interna	1

Ano	Empresa	Tirocinantes
1960	Junta Distrital de Lisboa	1
1960	Laboratório de Química Orgânica do Instituto Superior Técnico	1
1960	Laboratório Químico da Universidade de Coimbra	1
1960	Lorraine/Escaut	1
1960	Lusalite	1
1960	Mechanical Engineering Works	1
1960	Minas de Aljustrel	1
1960	Minas do Lousal	1
1960	Moniz da Maia, Duarte & Vaz Guedes, Ltd	1
1960	Neo/Corfeo	1
1960	Novopca	1
1960	Obras e Construções, Lda.	1
1960	Oficinas da CP	1
1960	Oficinas Gerais de Material Aeronáutico	1
1960	Oliva	1
1960	OPCA	1
1960	Prévis, Lda.	1
1960	Rolls Royce, Ltd.	1
1960	Salema & Gonçalves	1
1960	Simões Pereira & Companhia Lda.	1
1960	Sociedade Anónima de Rádio/Retransmissão / Raret	1
1960	Sociedade Central de Cervejas	1
1960	Sociedade de Trabalhos Urbanos e Construções, Lda.	1
1960	Sociedade Intercontinental de Construção Lda.	1
1960	Sociedade Metropolitana e Colonial de Construção, Lda.	1
1960	Société Anonyme Brown Boveri & Cie.	1
1960	SOMAPRE	1
1960	SOPREL	1
1960	Sorefame	1
v1960	Sprecher & Schuh	1
1960	Sufil	1
1960	Syndicat Général des Fondeurs de France	1
1960	Teixeira Duarte, Lda.	1
1960	The Anglo Portuguese Telephone Co., Lda	1
1960	União Fabril do Azoto	1
1960	Valente de Almeida & Filhos	1
1960	Vicker Armstrong, Ltd.	1

Data	Acontecimentos	Fonte
1961		
22/03/1961	Presidente da República assiste ao início das comemorações do cinquentenário do IST.	
		
ANTT, PT-TT-EPJS-SF-001-001-0139-0527AM Imagem cedida pelo ANTT		
24/03/1961	Dia do Estudante celebrado com jantar-convívio no Pavilhão Desportivo do IST.	Entrevistas, Contributos [CD]
19/04/1961	Polémica desencadeada por artigo „Carta a Uma Jovem Portuguesa“ publicado em „Via Latina“, órgão da AA de Coimbra. O assunto é debatido em assembleia e em Junta de Delegados do IST.	AAEIST
04/05/1961	Manuel Lopes de Almeida nomeado ministro da Educação Nacional.	
23/05/1961	Realização da sessão solene de inauguração das comemorações do cinquentenário da fundação do IST e da Associação de Estudantes, no salão nobre do instituto.	Técnica, n.º 1/2, out. de 1986, pp. 59
outubro	Heitor Santos é presidente da AEIST em lista onde constam três mulheres (ano letivo 1961-62).	Entrevistas; Contributos [CD]

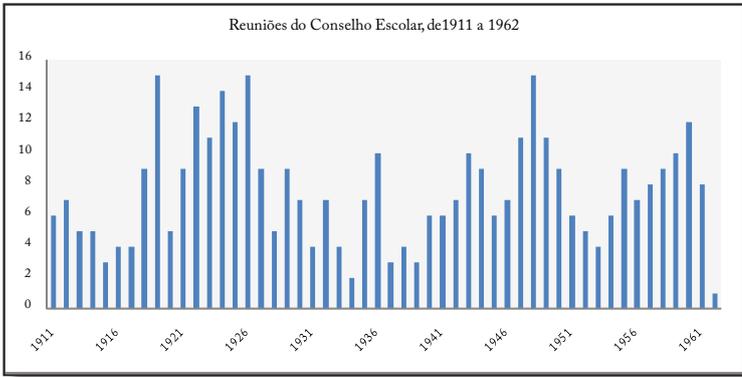
Ano	Empresa	Tirocinantes
1961	Oficinas Gerais de Material de Engenharia	13
1961	Amadeu Gaudêncio, Lda.	10
1961	Junta Autónoma de Estradas	10
1961	LNEC	10
1961	Alfredo Alves & Companhia	9
1961	Fábrica de Material de Guerra de Braço de Prata	8

Ano	Empresa	Tirocinantes
1961	Fundição de Oeiras	7
1961	Sociedade Estoril	7
1961	Ruhrstahl AG	6
1961	Construções Especiais, Lda.	5
1961	CUF	5
1961	Direção dos Serviços de Radioelétricos dos CTT	5
1961	Sorefame	5
1961	Administração do Porto de Lisboa	4
1961	Carris	4
1961	Comissão Executiva de Obras Extraordinárias Militares	4
1961	Empresa Carbonífera do Douro	4
1961	Fábrica Nacional de Munições e Armas Ligeiras	4
1961	Moniz da Maia & Vaz Guedes	4
1961	Arsenal do Alfeite	3
1961	Beralt, Tin & Wolfram, Ltd	3
1961	Direção Geral dos Serviços de Salubridade	3
1961	Empresa de Construção Barlavento, Lda.	3
1961	Eng. Adelino Pais Clemente	3
1961	Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal	3
1961	Metalúrgica Duarte Ferreira	3
1961	Minas de Aljustrel	3
1961	Novobra	3
1961	Oficinas Gerais de Material Aeronáutico	3
1961	Sainrapt et Brice	3
1961	SAPEC	3
1961	Standard Elétrica	3
1961	Câmara Municipal de Portimão	2
1961	Caminhos de Ferro de Benguela	2
1961	Cockerill-Ougrée	2
1961	Comissão de Administração das Novas Instalações para o Exército	2
1961	Comissão de Estudos de Energia Nuclear (CEEN)	2
1961	Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses	2
1961	Companhia dos Telefones	2
1961	Construtora Moderna	2
1961	Direção dos Serviços de Infraestruturas das Forças Armadas	2
1961	Empresa de Estudos e Construções	2
1961	Empresa Nacional de Aparelhagem Elétrica	2
1961	Estruturas Tubulares Desmontáveis	2
1961	Gabinete de Estudos Hidráulicos Apagel	2
1961	Garagem Conde Barão	2
1961	L. Dargent, Lda.	2

Ano	Empresa	Tirocinantes
1961	Manuel Ferreira & Filhos	2
1961	Mines Domaniales de Potasse d'Alsace	2
1961	Sacor	2
1961	Sociedade Central de Cervejas	2
1961	Sociedade Nacional de Explosivos, Lda.	2
1961	Sofil	2
1961	Sogás	2
1961	União Elétrica Portuguesa	2
1961	Administração Geral dos Serviços Hidráulicos	1
1961	Alba	1
1961	Amoníaco Português	1
1961	Atelier de Constructions Eléctriques de Charleroi (ACEC)	1
1961	Auto Mecânica da Beira, Lda.	1
1961	Automática Elétrica Portuguesa	1
1961	Bayer AG	1
1961	Câmara Municipal da Covilhã	1
1961	Caminhos de Ferro de Moçambique	1
1961	Carlos Eduardo Rodrigues	1
1961	Cimentos do Cabo Mondego	1
1961	Compagnie Française de Matières Colorantes	1
1961	Companhia Cimento Tejo	1
1961	Companhia das Minas de Carvão de São Pedro da Cova	1
1961	Companhia Nacional de Eletricidade	1
1961	Companhia Portuguesa de Alpargatos	1
1961	Companhia Industrial Portuguesa	1
1961	Companhia Portuguesa de Radium	1
1961	Construções Técnicas, Lda.	1
1961	Coquerie Strasbourg	1
1961	CRGE	1
1961	Delegação das Novas Instalações dos Serviços Públicos	1
1961	Direção dos Serviços de Obras Públicas e Transportes de Luanda	1
1961	Direção Geral de Aeronáutica Civil	1
1961	Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais	1
1961	Direção Geral dos Serviços de Urbanização	1
1961	Divisão dos Serviços de Obras Públicas e Transportes de Moçambique	1
1961	Dortmund Hörde	1
1961	Emissora Nacional	1
1961	Empresa de Cimentos de Leiria	1
1961	Empresa de Construção Júlio Cismeiro	1
1961	Empresa Fabril de Máquinas Elétricas	1
1961	Enarco	1

Ano	Empresa	Tirocinantes
1961	Eng. Alberto de Freitas	1
1961	Eng. António Francisco Pereira	1
1961	Eng. Augusto Supico	1
1961	Eng. H. U. Fernandes Pinto	1
1961	Eng. João A. Telo	1
1961	Eng. Júlio Fraústo Basso	1
1961	Eng. Lopes Belchior e Soares Mendonça	1
1961	Eng. Luís Guimarães Lobato	1
1961	Eng. Manuel Frederico Basto Saragoça	1
1961	Eng. Manuel Nunes Tiago	1
1961	Eng. Ramiro Bastos Gonçalves	1
1961	Eng. Raúl Ferreira Vidigal	1
1961	Engenheiros Basto Saragoça e M. Vieira	1
1961	ERG, Lda.	1
1961	Fábrica de Cimento Tejo	1
1961	Fábrica de Tintas de Sacavém	1
1961	Fratelli Movando	1
1961	Gabinete de Estudos e Projetos, Lda.	1
1961	Gusstahlwerk Gelsenkirchen	1
1961	Heinemann & Busse	1
1961	Indústrias Elétricas Associadas	1
1961	J. J. Gonçalves	1
1961	Laboratório Central Eletrotécnico	1
1961	Laboratório Sanitas	1
1961	Luso-Dana, Lda	1
1961	Mague	1
1961	Minas de Vila Cova	1
1961	Mobil Oil Portuguesa	1
1961	Oficinas Augusto Martins Pereira (Alba)	1
1961	Österreichisch-Alpine Montangesellschaft	1
1961	Pfaff Industriemaschinen AG	1
1961	Potasse et Engrais Chimiques	1
1961	Rijkswaterstaat Arrondissement	1
1961	Ruston-Bucyrus, Ltd.	1
1961	Salema & Gonçalves	1
1961	Siderurgia Nacional	1
1961	Simões Pereira & Companhia Lda.	1
1961	Sociedade Industrial de Produtos Elétricos	1
1961	Sociedade Nacional Est. e Financeira de Empresa Ultramarina	1
1961	Sociedade Portuguesa de Petroquímica	1
1961	Sociedade Portuguesa Mármore e Cantarias	1

Ano	Empresa	Tirocinantes
1961	Société de Produits Houghton	1
1961	Sorel	1
1961	Sud Aviation	1
1961	The Steel Co. of Wales, Ltd.	1

Data	Acontecimentos	Fonte
1962		
Neste ano	Estudantes prestam auxílio às famílias de pescadores afetadas pelo temporal na Cova do Vapor.	AAEIST A1 cx 108/4
Neste ano	Congresso de Ensino de Engenharia incumbem a Secção de Antigos Alunos da AEIST de continuar a iniciativa.	Contributos [CD]
Neste ano	Realiza-se Exposição Retrospectiva de Arte Moderna Portuguesa.	Entrevistas; Arquivo particular.
Neste ano	 <p>Reuniões do Conselho Escolar, de 1911 a 1962</p> <p>NarQ, Livros de atas do CE</p>	
20/01/1962	Comemoração da vitória dos estudantes sobre o decreto 40900, com jantar e sarau cultural na AEIST.	Contributos [CD]
09/03/1962	Participação de estudantes do IST no I Encontro Nacional de Estudantes, Coimbra.	AAEIST A1 cx 113/3
24/03/1962	Dia do Estudante proibido em Lisboa. Ocupação da Cidade Universitária pela polícia. Cargas policiais.	Contributos [CD]
26/03/1962	Greve dos estudantes.	Contributos [CD]
30/03/1962	Assembleia geral da AEIST „repudia a tendenciosa, falsa e desonesta posição em relação à iniciativa de as AE colaborarem na construção de casas na Cova do Vapor“ de jornais como A Voz e Diário da Manhã.	AAEIST A1 cx 100 /6/7
01/04/1962	Ordem governamental suspende corpos gerentes da AEIST. A gerência nomeada é contestada pelos estudantes.	AAEIST A1 cx 91/1
01/05/1962	Estudantes do IST participam numa manifestação não autorizada.	Contributos [CD]
09/05/1962	Retoma da greve a aulas e exames (acaba a 14 de junho). Uma centena de engenheiros apoiam os estudantes.	Contributos [CD]

Data	Acontecimentos	Fonte
14/06/1962	Realiza-se no IST uma reunião plenária dos estudantes de Lisboa.	Contributos [CD] para a História da AEIST no movimento estudantil [CD]
21/07/1962	Primeiro doutoramento: Manuel Marques Alves, física.	Livro de Actas Doutoramentos, Livro 1
outubro	Francisco Ferreira dos Santos é presidente da AEIST (ano letivo 1962–63).	Entrevistas; Contributos [CD]
25/11/1962	Sessão inaugural do Congresso do Ensino da Engenharia, realizado no IST.	
04/12/1962	Inocêncio Galvão Teles nomeado ministro da Educação Nacional.	

Ano	Empresa	Tirocinantes
1962	CRGE	2
1962	Direção Geral dos Serviços de Urbanização	2
1962	Empresa de Cimentos Lis	2
1962	Empresa de Construção Barlavento, Lda.	2
1962	Eng. Aurélio Marques da Silva	2
1962	Eng. Edgar Cardoso	2
1962	Eng. H. Pinto França	2
1962	Fábrica de Tintas de Sacavém (Dyrup)	2
1962	Impresa Costruzioni Idrauliche Stradali	2
1962	João Jacinto Tomé	2
1962	Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário	2
1962	L. Dargent, Lda.	2
1962	Mines de Bagailles	2
1962	Moniz da Maia, Duarte & Vaz Guedes, Ld	2
1962	Núcleo Eletrotécnico, Lda.	2
1962	Oficinas Augusto Martins Pereira (Alba)	2
1962	Oficinas da CP	2
1962	Saint-Gobain	2
1962	Siderurgia Nacional	2
1962	Sociedade de Construção Amadeu Gaudêncio, Lda.	2
1962	Sociedade Industrial de Ultramar	2
1962	Sociedade Mines de Basailles	2
1962	TAP	2
1962	Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal	1
1962	A bordo do N.R.P. Vouga	1
1962	Alba	1

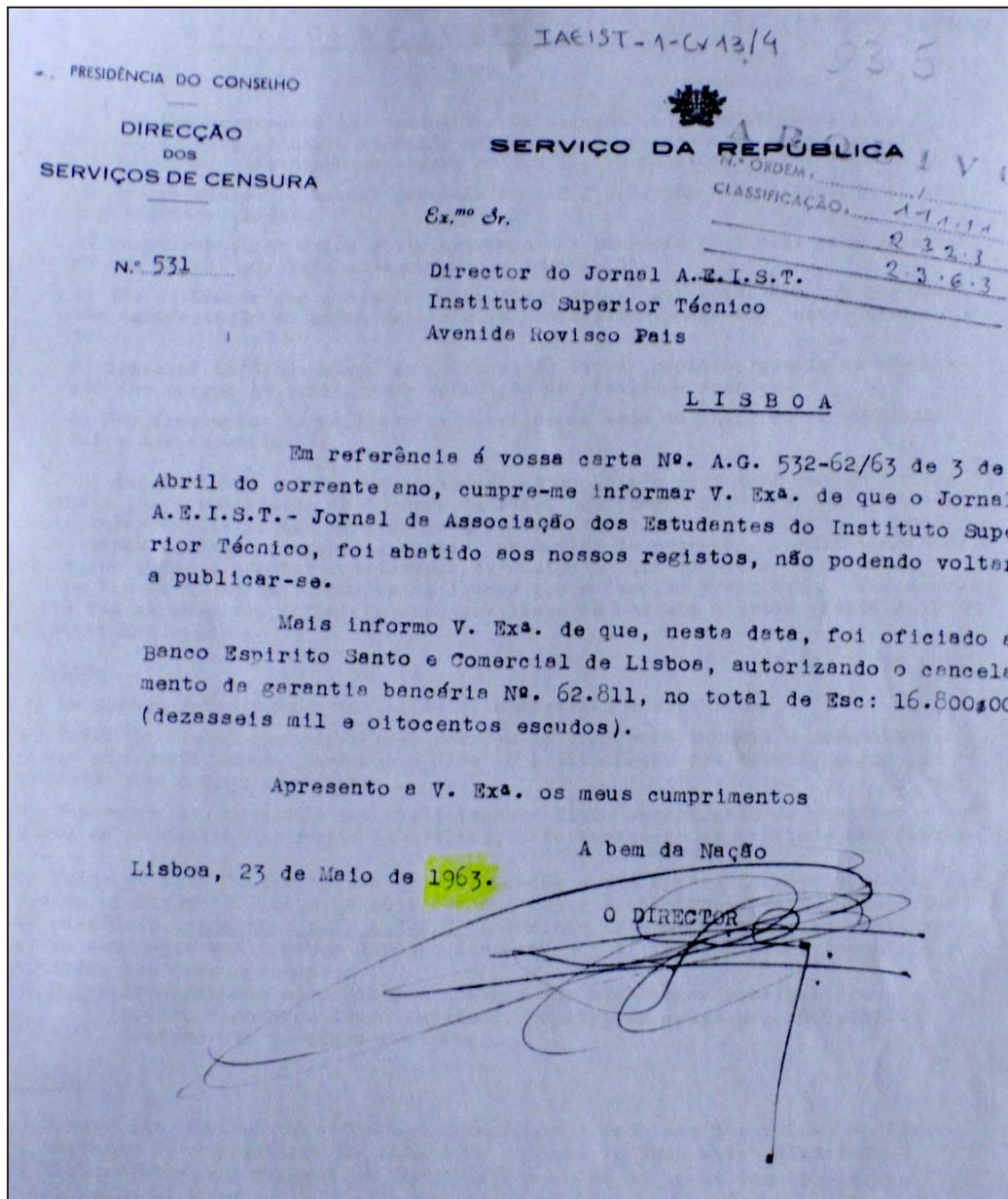
Ano	Empresa	Tirocinantes
1962	António do Amaral & Filho	1
1962	Associated Electrical Industries, Ltd.	1
1962	Atlas Copco, AB	1
1962	Austin	1
1962	Automática Elétrica Portuguesa	1
1962	BASF AG	1
1962	Burmeister & Wain de Portugal	1
1962	Byk Gulden	1
1962	Câmara Municipal do Porto	1
1962	Caminhos de Ferro de Benguela	1
1962	Caminhos de Ferro de Luanda	1
1962	Centre d'Étude et Recherche des Charbonnages	1
1962	Cerâmica de Palença, Lda.	1
1962	Cimento Lafarge	1
1962	Compagnie Française de Raffinage	1
1962	Companhia Cimento Tejo	1
1962	Companhia Hidro-Elétrica do Zêzere	1
1962	Companhia Industrial Portuguesa	1
1962	Companhia Metalúrgica Nacional	1
1962	Companhia Nacional de Eletricidade	1
1962	Companhia Nacional de Navegação	1
1962	Companhia do Papel do Prado	1
1962	Construções Especiais, Lda.	1
1962	Construções Técnicas, Lda.	1
1962	Construtora do Tâmega	1
1962	Couto Mineiro do Pejão	1
1962	CUF	1
1962	Degrémont Acfi	1
1962	Delegação das Novas Instalações dos Serviços Públicos	1
1962	Direção de Estradas do Distrito do Porto	1
1962	Direção dos Serviços de Pontes	1
1962	Direção Geral dos Combustíveis	1
1962	Direção Geral dos Serviços de Salubridade	1
1962	Direção Serviços de Infraestruturas das Forças Armadas	1
1962	Empresa de Construção Júlio Cismeiro	1
1962	Empresa de Sondagens Ródio	1
1962	Empresa Hidro-Elétrica da Serra da Estrela Lda.	1
1962	Empresa Metalúrgica de Castelo Branco, Lda.	1
1962	Eng. Alberto Augusto dos Reis	1
1962	Eng. Alfredo Morgado e Carlos Nobrega	1
1962	Eng. Aníbal de Brito	1

Ano	Empresa	Tirocinantes
1962	Eng. António Marreiros Leite	1
1962	Eng. Cavaleri Martinho	1
1962	Eng. Frederico Burnay de Mendonça	1
1962	Eng. J. Lopes Belchior	1
1962	Eng. Lopes Belchior e Soares Mendonça	1
1962	Eng. Mário Eugénio de Sousa Costa	1
1962	Eng. Pereira Gomes & Areosa Feio	1
1962	ERG, Lda.	1
1962	Escola Militar de Eletromecânica	1
1962	Établissements Kuhlmann	1
1962	Fábrica de Açúcar de Santa Clara	1
1962	Fábrica de Cerveja Estrela	1
1962	Fábrica Nacional de Margarina	1
1962	Fábrica Nacional de Pistons	1
1962	Fábrica Portuguesa de Artigos Elétricos	1
1962	Federação das Caixas de Previdência	1
1962	Groupe des Industries de la Houille	1
1962	Hidro-Elétrica do Douro	1
1962	Impresa Angelo Farsura	1
1962	Indústrias Angolanas de Oleos Vegetais	1
1962	Institut Français du Pétrole	1
1962	Instituto Geográfico e Cadastral	1
1962	Instituto Nacional de Investigação Industrial (INII)	1
1962	J. J. Gonçalves	1
1962	Junta de Colonização Interna	1
1962	Junta de Energia Nuclear (JEN)	1
1962	Junta de Investigações do Ultramar	1
1962	Laboratório de física e Energia Nucleares (LFEN)	1
1962	Laboratório Normal	1
1962	Mague	1
1962	Metropolitan Vickers Electrical	1
1962	Metropolitan-Cammel	1
1962	Minas de Joudreville	1
1962	Minas de Urânio de Urgeiriça	1
1962	Mines Domaniales de Potasse d'Alsace	1
1962	Mobil Oil Portuguesa	1
1962	Novopca	1
1962	Office National Industriel de l'Azote	1
1962	Oficinas Gerais de Material Aeronáutico	1
1962	Refinaria do Ultramar	1
1962	René Touget	1

Ano	Empresa	Tirocinantes
1962	Salema & Gonçalves	1
1962	Secil	1
1962	Serviços Municipalizados de Coimbra	1
1962	Sintor	1
1962	Sociedad Minera y Metalurgica de Peñarroya	1
1962	Sociedade África de Pólvoras, Lda.	1
1962	Sociedade Anónima de Rádio-Retransmissão - Raret	1
1962	Sociedade Construtora Portuguesa, Lda.	1
1962	Sociedade de Construções e Obras Públicas	1
1962	Sociedade de Estudos e Tratamento de Águas	1
1962	Sociedade de Trabalhos Urbanos e Construções, Lda.	1
1962	Sociedade Industrial de Construção Cruz & Cruz	1
1962	Sociedade Italo-Portuguesa de Construções	1
1962	Sociedade Metropolitana e Colonial de Construção, Lda.	1
1962	Sociedade Nacional de Detergentes	1
1962	Sociedade Nacional de Explosivos, Lda.	1
1962	Sociedade Portuguesa de Fibro-Cimento	1
1962	Société Anonyme des Laminoires Hauts-Fourneaux et Charbonnages	1
1962	Sogás	1
1962	Sud Aviation	1
1962	Tomaz de Oliveira	1
1962	União Fabril do Azoto	1
1962	US Air Force	1
1962	Usines Chimiques de Mazingarbe	1
1962	Usines de Melle, França	1
1962	Vista Alegre	1
1962	Volkswagenwerk	1
1962	Wernerwerk für Messtechnik	1

Data	Acontecimentos	Fonte
1963		
Neste ano	Incidentes no IST, com intervenção policial.	Contributos [CD]
Neste ano	AEIST filia-se na Federação Portuguesa de Rugby.	AAEIST A2 cx 290 nº 8
Neste ano	Publicação do primeiro número do boletim aeist.	aeist, nº 1, janeiro 1963
24/01/1963	Francisco de Paula Leite Pinto nomeado reitor da Universidade Técnica de Lisboa.	
04/03/1963	Segundo doutoramento: Frederico de Meneses Avelino Machado, engenharia civil.	Livro de Atas Doutoramentos, Livro 1

Data	Acontecimentos	Fonte
25/04/1963	Terceiro doutoramento: Carlos Manuel de Jesus Cruz de Medeiros Portela, engenharia eletrotécnica.	Livro de Atas Doutoramentos, Livro 1
11/05/1963	Pedida amnistia para estudantes do IST expulsos.	AAEIST A1 cx 91/2
23/05/1963	Serviços de Censura comunicam que o aeist „foi abatido aos nossos registos, não podendo voltar a publicar-se.“	AAEIST A1 cx 13/4



AAEIST, A1 cx 13/4
 Foto: J F Branco, 2011

setembro	I Seminário de Estudos Associativos.	Entrevistas; Contributos [CD]
04/09/1963	Novos Estatutos da AEIST.	DG, nº 212, 09/09-1963
outubro	Jorge Dias de Deus é presidente da AEIST (ano letivo 1963-64).	Entrevistas; Contributos [CD]

Data	Acontecimentos	Fonte
novembro	I Encontro Anual de Antigos Alunos do IST.	Contributos [CD]

Ano	Empresa	Tirocinantes
1963	LNEC	14
1963	Construções e Comércio, Lda.	11
1963	Oficinas Gerais de Material de Engenharia	10
1963	Construções Civis Social, Lda.	9
1963	Direção Serviços de Infraestruturas das Forças Armadas	9
1963	Junta Autónoma de Estradas	6
1963	Administração Geral dos Serviços Hidráulicos	5
1963	Fábrica de Gelados Olá	5
1963	Fábrica de Material de Guerra de Braço de Prata	5
1963	Sociedade de Construção Amadeu Gaudêncio, Lda.	5
1963	Administração Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones	4
1963	Empresa Carbonífera do Douro	4
1963	Metropolitano de Lisboa	4
1963	Mines Domaniales de Potasse d'Alsace	4
1963	Mobil Oil Portuguesa	4
1963	Oficinas Gerais de Material Aeronáutico	4
1963	Arsenal do Alfeite	3
1963	Beralt, Tin & Wolfram, Ltd	3
1963	Companhia Previdente	3
1963	Consultores de Barragens e Aproveitamentos Hidráulicos	3
1963	Direção Geral de Aeronáutica Civil	3
1963	Empresa de Estudos e Construções	3
1963	Eng. Augusto Supico	3
1963	Fábrica Portugal	3
1963	Fundição de Oeiras	3
1963	Hidrotécnica Portuguesa	3
1963	Laboratório du Centre d'Études et Recherches	3
1963	Moniz da Maia & Vaz Guedes	3
1963	Câmara Municipal de Lisboa	2
1963	Caminhos de Ferro de Benguela	2
1963	CIBA	2
1963	Cie. Royale Asturienne des Mines	2
1963	Comissão de Estudos de Energia Nuclear (CEEN)	2
1963	CRGE	2
1963	CTT	2
1963	Divisão dos Estudos e Construção dos Caminhos de Ferro de Moçambique	2
1963	Elliott Brothers (London), Ltd.	2

Ano	Empresa	Tirocinantes
1963	Empresa Fabril de Máquinas Elétricas	2
1963	Eng. António Torres Baptista	2
1963	Eng. Francisco Marques Maia	2
1963	Eng. Manuel G. Medeiros	2
1963	Força Aérea Portuguesa	2
1963	Gabinete de Estudos e Projetos, Lda.	2
1963	Junta das Construções para o Ensino Técnico e Liceal	2
1963	Minas de Aljustrel	2
1963	Minière et Metallurgique de Rodange	2
1963	Sociedade Estoril	2
1963	Sorefame	2
1963	AB Liljeholmens Kabelfabrik	1
1963	Alba	1
1963	Aluminia, Lda.	1
1963	Arma de Engenharia	1
1963	Automática Elétrica Portuguesa	1
1963	Auxeltra Beton, Bruxelas	1
1963	Bonnard & A. Gardel, Lausane	1
1963	Cacém Industrial Metalúrgico, Lda.	1
1963	Câmara Municipal de Ilhavo	1
1963	Carlos Eduardo Rodrigues	1
1963	Centre d'Étude et Recherche des Charbonnages	1
1963	Centre d'Études nucléaires de Saclay	1
1963	Comissão Administrativa dos Novos Edifícios Universitários	1
1963	Comissão de Administração das Novas Instalações para o Exército	1
1963	Companhia Carvões Cimentos do Cabo Mondego	1
1963	Companhia dos Telefones	1
1963	Companhia Elétrica do Alentejo e Algarve	1
1963	Companhia Metalúrgica Nacional	1
1963	Companhia Nacional de Eletricidade	1
1963	Companhia Portuguesa Rádio Marconi	1
1963	Companhia Produtora de Antibióticos	1
1963	Construções Especiais, Lda.	1
1963	Construções Franki, Lda.	1
1963	Construções Técnicas, Lda.	1
1963	CUF	1
1963	Dial	1
1963	Direção de Exploração do Porto e Caminho de Ferro da Beira	1
1963	Direção de Serviço dos Portos, Caminhos de Ferro e Transportes de Moçambique	1
1963	Direção dos Serviços de Aproveitamentos Hidráulicos	1

Ano	Empresa	Tirocinantes
1963	Direção Geral dos Serviços de Salubridade	1
1963	Direção Geral Edifícios e Monumentos Nacionais	1
1963	Efacec	1
1963	Empresa Nacional de Aparelhagem Elétrica	1
1963	Empresa de Gelo, Lda.	1
1963	Empresa de Lacticínios, Lda.	1
1963	Eng. Baltasar Morais Barroco	1
1963	Eng. Fernando de Brito Rodrigues	1
1963	Eng. José Paula Lory	1
1963	Eng. Manuel Frederico Basto Saragoça	1
1963	Eng. Mário Eugénio de Sousa Costa	1
1963	English Steel Spring Corporation	1
1963	Esso Standard	1
1963	Fábrica de Chelas	1
1963	Fábrica Imperial de Margarina, Lda.	1
1963	Federação de Cooperativas de Lacticínios da Ilha Terceira	1
1963	George Wimpey & Co.	1
1963	Hidro-Elétrica do Cávado	1
1963	Hotel Estoril-Sol	1
1963	Instituto Nacional de Investigação Industrial (INII)	1
1963	Interfixo, Lda.	1
1963	Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário	1
1963	Junta Distrital de Lisboa	1
1963	Knapsack-Griesheim AG	1
1963	Laboratório de Construção Fernando Pires Coelho, Lda.	1
1963	Laboratório Normal	1
1963	Laboratório Resistência de Materiais, Moçambique	1
1963	Lorraine-Escout, Longwy	1
1963	Lusominas	1
1963	Mines et Industries, S.A.	1
1963	Moniz da Maia, Duarte & Vaz Guedes, Ld	1
1963	Naphtachimie, Lavera, França	1
1963	Oliva	1
1963	OPCA	1
1963	Potasse et Engrais Chimiques	1
1963	Sacor	1
1963	Saint-Gobain	1
1963	SAPEC	1
1963	Secil	1
1963	Shell	1
1963	Siderurgia Nacional	1

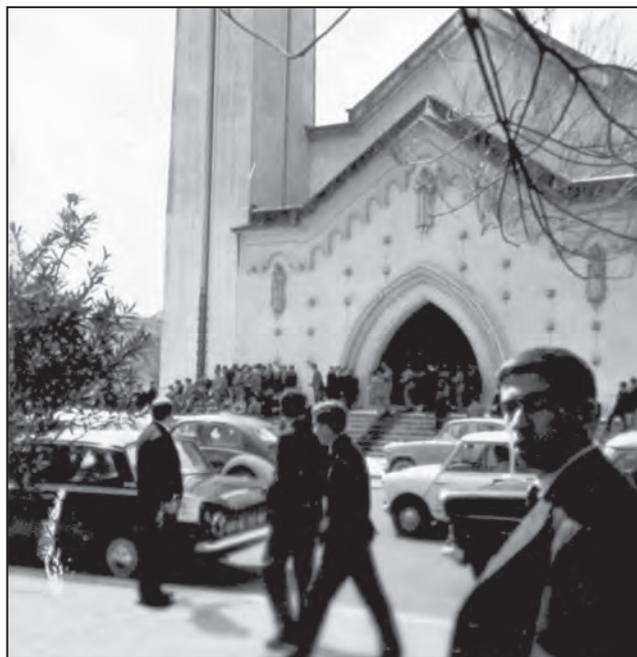
Ano	Empresa	Tirocinantes
1963	Sociedade Açoriana de Sabões, Lda.	1
1963	Sociedade Algodoeira do Fomento Colonial	1
1963	Sociedade Anónima de Rádio-Retransmissão - Raret	1
1963	Sociedade Central de Cervejas	1
1963	Sociedade de Construções e Indústrias Anexas	1
1963	Sociedade de Pré-Fábricas e Obras Gerais	1
1963	Sociedade Nacional de Sabões	1
1963	Sociedade Portuguesa Construtora	1
1963	Société de Produits Houghton	1
1963	Société Turbomeca	1
1963	Standard Elétrica	1
1963	TAP	1
1963	Uddcholms, Hagfors, Suécia	1
1963	União Elétrica Portuguesa	1
1963	Union Sidérurgique Loiraine	1
1963	Workspoor N.V.	1

Data	Acontecimentos	Fonte
1964		
Neste ano	Comunicado da direção da AEIST pedindo aos estudantes neutralidade religiosa e política para que seja possível o trabalho da associação.	AAEIST A1 cx 84/1
Neste ano	Campanha de solidariedade com os estudantes do IST Jorge Dias de Deus e Albano Nunes. Em panfleto, são lembrados professores expulsos entre 1935 e 1947 (dois do IST).	AAEIST A1 cx 83, 84, 97
Neste ano	Ciclo de conferências sobre Grandes Correntes da Literatura Contemporânea: Joel Serrão, Fernando Sampaio, Virgílio Ferreira, Alexandre Pinheiro Torres, Alfredo Margarido.	Entrevistas; Arquivo particular
fevereiro	Curso de Iniciação à Cultura Cinematográfica, produzido pela AEIST, em colaboração com o Cineclube Universitário de Lisboa e o ABC, na Sociedade Nacional de Belas Artes e Casa da Imprensa. Curso de Fotografia organizado pela Secção Fotográfica da AEIST.	Contributos [CD]
março	Convívio entre dirigentes e trabalhadores.	Contributos [CD]
14/03/1964	“Aspeto das manifestações efetuadas pelos estudantes de Lisboa, que pretendendo reunir-se no IST, o que não lhes foi consentido, seguiram a caminho da Cidade Universitária, depois de terem estacionado na praça de Londres, em frente da igreja de São João de Deus.”	

Data

Acontecimentos

Fonte



ANTT, PT-TT-EPJS-SF-001-001-0155-0394AP

19/03/1964 “Os finalistas do curso de engenharia civil do IST, que vão fazer uma viagem de estudo a Angola, despedem-se do ministro da Educação, Inocêncio Galvão Teles”.



ANTT, PT-TT-EPJS-SF-001-001-0155-0458AP

24/03/1964 Instauração de processo disciplinar e imediata suspensão de vários presidentes de AE, entre eles o do IST.

Contributos para a História da AEIST no movimento estudantil, CD, [2007]

Data	Acontecimentos	Fonte
maio	Fernando Vicente eleito presidente da AEIST (ano letivo 1964-65).	Entrevistas; Cronologia
21/05/1964	Quarto doutoramento: Eduardo António da Costa Ferrugento Gonçalves, engenharia civil.	Livro de Atas Doutoramentos, Livro 1
22/05/1964	Inauguração do Laboratório Calouste Gulbenkian de Espectrometria de Massa e física Nuclear.	
26/05/1964	Comendador da Ordem Militar Santiago da Espada manifesta sua intenção de interceder junto do ministro da Educação Nacional a favor dos dois alunos suspensos.	AAEIST A1 cx 97/24
outubro	O presidente eleito da AEIST, Fernando Vicente, é expulso do IST.	Contributos [CD]; Entrevistas; AAEIST A1 cx 84/7
outubro	Mário Lino é presidente da AEIST (ano letivo 1964-65).	Contributos [CD]; Entrevistas
outubro	Detidos pela PIDE dois alunos.	AAEIST A1 cx 99 nº 15
04/11/1964	Publicado primeiro número do „Binómio“, que substitui o „aeist“.	Contributos [CD]; Entrevistas



25/11/1964	AEIST representa Portugal na 15ª Conferência Internacional de Turismo Universitário, em Viena.	AAEIST A1 cx 99 nº 14
28/11/1964	Funciona um Departamento de Turismo Universitário.	AAEIST A1 cx 8/37

Ano	Empresa	Tirocinantes
1964	LNEC	14
1964	Oficinas Gerais de Material de Engenharia	8
1964	Administração do Porto de Lisboa	7
1964	Oficinas Gerais de Material Aeronáutico	7
1964	Beralt, Tin & Wolfram, Ltd	6
1964	Direção dos Serviços de Infraestruturas das Forças Armadas	5
1964	Instituto Nacional de Investigação Industrial (INII)	5
1964	Oficinas da CP	5
1964	Arsenal do Alfeite	4
1964	Câmara Municipal de Luanda	4
1964	Carris	4
1964	Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais	4
1964	Fábrica de Material de Guerra de Braço de Prata	4
1964	Junta Autónoma de Estradas	4
1964	Sorefame	4
1964	Administração Geral dos Serviços Hidráulicos	3
1964	Alfredo Alves & Companhia	3
1964	Alfredo Pedro Veiga	3
1964	Carlos Eduardo Rodrigues	3
1964	Companhia Nacional de Eletricidade	3
1964	Direção dos Serviços de Fortificações e Obras Militares	3
1964	Direção Geral de Aeronáutica Civil	3
1964	Empresa Diamantino Tojal	3
1964	Fundição de Oeiras	3
1964	Sociedade de Construção Amadeu Gaudêncio, Lda.	3
1964	Ártico, Lda.	2
1964	Automática Elétrica Portuguesa	2
1964	Cabos Armados e Telefónicos (CAT)	2
1964	Construções Especiais, Lda.	2
1964	Consultores de Barragens e Aproveitamentos Hidráulicos	2
1964	Direção de Serviços de Intendência e Contabilidade das Forças Armadas	2
1964	Empreiteiros de Moçambique	2
1964	Eng. António Nunes Teixeira	2
1964	Eng. Edgar Cardoso	2
1964	Eng. Pedro M. Appleton	2
1964	Engenheiros Sande de Freitas e Fernando Costa	2
1964	Gabinete de Estudos e Projetos, Lda.	2
1964	Junta de Energia Nuclear (JEN)	2
1964	Laboratório de física da Universidade de Coimbra	2
1964	Lisnave	2
1964	Mague	2

Ano	Empresa	Tirocinantes
1964	Metalúrgica de Benfica	2
1964	Metalúrgica Duarte Ferreira	2
1964	Metropolitan Vickers Electrical	2
1964	Minas de Aljustrel	2
1964	Minas de Jales	2
1964	Mundus Portuguesa	2
1964	Sacor	2
1964	Sociedade Anónima de Rádio-Retransmissão - Raret	2
1964	Sociedade Industrial de Produtos Elétricos	2
1964	Standard Elétrica	2
1964	Teixeira Duarte, Lda.	2
1964	União Elétrica Portuguesa	2
1964	A. Neto & Companhia Lda.	1
1964	Amoníaco Português	1
1964	Anuário Comercial de Portugal	1
1964	Asea	1
1964	Batalhão de Engenharia, Angola	1
1964	Burmeister & Wain de Portugal	1
1964	CETEC (Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais)	1
1964	Câmara Municipal de Cascais	1
1964	Câmara Municipal de Évora	1
1964	Câmara Municipal de Lourenço Marques	1
1964	Caminhos de Ferro da Beira	1
1964	Caminhos de Ferro de Moçambique	1
1964	Cerâmica Vale de Lobos, Lda. (Cerval)	1
1964	CIBA	1
1964	Comissão de Estudos de Energia Nuclear (CEEN)	1
1964	Compagnie Française de Matières Colorantes	1
1964	Companhia de Petróleos de Angola	1
1964	Companhia Metalúrgica Nacional	1
1964	Companhia Portuguesa de Petróleos BP	1
1964	Companhia Portuguesa de Trefilaria	1
1964	Construções Técnicas, Lda.	1
1964	CRGE	1
1964	CUF	1
1964	Direção dos Serviços de Estradas do Distrito de Évora	1
1964	Direção dos Serviços de Infraestruturas das Forças Armadas	1
1964	Direção dos Serviços Marítimos	1
1964	Direção Geral dos Serviços Elétricos	1
1964	Empresa Nacional de Aparelhagem Elétrica	1
1964	Eng. Baltasar Morais Barroco	1

Ano	Empresa	Tirocinantes
1964	Eng. Gaspar Martins Rodrigues	1
1964	Eng. João A. Telo	1
1964	Eng. Manuel G. Medeiros	1
1964	Eng. Pardal Monteiro	1
1964	Eng. Pedro M. Ferreira	1
1964	Engenheiros P. Froidevaux e W. Weber	1
1964	English Electric	1
1964	Equipamentos Eléctricos	1
1964	Estaleiros Navais do Mondego	1
1964	F. Perkins, Ltd.	1
1964	Fábrica de Borracha Luso-Belga	1
1964	Fábrica de Fiação e Tecidos do Vale	1
1964	Fábrica de Têxteis Artificiais	1
1964	Fábrica Dragão Dilumit	1
1964	Fábrica Imperial de Margarina, Lda.	1
1964	Farbwerke Hoechst AG	1
1964	Federação das Caixas de Previdência	1
1964	Fundação Calouste Gulbenkian	1
1964	Fundições Pachancho, Lda.	1
1964	Garagem Conde Barão	1
1964	Gaz de France	1
1964	Geral Carlos Mertens	1
1964	Hellmann & Littmann	1
1964	Hidro-Elétrica do Revué	1
1964	Hidrotécnica Portuguesa	1
1964	Institut Français du Caoutchouc	1
1964	Institut Français du Pétrole	1
1964	José Esteves Construções Civas	1
1964	Kellog of Panama Corporation	1
1964	Laboratório de Engenharia de Angola	1
1964	Laboratório de Ensaios de Materiais de Construção e Obras Públicas, Lourenço Marques	1
1964	Laboratório de Explosivos da Armada	1
1964	Laboratório de física e Energia Nucleares (LFEN)	1
1964	Laboratório Normal	1
1964	Laboratório Têxtil da Covilhã	1
1964	Lancha de Fiscalização „Azevia“	1
1964	Le Matériel Électrique	1
1964	Mason and Barry, Lda	1
1964	Metalúrgica Alentejana, Lda.	1
1964	Mines Domaniales de Potasse d'Alsace	1

Ano	Empresa	Tirocinantes
1964	Minière et metallurgique de Rodange	1
1964	Moçacor	1
1964	Moniz da Maia, Duarte & Vaz Guedes, Lda.	1
1964	Nitratos de Portugal	1
1964	Obras Militares da Província de Moçambique	1
1964	Office National Industriel de l'Azote	1
1964	Petrofina	1
1964	Portos, Caminhos de Ferro e Transportes de Moçambique	1
1964	Provinciamento, Obras Públicas e Transportes, Huila	1
1964	Ribeiro da Silva, Lda.	1
1964	Saint-Gobain	1
1964	Salema & Gonçalves	1
1964	Serviço de Aeronáutica Civil de Luanda	1
1964	Shell	1
1964	Siderurgia Nacional	1
1964	Silta Ja Satama Oy	1
1964	Siltamar	1
1964	Sincal	1
1964	Sociedade Central de Cervejas	1
1964	Sociedade Estoril	1
1964	Sociedade Nacional de Explosivos, Lda.	1
1964	Société Anonyme de la Vieille Montagne	1
1964	Société de Produits Houghton	1
1964	Société Générale d'Engrais et Production Chimiques	1
1964	Soconscivil	1
1964	Solatia	1
1964	Steinman, Boynton, Grouquist & London	1
1964	Sulzer Frères SA	1
1964	TAP	1
1964	União Fabril do Azoto	1
1964	United States Steel	1

Data	Acontecimentos	Fonte
1965		
Neste ano	Estudantes com o cabelo rapado, após saída da prisão.	Contributos [CD]
29/04/1965	Quinto doutoramento: João José Rodilles Fraústo da Silva, Engenharia Químico-Industrial.	Livro de Actas Doutoramentos, Livro 1

Data	Acontecimentos	Fonte
01/06/1965	Sexto doutoramento: Augusto Manuel Pinto Clara, Engenharia de Minas.	Livro de Actas Doutoramentos, Livro 1
julho	<p>Matrículas no curso geral, 1914-15 a 1964-65, dados lacunares</p> <p>NarQ, dados estatísticos avulsos</p>	
25/08/1965	Uma amnistia governamental abrange dois estudantes do IST.	O Século, 26/08/1965
28/08/1965	Termina o Campo Internacional de Trabalho, realizado em Manteigas, organizado pelo Departamento de Turismo Universitário da AEIST.	Ecos de Manteigas, 29/08/1965
02/09/1965	Encerramento da Casa dos Estudantes do Império (CEI) pela PIDE.	
outubro	António Mota Redol é presidente da AEIST (ano letivo 1965-66).	Contributos [CD]; Entrevistas
17/10/1965	Protesto contra a punição de 178 estudantes, sendo 21 do IST.	AAEIST A1 cx 97 /8, cx 93/19

Ano	Empresa	Tirocinantes
1965	Fábrica de Material de Guerra de Braço de Prata	10
1965	Cabos Armados e Telefónicos (CAT)	8
1965	LNEC	8
1965	Carris	5
1965	Oficinas Gerais de Material de Engenharia	5
1965	Secil	5
1965	Administração Geral dos Serviços Hidráulicos	4
1965	Empresa Nacional de Aparelhagem Elétrica	4
1965	Metropolitano de Lisboa	4
1965	Siderurgia Nacional	4
1965	Administração do Porto de Lisboa	3
1965	Amaro & Mota, Lda	3
1965	António Veiga	3
1965	Automática Elétrica Portuguesa	3
1965	Babcock & Wilcox of Africa	3
1965	Companhia Nacional de Eletricidade	3

Ano	Empresa	Tirocinantes
1965	Fundição de Oeiras	3
1965	Shell Portuguesa	3
1965	Siemens & Halske	3
1965	Sociedade de Construção Amadeu Gaudêncio, Lda.	3
1965	Sorefame	3
1965	Standard Elétrica	3
1965	TAP	3
1965	Comissão de Estudos de Energia Nuclear (CEEN)	2
1965	Compagnie Française de Matières Colorantes	2
1965	Companhia Portuguesa de Fornos Elétricos	2
1965	Comportel	2
1965	Direção Geral de Aeronáutica Civil	2
1965	Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais	2
1965	Efacec	2
1965	Electricité Industrielle Belge	2
1965	Eng. H. Pinto França	2
1965	Eng. Mário Rodrigues	2
1965	Fábrica Nacional de Pistons	2
1965	Hidro-Elétrica do Douro	2
1965	Junta Autónoma de Estradas	2
1965	KLM	2
1965	Metalúrgica de Benfica	2
1965	Minas de Vila Cova	2
1965	Mines de Bagailles	2
1965	Motra	2
1965	Obras e Construções, Lda.	2
1965	Oficina Mecanica Tomaso Barbieri	2
1965	Oficinas Gerais de Material Aeronáutico	2
1965	Philips	2
1965	Sacor	2
1965	Sociedade Anónima de Rádio-Retransmissão - Raret	2
1965	Sociedade Nacional de Refinação de Petróleos	2
1965	Société des Produits Chimiques de la Montagne Noire	2
1965	Société industrielle des Raffineries de Sucre	2
1965	Terenas & Filho	2
1965	Aeronáutica Civil de Angola	1
1965	AG Conrad Zschokke	1
1965	Agrupamento de Engenharia de Angola	1
1965	Agrupamento de Engenharia de Moçambique	1
1965	Alfredo Pedro Veiga	1
1965	Asea	1

Ano	Empresa	Tirocinantes
1965	Ateliers Belges Réunis	1
1965	Ateliers de Construction Delle	1
1965	Atividades Elétricas Associados, Lda.	1
1965	Auto Mecânica da Beira, Lda.	1
1965	Batalhão de Engenharia, Nampula	1
1965	Burmeister & Wain de Portugal	1
1965	Câmara Municipal de Lisboa	1
1965	Câmara Municipal de Quelimane	1
1965	Câmara Municipal do Porto	1
1965	Caminhos de Ferro de Moçambique	1
1965	Centre de Recherches d'Aubervilliers	1
1965	Centre d'Étude et Recherche des Charbonnages	1
1965	Centro Controle Regional do Continente	1
1965	CGS Instrumenti di Misura	1
1965	CIBA	1
1965	Cimenti	1
1965	Cometna	1
1965	Comissão de Administração das Novas Instalações para as Forças Armadas	1
1965	Comissão Reguladora de Produtos Químicos e Farmacêuticos	1
1965	Companhia Cimento Tejo	1
1965	Companhia Carvões Cimentos do Cabo Mondego	1
1965	Companhia Celulose do Ultramar Português	1
1965	Companhia de Cimentos de Moçambique	1
1965	Companhia do Manganês de Angola	1
1965	Companhia Industrial Portuguesa	1
1965	Companhia Portuguesa de Amidos	1
1965	Companhia Portuguesa de Celulose	1
1965	Companhia Portuguesa Rádio Marconi	1
1965	Construções Especiais, Lda.	1
1965	Construções Técnicas, Lda.	1
1965	Construcol, Lda.	1
1965	CRGE	1
1965	CTT	1
1965	CUF	1
1965	Direção dos Serviços de Fortificações e Obras Militares	1
1965	Direção dos Serviços de Infraestruturas das Forças Armadas	1
1965	Direção Geral dos Serviços de Urbanização	1
1965	Direção Geral dos Serviços Elétricos	1
1965	Direção Geral dos Serviços Hidráulicos	1
1965	Divisão dos Serviços de Obras Públicas e Transportes de Angola	1

Ano	Empresa	Tirocinantes
1965	Eletricidade Industrial Portuguesa	1
1965	Elliott Process Automation, Ltd	1
1965	Emissora Nacional	1
1965	Empresa de Cimentos de Leiria	1
1965	Empresa Fabril de Máquinas Elétricas	1
1965	Empresa de Sondagens Ródio	1
1965	Energiebedrijven, Tilburg	1
1965	Eng. Augusto César de Brito	1
1965	Eng. Augusto Supico	1
1965	Eng. Carlos Mertens	1
1965	Eng. José Paula Lory	1
1965	Eng. M. L. de Costa Lobo	1
1965	Eng. Moura Antunes	1
1965	Eng. Pinho Morgado e Dória Nobrega	1
1965	Engenheiros Pereira Coelho e Gaspar Rodrigues	1
1965	English Electric	1
1965	Escola Militar de Eletromecânica	1
1965	Esso Standard	1
1965	Estaleiros Navais de Viana do Castelo	1
1965	Estaleiros Navais do Mondego	1
1965	Établissements Kuhlman	1
1965	Fábrica de Aparelhagem Industrial	1
1965	Fábrica Nacional de Munições e Armas Ligeiras	1
1965	Fabrique de Produits Chimiques de Thann et Mulhouse	1
1965	Federação das Caixas de Previdência	1
1965	Gabinete da Ponte sobre o Tejo	1
1965	Gabinete de Estudos e Planeamento de Transportes Terrestres	1
1965	Galstaff	1
1965	Gaz de France	1
1965	H. Parry & Son, Lda.	1
1965	Hidro-Elétrica do Alto Alentejo	1
1965	Hugh Smith (Glasgow) Ltd.	1
1965	Industrial Metatúrgico, Lda.	1
1965	Institut Français du Pétrole	1
1965	Institut für Angewandte Photochemie und Filmtechnik	1
1965	Instituto Nacional de Investigação Industrial (INII)	1
1965	José Matias	1
1965	Junta de Energia Nuclear (JEN)	1
1965	Junta Distrital de Lisboa	1
1965	Justo Meneses	1
1965	Laboratório de Engenharia de Angola	1

Ano	Empresa	Tirocinantes
1965	Laboratório de física do Instituto Superior Técnico	1
1965	Laboratório de física e Energia Nucleares (LFEN)	1
1965	L'Air Liquide	1
1965	Lever	1
1965	Lisnave	1
1965	Mague	1
1965	Mines Domaniales de Potasse d'Alsace	1
1965	Mundus Portuguesa	1
1965	Naphtachimie, Lavera, França	1
1965	Novopca	1
1965	Obras da Ponte sobre o Tejo	1
1965	Office National Industriel de l'Azote	1
1965	Oficina Metalurgica Luso-Italiana	1
1965	Oficinas da CP	1
1965	Papeteries de Gascogne	1
1965	Prévis, Lda.	1
1965	Projetos de Eletricidade, Lda.	1
1965	SAPEC	1
1965	Scial	1
1965	Serviço Autónomo de Eletricidade de Moçambique	1
1965	Serviço de Fortificações de Obras Militares, S. Tomé	1
1965	Serviço de Telecomunicações Militares	1
1965	Serviços dos Portos, Caminhos de Ferro e Transportes de Moçambique	1
1965	Serviços e Obras Públicas e Transportes Angola	1
1965	Silta Ja Satama Oy e Ab-Strang-Beton	1
1965	Sintese Orgânica Portuguesa, Lda.	1
1965	Sociedade de Construções e Indústrias Anexas	1
1965	Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidráulicos, Lda.	1
1965	Société Générale d'Engrais et Production Chimiques	1
1965	Sociedade Industrial de Mecanismos de Precisão	1
1965	Sociedade Industrial de Produtos Elétricos	1
1965	Sociedade Nacional Est. e Financeira de Empresa Ultramarina	1
1965	Société Chimique de la Route	1
1965	Société Nationale des Pétroles d'Aquitaine	1
1965	Société Technique d'Entreprises Chimiques	1
1965	Solatia	1
1965	Staatsmijnen in Limburg	1
1965	Sud Aviation	1
1965	União Fabril do Azoto	1
1965	Union Sidérurgique Loiraine	1
1965	Vynckier Frères	1

Data	Acontecimentos	Fonte
1966		
janeiro	Receção aos novos alunos	Contributos [CD]
março	III Semana de Engenharia Civil	Boletim das Atividades do IST, 7, 1966
abril	II Semana de Máquinas, no salão nobre.	Boletim das Atividades do IST, 8, 1966
outubro	Pedro Coelho é presidente da AEIST (ano letivo 1966–67).	Contributos [CD]
22/11/1966	Várias pessoas e instituições têm dívidas financeiras à AEIST, que tem Secção de Empréstimos.	AAEIST A1 cx 9/1

Ano	Empresa	Tirocinantes
1966	Matériel Eléctrique S/W	9
1966	Antar Pétroles de l'Atlantique	8
1966	Oficinas Gerais de Material de Engenharia	7
1966	Companhia Nacional de Navegação	6
1966	Fábrica de Material de Guerra de Braço de Prata	6
1966	LNEC	6
1966	Direção Geral dos Serviços Hidráulicos	5
1966	Direção Serviços de Infraestruturas das Forças Armadas	5
1966	Sacor	5
1966	Sorefame	5
1966	Amadeu Gaudêncio, Lda.	4
1966	Oficinas da CP	4
1966	Standard Elétrica	4
1966	Câmara Municipal de Luanda	3
1966	Comissão de Estudos de Energia Nuclear (CEEN)	3
1966	Companhia Mineira do Lobito	3
1966	Companhia Portuguesa Rádio Marconi	3
1966	Comportel	3
1966	Faculdade de Ciências da Universidade do Porto	3
1966	Instituto Nacional de Investigação Industrial (INII)	3
1966	Moniz da Maia, Duarte & Vaz Guedes, Ld	3
1966	Núcleo Estudos de Engenharia Mecânica	3
1966	Satrel	3
1966	Sociedade Construtora Portuguesa, Lda.	3
1966	Amaro & Mota, Lda	2
1966	Arsenal do Alfeite	2
1966	Caminhos de Ferro de Angola	2

Ano	Empresa	Tirocinantes
1966	Carris	2
1966	Contractor	2
1966	CRGE	2
1966	CTT	2
1966	CUF	2
1966	Direção dos Serviços de Intendência e Contabilidade da Força Aérea	2
1966	Établissements Kuhlmann	2
1966	Federação das Caixas de Previdência	2
1966	Les Dérivés Réséniques & Terpeniques	2
1966	Luis Gonçalves & Irmão	2
1966	Metropolitano de Lisboa	2
1966	Minas de Aljustrel	2
1966	Minas de Urânio de Urgeiriça	2
1966	Mundus Portuguesa	2
1966	Novobra	2
1966	Oficinas Gerais de Material Aeronáutico	2
1966	Refinaria Condor	2
1966	Serviços Municipalizados de Coimbra	2
1966	Siderurgia de Micheville, Villerupt	2
1966	Siderurgia Nacional	2
1966	Sopol	2
1966	TAP	2
1966	A E C, Southall	1
1966	A. A. Bastos Jr.	1
1966	Administração Geral dos Serviços Hidráulicos	1
1966	Amadeu Gaudêncio, Lda.	1
1966	Amoníaco Português	1
1966	António Alves Quelhas	1
1966	Argibay	1
1966	Bureau d'Études Industrielles Fernand Courtoy	1
1966	Cacém Industrial Metalúrgico, Lda.	1
1966	Câmara Municipal de Aveiro	1
1966	Caminho de Ferro de Benguela	1
1966	Caminhos de Ferro de Luanda	1
1966	Caminhos de Ferro de Moçambique	1
1966	Caminhos de Ferro de Moçâmedes	1
1966	Carrasqueiro e Teixeira	1
1966	Centre de Recherches d'Aubervilliers	1
1966	Centro Emissor de Luanda	1
1966	Ciferro, Lda.	1
1966	Cometna	1

Ano	Empresa	Tirocinantes
1966	Comissão de Estudos de Energia Nuclear (CEEN)	1
1966	Compagnie française des matières colorantes Francolor	1
1966	Companhia Cimento Tejo	1
1966	Companhia de Cimentos do Cabo Mondego	1
1966	Companhia de Petróleos de Angola	1
1966	Companhia dos Telefones	1
1966	Companhia Industrial Portuguesa	1
1966	Companhia Nacional de Eletricidade	1
1966	Companhia Portuguesa de Celulose	1
1966	Complexe Administratif Berlaymont, Bruxelas	1
1966	Construções Técnicas, Lda.	1
1966	Dial	1
1966	Direção de Aeronáutica Civil de Moçambique	1
1966	Direção de Serviços de Fortificações e Obras Militares	1
1966	Direção dos Serviços de Obras Públicas de Angola	1
1966	Direção Geral de Aeronáutica Civil	1
1966	Direção Geral dos Serviços de Salubridade	1
1966	Direção Geral dos Transportes Aéreos, Luanda	1
1966	Empresa de Cimentos de Leiria	1
1966	Empresa Diamantino Tojal	1
1966	Eng. A. Borges Ferreira	1
1966	Eng. Alberto de Freitas	1
1966	Eng. Augusto César de Brito	1
1966	Eng. Augusto Supico	1
1966	Eng. Baltasar Morais Barroco	1
1966	Eng. Carlos Appleton	1
1966	Eng. Edgar Cardoso	1
1966	Eng. Gaspar Martins Rodrigues	1
1966	Eng. Gonçalo F. de Vasconcelos	1
1966	Eng. João A. Telo	1
1966	Eng. João Carmo Peres	1
1966	Eng. José António Crespo	1
1966	Eng. José Paula Lory	1
1966	Eng. Luis F. Ribeiro Viana	1
1966	Eng. Manuel Frederico Basto Saragoça	1
1966	Eng. Rómulo Esteves	1
1966	Engenheiros Borges de Frias e Rui Martins	1
1966	Engenheiros Fernando Costa & Sande Freitas	1
1966	Escola da Armada (Limitação de Avarias)	1
1966	Estaleiros Navais de Viana do Castelo	1
1966	Estaleiros Navais do Mondego	1

Ano	Empresa	Tirocinantes
1966	Établissements Wanson	1
1966	F. L. Smidth & Co.	1
1966	Fábrica de Aparelhagem Industrial	1
1966	Fábrica Nacional de Munições e Armas Ligeiras	1
1966	Fabrique de Produits Chimiques de Thann et Mulhouse	1
1966	Força Aérea Portuguesa	1
1966	Fundação Calouste Gulbenkian	1
1966	Fundições do Rossio de Abrantes	1
1966	Gabinete de Estudos e Projetos, Lda.	1
1966	H. Parry & Son, Lda.	1
1966	Imperial Chemical Industries	1
1966	Indubel, Indústrias de Betão, Lda.	1
1966	Induve	1
1966	Instituto Luso/Fármaco	1
1966	Instituto Português de Conservas de Peixe	1
1966	Istituto Sieroterapico Milanese Serafino Belfanti	1
1966	J. Banning	1
1966	J. F. de Azevedo e Silva & Companhia Lda.	1
1966	Junta Autónoma de Estradas	1
1966	Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário	1
1966	Junta Distrital de Lisboa	1
1966	Laboratório de Engenharia de Angola	1
1966	Laboratório Ensaios de Materiais e Mecânica do Solo	1
1966	Lagneraud Père & Fils	1
1966	Les Produits du Titane	1
1966	Lisnave	1
1966	Mague	1
1966	Metropolitan Vickers Electrical	1
1966	Minas de Jales	1
1966	Mines Domaniales de Potasse d'Alsace	1
1966	Moniz da Maia & Vaz Guedes	1
1966	Norma	1
1966	Oficina Metalúrgica Luso/Italiana	1
1966	OPCA	1
1966	Petrangol	1
1966	Petroquímica	1
1966	Philips	1
1966	Portos, Caminhos de Ferro e Transportes de Angola	1
1966	Portos, Caminhos de Ferro e Transportes de Moçambique	1
1966	Potasse et Engrais Chimiques	1
1966	Profabril	1

Ano	Empresa	Tirocinantes
1966	Renault	1
1966	Resiquímica	1
1966	SIAC.	1
1966	Saint/Gobain	1
1966	Shell	1
1966	Siemens	1
1966	Sociedade Anónima de Rádio/Retransmissão / Raret	1
1966	Sociedade Central de Cervejas	1
1966	Sociedade de Construções Valura, Lda.	1
1966	Sociedade Empresarial Barra, Raimundo & Gonçalves	1
1966	Sociedade Industrial de Mecanismos de Precisão	1
1966	Sociedade Nacional de Explosivos, Lda.	1
1966	Sociedade Nacional de Refinação de Petróleos	1
1966	Sociedade Nacional de Sabões	1
1966	Société industrielle des Verreries Réunis du Loing	1
1966	Solum	1
1966	Somague	1
1966	The University of Birmingham	1
1966	Tornearia de Metais, Lda.	1
1966	Trígido	1
1966	União Fabril do Azoto	1
1966	Vista Alegre	1
1966	Volkswagenwerk	1

Data	Acontecimentos	Fonte
1967		
Neste ano	Chapman College visita o IST, sendo recebidos pela AEIST.	Entrevistas
março	Primeiro número da revista Esteiro.	Contributos [CD]



Data	Acontecimentos	Fonte
06/03/1967	Movimento associativo preocupa-se com „infiltrações da CIA“.	AAEIST A1 cx 10/18
12/03/1967	Alunos do IST e da Faculdade de Letras promovem uma garraizada na praça do Campo Pequeno	
		
29/04/1967	Baile de finalistas.	Boletim das Atividades do IST, 17, 1967
08/05/1967	Início dos concertos dados por alunos do Conservatório Nacional no salão nobre.	Boletim das Atividades do IST, 17, 1967
junho	„Universitários do Técnico condenados como sendo membros do Partido Comunista“.	AAEIST A1 cx 25/8
outubro	Fernando Sacramento é presidente da AAEIST (ano letivo 1967-68).	Contributos [CD]
25/11/1967	Manuel Abreu Faro designado presidente do Instituto de Alta Cultura (IAC).	Brandão 2008
25/11/1967	Cheias na região de Lisboa: no seu seguimento a AAEIST recebe donativos para as pessoas afetadas (alimentos, roupas, cobertores) e centraliza diariamente as idas aos locais sinistrados. Nos dias seguintes é produzido na AAEIST o jornal Solidariedade Estudantil.	Contributos [CD]; Entrevistas; CD25; AAEIST A1; A2

ANTT, fundo "O Século" PT/TT/EPJS/SF/001/001/0174/0529AS

Ano	Empresa	Tirocinantes
1967	Construções Cifens, Lda, Coimbra	14
1967	LNEC	12
1967	Fábrica de Material de Guerra de Braço de Prata	11
1967	Oficinas Gerais de Material de Engenharia	8
1967	Sacor	6
1967	Câmara Municipal de Lisboa	5
1967	Carris	5
1967	Lisnave	5
1967	Metalúrgica de Benfica	5
1967	Amadeu Gaudêncio, Lda.	4
1967	Casa Capucho	4
1967	Comportel	4
1967	CRGE	4
1967	Direção Geral das Obras Públicas do ministério do Ultramar	4
1967	Ford/Werke	4
1967	Oficinas Gerais de Material Aeronáutico	4
1967	Standard Elétrica	4
1967	Administração do Porto de Lisboa	3
1967	Alves Ribeiro	3
1967	Companhia Nacional de Eletricidade	3
1967	Direção Geral de Aeronáutica Civil	3
1967	Direção Geral dos Serviços Hidráulicos	3
1967	Divisão dos Serviços de Obras Públicas e Transportes de Moçambique	3
1967	Junta Autónoma de Estradas de Moçambique	3
1967	Junta de Energia Nuclear (JEN)	3
1967	Laboratório de Engenharia de Angola	3
1967	Laboratório de física e Energia Nucleares (LFEN)	3
1967	Mague	3
1967	Philips International Institut	3
1967	Cometna	2
1967	Companhia de Caminhos de Ferro de Lourenço Marques	2
1967	Companhia Petróleos de Angola	2
1967	Companhia Portuguesa de Trefilaria	2
1967	Construtora do Tâmega	2
1967	CTT	2
1967	CUF	2
1967	Direção de Exploração dos Transportes Aéreos, Lourenço Marques	2
1967	Direção dos Serviços de Infraestruturas das Forças Armadas	2
1967	Direção Geral dos Serviços Elétricos	2
1967	Emissora Nacional	2
1967	Empresa de Cimentos de Leiria	2

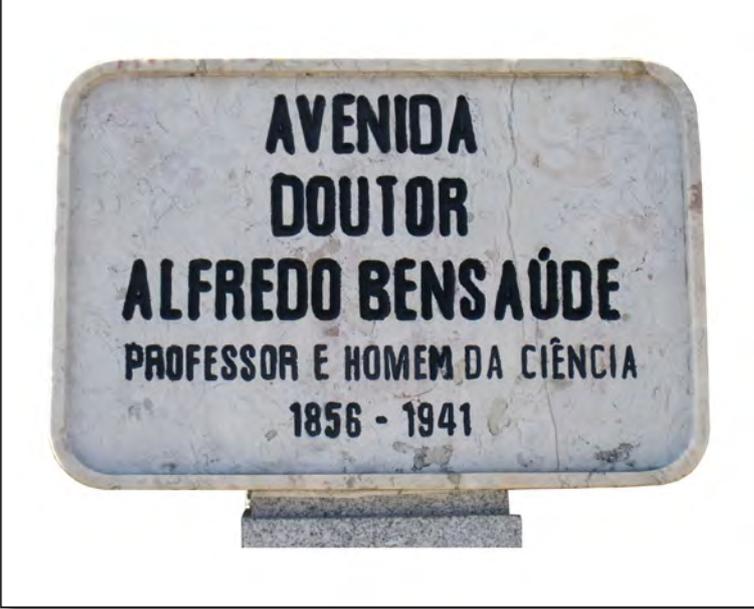
Ano	Empresa	Tirocinantes
1967	Eng. Carlos Alberto dos Santos	2
1967	Indústrias Elétricas Associadas	2
1967	Metropolitano de Lisboa	2
1967	Moniz da Maia, Duarte & Vaz Guedes, Ld	2
1967	Morrison/Knudsen of Portugal, Ltd.	2
1967	Precomate	2
1967	Saint/Gobain	2
1967	SASOL	2
1967	Shell	2
1967	Sociedade Estoril	2
1967	Société Anonyme Brown Boveri & Cie.	2
1967	TAP	2
1967	Actividades Elétricos Associados, Lda.	1
1967	AEG	1
1967	Aero/Topográfica, Lda.	1
1967	AOIP Mesures, Paris	1
1967	Argibay	1
1967	Arsenal do Alfeite	1
1967	Associated Electrical Industries, Ltd.	1
1967	Ateliers de Constructions Electriques de Charleroi (ACEC)	1
1967	Beralt, Tin & Wolfram, Ltd	1
1967	Boliden AB	1
1967	Câmara Municipal de Cascais	1
1967	Caminhos de Ferro de Moçambique	1
1967	Centre d'Études et Recherches des Charbonnages	1
1967	Centro de Projetos Industriais	1
1967	Chantiers Navals Jos Boel	1
1967	Cibra	1
1967	Cometal / Mometal, Lourenço Marques	1
1967	Comissão de Administração das Novas Instalações para as Forças Armadas	1
1967	Comissão de Estudos de Energia Nuclear (CEEN)	1
1967	Comissão Reguladora de Produtos Químicos e Farmacêuticos	1
1967	Companhia das Águas de Lisboa	1
1967	Companhia de Celulose do Ultramar Português	1
1967	Companhia dos Telefones	1
1967	Companhia Elétrica do Alentejo e Algarve	1
1967	Companhia Mineira do Lobito	1
1967	Companhia Portuguesa de Motores e Camiões	1
1967	Companhia Portuguesa Rádio Marconi	1
1967	Companhia União de Cervejas de Angola	1

Ano	Empresa	Tirocinantes
1967	Construções Técnicas, Lda.	1
1967	Demag	1
1967	Direção de Aeronáutica Civil de Moçambique	1
1967	Direção dos Serviços de Fortificações e Obras Militares	1
1967	Direção dos Serviços de Obras Públicas de Angola	1
1967	Direção dos Transportes Aéreos Moçambique	1
1967	Direção Geral dos Combustíveis	1
1967	École Nationale Supérieure du Pétrole et des Moteurs	1
1967	Eletrotécnicos Reunidos, Lda.	1
1967	Empresa de Cerâmica da Carriça, Lda.	1
1967	Empresa de Estudos e Construções	1
1967	Empresa de Sondagens Rodio	1
1967	Empresa Diamantino Tojal	1
1967	Empresa Industrial de Construções, Lda.	1
1967	Empresa Termoeleétrica Portuguesa	1
1967	Eng. A. Teixeira da Cruz	1
1967	Eng. Augusto Supico	1
1967	Eng. Câmara Pestana	1
1967	Eng. Carlos Mertens	1
1967	Eng. Edgar Cardoso	1
1967	Eng. Gaspar Martins Rodrigues	1
1967	Eng. Hernani Costa	1
1967	Eng. Joaquim Mota Carvalho	1
1967	Eng. José R. da Silva Lima Jor.	1
1967	Eng. L. Silva Carvalho	1
1967	Eng. Mário Eugénio de Sousa Costa	1
1967	Engenheiros Franco Pereira e M. de Araújo	1
1967	Enobra	1
1967	Ercole Marelli	1
1967	ERG, Lda.	1
1967	Escola Militar de Eletromecânica	1
1967	Estaleiros Navais de Viana do Castelo	1
1967	Estaleiros Navais do Mondego	1
1967	Établissements Wanson	1
1967	Fábrica Nacional de Munições e Armas Ligeiras	1
1967	Finicisa	1
1967	Força Aérea Portuguesa	1
1967	Ford Lusitana	1
1967	Ford Motor Cia Lda.	1
1967	Francisco Gonçalves, Lda.	1
1967	Fundações Franki	1

Ano	Empresa	Tirocinantes
1967	Fundição de Oeiras	1
1967	Gatur	1
1967	Gaz de France	1
1967	Gesellschaft des Aare/ und Emmenkanals	1
1967	Hidro/Elétrica do Cávado	1
1967	Hidro/Elétrica do Rovué	1
1967	Hidrotécnica Portuguesa	1
1967	Imperial College of Science and Technology	1
1967	Instituto das Indústrias de Pesca de Angola	1
1967	Instituto do Café de Angola	1
1967	Instituto Nacional de Investigação Industrial (INII)	1
1967	J. J. Gonçalves	1
1967	James Mackie and Sons, Ltd	1
1967	Junta Autónoma de Estradas	1
1967	Junta Distrital de Lisboa	1
1967	Laboratório da Polícia Científica de Lisboa	1
1967	Laboratório de Controle, La Tour de Peilz	1
1967	Laboratório Ensaio de Materiais e Mecânica do Solo	1
1967	Laboratório Normal	1
1967	Laboratório Químico da Universidade de Coimbra	1
1967	Laboratório Sanitas	1
1967	Laboratório Têxtil da Covilhã	1
1967	Metalúrgica Duarte Ferreira	1
1967	Minas de Aljustrel	1
1967	Minas de Ferro de Giraumont	1
1967	Minas de Urânio de Urgeiriça	1
1967	Montecatini	1
1967	Motra	1
1967	Mozambique Gulf Oil Co.	1
1967	Mueller & Weigert	1
1967	Mundus Portuguesa	1
1967	Nestlé	1
1967	Nitratos de Portugal	1
1967	Oficinas da CP	1
1967	Omniluz	1
1967	Petroquímica	1
1967	Portos, Caminhos de Ferro e Transportes de Moçambique	1
1967	Precix	1
1967	Profabril	1
1967	Rádio Club de Moçambique	1
1967	Robert Bosch, Estugarda	1

Ano	Empresa	Tirocinantes
1967	SAPEC	1
1967	Serviço Autónomo de Eletricidade de Moçambique	1
1967	Serviços Municipalizados da Covilhã	1
1967	Serviços Municipalizados da Figueira da Foz	1
1967	Siemens	1
1967	Sociedade Anónima de Rádio/Retransmissão / Raret	1
1967	Sociedade Arcos	1
1967	Sociedade de Administração Urbana	1
1967	Sociedade de Construção Fernando Pires Coelho, Lda.	1
1967	Sociedade Elétrica do Oeste, Lda.	1
1967	Sociedade Nacional de Refinação de Petróleos	1
1967	Somague	1
1967	Sonarepe	1
1967	Sopcil	1
1967	Sorefame	1
1967	Steinman, Boynton, Grouquist & London	1
1967	Termo/Mecânica, Lda.	1
1967	Tudor Engineering Co.	1
1967	União Elétrica Portuguesa	1
1967	União Fabril do Azoto	1
1967	União Margarinière Belge	1
1967	Urbitécnica	1

Data	Acontecimentos	Fonte
1968		
Neste ano	Criação do Complexo Interdisciplinar.	
Neste ano	Curso de iniciação à sociologia, orientado por José Manuel Tengarrinha, na AEIST.	Contributos [CD]
Neste ano	Organizado pelo Secretariado da Reunião Inter-Culturais, nas instalações da AEIST, decorre um ciclo de conferências Por uma Universidade Crítica.	AAEIST A1 cx 94/32, 94/33
Neste ano	AEIST edita livro de canções de José Afonso, sendo a receita entregue à mulher. AEIST vende a colecção Temas Estudantis com textos de, entre outros, António José Saraiva, Jean-Paul Sartre e Fidel Castro.	Contributos [CD]
21/02/1968	Marcha de estudantes contra a guerra do Vietname, do Técnico até aos Anjos.	Contributos [CD]; Entrevistas
março	AEIST esclarece que as AE são alheias aos panfletos referentes à guerra do Vietname.	AAEIST A1 cx 98/2

Data	Acontecimentos	Fonte
19/03/1968	IV Seminário de Estudos Associativos, na AEIST. O diretor, prof. Luís Almeida Alves, assiste à abertura do evento.	Contributos [CD]; AAEIST A1 cx 1/1
10/04/1968	Ministro promete aceitar a realização de eleições para a AEIST, sob determinadas condições.	Contributos [CD], [2007]
26/04/1968	Sétimo doutoramento: João Manuel Peixoto Cabral, engenharia químico-industrial.	Livro de Atas Doutoramentos, Livro 1
10/05/1968	Oitavo doutoramento: Jorge Neves da Silva, engenharia mecânica.	Livro de Atas Doutoramentos, Livro 2
21/08/1968		Foto: J F Branco
21/08/1968	<p>(Foto anterior) Edital, freguesia de Santa Maria dos Olivais: “Na sequência de ofícios dos cidadãos J. Sequeira e António Emídio que solicitaram à Câmara Municipal de Lisboa a atribuição do nome de Alfredo Bensaúde a uma rua próxima do Instituto Superior Técnico, a edilidade prestou-lhe homenagem numa artéria de mais de 2 quilómetros: a Rua I Circular, no troço compreendido entre a Praça de Acesso à auto estrada do Norte e Moscavide. (...) Teve casa em Lisboa, no nº 4 da Rua de S. Caetano, construída em 1897 de acordo com o projeto de Ventura Terra.”</p> <p>Fonte: http://centenariorepublica.cm-lisboa.pt/toponimos-da-republica/toponimos-de-a-a-z/toponimo.html?tx_ttnews%5Btt_news%5D=1399&cHash=7b6012bb77c6cca3666f52e99c5b6cca, acedido em 09-11-2012.</p>	
27/08/1968	José Hermano Saraiva nomeado ministro da Educação Nacional.	
outubro	Exposição sobre o maio de 68 nas instalações da AEIST.	Entrevistas

Data	Acontecimentos	Fonte
outubro	Curso de judo feminino, na AEIST.	Contributos [CD], [2007]
outubro	Luís Leitão é presidente da AEIST (ano letivo 1968-69).	Entrevistas; Contributos [CD]
outubro	Curso de teatro na AEIST, ministrado por Rogério Paulo.	Contributos [CD]; Entrevistas
outubro	Boletim da AEIST inclui página informativa do Conselho de Empregados.	Contributos [CD]
16/10/1968	I Quinzena Cultural.	Boletim das Atividades do IST, 28, 1968
16/10/1968	Segundo o Boletim de Atividades do IST, há uma discoteca instalada na Contabilidade.	Boletim das Atividades do IST, 28, 1968
21/10/1968	Entra em funcionamento a sala de música da biblioteca.	Boletim das Atividades do IST, 28, 1968
26/10/1968	Festival de Poesia e Canção de Protesto, organizado pela AEIST, no qual participaram José Afonso e jovens intérpretes do IST.	Contributos [CD]
08/11/1968	Nono doutoramento: António Francisco de Carvalho Quintela, engenharia civil.	Livro de Atas Doutoramentos, Livro 2
26/11/1968	RGA decide encerramento da cantina da AEIST, perante recusa de subsídio solicitado.	Contributos [CD], [2007]
04/12/1968	Convocado pelos estudantes um piquenique de protesto no Pavilhão Central. Diretor ordena fecho. Estudantes entram no pavilhão, pela janela da Sala das Alunas. Ocupação do pavilhão pelos estudantes. Realização do piquenique. A Sala das Alunas é ocupada e batizada Sala de Convívio 4 de Dezembro.	Contributos [CD]
05/12/1968	Greve exigindo cantina subsidiada.	AAEIST A1 cx 12 nº 1
07/12/1968	A Sala das Alunas, por alguns conhecida como gineceu, é declarada „Sala de convívio para todos“. Segundo os estudantes é afixada uma faixa com a frase „Viva a Revolução Sexual!“ De acordo com o Boletim de Atividades do IST a faixa ostenta „Ocupámos o harém, viva a revolução sexual“.	Entrevistas; Contributos [CD]; Boletim das Atividades do IST, 30, 1968
08/12/1968	Autoridades encerram as instalações da AEIST, alegando existência de propaganda política.	AAEIST A1 cx 94/16; Contributos [CD]; Entrevistas

Ano	Empresa	Tirocinantes
1968	CUF	12
1968	Fábrica de Material de Guerra de Braço de Prata	11
1968	Oficinas Gerais de Material Aeronáutico	10
1968	LNEC	8
1968	Sorefame	7
1968	Direção Geral de Aeronáutica Civil	6
1968	Amadeu Gaudêncio, Lda.	5
1968	Profabril	5
1968	Standard Elétrica	5
1968	Câmara Municipal de Lisboa	4
1968	CRGE	4
1968	CTT	4
1968	Laboratório de física e Energia Nucleares (LFEN)	4
1968	Netherlands Postal and Telecommunication	4
1968	Oficinas Gerais de Material de Engenharia	4
1968	Petroquímica	4
1968	Arsenal do Alfeite	3
1968	Companhia Hidro/Elétrica do Zêzere	3
1968	Direção Geral dos Serviços Hidráulicos	3
1968	ERG, Lda.	3
1968	Fundação de Oeiras	3
1968	Instituto Nacional de Investigação Industrial (INII)	3
1968	Junta Autónoma de Estradas	3
1968	Motra	3
1968	Sociedade Anónima de Rádio/Retransmissão / Raret	3
1968	Sociedade Construtora Portuguesa, Lda.	3
1968	Administração do Porto de Lisboa	2
1968	AEG	2
1968	Amoníaco Português	2
1968	Beralt, Tin & Wolfram, Ltd	2
1968	Carris	2
1968	Centre Recherches de la Croix/de/Berny	2
1968	Comissão de Estudos de Energia Nuclear (CEEN)	2
1968	Companhia de Engenharia Química/Industrial	2
1968	Companhia Portuguesa de Alpargatas	2
1968	Daimler Benz AG	2
1968	Direção dos Serviços de Fortificações e Obras Militares	2
1968	Direção dos Serviços de Infraestruturas das Forças Armadas	2
1968	Direção dos Serviços de Salubridade	2
1968	Eng. F. Burnay de Mendonça	2
1968	Eng. J. Madeira Costa	2

Ano	Empresa	Tirocinantes
1968	Etelma	2
1968	Fábrica de Cerveja Estrela	2
1968	Fábrica de Cervejas Portugália	2
1968	Georgia Institute of Technology	2
1968	Hidrotécnica Portuguesa	2
1968	Institut Français du Pétrole	2
1968	Laboratório Ensaios de Materiais e Mecânica do Solo	2
1968	Lisnave	2
1968	Mague	2
1968	Messa	2
1968	Metalúrgica de Benfica	2
1968	Mobil Oil Portuguesa	2
1968	Portos, Caminhos de Ferro e Transportes de Moçambique	2
1968	Siderurgia Nacional	2
1968	Sonefe	2
1968	Sud Aviation	2
1968	Techtanium	2
1968	Urbitécnica	2
1968	A. J. Oliveira & Filhos, Lda.	1
1968	Administração Geral dos Serviços Hidráulicos	1
1968	António L. Rocha Cabral	1
1968	Atelier de Constructions Eléctriques de Charleroi (ACEC)	1
1968	Automática Eléctrica Portuguesa	1
1968	BASF AG	1
1968	Bewag	1
1968	Bonneville Portuguesa	1
1968	Brasserie Vandenheuvel	1
1968	Caminhos de Ferro de Luanda	1
1968	Cecil	1
1968	CelCat	1
1968	Centre d'Étude et Recherche des Charbonnages	1
1968	Centro de Estudos de Electrónica	1
1968	Centro de Estudos Químicos, Nucleares e Radioquímicos da Universidade de Coimbra	1
1968	Centro de Projetos Industriais	1
1968	CIBA	1
1968	Cidla	1
1968	Coba	1
1968	Cometna	1
1968	Comissão de Administração das Novas Instalações para as Forças Armadas	1

Ano	Empresa	Tirocinantes
1968	Comissão Reguladora de Produtos Químicos e Farmacêuticos	1
1968	Companhia de Petróleos de Angola	1
1968	Companhia dos Caminhos de Ferro de Lourenço Marques	1
1968	Companhia Elétrica do Alentejo e Algarve	1
1968	Companhia Nacional de Eletricidade	1
1968	Companhia Produtora de Malte	1
1968	Construções Franki, Lda.	1
1968	Construções Técnicas, Lda.	1
1968	CUF	1
1968	Direção de Exploração dos Transportes Aéreos	1
1968	Direção dos Serviços de Aproveitamentos Hidráulicos	1
1968	Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais	1
1968	Direção Geral dos Transportes Aéreos, Luanda	1
1968	Direção Provincial dos Serviços de Obras Públicas e Transportes Angola	1
1968	Divisão dos Serviços de Obras Públicas e Transportes de Moçambique	1
1968	Efacec	1
1968	Electricité de France	1
1968	Emissora Nacional	1
1968	Empresa Diamantino Tojal	1
1968	Empresa Fabril de Máquinas Elétricas	1
1968	Empresa Termoelétrica Portuguesa	1
1968	Eng. António A. Cardo	1
1968	Eng. Burnay de Mendonça	1
1968	Eng. Câmara Pestana	1
1968	Eng. Carlos Ponte e Sousa	1
1968	Eng. Francisco B. da Costa Camejo	1
1968	Eng. Gaspar Martins Rodrigues	1
1968	Eng. J. Paulo Correia	1
1968	Eng. José Lobo de Carvalho	1
1968	Eng. José Lopes Leitão	1
1968	Eng. Pardal Monteiro	1
1968	Eng. Rómulo Esteves	1
1968	Eng. Victor Forjaz de Lacerda	1
1968	Engenheiros Donos Botto e Matos Cardoso	1
1968	Engenheiros Reis Costa, Moura, Lda.	1
1968	Estaleiros Navais do Mondego	1
1968	Estudos Gerais Universitários de Moçambique	1
1968	Fábrica de Cerveja Reunidas de Moçambique	1
1968	Fábrica de Papel de Almonda	1
1968	Fábrica Nacional de Munições e Armas Ligeiras	1

Ano	Empresa	Tirocinantes
1968	Fonseca & Seabra, Lda.	1
1968	Forges de la Providence	1
1968	Fundação Calouste Gulbenkian	1
1968	Fundações Franki	1
1968	G & W Base & Industrial Minerals, Ltd.	1
1968	Gfeller AG	1
1968	H. J. Heinz, Companhia Lda.	1
1968	Heillmann & Littmann	1
1968	Hidro/Elétrica do Douro	1
1968	Houillères Bassin Nord et Pas/de/Calais	1
1968	IBM Portuguesa	1
1968	Imperial Chemical Industries	1
1968	Indagro	1
1968	Inspeção de Construção Naval do ministério da Marinha	1
1968	International Harvester	1
1968	Isodel/Sprecher, SA	1
1968	J. Hengstler K.G.	1
1968	J. J. Gonçalves	1
1968	Junta Autónoma de Estradas de Angola	1
1968	Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário	1
1968	Junta Distrital de Lisboa	1
1968	Kessler Air Force Base	1
1968	Laboratório de Normalização e Fiscalização de Produtos	1
1968	Lancha de Fiscalização Bicuda	1
1968	Lusotecna	1
1968	Marconi	1
1968	Metalúrgica da Longra, Lda.	1
1968	Minas de Cassinga, Angola	1
1968	Novobra	1
1968	Oficinas da CP	1
1968	Perutz Photowerke	1
1968	Philips	1
1968	Polymer/Institut	1
1968	Portescap	1
1968	Portos, Caminhos de Ferro e Transportes de Angola	1
1968	Refinaria Colonial	1
1968	Refinaria Donges, Antar	1
1968	Repartição das Obras Públicas de Cabo Verde	1
1968	Repartição das Obras Públicas e Transportes da Província de Macau	1
1968	Sacor	1
1968	Secil	1

Ano	Empresa	Tirocinantes
1968	Sociedade Estoril	1
1968	Sociedade Industrial de Celuloses	1
1968	Sociedade Industrial de Mecanismos de Precisão	1
1968	Sociedade Industrial do Ultramar	1
1968	Sociedade Portuguesa de Acumuladores Tudor	1
1968	Sociedade Portuguesa de Fibro/Cimento	1
1968	Sociedade Portuguesa do Ar Líquido	1
1968	Société Anonyme Brown Boveri & Cie.	1
1968	Société Anonyme G. Bailly/Mathot	1
1968	Société de Produits Houghton	1
1968	Solatia	1
1968	Somapre	1
1968	Sonadel	1
1968	Standard Ressel	1
1968	Sulzer Frères SA	1
1968	TAP	1
1968	The University of Birmingham	1
1968	Union française de Fabriques d'engrais, de produits chimiques et de superphosphates	1
1968	Utic	1

Data	Acontecimentos	Fonte
1969		
Neste ano	“O Racismo não existe”, pelo grupo cénico da AEIST.	Contributos [CD]; Arquivos particulares
07/01/1969	RGA recusa comissão administrativa para AEIST. Forma-se Comissão Para-Associativa para salvaguardar os dirigentes.	Contributos [CD]; Entrevistas
18/01/1969	Concentração de estudantes junto ao gabinete do diretor, protestando contra a tentativa de transferir a Secção de Folhas para fora do IST.	Contributos [CD], [2007]
27/01/1969	CE pronuncia-se a favor da manutenção da Secção de Folhas dentro do IST.	Contributos [CD], [2007]
12/02/1969	Estudantes exigem a suspensão do inquérito aos dirigentes associativos, assim como do diretor do IST, para evitar provocações.	AAEIST A1 cx 94/2
28/02/1969	Décimo doutoramento: João Fernando Poñe Figanier (1929–1937), engenharia eletrotécnica.	Livro de Atas Doutoramentos, Livro 2

Data	Acontecimentos	Fonte
13/03/1969	Estudantes elegem uma comissão pró-eleições destinada ainda a exigir a indemnização dos danos causados à AE e a suspensão dos processos disciplinares.	Contributos [CD]
19/03/1969	O ministro da Educação recebe a comissão pró-eleições.	Contributos [CD], [2007]
17/04/1969	Início da crise académica em Coimbra, a AEIST solidariza-se.	Contributos [CD], Entrevistas
23/04/1969	Ministro recusa receber comissão pró-eleições que esperava concretização da promessa recebida.	Contributos [CD], [2007]
08/05/1969	RGA decide greve até dia 10.	Contributos [CD], [2007]
09/05/1969	Torna-se público despacho governamental regulamentando eleições para a AEIST. A greve é levantada.	Contributos [CD], [2007]
10/06/1969	Final da Taça de Portugal, no Estádio Nacional, com manifestações de estudantes de Lisboa e Coimbra. Salienta-se papel da AEIST.	Entrevistas; Contributos [CD]; arquivos particulares
outubro	José Mariano Gago é presidente da AEIST (ano letivo 1969-70).	Contributos [CD]; Entrevistas
01/12/1969	Plenário de estudantes do IST protesta contra nova legislação que faz depender do comportamento académico o adiamento para a prestação do serviço militar.	Contributos [CD], Entrevistas

Ano	Empresa	Tirocinantes
1969	LNEC	16
1969	Comprimo	9
1969	Fábrica de Material de Guerra de Braço de Prata	8
1969	Sacor	7
1969	Carris	6
1969	Sociedade Agrícola de Cassequel	6
1969	União Elétrica Portuguesa	5
1969	Bernardino Jordão, Filhos & Companhia Lda.	4
1969	Central Térmica de Gebersdorf	4
1969	CUF	4
1969	Direção dos Serviços de Infraestruturas das Forças Armadas	4
1969	Direção Geral de Aeronáutica Civil	4
1969	Laboratório Ensaios de Materiais e Mecânica do Solo	4
1969	Lisnave	4
1969	Oficinas Gerais de Material de Engenharia	4
1969	Radio Club Português	4

Ano	Empresa	Tirocinantes
1969	Standard Elétrica	4
1969	TAP	4
1969	Association des Ouvriers d'Instruments de Précision	3
1969	Cometna	3
1969	Companhia Nacional de Eletricidade	3
1969	Construções Técnicas, Lda.	3
1969	Covina	3
1969	Edifer	3
1969	Empresa Termoelétrica Portuguesa	3
1969	Enel	3
1969	Fundição de Oeiras	3
1969	Oficinas da CP	3
1969	Petroquímica	3
1969	Philips	3
1969	Sociedade Anónima de Rádio/Retransmissão / Raret	3
1969	Sociedade Estoril	3
1969	Sorefame	3
1969	Amoníaco Português	2
1969	Câmara Municipal de Bissau	2
1969	Carvalho, Martins & Medeiros	2
1969	CelCat	2
1969	Central Electricity Research Laboratories	2
1969	Centre d'Études et Recherches des Charbonnages	2
1969	Compagnie des Produits Chimiques et Eléctrometallurgiques	2
1969	Compagnie française des matières colorantes Francolor	2
1969	Companhia Nacional de Eletricidade	2
1969	CRGE	2
1969	CTT	2
1969	Direção dos Serviços de Aproveitamentos Hidráulicos	2
1969	Direção Geral dos Serviços Industriais	2
1969	Emissora Nacional	2
1969	Empresa de Cimentos de Leiria	2
1969	Enarco	2
1969	Eng. Eduardo Teixeira de Sousa	2
1969	Eng. Jorge Candido da Silva	2
1969	Eng. José R. de Sousa Veloso	2
1969	Eng. Luis C. Peixeiro	2
1969	Eng. Raul de Moura Antunes	2
1969	ERG, Lda.	2
1969	Fundações Franki	2
1969	Gabinete de Engenharia Civil	2

Ano	Empresa	Tirocinantes
1969	Junta Autónoma de Estradas	2
1969	Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal	2
1969	Laboratório de física e Energia Nucleares (LFEN)	2
1969	Laboratório Fitofarmacologia da Direção Geral de Serviços Agrícolas	2
1969	Macedo & Coelho (Macol)	2
1969	Mague	2
1969	Metalúrgica Costa Nery	2
1969	Metalúrgica Duarte Ferreira	2
1969	Motra	2
1969	Oficinas Gerais de Material Aeronáutico	2
1969	Philips Duphard	2
1969	Ponde	2
1969	Portos, Caminhos de Ferro e Transportes de Moçambique	2
1969	Shell	2
1969	Sociedade Nacional de Explosivos, Lda.	2
1969	Société Générale d'Engrais et Production Chimiques	2
1969	Sonefe	2
1969	União Fabril do Azoto	2
1969	Utic	2
1969	Adjeleian & Associates, Ltd.	1
1969	Administração do Porto de Lisboa	1
1969	Administração Geral dos Serviços Hidráulicos	1
1969	AEG/Telefunken	1
1969	Alba	1
1969	Antar Pétroles de l'Atlantique	1
1969	Arsenal do Alfeite	1
1969	Asea	1
1969	Automática Elétrica Portuguesa	1
1969	Batalhão de Telegrafistas	1
1969	Câmara Municipal de Luanda	1
1969	Caminho de Ferro de Benguela	1
1969	Centre de Recherches d'Aubervilliers	1
1969	Comissão Reguladora de Produtos Químicos e Farmacêuticos	1
1969	Compagnie Française de Matières Colorantes	1
1969	Companhia Carvões Cimentos do Cabo Mondego	1
1969	Companhia de Cimentos de Moçambique	1
1969	Companhia de Petróleos de Angola	1
1969	Companhia do Manganês de Angola	1
1969	Companhia do Papel do Prado	1
1969	Companhia Industrial Portuguesa	1
1969	Companhia Portuguesa Celulose	1

Ano	Empresa	Tirocinantes
1969	Companhia Portuguesa de Amidos	1
1969	Companhia Portuguesa de Celulose	1
1969	Companhia Portuguesa de Fornos Eléctricos	1
1969	Companhia Portuguesa de Petróleos BP	1
1969	Companhia Portuguesa Rádio Marconi	1
1969	Companhia União de Cervejas de Angola	1
1969	Construções Racionalizadas e Estruturas, Lda.	1
1969	Direção dos Serviços Radioeléctricos CTT	1
1969	Direção dos Serviços Urbanísticos e Habitacionais do ministério do Ultramar	1
1969	Direção Geral dos Combustíveis	1
1969	Direção Geral dos Serviços Hidráulicos	1
1969	Direção Geral dos Transportes Aéreos, Luanda	1
1969	Dynamo and Motor Repairs	1
1969	Efacec	1
1969	Eng. A. Garrido Baptista	1
1969	Eng. Cansado de Carvalho	1
1969	Eng. F. Pacheco de Castro	1
1969	Eng. Frederico Burnay de Mendonça	1
1969	Eng. Gumerzindo Gomes	1
1969	Eng. J Costa Lobo	1
1969	Eng. J. Madeira Costa	1
1969	Eng. J. Ribeiro Jr.	1
1969	English Electric	1
1969	Fábrica de Fiação e Tecidos de Torres Novas	1
1969	Fábrica de Malhas Tebe	1
1969	Fábrica Escola Guilherme Stephens	1
1969	Fábrica Uranio General Hernández	1
1969	Fametal	1
1969	Foseco, Birmingham	1
1969	Fundação Calouste Gulbenkian	1
1969	General Instrument Corporation	1
1969	General Instrument Lusitana	1
1969	Givaudan, SA	1
1969	Hidro/Projeto	1
1969	Icone	1
1969	Indagro	1
1969	Industria de Construção e Empreendimentos	1
1969	Inspecção de Construção Naval do ministério da Marinha	1
1969	Institut Français du Pétrole	1
1969	Instituto de Formação Profissional Acelerada	1

Ano	Empresa	Tirocinantes
1969	Instituto Recherche ed Applicazione Resine	1
1969	Istituto di Ricerche Linate	1
1969	Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário	1
1969	Justo Menezes, Lda.	1
1969	Laboratório de Engenharia de Angola	1
1969	Laboratório Químico da Universidade de Coimbra	1
1969	Lever	1
1969	Lusotecna	1
1969	Metalúrgica Casal	1
1969	Metalúrgica Luso/Italiana	1
1969	Metropolitano de Lisboa	1
1969	Michelin	1
1969	Mina de Jales	1
1969	Minas de Aljustrel	1
1969	Mobil Oil Portuguesa	1
1969	National Mechanical Engineering	1
1969	Nitratos de Portugal	1
1969	Novobra	1
1969	Papelaria Fernandes	1
1969	Philips International Institut	1
1969	Pierrefite, Kaloa, Djerda	1
1969	Planos e Projetos, Lda.	1
1969	Portescap	1
1969	Precix	1
1969	Profabril	1
1969	Rabor	1
1969	Rol / Rolamentos Portugueses	1
1969	RTP	1
1969	Saint/Gobain	1
1969	Secil	1
1969	Serviço de Telecomunicações Militares	1
1969	Siderurgia Nacional	1
1969	Siemens	1
1969	Sociedade de Gases e Produtos Químicos	1
1969	Sociedade Industrial de Mecanismos de Precisão	1
1969	Sociedade Industrial de Papéis	1
1969	Sociedade Industrial do Ultramar	1
1969	Sociedade Portuguesa de Petroquímica	1
1969	Societa Italiana per Instrumenti Ellectrici	1
1969	Société Anonyme Brown Boveri & Cie.	1
1969	Sogás	1

Ano	Empresa	Tirocinantes
1969	Sonarepe	1
1969	Sotécnica	1
1969	South African Council for Science and Industry	1
1969	Statens Vattenfalisverk	1
1969	Telecommunications, Lda.	1
1969	Telefunken	1
1969	Urbitécnica	1

Data	Acontecimentos	Fonte
1970		
15/01/1970	José Veiga Simão nomeado ministro da Educação Nacional.	
outubro	João Vieira Lopes é presidente da AEIST (ano letivo 1970-71).	Entrevistas; Contributos [CD]
outubro	Entrada em funcionamento do IBM 360/44.	
10/11/1970	Os cursos de engenharia passam a ter 5 anos de duração. Criação dos seguintes cursos: licenciatura em engenharia metalúrgica, licenciatura em engenharia mecânica, licenciatura em engenharia eletrotécnica, licenciatura em engenharia civil, licenciatura em engenharia química (decreto nº 540/70).	DG, 1ª série, nº 261

Ano	Empresa	Tirocinantes
1970	LNEC	18
1970	CUF	15
1970	Comportel	10
1970	Direção Geral dos Serviços Urbanização	9
1970	Construções A. Supico	8
1970	Hockums	8
1970	Companhia Nacional de Eletricidade	7
1970	Oficinas da CP	7
1970	Sociedade Estoril	7
1970	Nitratos de Portugal	6
1970	Laboratório de física e Energia Nucleares (LFEN)	5
1970	Lisnave	5
1970	Oficinas Gerais de Material Aeronáutico	5
1970	Siderurgia Nacional	5
1970	Standard Elétrica	5
1970	AEG Telefunken	4
1970	Companhia Nacional de Eletricidade	4
1970	Construções Técnicas, Lda.	4
1970	Direção dos Serviços de Infraestruturas das Forças Armadas	4

Ano	Empresa	Tirocinantes
1970	Direção Geral dos Serviços Hidráulicos	4
1970	Empresa de Cerâmica da Carriça, Lda.	4
1970	Fábrica de Material de Guerra de Braço de Prata	4
1970	Junta Autónoma de Estradas	4
1970	Laboratório de Engenharia de Moçambique	4
1970	Beralt, Tin & Wolfram, Ltd.	3
1970	Casa Hipólito	3
1970	Comissão Executiva das Obras Extraordinárias Militares	3
1970	Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses	3
1970	Consultores de Presas, Obras Públicas e Aproveitamentos Hidráulicos	3
1970	Enel	3
1970	Eng. Gaspar Martins Rodrigues	3
1970	Lusotecna	3
1970	Metalúrgica de Benfica	3
1970	Norges Geologiske Underspkelse	3
1970	Profabril	3
1970	Sacor	3
1970	Sociedade Industrial de Celuloses	3
1970	Sonefe	3
1970	AEG	2
1970	Bernardino Jordão, Filhos & Companhia Lda.	2
1970	British Petroleum	2
1970	Central d'Herseange	2
1970	Centre d'Étude et Recherche des Charbonnages	2
1970	Centro de Projetos Industriais	2
1970	Comissão de Estudos de Energia Nuclear (CEEN)	2
1970	Direção das Instalações para o Ensino Secundário e Médio	2
1970	École Nationale Supérieure de Electricité	2
1970	Empresa de Cimentos de Leiria	2
1970	Empresa Industrial do Vidro da Marinha	2
1970	Empresa Termoelétrica Portuguesa	2
1970	Eng. Soares Branco	2
1970	Escola Militar de Eletromecânica	2
1970	Estaleiros Navais do Mondego	2
1970	Fábrica Nacional de Munições e Armas Ligeiras	2
1970	H. Parry & Son, Lda.	2
1970	Honorato Henriques	2
1970	Instituto de Soldadura	2
1970	Instituto Nacional de Investigação Industrial (INII)	2
1970	Motra	2
1970	Novobra	2

Ano	Empresa	Tirocinantes
1970	Petroquímica	2
1970	Philips	2
1970	Rabor	2
1970	Sociedade Construtora Luso/Suíça	2
1970	Sonadel	2
1970	Sorefame	2
1970	Sud Aviation	2
1970	The Nuclear Power Group	2
1970	União Elétrica Portuguesa	2
1970	A. J. Oliveira & Filhos, Lda.	1
1970	Aktieselskapet Union	1
1970	Amadeu Gaudêncio, Lda.	1
1970	Amaro & Mota, Lda	1
1970	Amoníaco Português	1
1970	António Veiga	1
1970	Arsenal do Alfeite	1
1970	Atividades Electricos Associados, Lda.	1
1970	Bayer AG	1
1970	Bernardo Manuel, Herd.	1
1970	Câmara Municipal de Sintra	1
1970	Caminho de Ferro de Benguela	1
1970	Carris	1
1970	Centre Aut. Trait. Goudrons et Benzolés	1
1970	Centre Belge d'Étude de la Corrosion	1
1970	Centre Recherches de la Croix/de/Berny	1
1970	Centro de Estudos de Química Nuclear da Universidade de Coimbra	1
1970	Centro Nacional de Estudos Vitivinícolas	1
1970	Ch. Lorilleux S. A.	1
1970	Chantiers Navals Jos. Boel	1
1970	CIBA	1
1970	Coba	1
1970	Cometna	1
1970	Comissão de Construções Hospitalares	1
1970	Comissão Reguladora de Produtos Químicos e Farmacêuticos	1
1970	Compagnie Française de Matières Colorantes	1
1970	Companhia Cimento Tejo	1
1970	Companhia de Cimentos de Moçambique	1
1970	Companhia Mineira do Lobito	1
1970	Companhia Portuguesa de Fornos Elétricos	1
1970	Companhia Portuguesa de Petróleos BP	1
1970	Companhia Portuguesa de Trefilaria	1

Ano	Empresa	Tirocinantes
1970	Companhia União de Cervejas de Angola	1
1970	CRGE	1
1970	CTT	1
1970	Diogo d'Ávila, Lda.	1
1970	Direção do Porto e Caminhos de Ferro Luanda	1
1970	Direção Geral de Aeronáutica Civil	1
1970	Direção Geral dos Serviços de Salubridade	1
1970	Direção Geral dos Transportes Aéreos, Luanda	1
1970	Direção Provincial dos Serviços Geológicos e Minas, Moçambique	1
1970	Divisão dos Serviços de Obras Públicas e Transportes de Angola	1
1970	Dow Chemical (Nederland)	1
1970	Dynamo and Motor Repairs	1
1970	Dyrup	1
1970	E. Stucki + H. Hofacker	1
1970	Eduard Züblin AG	1
1970	Efacec	1
1970	Eletricidade Naval e Industrial	1
1970	Eletrotécnicos Reunidos, Lda.	1
1970	Emissora Nacional	1
1970	Eng. Joaquim Mota Carvalho	1
1970	Eng. M. Sousa Ribero	1
1970	Eng. Manuel B. Neves	1
1970	Eng. Manuel Sousa Ribeiro	1
1970	Eng. Mergulhão Roque	1
1970	Eng. Serafim de Oliveira	1
1970	Engenheiros Nuno Patrício e Bradeta Ferrão	1
1970	English Electric	1
1970	Établissements Kuhlman	1
1970	Fábrica de Cerveja Reunidas de Moçambique	1
1970	Fábrica de Cimento Tejo	1
1970	Fábrica de Papel de Almonda	1
1970	Fábrica de Tintas de Sacavém	1
1970	Fábrica Portuguesa de Estruturas Metálicas	1
1970	Fabrique de Produits Chimiques de Thann et Mulhouse	1
1970	Finicisa	1
1970	Fundação Calouste Gulbenkian	1
1970	Fundações Franki	1
1970	Fundição de Oeiras	1
1970	Fundo de Desenvolvimento e Mão de Obra do ministério das Corporações	1
1970	Gabinete de Engenharia Civil	1

Ano	Empresa	Tirocinantes
1970	Gabinete Estudos Estruturas Especiais	1
1970	GEC AEI Automation Ltd.	1
1970	Geigy	1
1970	Georgia Institute of Technology	1
1970	Grémio Nacional dos Industriais de Eletricidade	1
1970	Grundig Eletrónica Portugal	1
1970	Hidrotécnica Portuguesa	1
1970	IBM Deutschland	1
1970	Inspecção Geral de Produtos Agrícolas e Industriais	1
1970	Institut Français du Pétrole	1
1970	Instituto Hidrográfico	1
1970	Instituto Pasteur	1
1970	International Harvester	1
1970	ITT	1
1970	J & J Colman, Ltd.	1
1970	Jeumont/Schneider	1
1970	José Cardoso	1
1970	José Esteves Construções Civas	1
1970	Junta Autónoma de Estradas de Angola	1
1970	Junta de Energia Nuclear (JEN)	1
1970	Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal	1
1970	Laboratório de Engenharia de Angola	1
1970	Laboratório de Química da Universidade de Lourenço Marques	1
1970	Laboratório de Termodinâmica Aplicada (IST)	1
1970	Laboratório Químico da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa	1
1970	Laboratório Sanitas	1
1970	L'Air Liquide	1
1970	Les Papeteries de Gascogne	1
1970	Linde AG	1
1970	Mague	1
1970	Marconi	1
1970	Martin & Gérin	1
1970	Mercedes Benz	1
1970	Metalúrgica Duarte Ferreira	1
1970	Minas de Aljustrel	1
1970	Mines Domaniales de Potasse d'Alsace	1
1970	Mobil Francesa	1
1970	Moçambique Industrial	1
1970	Mundet	1
1970	N. V. Organon / OSS, Holanda	1

Ano	Empresa	Tirocinantes
1970	Navalis	1
1970	NCR	1
1970	Núcleo de Estudos de Engenharia Mecânica	1
1970	Office National Industriel de l'Azote	1
1970	Oficinas Gerais de Material de Engenharia	1
1970	Omniluz	1
1970	Petrangol	1
1970	Plessey Automática Elétrica Portuguesa	1
1970	Portos, Caminhos de Ferro e Transportes de Moçambique	1
1970	Précix	1
1970	Premolde, Lda.	1
1970	Rádio Club de Moçambique	1
1970	Raret	1
1970	Reymersholms Gamba Ind. Ab Halsimg.	1
1970	Robialac	1
1970	Rótula	1
1970	RTP	1
1970	Sainrapt et Brice (barragem do Carrapatelo)	1
1970	SAPEC	1
1970	Skienfjordens Kommunale Kraftverk (SKK)	1
1970	SNCF	1
1970	Socel	1
1970	Sociedade Agrícola de Cassequel	1
1970	Sociedade Anónima de Rádio/Retransmissão / Raret	1
1970	Sociedade Construtora Gomentel, Lda.	1
1970	Sociedade Construtora Portuguesa, Lda.	1
1970	Sociedade de Reparações de Navios, Lda	1
1970	Sociedade Lisbonense de Metalização, Lda.	1
1970	Sociedade Nacional de Explosivos, Lda.	1
1970	Sociedade Nacional de Sabões	1
1970	Société Générale d'Engrais et de Produits Chimiques	1
1970	Sonarepe	1
1970	Sopol	1
1970	South African Council for Science and Industry	1
1970	Standard Telephon and Cables, Londres	1
1970	Sud Aviation	1
1970	TAP	1
1970	University of Lancaster	1
1970	Vilar & Vilar, Lda. Luanda	1
1970	Vredestein	1
1970	Westinghouse Brake and Signal	1

Data	Acontecimentos	Fonte
1971		
15/01/1971	Realiza-se uma RGA com boicote às aulas. Estudantes ocupam o salão nobre no pavilhão central, perante a ordem para abandono do edifício.	Contributos [CD], [2007]
17/01/1971	A direção do IST anuncia encerramento <i>sine die</i> do instituto.	Contributos [CD], [2007]
09/03/1971	A Polícia de Segurança Pública entra nas instalações do IST perante uma greve a exames (matemática III). Seguir-se-ão mais boicotes a exames (eletrotecnia, medidas elétricas).	Contributos [CD], [2007]
06/05/1971	Estudantes organizam Dia de Luta Contra a Repressão, com uma greve durante a manhã.	Contributos [CD], [2007]
outubro	Joaquim Cardeira vence eleições para a AEIST contra lista liderada por Carlos Tomás (ano letivo 1971–72).	Entrevistas; Contributos [CD]

Ano	Empresa	Tirocinantes
1971	LNEC	20
1971	Laboratório de física e Energia Nucleares (LFEN)	16
1971	Oficinas da CP	11
1971	Companhia Nacional de Eletricidade	10
1971	TAP	10
1971	CUF	8
1971	Direção Geral dos Serviços Hidráulicos	8
1971	Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal	8
1971	Lisnave	8
1971	Direção Geral das Construções Hospitalares	7
1971	Oficinas Gerais de Material Aeronáutico	7
1971	Sociedade de Construção Amadeu Gaudêncio, Lda.	7
1971	Sociedade Estoril	7
1971	Cometna	6
1971	Fábrica de Material de Guerra de Braço de Prata	6
1971	Laboratório de Máquinas Elétricas	6
1971	Standard Elétrica	6
1971	Hidrotécnica Portuguesa	5
1971	Oficinas Gerais de Material de Engenharia	5
1971	OPCA	5
1971	Petroquímica	5
1971	Alves Ribeiro	4
1971	Instituto Nacional de Investigação Industrial (INII)	4
1971	Mague	4

Ano	Empresa	Tirocinantes
1971	Portos, Caminhos de Ferro e Transportes de Moçambique	4
1971	Carris	3
1971	Comissão das Construções Prisionais	3
1971	Comissão de Estudos de Energia Nuclear (CEEN)	3
1971	Construções Escolares de Lisboa	3
1971	Direção dos Serviços de Infraestruturas das Forças Armadas	3
1971	Empresa de Cervejas da Madeira	3
1971	Fundação Calouste Gulbenkian	3
1971	Profabril	3
1971	Sonefe	3
1971	A/S-LK-Mes- Dinamarca	2
1971	AEG-Telefunken	2
1971	Akzo	2
1971	Amoníaco Português	2
1971	Arsenal do Alfeite	2
1971	Cassel	2
1971	Centre d'Études et Recherches des Charbonnages	2
1971	Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses	2
1971	Companhia Portuguesa de Celulose	2
1971	Compañia Telefónica Nacional de España	2
1971	Emissora Nacional	2
1971	Empresa Termoelétrica Portuguesa	2
1971	Eng. António Areosa Feio	2
1971	Eng. António Lobato de Faria	2
1971	Eng. Joaquim Bernardo	2
1971	Engenheiros Nuno Patrício-Brodita Ferrão	2
1971	Escola de Eletrotecnia do ministério da Marinha	2
1971	Federação das Caixas de Previdência	2
1971	Indústrias Metálicas Previdente	2
1971	Junta Autónoma de Estradas de Angola	2
1971	Junta de Energia Nuclear (JEN)	2
1971	Laboratório Distrital Dr. Camara Pestana	2
1971	Metropolitano de Lisboa	2
1971	Motra	2
1971	Novobra	2
1971	Philips	2
1971	Sacor	2
1971	Sociedade de Projetos e Construções J. Mendes Tainha	2
1971	Sorefame	2
1971	The Nuclear Power Group	2
1971	Ugine Kuhlmann	2

Ano	Empresa	Tirocinantes
1971	Açucareira de Moçambique	1
1971	Administração do Porto de Lisboa	1
1971	Agrupamento de Engenharia de Angola	1
1971	Alsthom	1
1971	Antibióticos S.A.	1
1971	Auxeltra Génie Civil	1
1971	Bayer AG	1
1971	Câmara Municipal de Almada	1
1971	Caminhos de Ferro da Beira	1
1971	Caminhos de Ferro de Moçambique	1
1971	CelCat	1
1971	Celulose do Tejo	1
1971	Central Nuclear Vandellós	1
1971	Centrale Gazière de Strasbourg	1
1971	Colorel	1
1971	Comissão Reguladora de Produtos Químicos e Farmacêuticos	1
1971	Comissão de Construções Hospitalares	1
1971	Comissão de Estudos de Energia Nuclear (CEEN)	1
1971	Companhia Açúcar de Angola	1
1971	Companhia Cimento Secil do Ultramar	1
1971	Companhia Elétrica das Beiras	1
1971	Companhia Industrial Portugal e Colónias	1
1971	Companhia Mineira do Lobito	1
1971	Companhia Petróleos de Angola	1
1971	Companhia Portuguesa Celulose	1
1971	Companhia Portuguesa de Trefilaria	1
1971	Construções Técnicas, Lda.	1
1971	Construtora Metálica, Lda.	1
1971	Consulmar	1
1971	Covina	1
1971	CRGE	1
1971	CTT	1
1971	Delegação dos Serviços Militares e Telecomunicações	1
1971	Departamento de Engenharia Mecânica do Instituto Superior Técnico	1
1971	Departamento de Química da Universidade de Lourenço Marques	1
1971	Diogo d'Ávila, Lda.	1
1971	Direção de Exploração dos Transportes Aéreos de Moçambique	1
1971	Direção dos Serviços de Salubridade	1
1971	Direção Geral de Aeronáutica Civil	1
1971	Direção Geral dos Combustíveis	1
1971	Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais	1

Ano	Empresa	Tirocinantes
1971	Direção Geral dos Serviços de Urbanização	1
1971	École Polytechnique Fédérale de Lausanne	1
1971	Efacec	1
1971	Elektricitets Maatschappij	1
1971	Eletricidade Naval e Industrial	1
1971	Eltec Electrónica	1
1971	Empresa de Estudos e Construções	1
1971	Empresa Metalúrgica de Castelo Branco, Lda.	1
1971	Empresa Mineira de Ligonha, Moçambique	1
1971	Empresa Nacional Calvo Sotelo, Espanha	1
1971	Enarco	1
1971	Eng. Augusto Supico	1
1971	Eng. Burnay de Mendonça	1
1971	Eng. Edgar Cardoso	1
1971	Eng. Gaspar Rodrigues	1
1971	Eng. J. L. Câncio Martins	1
1971	Eng. Joel & Vaz	1
1971	Eng. José António Crespo	1
1971	Eng. José Lobo de Carvalho	1
1971	Eng. José Manuel Locy	1
1971	Eng. M. Costa Lobo	1
1971	Eng. M. Sousa Ribeiro	1
1971	Eng. Manuel Sousa Ribeiro	1
1971	Eng. Marques Maia	1
1971	Eng. Nelson Montes	1
1971	Eng. Paulo Lory	1
1971	Eng. Schiappa Monteiro	1
1971	Engenheiros Nuno Patrício e Bradeta Ferrão	1
1971	Escola de Máquinas da Marinha	1
1971	Escola Militar de Eletromecânica	1
1971	Estaleiros Navais de Viana do Castelo	1
1971	Exploração de Minas e Dragagens, Lda.	1
1971	Fábrica de Açúcar de Santa Clara	1
1971	Fábrica de Aparelhagem Industrial	1
1971	Fábrica de Cimentos Lafarge	1
1971	Fábrica de Fiação e Tecidos de Torres Novas	1
1971	Fábrica Nacional de Munições e Armas Ligeiras	1
1971	Fábrica Portuguesa de Artigos Elétricos	1
1971	Fábrica-Escola Irmãos Stephens	1
1971	Faculdade de Ciências da Universidade do Porto	1
1971	Farbwerke Hoechst AG	1

Ano	Empresa	Tirocinantes
1971	Federação dos Municípios dos Distritos de Évora e Portalegre	1
1971	Fundo de Desenvolvimento e Mão de Obra do ministério das Corporações	1
1971	Fundo de Fomento de Habitação	1
1971	General Instrument Lusitana	1
1971	Geobra	1
1971	H. Parry & Son, Lda.	1
1971	H.C. Ferreira, Lda,	1
1971	Habitat	1
1971	Hidro-Elétrica Alto Alentejo	1
1971	Hidro-Elétrica do Douro	1
1971	Icesa	1
1971	Indústrias Angolanas de Óleos Vegetais	1
1971	Indústrias Térmicas Nunes Correia	1
1971	Instituto de Soldadura	1
1971	Intar	1
1971	J. B. Corsino, Lda.	1
1971	J. J. Gonçalves	1
1971	João A. Sousa (Filhos) Lda.	1
1971	Junta Distrital de Lisboa	1
1971	Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal	1
1971	Junta Nacional do Azeite	1
1971	Justo Meneses	1
1971	Kernforschungsanlage Jülich	1
1971	LMT.	1
1971	Laboratório de Mecânica de Fluídos, Imperial College	1
1971	Laboratório de Mecânica de Fluídos, Univ de Grenoble	1
1971	Laboratório de Química do CEEN	1
1971	Laboratório de Termodinâmica Aplicada (Instituto Superior Técnico)	1
1971	Laboratório Lepetit	1
1971	Laboratório Químico-Minerológico, Luanda	1
1971	Lever	1
1971	Lorraine-Escout	1
1971	Lusotecna	1
1971	Marconi	1
1971	Metalúrgica de Benfica	1
1971	Metalúrgica Duarte Ferreira	1
1971	Mobil Oil Portuguesa	1
1971	Nitratos de Portugal	1
1971	Oliva	1
1971	Organização de Consultores	1

Ano	Empresa	Tirocinantes
1971	Organização e Planeamentos Técnicos de Construção Lda.	1
1971	Pechiney	1
1971	Petrangol	1
1971	Plessey Automática Elétrica Portuguesa	1
1971	Projetos de Eletricidade, Lda.	1
1971	Radiowerk Horny AG	1
1971	Resiquímica	1
1971	Rijkswaterstaat, Holanda	1
1971	Rolim Comercial	1
1971	RTP	1
1971	Sainrapt et Brice (barragem do Carrapatelo)	1
1971	Satrel	1
1971	Secil	1
1971	Shell Portuguesa	1
1971	Siderurgia Nacional	1
1971	Siemens	1
1971	SNCF	1
1971	Sociedade Açoriana de Sabões, Lda.	1
1971	Sociedade Anónima de Rádio-Retransmissão - Raret	1
1971	Sociedade Lisbonense de Metalização, Lda.	1
1971	Sociedade Nacional de Explosivos, Lda.	1
1971	Sociedade Nacional de Refinação de Petróleos	1
1971	Sociedade Nacional de Sabões	1
1971	Sonarepe	1
1971	Sopol	1
1971	Tecnostal	1
1971	Union française de Fabriques d'engrais, de produits chimiques et de superphosphates	1
1971	University of Lancaster	1
1971	Utic	1

Data	Acontecimentos	Fonte
1972		
01/05/1972	Manifestação estudantil contra a guerra colonial.	Contributos [CD]
09/05/1972	Polícia invade recinto do IST. Estudantes barricam-se no pavilhão central.	Contributos [CD], [2007]
16/05/1972	Encerrada a AEIST. RGA decide greve.	Contributos [CD]
29/06/1972	RGA exige reabertura da AEIST e anulação do inquérito decidido pelo CE.	Contributos [CD]

Data	Acontecimentos	Fonte
06/07/1972	Encerramento do IST, seguido de greve a exames.	Contributos [CD]; Entrevistas
20/07/1972	Plenário de estudantes: No fim das negociações entre a direção, professores e representante do governo decide-se reabertura da AE e suspensão da greve a exames.	Entrevistas
21/09/1972	Estudantes declaram jornada de luta, ocupação de aulas para debates.	Contributos [CD], [2007]
outubro	Carlos Costa é presidente da AEIST, ganhando contra lista liderada por A. Firmino da Costa (ano letivo 1972–73).	Contributos [CD]; Entrevistas
outubro	Construídos pavilhões pré-fabricados, de carácter precário: salas de aula, anfiteatros.	Nero/Monteiro, 1985, p.24
16/10/1972	Boicote aos exames de aptidão ao IST. O <i>campus</i> cercado pela polícia. A AEIST é encerrada pelas autoridades académicas.	Contributos [CD]
24/10/1972	Reabre a AEIST.	Contributos [CD], [2007]
06/12/1972	Greve às aulas.	Contributos [CD]
17/12/1972	Concentração pela revogação do inquérito a dirigentes associativos.	Contributos [CD]
22/12/1972	<i>Meeting</i> estudantil no salão nobre contra os processos disciplinares.	Contributos [CD], [2007]

Ano	Empresa	Tirocinantes
1972	LNEC	19
1972	Oficinas da CP	14
1972	Laboratório de física e Energia Nucleares (LFEN)	13
1972	Lisnave	12
1972	Petroquímica	12
1972	Sociedade Estoril	10
1972	Hidrotécnica Portuguesa	7
1972	Standard Elétrica	7
1972	Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses	5
1972	Correios e Telecomunicações de Portugal	5
1972	Interbrabant	5
1972	Junta de Energía Nuclear, Espanha	5
1972	Oficinas Gerais de Material Aeronáutico	5
1972	Profabril	5
1972	Sacor	5
1972	Sociedade de Construção Amadeu Gaudêncio, Lda.	5

Ano	Empresa	Tirocinantes
1972	Telefunken	5
1972	Administração Geral dos Serviços Hidráulicos	4
1972	Comissão de Estudos de Energia Nuclear (CEEN)	4
1972	CUF	4
1972	Direção dos Serviços de Infraestruturas das Forças Armadas	4
1972	Nitratos de Portugal	4
1972	União Fabril do Azoto	4
1972	Artop, Moçambique	3
1972	Cometna	3
1972	Comissão Reguladora de Produtos Químicos e Farmacêuticos	3
1972	Direção de Exploração dos Transportes Aéreos de Angola	3
1972	Eng. Artur Conceição e Silva	3
1972	Fábrica de Material de Guerra de Braço de Prata	3
1972	Fundição de Oeiras	3
1972	Lonza AG	3
1972	Siderurgia Nacional	3
1972	Sorefame	3
1972	Centre d'Etudes nucléaires de Saclay	2
1972	Comissão Administrativa dos Aproveitamentos Hidráulicos da Madeira	2
1972	Direção Geral das Construções Escolares	2
1972	Direção Geral dos Combustíveis	2
1972	Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais	2
1972	Direção Geral dos Portos	2
1972	Feldmühle AG	2
1972	Fonseca e Seabra, Lda	2
1972	Fundação Calouste Gulbenkian	2
1972	GEFEL	2
1972	Instituto Hidrográfico	2
1972	Instituto Nacional de Investigação Industrial (INII)	2
1972	J. Pimenta SARL	2
1972	Junta Autónoma de Estradas	2
1972	Junta Autónoma de Estradas de Angola	2
1972	Junta de Energia Nuclear (JEN)	2
1972	Lusotecna	2
1972	Mobil Oil Portuguesa	2
1972	Motra	2
1972	Plessey Automática Elétrica Portuguesa	2
1972	Précix	2
1972	Sociedade Anónima de Rádio-Retransmissão - Raret	2
1972	Sociedade de Reparações de Navios, Lda	2

Ano	Empresa	Tirocinantes
1972	Sociedade Nacional de Sabões	2
1972	TAP	2
1972	AGIE - Industrial Electronics Ltd.	1
1972	Antar Pétroles de l'Atlantique	1
1972	Arsenal do Alfeite	1
1972	Ateliers de Constructions Mécaniques de Vevey	1
1972	Babcock & Wilcox of Africa	1
1972	Batalhão de Telegrafistas	1
1972	BP Trading	1
1972	Buhler Frères	1
1972	Cabos Armados e Telefónicos (CAT)	1
1972	Câmara Municipal de Lisboa	1
1972	Caminho de Ferro de Benguela	1
1972	Carris	1
1972	Casa Hipólito	1
1972	CCT	1
1972	CelCat	1
1972	Celulose do Tejo	1
1972	Centre Hautes Études de la Construction	1
1972	Centre Recherches Nucléaires de Strasbourg	1
1972	Centro de Cooperação Técnica	1
1972	Centro de Estudos de Energia Mecânica	1
1972	Centro Nacional de Estudos Vitivinícolas	1
1972	Cerâmica do Centro	1
1972	CNRS	1
1972	Comissão das Construções Prisionais	1
1972	Comissão de Estudos de Energia Nuclear (CEEN)	1
1972	Companhia Cimento Tejo	1
1972	Companhia Caminhos de Ferro de Lourenço Marques	1
1972	Companhia Carvões Cimentos do Cabo Mondego	1
1972	Companhia Metalúrgica Nacional	1
1972	Companhia Nacional de Eletricidade	1
1972	Companhia Portuguesa de Celulose	1
1972	Companhia Portuguesa de Trabalhos Portuários	1
1972	Companhia Portuguesa de Trefilaria	1
1972	Companhia União de Cervejas de Angola	1
1972	Construções e Reparações Urbanas	1
1972	Construções Técnicas, Lda.	1
1972	Construtora Duriense, Lda.	1
1972	Consulmar	1
1972	Covina	1

Ano	Empresa	Tirocinantes
1972	CRGE	1
1972	CTT de Angola	1
1972	Direção de Eletricidade e Comunicação do ministério da Marinha	1
1972	Direção de Exploração dos Transportes Aéreos de Lourenço Marques	1
1972	Direção dos Serviços de Melhoramentos Urbanos	1
1972	Direção dos Serviços de Salubridade	1
1972	Direção Geral de Aeronáutica Civil	1
1972	École Nationale Supérieure des Industries Chimiques	1
1972	Edifer	1
1972	Efacec	1
1972	Elektrizitätswerk Wesertal	1
1972	Eletricidade Naval e Industrial	1
1972	Empresa de Cimentos de Leiria	1
1972	Empresa Industrial de Construções, Lda.	1
1972	Enarco	1
1972	Eng. António Sequeira Lopes	1
1972	Eng. J. A. Teixeira Crespo	1
1972	Eng. José Paula Lory	1
1972	Eng. Nelson Montes	1
1972	Engenheiros Victor Caldas e Quadro Martins	1
1972	Estaleiros Navais do Mondego	1
1972	Fábrica de Adubos da Matola	1
1972	Fábrica de Tintas de Sacavém	1
1972	Fábrica Espanhola de Magnetos	1
1972	Fábrica Imperial de Margarina, Lda.	1
1972	Fábrica Nacional de Munições e Armas Ligeiras	1
1972	Fábrica Portugal	1
1972	Federação dos Municípios do Distrito de Setúbal	1
1972	Flexipol Espumas Sintéticas	1
1972	Ford Lusitana	1
1972	General Electric Portuguesa	1
1972	Getecno	1
1972	Guest Keen and Nettlefolds	1
1972	Gulf General Atomic	1
1972	H. C. Ferreira, Lda,	1
1972	Hidro-Projeto	1
1972	Hoffmann La Roche	1
1972	Imobiliária Construtora Grã-Pará	1
1972	Imperial College of Science and Technology	1
1972	Indubel, Indústrias de Betão, Lda.	1
1972	Instituto de Alta Cultura	1

Ano	Empresa	Tirocinantes
1972	Instituto de Soldadura	1
1972	Intar	1
1972	Junta Distrital de Lisboa	1
1972	Kema, Arnhem	1
1972	Kodak-Pathé	1
1972	Koninklijke Zwavelzmer	1
1972	Laboratório de Physique Cosmique du CNRS	1
1972	Laboratório Fitofarmacologia da Direção Geral de Serviços Agrícolas	1
1972	Laboratório Gulbenkian de Expetrometria de Massa	1
1972	Laboratório Lepetit	1
1972	L'Air Liquide	1
1972	Lorilleux International	1
1972	Luossavaara-Kiirunavaara AB	1
1972	Lusofane	1
1972	Maragra Agricola Açucareira, L. Marques	1
1972	Maragra, Lourenço Marques	1
1972	Marconi	1
1972	Metalúrgica Duarte Ferreira	1
1972	Minas de Aljustrel	1
1972	Mobil Francesa	1
1972	Moniz da Maia, Serra & Fortunato	1
1972	N. V. Organon - OSS, Holanda	1
1972	Oficina Metalurgica Luso-Italiana	1
1972	Oliva	1
1972	Petrangol	1
1972	Philips International Institut	1
1972	Potasse et Produits Chimiques	1
1972	Premolde, Lda.	1
1972	Research Institut Public Health Engineering	1
1972	Robialac	1
1972	Robinson Bros	1
1972	RTP	1
1972	Secil	1
1972	Secretaria de Estado da Indústria	1
1972	Shell Portuguesa	1
1972	Sociedade Industrial do Ultramar	1
1972	Sociedade Nacional de Refinação de Petróleos	1
1972	Sociedade Reunidas Reis	1
1972	Sociedade Sergot	1
1972	SociedadeTécnica de Equipamentos e Tratores	1
1972	Tojal	1

Ano	Empresa	Tirocinantes
1972	Technisch Hogeschool Twente	1
1972	Vaquinhas e Gertrudes, Lda.	1

Data	Acontecimentos	Fonte
1973		
Neste ano	Inauguração do edifício do Complexo Interdisciplinar.	
Neste ano	Atuação de José Afonso na AEIST.	Entrevista
22/01/1973	Em caso de entrada de <i>gorilas</i> no IST, estudantes decidem em RGA expulsá-los „recorrendo à violência, se necessário“.	Contributos [CD]
02/05/1973	Divulgada prisão de dois estudantes do IST.	Binómio, Suplemento Informativo, 02/05/1973
03/05/1973	Prisão de 21 estudantes, sendo dez do IST, entre os quais o presidente da Associação dos Estudantes.	Contributos [CD]; Entrevistas
10/05/1973	IST e AEIST encerrados.	Contributos [CD]; Entrevistas
16/05/1973	Manifestação na avenida Almirante Reis contra o regime e a guerra colonial.	Contributos [CD]; Entrevistas
30/05/1973	Direção do IST encerra a AE e suspende dirigentes. Diretor tinha ameaçado cancelar o segundo semestre.	Contributos [CD]; Entrevistas
16/07/1973	Exames com o IST cercado; carro de água e vigilantes dentro do <i>campus</i> .	Contributos [CD]; Entrevistas
outubro	Não havendo eleições, Carlos Costa continua como presidente da AEIST.	
outubro	Nova época de exames.	Contributos [CD]
02/11/1973	Recomeço das aulas com entradas controladas por cartão, câmaras de filmar para vigilância das atividades estudantis, proibição de reuniões dos estudantes.	Contributos [CD], Entrevistas
13/11/1973	Encerramento do IST neste dia por estar marcada uma RGA.	Contributos [CD]; Entrevistas
26/11/1973	Decreto-lei 629/73 sobre a recusa de matrícula a alunos do ensino superior.	
28/11/1973	Expulsos 70 estudantes.	Contributos [CD], Entrevistas
30/11/1973	Greve às aulas por períodos marcados.	AAEIST A1 cx 12/18

Data	Acontecimentos	Fonte
03/12/1973	Reabertura do IST. Alguns dos estudantes expulsos forçam a entrada. Câmara de filmar é destruída por estudantes, no meio de aplausos.	Contributos [CD], Entrevistas

Ano	Empresa	Tirocinantes
1973	Oficinas da CP	18
1973	LNEC	16
1973	Lisnave	15
1973	Laboratório de física e Energia Nucleares (LFEN)	14
1973	Construções A. Supico	13
1973	Companhia Nacional de Eletricidade	10
1973	Fábrica de Material de Guerra de Braço de Prata	10
1973	Oficinas Gerais de Material Aeronáutico	8
1973	Shell Portuguesa	8
1973	LNEC	7
1973	Nitratos de Portugal	6
1973	Direção dos Serviços de Aproveitamentos Hidráulicos	5
1973	Direção Geral dos Combustíveis	5
1973	Hidrotécnica Portuguesa	5
1973	Instituto Nacional de Investigação Industrial (INII)	5
1973	Junta Autónoma de Estradas	5
1973	RTP	5
1973	Sociedade Estoril	5
1973	Celulose do Tejo	4
1973	CUF	4
1973	Direção Geral de Aeronáutica Civil	4
1973	Direção Geral dos Serviços Hidráulicos	4
1973	Metalúrgica Duarte Ferreira	4
1973	Mobil Oil Portuguesa	4
1973	Arsenal do Alfeite	3
1973	Escola Militar de Eletromecânica	3
1973	Mague	3
1973	Marconi	3
1973	Profabril	3
1973	Sacor	3
1973	Siderurgia Nacional	3
1973	Sociedade Nacional de Sabões	3
1973	TAP	3
1973	Atelier de Constructions Eléctriques de Charleroi (ACEC)	2
1973	Commissariat à l'Énergie Atomique	2
1973	Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses	2

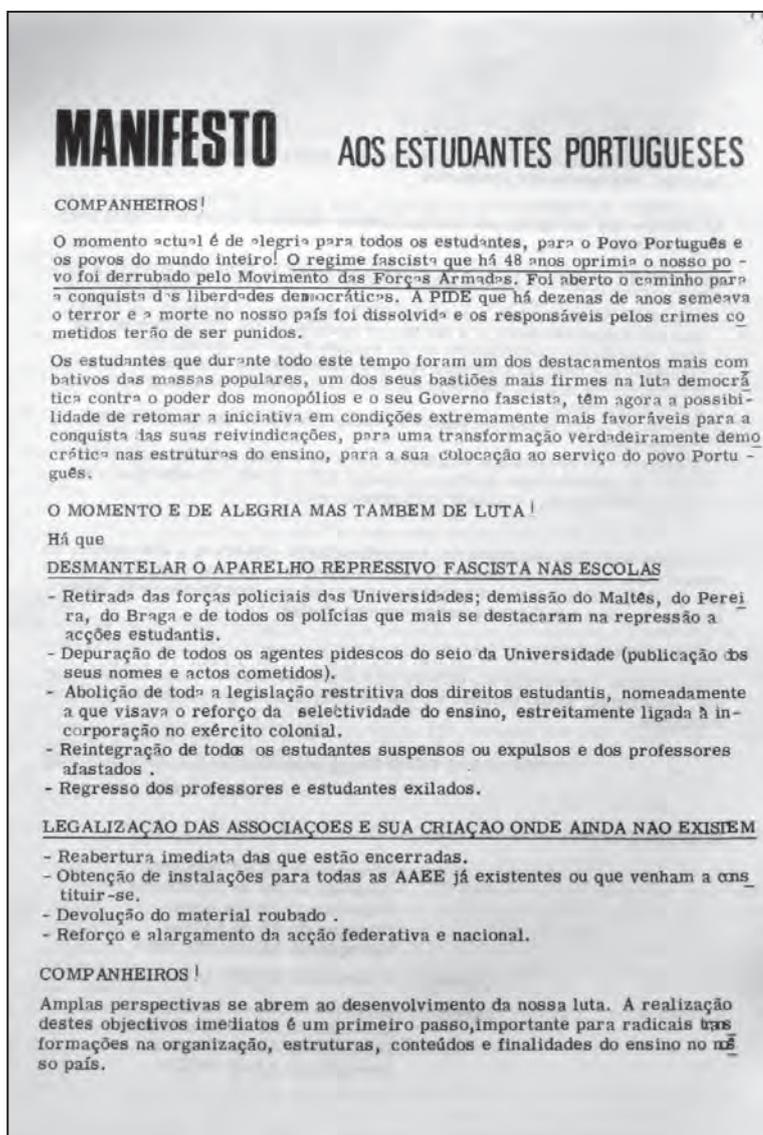
Ano	Empresa	Tirocinantes
1973	Companhia Hidro-Elétrica do Zêzere	2
1973	Companhia Portuguesa de Trabalhos Portuários	2
1973	Construções Mecânicas Manuel Conde, Lda.	2
1973	Consulmar	2
1973	Enarco	2
1973	Finalgarve	2
1973	Fundo de Fomento de Habitação	2
1973	Gabinete de Estudos e Empreendimentos Técnicos	2
1973	Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge	2
1973	Junta de Energia Nuclear (JEN)	2
1973	Lusotecna	2
1973	Plessey Automática Elétrica Portuguesa	2
1973	Robialac	2
1973	Serte	2
1973	Sociedade dos Materiais Pré-Esforçados	2
1973	Standard Elétrica	2
1973	Tecnicar	2
1973	Telefunken	2
1973	União Elétrica Portuguesa	2
1973	A. C. SARL	1
1973	Acondicionamento e Laboratório Têxtil da Covilhã	1
1973	Administração Geral do Açúcar e do Alcool	1
1973	Antar Pétroles de l'Atlantique	1
1973	Babcock & Wilcox of Africa	1
1973	Brødrene Hartmann	1
1973	Bruno Janz	1
1973	C. A. Parsons & Co.	1
1973	Cabos Ávila	1
1973	CelCat	1
1973	Centre d'Études nucléaires de Saclay	1
1973	CIVE	1
1973	Comissão de Administração das Novas Instalações para as Forças Armadas	1
1973	Comissão de Estudos de Energia Nuclear (CEEN)	1
1973	Companhia de Carvões Cimentos do Cabo Mondego	1
1973	Companhia Elétrica do Alentejo e Algarve	1
1973	Companhia Industrial de Frutas de Angola	1
1973	Companhia Mineira do Lobito	1
1973	Companhia Produtora de Antibióticos	1
1973	Construções Mitchell	1
1973	Construções Técnicas, Lda.	1

Ano	Empresa	Tirocinantes
1973	Consultores para Estruturas e Instalações Portuárias	1
1973	CTT	1
1973	Delft University of Technology	1
1973	Departamento de Mineralogia e Geologia da Universidade de Luanda	1
1973	Direção dos Serviços de Salubridade	1
1973	Direção Geral das Construções Escolares	1
1973	Direção Geral das Construções Hospitalares	1
1973	Direção Geral dos Combustíveis e Reatores Nucleares e Industriais (DGCRNI)	1
1973	Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais	1
1973	Direção Geral Serviços Urbanização	1
1973	Dubravka	1
1973	Edifer	1
1973	Electricité de France	1
1973	Eletro Lis, Lda.	1
1973	Empresa de Cimentos de Leiria	1
1973	Empresa de Obras Terrestres e Marítimas	1
1973	Eng. A. J. Campos de Almeida	1
1973	Eng. António Seisdedos Espinho	1
1973	Eng. Burnay de Mendonça	1
1973	Eng. Carlos Moura e Presa	1
1973	Eng. Edgar Cardoso	1
1973	Eng. João José de Azevedo	1
1973	Fábrica Caima Pulp. Co.	1
1973	Fábrica Curtumes, Henrique Rodrigues Santos	1
1973	Fábrica Portugal	1
1973	Fábrica Portuguesa de Fermentos Holandeses, Lda.	1
1973	Federação das Caixas de Previdência	1
1973	Fonseca e Seabra, Lda.	1
1973	Forges de la Providence	1
1973	Gabinete do Plano do Zambeze	1
1973	Gutteridge Haskins & Davey	1
1973	H. J. Heinz, Companhia Lda.	1
1973	Hidro-Projeto	1
1973	Institut Français du Pétrole	1
1973	Instituto de Alta Cultura	1
1973	Instituto de Biologia Marítima	1
1973	J. Pimenta SARL	1
1973	Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal	1
1973	Kema, Arnhem	1
1973	Laboratório de Engenharia de Angola	1

Ano	Empresa	Tirocinantes
1973	Metal Portuguesa	1
1973	Metalúrgica Casal	1
1973	Metalúrgica da Longra, Lda.	1
1973	Metropolitano de Lisboa	1
1973	Mines Domaniales de Potasse d'Alsace	1
1973	Mobil Française	1
1973	Núcleo Estudos de Engenharia Mecânica	1
1973	Oficinas Gerais de Lourenço Marques	1
1973	Papelaria Fernandes	1
1973	Petroquímica	1
1973	Planope	1
1973	Portos, Caminhos de Ferro e Transportes de Moçambique	1
1973	Prefor	1
1973	Silva Appleton, Lda.	1
1973	Sociedade Continental de Representações, Lda	1
1973	Sociedade Industrial Aliança	1
1973	Sociedade Industrial de Celuloses	1
1973	Sociedade Portuguesa de Exploração de Petróleos de Angola	1
1973	Sorefame	1
1973	Sotencil	1
1973	Sulzer Frères SA	1
1973	União Fabril do Azoto	1

Data	Acontecimentos	Fonte
1974		
18/01/1974	Despacho coloca empregados da AEIST nos serviços da universidade. Perante a sua recusa, os estudantes lançam campanha para o seu apoio material.	Contributos [CD]
25/04/1974	Plenário estudantil na escadaria central.	Contributos [CD]
26/04/1974	Reabertura das instalações da AEIST pelos dirigentes estudantis. Carlos Costa é seu presidente.	Contributos [CD]; Entrevistas

Data	Acontecimentos	Fonte
28/04/1974	Manifesto das direcções associativas, incluindo a AEIST, reivindicando „desmantelar o aparelho repressivo fascista nas escolas“, a „legalização das associações e a sua criação onde ainda não existem“ e „substituir as estruturas de poder fascistas por estruturas democráticas“.	AAEIST A1 cx 12/14



06/08/1974	Partida para as Campanhas de Alfabetização e Educação Sanitária lançadas por direcções associativas, entre as quais a AEIST.	Materiais da LTO
13/11/1974	Seminário sobre a democratização do ensino (Coimbra), em que a AEIST participa.	AAEIST A1 cx 12/2

Ano	Empresa	Tirocinantes
1974	Sacor	14
1974	Laboratório de física e Energia Nucleares (LFEN)	13
1974	Direção Geral dos Combustíveis	12
1974	Junta de Energia Nuclear (JEN)	9
1974	Junta Autónoma de Estradas	8
1974	LNEC	8
1974	Arsenal do Alfeite	7
1974	Oficinas da CP	7
1974	Profabril	5
1974	Direção Geral de Combustíveis e Reactores Nucleares e Industriais (DGCRNI)	4
1974	Lisnave	4
1974	Petroquímica	4
1974	Cometna	3
1974	Cuca	3
1974	Empresa de Cimentos de Leiria	3
1974	Fábrica de Material de Guerra de Braço de Prata	3
1974	Junta de Investigações do Ultramar	3
1974	Junta Distrital de Setúbal	3
1974	Comissão de Estudos de Energia Nuclear (CEEN)	2
1974	Depósito Geral Material de Transmissões	2
1974	Direção Geral das Construções Escolares	2
1974	Direção Geral de Aeronáutica Civil	2
1974	Eng. João Madeira Costa	2
1974	Lusotecna	2
1974	Marconi	2
1974	MEC	2
1974	Sociedade Anónima de Rádio-Retransmissão - Raret	2
1974	Sociedade Estoril	2
1974	Sorefame	2
1974	Standard Elétrica	2
1974	TAP	2
1974	União Fabril do Azoto	2
1974	AB Ifoverken	1
1974	Cabos Ávila	1
1974	CCFP	1
1974	Comissão de Estudos de Energia Nuclear (CEEN)	1
1974	Companhia Mineira do Lobito	1
1974	Companhia Nacional de Eletricidade	1
1974	Companhia Portuguesa de Trabalhos Portuários	1
1974	Companhia Portuguesa de Trefilaria	1

Ano	Empresa	Tirocinantes
1974	Construções Técnicas, Lda.	1
1974	Construções Vilamoura	1
1974	CTT	1
1974	Direção do Serviço de Armas Navais	1
1974	Direção Geral Construções Hospitalares	1
1974	Eletricidade Naval e Industrial	1
1974	Empresa de Sondagens Rodio	1
1974	Empresa Eletro-Cerâmica, Luanda	1
1974	Eng. Bernardo Gonçalves	1
1974	Eng. J. Madeira Costa	1
1974	Escola Militar de Eletromecânica	1
1974	Escola Prática de Transmissões	1
1974	Estudos e Realizações Técnicas de Engenharia Civil	1
1974	Federação de Municípios do Distrito Setúbal	1
1974	Federação dos Municípios dos Distritos de Évora e Portalegre	1
1974	Femsa	1
1974	Gabinete da Área de Sines	1
1974	Gutteridge Haskins & Davey	1
1974	Hidro-Elétrica do Cávado	1
1974	Indústrias Bom Sucesso	1
1974	Instituto de Soldadura	1
1974	Instituto Gulbenkian de Ciência	1
1974	João Jacinto Tomé	1
1974	José Ribeiro, Indústrias e Comércio	1
1974	Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal	1
1974	Laboratório de Mineralogia da Universidade de Lourenço Marques	1
1974	Lever	1
1974	Lorilleux International	1
1974	LPC	1
1974	Office National Industriel de l'Azote	1
1974	Ptolemais Lignite Mining Industry	1
1974	Regimento de Engenharia n.º 1	1
1974	Serviço de Telecomunicações Militares	1
1974	Sociedade Lisbonense de Metalização, Lda.	1
1974	Sociedade Sopecate, Lda.	1
1974	Socotel	1
1974	Sogás	1
1974	Stichting Reactor Centrum Nederland	1
1974	Telefunken	1
1974	Unitécnica	1

Data	Acontecimentos	Fonte
1975		
Neste ano	Confrontos físicos entre grupos de estudantes do MRPP, MJT, UEC.	Entrevistas
22/09/1975	Fundação do Clube de Râguebi para apoiar equipas já existentes.	AAEIST A2 cx 290/8

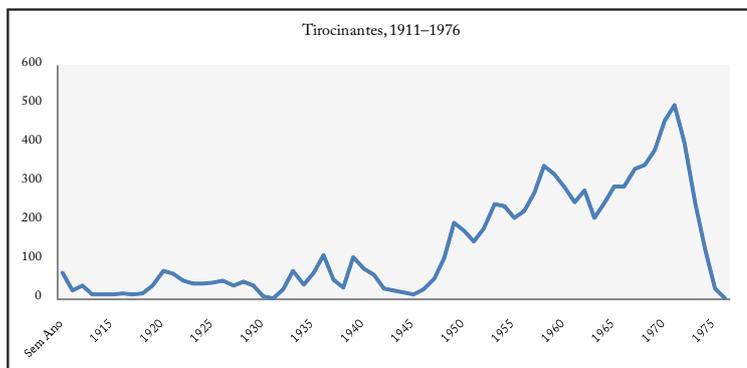
Ano	Empresa	Tirocinantes
1975	Instituto Nacional de Investigação Industrial (INII)	9
1975	Junta de Energia Nuclear (JEN)	7
1975	Mobil Oil Portuguesa	6
1975	Lisnave	5
1975	Direção Provincial dos Serviços de Indústria de Moçambique	4
1975	Petroquímica	4
1975	Fábrica de Material de Guerra de Braço de Prata	3
1975	Arsenal do Alfeite	2
1975	CUF	2
1975	Minas de Cassinga, Angola	2
1975	Sacor	2
1975	Câmara Municipal de São Vicente	1
1975	Companhia Portuguesa Celulose	1
1975	Companhia Portuguesa de Trefilaria	1
1975	Complexo Interdisciplinar	1
1975	Eng. Ribeiro de Mendonça	1
1975	Escola Militar de Eletromecânica	1
1975	Instituto Hidrográfico	1
1975	LNEC	1
1975	Rosenlew AB	1
1975	SNCF	1
1975	Sociedade de Reparações de Navios, Lda	1
1975	Sonfe	1

Data	Acontecimentos	Fonte
------	----------------	-------

1976

outubro	Alfredo Gomes é presidente da AEIST (ano letivo 1976–77).	Entrevistas
---------	---	-------------

31/12/1976



NarQ, Livro de tirocínios

Ano	Empresa	Tirocinantes
1976	Fábrica Imperial de Margarina, Lda.	1
1976	Serviço de Telecomunicações Militares	1

Data	Acontecimentos	Fonte
------	----------------	-------

1977

fevereiro	AE do Instituto Superior de Economia repudia „atentado fascista“ contra a AEIST.	AAEIST A1 cx 95 nº 9/9
-----------	--	------------------------

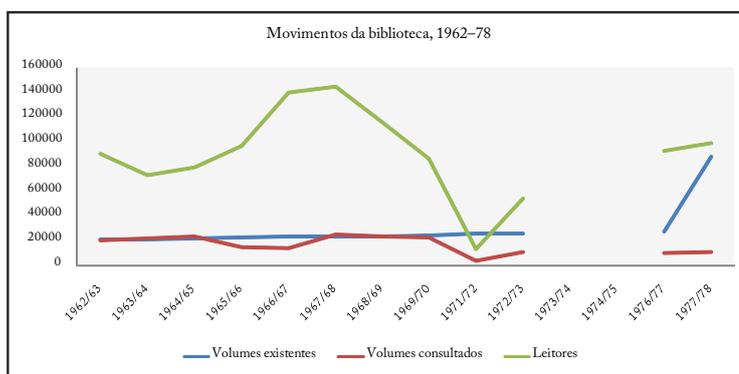
outubro	Alfredo Gomes é presidente da AEIST (ano letivo 1977–78).	Entrevistas
---------	---	-------------

outubro	Início dos cursos de licenciatura em regime noturno, que funcionam até 2004–2005.	
---------	---	--

1978

31/07/1978

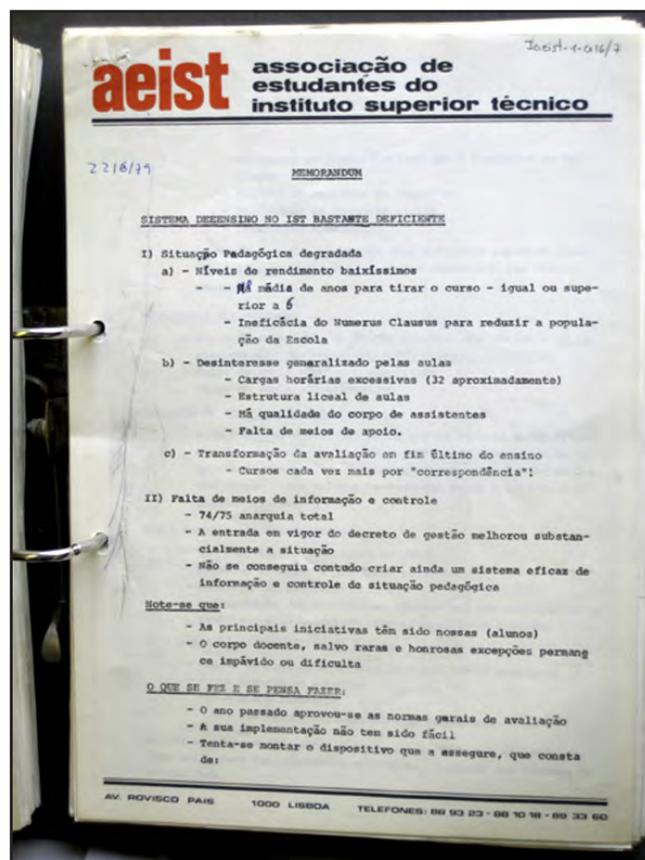
Tendências



BIST

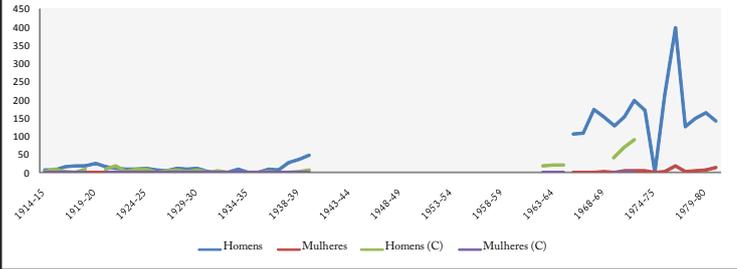
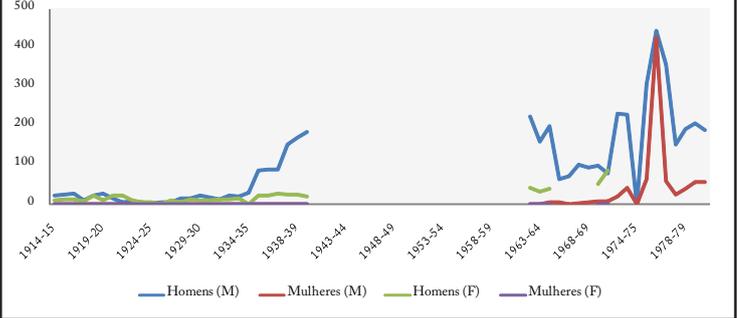
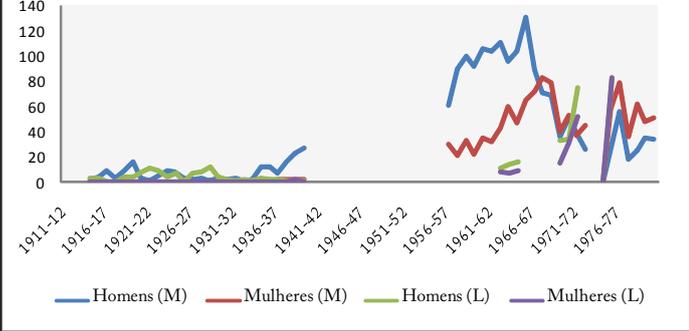
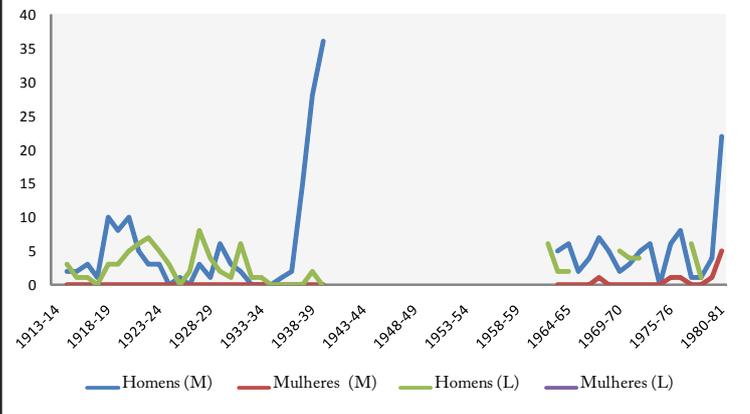
outubro	Carlos Pimenta é presidente da AEIST (ano letivo 1978–79).	Entrevistas
---------	--	-------------

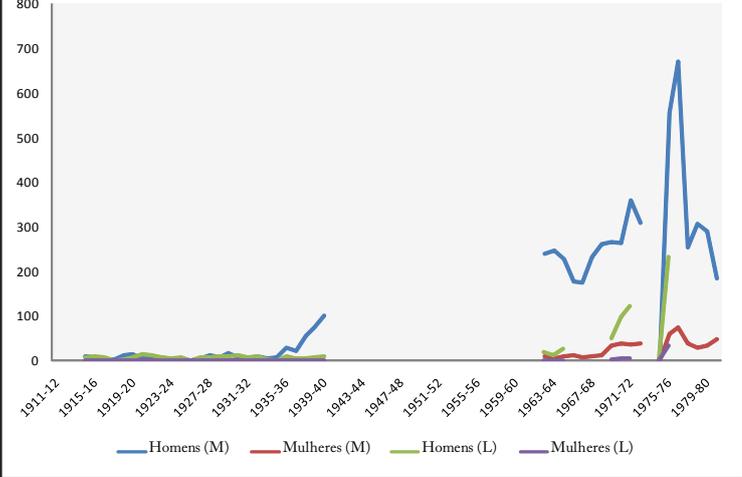
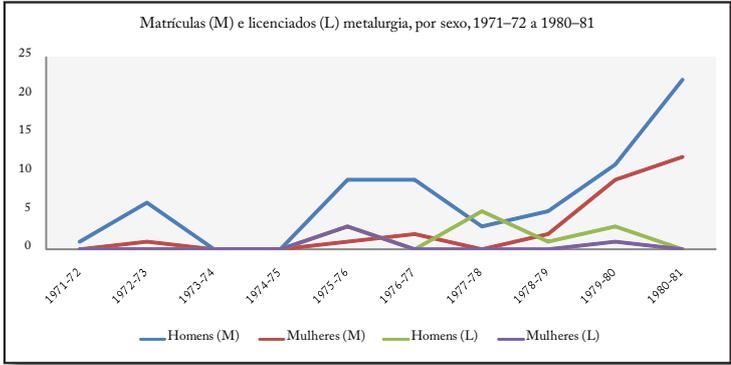
Data	Acontecimentos	Fonte
1979		
17/02/1979	I Rally Técnico 79, organizado pela Secção de Automobilismo da AEIST.	AAEIST A2 cx 290/8; A1 cx 48/6
22/06/1979	AEIST redige <i>Memorando. Sistema de Ensino no IST bastante deficiente.</i>	AAEIST A1 cx 16/7



1980

25/09/1980	Departmentalização do IST (6 departamentos, 4 secções autónomas): Departamento de Engenharia Civil (DEC), Departamento de Engenharia Eletrotécnica (DEE), Departamento de Engenharia Mecânica (DEM), Departamento de Engenharia Química (DEQ), Departamento de física (DF), Departamento de Matemática (DM); e as seguintes secções autónomas: Engenharia de Minas (SAEM), Engenharia Metalúrgica (SAEM), Ciências Sociais (SACS), Representação Gráfica (SARG). (Portaria nº 722/80).	DR, 1ª série, n.º 222
27/09/1980	Licenciatura em engenharia de construção naval (decreto nº 93/80).	DR, 1ª série, n.º 93

Data	Acontecimentos	Fonte
1981		
julho	<p data-bbox="619 286 1094 304">Matrículas (M) e licenciados (L) mecânica por sexo, 1914-15 a 1980-81, dados lacunares</p> 	NarQ, dados estatísticos avulsos
Tendências	<p data-bbox="592 627 1115 645">Matrículas (M) e licenciados (L) civil por sexo 1914-15 a 1980-81, dados lacunares</p> 	NarQ, dados estatísticos avulsos
julho	<p data-bbox="619 1025 1046 1088">Matrículas (M) e licenciados (L) química industrial, por sexo, 1911-12 a 1980-81, dados lacunares</p> 	NarQ, dados estatísticos avulsos
Tendências	<p data-bbox="687 1500 1042 1563">Matrículas (M) e licenciados (L) minas, por sexo 1913-14 a 1980-81, dados lacunares</p> 	NarQ, dados estatísticos avulsos

Data	Acontecimentos	Fonte
julho	<p data-bbox="703 237 1015 293">Matrículas (M) e licenciados (L) eletrotecnia, por sexo 1911-12 a 1980-81, dados lacunares</p> 	NarQ, dados estatísticos avulsos
	Tendências	
julho		<p data-bbox="624 842 1083 864">Matrículas (M) e licenciados (L) metalurgia, por sexo, 1971-72 a 1980-81</p> 
	Tendências	
1982		
27/11/1982	São criados os seguintes novos cursos: licenciatura em engenharia física tecnológica, licenciatura em engenharia metalúrgica e de materiais, licenciatura em engenharia de minas. Extinção da licenciatura em engenharia metalúrgica (decreto regulamentar nº 90/82).	DR, 1ª série, nº 275.
02/12/1982	Licenciaturas passam a estar organizadas por unidades de crédito. (Portaria nº 1127/82).	DR, 1ª série, nº 278
1985		
18/04/1985	Evocação dos 50 anos das instalações do IST durante o 1.º Simpósio Nacional de Materiais e Tecnologias na Construção de Edifícios (SIMATEC).	
1986		
10/01/1986	Licenciatura em matemática aplicada e computação (portaria nº 11/86).	DR, 1ª série, nº 8

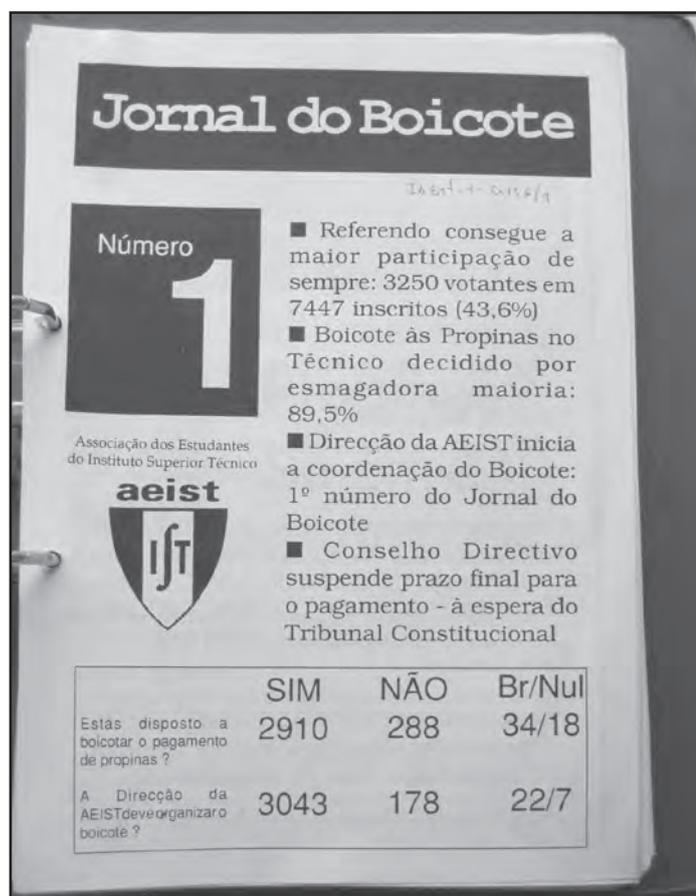
Data	Acontecimentos	Fonte
24/03/1986	Rádio Universidade Tejo (RUT): Início das emissões regulares.	AAEIST A1 cx 42/1
dezembro	75º Aniversário da AEIST: Baile de gala, Arraial Académico, desporto, missa, vídeo, noite de Coimbra, teatro, Baile do Engenheiro, cinema, exposições de banda desenhada e de pintura, xadrez, espetáculo com o cantor Fausto.	AAEIST A1 cx 40 nº 1
1987		
20/02/1987	Licenciatura em engenharia eletrotécnica e de computadores (anterior licenciatura em engenharia eletrotécnica). (Portaria nº 115/87).	DR, 1ª série, nº 43
1988		
Neste ano	I Jornadas de Engenharia Química do IST.	
13/08/1988	Licenciatura em engenharia naval (anterior licenciatura em engenharia da construção naval). (Portaria nº 549/88).	DR, 1ª série, nº 187
24/09/1988	Lei 108/88 sobre a autonomia das universidades.	
1989		
03/05/1989	I Jobshop de Engenharia.	AAEIST A1 cx 242/1
1990		
11/08/1990	Licenciatura em engenharia e gestão industrial. (Portaria nº 664/90.)	DR, 1ª série, nº 185
1991		
Neste ano	Proposta de criação de uma Secção de História da AEIST.	AAEIST A2 cx 83 nº 1, Autoria: Historial AEIST, Gerardo Vieira, Lisboa
08/01/1991	I Exposição de Instituições Financeiras (EXPOBANK), organizada pela AEIST.	AAEIST A1 cx 307 nº 1
01/05/1991	I Semana da Cooperação.	AAEIST A2 cx 238 nº 1
14/05/1991	Inauguração da I Expovídeo & Som.	AAEIST A2 cx 56/2, cx 56/1
17/09/1991	Licenciatura em engenharia do território.	DR, 2ª série, nº 214, rectificação do DR, 2ª série, nº 156 de 10/07/1991

Data	Acontecimentos	Fonte
outubro	Lançamento da revista Diferencial, da AEIST.	



15/12/1991	80º Aniversário da AEIST: Baile de gala.	AAEIST A1 cx 26
1992		
Neste ano	Criação da Tuna do IST.	AE Técnico, ano 3, nº 1, Out/ Nov., 2002
Neste ano	No seguimento do Massacre de Díli, a AEIST torna-se co-fundadora do Movimento de Estudantes Universitários pelos Direitos Humanos.	Binómio, maio, 1992, p.20
Neste ano	Criação do Centro de Atividades Subaquáticas.	AAEIST A1 cx 301 nº 1
04/04/1992	Atuação de Quim Barreiros no pavilhão central.	AAEIST A2 cx 468/1
19/04/1992	II Semana da Cooperação.	AAEIST A2 cx 238, A1 cx 328

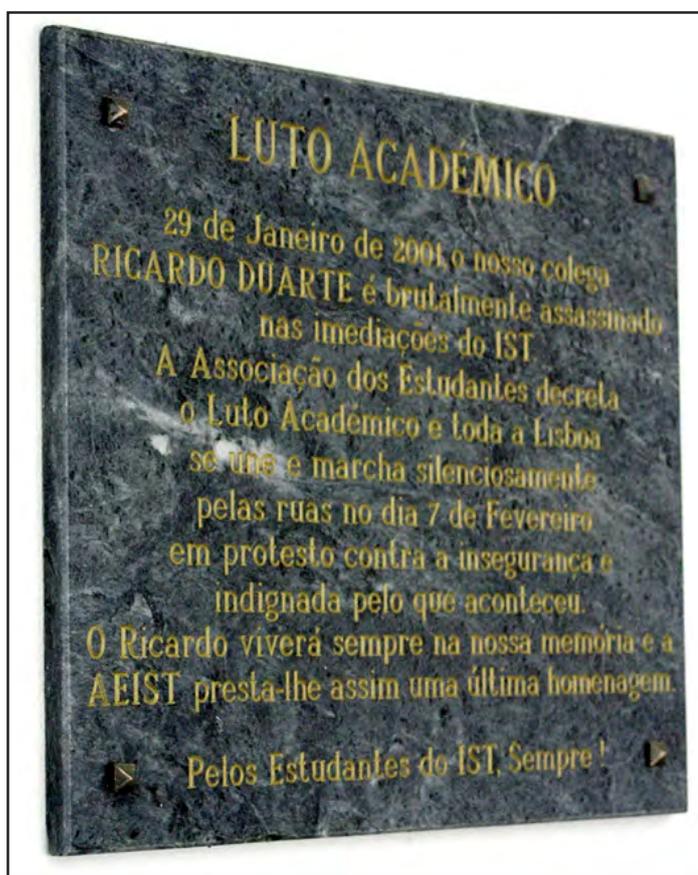
Data	Acontecimentos	Fonte
07/06/1992	Abertura da exposição evocativa de Álvaro Augusto Machado (1874–1944), primeiro professor de arquitetura do IST, montada com o espólio doado.	
17/06/1992	Licenciatura em engenharia aeroespacial.	DR, 2ª série, nº 138, deliberação nº 13/UTL/92
30/11/1992	Integração na UTL do edifício Complexo Interdisciplinar e de todos os seus centros e serviços.	
04/12/1992	AE reivindica mais espaço nas aulas e comida em quantidade e qualidade.	AAEIST A2 cx 53/3
1993		
20/03/1993	I TUIST Festival Internacional de Tunas Universitárias do IST. Estreia da tuna.	http://tuist.ist.utl.pt/a_tuist/index.php , acessado a 27/11/2010, 19:57
31/03/1993	Início do referendo sobre o boicote às propinas.	AAEIST A1, cx 156/1, Jornal do Boicote, nº 1/2, Técnico Decisivo s/l, s/d



Data	Acontecimentos	Fonte
10/05/1993	I Arraial do Caloiro.	AAEIST A2 cx 309, 495
13/07/1993	Licenciatura em engenharia do ambiente.	DR, 2ª série, nº 162, delibera- ção nº8/UTL/92
16/11/1993	A propósito do cinquentenário do falecimento de Duarte Pacheco, o IST encomenda a Augusto Alves da Silva um projeto fotográfico sobre a instituição.	
22/11/1993	Festival de música clássica.	AAEIST A2 cx 501; Entrevistas
24/11/1993	Manifestação contra as propinas frente à Assembleia da República. Intervenção policial.	AAEIST A2 cx 478; arquivo particular
30/11/1993	Pelo decreto nº 45/93, declara-se o <i>conjunto primitivo da autoria do arquiteto Porfírio Pardal Monteiro</i> como imóvel de interesse público (IIP).	DR, 1ª série/B, nº 280
1994		
01/01/1994	Inauguração da Torre Norte, do Pavilhão de Pós-Graduações e do Edifício Ciência.	http://www.ist.utl.pt/html/campus/alameda/1994
maio	Valentina Garcia vence eleições para a AEIST, tornando-se primeira mulher no cargo (ano letivo 1994-95).	Entrevistas; ar- quivo particular
24/05/1994	Início do referendo sobre os estatutos da AEIST.	AAEIST A1 cx 127/1
22/09/1994	Licenciatura em engenharia de materiais (anterior licenciatura em engenharia metalúrgica e de materiais).	DR, 2ª série, nº 220, delibera- ção do Senado nº 10/UTL/94
22/10/1994	Inaugura-se a Secção de Motociclismo (MIST).	AAEIST A2 cx 847 nº 1
25/10/1994	Licenciatura em engenharia de minas e georrecursos.	DR, 2ª série, nº 247, delibera- ção do Senado nº 5/UTL/94
15/12/1994	Estreia da Tuna Feminina do IST, integrada nos festejos do 83º aniversário da AEIST.	Manual do Ca- loiro 2003–2004
1995		
Neste ano	Site do IST em funcionamento.	
16/05/1995	Congresso <i>Tecnicamente Melhor</i> , organizado pela AEIST.	Entrevistas; ar- quivo particular.
1996		
Neste ano	Criação do Gabinete de Estágios da AEIST.	aetécnico, 1, 2, 2000, p. 29

Data	Acontecimentos	Fonte
16/04/1996	Protocolo entre a Ordem dos Engenheiros e a AEIST permitindo a inscrição de membros-estudantes.	AAEIST A1 cx 174 n° 3
junho	Mostra de instrumentos científicos antigos, em comemoração do 85° aniversário do IST.	
06/12/1996	I Open de Andebol Universitário, organizado pela AEIST.	AAEIST A2 cx 152/1
19/12/1996	Salão de Arte Fotográfica.	AAEIST A2 cx 847 n° 2
1997		
27/05/1997	Licenciatura em engenharia biológica.	DR II Série n° 122, deliberação 27/97
27/05/1997	Licenciatura em química.	DR, 2ª série, n° 122, deliberação n° 25/97
1998		
Neste ano	Inauguração da residência universitária Duarte Pacheco, com capacidade para 250 estudantes.	
03/09/1998	Licenciatura em arquitetura.	DR, 2ª série, n° 203, deliberação n° 479/98
2000		
Neste ano	Início do funcionamento da Torre Sul.	http://www.ist. utl.pt/html/cam- pus/alameda//
Neste ano	Na AEIST existem as seguintes secções autónomas: Aeroespacial, Aventura, Automobilismo, Cinema & Vídeo, Coro, Digital, Ecologia, Grupo de Ação Social (GAS), Grupo de Estratégia Simulação e Tática (GEST), Jornal Diferencial, Núcleo de Arte Fotográfica (NAF), Grupo de Motociclismo (MIST), Núcleo de Atividades Subaquáticas (NAS), Núcleo de Vela (NAVLEN), Paintball, Radio Interna (RIST), Pro-arte, Tuna, Núcleo de Surf, Grupo de Teatro, Secção Autónoma de Xadrez.	AAEIST A2 cx 375, 440, 848
maio	Comemorações do 90° aniversário do IST.	
04/05/2000	Publicação dos Estatutos da Comissão de Trabalhadores (CT) da AEIST.	Bol. Trab. Emp, 1ª série, n° 19, 22/05/2000
22/08/2000	Licenciatura em engenharia biomédica.	DR, 2ª série, n° 193, deliberação n° 1079/2000

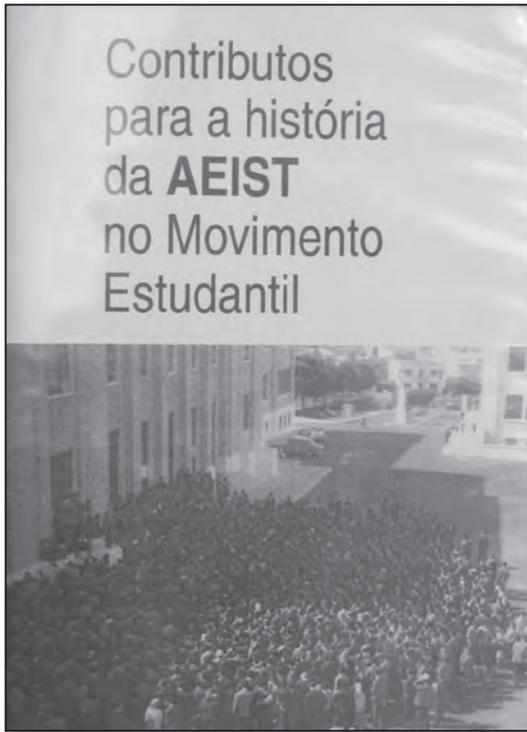
Data	Acontecimentos	Fonte
22/08/2000	Licenciatura em engenharia industrial.	DR, 2ª série, nº 193, deliberação nº 1078/2000
outubro	Início do periódico aetécnico.	
06/11/2000	Início da atividade letiva da licenciatura em engenharia informática e computadores no novo <i>campus</i> do Taguspark, em Oeiras.	Conselho Diretivo, Nota Informativa 86/00
2001		
29/01/2001	Estudante Ricardo Duarte assassinado nas imediações do IST. Abaixo-assinado com 1500 assinaturas exigindo medidas de segurança.	Entrevistas; AAEIST A1 cx 385/1; A1 cx 385/1



Placa colocada na escadas do edifício da AEIST.
Fotografia: Tatiana Soares

31/01/2001	Petição dos estudantes dirigida ao ministro da Administração Interna sobre a insegurança.	AEIST, Livro de abaixo/assinados
------------	---	----------------------------------

Data	Acontecimentos	Fonte																								
<p>Petição</p> <p>Ao Ministro da Administração Interna Dr. Severiano Teixeira,</p> <p>Lisboa, 31 de Janeiro de 2001</p> <p>Vêm os estudantes abaixo assinados, exigir medidas concretas para combater o estado de insegurança e a elevada criminalidade que existe nas redondezas do IST. Exigimos firmeza nas decisões a tomar, e mais do que um pedido, com o direito que nos assiste, pretendemos que assuma as suas responsabilidades.</p> <p>Os alunos abaixo assinados,</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Nome</th> <th>Número de Aluno</th> <th>Assinatura</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Paulo Garcia e Costa</td> <td>46090</td> <td>Paulo Garcia e Costa</td> </tr> <tr> <td>Paulo Renato Fozzina</td> <td>4556</td> <td>Paulo Fozzina</td> </tr> <tr> <td>João Marques</td> <td>41537</td> <td>João Marques</td> </tr> <tr> <td>Nuno António Oliveira</td> <td>39761</td> <td>Nuno Oliveira</td> </tr> <tr> <td>João Paulo Santos</td> <td>39305</td> <td>João Paulo Santos</td> </tr> <tr> <td>Manuel Santos Nunes</td> <td>43696</td> <td>Manuel Nunes</td> </tr> <tr> <td>Artur Costa</td> <td>40000</td> <td>Artur Costa</td> </tr> </tbody> </table>			Nome	Número de Aluno	Assinatura	Paulo Garcia e Costa	46090	Paulo Garcia e Costa	Paulo Renato Fozzina	4556	Paulo Fozzina	João Marques	41537	João Marques	Nuno António Oliveira	39761	Nuno Oliveira	João Paulo Santos	39305	João Paulo Santos	Manuel Santos Nunes	43696	Manuel Nunes	Artur Costa	40000	Artur Costa
Nome	Número de Aluno	Assinatura																								
Paulo Garcia e Costa	46090	Paulo Garcia e Costa																								
Paulo Renato Fozzina	4556	Paulo Fozzina																								
João Marques	41537	João Marques																								
Nuno António Oliveira	39761	Nuno Oliveira																								
João Paulo Santos	39305	João Paulo Santos																								
Manuel Santos Nunes	43696	Manuel Nunes																								
Artur Costa	40000	Artur Costa																								
07/02/2001	AEIST decreta luto académico pela morte de Ricardo Duarte. Marcha silenciosa dos estudantes pelas ruas de Lisboa exigindo segurança.																									
março	Cerimónia realizada pela AEIST para recordar morte do colega Ricardo Duarte. Lançamento de 10000 balões brancos na alameda do Técnico.	Entrevistas																								
março	Abaixo-assinado sobre a insegurança nas imediações do IST, com 1540 assinaturas.	AAEIST A1 cx 385/1																								
18/04/2001	Licenciatura em ciências informáticas.	DR, 2ª série, nº 91, deliberação nº 632/2001																								
18/04/2001	Licenciatura em engenharia dos sistemas de informação e multimédia.	DR, 2ª série, nº 91, deliberação nº 631/2001																								
29/05/2001	Greve dos trabalhadores da AEIST, reivindicando aumento salarial e dos subsídios, criticando a direção.	AAEIST A2 cx 316 nº 3																								
09/10/2001	Licenciatura em engenharia geológica e mineira (anterior licenciatura em Engenharia de minas e georrecursos).	DR, 2ª série, nº 234, deliberação nº 1599/2001																								
2002																										
08/05/2002	Licenciatura em engenharia de redes de comunicação e de informação.	DR, 2ª série, nº 106, deliberação nº 809/2002																								
11/11/2002	AEIST realiza magusto. Distribuição de cartuchos de castanhas com mensagens reivindicativas sobre propinas e revisão da carreira docente.	Entrevistas																								
26/12/2002	Incêndio numa sala da AEIST, danos materiais (computadores).	aetécnico, maio 2004, p. 4																								

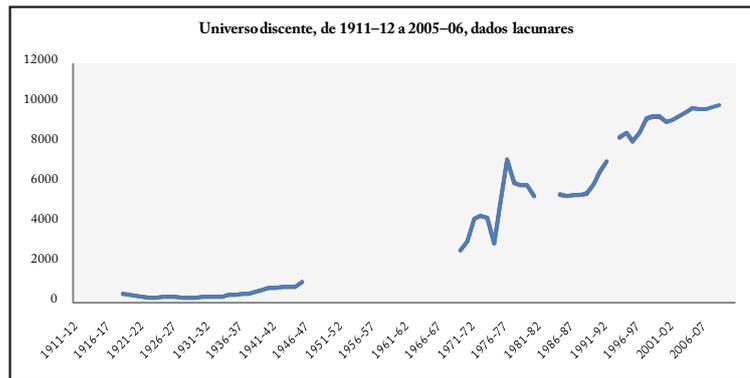
Data	Acontecimentos	Fonte
2003		
Neste ano	AEIST distribuiu cravos brancos na cidade como protesto.	Entrevistas
Neste ano	Terceira edição das <i>Notas histórico-pedagógicas do Instituto Superior Técnico</i> , de Alfredo Bensaúde, IST Press, ISBN 972-8469-29-2.	
Neste ano	Edição <i>on-line</i> da revista Técnica.	
13/03/2003	Licenciatura em engenharia eletrónica.	DR, 2ª série, nº 61, deliberação nº 422/2003
maio	I Super Arraial do Técnico.	aetécnico, março/abril 2003, p.16
31/05/2003	Almoço comemorativo dos 30 anos da greve a exames de 1972–73, com a presença de 75 antigos alunos.	F. Valdez
2004		
março	Homenagem ao professor Alberto Abecasis Manzanares (1915-2004). Instituído o prémio com o seu nome (engenharia civil).	
julho	AEIST inicia pagamento em atraso do IVA (Plano Mateus).	AAEIST A2 cx 163 nº 1
outubro	Primeira edição do prémio prof. António da Silveira.	
2005		
01/05/2005	Almoço-convívio com a presença de 128 antigos alunos.	F. Valdez
01/05/2005		CD feito a partir de dois almoços de convívio entre dirigentes, ativistas e trabalhadores da AEIST

Data	Acontecimentos	Fonte
14/05/2005	Adesão ao Consortium Linking Universities of Science and Technology for Education and Research (CLUSTER).	
2006		
20/05/2006	Almoço-convívio com a presença de 126 antigos alunos.	F. Valdez
21/06/2006	Adequação dos primeiros cursos ao modelo de Bolonha.	Ata da Reunião do CC, 2 p

2009

julho

Tendências



NarQ, dados estatísticos avulsos; Área de estudos e planeamento (AEP).



*Visão lateral do edifício IST no Tagus Park.
Foto: J F Branco*

A rutura de 1911

Magda Pinheiro

Seguindo a perspetiva adotada pelos editores da recente publicação intitulada *Jogos de identidade profissional: os engenheiros entre a formação e a ação*, procuramos neste estudo perspetivar a brusca rutura que em 1911 deu origem ao Instituto Superior Técnico, enquadrando a evolução da identidade profissional dos engenheiros à época (Matos *et al.* 2009).

Luís Nuno Madureira (2000 p. 1) considerou esta rutura como resultando de uma ação determinada, feita em navegação à bolina e em contraciclo. Uma ação visando a conquista de novos mercados de trabalho que teria contribuído para forjar uma nova identidade. Cumpre-nos pois procurar o feixe emaranhado das razões da rutura verificada. Parece-nos ainda relevante verificar em que medida a rutura se situou ao nível das representações que permitiram aos engenheiros reiniciar uma nova narrativa de progresso.

Na primeira metade do século XIX as fronteiras profissionais não estavam ainda nitidamente estabelecidas e as formações correspondentes à mesma profissão podiam ser variadas. Entre a segunda metade do século XIX e os primórdios do século XX as formações certificadas pelo ensino superior tornaram-se progressivamente indispensáveis ao exercício de algumas profissões. O processo de delimitação das fronteiras profissionais deu origem a conflitos que tiveram relevância na estruturação das identidades profissionais. Destes conflitos permanece uma memória ainda hoje ativa, traduzida na visão negativa que os grupos profissionais têm uns dos outros.

O ensino teve um papel fundamental neste processo. A estruturação da identidade profissional passou pelas formações universitárias, mas o Estado teve um papel determinante neste processo; primeiro, ao reconhecer estas formações como indispensáveis ao emprego público e, já em pleno século XX, ao apadrinhar a cons-

tituição de ordens profissionais limitando o exercício da profissão aos seus membros.

A forte importância do Estado na Europa Continental acompanhou os modelos de engenharia vigentes. Na Inglaterra os engenheiros eram muito menos dependentes do Estado, mas tinham também um estatuto social muito menos elevado. O modelo francês, emergente em finais do século XVIII com a criação da *École des Ponts et Chaussées*, fez do engenheiro um agente do progresso. No sentido iluminista do termo o engenheiro passou a ser ator de uma epopeia que se traduziria num futuro melhor para a humanidade (Appleby *et al.* 1994 p. 24).

Antoine Picon (1992) chamou à transformação então verificada *a invenção do engenheiro moderno*. Ao incarnar o progresso, o engenheiro desempenhou um papel crescente nos processos técnicos. Os saberes envolvidos no novo ensino profissional eram vastos e estavam em plena mutação dando à formulação matemática das leis científicas grande relevância. A matemática transcendental tornou-se um dos distintivos do ensino superior das diferentes especialidades da engenharia. Talvez por essa razão, a engenharia francesa procurasse o arrojo e a modernidade tecnológica, colocando a rentabilidade dos empreendimentos em lugar menos destacado do que a inglesa (Caron 1990 p. 90).

A influência da engenharia francesa foi dominante em Portugal até finais dos anos 80 do século XIX. Esta predominância acompanhou a dos investimentos franceses nas áreas por onde passaram as transferências tecnológicas de referência como os caminhos de ferro. Os contactos comerciais e financeiros entre a Alemanha e Portugal aumentaram porém em finais deste decénio, levando a um progressivo interesse dos governantes pelas novas realidades industriais que se desenvolviam neste país.

As formações novecentistas em Portugal

A existência de um ensino de engenharia militar em Portugal remonta ao século XVII. Não podemos enjeitar completamente a arqueologia das formações na construção da identidade dos engenheiros, pois esta é uma construção cultural em que raízes, fronteiras e ruturas têm o seu peso. Assim devemos salientar a criação em 2 de janeiro de 1790 da Academia Real de Fortificação que terá representado um passo no sentido da racionalidade, se a definirmos como um conjunto de crenças, valores reconhecidos e técnicas comuns ao grupo profissional que lhe permitem afirmar-se.

Os trabalhos sob a alçada dos engenheiros militares ultrapassavam em larga medida as obras de defesa, incluindo o conhecimento e representação do território, o inventário dos recursos humanos, a avaliação das necessidades e dos processos de intervenção sobre o mesmo (Afonso *et al.* 2003 p. 11). A distinção entre arquitetos e engenheiros permanecia nebulosa e também devemos salientar que nesta esfera se desenvolveram competências de representação mais tarde atribuídas a geógrafos e matemáticos. Deveu-se ainda a um detentor de formação militar, Luís da Silva Mousinho de Albuquerque, a redação de um Tratado de química e a lecionação desta disciplina na Casa da Moeda, em Lisboa, em 1823, e a publicação de um manual sobre a construção de pontes de pedra.

Em 1836–37, o sistema de ensino português foi reformulado. Terminada a Guerra Civil com o triunfo dos liberais, existia a consciência de que era necessário conhecer o território e a população, construir estradas, caminhos de ferro e portos, promover a agricultura e as indústrias, melhorar a higiene, a saúde e a instrução dos cidadãos. Se o exílio tinha representado dificuldades de formação para os jovens voluntários envolvidos na Guerra Civil também havia permitido o contacto com outras realidades.

Portugal não acompanhara as transformações em curso nos sistemas de ensino dos outros países europeus. Por um lado, uma reforma total do aparelho de Estado estava em marcha e havia nas elites uma forte consciência da necessidade de transformação; por outro, as resistências à mudança eram enormes. As dificuldades

para criar as instituições que haviam de formar os profissionais necessários aos novos desafios eram muitas. Faltavam os professores e o estado das finanças públicas era deplorável. As novas competências não existiam na velha Universidade de Coimbra que, em 1835, conseguira travar a tentativa de criação de um instituto em Lisboa, presente no decreto de 7 de novembro de 1835 de Rodrigo da Fonseca Magalhães e na proposta de lei de 26 de janeiro de 1836 de Luís da Silva Mousinho de Albuquerque (Pinheiro 1992 p. 161).

A 10 de janeiro de 1837, com o governo da ditadura setembrista no poder, um compromisso permitiu criar a Escola Politécnica de Lisboa na dependência do ministério da Guerra. O novo estabelecimento teria um curso de engenharia civil para além de formar engenheiros militares. O seu modelo era a *École polytechnique*, de Paris (Matos 2009 p. 184). A Escola Politécnica instalou-se no antigo Colégio dos Nobres pombalino, sofreu entretanto não só um incêndio, em 1843, como vários ataques institucionais. O facto de ter ficado na dependência do ministério da Guerra não mostrava só a oposição da Universidade de Coimbra, pois foi Sá da Bandeira, militar e herói da Guerra Civil, quem prometeu à Universidade de Coimbra revogar o decreto que em 1835 criara em Lisboa um instituto (Pinheiro 1992 p. 90–92).

Os engenheiros militares portugueses tinham até então desempenhado as funções que agora se pretendiam generalizar aos civis e essa foi a primeira luta que os últimos tiveram de travar. Foi difícil encontrar os professores para dar as dez cadeiras que constituíam o 5º curso, o mais completo da Escola Politécnica, a maior parte dos estudantes ficava-se pelo 1º curso que formava oficiais engenheiros e engenheiros civis. Naturalmente optavam pela carreira militar visto que as obras públicas ainda não tinham arrancado no país.

Até 1851, formou-se um número insuficiente de engenheiros civis. Meia dúzia de portugueses seguiu para Paris cursando na *École des Ponts et Chaussées*, alguns deles por determinação oficial. Desses, alguns seguiram as pegadas dos seus congéneres franceses e foram influenciados

pelas várias correntes do socialismo utópico, principalmente pelo sansimonismo. Manuela Tavares Ribeiro encontra alguns dos engenheiros portugueses a manifestar o seu apoio à República francesa em fevereiro de 1848. Estão entre eles Sousa Brandão, Joaquim Tomás Lobo d'Ávila e José Anselmo Gromicho Couceiro. Os dois últimos cursavam engenharia a expensas do Estado e viram os seus vencimentos suspensos (Ribeiro 1990 p. 93–94). A Regeneração integrou-os e a sua capacidade de intervenção política, social e técnica fez parte da saga do chamado Fontismo.

Após 1852, os que procuraram formação no estrangeiro como complemento, foram mais numerosos. Em 1856–57 teriam obtido o prémio de estudar na *École des Ponts et Chaussées*, sete estudantes¹. Ana Cardoso de Matos identifica 17 engenheiros portugueses que frequentaram a *École des Ponts et Chaussées*, entre 1853 e 1870, mas nem todos lograram obter os respetivos diplomas. No que respeita ao futuro urbanístico da cidade de Lisboa, o mais importante de entre eles terá sido Frederico Ressano Garcia (1847–1911) que aí recebeu o seu diploma em 1869. Ressano Garcia veio a ter um papel determinante na modernização da cidade de Lisboa.

Em 1859, a Escola Politécnica passou para a tutela do ministério do Reino como acontecia à Universidade de Coimbra. Em 1869, o seu diretor era já um civil. Só então foi criada a cadeira de geometria descritiva (Canelhas 1987 p. 320). Segundo Gerardo Pery, em 1874–75, apenas seis alunos se matricularam no curso de engenharia civil enquanto 32 o fizeram em engenharia militar (Pery 1875 p. 232). Em 1877, o exame de admissão foi substituído pelos exames dos liceus. Só em 1879 o edifício renovado após do incêndio ficou pronto. O conjunto possuía agora laboratórios, o Observatório Meteorológico e o Jardim Botânico, assim como uma coleção mineralógica e paleontológica. Em 1884, era dirigido por Luís d'Almeida Albuquerque que também dirigia o Instituto Industrial. Em 1894, os seis cursos que existiam desde os anos 60 foram fundidos num único (Cunha 1937).

Em 1868, no fim do primeiro *boom* ferroviário, existiam 110 engenheiros civis pertencentes ao Corpo de Engenheiros Civis, criado em 1864 pelo governo (Sousa & Ávila 1868 p. 17).

Maria Paula Diogo encontrou nas listas de sócios da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses 107 sócios iniciais que em 1870 eram já 153. Em 1881, apenas 34 eram engenheiros civis formados em Lisboa e 28 no Porto. Os oriundos da *École des Ponts et Chaussées* eram então 22 e estavam presentes engenheiros formados nas *École de Mines* e na *École centrale des Arts et Manufactures*, na de artes e ofícios, de Liège, etc. Entre os sócios existiam engenheiros franceses e espanhóis que trabalhavam em Portugal. A proporção dos que trabalhavam no setor público era de 76%. Dos 241 sócios existentes em 1881 tinham formação militar 113, embora estivessem inscritos na Associação dos Engenheiros Civis Portugueses (Diogo 1994). Em 1890, os sócios elevavam-se a 317.

A criação de um corpo de engenheiros civis deu-se em 1864. As tarefas que os engenheiros militares vinham desde há muito a desempenhar podiam agora também ser realizadas pelos que, na Escola Politécnica, optavam por esta formação ou pelos que a complementavam no estrangeiro. Apoiando-se na crise financeira, Sá da Bandeira, tentou suprimir este corpo em 1868, dando origem à primeira petição feita em nome dos engenheiros civis portugueses.

Em 1852, fora criado o Instituto Industrial de Lisboa, mas não se tratava de uma instituição de ensino superior. Devia fornecer instrução elementar, geral e complementar. Na reforma de 1864 é criado neste instituto um curso de condutor de obras públicas (Lisboa 2002 p. 72), que apenas começou a funcionar em 1866–67. O instituto tinha em 1884 o mesmo diretor que a Escola Politécnica (Anuário Comercial 1884, p 325). No entanto, já se podiam encontrar estrangeiros no seu pessoal, como Carl von Bonhorst, assistente de química.

O debate em torno da necessidade de um ensino mais prático esteve presente ao longo do século XIX (Vacher 2009, Garçon 2009). Preocupados com a formação de quadros intermédios e operários qualificados reivindicados pelos industriais no Inquérito de 1881, os governantes portugueses dos anos 80 enviaram professores estudar aos países onde se considerava existir melhor formação profissional para trabalhadores e quadros práticos. As preocupações tinham incluído o ensino médio resultando na criação

até 1891 de 16 escolas industriais com 50 professores entre os quais 34 de naturalidade portuguesa e 16 estrangeiros (Almeida 1892 p. 330).

A reforma do Instituto Industrial em 1891 terá no entanto criado uma profunda insatisfação no seio do seu corpo docente. Em 1892, o Conselho Escolar foi encarregue de fazer um projeto de reorganização. O projeto apresentado por Bensaúde, foi considerado como sendo influenciado pelos métodos de ensino alemães. Incluía cadeiras que se relacionavam com as alterações tecnológicas então em curso nesse país e que não eram ministradas na Escola Politécnica de Lisboa. Segundo o plano, o instituto teria um curso geral de dois anos e um especial de três. Em 1899, um curso de condutores de construção civil já aí funcionava e foi criado um curso superior de indústria. A 9 de julho de 1903 foi publicado o novo regulamento do Instituto Industrial.

A Associação de Condutores de Obras Públicas já existia desde 1883 e a 10 de outubro de 1903 propôs a substituição do título de condutor pelo de engenheiro auxiliar (Rodrigues 1999 p. 82). Os seus diplomados vieram a desempenhar um papel relevante na construção de caminhos de ferro, estradas e nas competências relacionadas com as novas indústrias urbanas mantendo uma guerra acesa com engenheiros e arquitetos. Paradoxalmente esta instituição de ensino secundário especial veio a substituir a Escola Politécnica na formação de engenheiros em 1911, após a implantação da república (Cruz 2005). A transformação ficou a dever-se a professores como Alfredo Bensaúde, graduado na Alemanha, na Escola de Minas de Clausthal e que se doutorou na Universidade de Göttingen (Dias, F S 2008 p. 391).

Em concorrência direta com a formação dos engenheiros, a dos arquitetos conheceu as suas reformas fundamentais pela mesma época. A 25 de outubro de 1836, Passos Manuel criara as Academias de Belas Artes de Lisboa e do Porto. O objetivo era difundir o gosto do belo por todas as classes e proporcionar os meios de melhoramento aos ofícios e artes, pela elegância das formas dos seus artefactos (Pinheiro 1996 p. 108). A arquitetura era aqui ministrada em sistema de atelier. Apenas existia um professor de arquitetura civil. Este devia ensinar aritmética,

geometria, perspetiva, mecânica, química para além das diversas ordens da arquitetura, da arte da construção, do conhecimento de plantas, alçados e perfis segundo a natureza dos terrenos e situações. A formação teria cinco a seis anos.

A academia não era uma escola superior, fazendo parte da instrução especial tal como o Instituto Industrial. Os alunos só precisavam de uma instrução elementar para ingressarem nela, tal como acontecerá no Instituto Industrial. Mais ainda do que na Escola Politécnica a dificuldade em encontrar professores foi notória. Desde o início que se previu enviar os melhores alunos para o estrangeiro e, também aqui, Paris afirmou-se como destino privilegiado. Nesta cidade, o ensino da arquitetura também se fazia pelo sistema de atelier.

Entre os que se formaram em França está José Luís Monteiro, que em 1882 veio a ser professor de arquitetura na Escola de Belas Artes, entretanto separada da academia homónima pela reforma de 1881. José Luís Monteiro mostraria as suas capacidades como arquiteto na construção da estação de caminhos de ferro do Rossio e no Hotel Terminus. Segundo a reforma de 1881, para ingressar no curso de arquitetura era agora necessário ter o curso geral de desenho da mesma escola que tinha a duração de quatro anos (Lisboa 2002 p. 75).

Apesar de a reforma tentar responder às críticas formuladas, entre outros pelo presidente da Real Associação dos Arquitetos, Possidónio da Silva, estas continuaram. Chamavam a atenção para a ainda fraca formação de base dos arquitetos. Em 1901, a história de arte foi autonomizada e os estudantes passaram a ter de fazer língua portuguesa, álgebra, geometria no espaço, trigonometria, física, geometria descritiva, topografia, mecânica, resistência de materiais, mineralogia, geologia e processos de construção no Instituto Industrial (França 1996 p. 65).

A Sociedade dos Arquitetos Portugueses foi criada em 1903 num clima de crispação quanto às fronteiras entre engenharia e arquitetura. Em 1908, a Sociedade dos Arquitetos Portugueses defendia um novo modelo de ensino e considerava o ensino ministrado no Instituto Industrial tumultuário e contraditório nos seus horários, qualidade, quantidade e objetivos com os fins que deviam presidir à formação dos arquitetos.

Na mesma altura, a sociedade queixava-se do persistente favorecimento dos engenheiros pelo Estado: Segundo se afirmava no *Anuário* da sociedade a 3 de outubro de 1863, o Serviço Técnico do ministério das Obras Públicas tinha sido constituído sendo reformado em 24 de julho de 1886. Nesta última reforma o quadro comportava 130 engenheiros, 130 condutores e 60 desenhadores para apenas 7 arquitetos. Em 1892, desaparecera o lugar de arquiteto chefe. O número de engenheiros tinha-se mantido e havia agora 190 condutores e 90 desenhadores.

O favorecimento dos engenheiros de que se queixavam os arquitetos, podia-se explicar pela baixa taxa de urbanização do país e pela necessidade que tinha existido de construir as vias férreas, as estradas e de modernizar os portos. No que se refere aos organismos centrais devemos realçar a importância do ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, criado em 1852. A Intendência das Obras Públicas do distrito de Lisboa ficou a fazer parte dele. Neste ministério também existiu desde 1859 a direção geral dos Trabalhos Geográficos, Estatísticos e de Pesos e Medidas, empenhada na descrição física e económica do país, nos trabalhos de estatística e de cadastro (Branco, R M 2009 p. 343). Uma forte luta entre militares e engenheiros civis desenvolveu-se também neste setor.

Em 1864, a legislação sobre vias públicas afirmava a competência do governo para legislar, mesmo sobre as que se situavam dentro das aglomerações urbanas: ao colocá-las sob a alçada do ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria deixava-as predominantemente nas mãos dos engenheiros. No entanto, os objetivos que o governo visava reforçar eram a salubridade pública, o livre trânsito e o aspeto decorativo. O artigo 34º da lei determinava a feitura de um plano para a capital: *O Plano Geral dos Melhoramentos da Capital atendendo nele as ruas, praças, jardins e edificações existentes e à construção e abertura de novas ruas, praças, jardins e edificações com as condições de higiene, decoração, cómodo alojamento e livre transito do público* (Fino 1881 p. 164). A comissão que o fazia era constituída por um engenheiro e um arquiteto do Serviço de Obras Públicas, por um engenheiro proposto pela câmara municipal e por um vogal do Con-

selho de Saúde Pública do Reino, indicado pelo mesmo conselho.

Em 1864, estava-se em pleno *boom* de construção de estradas e caminhos de ferro. No que concerne as estradas, o papel dos engenheiros não se restringia aos estudos de traçados ainda que a construção também fizesse apelo a empreitadas. Nos caminhos de ferro, para além dos estudos de traçados, fiscalização de construção e receção dos troços construídos, era a própria intervenção financeira estatal a tornar obrigatória a criação de mecanismos de controlo nos quais a presença do engenheiro era, a vários níveis, indispensável. Por outro lado, o Estado também construiu diretamente caminhos de ferro, sobretudo após ter em 1868–69 resgatado o Caminho de Ferro de Sul e Sueste. Aí o engenheiro português tinha a sua maior responsabilidade.

Michele Merger salientou que no caso italiano, durante período de 1890–1899, em 474 engenheiros civis, 12,6% trabalharam nos caminhos de ferro, sendo a percentagem dos engenheiros industriais 11% (Merger 1998 p. 180). É interessante notar que a percentagem dos sócios portugueses da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses, fundada em 1869, que, em 1881, trabalhavam em lugares relacionados com os caminhos de ferro não está muito longe desse número.²

Em finais do século os estudos do sistema ferroviário já apontavam para poucas novas linhas a construir. Também já se tinha construído uma importante rede de estradas ainda que os dois sistemas carecessem de conectividade (Pinheiro 1986). O Estado estava falho de meios e o mercado das obras públicas já não apresentava grandes oportunidades.

Tal como aconteceu noutros países os engenheiros tinham manifestado até então uma considerável capacidade de intervenção pública. Defenderam persistentemente o controlo do Estado sobre a construção e exploração ferroviárias. Esta corrente assumiu características nacionalistas emergindo sobretudo após a crise financeira de 1866. A própria crise, com seu cortejo de dificuldades para as companhias ferroviárias privadas, ao tornar visível o poder dos seus principais acionistas sobre os mercados financeiros em que conseguiram dificultar o lançamento de empréstimos externos pelo Estado

português, teve uma grande influência na sua emergência. Após longas lutas a crise acabou por trazer para a administração pública os Caminhos de Ferro de Sul e Sueste. A persistência do retraimento dos capitais privados, motivada pelos fracos resultados da Companhia Real, obrigou a que o Estado se lançasse na construção direta dos Caminhos de Ferro do Minho e Douro.

Nos anos 80 do século XIX, chegou mesmo a ser defendido o resgate das linhas da Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses mediante o pagamento das indemnizações previstas no contrato inicial. O momento era favorável, visto a companhia ser, por muitos anos, incapaz de construir o último troço do caminho de ferro do norte (incluindo a ponte sobre o Douro). Era assim possível defender que o contrato não fora cumprido e se devia encetar um processo de resgate. Em 1883, Jaime Larcher, par do reino e membro da Associação dos Engenheiros Cívicos, escreveu um livro em que, começando por citar Proudhon, defendia que o Estado se devia tornar proprietário destas linhas logo que os caminhos de ferro produzissem o suficiente para pagar os encargos financeiros da construção (Proudhon [1845] s.d., Larcher 1883).

Este movimento culminou em 1884–85. No entanto, não se saldou no resgate da Companhia Real, deu antes origem ao golpe com que um grupo capitalista português, liderado pelo conde da Foz e por Mariano de Carvalho, se assenhoreou do conselho de administração da empresa. O episódio foi muito discutido dentro do Partido Progressista e foi fortemente contestado por alguns dos seus mais conceituados membros (Moreira 1998 p. 158, 163). Se a peripécia que se desenvolveu até à crise de 1891, é bem lusitana, já a existência de uma corrente defensora da detenção dos caminhos de ferro pelo Estado foi também muito importante em França. Gambetta liderou o movimento no início dos anos 80.

O envolvimento de engenheiros como Manuel Afonso Espargueira, não só na direção da Companhia Real e nas lutas entre acionistas que antecederam a crise de 1891, como na luta partidária, fez parte de um desencanto que desembocou numa forte desilusão em relação ao

tão apregoado progresso. O envolvimento político dos engenheiros e a sua ligação a organismos dependentes do Estado também veio a tomar um sabor amargo à medida que o sonho se dissipava e os desentendimentos e acusações de corrupção se multiplicavam. A possibilidade de corrupção eleitoral associada à construção de obras públicas como os caminhos de ferro deve entender-se sobretudo na administração direta de obras. Pelo número de trabalhadores nelas envolvidos e pelas encomendas que proporcionavam, as empreitadas ferroviárias levantavam suspeitas acrescidas, no caso que se verificou nos Caminhos de Ferro de Minho e Douro, de o engenheiro diretor ser anteriormente governador civil.

Paralelamente os arquitetos conseguiram melhorar as suas posições através da revalorização da cidade como artefacto e realçando a importância dos seus aspectos estéticos. Esta posição alicerçava-se em autores tão diversos como Ruskin e Camilo de Sitte, tendo dado origem à constituição de comissões de estética em várias cidades europeias (Ferretti 2003 p. 66–83). As competências no domínio da preservação dos monumentos históricos foram-lhes sendo atribuídas, enquanto a destruição de edifícios em nome do progresso começou a ser posta em causa. Em 1882, foi criada uma direção geral de Belas Artes e Monumentos Históricos no ministério das Obras Públicas. Em 1902, era criado o Conselho dos Monumentos Nacionais.

Segundo Ana Cardoso de Matos e Álvaro Ferreira da Silva, na câmara de Lisboa, o projeto de modernização já fora apresentado em 1863. No período imediatamente posterior a 1867, uma primeira comissão integrando ainda Pezerat como engenheiro municipal analisou o problema da construção de uma avenida para escoar o trânsito em direção a norte (Santana 1999 p. 64). A primeira manifestação de uma nova direção seria porém a nomeação, após dez anos de vacatura, de um novo engenheiro municipal, Frederico Ressano Garcia.

Os serviços da câmara municipal adaptaram-se às necessidades de expansão. Reformulados em 30 de setembro de 1892, voltaram a sê-lo em 2 de setembro de 1901. Cinco vereadores constituíam a Comissão de Obras e Melhoramentos Municipais, incluindo o presidente e os

vereadores do pelouro das obras, calçadas e canalizações. Comissão de Obras, Serviços Municipais e Repartição Técnica ocuparam-se, segundo Álvaro Ferreira da Silva, do licenciamento de obras e projetos urbanísticos. O decreto de 2 de setembro de 1891 atribuía a competência para desenvolver o plano de melhoramentos à 3ª Repartição Municipal, dirigida por Ressano Garcia.

Maiorias regeneradoras e progressistas beneficiaram do apoio dos republicanos. Minoritários, mas ativos e influentes na pessoa de Elias Garcia, os republicanos coadjuvaram com o seu apoio a implementação dos melhoramentos que deviam transformar Lisboa numa capital digna de um país europeu e destinada a ser o seu porto de embarque para o novo mundo (Silva, A F 2001 p. 39–51).

Desde 1867, ano de profunda crise financeira, os processos para edificar ou reedificar casas em Lisboa passaram a ter de se conformar com as suas disposições incluindo as regras a respeitar nas reedificações e novas construções. Um edital de julho de 1867 explicitava os documentos que os projetos de edificação e reedificação deviam comportar. Uma grande atenção era dada aos sistemas de canalização de águas e evacuação de dejetos. Em 1903, a Comissão dos Melhoramentos Sanitários passou a proceder à vistoria obrigatória. As posturas municipais integravam estes preceitos e muitas outras regras que foram incorporadas no Código de Posturas de Lisboa, de 1886 (Serra 1997 p. 102–112). Em todos estes processos os engenheiros dominavam.

Em 1895–96, a tutela do Estado sobre a ação dos municípios aumentou, sendo sobretudo sensível em matéria financeira. As dinâmicas que se desenvolviam na cidade de Lisboa eram múltiplas. Os equilíbrios que tinham presidido à gestão camarária romperam-se. As lutas agudas entre partidos monárquicos abriram o caminho ao predomínio dos republicanos numa eleição sem outros concorrentes. Após a eleição da vereação republicana em 1908, a Comissão de Melhoramentos Sanitários sentiu-se na obrigação de reafirmar em ofício a necessidade de o seu parecer continuar a ser tido em conta na aprovação de projetos e a 3ª repartição propôs uma nova regulamentação sobre construção em ruas particulares e no saguão dos prédios.

Em 1909, no seguimento de decisão do tribunal administrativo, a eleição do arquiteto Ventura Terra como vereador, até então contestada, foi aceite. Invocando doença, Ressano Garcia pediu reforma e o mesmo fez António Maria de Avelar. O *consensus* em torno da ação da 3ª repartição rompeu-se. O engenheiro chefe, demasiado conotado com os partidos monárquicos, também simbolizava o urbanismo haussmaniano que os arquitetos punham agora em causa em nome da estética e do patriotismo.

A 3 de dezembro de 1908, o vereador Filipe da Mata apresentara um ambicioso programa em que afirmava ser intenção da vereação republicana recuperar os poderes usurpados pelo governo à municipalidade. Nele figuravam entre outros temas: a vontade de assegurar o controlo sobre a estética dos edifícios; o projeto de urbanizar uma porção do parque Eduardo VII para acelerar a sua construção e fazer um pavilhão de exposições e desporto; a realização de uma planta dos melhoramentos da cidade visando impedir o que perturbasse o seu melhoramento, o embelezamento de uma cidade nas duas margens (incluindo a ponte sobre o Tejo) e a criação de um espaço florestal a norte da cidade. A melhoria das condições de higiene e de habitação incluindo a edificação de casas baratas, de uma casa do povo em cada bairro, de ginásios, de jardins, de jardins escola, de lactários, de exposições, de festas cívicas faziam parte de um ambicioso programa pedagógico. Os engenheiros perdiam influência num domínio que por aqueles anos se estava a autonomizar, o do planeamento urbano e da construção de edifícios.

O fim de século tinha trazido uma contestação dos equilíbrios que tinham presidido à modernização do país e da cidade nos quais os engenheiros tinham tido um papel determinante.

A rutura republicana: os primórdios do IST

A Revista de Obras Públicas e Minas, órgão da Associação dos Engenheiros Cíveis Portugueses, vinha dedicando há algum tempo atenção a inovações tecnológicas que tardavam a encontrar lugar na Escola Politécnica. Uma Secção de Engenharia Industrial, Máquinas e Eletricidade foi criada na Associação dos Engenheiros Cíveis nos estatutos de 1906. Nas páginas da revista defendeu-se que a direção técnica das fábricas e minas, dos trabalhos de iluminação, gás e abastecimento de águas deviam obrigatoriamente ser dirigidos por engenheiros. No Instituto Industrial, Fonseca Benevides fizera experiências em 1883–84 e o edifício ficou dispondo de iluminação elétrica em 1891 (Madureira 2005 p. 100).

Reencontrar uma epopeia narrativa do progresso implicava não só fazer reformas pedagógicas que valorizassem as componentes experimentais e práticas, assim como o alargamento dos conteúdos ministrados mas, tal com se deu no espaço político do país, cortar com o passado. Para o obter era necessário mudar a orientação do ensino, mas também negar a existência de uma verdadeira formação em engenharia na instituição que anteriormente o ministrara.

A revolução republicana permitiu terminar finalmente com o monopólio da Universidade de Coimbra, mas o novo ensino superior técnico não emergiu na Faculdade de Ciências, nem na antiga Escola Politécnica que lhe deu origem e cujo curso de engenharia civil foi extinto a 25 de maio de 1911 (Rodrigues 1999 p. 56). O decreto de 22 de março de 1911 determinou a fundação de uma universidade em Lisboa e de outra no Porto. Nelas foram criadas faculdades de ciências onde se compreenderam as ciências matemáticas, físico-químicas e histórico-naturais. A Faculdade de Ciências de Lisboa herdou o edifício da Escola Politécnica e os seus belos laboratórios (Gil & Canelhas 1987 p. 24). O corpo docente foi também integrado na Faculdade de Ciências com exceção do lente de economia política.

O decreto lei de 23 de maio de 1911, que criou o novo Instituto Superior Técnico, fê-lo nascer no Instituto Industrial de Lisboa que dividiu em duas instituições, criando também o

Instituto Superior de Comércio. As instalações e os professores eram os mesmos, apesar de uma retórica que realçava a insuficiência do ensino técnico anteriormente ministrado e o malbaratar dos recursos do Estado. Salientava-se no preâmbulo a possibilidade de contratação de docentes estrangeiros, a introdução da engenharia química e da engenharia eletrotécnica. De imediato emergiram componentes nacionalistas como a afirmação da necessidade de competir internacionalmente com o comércio de nações melhor apetrechadas que enfatizaria as carências de bons engenheiros.

No âmbito pedagógico falava-se de ensino teórico, experimental e profissional. O novo instituto tinha autonomia pedagógica e administrativa e não foi criado na dependência do ministério da Instrução Pública, mas na do Fomento. A regulamentação de 15 de julho de 1911 introduziu ainda um estágio com apresentação de um projeto e de um estudo na especialidade que seria examinado por um júri de três professores.

Formar engenheiros competentes que deviam acompanhar *a marcha de uma sociedade* em direção ao progresso era o objetivo expresso. A palavra progresso recuperou assim o sentido mágico que tivera 60 anos antes. Mas ter-se-á a realidade alterado assim tanto?

O Instituto Superior Técnico albergou nas vetustas instalações que herdou do Instituto Industrial o ensino secundário industrial. Em 16 de outubro de 1911 teve também de continuar a albergar o ensino comercial secundário e superior. Em 1948, o ministro das Obras Públicas dizia no discurso de abertura simultânea do I Congresso Nacional de Arquitetura e do II de Engenharia que poucos se lembrariam do aglomerado de barracões do Conde Barão em que no Laboratório de Física a aparelhagem tremia à passagem de um camião em São Paulo, falseando todos os ensaios. Barracões em que algumas aulas eram dadas entre parede de madeira e sob tetos de zinco (I Congresso Nacional de Arquitetura 1948 p. XXVI). Até à inauguração do novo edifício as condições de instalação do Instituto Superior Técnico foram muito in-

feriores às que podiam ter existido na Faculdade de Ciências.

Em 29 de setembro de 1915, o acesso imediato aos cursos especiais do Instituto Superior Técnico pelos diplomados dos cursos industriais do antigo Instituto Industrial, que em 1914 se transformara numa Escola de Construções, Indústria e Comércio, provocou um conflito com greve estudantil no IST. A lei foi revogada em 18 de novembro do mesmo ano continuando o acesso a ser feito através dos liceus. Em 1 de setembro de 1919, estabeleceram-se exames de admissão à primeira matrícula, cujo programa só foi publicado em 1922.

Também a ligação à antiga Escola do Exército permaneceu através da integração, decretada a 10 de setembro de 1915, no Instituto Superior Técnico, de todos os professores da classe civil

da antiga Escola do Exército que ainda não estivessem providos. As circunstâncias da Grande Guerra em que os governos republicanos envolveram o país, explicam parte dos problemas verificados na implementação do projeto inovador subjacente à constituição do Instituto Superior Técnico.

Apesar destes constrangimentos materiais e políticos, ou até devido a eles e às circunstâncias desfavoráveis, vários autores apontam para o nascimento do *Espírito da Escola* em que o domínio da técnica foi acompanhado de uma cultura profissional³. Nesta cultura a racionalização assente na planificação, no faseamento e execução das tarefas predominaram.

Para Nuno Madureira o sucesso real será visível, mas encontrará resistências já que a

*... integração, ..., no Instituto Superior Técnico, de professores de instituições anteriores. Alfredo Bensaúde é o segundo da direita.
Foto: ANTT-PT-TT-EPJS-SF-006-07308. Imagem cedida pelo ANTT*



capacidade de encontrar novos mercados de trabalho se limitará às empresas responsáveis pela inovação de produtos, técnicas e processos em expansão nesses anos, não conseguindo os engenheiros penetrar nas indústrias mais tradicionais. A novidade é o desenvolvimento do mercado de trabalho no setor privado de ponta. Alguns dos engenheiros então formados, serão eles próprios empresários visionários. Entre 1917 e 1933 verificar-se-á um retorno dos problemas de mercado só resolvidos pelos grandes programas de obras públicas e em especial pela epopeia da eletrificação.

O retorno a uma epopeia de progresso acompanhou um fechamento, ao reservar a profissão de engenheiro aos portugueses inscritos na ordem, prevista no decreto lei de 23 de setembro de 1933, mas apenas criada a 24 de novembro de 1936. Por essa altura foi finalmente inaugurado o novo Instituto Superior Técnico, no Arco do Cego. As novas instalações, no seu espírito modernamente enfático, simbolizaram o reencontro com o progresso enquanto epopeia identitária.

- 1 Lista inserida no jornal *O Eco Popular*, de 30 de novembro de 1857.
- 2 *Revista de Obras Públicas e Minas*, 1881, tomo XII. Excluí os engenheiros estrangeiros como Edmond Bartissol.
- 3 Rodrigues (1999 p. 86) e Madureira (2000 p. 2) com base no livro de Alfredo Bensaúde, 1922, *Notas histórico-pedagógicas sobre o Instituto Superior Técnico*.

(...) foi finalmente inaugurado o novo Instituto Superior Técnico, no Arco do Cego. As novas instalações, no seu espírito modernamente enfático, simbolizaram o reencontro com o progresso enquanto epopeia identitária.

Foto: Eduardo Portugal, AFCML B095519[2]



Da Boavista para o Arco do Cego

Benedicta Maria Duque Vieira

Born to be a star

Nas vésperas da criação do Instituto Superior Técnico, conta Cunha Leal que por razões económicas, terminado o liceu, optou por prosseguir estudos na Escola Politécnica de Lisboa. Esta matrícula abria-lhe as portas do curso de engenheiro militar, com formação em civil ou minas, professado na Escola do Exército. Sem vocação militar, poderia posteriormente decidir-se pelo exercício civil da profissão.

Além da independência material imediata, a escolha tinha outros atrativos. Por um lado, a Politécnica, *verdadeiro cortiço* de oficiais de engenharia, era, desde Fontes, viveiro de homens públicos da monarquia sempre em trânsito entre alta administração ou pastas ministeriais e as salas de aula dos cursos do ramo científico. Por outro, sem *bossa política*, as convicções monárquicas, supostas neste escol de oficiais de engenharia, não os tornavam intolerantes com os estudantes que eram manifestamente republicanos.

Repete, com graça, uma frase que, para lá da vaidade individual, exprimia um sentimento geral. Era atribuída a Mendes de Almeida, professor da Escola do Exército, conhecido na juventude como o *rouxinol das praias* e que dizia com orgulho, apontando para as insígnias da arma de engenharia que ostentava: *nós, que usamos na gola o símbolo da inteligência!* (Leal 1966 p. 194).

Em 1910, eram, pois, assim, os engenheiros. Um grupo prestigiado a que não faltava autoestima e sem demasiados pruridos em relação ao regime político. Vinham eles da Escola do Exército – depois de fazerem os preparatórios na Politécnica de Lisboa –, da Academia Politécnica do Porto e, os mais brilhantes e ou os mais ricos, de escolas estrangeiras, com mais frequência da *École des Ponts et Chaussées*, de Paris. Com um estatuto pouco claro, alguns,

chamados de engenheiros industriais, podiam ter-se formado nos Institutos Industrial e Comercial, de Lisboa ou do Porto.

No essencial o modelo respeitava a tradição oriunda do Antigo Regime, em que na atividade militar confluíam a melhor formação e a maior competência técnica na área da engenharia, mas renovada no pós-Revolução de setembro com a criação das escolas politécnicas, novas escolas de ensino superior de carácter científico de matriz tipicamente francesa. Também sob inspiração francesa, Passos Manuel, pela mesma altura, lançara as bases para o ensino profissional criando os Conservatórios de Artes e Ofícios em Lisboa e no Porto.

A Politécnica de Lisboa reunia, desde 1895, os preparatórios para os oficiais de qualquer arma e para a engenharia civil. A Escola do Exército, que devia formar engenheiros militares e civis, regia-se na sua estrutura pedagógica pelas disposições em vigor na Politécnica e gozava, desde 1907, da autonomia concedida às outras escolas de ensino superior (Carvalho, R 1971).

A especificidade desta escola, como a das escolas técnicas profissionais de nível médio, criadas na segunda metade do século XIX, adivinha-se na diferença dos organismos estatais de criação e de tutela relativamente à dos restantes subsistemas escolares. À educação geral, da alçada da Universidade de Coimbra ou da direção geral de Instrução do ministério do Reino, tinha-se subtraído o ensino técnico, pelouro do ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, e a Politécnica de Lisboa, uma criação de Sá da Bandeira, ministro da Guerra em 1837, que formava especialistas para a instituição militar, mas também para os diversos setores económicos.

Na hora de revolucionar o sistema de ensino português, em março de 1911, também António José de Almeida, que reorganizou todo o ensino

superior sob tutela do ministério do Interior, não interfere no ensino técnico superior. É Brito Camacho, presidente da Associação Académica de Lisboa em 1888, médico militar e pretendente ao magistério na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, jornalista de combate, chefe do grupo republicano unionista – partido que agregava, à época, o maior número de intelectuais nas áreas científica, literária e artística – e ministro do Fomento no governo provisório da república, quem, em 23 de maio de 1911, determina o desdobramento do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa em duas escolas autónomas, o Instituto Superior de Comércio e o Instituto Superior Técnico. O mesmo decreto com força de lei estabelece as bases para a organização deste último, enquanto, por falta de apetência do diretor pretendido, Basílio Teles, fica adiada, até junho de 1913, a aprovação de instrumento legal paralelo aplicável ao Instituto Superior de Comércio (Lima, F, Ribeiro, A 1942 p.74).

Esta hesitação tem antecedentes. No constitucionalismo monárquico persistira longamente a integração do ensino comercial nos estabelecimentos liceais sob alçada do ministério do Reino. Foi só em 1870, com a junção do saber técnico comercial ao industrial, que o instituto, criado por Fontes em 1852–53, ganhou a sua amplitude máxima – Instituto Industrial e Comercial de Lisboa.

A partir da década de 1880 passam a ensinar-se nele um curso superior de comércio e estudos de engenharia. E esta reforma, que manteve os graus elementares e não alterou a linha pedagógica, mas criou mais um nível escolar para o curso de comércio, colocou o IICL próximo dos estabelecimentos de ensino superior e tornou-o atrativo para estudantes, por natureza de classe, mais exigentes com a educação ministrada e com maiores expectativas profissionais (Cruz 2005).

A diversidade de níveis escolares e etários dos alunos que frequentavam a escola, acentuou o carácter *híbrido* e a *ambiguidade posicional* desta no plano das representações sociais, quer dos alunos quer dos professores (Grácio 1998 p. 32). Muitos anos volvidos, já na década de 1920 e no quadro do Instituto Superior Técnico, persistia ainda na esfera governamental a menorização social do ensino técnico que impedia o

aumento das propinas com o argumento de ser uma medida antidemocrática por se tornar *inacessível aos pobres* (Bensaúde 2003 p. 132).

Entretanto, pela reforma de 1891, conduzida por João Franco, o instituto é explicitamente referido como escola média, designação que não vingou por muito tempo. É que em breve, por iniciativa do então titular das Obras Públicas, Bernardino Machado, e pelo decreto de 12 de julho de 1898, o instituto vai enfileirar na categoria dos *estabelecimentos superiores do ensino técnico* aproximando-se da invejável posição ocupada pela Politécnica e pela Escola do Exército. Tal proximidade era já evidente na circulação dos mesmos professores, e dos seus saberes, de uma para outras escolas e, como se disse, destas para os corredores do poder. Só em 1898, e só do instituto, extasia-se o seu diretor Fonseca Benevides, cinco conselheiros que ali lecionavam foram chamados para pastas ministeriais ou para secretários de estado (Grácio 1998 p.33).

As consequências destes avanços e recuos na definição do estatuto dos institutos, derivados do asfixiante monopólio da Universidade de Coimbra sobre o sistema escolar português e bloqueador de qualquer projeto com ambição universitária, vão fazer-se sentir principalmente nos anos a seguir à institucionalização da república.

Por então, o instituto preparava fundamentalmente para o exercício de uma profissão técnica oferecendo simultaneamente a formação geral e a formação prática adequadas a uma escola de ensino médio. Tinha, assim como o do Porto, um nível muito superior ao das escolas técnicas profissionais e que se pretendia disseminar por todo o país. Nestas, professava-se um ensino de grau elementar técnico – no sistema escolar global situavam-se no nível secundário – destinado à preparação de operários ou de empregados de comércio. Acedia-se-lhes com um diploma de instrução primária e o ensino ministrado devia ser eminentemente prático.

Projetos apresentados em 1913 no Congresso da República propunham que as aulas teóricas apenas ocupassem 25% do horário letivo e que, desejavelmente, cada escola profissional se ligasse a uma fábrica que constituísse *a sua verdadeira escola de aprendizagem*¹. Com exceções assinaláveis, a tendência era, todavia, transformarem-se

em *minúsculos liceus, concorrendo assim para a ple-tora dos proletários industriais que procuram a sua vida no funcionalismo.*² No parlamento realçava-se o continuado divórcio entre o desejo e a realidade: *O Senado compreende o que sejam escolas industriais não tendo mestres, mas apenas professores? Pois nós realizamos no nosso país essa coisa monstruosa.*³ Serviam de preparatórios aos institutos que também aceitavam como habilitação de acesso o 5º ano dos liceus.

No caso do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, a origem natural dos alunos era, cerca de 1910, a Escola Preparatória de Rodrigues Sampaio ou, justamente, os liceus. O recrutamento da população escolar que se elevava ao instituto era logicamente distinto dos que se ficavam apenas com os conhecimentos complementares necessários ao perfeito desempenho de profissões modestas.

No geral o ensino técnico, sujeito ao longo dos anos a uma legislação de espírito *desconexo e vário*, onde não se descortinava facilmente uma ideia ou um plano sobre *definidos princípios sociais e pedagógicos*,⁴ dera, mesmo assim, graças a alguma conjugação de esforços de variados reformadores, os passos decisivos para o surto das modernas escolas do século XX (Marques, A H 1973 p. 49). Especialmente tornara-se indiscutível que, para a modernização do país, o sistema de instrução técnica teria de compreender e estruturar três graus de ensino (elementar técnico, médio e superior) e três tipos de escolas correspondentes às três classes trabalhadoras da indústria moderna: o operário, o mestre e o engenheiro.

Quanto à organização do ensino tecnológico oferecido pelo instituto de Lisboa, não obstante as diversas reformas e os esforços do corpo docente para o desenvolver, no final de oitocentos, *não satisfaz ainda a todas as exigências razoáveis.* Quem o escreve é Alfredo Bensaúde, último diretor do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa e primeiro do Instituto Superior Técnico, num opúsculo publicado em 1892, *Projeto de Reforma do Ensino Tecnológico para o Instituto Industrial e Comercial de Lisboa. Parecer Separado*, que desagradara à maioria dos professores que então o leram (Bensaúde 2003 p. 5).

As falhas apontadas por Bensaúde procediam de dois fatores: deficiências tradicionais,

mais ou menos comuns às diversas escolas do Estado e deficiências particulares do instituto quase sempre consequência das primeiras (Bensaúde 1922 p. 9).

No campo das deficiências particulares do instituto – estabelecimento dos cursos, designação, número e matéria das cadeiras e ordenação da sua frequência, bem como das condições das matrículas e outros pontos mais ou menos capitais – ficou vencido o voto do proponente que, por sua vez, ficou com a convicção de que o alcance da reforma, baseada no projeto elaborado pela maioria da comissão, não diferiria das reformas anteriores subsistindo *as causas principais da inferioridade do nosso ensino* (Bensaúde 1922 p. 6).

Bensaúde enganava-se em parte. A reforma de 1891 não foi apenas mais uma reforma diferenciada. Ao criar um novo curso de química industrial, a juntar ao de construções civis e obras públicas e ao de condução de máquinas, introduziu uma mudança fundamental, a da especialização de cursos, elemento curricular que irá imprimir carácter na reorganização do ensino superior de engenharia após a implantação da República.

Esta, logo em 1911, tentou e, desta vez, com sucesso, através de amplos programas disciplinares, de novos métodos e de apetrechamento moderno, contrariar os obstáculos referidos.

Carecemos de ter bons engenheiros. Este é o grito de alma do governo provisório da república no preâmbulo do decreto de 23 de maio que dá força à afirmação de Bensaúde de que o Instituto Superior Técnico foi criado com o intuito de fornecer ao país engenheiros que possuam o saber e as qualidades necessárias a que prosperem na vida profissional e contribuam para o progresso económico nacional. E logo vai dizendo que o saber é o imediatamente aplicável à indústria e que as qualidades são morais e nelas se destaca a posse de uma vontade disciplinada (Bensaúde 1922 p. 11).

Cerca de 15 anos depois, alunos da Associação dos Estudantes do instituto lançam a *Técnica Revista de Cultura Técnica e Económica*, com a intenção de proporcionar a todos *noticiário completo e detalhado* que, de outro modo, só encontrariam em caríssimas revistas estrangeiras, de

divulgar junto do público português o nome daqueles que se vão distinguindo *na vida técnica nacional* e de discutir os problemas teóricos, técnicos e económicos, do país.

Convidam Fernando de Sousa para escrever as primeiras palavras de saudação (dezembro 1925, p. 5–6). Fernando de Sousa, presidente da Associação Portuguesa dos Engenheiros Civis, decano dos engenheiros dos caminhos de ferro, jornalista e polemista, ideologicamente situado na direita católica e monárquica, ao saudar a iniciativa desta *pléiade de ardorosos rapazes*, estudiosos e de boa vontade, ala dos namorados da novel engenharia – *Ad multos annos!, Votos pela próspera e longa vida da Revista. Para lustre da engenharia portuguesa e do instituto* – confessa o seu interesse pela profunda e benéfica transformação dos estudos, reflexo da formação profissional dos engenheiros e testemunho do esmero em os preparar para os seus mesteres.

A comprová-lo faz uma retrospectiva sucinta que resume a história das escolas de engenharia portuguesas no último quarto de século.

Antes do IST – na Politécnica havia nos cursos preparatórios *a promiscuidade dos aspirantes a várias carreiras*: engenheiros civis e militares, artilheiros, oficiais do estado maior, médicos, cultores de ciência pura. Versavam as matemáticas superiores, as ciências físicas e naturais sob os mesmos aspetos de generalidade, sem especialização. O mesmo na Escola do Exército em que para os próprios engenheiros não havia diferenciação de especialidades. Havia exiguidade de trabalhos práticos e limitados *à resolução livresca de problemas de aplicação nas aulas e a missões nas férias sem orientação profícua*.

Depois no IST – novo rumo, instituindo-se um curso comum e seguindo-se especialidades ramificadas e intensos trabalhos práticos. Em contrapartida, vergonhosas condições de instalação material da principal escola técnica do país. Quanto às deficiências da preparação humanística *é suprida pela vivacidade de espírito e faculdades assimilativas, características da nossa raça*.

A contemporização com a fragilidade das humanidades no instituto é uma deferência à escola porque, logo a seguir, verbera com veemência a formação intelectual dos liceus (*luxuriante*

vegetação parasitária das ciências matemáticas, físicas, naturais. Visa-se não educar homens, mas suscitar apenas a brute polytechnique) (Sousa, Fernando 1925 p. 6).

(...) Depois no IST – novo rumo, instituindo-se um curso comum e seguindo-se especialidades ramificadas e intensos trabalhos práticos. Em contrapartida, vergonhosas condições de instalação material da principal escola técnica do país. Fotografia aérea do antigo IST.

Foto: Pinheiro Costa, AFCML A30640



A fatal insuficiência do ensino

O documento de trabalho apresentado pelo prof. Alfredo Bensaúde à comissão eleita pelo CE para a reorganização do Instituto Industrial em 1891 não teve utilidade imediata. Apenas foi aceite o considerar-se indispensável para a obtenção do diploma a obrigatoriedade de exames de final de curso dos alunos que provassem conhecimento dos conteúdos fulcrais versados e competência no uso destes, e a revogação da regra do examinando conhecer o assunto sobre que seria questionado com 24 horas de antecedência. Mesmo esta concordância não foi além da aceitação formal e só no decreto que cria o Instituto Superior Técnico, em maio de 1911, é que se revoga de vez a disposição do regulamento do IIICL que previa a tiragem do ponto.

São, pois, duas meias vitórias de sabor amargo para quem advoga que se altere a legislação geral se esta *sanciona e torna necessária e fatal a insuficiência do ensino* (Bensaúde 1892 p. 59).

Perdida, nos anos 90, a oportunidade de *reclamar das instâncias superiores* as reformas que se impunham, o então diretor do IIICL (desde dezembro de 1910), agarra-a com entusiasmo quando convidado pelo ministro do Fomento para desempenhar idêntico cargo na escola a criar pelo desdobramento do instituto.

António Maria de Avelar, o diretor do instituto em 5 de outubro de 1910, pedira pouco depois a exoneração do cargo. Ou porque não quisesse pactuar num lugar de tanta evidência com as novas instituições, ou porque não suportasse o clima académico anarquizado *acima dos limites do tolerável*, ou porque não estivesse preparado – em fim de carreira – para iniciar as reformas radicais que se anunciavam, ou porque a sua já débil saúde não o animasse a enfrentar a conjugação dos obstáculos referidos. Em requerimento submetido ao ministro do Fomento, em meados de agosto de 1911, pedia autorização para, em comissão gratuita, se deslocar ao estrangeiro em viagem de estudo e por motivo de saúde. Pretendia tratar-se nas termas de Vichy e visitar instalações ferroviárias. Anteriormente, em junho de 1910, fizera um pedido idêntico de três meses de licença.⁵ O seu falecimento verifica-se em 1912.

Ao contrário, Bensaúde é um homem de 53 anos, determinado, culto, viajado, frequentador dos meios académicos europeus, professor experimentado científica e pedagogicamente, investigador conceituado e (por atavismo) bom conhecedor do meio empresarial, que aceita com gosto o desafio para que se sente preparado. Passa a Brito Camacho as reflexões pedagógico-didáticas de 1892, que classifica como verdadeiro *primeiro esboço da organização do IST de 1911* (Bensaúde 1922 p. 92), que o respaldam e lhe dão liberdade de manobra para encetar a pequena revolução que constituiu, em apenas uma década, a transformação de *uma escola decadente e desacreditada* num dos melhores estabelecimentos de ensino do país, *segundo a opinião de nacionais e estrangeiros competentes* (Bensaúde 1922 p. 7).

Estaria à beira de cumprir-se o que vaticinara? – *Não se luta impunemente a favor da rotina contra o progresso: do excesso do mal nos virá talvez o remédio.* (Bensaúde 1892 p. 60)

Era esta a missão que lhe interessava. Não uma intervenção de maior alcance, à dimensão do país, como a que lhe fora oferecida em 1906 por João Franco, o cargo de diretor geral da Instrução Pública – que supria o ministro da pasta que não havia – e que recusara (Instituto Superior Técnico 2010 p. 68).

O que significa, em Portugal, na segunda década do século XX, ser *uma das melhores escolas* deste nível escolar?

Um crítico, muito crítico, Léon Poincard, o sociólogo francês atento à evolução social do país, sintetiza sem tolerância, dois anos depois da proclamação da república, a situação: o ensino secundário, tudo como dantes. O ensino superior, mais desorganizado do que nunca, mercê de reformas feitas à pressa e inadaptáveis ao meio, (Poincard 1912 p. 277) não lhe reconhece qualquer valor enquanto o governo não juntar uma *organização cuidadosa e conscienciosamente estudada* ao título de universidade.

Outros, mais benevolentes para com o novo regime, olhando para a obra realizada com ampla visão e que contemplava todos os níveis *desde o grau primário ao universitário, do ensino clássico ao profissional nas suas diversas modalidades,*

consideram o ano de 1911 como um ano grande na história do ensino em Portugal (Carvalho, R 2008 p. 663). Não deixam, porém, de ser também pessimistas ao refletirem sobre os resultados da nova administração no panorama geral do ensino ou, em particular, sobre o superior.

Assim,

João de Barros – *devia-se imediatamente ter pensado em traçar, com cinco ou seis leis fundamentais, o caminho a seguir para a nossa tarefa educativa* (1916);

O ensino primário não tem ligação com o ensino secundário; o ensino secundário não se combina com o ensino superior; o ensino profissional não corresponde às exigências económicas das regiões em que se exerce. É o caos (1920);

Reis Machado – *O ensino em Portugal, de uma maneira geral, constitui um crime, mais ou menos consciente; é uma calamidade pública, todo ele, desde o primário, em que inicia a sua obra, até ao superior, em que a finda.* (1918);

Celestino da Costa – *na realidade as universidades portuguesas não existem; são meras fórmulas burocráticas sem consciência clara da sua missão* (1917);

citados por Carvalho, R 2008, p. 708–709.

A velha Universidade de Coimbra sofrera profunda remodelação e perdera irremediável e definitivamente o monopólio do ensino superior universitário com a criação de duas universidades, Lisboa e Porto. A de Lisboa, com duas escolas superiores para o ensino científico e das humanidades – ciências, que herdava o edifício, o material existente e o quadro de professores da Politécnica, e letras; duas para ministrarem habilitações profissionais – medicina e agronomia; três de aplicação – farmácia, adscrita a medicina, normal superior adstrita às de ciências e letras, e uma de medicina veterinária. A do Porto, com a Politécnica transformada em faculdade de ciências, a escola médico-cirúrgica em faculdade de medicina e uma faculdade de farmácia junto a esta. Em 19 de abril, o decreto fundador definia-as como laicas, concedia-lhes autonomia económica e científica mas uniformizava a respetiva organização interna. No seu articulador anunciava que oportunamente se completaria o quadro das universidades com a criação de faculdades de ciências aplicadas ou escolas téc-

nicas, para os diferentes ramos de engenharia, comércio e indústria.⁶

Desta perspetiva, o primeiro ano da república é bem o Ano I do ensino superior, clássico e técnico, em Portugal.

Poucos anos depois, pela lei de 7 de julho de 1913, completava-se o ordenamento legal do ensino superior clássico com a integração de todas as repartições e estabelecimentos de ensino no novíssimo ministério da Instrução Pública. Punha-se assim fim à disposição que, em 11, os colocara transitoriamente sob tutela do ministério do Interior.

Naquele tempo, a Faculdade de Ciências do Porto tinha acoplada uma de Engenharia – onde continuavam a decorrer os antigos cursos ministrados na Academia Politécnica – que, em 1915, foi substituída pela Faculdade Técnica. Legalmente equiparada ao Instituto Superior Técnico foi, *de fato*, diferente pelas práticas e pela orientação distinta das respetivas tutelas. Na primeira, sempre o ministério da Instrução; no segundo, o ministério do Fomento, noutra altura o do Comércio e Comunicações e, apenas entre 1913 e 1916, por mero voluntarismo, unidas ambas as escolas no da Instrução Pública.

São principalmente estes estabelecimentos universitários os visados nos comentários dos pedagogos e professores citados, mas o confronto com o IST estabelecia-se com eles e é neste confronto que a *revolução pedagógica* da nova escola ganha relevo.

O ensino técnico, e particularmente o de engenharia, não correspondera à grande expectativa da Regeneração que apostara na promoção da técnica ao serviço da indústria e do país. Os estudos de engenharia que se faziam no Instituto Industrial e Comercial de Lisboa e nas Politécnicas eram, mais na prática do que na letra, um ensino antiquado que não acompanhara os progressos feitos no estrangeiro. Nos inícios do século XX escondiam-se as lacunas com um escol de engenheiros formados em França, na Bélgica, na Alemanha e, também, em Espanha e na Inglaterra, mas insuficientes, no regresso, para as necessidades do Estado e dos particulares.

À exceção da Alemanha, e mesmo esta só a partir da Guerra de 1870, em que uma precoce e harmoniosa ligação ciência/ técnica – dentro ou fora do quadro universitário – lhe valera o lugar

de maior potência económica, o nível de desenvolvimento alcançado na área do ensino superior de carácter técnico pelos outros estados europeus não era tão desencorajante para o país que paralisasse a sua capacidade de iniciativa.

Na viragem do século XIX para o XX, políticos portugueses tinham o sonho de imitar a Alemanha onde o ensino técnico e profissional dera um contributo tão poderoso para o seu engrandecimento económico. Nas palavras de Hintze Ribeiro *Portugal deve fazer outro tanto*.⁷

E os académicos que tinham assistido ou tomado parte nesse processo – Bensaúde esteve lá, de 1874 a 1882 – entusiasmavam-se: entre *os outros* e Portugal não havia ainda um abismo intransponível, nem temporal nem de resultados, e um esforço de modernização, tentado sem demora, ainda poderia aproximá-los (Bensaúde 1922 p. 6.)

A Alemanha era, e a Bélgica também, um exemplo exigente mas motivador.

Bensaúde, a quem aos 16 anos o conselho de Antero de Quental, o amigo de seu pai, tão próximo que na hora trágica da sua morte era justamente hóspede de José Bensaúde na casa de Ponta Delgada, fizera pender para a Alemanha o projeto antigo de proporcionar educação aos filhos nos grandes centros de cultura (Bensaúde 1936 p. 193). Eventualmente, também para os subtrair a constrangimentos de carácter religioso num país em que a religião do Estado é a católica, apostólica romana, ou, cumulativamente, para lhes proporcionar uma educação na confissão judaica que seria muito mais limitada em Portugal.

Além, Alfredo, verificara por observação direta as razões de preferência aduzidas por Antero em cartas de 1871. Este, que desdenha da educação praticada nos colégios franceses, ingleses e americanos mas salienta as garantias oferecidas pelos da Suíça, (Quental 2009 p. 227 e 229) argumenta que *os métodos alemães têm outra profundidade e é por excelência a Alemanha o país da pedagogia. Além disso tanto em ciência como em moralidade são superiores a tudo, e combinam a instrução teórica com a prática da maneira mais acertada*. Mas, também por experiência própria, o estudante constatara, e tirara a lição, que a frequência inicial de uma escola judaica alemã, quase tão má como as de S. Miguel, não

constituía obstáculo a uma rápida e bem conseguida recuperação desde que houvesse investimento forte nos preparatórios das escolas técnicas superiores (Ibidem p. 227; Bensaúde 1936).

A França, especializara-se na formação de elites de grande qualidade em tarefas de produção e de administração técnica e económica, mas falhava na medíocre preparação dos seus alunos nos domínios da criação intelectual, científica e técnica (Prost 1968 p. 302). A Inglaterra, tentava, em 1907, com a criação governamental do Imperial College of Science and Technology, em Londres, recuperar a primazia perdida. O Imperial College, uma experiência inovadora que congregava três escolas já existentes, o Royal College of Chemistry (1845), a Royal School of Mines (1851) e o City and Guilds Technical College (1885), com identidades próprias mas que ao tempo não se mostravam suficientemente competitivas (Gay 2007 p. 14).

Refletindo sobre a diferente formação escolar dos engenheiros naqueles dois países, Vicente Ferreira, um dos pais fundadores do IST, convidado a proferir uma conferência na inauguração da exposição de trabalhos de alunos, em 1943, concluía que os dois tipos de engenheiros tenderam a fundir-se num tipo único que é o do engenheiro ideal e que para isso contribuíra sobretudo a supremacia industrial e a influência técnica alemã. Ali se dera a associação, no valor atribuído à experiência, no laboratório e na oficina, a par da ciência pura como processo de criar e aperfeiçoar as técnicas.

E concluía, *nesta investigação experimental reside a essência do método de formação do engenheiro moderno. Portugal aceitou a lição e começou a aplicá-la em 1911, quando fundou o IST* (Ferreira, V 1944 p. 617).

Esta mesma confiança na excelência do ensino técnico alemão leva a que o projeto de lei que, no final de 1914, fixou o nível dos estabelecimentos escolares portugueses – a formação média nos Institutos Industriais de Lisboa e Porto e a formação dos *engenheiros de diploma* no IST e nas faculdades técnicas, a criar nas universidades dos mesmos locais – determine que as bolsas de estudo no estrangeiro sejam aproveitadas pelos titulares para a frequência de cursos na Alemanha ou na Bélgica.

Esta tentativa de convergência com os melhores vai refletir-se, ao longo da história do IST, no escrúpulo que perpassa no reconhecimento de equivalências com formações dadas no estrangeiro. Primeiro, mais antigo, nas atas do CE, o rigor na análise dos pedidos para solucionar situações individuais; mais tarde, no trabalho consciencioso e demorado para definir as escolas estrangeiras de engenharia consideradas equivalentes às escolas superiores portuguesas, o IST e a Faculdade de Engenharia do Porto, que, neste caso, nada devem à modéstia.⁸ O processo só se encerra com legislação de finais de 1928, quando todas as formalidades das condições do registo dos respetivos diplomas estão oficializadas.

Mas há um agir no interior. No país, políticos e intelectuais que professavam a fé do progresso da civilização, da ciência e da técnica esperavam que o ensino público fosse o modelador de uma sociedade em progresso, *a pedra mais firme lançada nos caboucos da sociedade nova*, como escrevem no preâmbulo do decreto de 23-05-1911 que estabeleceu as bases para a organização do Instituto Superior Técnico. Uma atitude voluntarista e uma *solicitude inteligente* que teria faltado ao regime monárquico, colmatariam o ferrete do analfabetismo generalizado e a insuficiência do ensino técnico. Mesmo o ónus financeiro, implícito à ambição do projeto republicano, teria de ser sopesado com o que estava em causa: resistir a um dos nossos piores males (o desaproveitar muitas das fontes de riqueza e malbaratar a maior parte da riqueza produzida por falta de suporte técnico-científico) e remediá-lo na medida do possível (investindo no ensino técnico-industrial, uma despesa altamente reprodutiva).⁹

Portugal, o IST, joga agora os seus trunfos: o do tempo de todas as audácias (1910), o das vistas largas de Alfredo Bensaúde assestadas ao modelo educativo europeu hegemónico.

Em Lisboa, a revolução provocara um *verdadeiro estado de embriaguez. Indivíduos que não se*

conheciam felicitavam-se e abraçavam-se em plena rua. Cada um trazia na alma um sonho de mil venturas para si, para os seus mais próximos, para toda a gente, que a república ia converter imediatamente em realidades. Pessoas desavindas reconciliavam-se; a luta de classes desaparecia; e maltrapilhos de espingarda em punho guardavam à porta das casas bancárias os haveres dos ricos. (Lima e Ribeiro 1942 p. 62).

Na circunstância, Bensaúde tinha o perfil desejável para tornar realidade aquele desígnio nacional.

É de perto, analisando as disposições legais e os agentes que lhes deram corpo, que seguiremos o percurso da escola que quatro anos após a sua fundação *já gozava de considerável prestígio* (Grácio 1998 p. 41) e que, em apenas meia dúzia de anos, se tornara *a demonstração plena de como é possível, mesmo em Portugal, fazer em pouco tempo, uma intensa revolução pedagógica*.¹⁰ Este sucesso rápido, acompanhado de evidente auto-suficiência e auto-confiança, geraram em torno do IST uma grande expectativa, traduzida no aumento exponencial de alunos, mas também, em alguns círculos, hostilidade e má vontade (Bensaúde 1922 p. 78). Décio Thadeu escreve na *Técnica*, em 1958, que as normas que iriam reger a nova escola *causaram escândalo e provocaram forte reação, que ainda hoje se faz sentir* (Thadeu, outubro de 1958 p. 58).

O cronista principal deste percurso inicial é novamente Alfredo Bensaúde que dele deixou um testemunho expressivo. Já referidas várias vezes, as *Notas Histórico-Pedagógicas sobre o Instituto Superior Técnico*, publicadas em 1922, pretendem registar o pensamento pedagógico do autor e, numa segunda parte, apresentar o relatório de atividades e de contas do tempo em que foi seu diretor. Isto é, a história do IST, entre 1911 e 1922, justificada e vista pelos olhos do herói.

Ontem era um mal e hoje é um perigo

Em maio de 1911, Brito Camacho e Alfredo Bensaúde tinham-se facilmente concertado. Ambos tinham frequentado escolas no estrangeiro e o primeiro lera o que o segundo escrevera, em 1892, e que continuava a subscrever na hora em que, convidado para diretor, condicionara a resposta à aceitação pelo ministro do Fomento das ideias expressas no Projeto de reforma do ensino tecnológico. A 23 desse mês, um decreto com força de lei, assinado pelo governo provisório da república, dividia o Instituto Industrial e Comercial de Lisboa em duas escolas superiores autónomas – de Comércio uma, Técnica a outra – e estabelecia as bases para a organização desta última, agora designada de Instituto Superior Técnico.

Em 14 de julho, promulgava-se um mais extenso de regulamentação, emanado da secretaria geral do ministério do Fomento. Recorrendo à expressão cunhada por Charles Lepierre de que, entre nós, *muito se ensina e muito pouco se aprende*, denuncia o descabro dos diversos graus do ensino técnico e industrial responsável pelo atraso de Portugal num ciclo civilizacional a que pode chamar-se de industrial e caracterizar-se pela agressividade dos mercados. Assim, este atraso do país e do ensino se *ontem era um mal hoje é um perigo*;¹¹ intervir neste é salvar aquele.

O instituto, classificado como estabelecimento de ensino superior com autonomia pedagógica e administrativa, visava ministrar aos seus alunos uma instrução desenvolvida e adaptada às necessidades da técnica e da indústria nacionais.

De forma expressa, temos, pois, um meio e um fim: finalidade da criação do IST, apetrechar o país com a escola técnica e industrial de nível superior necessária ao desenvolvimento nacional; via escolhida para atingir o objetivo, dotar a escola da autonomia conveniente.

Na tradição portuguesa, a universidade, agrupamento de faculdades, gozava de prerrogativas e benesses várias, como foro privado, polícia própria, diretoria geral do ensino, rendimentos retirados à fazenda nacional, patronagem da família real, etc., mas a dependência de cada escola era profunda sob a pressão centralizadora do Estatuto Universitário. No final da monarquia era claro o inconveniente do *status quo*. A ditadura

franquista, *considerando que a instrução é o serviço público que mais cuidados e sacrifícios merece* vai lançar uma reforma geral dos serviços do ensino (decreto de 19 de agosto de 1907, esquecido na sequência do regicídio) apontando para quatro prioridades sendo uma delas a da instituição da autonomia dos estabelecimentos de ensino superior dependentes do ministério do Reino (Carvalho, R 2008. p. 649). A questão da autonomia estava, portanto, na ordem do dia e a República vai conceder, pelo decreto de 19 de abril de 1911, autonomia científica e económica *sob a dependência e inspeção do ministro do Interior* às universidades que criara.

O encomiástico preâmbulo do decreto de 6 de julho de 1918¹², que aprova o novo Estatuto Universitário, considera que o princípio de autonomia dos institutos de instrução superior consignado em 1907, recebeu tal incremento com a Constituição Universitária de 1911 *que bem pode dizer-se que só então os estabelecimentos de ensino superior, que constituem as três universidades portuguesas, puderam progredir, desenvolver-se, dar enfim satisfação às mais urgentes necessidades do ensino*.

À universidade, porque *só a universidade é competente para governar o respetivo ensino*. É ela que delibera sobre a organização do quadro de estudos e que é responsável perante o governo, num processo hierarquizado em que o professor desenvolve o ensino que lhe foi confiado e responde perante a faculdade *respetiva* e em que as faculdades organizam o programa geral dos estudos, dentro do seu quadro, e são responsáveis perante a universidade. A linha é sempre: universidades, sob dependência e direção estatal mas com um governo autónomo e faculdades e escolas a estas subordinadas mas também com um governo autónomo.

Mesmo estas competências das novas universidades ficaram limitadas, à nascença, quando ainda dependiam do ministério do Interior que exercia a tutela por intermédio da direção geral da Instrução Secundária, Superior e Especial. No articulado do decreto o *diretor geral tem funções de fiscalização económica, administrativa e pedagógica. Cumpre-lhe visitar, periodicamente, as universidades, para se inteirar da sua situação*

*financeira, necessidades do ensino e observância das leis do Estado e tem direito a assistir às reuniões do Senado e da Assembleia Geral dos professores, sem voto deliberativo.*¹³

É uma condição bem diferente da autonomia pedagógica e administrativa de que goza o IST cujo diretor, nomeado pelo governo, e escolhido entre os professores ordinários, ou seja, os detentores de uma cátedra, era diretamente responsável perante o ministro do Fomento. No instituto representava o poder central, no ministério representava o CE (Bensaúde 1922 p. 106).

A direção pedagógica pertencia exclusivamente ao CE, composto por professores ordinários, que tinham voto deliberativo, e por professores extraordinários, com atribuições consultivas. Os docentes com cargos temporários não tinham assento neste órgão.

O instituto, através de uma comissão administrativa, geria autonomamente quaisquer bens e rendimentos que lhe fossem destinados.

Principalmente, por detrás de todo o articulado estava a cláusula acordada com o ministro: dotar a escola com a autonomia suficiente para que esta, escolhendo o seu próprio pessoal, não pudesse servir de albergue a protegidos políticos e estivesse ao abrigo da influência entorpecedora das repartições do Estado e, também, para que a responsabilidade do seu futuro pesasse exclusivamente sobre o corpo docente (Bensaúde 1922 p. 95).

Neste detalhe diferenciador se jogou o futuro do Instituto Superior Técnico. Não é na originalidade das ideias pedagógicas, dos métodos a empregar, dos recursos humanos e materiais a captar, da urgência de uma escola de altos estudos técnicos e industriais, mas na decisão de confiar à própria escola o seu destino e de colocar à frente desta a pessoa determinada a cumprir, sem quebras, o compromisso que assumia e a responsabilidade que detinha. Dito de outra maneira, fundar uma organização e fazer germinar nela um espírito e uma disciplina identitários.

A autonomia era, porém, uma concessão muito precária. Tratava-se mais de ser capaz de resistir num combate latente travado com a administração (a *engrenagem burocrática* que não desculpava a independência do novo

instituto relativamente aos organismos do Estado e aos influentes políticos) e a *irresistível ânsia reformadora* dos governantes que, se canalizada para uma única escola por cada um dos sucessivos ministros da instrução, teria assegurado a regeneração completa da instrução pública portuguesa (Bensaúde 1922 p. 106, 77 e 94). Neste embate, a vitória dependia da coesão do binómio, estatuto autonómico da escola e firmeza da direção.

A primeira ameaça veio com a reorganização, em 1913, do organograma governamental. O instituto saiu da tutela do Fomento para a do ministério da Instrução Pública então criado, segundo alguns parlamentares, precipitadamente e sem a necessária ponderação¹⁴. O novo ministério viria fatalmente colidir com os estabelecimentos incorporados na área económica.

Para começar, em janeiro de 1914, o ministro Sousa Júnior tentou cercar-lhe a autonomia escudando-se na portaria nº 43, de 26 de agosto de 1913, que permitia ao executivo nomear os empregados civis e militares para todos os cargos. Esta portaria centralizadora, quando aplicada ao ensino, vinha contrariar disposições de decretos em vigor. Entre eles o que dava competência ao diretor do IST para a nomeação e demissão do pessoal docente, auxiliar e administrativo, mediante proposta favorável do CE ou das respetivas comissões escolares.

No Congresso da República o ministro, atacado por ter recorrido a uma portaria e não ter trazido o caso à apreciação do legislativo, justificou-se com o fato de o parlamento estar encerrado e do diretor do IST encarar o caso *de modo diferente do seu*. A publicação da portaria provocou acesa interpelação, que acaba em demissão, do deputado D. Luís de Castro, conde de Nova Goa, ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria no período da monarquia e professor do Instituto Superior de Agronomia.¹⁵ Um dos argumentos usados para contestar a interferência governamental remetia para a ética política republicana que devia obediência a princípios verdadeiramente democráticos e que estes exigiam a máxima descentralização; tinham sido leis democráticas, leis liberais, as que tinham criado o IST e dado ao diretor prerrogativas sobre a nomeação de pessoal.

Para o IST, se o caso em presença era de alcance limitado, a aplicação da portaria tornava-se importante pelo princípio de autonomia que violava. Foi apenas um alarme de menores consequências do que um outro, em 1916, que teve plena execução. Então, o Congresso decretou, e o presidente da República, Bernardino Machado, promulgou¹⁶ uma lei, *ad hominem*, promovendo um primeiro assistente de química do IST a chefe de laboratório das cadeiras de química geral e inorgânica. Esta nomeação para um lugar de auxiliar de ensino que não vinha proposto pelo CE, infringindo a lei orgânica do instituto, foi denunciada como uma suspensão momentânea da autonomia da escola.

Mas, àquele primeiro alerta de janeiro, sucederam-se logo – 1914 é um *annus horribilis* para o IST – e em anos próximos, *situações perigosas em que o instituto se encontrou, e das quais conseguiu com esforço escapar mais ou menos indemne* (Bensaúde 1922 p. 78).

Sucede que, em abril¹⁷, o ministério da Instrução Pública, na altura titulado por Sobral Cid, criou centralmente o Conselho de Ensino Industrial e Comercial, a funcionar junto da Repartição Industrial e Comercial do ministério. Vinha substituir a Secção do Ensino Industrial e Comercial do Antigo Conselho Superior do Comércio e Indústria e, por lei, superintenderia também aos dois institutos autónomos, o Superior Técnico e o Superior de Comércio. Na sua composição entravam um comerciante e um industrial representantes das respetivas associações económicas, os diretores e um professor de cada um dos institutos superiores – se necessário, podia temporariamente agregar-se-lhes um outro, vindo de qualquer escola, da especialidade requerida – mas a maioria eram docentes do ensino médio e técnicos da administração pública. A presidência pertencia ao ministro e, na sua ausência, ao chefe da repartição.

Foi precisa uma luta desgastante para devolver o poder diretivo aos conselhos escolares, o que acabou por acontecer ao tornar-se facultativa e voluntária a apresentação, para apreciação pelo órgão do ministério, dos assuntos específicos das duas escolas¹⁸.

Logo no mês seguinte¹⁹, o ministério da Instrução, necessitado de reduzir despesas no ensino superior e sem atender à liberdade de seleção

e organização de matérias a lecionar, inerente aos cursos universitários, projetou suprimir cadeiras com idênticas denominações e concentrar os alunos de cada disciplina na única escola em que se determinasse fosse ministrada. A extrema volatilidade dos governos na Primeira República salvou, desta vez, a autonomia do IST.

Depois, no ano letivo de 1915–1916, as questões agravaram-se contagiando os estudantes.²⁰ Para o diretor e o corpo docente, representado pelo CE, o problema levantado pela permissão de frequência dos cursos especiais do IST aos alunos do ensino técnico secundário do antigo IICL e aos da Escola de Construções, Indústria e Comércio (escola de ensino médio que o substituíra e se destinava a habilitar técnicos industriais e comerciais, auxiliares de engenheiros e chefes de indústria²¹) ultrapassava o debate da autonomia e implicava a própria sobrevivência da escola e mesmo a de um ensino qualificado da engenharia em Portugal.

Estão em causa o reconhecimento da superioridade do ensino ministrado no IST, a manutenção do *status* dos docentes e dos discentes e a continuidade da excelência da escola. Na ocasião o instituto conta com a solidariedade das faculdades de Ciências, da Associação dos Engenheiros Cívicos Portugueses e com a participação dos estudantes que lutam pela valorização pública dos seus diplomas. A arma que usam, a greve alargada às três academias, vai condicionar o desfecho do conflito.

Mas esta não era a primeira tentativa governamental de facilitar a equivalência entre os cursos e de equiparar as escolas congêneres existentes. Sucedera o mesmo com os alunos da antiga Escola Militar – no regime republicano – na Ditadura Militar, com a Escola do Exército. Aliás, dada a anterior proximidade, inclusivamente do pessoal docente, é frequente ambas as escolas terem de resolver situações que envolvem as duas tutelas e de concertar-se entre si. São os professores de engenharia da classe civil que por lei de 10-9-1915 (lei nº 419) são colocados no IST, são as disputas por um título de engenheiro dos oficiais de artilharia diplomados,²² são as diversas disposições sobre o curso de engenheiros maquinistas navais, para não citar questões circunstancialmente associadas, como a dos alunos

sujeitos às mobilizações decretadas por ocasião da Grande Guerra ou das revoluções endémicas do período (decreto nº 2372 de 5 de maio de 1916 e portaria nº 1925 de 29 de julho de 1919).

Mais séria e persistentemente, uma outra ameaça pairava sobre a independência do IST – a da incorporação na Universidade de Lisboa. Com uma organização de escola superior especial, gizada mais à imagem das *Grandes Écoles* francesas ou das *Technische Hochschulen* alemãs, colidia inevitavelmente com os princípios gerais e os sonhos uniformizadores da administração e dos governos.

Na definição inserta no decreto já referido, de 6 de julho de 1918 – que possibilita que outros estabelecimentos de ensino superior se possam incorporar nela²³ – universidade são os estabelecimentos públicos de ensino superior, relacionados entre si de forma a constituir centros de ensino profissional, de investigação científica e de difusão de alta cultura. Justamente, o IST recusa uma incorporação artificial e, talvez, destruidora, sem primeiro percorrer o seu próprio caminho solitário, o único processo de uma escola nova *criar tradições novas* (Bensaúde 1922 p. 86), mas também por uma razão substancial, a de ser diferente *a missão* de cada um.

A missão da universidade, neste caso, das faculdades de ciências, é ensinar ciência e promover a investigação científica; a missão do IST é ensinar técnica e criar especialistas da técnica industrial.

Tanto os problemas da unificação dos cursos universitários e da integração do IST na universidade como o da atribuição do título de engenheiro tocam no ponto delicado da autonomia do instituto.

No geral, e como se verá, serão assumidos, às vezes protagonizados, pelos estudantes. Os primeiros, infletem de linha com a criação da Universidade Técnica de Lisboa, com estatutos aprovados em 1930²⁴; o segundo, experimenta uma acalmia com a publicação do decreto de 29 de julho de 1926, em resposta às reclamações académicas, que estabelece a lista completa dos cursos ministrados em Portugal com direito ao título e, dez anos mais tarde, com o estabelecimento da Ordem dos Engenheiros que o toma à sua guarda. Na especialidade, remetem para as prerrogativas do Técnico que se identificam

com as atribuições e competências do diretor. O preceito da autonomia do IST tinha a sua tradução prática no despacho directo com o ministro da tutela, com a autoridade de, juntamente com o CE, escolher, contratar e exonerar, com critérios próprios prescritos, o pessoal docente ou administrativo, nacional e estrangeiro e até seleccionar um substituto em caso de impedimento; delinear o plano curricular e a forma de o operacionalizar, bem como definir os métodos do ensino / aprendizagem; estabelecer as condições de trabalho dos estudantes, da admissão, às aulas, às faltas, aos tirocínios, aos exames finais, à atribuição dos diplomas.

O IST recebeu, além dos edifícios e terrenos anexos do IICL, igualmente pelo decreto de criação, o (pouco) material pedagógico e documental pertença do IICL (Bensaúde 1922 p 111).

Esta herança de material e documentação consistia no arquivo de secretaria, nas bibliotecas especializadas sob direção e conservação do bibliotecário, nos laboratórios (dirigidos, em regra, pelos professores das *respetivas* cadeiras) – que se pretendia viessem a ser de física, química, química analítica e química tecnológica, química física e radioatividade, mineralogia, docimasia, mecânica e eletrotécnica – nas oficinas (com seus chefes de trabalhos práticos e mestres de oficinas) – de instrumentos de precisão, de eletrotécnica, de serralharia e de carpintaria. Portanto, instalações adequadas a um ensino que se definia como teórico, experimental e profissional.

Havia ainda duas repartições consideradas anexas ao IST, a Comissão dos Trabalhos Geológicos e o Laboratório de Ensaios de Resistência de Materiais, e uma Oficina de Instrumentos de Precisão.

A oficina, com estatuto próprio, fazia parte do instituto e assim vai permanecer sendo na década de 30, quando se funda a Universidade Técnica de Lisboa, também integrada nesta. Era a comissão administrativa que requisitava mensalmente ao ministério do Fomento a dotação independente que lhe estava consignada. A sua organização foi, em 1911, motivo de dúvidas e negociação com a repartição de contabilidade do ministério, numa altura em que a oficina já estava muito decadente por lhe terem faltado

as encomendas dos aparelhos de telegrafia que fornecia à Administração Geral dos Correios. Tinha tido os seus momentos de glória quando, anexa ao extinto IICL, formava os melhores operários da especialidade e possuía máquinas ferramentas, então novas e modernas, que apoiavam a excelência do trabalho de mestres distintíssimos.

Mesmo diminuída na sua atividade, a Oficina de Instrumentos de Precisão mereceu investimento, antes e agora, no seu apetrechamento. Assim, como exemplo, os pedidos do recém criado IST (9 de agosto e 26 de novembro de 1911) para desalfandegar, com isenção de direitos, caixas de material telegráfico e telefónico encomendado anteriormente. Continuou também a gerar receitas para o IST, provenientes da venda de instrumentos e de consertos de aparelhos, e o instituto orgulhava-se de ainda ter o melhor centro de instrumentos de precisão. Não descartava a substituição das velhas máquinas por novas que permitiriam estabelecer processos de trabalho que reduzissem a mão de obra. Um investimento projetado no médio prazo, que Bensaúde estima em 50000 escudos, seria rapidamente compensado com trabalhos cobrados a clientes (Bensaúde 1922 p. 130–131).

Também fazia parte do equipamento transferido uma pequena instalação elétrica que, em 1912, o ministério do Fomento pretendeu incrementar com uns acumuladores que permitissem a iluminação a eletricidade de todo o edifício. Com autorização do Congresso da República, uma verba modesta, bem menor do que a exigida para a reparação da velha canalização de gás que o servia, seria ainda possível ao instituto a organização dos laboratórios de eletricidade e a aquisição de máquinas para o ensino de mecânica e eletrotécnica aplicada.²⁵ Bensaúde refere-se a este recurso dizendo, em 1922, que existia no IST um velho motor de explosão de uns 25 cavalos, com 30 anos de serviço, e que ia servindo para carregar a bateria que fornecia a iluminação elétrica e a energia às oficinas, de instrumentos de precisão, de carpintaria e de serralharia (Bensaúde 1922 p. 130).

A nova escola recebeu também o catálogo com o inventário do material existente nos laboratórios e oficinas. Aí se devia ministrar o ensino experimental e profissional complementar

J CARPINTARIA MECHANICA PORTUGUEZA — E. A. da Silva Soares
64, Rua Alexandre Herculano (ao Rato), Telephone 64

NUMERO	NOMES	MORADAS
1319	Inspecção Geral de Fazenda e Ultramar	Praça do Commercio.
326	Inspecção Geral dos Telegraphos (Gabinete dos Engenheiros de Serviço)	Idem.
987	Inspecção da 1.ª Circumscripção Escalada	Rua Ivens, 47, 2.ª
2030	Inspecção Geral dos Serviços Technicos da Alfândega	Terreiro do Trigo.
1023	e Pombal Militar de Lisboa	Estrada da Penha de França.
503	Instituto de Agronomia	Rua do Instituto Agrícola.
3103	Instituto de Agronomia e Veterinaria	Rua do Instituto Industrial.
774	Instituto Bacteriologico Camara Pastan	Campo de Sant'Anna.
456	Instituto Central de Hygiene	Rua da Cruz de Santa Apolonia, 25, 1.ª
627	Instituto Industrial	Rua da Boa Vista, 79 a 83.
2301	Instituto de Optalmologia	Travessa Larga, 8.
153	Instituto Pasteur de Lisboa	Rua Nova do Almada, 69, 1.ª
2361	Instituto de Soccorros a Naufragos	Praça do Commercio.
1438	Instituto Virgilio Machado (Dr. Virgilio Machado)	Rua da Alfândega, 57, e Rua do Instituto Virgilio Machado, 12.
1498	Institut W. Schimmelpfeng	Rua de Santa Justa, 95, 2.ª
3444	Irish Dominican Convent	Rua do Bom Sucesso.
2830	Ivo, A. Costa	Rua da Quintinha, 51.
579	Ivo, Antonio da Costa	Rua Augusta, 24.
2368	Jacinto, Miguel	Rua Marques da Silva, 4, D.
2984	Jacinto Soares da Silva Pereira & C.ª (Successores de Isidoro Soares da Silva Pereira & C.ª)	Rua da Boa Vista, 69.
1821	Jacinto Gonçalves	Rua da Praça da Figueira, 43.
1778	Jacob, Dr. João dos Santos	Praça do Marquez de Pombal, rez-do-chão, dir.
318	Jansen & C.ª, J. H.	Rua do Alecrim, 30.
3343	Jardim, Vasco Anjos	Rua de Garret, 29 a 47.
1020	Jayne Salazar de Souza, Dr.	Rua Barbosa da Bocage, 18, 7.ª c. 1.ª, D.
Mont'Estoril 32	Jayne, R. Garland	Monte Palmella — Mont'Estoril.
534	Jerosch, Carl (Herold)	Largo do Rivas, 8.
Mont'Estoril 31	Jerosch, George (Herold)	Chalet Vista Longa — Avenida S. bova — Mont'Estoril.
3428	Jesuno, Antonio Pereira	Rua S. Vicente 4 Guia, 36, 2.ª, dir.
1341	Joalheria do Chão, de Pinto & C.ª & Comm.ª	Rua Garrett, 50 e 52.
2517	Jordim, Francisco da Silva	Rua do Arco do Bandeira, 92, 2.ª
205	Jorge, Dr. Ricardo (Medico Inspector Geral dos Serviços Sanitarios)	Rua da Cruz de Santa Apolonia,

PERFUMARIA ROSA D'OURO — RUA DO OURO, 281 — Telephone 26

O IST na lista telefónica de Lisboa. Anos 1920 e 1927.

CARPINTARIA MECHANICA PORTUGUEZA — E. A. DA SILVA SOARES
64, Rua Alexandre Herculano (ao Rato), Telephone: N. 644

NUMERO	NOMES	MORADAS
Bemfica 66	Instituto Profissional dos Pupilos do Exercito	Estrada de Bemfica, 378.
Bemfica 129	Instituto Profissional dos Pupilos do Exercito de Terra e Mar	Largo de S. Domingos de Bemfica.
Nave 2120	Instituto de Reeducação dos Mutilados da Guerra	Arroyos.
Central 3437	Instituto de Seguros Sociaes Obligatorios (Direcção dos Serviços de Inspecção, Estatistica e Cadastro da Assistencia)	Edifício do Ministerio do Interior.
Central 2361	Instituto de Soccorros a Naufragos	Praça do Commercio.
Central 5260	Instituto Superior de Agronomia	Tapada da Ajuda.
Central 5262	Instituto Superior do Commercio	Rua do Quelhas, 6-A.
Central 2109	Instituto Superior do Comercio (Residencia do Director)	Travessa do Pinheiro, 4 Estrela, 9, rez-do-chão.
Central 5193	Instituto Superior do Comercio (Residencia do Secretario Guarda-livros)	Rua S. Francisco de Paula, 65, 1.ª
Central 5288	Instituto Superior do Comercio e Museu Commercial	Rua Miguel Lupi, 11.
Central 627	Instituto Superior Técnico (Secretaria)	Rua da Boa Vista, 79.
Central 1254	Instituto Superior Técnico (Porteiro)	Idem.
Carreavilhos 46	Internato Infantil Dr. Alfonso Costas	Paredo (Edifício do Asylo Almirante Reis).
Central 3856	Invenivel Limitada, A.	Rua de Prata, 93, 1.ª, esq.
Bemfica 42	Irish Dominican Convent	Rua Bartholomeu Dias.
Central 2304	Isaac, Lino & C.ª, L.ª (Escriptorio)	Rua da Hora Secca, 9, 1.ª
Central 3788	Isaac, Lino & C.ª, L.ª (Armaçens)	Praça Luiz de Camões, 23 e 24.
Central 4238	Isasca, Augusto (Tailleur pour Dames)	Rua do Carmo, 35, 1.ª
Nave 601	Ismel, Abraham D.	Avenida da Liberdade, 175, 2.ª
Nave 1697	Isidro, D. Isaura	Rua Andrade Corvo, N. D., 4.ª
Central 2830	Ivo, Antonio da Costa (Residencia)	Rua da Quintinha, 51.
Central 579	Ivo, Antonio da Costa (Escriptorio)	Rua Augusta, 24.

CENTRAL 1220 Remington
A MAQUINA D'ESCREVER VISIVEL
Rua Nova do Almada, 109 — LISBOA

TRENS D'ALUGUER — Alfredo Carlos da Silva — Seda: Rua da Palma, 209 — TELEPHONE: C. 1918

do ensino teórico embora, na realidade, a opinião sobre a qualidade destes departamentos fundamentais não fosse muito favorável. Nos anos 90, Bensaúde é perentório: exercícios nos laboratórios e oficinas ... *até hoje deficientes ou nulos* (1892 p. 23). Mesmo assim, laboratórios e oficinas eram uma fonte de receita para o instituto e traziam algum prestígio por executarem trabalhos para entidades públicas ou particulares. Por exemplo, os laboratórios de física, de análise química, docimasia, metalurgia, eletrotécnia, química física e radioatividade tinham a obrigatoriedade de servirem como estações oficiais em determinadas operações exteriores ao IST. É com base nesses protocolos, chame-se-lhe assim, que bem mais tarde, o arqueólogo Afonso do Paço é autorizado a pedir ao instituto exames de validação a peças encontradas em escavações em estações arqueológicas nacionais.

No geral, quanto aos laboratórios, no consulado de Bensaúde os progressos teriam sido pouco significativos, levando Duarte Pacheco, já na década de 20, a insistir no CE na necessidade de resolver este problema. Os laboratórios, à exceção do de química, eram tão pobres de recursos que o seu funcionamento só podia ser deficientíssimo.²⁶

Já antes da Guerra, se tinha querido construir um laboratório de máquinas que tornasse exequível o curso de engenharia mecânica. O edifício levantou-se, mas as encomendas das máquinas que o vinham apetrechar, e que seriam pagas com receitas graduais do IST, não chegaram. Ainda em 22, só havia nele uma caldeira de Babcock, mas não a máquina a vapor a que se destinava e o pequeno motor de explosão já referido. Para a eficácia do ensino precisava-se, pelo menos, de um outro a diesel, de um a vapor para aproveitar a caldeira e de outras máquinas mais modestas. No total, talvez uns 100000 escudos chegassem para as mais prementes necessidades (Bensaúde 1922 p. 130).

Quanto às oficinas, apesar do juízo negativo geral, alguma qualidade tinham. Não falando do prestígio das Oficinas de Precisão, havia o reconhecimento da qualidade do equipamento em outras oficinas menos sofisticadas e utilizadas desde os níveis de ensino mais elementares. Acontecia assim com os modelos de carpintaria que habitualmente o instituto emprestava à

Câmara Municipal para os exames de obra que nela tinham lugar.²⁷ No ano de 1910, o pedido de empréstimo enviado a 13 de agosto pela repartição de Obras Públicas, ainda com a saudação monárquica *Deus guarde a V.^a Ex.^a*, já foi agradecido, depois de 5 de outubro, com um *Saúde e Fraternidade* de coloração republicana.

Mas a dificuldade inicial do IST em colher todo o benefício do ensino prático oficial que defendia, verdadeira marca de água da escola, foi inegável e não decorria só da pobreza do seu equipamento.

Os obstáculos partiam quer do preconceito quer da falta de treino dos alunos, habituados a desprezar o trabalho manual e sem terem iniciação nesse tipo de tarefas, mas partiam também dos vícios adquiridos pelo pessoal operário das oficinas, funcionários do Estado sem espírito de ordem e de economia. Insensivelmente a oficina tinha-se transformado *num asilo de beneficência disfarçado* (Bensaúde 1922 p. 40).

O IST encarou o problema frontalmente. Substituiu o pessoal das oficinas que transitara do IIICL por uma mão de obra assalariada com o mesmo tratamento que o das oficinas particulares, logo, mais barata e de despedimento fácil quando não satisfazia. Escudado na lei, o pessoal menor necessário no futuro *é pessoal jornaleiro da escolha dos professores em cujos laboratórios ou oficinas tenham de prestar serviço*.²⁸

Na hora do balanço, e sem que, como se viu, os resultados fossem perfeitos, Bensaúde considera que o instituto tomou as medidas que se impunham para acolher o grande número de alunos que, em muito pouco tempo, excedia a capacidade das instalações existentes. Construiu uma grande oficina de carpintaria; reparou um edifício arruinado para laboratório de máquinas; um outro foi reconstruído e serviu para o ensino da arquitetura, do desenho arquitetónico e para uma aula de máquinas; finalmente, um barracão foi adaptado para laboratório de química analítica e para uma grande sala de desenho, onde também se realizavam as grandes exposições anuais. Tudo isto foi custeado (num período em que nem o aumento dos salários, nem o do preço dos materiais o inviabilizavam) com receitas ordinárias e com economias do instituto e foi acautelado o desperdício pensando os equipamentos recuperados de modo a poderem ser

alugados para armazéns, no caso do IST abandonar as instalações (Bensaúde 1922 p. 127).

Talvez, em anos posteriores, tivesse havido alguma melhoria. Em 1922, uma circular do ministério do Comércio e Comunicações dava um prazo de 15 dias ao CE para fazer listas com o material de ensino a importar da Alemanha por conta de indemnização de guerra²⁹e, dois anos depois, o governo autorizava a comissão administrativa a aplicar uma quantia avultada, que sobrava de orçamentos anteriores do instituto, na aquisição de material de ensino, de laboratório e de oficinas.³⁰

É porventura por isto que Raul Proença escreve, pela mesma altura, que o instituto, além de oficinas, possui importantes laboratórios, um bom museu de mineralogia e uma apreciável biblioteca (Proença 1924 p. 363). Também o espólio de peças e instrumentos científicos antigos do Técnico remete para o cuidado havido, desde o século XIX, no momento da aquisição, na escolha de objetos e aparelhos fabricados pelas melhores casas europeias e americanas.

O que não surge no decreto fundador é a referência a um museu tecnológico dado como estabelecimento anexo na anterior escola. Eventualmente, seria precipitado fazer de imediato a divisão do acervo museológico (que, atendendo ao interesse e à antiguidade referidos do espólio atual do instituto, nalguma altura se fez) não estando ainda preparadas instalações para o novo Instituto Superior de Comércio. Só no final de novembro de 1912 o diretor do IST, que também o foi provisoriamente do ISC, participa ao ministro do Fomento que começou o transporte de mobília e material de ensino pertencentes aos cursos de comércio e secundários de indústria para o edifício do Quelhas. Faziam-se esforços para que as aulas começassem quanto antes, mesmo se ainda com soluções provisórias nos dois edifícios, o do Conde Barão e o do Quelhas, que satisfizessem as reclamações dos alunos.

A maior dificuldade no funcionamento regular dos cursos residia na adaptação das instalações do Quelhas ao material para trabalhos práticos. Material que o IST, cujas instalações não comportavam com um número tão elevado de alunos mais outro ano letivo (os 150 estudantes do início, rapidamente chegaram aos

400), se comprometia a, sem encargos, dispensar o que pudesse. Em tempo de exaltação revolucionária, solidariedade institucional não era distintivo dos dois institutos. Logo no início desse mesmo ano de 1912, também o diretor da Escola Marquês de Pombal fizera saber particularmente que a escola tinha condições para fazer gratuitamente ou a preço de custo, conforme a tutela ordenasse, os dez bancos de carpintaria que o IST necessitava para a sua oficina pedagógica.³¹

As obras de adaptação no colégio do Quelhas para as aulas práticas do Instituto Comercial incluíram um extraordinário escritório comercial, cujas carteiras representam sedes de empresas comerciais hipotéticas (Proença 1924, p. 346) e onde havia balcões e *guichets* que serviam para a simulação do funcionamento de um banco (Atáide 2006 p. 285). Havia também o museu comercial, criado em 1918.

Na transferência do IICL para IST manteve-se a atribuição de três prémios anuais galardoando bons alunos. Dois, denominados de Saraiva de Carvalho, destinavam-se a um aluno da cadeira de exploração de minas e a um do último ano de engenharia eletrotécnica; o terceiro, de Francisco da Fonseca Benevides, seria atribuído pela cadeira de física. Mais tardio, mas ainda relacionado com a fundação, o prémio Brito Camacho, a conceder anualmente a um aluno distinto do instituto, instituído por subscrição particular de amigos do político que, depois da sua morte, em 1934, desejaram *manifestar de algum modo a veneração em que o tinham e a lembrança que dele conservavam*. (Lima e Ribeiro 1942 p. 164).

É atribuído pela primeira vez no fim do ano letivo de 1937–38 e é constituído pelo rendimento do capital de 25 obrigações da Junta de Crédito Público com valor consolidado de 4% e nominal de 1000 escudos cada.³²

Brito Camacho tinha tantos e tão bons amigos que a subscrição recolheu o suficiente para criar, além do prémio do IST, um idêntico no Instituto Superior de Agronomia, escola que também gozara dos cuidados do político. O IST retribuía: logo que o CE propôs um voto de sentimento pelo falecimento daquele a ser enviado à família de Camacho, imediatamente foi formulado o desejo, secundado por todos, de

que o corpo docente do instituto se quotizasse para providenciar um retrato a óleo, encomendado a artista reputado, semelhante ao executado em homenagem a Alfredo Bensaúde e para ser colocado ao lado deste. O tempo passado não os deixou esmorecer e é o professor António da Silveira que, em fevereiro de 1936, indaga do andamento da deliberação.³³ O presidente do CE, Beirão da Veiga, então diretor interino, dá conta das diligências feitas para encontrar um pintor que tivesse convivido com Brito Camacho. Monteiro de Barros lembra o nome de Souza Lopes e Lepierre, que o conhece, fica de se avistar com ele *ou com outro de igual categoria* para que indiquem as suas condições.

Mas, nesse ano da morte de Brito Camacho, já havia mais outros prémios. Um, o prémio dr. Mário Basto Wagner para o melhor aluno de química industrial, instituído com o rendimento de títulos de dívida consolidada remetidos por Leopold Wagner.³⁴ Um segundo, destinado ao melhor aluno de matemática, instituído pelo CE, em 1918, na emoção do assassinato do presidente da República Sidónio Pais, o que fora ministro do Fomento logo depois de Brito Camacho. O prémio nasce de uma subscrição do pessoal docente do IST mas engrossa, em março de 1919, quando a Associação dos Engenheiros pelo que o IST pede autorização para igualmente concorrer para o prémio. O CE encarrega Mira Fernandes de estudar a importância e a maneira de o efetivar, no mesmo dia em que discute a melhor maneira do IST se associar *ao luto que envolvia o país*.³⁵

É um sentimento mais expressivo do que o manifestado pela morte de Manuel de Arriaga, no ano anterior, em que o CE encerra simplesmente a sessão (5 de março de 1917) e envia condolências à família ou, quando, em 8 novembro de 1921, repudia o assassinato e manifesta um sentimento de pesar pela morte de António Granjo, antigo ministro do Comércio a quem, diz, *o IST tanto deve*.

Aliás, o CE é muito escrupuloso no cumprimento das suas obrigações sociais ou cívicas e não passa em branco ocasiões como a de, na sessão de 20 de novembro de 1918, deixar exarado em ata um voto de congratulação pela *feliz terminação da Guerra* e, depois, em 30 de julho de 1919, pela assinatura do Tratado de Paz.

Igualmente se solidariza com os desgostos pessoais sofridos por algum elemento da escola, seja aluno ou professor, e se associa aos lutos semipúblicos, como quando, em junho de 1927, aprova um voto de pesar à Aviação Naval pelo desastre que vitimou o tenente Espanca ou quando repudia o atentado contra o chefe de Governo, nos anos 30.

Num país que não lança aviões, escreve o engenheiro Castro Cabrita na revista Técnica, em março de 1927, é o valor científico do sistema de navegação astronómica de Gago Coutinho que a equipa usou que mais pode prestigiar Portugal. O CE, comungando com a AEIST a atenção a este mundo do transporte aéreo que se abria há pouco, não podia deixar de ter uma reação entusiástica à travessia do Atlântico Sul. Assim, os vogais do CE registam as congratulações em ata e enviam-nas aos aviadores e ao ministro da Marinha, justificando o entusiasmo pelo fato de serem um instituto técnico, por a viagem aérea ser um feito de carácter científico e por ser no IST que se construíram os aparelhos inventados pelos dois aviadores. Em resposta, a 21 de outubro de 1922, o Conselho recebe convite da Sociedade de Geografia para uma delegação de docentes do instituto se incorporar no cortejo triunfal que havia de acompanhar os dois aviadores até à sua sede.³⁶

Tal como os prémios, também as bolsas de estudo para alunos que delas precisassem e as merecessem desempenhavam um papel social relevante. Era para alguns, os poucos que a elas acediam num quadro de verdadeira excecionalidade, o único recurso para um prosseguimento de estudos no liceu ou na universidade. A monarquia criara fundos de bolsas ou pensões que a república estava apostada em desenvolver no âmbito das reformas educativa e social que pretendia.

Sinal desta intenção, o primeiro decreto que depois de 5 de outubro diz respeito ao ensino superior e que funda as Universidades de Lisboa e do Porto, dedica-se praticamente à regulamentação da concessão de bolsas de mérito. Na lógica de considerar que a frequência do ensino secundário e superior deve ser acessível a todos, é um dos primeiros deveres do Estado democrático assegurar aos cidadãos, sem distinção de fortuna, a possibilidade de se elevarem

aos mais altos graus de cultura, quando disso forem capazes. Desse modo, a democracia será, *segundo a bela definição do imortal Pasteur, aquela forma de estado que permite a cada indivíduo produzir o seu máximo esforço e desenvolver, em toda a plenitude, a sua personalidade.*³⁷

No decreto citado, a distribuição das *bolsas escolares ou pensões de estudo* aplicava $\frac{1}{4}$ dos fundos destinados a alunos do ensino secundário, outro $\frac{1}{4}$ aos do ensino superior e o $\frac{1}{2}$ restante, a bolsas de aperfeiçoamento no estrangeiro para alunos de todas as categorias e professores e mestres de todos os graus de ensino, pois que *se faz mister que a juventude portuguesa assimile, diretamente e in loco, os métodos de ensino, de criação e de aplicação das ciências, para os implantar entre nós e criar centros autónomos de cultura nacional.*

Em 1918, esclarece-se que o Estado se reservava o direito de, durante dois anos, recorrer aos alunos pensionados e de os colocar na escola donde partiram ou noutra semelhante, *a fim de colher imediata e direta vantagem do dispêndio feito.* Acrescentava o decreto uma secção nova, relativamente à legislação anterior do ensino superior técnico, intitulada *Subsídios para investigações científicas que interessam ao desenvolvimento da indústria nacional*³⁸. A medida a implementar estipulava subsídios mensais, durante dois anos, a alunos que tivessem terminado com distinção os seus cursos e que pretendessem levar a cabo investigações científicas nos laboratórios do IST.

Estas disposições referentes a alunos vêm no contexto da institucionalização da investigação científica do Instituto Superior Técnico, na letra da lei, atendendo aos fins práticos e de natureza científica que lhe são próprios e que interessem para o desenvolvimento da indústria nacional.³⁹ Na mesma linha, no mesmo documento, cria-se oficialmente uma publicação destinada a arquivar os trabalhos científicos executados no IST. Se era uma revista o que estava na mente do legislador, ficou, talvez, nesse patamar. Felizmente, em 1915, com a publicação da revista *Técnica Industrial*, a Associação dos Estudantes tomou a seu cargo a tarefa.

No IST, no âmbito da ação social, previam-se subsídios de tirocínio e isenção de propinas para os alunos carenciados e com bom aproveitamento. As verbas para essas despesas

provinham do rendimento das propinas das cadeiras ordinárias. O fundo assim criado, além de subsidiar alunos pobres, servia ainda para desenvolver o ensino experimental e profissional.⁴⁰ Igualmente, o aluno, após ter completado o curso, o tirocínio e o trabalho de projeto na especialidade com a classificação de muito bom, seria recomendado para uma bolsa no estrangeiro, numa das melhores escolas especiais.

Foto: Augusto Bobone, AFCML A76247



INSTITUTO INDUSTRIAL E COMMERCIAL DE LISBOA
Aula de química industrial

Ensino de amadores não cria profissionais

Como já se disse, o IICL tinha adotado, no final do século XIX, uma orgânica com especialização de cursos. Eram estes os cursos de construções civis, de minas, de máquinas, de eletrotécnica e de química industrial, tendo havido na altura quem julgasse conveniente agrupar os três últimos num único sob a designação de curso industrial (Bensaúde 1892, p. 27).

Conseguira-o e, em 1910, propunha-se no IICL um curso secundário industrial com a duração de três anos e o curso superior de indústria com mais dois. Os diplomados por este último usavam o título de engenheiro.

No IST recém-criado professava-se um curso geral obrigatório para todos os alunos, de dois anos, e cursos superiores especiais, de três, com especialidades diferenciadas: engenharia de minas e civil, engenharia mecânica e eletrotécnica e químico industrial. O ensino completava-se com visitas de estudo, excursões, missões de estudo e tirocínios em estabelecimentos fabris, minas, obras públicas, empresas, etc. Estes últimos eram obrigatórios nas férias de verão dos dois primeiros anos dos cursos especiais e, no final do 3º ano, por um período de seis meses, depois de concluída a parte escolar e antes do exame final. Posto isto, o aluno executava um trabalho a partir da experiência do tirocínio e defendia-o publicamente, no *que era quase um doutoramento* (Serrão 1980 p. 190).

A carta de curso de engenheiro era passada aos alunos com aprovação em todas as cadeiras e no tirocínio; o diploma de engenheiro só aos que fizessem exame final.

Era um sistema muito exigente e que levou a gravíssimo conflito, em 1918 – potenciado pelos ambientes de guerra (participação na Grande Guerra), de guerrilha (caudilhismo sidonista) e de calamidade pública (epidemia da pneumónica) – entre o diretor do IST e o governo e alunos, que culminou no pedido de demissão do primeiro pelos últimos.

O que estava em causa era a dependência do diploma de engenheiro, necessário à admissão nos quadros do Estado, da classificação obtida num exame final a três das disciplinas fundamentais, frequentadas e já avaliadas anteriormente. O critério da escolha residia na utilidade

destas para a execução do trabalho de projeto realizado com base na experiência do tirocínio obrigatório de final de qualquer um dos cursos especiais. Na opinião de Bensaúde (Bensaúde 1922 p. 50–55) da parte do ministro Alfredo de Magalhães⁴¹, pesavam razões eleitoralistas, da parte dos alunos, oportunismo e da parte do CE, um imbróglio dilemático que envolvia a governabilidade da escola. Por então, a vitória foi dos alunos e alguns a aproveitaram. A prazo, no tempo do ministro da Instrução Azevedo Neves⁴², recuou-se um pouco no facilitismo, repondo o exame final, mas cedendo na redução do tempo de tirocínio e, finalmente, sob a tutela do ministro do Comércio, Ernesto Navarro⁴³, o instituto recuperou, diga-se que sem grandes consequências imediatas, o controlo sobre os efeitos dos exames finais no ingresso dos alunos diplomados na vida ativa.

Paralelamente à discussão sobre os exames, que interessava aos estudantes, corria o problema da autonomia, que interessava ao instituto. No primeiro, os alunos querem a demissão do diretor, no segundo, é o diretor que se quer demitir. De 1918 a 1920, em que a normalidade se restabeleceu e a exposição de trabalhos escolares no início do ano letivo de 1920–21 mostra a vitalidade da escola, é que o fato se consuma.

Este longo diferendo teve vários efeitos: criou fraturas no CE com Bensaúde a ficar em posição isolada numa votação ainda sobre exames e diplomas⁴⁴; favoreceu a conflitualidade estudantil que encontra outros motivos, como por exemplo, logo a seguir a questão com as tabelas de precedências; catapultou alguns alunos para o primeiro plano da vida associativa e académica servindo-lhes de lastro para outras aventuras.

Com o plano de estudos adotado, o número de cadeiras aumentou significativamente quando comparado com o do IICL.

No antigo Instituto Industrial, na reorganização de 1891, os dois lados da contenda, comissão eleita pelo CE e parecer vencido (Alfredo Bensaúde), propunham respetivamente 17 e 27 cadeiras. Em 1911, são 51 no total. Nove cadeiras distribuídas pelos dois anos do curso geral e 17, 13 e 14 pelos três anos dos cursos especiais referidos. Na nova organização dos cursos,

em 1919–20, passam a existir 47 cadeiras, apesar de se ter aumentado a duração do curso geral de dois para três anos.⁴⁵

Neste intervalo de tempo, mantêm-se sensivelmente as mesmas cadeiras e os programas são parecidos. A denominação de algumas poucas é alterada no sentido de um maior enfoque na especificidade nacional: mineralogia, petrografia e geologia passam a designar-se: mineralogia, especialmente portuguesa; petrografia, especialmente portuguesa e geologia e paleontologia portuguesas. Também a tónica na componente experimental e profissional do ensino é clara na legislação de 1918, ao estabelecer que a duração da parte prática de cada cadeira ou parte de cadeira será semanalmente, pelo menos, igual ao dobro do tempo destinado às aulas teóricas.

Na organização estabelecida em 1911 e mantida, *grosso modo*, nos anos subsequentes pretende-se combater o tradicional *pseudo enciclopedismo semitécnico*, uniformizador, em que todas as cadeiras são dadas com igual profundidade seja qual for o curso a que o aluno se destine, e colmatar as falhas disciplinares mais gritantes. Entre estas, a do lugar secundário do ensino do desenho técnico nos currículos da generalidade das escolas quando essa é, *de certo modo a linguagem escrita do técnico*. Apesar das críticas, do extinto IICL tinham saído formados bons desenhadores, por exemplo, para as fábricas metalúrgicas e até um dos professores âncora do IST, Tomás Maria Bordalo Pinheiro.

A partir de 1911, o desenho, *o saber fazer, ver e ler tecnicamente um desenho*, passa a ser considerado indispensável à formação de todos os alunos dos cursos de engenharia e um instrumento indispensável na aura de autoridade de um chefe ou dirigente de trabalhos sobre os operários. Usado como exemplo por excelência do maior desenvolvimento numa cadeira no IST do que em qualquer outra escola é, como tal, motivo de exclusão de candidatos sem uma iniciação básica na matéria.

Neste período, a partir de 20, no plano de estudos dos cursos gerais, além da geometria descritiva, cadeira bianual obrigatória, constam ainda as de desenho de construção civil, desenho de máquinas e desenho arquitetónico e a obrigatoriedade que o candidato à primeira

matrícula, proveniente dos liceus, institutos industriais e Instituto Profissional dos Pupilos do Exército, tem de submeter-se a exames de admissão que, entre quatro provas escritas, incluem uma de desenho. As outras três são de matemática, de física e de química (Bensaúde 1922 p. 149). Bensaúde fora mais ousado na proposta que apresentou no CE e que exigia também uma prova de língua portuguesa que ficou esquecida quando os programas dos exames saíram do CE para a tutela.

Trunfos poderosos para o incremento do ensino do desenho no IST foram os professores Álvaro Augusto Machado, arquiteto pela Escola de Belas Artes de Lisboa (Lamas 2002), e Tomás Maria Bordalo Pinheiro, antigo aluno do IICL, professor e diretor da Escola Normal de Desenho. Este último, elemento importante na afirmação do instituto, morreu prematuramente deixando discípulos capazes de manterem a sua obra (Bensaúde 1922 p. 157).

É isso que o ex-diretor argumenta quando, em 1921, desaconselha a contratação de um professor estrangeiro para lecionar a cadeira.

Também se mantém a importância do desenho (e da matemática) no elenco das disciplinas escolhidas para as provas de admissão dos alunos sendo-lhe, ainda na década de 30, atribuído o coeficiente 3 de valorização.⁴⁶

Além de requisitos escolares, outro estímulo eficaz a tentar para o êxito deste saber fazer que o instituto propunha seria, à maneira das grandes escolas estrangeiras, a realização de exposições anuais e públicas dos trabalhos gráficos dos alunos. Muito em breve se começou a usar esta estratégia. A resposta: pouca afluência, nunca mais do que três ou quatro dúzias de curiosos, mesmo distribuindo-se centenas de convites (Bensaúde 1922, p. 134).

Apesar do pouco interesse suscitado, atingiram grande qualidade, reconhecida por estrangeiros e por entidades oficiais, muito prestigiando o instituto.

O próprio governo, em 1918, através da secretaria de estado do Comércio vai instituir um sistema de exposições anuais, em Lisboa, Porto e Coimbra, a que devem concorrer todas as escolas e institutos com os seus trabalhos *a fim de promover os progressos do ensino industrial dos diversos graus*⁴⁷.

Ao aumento das disciplinas correspondeu o aumento do número de professores. Nesse primeiro ano de existência previam-se 30 professores regentes e 25 auxiliares do ensino; na reforma de 1918 mantinham-se os 30 professores coadjuvados por 32 auxiliares de ensino.

Responder com qualidade a esta necessidade é o desafio colocado à nova escola. No balanço final de uma obra, o que o fundador reivindica como glória sua é um grande quinhão na responsabilidade da escolha do corpo docente (Bensaúde 1922 p. 12 e 7).

Em 1909, o sociólogo francês Léon Poinard visitou Portugal para estudar a sociedade portuguesa recorrendo aos mais modernos métodos científicos da época. O resultado destas cuidadosas observações sociais, económicas e políticas, para apoio à ação governativa, apresentou-o em livro, em 1912, quando os destinatários da obra já eram outros. No apêndice, em que aborda as causas e efeitos da Revolução de 1910, descrê da melhoria, no curto prazo, da instrução pública superior portuguesa porque considera que a intervenção política deveria avançar por etapas consolidadas. Mantém contudo alguma esperança de que com o tempo, *graças à boa vontade dos professores*, a situação melhore. Do que vimos no Técnico, os seus professores vieram dar-lhe razão e Bensaúde bem podia continuar convicto de que melhorar uma escola se reduz, no essencial, a melhorar o seu corpo docente.

A preocupação com os professores era antiga em Bensaúde que já no *Projeto de Reforma* de 1891 apontava a forma de recrutamento dos professores em Portugal como uma das imperfeições estruturais comuns às diversas escolas do Estado. Em regra, preferiam-se os que terminados os cursos, com uma tese de concurso que podia não ser mais do que uma *compilação de pouco ou nenhum valor científico*, se posicionavam num *cursus honorum* que rapidamente (por volta dos 30 anos) os levava ao topo da carreira. Além da vacuidade do saber assim acumulado, esta hierarquia inconsistente excluía ou favorecia a auto-exclusão de homens de ciência com experiência e de exceção que assim permaneciam à margem da docência superior.

Pecha nacional, efetivamente constatável em diversíssimas biografias de personalidades louvadas por tal precocidade, compara-a ele com

sistemas internacionais que a contrariam. Nas escolas estrangeiras que conheceu, os professores, ao longo de anos e antes de iniciarem o magistério, ou alcançam uma sólida reputação científica na sua área de especialização ou, nos casos de disciplinas de técnica aplicada, demonstram os conhecimentos adquiridos na execução e na direção de projetos concretos. Como tirocínio para a docência efetiva servem entretanto como assistentes ou regem cursos livres como professores extraordinários, experiência que se revela sempre um bom diapasão para aferir as qualidades pedagógicas dos candidatos. Especificando as qualificações necessárias para o ensino das ciências físico naturais, que são a *base de toda a técnica*, e a preparação físico matemática, *que serve de base aos estudos de aplicação de qualquer curso de engenharia*, Bensaúde acrescenta outros critérios mais exigentes: a originalidade dos escritos científicos produzidos que evidenciem domínio dos métodos de observação e o contributo pessoal para o avanço da ciência que se quer ensinar.

Vencido em 1891 na comissão de reforma, na hora de se criar um novo estabelecimento escolar de vocação tecnológica, retoma os considerandos capazes de erradicar o problema estrutural da qualificação dos docentes.

Porque *o aproveitamento de bons professores é como a fertilização de um campo de cultura segue-se o seu corolário, as sementes que dão mais abundante colheita vão buscar-se onde existem* (Bensaúde 1892 p. 14).

Não tem cabimento o sistema de recrutamento de professores por concurso público, autênticos *torneios oratórios* (Bensaúde 1922 p. 20), de raiz escolástica pensados para as ciências especulativas e que nem sequer asseguram a isenção do júri, já que não é responsabilizado publicamente pelo juízo que emite. É mesmo de espantar que alguns professores portugueses, formados em tal regime, sejam de fato excelentes e são de lamentar outros tantos que, com circunstâncias diferentes, poderiam ter feito um trabalho de grande mérito.

Aponta ainda uma outra situação inadmissível. Numa escola técnica, onde a teoria devia ser inseparável da prática e doseada a primeira na proporção da importância da segunda, não é sustentável a figura do preparador, ou assistente,

como duplo de professores com insuficientes conhecimentos práticos das matérias que lecionam. A cada um segundo a sua função. A estes, o domínio científico; àquele, um saber empírico resultante de repetição rotineira que, no entanto, poderá servir-lhe de trampolim para elevar-se ao professorado, quando o seu trabalho laboratorial, consciencioso e focado numa área restrita de especialização, o aconselhar.

Sem ensino dos métodos científicos de investigação, que só se adquirem por tirocínio prático orientado por um mestre, (e cita Henri Le Chatelier: *a educação científica é sobretudo uma questão de contágio*, Bensaúde 1922 p. 60) o ensino superior não seria mais do que uma espécie de ensino secundário desenvolvido. E ele cá está para que a *sua* escola não permita que seja esse o caso em Portugal.

Outros fatores condicionantes da qualidade dos estabelecimentos portugueses de nível superior que urgia reformar, verificáveis na organização do trabalho docente e com repercussões na vida social, prendiam-se com o estatuto remuneratório e a avaliação dos professores.

Eram fatores negativos a corrigir os vencimentos baixos, apesar de comparativamente a despesa do Estado português com o ensino ser superior ao de outros países com melhores resultados; a ausência de discriminação para o mérito, esmaecendo a emulação positiva propícia à obtenção de maior independência económica e à elevação social do professor; a docência monodisciplinar, intelectualmente pouco estimulante, dispendiosa para o erário público pela inevitável multiplicação de mestres em cada curso e desinteressante para a bolsa do professor impedido de acumular regências de cadeiras *cientificamente relacionadas*. No decreto regulamentar do IST diz-se apenas sobre o tema que os ordenados dos professores seriam proporcionais ao número de horas de serviço e não inferiores ao que percebiam anteriormente⁴⁸. Nesta base foram alterados.

Como se poderia esperar, a correção introduzida no valor dos vencimentos no IST não foi bem aceite por todos: logo na discussão do orçamento do Estado para 1912, um deputado levantou a questão da disparidade dos ordenados dos professores do IST e os dos professores do Instituto Superior de Agronomia e da Escola

de Medicina Veterinária. Não que a elevação conseguida fosse excessiva, mas não era conveniente haver discrepância entre vencimentos de funcionários da mesma categoria e do mesmo ministério⁴⁹

Quanto à avaliação dos professores (e utiliza o processo na seleção de transição do IICL para o IST) passaria a fazer-se, mas de forma simples e natural pelo escrutínio dos estudantes. Por um lado, cadeiras – as teóricas, sem obrigatoriedade de presença, abandonadas pelos alunos evidenciariam que qualquer compêndio da especialidade substituíria com vantagem o docente; por outro, a qualidade reconhecida de discípulos e dos diplomados formados pela escola avalizaria por si só o mérito dos mestres. Tais critérios selecionavam e, expondo-os, evitariam o abuso da transferência de professores imprevistos para a regência de disciplinas sem grande ligação científica com a sua área de trabalho.

Mas há um cenário de avaliação mais imediato a ter em conta: o da queixa, ou da tensão, aluno/professor, mesmo que não incida estritamente sobre a competência científica do docente.

O destinatário natural das reclamações é o CE que, assessorado pelas comissões pedagógicas dos cursos, detém exclusivamente a direção pedagógica do instituto. Enunciado aquele princípio democrático, é preciso encarar a realidade. E a realidade, desagradável, passa nas atas do CE. Quando Charles Lepierre é contestado pelo aluno João Homero de Matos em termos incorretos e conteúdo infundado (27 de junho de 1912) e o CE não aceita. Ou nas reclamações contra os professores Abram Droz sobre as classificações atribuídas (7 de fevereiro de 1922), Costanzo de quem, em 5 de novembro de 1923, se pede a substituição na cadeira de física industrial ou, Silva Pinto, engenheiro industrial do extinto IICL, nomeado substituto de Alfredo Bensaúde, em licença prolongada, antes da aposentação, objeto de protestos dos alunos de mineralogia e petrografia, em 7 de dezembro de 1921.

Significará dificuldade de comunicação esta predominância de reclamações contra professores estrangeiros?

Fortalecido com vasta cultura pedagógica e profunda reflexão sobre a experiência da escola

portuguesa, quando chegou a sua hora, Alfredo Bensaúde tinha ideias claras sobre como devia ser e como vai organizar-se o corpo docente do IST. O que criticou em 1892 corrige em 1911 e, desde logo, porque *o ensino de amadores não cria profissionais* (Bensaúde 1922 p. 91, nota 54) o método aplicado no recrutamento de professores assenta em três planos de escrutínio.

O convite para provimento de cadeiras vagas só pode recair em pessoas altamente qualificadas e com provas dadas nas matérias científicas constantes do programa respetivo; o reconhecimento da competência dos candidatos é formalmente comprovado por parecer, assinado por três professores das áreas de especialidade e pelo diretor, mais baseado no currículo profissional e científico do que em diplomas académicos; este parecer dos consultores é publicado no Diário do Governo, responsabilizando candidato e avalizadores.

O resultado desta operação de seleção foi a constituição de um grupo superiormente habilitado, motivado e, porque o critério da idade também contou, maduro e em pleno vigor de todas as suas faculdades intelectuais. Mesmo assim, no fim da vida, ainda se arrepende de ter proposto nomeações definitivas.

O grupo reunido por Bensaúde é-nos apresentado pelo próprio entre os documentos que anexa às *Notas Histórico Pedagógicas*. Refere-se ele aos docentes em exercício no ano de 1919–20, ordenados por antiguidade de contratação, e que, na sua constituição, deve ser bastante aproximada ao corpo docente de meia dúzia de anos antes. É um conjunto de 27 professores, um dos quais, Álvaro Augusto Machado, com uma formação peculiar, arquiteto pela Escola de Belas Artes de Lisboa. Dos restantes, metade, ou são estrangeiros (5) ou formaram-se no estrangeiro (8); do outro meio, o grupo mais numeroso (7) veio da Escola do Exército, 2 do curso de matemática da Universidade de Coimbra e 4 do antigo Instituto Industrial e Comercial de Lisboa. Cronologicamente, os 5 estrangeiros foram admitidos entre o grupo dos 13 mais antigos professores. Num contrato de 1913, o de Ernest Fleury, que pode servir como contrato tipo daqueles, Bensaúde precisa que o professor rege as suas disciplinas em cursos separados, assume a direção do laboratório da sua

especialidade e dos trabalhos práticos dos alunos e que organiza as coleções portuguesas necessárias à instrução. A escola proporciona os elementos materiais para o cabal desempenho da sua missão (Thadeu *ob. cit.* p. 58).

O decreto de 14 de julho de 1911, que estabelece as Bases Regulamentares do IST, a tradução em ato das preocupações enunciadas anos atrás, determina as regras da condição docente nas categorias de professor ordinário, extraordinário e livre. Nova terminologia e novas regras de trabalho docente, especialmente rigorosas quando se tratava de contratar os professores vitalícios, denominados ordinários. No final da sua vida académica, Bensaúde penitencia-se de ter sofrido de *professional ankylose* ao ceder, nesta categoria, à tradição nacional da nomeação vitalícia e não ter proposto uma contratação semelhante à dos professores estrangeiros, por períodos amplos, prorrogáveis indefinidamente enquanto satisfizessem as necessidades do ensino. Igualmente lamentava que ao professor com 30 anos de serviço não fossem retiradas as suas cátedras, conservando-se-lhe o ordenado, a categoria honorífica de professor ordinário e a possibilidade de ministrar cursos livres.

Quanto ao professor extraordinário, as condições de candidatura são a habilitação com um diploma de um curso técnico superior por escola creditada nacional ou estrangeira, a apresentação das publicações da especialidade de que é autor e, no caso da candidatura ser a uma cadeira de ciência aplicada, ter experiência de pelo menos cinco anos na área que pretende preencher. Aprovado por um júri, assina contrato por cinco anos que, se os completar, lhe darão acesso ao lugar de professor ordinário. Enquanto for extraordinário não tem assento no CE.

Mas o que ressalta em todo o articulado é a preocupação na seleção de candidatos que dêem garantias de qualidade prevenindo dissabores futuros. Mesmo no início, quando pareceria urgente dotar o instituto rapidamente de docentes, Bensaúde não tem pressa em levar para o IST todos os que serviam no IICL. Nas disposições transitórias do diploma regulador diz-se que os professores *irão sendo nomeados* pelo diretor e este vai colhendo informação indireta de antigos alunos, vai tentar perceber quais as áreas científicas que têm de ser suportadas por

estrangeiros e vai ter de aceitar alguns que lhe chegam por ordens superiores.⁵⁰

Apenas na admissão do professor livre, um *tirocinante do professorado*, é mais atenuado o rigor. O decreto de 1911 admite a nomeação dos assistentes feita pelos professores e pelo CE do instituto, mas o decreto de 1918 esclarece claramente que *os assistentes assim escolhidos só entrarão em exercício depois de nomeados pelo Governo sob proposta do CE* e, no caso de ao instituto interessar prescindir das funções do assistente, tem que propor ao governo a sua exoneração.

Com três anos de ensino, os assistentes, diplomados com um curso superior técnico, podiam concorrer ao lugar de professores livres continuando, cumulativamente como assistentes até perfazerem os cinco anos de lei.

Os professores livres eram regentes de cadeiras que, em regra, não constavam do elenco dos cursos mas que, para obterem licença para tal, tinham de fazer prova documental de competência e de aptidões técnicas, e eventualmente submeter-se a avaliação oral por um júri de especialistas, em sessão presenciada por todo o corpo docente do IST. Os horários destes cursos eram preteridos a favor dos das aulas ordinárias; os honorários eram apenas os que resultavam do pagamento das matrículas dos alunos que tinham de ser no mínimo três; a vigência da licença era indeterminada, mas caducava se em três anos seguidos não houvesse alunos candidatos à sua frequência; os alunos não eram submetidos a exame da cadeira, nem os professores tinham assento no CE.

A legislação de 18 que temos comparado com a de 1911, que aclara os tipos de recrutamento de professores (por contrato, convite e concurso, com passagem por tirocínio antes de se tornarem efetivos), neste ponto, mantém-se igual acrescentando, apenas, que a primeira nomeação de uma individualidade para o lugar de professor livre será provisória e válida por um ano, findo o qual se poderá tornar definitiva sob proposta do CE.

Na ausência de professores titulares para as cadeiras ordinárias, o CE do instituto podia convidar, como professores extraordinários, figuras de reconhecida competência pela obra ou trabalhos escritos, desde que diplomados por uma escola superior nacional ou estrangeira de

reconhecida reputação. Também no decreto de reorganização do ensino industrial, de 1918, no capítulo dedicado ao ensino industrial superior (cap.º VIII) e concretamente ao IST, se acrescenta que o Conselho poderá contratar livremente especialistas para lecionarem cursos complementares de aperfeiçoamento de especialidades técnicas que organize.

O envio de bolseiros portugueses ao estrangeiro para complementarem a sua formação e a contratação de professores estrangeiros para lecionarem em Portugal não eram inéditos. Recurso antigo, pairava a ideia de que o recrutamento de professores estrangeiros trazia alguns inconvenientes de que Azevedo Neves se faz eco no referido decreto de 1918 que estabelece a nova organização do ensino industrial e comercial.

Escreve ele: *Os estrangeiros, que se importaram, deveriam ter por missão essencial criar discípulos que a breve trecho os substituíssem, e não corresponderam a esse fim primordial. A importação do professor estrangeiro, que sempre tem em mira ser reconduzido se o lugar é rendoso, contribui poderosamente para a desnacionalização do ensino e não provoca a formação de discípulos, pelo interesse do mestre em não poder ser substituído findo o contrato. A ação do professor estrangeiro, suscetível de ser eficaz e utilíssima em certos ramos científicos, não deve ser muito demorada em arte e em artes industriais, quando um país procura manter-se fiel à sua tradição e deseja aprimorar o gosto pelo que é seu. O coração dum estrangeiro nem pulsa, nem sente, nem vibra, como o nosso.*

No caso do IST, nos seus inícios, não se passou assim. O nível de exigência posto na seleção e o próprio número já significativo de convidados fez a diferença. Porque, dizia Bensaúde, não são as reformas, as leis ou os regulamentos os elementos basilares para uma boa escola mas sim o dispor de um professorado *o mais sábio possível e que ajude à demonstração de que o país está apto a ter escolas nacionais de utilidade.*

No plano da formação pessoal e social dos alunos, o instituto oferecia oportunidade para aulas de estenografia, fotografia, esgrima, ginástica, canto coral e outras. O contrato com o pessoal para o ensino destas matérias podia ser rescindido no fim de cada ano letivo.

Mas a jactância da escola e aquela orgulhosa reivindicação de autonomia não se coadunavam com a modéstia do espaço físico que o IST ocupava na cidade.

Com efeito, em maio de 1911, o Instituto Industrial e Comercial de Lisboa tinha passado para o recém criado Instituto Superior Técnico os edifícios em que funcionava, situados na rua da Boavista, ao Conde Barão, e ocupando toda a área até à depois chamada rua do Instituto Industrial. O local fora praia ribeirinha da Boavista, zona portuária dedicada aos negócios com o Brasil e, mais recentemente, artéria industrial incluída, *lato senso*, na designação de Aterro. O edifício sede, com uma fachada apoiada sobre sete arcos, tinha sido residência do industrial Ferreira Pinto e, constituía a *única nota decorativa urbana* da rua (Araújo 1940 p. 76–80).

Fora deste, as aulas decorriam em barracões pouco arejados e pouco iluminados, com telhados em chapa de zinco, sem isolamento e sujeitos a inundações nos períodos de maré cheia. Como Brito Camacho dizia no parlamento, ainda em 1925, o Instituto Superior Técnico é, entre os estabelecimentos de ensino, o que está mais vergonhosamente instalado. E acrescentara: *Se V. Ex^{as} se derem algum dia ao fácil trabalho de visitarem o Instituto Superior Técnico, hão-de ficar admirados de que os professores, nestas condições, consigam habilitar dum forma proficiente os seus alunos* (Brochado 1949 p. 119).

Desde 1898,⁵¹ que havia projetos para uma construção nova, bem perto de S. Bento, na cerca do Convento das Francesinhas e terrenos adjacentes onde o Posto de Desinfecção estava instalado. Havia também planos para uma ampliação em terrenos do IICL que, entretanto, estavam arrendados a particulares.

A recuperação do domínio útil sobre esses terrenos fora iniciada pelo diretor António Maria de Avelar, também diretor da repartição de obras públicas da CML, onde colaborou e muitas vezes substituiu Frederico Ressano Garcia, e a quem se devem várias obras relacionadas com melhoramentos da cidade. Avelar começara as obras do novo edifício nas vésperas da proclamação da República e suspendera-as devido à *transformação política* que se deu, obrigando a negociações duras com alguns arrendatários que tinham subalugado os armazéns

desaproveitados e que procuravam jogar a seu favor a nova lei do inquilinato.

Entretanto, desde agosto de 11, que se perfilava como melhor opção o edificar nos terrenos das Francesinhas. Na circunstância, o IST adota uma solução provisória afim de garantir a normalidade das aulas práticas. A troca da manutenção do valor das rendas cobradas, estabelece um contrato de construção e utilização de oficinas de serralharia na Boavista até estarem instaladas as oficinas pedagógicas no novo *campus*.⁵² Tratava-se, agora, de encontrar o financiamento necessário para a construção.

Nas vésperas da Grande Guerra, o parlamento abriu um crédito de 400 mil réis (aproximadamente metade do necessário) para iniciar as obras segundo projeto de Ventura Terra que já tomava em linha de conta as indicações apresentadas pelos professores das disciplinas que exigiam espaços específicos. Ventura Terra que, no segundo lustre da primeira década do século XX, acumulara experiência na edificação dos liceus Pedro Nunes e Camões em Lisboa, acaba a ser convidado para reger a cadeira de construções civis, o que não aceitou por ter em andamento trabalhos que o impediam.⁵³

Negociada a empreitada, o aumento brutal dos preços dos materiais de construção inviabilizou este primeiro contrato. O processo não pára e, em 29 de junho de 1914, através de uma intervenção crítica no Congresso à emenda orçamental autorizando o ministério das Finanças a abrir um crédito especial para ocorrer a diferenças cambiais, alude-se a importante emenda relativa ao IST. Continuava, portanto, a procura dos capitais necessários.

Sem esmorecer, o diretor expõe no IST o projeto do novo edifício e propõe, no CE de 12 de junho de 1916, que sejam nomeados para o assessorarem em quaisquer assuntos referentes à construção os professores Álvaro Machado e Ferrugento Gonçalves. Nesse ano, o IST volta a ser dotado com um crédito especial de 100 contos⁵⁴ e, em março de 17, no Congresso, um deputado refere que já está a ser demolido um edifício, a igreja do antigo Convento das Francesinhas, para dar lugar à nova construção.⁵⁵

Mas não chegara ainda a hora de definitivamente concretizar o projeto. A direção do instituto não conseguira *fazer arredar* o Posto de

Desinfecção e convencera-se, entretanto, de que o terreno das Francesinhas, *estreito e limitado*, era exíguo. Ao mesmo tempo, a Associação Comercial de Lisboa cobiçava-o para ali instalar um Museu Comercial e o Instituto Superior de Comércio também estava interessado no local.

Por estas razões, Bensaúde admite a troca desde que o ISC lhe encontre uma alternativa de 35000 metros quadrados de área. Por si, adianta desde logo conhecer um bom terreno, *a parte das Necessidades ao pé da legação da América*.

A situação prolonga-se e agrava-se, em 1919, quando, no processo de implementação da reforma do ensino técnico, *os alunos pretenderam que Alfredo Bensaúde deixasse a direção do IST*,⁵⁶ e deste, por seu lado, se declarar demissionário pelo atropelo à autonomia que representava a imposição governamental de as faculdades técnicas, incluindo o IST, se organizarem em moldes idênticos. O professor Vicente Ferreira desespera-se com a falta de espaço para o trabalho gráfico das suas cadeiras e propõe que para esse fim se levante um andar por cima da mineralogia. Charles Lepierre, que interinamente substituíra Alfredo Bensaúde, lembra a eleição de uma comissão para acompanhar o assunto. Os eleitos são Vicente Ferreira, Álvaro Machado, Francisco Maria Henriques e Ferrugento Gonçalves.⁵⁷

O tema da construção do edifício e do financiamento da obra também fora retomado nas câmaras a propósito de uma proposta de lei que mandava inscrever no orçamento do ano económico de 1919–20 nova verba de 100 contos.⁵⁸

O Senado, preocupado com os custos, em requerimento apresentado por Constâncio de Oliveira, quer saber as condições em que fora feito o primeiro empréstimo de 400000 escudos; qual a importância já despendida nesse constrói / ampliação; qual a área conjunta do antigo IICL, com seus anexos, e do antigo convento e seus adjacentes; qual a área necessária para a construção do novo IST; qual a importância orçada para a obra; qual o destino dos materiais provenientes das demolições referidas e, no caso de terem sido vendidos, qual a importância apurada e em que foi aplicada.

As preocupações do senador não encontram eco no ministro do Comércio e Comunicações, engenheiro Ernesto Navarro, que então tutelava

o IST. Quer avançar com a aprovação da lei que permitiria a compra de um terreno adequado e que resolveria, em simultâneo, os problemas com o Instituto Superior do Comércio⁵⁹. Pretende ver orçamentado um reforço de 150000 escudos ao empréstimo de 400 contos concedido antes da guerra. Apesar de acentuar o incomportável acréscimo de despesa, a Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados aprova-a.

As reticências vêm do Senado que, por um lado, põe objeções aos cálculos financeiros apresentados que reputa insuficientes; por outro, receia que se repitam os erros de análise e falta de rigor dos estudos anteriores que forçaram ao abandono do terreno de há muito destinado a esse fim. Afinal nele não cabia uma das instalações indispensáveis ao novo instituto.

Com os 150 contos atribuídos, encontra-se um outro terreno que Bensaúde localiza. Trata-se da propriedade Casal do Mineiro, às Amoreiras, um lugar central e com ótimas condições higiénicas, como relata no depoimento de 1922, que resulta num novo impasse. Na impossibilidade de se chegar a um acordo amigável com o proprietário, e com a compra já aprovada pelo CE e dotada pelo Estado, o governo decide-se por um processo de expropriação que decorria ainda em 1922 e que nunca se irá concretizar.

A ideia que surgira a alguns de se regressar ao ponto de partida e de construir no mesmo sítio encontra frontal oposição de Bensaúde, que classifica a ideia de *anti-pedagógica e anti-higiénica*. Pensava-se, por exemplo, ser possível retomar a posse da parcela de terrenos anexos ao IST que estiveram cedidos pelo IICL, a título gratuito, à Companhia das Águas, durante meio século, e que, pela ação firme do diretor passara a pagar uma renda. Mas, entretanto, havia pelo menos obras de manutenção do velho instituto que se tornavam inadiváveis. No meio da penúria e sem verbas disponíveis, o ministro do Comércio aconselhara como recurso extremo a requisição de pessoal das Obras Públicas. O CE acede, mas restringe o contributo deste pessoal estranho aos trabalhos no exterior do edifício.

A saga das instalações do IST vai continuar na viragem da Primeira República para a Ditadura Militar. Nas sessões do CE de 24 de abril e 28 de julho de 1926, já então presididas pelo

novo diretor Ferrugento Gonçalves, volta-se ao assunto premente.

Na primeira data, no meio de uma greve estudantil gravíssima que se desenrolava desde janeiro, surge uma proposta apresentada pelo professor Adrião de Sequeira que propõe a estratégia a usar pelo ministro do Comércio para agilizar no parlamento a aprovação de uma dotação para um empréstimo com aquele fim.⁶⁰ Na segunda data, em julho, e que continua na sessão de 7 de agosto com o mesmo tema, é ainda Adrião de Sequeira quem, em nome da comissão encarregada da reorganização do ensino técnico, composta pelo próprio e por Mira Fernandes, Santos Viegas, Lepierre e Amílcar de Jesus, levanta a hipótese da cedência do antigo colégio de Campolide e terrenos anexos para uso do IST.

Seria irónico, mas talvez digno, que os dois institutos criados por Brito Camacho viessem a ocupar as instalações dos antigos colégios do Quelhas e de Campolide acabados de expropriar, no rescaldo da instauração da República, a Doroteias e Jesuítas.⁶¹ Tal não aconteceu porque o ministro da Guerra, que o destinava a aquartelamento de uma unidade militar, não o cedeu ao seu colega do Comércio. O vogal Amílcar de Jesus propõe então, e é aprovado por unanimidade, que se procure por outro lado. Talvez a Cordoaria Nacional ou o edifício onde estavam instalados os serviços das encomendas postais ...⁶²

Em janeiro de 1927, o parlamento autoriza o governo a negociar, na Caixa Geral de Depósitos, um empréstimo de 3500 contos até à taxa de juro anual de 9% amortizável em 15 anos, para a compra de terreno e construção de edifício destinado *à nossa principal escola de engenharia*.⁶³ A oportunidade surge desta vez porque no plano viário da cidade os terrenos do IST vão ser atravessados por uma rua a abrir e porque, finalmente, se encontrara uma área que não só satisfazia os requisitos necessários como ainda deixava alguns terrenos alienáveis.

Os encargos serão satisfeitos pelo ministério do Comércio e Comunicações. O remanescente da compra do terreno, a venda dos terrenos no Conde Barão, os donativos feitos ao instituto e o produto dos empréstimos e créditos anteriormente autorizados para este fim, a venda dos

terrenos sobrantes dos que vão ser adquiridos, ficarão disponíveis para a construção. Esta será dirigida e fiscalizada por uma comissão constituída pelos membros da comissão administrativa do IST e por dois delegados do seu CE.

As futuras instalações voltam a ser faladas no fim do ano.⁶⁴ No CE, um novo professor ordinário, Duarte Pacheco, lastima as deficiências dos edifícios e a pobreza do equipamento que não deixam progredir a escola e que terão de estar irradiadas dentro de um ano. Parece-lhe um prazo razoável pois que se o Estado pôde dispendir 1500 contos anuais na aplicação das últimas reformas do ensino também poderá satisfazer as necessidades do IST. O desejo cumpriu-se, embora com anos de atraso.

De fato, o assunto está, indiretamente, a ser de novo abordado, no verão de 1928, quando Ferrugento Gonçalves propõe que fique consignado em ata do Conselho um voto de congratulação pelo fato do então diretor, professor Duarte Pacheco, ter sido nomeado ministro da Instrução Pública. De forma mais direta, *et pour cause*, retoma-se já no ano novo de 1929. O Conselho defere o requerimento de Pardal Monteiro, chefe de trabalhos práticos, pedindo para juntar aos 15 dias de licença concedidos pela direção do instituto mais 30 *afim de proceder no estrangeiro à visita de algumas das principais escolas de engenharia estrangeiras, para assim colher elementos que o habilitem a elaborar o projeto do novo edifício*.⁶⁵

Agora, a preferência por uma localização na zona ribeirinha ocidental e próxima da Alcântara industrial perde, definitivamente, terreno.

Em outubro de 1926, o governo da Ditadura Militar faz um elogio rasgado à reforma universitária iniciada pelo regime republicano – *só comparável à reforma pedagógica de Passos Manuel* – e publica um novo Estatuto da Instrução Universitária, especialmente para retificar as disparidades entre as universidades portuguesas que considera a principal falha da estrutura universitária adotada.⁶⁶ O IST, que se pode reconhecer na primeira afirmação, não é ainda englobado neste regulamento nem, poucos dias depois, no aplicável à Faculdade de Engenharia. Por enquanto preserva a autonomia que ainda lhe resta.

Em junho de 1927, Ferrugento Gonçalves deixa o lugar a uma geração mais nova. Com este movimento encerra-se uma etapa da vida do instituto..

Eduardo Augusto Ferrugento Gonçalves, o sucessor de Bensaúde e protagonista desta transição, general de engenharia, graduado, frequentou a Escola do Exército terminando aí o curso de engenharia militar e civil em 1885. Nos primeiros anos do IST, veio complementar os seus estudos ao instituto, condição que gosta de acentuar ao declarar-se *aluno* em artigos que escreve na revista da Associação dos Estudantes, *Técnica Industrial*, a cujo conselho de redação pertenceu em 1917. Foi professor da Escola de Guerra, cadeira de topografia e geodesia, e da Naval, cadeira de máquinas marítimas. No IST, foi aprovado, em 7 de outubro de 1913, pelo CE, como professor ordinário de pontes e teoria geral e descrição de máquinas; em 1914, rege a cadeira de geradores de vapor e,

em abril de 1921, é diretor do IST. Na ocasião, Alfredo Bensaúde propõe um *voto de agradecimento pelo sacrifício que o novo diretor fez, aceitando o espinhoso cargo* e faz votos de que o cargo venha a ser mais condignamente remunerado e de que, se necessário for, o diretor fique liberto das regências guardando embora a supervisão das suas cátedras. O visado pede que esqueçam a sugestão e propõe um voto de louvor por aclamação ao antecessor.

Ferrugento Gonçalves é o único diretor do IST com formação militar. Nos sete anos em que governa o instituto esgota-se com problemas a que se voltará. De forma discreta, deve-se-lhe, porventura, a sobrevivência da escola, num período conturbado e em que ainda é preciso muita determinação para consolidar a obra do antecessor. A 30 de junho de 1927, preside pela última vez ao CE. Deixa a escola, por limite de idade, em 1934, quando esta está à beira de entrar num novo ciclo académico e social.

Esta é a escola em que nos ensinaram a trabalhar e, por consequência, a viver

Ao abandonar definitivamente o IST, o que só se verificará em 1924, Alfredo Bensaúde sai com todas as honras que uma escola pode prestar a um dos seus professores: diretor e diretor honorário, retratado por iniciativa do CE e descerrado esse retrato a óleo em local nobre do instituto (mais tarde, em 1941, também o seu busto em bronze é colocado no átrio do novo edifício), objeto de uma sessão de homenagem e, após a sua aposentação, no final de longo período de licença, ainda convidado para a presidência de comissões académicas relacionadas com o ensino técnico industrial.⁶⁷

Num contexto mais privado, o CE não se esquece de lhe enviar as congratulações por ter sido agraciado pelo governo em 1929, os pêsames por ocasião da morte da mãe, em 1934, ou os parabéns, em 1936, pelos seus 80 anos. Ainda, em sessão dedicada pela Academia de Ciências de Lisboa, em fevereiro de 1941, à memória deste seu antigo sócio (correspondente em 1893, efetivo em 1911 e académico emérito em 1929), o então diretor do IST, Herculano de Carvalho, exalta as suas aptidões intelectuais, a faceta de *trabalhador primoroso no laboratório e*

até na oficina, a sua elegância moral ao longo da vida e admira: *Com inteligência aberta a todas as curiosidades do espírito e na posse de cultura invulgar, o Dr. Bensaúde parecia talhado para vir a ser um dilettante puro, atitude que as condições materiais lhe permitiam e que o seu egoísmo – se ele o escutasse, lhe havia de aconselhar.*⁶⁸

Poderá também entender-se como homenagem o gesto de Amílcar de Jesus, o professor que lhe sucedeu nas cadeiras que regera e, na altura, novembro de 1930, presidente da câmara municipal de Cascais, de oferecer ao IST para se aplicar na aquisição de material didático ou de investigação científica para o Museu Bensaúde, a gratificação de 1900 escudos que lhe coube, como membro da comissão administrativa do museu criado em Cascais por disposição testamentária do conde de Castro Guimarães.⁶⁹ Mesmo a Associação dos Estudantes não deixa de lhe pedir, após visita às instalações da Alameda, um artigo de reflexão sobre a instituição que fundara e que publicará na revista *Técnica*, em 1941, como homenagem póstuma.

É recordado, anos depois da aposentação, como o *criador do IST* (*pois que se trata mais de*

criação do que de reforma do velho instituto) por Camacho que confessa ter encontrado nele o seu homem para empreender a obra que pretendia realizar. Esta é toda mérito de quem a dirigiu, em nada mais pensando do que no seu instituto, querendo-lhe como se ele fosse ... um raro, um ignorado *stradivarius!* E ele aí estava, pessimamente instalado, mas com os cursos a funcionarem como os melhores do estrangeiro graças ao milagre da competência, do zelo e da boa vontade. Agora seria só esperar pelas novas instalações.

Com toda a sua ironia e alusões subtis, Brito Camacho concluía a crónica memorialista:

Estou a ouvir o leitor, que me não pode tragar, a dizer por entre dentes: - Pois sim, mas o instituto é o Dr. Bensaúde, não é você...

Perfeitamente exato.

Uma noite o velho Dumas assistia à première duma peça do filho, que teve grande êxito. Dizia um invejoso, não se atrevendo a morder na peça: - Confesse, querido Mestre, que V. fez ali alguma coisa...

E o velho Dumas, bonacheirão, naturalmente desvanecido com o triunfo do rapaz: - Fiz o melhor da peça - o autor.

Aplicando el cuento... (Camacho 1937 p. 79-80).

Bensaúde é rotulado de estrangeirado e as suas propostas de estrangeirismos. E ele é-o e elas são-no. E não porque adotasse e refletisse em Portugal tendências do pensamento filosófico (já não tão modernas nem predominantes na Europa) o positivismo de Comte e o evolucionismo de Spencer, e nem por querer erguer um organismo escolar que se afastava das tradições académicas do país. O primeiro, no plano da teoria, universalizara-se e o segundo, só na sua operacionalização é original. A diferença está no perfil de liderança.

É pela conjugação dos pressupostos referidos com um modo de ser e de estar caracterizado pela exigente reivindicação da responsabilidade individual, pela inflexibilidade na imposição de normas e princípios, pela estrita isenção em procurar *eliminar todo o coeficiente pessoal* (Bensaúde 1922 p. 107) na seleção de recursos humanos, pelo acreditar sem transigência nas aptidões sociais da nação e na máxima com que termina o seu livro, *a instrução que não conduz igualmente à educação é mais perigosa do que útil para a ordem*

social (Bensaúde 1922 p. 136), e pelo apostar na força do apoio moral, desinteressado, idealista, patriótico, dos particulares congregados para o bom desempenho das instituições públicas. São nestes valores e atitudes – que não definem, genericamente, o povo português – que Bensaúde se distingue, singulariza e realiza. São traços de personalidade e de educação, porventura desenvolvidos numa mundividência particular que a Comunidade Israelita do Porto não deixa de reivindicar.

Na nota necrológica, participando o falecimento, a 1 de janeiro de 1941, deste *nosso cor-religionário*, estabelece o contraste entre as prisões e exílios por crimes de judaísmo, ordenados pelo tribunal da Inquisição e o importante papel de membros da comunidade judaica na criação de escolas superiores em Portugal – Bensaúde, no Instituto Superior Técnico, Amzalak, no de Ciências Económicas e Financeiras.

Mas Alfredo Bensaúde teve, e reconhece-os, apoios fundamentais de bons (?) cristãos. De um conjunto considerável de professores que com ele colaboraram ativamente, de Brito Camacho que chancela um regulamento que consagra e sustenta a criação de um instituto inovador e de Luís da Silva Viegas que regeu o setor administrativo burocrático do IST, imprescindível nesta fase de organização inicial.

Na reflexão final das *Notas*, Alfredo Bensaúde critica a incultura e a falta de confiança dos portugueses nos dirigentes educativos, e incomoda-se particularmente com a indiferença profunda que manifestam pelos problemas do ensino e por todos as questões com incidência na vida coletiva. Considera-a uma herança do *Estado Providência* absolutista, revigorada pelos vários socialismos do seu tempo que, ao entregarem ao Estado, entidade abstrata, o encargo de prover às necessidades gerais da sociedade, dispensam os cidadãos de ultrapassarem os seus interesses estritamente egoístas. Como exemplo positivo, elogia a atividade do grupo dos Amigos do Museu de Arte Antiga e incita os antigos alunos do IST a organizarem-se de forma semelhante colaborando com os professores na defesa da escola e garantindo-a se lhe faltarem os meios para se manter.

Esta é também a linha do CE que, coerentemente, apoia e acolhe da melhor maneira as

solicitações das associações de estudantes, quer seja a Federação Académica de Lisboa a quem concede, em anos sucessivos, 3% das receitas das matrículas⁷⁰, quer seja a Associação dos Estudantes do IST, fundada em 1911 e confirmada pelo papel ativo em 1915, que agora quer ver apreciado o projeto de estatutos de uma cooperativa da sua associação.⁷¹

Assim, toda a história do IST, nos anos de emergência, é a demonstração prática da coerência de uma ação norteada por princípios informados.

Talvez o IST tivesse saído beneficiado do tempo difícil em que nasceu - janela de oportunidades -, em que só os fortes sobrevivem, e a estatística de que nos dez primeiros anos de existência apenas dois ou três anos letivos podem considerar-se normais, é do próprio Bensaúde.

São tempos duros para uma instituição em fase de afirmação, mas que foram conduzidos de maneira a estimular todos os envolvidos. No editorial da revista estudantil Técnica Industrial de junho 1917, Joaquim J. B. Salgado exalta *a escola em que nos ensinaram a trabalhar e por consequência a viver* e que deseja ver elevada a um nível superior ao de todas as similares. E justifica: *é preciso que esta revista progrida, para assim darmos mais uma prova, aliás desnecessária de que o IST é uma Escola onde se trabalha, onde se preparam os homens que mais tarde, quando terminar este período horrível que vamos atravessando poderão, e hão-de fazê-lo, tomar conta da indústria não só da nossa querida Pátria como também da dos países nossos amigos.*

Tal como a Politécnica e o antigo IIICL, também o IST tem os seus mestres envolvidos na ação política. No Congresso da República, Mira Fernandes, Vicente Ferreira, Lino Neto, Aboim Inglês; no mesmo período, em governos, mais ou menos *hebdomadários*, Santos Viegas, Vicente Ferreira e Aboim Inglês e, em governos da Ditadura Militar e do Estado Novo, naturalmente, Duarte Pacheco.

Mais do que estas figuras públicas e com maior orgulho neles, o IST tem os alunos que acabou de formar (e os primeiros diplomados são de 1914) colocados em lugares de relevância na vida económica do país. Como engenheiros civis, oito na direção do Porto de Lisboa, na Companhia dos Caminhos de Ferro, na Companhia dos Fósforos e no ministério do Fomento; como engenheiros mecânicos, três nos Caminhos de Ferro e no Fomento; como engenheiros de minas, três no Vale do Vouga, em Porto de Mós e no Sousel; três outros, como engenheiros eletricistas, na Companhia dos Telefones e na filial do Porto da Casa H. Burnay & C^a e, como engenheiros químicos, mais três na CUF (Bensaúde 1922 p. 66-67).

Estes e todos os outros que se notabilizaram no estrangeiro e no país, na paz ou na guerra.

- 1 Diário do Congresso, sessão de 22 de março de 1913.
- 2 Diário do Congresso, Atas da Câmara dos Deputados, sessão de 4 dezembro de 1914, p. 5.
- 3 Diário do Congresso, Atas ... sessão de 23 janeiro de 1913, p. 91.
- 4 Decreto 5029, dezembro 1918.
- 5 IST. Fundo arquivístico, nº prov. 37 “Documentos submetidos ao Ministro do Fomento”, e 38 “Correspondência Recebida – 1910 a julho de 1911”.
- 6 Decreto com força de lei de 19 de abril de 1911. Artº 6.
- 7 Diário do Governo, nº 273, de 3 de dezembro de 1903 e Diário do Governo, nº 197, de 4 de setembro de 1901, cit. Joaquim Veríssimo Serrão, História de Portugal, vol. X, p. 450, Lisboa, Editorial Verbo, 1988.
- 8 Portaria de 18 maio de 1927.
- 9 Decreto lei de 23/05/1911.
- 10 Celestino da Costa, Ensino Médico ... 1917, in Bensaúde, 1922, p. 94.
- 11 Preâmbulo do decreto lei de 23/05/1911.
- 12 Decreto nº 4554, 6 de julho de 1918.
- 13 Decreto com força de lei de 19 de abril de 1911. Artº 15 e 16.
- 14 Diário do Congresso, Atas..., 13 de janeiro de 1914, p. 17.
- 15 Diário do Congresso, Atas..., 13 e 14 de janeiro de 1914, p. 10 e segs. e 6 e segs.
- 16 Lei nº 617, de 19 de julho de 1916.
- 17 Decreto nº 446 de 22 de abril de 1914.
- 18 Regulamento de 29 de junho de 1914.
- 19 Diário do Governo, 10 de julho de 1914. Projeto de lei sobre a reorganização das universidades.
- 20 Lei nº 465. Aprovada no parlamento em 29 de setembro de 1915.
- 21 Diário do Governo, 15 de outubro de 1914. Decreto nº 954.
- 22 Lei nº 1479, 25 de outubro de 1934.
- 23 Decreto nº 4554, 6 de julho de 1918, cap. I, artº 3º, §único.
- 24 Decreto nº 19081, de 2 dezembro de 1930.
- 25 Diário da Câmara dos Deputados, 14 maio de 1912, p. 12.
- 26 IST. Fundo arquivístico, Atas..., Livro 2º, sessão de 6 de novembro de 1926.
- 27 IST. Fundo arquivístico, nº prov. 37 e 38.
- 28 Decreto de 14 de julho de 1911, artº 138.
- 29 Actas CE, 1º vol. 8 novembro, 1922, p. 61/61v.
- 30 Lei nº 1592, de 21 abril de 1924.
- 31 IST. Fundo arquivístico, nº prov. 37.
- 32 Atas do CE nº 4, p. 28.
- 33 Atas CE, 3º vol. 5 fevereiro, 1936, p. 99.
- 34 Atas CE, 1º vol. 7 fevereiro, 1922.
- 35 Atas CE, 1º vol. 19 dezembro, 1918.
- 36 Atas CE, 1º vol. Sessões de 22 maio e 21 outubro, 1922, p. 68 e 76v.
- 37 Decreto com força de lei de 22 março 1911.
- 38 Decreto de 1 de dezembro de 1918.
- 39 Decreto de 1 de dezembro de 1918, art.º 141.
- 40 Decreto de 14 de julho de 1911, artº 20.
- 41 Decreto nº 3894, de 28 fevereiro de 1918.
- 42 Decreto nº 5029, de 1 dezembro de 1918.
- 43 Portaria nº 1925, de 29 julho de 1919.
- 44 Atas CE, sessão de 30 de maio de 1921
- 45 Decreto nº 5029, de 1 dezembro de 1918.
- 46 Programa dos Exames de Admissão ao IST, Diário do Governo, nº 154, 26 junho de 1930.
- 47 Decreto de 1 de dezembro de 1918, capítulo X.
- 48 Decreto com força de lei de 23 de maio de 1911.
- 49 Diário da Câmara dos Deputados, 29 dez. de 1912, p. 23.
- 50 Lei nº 419, de 10 setembro de 1915, artº nº 156 e 157.
- 51 Diário do Governo, nº 273, de 1 de dezembro de 1898, in: História de Portugal... p. 450.
- 52 IST. Fundo arquivístico, nº prov. 37.
- 53 Atas do CE, Livº 0, sessões de 18 outubro e 19 novembro de 1916, p. 18v. e 19v.
- 54 Decreto nº 2591, de 24/8/1916.
- 55 Diário do Congresso, Atas..., 15 março de 1917, p. 8.
- 56 Atas do CE, Livº 1º, sessão de 19 novembro de 1923, p. 100
- 57 Atas do CE, Livº 1º, sessão de 20 dezembro de 1918, p. 6
- 58 Diário do Congresso, Atas..., 11, 18 e 20 novembro de 1919.
- 59 Diário do Congresso, Atas, proposta de lei nº 163, 20 novembro de 1919, p. 1.
- 60 IST. Fundo arquivístico, atas das sessões do CE, Livro 2º (desde 4 de dezembro de 1923 a 21 de junho de 1927), sessão de 24 de abril de 1926.
- 61 IST. Fundo arquivístico, Atas..., Livro 2º, sessão de 28 de julho de 1926.
- 62 IST. Fundo arquivístico, Atas..., Livro 2º, sessão de 7 de agosto de 1926.
- 63 Decreto nº 13113 de 24 janeiro de 1927.
- 64 IST. Fundo arquivístico, Atas..., Livro 2º, sessão de 6 de agosto de 1926.
- 65 IST. Fundo arquivístico, Atas..., Livro 2º, sessão de 4 de julho de 1928 e 17 de janeiro de 1929.
- 66 Decreto nº 12426, de 2 de outubro de 1926.
- 67 Atas CE, 2º vol., sessões de 8 de maio e 3 de julho de 1926
- 68 In: Técnica, março 1941, p. 223.
- 69 Atas CE, 3º vol., 29 novembro, 1930, p. 40v.
- 70 Atas CE, 1º vol. Sessão de 6 abril, 1922, p. 64v.
- 71 Atas CE, 1º vol. Sessão de 6 abril, 1922, p. 65.

Os primeiros alunos

António Monteiro Cardoso

Instituído pelo decreto com força de lei, de 23 de maio de 1911, o IST abre as suas portas em 13 de novembro seguinte, um curto espaço de tempo, atendendo a que foi necessário contratar professores e preparar toda a logística necessária.

Para começar a funcionar, o novo instituto aproveitou as instalações do extinto IIICL, um edifício exíguo, encarado como uma solução provisória, mas que acabou por se manter por mais de 20 anos. Não faltam descrições acerca das condições degradantes dessas instalações, acanhadas e sem conforto, ainda por cima localizadas numa zona da cidade pouco recomendável. Alfredo Bensaúde não podia ser mais claro a esse respeito, ao afirmar: *do ponto de vista educativo o local não pode ser pior, encontrando-se rodeado de tabernas mal frequentadas e de casas de prostituição. Instalar definitivamente o instituto em tal sítio seria pecar contra os mais rudimentares preceitos pedagógicos e higiénicos* (1922 p. 128).

A criação desta nova escola pelo governo provisório da república, através da iniciativa do ministro do Fomento, Manuel de Brito Camacho, não encontrou grande eco na imprensa da época¹, mais preocupada com outros temas, em que se destacavam os primeiros conflitos suscitados pela lei de Separação da Igreja e do Estado, as eleições para a Assembleia Constituinte e a eminência das incursões monárquicas a partir da Galiza.

Tal não impediu que acoressem a matricular-se no primeiro ano letivo do IST (1911–1912) um total de 210 alunos, um número que foi decaindo até finais da República e que só veio a ser ultrapassado com os anos 30.

Este número inicial tão elevado só se compreende por existir uma apetência considerável por um curso com as características inovadoras do IST, caucionado pelo prestígio científico do diretor e do pessoal docente. Como se referia

no preâmbulo do decreto de criação, propunha-se um curso de engenharia de tipo diferente, que ultrapassasse a *miséria* do ensino técnico nos seus diferentes graus, *não obstante a farfalhice dos programas respetivos*. Além disso, incluía-se pela primeira vez no plano de estudos o ensino de dois novos ramos, a engenharia química e a engenharia eletrotécnica, até então inexistentes, apesar da sua importância para o desenvolvimento industrial do país.

O grande número de alunos, logo no primeiro ano, também se explica pelo fato de o ingresso não estar dependente de exame de admissão, que só anos mais tarde será exigido, bastando o 7º ano de ciências. Esta relativa facilidade na matrícula tinha como contrapartida uma seleção muito rigorosa no curso geral e sobretudo no 1º ano, o mais difícil de vencer.

Analisando os registos de matrícula dos cinco primeiros anos letivos, concluímos que o número de alunos naturais de Lisboa é ligeiramente inferior aos nascidos fora da capital. Mesmo tendo em conta que muitos provinham de famílias residentes em Lisboa, a percentagem dos naturais da província é considerável. Grande parte deles provinha do centro e do sul do país, com destaque para os distritos de Santarém (53) e Faro (43), em contraste com uma menor afluência de alunos do norte, o que se explicará pela maior distância e pela concorrência da Escola de Engenharia, anexa à Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, transformada a partir de 1915 em Faculdade Técnica. De assinalar também um número relativamente elevado de naturais dos Açores (31), para o que terá contribuído a ascendência do fundador e primeiro diretor Alfredo Bensaúde, natural de Ponta Delgada.

Todos os alunos eram do sexo masculino, situação que, como veremos, se manterá até 1931, quando se matricula a primeira

mulher a se diplomar pelo IST. No ano letivo de 1915–1916, Maria Adelaide de Magalhães Quintanilha, natural de Bragança, inscreveu-se, mas anulou a matrícula nesse mesmo ano². Os preconceitos dominantes na época, que levavam a encarar com relutância os estudos superiores das mulheres, acentuavam-se em relação à engenharia, vista como uma atividade masculina. No caso concreto do IST, os trabalhos oficiais obrigatórios de carpintaria e de serralharia, executados sob a direção de operários e que pressupunham o emprego de uma certa força física, constituíam um obstáculo acrescido.

À semelhança do que sucedia à época em todo o ensino superior, a maior parte destes primeiros alunos provinha em geral de extratos sociais elevados. A origem republicana da instituição não afastou do IST alguns jovens oriundos da nobreza titulada, como sucedeu no ano letivo inaugural, com António Maria Diogo Tovar de Lemos, filho do 1º conde de Tovar e o 7º marquês de Tancos, matriculado com o nome de D. Duarte Bernardo Balthasar Manuel³. Com eles ombrearam estudantes filhos de políticos republicanos como Celestino Rodarte de Almeida, filho de Celestino Germano Pais de Almeida, deputado às cortes de 1911 e que, ao longo da República sobraçou por diversas vezes as pastas das colónias e da marinha. Acompanhavam-nos descendentes de famílias ligadas à engenharia, como era o caso de Frederico Eugénio Cardoso Ressano Garcia, filho de Frederico Ressano Garcia (1847-1911), diplomado pela École Nationale des Ponts et Chaussées, de Paris, professor de engenharia no Instituto Industrial e Comercial de Lisboa e autor do plano de expansão da mesma cidade. De assinalar também a matrícula de dois sobrinhos netos do marquês de Sá da Bandeira, os irmãos Bernardo e Salvador de Sá Nogueira, o último dos quais se distinguiu como engenheiro naval. Outros alunos procuraram o IST como forma de obterem habilitações que se articulassem com atividades industriais, como sucedeu com o único aluno oriundo de Aveiro, Duarte Tavares Lebre (1888–1957), que veio a fundar com familiares uma fábrica de cerâmica em Quintãs.

A extração social elevada de grande parte destes primeiros alunos levou a que vissem com maus olhos os trabalhos nas oficinas, um aspeto

essencial da pedagogia de Alfredo Bensaúde, que relata como *ao iniciar esses trabalhos no primeiro ano de existência do instituto, era manifesta a má vontade de muitos alunos. Essa atitude provinha do preconceito, não raro entre os primeiros alunos, de que uma pessoa de qualidade se rebaixa, trabalhando manualmente ao lado dos operários* (1922 p. 39), mas rapidamente mudaram de posição, passando a interessar-se.

Os alunos deste primeiro ano do IST dão mostras de empenhamento na defesa dos seus direitos, como demonstra a fundação precoce da Associação dos Estudantes do Instituto Superior Técnico (AEIST) em 11 de dezembro de 1911, ainda não se completara um mês desde o início das aulas. Por outro lado, mostram-se atentos a todas as medidas que possam afetar os seus interesses. Assim, em janeiro de 1912, apresentam uma representação à Câmara dos Deputados sobre os prejuízos que lhes poderia causar a nova lei do recrutamento militar. Em maio seguinte, protestam contra uma proposta de lei sobre recrutamento de técnicos coloniais, que não contemplava os engenheiros que iriam sair do instituto⁴.

Deste primeiro curso do IST ficaram-nos algumas fotografias, publicadas na *Ilustração Portuguesa* de 24 de junho de 1912, que documentam uma visita de estudo dos alunos de mineralogia ao Cabo da Roca, com um comentário em que se elogia o método de ensino que liga a teoria à prática.

No segundo ano de funcionamento o número de alunos desce para 158, mantendo-se nessa ordem de valores até aos anos da Primeira Guerra Mundial, em que conhecerá um importante decréscimo.

Ferreira Dias, um engenheiro bem conhecido pelo seu papel na posterior eletrificação do país, deixou-nos um relato bem expressivo do ambiente que se vivia nos primeiros anos do instituto: *Matriculei-me em 1918, mas ainda senti o quadro das primeiras horas. Andei pelos bancos dos velhos edifícios do Conde Barão; ainda tive como diretor o prof. Bensaúde, inspirador da criação do instituto; ainda tive Tomás Bordalo Pinheiro como professor de desenho; ainda obedeci à figura patriarcal do Tavares, chefe do pessoal menor (...) Vi ainda, sobre o pano de fundo dos barracões de chapa ondulada, coisas que já não se podem tornar a ver:*

a gravata branca do prof. Mira Fernandes, a barba mefistofélica do prof. Lepierre, a farda do general Ferrugento Gonçalves. Ouvi ainda, nas velhas aulas desconfortáveis, sons que já não se podem ouvir: o português afrancesado do prof. Fech, as palavras em surdina, macias como um zéfiro, do prof. Santos Viegas, a voz de clarim do severo mas gentil prof. Borges Sequeira, que dava notas negativas e concedia aos alunos, depois da leitura do ponto de exame, «um quarto de hora para adoecerem». E recordo algumas das tropelias que fiz: misturava batatas com os modelos de cristalografia (os «batatoides») nas aulas práticas de mineralogia; dava saltos de barreira sobre a mesa do mestre, na aula onde ensinavam os prof. Droz e Adrião Sequeira, aos quais peço desculpa do desacato; de parceria com o Mariz Simões, algumas vezes resolvi pontos de exame de electricidade a troco de paus de chocolate⁵.

Um clima de camaradagem entre colegas e de bom relacionamento com os professores, que não excluía incidentes com alguns docentes de trato mais difícil, um dos quais chegou ao parlamento, por envolver acusações de antirrepublicanismo⁶.

No ano letivo de 1915–1916, o IST, enquanto escola dotada de autonomia e de um modelo pedagógico específico, passou por um grave perigo, do qual apenas escapou devido à mobilização dos estudantes e dos professores.

Na origem da crise, esteve a aprovação pela Câmara dos Deputados da lei nº 465, de 29 de setembro de 1915⁷, a qual nas palavras de Bensaúde teria como consequência, não só a ruína do instituto, mas também *a morte do ensino da engenharia em Portugal* (1922 p. 80).

De acordo com aquela lei, os alunos aprovados em todas as cadeiras do curso da Escola de Construções, Indústria e Comércio (ECIC)⁸ ou em todas as cadeiras que constituíam os cursos industriais do antigo Instituto Industrial e Comercial de Lisboa (IICL), poderiam matricular-se diretamente nos cursos especiais do IST, sem necessidade de frequentarem o curso geral do mesmo instituto⁹.

Esta inovação suscitou enorme descontentamento, tanto entre os professores como entre os alunos do IST. Como refere Bensaúde, a lei faria desaparecer em pouco tempo o curso geral do IST, permitindo o acesso aos cursos especiais, mediante a frequência dos cursos técnicos

secundários do antigo IICL e da ECIC. Daí resultaria um abaixamento infalível do ensino no IST, que se converteria numa segunda escola de ensino técnico, embora formalmente com a categoria de escola superior.

Tanto os alunos como os professores manifestaram a sua discordância, através de exposições enviadas ao ministro da Instrução Pública, Lopes Martins, pedindo que o cumprimento da lei fosse sustado até que o parlamento, que entretanto encerrara, reapreciasse o assunto. O ministro respondeu que não podia derogar uma lei votada pelo poder legislativo, informando o CE de que a lei nº 465 era para cumprir e que se deviam abrir imediatamente as matrículas. O CE acatou a ordem, não obstante a convicção do diretor de que os alunos não se iriam conformar e que poderiam ocorrer *acontecimentos graves* (ACE, 1/11/1915).

De fato, em reunião realizada em 11 de novembro de 1915, os estudantes deliberaram obstar à matrícula nos cursos especiais do instituto dos alunos abrangidos pela lei nº 465, marcada para dois dias depois¹⁰. Às primeiras horas da manhã desse dia acudiram em massa ao edifício, impedindo a entrada na secretaria, pelo que nenhuma matrícula foi feita. Em face do sucedido, o ministro da Instrução Pública mandou encerrar o instituto até nova ordem.

Os estudantes dirigiram-se então para a Faculdade de Ciências, onde efetuaram uma reunião bastante concorrida, em que reafirmaram o propósito de impedir aquelas matrículas e, se não o conseguissem fazer, obstar ao funcionamento das aulas. Apesar disso, todos os oradores aconselharam os seus camaradas a que se mantivessem na melhor ordem, seguros da justiça que lhes assistia o que não deixaria de ser reconhecido, logo que o parlamento reabrisse.

Os alunos da Faculdade de Ciências manifestaram o seu apoio aos colegas do IST, pondo à sua disposição as instalações da associação¹¹.

Entretanto, no dia 15 de novembro, sem conexão com a questão do IST, eclode uma greve dos alunos dos liceus da capital, em torno de reivindicações próprias¹², que ocasiona vários incidentes de rua e rapidamente alastra aos liceus da província e a diversas escolas de ensino superior.

No propósito de solucionar a crise no IST, o ministro promoveu uma reunião, em que

participou uma comissão de alunos, na qual propôs que os estudantes abrangidos pela lei nº 495 se matriculassem condicionalmente, sem pagamento algum de matrículas, as quais somente se validariam, se o parlamento decidisse que a lei fosse posta em execução; o que representou um primeiro recuo¹³.

Nos dias seguintes avolumaram-se os apoios aos estudantes do IST, sobretudo da parte de escolas superiores, como o Instituto Superior de Agronomia, a Faculdade de Letras de Lisboa e a Escola Normal Superior, enquanto as escolas técnicas defendem a causa dos alunos da ECIC, que pretendiam ingressar nos cursos especiais do IST.

Apoiantes e opositores da aplicação da lei polemizam vivamente nos jornais, os primeiros defendendo a qualidade do ensino da ECIC, que dispensaria o curso geral do IST e os segundos procurando demonstrar o maior grau de exigência daquele curso, no plano científico, designadamente quanto à matemática.

Finalmente, no dia 18 de novembro, escassos cinco dias passados sobre o início do movimento, os estudantes do IST obtêm uma importante vitória, uma vez que o ministro promove a publicação do decreto nº 2006, que adia a matrícula dos alunos a que se referia a lei nº 495 até que o parlamento resolvesse a questão na próxima sessão de dezembro, depois de apreciadas as reclamações contra a referida lei.

Em consequência desta medida, o ministro reabriu o IST e os alunos voltaram às aulas.

Esta medida excepcional, através da qual o governo alterava uma lei aprovada pelo parlamento, teve por base os argumentos apresentados pelos alunos e docentes do IST, bem como o prestígio que este tinha granjeado, mas foi bastante facilitada pela greve dos estudantes dos liceus, desde o primeiro dia marcada por correrias, pedradas e ferimentos, causando alterações da ordem pública, que serviram de fundamento ao governo para intervir no caso do Técnico¹⁴.

Retomadas as aulas no IST, foi agora a vez dos alunos da ECIC e demais escolas industriais entrarem em greve e protestarem veementemente contra o decreto, na esperança que o parlamento mantivesse a posição tomada ao aprovar a lei nº 495. Deste modo, quando reabriu, em 2 de dezembro de 1915, as duas partes

em conflito fizeram ali chegar representações relativas à lei nº 495¹⁵.

Para tentar conciliar posições extremadas, o novo ministro da Instrução Pública¹⁶, apresentou uma proposta de lei, que entregou para estudo ao parlamento, na qual admitia o acesso aos cursos especiais do IST dos alunos abrangidos pela lei nº 495, desde que frequentassem aulas práticas e exames regulamentares, como os demais alunos daquele instituto, num conjunto vasto de disciplinas¹⁷.

A defesa da execução daquela lei teve como figura mais destacada o deputado Simões Raposo, do Partido Evolucionista, bastante ligado a questões pedagógicas, o qual propôs a sua execução imediata, por considerar *irrito e nulo* o decreto que a suspendera, por violar uma lei aprovada pelo parlamento.

Quanto ao fundo, Simões Raposo afirmava: *O Instituto Superior Técnico há-de ser grande, se o seu corpo docente se impuser à consideração dos estudiosos do país e do estrangeiro e se os engenheiros diplomados por esse instituto puderem amanhã, com vantagem, substituir os estrangeiros, que infelizmente estão espalhados por todas as obras de importância, e não unicamente por os alunos que nesse estabelecimento se matriculem terem a mais uma cadeira de matemática. Não é a falta de preparação matemática que há-de dar cabo da engenharia, em Portugal, como se escreveu; o que poderá desprestigiar essa arte é não acolher e acarinhar quem quer estudar esse curso e que, por um acaso da sorte, não pôde seguir a escala hierárquica do ensino. É absolutamente necessário que a República, como regime democrático, ponha de parte a aristocracia do saber (DCD nº 9, 14/12/1915 p. 4).*

O debate prosseguiu com a apreciação de um longo parecer elaborado pela Comissão de Instrução Superior, Especial e Técnica sobre a proposta apresentada pelo ministro. Nesse parecer, a comissão reconhece que a preparação matemática que a ECIC proporcionava aos seus alunos não era equivalente à ministrada nos dois anos do curso geral do IST. Deste modo, a comissão entendia que os alunos da ECIC, antes da matrícula nos cursos especiais do IST, deveriam obter aprovação nas cadeiras de cálculo diferencial e integral e das variações e mecânica racional, além de outras para cada um dos cursos especiais¹⁸.

Porém, reconhecido este fato, a comissão alarga-se em considerações sobre uma *excessiva preparação teórica* que seria exigida no IST, de tal modo que somente 7 a 8 por cento dos alunos matriculados no 1º ano conseguiam concluir o curso geral em dois anos. Segundo o parecer era discutível a *indispensabilidade dum profundo estudo das matemáticas* exigido no IST, não faltando quem afirmasse que *a organização daquele instituto não é a mais conveniente para os interesses nacionais*.

Nesse sentido, comparavam-se os seis anos que os alunos do IST precisavam normalmente para concluir o curso, depois de sete anos de preparação liceal, com os cursos de sete semestres exigidos na Eidgenössische Technische Hochschule, de Zurique, com os cursos de quatro anos da alemã Technische Hochschule Charlottenburg, o Sibley College norte americano, estabelecimentos afamados e de alta reputação, e com os três anos das universidades inglesas e das escolas superiores francesas.

A defesa do modelo seguido pelo IST foi feita pelo deputado Gonçalves Brandão¹⁹, o qual sustentou que em todos os países da Europa, e até nos Estados Unidos, *está-se exigindo a preparação matemática cada vez em maior escala*, entendendo que só desse modo o engenheiro estaria preparado *para o desenvolvimento da técnica que amanhã pode aparecer*. Argumentou que a percentagem relativamente pequena dos alunos que saíam do IST se devia, em grande parte, à falta de preparação que traziam dos cursos secundários e não somente à grande dificuldade do curso geral, concluindo que se devia deixar ao CE do IST o juízo sobre as condições que os alunos deviam satisfazer para o frequentar.

Na opinião de Bensaúde, expressa seis anos depois, entendiam *alguns críticos parlamentares que a nossa escola se devia contentar com diplomar rapazes sem lhes dar uma cultura desenvolvida nas ciências que têm aplicação nas indústrias* (1922 p. 85), demonstrando como, pelo contrário, os ingleses e os americanos apostavam na elevada preparação científica dos engenheiros.

A contestação à aplicação da lei nº 485 reforçou a coesão entre professores e alunos, como o demonstra a publicação em outubro de 1915 da revista mensal *Técnica Industrial*, editada pela Associação dos Estudantes, com o apoio do CE

e do respetivo diretor. Iniciada no preciso momento em que começava a discussão daquela lei no parlamento, a revista representava também uma forma de reafirmar o nível científico do ensino no IST e a sua necessidade para o desenvolvimento do país. Como escrevia Bensaúde no primeiro número da revista, para atingir esse fim, eram necessários alunos engenheiros, que definia como *operários inteligentes com uma cultura científica desenvolvida*.

Quanto à lei nº 485, que estivera na origem da crise, após sucessivos pareceres, propostas e contrapropostas apresentadas no parlamento, acabou por nunca ser aplicada.

- 1 De referir, contudo, a publicação de um artigo de fundo num dos jornais mais lidos da capital, onde Adolfo Coelho, professor de pedagogia da Faculdade de Letras, Lisboa, previa o fracasso do IST, ainda este não entrara em funcionamento (Bensaúde 1922 p. 90).
- 2 Maria Adelaide acabou por se licenciar em agronomia. Era irmã de Regina Quintanilha, a primeira mulher a licenciarse em direito e a exercer a advocacia, atividade que iniciou em 1913, com 20 anos de idade.
- 3 A lei de 18 de outubro de 1910, que abolira os títulos nobiliárquicos, permitia que os indivíduos que até então os usavam, podiam continuar a fazê-lo, desde que pagassem os respetivos direitos. No ano letivo de 1912–1913, matricularam-se o 3º barão de S. Cosme e o 4º marquês de Viana e no ano seguinte o 2º conde Estarreja e o 3º marquês de Penafiel.
- 4 DCD, nº 26, de 3/1/1912, p. 3 e nº 123, de 30/5/1912, p. 3.
- 5 Depoimento de José Nascimento Ferreira Dias Júnior (1900–1966), professor do Instituto Superior Técnico e ministro da Economia entre 1958 e 1962, in: *Técnica*, nº 325, 1963, p. 299–300.
- 6 Nas sessões da câmara dos deputados de 2 e 3 de agosto de 1915, os deputados Augusto José Vieira e João Camoesas interpelaram o ministro da Instrução por causa de um professor de mineralogia do IST, que acusam de ser um *impenitente reacionário*, que não perdia ocasião de *dizer mal da República*. Além disso, tratava os alunos de modo desabrido, o que ocasionara uma cena de violência com um deles, que por causa disso fora injustamente expulso.
- 7 A lei resultou de um projeto apresentado pelo deputado Hélder Ribeiro na sessão de 14/8/1915, que a Comissão de Instrução Superior, Especial e Técnica substituiu por outro, mais desenvolvido, aprovado na sessão de 29/8/1915.
- 8 A ECIC fora criada em Lisboa pela lei nº 954, de 14/8/1914, em substituição da intitulada Secção Secundária do extinto IICL.
- 9 Gozavam da mesma possibilidade os alunos que, à data da fundação do IST, se achavam matriculados no Instituto Industrial e Comercial do Porto e tivessem depois transitado para a escola equivalente de Lisboa.
- 10 Na reunião discursou o aluno Augusto Cancellata de Abreu, mais tarde ministro do Interior do Estado Novo, um dos principais dirigentes deste movimento, que tinha à frente um *comité diretor formado por alunos de todos os cursos*. Num

discurso, sob a divisa *A razão acima da lei*, incita os colegas a responder com energia, não excluindo a violência, se fosse preciso, contra aquele ataque à *dignidade de uma escola*, fruto da *politiquite baixa e reles, ganância de uns imbecis que manobram no ministério da Instrução* (Coutinho 2010 p. 128–130).

11 *A Capital* de 13/11/1915 e *O Século* de 14/11/1915.

12 Os alunos dos liceus opunham-se a uma lei da qual resultava que os cursos finais deixavam de ser lecionados em conjunto em cada liceu, passando uns a ministrarem ciências e outros letras, o que os obrigava a maiores deslocações.

13 A Associação dos Estudantes do IST recebera um convite, por intermédio do diretor para que alguns estudantes fossem ao ministério, tendo participado na reunião os alunos Francisco Nobre Guedes, finalista do curso de mecânica, Freitas e Pedro Botelho Neves, que informaram os colegas numa reunião realizada na Faculdade de Ciências, no dia 16, dirigida por Augusto Cancellata de Abreu (*O Século* de 17/11/1915).

14 Para publicar o decreto o governo, invocou a lei nº 373, de 2 de setembro de 1915, a qual, em virtude da situação de guerra na Europa, autorizava o governo a tomar medidas *para garantir a ordem em todo o país*, sem estar constantemente a reunir o parlamento. Neste caso, apenas a greve dos liceus provocara alterações da ordem pública, mas o governo aproveitou para resolver também a crise do IST.

15 O Senado da Universidade do Porto pediu a revogação da lei nº 465, por permitir conceder o diploma de engenheiro pelo IST a alunos com preparação teórica insuficiente e

muito inferior à que recebem no referido instituto e mais ainda à que é exigida pela matrícula na Faculdade Técnica desta Universidade (DCD nº 10, de 15/12/1915, p. 4).

16 Frederico António Ferreira de Simas, que exerceu o cargo entre 29 de novembro de 1915 e 15 de março de 1916.

17 O novo ministro fez questão de afirmar que discordava dos que achavam que não era necessária uma larga preparação matemática para o curso de engenharia, o que mostra a importância desta questão no argumentário dos que se opunham à lei nº 495.

18 Parecer nº 223, apresentado na sessão de 23/3/1916 (DCD n.º 67 p. 14–19). Integravam a comissão os deputados Barbosa de Magalhães, João Barreira, Vitorino Guimarães, Augusto Nobre, Eduardo Augusto de Almeida e Eduardo Alberto Lima Basto, relator. Barbosa de Magalhães votou vencido um artigo, por entender que se devia executar a lei nº 465, permitindo a matrícula aos alunos por ela abrangidos, que tinham sido impedidos de o fazer, por fraude e violência, com o maior desrespeito pela mesma lei.

19 Francisco do Livramento Gonçalves Brandão, deputado eleito na lista do Partido Evolucionista.

“Em face do sucedido, o ministro da Instrução Pública mandou encerrar o instituto até nova ordem.”

Na imagem um anfiteatro do pavilhão central no campus da Alameda, inaugurado em 1936.

Foto: Tatiana Soares



A Grande Guerra

António Monteiro Cardoso

A entrada de Portugal na guerra, primeiro em África e a partir de 1917 em França, veio trazer uma enorme perturbação ao ensino, em virtude da incorporação militar de grande parte dos estudantes, ao abrigo de um decreto que chamou às armas todos os homens válidos até aos 45 anos, podendo o ministro da guerra convocar aqueles que achasse conveniente para fazerem o curso de oficiais milicianos.

Naquela data, seis anos depois de fundado o IST, tinham-se formado por ali os primeiros engenheiros, oito dos quais se encontravam colocados como engenheiros civis na direção do Porto de Lisboa, na Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, na Companhia dos Fósforos e no ministério do Fomento; três outros, como engenheiros mecânicos na Companhia dos Caminhos de Ferro e no ministério do Fomento; três, como engenheiros de minas Vale de Vouga, de carvão de Porto de Mós e de cobre de Sousel; dois, como engenheiros eletricitistas na Companhia dos Telefones de Lisboa e outro na filial do Porto da HBC; e três como engenheiros químicos na Companhia União Fabril. A indústria de extração do rádio dos minérios de urânio, na fábrica do Barracão (Guarda), até então dirigida por engenheiros franceses, passara para as mãos de dois antigos alunos do IST, logo que aqueles foram chamados a prestar serviço militar no seu país. Porém, a mobilização militar decorrente da entrada de Portugal na guerra veio retardar a *intervenção mais intensa dos discípulos do instituto na técnica nacional* (Bensaúde 1922 p. 66–67).

De fato, a falta de oficiais milicianos para integrar o Corpo Expedicionário Português (CEP), que partiu para a Flandres em 1917 levou a uma incorporação generalizada dos alunos dos cursos superiores e de muitos recém diplomados. Alertando contra os efeitos perturbadores daquilo a que chamava um *levantamento em massa*, na

sessão do Senado, de 18 de maio 1917, o senador Alberto Carlos da Silveira, membro do partido unionista, liderado por Brito Camacho, que se opusera à participação na guerra na Europa, afirmava:

Basta dizer que já neste momento existem apenas dois alunos na frequência dos cursos do Instituto Superior Técnico, e, se ainda assim esses dois alunos lá estão, é porque se encontram quase cegos. Todos os outros foram na rede varredoura para oficiais milicianos¹.

A maior parte dos alunos e antigos alunos do IST incorporados integraram o Batalhão de Sapadores de Caminhos de Ferro, que se celebrou com o nome de Sempre Fixe². Mobilizado no começo de 1917, o batalhão de sapadores manteve-se em França até ao final de abril de 1919, sob o comando do então tenente-coronel de engenharia Raul Esteves, que assumirá um papel proeminente nos anos finais da República e após o 28 de maio.

Numa carta dirigida a Alfredo Bensaúde, Raul Esteves informava-o que o batalhão contava com cerca de 30 oficiais, na sua maioria milicianos, engenheiros do IST e que a quase totalidade dos subalternos eram ali alunos. Os trabalhos executados, em campanha, incidiram especialmente na construção e conservação de linhas férreas e, na parte final, também na exploração e tração. A competência técnica demonstrada nesses trabalhos, executados em condições difíceis, mereceu elogios das autoridades aliadas, traduzidos num número elevado de louvores e condecorações atribuídas aos seus oficiais e praças, pelos comandos militares portugueses, inglês e francês³.

Os membros do Sempre Fixe mantiveram laços de camaradagem militar, traduzidos em

encontros anuais dos antigos expedicionários a França até meados dos anos 50, bem como uma grande dedicação ao seu comandante de então Raul Esteves.

Às enormes perturbações causadas pela guerra veio juntar-se a agudização da luta política em Portugal, com a tomada do poder por Sidónio Pais em 5 de dezembro de 1917, o que gerou entre a *mocidade escolar a indisciplina que se revela por ocasião de todas as revoluções* (Bensaúde 1922 p. 51). Curiosamente, na nova situação sidonista, desempenhava um papel importante um aluno do 2.º ano do IST, de 23 anos, chamado Henrique Ventura Forbes de Bessa⁴, que foi nomeado governador civil de Lisboa e depois ministro do Trabalho e do Interior.

Conta Bensaúde que estas circunstâncias levaram à revolta alguns alunos interessados na abolição do exame final, os quais, arrastando os dos primeiros anos, apresentaram uma representação ao ministro da Instrução Pública, Alfredo de Magalhães, pedindo a demissão do diretor do IST. Numa representação impressa de janeiro de 1918 expuseram as suas reivindicações que consistiam no reconhecimento do título de engenheiro, sem tirocínio, sem projeto final e sem exame. Acrescia que muitos destes alunos, por determinação do governo, tinham sido considerados aprovados nas cadeiras que frequentavam, quase a meio do ano letivo, com grande parte dos programas por estudar devido à incorporação no exército. O ministro deu o seu acordo à abolição dos exames finais, a qual carecia do assentimento do CE do IST. Este, com relutância, aceitou que se conferissem cartas de engenheiro sem exame, durante o período de guerra, para evitar um mal maior que seria a demissão do diretor, que se manteve em funções. Segundo Bensaúde (1922 p. 54) este foi o único incidente durante a sua direção que pôs em causa o bom entendimento entre professores e alunos, que até então fora completo, como o foi após este acontecimento.

No entanto, à beira dos finais do regime sidonista, abriu-se uma nova crise entre a direção do IST e o governo, devido à publicação do decreto nº 5029, de 1 de dezembro de 1918, um longo e importante diploma que veio estabelecer a organização do ensino industrial e comercial em todos os seus graus. Este diploma, que

sobreviveu em grande parte ao final do sidonismo, resultou da iniciativa do ministro do Comércio Azevedo Neves, que nomeara uma comissão para o efeito. A nova lei mostrava-se até favorável ao IST, prevendo diversas dotações a seu favor⁵, mas pecava num aspeto fundamental, ao retirar-lhe a autonomia, pois em vez de depender diretamente do ministro, com quem o diretor despachava, passava para a tutela da direção geral do Ensino Industrial e Comercial.

Considerando que esta medida punha em causa a chave do êxito do instituto, que ficava subordinado a um diretor geral irresponsável entre o ministro e o diretor, Alfredo Bensaúde pediu imediatamente a demissão, que lhe foi negada. No ano seguinte, também esta crise pôde ser ultrapassada, graças à iniciativa do prof. Aboim Inglês⁶, o qual, sendo também deputado, apresentou no parlamento um projeto de lei, que foi aprovado, repondo a autonomia pedagógica e administrativa do IST, cujo diretor comunicava e despachava diretamente com o ministro do Comércio e Comunicações (lei nº 877, de 13 de setembro de 1919).

Refira-se que estes incidentes, ocorridos durante o regime sidonista, não puseram em causa a atitude de simpatia do CE do IST em relação a Sidónio Pais. Por ocasião do seu assassinato, aquele órgão fez-se representar no funeral e exarou um voto de pesar e veemente protesto contra o bárbaro atentado que privara o país de *um chefe que se revelara um verdadeiro homem de Estado e de um cidadão que seria grande entre os maiores de todos os tempos*. Considerando que se tratava de *um dos mais distintos professores de matemática*, o CE deliberou ainda criar um prémio Dr. Sidónio Pais, obtido por subscrição entre o corpo docente, a atribuir em cada ano ao aluno melhor classificado nas cadeiras de matemática, para o qual foi aceite a comparticipação da Associação dos Engenheiros pelo IST (ACE, 19-12-1918).

A conjuntura do pós-guerra, marcada por elevada conflitualidade política e social, criou dificuldades ao funcionamento da escola, de tal modo que, segundo Bensaúde, desde a sua fundação em 1911 até 1921, data em que escrevia, apenas se contavam *dois ou três anos letivos que podem considerar-se normais*. Assim, em 20 de novembro de 1918, o CE constatava que as

matrículas ainda não se tinham efetuado, devido à epidemia, conhecida por pneumónica. Em 24 de fevereiro de 1919, o mesmo órgão deliberava marcar novos exames aos alunos que não o tinham podido fazer, em virtude de terem sido mobilizados para combater a chamada Monarquia do Norte, proclamada em 19 de janeiro daquele ano no Porto.

A grande vaga de greves desencadeada a partir de meados de 1919, sobretudo as dos trabalhadores da Carris e dos transportes ferroviários, levou ao envolvimento de alguns alunos do IST nas tentativas de pôr termo a esses movimentos, o que gerou controvérsia sobre o seu papel.

A primeira intervenção de alunos do IST nestas ações ocorreu, por ocasião da greve do

peçoal da Carris, que deliberou paralisar os eléctricos a partir do dia 1 de maio de 1919. Um grupo de alunos ofereceu-se ao governo para intervir, substituindo os grevistas, como condutores, guarda-freios e para efetuar pequenas reparações⁷. A greve terminou uma semana depois com os agradecimentos da direção da Carris ao instituto e as críticas de alguns jornais⁸.

Também as greves ferroviárias de maio de 1919 e setembro de 1920, envolveram indiretamente alunos e ex-alunos do IST, que tendo feito parte, como oficiais, do Batalhão de Sapadores de caminhos de ferro, o Sempre Fixe, foram de novo mobilizados, para pôr termo àquelas ações.



... dia 1 de maio de 1919. Um grupo de alunos ofereceu-se ao governo para intervir, substituindo os grevistas, como condutores, guarda-freios e para efetuar pequenas reparações. (...)

Comando de carro eléctrico [1242]

Fonte: NGMCC

- 1 DSR n.º 56, de 18/5/1917, p. 9. Também Bensaúde (1922 p. 51) afirma que se conservavam na escola *apenas poucos alunos adiantados e muitos dos mais inexperientes dos primeiros anos*.
- 2 Alguns integraram outros corpos, como sucedeu a Augusto Cancela de Abreu, aluno do 4.º ano do IST, do curso de engenharia civil, que fez parte do Corpo de Artilharia Pesada Independente (C.A.P.I) (Coutinho, 2010 p. 191–253).
- 3 Raul Esteves destaca João Carlos Alves que, depois de terminada a guerra, retomou os estudos no IST, que tinha conseguido construir e manter em funcionamento um troço de via-férrea, dia e noite, debaixo de terrível bombardeamento, o que lhe valeu a cruz de guerra de 1.ª classe e a Military Cross britânica (Bensaúde 1922 p. 68–69).
- 4 Nascido em Matosinhos em 1894, faleceu em Paris, em 1920. Entrou para o IST em 1913–1914. Em novembro de 1915, integra a comissão administrativa da revista Técnica Industrial. Bensaúde fala dele, mas sem o identificar.
- 5 Deste diploma resultou também o aumento de um ano do curso geral, por uma questão de simetria com o que sucedia na Faculdade Técnica do Porto. Bensaúde (1922 p. 101) discordou deste aumento, que, com um ano para tirocínio e projeto de exame, se traduzia num curso completo de 7 anos, o que considera excessivo.
- 6 António Lobo de Aboim Inglês (1860–1941), natural de Aljustrel, diplomado com o curso de minas do IICL e ex-diretor da mina de São Miguel, em Huelva, lecionou a cadeira de Metalurgia (Bensaúde, 1922 p. 139). Foi deputado pelo partido unionista e depois pelo partido nacionalista e ministro da Agricultura, no governo de António Granjo, em 1921.
- 7 Bensaúde (1922 p. 43–44) destaca os alunos Alfredo Ripamonte Dantas, João Carlos Adrião Sequeira; Augusto Rebelo de Andrade, Francisco Mendia e Augusto Cancela de Abreu. Sobre a intervenção deste último, ver: Coutinho, 2000 p. 258–263.
- 8 No jornal A Batalha, porta-voz da Organização Operária Portuguesa, de 8 de maio de 1919, criticavam-se estes *novos fura-greves*, perguntando-lhe que atitude tomariam os estudantes do IST, *se estando em greve, qualquer dos seus colegas tentasse furar o movimento?*. O tema é desenvolvido num artigo intitulado *A Mocidade!* publicado em 10 de maio seguinte. Na Capital de 7 de maio de 1919, refere-se também a intervenção de alunos do Instituto Superior do Comércio.

Os anos de afirmação

António Monteiro Cardoso

Terminados os anos difíceis da Grande Guerra e do imediato pós-guerra entra-se num período de certa acalmia. Alfredo Bensaúde (1922 p. 108), que se manterá como diretor até ao final de 1920, assinala com satisfação que o ano letivo de 1919–1920 decorrerá com normalidade e que a exposição dos trabalhos escolares em outubro de 1920 foi a prova bem palpável de que o Instituto Superior Técnico não estacionou.

Apesar disso, nota-se uma certa insatisfação dos alunos com algumas medidas do CE, que lhe acarretam dificuldades injustificadas, originando representações, quase sempre apresentadas em termos respeitosos, em nome do objetivo de aperfeiçoar e engrandecer o instituto.

Assim, em 2 dezembro de 1919, uma comissão eleita pelos alunos, por não estar ainda constituída a nova direção da AEIST, dizendo-se *fartos de greves que tão difícil lhes têm tornado a sua vida escolar*, pede ao CE que não altere as condições a meio dos percursos escolares, de modo a que se entrasse *numa nova época de paz e de estudo*¹.

Em novembro de 1920, uma nova comissão delegada, de que fazia parte Duarte Pacheco, apresentou ao CE um conjunto de pretensões, tais como a marcação dos exames de frequência com um intervalo mínimo de oito dias, a afixação de uma tabela de precedências, a publicação dos programas das cadeiras, a divulgação das classificações dos exames, no prazo máximo de oito dias, e a suspensão das restrições às matrículas com fundamento nas incompatibilidades de horário.

Estas reclamações, que envolvem uma atitude bastante crítica em relação ao modo de funcionamento da escola, são formuladas em termos cordatos, esperando que fossem tomadas em conta *na obra de ressurgimento do IST que interessa igualmente a professores e alunos*.

Não obstante estes cuidados, desencadeiam-se nesta altura movimentos de protesto contra alguns professores, acusados de autoritarismo e arbitrariedade, que nalguns casos levam os alunos a fazer greve às aulas.

Assim, em 1921, os alunos de mineralogia e petrografia representam ao CE contra o professor Silva Pinto², o que origina um inquérito (ACE, 7/12/1921). Outro conflito, mais prolongado, ocorreu com o prof. Giovanni Costanzo, doutorado pela Universidade de Nápoles e regente da cadeira de física, que teve de ser substituído interinamente por um professor contratado para o efeito (ACE, 10/1/1921). O litígio dos alunos persistiu no ano letivo de 1923–1924, de tal modo que, por portaria de 9 de setembro de 1924, foi criada uma época especial de exames em outubro para a cadeira de física, destinada aos alunos reprovados na época de julho, atendendo a que o período escolar naquela disciplina fora excepcionalmente *muito reduzido*³.

No rescaldo destes conflitos, face à necessidade de proceder à revisão da forma como eram regidas algumas cadeiras, o CE resolve criar uma comissão de professores para propor mudanças nos cursos e programas (ACE, 19/11/1923)⁴.

Paralelamente, assiste-se nestes anos a um incremento da atividade associativa entre os alunos, sobretudo a partir da fundação em abril de 1924 do Grupo Desportivo da AEIST, que vai criar secções para a prática de quase todas as modalidades então mais divulgadas em Portugal, não obstante a carência de instalações no edifício do Conde Barão⁵. Este interesse pelo desporto, comum à sociedade portuguesa da época, correspondia, de resto, aos propósitos enunciados por Bensaúde, que salientava a importância do *desporto atlético* e dos *jogos ao ar livre* como elemento importante na formação dos alunos. Este reforço do associativismo manifesta-se

igualmente num projeto de formação de uma cooperativa, cujos estatutos foram submetidos ao CE. Por outro lado, a ideia de uma revista de carácter científico, a editar pelos alunos, que levaria à criação em outubro de 1915 da *Técnica Industrial*, é retomada com o lançamento da *Técnica*, a partir de dezembro de 1925.

Deste modo, não obstante a persistência de conflitos pontuais com alguns professores, a atividade do IST decorria normalmente, quando em janeiro de 1926, nos meses finais da Primeira República, ocorre um conflito de grandes proporções, tendo na sua origem a questão do título de engenheiro.

De fato, desde há alguns anos que os diplomados pelos institutos industriais se movimentavam no sentido de lhes ser conferido o título de engenheiros auxiliares, em vez de auxiliares de engenheiros. À primeira vista, pareceria uma pequena alteração na ordenação das palavras, mas que resultava numa diferença substancial, que por isso veio a suscitar grandes conflitos.

Assim, depois de um projeto apresentado ao parlamento em 1921, que não teve seguimento, na sessão de 11 de fevereiro de 1924, o ministro do Comércio, do governo chefiado por Álvaro de Castro, António Joaquim Ferreira da Fonseca, apresentou uma proposta no sentido de ser conferido o título de engenheiro auxiliar aos diplomados com os cursos especiais dos institutos industriais ou dos que lhes fossem equivalentes. O projeto foi remetido à Comissão de Instrução Especial e Técnica, que considerou tratar-se de um ato de justiça, cabalmente justificado, por se entender que a denominação de auxiliares de engenheiros não correspondia às habilitações dos alunos dos institutos industriais⁶. Acrescia que os diplomados com o curso de minas e o de construções civis e obras públicas já habilitavam para os lugares de engenheiros auxiliares dos ministérios do Comércio, das Colónias e do Trabalho e que aquele modesto mas honroso título era já atribuído aos diplomados na secção industrial do Instituto Industrial e Comercial de Coimbra. Lido o parecer da comissão na sessão de 1 de abril de 1924, foi o projeto aprovado sem discussão e remetido ao Senado.

Em resposta a esta deliberação, os alunos do IST elaboraram em 5 de abril de 1924 uma

representação dirigida ao Senado⁷, pedindo que este rejeitasse aquela proposta de lei, mantendo-se em vigor o decreto nº 5029, de 1 de dezembro de 1918, que organizara o ensino técnico em Portugal.

Neste documento, secundado por outro no mesmo sentido entregue pelo CE, os alunos do IST protestam contra a *degradação sempre crescente do título de Engenheiro*, que tinha tomado *um sentido anódino e abastardado*, pelo que se impunha reagir contra a *megalomania dos pretensos engenheiros*.

No sentido de lhes ser reservado o título de engenheiro, os alunos do IST apontam a sua elevada preparação científica, em contraste com a ministrada nos institutos industriais, desde logo manifesta na duração dos estudos. Assim, enquanto os cursos médios industriais exigiam 8 ou 9 anos (4 da Escola Rodrigues Sampaio ou 5 do curso geral dos liceus), seguidos de 4 no Instituto Industrial, os alunos do IST tiravam um curso superior de 6 anos, a que acediam depois de concluído o 7.º ano do curso complementar de ciências do liceu, o que perfazia um total de 13 anos, agravado pela exigência de um exame de admissão.

Outro argumento essencial que diferenciava as duas formações era o estudo das ciências puras que se fazia no IST, *base fundamental da educação da engenheiro* e sobretudo da matemática, como o afirmara a Conferência Internacional do Ensino da Matemática, reunida em Paris em 1914 e o tinham entendido *as escolas categorizadas de engenharia do mundo*. Ora os alunos dos institutos industriais concluíam o curso com tanto tempo de estudo da matemática como os alunos com o curso do liceu, o que inviabilizava a sua preparação científica para as funções e o título de engenheiro.

Ao atribuir-lhes o título de engenheiros auxiliares, este último atributo depressa caducaria, como acontecera com os antigos condutores de obras públicas, estabelecendo-se a confusão entre os dois níveis de formação técnica: a dos cursos médios e a dos cursos superiores.

Esta distinção não se jogava apenas no plano simbólico e em termos de estatuto, mas no terreno bem concreto das saídas profissionais, que escasseavam para uns e outros. Como se reconhecia na representação, o desenvolvimento

relativamente pequeno da indústria portuguesa não lhe permitia absorver os engenheiros que saíam das três escolas actualmente existentes (Instituto Superior Técnico, Faculdade Técnica do Porto e Escola Militar⁸). Se com eles concorressem os diplomados pelos institutos industriais, com menores habilitações, mas com *um título bem sonante*, o resultado seria o desemprego com grave risco para o equilíbrio social.

Apesar da pronta reação contra aquela proposta, os alunos e docentes do IST não lograram evitar que fosse aprovada, convertendo-se na lei n.º 1638, de 23 de julho de 1924, mas ficou a germinar uma recolocação da questão, logo que se oferecesse uma ocasião favorável. Tal acabou por suceder, em janeiro de 1926, numa conjuntura de debilidade dos governos republicanos, que prenuncia o final do regime e o advento da ditadura.

Tudo começou com o movimento dos estudantes do Instituto Superior de Comércio (ISC), os quais no dia 15 de janeiro abandonaram as aulas, em virtude das reclamações que tinham apresentado não terem sido atendidas⁹. Reunidos em assembleia-geral, realizada no dia 19 de janeiro, para *apreciar a situação em que os coloca o sistemático desinteresse dos poderes públicos por tudo o que à sua escola diz respeito* e também a ação dos seus colegas do ISC, os alunos do IST deliberaram *recorrer ao imediato e completo abandono dos trabalhos escolares como único meio que lhes resta, de protestar contra semelhante estado de coisas, atitude em que inflexivelmente se manterão até que sejam completa e satisfatoriamente resolvidos os graves problemas pendentes*¹⁰. Deliberaram igualmente saudar os seus colegas do ISC, manifestando-lhe a sua inteira solidariedade.

Numa demonstração clara de que a sua ação não se dirige contra o corpo docente aprovam uma saudação ao diretor, general Ferrugento Gonçalves e ao CE¹¹. À frente do movimento estão o presidente da direção da AEIST, José da Veiga Lima e o presidente da assembleia geral José Centeno Castanho, que desenvolvem diligências junto de outras associações e da Federação Académica de Lisboa, que manifesta o seu apoio à greve.

Ao longo da última semana de janeiro entram também em greve a Faculdade Técnica do Porto, o Instituto Superior de Comércio do

Porto e o Instituto Superior de Agronomia, aos quais se juntam as faculdades de letras e de ciências, de Lisboa, Coimbra e Porto, atingindo um total de 11 escolas superiores. Cada uma delas reclamava medidas específicas que tinham como objetivo comum garantir-lhes de forma exclusiva o acesso a determinadas funções ou o uso de um título profissional. Encontravam-se neste último caso, além do IST, a Faculdade Técnica do Porto e o Instituto Superior de Agronomia, o que levou os respetivos estudantes a apresentarem em fevereiro de 1926 uma representação conjunta ao parlamento¹², em que pedem que seja aprovado o projeto de lei apresentado pelo deputado João Teixeira de Queiroz Vaz Guedes, antigo ministro do Comércio, que lhes reservava o título de engenheiro¹³.

Esta movimentação suscitou reclamações em contrário dos alunos dos institutos comerciais e do Grémio Técnico Português, enquanto a Associação dos Engenheiros Cívicos Portugueses e a Associação dos Engenheiros Cívicos do Norte de Portugal manifestaram apoio aos alunos das duas escolas superiores de engenharia em greve. Mobiliza também apoios internacionais, como o atesta a exposição enviada ao parlamento pelos engenheiros formados pelos *Technikum* alemães, em defesa do exercício da profissão de engenheiro em Portugal (DCD, 8/4/1926:3).

De fato, a questão do título de engenheiro assumia dimensão internacional, como o demonstra uma comunicação, lida ao CE pelo professor Charles Lepierre, que a recebera de França, onde também se debatia a necessidade de uma mais eficaz protecção ao uso do título de engenheiro¹⁴.

Sem manifestarem apoio à greve¹⁵, os professores do IST nem por isso deixaram de defender publicamente as razões que levaram os alunos a enveredar por essa via, o que suscitou acerbas polémicas nos jornais com os que sustentavam posições contrárias. Foi o que sucedeu ao professor Charles Lepierre, o qual, depois de sustentar num jornal a protecção do título de engenheiro se viu invetivado num artigo assinado por um grupo de diplomados do antigo IICL, o que levou os alunos do IST a aprovar em assembleia geral uma saudação ao *ilustre químico* e o CE a pedir ao ministro o desagravo por aquela ofensa¹⁶.

A braços com um conjunto de reclamações diversificadas de várias escolas, que implicavam diferentes ministérios e a alteração de diplomas legais, o governo decidiu criar uma comissão para as examinar, de modo a poderem ser resolvidas, o que foi recebido com desagrado pelos alunos do IST. Na verdade, além da lentidão que tal implicava, a referida comissão começou por apreciar questões menos delicadas, como as suscitadas pelos alunos da Faculdade de Letras e só em princípios de março se debruçou sobre a regulamentação do título de engenheiro.

Segundo o relato de um jornal, nas sessões da comissão tinham sido proferidos longos discursos, um dos quais coubera a um professor do IST chamado Duarte Pacheco, cujo nome foi *saudado entusiasticamente* numa reunião de alunos daquele instituto¹⁷.

Depois de sucessivas críticas formuladas nas câmaras e nos jornais contra a morosidade e aparente desinteresse do governo na resolução da greve académica, na sessão da Câmara dos Deputados, de 9 de abril de 1926, os ministros da Instrução, Comércio e Agricultura apresentaram ao parlamento uma proposta sobre o *uso do título e exercício da profissão de engenheiro*, que baixou à comissão *respetiva*. No essencial, esta proposta dava satisfação às reclamações dos alunos do IST, os quais, através da sua comissão representativa, a consideraram vantajosa, sendo como tal por eles aceite, embora não correspondesse inteiramente ao que pretendiam¹⁸. Porém, este primeiro sinal positivo não foi suficiente para que levantassem a greve, pois a proposta não fora ainda aprovada. Em contrapartida, era agora a vez dos alunos dos institutos industriais entrarem em greve, desagrados com o teor da proposta¹⁹.

Quando ocorre o golpe de estado de 28 de maio de 1926, que põe fim à Primeira República, os alunos do IST encontravam-se ainda em greve, que tinham iniciado há mais de quatro meses.

O governo da ditadura militar então instituída toma, de imediato, medidas para resolver a crise estudantil. Assim, pelo decreto nº 11780, de 26 de junho de 1926, relevou as faltas dadas pelos alunos das diferentes faculdades e escolas universitárias, que tinham abandonado as aulas no ano letivo de 1925–1926, estabelecendo

excepcionalmente uma época de exames em dezembro, para além das de julho e outubro.

Quanto à questão que originara o movimento dos alunos do IST, foi publicado o decreto nº 11988, de 29 de julho de 1926, que estabelece taxativamente quais os diplomados a quem pertence a designação de engenheiro, o qual, nesta área, fica reservado aos cursos de engenharia do IST e da Faculdade Técnica da Universidade do Porto²⁰. Aos diplomados com qualquer curso de ensino técnico industrial médio era conferida a designação de agente técnico de engenharia. Deste modo, a movimentação a que os alunos do IST tinham metido ombros, abandonando as aulas, desde o dia 19 de janeiro de 1926, conseguia a satisfação total dos seus objetivos.

Ao mesmo tempo, o IST vai beneficiar da meteórica ascensão política de Duarte Pacheco, o qual, depois de assumir o cargo de diretor em 21 de junho de 1927, é nomeado ministro por sucessivas vezes e presidente da câmara municipal de Lisboa²¹, até à sua morte num acidente de viação em 16 de novembro de 1943. Quando não está no desempenho destas funções, retoma o seu cargo de diretor do IST, que exercerá entre novembro de 1928 e julho de 1932 e entre janeiro de 1936 e dezembro de 1938.

Pelos altos cargos que exerceu e pelo seu papel na construção do *campus* do instituto, Duarte Pacheco vai exercer um considerável ascendente em relação aos alunos do IST e aos engenheiros ali diplomados, mau grado algumas críticas que lhe dirigiram como diretor.

O fato de os alunos do IST terem conseguido atingir o seu objetivo quanto ao título de engenheiro, após um longo e penoso movimento de greve no ano letivo anterior, poderá explicar a sua ausência na greve estudantil de 1928, desencadeada pelos estudantes da Faculdade de Direito de Lisboa, em resposta à extinção daquele estabelecimento, a que se juntaram os de ciências, farmácia, medicina e letras. Acresce ainda que na pasta da instrução pública se encontrava nesta altura Duarte Pacheco, que é acusado num manifesto de menosprezar as demais escolas em favor do IST²².

Também na agitação política estudantil contra a ditadura, ocorrida em 1931, não se regista grande envolvimento de estudantes do Técnico, em comparação com o que sucede

noutras escolas, como direito ou medicina. De notar, contudo, que nas eleições para a direção da AEIST de abril daquele ano saiu vitoriosa uma lista republicana, ou seja, formada por estudantes opositores da ditadura (Faria 2000: 183). Alguns deles eram filhos de figuras políticas da Primeira República, como era o caso de Vasco de Carvalho²³, membro daquela direção, e de Carlos Aboim Inglês, bem conhecidos pelo seu ativismo político²⁴.

Os anos finais da década de 30 e os primeiros da de 40 vão ser marcados por um clima de exaltação nacionalista e pelo enquadramento da juventude pela Mocidade Portuguesa, que procura controlar e sobrepor-se ao associativismo estudantil.

A monumentalidade do *campus* do Técnico oferece o cenário ideal para algumas celebrações do regime, como as promovidas pela Legião

Portuguesa, que em 1938 ali efectua uma missa campal para bênção da bandeira de um dos seus batalhões e outra por alma do comandante de lança Cerveira de Albuquerque, morto na guerra civil de Espanha, como membro da Missão Militar de Observação, junto das forças franquistas.

Porém, mesmo no clima opressivo da época, começam a registar-se pequenos sinais de mudança, que iriam despontar de forma clara após o final da Segunda Guerra Mundial. Um desses sinais é a matrícula em 1931 da primeira mulher a diplomar-se em engenharia em Portugal, um universo até então exclusivamente masculino. Maria Amélia Chaves, filha de um oficial do exército, que a incitou naquele projeto, diplomou-se em engenharia civil em 1937, inscrevendo-se na Ordem dos Engenheiros no ano seguinte²⁵.



Missa campal celebrada no campus a 28 de agosto 1938, em memória do comandante de lança Cerveira de Albuquerque e Oliveira morto em Espanha.

Fonte: ANTT, PT-TT-EPJS-SF-001-001-0059-3138M.

Imagem cedida pelo ANTT.

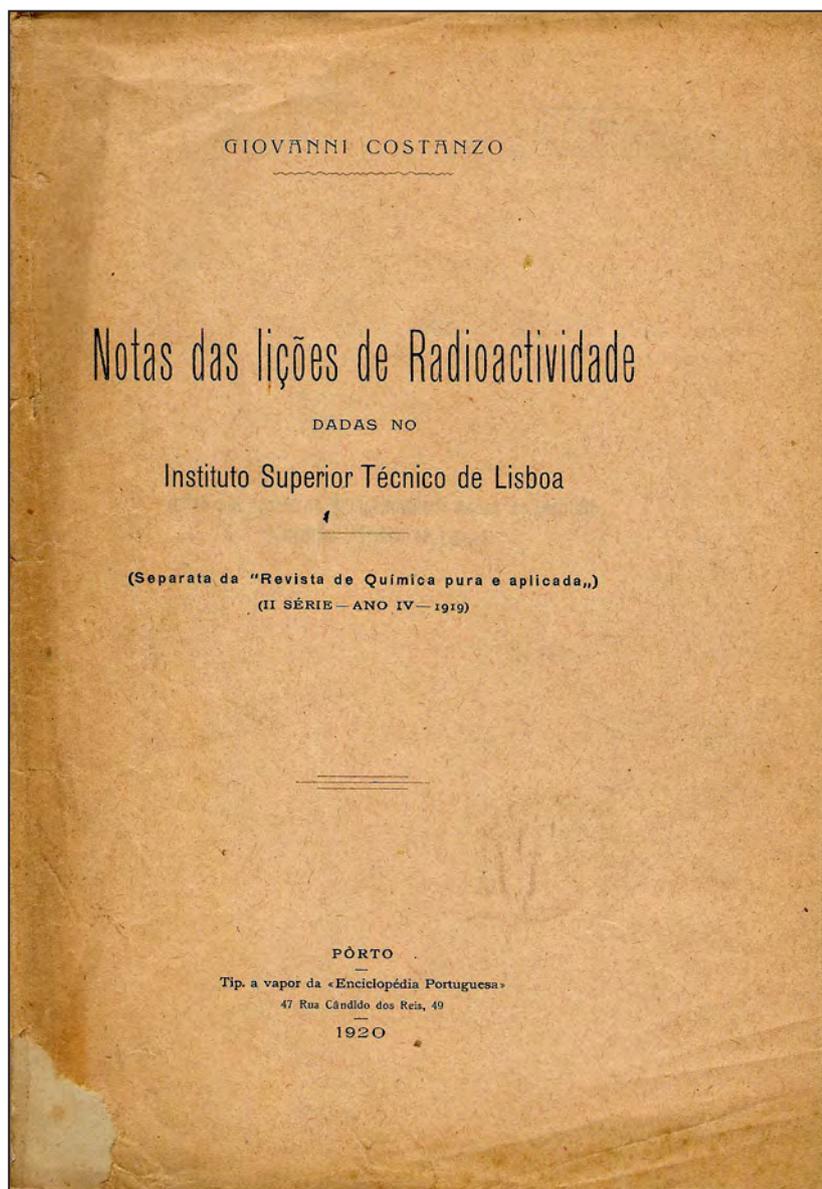
<http://digitarq.dagrarq.gov.pt/viewer?id=1014092>

- 1 A comissão protestava contra a decisão do CE de não permitir matrículas nas cadeiras, teóricas ou práticas, onde houvesse incompatibilidade de horários, concluindo que tal não tinha fundamento e impedia os alunos de concluir o curso num prazo razoável.
- 2 Júlio V. da Silva Pinto, engenheiro industrial pelo antigo IICL de Lisboa, chefe da secção de minas da Casa H. Burnay & C^a.
- 3 Na sessão do CE, de 5 de novembro de 1923, foi lida uma representação dos alunos da cadeira de física industrial, explicando porque não tinham comparecido às aulas da cadeira e pedindo a imediata substituição do professor Costanzo, o qual pediu uma sindicância ao seu procedimento. Alguns professores criticaram a diminuição da autoridade dos professores e o maior predomínio dos alunos, elogiando Costanzo como um físico *como não há em Portugal*, propondo que os alunos que faltaram reprovassem, mas outros discordaram e defenderam que ele suspendesse a regência da cadeira.
- 4 Foi dada a informação no CE da existência de um grupo, de que fazia parte a Associação dos Engenheiros pelo IST, que tomou a peito fazer o levantamento da situação da escola, dizendo haver cadeiras que precisavam de ser reformadas. Charles Lepierre propôs que a comissão nomeada pelo CE ouvisse as associações de engenheiros e as associações de industriais sobre as necessidades do ensino no IST.
- 5 Em 1924, GDIST dedica-se a 9 modalidades (futebol, ténis, atletismo, natação, hóquei em patins, remo, rugby, esgrima e boxe). No ano seguinte, inclui também o tiro, o pingue-pongue e o pólo aquático. Para a prática da maior parte destas modalidades recorrem ao aluguer ou à cedência gratuita de instalações. Em novembro de 1925, solicitou ao CE que conseguisse a cedência do ginásio do Liceu Passos Manuel, por não haver no instituto nem verba nem local para montar uma sala de ginástica (ACE 3/11/1925). Uma das primeiras deliberações da direção do GDIST foi a construção de um novo campo de ténis.
- 6 Os diplomados com o curso de máquinas nem sequer eram auxiliares de engenheiros, mas somente condutores de trabalhos, denominação que era conferida aos indivíduos com o curso das escolas industriais e elementares. Os títulos dos diplomados pelos institutos industriais estavam fixados no artigo 77º do decreto nº 5029, de 1 de dezembro de 1918, que se referia a auxiliares dos engenheiros, chefes de indústria e condutores de trabalhos.
- 7 Impressa em abril de 1924, com o título Representação dos alunos do Instituto Superior Técnico ao Senado da República Portuguesa.
- 8 Referem-se aos cursos de engenharia militar da Escola Militar.
- 9 Segundo o ministro do Comércio Gaspar de Lemos, os alunos do ISC pediam, entre outras coisas, que se lhes reservassem lugares na Caixa de Crédito Agrícola, nos consulados e como professores nas escolas comerciais e industriais (DCD, nº 27, de 29.1.1926 p. 5).
- 10 Os estudantes do IST, tal como os das demais escolas superiores, utilizam de preferência a expressão abandono dos trabalhos escolares, em vez de greve, decerto para não serem conotados com o movimento operário e as suas formas de luta.
- 11 O diretor do IST enviou uma representação ao parlamento para que fosse restabelecida a legislação que atribui o título de engenheiro somente aos diplomados pelas escolas superiores de engenharia (DCD, sessão de 12/2/1926).
- 12 Na parte referente aos cursos superiores técnicos, a representação reproduz no essencial a que fora enviada ao senado pelos alunos do IST, em abril de 1924.
- 13 O projeto determinava que só os diplomados com o curso de engenharia por universidades ou escolas superiores poderiam usar o título de engenheiro. Foi apresentado na sessão de 25 de janeiro de 1926 e enviado à Comissão de Instrução Especial e Técnica. Porém, em 28 de março seguinte, o deputado João Vaz Guedes faleceu subitamente. O diretor do IST declarou que fora um dos ministros da República, a quem o IST mais devia. Era pai de José Maria do Carmo Vaz Guedes de Queiroz, que se matriculara no IST em 1920–21 e que era finalista quando ocorreu estacrise.
- 14 ACE, 8/2/26. Na representação dos alunos do IST ao Senado, de abril de 1924, referia-se: *a ambição do título de engenheiro não é exclusiva de Portugal. A França, a Bélgica e a Polónia sofrem do mesmo mal que procuram combater.*
- 15 Numa entrevista do presidente da AEIST, Veiga Lima, este afirma que os professores, que felizmente não são de *via reduzida* se limitavam a comparecer para dar as aulas, retirando-se por falta de alunos (Correio da Manhã, de 21/1/26). Na sessão de 23/1/1926, o CE resolvera suspender as aulas práticas e adiar os exames.
- 16 O artigo contra Charles Lepierre foi inserido no jornal O Século de 2/1/1926, tendo o visado respondido no número de 4/2/26. Em resposta às acusações na imprensa de ser *meneur* da greve académica, pediu ao diretor do IST uma rigorosa sindicância aos seus atos, declarando-se ausente do CE enquanto não ficasse tudo esclarecido (ACE, 8/2/26).
- 17 *Diário de Notícias* de 5 e 14 de março de 1926. Na sessão do CE de 8 de março de 1926, o diretor do IST, general Ferrugento Gonçalves informou que, por impossibilidade de tempo para participar na comissão nomeada para estudar as reclamações dos alunos em greve e a forma de solucionar o conflito sobre o uso do título de engenheiro, se fizera substituir por Duarte Pacheco, *o professor mais moderno do instituto, que alia à vivacidade da sua inteligência o fato de estar bem conhecedor do assunto.* Duarte Pacheco só aceitou, depois de se certificar que a sua nomeação não melindrava os restantes docentes.
- 18 *A Época* de 24/4/1926.
- 19 Na sessão de 13/4/1926, o deputado Luís da Costa Amorim, favorável às pretensões dos alunos dos institutos industriais requereu cópia das atas da comissão encarregada de apreciar as reclamações dos estudantes.
- 20 A par, nesta área, dos diplomados com os cursos de engenharia militar e de artilharia a pé da Escola Militar e do curso de engenheiro hidrógrafo da Escola Naval de Lisboa. Mantinham também o título os diplomados com antigos cursos de engenharia, como os da Escola Politécnica do Porto, os de engenharia industrial dos antigos IICL de Lisboa e do Porto e os da Escola do Exército e da Escola de Guerra.
- 21 Foi ministro da Instrução Pública entre 18/4/1928 e 10/11/1928 e ministro das Obras Públicas e Comunicações entre 5/7/1932 e 18/1/1936 e entre 25/5/1938 e 16/11/1943, data da sua morte. Em 1/1/1938 foi nomeado presidente da Câmara Municipal de Lisboa, cargo que acumulou com o de ministro.
- 22 Num manifesto subscrito pela Comissão Defensora dos Interesses Académicos, datado de 9 de junho de 1928, refere-se: *Dir-se-ia que o atual ministro pretende apenas ferir propositada, calculadamente, as universidades onde ele nunca passou, para que o país possa gozar os benefícios de uma grande Escola Técnica, so-*

nho que sempre acalentou o sr. engenheiro Duarte Pacheco (Faria 2000 p. 331).

- 23 Vasco de Carvalho (1910–2006), engenheiro eletrotécnico, filho e neto de revolucionários republicanos, foi dirigente do PCP entre 1940 e 1942, altura em que foi preso pela PIDE.
- 24 Carlos Lopes de Aboim Inglês (1899–1942), frequentou o IST, entre 1917 e 1923, dirigente do PCP. Era filho de António Aboim Inglês, professor do IST, deputado e ministro da Primeira República.
- 25 Ver a interessante entrevista com Maria Amélia Chaves, publicada na *Ingenium*, de novembro/dezembro de 2006.

Outro conflito, mais prolongado, ocorreu com o prof. Giovanni Costanzo, ... regente da cadeira de física, teve de ser substituído interinamente por um professor contratado para o efeito.





(...) Os anos finais da década de 30 e os primeiros da de 40 vão ser marcados por um clima de exaltação nacionalista e pelo enquadramento da juventude pela Mocidade Portuguesa, que procura controlar e sobrepor-se ao associativismo estudantil.

A monumentalidade do campus do Técnico oferece o cenário ideal para algumas celebrações do regime, (...).

Foto: António Passaporte, AFCML B086452[2]

Vis-à-vis da Fonte Luminosa

Benedicta Maria Duque Vieira

Glória a Deus!... Venci-te Salomão.

Em 1936 estão concluídas as novas instalações do Arco do Cego e feita a mudança de quase todo o equipamento escolar existente no Conde Barão. Coincide esta data, como homenagem maior, com as comemorações das bodas de prata do instituto que, talvez por isto, são, no mais, muito discretas. A atenção do país e do governo canalizava-se para o programa de melhoramento e construção de edifícios públicos que transformavam a paisagem urbana de muitas cidades portuguesas, em especial de Lisboa. No caso do ensino, particularmente para o estabelecimento destinado ao ensino técnico superior, grandioso em qualquer centro da Europa.

A *Técnica* publica uma conferência proferida na Escola Industrial de Machado de Castro, salientando a importância das escolas técnicas profissionais, em que o orador se extasia com a obra. *Obra filha do Estado Novo, tão sumptuosa e rica que, diante dela, poderíamos dizer como Justiniano, quando, de grande dalmática dourada, em pé sobre o carro imperial, na frente de Santa Sofia, maravilhosa em suas refulgências de bronze exclamou: 'Glória a Deus!... Venci-te Salomão'* (Lucena 1937 p. 92).

É um orgulho compreensível atendendo aos anos de espera, às expectativas criadas, ao produto acabado e ao que significou na emergência de um novo herói: Duarte José Pacheco.

Duarte Pacheco é *um dos mais ilustres filhos do Ensino Técnico e um dos mais ativos homens públicos que têm passado pelo Poder*. Assim se lhe refere, no início de 1934, o então diretor do Instituto Superior Técnico, Caetano Maria Beirão da Veiga. Hoje, na apreciação fundamentada dos historiadores, mas também na opinião pública portuguesa dos populares concursos de personalidades históricas, ocupa o mesmo lugar destacado.

Nascido em Loulé, no último ano do século XIX, cursou o liceu em Faro antes de, em 1917, ingressar no IST. Família numerosa

de onze filhos, quando aos 15 anos fica órfão, ele e Humberto, o irmão tutor, decidem abdicar da herança a favor das irmãs que permaneciam no Algarve. Na capital, sobrevive com lições dadas aos condiscípulos mas não se alheia da participação cívica alistando-se no Batalhão Académico, por ocasião da Monarquia do Norte. Aluno atento e interveniente nas polémicas que envolvem a escola e os estudantes, não descarta o curso de engenharia eletrotécnica que termina, em 1923, com 19 valores. No ano letivo de 1925, entra no instituto como professor interino na área das matemáticas, matéria reconhecida como estrutural e básica na preparação do engenheiro (GEO 1993).

Na vida política, ligeiramente mais tardia, tornou-se próximo de Vicente de Freitas que, adiante, o vai convidar a integrar o ministério que forma. Em 19 de abril de 1928, confiou-lhe a missão de confiança de ir a Coimbra instar com Oliveira Salazar para que regressasse à pasta das Finanças que abandonara antes.

Na escola, em março de 1926, apesar de ser o professor mais recente, é encarregado por Ferrugento Gonçalves de o substituir na comissão nomeada pelo governo para estudar as reclamações dos alunos em greve e a forma de solucionar o conflito sobre o uso do título de engenheiro. Em abono da opção, e perante a possibilidade de melindre dos docentes mais antigos, o diretor justifica a confiança no facto de Pacheco aliar à vivacidade da inteligência um bom conhecimento do assunto. Confiança correspondida como o atesta o voto de louvor proposto por Lepierre, e aprovado por aclamação pelos restantes membros do CE, *pelos altíssimos serviços prestados na comissão encarregada de dar parecer às reclamações dos alunos, mercê dos quais foi possível chegar a uma solução honrosa do conflito académico*.¹

Nos meses seguintes acentua-se a sua imprescindibilidade.

Ainda em junho, integra uma polémica comissão encarregada de alterar e reduzir o número de chefes de trabalhos e de assistentes o que contrariava o costume de serem os professores dos cursos respetivos a suspender, renovar e convidar os auxiliares². Depois, a 6 de outubro, por ser um dos professores que mais contactara com os alunos durante a greve, faz parte da comissão que vai estudar as pretensões destes e adotar medidas de carácter geral *que harmonizem, quanto possível os interesses dos alunos com os interesses do ensino*. No mesmo dia, para preencher uma vaga que se anuncia, o CE apoia a proposta do presidente de pedir ao governo a sua elevação a professor ordinário.³ A 12, concretizando a decisão e cumprindo o regulamento que preceituava fundamentação em pareceres de três professores da área disciplinar que o proposto iria lecionar, Ferrugento Gonçalves indigita Mira Fernandes, Borges de Sequeira e Caetano da Veiga para esta missão.⁴ O primeiro seria o patrono a quem o novel professor irá agradecer todo o empenho.

Entretanto, como Duarte Pacheco se encarregara de um estudo minucioso sobre questões de horários e precedências (como no ano seguinte do regime de prescrições dos alunos⁵), é autorizado, exceção especialíssima, a vir ao Conselho, antes de a isso ter direito, relatar os trabalhos a que procedera para introduzir as alterações pedidas pelos professores e a apresentar os resultados sobre a tabela de precedências.⁶ Neste ano ainda, a 6 de novembro, já professor ordinário, toma pela primeira vez o seu lugar no órgão máximo coletivo do IST.

Mais uma vez, no aparente respeito pelos formalismos instituídos, a sua entrada distingue-se. Às saudações do presidente, nos agradecimentos pela nomeação e pelo crédito, acrescenta Duarte Pacheco um pedido aos pares, o de crítica franca quando a sua atitude o merecer *visto que deseja apenas ser útil e não ter a situação de tolerado*. E, de imediato, na mesma sessão, o sr. Duarte Pacheco foi designado para a comissão encarregada de classificar os candidatos a professores agregados das escolas do ensino elementar industrial e comercial e para uma outra (com Valério Vilaça e Adrião de Sequeira) encarregada de elaborar um projeto de regulamentação do artigo 5º do decreto nº 11988 referente ao título de engenheiro. Na oportunidade, Charles Lepierre e Caetano Maria Beirão da

Veiga propõem um voto de louvor ao novo vogal pelo trabalho extenuante da elaboração dos horários da escola.

As palavras que profere de agradecimento pela distinção não são de mera circunstância e revelam um pensamento estruturado sobre o caminho a trilhar. Refere, em primeiro lugar, que enquanto o IST estiver tão deficientemente instalado não haverá progresso possível e que o remédio é pressionar o governo para solucionar o problema com urgência. Em segundo lugar, atreve-se a apresentar soluções para o recrutamento dos professores. Sem pôr em causa os que estão ao serviço há longos anos, considera que se deve abandonar o sistema de contratação de professores estrangeiros e substituí-lo pela criação de bolsas de especialização para os assistentes que em Portugal mais se distinguem nos cursos⁷. Finalmente, descendo ao pormenor, aponta a necessidade de melhoria dos laboratórios (a exceção é o de química) que necessitam tanto de investimento material como de recursos humanos que, quando vier a ser necessário, assegurem a substituição dos preparadores.⁸

E não se apaga nem é esquecido. Ainda neste final de 1926, Amílcar de Jesus, que pretende revitalizar as comissões pedagógicas dos cursos especiais do IST, indica o nome de Duarte Pacheco como representante das matemáticas no acompanhamento das comissões dos cursos de química e de minas. Por seu lado, este também não se inibe de participar na discussão suscitada no CE sobre velha questão recorrente, a da clarificação das expressões *diploma de curso e carta de curso*, relacionada com as habilitações exigíveis ao engenheiro.⁹ Do mesmo modo, em janeiro de 1927, quando a Associação dos Engenheiros Cívicos Portugueses pede um professor que, como delegado do IST, faça parte da comissão organizadora do Congresso Nacional de Engenharia que se projeta, Duarte Pacheco foi escolhido por unanimidade. Tal aconteceu, também, quando foi encarregado de formular as respostas a escolas estrangeiras de engenharia que pretendiam ser incluídas na lista portuguesa de equivalências¹⁰.

O que este enunciado nos mostra, além das expectativas nele concentradas, é a necessidade imperiosa, por parte dos órgãos diretivos do IST, da colaboração do jovem professor.

Poupava outros membros do CE, assoberbados com trabalho, a tarefas correntes mas delicadas que exigiam estudo demorado. Em contrapartida, dava-lhe um enorme domínio sobre as mais diversas matérias de interesse para o instituto – instalações e equipamentos, gestão de pessoal, organização escolar, mediação de conflitos, representação externa, etc. O Conselho enquanto o projetava, permitia-lhe testar as suas capacidades e proporcionava-lhe experiência.

A 5 de fevereiro de 1927, Ferrugento Gonçalves propõe que fique consignado em ata do CE um louvor ao vogal Duarte Pacheco *a cujo esforço e tenacidade se deve o grande benefício que representa para o IST* a publicação do decreto 13113 que autoriza o governo a negociar com a Caixa Geral de Depósitos um empréstimo de 3500 contos para a construção do novo edifício. O visado remete para o apoio do diretor parte do sucesso e adverte que não podendo o Estado dar todo o dinheiro de uma só vez, o ministro aconselha, e ele subscreve, que se não gaste tudo com os alicerces e que se vá concluindo o que se começa. Só assim se conseguirão os meios necessários à conclusão da obra. Também teria grande efeito moral e impacto no futuro concurso do governo, interessar os industriais na concretização do projeto.

Então o que há a fazer, e é Mira Fernandes que o lembra, é cumprir as regras de cortesia e o diretor do IST ir ao presidente da República e aos ministros do Comércio e das Finanças agradecer a verba concedida. Depois meter mãos à obra.

Desde logo, eleger dois representantes do CE para, juntamente com os membros natos da comissão administrativa, dirigirem e fiscalizarem os trabalhos. Recai a escolha nos professores Duarte Pacheco, pelo entusiasmo, e Francisco Maria Henriques, em vista das suas altas qualidades e especialização e que já no tempo de Bensaúde, em 1919, integrara a comissão do edifício.¹¹ Francisco Henriques propõe então que, pela parte artística, se agregue à parte diretiva o professor de arquitetura, Pardal Monteiro. Duarte Pacheco, que aliava à energia e eficiência um temperamento monopolizador e pragmático, considera prematuro o convite pois pretende que a comissão esteja livre de consultar quem

julgar necessário. Colocada a contraproposta à votação, perdeu, sozinho.

Não é coisa que o dececione. Continua a trabalhar e a exercer a sua influência sobre o governo tanto que, em 8 de junho de 1927, é louvado pelo CE por ter conseguido elevar a 10500 contos a dotação para o edifício. Verdade que o empenho dos colegas é também manifesto. Mira Fernandes, que participara num congresso em Cádiz, não perde a ocasião de solicitar a ilustres professores espanhóis plantas e projetos das escolas de engenharia espanholas que julga serão da maior utilidade agora que se está tratando das futuras instalações.

Pacheco, nomeado quase de seguida diretor interino do IST e, logo depois, efetivo, ainda nesse ano apresenta o anteprojeto do novo edifício.

Das negociações com o proprietário dos terrenos resultou acordo no pagamento em duas prestações: uma, no ato das escrituras, outra, no final das colheitas.

Mas que terrenos são estes onde finalmente ficará implantado o Instituto Superior Técnico e que contemplam uma cláusula mais adequada a um contrato rural?¹²

Os terrenos situavam-se numa área periférica de Lisboa, na zona das portas ou barreiras do alto de Arroios, que as vereações camarárias desde finais do século XIX queriam incluir na malha urbana, na sequência da extensão da avenida da Liberdade e da expansão da cidade para o interior norte.

O *Plano Geral de Melhoramentos*, da autoria de Frederico Ressano Garcia, fora aprovado pela câmara municipal, em 1904. No que a esta zona respeitava, propunha um modelo de traçado reticulado, estruturado em eixos bem marcados, com diversificação de escalas na largura das vias, na dimensão do quarteirão, na área dos fogos. Esta diversidade proporcionava uma oferta diferenciada adaptada a diferentes estratos sociais (Lobo 1994). Na parte nordeste da cidade, o lado das chamadas Avenidas Novas, das Picoas ao Campo Grande, era destinado a uma burguesia com rendimentos confortáveis enquanto, na sua margem, o bairro social do Arco do Cego era concebido para uma população de menores recursos. Nos arrabaldes dos Anjos e de Arroios, o prolongamento em obra da avenida Rainha

D. Amélia (rebatizada de Almirante Reis) dava desafo a um vale apertado, abria para bairros residenciais com modestos prédios de rendimento e estabelecia um acesso fácil ao centro da cidade.

No lado burguês, o das Avenidas Novas, as duas artérias principais vão tomar os nomes dos dois engenheiros que lhes deram vida, Ressano Garcia e António Maria Avelar. (Silva, Raquel 1994 p. 415). A república de 1910, rebatizou a primeira, de avenida da República e, a segunda, de avenida 5 de outubro. Mais tarde, foi dado o nome do urbanista a uma rua menos imponente do Bairro Azul e o nome do antigo professor no Conde Barão voltou à toponímia lisboeta, em zona mais próxima do IICL de que fora diretor.

Situados no lado modesto, os terrenos do IST faziam parte do conjunto denominado do Arco do Cego, mas a grandeza do edifício levou, nos finais da década de 30, a ser vulgarmente chamado de Bairro do Instituto.

Em 1916, na sequência da criação do ministério do Trabalho (governo de União Sagrada) e do alargamento da Previdência Social, começara a construir-se nesta zona arrabaldina (como ainda lhe chama Raul Proença) de quintas e retiros boémios. Contudo, o primeiro impulso mais consistente só surgiu quando a tutela do ministério foi entregue ao socialista Augusto Dias da Silva. Em 1919, este preocupou-se com a conveniência de *acudir com obras produtivas à crise da construção civil, substituindo por trabalhos de utilidade pública as reparações improvisadas, nem sempre de necessidade absoluta*.

Foi assim que o Diário do Governo de 26 de abril de 1919 publicou o decreto nº 5443, que autorizava o governo a fazer um empréstimo de 10000 contos a aplicar na construção de cinco bairros destinados a operários e às classes menos abastadas. Uma portaria, do mesmo dia, particularizava os quantitativos para a aquisição da Quinta das Cortes para nela ser construído o bairro operário do Arco do Cego. Esta nomenclatura desapareceu poucos meses depois. Relacionava-se, provavelmente, com a proximidade de população fabril da Cerâmica Lusitana e de pessoal da Carris para a qual se desejava construir casas económicas com alugueres baratos e requisitos de salubridade.

Em diploma posterior,¹³ já com a designação de bairro social, o ministério de José Domingues dos Santos é autorizado a expropriar, entre outras a Quinta do Manique com a área de 27717 metros quadrados e a Quinta da Ermida com 17681 metros quadrados. São estas propriedades, ou parte delas, que a partir de 1927 o Estado adquire para a construção do novo edifício do instituto.

A adjudicação destes terrenos ao IST veio a ser um benefício considerável para o projeto habitacional do Arco do Cego. A instabilidade política, a começar pela própria pasta ministerial do Trabalho, e as dificuldades financeiras do pós-guerra fizeram que o bairro, só depois de 1928 levasse uma sacudidela na sua letargia (Araújo *ob.cit.* p. 74). Ora, essa *sacudidela* que desfez a paralisia, foi em parte consequência das urgências do Técnico e do valimento de Duarte Pacheco. Este, que não desistia facilmente de um enquadramento digno para o estabelecimento de ensino de que era diretor, ajudou a que à data inauguração do bairro, em 10 de março de 1935, se contassem as 481 moradias, levantadas em 20 ruas, e que o bairro, com a designação de bairro económico, fosse entregue ao Instituto Nacional do Trabalho e Previdência para atribuição das habitações.¹⁴

Concedido em janeiro de 1927 o empréstimo de 3500 contos, já em março o instituto tinha acedido à Quinta do Manique. Situada na freguesia de Arroios e confinante com terrenos pertencentes ao Estado, constituía a antiga Quinta das Cortes e agora o denominado bairro social do Arco do Cego. Mas logo no mês seguinte, o CE se deu conta de que o prolongamento de uma das Avenidas Novas, projetado pela câmara municipal da cidade, viria reduzir os terrenos adquiridos. Em resposta à exposição enviada, o ministro do Comércio e Comunicações, que tutelava a Administração Geral das Obras de Edifícios Nacionais, determinou que esta repartição entregasse ao IST parte da antiga Quinta das Cortes e uma área total de 15240 metros quadrados das duas quintas do Manique e da Ermida. Por seu turno, que recebesse deste uma área de 2520 metros quadrados, de parte da Quinta do Manique que lhe pertencia, a fim de que fosse incorporada nos terrenos reclamados pelo projeto do bairro social.¹⁵

Tratou-se, portanto, de desarticulação entre obras em terrenos dependentes, uns, do Estado e outros, da Câmara. A situação ficará regularizada cerca de dez anos mais tarde, em 9 de setembro de 1937, através de escritura de rescisão de compra e venda de terrenos entre o Estado (ministério das Finanças) e a câmara municipal de Lisboa.

A esta versão inexpressiva sobre a permuta dos terrenos do Técnico, colhida nos Diários do Governo, junta-se uma mais pitoresca que correu na época e que Eduardo Arantes e Oliveira evocou na cerimónia comemorativa do cinquentenário da morte de Duarte Pacheco.¹⁶

Perante a inexistência da vultosa quantia precisa para as obras, Duarte Pacheco, que já tinha sido o responsável pela escolha do local, encontrou engenhosa solução que consistiu na aquisição de uma área superior à necessária ao edifício, urbanizar a zona rústica correspondente e comercializar os lotes. Rentabilizava, assim, o empréstimo da Caixa Geral de Depósitos e reduziu substancialmente a comparticipação do Estado.

Para completar, uma solução ainda mais imaginativa e zelosa da coisa pública. Já na presidência da comissão administrativa da câmara municipal de Lisboa, Duarte Pacheco criou mecanismos jurídicos de vigilância sobre as construções nesta zona e de combate às *companhias de urbanização* que se constituíram, a fim de evitar a especulação imobiliária!... (M^a Filomena Abreu 1997 p. 18). Certo, certo, é que ainda em meados do século foram aplicadas no apetrechamento dos laboratórios *as verbas provenientes da venda de alguns terrenos do IST*. Constam da exposição do que foi a ação de Adrião de Sequeira enquanto diretor interino da Escola. Este, na hora de deixar o cargo,¹⁷ não se coíbe de igualmente informar o Conselho sobre o que pensara fazer com o restante.

Entretanto, desde 1927, iniciaram-se e completaram-se as obras do complexo do Técnico e, até à sua inauguração, em 1936, Duarte Pacheco foi diretor do mesmo, ministro da Instrução Pública e, pela primeira vez, ministro das Obras Públicas e Comunicações (1932–36). Iria voltar à mesma pasta entre 1938 e a sua morte, em 1943, acumulando as funções com as de pre-

sidente da comissão administrativa da câmara municipal de Lisboa.

A vida académica continuava na Boavista com a borrasca que veremos a seguir. O exterior urbano, confinante com o Arco do Cego, sedimentava-se e, graças a um dos antigos funcionários do Técnico, temos uma descrição minuciosa do que era nesse tempo a envolvente do instituto.

Por ocasião do 75º aniversário da Escola, Castro Ferreira recordou-a num tocante testemunho, lido por Ivone Rosa, outra funcionária não docente, – *Comecei a amar o Técnico, ainda no Conde Barão, quando meu Pai, que aqui serviu mais de 50 anos, me levava pela mão*.¹⁸ Representavam, na cerimónia solene comemorativa, todos os colegas, essa infraestrutura humana fundamental a quem agora se reconhecia publicamente o contributo inestimável para o sucesso do IST. Orgulhosamente, falaram do *nosso* (seu) Técnico.

Ao festejar o *aniversariante que nasceu no Arco do Cego* de quem *hoje muito se fala, mas em cujo bilhete de identidade muitos se esquecem do local de nascimento*,¹⁹ Castro Ferreira registou para memória futura a vida latente e a topografia do bairro nos anos de infância e juventude do instituto.

Uma lógica de acrópole

O processo da edificação foi pontuado por algumas tensões internas de que o CE é palco e são atores principais os professores Adrião Sequeira e Caetano Beirão da Veiga.

No começo de julho de 1927 dera-se início à movimentação de terras para as novas instalações. Dez dias antes Pacheco tinha sido investido no cargo de diretor interino e, no mês seguinte, a 5 de agosto, nomeado diretor em efetividade, como tal e por inerência em ambas as funções, presidente do CE. Porém, de meados de 1928 a finais de 29, enquanto ocupou os cargos de ministro da Instrução Pública, a direção interina do IST recaiu, por incapacidade do decano, em Caetano da Veiga. Este aceitou a honra a contragosto, tanto mais que ele próprio fora indigitado, nesse ano de 1929, para diretor do Instituto Superior de Comércio. Mas as razões do incómodo eram ainda outras e é o próprio Beirão da Veiga que as aponta: entendia que o cargo devia pertencer a um engenheiro e que, no seu caso, seria ainda uma acumulação ilegal por ser membro nato da comissão administrativa.

Quando se repetiu o cenário, desta vez para Duarte Pacheco ocupar o ministério das Obras Públicas, Beirão da Veiga substituiu-o, colocando-se novamente numa situação de duvidosa legalidade e pondo em cheque a autoridade do CE.

Em outubro de 1933, Adrião Sequeira abriu uma acesa discussão por não constarem da ata da sessão anterior (23/06/1933) as perguntas que dirigira ao diretor interino – sobre o quantitativo já dispendido com as obras do novo edifício, sobre o estado em que estas se encontravam e sobre a previsão de tempo para a mudança de instalações. Também não ficara registada a resposta dada por Beirão da Veiga, que entendia que, como diretor, só devia explicações ao Tribunal de Contas. Igualmente fora omitida a pergunta, formulada na altura pelo professor Francisco Henriques, sobre quem dirigia efetivamente as obras.²⁰

Como era seu costume, Adrião Sequeira colocava-se no estrito campo do interesse e da dignidade do instituto. Argumentava que tinha chegado a altura de o CE superar a supremacia *meramente platónica* que tinha sido a sua e

assumir a orientação geral do IST. Exigia que a direção e a comissão administrativa apresentassem os programas de execução financeira em curso e, anualmente, um projeto de orçamento e o relatório de gerência. Com isto o CE não pretendia mais do que assumir as responsabilidades que a lei lhe imputava e não cercear os poderes do diretor que, como presidente do Conselho, continuava a ser o grande timoneiro de toda a organização. Era contudo urgente prever o fim próximo da interinidade do diretor e regularizar a composição da comissão administrativa para não se suscitarem problemas.

A interrogação que formula é: com órgãos inoperantes (direção, comissão administrativa e comissão de obras), quem de facto dirigia as obras?

Não se tratava aqui de um conflito menor entre docentes, mas de um ponto fulcral de organização institucional. Segundo o regulamento, a orientação da escola competia a três órgãos distintos: o CE, a comissão administrativa e o diretor, órgãos autónomos, mas subordinados ao CE, para que haja unidade de mando e de direção. O CE detinha os *poderes máximos*, sendo a comissão administrativa e a direção, os órgãos executores do seu pensamento. Se esta última sempre procurou pelo menos dar a aparência de que os seus atos dependiam do CE, outro tanto não se poderia dizer da Comissão Administrativa, que nunca trouxera qualquer assunto administrativo ao Conselho. A este apenas tinha restado aceitar, várias vezes, o *gentil convite* para visitar o local das obras.

Adrião Sequeira lembrou que o decreto que dotou com verbas o IST criou ao mesmo tempo uma comissão administrativa do fundo financeiro da obra e uma comissão técnica em que entravam, maioritariamente, professores do CE. Apesar da magnitude da obra, esta raramente reuniu anulando a supremacia do CE e revertendo esta para o diretor assessorado pela CA.

Dos dados fornecidos entretanto, a título particular (crédito inicial, 19650 contos; juros, 376 contos; venda de terrenos, 1430 contos; receitas várias, 24 contos; crédito posterior 1900 contos; tudo somado uma importância de 23380 contos quase toda já dispendida) concluía Adrião

Sequeira que *não é justificável tanta magnificência de instalações para tão diminuto número de alunos.*

E este, da falta de alunos, era um problema grave e complexo. Uma hipótese, tomar-se posse do edifício e remodelar a organização da escola de maneira a interessar mais alunos pelos cursos ou, outra perspetiva, não comportando o país nem mesmo o número de diplomados já formados, não facilitar a admissão e admitir a fusão com o Instituto Industrial de Lisboa, criando-se duas categorias de diplomados, os médios e os superiores.

O ponto de vista dos professores críticos é que não faz sentido que se continue *eternamente a viver em barracões impróprios de uma Escola quando se encontra feito um enorme dispêndio em edifícios*, mas em que não se adequaram todos aos fins em vista, nem se acautelou parte da verba para equipamento de laboratórios e oficinas. No desconhecimento do *critério que levou a empregar a totalidade da verba orçamentada na ossatura dos edifícios cuja estranha grandeza é com razão apontada*²¹, o CE quer tomar a obra em mãos. Propõe-se reunir urgentemente com a comissão de obras (Mendes Leal substituíra Pacheco), para a elaboração de um orçamento complementar e para estabelecer o programa mínimo do material a adquirir. Reconhecendo embora a atividade, energia e critério do engenheiro Duarte Pacheco, o CE não poderia reconduzi-lo. A importância dos assuntos pendentes é incompatível com *interinidades*²².

Os esclarecimentos de Beirão da Veiga, segundo o qual Duarte Pacheco continuava a dirigir as obras porque fora a condição que ele, Beirão da Veiga, impusera, tornaram-se inúteis quando a maioria dos membros do CE subcreveu uma declaração de voto de Vicente Ferreira negando ao CE o direito de interferir nas obras.²³ Aliás, entretanto, no início de 1936, Pacheco foi exonerado do cargo de ministro das Obras Públicas e reassumiu o lugar de diretor no instituto.

Em meados do ano, os ânimos acalmaram e já ninguém censura a *estranha magnitude da obra encetada*. O CE reúne pela primeira vez no Arco do Cego. Duarte Pacheco salienta, com elegância, que, para além da obrigatoriedade de haver uma reunião de encerramento

do ano escolar e de preparação do seguinte, quis ao mesmo tempo ser agradável aos membros do CE, reunindo no novo edifício ainda no ano letivo de 1935/36. Os exames já vão também decorrer no novo espaço.

Sobre este espaço pontificava *o homem de ação que prontamente traduziu em fatos o pensamento construtivo do governo*.²⁴ Neste caso o *fato* construído é o conjunto arquitetónico do IST, exemplo importante do modernismo português e bandeira de um regime.

A política de obras públicas, implementada a partir de 1931, apoiou projetos de arquitetura modernista e de inspiração internacional. Estimulou, ainda, um novo urbanismo caracterizado por os edifícios saírem do reticulado dos quarteirões orientando o enfiamento de novos arruamentos (Fernandes 1994 p. 505). A zona do Arco do Cego, com o IST, o Instituto Nacional de Estatística, a Casa da Moeda, o Liceu Filipa de Lencastre, o próprio monumento a António José de Almeida, é exemplar desta orientação consagrada no Plano Diretor de Urbanização de Lisboa (1938–1948) encomendado por Duarte Pacheco a Étienne de Groer. Todo este conjunto, construído nos anos expansivos do Estado Novo, no eixo das avenidas da República e da Almirante Reis que, como vimos anteriormente, definia dois setores distintos e até antagónicos no plano sócio-cultural, era agora, na *cidade novíssima* das décadas de 30 e 40, um espaço onde, sob o signo do espírito corporativo, se estabelecia a conciliação das classes sociais.

Neste sentido de uma harmonia entre contrários, o IST, concebido como *uma acrópole*, sobre o vale da avenida Almirante Reis e num dos extremos da já prevista alameda D. Afonso Henriques (Toussaint 1994 p. 271), revelava--se o enquadramento perfeito para contrapor á fonte monumental que sublinhava um espaço urbano de grande escala e que vai ser objeto de uma vasta operação urbanística (Lobo 1994, p. 252). É todo um programa que conjuga modernidade, nacionalismo e ideologia imperial num espaço, recuperado pela Primeira República, mas terminado e tornado nobre pelo Estado Novo.

A ideia da construção surgiu com as comemorações dos Centenários. Construir uma fonte alegórica, ligada ao *terminus* do novo sistema

de abastecimento de água a Lisboa que substituiu o antigo das Águas Livres, celebrando a entrada das águas captadas no vale do Tejo. A proposta agradou ao ministro das Obras Públicas, Duarte Pacheco, e a câmara municipal, presidida pelo mesmo Duarte Pacheco, aprovou a orientação solar da fonte.

O projeto artístico é do arquiteto Carlos Rebelo de Andrade e os conjuntos escultóricos são de Jorge Barata (os painéis de baixos relevos que representam, do lado esquerdo, cenas ligadas à utilização da água e, do lado direito, cenas da vida agrícola), de Maximiano Alves (as cariátides evocativas das Tágides que despejam a água recolhida da que escorre das bacias superiores) e de Diogo de Macedo (o grupo equestre, colocado no lago grande semi-circular do primeiro plano, guiado alegoricamente pelo Tejo, montado num cavalo marinho, segurando uma nau – a nau do brasão da cidade de Lisboa? – e acompanhado por nereidas).

Os materiais nobres previstos no ante-projeto, painéis cerâmicos, tipo majólica e esculturas em bronze, acabaram substituídos por outros mais baratos. A iluminação da fonte e dos jogos de água, que jorram de todas as figuras e caem em jatos sobre o lago maior, permite combinações de cores e intensidades variadas (Alves 1942 p. 760–763).

Quem a vê hoje não pode deixar de a associar aos protagonistas desta história. Pacheco certamente, como se viu acima e consta de placa colocada com data de 1940 sobre uma das portas laterais; o Técnico também, pelo que reza na segunda lápide. No 22º aniversário da Revolução Nacional, *aberta a 1ª Exposição de Obras Públicas foi inaugurada esta Fonte Monumental e entregue à CML.*

A exposição *15 anos de Obras Públicas 1932–1947*, que absorveu completamente o trabalho das oficinas escolares, é a primeira grande exposição no recinto do IST e aí deixou um pavilhão que veio a ter utilização escolar numa época de carência de instalações. Remetia para efemérides em que, provavelmente, a menos relevante é a que pudicamente está gravada na pedra: os 22 anos da Revolução Nacional. O que a exposição comemorava eram os 20 anos da chegada ao poder de Salazar, a obra do Estado Novo realizada pelo restaurado ministério das



Fotos: J F Branco



Obras Públicas homenageando a memória do seu primeiro titular, Duarte Pacheco.

No mesmo dia da abertura da exposição e da inauguração do monumento da alameda D. Afonso Henriques, é lançada a primeira pedra da igreja do Santo Condestável (outro símbolo do nacionalismo português) potenciando a carga simbólica de todos os atos e dos respetivos heróis tutelares (Brandão 2008 p. 153).

Foi o aspeto particular da iluminação que mais assombrou os lisboetas que consagraram a expressão Fonte Luminosa para designar a fonte monumental. As suas proporções quadravam bem ao local e à largura da Alameda e a posição *dava bem com a mole do IST*, no seu topo poente.

Ao conjunto faltava contudo, na opinião de Adrião de Sequeira, aluno matriculado no primeiro curso do IST, em 1911, e professor decano, em 1961, aquando da celebração do quinquentenário da escola, um monumento em honra de Duarte Pacheco. Ele próprio responsável, em 1949, pelo descerramento do busto de Bensaúde, falava então, expressando o sentir de professores e alunos. Pedia que fosse levantado um monumento que fizesse *parte integrante deste conjunto do instituto e da Alameda Afonso Henriques, que foi o ponto de partida duma Nova Lisboa que vemos crescer, dia a dia, na continuação do sonho magnífico de Duarte Pacheco*.

Agora era o Técnico da Alameda. Da ligação à matriz do Arco do Cego, subsistiu o endereço postal na avenida Rovisco Pais; já a rua Sinel de Cordes, que integrava a toponímia republicana da zona e bordejava a escadaria do lado nascente, foi rebatizada de Alves Redol.

A *mole* do Técnico, um conjunto de sete pavilhões de grande qualidade e abrangendo uma enorme área, constituem o primeiro *campus* universitário em Portugal.

Norberto de Araújo, ao peregrinar por Lisboa acompanhado de Martins Barata, descreve o pavilhão central, o maior de todos: *hall* mais vasto e rico em construções modernas deste género, não o há em Portugal. É todo em mármore, de vários tipos, com larga galeria em volta no primeiro pavimento, e que se apoia sobre 16 colunas quadrilobadas, de mármore colorido de Pêro Pinheiro e em que a cobertura, iluminante, é envidraçada. Depois as salas e gabinetes de

professores e dos serviços administrativos, os salões, as salas de desenho e de construção civil além de uma esplanada, pátios ajardinados e amplos corredores revestidos de mármore.

Em suma, todo o conjunto *dispõe bem, num sentido, afinado, de arquitetura pedagógica* (Araújo 1938–39 p. 76).

Palácio do ensino da engenharia em Portugal, suprimindo a escassez de equipamentos sociais da capital, foi muitas vezes o recinto escolhido, e adequado, à realização de grandes eventos de relevo político, social ou cultural.

Exemplifica-se com alguns que tiveram lugar nos 20 anos após a inauguração: exposições, *Construção nas Colónias* (1944), *15 Anos de Obras Públicas, 1932–1947* (1948), *Átomos para a Paz* (1956); reuniões internacionais, Reunião do Comité Jurídico da Organização da Aviação Civil Internacional (1948), XVI Congresso Internacional de Geografia (1949), Congresso Internacional de História de Arte (1949), XX Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências e Congresso Luso-Espanhol de Radiologia (1950), X Congresso Internacional de Medicina do Trabalho (1951), 9ª Sessão do Conselho da OTAN (1952), 15º Congresso Internacional de Química Pura e Aplicada (1956); ou encontros nacionais, I Congresso da Marinha Mercante (1951), I Congresso Nacional da Juventude Universitária Católica (1953), I Congresso do Ensino de Engenharia em Portugal (1961). Anualmente, realizavam-se conferências, concertos, semanas culturais, saraus e baile de gala.

Outros cinco pavilhões são os de minas, de química, de física e de máquinas, de eletricidade e o das Oficinas de Instrumentos de Precisão, de serralharia e de carpintaria.

A completar, num espaço gerido pela AE, um ginásio e uma piscina.

Alguns anos depois é autorizada a exploração das oficinas do IST por entidades particulares, devendo o diretor do instituto propor, em cada caso, as condições de adjudicação.²⁵ Quanto aos dois equipamentos desportivos referidos e aos serviços prestados pela AE deve o instituto muito do seu renome nos círculos estudantis lisboetas.

Desde finais do século XIX que a ideia de vida saudável associada ao exercício físico e à

higiene se banalizara. Alfredo Bensaúde e outros da sua geração sempre a defenderam pensando que a robustez física era condição para seguir com proveito a profissão de engenheiro. Tirando consequências, em 1918, a comissão interna encarregada de elaborar o programa dos exames de admissão à primeira matrícula pretende solicitar um médico à Repartição de Sanidade Escolar para implementar a exigência de uma inspeção médica prévia ao ato de aceitação de matrícula. Mais realista, com a pneumónica bem presente, Valério Vilaça propõe adiamento por um ano e que se mantenha o tradicional atestado médico. Mas o médico escolar residente virá com o tempo e com utilidade reconhecida. Demonstra-o, em outubro de 1931, a rapidez com que o CE, perante o pedido de exoneração de dr. Tomás Gabriel Ribeiro, aprova para substituto no cargo e professor de educação física o dr. José Espadinha Rocheta.²⁶ Temos aqui em associação perfeita, a medicina e a educação física, tão cara às ideologias da Primeira República e do Estado Novo.

Era, pois, oferecido aos alunos da Boavista um embrião de exercício gimnodesportivo orientado por um professor com o vencimento suportado pelo orçamento do Estado. Porém, a comparação com os liceus projetados por Ventura Terra e construídos na primeira década do século XX, que se distinguiam pelos amplos espaços destinados à prática desportiva, tornava mais premente a existência de uma instalação condigna numa escola de ensino superior. Aliás, a sua inexistência era constrangedora visto que a legislação desde há muito, pelo menos 1918, a contemplava.

Aspiração diferida tanto que ainda em 1935 a academia se lamentava por não haver no panorama da Universidade de Lisboa um único *court* de ténis, uma única piscina, um único campo de jogos. *Parecemos ter esquecido que uma boa atividade mental tem a mais segura base numa boa atividade física* dizia Manuel Valadares numa palestra, dirigida aos alunos da Faculdade de Ciências de Lisboa e publicada na revista Técnica. Em breve este cenário vai mudar e, até à inauguração do Estádio Universitário, as instalações desportivas do instituto não vão ter rival à altura.

Embora a utilização das instalações se estendesse a outros públicos, o ritmo de progressão da prática gimnodesportiva no IST entreve-se preferencialmente nos relatórios dos seus usufrutuários naturais, o Grupo Desportivo da AE. Através deles se conhece a diversidade de desportos oferecidos e se vê a lentidão inicial devida, quer às circunstâncias do tempo, quer também à demora na conclusão das obras e a erros de concepção verificados.

Por exemplo, referindo-se ao mau ano de 1941–42, o Grupo Desportivo elenca uma série de fragilidades em várias modalidades desportivas. Na natação faltou o aquecimento da piscina que dependia das obras de aquecimento do IST; no hóquei em patins, a iluminação do ringue de patinagem, coisa impossível de conseguir com a proibição da compra de material elétrico nestes anos de guerra; no ténis e no tiro, igualmente por falta de material, houve redução de atividade. Mas, mais lamentável, o atletismo – a modalidade que é o melhor índice de uma AE – que dependia da remodelação do campo de jogos que, como está, *é tão agradável à vista como pouco próprio para a prática do atletismo.*²⁷ Igualmente pouco praticados por falta de instalações, o futebol, o andebol, e o rugby.

Outras atividades em espaço coberto compensaram a falta de brilho das anteriores: a esgrima, progrediu muito e, em 1947 o ginásio do IST pôde acolher o torneio luso-espanhol da modalidade; no vólei, tendo saído o seu fundador, mantiveram-se os títulos; no xadrez, mostrou-se uma secção com pouca atividade interna mas brilhante externamente e na ginástica, com um aumento de frequência significativo, estudava-se a possibilidade das aulas se inscreverem, oficialmente, em horas a ela destinadas e não apenas em horário pós-letivo.

A direção do Grupo Desportivo da AEIST que se confessava impotente para solucionar o mais grave problema, o do campo de jogos, esperava, contudo, no decurso de 1943, resolvê-lo com a ajuda voluntária do eng. Almeida e Brito que já tinha concluído um projeto com essa finalidade. Pela mesma altura, outro grupo da AEIST, a Secção Cultural, queixava-se de deficiências no ginásio que dificultavam a realização de um ato, desta vez, não desportivo.



Hóquei em patins.

Fonte: Pasta avulsa no AAEIST.

Fotografia: Miranda, data não determinada.

O que a preocupava era o problema acústico. O espaço não tinha a qualidade desejável para uma utilização diferente da originalmente pensada, mas que passara a ser encarada com naturalidade – no caso, um concerto de música coral dirigido pelo maestro Ivo Cruz. Também neste caso, é nos recursos humanos internos que encontram a solução: Hidalgo Barata, colega do curso de engenharia eletrotécnica, após cálculo prévio, concluía que de uma sala, *acusticamente disforme* havia possibilidade de se chegar a resultados quase satisfatórios.²⁸

Eram os acertos inevitáveis numa obra de dimensão extraordinária e que catapultou inevitavelmente o seu autor para o primeiro plano da arquitetura portuguesa.

Porfírio Pardal Monteiro não era um desconhecido. Dois anos mais velho do que Duarte Pacheco, tinha a preparação prática da sua origem familiar – canteiros e mestres de obras na região de Sintra e Mafra onde possuíam importantes explorações de mármore que Porfírio

utilizará largamente –, e a habilitação académica obtida com o curso superior de arquitetura da Escola de Belas Artes. Discípulo de Ventura Terra, em 1923, assinou o projeto para a construção da igreja da Missão Adventista do Sétimo Dia em Lisboa e, já nesse mesmo ano de 1923, foi distinguido com o primeiro, de vários (1923, 1928, 1929, 1939 e 1940), prémios Valmor. Em 1928, quando trabalhava o grande projeto do Instituto Superior Técnico, foi inaugurada uma outra grande obra pública sua, a estação ferroviária do Cais do Sodré, que bem *demonstra as habituais preocupações urbanas do arquiteto* (Toussaint 1994 p. 266).

Nas décadas de 30 e 40, num universo de arquitetos notabilíssimos, Pardal Monteiro ocupou cargos de direção ou desempenhou funções consultivas em inúmeros conselhos, comissões, juntas nacionais. No mesmo período, empenhou-se, em Portugal e no estrangeiro, nas organizações profissionais dos arquitetos e colaborou nas reformas de ensino das belas artes e

do curso superior de arquitetura. O mesmo envolvimento em ciclos de palestras formativas para operários e numa aprofundada reflexão sobre o *métier* de arquiteto e a sua circunstância: a defesa da dignidade da profissão, a colaboração entre arquitetos e engenheiros, a luta por uma expressão nova na arquitetura contemporânea²⁹. Na atividade – e profícua que ela foi (projetos, além dos citados, do Instituto Nacional de Estatística, estações marítimas da Rocha Conde de Óbidos e de Alcântara, ministério das Finanças, Banco de Portugal, Cidade Universitária, Instituto de Medicina Tropical, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, igreja de Nossa Senhora de Fátima, seminários dos Olivais e de Almada) – sempre a concordância da expressão plástica e técnica da obra de arquitetura com os modernos processos e os novos materiais³⁰.

Nesta listagem incompleta da obra de Pardal Monteiro, a que falta, por exemplo, a referência à co-autoria, com Leopoldo de Almeida, do monumento a António José de Almeida inaugurado, em 1941, no Arco do Cego, é possível, considerando a proximidade geográfica ou o destino dos edifícios, estabelecer alguma relação com a encomenda do Técnico. No plano académico, há ainda uma efeméride que liga o *curriculum vitae* de Monteiro ao do grande obreiro do IST, como o próprio arquiteto o considera.

Por auspiciosa coincidência, na sessão já referida do CE de 31 de junho de 1925, foram sucessivamente aprovadas duas propostas de contratação de professores – uma apresentada pelo matemático Mira Fernandes, outra por Álvaro Machado – que vieram propiciar uma colaboração destinada a grande sucesso.

O primeiro proposto, *espírito brilhantíssimo*, que viria, como professor interino, encarregar-se da regência de matemáticas gerais, aliviando o mestre assoberbado pelo número desmesurado de alunos que frequentavam as suas cadeiras, era Duarte Pacheco engenheiro eletrotécnico pelo IST; o segundo, oriundo da Escola de Belas Artes, o arquiteto Porfírio Pardal Monteiro, promovido a chefe de trabalhos por ser de *boa justiça retribuir os bons serviços* por si já prestados enquanto primeiro assistente da 15ª cadeira.

Mas há uma outra coincidência temporal entre os responsáveis pela administração direta da obra. Para ser justo, os *operacionais* do Técnico

são os dois citados e José de Mascarenhas Pedroso Belard da Fonseca. No mesmo dia em que Duarte Pacheco passou a *catedrático* (tinham também a mesma idade), Belard da Fonseca foi proposto para professor interino das cadeiras de resistência de materiais e de estabilidade e pontes.³¹

Eram as cadeiras do professor António Vicente Ferreira e era um setor com créditos tão firmados que Bensaúde não recrutara nenhum estrangeiro para o curso de civil. A qualidade dos profissionais portugueses resistia, mesmo num período, finais de 1920, em que se experimentavam novos sistemas de edificação e novos materiais. Materiais com incidência na estrutura da obra e condicionantes da própria expressão plástica (cf. Quintela 1986).

Belard da Fonseca foi o responsável pela parte estrutural dos edifícios e o engenheiro português que nacionalizou o nome do recente material de construção, o *beton*. Em dezembro de 1930, avalizado por parecer de Vicente Ferreira, Francisco Henriques e Raul Mendonça, o Conselho requereu ao governo a sua nomeação para professor ordinário.

Duarte Pacheco, que reagira mal à ideia de anexar logo no princípio, em 1927, o nome do arquiteto Pardal Monteiro à comissão executiva das obras, em breve se deixou conquistar pelo talento do então chefe de trabalhos práticos do IST e, quando regressou à direção da escola, em 1936, depois da primeira experiência ministerial nas Obras Públicas, vai apadrinhar a sua progressão na carreira académica.

Naquele ano, em novembro, foi proposto no CE que o ainda chefe de trabalhos se encarregasse interinamente da regência da cadeira de arquitetura e que logo de seguida fosse considerada a hipótese do seu provimento efetivo³². A decisão a tomar requeria prudência, pois envolvia outras vagas e uma cadeira afim, parte da geometria descritiva a atribuir a Ferreira de Almeida. Perante provável suscetibilidade de civil, o diretor defendeu que se deveria aguardar que Pardal Monteiro apresentasse, já como interino, o programa da cadeira para apreciação da comissão pedagógica do curso ou de uma comissão especial de três professores. Por si, Pacheco tinha a convicção de que *dado o merecimento notável do referido arquiteto, esse programa virá a*

merecer plena aprovação e que CE deliberaria a sua nomeação como professor ordinário.³³

O beneplácito de Duarte Pacheco não era despidendo. A intervenção pessoal dos dirigentes nos rumos da arquitetura e do urbanismo era relevante nos anos 30. Ainda o era na década seguinte, se bem que, então, a burocracia já tendesse a prevalecer sobre a *política iluminada característica da atuação de Pacheco ou Ferro* (Portas 1982 p. 40).

Entretanto, desde 1927, com as primeiras escavações e movimentos de terras, até 1941, em que se dá por concluída a obra contratualizada com Pardal Monteiro, dispendeu-se a quantia de 27.963.108\$48.³⁴ Quanto às receitas que permitiram levá-las a bom porto, uma, a venda de ervas, ainda proveio dos famosos terrenos

agrícolas do Arco do Cego. Outras, foram, 4800 contos da CGD, 4600 da venda de terrenos e 730 do orçamento do Estado. Cobriram os cerca de 6000 contos de obras efetuadas neste período e a amortização de cerca de 3600 contos à entidade bancária financiadora.³⁵

Em final de 1942, o arquiteto ainda foi encarregue da direção artística dos jardins do IST mas, coincidindo com a entrada num período em que os orçamentos são mais reduzidos, as realizações mais modestas e em que as *obras de arte da engenharia* ganham protagonismo sobre as *obras de arte da arquitetura*,³⁶ as relações entre os dois homens também se deterioraram.

Vai aproximá-los um mesmo destino trágico: Duarte Pacheco morre, em 1943, num desastre de automóvel no Alentejo; Pardal Monteiro suicida-se em 1957, em Lisboa.

A hora dos engenheiros

Duarte Pacheco, o protagonista desta saga, deve o começo da sua carreira fulgurante às circunstâncias que rodearam a luta e o triunfo dos estudantes do ensino superior técnico pela dignificação do título da profissão escolhida.³⁷

O ano letivo de 1925–1926, um ano horrível de sobrecarga de trabalho que extenuou o diretor Ferrugento Gonçalves, permitiu-lhe revelar as qualidades de dirigente e de organizador que depois evidenciou ao longo das duas décadas cruciais para a afirmação do papel do engenheiro na organização social moderna. Abrindo caminho à eleição de Duarte Pacheco para diretor do IST, Ferrugento Gonçalves, que se queixava de já nem conseguir ir dar as suas aulas à *Naval* e de não recuperar do esgotamento mesmo com duas licenças entretanto gozadas, reconheceu, com os seus pares do CE, que a solução dos problemas *exige uma ação contínua e uma orientação persistente* e que *quem começa deve continuar*.³⁸

Preveniam-se, portanto, as sequelas, mesmo após uma batalha ganha. O problema do ensino técnico em Portugal continuava na ordem do dia e outras instâncias discutiam-no recorrendo, inclusivamente, à competência de professores do IST.³⁹

Com efeito, a legislação que, em 1926, definiu o modo de obter o título de engenheiro e as

sanções a aplicar aos que cometessem infrações *na parte relativa ao uso de títulos*, não encerrara o processo. Este arrastou-se, por muito tempo, nos fóruns próprios e, por muito mais tempo ainda, na mentalidade coletiva. *A hora dos engenheiros* – para usar a expressão colhida de uma rubrica habitual da revista da AEIST, *Do Mundo Técnico*, que, por sua vez a transcreve de uma conferência proferida, em 1935, pelo decano da Faculdade de Ciências Exatas de Buenos Aires –⁴⁰ só irá soar na década de 40. Até lá, a questão discute-se nas Américas e na Europa. Nesta, já em 1926, no auge da greve dos alunos, Charles Lepierre informara que em França estava também aberta a questão da proteção ao uso do título e, ainda em maio de 1934, em Barcelona, o 4º Congresso Internacional de Ensino Técnico, que se centrou sobre os diplomados pelo ensino técnico superior, aprovou uma resolução justamente sobre o mesmo. A bem dizer, ainda na viragem do milénio a questão não está completamente esclarecida, mas isso é outro horizonte que não vem agora ao caso.

Em Portugal, duas idiossincrasias nacionais – a sobrevalorização da cultura humanista e do trabalho intelectual *versus* cultura técnica e trabalho manual e o gosto por formas de tratamento de deferência – vão continuar a alimentar e a dar dramatismo à pretensão, mesmo

após o decreto governamental ter satisfeito os estudantes em greve e ter reservado às faculdades técnicas o direito ao uso do título de engenheiro, disputado pelos diplomados dos institutos industriais.

Estava definido *quem* podia usar aquela designação profissional, faltava agora garantir *como* usá-la socialmente. Era o que insinuava, ainda em 1929, José Queiroz Vaz Guedes um dos participantes nas greves de 1925 e o primeiro diretor da revista da AE – os engenheiros estão, afinal, *longe do apogeu que o futuro lhes reserva*. Conquistado o estatuto jurídico faltava a consagração social, o reconhecimento público, o *status*.

Neste combate os estudantes não estão sós. Uma das vozes que se ergueu com maior veemência, foi a de J. E. Dias Costa, decano dos engenheiros químicos e membro da AECPC (Costa J E 1928 p. 238–248). Fora um dos antigos alunos do IST, no tempo da *atmosfera candente da Grande Guerra*, sobre quem recaiu a responsabilidade de combater a indiferença e até a hostilidade com que a sociedade recebeu o instituto. Muito participativo, colaborou no primeiro número da revista da AE, *Técnica Industrial*.

Confessa que no seu percurso pessoal sempre se preparou para vencer e não se submeter a um mísero emprego subalterno ou burocrático. Apela, pois, a que, num momento em que a hora era dos fortes e em que ter um título prestigiado trazia vantagens morais mas também, *um valor fiduciário indeterminado* associado, toda a classe calculasse friamente a ação a desenvolver para defender as conquistas obtidas. Se, graças ao sacrifício dos estudantes, que tinham perdido um ano para *galgar aquele desnível social*, a classe dos engenheiros fora provida dum título definido na jurisprudência e consagrado no elevado nível social dos títulos universitários,⁴¹ chegara a hora de forçar a normalização do seu uso, nos diplomas do Estado e nas leis de cortesia da sociedade.

Explica que os graus universitários foram sempre tidos como dignidades, como uma denominação honorífica, como qualificativos aristocráticos e não como habilitações profissionais e que não havia nenhuma disposição que excluísse o título de engenheiro das prerrogativas que pertenciam aos outros títulos universitários.

O Estado republicano tinha abolido a nobreza, mas substituiu-a pelo conjunto dos melhores valores nacionais. A esta elite reconheceu os títulos de bacharel, licenciado e doutor, submetendo-se ele próprio ao cumprimento das antigas leis relativas ao tratamento distinto.

Em Portugal, argumenta com pragmatismo, em que *é de antigo estilo e uso corrente tratarem-se por ele todas as pessoas dotadas de um título, a primeira manifestação de respeito por um indivíduo é a transformação do nome do seu cargo público ou profissão em título*. Este uso da gente portuguesa não deriva de interesses pecuniários ou materiais e não é vaidade, mas brio, dever de honra e sentimento da própria dignidade moral. E numa época em que a fachada é quase tudo, numa época febril que nada aprofunda, constata-se que o prestígio alcançado pelos mais distintos engenheiros não ultrapassava, para o grosso da população, um qualquer jovem bacharel, apenas saído da faculdade, mas já provido do título de doutor.

Entre nós, ser-se só sr. Fulano (e cita Eça) é uma vergonha social e os possuidores de títulos tomam-no como impertinência e não toleram essa omissão nas formas de tratamento. Não serem os engenheiros chamados pelo seu título equivalia a remetê-los para a massa anónima, para os planos inferiores da hierarquia social, com efeitos graves na valorização pecuniária da profissão.

A irritação de Dias Costa vinha-lhe de o *Diário do Governo* ignorar sistematicamente o título legítimo dos engenheiros. Sendo apenas referido como emprego público, na aceção de profissão, e não incorporado no nome civil e antecedendo-o, o efeito útil da legislação publicada ficara inutilizado. Também os jornais faziam letra morta dos decretos e referiam-se-lhes como *eng^o senhor F.* ou, outras vezes, mais simplesmente ainda, o *Sr. F.*

No limite, é uma notícia no *Diário de Notícias*, a propósito de sessão solene no IST, com a presença do presidente da República para inaugurar a exposição de um monumental projeto de irrigação muito honroso para a engenharia portuguesa, que acabou por o pôr fora de si. E relata o caso:

– *Aquele periódico consagrou duas colunas a essa solenidade e, às tantas, informou os seus leitores de que o Senhor Pacheco se levantou para discursar, !O Senhor Pacheco!...*

[Esse jornal que nunca se esquece de um título]

Só para o Diretor do Instituto Superior Técnico, da Faculdade de Engenharia de Lisboa, não há uma deferência condigna da sua elevada posição social. Não há para ele o mafarrico dum titulozinho de Engenheiro.

!É o Senhor Pacheco!...

Nem mais. Nem menos.

(Costa, J E 1928 p. 244).

O desconforto sentido com a dificuldade da sociedade portuguesa em incorporar no seu código de distinção a designação de engenheiro ainda, em 1944, era referido por Ferreira Dias. Num outro contexto e já com as questões de defesa da classe na alçada da Ordem dos Engenheiros, continuava a explicá-lo com o desdém de Aristóteles pelas artes mecânicas e com o âmbito muito limitado que, por atavismo, a cultura técnica tinha entre nós (Dias 1944 p. 976)⁴².

Mas, e o instituto, na sua face mais institucional – o CE – e para além da preocupação com a dignidade da escola e o prestígio social dos seus diplomados? Qual foi o tempo e a intensidade de reação do CE, considerando que com a república se reforçara a importância dos recursos culturais (neste caso a posse de um diploma de ensino superior) como uma das condição de acesso aos cargos dirigentes e, para muitos dos alunos do instituto, o único recurso convertível em bens económicos (Grácio 1998 p. 87).

Os membros do CE e a direção do IST gozavam pessoalmente de uma consideração e distinção social a que o título de engenheiro nada acrescentava e, em rigor, na *era de Bensaúde*, os primeiros diretores, com consulados longos, não o seriam ou pelo menos não o usavam.

Alfredo Bensaúde vinha da universidade alemã e pertencia-lhe o título de doutor. Em Ferrugento Gonçalves prevalecia o seu título de general (Ferreira Dias bem se lembrava da sua farda de militar enquanto professor na Boavista ...) (Dias 1963 p. 299), apesar do curso na

Escola do Exército lhe dar direito ao reconhecimento da qualidade de engenheiro e de ter sido aluno do Técnico e, nessa qualidade, assinado artigos na *Técnica Industrial*. Caetano Beirão da Veiga era homem da contabilidade e das finanças mais referido como professor e diretor do Instituto Superior de Comércio.

Aliás, um exercício interessante é a observação da lista das habilitações académicas do corpo docente do IST elaborada por Bensaúde, em 1922 (Bensaúde 1922 p. 139).

Dos 27 professores com assento no CE, ele próprio é doutor, pela Universidade de Göttingen, assim como outros 4 professores.

Destes 5, 3 são estrangeiros e só 1 adquiriu o título em Coimbra.

Há depois 14 elementos classificados de *engenheiro*.

8 deles adquiriram o título em escolas estrangeiras, 5 na Escola do Exército e 1 no antigo Instituto Industrial e Comercial de Lisboa.

Seguem-se os diplomados, 1 pela Escola Politécnica, 1 pela Escola do Exército, e 3 pelo IICL (dos quais 1 foi, apenas, *antigo discípulo*).

Há ainda mais 3 professores com outras formações: 1 médico, 1 arquiteto e 1 licenciado em direito.

Habilitações académicas diferentes, competências profissionais e pedagógicas consideradas equivalentes para o efeito.

Todos estes elementos do Conselho, co-optados na sociedade civil ou herdados de instituições do tempo da monarquia, estavam bem inseridos em ambientes sociais prestigiados onde as formas comuns de tratamento eram preferencialmente *senhor* e *vossa excelência*.

Senhor era a forma digna dos parlamentares da monarquia e da república se tratarem e, por arrastamento, também para os membros do governo havia parcimónia na utilização de designações profissionais ou académicas e abuso na de *excelência*. Aconteceu assim com os professores do Técnico que foram ministros quando não tinham direito ao título concedido pela universidade. É, por exemplo, o caso do senhor Vicente Ferreira, em 1921.

Era também nesses termos que a redação da revista da AEIST se dirigia, em 1926, ao recém eleito presidente da AEIST, José da Veiga Lima, felicitando *S. Ex^a pela justa homenagem, etc.*, ou

que noticia que *sua excelência* (o próprio diretor da revista) partiu para férias acompanhado de sua mãe, ou, ainda nos inícios dos anos 40, o velho prof. António Vicente Ferreira dirigindo-se à direção da AE que lhe solicitara colaboração. Mesmo em 1960, o diretor Luís de Almeida Alves referia com o maior respeito um trabalho da primeira professora no IST, *Senhora Assistente Eng^a D. Isabel Gago*. São formas sobreviventes de um tempo em que, nos códigos de linguagem das elites, o título profissional não ofuscava os antigos termos de deferência muito dignificados. Simultaneamente denotavam a educação superior de quem os utilizava.

Mas os alunos que chegaram ao ensino técnico superior depois da proclamação da república não gozavam, na sua maioria, da consideração social desejável a um novo pessoal dirigente.⁴³ Faltando-lhes o prestígio de um nome ou da riqueza, tentavam impor *como a fonte dominante do poder* a detenção de património cultural, na sua expressão escolar mais prestigiosa (Grácio 1998 p. 87 e segs). Esta é a chave para a compreensão da importância globalmente atribuída ao ensino superior pelo novo poder; foi essa a imagem de marca da república que, aliás, foi bem compreendida, e correspondida pela procura.

A *hipertrofia* do ensino superior, em que se integra o ensino da engenharia, é uma dimensão do *meritocratism* republicano de fundamento escolar (Grácio 1998).

Nas primorosas atas do CE, João Correia da Silva, o secretário que as redige entre 1918 e 1942, não sentindo pressão dos seus superiores hierárquicos, só lentamente se habitua à nova terminologia. Mesmo depois de 1926, os nomes dos professores presentes são precedidos da indicação de senhor e, um grupo minoritário, de doutor. Nos inícios do instituto, são apenas Bensaúde, os professores estrangeiros e poucos mais que vinham da universidade (Mira Fernandes, Lino Neto...).

Nas atas escreve-se pela primeira vez *professor engenheiro Mendes Leal* em março de 1929⁴⁴ mas, a intitulação para a generalidade dos vogais, só se torna de uso corrente a partir de novembro de 1930. Quanto a *S^a Exc.^a o Diretor professor Duarte Pacheco* é, pela primeira vez, também engenheiro, a 5 de dezembro de 1929.

Este aparente alheamento não deixa de ser sentido pelos estudantes que num artigo, assinado por Castro Cabrita sobre as exposições de trabalhos no final do ano escolar de 1925, assinala que, enquanto se movia lá fora uma campanha surda de descrédito do IST e os poderes públicos estimulavam o comodismo de um curso menos longo e mais fácil, o CE do IST, por carência de uma atitude enérgica, chegava a desamparar a mais legítima aspiração dos seus alunos, a intangibilidade do seu título de engenheiros (Técnica, dez. 1925, p. 43) É ele mesmo, então diretor da revista, que em fevereiro de 1927 assina os seus artigos como eng^o Castro Cabrita.

São aspetos exteriores e superficiais da questão mas que, ainda hoje, marcam negativamente as famílias e condicionam os estudantes nas suas opções escolares. Mas mesmo na essência das coisas, que remetem para a constituição dos engenheiros como grupo profissional e o ensino da engenharia na definição do engenheiro, há algum constrangimento do CE quando a qualidade de professor do IST pode conflitar com a de professor do Instituto Industrial de Lisboa.

Aconteceu, em março de 1922, quando a AE se movimentou contra previsíveis prejuízos acarretados pela confusão entre *engenheiros pelo Instituto Industrial de Lisboa* e *engenheiros pelo Instituto Superior Técnico* e pediu que o CE do IST procurasse, junto do CE do IIL e das instâncias oficiais, evitar que essa nomenclatura fosse adotada. A delicadeza do assunto residia no facto do presidente do CE do IIL Francisco Maria Henriques, que ponderava a hipótese *engenheiros auxiliares* para os alunos do seu instituto, ser um vogal do CE do IST⁴⁵. Ou depois em julho⁴⁶, quando a AEIST pede providências contra o projeto de lei que confere a alguns oficiais de artilharia o diploma de engenheiros químico industrial e é Vicente Ferreira, formado em engenharia na antiga Escola do Exército e professor da mesma, que faz parte da comissão encarregue pelo CE de se opor ao projeto, nomeadamente quando se tratar do caso no parlamento.

Castro Cabrita não teria razão. Nem Dias Costa, que também o insinua, ao lembrar o fracasso do IST quando, anos antes, não tinha conseguido evitar a concessão do título aos

condutores de obras públicas. Apesar dos me-lindres referidos, o CE, sem que esses esforços tivessem sido compensados, empenhara-se a favor dos seus alunos – e afinal, o IST não fora criado com o intuito mesmo de fornecer ao país engenheiros? No auge da greve académica, a 6 de fevereiro de 1926, perante mais uma proposta de representação ao congresso, o ceticismo do Conselho (parecia-lhe inútil a diligência quando já tinha feito duas representações sem êxito) foi quebrado por Mira Fernandes. Este declarava--se confiante no trabalho desenvolvido por uma comissão parlamentar nomeada para estudar o assunto e que tinha a vantagem de não ter representantes de todas as escolas que tinham reclamações pendentes.

Mais se empenhou o Conselho em 1932, e novamente sem consequências, quando lhe foi pedido parecer sobre um outro projeto de decreto regulamentando a profissão de engenheiro. A incumbência, que transcendia agora a questão do uso legal e do uso social de um título, provocou grande discussão e conduziu à constituição de uma comissão com representantes de cada um dos cursos: Francisco Henriques, de civil; Herculano de Carvalho, de química; Ferreira Dias, de eletricidade; Mendes Leal, de mecânica e Amílcar de Jesus, de minas. O parecer é, 20 dias depois, apresentado, aprovado e, os mandatos louvados pelo *alto valor do seu trabalho*.⁴⁷ Porém, em dezembro do ano seguinte, Ferreira Dias informa os colegas de que a AECP andava, ainda, estudando um projeto de regulamentação do exercício da profissão... Foi indigitado delegado do IST na associação.⁴⁸

Em 1947, no CE Ferreira Dias retomou o assunto.⁴⁹ Pedia ao colega, prof. Belard da Fonseca, então presidente da Ordem dos Engenheiros, que insistisse por uma rápida regulamentação da profissão. O interpelado esperava que a ordem, concluído o processo, o viesse a apresentar em breve, no Congresso de Engenharia, a realizar no Porto.

Nem essa sede encerra o debate sobre o título profissional. Recorrentemente volta porque o vocábulo cobre situações diferentes na cultura europeia e noutros continentes e porque também não há um entendimento unívoco sobre o significado da palavra engenharia. Por exemplo, ainda em 1980, no grande congresso

comemorativo do cinquentenário da UTL, realizado no IST, se colocou novamente a questão da justificação da correspondência rígida entre grau académico e categoria profissional a propósito do enquadramento do ensino superior politécnico⁵⁰ e, mais próximo, com o ónus para a ordem, a propósito do reconhecimento de habilitações obtidas em cursos de engenharia recentes.

Voltando atrás, ao primeiro quartel do século XX, e a ser verdade que o título é o timbre da contrastaria social portuguesa (Costa, J E 1928 p. 244), a crise académica de 1925–26 representou um salto qualitativo na ascensão dos engenheiros no país e, também, na sua visibilidade no campo mais vasto da cultura, nomeadamente na literatura e na política.

Fernando Pessoa, algures nos começos da Grande Guerra, descobre um discípulo a Alberto Caeiro, esse poeta bucólico que inventara (conta ele, sempre atento ao calendário) no dia 8 de março de 1914. O discípulo, um indivíduo que lhe surgiu *impetuosamente*, era o engenheiro naval Álvaro de Campos: *Num jato, e à máquina de escrever, sem interrupção nem emenda, surgiu a Ode Triunfal de Álvaro de Campos – a Ode com esse nome e o homem com o nome que tem*.⁵¹

Álvaro de Campos nasceu em Tavira, a 15 de outubro de 1890 e, feito o horóscopo, parece que por volta da uma e meia da tarde. (A analogia com Duarte Pacheco seria engraçada mas é falsa, pela data precoce da invenção do poeta). Aprendeu latim com um tio avô beirão que era padre e *lhe instilou um certo amor às coisas clássicas*, frequentou normalmente o liceu em Portugal e, por pequena diferença, não cursou o IST. Estudou engenharia mecânica e depois naval em Glasgow, visitou a Irlanda e o Oriente. Em 1919, veio de férias a Lisboa quando trabalhava como engenheiro naval na firma Forsythe em Newcastle. Regressado ao país, em data incerta, teve, provavelmente, de pedir ao IST equivalência das suas habilitações, já que foi nomeado diretor das Obras Públicas de Bragança e, em seguida, destacado para estudar o troço da estrada de Guimarães à Lixa (*que depois foi toda alterada por um reles condutor*).⁵² Influenciado pelos futuristas louva a civilização moderna, o progresso e a técnica triunfantes.

Álvaro de Campos, mesmo *fingindo* (*sou um técnico, mas tenho técnica só dentro da técnica*), é protótipo de um tipo social.

Fisicamente era forte e um pouco *dandy*, cumpria a moda; gostava de ter crenças e dinheiro; frequentava com os pares conferências da especialidade, era o engenheiro, o civilizado, o educado no estrangeiro. Era um homem da técnica mas com um fundo de humanidades.

Em 1933, descreve o seu quotidiano:

*Traço, sozinho, no meu cubículo de
engenheiro, o plano,
Firmo o projeto, aqui isolado, (...)
Ao lado, acompanhamento banal-
mente sinistro,
O tique-taque estalado das máquinas
de escrever
(Fernando Pessoa, 1983, p. 323).*

Com a morte do criador, final de 1935, a criatura esvaeceu-se. Mas esse é o tempo de uma viragem significativa na política educativa do Estado Novo e o do começo de uma fase que se estende até quase a meio do século.

No início de 1936, Carneiro Pacheco assume a pasta da Instrução Pública que tutelava o IST e, em abril, estabelecia as bases da organização do ministério. Passava a designar-se de ministério da Educação Nacional, adequando-se o nome ao novo entendimento do papel e da finalidade da escola. Reforma particularmente virada para os ensinamentos primário e secundário é aqui trazida pelo que a linguagem utilizada mostra da importância adquirida pela instrução técnica e pelos principais frutos dessa mesma – os engenheiros – nas representações mentais dos portugueses (Monteiro 2008 p. 256).

A terminologia tem paternidade e data de nascimento: o chefe do Governo e ministro das Finanças Oliveira Salazar, no discurso de 28 de janeiro de 1934 dirigido à academia nacionalista integrada na Associação Escolar Vanguarda (Salazar 1961 p. 306).

Foi um discurso em que caracterizou a escola como a *sagrada oficina das almas, sobretudo a Universidade, a fábrica espiritual portuguesa, que há-de educar os homens para governarem e serem*

governados, e fazer a própria ciência do governo (Ibidem).

Estava dado o mote, em breve, os educadores serão os *engenheiros das almas* (Monteiro 2008 p. 259) ou os *engenheiros do espírito*. *A oficina, a fábrica, os engenheiros ...* – apesar de, ou por causa de, sagrada, espiritual, e das almas – denunciavam um tempo em que estas denominações gozavam de estima social. Na década de 1930, o engenheiro tinha claramente deixado de ser uma *criatura anónima* como rezeira Dias Costa. As metáforas assim o atestam.

Com efeito, para o Técnico, a atribuição às faculdades de engenharia da concessão do grau de licenciado e do respetivo diploma (decreto nº 11988) e, poucos anos volvidos, a conclusão do complexo escolar, representaram uma projeção inegável com tradução no plano do simbólico. Os seus alunos passaram a usufruir, simultaneamente, das mordomias reservadas aos estudantes universitários, pressuposto do seu estatuto futuro, e dos constrangimentos sociais correspondentes – serviços e tratamento de distinção dentro da própria escola, baile de gala de finalistas, submissão ao *dress code* do casaco e da gravata, relacionamento cerimonioso e distante com as colegas que passaram a frequentar o instituto.

Por seu lado, a evolução da política económica num sentido mais industrialista contribuiu também para um maior apreço pela cultura técnica e, por simpatia, pelos técnicos superiores da produção e pelas escolas superiores técnicas. Assim, as décadas de transição de 1930–40 do século XX são anos de afirmação do engenheiro, da engenharia portuguesa e da escola de engenharia de Lisboa. Foram-no ainda mais quando a eletricidade e a indústria lograram posição de vanguarda.

Cuidados especialíssimos à formação de engenheiros e cientistas

Por ocasião da morte de Alfredo Bensaúde, em 1941, os testemunhos dos que refletiram sobre a sua obra e o seu legado salientaram a repercussão que teve no ensino da engenharia e na melhoria da economia nacional o *amor pela ação* que incutiu no instituto enquanto o orientou (Carvalho, J H 1941, p. 122).

A nova estrutura de ensino, assente no contato dos alunos com a realidade e na consagração do valor dos trabalhos práticos – os homens de fato de ganga – foi o melhor da sua herança e imprimiu carácter indelével à escola (Carvalho, J H 1941 p. 225).

No plano curricular e regulamentar, a reforma de 1921 permanecia adequada em 1940, ou pelo menos não se conseguia uma melhor que a substituísse e vai estar em vigor por mais uma década e meia. No plano estatutário, o instituto fazia agora parte da Universidade Técnica que agregara as escolas superiores que não tinham sido integradas na Universidade de Lisboa, após a proclamação da república. No plano da articulação entre os dois corpos constitutivos da comunidade universitária – alunos e professores com sua hierarquia académica e funcional – a harmonia e a colaboração superavam internamente as divergências no que ao ensino e à formação técnica dos alunos dizia respeito. Nesta fase, até à década de 60, as tensões, ou mesmo a oposição nos momentos fulcrais em que o movimento estudantil engrossou, incidiram principalmente sobre aspetos da organização do ensino imputados ao ministério da Educação. Mesmo quando o ministro (Francisco Leite Pinto) era um prestigiado professor do instituto, as razões da agitação relacionaram-se, como sempre, quando marcadamente académicas, com a questão da autonomia.

A integração na universidade fora dolorosa para aqueles que tinham desenvolvido a sua vida profissional na mística da autonomia inculcada na escola. No Conselho não queriam acreditar que esta nova realidade acabasse por se impor.

Diga-se, em abono da verdade, que também não tinham sido recebidos com agrado os decretos 13717 e 13718, de junho de 1927, com o

projeto de transferência do ensino técnico para o ministério da Instrução. Nos dois anos seguintes sucederam-se as representações enviadas salientando as desvantagens da medida e a formação de uma frente comum de protesto constituída pelos três institutos superiores técnicos, o Instituto Superior de Comércio, o Instituto Superior de Agronomia e o IST. Perante a intransigência governamental, não perderam a face aprovando uma moção protestando por não terem sido atendidas as suas representações.⁵³

Depois os acontecimentos precipitaram-se. Numa sessão de outubro de 1930⁵⁴, o CE foi informado pelo presidente, Duarte Pacheco, de que fora chamado ao ministro da Instrução que lhe comunicara o projeto de criação de uma Universidade Técnica em Lisboa. Quase todos os vogais presentes (Aboim Inglês, Adrião de Sequeira, Fleury, Apolinário, Ferrugento Gonçalves, Mendes Leal, Vilaça, Amilcar de Jesus, Ferreira Dias, coronel Pereira Gonçalves, Lepierre, Raul de Mendonça, Francisco Henriques e Beirão da Veiga) se pronunciaram e, por unanimidade, aprovaram um voto de completa discordância.

Muitos anos depois, um reitor da UTL historia as razões deste descontentamento (Lopes 1986 p. 5).

A integração de escolas sob tutela de ministérios da área económica, numa universidade dependente do ministério da Educação, foi encarada com reservas assentes em preocupações compreensíveis de perda da autonomia relativa que possuíam nos ministérios a que se encontravam ligados. No entanto, defendia, desta integração tinha resultado uma orgânica descentralizada de funcionamento, com larga margem de autonomia pedagógica, científica, administrativa e financeira face à reitoria, que não cercara a adoção de formas diversificadas de vida e de atuação.

No momento da fundação não havia argumentos convincentes e o CE deliberou que todo o corpo docente do IST se dirigisse ao ministro e ao presidente do ministério a fim de lhes pedir que não seja alterada a situação do IST.

Beirão da Veiga, concordando com a diligência, não se associou por fazer parte do professorado do Instituto Superior de Comércio que tinha outra posição.

Um mês depois, 25 de novembro⁵⁵, na ordem do dia em discussão, *criação da Universidade Técnica de Lisboa*, Duarte Pacheco não considerou necessárias as audiências, dado os pontos de vista do presidente do ministério indicarem que o projeto não teria seguimento.

Porém, a situação começou a ficar confusa e, perante a contradição de um diretor geral do Ensino Técnico que o convocou para informar da aprovação do decreto em Conselho de Ministros e, dois dias depois, da marcação da audiência anteriormente pedida ao ministro da Instrução (com a justificação de ainda faltarem assinaturas de membros do governo) o diretor pergunta ao Conselho qual a atitude a tomar.

Os vogais, à exceção de Lino Neto e Beirão da Veiga, embaraçados na sua dupla pertença académica, prontificaram-se a votar uma proposta do general Norton de Matos para que todo o corpo docente comparecesse na audiência marcada pelo ministro e aí manifestasse a sua inteira discordância e, no caso de, como parecia, se tratar de um facto consumado, então que *se lavre por escrito como simples manifestação de opinião, o protesto respeitoso deste instituto, dando-se-lhe toda a publicidade que for possível*.

Há quem, como Beirão da Veiga, estivesse disposto a pedir, a título pessoal, a demissão de professor do IST e há quem, como Lino Neto, procurasse conciliar. Parecia-lhe a autonomia do IST uma condição imprescindível da sua missão pedagógica mas, no que se referia à criação da UTL, havia que esperar e confirmar se o seu funcionamento afetava de algum modo essa autonomia. Na realidade, argumenta, na secção técnica do Conselho Superior de Instrução Pública as escolas superiores que se dizem compreendidas na UTL funcionam conjuntamente, tendo já resolvido por unanimidade assuntos comuns, como o do regulamento dos concursos para provimento de vagas dos professores ou o da colação de graus académicos, sem que ninguém tivesse visto nisso qualquer limitação à autonomia das escolas. Lino Neto advogava que a criação de um bloco técnico servia melhor as necessidades do país do que a dispersão de

esforços, e que seria melhor que se visse onde é que o decreto afetava a autonomia do IST para se corrigir e eliminar esse ponto.⁵⁶

Não convenceu a todos e, apesar de já ter sido publicado o decreto sem, como fora prometido na entrevista, ter sido apreciado de novo em Conselho de Ministros, alguns ainda esperavam um *volte-face* e obter a sua suspensão. Por exemplo, Raúl de Mendonça insistia numa representação evidenciando os graves inconvenientes para o ensino e para a economia nacional onde, em 20 anos de autonomia pedagógica e administrativa, a ação do IST se tinha feito sentir poderosamente ou, Beirão da Veiga que, em alternativa, queria o reconhecido ao IST do direito de sair da UTL, como outras escolas o tinham de entrar.

Ficou Duarte Pacheco encarregue de redigir a representação coadjuvado por Herculano de Carvalho, Mendes Leal e Ferreira Dias. Apresentada no CE, a 22 de dezembro, votaram que fosse entregue ao presidente da República.⁵⁷ Logo depois, o diretor comunicou que fora recebido um ofício indicando o dia e a hora da tomada de posse do reitor!

Consumado o facto, a rotina do instituto reorganiza-se e, entretanto, os estatutos da Universidade Técnica, de 2 de junho de 1931, reforçam a vertente positiva da nova estrutura que potenciava simbólica e efetivamente o papel a desempenhar pelo ensino superior técnico português. Na sua base 1^a, define a UTL como *associação das escolas e institutos superiores que, pelo seu poder de investigação e cultura, além da preparação profissional a que estão destinados se propõem a finalidade superior económica do Estado, estudando os seus problemas mais instantes e pondo consciência na sua ação*.

Nos 25 anos da Universidade Técnica de Lisboa, Herculano de Carvalho, então diretor do IST, convidado a escrever sobre a instituição que dirigia, considerou os receios iniciais infundados e que a UTL se criou *para unir e coordenar esforços e não para diminuir a capacidade de livre evolução das escolas que abrange*. São palavras que antecedem a relação, com breve informação curricular de cada um, de todos os que, em qualquer nível da carreira universitária exerceram funções docentes entre 1930 e 1956. Dos contratados nos anos heróicos do Conde Barão,

a maioria atingiu a idade da reforma durante a Primeira Guerra Mundial mas, no pós-guerra, havia ainda notáveis sobreviventes quer dos nacionais, quer dos estrangeiros convidados por Bensaúde.

A estabilidade funcional que o quadro adotado em 1930 prometia não invalidou que se sucedessem com demasiada frequência tentativas de reforma que as atas do CE testemunham e que a nada levaram. Comentando essa recorrência, Décio Tadeu assegura que o prof. Fleury se aposentara, em 1948, feliz por não ter de se sujeitar a mais uma inútil mudança. Foram planos de reestruturação curricular no final da década de 1920, foi um projeto em 1935, foi um outro discutido um ano depois, em junho de 1936, já no regresso de Duarte Pacheco e com forte envolvimento de Ferreira Dias, mais um outro em 1946–47...

No entanto, estes projetos legislativos emanados da tutela foram ocasião para a escola refletir sobre a sua condição e sobre os seus anseios. Sucedeu assim, por exemplo, em 1941, com um longo parecer sobre o projeto de estatuto do ensino superior remetido pelo ministério da Educação.⁵⁸

Aprovado por unanimidade no CE, o documento expressa claramente os anseios dos órgãos diretivos do IST numa altura em que a escola desfrutava de uma posição ainda relativamente nova. Com efeito, foi a primeira vez desde a integração na universidade que pôde tentar influenciar os decisores e preservar o regime, entre nós excepcional, *em que o instituto tem vivido desde 1911*, mas que, não duvida, ser essencial e quase exclusivo das boas escolas de engenharia internacionais, entre as quais se considera incluído.

Fundamentalmente pretendia manter esse regime de maior autonomia do que o sistema universitário instituído comportava e que lhe permitira gozar de uma liberdade de funcionamento e de organização ímpar. Desejava que o enquadramento pedagógico do percurso académico dos alunos fosse todo da responsabilidade do IST e que houvesse realismo na avaliação de experiências inovadoras, abertura para a criação de novos cursos e para uma maior especialização no ensino da engenharia. Queria, também, um horário letivo mais carregado e exigente, mas o

único que considerava compaginável com as atividades de carácter prático que não dispensava.

Nas considerações gerais que os relatores emitem sobre o plano proposto e suas bases, e mesmo que este não substituísse a designação tradicional de instituto, estava patente o receio com que anteviam no articulado de aproximação do IST a uma faculdade uma ameaça de cerceamento da sua autonomia. Se as estruturas existentes satisfaziam e não se conheciam razões exteriores que justificassem uma mudança tão profunda, não descortinavam as vantagens que daí adviriam. Mais lhes parecia que a origem universitária do ministro (Mário de Figueiredo) o qualificava para que se empenhasse antes na redução da burocracia e, se o achasse necessário, no aperfeiçoamento da fiscalização do Estado sobre o instituto. Olhando ao exemplo maior das grandes escolas dos países progressivos e à *lembrança da nossa autonomia passada, pediam-lhe que restituia às escolas a capacidade de progresso e o sentimento forte das responsabilidades que justificam a sua designação de superiores*.

Na especialidade, o parecer congratulava-se com a adoção do regime semestral e com a criação de mais um ano no curso dos liceus. O primeiro, favorecia a distribuição das matérias pelos cursos e pelos anos escolares; o segundo, teria o efeito de sedimentar matérias essenciais à articulação das cadeiras preparatórias com as da especialidade. Contestava, contudo, a supressão no instituto das cadeiras ditas gerais e a sua leccionação em outra qualquer escola defendendo que, para conferir uma formação *sui generis*, ou seja, essa diferenciação que era o principal objetivo duma escola superior, ser necessário que o curso completo decorresse num mesmo espaço.

A integração desde o início do futuro engenheiro num ambiente próprio, o contato com os colegas mais adiantados, a articulação entre os preparatórios e os cursos especiais uniformizando as finalidades do ensino, a proximidade dos professores dos dois graus de ensino para melhor ajustarem os programas e a existência simultânea de laboratórios e oficinas da especialidade eram vantagens incomensuráveis para o progresso do ensino e para a investigação. *A circunstância enunciada vale só por si todos os sacrifícios que haja de fazer na geometria dos princípios para a conservar*.

Do mesmo modo, como escola com cinco cursos e muita atenção à parte prática, o Técnico, mais do que outras escolas superiores, teria necessariamente um elenco de cadeiras muito numeroso, maior duração dos cursos, um estágio final longo (desejavelmente remunerado), e horários extensos que não poderia reduzir para os níveis propostos.

Noutros itens os membros do CE discutiam a oportunidade da introdução de novas cadeiras nos cursos especiais. Com realismo, o parecer considerava que, face ao fracasso de experiências anteriores (1937), era assunto a exigir ponderação por se verificar que *saem fora das possibilidades de esforço do aluno médio no nosso país que não tem hábitos de grande concentração*.

O que o Conselho considerava da maior importância, e que poderia ser contemplado por ocasião da publicação do estatuto, era a criação de uma especialidade nova a estruturar-se sobre o curso de máquinas, o curso superior de aeronáutica. No momento podia iniciar-se com duas ou três cadeiras e pensar-se na construção de um túnel aerodinâmico no IST. A dotação necessária, facilmente se conseguiria com a colaboração dos ministérios castrenses e do Conselho Nacional do Ar que há muito o reclamavam.

Do mesmo modo, insistiam, podia ser uma boa oportunidade para fixar normas gerais e estreitar a relação entre o IST e outros ministérios (Obras Públicas, Economia e Colónias) que utilizavam os serviços dos seus diplomados e professores e recorriam aos seus laboratórios e oficinas. Seria a altura de moralizar uma colaboração tantas vezes pautada por regras estabelecidas unilateralmente pelos segundos.

Por seu lado, o Técnico apresentou um plano com alteração dos *curricula* que correspondia às necessidades das atividades industriais existentes em Portugal, quer de iniciativa privada, quer do Estado. Era um plano cauteloso que procurava uma solução intermédia que harmonizasse as fracas exigências do meio com uma não muito intensa especialização dos cursos.

Se não lhes parecia possível abstrair da realidade económica do país no momento em que se estudava a organização de escolas cujos diplomados iriam alimentar e fomentar essas atividades, não podiam deixar de prever outras que

certamente iriam aparecer em futuro próximo. Ao interesse crescente do governo em desenvolver as fontes da economia nacional devia corresponder a preocupação do IST em formar bons engenheiros, progressivamente mais especializados e capazes de implementar o progresso.

Mas a publicação do Estatuto do Ensino Superior era também, na perspetiva do CE, uma ocasião para rever aspectos relacionados com os recursos humanos do instituto: resolver o problema do número e vencimento do pessoal auxiliar de ensino; aumentar o quadro do pessoal menor e arrumar de maneira mais justa o pessoal dos serviços administrativos e das oficinas; atualizar a remuneração dos primeiros e segundos assistentes em desvantagem face a outros serviços do Estado.

Anos depois, em 1951, bodas de prata da revista Técnica, são os próprios alunos que desencadeiam uma reflexão propondo um inquérito com o título sugestivo de *Contribuição à organização do ensino do Instituto Superior Técnico*. Em números sucessivos da revista da AE publicam depoimentos e, para se tirarem as ilações das opiniões expressas, apresentam, após tratamento atento do aluno Celso Montes, os *Aspectos mais importantes das respostas de engenheiros e professores ao inquérito*⁵⁹

Para além de um capítulo específico dedicado ao desenvolvimento da secção dos *sócios antigos alunos* da AEIST, todos os outros analisam áreas de interesse geral para uma reestruturação do ensino ministrado na escola – sobre a inclusão nos planos de estudo de áreas promotoras de uma sólida formação humana e social e não exclusivamente técnica; sobre a opção por uma organização curricular *elástica* mais consentânea com o envolvimento pessoal dos alunos; sobre a necessidade de uma maior especialização; sobre laboratórios, seminários de estudo, tirocínios e rentabilização das aulas práticas; sobre o recrutamento e formação do corpo docente.

Dos tópicos referidos, o primeiro remetia para um tema caro ao corpo docente e às direções da AE e da *Técnica* todo ao longo da história do IST, o da formação humana e social dos estudantes. Aqui reportavam-se claramente à necessidade de dotar os alunos de conhecimentos em economia, direito, finanças e contabilidade mas, muitas vezes, o que transparece é a inquietação

e a insegurança perante carências reais no campo cultural e as formas de as colmatar.

Passado o meio do século, por razões explanadas num extenso relatório – os progressos das ciências e técnicas de engenharia, a evolução do respetivo ensino, a desadequação de disposições de um diploma elaborado em 1921 na lógica da tutela de então, o ministério do Comércio e Comunicações e, perante as normas e os preceitos estabelecidos no Estatuto da Instrução Universitária que geria então o conjunto das escolas dependentes do ministério da Educação Nacional – tornava-se premente essa necessária e não cumprida reforma dos cursos de engenharia.

O decreto que oficializava os novos planos de estudo acabou por ser publicado em novembro de 1955 com as assinaturas do presidente Craveiro Lopes e do ministro Leite Pinto.⁶⁰ Como nele se escrevia, era o resultado de estudo cuidadoso e demorado e de uma longa sucessão de tentativas. Remetia, assim, parte dos louros para o ministro Pires de Lima que deixara o ministério meia dúzia de meses antes e que, em 1952, assinara decreto de idêntico significado para o Instituto Superior de Agronomia. O produto final resultou ainda da auscultação da Ordem dos Engenheiros e das entidades qualificadas do ministério da Educação Nacional.

No ponto de vista do legislador, as questões de ordem puramente académica a corrigir eram a desatualização dos elencos de disciplinas, a sua defeituosa distribuição, os excessos de escolaridade que por vezes se aproximava das 50 horas semanais, os inconvenientes do regime de provas e a perturbação motivada pelas condições de transferência de alunos entre o IST, as faculdades de ciências e a Faculdade de Engenharia do Porto. Mas, sobretudo, a reforma era um *imperativo das circunstâncias* – da crescente complexidade da vida moderna, do bom acolhimento às conquistas científicas e à sua expressão prática, da necessidade de aumentar o potencial económico dos Estados – que tinham levado, sensivelmente por esses mesmos anos, todas as nações desenvolvidas da América do Norte e da Europa a *dedicar cuidados especialíssimos à formação de engenheiros e cientistas*.⁶¹

E com os cuidados vêm o relevo cada vez maior dado aos técnicos, mas agora também aos cientistas puros, e as preocupações com a

preparação científica e técnica de ambos, técnicos e investigadores, por parte dos governos, da indústria, das escolas, das organizações políticas, científicas e profissionais e, ainda, das instâncias internacionais.

A reforma *Leite Pinto*, em vigor até à reforma Veiga Simão no início da década de 70, uniformizou o plano de estudos dos três primeiros anos do curso do IST com o das faculdades de ciências e o dos três últimos com o da Faculdade de Engenharia do Porto; manteve os seis anos de duração destinando metade deles à preparação geral do aluno e os restantes a um 2º ciclo de estudos especializados de acordo com a modalidade de engenharia escolhida; conservou os mesmos cinco cursos, *porque os nossos recursos e as nossas necessidades* não aconselhavam desdobramentos, mas os diferentes cursos ofereciam, nos últimos anos, a frequência de cadeiras de opção que diversificavam os percursos individuais; reforçou a realização de estágios em estabelecimentos industriais ou serviços públicos familiarizando o aluno com o mundo do trabalho. Contrastando com as 40 horas anteriores, fixava a carga horária em cerca de 30 horas semanais, preservando o tempo destinado a aulas práticas nos laboratórios ou oficinas mas, com o novo horário, deixava tempo livre aos alunos para trabalho individual (quer para assimilarem as matérias científicas quer para melhorarem a sua cultura geral) e para a prática de atividades gimnodesportivas, de preferência em horário semanal definido.

A opção por um 1º ciclo longo é largamente explanada. Recorria ao exemplo das melhores escolas estrangeiras, que afastavam uma nociva especialização precoce e que associavam, numa formação geral comum, o estudo de noções básicas muito amplas de filosofia, de história das civilizações e de línguas com o das ciências exatas, físicas e naturais. Procurando responder ao problema do equilíbrio entre cultura geral e especialização, o diploma alargou a representação das disciplinas de matemática e de física, criou a disciplina de sociologia geral (questões morais e sociais relacionadas com a técnica), e sugeriu uma modificação no nome da cadeira de economia de modo a prescrever uma matéria com carácter mais geral.

O 2º ciclo juntou as disciplinas da formação específicas de cada curso e as disciplinas de opção de apoio a essa especialização geral. No final, a formação podia ser complementada com estágios ou com trabalhos de investigação ou de aplicação em centros de estudo. Eram ainda previstos (artº. 24) cursos de aperfeiçoamento, especialização e atualização ao longo da vida profissional.

Da reforma de 1955, que continuava o conceito de engenheiro de largo espetro, a criação de doutoramentos no instituto (artº 21) foi a medida mais importante para a modernização e a valorização da investigação associada à prática pedagógica.

A prerrogativa de concessão do grau de doutor representou para o IST o reconhecimento pleno da sua categoria de instituto universitário e vai potenciar, *in loco*, o investimento na preparação científica dos seus alunos, até então, na maior parte da pequena minoria que o tentava, obtida em universidades estrangeiras, mesmo quando financiada pelo Estado português através de bolsas de estudo.

Em 1962, Manuel Alves Marques, orientado pelo professor António da Silveira, é o primeiro

professor a obter o grau de doutor, em física, concedido pelo Instituto Superior Técnico.

Outros se seguem, sempre em número reduzido. No preâmbulo do decreto lei que, em 1970, alterou o regime de doutoramento nas universidades portuguesas dizia-se da intenção de simplificar os processos, da realização das provas em prazos mais curtos e da maior especialização das matérias sobre que incidiam. Pretendia-se com uma nova orgânica das provas que o número de doutorados ultrapassasse as necessidades do ensino superior, de modo que o excedente *possa desempenhar papel relevante no desenvolvimento sócio-económico, ocupando postos de administração, de investigação ou outros, no sector público ou no privado.*⁶²

É também nos inícios de 60 que se comemora o cinquentenário do Técnico e que, como um dos atos programáticos, se considera a realização do I Congresso do Ensino de Engenharia. Em fevereiro de 1963, um curto texto de Ferreira Dias, publicado na *Técnica*, esclarecia que foram palavras pensadas para um número especial da revista da AE, a lançar no ano anterior, mas com *as perturbações então havidas não foi possível nem seria oportuno.*⁶³

A completar, num espaço gerido pela AE, um ginásio ...
Foto: Tatiana Soares, 2011



- 1 *Atas do CE*, Livro 2º, sessões de 3 de março e 28 de junho de 1926, p. 115 e 126.
- 2 E mais tarde, a 10 de maio de 1927, havendo casos de assistentes a ser preciso reconduzir ou exonerar, Raúl Mendonça pretende que o CE o nomeie para fazer uma revisão dos critérios de distribuição das assistências. Duarte Pacheco propõe então que se constitua uma comissão com o próprio R. Mendonça e Herculano de Carvalho. *Ibidem*, p. 181.
- 3 *Atas ... Livro 2º*, sessão de 6 de outubro de 1926, p. 134 e 132–133.
- 4 *Ibidem*, p. 136.
- 5 *Ibidem*, sessão de 5 de fevereiro de 1927.
- 6 *Ibidem*, p. 140 e 141.
- 7 Pelo menos no que se refere a bolsas foi aspiração realizada. Em 13 junho de 1927, Ferrugento Gonçalves felicita-o por ter diligenciado o decreto que criou as bolsas de estudo para os professores diplomados pelo IST. Para preparar a sua regulamentação forma-se uma comissão com Lino Neto que defende que os beneficiários sejam obrigados a depois regerem na escola cursos gratuitos (*Ibidem*, p. 191).
- 8 *Ibidem*, p. 147–148.
- 9 *Ibidem*, p. 151.
- 10 *Ibidem*, p. 160 e 161.
- 11 *Ibidem*, p. 165.
- 12 Leitura atenta de Maria da Conceição Tiago, que agradeço, acrescentou rigor às informações sobre a génese da urbanização da zona do Arco do Cego.
- 13 *Diário do Governo*, II série, 27 de dezembro de 1919.
- 14 Decreto lei nº 25052 de 23 de setembro de 1933.
- 15 Decreto nº 13528, *Diário do Governo*, 26 de abril de 1927.
- 16 *Técnica*, nº 2/94, setembro de 1994, p. 24.
- 17 *Actas...*, 2 de maio de 1949, p. 67.
- 18 IST – 75 Anos in *Técnica*, nº 1/2 de 1986, p. 15.
- 19 *Ibidem*.
- 20 *Atas...*Livro 3º, p. 69–74.
- 21 *Atas...*Livro 3º, p. 72.
- 22 *Atas...*Livro 3º, p. 73–73v.
- 23 *Atas...*Livro 3º, p. 77v.
- 24 Duarte Pacheco (António José) in: *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*.
- 25 *Diário do Governo*, decreto lei nº 35989, de 23 novembro de 1946.
- 26 *Atas...*Livro 3º, p. 12.
- 27 *Técnica...*Janº 1943, p. 141–142.
- 28 *Técnica...*, abril 1943, p. 297.
- 29 Pardal Monteiro (Porfírio) in: *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*.
- 30 *Ibidem*.
- 31 *Atas...* 6 de outubro de 1926, p. 133.
- 32 *Atas ... Livro 4º*, sessão de 3 de novembro de 1936, p. 16v–17.
- 33 *Atas ... Livro 4º*, p. 20.
- 34 Cálculos de António Carvalho Quintela apresentados no 1º Simpósio Nacional Materiais e Tecnologias na Construção de Edifícios, 18–24 abril 1985.
- 35 *Ibidem*.
- 36 *Ibidem*, p. 41.
- 37 Decreto nº 11988 de 29 de julho de 1927.
- 38 Declarações de Duarte Pacheco e de Raul Mendonça. *Atas ... Livro 3º*, sessão de 21 de junho de 1926, p. 195.
- 39 Duas conferências realizadas na AECF, com a presença do presidente da República e ministro do Comércio e Comunicações e participação de Mendes Leal e Araújo Correia. *Técnica*, janeiro de 1927, p. 30.
- 40 *Técnica*, janeiro 1935, p. 68.
- 41 Decreto 11988, artº 17 e decreto 12696, artº 2º e artº 14º, julho de 1926.
- 42 *Técnica*, dezembro de 1944, p. 976.
- 43 Não era o caso dos alunos do Instituto Superior de Agronomia (cf. Radich 2011).
- 44 *Atas ... Livro 3º*, p. 15.
- 45 *Atas ... Livro 1º*, p. 63–64.
- 46 *Atas ... Livro 1º*, 1 de julho de 1922.
- 47 *Atas ... Livro 3º*, 6 e 27 de maio de 1932, p. 54v e 57.
- 48 *Atas ... Livro 3º*, p. 78.
- 49 *Atas ... Livro 6º*, 1 de janeiro de 1947.
- 50 *Técnica*, julho–agosto 1981, p. 169.
- 51 Carta de 13 de janeiro de 1935, endereçada a Adolfo Casais Monteiro, Caixa Postal, 147, Lisboa. In: Lopes, Teresa Rita (Introdução, organização, transcrição e notas), 1990, *Álvaro de Campos, Vida e Obra do Engenheiro*, Lisboa, p. 72–73. Agradeço a Maria Antónia Câmara Manoel, pessoa e tradutora do poeta para língua francesa, as informações autobiográficas na poesia e nas notas de Álvaro de Campos.
- 52 Apontamento não assinado nem datado, *ibidem*, p. 59.
- 53 *Atas...*, 7 dezembro de 1928, 17 janeiro de 1929, 13 e 23 abril de 1929.
- 54 *Atas...*23 outubro de 1930, p. 38–38v.
- 55 *Atas...*25 novembro de 1930, p. 39–40v.
- 56 *Atas...*5 dezembro de 1930, p. 42–42v.
- 57 *Atas...*22 dezembro de 1930, p. 43.
- 58 Parecer aprovado na sessão de 31/07/1941. [Folha solta introduzida no Livro 3º *Atas*, com indicação a lápis: ver dossier B/11-nº 1-junto ao n/ ofício de 25/07/1941].
- 59 *Técnica*, março de 1952. Maria de Lourdes Pintasilgo guardou um formulário deste inquérito que hoje figura no arquivo da Fundação Cuidar o Futuro.
- 60 Decreto nº 40378 de 14 de novembro 1955.
- 61 *Ibidem*.
- 62 Decreto lei nº 388/70, 18 de agosto de 1970.
- 63 *Técnica*, fevereiro de 1963, p. 299.



(...) É um orgulho compreensível atendendo aos anos de espera, às expectativas criadas, ao produto acabado e ao que significou na emergência de um novo herói: Duarte José Pacheco. (...)

Painel da exposição sobre Duarte Pacheco, montada no hall do pavilhão central.

Foto: Tatiana Soares, 2011

As Torres de Vidro

Benedicta Maria Duque Vieira

O glorioso contributo que esta nossa casa tem prestado à nação

Nos inícios de abril de 1995 os jornais nacionais noticiavam a morte do engenheiro, do professor, do pedagogo, do diretor e do homem que foi Luís de Almeida Alves, (0000–0000) falecido na semana anterior (*Público*, 01-04-1995; *Expresso*, 02-04-1995).

A notícia necrológica é assinada pelo Instituto Superior Técnico que destaca a energia, alegria de viver e zelo que o seu diretor, de 1958 a 1970, empregou ao serviço do instituto pugnando pela valorização do corpo docente e empenhando-se sempre na ação pedagógica. Salienta também que, como *excelente gestor*, imprimiu *modernidade administrativa a todos os níveis de decisão* e proporcionou, através de medidas simples, que a vida do instituto ganhasse inovação e se tornasse modelar em muitos aspetos.

Essas medidas são aquelas que constituem o quotidiano de qualquer escola e que permitem que a máquina funcione: uma eficiente organização de atos escolares básicos e rotineiros, de matrícula, horários, distribuição de salas, exames, etc., e um conhecimento profundo do universo que se gere e dos obstáculos a ultrapassar.

Almeida Alves foi um estudante distinguido com todos os grandes prémios do instituto – Mira Fernandes, Fonseca Benevides, Bandeira de Melo, Mário Bastos Wagner e Brito Camacho –, um elemento ativo da AE e, no ano de 1941–42, diretor da *Técnica*. Foi também, um dos professores que apresentou mais numerosa, longa e diversificada colaboração na revista.

Este conjunto de artigos mereceu os maiores encómios do júri que, para efeito do estipulado no Estatuto de Instrução Universitária,¹ deu parecer abonatório à sua nomeação, por convite, de professor catedrático da cadeira de química tecnológica. De acordo com as regras, uma comissão composta por António da Silveira, Magalhães Ilharco e Herculano de Carvalho apresentou, em sessão especial do CE, a 29 de

junho de 1950, para votação em urna, as razões de apreço pelo currículo profissional do proposto e pelas suas qualidades de carácter e de inteligência. Era esta a regra de admissão de professores vigente até 1948, exceto quando se apresentava mais do que um opositor, o que obrigava à apresentação de dissertação da especialidade. Nesse ano, a nomeação de catedrático passou a ser precedida de provas públicas, com lição, discussão de currículo e de uma dissertação. A legislação da década de 50, regulamentou e tornou obrigatórias as provas de doutoramento.

O júri constituído valoriza o trabalho do candidato em três áreas, a da docência, a do trabalho laboratorial e a de aproximação às realidades industriais. Quanto aos artigos na *Técnica*, considera que eram já um compêndio de grande utilidade para o ensino e para a profissão.

Almeida Alves, em retrospectiva de 1961, esclarece que o princípio da importância da ciência, da técnica e do profissionalismo na estruturação económica sempre o norteou² e se tornou o objetivo da sua ação pedagógica e da sua atividade profissional como engenheiro químico industrial. De algum modo, esse princípio surge nos seus escritos expresso, quase numa fórmula pedagógica: *o potencial mínimo sem o qual, qualquer intervenção se torna ineficiente*, tem por base o tecnicismo que as universidades conferem e que representa a ferramenta indispensável para atuar de maneira ativa na sociedade.³ Como diretor, foi o último – por um período de 20 anos – que teve a ventura de conciliar uma visão do instituto com os recursos e o tempo necessários para a executar,

Dedicado à administração do instituto e com intensa atividade no setor industrial privado numa empresa de excelência, a CUF, usa esta dupla condição para estabelecer pontes entre o mundo académico e o mundo do trabalho empresarial, neste caso, da indústria química

em forte expansão. Expansão que se verificava igualmente no setor metalomecânico. Na hora de lançar grandes empreendimentos, entidades de coordenação económica nacional consultavam o IST, para avaliar a real capacidade desta indústria.

Como diretor, coube a Almeida Alves constituir a Comissão Organizadora das Comemorações do Cinquentenário do IST (José Maria Mercier Marques, Paulo de Barros e Décio Thadeu) que se propôs integrar no programa um congresso sobre o ensino da engenharia. Dificuldades várias, desde falta de colaboração da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto e dos fundos indispensáveis à organização, até à eclosão da guerra em África e do forte movimento de contestação estudantil, tudo contribuiu para tornar a iniciativa impraticável. Ficou, no entanto, o desígnio da realização do congresso o que acabou por acontecer, em novembro de 1962, com o patrocínio do ministério da Educação e o apoio financeiro da Fundação Gulbenkian e de empresas industriais.

O congresso foi então considerado, e essa ideia foi expressa pelo diretor da Secção de Antigos Alunos, como um grande e relevante serviço prestado ao país pelo instituto no início do segundo meio século da sua existência.

Nas palavras do engenheiro e professor Manuel Rocha, então diretor do LNEC, que não diferiram das conclusões gerais da comissão organizadora, teve o mérito de quebrar a tradição de silêncio em torno do ensino e de evidenciar o dever de promover urgentemente uma reforma profunda em todos os seus escalões. No caso específico do ensino da engenharia, tornava-se imperioso mudar a estrutura das instituições universitárias, os métodos de ensino, a orgânica dos cursos e o regime de prestação de serviços do corpo docente.⁴

Particularizando a situação do instituto, *que precisa de um impulso igual ao de 1911*,⁵ esperava-se deste um ensino original e inovador, o desenvolvimento interno da investigação e uma maior presença na prestação de serviços à comunidade (Faro 1992 p. 8).

Nos inícios de 70, a equipa ministerial que acompanhou o reformismo de Marcelo Caetano, procurando atender algumas das críticas formuladas, produziu legislação no sentido geral da

atualização do ensino da engenharia e do reconhecimento da diversidade entre escolas.⁶ Assim, a nova legislação fixou em cinco anos a duração dos cursos e estabeleceu o regime semestral; diversificou a oferta de disciplinas de opção, nos últimos anos dos cursos para estimular a especialização; criou o curso de engenharia metalúrgica e a disciplina de introdução aos computadores e programação; autorizou a organização de cursos de pós-graduação, de aperfeiçoamento e de reciclagem de conhecimentos; permitiu a inclusão nos planos de atividade de línguas vivas e de seminários e ciclos de conferências sobre assuntos de cultura geral.

Mas, como se aludiu, coincidindo no tempo com a realização do congresso, também começara a ser combatida a estrutura de gestão centralizada e não democrática da escola. De crítica a aspetos administrativos e científico pedagógicos, como o da seleção do diretor e o da composição do CE (Santos, Varandas e Pina 1981 p. 154) avolumou-se num complexo movimento de contestação estudantil. A resposta do ministério veio, igualmente em 1970, com a nomeação de uma comissão encarregada de elaborar um projeto de regulamento do instituto e de propor uma alteração da estrutura administrativa e dos planos de estudo.

No projeto apresentado previa-se uma organização ancorada na existência de departamentos, o que só veio a concretizar-se, e deficientemente, em 1974. Em 1978, foi aprovada uma proposta de organização de gestão do IST, que mantinha o respeito pelo princípio de gestão democrática das escolas superiores, estabelecido em 1976, mas, de facto, só em 1980 seria criada a estrutura departamental.

Esta solução nem sempre foi bem compreendida. Na época, muitos consideraram o desmembrar do instituto, em departamentos tendencialmente independentes, como um expediente para esvaziar de conteúdo a gestão democrática instituída (*Ob. cit.*, p. 154, 157, 168). Contudo, no IST, a estabilização da organização departamental, em finais da década, veio a ser decisiva na, cada vez mais forte, relação escola/indústria. Com efeito, os departamentos, que estavam dotados de meios materiais, de sub-especializações de identidade reconhecida, de recursos humanos qualificados e com um crescendo de

investigação própria (paralela à desenvolvida nos centros de investigação sediados no instituto), facilmente se relacionaram com as indústrias e os serviços que, no exterior, desenvolviam atividades em ramos afins.

Em 1995, ano a que se reporta a notícia publicada sobre Almeida Alves, os tempos não iam de feição a elogios de circunstância.

O Técnico encontrava-se envolto em controvérsia pública, a propósito da construção de duas torres gêmeas no *campus* da Alameda, e a academia vivia forte agitação polarizada num movimento de contestação ao pagamento de propinas.

Nesse ano, os alunos que frequentavam o ensino superior aproximam-se dos 89 mil e calculava-se que atingissem os 111 mil no fim do século. Destes, 18 mil cursavam as licenciaturas da Universidade Técnica de Lisboa com previsão de um crescimento exponencial de 30% nos cinco anos seguintes. Num estudo elaborado para a câmara municipal de Lisboa, pelo Instituto de Prospetiva, o alargamento de área construída, correspondente a este aumento da população escolar, era classificado como de *expansão desordenada*.⁷

Várias tentativas de solução do problema do espaço tinham sido tentadas, jogando com a generosa superfície inicial disponível. Tinha-se começado, nos anos 60, com a total ocupação de áreas interiores até então compartilhadas e a construção de pavilhões pré-fabricados com carácter precário no recinto exterior. Depois, a pressão aumentou com a promulgação do Estatuto da Carreira Docente Universitária (ECDU), em 1979 e o início dos cursos de pós-graduação na década de 80. Colocaram-se, então, problemas particulares de ampliação de espaços, inclusive em altura. E os mais complexos decorriam da adaptação da escola à nova filosofia de ensino centrada na investigação e, como tal, na utilização de instalações por grupos restritos de docentes e alunos.

A construção de um edifício para albergar alguns dos centros de investigação, dependentes do Instituto Nacional de Investigação Científica (INIC), e gabinetes de investigadores de diversas áreas disciplinares, o Complexo Interdisciplinar, foi, nesta fase, o ato mais emblemático. A necessidade de programa global, que



O ministro da Educação, Inocêncio Galvão Teles, preside à inauguração do Laboratório de Espectrometria de Massas, mandado construir pela Fundação C. Gulbenkian.

Assistem à cerimónia J. Azeredo Perdigão e o embaixador P. Teotónio Pereira, do Conselho de Administração da Fundação, a 22-05-1964.

*Fonte: ANTT, PT-TT-EPJS-SF-001-001-0157-1082AP
Imagem cedida pelo ANTT*

(...) O segundo caso de afastamento de docentes, na década de 1970, insere-se na fase da vida da universidade portuguesa que o antigo ministro J. Veiga Simão classificou de período anárquico e que vai de 1974 a 1976. Colocando-se, em 1980, nos 50 anos da UTL, na perspetiva da necessidade de reexame de problemas fundamentais ligados à missão e à autonomia da universidade, caracteriza o período como dominado pela configuração anárquica dos protestos estudantis, associada às ideias destruidoras de terra queimada e às dramáticas interferências na vida académica de organizações políticas. Tratou-se de um saneamento circunstancial de facto, rapidamente revogado de jure. (...)

Inscrições à entrada da escadaria do lado da Alameda.

Fonte: AFCML A79651.

Autor: Álvaro Campeão, 1976.



encontrasse soluções articuladas no respeito pela especificidade de cada curso, originou a criação do grupo coordenador das instalações do Instituto Superior Técnico que, em 1983, elaborou um plano diretor que foi aprovado.

A construção do pavilhão de engenharia civil, no final da década, foi o primeiro resultado concreto da adoção do plano, mas não o suficiente para dispensar outras instalações que viabilizassem o aproveitamento integral do potencial científico e tecnológico do instituto.

Perante a rutura nas condições de trabalho e funcionamento, a opção do IST, tal como a do instituto congénere de economia e gestão, foi recusar uma proposta da câmara municipal de Lisboa de mudança para terrenos no Alto da Ajuda e apostar num crescimento *para dentro que levantou a celeuma referida. Na perspetiva que presidira à edificação do antigo campus do IST, concebido como uma arquitetura e como um território a urbanizar*, a solução adotada foi desastrosa (Matos 1994 p. 83).

Para além do levantamento das torres Norte e Sul da Alameda outra aposta foi a da criação de pólos. O mais conseguido, foi do Taguspark, situado no concelho de Oeiras.

A sobrelotação escolar começara, como se disse, a processar-se durante o período de direção de Almeida Alves, acentuou-se na década de 1970, impulsionada pelo crescimento verificado na área da investigação, e tornou-se explosiva nos finais de 1980. Em 1961, o número de alunos tinha ultrapassado o milhar mas, no ano letivo de 1989, eram cerca de 6700, incluindo os que frequentavam os cursos de pós-graduação criados na década charneira de 1980.⁸

Verdade seja dita, que a valorização da componente científica e de investigação numa escola de ensino técnico não foi pacífica e que, se encontrou resistência nos anos iniciais, ainda em finais do século XX irromperam vozes a contrariá-la.⁹

No princípio, anos 30, António da Silveira relembra que, na altura em que ele ainda se ocupava de *física experimental – uma espécie de paixão*, havia no IST uma *feroz* oposição à ideia de investigação mesmo nas mais altas instâncias do instituto.

Uns membros do Conselho – quase todos – diziam: – O IST não é para fazer investigação! Não

*sabiam o que isso é, mas diziam-no. Seria para fazer engenheiros? A verdade é que alguns diziam, muito convencidos: – O instituto é para fazer administradores de empresas.*¹⁰

A crítica ao investimento em investigação não obistou a que, desde meados do século XX e em alguns casos mesmo antes, existissem no Técnico centros de estudos e investigação que, alicerçados na relação que se estabelecera entre o instituto de Alta Cultura e as escolas universitárias, gozassem de autonomia relativa perante o instituto.

Existiu também, por algum tempo a partir de 1936, com um estatuto informal, um núcleo de matemática, física e química, fundado justamente por António Silveira, Peres de Carvalho, Amorim Ferreira, Aniceto Monteiro, Manuel Valadares e, como membro associado, Bento de Jesus Caraça.

O objetivo imediato era realizar cursos de ciência moderna de nível europeu e contou com o apoio institucional de Duarte Pacheco que cedeu um dos anfiteatros, ofereceu *outras facilidades* para os cursos e seminários e, como *onde floresce a ciência logo germina a oposição*, defendeu a iniciativa quando essa oposição se fez sentir. Com efeito, em 1937–38, acusados de *indesejáveis comunistas ... possesores de ideias subversivas* apesar do êxito extraordinário das sessões, a atividade do núcleo foi interrompida. Logo após, por pressões exteriores e *desintegração interna*, foi encerrado.¹¹

Ainda nesta fase *arcaica* da investigação científica no Técnico, foi proposto criar-se, com sede no IST, um Centro de Estudos de Organização Industrial apoiado pelos ministério da Economia, associações industriais, Ordem dos Engenheiros, escolas técnicas, professores, industriais e empresários. Em suma, todos os que esperassem da educação o desenvolvimento industrial do país e a melhoria do estado deficientíssimo de organização industrial das fábricas nacionais (Silva, Cássio 1944 p. 925–928).

Em 1951, funcionavam no IST o Centro de Estudos de Física, o mais antigo, que datava de 1939, o de Estudos de Engenharia Civil (antecessor do Laboratório Nacional de Engenharia Civil), o de Estudos Aeronáuticos e o de Energia Nuclear.¹²

O Centro de Estudos de Engenharia Civil tinha sido criado em 1942 na dependência do Instituto de Alta Cultura (IAC) mas, logo em 1946, mudou para nova tutela, o ministério das Obras Públicas e Comunicações. Acentuou, então, a vertente experimental do projeto traduzindo-a na nova designação de Laboratório de Engenharia Civil. Em 1950, ampliaram-se as ambições – Laboratório Nacional (LNEC) – e as instalações, agora em edifícios e localização próprios e independentes (Quintela 1992, p. 84–86).

Quebrada em 1952, a relação com o Técnico, em termos de espaço físico, continuou pujante, muito para além dessa data. Não foi só a permuta de colaboradores como a cedência de instalações que lhe garantiram provisoriamente o funcionamento; o projeto arquitetónico, entretanto abandonado, para a construção de um laboratório previsto nos terrenos então ainda livres do IST; a publicação na revista *Técnica*, entre 1943 e 1947, dos estudos elaborados pelos membros do anterior Centro de Estudos de Engenharia Civil; e os seus primeiros e determinantes diretores, os engenheiros Arantes e Oliveira e Manuel Rocha (*Ibidem*).

Por seu lado, o Centro de Estudos de Energia Nuclear (CEEN) resultou de um processo longo, iniciado logo após a Primeira Guerra Mundial, na miragem do possível domínio da metalurgia do urânio, para o qual se dispunha de importantes reservas, e das inúmeras aplicações do nuclear sob o que então se anunciava como Átomos para a Paz (Faro 1996 p. 39–43).

Em 1952, foi criada uma comissão provisória no Instituto de Alta Cultura e dois anos depois institucionalizaram-se a Junta de Energia Nuclear (JEN), junto à presidência do Conselho e, no âmbito do ministério da Educação, a Comissão de Estudos de Energia Nuclear (CEEN) integrada no IAC, que se destinava a formar pessoal para a junta. A forma de concretização encontrada foi a criação de centros de estudo de ciência nuclear e de ciências básicas afins nas diversas universidades do país. No Técnico fundaram-se três: o de Química Nuclear (1952), o de Mineralogia e Geologia e o de Estudos de Eletrónica (1953), que se instalaram precariamente nas instalações disponíveis.

Em finais de 50, uma parceria com o Centro de Estudos de Física Nuclear, sediado no Instituto Português de Oncologia, e a Fundação Calouste Gulbenkian, possibilitou a criação, junto ao IST, do Laboratório Calouste Gulbenkian de Espectrometria de Massa e Física Molecular. Uma década depois, para responder às necessidades dos grupos e dos projetos de investigação entretanto desenvolvidos, a CEEN propôs, no âmbito do III Plano de Fomento, a ampliação das suas instalações no IST, contíguas ao laboratório sediado fora do recinto. A este conjunto se aplicou a designação de Complexo Interdisciplinar (CI). Em 1973, entrou em pleno funcionamento possibilitando, finalmente, instalações oficinais e laboratoriais adequadas à investigação que se desejava.

A substituição do IAC por um outro organismo, o Instituto Nacional de Investigação Científica (INIC), veio provocar, em 1976, uma alteração na estrutura do CI. Assente, agora, em numerosos centros de estudos especializados a que se juntaram importantes institutos constituídos na sua órbita (INESC, Centro de Fusão Nuclear, Instituto de Telecomunicações, Instituto de Sistemas e Robótica), organizou-se como instituto de investigação do IST (*Ibidem* p. 42).

Contudo, o grande aumento de investigadores resultou também da política de médio prazo adotada pelo instituto de reforço da ligação entre as vertentes ensino e investigação. Assim, a par do crescimento exponencial dos alunos, controlado por um sistema de *numerus clausus* que em apenas cinco anos (1985–1990) enquadrou a duplicação daqueles, juntou-se uma estratégia de investigação aplicada em articulação com as necessidades das empresas.

Foram fulcrais para o sucesso desta política a revisão dos planos de estudo e dos programas das disciplinas que acompanharam a reestruturação departamental de 1983. A remodelação curricular coincidiu com o aumento gradual de contatos com o meio industrial que garantiu, a partir de 1985, a prossecução de projetos de investigação, nomeadamente, com participação em programas comunitários.

A simbiose entre a universidade e a indústria é uma realidade documentada nas ligações

do IST com as mais importantes empresas e instituições dedicadas à investigação.

Como esclareceu, em 1991, o presidente do Conselho Diretivo do instituto, *Portugal precisa de mais engenheiros e nós pretendemos aumentar a nossa capacidade para formar mais engenheiros. Por outro lado, Portugal precisa de uma certa investigação para as empresas portuguesas e uma certa internacionalização. Também vamos colaborar nesse sentido. Colaboramos das duas maneiras: formando engenheiros e participando em projetos de investigação de utilidade para as nossas empresas.*¹³

A contestação por parte de estudantes, que achavam excessivo o papel da investigação na escola apresentava-se, nestes anos, a contrário do ar do tempo e sem futuro.

No mesmo quinquénio, e explicando parte do sucesso da linha de orientação traçada, os alunos de mestrado passam de pouco mais de 300 para 560 e os de doutoramento quintuplicam, de 50 para 250 (*ibidem*). A breve trecho, o investimento na formação de um número considerável de investigadores, rondando os 2000, torna-se numa das metas da política científica nacional convergindo com um certo movimento empresarial em direção à investigação científica. Esta convergência é já de si reveladora de que também as empresas portuguesas começavam a ter a dimensão necessária para fazerem investigação.

Foi um plano que implicou a mobilização de verbas para funcionamento e para infraestruturas e equipamentos obtidas através de programas como o *Ciência* do ministério da Educação, de outros de origem comunitária, como o Prodep, e de apoios das empresas. A aposta pareceu ganha com a participação crescente de parceiros industriais nos projetos de investigação do IST. No mesmo universo temporal, 1985–1990, de um número irrisório de projetos ascendeu-se a cerca de 300 contratos de investigação *com a indústria portuguesa, com organismos públicos e com participação comunitária* (*ibidem*).

Esta vocação para o desenvolvimento é partilhada por todas as escolas superiores das várias universidades e, com especial determinação, pela Universidade Técnica de Lisboa que fez dela o seu lema. *Em prol do desenvolvimento* (que substituiu o antigo, menos elegante, *Para que cresçam*

as rendas e abastanças),¹⁴ podia bem ser a insígnia do IST, que nunca se preocupou em ter uma.

Desta harmonia de perspetivas e de projetos não se pode, porém, inferir um entendimento perfeito entre ambos, UTL e IST.

Numa sessão pública integrada nas comemorações das bodas de diamante do instituto, António Simões Lopes, o vice-reitor nas funções de reitor e Diamantino Durão, presidente dos Conselhos Diretivo e do Científico do Técnico, não esconderam a tensão. O primeiro, lembrou o facto de que o IST sempre tinha aceite com relutância uma coordenação inerente à ideia de universidade, e considerou que *as preocupações de descentralização face à Reitoria podem considerar-se de facto com grau elevado de exacerbação nas pequenas e nas grandes coisas.*¹⁵ Na resposta, o segundo, não deixou de referir o grande peso burocrático que ainda existia em todos os processos administrativos e que não se têm notado alterações para uma simplificação significativa; que *novas regras, quando as há, são na sua grande maioria zelosas em manter cadeias longas e lentas, desresponsabilizando os intervenientes pelos seus atos.* A reitoria continuava a ter tendência para regras gerais muito pormenorizadas o que, devido à diversidade de faculdades, criava distorções e dificuldades às instituições de maior dinâmica; que os poderes públicos tinham de conferir ao IST maior autonomia de gestão, a correspondente responsabilização e os meios financeiros condignos (*ibidem*).

A estes anos de crispação sucederam-se outros de notória distensão e em que contracenaram as mesmas personagens: reitor e o, agora, presidente do IST. A. Simões Lopes e Diamantino Durão, coincidem na ideia de grandeza e dinamismo que atribuem às instituições que dirigem, a Universidade Técnica de Lisboa e o Instituto Superior Técnico. Expressam a consonância num destacável de divulgação que o IST publica, em 1989, no âmbito das mudanças configuradas no modelo de autonomia universitária e consagradas em novos estatutos.¹⁶

Diamantino Freitas Gomes Durão, o presidente do Conselho Diretivo em 1986 e o presidente do IST em 1996, é um dos diretores chave do instituto. Depois da década de 70 em que se enfrentaram problemas que transcendiam as competências de órgãos de gestão, pela força das

coisas, efêmeros, é ele quem, no período longo de expansão de 1980 e 1990, conduz os destinos da escola. Preside, sucessivamente, às comemorações do cinquentenário da UTL, dos 75 anos do IST, e dos 80 e dos 85 Qualquer delas estimulou a produção de textos de reflexão e balanço sobre a existência já longa da escola.¹⁷

Uma experiência pedagógica viva de 100 anos

Num século o Técnico evoluiu como um império. Uma primeira época em que se constituiu e afirmou e em que deu os passos decisivos da sua existência; uma segunda época, clássica, hegemónica, em que imprimiu no ensino e na economia portuguesa a sua imagem de marca; uma terceira época, de forte competição, em que integrou o movimento geral de diluição das fronteiras que tradicionalmente delimitavam os diversos saberes e extravasou para fora do seu espaço e dos seus domínios de estudo.

O primeiro período foi o período heróico em que o IST emergiu e tentou a experiência pedagógica que o impôs no panorama escolar nacional. Foi pontuado por incidentes com a administração pública que procurou cercar-lhe a autonomia, essência do próprio projeto de criação, e por combates pelo reconhecimento da especificidade da formação ministrada. Estes saldaram-se por uma vitória que culminou na fixação dos organismos autorizados a concederem o título de engenheiro e das habilitações exigidas a quem o usa.

Parte do esforço para restringir a licença do uso do título aos diplomados das escolas superiores de engenharia explica-se pela consciência do valor do capital cultural individual no acesso a bens materiais e ao poder político. Essa consciência tornou-se mais aguda a partir do momento, o da instauração da república, em que muitos dos candidatos não teriam nenhum outro. Numa contabilidade dramatizada feita na época, a luta travada para a obtenção do título de engenheiro importou em 800 anos de vida, um ano por cada um dos 800 alunos que sacrificaram a esta causa o ano escolar de 1925–26.

A saudação algo farisaica, que dirige aos presentes na cerimónia inaugural de uma das comemorações: *–Quero formular uma palavra de apreço pelo glorioso contributo que esta nossa casa tem prestado à Nação e desejo também expressar o mais caloroso agradecimento a quantos contribuíram para o engrandecimento da nossa escola–* diz bem do orgulho da família IST.¹⁸

A publicação do diploma legal, a contento dos grevistas, encerrou a primeira época da história do IST.

Como vimos, história árdua, definida pelos obstáculos que a estorvaram, desde a luta dos primeiros anos contra os condutores até esta derradeira batalha, em que, e retomo o autor citado, *computando em 60 anos a duração média do homem, foram, até certo ponto, treze vidas humanas o custo do nosso triunfo* (Costa, J E 1928 p. 248). Triunfo que anuncia a entrada numa outra fase da vida do instituto num quadro também outro da história do país.

Nesta segunda fase, em anos ainda de transição, a sessão solene de abertura do ano académico, realizada pela primeira vez em novembro de 1927, é o episódio exemplar do novo estatuto mundano e da nova visibilidade da escola. Dezasseis anos após a fundação do IST e com a presença do presidente da República Óscar Carmona, é-o, também, do novo olhar dos poderes públicos sobre ela. Longe iam os tempos em que *as circunstâncias* não consentiram que fosse solenizada a abertura que *o interesse e destinos da missão pedagógica da Escola tão sobejamente aconselham e justificam*¹⁹. Mira Fernandes, encarregue de proferir a oração inaugural, exaltou o ato pela alegria de recomeçar o trabalho e pelo *prestígio que a todos nós, professores e alunos, importa atribuir ao nosso lar espiritual (ibidem p. 33)*.

O diretor do instituto era, à época, um jovem engenheiro da primeira geração de alunos do Técnico, Duarte Pacheco. Vai começar a ser também, e confirmadamente, o jovem político que deixará obra técnico política de relevo em todos os lugares por onde passou. Reconhece-o Vicente de Freitas, o homem que lhe confiou a

primeira pasta ministerial, ao ficar impressionado com a sua *largueza de vistas*, quando o recebeu como diretor do IST (Macedo 1994 p. 13).

Igualmente era ele, Duarte Pacheco, quem estava à frente dos destinos da escola em 1930, o ano em que o instituto foi integrado na recém criada Universidade Técnica de Lisboa.

Na década de 30, o país começara a mudar. A Ditadura Administrativa, que substituíra a Ditadura Militar, estabeleceu um plano de fomento económico que dependia de três condições essenciais à produção: *meios rápidos de transporte, crédito fácil e energia barata* (Salazar 1961 p. 55). Atingido pela crise mundial, mas com fraca intensidade, foi possível a Portugal a adoção moderada mas relativamente precoce, face a outras experiências estrangeiras, das primeiras medidas não ortodoxas para estimular a economia, cujos resultados são diferenciados, mas globalmente positivos, no tocante aos seus efeitos conjunturais (Rosas 1986 p. 97). Assim, todo um programa que, com atualizações e tónicas variáveis ao longo de meio século (com especial destaque depois da Primeira Guerra Mundial), deram um lugar ímpar ao ensino superior técnico e reservaram um papel de primordial importância, fama e proveito aos técnicos engenheiros que o protagonizaram.

Esta segunda época da vida do instituto começou com os mesmos cinco cursos de engenharia regulamentados anteriormente, civil, minas, mecânica, eletrotécnica e químico industrial, mas complexificou-se pela necessidade de estar presente no exterior e de dar resposta às solicitações técnicas formuladas pela sociedade e pelo Estado, quer, intra-muros, pela melhoria dos equipamentos didáticos e pela criação de estruturas científico pedagógicas potenciadoras de qualidade. Dotadas de autonomia desde o início, algumas delas, quando amadurecidas, tornaram-se independentes.

Da lista constam o Centro de Estudos de Mecânica Aplicada, mais tarde ampliado e denominado Centro de Estudos de Engenharia Civil, antes de ser incorporado no Laboratório de Engenharia Civil do ministério das Obras Públicas; o Centro de Estudos Aeronáuticos da AE, a partir do qual o professor Varela Cid pôde organizar um curso livre de aeronáutica; o Centro de Estudos de Química Nuclear,

o Centro de Estudos Eletrónicos, o Núcleo de Estudos de Engenharia Mecânica.

Simultaneamente houve o apetrechamento dos vários museus – de mineralogia, de geologia, de física, de minas, de engenharia civil – e a atividade dos laboratórios e das oficinas tradicionais, a que se juntou o novo Laboratório de Resistência e Estruturas. Contudo, em 1956, nos 25 anos da UTL, Herculano de Carvalho lamentou que os laboratórios de hidráulica, de máquinas, de metalurgia, aguardassem ainda as possibilidades financeiras de serem instalados ou devidamente instalados. Em finais da década de 1960, projetava-se a criação do Complexo Interdisciplinar e, em 1970, através do IBM 360/44, o IST deu um passo para o mundo da informática.

A entrada em funcionamento do IBM marca a transição para a terceira época da história do Técnico. Os cursos de engenharia iniciais, desde 1970 todos com a duração de 5 anos, diversificaram-se com a criação de novas licenciaturas, em engenharias de construção naval (1980), metalúrgica e de materiais (1982), matemática aplicada e de computação (1986) engenharia e gestão industrial (1990), engenharia do território (1991), aeroespacial (1992), do ambiente (1993), de minas e georrecursos (1994), engenharia biológica (1997), arquitetura (1998) e biomédica (2000). Alguns dos primitivos cursos foram extintos, mas ressurgiram sob designações mais adequadas a conteúdos atualizados. Com o terceiro milénio, surgiram as licenciaturas em engenharia informática e computadores, em sistemas de informação e multimédia, em ciências informáticas, em engenharia de redes de comunicação e de informação e em engenharia eletrónica.

Ao grau de licenciatura o IST juntou vasta oferta de enriquecimento de conhecimentos ao nível de formação pós-graduada, de mestrado e de doutoramento. O sistema organizativo também se alterou submetendo-se o instituto, em 1980, ao regime departamental mais consentâneo com a especialização das matérias e a distribuição dos poderes internos à instituição. Com a departamentalização, o IST passou a contar com seis departamentos e quatro secções autónomas. Refletindo a situação recente, dois intervenientes na mudança, sintetizam: a UTL

quer-se *um projeto europeu de expansão e desenvolvimento* (A. Simões Lopes); e o IST é *uma escola organizada em sintonia com as suas exigências* (Diamantino Durão).

A cada um destes períodos correspondeu um espaço físico diferente.

No período da *descolagem*, as instalações do Conde Barão reconhecidamente insuficientes e necessitadas de obras urgentes mas que, devido ao carácter provisório que se adivinhava, nunca foram executadas. Esta constatação de desconforto não impediu um dos seus prestigiantes ex-alunos de se lhe referir, décadas mais tarde, como o *barracão de boa memória, na rua da Boavista*²⁰

E não era o único saudosista. José Queiroz Vaz Guedes, o primeiro diretor da revista da AE, também recorda gratificado a relação estabelecida, naquele espaço, entre docentes e discentes: *a confiança e a liberdade de contato só tinham por limite a veneração e o respeito que votávamos aos mestres mais queridos e perto do conselho daqueles que eram simultaneamente mestres e educadores, os impulsos da juventude eram temperados por uma autoridade moral que nunca se fez respeitar pela força*.²¹

Do mesmo ambiente se lembra Mira Fernandes ao chegar à Alameda (talvez até com um pouco de receio – o IST tem hoje uma casa; oxalá continue a ser um lar) 25 anos depois de ter entrado no Conde Barão, ao evocar um passado de comunhão de ideais e de colaboração entre professores e alunos, *promovendo iniciativas, suscitando curiosidades e criando sobretudo hábitos de trabalho e a confiança no próprio esforço*.

Esta comunhão e colaboração era, aliás, mensurável e tinha expressão no apoio que, certamente ao modo paternalista do tempo, os professores prestavam aos estudantes. Em altura de aperto, nos anos da guerra, no relatório de contas da Caixa de Empréstimos de Honra e Auxílio a Estudantes Pobres da AEIST, apresentado na *Técnica*, informava-se que o que tem mantido a caixa *tem sido principalmente a generosidade de 20 mestres, subscritores desde o princípio, com 8 escudos mensais de quotas. Para 1943, a realidade é o montante das dívidas ser elevado e muitos engenheiros a quem a caixa valeu reagirem com indiferença às cartas enviadas*.²²

Depois o segundo momento da vida da escola, o da época áurea, iniciado em 1936, no *Ano Xis* da Revolução Nacional, com a inauguração do edifício da Alameda, o ex-libris do Técnico.

O Instituto Superior Técnico! Quem o viu, no estado em que ele estava e quem o vê, agora, grande e capaz, em qualquer parte do mundo! (Brochado 1949 p. 119). São exclamações de admiração como esta que se vão sucedendo ao longo do tempo. Neste caso, surgem, em meados do século XX, numa obra valorativa do Estado Novo e justamente num contexto de exaltação do regime de que o complexo do IST, marcado pela modernidade e pelo monumentalismo (Matos, M. 1994 p. 83), é obra emblemática.

Hoje, quando se comemoram os 75 anos da sua inauguração, a imponência mantém-se. Todavia, opções arquitetónicas discutíveis, filhas do próprio crescimento do instituto, motivaram, em 1993, que apenas o seu núcleo primitivo, tivesse sido distinguido com a classificação de imóvel de interesse público (IIP).²³

Com efeito, o *campus* do Arco do Cego tinha-se tornado, no último quartel do milénio, insuficiente para as necessidades escolares. O mote é agora *para que continue a ser um lar precisa de uma casa*. Os pavilhões e as duas torres construídas na década de 90 no espaço ainda disponível, e as novas instalações do IST, o pólo do Taguspark, em Oeiras, vieram colmatar-las. Significativamente, o início da atividade letiva da licenciatura em engenharia informática e computadores, no ano de 2000–01, ocorre já no novo *campus* de Oeiras.

No total, as infra-estruturas atuais do Técnico, perfazem cerca de 220000 m² (IST 2010 p. 88), oferecendo agora a dimensão e a qualidade exigíveis à que permanece como a maior escola de engenharia do país.

Se olharmos para o IST como um estabelecimento escolar em que professores ministram o ensino técnico científico a um conjunto de alunos que o frequentam, o período secular da história do instituto é ritmado pela carência ou abundância de algum destes elementos.

Testemunha Adrião de Sequeira, as dores de cabeça do diretor de 1911, pelo facto de os jovens sentirem tão pouco a necessidade de técnicos no país que foi preciso baixar o preço das

matrículas dos alunos para poder concorrer com as outras escolas superiores.

Nas bodas de prata, era ainda o mesmo professor que se assustava com a dimensão do novo Técnico, dado o abaixamento do número de candidatos à sua frequência. Ferreira Dias confirma e explicava – à volta de 1930, a frequência de alguns cursos caiu a números dígitos, porque as atividades portuguesas não absorviam todos os diplomados²⁴.

Nas bodas de ouro, era a desproporção entre o número de alunos e de professores (problema mundial) que Dias Agudo menorizava na semana de receção aos novos alunos.

Chegados com o fito numa preparação que *os leve a ocupar lugar de destaque na vida nacional*, exorta-os, em vez de *pedir* (por exemplo, a substituição de exames por avaliação contínua, impraticável nas circunstâncias) a contribuir com o seu esforço individual para evitar que o número e o nível dos futuros engenheiros *caia muito abaixo das grandes necessidades do momento*, em que se antecipa um diálogo mais vivo entre a universidade e a indústria²⁵.

O problema arrastava-se desde há muito. Em 1945, tinha sido proposto no CE que, dada a dificuldade crescente de provimento de cátedras vagas, que se antecipasse de dois anos a abertura de concurso público antes da reforma do titular anterior.²⁶ E Belard da Fonseca, um ano depois, a informar da impossibilidade dos primeiros assistentes com contratos a renovar apresentarem pareceres dos professores com quem trabalharam, simplesmente *porque têm estado sempre a fazerem serviço de professores, visto terem estado todos os anos encarregados de regências teóricas*.²⁷

Com contas feitas sobre a necessidade de 38 professores catedráticos e de 70 assistentes, faltava o governo proceder ao alargamento do quadro.²⁸ Este continuava insuficiente, pois, em 1956, ao recensearem-se os professores, que lecionaram durante os 25 anos de existência da UTL, registaram, apenas, 76 de todas as categoria na carreira. Oriundos maioritariamente do próprio IST, predominavam os formados em civil. Seguiam-se os de química e de mecânica que, juntos perfaziam o número dos anteriores.

Nas bodas de diamante, é a exiguidade das instalações para o grande número de estudantes que Abreu Faro (com António Carvalho

Quintela, os mais atentos cronistas do instituto) sintetiza numa evocativa e bela forma: *O IST cresceu muito; para que continue a ser um lar precisa de uma casa*.²⁹

No ano jubilar de 2011, como acabámos de ver, conseguiu-a.

Mas do passado não se faz tábua rasa. E, apesar do rosário de deficiências escolares, didáticas e pedagógicas, imputadas por Alfredo Bensaúde ao velho IST do Conde Barão, reconhece-se no novo Técnico uma herança protohistórica que não é apenas dada pelos professores e outros funcionários que transitaram do IIICL nem tão pouco da transferência do património móvel para o instituto. Está no modo de funcionamento com o recurso a bolsas e a prémios como principal incentivo aos alunos; na importância das exposições de trabalhos e na prestação de serviços para o exterior como meios privilegiados de divulgação da qualidade do ensino ministrado e gerador de receitas próprias; no espólio de instrumentos didáticos e científicos, já parcialmente estudado e exposto no átrio do pavilhão central por ocasião do 85º aniversário do instituto – mostra organizada por Teresa Pera, em junho de 1986 – e, eventualmente, base de um futuro núcleo museológico a juntar aos museus disciplinares já existentes.

Em maio de 1911, era diretor do IIICL Alfredo Bensaúde que vai assumir o mesmo cargo no recém-criado IST e, provisoriamente, no Instituto Superior de Comércio. Situação simétrica, em 1936, quando Caetano Maria Beirão da Veiga, diretor do agora Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, ocupa (numa confusa posição de interinidade / efetividade) o lugar de diretor e presidente do CE do IST.

É um acaso mas que ilustra bem como *les beaux esprits se rencontrent*. Os economistas (os *comercialistas* de então) e a disciplina *mater*, a contabilidade, foram fundamentais no tipo de formação gizada para os alunos desta escola de engenharia com o desígnio de preparar os *chefs de amanhã* e, desde logo, e com continuidade, se entrecruzaram os mestres que honraram qualquer um dos dois institutos. O IST captou para os seus quadros alguns dos melhores, como o próprio Caetano Beirão da Veiga, António Lino Neto, Mendes Leal ou Silva Viegas e, do

mesmo modo, o mais notável matemático do IST, Aureliano Mira Fernandes, foi por longos anos professor do ISC.

Engenheiro e economista/gestor são formações muito completas quando confluem na mesma pessoa. No plano mais geral e institucional, a mesma harmonia. Depois da divisão do IICL no sentido da especialização de saberes não surgiram particulares ocasiões de tensão entre as duas organizações, mesmo quando, por exemplo, divergiram no interesse pela integração na Universidade Técnica de Lisboa. Diga-se que outro tanto não sucedeu, com os institutos industriais e com as escolas superiores de engenharia, de agronomia e de arquitetura, ressaltando embora matizes, gradações e estatuto dos intervenientes incomparáveis.

O Instituto Superior Técnico, *superior técnico* distinguindo-se assim dos institutos de ensino médio e dos do ensino industrial, foi sendo principalmente e de acordo com as estratégias político económicas a que serviu de apoio, o Técnico dos caminhos de ferro e das estradas, o das obras públicas, o da indústria e, hoje, o Técnico das engenharias, da ciência e da tecnologia.

A tutela administrativa da escola também se foi alterando consoante o papel que, no quadro nacional, as lideranças políticas lhe designaram: ministério do Fomento, ministério do Comércio e Comunicações, ministério da Instrução Pública, novamente, ministério do Comércio, ministério da Educação [Nacional ou não] e ministério da Ciência e Ensino Superior, depois ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. E o mesmo quanto à tutela que absorviam os diplomados pelo IST, ministérios do Comércio e Comunicações, das Obras Públicas e Comunicações, da Indústria, da Indústria e Energia e o da Economia. Paralelamente, por mais de 60 anos, o das Colónias/Ultramar.

Mas os seus heróis são dois, ambos em dupla – Bensaúde e Brito Camacho, Duarte Pacheco e Pardal Monteiro. E há a lembrança menos heróica de momentos em que a razão pedagógica e científica se vergou a outras razões: em 1947, os professores António Augusto Ferreira de Macedo e Arnaldo Peres de Carvalho foram demitidos e ao assistente Lopes Raimundo é rescindido o contrato (Carvalho 2008 p. 784); em

1974, no rescaldo da revolução de 25 de Abril, foram saneados temporariamente vários professores entre os quais o diretor e o subdiretor do instituto e o engenheiro Edgar Cardoso, glória da Faculdade de Engenharia do Porto que se tornara professor em Lisboa.

O primeiro caso inseriu-se nas medidas de controlo político ideológico dos cidadãos durante o regime do Estado Novo que procurou legitimá-las em disposições do estatuto disciplinar dos funcionários públicos. Segundo a nota distribuída à imprensa, o governo deliberou afastar das funções indivíduos que se tinham salientado pela prática de atos sediciosos; na lista de nomes publicada, incluíam-se os três docentes do IST.

Nas atas do CE não há referências à depuração realizada, mas é possível ler nos silêncios o mal estar, e mesmo a resistência, que gerou.

Na sessão mensal de maio de 1947, estão presentes pela última vez os vogais Ferreira de Macedo e Peres de Carvalho³⁰. Na seguinte, o diretor, Belard da Fonseca, comunica que resolveu deixar a direção do instituto pelo que pediu a exoneração. Não quis o ministro conceder-lha mas concedeu-lhe licença de um ano do cargo de diretor. No seu lugar ficava interinamente o professor decano, disposto a aceitar, Adrião de Sequeira.³¹

A tarefa tornou-se mais difícil para a nova direção quando, na sequência de *diversas atitudes de carácter político tomadas pelos estudantes*, recebe a incumbência ministerial de tomar posse imediata de todas as dependências da associação até que fosse nomeada uma comissão administrativa composta por membros da Mocidade Portuguesa. Para gerir entretanto os assuntos da AE, *que não podem paralisar*, Sequeira encarrega Magalhães Ilharco coadjuvado por dois funcionários da casa, não docentes.³²

A situação prolongou-se, com impaciência de Sequeira, que, nos inícios de 1949, insistia com Belard que reocupasse o seu lugar. Em 2 de maio, este, já na presidência, explica que foi chamado ao ministro e *que lhe foi imposto que reassumisse o cargo de diretor*³³.

O segundo caso de afastamento de docentes, na década de 1970, insere-se na fase da vida da universidade portuguesa que o antigo ministro Veiga Simão classificou de *período anárquico* e

que vai de 1974 a 1976. Colocando-se, em 1980, nos 50 anos da UTL, na perspetiva da necessidade do reexame de problemas fundamentais ligados à missão e à autonomia da universidade, caracteriza o período como dominado pela *configuração anárquica dos protestos estudantis, associada às ideias destruidoras de terra queimada e às dramáticas interferências na vida académica de organizações políticas*.³⁴ Tratou-se de um saneamento circunstancial *de facto*, rapidamente revogado *de jure*.

Integrada em 1930 na Universidade Técnica de Lisboa, a escola deu ao reitorado os professores António Herculano de Carvalho, Fernando Vasco Costa, Eduardo de Arantes e Oliveira, José Lopes da Silva e Fernando Ramôa Ribeiro. Todos, à exceção do primeiro, fizeram tirocínio como vice-reitores antes de exercerem o cargo de reitor. Àqueles acrescentam-se ainda nesta última função José Belard da Fonseca e Bernardo Jerosch Herold. Na maior parte dos anos em que a reitoria esteve ocupada por professores do IST foram também docentes do instituto que desempenharam as funções de vice-reitores.

E há ainda os professores que deixaram uma pegada forte no instituto.

Estes, cuja *personalidade* é mais vezes evocada, são professores de disciplinas no âmbito das ciências fundamentais.

A matemática e a física, os pilares estruturantes para o desenvolvimento do conhecimento tecnológico, mas também, um pouco conforme as épocas, o desenho e a química.

Por defeito, e para além dos já referidos Ferugento Gonçalves e Almeida Alves, destacam-se alguns de entre aqueles que mais se distinguiram.

Mira Fernandes, em honra do qual os alunos criam, em 1930, um prémio com o seu nome, é o professor de referência de toda a escola até meio do século.

Charles Lepierre, o professor estrangeiro que mais longamente permaneceu em Portugal e que, apesar de nunca se ter naturalizado, mereceu, aos 70 anos, a pedido do IST e com intervenção direta de Oliveira Salazar, o direito à aposentação. Tinha chegado em 1889 e lecionava, há mais de 20 anos, quando Ben-saúde o convidou para o instituto. O contrato,

por dez anos prorrogáveis, foi assinado por Brito Camacho, a 3 de agosto de 1911; em novembro de 1937, o governo concedeu-lhe a pensão vitalícia de 2000 escudos correspondente a professor ordinário.

Também, Herculano de Carvalho, o colega e depois chefe de gabinete de Duarte Pacheco, mais tarde ligado a toda a problemática da energia nuclear, e Ferreira Dias, o homem da eletrificação do país.

Outros já citados, Vicente Ferreira, Adrião de Sequeira, Belard da Fonseca.

Mas também, António da Silveira que dirigiu o seminário de teorias físicas e física nuclear do Instituto de Alta Cultura que criou em 1960. Enquanto dirigiu o IAC, implementa a concessão de bolsas de estudo e, em 1966, criou o Instituto de Física Matemática. Ou Manuel Rocha, com intervenções importantíssimas no domínio das políticas de investigação e do ensino e o criador do LNEC.

Muitos destes ocuparam concomitantemente lugares de chefia ou direção em empresas públicas ou privadas com o mesmo profissionalismo com que foram docentes. E eram muitos os que tinham atividade profissional, dependente ou de exercício liberal. Dos referidos, 76 *mestres* durante os 25 primeiros anos da UTL, rondam a dúzia os que praticamente se dedicaram em exclusividade às atividades docentes. Provavelmente, a maioria, dedicados às ciências fundamentais ministradas nos cursos gerais.

E há ainda, professores mais recentes a quem as próximas gerações irão reconhecer todo o valor. E também àqueles outros que estarão, aqui e agora, ainda a comemorar o centenário da sua escola.

Na vida pública, além de inúmeros funcionários da alta administração pública e dirigentes políticos, destacam-se apenas (abre-se uma exceção, a de Francisco Leite Pinto, o primeiro ministro da educação engenheiro, engenheiro numa série antes ininterrupta de oriundos de direito) os antigos alunos ou professores do IST que foram chefes de Estado ou de governo: Marcelo Caetano, Craveiro Lopes, Costa Gomes, Nobre da Costa, Maria de Lurdes Pintasilgo, António Guterres e, ainda um outro que o poderia ter sido, Norton de Matos. Só para enfatizar, evocam-se também dois momentos

paradigmáticos: o da cerimónia comemorativa dos 85 anos do IST com a presença do Primeiro Ministro, dos ministros da Educação e da Ciência e Tecnologia, dos secretários de Estado do Ensino Superior e adjunto do ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território³⁵, e, dois anos antes, na sessão do cinquentenário da morte de Duarte Pacheco, com a assistência do ministros das Obras Públicas e o da Indústria e Energia,³⁶ todos eles formados, na década de 1960, no Instituto Superior Técnico.

Em 1961, noutras celebrações, dizia-se com orgulho que desde a nascença o Técnico fora *logo equiparado às grandes escolas de engenharia europeias*³⁷; 35 anos depois dir-se-ia que a maior escola de engenharia portuguesa na altura, praticamente 50% da totalidade das vagas existentes em Portugal ao nível da licenciatura, era, pelo que vimos, não apenas uma *grande escola* técnica, mas o alfofre onde o Estado podia recrutar o seu pessoal com formação superior em política e em administração.

Na mesma data, outro motivo de orgulho também verbalizado, pelo ainda então professor Adrião Sequeira, dizia respeito à autonomia pedagógica da escola, que o seu fundador tinha criado ampla e eficiente e da qual o CE se ufava de nunca ter abusado.³⁸

Adrião de Sequeira podia também ter-se referido à independência pedagógico administrativa reivindicada pela escola e evidenciada num episódio por si protagonizado. Nas vésperas de deixar o cargo de diretor interino, em 1949, após o Conselho conhecer o despacho ministerial que impedia os professores estrangeiros de pertencerem e terem voto deliberativo neste órgão, permitindo-se-lhes, contudo, alguma latitude de participação *sem intervir no governo das escolas*, o CE decidiu, por unanimidade, encarregar o presidente de continuar a convocar professores estrangeiros conforme os assuntos a tratar, *estejam ou não dentro da letra e do espírito do despacho de S. Ex^a. o senhor subsecretário de estado da Educação Nacional*.³⁹ E, na sessão seguinte, lá ficou registada a presença de Abraam Droz.

A *Técnica*, revista da AE, é fonte importantíssima para acompanhar os problemas, as aspirações, as realizações da escola e conhecer fatos e protagonistas que a marcaram ao longo de 90

anos. Sob a modesta designação de órgão da AE do Instituto Superior Técnico divulga legislação oficial útil e bibliografia especializada (muita adquirida e disponibilizada aos alunos), acolheu os estudos e reflexões do seu corpo docente (não há certamente nenhum dos diretores que nela não tenha escrito), deu espaço de publicação à restante academia (nomeadamente a faculdade portuense) e guardou, no conjunto, um acervo descritivo de trabalhos nacionais e estrangeiros nas diversas áreas da engenharia.

No seu campo de ação desempenhou o mesmo papel e teve a mesma abrangência da revista da Associação dos Engenheiros Cívicos Portugueses.

A razão de ser do instituto confunde-se com a razão de ser da revista que se apresenta como *o arauto da nossa mais antiga escola de engenharia* (Silva, Carlos 1928 p. 1). O primeiro forma engenheiros em apoio da economia nacional e o meio de ação da segunda, é *orientar os jovens engenheiros e os futuros engenheiros ainda escolares no IST* (Ferreira 1927 p. 28). Para tornar mais explícita esta finalidade, a revista passa, logo em 1928, a dar muita atenção a uma rubrica denominada *artigos que podem interessar ao engenheiro*.

A revista é o elo mais forte entre a história do IST e a da AEIST. Duas instituições quase com a mesma idade e que se complementam. Os campos delimitaram-se a contento das partes. O instituto ficou liberto para a ação escolar, em sentido restrito, a associação responsabilizou-se por toda a área social circunvescolar. O IST apenas tinha um delegado seu junto da direção e dava um contributo financeiro à AE, por vezes julgado insuficiente, que complementava o do ministério e o da Mocidade Portuguesa. Os professores do IST associavam a sua subscrição à dos sócios estudantis.

Mas estas são as singularidades de uma escola. A par há todo o percurso trilhado pela academia portuguesa e o longo trajeto, parte em comum com a Universidade Técnica de Lisboa: todo um século de ensino superior técnico em Portugal.

No presente, dois movimentos civilizacionais – um, o do crescimento económico assente na técnica, nas tecnologias e na ciência, o outro, o do esbatimento progressivo da valorização da cultura humanista e literária – dão ao IST uma

posição cimeira no quadro do desenvolvimento nacional e colocam os seus diplomados numa categoria confortável na estima social do país.

Hoje, no centenário, pode parafrasear-se, sem receio de contestação, uma afirmação da comissão de professores que, em 1941, elaborou o parecer sobre o Plano de Regulamento Universitário: o Técnico, *uma experiência pedagógica viva de 100 anos*.

Pode também lembrar-se a advertência de Alfredo Bensaúde, após visitar em 1936 o novo complexo escolar e refletindo com lucidez e espírito crítico sobre a obra que iniciara:

–*Quero chamar a atenção para novos perigos, o do próprio êxito alcançado. Perigo de estagnação.*⁴⁰

O Instituto Superior Técnico honrou o alerta do fundador.

O futuro. Uma escola e um ensino à procura de um lugar ao sol num mundo globalizado. *Ad multos annos!*

1 Artigo 34 do Estatuto de Instrução Universitária, publicado em 18 de agosto de 1930.

2 *Técnica*, outubro de 1961 p. 1.

3 *Ob.cit.*, p. 54.

4 *Técnica*, novembro de 1962 p. 182 e outubro de 1963 p. 1–5.

5 *Técnica*, março de 1961 p. 224.

6 Decreto nº 540/70 de 10 de novembro.

7 José Mariano Gago, responsável por estudo realizado pelo Instituto de Prospeção, fevereiro de 1995, referido por Pedro Garcia Rosado, *É difícil crescer em Lisboa. Ensino Superior mantém expansão desordenada mas ambiciosa* in: *Diário de Notícias*, 10/07/1995.

8 *Instituto Superior Técnico, Uma Escola em Portugal e na Europa*, *Expresso*, 15 de julho 1989. Destacável publicitário patrocinado pela UTL e pelo IST.

9 Entrevista com Diamantino Durão, presidente do Conselho Diretivo do IST, *Correio da Manhã*, 6 de maio 1991.

10 Texto publicado na *Técnica* em número evocativo da memória do prof. António da Silveira por ocasião de doação de espólio feita pela família. *Técnica*, nº 3–4, 1997.

11 António da Silveira, 1997, *Elogio Histórico de Luís António Rebelo da Silva, Memórias da Academia das Ciências*, Lisboa, 1971, citado por Almeida Alves. *Técnica* nº 3–4, p. 73–74.

12 *Universidades in Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*.

13 *Instituto Superior Técnico é ninho de investigadores*, entrevista com Diamantino Durão, presidente do Conselho Diretivo do IST, in *Correio da Manhã*, 6 de maio 1991.

14 Discurso do reitor da UTL, A. Simões Lopes, na cerimónia comemorativa dos 85 anos do IST in: *Técnica*, nº 2/96, junho de 1996 p. 1.

15 Instituto Superior Técnico – 75 Anos, *Técnica*, 1–2, 1986 p. 6.

16 *Instituto Superior Técnico – Uma Escola em Portugal e na Europa*, julho 1989. Destacável distribuído com o jornal *Expresso*, 15 de junho 1989.

17 São importantes para o conhecimento circunstanciado da evolução dos diversos cursos ministrados no IST a consulta dos números especiais da revista da AEIST dedicados às várias efemérides.

18 *Instituto Superior Técnico – 75 Anos*, outubro 1986 p. 7.

19 *Técnica*, fevereiro de 1928 p. 33–38.

20 A expressão é usada por Luís Guimarães Lobato na referida sessão de homenagem a Duarte Pacheco, *ob. cit.*, p. 41–42.

21 Comemorações do cinquentenário do IST, *Técnica*, março de 1961 p. 267.

22 *Técnica*, janeiro de 1943 p. 142.

23 Declaração de 30 de novembro de 1993.

24 *Técnica*, fevereiro de 1963 p. 300.

25 *Técnica*, janeiro de 1962 p. 225 e 227.

26 *Atas...* 8 junho de 1946 p. 82.

27 *Atas...* 25 junho de 1947 p. 98.

28 *Atas...* 30 junho de 1947 p. 1v.

29 *Técnica*, 1986, nº comemorativo dos 75 anos do Técnico, p. 20.

30 *Atas...*, 1 de maio de 1947 p. 96.

31 *Atas...*, 25 junho de 1947 p. 97v.–98.

32 *Atas...*, 30 junho de 1947 p. 1v.

33 *Actas...*, 2 de maio de 1949 p. 67.

34 *Técnica*, julho/agosto 1981 p. 128–127.

35 *Técnica*, nº 2/96, junho de 1996.

36 *Técnica*, nº 2/94, setembro de 1994.

37 *Técnica*, março de 1961, p. 322.

38 *Técnica*, março de 1961 p. 224.

39 *Atas ...*, 1 fevereiro de 1949 p. 63.

40 *Técnica*, ano 1937 p. 339.

(...)–*Quero chamar a atenção para novos perigos, o do próprio êxito alcançado. Perigo de estagnação. (...)*

Busto de A. Bensaúde no hall do pavilhão central.

Foto: J F Branco 2011



O ativismo estudantil no IST (1945 – 80)

Luísa Tiago de Oliveira
(com Marta Silva)

Introdução

Em 1950, 1075 alunos inscreveram-se no IST; em 1960 foram 1920; em 1970, 3057; em 1980, 5920¹.

Entre os alunos do IST, o número de mulheres passou de 60 em 1950 (5,6%) para 181 em 1960 (9,4%), 468 em 1970 (15,3%), 878 em 1980 (14,8%)².

Nesse mesmo arco temporal, a nível nacional, os estudantes inscritos no ensino superior eram 13489 em 1950, 23877 em 1960, 46019 em 1970, 81379 em 1980, o que evidencia um grande aumento da frequência universitária³.

As realidades demográficas e de género no IST são, pois, bem diferentes, e, apesar do instituto ter continuado a ser um reduto masculino, a presença feminina acentuou-se.

Nestas décadas, a juventude como ator social e a condição juvenil foram sendo mais visíveis, acabando por se afirmar, também em Portugal, a nova *cultura-mundo* com os seus gostos na música, no cinema, na literatura, na banda desenhada, no vestuário, nas novas práticas sociais, na aventura das viagens.

No contexto português, o colonialismo e o regime ditatorial implicaram referências específicas para o protesto estudantil que adquiriu um novo radicalismo a partir dos finais dos anos 60, embora sem a mesma dimensão festiva das novas esquerdas do ocidente. Anos depois, a revolução de 1974, que trouxe o fim da guerra colonial, levantou problemas próprios de transição para a democracia e de perspetivação do socialismo, que também conferiram um carácter específico a esses anos da vida portuguesa no contexto mundial.

Não obstante o atraso e a especificidade portuguesas, os estudantes do IST de 1980 diferenciavam-se profundamente dos do pós-Segunda Guerra Mundial: em número, em género, em agendas reivindicativas, no lugar atribuído à

AEIST, nas sociabilidades, ou ainda nas práticas culturais.

Para conseguir caracterizar estas dimensões de mudança entre os estudantes do IST, dever-se-á atender às obras já publicadas sobre ativismo estudantil e juvenil em Portugal, nesta época. Salientam-se fundamentalmente quatro tipos de obras.

Antes do mais, constituem referência indiscutível os notáveis estudos de Rui Bebiano, em obras de autoria individual ou em colaboração, centradas em Coimbra ou em temas específicos, mas sempre atentas à nova *cultura-mundo*; por seu turno, Miguel Cardina dedicou-se substancialmente a Coimbra, mas teve também como linha de horizonte o espaço nacional e internacional⁴. Seguem-se as obras que tratam de história do ensino técnico, ou de sociologia e/ou antropologia de grupos sociais, com excelentes páginas aliás, sobre ativismo estudantil e juvenil⁵. Depois, existem os estudos monográficos debruçados sobre uma época ou uma academia (como, por exemplo, os estudos sobre a crise de 56, 62, 69, a conjuntura revolucionária de 1974–76 e a luta contra as propinas nos anos 90)⁶. Ainda antes, em obra pioneira, Nuno Caiado desenhara os perfis e propusera a primeira periodização do movimento estudantil em Portugal, de 1945 a 1980⁷. Assim, considerou que o movimento estudantil teria passado pelas seguintes fases:

- a do pós-Segunda Guerra Mundial, de 1945 a 1959, cujo ponto alto é a luta contra o decreto-lei 40900 (1956–57);
 - a do nascimento do sindicalismo estudantil nos primórdios da década de 60, constituindo a crise de 1962 um ponto de viragem;
 - a da sindicalização, alargamento e politização do movimento associativo estudantil entre 1963 e 1968;
-

- a da idade política do movimento associativo estudantil de 1969 a 1974;
- e a do pós-revolução, em que os movimentos estudantis são reflexo dos movimentos sociais e se concretiza o esgotamento do modelo político-associativo (nesta fase, distinguem-se duas sub-fases – primeiro, a da particularização com perda de importância dos movimentos estudantis entre 1974–77 e, depois, a da explosão da diversidade juvenil e falência do modelo de intervenção político-associativo entre 1978–80).

Não sendo nenhuma destas obras centrada sobre o ativismo estudantil no IST, justifica-se um estudo com este objeto empírico, mas que atenda às perspetivas e dados fornecidos por estas obras. Recorrendo à história oral, pesquisando em fundos arquivísticos inéditos (como os da AEIST) e ainda noutros, atendendo aos periódicos e à bibliografia impressa, veja-se o que foi possível esboçar sobre o ativismo juvenil e estudantil no IST, desde a Segunda Guerra Mundial até aos anos 1980, procurando identificar agendas estudantis, o lugar e o funcionamento da associação no ativismo estudantil e as culturas estudantis.

Lutas estudantis

Através de reuniões, comunicados, publicações periódicas, debates, atividades culturais, ou de simples conversas faziam-se quotidianamente a luta e a mobilização estudantil, nomeadamente antes do 25 de Abril.

Mas, se estes elementos estruturaram uma cultura de resistência sucessivamente reatualizada, em dados contextos, os estudantes empenharam-se em processos mais específicos, com jornadas relevantes e objetivos precisos. Também num quadro de transição para a democracia, quer as práticas diárias, mais invisíveis e continuadas, quer os reportórios reivindicativos explícitos constituem eixos de mobilização estudantil. Apesar de ser imprescindível atender sempre a este binómio, é a vertente da narrativa marcada por momentos épicos que sobressai, ao analisar lutas estudantis.

Os estudantes em ação

Os anos de chumbo do pós-Segunda Guerra Mundial

Com a vitória das forças aliadas na Segunda Guerra Mundial, parte da sociedade portuguesa esperou uma mudança ou, pelo menos, uma abertura, tendo-se reforçado a ação e proximidade das forças oposicionistas em Portugal, e surgido o movimento de Unidade Democrática (MUD) e o movimento de Unidade Democrática Juvenil (MUD Juvenil).

Porém, no mundo universitário, logo em 1947, verificaram-se expulsões de professores e mais medidas repressivas, mobilizando-se alguns setores contra a repressão do Estado Novo⁸.

Também no IST, este tempo foi marcado por alguma esperança e conflitos. Assim, os estudantes preocuparam-se com as questões pedagógicas, ativando uma secção específica da AE e protestaram contra o aumento das propinas em 1947⁹. Em junho desse ano, entre os funcionários públicos expulsos constavam 3 docentes do IST: os professores António Augusto Ferreira de Macedo e Arnaldo Peres de Carvalho e o assistente João Lopes Raimundo. Poucos dias depois, *por motivo de diversas atitudes de carácter político*, o ministro passou a associação para a tutela da direção do instituto, até ser nomeada uma comissão administrativa composta por membros da Mocidade Portuguesa, ficando a AEIST a ser presidida por um professor¹⁰. Porém, a AEIST renasceu em seguida. Expressando também o sentir da assembleia geral dos estudantes do IST, a AE pediu, em 1950 e em 1951, a reintegração do prof. Ferreira de Macedo, professor há longos anos no IST, e de disciplinas tão fundamentais como matemáticas gerais ou geometria descritiva, muito querido pelos alunos, e que, impedido de ensinar, dava explicações particulares em sua casa, a alunos do IST¹¹. Nessa altura, já vários estudantes do IST e outros dirigentes do MUD Juvenil tinham sido presos¹².

Em 1949, para coordenarem as suas atividades, as associações de estudantes criaram a Comissão Interassociações de estudantes (CIAE), anos mais tarde substituída por Reunião Interassociações (RIA). No quadro desta preocupação, ao longo dos anos, efetuaram-se reuniões das academias de Lisboa, Porto e Coimbra, nas quais participou a AEIST¹³.

Num outro âmbito, no inverno de 1952, a Junta de Delegados de estudantes do IST aprovou por unanimidade uma moção de protesto contra a realização da reunião da 9ª sessão do Conselho da NATO no IST e a suspensão das atividades letivas. Surgiram inscrições murais no IST com as palavras de ordem:

Viva a Paz O IST para os estudantes!¹⁴

Ainda que pontuais, estes eventos revelam que a oposição se ia fazendo sentir entre os estudantes do IST e que o movimento associativo se reanimava¹⁵.

Ilegalizado o MUD Juvenil em 1948, as suas ações e os laços de fraternidade aí vividos continuaram, gerando uma cultura e uma marca identitária entre os seus ativistas, que perdurou por muitos anos, fora e dentro das faculdades, entre as quais o IST. Como diz quem chegou a este instituto em 1953:

Antes de eu chegar à universidade, os grandes momentos de conflitualidade tinham sido vividos sob o impulso do MUD Juvenil. Foi um movimento com grande influência nas elites universitárias portuguesas. (...) O MUD marcava a personalidade das pessoas. De tal maneira que eu, ainda hoje, sou capaz de dizer se um indivíduo foi do MUD ou não foi. É que eles tinham uma cultura, um modo de abordagem e uma técnica de raciocínio bem características. (...) Tinha gente brilhante, muito bem preparada e com grande capacidade de execução¹⁶.

A luta contra o decreto-lei 40900 (1956–57)

A luta contra o decreto-lei 40900 constitui o grande tópico da agenda reivindicativa estudantil nos anos 50¹⁷.

Num contexto em que as direções associativas careciam de homologação ministerial, a da AEIST, presidida por António Melo Coelho, não foi aceite pelas autoridades pelo facto

de ter realizado uma cerimónia pública de início de funções antes de ter sido homologada. Ciente de que a AEIST desempenhava serviços importantes para os estudantes, o ministério quis colocá-la sob a presidência de um professor e na tutela da direção do IST. José Manuel Protes da Fonseca, estudante prestigiado junto dos seus colegas e do diretor da escola, conseguiu negociar com o ministro Leite Pinto, aliás professor no IST, no sentido de que a AEIST se mantivesse a funcionar sob a sua responsabilidade e com a equipa que chefiava na anterior direção.

Já anteriormente, as autoridades tinham tentado afirmar a Mocidade Portuguesa no desporto universitário, pondo os torneios entre escolas e o Estádio Universitário sob sua tutela, opondo-se os estudantes a esta tentativa.

Neste clima, antes da saída do decreto-lei 40900, já se esperava que o regime tomasse medidas para diminuir a autonomia das associações de estudantes.

A 12 de dezembro de 1956, no preciso dia em que João Cravinho ganhou as eleições para a AEIST, foi publicado o decreto-lei 40900, reatualizando legislação antiga e não cumprida¹⁸. Segundo Paulo Fontes, com este decreto-lei, por um lado criava-se uma comissão permanente das Obras Circum-Ecolares e Sociais do Ensino Superior, vocacionada para tratar dos problemas estudantis e, por outro, redefiniam-se as competências das associações de estudantes, retirando-lhes funções sociais que vinham desempenhando, renovando-se ainda a necessidade do ministério da Educação Nacional sancionar os órgãos associativos e a proibição da coordenação nacional ou internacional das estruturas associativas.

Não tendo sido ouvidos na preparação deste decreto-lei, como haviam reclamado, os estudantes entenderam a sua súbita publicação como a intromissão do regime (e em especial do ministério da Educação Nacional) no mundo associativo e estudantil.

Em sucessivas reuniões, as associações de estudantes reclamaram a revogação do decreto-lei. Em Lisboa, efetuaram-se sessões de esclarecimento e reuniões, assim como contactos com professores, direções de escola, deputados e personalidades influentes. O ministro da

Presidência, Marcelo Caetano, recebeu em sua casa os presidentes de direções das associações de estudantes do IST, da Faculdade de Direito, do Instituto Superior de Agronomia e da Faculdade de Ciências, e admitiu alguma insensatez do processo que tinha resultado no texto do decreto- lei.

Na RIA, os dirigentes debateram qual a melhor maneira de atuar:

É natural que o PC pensasse que era um processo que ele deveria conduzir. E teve que se lbe explicar, de uma maneira ou outra, que, de facto, o PC era uma força muito importante, com uma grande capacidade de intervenção e de fazer circular a informação a tempo e horas, e com grande experiência de organização em condições difíceis, mais do que os outros. Mas, se quisessem comandar o movimento, obviamente, ficavam sozinhos. Perceberam isso rapidamente”¹⁹.

Não tendo vingado a opção mais radical, os dirigentes procuraram um movimento amplo com expressão e apoios exteriores, assente na recusa do decreto- lei, sem proporem alternativas (que os poderiam dividir).

Conseguida a mobilização estudantil e mantidas negociações com o ministério e com várias individualidades, os estudantes lançaram um abaixo-assinado pedindo a revogação do decreto- lei²⁰.

Por proposta de inúmeros deputados, o decreto- lei foi submetido à Assembleia Nacional. Aquando da sua discussão, a 16 de janeiro de 1957, alguns deputados do regime intervieram favoravelmente à sua suspensão, nomeadamente os professores de Coimbra e Daniel Barbosa, professor do IST, que tinham sido sensibilizados para a questão pelos estudantes destas academias.

Muitos estudantes, vindos de todo o país, concentraram-se perto da Assembleia Nacional. João Cravinho avisou previamente Marcelo Caetano da concentração pacífica; no entanto, a polícia reprimiu a manifestação. Enquanto Protes da Fonseca ligou a Marcelo Caetano, Cravinho telefonou ao diretor do IST, invocando a reunião tida com o ministro da Presidência, e considerando que a brutalidade das forças

policiais era uma desautorização do próprio ministro, procurando ambos os dirigentes estudantis que cessasse a violência²¹. A repressão parou. Na Assembleia Nacional, os estudantes encheram as galerias. O decreto- lei acabou por ser transformado em proposta de lei e reencaaminhado para a Câmara Corporativa com pedido de parecer, para depois regressar à Assembleia Nacional.

Devendo em princípio o abaixo-assinado ser entregue à Assembleia Nacional, João Cravinho e Carlos Portas, presidentes das associações do IST e do Instituto Superior de Agronomia, tinham optado por não entregar o documento, quando o próprio presidente da Assembleia Nacional os alertou para os riscos da lista de nomes vir a ser conhecida pela PIDE²². Nos dias seguintes, os dirigentes explicaram aos estudantes ter decidido que fosse *arquivado pelas associações de estudantes [ficando] a constituir um documento vivo da posição dos estudantes perante o decreto- lei*²³. Encadernado e antecedido pela explicação das razões da sua não entrega, o abaixo-assinado dos estudantes de Lisboa encontrase depositado na AEIST.

Enquanto os estudantes continuavam a mobilização, desta vez expondo as suas razões à Câmara Corporativa, foi nomeado um relator nesta câmara que entregou o parecer, meses depois, mas o processo não teve qualquer sequência, ficando o decreto- lei sem efeito. Como afirmou José Manuel Protes da Fonseca: *–Foi uma grande vitória das associações de estudantes, uma vez que o 40900 ficou na gaveta*²⁴. No mesmo sentido, afirmou João Cravinho: *–A repercussão da movimentação (...) teve um cunho unitário suficientemente forte para que Salazar fizesse, sob sua ordem direta, suspender oficialmente o decreto na Assembleia Nacional. Nunca tal tinha sucedido antes. Nunca mais veio a suceder depois*²⁵.

Se a luta contra o decreto- lei 40900 constituiu um momento importante na história do ativismo estudantil, a crise de 1962 foi também um ponto de viragem.

*A proibição do Dia do Estudante de 1962
(24 de março)*

A tentativa de celebração e institucionalização do Dia do Estudante começou nos anos 50, exigiu negociações e teve várias datas previstas²⁶. Os estudantes celebraram-no a 25 de novembro (para comemorar a data do assalto ao Clube dos Lentes em Coimbra em 1920, que ficou conhecido como a *tomada da Bastilha*, na sequência do qual a associação Académica da cidade conseguiu instalações condignas), mas também o fizeram em dias variáveis dos meses da primavera. Em 1961, as autoridades permitiram a sua celebração entre 16 e 19 de março. Nesse ano, o do início da guerra colonial, foi emblemático um sarau cultural realizado na Faculdade de Ciências com José Afonso e o angolano Rui Mingas, muito participado por estudantes das colónias, que depois viriam a sair de Portugal. O jantar de encerramento do Dia do Estudante, com centenas de estudantes, realizou-se na cantina do IST.

Foi pelo propósito de comemorar o dia que a crise começou no ano seguinte²⁷.

Em 1961, por iniciativa da AE da Faculdade de Direito, dezenas de estudantes ligados a esta e a outras associações, entre as quais a AEIST, ajudaram as populações da Cova do Vapor, cujas barracas tinham sido destruídas pelo mar, seguindo-se uma campanha de vacinação na área de Lisboa, efetuada pelos de medicina²⁸.

Nas vésperas do Dia do Estudante de 1962, os dirigentes, entre os quais os do IST, fizeram o habitual pedido de autorização ao ministério e reitoria da respetiva universidade, para realizarem as atividades comemorativas previstas. Não obtiveram resposta. Os estudantes avançaram contudo com as comemorações. Então, o ministério proibiu o Dia do Estudante e alegou que o programa das atividades previstas pela organização não tinha sido entregue atempadamente.

A polícia ocupou a Cidade Universitária, entrou em medicina e tentou entrar na associação de direito, no Campo Grande, em Lisboa.

[A] divulgação desta ação provocou a reação dos estudantes, que imediatamente se começaram a concentrar em grande número frente à reitoria, para protestarem contra a quebra da autonomia universitária. O Dia

do Estudante, apesar duma certa motivação de alguns estudantes, ainda era um acontecimento que não galvanizava muita gente. Por exemplo, do Técnico eram muito poucos os participantes. Mas, a partir do momento em que houve esta invasão... [A] grande mobilização foi [pela] entrada da PIDE na faculdade (...), e por o ministro da Educação não ter aceite falar com os representantes dos estudantes, e depois [pela] carga policial consequente”²⁹.

Os dirigentes associativos procuraram Marcelo Caetano, então reitor da Universidade de Lisboa, que os recebeu. Marcelo Caetano falou com o ministro da Educação, no sentido de ter nessa tarde uma reunião com os dirigentes. Foi nomeada uma comissão de representantes dos estudantes, integrada por Heitor Santos em nome do IST. Porém, não houve reunião. O ministro não recebeu os estudantes, ainda que estes tenham argumentado que o encontro estava combinado com Marcelo Caetano e que não se responsabilizavam pelo que viesse a acontecer.

[...] estavam milhares de estudantes no Estádio Universitário [onde] estavam a decorrer campeonatos da Mocidade Portuguesa. [Os estudantes foram] para lá e viraram-se de costas para o jogo. Estavam lá, à espera que os representantes dos estudantes viessem comunicar qual tinha sido o resultado da reunião com o ministro.

Das quatro pessoas que constituíam a comissão, duas foram para o estádio, comunicar aos estudantes que não tinham sido recebidos e duas tentaram falar com Salazar, mas sem sucesso, e quando chegaram à *Cidade Universitária*, já se tinha dado a grande bronca³⁰, pois os estudantes aí concentrados já tinham sido alvo de cargas policiais. Não desmobilizando a polícia, Marcelo Caetano sentiu a sua autoridade abalada e em alternativa ao jantar do Dia do Estudante, propôs um convívio entre alunos e docentes no restaurante do Lumiar Castanheira de Moura; não obstante, no caminho até lá, a polícia reprimiu mais uma vez, fazendo feridos e prisões.

No dia seguinte, domingo, os representantes dos estudantes reuniram-se na associação do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras e decidiram declarar luto académico, o que, num contexto em que não existia o direito à greve, significou precisamente greve às aulas. Nesse dia, no IST, a Junta de Delegados decidiu transmitir essa decisão aos professores do instituto, estando a direção da associação demissionária.

Na segunda feira, 26 de março, já a AEIST distribuía comunicados fazendo apelo ao luto³¹. Nos dias seguintes, os estudantes dialogaram com o ministro, decidindo a suspensão do luto académico, a luta pela libertação dos estudantes presos e a marcação das comemorações do Dia do Estudante para 7 e 8 de abril.

A expectativa de que o governo decidisse autorizar a realização do Dia do Estudante manteve-se durante dias. Contudo, as atividades desta jornada nunca chegaram a ser autorizadas, levando à demissão de Marcelo Caetano de reitor, de alguns diretores das faculdades por solidariedade e ao prolongamento da greve, com avanços e recuos.

Em abril, tal como já havia acontecido noutras faculdades, os corpos gerentes da AEIST foram suspensos, mas os serviços não deixaram de funcionar, pois o diretor do IST nomeou um dos mais antigos funcionários para os assegurar, funcionário este que acabou despromovido pela direção seguinte, alegadamente pelo teor de algumas atitudes que tomou durante este processo³².

Tentando manter alguma relação entre estudantes e ministério, o diretor do IST autorizava à direção demitida a realização de plenários no espaço exterior do instituto.

No dia 9 de maio, num plenário no Estádio Universitário, com cerca de 6000 estudantes, estes radicalizaram a luta e dezenas avançaram para a greve de fome, na cantina da Cidade Universitária, acompanhados por centenas de colegas, pois dizia-se que o grupo de direita Jovem Portugal pretendia invadir a cantina, movimento este que estava concentrado por perto, e que depois deixou inscrições nas paredes do Campo Grande.

No plenário, os estudantes decidiram que o luto académico incluiria a ausência às aulas, às

frequências e aos exames finais. Pela madrugada do dia 11, as autoridades retiraram cerca de 1500 estudantes da cantina, identificaram-nos e prenderam-nos por algum tempo.

Ao longo deste processo, as associações de estudantes funcionavam semi-clandestinamente, de modo a conseguir manter o diálogo com o governo, por um lado, enquanto, por outro, mobilizavam os estudantes em continuadas ações de informação e propaganda. Por exemplo, a direção da AEIST reunia no café A Mexicana e a Secção de Propaganda desta associação passou a trabalhar em casa de alguns dos colaboradores na feitura de cartazes, comunicados, etc. Ao longo deste processo de luta, os plenários revelaram-se espaços essenciais de mobilização e o comunicado um instrumento muito manuseado, difundido e procurado.

Tentando isolar os estudantes, o regime associou as movimentações estudantis a intuits políticos, tendo prendido estudantes comunistas. Para além disso, não só a greve aos exames constituía um grande esforço para os estudantes em geral e para as suas famílias, como podia implicar a perda de bolsas e significar a incorporação militar, nomeadamente para Angola, onde a guerra já tinha começado. Apesar do apoio de alguns setores da sociedade civil, a JUC e boa parte dos estudantes não concordaram com a greve a exames e desmobilizaram. A greve foi, assim, suspensa, a 14 de junho, num plenário realizado no IST. É a esta luz que deve ser interpretada a seguinte afirmação:

*Nesse ano formámo-nos em engenharia mecânica 26 estudantes, e eu fui o único que cumpriu até ao fim do luto académico. Os outros queriam era acabar o curso e ir trabalhar.*³³

Neste processo, as autoridades expulsaram vários dirigentes estudantis das suas universidades.

Não obstante a crise de 1962 ter sido uma movimentação estudantil centrada na Cidade Universitária, muitos estudantes do IST participaram ativamente e conseguiram a solidariedade de uma centena de engenheiros, que assinaram um documento de apoio aos estudantes em protesto³⁴. Nesses anos,

(...) a AE do Técnico, no conjunto das associações lisboetas, tinha fama de tecnocrática e de menos politizada. Direito e medicina, dizia-se, eram o cerne da visão e da estratégia política (...) [Mas] se tínhamos a fama de ser menos politizados, tínhamos a fama e o proveito de ter uma elevada capacidade de realização e concretização, com grande utilidade para o movimento estudantil³⁵.

De 1962 a 67, 68, 69

A politização do ativismo estudantil acentuou-se com a crise de 1962, que representou um ponto de viragem. Um dirigente associativo caracterizou assim a fase do movimento estudantil até esta data:

A crise do chamado 40900, [surge] porque o governo atacou, quis fazer uma legislação para controlar as associações de estudantes e certos aspetos da universidade. Houve reação das associações de estudantes e dos próprios conselhos escolares e depois deu aquele resultado. Depois, a crise de 62 [também] é uma resposta ao ataque do governo. Até este período não há, propriamente, ofensivas estudantis, mas ofensivas da parte do governo. Houve ações do governo e houve reações às ações do governo³⁶.

Semelhante é a perspetiva deste outro dirigente estudantil, que contrastou a fase anterior a 1962 com a posterior:

Uma coisa é lutar contra o sistema para melhorar o sistema; outra coisa é: o sistema não tem melhoria, é preciso deitá-lo abaixo e fazer outro. Isso foi muito claro a partir de 62³⁷.

Nos anos seguintes, a universidade continuou a agitar-se³⁸. Os estudantes voltaram a tentar comemorar o Dia do Estudante, mas o regime não permitiu. Em 1964, as autoridades expulsaram vários estudantes, entre os quais alguns do IST, nomeadamente o presidente da sua associação, Jorge Dias de Deus, por não acatarem a interdição governamental da celebração do Dia do Estudante. Ainda nesse ano, Fernando Vicente foi eleito presidente da AEIST mas, por

também ter enfrentado a expulsão do IST, não cumpriu mais do que poucas semanas de mandato, sucedendo-lhe Mário Lino que era vice-presidente. Em 1965, devido a uma denúncia de um responsável do PCP, a PIDE acedeu a cerca de meio milhar de nomes de comunistas e associativos, desencadeando uma enorme vaga repressiva. Em poucos dias, foram presos dezenas de estudantes, o que constituiu um rude golpe no ativismo estudantil. Novamente, entre estes, havia estudantes do IST, entre os quais Mário Lino. Mais tarde, seguiram-se novos processos, punições e expulsões, assim como prisões com tortura que os estudantes denunciaram aos colegas e à população, nomeadamente através de um boletim criado para o efeito, intitulado Unidade Estudantil.

Nestes anos difíceis, em que surgiram dissidências à esquerda do PCP, os dirigentes procuraram pensar o movimento associativo, historiando-o, diagnosticando a situação do momento e procurando concertar estratégias nos Seminários de Estudos Associativos, que se realizaram de 1963 a 1968, discutindo o papel das associações de estudantes e as agendas reivindicativas³⁹. Como tentativa de resposta ensaiavam a *viragem aos cursos*:

Quando eu e o Redol fomos para a associação não tínhamos grandes capacidades de luta política. Então, organizávamos campanhas de colóquios sobre a pedagogia, sobre o estudo, sobre o ensino ou sobre as reivindicações dos estudantes, como uma melhoria da alimentação na cantina. Digamos que coisas burguesas, mas importantes para mantermos a chama viva⁴⁰.

O apoio de gente mais radicalizada era crescente mas era uma minoria dentro da universidade. Surgiram vários problemas em discussão: como as associações se devem aproximar dos estudantes, etc. Houve uma teoria desenvolvida nesses seminários, que era a viragem aos cursos, e que consistia na ideia das associações se voltarem para os cursos, para os problemas concretos dos estudantes e do ensino⁴¹.

As associações continuaram preocupadas com as condições de vida dos estudantes,

reivindicando melhorias nos transportes, na habitação (lares), na alimentação (cantina), nas bolsas de estudo e no acesso a outros serviços. Reivindicaram a autonomia das universidades e a das associações, a participação dos estudantes no governo universitário, e a necessidade de aproximação da universidade às necessidades do país, repensando a relação entre engenheiro e engenheiros técnicos e defendendo também a reforma do ensino⁴².

Ainda que cuidadosamente referida, a guerra colonial constituía uma preocupação para todas as famílias, mesmo que os rapazes ainda estivessem longe de cumprir o serviço militar, dado que os adiamentos possíveis, no caso dos estudantes universitários, acabavam quando estes deixavam de poder concluir o curso dentro dum prazo que se obtinha somando 20 anos de idade ao número de anos do curso.

A partir de certo momento, os estudantes começaram a arriscar contestar a guerra colonial, ainda que em manifestações convocadas como sendo contra a guerra do Vietname e em que procuravam o apoio da população. Como afirmou Fernando Valdez sobre uma em fevereiro de 1968:

Uma associação não convocava uma manifestação contra a guerra colonial, mas uma entidade estudantil podia convocar (e podia sair dos portões do Técnico) uma manifestação contra a guerra do Vietname, tal como aconteceu. Aquela que se transformou, talvez, na maior manifestação contra a guerra colonial saiu do Técnico. Teoricamente era uma manifestação contra a guerra do Vietname (geralmente as manifestações contra a guerra colonial eram convocadas como manifestações contra a guerra do Vietname), e eles puseram a polícia à nossa espera no percurso para o destino oficialmente previsto, a embaixada dos Estados Unidos. Nós não fomos pelo percurso que estava previsto. Fomos em direção ao Chile, eles estavam à espera do outro lado e, quando passámos junto à Portugalia, ainda houve uns agentes provocadores a dizer: Embaixada é por ali, a embaixada é por ali! Para cortarmos em direção à Estefânia (onde estava a polícia de choque), mas não era bem essa a nossa ideia.

As pessoas estavam a gritar slogans contra a guerra colonial e só nos pararam nos Anjos. O trânsito embarrancou todo, a polícia não conseguia chegar porque nós estávamos a ocupar a via. Era uma manifestação muito grande que foi reprimida com uma violência indescritível porque era um assunto muito sensível para o governo. Os polícias bateram desalmadamente, cães morderam nas pessoas, uma série de gente foi presa. Nessa manifestação fomos saudados pelo Fernando Lopes Graça, o compositor ia num elétrico e saudou efusivamente os manifestantes⁴³.

Nesta fase do movimento estudantil, as cheias de 1967 constituíram um momento simbólico marcante, ao permitirem um conhecimento e uma aproximação ao povo, inéditas para muitos estudantes.

Quando, na noite de 25 de novembro, as inundações irromperam por Lisboa, arredores e Baixo Ribatejo, morrendo cerca de 500 pessoas, os estudantes empenharam-se no apoio às vítimas. Iniciativa da Juventude Universitária Católica (que já antes visitava bairros pobres em ações sociais), e decidido o apoio na RIA, as ações estudantis foram coordenadas a partir da AEIST, local de onde partiam diariamente as camionetas com os estudantes e os materiais para as áreas sinistradas.

Tendo durado duas semanas, abrangeram centenas de estudantes em cada jornada, que divulgavam o sucedido à população que pouco sabia da dimensão da catástrofe, dada a ação da censura, nomeadamente através do periódico *Solidariedade Estudantil*, que teve tiragens de 10000 exemplares e se esgotou numa manhã. A saída das escolas permitiu aos estudantes descobrir um país de pobreza e lama⁴⁴.

A partir daí, alguns ativistas procuraram intensificar o conhecimento mútuo entre estudantes e populações. Fizeram-no através do estudo e das viagens, procurando conhecer a realidade portuguesa – fosse através dos estudos de economia, da passagem na secção sonora de recolhas etnográficas, de idas breves ao mundo rural ou de campos de férias, onde procuravam participar nos trabalhos agrícolas, ouvir as pessoas e disseminar notícias ou música de intervenção. Os estudantes procuraram também incluir

notícias de lutas de trabalhadores na imprensa estudantil; reciprocamente, tentavam difundir as lutas estudantis junto das populações, através de comunicados e boletins.

É nesta perspetiva de relacionamento entre estudantes e populações que se deve enquadrar, no verão de 1970, a feitura de

*30000 cópias de um folheto com informação que ia desde o movimento estudantil à guerra de África e às lutas operárias, que [foram deixadas] em molhos nas associações de estudantes, para quem as quisesse levar e distribuir nas férias*⁴⁵.

No ano letivo de 1968–69, em que a contestação estudantil voltou a ser forte, os estudantes do IST mobilizaram-se⁴⁶.

Em protesto contra o aumento do preço das refeições na cantina e na sequência de outras ações, os estudantes marcaram um piquenique no pavilhão central para o dia 4 de dezembro. Decidindo o diretor Almeida Alves fechar o pavilhão central, os alunos ocuparam-no. Os estudantes entraram pelas janelas da Sala das Alunas, situada no piso térreo do pavilhão central, e declararam-na como sala de convívio comum. José Mariano Gago lembrou que ocuparam a sala a que alguns chamavam o gineceu:

*Juntaram-se muitas pessoas, rapazes e raparigas, entraram e, simbolicamente, acabaram com o gineceu de forma engraçada, mas muito difícil de compreender por quem está de fora. Aliás, tem um significado que nenhum dos próprios protagonistas podia, na altura, compreender. Mais tarde pensei muito nisto. Era preciso um ato simbólico na forma de agir, não era apenas entrar lá. Era um grito de alma*⁴⁷.

Na realidade, depois da ocupação, os estudantes foram buscar papel de cenário e pintaram uma faixa onde se podia ler:

Viva a Revolução Sexual!

No entanto, segundo um órgão de imprensa próximo das autoridades do IST, as palavras de ordem inscritas seriam:

*Ocupámos o harém. Viva a Revolução Sexual*⁴⁸.

Este episódio, quer na vertente do piquenique, quer na dos eventos na sala das alunas, evidencia

como os tempos haviam mudado. Sobre esta mudança, afirmou uma estudante do IST:

*Depois de me formar estive um ano em Paris e, quando vim, eram então dirigentes do Técnico o Mariano Gago e de Económicas o Félix Ribeiro. Fui assistir a uma reunião na Cidade Universitária em que estes discursavam e fiquei muito surpreendida, pois estavam a discutir as teorias do Mao. Começou-se também a falar mais abertamente contra a guerra colonial. Houve um grande salto. Depois da Campanha de Solidariedade e do Seminário de Estudos Associativos dá-se o maio de 68, que teve um grande impacto no movimento associativo. Nesse verão, muitos de nós foram nas férias para Paris e traziam as novidades e aquela sensação de que podíamos mudar o mundo. O movimento de 68–69 começa porque, perante o protesto dos estudantes pelo aumento dos preços na cantina, a associação exige ao governo maiores subsídios. Este foi o pretexto, podia ter sido um outro qualquer, o mal estar era de fundo, queríamos a liberdade e o fim da guerra colonial*⁴⁹.

Como afirmou José Mariano Gago:

*Pouco importava o pretexto. Eu diria que, do ponto de vista dos estudantes, havia uma vontade de ação coletiva que estava patente, sem se perceber bem o quê, e que tinha muito a ver com uma agenda que não tinha nada a ver com o antigamente. Era a vontade de assumir uma dinâmica de juventude moderna*⁵⁰.

Dias depois, o governo fechou o IST. A luta reacendeu-se, sendo que *indignação é o termo que melhor exprime o sentimento estudantil*⁵¹. Os estudantes reuniram-se, em plenários, noutras faculdades cujas direções associativas se solidarizaram com a luta dos alunos do IST, nomeadamente em Económicas. Quando o IST reabriu, em janeiro, a direção da AEIST estava suspensa, vários dirigentes tinham processos disciplinares, as autoridades escolares tutelavam a associação, pagando aos funcionários, e as contas da AEIST estavam bloqueadas pelo banco. A AEIST não fechou, mais uma vez, devido à

necessidade de manter os serviços prestados aos alunos.

Os estudantes organizaram-se, contudo, numa espécie de movimento para-associativo que, segundo José Mariano Gago,

(...) conduziu e manteve um movimento dentro do Técnico, a partir de estruturas de base, eleitas nos cursos e nas turmas, com delegados, e a partir de uma pequena estrutura central que fez um boletim. Este processo durou até ser, finalmente, autorizada a realização de eleições para a AE.

Alguns dos dirigentes mais destacados partiram para a Alemanha, com bolsas de estudo proporcionadas pela social democracia alemã, através de Mário Soares. Nas eleições de maio de 1969, os estudantes elegeram José Mariano Gago presidente da direção da AEIST.

1969 foi, antes do mais, o ano da crise académica de Coimbra. Então, os estudantes de Lisboa expressaram o seu apoio aos seus colegas desta outra cidade, cuja Associação Académica estava encerrada, e em greve às aulas e aos exames. Os estudantes de Coimbra pretendiam difundir a sua luta à população, numa ação a decorrer na final da Taça de Portugal, no Estádio Nacional, na qual a equipa de futebol da Académica jogava contra o Benfica. Na preparação desta ação, dirigentes associativos de Coimbra e de Lisboa confrontaram-se com dureza, tendo o dirigente coimbrão, que tinha vindo anteriormente para a capital preparar a ação, pedido reforços no Norte.

No dia do jogo, num estádio cheio de forças policiais, os estudantes destas duas cidades, alguns em traje académico, empunharam as suas faixas, distribuíram propaganda e entoaram as suas palavras de ordem.

A controvérsia perdura sobre quem dirigiu ou coordenou a ação, num tempo em que muitos dirigentes estudantis lisboetas não apreciavam as capas e batinas e desconfiavam do futebol⁵².

Anos conturbados (1969–74)

Entre o final dos anos 60 e o 25 de abril de 1974, num contexto estudantil bastante politizado, no caso particular do IST, muitos estudantes

travaram um grande conflito com as autoridades da escola e o regime, o que se traduziu em constantes greves (incluindo a exames), encerramentos e aberturas da AEIST e do próprio IST, assim como em expulsões e prisões, fugas ao serviço militar e idas para a guerra⁵³.

Efetivamente, o espetro do serviço militar e da guerra colonial pairava sobre os estudantes e, logo em 1969, estes protestaram contra legislação que permitia fazer depender o adiamento do serviço militar do *bom comportamento escolar*.⁵⁴

Em março de 1971, os estudantes fizeram greve ao exame em disciplinas específicas, na sequência da qual a polícia entrou nas instalações do IST, facto este que, ao acontecer pela primeira vez, foi objeto de enormes protestos e teve uma carga simbólica importante, quer para professores quer para alunos.

Luta de 1972 – Dos incidentes às condições prévias

Num IST cujo diretor era João Fraústo da Silva, em 1972, os estudantes protagonizaram outra mobilização importante.

Nesta luta, duas correntes político associativas diferentes dirigiram a associação: a de Joaquim Cardeira (conhecida como *pop*, designação levemente irónica), presidente da AEIST até às eleições de maio; e a de Carlos Costa (dita *reformista* pelos seus críticos), que lhe sucedeu e dirigiu o processo de negociação. Note-se que, em qualquer das eleições onde estes dirigentes foram eleitos, concorreram duas listas de esquerda.

No princípio de maio, os estudantes envolveram-se em vários incidentes: quer no exterior do IST, em manifestações de rua contra a guerra colonial, quer no interior do instituto, onde a polícia voltou a entrar. A crítica à *reforma Veiga Simão* nas escolas de engenharia ocupava periódicos e panfletos e era tema de reuniões.⁵⁵ A 16 de maio, a AEIST foi encerrada, tal como a associação de económicas. Os estudantes destas duas escolas decidiram, então, entrar em greve, exigindo a reabertura das respetivas associações e o arquivamento dos processos instaurados. Os estudantes mantiveram a greve às aulas durante os meses de maio e junho até que, no fim deste mês, em reunião geral de alunos do IST, decidiram alargar a greve também aos exames.

Docentes do IST, alguns dos quais antigos dirigentes estudantis, não concordaram com a realização de exames nas condições existentes, defendendo igualmente a reabertura da AEIST. O diretor Fraústio da Silva encerrou o instituto a 6 de julho. Apesar da greve, a direção do IST quis assegurar os exames, pelo que alguns destes decorreram sob o cerco da polícia.

Entretanto, os dirigentes da AEIST iniciaram uma negociação com as autoridades, alguns professores e António Sales Luís, intermediário do governo e futuro diretor do IST, formando um grupo de trabalho. Segundo a direção da AEIST, os seus representantes apresentaram as reivindicações estudantis, por um lado, e, por outro, procuraram compreender até que ponto as autoridades estavam dispostas a ceder. A 20 de julho, numa reunião geral de alunos autorizada no pavilhão do Estádio Universitário, reuniram-se cerca de 2000 estudantes do IST para procurar uma solução para o impasse.

Esta grande participação significava, segundo Carlos Costa, a vontade de reabrir a associação e de normalizar a vida escolar, nomeadamente resolvendo a questão dos exames. A situação era considerada insustentável por muitos estudantes. O grupo de trabalho apresentou as suas *condições prévias* de funcionamento normal do IST e da AEIST, que permitiriam pacificar a vida escolar. Respondendo a esta proposta, os dirigentes associativos propuseram o levantamento da greve, embora a situação pudesse ser reavaliada caso os inquéritos disciplinares prosseguissem. O levantamento proposto advinha de considerarem que a luta estudantil já tinha sofrido alguma desmobilização, que as autoridades já tinham cedido nalgumas matérias (como na garantia da reabertura e do normal funcionamento da AEIST e nalgumas reivindicações pedagógicas estudantis), e que poderia haver um aproveitamento político se os estudantes não aceitassem as condições prévias, com agravamento da repressão. Apesar de criticada por alguns grupos estudantis, esta proposta foi aprovada por grande maioria e resultou na abertura da AEIST e na recalendarização dos exames.⁵⁶

Veja-se o testemunho do presidente eleito da AEIST:

*O que o governo queria era que abríssimos a associação, subscrevendo um documento que se chamava Condições Prévias, ou seja, a associação reabria e os exames faziam-se. Foi um dilema complicado pelo qual fomos crucificados por outros ativistas associativos. O documento dizia que daí para a frente as coisas deveriam acontecer em paz e sossego, tendo uma carga ideológica que não era aceitável para nós. Não subscrevendo as considerações das Condições Prévias, achávamos [contudo] que, se fossem aplicadas, acabávamos com a greve a exames e a associação seria reaberta. Havia um outro ponto em discussão, que era polémico, que eram os processos disciplinares. Decidimos que, se houvesse avanço nos processos disciplinares, haveria nova reunião. Na prática abriríamos a associação sem limitações adicionais e a greve a exames era suspensa. Havia um interesse mútuo de acabar com esta situação penosa para muitos estudantes, porque ninguém queria perder o ano*⁵⁷.

Luta de 1973–74: Um ano de confrontos com um semestre perdido

No ano letivo seguinte, sucedeu novo processo de luta. Em janeiro de 1973, o ministério criou a categoria de *vigilante* no *peçoal auxiliar dos estabelecimentos de ensino superior*, cuja função principal era a *manutenção da disciplina académica*⁵⁸. Rapidamente chamados *gorilas* pelos estudantes, a sua presença e ação desencadearam fortes reações.

A 3 de maio, após o ministério ter colocado *gorilas* na Faculdade de Letras, uma reunião geral de alunos desta faculdade decidiu a greve às aulas. Já tendo os estudantes do IST decidido que, caso estes surgissem também na sua escola, os expulsariam *recorrendo à violência se necessário*, e que deveria haver uma resposta federativa a este decreto, em consonância com o aprovado, dirigiram-se à Faculdade de Letras para uma concentração de apoio à saída dos *gorilas*⁵⁹. Nas proximidades da Faculdade de Letras, foram presos 21 estudantes, dos quais 10 do IST, incluindo o presidente da associação, Carlos Costa. Consoante o seu relato:

A nossa ideia era forçar a entrada na faculdade, por causa dos gorilas. Estavam à porta da associação cerca de 20 pessoas, algumas dez do Técnico, incluindo a direção. Uma parvoíce! Não tínhamos grande capacidade ofensiva e a nossa ideia era, se aparecessem algumas centenas de pessoas, forçar a entrada. Mas não apareceram. Fomos cercados pela polícia de choque, eu não conhecia bem o espaço e fugi para um descampado nas traseiras da Faculdade de Ciências, na zona que é hoje o picadeiro. Acabei por ser encurralado num quintal, com um oficial da polícia a apontar-me a arma e a dizer para largar as pedras que, não sei para quê, trazia nas mãos⁶⁰.

Enviado para Caxias, permaneceu na prisão até julho e sofreu a tortura do sono.

A 4 de maio, os estudantes do IST decidiram fazer greve às aulas, pela libertação dos estudantes presos e pela saída dos *gorilas* das faculdades, e apelaram à solidariedade dos docentes. Alguns destes apoiaram-nos, enviando cartas ao Primeiro-Ministro e ao ministro da Educação, José Veiga Simão.

Nesses dias iniciais de maio, a greve foi renovada, em vários tipos de reuniões. Insistentemente, o diretor do IST, Sales Luís, mandou fechar o instituto e encerrar a AEIST.

Nos fins de maio, o diretor convocou dirigentes da associação (estando o presidente preso), e comunicou-lhes a anulação do 2º semestre, em que praticamente não tinha havido aulas, o encerramento da associação e a instauração de um inquérito para procedimentos disciplinares.

A luta estudantil, que tinha começado pela exigência da saída dos *gorilas* e pela libertação dos estudantes presos, passou a ser também contra a anulação do semestre e pela reabertura do IST e da AEIST, mais uma vez com greve a exames. No final de junho, um grupo de trabalho composto por dirigentes estudantis e docentes apresentou uma proposta para fazer funcionar três semestres letivos entre setembro de 1973 e agosto de 1974, substituindo desta forma o semestre perdido. O diretor recusou a proposta, anunciou o encerramento definitivo da AEIST e marcou nova tentativa de exames da 2ª época do 1º semestre. A 16 de julho,

primeiro dia de exames do 2º semestre, com o IST cercado pela polícia, com vários carros, entre os quais um carro de água, bem como *gorilas* e agentes da PIDE/DGS a circular dentro do IST, a greve teve grande adesão. O mesmo aconteceu nos dias seguintes, havendo detenções de elementos dos piquetes de greve. Entretanto, Carlos Costa foi libertado.

Em agosto, a direção da AEIST perspetivou o alargamento da luta a nível nacional, pela revogação do decreto que permitia a colocação dos *gorilas* nas universidades, pela reabertura das associações encerradas e pela reabertura do IST.

No mês seguinte, exigiram que os exames fossem precedidos da reabertura do IST assim como da associação e que o segundo semestre fosse recuperado. Não conseguindo os seus objetivos, reclamaram uma passagem administrativa a todas as cadeiras do 2º semestre anulado.

Em outubro, o diretor tentou mais uma vez realizar os exames da 2ª época do 1º semestre. Os exames iniciaram-se com cerco policial, incidentes com a polícia e estudantes conduzidos ao IST em carrinhas fechadas para fazer exames. Em seguida, foi montado um sistema de entradas controladas no IST através de cartões.

Em novembro, as aulas recomeçaram, com todas estas medidas repressivas e a proibição de reuniões estudantis. Contrariando a proibição de reuniões, a direção da AEIST convocou-as e, quando encontrou o IST aberto, efetuou-as. Assim, em reunião, os estudantes exigiram a reabertura da associação, a recuperação do 2º semestre do ano anterior e novas datas de exame da 2ª época do 1º semestre do ano anterior, bem como decidiram a imediata paralisação das aulas sempre que houvesse tentativas de impedir reuniões estudantis ou outras atividades associativas, ou se se verificassem tentativas de repressão seletiva.

A 26 de novembro, através do decreto-lei nº 629/73, o ministro da Educação, José Veiga Simão, permitiu aos reitores de universidades e diretores de faculdades recusar a matrícula ou a inscrição dos estudantes *considerados como prejudiciais à disciplina dos estabelecimentos*.⁶¹ Ao abrigo deste decreto-lei, por carta, de uma só vez 70 estudantes souberam que lhes era vedada a inscrição no IST e uma centena de outros foi avisada de que o mesmo lhes poderia acontecer;

nesta carta, o diretor marcou ainda a reabertura das aulas para dia 3 de dezembro. Às anteriores reivindicações dos estudantes somou-se a recusa do controle de entradas, do policiamento, a luta contra a *expulsão* de estudantes, e o apelo à paralisação das aulas e à concentração dos estudantes.

Efetivamente, na data marcada, 3 de dezembro, o IST reabriu, mantendo-se excluídos os referidos 70 estudantes, com controlo de entradas e com o IST cercado pela polícia. Estudantes acumularam-se no portão da Alameda por serem impedidos de entrar. Pelas 10 horas, com a generalidade das aulas paralisadas, centenas de estudantes dirigiram-se a esse portão e, afastando os contínuos, permitiram a entrada dos alunos excluídos. As aulas pararam, entretanto, por completo. Quando o diretor apareceu, os estudantes rodearam-no. Uma máquina de filmar instalada no terraço do pavilhão de química foi atirada do alto do pavilhão, sob aplausos dos estudantes. Reunidos nessa tarde, decidiram manter a paralisação.⁶² Nos dias seguintes, os estudantes das universidades de Lisboa manifestaram-se junto ao ministério da Educação Nacional e nas ruas de Lisboa contra a recusa de matrículas permitida pelo decreto-lei, reclamando a readmissão dos estudantes excluídos do IST e gritando também palavras de ordem contra a repressão e a guerra colonial. A 7 de dezembro, a forte presença policial impediu a entrada dos estudantes expulsos no IST, passando os alunos a ser obrigados a deixar diariamente o cartão à entrada, não sendo alguns devolvidos. Num contexto fortemente repressivo, não só havia um semestre e exames em atraso, como os estudantes estavam praticamente sem aulas.

As aulas reabriram no início de janeiro de 1974 com um sistema de controlo de entradas efetuado pela polícia e pelos contínuos, sendo que, além dos 70 estudantes excluídos, outros estavam impedidos de entrar na escola, por não lhes ter sido devolvido o cartão.

Ainda nesse mês, cerca de 30 estudantes foram notificados da sua suspensão até ao final do semestre.

Em todo este processo de constantes fechos e curtas reaberturas da AEIST, mas também do IST, não tinha havido eleições para os corpos gerentes da associação, pelo que Carlos Costa se

mantinha como presidente, embora a sua posição fosse, no mínimo, difícil e a sua legitimidade questionada. Assim se deve entender o seu desabafo: *A minha vida na direção era estudar, trabalhar e aturar a popalhada, como nós dizíamos.*⁶³

Apesar de ainda haver outros pequenos grupos estudantis e sobretudo uma grande mole de estudantes contestatários sem pertença a qualquer destes grupos, os confrontos entre as principais correntes político-associativas afiguravam-se bastante renhido, e assentava em trincheiras com uma linguagem muito marcada, hoje difícil de decodificar.

Tendo dirigido a AEIST no ano letivo de 1971–72, a corrente *pop*, que assinava *Por um ensino popular*, afirmava-se basista, declarando que a luta pela defesa dos interesses imediatos e coletivos dos estudantes deveria ser conduzida a partir da discussão e da crítica em *organismos de base*, como as Comissões de Curso. Deste modo, centrava-se em reivindicações pedagógicas, pelas quais se devia lutar tendo presente *o antagonismo entre interesses de estudantes e professores no interior da universidade*. A reforma Veiga Simão, interpretada como uma expressão da luta de classes e vista como *um elo necessário de uma vasta reforma económica que [servia] os grandes industriais*, foi fortemente criticada por esta corrente.⁶⁴

A lista *reformista*, integrada por comunistas, que ganhou as eleições em 72/73 e se manteve na liderança até 1974, sublinhava a importância da ação concreta, considerando que a direção anterior tinha baseado o seu trabalho em discussões abstratas, alheando-se da defesa das associações de estudantes perante o Estado, e asseverava que, para evitar a desmobilização do movimento estudantil, se impunha uma luta unitária e dirigida com firmeza, em vez de baseada numa coordenação ativada espontaneamente. Uma das principais reivindicações desta corrente era a Reforma Democrática do Ensino, que só poderia ser conseguida

() *com outra organização da sociedade e outra integração do ensino nas estruturas sociais, com uma aplicação dos conhecimentos científicos e técnicos à emancipação social do povo.*

Esta reforma concretizar-se-ia através de: melhoria das condições materiais de estudo; democratização das estruturas de ensino com a participação dos estudantes, organizados sindicalmente na vida da universidade; mudança dos conteúdos, orientando-os para os problemas sociais do país; obrigatoriedade de estágios remunerados, que permitissem o contacto com os problemas sociais; criação e reforço de organizações estudantis democráticas para participação na vida escolar e nacional em geral. Neste sentido, considerava-se que a reforma Veiga Simão constituía apenas uma parte de todo um sistema de ensino que, ele sim, deveria constituir o alvo do combate.⁶⁵

Do 25 de Abril aos finais dos anos 70

Foi neste contexto de grande conflituosidade e de paralisação das atividades letivas no IST que ocorreu o 25 de Abril e se iniciou a conjuntura revolucionária portuguesa.⁶⁶

No dia 26, o presidente e outros dirigentes da AEIST, eleitos em 1972, acompanhados de grande número de estudantes, reabriram a associação.

Em junho de 1974, várias semanas após a reabertura, depois de um longo período de encerramento, algumas secções continuavam com problemas (como a de Folhas, onde havia máquinas avariadas), outros serviços ainda continuavam fechados, tendo sido necessário recorrer a um subsídio do ministério da Educação e Cultura para garantir o pagamento dos salários de funcionários.

Apenas o Turismo Universitário se tinha mantido em funcionamento com delegações na Faculdade de Medicina e no ISCEF.⁶⁷

Apesar de só se terem realizado eleições para a AEIST dois anos mais tarde, a direção de Carlos Costa, que propunha eleições para novembro de 1974, apresentou o seu programa de ação. A sua principal bandeira de luta consistia na Reforma Geral e Democrática do Ensino, na qual, entre outras coisas, era proposto suprimir o carácter classista do ensino, acabando com a divisão dos engenheiros em duas categorias (engenheiros e agentes técnicos), pelo que se defendia a modificação dos critérios de admissão, a ligação da escola à prática (social e

técnico-científica) e a modificação do conteúdo técnico e ideológico das matérias, assim como dos métodos de avaliação. Os primeiros passos desta reforma seriam: a modificação dos métodos pedagógicos, a oposição ao *passar facilmente de forma oportunista, nas cadeiras*; a alteração dos métodos de avaliação; a transformação de programas e currículos; a formação de grupos de trabalho onde pudessem colaborar estudantes e professores; a discussão do ensino da engenharia; o estabelecimento de prazos para o trabalho pedagógico⁶⁸.

Neste campo, foi proposta a criação de uma estrutura consultiva intermédia entre os estudantes e a comissão diretiva, constituída por estudantes e professores. Esta corrente propunha-se ainda reforçar e alargar a organização associativa, que considerava não ser democrática, defendendo Comissões de Curso eleitas e diretamente responsáveis perante os estudantes.

Recuperando uma antiga reivindicação do movimento estudantil, de criação de uma organização *sindical* de âmbito nacional, a direção da AEIST participou na Comissão pró-União Nacional de Estudantes Portugueses.

A AEIST empenhou-se também nas Campanhas de Alfabetização e Educação Sanitária que decorreram em agosto e setembro de 1974, o que foi contestado internamente.

Na realidade, outras correntes, distintas da que liderava a associação, marcavam o ambiente no IST - quer nesse momento, quer mais tarde, aquando da criação do Serviço Cívico Estudantil. Este foi um novo aspeto de política educativa, que consistiu na não abertura do 1º ano das universidades, na impossibilidade de acolher o dobro dos candidatos. A medida desencadeou fortes reações dos estudantes que viram o seu percurso escolar atrasar-se um ano. Também no IST se manifestaram pró, mas sobretudo contra: os estudantes que se opuseram ao Serviço Cívico Estudantil não só ganharam em reuniões de vários tipos, como abriram inscrições para um 1º ano, que não deveria abrir por decisão governamental, obrigando a que o ministério declarasse que estas matrículas e estas aulas não tinham *qualquer valor jurídico*⁶⁹.

No ano letivo de 1974/75, os confrontos foram fortes e a direção da associação, integrada por membros da União dos Estudantes

Comunistas (UEC), foi contestada por vários grupos de esquerda e afastada. Neste cenário convulso, bateram-se algumas correntes entre os estudantes.

Um episódio marcante foi uma batalha campal, a 6 de março de 1975, cuja causa próxima foi ainda o Serviço Cívico Estudantil. Tendo este sido rejeitado numa reunião geral de alunos, na qual se decidiu abrir as matrículas para o 1º ano, os estudantes ligados à UEC, apoiantes do Serviço Cívico Estudantil, afixaram um cartaz em que criticavam esta abertura das aulas, à revelia do MEC. Os seus opositores (*pops* e outros) consideraram que esta corrente não estava a respeitar decisões democráticas e envolveram-se num confronto em que um dos estudantes *pop* ficou com um pé partido. No dia seguinte foi convocada uma reunião para discutir e deliberar sobre a expulsão (ou não) da UEC do movimento associativo. Estando a reunião, muito concorrida, a decorrer no pavilhão central, os estudantes da UEC não puderam entrar, concentrando-se em frente ao pavilhão central. Segundo os testemunhos, quer no interior quer no exterior do pavilhão, estavam pessoas que não eram estudantes do IST. Depois de jatos de água lançados do pavilhão central e pedradas nos dois sentidos, seguiu-se um confronto forte, que se prolongou para lá do *campus*, com cadeiras partidas e luta corpo-a-corpo.

Sobre estes conflitos com a UEC, afirmou um seu adversário de então:

Nós barricámo-nos no pavilhão central, onde estava a haver a reunião e eles apedrejaram e partiram os vidros todos. A certa altura, abrimos as portas e saímos. Envolvemo-nos numa cena de pancadaria enorme em que os perseguimos até ao Areeiro. E ganhámos. Como é evidente, a maior parte dos estudantes apoiava-nos. (...) [Muitos] estudantes na RGA, que não eram todos da nossa área política, mas que nos apoiavam contra o PC. Foram todos atrás de nós a partir a cabeça aos PC's por ali fora. (...) Eu era membro da comissão diretiva e simplesmente dei ordens aos contínuos para fecharem as portas e depois para as abrirem. Não sei exatamente quem, mas foram fulanos da nossa área política que comandaram

aquilo. (...) Tinham a alcunha de pops. Concorriam nas eleições associativas com o slogan Por um Ensino Popular. (...) Estávamos reunidos em RGA, [ocupávamos] o pavilhão central todo, para tratar dos incidentes do dia anterior em que os UEC's tinham partido o pé a um colega e tinham batido numa série de pessoas, tudo isto por uma cena qualquer provocada [por gente] do Técnico que os acusavam não sei exatamente de quê. Mas, eles [UEC] reagiram mal porque estavam convencidos que eram os donos daquilo tudo e desataram à pancadaria. Era uma reunião para os expulsar. Eles sabiam disso⁷⁰.

Embora varie a visão sobre o grau de apoio aos grupos envolvidos e sobre os recursos de que dispunham, vários dos testemunhos orais, mesmo de antigos adversários, referem a expulsão da UEC do movimento associativo, que contudo continuou a concorrer a eleições para cargos de gestão. Segundo o jornal *Expresso*, nessa reunião em março de 1975, não só foram expulsos do movimento associativo 12 estudantes da UEC envolvidos em incidentes, como um estudante do CDS o foi também, mas do IST.⁷¹

Sobre a vida associativa e estudantil nestes anos agitados, cite-se um longo testemunho de Alfredo Gomes, adversário da UEC, e por duas vezes eleito presidente:

Houve um período em que [havia] uma espécie de comissão diretiva provisória [na AEIST] dos meus camaradas. Durante esse período, era uma bandalheira. Era uma anarquia completa. Nada funcionava como deve ser. (...) Assistimos a algumas pressões da parte do governo para ceder a cantina e a piscina a serviços sociais e nós recusámos. (...) Para nós, aquilo era uma alienação das nossas posses. Mais tarde veio a acontecer isso, creio que na direção do Pimenta. (...) Continuou tudo nas nossas mãos e continuou a haver Comissões de Curso, como havia antes. Tudo isso continuou a funcionar, só que, enquanto anteriormente havia um motivo político por detrás das nossas reivindicações, a partir daquela altura deixou de existir. Essa parte pedagógica, pela ordem

*natural das coisas, foi abaixo porque não havia motivo para reivindicar*⁷².

Só em junho de 1976 houve eleições para a AEIST, que foram ganhas por uma lista apoiada pela União Democrática Popular (UDP) e movimento de Esquerda Socialista (MES). Esta lista vencedora teve 815 votos, seguindo-se a lista apoiada pela Juventude Socialista, com 793 votos, em eleições com 2858 votantes, que evidenciam uma grande participação estudantil, pois votaram 57% dos alunos inscritos no IST, desconhecendo-se o total de sócios da AEIST.⁷³ Nestas eleições, concorreram seis listas, quatro das quais apoiadas por organizações que se reclamavam do marxismo-leninismo, designação geral utilizada pelos maoistas. A lista apoiada pela UEC ficou em quinto lugar: na realidade, esta organização tinha perdido muito do seu anterior apoio, num contexto em que os dirigentes estudantis mais prestigiados, de todas as forças, estavam já na vida profissional ou envolvidos na luta política ou social fora do *campus*.

Enquanto, no movimento estudantil, se verificaram estas lutas entre grupos que já tinham tido tensões antes do 25 de Abril, no IST em geral, viveram-se tempos de grandes mudanças.

A gestão das universidades mudou. Formaram-se comissões diretivas com representantes de alunos, professores e funcionários. Ainda em 1974, foi publicada legislação sobre a institucionalização democrática dos órgãos de gestão dos estabelecimentos de ensino superior, criando assembleias de escola ou assembleias de representantes, conselhos diretivos, conselhos pedagógicos e conselhos científicos, com representação dos três corpos, exceção feita ao último.⁷⁴ Procurando ordenar a mudança, o contexto nem sempre permitiu ou propiciou a aplicação da lei. No IST, ao longo da conjuntura revolucionária, houve duas comissões diretivas (uma em 1974 e outra em 1975/76), de sensibilidades bem diversas, sendo que as relações com o ministério da Educação foram difíceis no mandato da segunda comissão diretiva.

Os cursos foram reestruturados. O sistema de avaliação mudou, sendo adotado um novo modelo de classificações com os apto e o não apto, sendo o apto escalonado em A, B, C, D e incentivando-se trabalhos de grupo em substituição

dos testes. O sistema de classificação configurava outra área de grandes tensões da época. Se a corrente político-associativa *reformista*, defensora da Reforma Geral e Democrática do Ensino, apoiava um sistema de avaliação de alunos com classificações, já as correntes integradas pelos antigos *pops* e outros grupos, inicialmente, apenas defendiam o apto / não apto, opondo-se ao apto escalonado. O papel dos professores na atribuição de classificações também foi contestado pelas correntes mais radicais. Deste ambiente dá testemunho, um comunicado aprovado pelos estudantes de química do IST, de oposição ao ministério da Educação que viam como reformista e insuficientemente revolucionário:

*As decisões tomadas a priori pelo ministério da Educação e Cultura contra a instituição de um regime de apto/não apto (...) não favorece a instituição na faculdade daquilo que os estudantes pretendem do ensino, não tendo em consideração os interesses das classes exploradas, mas a defesa dos interesses da maioria dos professores, fiéis mandatários das classes detentoras do poder, com o fim do ensino servir os seus interesses. (...) A condição fulcral de todas as medidas a última palavra aos professores, para além de ser facilmente posta em causa pelos mais simples princípios democráticos, é mais um marco de quais são interesses defendidos pelo ministério da Educação e Cultura, sob uma capa de unidade estudantil com o povo trabalhador.*⁷⁵

Fizeram-se saneamentos de alguns professores e funcionários, que deixaram de ter serviço distribuído, embora tenham acabado por ter o vencimento assegurado. Em especial, o antigo diretor Sales Luís foi expulso e ofendido por alguns grupos estudantis, e protegido por professores.

Com a normalização democrática do país, surgiram novos diplomas legais para as escolas de ensino superior, entre os quais o decreto-lei de gestão, de 1976, dito de Sottomayor Cardia. Foi incrementado um modelo geral de gestão das escolas, com participação de estudantes e funcionários nas diversas assembleias e

conselhos entretanto instituídos.⁷⁶ Tal como em muitas outras faculdades, apesar de contestado, este decreto foi posto em prática e passou a nortear a vida escolar no IST.

No final dos anos 70, a direção da AEIST mudou radicalmente. Se, em 1977, a lista apoiada pela UDP ganhou por muito pouco (em atos eleitorais que, aliás, foram objeto de polémica), nas eleições de 1978 ganhou a lista apoiada pela Juventude Social Democrata.

Recordando esses tempos, o novo presidente da altura, Carlos Pimenta, acentuou a desorganização em que se encontrava a AEIST, afirmando que secções como a Sonora, a Cultural ou o Boletim, eram instrumentos da extrema-esquerda. Concretizou:

Alguns loucos queriam transformar o Técnico numa Lisnave dos estudantes. Estou a reproduzir essa expressão porque a ouvi numa assembleia geral, dita por alguém de um dos partidos revolucionários, um dos marxistas-leninistas.

Ainda segundo Carlos Pimenta, nestas batalhas eleitorais para a AEIST, apesar dos vários grupos existentes em 1977 e 1978, *verdadeiramente organizados e a disputar o poder dentro do Técnico eram dois: UDP e JSD*. Segundo afirmou, o *cansaço ideológico* e o *caos dos serviços* constituem os dois vetores que explicam a vitória de um grupo de pessoas com uma *visão mais pragmática, aberta e tolerante*, que liderou. Com a sua liderança, as secções despolitizaram-se, reivindicando assim Carlos Pimenta para a sua direção, em 1978/79, o restabelecimento da ordem e a verdadeira democratização da escola e da associação.⁷⁷

Fazendo um balanço geral, este fundador da Juventude Social Democrata caracteriza o contexto anterior ao 25 de Abril como

(...) muito complicado, porque havia três ou quatro catedráticos que, em conjunto com o diretor, exerciam, de facto, uma ditadura sobre a escola. A escola não tinha oxigénio, não respirava e era opressiva. Tinha os portões fechados e a polícia nos portões (...) Depois, vieram dois anos de caos total e absoluto, e depois foi a reorganização. Eu vivi três realidades e todas elas atípicas do que é

*o funcionamento normal de uma universidade em qualquer país do mundo. O que, em si, foi uma rica experiência para a vida, mas não é uma experiência académica normal. Os últimos dois anos foram já com a escola a funcionar e com os currículos em transição, já dados de uma forma normal e séria.*⁷⁸

Na prática, terá começado a fase da despolitização no movimento estudantil no IST e uma mudança estrutural na socialização política dos futuros engenheiros, sendo os anos 80 indiscutivelmente uma outra década.

Contextos do ativismo juvenil: AEIST, ativismo estudantil e ativismo juvenil

As mudanças no ativismo estudantil no IST, com as suas diferentes fases e lideranças, inscreveram-se em contextos em que atuaram outras organizações juvenis.

Nestas décadas, o ativismo estudantil ocorreu num quadro em que, apesar da sua diferente força conjuntural, sempre se fez sentir a presença da Juventude Universitária Católica (JUC) nas faculdades, entre as quais no IST.⁷⁹ Estrutura dependente da Igreja Católica, não acatava contudo integralmente as orientações superiores, tendo passado por momentos de maior ou menor proximidade ao movimento associativo, tendendo a aproximar-se deste e a descolar-se das posições defendidas pelo regime do Estado Novo, tal como estava a acontecer com outras franjas do catolicismo português. Organização juvenil aceite pelos restantes grupos, tornou-se menos visível com o passar dos anos. Na memória dos entrevistados, a JUC diferenciava-se das organizações que apoiavam o Estado Novo.

Se, no pós-guerra, a Mocidade Portuguesa, organização estatal dedicada à juventude, teve alguma influência devido ao seu papel na ação social, quando as associações de estudantes passaram a ocupar-se também destes serviços, tal organização viveu um grande descrédito entre os estudantes universitários.

Deixando de lado aquela instituição oficial do regime ditatorial, atente-se nas organizações de direita em geral patrocinadas pelo regime.⁸⁰ Embora, a partir dos anos 50, a direita já não dirigisse associações estudantis importantes,

ainda era sentida no quotidiano estudantil e nas lides associativas. As organizações juvenis de direita, não tiveram uma expressão significativa no IST e, embora os estudantes favoráveis ao regime defendessem os seus pontos de vista em reuniões de vários tipos e inclusivamente na revista AEIST, isolavam-se na prática. À medida que o movimento estudantil se foi politizando e radicalizando, as organizações juvenis pró-Estado Novo perderam ainda mais expressão e, mesmo a título individual, era raro ouvirem--se posições de defesa aberta do regime.

Os entrevistados lembraram o movimento Jovem Portugal, organização com pouca expressão, recordada pelos seus cartazes e panfletos assim como pelo envolvimento em conflitos físicos, boicotes de ações estudantis e defesa de comportamentos fura-greves como na crise de 1962.

Foram igualmente referidas, para os longos anos 60, a Frente de Estudantes Nacionalistas e a Frente Universitária, organizações em geral pouco visíveis. Outra organização mencionada foi a Ação Académica, próxima da ala mais moderada do regime, que, apesar de ter um periódico considerado esteticamente moderno e apelativo, o *Lisboa. Espaço*, não conseguiu contrariar o isolamento da direita.

Não se tratando de uma organização juvenil, alguns dos melhores alunos do IST eram convidados para entrar na *Opus Dei*, num recrutamento que se fazia no Colégio Pio XII.

Passe-se às organizações de oposição ao Estado Novo e às da transição para a democracia.

O PCP teve apreciável peso no ativismo estudantil antes do 25 de Abril.⁸¹ Perdendo influência na AEIST com as prisões de 1964/65, as direções da segunda metade dos anos 60 já não tiveram grande marca comunista. Tendo aliás perdido direções em muitas outras associações, perante a afirmação das Novas Esquerdas e o seu ataque às posições dos estudantes do PCP, a quem chamavam no mínimo reformistas, o Partido Comunista criou uma organização para o mundo estudantil, em 1972: a União de Estudantes Comunistas (UEC). A partir daí, os comunistas recuperaram peso no ativismo estudantil. Foi neste quadro que, na AEIST, em 1972, Carlos Costa ganhou as eleições. De acordo com relatos dos dirigentes estudantis da

época, ainda que adversários da UEC, os estudantes estavam cansados das posições radicais e afastadas das suas preocupações concretas.

O caso da expulsão de um estudante comunista de medicina do movimento estudantil (liderada por estudantes *pops*, na sequência de confrontos), caso este que teve forte impacto no ativismo estudantil, assim como a greve a exames de 1972, contribuíram para que a maioria dos eleitores da AEIST votasse nos comunistas, porque se afiguravam mais moderados e tolerantes. Não tendo havido, em 1973, eleições para a AEIST, após o 25 de Abril, a antiga direção retomou funções, o que não foi bem aceite por outros grupos de esquerda, que não lhe reconheciam legitimidade. Em 1975, verificaram-se reuniões conflituosas e violentas, até com feridos.

A modificação do peso dos comunistas em geral na vida política e social portuguesa (que cresceu a seguir ao 25 de Abril, mas diminuiu a partir do outono de 1975), os confrontos físicos em que a UEC se envolveu e a defesa de medidas governamentais impopulares como o Serviço Cívico Estudantil, terão contribuído para que as listas apoiadas pela UEC não voltassem a ganhar eleições para a AEIST.

Entre as organizações das Novas Esquerdas presentes no movimento estudantil no IST, destacaram-se as maoistas Na AEIST, antes do 25 de Abril, houve fortes influências maoistas e alguns grupos germinaram mesmo ali, existindo praticamente só para o mundo estudantil. Salientaram-se dois grupos: o Comitês Comunistas Revolucionários Marxistas-Leninistas ou CCR (m-l) e o Partido Comunista de Portugal (marxista-leninista) ou PCP (m-l). Após o 25 de Abril, já no âmbito da União Democrática Popular (UDP), os maoistas lideraram parte importante do ativismo estudantil no IST e ganharam eleições para a direção da associação (com Alfredo Gomes, duas vezes eleito), bem como outros lugares nos órgãos de gestão. O seu domínio no IST durou até 1978, data em que lhe sucedeu a liderança social-democrata, com a qual travaram significativas batalhas eleitorais⁸².

Para além dos maoistas, também os estudantes do movimento de Esquerda Socialista (MES), e ainda os trotsquistas e os do movimen-

to Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP) se fizeram ouvir, aqui e ali, no IST.⁸³

Com ligações próximas a Mário Soares, a Pedro Coelho coube criar o braço estudantil dos socialistas, procurando a disseminação desta área política pela universidade, cuja influência foi incipiente até 1974, tendo uma força difusa em décadas seguintes.⁸⁴

Surgida após 1974, a Juventude Social Democrata exprimiu-se sobretudo a partir de 1976, distinguindo-se Carlos Pimenta, um dos seus fundadores, na AEIST. Inicialmente uma organização frágil, ganhou as eleições em 1978 e manteve a sua influência até 1992.

O contexto nacional e internacional de referência

A ação estudantil nunca se pode situar apenas no espaço escolar e circum-escolar. Mesmo em quadro ditatorial, a situação política nacional e internacional não podiam estar arredadas e os estudantes referiam-se-lhe não só nas suas conversas como nas suas práticas.⁸⁵

Vejam-se os principais acontecimentos nacionais de referência, vividos pelos entrevistados enquanto estudantes do IST.

Nas memórias recolhidas, salientam-se o MUD e o MUD Juvenil, a campanha de Humberto Delgado (1958), o assalto ao paquete Santa Maria e o golpe de Beja (1961), o assassinio de Humberto Delgado (1965), o acidente e a morte de Salazar (1968 e 1970), a morte e o funeral de Ribeiro Santos em 1972⁸⁶, as eleições de 1969 e 1973⁸⁷, a reforma Veiga Simão, contestada pelo movimento estudantil, o III Congresso da Oposição Democrática (1973), a sempre presente guerra colonial, o 25 de Abril de 1974 e as várias jornadas da transição para a democracia.

Nalguns destes momentos, os estudantes participaram ativamente, como em várias ações do *terramoto delgadista*, em vários primeiros de maio, no funeral de Ribeiro Santos, nas eleições de 1969 e 1973 e no congresso da Oposição Democrática. Todos os entrevistados se recordam do primeiro plenário de estudantes a seguir ao 25 de Abril, no IST. Já em quadro democrático, os estudantes intervieram em momentos da luta política, como as manifestações anti-coloniais (salientando-se o boicote à substituição das

forças militares nas colónias) ou outras de cariz social e político, para além da sua participação em jornadas como o 28 de Setembro, o 11 de Março e o 25 de Novembro.

Entre os acontecimentos internacionais de referência recordados pelos estudantes como tendo sido vividos nos seus tempos universitários, estão os debates sobre as vagas de descolonização, a guerra da Argélia e a do Vietname, que contribuíam para despertar, num caso, e para discutir, no outro, a realidade colonial portuguesa. Se um acontecimento como a ocupação dos territórios portugueses na Índia pela União Indiana, em 1961, desencadeou reações contraditórias entre os estudantes, já, com o passar dos anos, a contestação ao colonialismo aumentou.

A América Latina, com a revolução cubana, as guerrilhas e sobretudo com a ação e morte de Che Guevara, constitui um continente de interesse e entusiasmo para os estudantes. Episódios como a crise dos mísseis e a morte de J. F. Kennedy ou alguns dos conflitos israelo-palestinos preocuparam os estudantes. O clima de Guerra Fria, com episódios como a Baía dos Porcos ou com o latente temor de uma terceira guerra mundial, o receio de um conflito nuclear e os movimentos pela paz, ocuparam os estudantes. Engenheiros que pretendiam ser, terçaram armas por vezes através da *corrida ao espaço*. Porém, mais relevante, o conflito sino-soviético e a Revolução Cultural dividiram-nos no palco e nos bastidores (tal como a invasão da Hungria e a Primavera de Praga), não obstante, para alguns, ter continuado a ser grande e norteador o impacto da existência do campo socialista na Europa.

No plano estudantil, o Maio de 68 e a liberdade de costumes agitou o ambiente, marcou um clima diferente e constituiu-se como um referente de memória essencial.

Já nos anos 70, o governo de Unidade Popular no Chile foi derrubado pelo golpe de estado de Pinochet, a 11 de setembro de 1973.

A queda das ditaduras espanhola e grega passaram mais despercebidas num Portugal que vivia, então, já em democracia. Contudo, antes do 25 de Abril, os estudantes portugueses tinham Espanha bem presente: a denúncia do regime franquista fez-se através da disseminação da cultura espanhola, da sua poesia

e dos seus vultos, tantos deles perseguidos pelo franquismo, e do noticiar dos movimentos estudantis e sindicais no outro país ibérico.

Sublinhe-se ainda que, frequentemente, ao abordar temas internacionais, era também de Portugal que os estudantes estavam a falar: foi o que aconteceu quando evocaram o resistente francês Jean Moulin, aprisionado, torturado e morto às mãos dos nazis, em contextos em que havia dirigentes estudantis presos e torturados, ou ainda quando dedicaram longas páginas da imprensa periódica à cultura africana ou organizaram reuniões e manifestações contra a guerra do Vietname, querendo significar a necessidade de lutar contra o colonialismo português.

Um ativismo estudantil em mudança

Fases do ativismo estudantil

Recapitem-se, agora, as fases do ativismo estudantil.

Uma primeira fase situa-se da Segunda Guerra Mundial à luta contra o decreto-lei 40900. Sendo o ativismo estudantil relativamente ténue, as associações existentes trataram sobretudo de apoiar os estudantes. Apesar de algumas ações de distanciamento ou mesmo de crítica ao regime, realizadas em condições duras, a denúncia do regime não foi massiva. Nas iniciativas estudantis, a AEIST marcou presença.

A luta contra o decreto-lei 40900 deu uma nova visibilidade ao movimento associativo e inaugurou uma segunda fase. Contestando a intromissão do regime nas associações, os estudantes reclamaram a preservação da autonomia associativa. Inscrevendo-se na luta travada anteriormente contra a ingerência da Mocidade Portuguesa no desporto universitário, os estudantes beneficiaram do apoio de individualidades do regime, sendo o decreto suspenso, facto nunca antes sucedido. Ao mobilizarem-se em torno do direito à realização do Dia do Estudante, os estudantes argumentaram novamente com a autonomia associativa. A luta contra o decreto-lei 40900, em que o lugar da AEIST foi importante, e, de forma mais evidente, a crise de 1962 consciencializaram os estudantes do seu poder reivindicativo e mesmo de enfrentamento do regime, desempenhando os órgãos de coordenação estudantil (como as RIA) um importante

papel. As associações de estudantes reforçaram, então, o seu caminho comum. A unidade procurada ficou representada num símbolo feito propositadamente para o Dia do Estudante: a corda, com o seu entrelaçado, que voltou a aparecer em organizações políticas posteriores⁸⁸. Nesta fase do despertar do movimento estudantil, em que participavam os oposicionistas ao regime, mas também estudantes próximos deste, o ativismo estudantil politizou-se.

Da crise de 1962 a 1967, terceira fase, o movimento estudantil sofreu revezes, especialmente com as prisões de 1964/65 que atingiram duramente os estudantes do IST e a sua associação, procurando fazer ressurgir o movimento associativo com iniciativas como os Seminários de Estudos Associativos e a *viragem aos cursos*.

As condições de vida dos estudantes (quanto à habitação, alimentação, transportes, bolsas de estudo), a participação estudantil na vida universitária, estando subjacente a ideia de espaços de liberdade e de democracia, a reforma do ensino e a questão da relação entre engenheiros e engenheiros-técnicos ocupavam os estudantes.

Neste tempo em que surgiram ruturas à esquerda do PCP, já a composição da direção da AEIST, em 1966/67, exprimia mudança, pelo seu carácter de coligação, reunindo pessoas com características políticas distintas (socialistas, católicos, maoistas e comunistas). O Partido Comunista Português, até então com substancial influência no movimento estudantil, perdeu peso e as organizações juvenis e os estudantes assumidamente de direita tornaram-se recessivos. Com a crise de 1962, a guerra nas colónias e o serviço militar obrigatório, ao qual os estudantes não podiam escapar, a não ser que se tornassem refratários ou desertores, a politização do movimento estudantil acentuou-se e mais estudantes contestaram, para além de vários aspetos pedagógicos, a natureza do regime.

Os anos de 1967/8/9 marcam a transição para uma quarta fase, que se prolonga até ao 25 de Abril. Neste período extremamente vivo do ativismo estudantil, a AEIST, uma organização muito importante pelas suas instalações, atividades e poder económico, reforçou o seu peso. Logo nas cheias de 1967, ação que trouxe uma outra dimensão ao movimento estudantil por permitir aos estudantes aperceberem-se da

situação do país e dos seus problemas, foi visível o lugar desta associação. Os finais dos anos 60, afirmaram-se como bandeiras de luta, para além das mudanças no ensino, a liberdade, a democracia e o fim da guerra colonial, utilizando-se neste último caso frequentemente a luta contra a guerra no Vietname como metáfora. Quando as listas *pops* venceram as eleições para a direção os estudantes reforçaram as reivindicações pedagógicas. O sentimento geral referido por dois entrevistados de correntes político-associativas diversas surge na mesma expressão: a universidade estava *esclerosada* e precisava de uma mudança radical.⁸⁹ Lugar de grandes movimentações, greves e repressão no final dos anos 60 e nos anos 70, a AEIST constituiu também a casa-mãe de correntes marxistas-leninistas, designação então usada por grupos maoistas, como o CCR m-1 e o PCP (m-1).⁹⁰ O confronto ideológico intensificou-se dentro e fora da AEIST, pronunciando-se também estas novas correntes políticas sobre as agendas reivindicativas. Radicalizando-se a luta, o recurso a greves prolongadas às aulas e mesmo aos exames tornou-se frequente, distanciando-se contudo alguns alunos destes processos. Havendo tensões e negociações frequentes, a instabilidade e a repressão marcaram presença.

Os estudantes assumiam querer conhecer a realidade nacional (colocando esse objetivo no discurso escrito) e igualmente a realidade internacional. Discutia-se mais abertamente a guerra colonial, a condição feminina e mesmo a questão sexual. Denunciando os privilegiados, o ativismo estudantil afirmava ter uma nova forma de olhar as associações, os estudantes e a vida, afirmando querer abrir-se a um mundo em transformação, cheio de mudanças sociais e comportamentais.

Com o 25 de Abril, o ativismo estudantil entrou numa quinta fase. Os estudantes não só conseguiram representação nos órgãos de gestão como constituíram um poder efetivo. Tal como noutras faculdades, no IST, foram tomadas várias medidas radicais, como a criação de um sistema de gestão com participação dos estudantes e dos funcionários, o saneamento de alguns professores, alunos e funcionários do instituto, a reestruturação de cursos, e a aplicação de um novo sistema de avaliação. Nas ações

e reuniões estudantis, tomaram-se posições em função da luta política no país e verificaram-se grandes conflitos entre a UEC e outros grupos estudantis, devido a medidas de política educativa geral, ou tão-somente devido às tensões existentes na sociedade portuguesa. Nas disputas renhidas para a AEIST, a UEC e outros grupos, como os antigos *pops*, opuseram-se, assim como o fizeram em reuniões e eleições, mais tarde, diferentes correntes político-associativas, dos maoistas à Juventude Social Democrata⁹¹. Este período caracterizou-se pela grande politização, partidarização e conflitualidade no ativismo estudantil. Nos anos seguintes, com o final da revolução e com o fim da hegemonia da esquerda na associação, as novas direções apontaram a necessidade de repor a *ordem*, num quadro em que o ativismo estudantil se despolitizou.

Traçado este quadro do ativismo estudantil no IST, façam-se algumas observações.

O regime do Estado Novo e a repressão

Antes de mais, note-se que, apesar do ativismo estudantil contra o regime, os estudantes constituem um grupo que, enquanto tal, o Estado Novo reprimia, mas não da forma mais dura. Como afirmou João Cravinho:

O regime, apesar de tudo, tinha consciência de que o conhecimento da repressão entre estudantes tinha uma enorme capacidade de difusão no país. Portanto, (...) sabia que tinha de dosear e ser, como sempre foi, seletivo. O sistema de repressão do regime é um modelo de discriminação segundo a capacidade de difusão da perturbação na população. Coloquialmente, se o tipo era um camponês alentejano... meu caro amigo... Se é advogado, já não é bem a mesma coisa. E havia casos em que se avisava os pais: que os filhos estavam a portar-se mal ou se deixavam arrastar por más companhias, a que se seguiriam desagradáveis consequências, a não haver mudança. Era a ideia de que o pai de família tinha que ficar responsável pelo comportamento do filho. Isto passava-se com os filhos de famílias conhecidas, claro. Havia uma nítida diferenciação [da repres-

são] segundo o posicionamento social. Nisso, o regime era exímio.⁹²

Houve momentos de repressão mais violenta, mas essa repressão exerceu-se sobre ativistas e não tanto sobre o grupo. Em larga medida, vindos das elites e destinados a constituir as futuras elites, tolerava-se-lhes alguns desvios de juventude que eram supostos serem abandonados mais tarde. Neste sentido, os estudantes do IST foram mais poupados pela repressão do que os do Instituto Industrial, onde se formavam os agentes técnicos de engenharia.

Ser bom aluno

Da Segunda Guerra Mundial até aos anos 70, ser bom estudante afigurava-se importante para ser líder estudantil:

Ser reconhecido como um estudante aplicado era uma vantagem efetiva para se ser eleito para a direção da associação ou para delegado de curso. O que importava era alguém que representasse bem os estudantes, que defendesse os seus interesses junto dos professores. Tinha de ter prestígio e autoridade. O Amaro da Costa era um excelente aluno, os Sampaio, os Medeiros Ferreiras, os Vitor Wengorovius... eram todos bons alunos. E isso dava uma grande autoridade junto dos professores e junto da família.⁹³

Embora com o avançar dos anos e a afirmação da nova cultura juvenil, a condição de ser bom aluno para se ser dirigente estudantil ter perdido importância, estas duas condições continuaram a coincidir.

Meter-se em política.

Obviamente que o associativismo juvenil constitui um espaço de formação de elites, que se revelam mais tarde, neste ou naquele campo, pelo que, nos variados contextos, se observa que os líderes estudantis se tornam figuras públicas posteriormente. Porém, para além disso, o Estado Novo disseminou na sociedade portuguesa uma visão temerosa e pejorativa da política, levando a que esta olhasse aqueles que ocupavam o poder como técnicos e protetores, por um lado, e,

por outro, aqueles que combatiam o poder como sendo *políticos* e não *verdadeiros portugueses*. A coincidência entre líderes estudantis e bons alunos deve ser perspetivada à luz, não só da necessidade de ter pessoas menos vulneráveis, na intervenção política e social, como à luz da desconfiança pelos políticos que o Estado Novo entranhou na sociedade portuguesa, que implicou a necessidade de legitimar por outros meios e credibilizar aqueles que se dedicavam às atividades associativas e políticas.

Neste sentido, em vários momentos, os estudantes sentiam uma pressão social, nomeadamente dos familiares, para não arriscarem a sua vida profissional e pessoal, *metendo-se* em política. Como testemunhou um antigo estudante:

As próprias famílias iam chamando à atenção. [O meu pai] nunca foi político mas, de qualquer forma, dizia: não te metas nisso, não se metam em política! E todas as pessoas na universidade pertenciam ao meio pequeno/médio burguês. Por parte dos pais, havia uma certa influência no sentido de dizer não se metam nisso, estás a estragar a tua vida.⁹⁴

A neutralidade política e religiosa constituiu tema que atravessou os debates sobre associativismo, sobretudo nos primeiros anos em estudo: de sincera convicção à conveniência tática em afirmá-lo, o modo como a questão se colocou variou ao longo do tempo e nas várias correntes do ativismo juvenil.⁹⁵

Na viragem para os anos 70, este debate perdeu a atualidade e não mais foi travado. Na transição para a democracia, as preocupações foram outras, e o movimento estudantil que lhe sucedeu já não se caracterizava por uma socialização política à esquerda.

Organizações políticas e ativismo estudantil

As várias organizações políticas pretendiam agir no campo estudantil propondo, construindo, modificando e influenciando as agendas reivindicativas estudantis.

A estas forças, convinha efetuar um trabalho de mobilização protagonizado por aqueles que eram menos conhecidos pela oposição ao regime. Os associativos preocupavam-se em manter ao seu lado os não associativos, ou seja, a maioria

dos estudantes. Além de alimentarem o movimento, era em nome dos estudantes em geral que os associativos desencadeavam as ações e era através deles que as procuravam legitimar. Ao formular bandeiras de luta, os dirigentes tinham de atender às preocupações da generalidade dos estudantes, de modo a não ficarem isolados, até para proteção própria.

João Cravinho sustenta que o facto dos católicos estarem associados às reivindicações de 1956/7 não permitiu o argumento do regime de que as reivindicações eram políticas e *sopradas* por *meia dúzia* de estudantes comunistas. Anos mais tarde, a progressiva politização do movimento associativo e estudantil e a sua radicalização (por exemplo, greves a exames) desmobilizou e enfraqueceu o protesto estudantil, nalguns casos. Deste problema resultou a preocupação em aproximar os estudantes da luta das associações, precisamente um dos temas em discussão nos seminários de estudos associativos, surgidos depois da luta de 1962, nos quais se procurou saber como deviam as associações de estudantes conduzir a luta e quais deviam ser as agendas reivindicativas. Mais uma vez, após as prisões de 1965, no quadro desta preocupação com os problemas básicos dos estudantes, a AEIST reforçou o debate sobre as questões pedagógicas, aproximando a luta dos cursos, num processo a que chamaram a *viragem aos cursos*. Também com a afirmação das correntes *pops*, mau grado a presença permanente da crítica à reforma Veiga Simão, a politização efetiva, ao nível do discurso, subsumia-se nas reivindicações pedagógicas e no acentuar da chamada componente sindical da luta estudantil.

Porém, a politização ou mesmo a partidari-zação eram mais complexas do que parece. Mesmo sobre uma época mais aberta, a segunda metade dos anos 60 e a primeira dos anos 70, afirmou Fernando Valdez:

As coisas não tinham o controlo férreo que algumas pessoas pensam que havia. Era mais uma questão de linha ideológica, programática. Há uma história engraçada que é contada por Murteira Nabo. A certa altura, penso que tinha havido uns problemas em Económicas, eles resolveram fazer uma direção de bons alunos. Então, foram buscar

o Octávio Teixeira e outros. Parte dos tais bons alunos era gente com ligações ao PCP, que ele nem imaginava, e descobriu porque a PIDE foi a casa de um e este pediu-lhe para avisar outro. Ele, como o outro não estava, foi ao quarto dele ver se havia coisas para deitar fora e encontrou uma série de propaganda clandestina do PCP que deitou fora. Estas coisas eram um bocado difusas. As pessoas não podiam andar com emblemas na lapela porque era prisão certa. Embora entre nós tivéssemos consciência de quais eram mais ou menos as orientações. A maior parte das pessoas não tinha ligação orgânica a nenhuma organização, quer fosse maoista, quer fosse do Partido Comunista. Tinham afinidades ideológicas⁹⁶.

Relação com a sociedade e o mundo

Outra vertente importante da ação estudantil era a procura de relação com a situação nacional e internacional. A mobilização dos estudantes e a denúncia do Estado Novo e das suas ações repressivas implicava a difusão da informação aos outros estudantes, aos amigos, aos pais, à sociedade. Assim, ao procurarem conhecer a realidade portuguesa estudando ou contactando diretamente as populações, os estudantes difundiram também muitas das suas posições. Quer em ações localizadas, como os campos de férias, ou em viagens pelo país ou, mais simplesmente, aquando da sua ida para férias, os estudantes levavam consigo material para difundir. Estes jovens procuraram chegar à comunidade internacional através de organizações estudantis nacionais doutros países e também de organismos internacionais de estudantes, de modo a denunciar o regime (e para este efeito, o Turismo Estudantil foi mais uma via que permitiu abranger mais estudantes). Se este movimento de saída dos muros das escolas se afirmou no final dos anos 60, quer em termos nacionais quer internacionais, a inovação consistiu na procura, por parte de muitos estudantes, do contacto mais alargado, direto, ou através de associações de estudantes, sem a mediação de organizações pré-existentes e reconhecidas, políticas, como o PCP. A ida ao povo afirmou-se como bandeira, sendo que a sua concretização não era imune

às organizações políticas. Nesta procura de relação com as populações menos favorecidas, no pós-25 de Abril, pode-se enquadrar a contestada participação nas Campanhas de Alfabetização e Educação Sanitárias no verão de 1974, e no Serviço Cívico Estudantil, sendo que houve muitas outras ações de educação popular em que estudantes participaram a título individual.

AEIST, movimento associativo e movimento estudantil

Participar na AEIST

Os entrevistados começaram a colaborar na AE por motivos tão diversos como a influência de amigos, o interesse por uma secção em particular, ou forte consciencialização política.

Alguns estudantes faziam-no assim que chegavam ao IST, como é o caso dos que tinham atividade associativa e/ou partidária anterior. Numa afirmação que dirigentes das mais variadas correntes políticas e de diferentes gerações poderiam subscrever, Carlos Costa afirmou sobre a importância política do trabalho associativo e o percurso dos dirigentes:

A partir de certa altura, considerava [chegar à associação como] um imperativo partidário, isto é, deveria preparar-me para conquistar o poder na associação. Ainda não estava no PCP, mas [faltava] pouco tempo. Quando cheguei ao IST, achei que precisava de ter alguma atividade e inscrevi-me na secção pedagógica, onde aceitei as tarefas que me deram. Isto para contrapor ao que aconteceu em 1972/73, em que jovens do 1º ano intervinham como se fossem catedráticos na matéria. Gente muito verde do ponto de vista político e de maturidade intelectual, mas que aparecia e tinha jeito para falar (...). Em 72 parecia que as pessoas nasciam ensinadas e eram grandes dirigentes associativos. A característica fazer estágio e aprender nas secções desapareceu. Mas eram eficazes e falavam bem, para desespero da minha rapaziada que tinha alguma dificuldade em exprimir-se. Para mim o normal era ser colaborador numa secção, depois ser membro de uma comissão de curso, participar na

Num contexto democrático, a questão se coloca de outra maneira, tendendo a normalizar-se, perdendo o carácter de sufoco e deixando a procura de relacionamento nacional e internacional de se colocar como meio de denunciar um regime que já tinha caído.

*reunião de colaboradores e, a partir de certa altura, espreitar as possibilidades de fazer uma lista para a direção.*⁹⁷

Contudo, por vezes as motivações eram difusas: assim, Paula Fonseca considerava a AEIST como o *único veículo de ação em relação às preocupações sociais que havia*.⁹⁸

Durante um longo período, a Semana da Receção aos Novos alunos constituiu um momento marcante para a entrada nas lides estudantis, de que nos dá testemunho João Cravinho para os anos 50 e Pedro Coelho para os 60. Veja-se este último:

O António Guterres (...) uma vez disse-me: –Tu és o responsável por eu ser Primeiro-Ministro.

Eu respondo-lhe:

–Por ter fundado o Partido Socialista?

Ao que ele responde:

–Não, é que eu fui à reunião em que tu foste falar aos estudantes que chegaram ao Técnico.

*O presidente da AE ia todos os anos falar na presença do diretor da escola aos novos alunos. (...) Pela primeira vez na minha vida, com 17 anos, ouvi um tipo mais velho, presidente da associação, dizer que os estudantes estavam ali para estudar e tirar um curso, mas que havia outras coisas pelas quais se deveriam interessar, como a sociedade, as outras pessoas, o desporto, as atividades culturais. Foi a primeira vez que alguém me disse que havia outras coisas para além de estudar. Agora é multiplicar isto por cinquenta mil conversas*⁹⁹.

Outros estudantes não descobriram um novo mundo logo, mas sim mais tarde, quando ocorreram episódios que consideraram chocantes, como por exemplo, em 1962, a proibição do Dia do Estudante e a repressão, que geraram uma repulsa que conduziu muitos estudantes, alguns deles sem qualquer ligação ao movimento associativo, a manifestarem-se ao lado das direcções das associações e contra as diretivas do poder central¹⁰⁰.

A secção cultural ou as atividades culturais em geral chamaram muitos alunos para o universo da AEIST e, mais, levaram-nos ao trabalho empenhado e, não poucas vezes, à direcção ou presidência. Em épocas diferentes, praticamente todos os entrevistados colaboraram na área cultural. João Vieira Lopes começou por trabalhar no Cineclubes Universitário. Também José Mariano Gago entrou na AEIST pelas atividades culturais:

*Houve um momento em que eu decidi intervir na AE. Fui lá e disse que queria colaborar na secção cultural (...). Eu escrevia umas coisas, crítica de livros, de teatro, de cinema... Tinha pegadas monumentais com os controladores do PC da associação, que não achavam graça à geração dos literatos e dos estetas. Achavam-nos muito independentes para o seu gosto. E éramos, claro!*¹⁰¹

As secções da AEIST, as estruturas estudantis e o seu funcionamento

As secções foram-se reconfigurando ao longo do tempo, redefinindo missões, fundindo-se e autonomizando-se, pelo que não é possível apresentar um quadro válido para várias décadas, nem tampouco para vários anos. Apesar das dificuldades, tente-se esclarecer quais os núcleos de ação e os seus suportes organizativos, em contextos em que os estudantes atendiam bastante ao estatuto legal das secções¹⁰².

No princípio dos anos 50, de acordo com os estatutos então aprovados, existiam as secções cultural, folhas, pedagógica, papelaria, fotográfica, social, aeronáutica, grupo desportivo, biblioteca, cantina, a revista Técnica e a Caixa de Empréstimo de Honra e Subsídios¹⁰³. Na revisão seguinte dos estatutos, a estas secções os

estudantes acrescentaram a referência às de propaganda, departamento-sede, Boletim e intercâmbio¹⁰⁴. Nos anos 60, ainda estes estatutos estavam em vigor e eram editados, sendo estas secções que eram anunciadas na receção aos novos alunos – como, por exemplo, em 1964¹⁰⁵.

Esta multiplicidade de secções era propiciada pelas condições materiais. Constando do projeto do novo *campus* e efetivamente construídas, as instalações da AEIST localizavam-se, como a própria AE reconhecia, em 1945, *num belo edifício próprio onde iam aumentando as secções existentes e criando [-se] outras*.¹⁰⁶

Beneficiando o IST de prestígio, sendo a AEIST importante e gozando destas excelentes instalações, o espaço possibilitava não só a atividade das secções, como as mais variadas realizações e grandes reuniões. Sobre a primeira metade dos anos 60, afirma António Mota Redol:

A universidade tinha uma certa autonomia. A PIDE não entrava dentro do Técnico ou noutra faculdade sem autorização do diretor, e, quando entrava, era à revelia. Quando isso acontecia, o diretor protestava junto do ministério. No Técnico, o diretor deixava fazer os plenários (...). Não se fazia sem autorização dele. Houve um período em que as reuniões ainda foram na associação, na piscina; era tanta gente que não havia sala onde se coubesse, a piscina não tinha água e as reuniões eram ali. Quando a associação foi fechada, já não podiam ser ali. No pavilhão central havia uns cubos de pedra grandes, ao lado das escadarias, e os dirigentes subiam-nos e dirigiam a reunião dali. As reuniões passaram a ser mesmo em frente do Técnico, naquela alameda e nas escadarias. Mas o diretor autorizava, mantínhamos uma certa conversa com ele porque também não queria ter os alunos todos contra ele, porque às tantas aquilo envolvia-se tudo e tornava-se completamente ingovernável. Ele autorizava umas coisas, outras não, e foi mantendo o equilíbrio. Claro que a PIDE e a polícia de choque queriam era bater e, se pudessem entrar, espancavam aquela gente toda. Mas os diretores e os professores tiveram sempre uma atitude

*de acalmar as coisas. Até porque a associação do Técnico tinha um grande prestígio junto dos professores, porque era um verdadeiro império comercial. Tinha uma quantidade de de secções.*¹⁰⁷

Apesar do litígio com os diretores nos anos 70, o espaço do IST continuou a ser muito usado quer pelos estudantes do instituto, quer pelos de outras escolas.

Vejam-se, agora, quais os principais eixos de atividade e as estruturas estudantis nestas décadas.

Secções

Se havia secções cuja missão não proporcionava a obtenção de receitas, outras possibilitavam-nas¹⁰⁸. Algumas secções tiveram um papel muito importante na sustentação do movimento estudantil, pelo apoio logístico e financeiro que podiam prestar, destacando-se em épocas diferentes a secção de folhas e a de turismo.

Ao produzir materiais necessários a todos os estudantes, a secção de folhas revelava-se imprescindível ao funcionamento do instituto e constituía uma via de obtenção de fundos para a AEIST. Produzia as sebatas das disciplinas, a partir de textos fornecidos pelos professores ou de apontamentos dos alunos mas revistos por aqueles. Editava ainda cadernos pedagógicos, cadernos culturais, a coleção Temas Estudantis, textos de apoio a reuniões e atividades, brochuras com textos de conferências ou com letras de canções de José Afonso, por exemplo¹⁰⁹. Importante para o movimento estudantil, foi a sua, então, moderna máquina *offset*, referida por quase todos os entrevistados. Emblemática,

*a secção de folhas com um parque de máquinas poderoso, onde já se distinguiam meios de impressão offset e um elevado número de empregados fixos e de trabalhadores em part-time (normalmente estudantes) era uma empresa dentro da empresa. Toda a documentação técnica necessária aos cursos era ali produzida e comercializada. E, claro, não produzia só livros de estudo, produzia também com grande eficiência, jornais, revistas, comunicados etc. o que, naturalmente, não tinha a simpatia da governação.*¹¹⁰

Próxima da secção das folhas situava-se a papelaria.

Através do contacto com o exterior, a secção de turismo, designada de várias formas ao longo dos anos, permitia o relacionamento internacional e os seus lucros elevados reforçaram, a partir de certa altura, o papel da associação¹¹¹.

João Cravinho sublinhou a importância, em meados dos anos 50, para a troca de experiências e convívio entre pessoas de diferentes países em estágios internacionais, turismo universitário e campos de trabalho. Desde essa década que as relações internacionais, pelo contacto com outras realidades técnicas e científicas, mas também económicas, políticas, culturais e sociais em geral, entusiasmavam muitos estudantes que aí viam a possibilidade de conhecer mundo. Assim, deve ser interpretado o esforço despendido com os intercâmbios, os estágios e a participação na *International Association for Exchange of Students for Technical Experience* (IAESTE), conseguida em 1954, e na *Fédération Internationale d'Associations Nationales d'Élèves Ingénieurs* (FIANEI), alcançada em 1953, depois com breve interrupção, ascendendo o IST à sua vice-presidência em 1960. Em 1966, a AEIST organizou, recebeu e acompanhou a visita a Portugal da universidade flutuante americana *Chapman College*, o que permitiu conhecer outras gentes, assim como denunciar, nas entrelinhas das conversas, o carácter repressivo e colonial do regime português. António Mota Redol perspetiva o significado destes contactos:

*O governo não via isto muito bem porque os estudantes vinham lá [de fora] com ideias esquisitas, porque tinham contacto com outra realidade. Isso foi importante para mostrar aos estudantes (...) o que eram as democracias, como é que as coisas funcionavam, situações muito diferentes a nível económico. O governo não gostava muito, mas não tinha outro remédio senão aceitar. Posso dizer que seriam milhares de estudantes que iam todos os anos para esses campos de trabalho. E vinham alguns estrangeiros para cá também.*¹¹²

A área do Turismo Universitário desempenhou um papel crucial nas direções de José Mariano Gago e João Vieira Lopes, assumido como estratégico para o ativismo estudantil, ainda que conjunturalmente a situação tivesse sido muito difícil e estado por um fio, pois a AEIST tinha as contas bloqueadas e apresentava dívidas¹¹³. Para além disso, dado o papel que esta estrutura desempenhava nas relações externas, o regime tentou, junto das instâncias internacionais, retirar a representação do Turismo Estudantil à AEIST, procurando entregá-lo a uma organização estatal.

Transcrevo o testemunho de José Mariano Gago, que entendeu o papel desta secção dentro da AEIST

(...) como absolutamente crítico para a sobrevivência do próprio movimento estudantil português, ...

(...)

Ser presidente da AE do Técnico era dirigir uma média empresa, que eu descobri muito rapidamente que tinha um orçamento na ordem da grandeza do Técnico, não por ter a seu cargo muitas pessoas, mas por causa da secção do Turismo Estudantil. O representante de Portugal no Turismo Estudantil Internacional era a secção de turismo do Instituto Superior Técnico. O turismo de estudantes tinha começado um ou dois anos antes a ter uma importância significativa em Portugal. Fretavam-se aviões e muitos estudantes iam para campos de férias noutros países. Os anos 60 foram anos de mobilidade estudantil na Europa que também chegou a Portugal, que participava nesses consórcios de fretamento de aviões (...) de vender bilhetes a preços muitíssimo baixos a estudantes, que ficavam em hotéis ou que iam trabalhar durante as férias. Esse movimento estava a atingir [grande] dimensão. Quando tomei conta da associação, em maio, a situação era caótica. O verão estava à porta (quando os aviões voavam), as contas bancárias estavam bloqueadas há cinco meses, desde o fecho do Técnico, os pagamentos internacionais não eram feitos e havia reservas – estamos a falar de 30 ou 40 aviões fretados – que se arriscavam a ser

todas canceladas. Portanto, não estamos a falar de uma empresa pequena. A direcção anterior tinha procurado profissionalizar, e bem, a secção de Turismo Estudantil. Havia um jovem sueco (julgo que namorava uma portuguesa) que veio trabalhar em Portugal, era um profissional; havia funcionários competentes de turismo, administração, etc. Era uma pequena agência de turismo dentro do corpo da AE; portanto, muito depressa foi preciso tomar decisões nessa matéria. Lembro-me que percebi muito depressa que tinha de dedicar muito tempo e energia a, por um lado, aprender como se fazia, depois, a resolver os problemas da gestão interna da AE, e, em terceiro lugar, resolver o problema do Turismo Estudantil que, na altura, era absolutamente crítico para a sobrevivência do próprio movimento estudantil português. A AE do Técnico era a mais rica do país por causa do Turismo Estudantil, coisa que eu percebi nessa altura. O facto de ter o Turismo Estudantil dava-lhe uma possibilidade, que nunca tinha sido explorada, de relação internacional. Portanto, quando entrei na associação do Técnico, a minha estratégia foi dizer: –O Turismo Estudantil é uma bênção dos céus e vai permitir internacionalizar e criar uma relação do movimento estudantil em Portugal com o resto do mundo¹¹⁴.

Passe-se, agora, a outra secção, crucial, embora não originasse o tão necessário afluxo de verbas.

Ao transmitir as realizações quotidianas da associação e as informações prementes, a secção de propaganda, pela sua própria natureza e por pertencer a uma associação forte, conseguia ultrapassar os muros da AEIST.

Inúmeros entrevistados contaram que os comunicados mais perigosos não eram feitos pela secção de propaganda dentro das instalações da AEIST, mas em vários locais mais resguardados, como em casa de estudantes ou noutras faculdades¹¹⁵. Sobre uma das suas ações, afirmou um dos entrevistados:

O reitor da UTL (...) disse que um dia se tinha visto sair comunicados da AE do Técnico, à meia-noite, para serem distribuídos

*pela cidade. Isso era falso porque, embora algumas vezes se fizessem, em geral os comunicados não eram feitos aqui no Técnico. Era noutros sítios que eles não sabiam. A maior parte dos comunicados mais perigosos, que eram os da RIA, eram feitos em Ciências, nos edifícios lá para trás (...). Havia alguns aspetos da organização que eram clandestinos, nós podíamos ser presos a qualquer momento, era só eles decidirem*¹¹⁶.

Este entrevistado, António Garcia, considerou mesmo que se devia fazer uma homenagem a dois elementos essenciais da luta estudantil, a saber, o *stencil* e o comunicado, muito manuseados pela secção de propaganda. Especificando:

*O comunicado foi o instrumento de comunicação fundamental do movimento estudantil junto da população estudantil. Eram documentos de grande qualidade literária, sociológica e política que muito bem retrataram a situação e o espírito do tempo. Seria importante que se colecionassem, se editassem, se estudassem e se relembressem os seus autores. A impressora a stencil, essa prodigiosa maquineta (manual ou elétrica), simples, barata, transportável, com a qual, durante anos, se imprimiram livros, documentos, comunicados e milhões de panfletos. Uma simples folha de papel de cera batida à máquina e já estava, era só dar à manivela ou, se fosse elétrica, carregar no botão. Este simples equipamento, cuja transportabilidade era de grande utilidade, sobretudo no caso de comunicados sensíveis, prestou grandes serviços à luta estudantil e a outras lutas.*¹¹⁷

Aliás, o copiógrafo (uma impressora a *stencil*) constituiu uma das âncoras de memória de alguns dirigentes estudantis. Se a secção de propaganda utilizava as novas máquinas das folhas (entre as quais o *offset*, para aqueles trabalhos que exigiam maior qualidade gráfica), o velho copiógrafo continuou a servir e, quando se referem os comunicados e os *stencils*, era o velho copiógrafo que produzia os comunicados, a partir do *stencil*, que está também sempre em mente.¹¹⁸

Dado o seu carácter mais político e exposto, pelo menos em certa fase, era na secção de propaganda que o cuidado com os colaboradores era maior. Como refere Jorge Dias de Deus:

*Nós percebíamos que as secções só podiam existir se as pessoas que lá estivessem gostassem e, por isso, não podíamos usar aquele rigor político muito grande, exceto na propaganda. Aí, fiava mais fino! Que era onde se faziam os comunicados e divulgação. Aí trabalhavam os especialistas [nisso] e alguns deles trabalhavam também para os comunicados da RIA. Os da Propaganda tinham de ser da confiança total.*¹¹⁹

Sendo a atividade cultural um dos eixos centrais da atividade estudantil, notabilizou-se a respetiva secção, uma porta de entrada para muitos estudantes no mundo associativo, um fórum alargado e uma forma de abertura das atividades da AEIST ao exterior. Dada a sua importância, para além da organização de conferências, exposições, debates, concertos, etc. a secção cultural tinha uma permeabilidade grande com outras secções como, por exemplo, a sonora, o grupo de teatro (quando existiu), a fotográfica, e articulou-se também com a secção de convívio, criada nos anos 60, sendo uma das grandes organizadoras da Semana de Receção aos Novos alunos.

Muitas das suas atividades abrangiam estudantes de outras escolas e articularam-se com outras organizações do universo estudantil lisboeta, como o Clube Universitário de Jazz.

Muito embora a biblioteca do IST contivesse muito mais do que livros técnicos e científicos, a AEIST mantinha uma biblioteca com alguma importância, dada a proximidade com os estudantes e o facto de se localizar dentro das instalações da associação, o que facilitava a circulação de livros proibidos. Debatendo-se com falta de espaço, no início dos anos 60, os estudantes destruíram uma coleção da *Seara Nova* que, embora aprovada em reunião competente, dada a biografia da revista, constituiu uma marca traumática na memória de alguns estudantes¹²⁰.

No campo das publicações, desde 1925 que a AEIST editava a prestigiada revista *Técnica*, cujo diretor era necessariamente um estudante e

onde muitos professores e engenheiros colaboravam com artigos científicos e de disseminação da cultura científica. Publicava também o periódico aeist que, no final de 1962, para deixar de ir à censura, terminou formalmente, passando a designar-se *Boletim AEIST*, até que, em 1964, foi substituído pelo *Binómio*; esporadicamente produziu o *Esteiro*.

Há muito que se salientavam, na AEIST, as atividades desportivas. Equipas disputaram lugares no desporto universitário e até federado. Em épocas diferentes, destacaram-se as equipas de ténis, ténis de mesa, esgrima, atletismo, boxe, hóquei em patins, voleibol, basquetebol, rugby, xadrez, entre outras. Na viragem para os anos 70, o judo conseguiu muitos adeptos, nomeadamente entre as Novas Esquerdas, tendo aberto uma turma de judo feminino em 1968. Em geral, o ginásio multi-usos e a piscina possibilitavam a prática desportiva, não só aos estudantes do IST, como a muitas outras pessoas. A conexão com o Centro Desportivo Universitário de Lisboa (CDUL) constituiu uma preocupação de estudantes e dirigentes ao longo dos anos de 50 e 60.

Nestas décadas, a AEIST geria a cantina, frequentada por centenas de alunos, sobretudo ao almoço, e muito importante para os alunos de fora de Lisboa. Na mesma área, funcionava também um bar. Objeto de atenção permanente por parte dos estudantes, a cantina foi comentada e discutida sob várias perspetivas, desde os preços praticados à qualidade das refeições (incluindo a adoção da alimentação racional e o consumo de bebidas alcoólicas), ou ainda aos problemas com os seus numerosos trabalhadores assalariados.

Na área social, João Cravinho salientou a Caixa de Empréstimos de Honra e Subsídios, um fundo importante nos anos 50:

*Havia muita gente que tinha as mais variadas dificuldades que se poderiam prolongar por muito tempo. Nessas circunstâncias, pediam um empréstimo à Caixa de Honra garantido pela sua palavra de honra. E pagavam sempre.*¹²¹

Ainda numa ordem próxima de preocupações, a AE tinha um lar universitário, um

gabinete médico e um posto de enfermagem, que assegurava assistência médica e cuidados de enfermagem gratuita aos sócios, bem como acordos com diversas entidades para apoio aos estudantes no campo da saúde.

A AEIST atribuía muita importância às questões pedagógicas. Proporcionava aos alunos formação e informação em áreas diferentes, do simples curriculum escolar aos cursos de línguas, a visitas de estudo e conferências. Não só a secção pedagógica espelhava essa preocupação, como a AEIST se envolveu na organização do Congresso do Ensino de Engenharia, em 1962, em resposta à iniciativa da secção de Antigos alunos. Muito concorrido, este congresso reuniu engenheiros, agentes técnicos, professores e alunos que debateram, entre outros temas, a relação entre engenheiros e agentes técnicos assim como a necessidade de aproximação da universidade às necessidades reais do país¹²². Existia ainda uma ligação à Ordem dos Engenheiros através de um dos cargos da direção da AEIST (vogal à ordem).

Imprescindível era a secção de contabilidade, tesouraria e administração.

Secções mais pontuais como, por exemplo, a secção de astronáutica e missilismo, desenvolveram-se frequentemente, em correspondência com interesses específicos de alguns alunos.

Com todas estas secções e serviços e com um número variável de funcionários pagos (além dos alunos voluntários), a AEIST era das associações mais fortes de Lisboa. Não obstante se reportar aos anos 50, a afirmação de João Cravinho poder-se-á alargar, em boa parte dos seus tópicos, a outras décadas:

*O Técnico era, na altura, a escola com a associação mais forte, mais organizada, mais integrada na própria escola, estando prestigiada não só entre os estudantes como também entre os professores, incluindo os da direção da escola.*¹²³

O prestígio, a aceitação, a tolerância perante a realização de atividades mais ousadas e mesmo a relutância em encerrar a AEIST advinham da edição da *Técnica*, da responsabilidade

da associação por serviços de apoio básico (entre os quais a secção de folhas, com a qual os professores colaboravam), não sendo indiferente o facto da direcção ser presidida, frequentemente, pelos melhores alunos. Sobre os primeiros anos 60, afirmou um dos entrevistados:

*O governo, por exemplo, podia querer que os professores apoiassem o encerramento da associação, e eles, isso, nunca fizeram. Em 62, o governo demitiu a direcção da associação, destituiu todos os corpos gerentes, mas a associação não fechou. Entregou a associação ao diretor e ele é que ficou a geri-la. Como o diretor tinha mais que fazer, nomeou um dos empregados da associação mais antigos (...) para ser o responsável/gestor da associação.*¹²⁴

Posteriormente, evitar o acentuar da conflituosidade estudantil como resposta ao fecho da AEIST também pesava nas decisões das autoridades, no momento de deliberar sobre o seu eventual encerramento.

Por todos estes motivos, pela sua dimensão e instalações à época e, sobretudo, pelo volume de dinheiro que movimentava (especialmente devido a folhas, à cantina e à expansão do Departamento de Turismo Universitário), a AEIST foi descrita como uma pequena ou média empresa, cujas secções tinham missões e situações específicas, onde trabalhavam estudantes voluntários, estudantes com ligeira remuneração e assalariados propriamente ditos. Os entrevistados não hesitam em usar a palavra *empresa*:

*A associação do Técnico tinha imensas secções, era quase uma empresa. Eu lembro-me de, quando foi o quinquentenário, fazermos uma sessão solene onde historiámos um pouco o que era a atividade na associação. A associação era, em relação às outras, de longe, a mais bem organizada como empresa. Tinha secções que permitiam realizar dinheiro para financiar outras que efetivamente eram mais de índole cultural, e que, portanto, não teriam receitas. Por exemplo, os livros que utilizávamos eram praticamente impressos na associação*¹²⁵

*Foi um bocado complicado gerir um empório daqueles porque, para além de sermos alunos e fazer umas coisas a brincar, tínhamos de gerir uma empresa. Havia problemas de contabilidade, nesse ano foi introduzido um novo sistema de contabilidade*¹²⁶.

*Era (...) uma empresa bem organizada, a funcionar bem naquilo que eram as suas missões e com grande espírito voluntário.*¹²⁷

E relembre-se a afirmação de José Mariano Gago:

*Ser presidente da AE do Técnico era dirigir uma média empresa, que eu descobri muito rapidamente que tinha um orçamento na ordem da grandeza do Técnico*¹²⁸.

Na AEIST, chegou a haver problemas laborais, bem como estruturas organizativas próprias dos trabalhadores, sendo que dispunham de espaço próprio no *Binómio*; mesmo antes do 25 de Abril, existia um Conselho de Empregados¹²⁹. O número de funcionários e colaboradores variou, aumentando até aos anos 70 e diminuindo drasticamente após a revolução.

Estruturas

Com uma estrutura complexa, cada secção dispunha de uma relativa autonomia, que aumentou progressivamente, articulando-se as secções com a direcção através de formas orgânicas, de reuniões ou de simples conversas informais. Se bem que tenham existido sempre uma direcção, uma assembleia geral e um conselho fiscal, tal como diferentes secções, a articulação entre estes órgãos nem sempre foi a mesma e as estruturas organizativas variaram ao longo do tempo¹³⁰.

Vejam-se vários testemunhos sobre a vida interna da AEIST e as diferentes formas de práticas democráticas tentadas.

José Pinharanda testemunhou a importância das assembleias gerais e a articulação entre a direcção, as secções e estas assembleias no princípio dos anos 60:

[Havia] reuniões de carácter geral, por exemplo, as assembleias de eleição e as assembleias de relatório e contas. Fazíamos relatórios muitíssimo precisos. Na assembleia

*geral fazia-se a análise desses documentos e dos valores apresentados. Os relatórios de contas eram verdadeiros repositórios do ano de atividade da associação. Todas as direções das secções faziam o seu relatório, e a direção fazia também o relatório próprio com todas as atividades. Esses relatórios eram realmente muito completos, descreviam-se as coisas e davam-se perspectivas para o futuro*¹³¹.

Reportando-se a um período ligeiramente posterior, Mário Lino testemunhou a autonomia das secções e a democraticidade das assembleias, lembrando as normas de Roque Laia, aceites tacitamente num regime ditatorial como guião de funcionamento democrático durante décadas, o que tem algo de insólito, e que continuaram a ser consensuais depois do 25 de Abril:

O funcionamento das secções era muito participado. Havia discussões, era preciso fazer as eleições para as direções das secções. Não era a direção central que dizia:

—Olha, tu é que és o diretor da secção fotográfica.

*E às vezes havia mais do que uma candidatura. Faziam-se programas, depois ia-se a votos. A direção da associação seguia uma determinada conceção do que era preciso fazer, procurava que as pessoas com a mesma conceção estivessem lá. Procurava influenciar nesse sentido, mas havia democracia interna. As assembleias gerais e as reuniões gerais de alunos eram muito participadas. Na altura, havia um livro escrito por um jurista português muito conhecido, que se chamava Roque Laia. Nesse livro explicava-se como é que se dirigia uma assembleia geral. Era um guia fundamental: quando havia propostas alternativas, o livro esclarecia quando se discutiam em conjunto, se se eliminavam ou se eram todas votadas, ou se se votava uma e depois a outra. Porque há uma forma de tratar essas matérias e é o que sucede também na Assembleia da República*¹³².

Sobre os anos 60 mais avançados, Paula Fonseca testemunhou:

*As secções tinham uma grande autonomia havendo, no entanto, a distribuição da coordenação dessas secções pelos membros da direção da associação. As folhas e o DTU eram a nossa fonte de receitas para as outras atividades e, portanto, um dos vice-presidentes da direção e o tesoureiro tinham um papel importante na sua gestão. Os outros membros da direção, mais políticos nas suas atividades, só gastavam. Coitados, nós estávamos sempre a chatear. Se [alguém] queria não sei o quê íamos para a reunião decidir. O Prates, que era o nosso tesoureiro e uma figura doce mas determinada, dizia que não podia ser, porque não havia dinheiro. E nós estávamos ali horas até conseguir que o Prates abrisse os cordões à bolsa!*¹³³

Reportando-se aos anos seguintes, afirmou ainda Carlos Costa:

*A partir de 1971/72 as secções mantiveram o seu funcionamento com uma autonomia cada vez maior, mas não havia reuniões de colaboradores dessas secções. Por exemplo, o corpo editorial da revista Técnica trabalhava por sua conta, fazendo o que lhe apetecia. Mesmo na minha direção não fazia ideia do que eles faziam, apesar de, supostamente, sermos nós os responsáveis. Tínhamos uma secção de intercâmbio e turismo — uma agência de viagens com alguma importância — também muito autónoma. No meu tempo, a atividade da direção estava muito centrada nas crises, por isso as secções trabalhavam mais ou menos em roda livre, com algum controle financeiro. Na prática, pode concluir-se que, a partir dos anos 70, o trabalho das associações se descentrou das secções e que estas deixaram de ter relevância prática na atividade associativa, apesar de terem continuado a existir.*¹³⁴

Os estudantes organizavam-se ainda através de outras estruturas importantes, como a Junta de Delegados, primeiro, e, depois, as Comissões de Curso.

João Cravinho descreveu a Junta de Delegados nos anos 50:

A Junta de Delegados e os delegados de curso asseguravam a representação de cada turma e do corpo discente junto dos professores e da direção da escola, do ponto de vista pedagógico. Cada turma elegia o seu delegado de curso. Estes elegiam entre si o presidente da Junta de Delegados. A Junta de Delegados era um órgão prestigiado. A direção da associação não interferia no seu funcionamento corrente. A junta, um órgão representativo de todo o corpo discente, integrava-se estatutariamente na associação.¹³⁵

Deste modo, a Junta de Delegados representava todos os alunos do IST, incluindo os não associativos, propiciando o diálogo com todos os estudantes, os professores e a direção da escola, e contribuindo para a representatividade e prestígio das estruturas associativas. Vários dirigentes entrevistados foram também delegados de curso e alguns presidentes da Junta de Delegados.

Porém, existiu uma outra estrutura que substituiu a Junta de Delegados, mais forte no tempo das novas direções dos anos 70, as Comissões de Curso. A estas comissões se referem dois entrevistados que foram antigos adversários.

Em primeiro lugar, explicou Carlos Costa:

Quando entrei para o Técnico, já tinha acabado a Junta de Delegados. Grosso modo, evoluiu para uma organização de Comissões de Curso, talvez por influência dos grupos maoistas, que acharam a Junta de Delegados algo muito formal e hierárquico e preferiram uma organização mais basista. Na minha opinião, os grupos maoistas tinham a pretensão de reproduzir na universidade a luta de classes em geral. Brincávamos com eles e até dizíamos que, para eles, os estudantes eram o estudantariado, ou seja, a classe de vanguarda, e os professores eram a burguesia. Havia a ideia de uma oposição entre estudantes e professores perfeitamente absurda. Criavam, então, uma espécie de comissões de trabalhadores ou de soviets, que eram as Comissões de Curso, que consideravam mais adequadas à luta estudantil. As Comissões de Curso eram mais soltas, já que, na prática, não havia nenhuma estrutura

de coordenação, nem [mesmo] a secção pedagógica. Aliás, as Comissões de Curso eram um pouco autónomas em relação à associação. Também as assembleias gerais caíam completamente em desuso. Passámos a fazer as RGA (reuniões gerais de alunos), dirigidas pela direção da associação [mas] onde estavam presentes sócios e não sócios. O órgão que comandava a vida na escola era a RGA, e, para assuntos mais concretos, eram as Comissões de Curso. No fundo, a RGA era uma espécie de assembleia geral alargada. No início, havia também a reunião de colaboradores, uma instância relativamente politizada e onde, supostamente, se deveriam reunir os colaboradores das secções. Mas, as secções foram perdendo a importância do passado e a reunião de colaboradores passou a ser mais aberta e participada por quem quisesse: colaboradores das secções, das Comissões de Curso, os amigos, etc. Considerávamos colaboradores da direção da associação, aqueles que apoiavam diretamente a direção e que tinham colaborado na lista, e eram nossos opositores aqueles que tinham perdido as eleições e que eram das outras listas. A reunião de colaboradores não tinha estatuto deliberativo, mas era um fórum de discussão e de preparação de reuniões gerais. Não sei o que teriam sido em momentos de relativa paz porque não me recordo de ter tido esses momentos! Logo no início da existência das Comissões de Curso passou a haver reuniões de comissão de curso, onde eu também participava, já que era membro da minha comissão de curso. Isso dependia das direções. Talvez na direção [anterior], cuja sigla era: Por um Ensino Popular!, de orientação maoista, eles tivessem feito fundamentalmente reuniões de Comissões de Curso¹³⁶.

Já João Guerreiro recordou desta forma as Comissões de Curso:

Esta nossa estratégia de valorizar as questões pedagógicas obrigava-nos também a que nós tentássemos não ver a associação como uma entidade separada dos cursos. O que nós fazíamos, sempre que possível, era criar Comissões de Curso e, através delas, alargar a

*nossa ação. Havia, no passado, delegados de curso, mas nós queríamos adotar o figurino de Comissões de Curso, para que a responsabilidade recaísse não apenas numa pessoa, mas pudesse integrar três, quatro ou cinco pessoas. Isto quer dizer que as nossas atividades reivindicativas estavam muito próximas dos estudantes e portanto tínhamos uma capacidade de mobilização muito mais interessante do que se estivéssemos fechados numa secção da associação a fazer trabalho cultural, pedagógico ou outro tipo de atividade. Esta imersão nos cursos resultava também da viragem que introduzimos no trabalho associativo, orientando-o para os problemas específicos dos cursos do Técnico*¹³⁷.

Cerca do 25 de Abril, as Comissões de Curso tinham um peso importante na vida do IST. Estas afirmações informais não podem deixar de espelhar alguns traços da realidade:

As Comissões de Curso funcionavam nessa base, para resolver questões pedagógicas. Quando entrei para o movimento associativo, havia Comissões de Curso não eleitas, eram espontâneas e as pessoas reuniam. O 2º ano de eletricidade devia ter uns 300 alunos. A comissão de curso reunia uns 25, 30, 40 ou 50. Era bastante gente. Normalmente, fazíamos reuniões de curso, interrompíamos as aulas, o professor tinha que se calar e fazíamos a reunião. Isto no tempo da outra senhora. Mandávamos naquilo e não havia contestação. Até que as coisas evoluíram politicamente, de tal forma que o Técnico passou a estar num estado de sítio com o diretor Sales Luís. Aí, tínhamos controlo de entrada, com polícia e isso tudo. Começou em 72, e durante todo o ano de 73, até ao 25 de Abril. Era um órgão autónomo (...) éramos nós que propúnhamos aos professores das cadeiras as iniciativas, do tipo:

—Queremos mais um exame!

*Tínhamos alguma ligação, não formal, mas normal com a associação, aquilo fazia parte da associação*¹³⁸.

O 25 de Abril, ao permitir uma grande mudança no IST, introduziu como forma de gestão

as frequentes reuniões gerais de escola e reuniões gerais de alunos e formaram-se vários órgãos com representantes de alunos, professores e funcionários. Após a legislação de 1974, que tentou nortear a participação estudantil em órgãos de gestão, a legislação de Sottomayor Cardia de 1976 formatou-a e diminuiu o seu peso. Em qualquer caso, quer na fase revolucionária, quer na fase posterior, os estudantes tiveram larga participação em órgãos de gestão e governo das escolas. Em consequência, o mundo associativo em sentido lato (das associações de estudantes mas também das Comissões de Curso) já não constituía o único espaço de intervenção dos estudantes com mecanismos eleitorais e, provavelmente, deixou mesmo de ser o principal palco de ação estudantil. De facto, as eleições para a AE e Comissões de Curso deixaram de ser o único instrumento de medição da temperatura político-associativa. E sobretudo, a ação estudantil extravasou para fora do espaço das associações.

A AEIST e as outras associações de estudantes

Após a Segunda Guerra Mundial e com o agudizar das crises, as relações entre a AEIST e as outras associações reforçaram-se. Os encontros e diálogos entre dirigentes associativos tornaram-se mais frequentes e desde cedo que surgiu a proposta de criação de uma união nacional de estudantes, proposta esta que foi reativada após o 25 de Abril, embora sem sucesso.

Em 1949, criou-se a Comissão Inter-AE (CIAE); em meados dos anos 50, transformou-se na Reunião Interassociações (RIA), devido ao figurino organizativo menos forte pressuposto nesta última designação, num tempo em que a coordenação organizacional das associações de estudantes era interdita.

A publicação do decreto-lei 40900 e os acontecimentos de 1962, por questionarem a autonomia das associações de estudantes, alargaram o movimento associativo a um maior número de estudantes e sublinharam a importância da sua união.

Sobre os anos de 1950, afirmou ainda João Cravinho:

As relações em Lisboa eram intensas, no início, uma vez por outra, pré-conflituais, mas

isso é o normal destas coisas. Em geral, direi que se tornaram intensas e boas. (...) Há a luta toda até janeiro de 1957. Em 52, na crise anterior, ativistas estudantis foram perseguidos violentamente. Houve mesmo prisões mas não houve uma solidariedade generalizada dos colegas para com eles, foram isolados e reprimidos. Não houve uma aprovação, pelo contrário, mas as manifestações claras de protesto que houve ficaram dentro de uma esfera restrita. Com o 40900, as coisas passaram-se de modo diferente, ficaram a meio caminho entre aquilo que se passou em 52 e aquilo que se passou, depois, em 62. Já houve grandes manifestações em quase todas as escolas de Lisboa, do Porto, e de Coimbra e os estudantes estiveram presentes em massa em S. Bento, na rua e dentro do hemiciclo, pedindo a revogação do 40900¹³⁹.

José Pinharanda encarou o modelo organizativo da viragem para os anos 60 da seguinte forma:

Claro que as escolas tinham uma atividade muito própria e o grosso da atividade das associações era entre muros. Mas, sobretudo a partir do 40900, que procurou quebrar a vida democrática das associações, acabou por haver um movimento que as aproximou bastante na defesa dos seus pontos de vista. O que resultou – não sei se foi imediatamente, ou se já existia alguma coisa antes e que foi reforçada – foi que houve várias reuniões interassociações, as RIA, que passaram a ter uma projeção, e uma atenção dada pelas associações, que me parece que não existia antes. Passou a haver com regularidade reuniões interassociações, que se acentuavam cada vez que havia algum processo mais complicado, e nos períodos de maior acalmia iam mantendo conhecimento e informação¹⁴⁰.

Sobre o papel da AEIST face a outras associações em meados dos anos 60, afirmou Jorge Dias de Deus:

Tínhamos uma relação muito especial com a Pró-Associação dos Liceus, à qual dávamos apoio. Tínhamos cá sempre os estudantes do

secundário e alguns, depois, passaram para as associações de estudantes universitários. Eles eram sempre dos mais radicais. (...) Nós tratávamo-los como se fossem os miúdos mais novos, mas não interferíamos nada, podiam usar tudo. Tínhamos que preparar a geração seguinte!¹⁴¹

Outro exemplo de coordenação entre as associações foi em 1967, depois da RIA ter aprovado a iniciativa de apoio às vítimas das cheias, quando coube à AEIST a coordenação operacional, a partir das suas instalações, deste movimento de solidariedade estudantil.

Se, de um modo geral, em momentos de crise, as relações entre as associações de estudantes se intensificavam, a AEIST, pelas suas condições de espaço, pela capacidade económica, por ter máquinas de *stencil* e *offset* e pela sua localização central em Lisboa, constituía um grande apoio do movimento estudantil, especialmente quando as faculdades não tinham AE ou estas tinham sido encerradas.

Sobre os anos 70, afirma Carlos Costa:

O Técnico tinha a associação mais poderosa financeiramente, do ponto de vista de máquinas, com instalações próprias, muitos sócios e uma secção de viagens que lhe dava um rendimento extra. Era um pouco o asilo das pró-associações e das associações com dificuldades. Quando morreu Ribeiro Santos, foi lá que se foi fazer o plenário. Logo a seguir ao 25 de Abril, o plenário dos estudantes de Lisboa foi também no Técnico. Quando o Técnico estava fechado chegámos a fazer plenários no átrio do Hospital de Santa Maria. Em princípio, sabíamos que a polícia não ia atuar, pois (...) não podiam fechar o hospital. Lembro-me de fazer plenários dentro do próprio hospital ou cá em baixo, junto à estátua do Egas Moniz. Mas a maior parte das vezes, quer os plenários da academia, quer as nossas RGAs, realizavam-se no Técnico.

Reciprocamente, quando a AEIST esteve encerrada, também outras associações ajudaram. A proximidade político-associativa das

direções propiciava o apoio entre associações. Veja-se ainda o mesmo testemunho:

A nossa relação com outras associações dependia muito da nossa concordância com eles. Nós éramos muito unidos com a associação de Económicas porque éramos da mesma raça. A direção, eleita no mesmo ano que a minha, era também de gente da UEC, logo, tínhamos uma relação muito estreita com eles. Também com a Pró-Associação de Medicina mantínhamos uma atividade muito intensa porque era uma associação solidária e apoiavam-nos sempre, apesar de algumas divergências nas RIA. Muitos dos comunicados foram feitos lá, bem como algumas reuniões de colaboradores, e algumas de estudantes, estas mais arriscadas. Havia então grande cumplicidade com medicina também em termos logísticos. E o contrário também funcionava. A secção de folhas tinha uma máquina muito poderosa, offset, e esta secção continuou a laborar mesmo com a associação fechada, só que o acesso a essa máquina não era possível. Em situação normal a secção de folhas seria nossa e fazíamos o que entendíamos das máquinas. Por exemplo, os Binómios numerados e a imprensa mais digna eram feitos em offset, já os comunicados do dia-a-dia eram feitos em stencil. Quando não tínhamos a associação aberta, fazíamos stencil onde calhasse, fora da associação, normalmente era Medicina ou em Económicas, mas mais em Medicina, porque, quando em 1972 o Técnico encerrou, Económicas também fechou¹⁴².

Contudo, as divergências político-associativas não constituíram um impedimento à solidariedade. Carlos Costa e António Abreu testemunham a presença de elementos de outras direções estudantis nas instalações da AEIST. Lembrou o primeiro:

Havia outras atividades que se realizavam no Técnico que constituíam um risco maior para a segurança da associação, nomeadamente quando algumas direções de escolas que foram sendo fechadas se instalaram na galeria da piscina, ao lado do SIAEIST (secção de intercâmbio e turismo). Eram

colaboradores de Direito, do ISCSPU ou de outras faculdades, que a certa altura deixaram de ter instalações próprias, um pouco à semelhança do que fizemos quando o Técnico estava fechado e utilizámos como instalação alternativa a sala de alunos dos estudantes de Medicina. Se lá estivesse uma direção que não fosse da nossa simpatia e que nos quisesse pôr fora teria tido algumas dificuldades. Essas zonas da associação do Técnico foram ocupadas por pessoas afetas ao MRPP, que foram tomando conta daquilo, e tínhamos muita dificuldade em gerir esta situação. Não sabíamos bem o que se passava por lá, mas certamente editavam comunicados.¹⁴³

Recordou António Abreu:

Quando o Técnico foi encerrado, tivemos atividades sediadas em Direito, Económicas, ISEG, Medicina e vice-versa. Quando Medicina, Letras, Instituto Industrial (que foi a maior greve estudantil de sempre que houve nesse período, mais arrastada e mais prolongada) estiveram fechados, eles encontravam nas instalações da associação recursos, salas, apoio na impressão de documentos, em alguns casos praticavam-se os mesmos preços sociais dos sócios para alimentação já que passavam lá muito tempo, e em comunicações. Isso existiu quase sempre enquanto eu lá estive e funcionava nos dois sentidos.¹⁴⁴

A AEIST manteve relações ambíguas com Coimbra em inúmeros momentos anteriores ao 25 de Abril. É certo que estudantes do IST assistiram às cerimónias comemorativas da Tomada da Bastilha, participaram em concertos de José Afonso na Associação Académica de Coimbra e, na crise de 69, colaboraram no episódio da final da Taça de Portugal em Lisboa. Contudo, estudantes de Lisboa, entre os quais os dirigentes da AEIST, viam a academia de Coimbra, como conservadora, anacrónica ou tradicionalista. Carlos Costa afirmou:

A nossa relação com Coimbra era muito débil. As associações de Lisboa apoiaram Coimbra na crise de [em] 69 [mas] as relações com Coimbra não eram cordiais, eram de aceitação. Nós não hostilizávamos

Coimbra e Coimbra não nos hostilizava. A direção da associação era relativamente unitária, tinha gente que não era membro do PC, como o Alberto Martins, e membros, como o Osvaldo Castro. Contudo, o PCP apoiaria este tipo de lista. Mas como, em 69, em Lisboa, no Técnico era o Maria-no Gago, as relações acabavam por não ser boas. Nós gozávamos um pouco com a Tomada da Bastilha e considerávamo-los um pouco atrasados, nada progressistas ao nosso nível. Na altura, não era dirigente nem reunia com dirigentes de Coimbra; a minha opinião, concordo hoje que excessiva, era baseada no ambiente e nas posições que conhecia entre os colaboradores e ativistas com quem contactava Mas mobilizámo-nos para o jogo de futebol [da Final da Taça de Portugal, em 1969].¹⁴⁵

Já com o Porto as relações foram pouco significativas até ao 25 de Abril.

Em certas fases anteriores ao 25 de Abril, a Reunião Interassociações (RIA), não reconhecida pelo poder, representou uma sede de concertação do movimento associativo de Lisboa, na qual as discussões entre diversos grupos e propostas eram acesas, na procura de um consenso favorável à ação. Inúmeras RIA foram efetuadas no IST. Ali também se realizou o IV Seminário de Estudos Associativos, que procurava uma nova estratégia para o movimento associativo, o último de uma série que constituiu uma referência do ativismo estudantil (para uns importante, enquanto para outros estava ultrapassada) mas, em qualquer caso, um fórum de debate entre dirigentes e colaboradores organizados em associações¹⁴⁶.

Sobre a RIA, afirmou António Mota Redol:

A RIA de Lisboa era a mais dinâmica, reunia as escolas e liceus de Lisboa. Cada secção das associações tinha uma correspondente nessa organização federativa: as Reuniões Interpropagandas, as Reuniões Interpedagógicas, as Reuniões Interdesportivas, as Reuniões Interculturais, etc. Portanto, um representante de cada escola reunia também com uma certa periodicidade e levavam a efeito coisas em comum¹⁴⁷.

Esta perspetiva é reiterada por Fernando Valdez:

Desde logo havia escolas que não tinham associação, ou cuja associação tinha fechado. Havia a RIA (Reunião Interassociações); antes disso houve a CIA (Comissão Interassociações), mas essa já não apanhei. Havia uma cooperação institucional em que representantes de todas as associações de Lisboa se reuniam na RIA e discutiam os assuntos comuns. Depois faziam-se plenários da academia em que as pessoas se tinham de juntar num local amplo. Por exemplo, uma ocasião em que estive toda a academia no Técnico foi no IV Seminário de Estudos Associativos. A piscina, que era o espaço maior, foi esvaziada. O ginásio era mais sensível porque uma reunião daquele tipo era suscetível de danificar muito o piso e implicar grandes despesas de recuperação, portanto era mais fácil esvaziar a piscina. Puseram-se lá umas escadas para as pessoas descerem (...). O IV Seminário de Estudos Associativos teve um largo debate (...) Na academia, havia a Reunião Interassociações, a Reunião Interculturais, que reunia representantes das secções culturais das várias associações ou escolas (porque havia casos em que eram pró-associações), a RIP (Reunião Interpropaganda), que reunia responsáveis da propaganda das várias associações. Portanto, havia o organismo de cúpula, a RIA, e alguns organismos de área.¹⁴⁸

Posteriormente, os Encontros Nacionais de Direções Associativas (ENDA) substituíram as RIA. Tal como nas RIA, nos ENDA, as diferentes sensibilidades reuniam-se e debatiam a melhor forma de ir para a luta, sendo sessões longas e de consenso nem sempre fácil. As associações de estudantes com afinidades político-associativas apoiavam-se mutuamente.

A importância das RIA variou consoante os contextos. Em dados processos, centralizaram a emissão de comunicados à comunidade estudantil, prepararam decisões sobre processos e formas de luta e tiveram um papel de concertação, planificação e definição estratégica.

Noutros contextos, foram mais importantes os grandes plenários e as reuniões gerais de alunos, que os dirigentes procuravam que fossem o mais concorridos possível, para que as decisões fossem legitimadas e os dirigentes não ficassem isolados. Objeto de cuidadosa preparação e mesmo negociação prévia, o elevado número de alunos presente neste tipo de reuniões massivas podia transformar o resultado previsto para estas.

No caso da AEIST, antes do 25 de Abril, havia um certo cuidado por parte dos seus dirigentes em evitar a radicalização da luta, porque, ao contrário das pequenas associações ou das pró-associações, o facto de ser uma *empresa* de que os estudantes dependiam para algumas necessidades básicas, implicava avaliar bem a atitude a tomar, para não levar ao seu encerramento. Por outro lado, da AEIST dependia também um número significativo de trabalhadores, que chegou a ultrapassar a centena na altura em que empregou mais gente, e, portanto, o seu fecho punha em causa postos de trabalho.

Deste modo, os estudantes procuravam evitar o encerramento efetivo e prolongado da AEIST. O mesmo faziam as autoridades que, mesmo destituindo direções e fechando a associação, tentavam encontrar forma de manter ativa a gestão da AEIST.

Outros estudantes ou associativos de outras escolas vinham à AEIST não só por razões de política estudantil, como também para utilizar os serviços e participar nas atividades culturais. Assim, muitos estudantes dirigiam-se ao IST para frequentar a cantina, a piscina, para participar nos bailes, para assistir a conferências, exposições, concertos, etc. A AEIST é vista pelos seus dirigentes como uma das mais importantes associações de estudantes do país e a *associação pivô de Lisboa*¹⁴⁹.

*O Técnico era um centro da universidade em Lisboa, não só da Técnica como também da Clássica. [Tinha uma] cantina, um ginásio, uma piscina, um campo de futebol de cinco e um ringue de patinagem, bastante mau, mas tinha. Era um polo de atracção. Tinha várias atividades: chegou a ter rugby; voleibol, este fundamental; andebol; e judo, posto pelo Sacramento, o presidente que me sucedeu. Creio que ainda no meu tempo comprámos uns tapetes para o judo. Vinha ali muita gente e, principalmente, muita conspiração partia dali. Em Direito e Económicas também se conspirava bem, mas o Técnico serviu de infra-estrutura logística e de presença à maior parte das RIA e não só. Em julho de 67 eu estava na RIA e o Sacramento na direção da associação. É o ano em que acabo o curso, ainda estou em funções mas o Sacramento já está eleito. Decidimos fazer, por proposta de Direito (...) uma manifestação contra a guerra do Vietname.*¹⁵⁰

A luta contra a guerra colonial, inicialmente apresentada como contestação à guerra do Vietname, constituiu, assim, uma reivindicação que permitiu e favoreceu ações conjuntas de vários setores estudantis.

Após a revolução de 1974, foi no IST que se realizou o primeiro plenário dos estudantes de Lisboa. Em janeiro de 1975, um dos mais emblemáticos plenários de estudantes sobre o Serviço Cívico Estudantil, de recusa da proposta do ministério da Educação, realizou-se no IST, com milhares de estudantes de todas as faculdades.¹⁵¹ Mais uma vez, as amplas instalações construídas nos anos 30 albergaram iniciativas que interessavam a estudantes das mais diversas faculdades de Lisboa.

Culturas estudantis (1945–80)

Entre os estudantes do IST de finais dos anos 40 e os dos 80, as diferenças são enormes, como diferentes são os Portugais de cada uma dessas épocas.

A partir dos anos 60, a juventude descobriu-se e foi descoberta, emergindo uma cultura juvenil (por vezes, mais visível do que a cultura do grupo social de origem do estudante), que começou a diluir a condição estudantil e que se articulou frequentemente com a luta contra o Estado Novo. Assim, importa perceber as transformações culturais nas quais os estudantes do IST viveram, tentando identificar algumas das suas práticas culturais em mudança. Com a revolução de 1974, o contexto político modificou-se radicalmente e processos de mudança social que vinham de trás alargaram-se ou alteraram mesmo a sua trajetória. A condição juvenil tornou-se mais importante do que a condição estudantil na configuração da identidade do grupo social dos estudantes. A integração europeia contribuiu para o fim do isolamento português e para a afirmação desta cultura juvenil que, na Europa, era muito anterior. Num quadro democrático, a juventude vive livremente na sociedade, deixando os contextos universitário ou associativo de constituir os espaços fulcrais de formação política e cultural em sentido lato. Assim, a cultura não pode ser analisada a partir da realidade associativa, nem tão pouco estudantil¹⁵².

Entrada no IST

As ciências sociais valorizam as fases liminares já que, geralmente, nos percursos, o primeiro momento do avistar da coisa nova, a primeira imagem depois da expectativa, a passagem da imaginação do lugar procurado para o confronto com a sua realidade, constituem momentos marcantes. Assim, justifica-se tentar perceber as razões da ida para o IST e identificar as imagens iniciais da nova escola, objetivos a que se pode aceder através das memórias de quem passou pela experiência.

De acordo com os testemunhos, a escolha de um curso de engenharia no IST deveu-se à vocação, à orientação de pessoas próximas (como

por exemplo pais já diplomados pelo IST, bons professores nas áreas de ciências no liceu), ao prestígio do IST, dos seus cursos e saídas profissionais. Para além destes motivos, o contexto de desenvolvimento e progresso técnico e científico incrementaram o fascínio pelas tecnologias, traduzindo-se na opção pelo IST aquando da ida para o ensino superior.

Feita a escolha e conseguido o objetivo, como se caracterizou o primeiro contacto com o IST?

Os entrevistados referem uma primeira impressão positiva do instituto e quase sempre o recordam como uma escola de prestígio, organizada e planificada, rigorosa, seletiva e com um elevado número de reprovações (principalmente nas matemáticas), considerando que continua a ser exigente no século XXI.

Da exigência e do prestígio decorre um certo elitismo, sentido, por exemplo, por João Vieira Lopes:

*Por razões familiares e outras, o Técnico não era propriamente novidade. A primeira noção é um certo sentido de austeridade, de disciplina e alguma cultura elitista. Naquela altura, as pessoas escreviam engenheiro eletrotécnico, mas punham sempre entre parênteses IST. O acesso ao ensino superior era restrito, e, culturalmente, havia muito maior proximidade e muito menos heterogeneidade em termos de pessoas que frequentavam estes cursos.*¹⁵³

Este olhar é partilhado por João Guerreiro:

*O IST metia respeito e era apreciado. Normalmente, as pessoas colocavam nos cartões de visita Engenheiro IST. Era a maneira de estabelecer uma diferenciação entre os engenheiros, marcando uma posição de distanciamento em relação à outra escola de engenharia então existente. Era uma escola de elite! E uma boa escola de elite!*¹⁵⁴

Os testemunhos lembram sobretudo uma grande escola e um elevado número de alunos, especialmente nas aulas teóricas, onde não havia lugar para todos (este número seria considerado pequeno quando comparado com o dos dias de

hoje, acrescentam), o que levava os alunos a chegarem bem cedo de manhã para conseguirem um bom lugar nas salas de aula e nos anfiteatros. Ficou também na memória aquilo que era, até há poucas décadas, um espaço masculino e com poucos automóveis.

Em termos pedagógicos, quase todos os entrevistados concordam que a escola, em certas áreas, podia ser melhor. Muitos referem não ter assistido às aulas teóricas por serem desinteressantes mas, embora faltassem a estas, não o faziam às práticas, onde as faltas contavam para reprovar. A imprensa estudantil e os comunicados denunciaram repetidamente os problemas pedagógicos¹⁵⁵. Assim, os alunos estudavam a matéria sozinhos ou em grupo, mais através das folhas do que dos livros, lembrando sobretudo o estudo no café e notando já a existência de cadeiras que se faziam numa noite¹⁵⁶. A memória da competência docente é, nos rebeldes anos 60, ofuscada pelo facto de haver bons, mas também maus professores e, nos anos 70, pela crítica do carácter abstrato e elitista do ensino.

Num outro plano, os professores mais tradicionais não permitiam que os alunos assistissem a aulas teóricas sem gravata, o que é sempre recordado. Assim, apesar de aparecer como um mundo mais aberto, o Técnico também é associado, antes do 25 de Abril, a certo conservadorismo no clima de algumas aulas e na relação entre rapazes e raparigas.

Paula Fonseca descreve assim o seu primeiro contacto com a escola nos anos 60:

*Outro choque foram as relações rapaz/rapariga. Nós vínhamos de turmas mistas, tínhamos uma relação solta, aqui os rapazes eram mais contraídos e as raparigas no Técnico até tinham uma sala só para elas, a sala das alunas. Mas já tinha tido o mesmo choque anos atrás, quando cheguei a Lisboa entre aos 11/12 anos e entrei no Liceu Maria Amália vinda de um liceu misto em Angola.*¹⁵⁷

Contraoponha-se um olhar masculino sobre esse mesmo mundo:

Como nos liceus os sexos eram separados, não estranhámos que o curso de eletrotécnica praticamente não tivesse mulheres. Em

*150 alunos do meu curso havia apenas três ou quatro. Só química é que tinha a maioria de mulheres.*¹⁵⁸

Exceção feita a este último curso, mais feminino, as mulheres eram muito poucas, o que fundamentava a imagem masculina do IST, mantida durante muitas décadas.

Particularmente marcante afigurou-se o contacto com a intensidade das atividades da AEIST, do movimento estudantil.

Mário Lino e Carlos Costa utilizam mesmo a expressão deslumbramento para caracterizar a descoberta daquele mundo. Afirmou o primeiro:

*No liceu, em Moçambique, já tinha alguma vida associativa, embora muito limitada. Mas o Técnico foi uma coisa deslumbrante, porque a associação fazia logo uma boa recepção aos alunos.*¹⁵⁹

Reportando-se a uma década depois, asseverou o segundo:

*Para um jovem acabado de chegar à universidade, aquilo era um movimento interessante: as reuniões, os dirigentes que eram pessoas que falavam bem e criavam um élan especial ... Eu era suburbano (morava em Queluz), logo, para mim, Lisboa e o movimento estudantil eram relativamente deslumbrantes.*¹⁶⁰

Os entrevistados caracterizam a AEIST como estruturada, forte, de esquerda e com secções que funcionavam bem. Pedro Coelho chama-lhe mesmo *a casa de todos os estudantes* e considera-a um *foco fundamental*¹⁶¹. Assim sendo, e dados os serviços prestados, muitos dos entrevistados nela se inscreveram logo no primeiro ano. A Recepção aos Novos alunos, com muitas atividades culturais, apelando à participação, consta frequentemente das memórias do contacto inicial com o IST, nomeadamente nos anos 50 e 60. A AEIST aparecia como um mundo de maior abertura, cheio de possibilidades.

Contudo, a um dirigente estudantil que frequentou parte do curso em ciências o ambiente desagradou inicialmente:

Eu não gostava muito do ambiente do Técnico. Durante o primeiro ano feito no IST não me entusiasmei com o movimento estudantil, que estava de ressaca depois da crise de 62, embora ainda tenha ido a um ou dois plenários. As instalações da associação não me agradaram do ponto de vista físico: nós chegávamos e descíamos, parecia quase um buraco com os muros a tapar.¹⁶²

Aluno anos mais tarde, Carlos Pimenta recorda uma escola em grande agitação política, que se prolongaria desde a sua entrada em 1972 até depois do 25 de Abril:

Foi agradável e muito bonito, a única coisa foi que se entrou numa escola em turbulência política, (...) muito conturbada. Tive logo assembleias gerais de escola, reuniões gerais de alunos e o Técnico fechou. Portanto, o primeiro contacto foi bom em termos académicos, porque gostei do ambiente e das aulas. Era tudo uma grande novidade e gostei muito. Depois, teve toda a carga política que, para mim, também era novidade e que, também, me motivou muito.¹⁶³

Para os alunos que já tinham trabalhado na Pró-Associação dos Liceus, a familiaridade com este ambiente era outra, entrando de pleno direito em círculos e mesmo em espaços onde anteriormente já tinham estado.

Sociabilidades estudantis

Ao implicarem inter-relação e partilha, as sociabilidades (episódicas ou prolongadas, voluntárias ou não), originam e difundem vivências de problemas, que constituem o meio onde se constroem e reconfiguram modos de vida e politizações, contribuindo as sociabilidades intensas para a formação das culturas organizacionais, mesmo em contextos de rutura

Tratando-se o IST de uma escola, os primeiros lugares de sociabilidade eram as aulas e as oficinas, os corredores, e os espaços exteriores dentro do IST. Porém, é nas sociabilidades não obrigatórias, de escolha livre, que importa atentar.

Já o fundador do IST, Alfredo Bensaúde, nos longínquos anos de 1920, se preocupava com o espaço, a cultura física e com as sociabilidades:

O instituto deveria possuir para uso dos seus alunos pelo menos um campo destinado a jogos ao ar livre ... um balneário, uma sala de ginástica, uma cantina que lhe fornecesse, por preço módico, ligeiras refeições durante o dia, assim como umas salas onde pudessem estudar ou simplesmente divertir--se honestamente e estabelecer entre si relações de intimidade, preciosas para as suas futuras carreiras, desviando-os ao mesmo tempo de más companhias e mil perigos.¹⁶⁴

Nos anos 40, o IST já se tinha mudado para um amplo *campus* murado planeado de raiz, com edifício próprio para a AEIST e destinado a atividades associativas, incluindo as desportivas, a que Bensaúde era sensível.

Os espaços para além das aulas

Cafés

Os cafés constituem os locais principais de sociabilidade, nestas décadas. Os estudantes estudaram, conviveram, discutiram e organizaram inúmeros eventos em *A Mexicana*, no *Copacabana*, na *Mimo*, no *Roma*, no *Londres* (com bilhar), na *Capri*, no *Pão-de-Açúcar*, no *Império*, no *Rialva*, na *Portugália*, no *Vá-Vá*, no *Nova Iorque*, no *Tatoo*, no *Monte Carlo* e no *Monte Branco*, no *Ibiza*, no *Luanda*, na *Desportiva* (uma papelaria junto ao IST com bilhar), no *São Remo* (onde se jogava bilhar e xadrez), no *Café Bocage* e no *Udina*.

Grande parte destes cafés situava-se ou situa-se ainda na área mais ou menos próxima do IST. Quem por lá passou fala com nostalgia dos cafés que atualmente já não existem, onde *fizeram várias cadeiras, ou mesmo o curso*. Mesmo mudando os públicos dos cafés ao longo dos tempos, a geografia política e cultural destes locais continua marcada. Comece-se a mapear os cafés:

No Café Bocage, era o grupo mais político e o do neorrealismo; no Udina, era o grupo do Técnico, onde preparávamos as aulas, os exames, sobretudo aquelas cadeiras que se

*faziam numa noite. (...) Nós juntávamos-nos aí e depois íamos para casa de um e passávamos lá a noite a estudar para o exame do dia seguinte.*¹⁶⁵

Ao *Rialva* iam os residentes da Casa dos Estudantes do Império, muito próxima, alguns dos quais alunos do Técnico, e os estudantes do IST em geral:

*Iam ao Rialva muitos alunos do Técnico e os da Casa dos Estudantes do Império. Aí conviviam estudantes do continente e das colónias, [o que era] importante por ali se trocarem muitas experiências diferentes, nomeadamente [sobre] a situação colonial. Muitas pessoas sabiam o que se passava nas antigas colónias através desse contacto, ou na própria Casa dos Estudantes do Império, onde alguns iam.*¹⁶⁶

Continuando, recorda outro dirigente:

*Havia uma série de cafés com muita característica de origem social: a Mexicana, o Roma e o Londres eram frequentados por pessoal da avenida de Roma, os filhos de família, os novos-ricos. Havia depois o núcleo à volta da Casa dos Estudantes do Império. Existiam ali dois cafés, o Rialva e a Mimo que, conjuntamente com a Casa dos Estudantes do Império, eram outro ponto de convívio e de encontro. Depois havia o Império, que também era outra grande fábrica (...) de estudantes. Chegava-se cá acima, olhava-se para baixo e toda a gente estava a estudar! Eram as salas de estudo possíveis.*¹⁶⁷

Porém, outros entrevistados sustentam que *A Mexicana*, o *Londres*, o *Roma*, o *Copacabana* e o *Ibiza* constituíam pontos de paragem, de conversa e de estudo porque a avenida de Roma e as Avenidas Novas eram sítios com residências e quartos para alugar e onde moravam muitos estudantes do IST.¹⁶⁸

No *Vá-Vá*, podiam encontrar-se intelectuais, artistas e estudantes. Sobre este café, Pedro Coelho afirma:

A minha tertúlia do Vá-Vá, depois do jantar, não era uma tertúlia de engenheiros, era

*uma tertúlia de gente das artes gráficas, cineastas, atores de teatro, jornalistas e escritores.*¹⁶⁹

João Vieira Lopes classifica os cafés da seguinte forma:

*Havia uma instituição que eram os cafés da praça de Londres, onde se formavam grupos. Havia grupos por regiões de origem, por atividades políticas, os do bilhar, etc. (...) Eu nunca fui muito dos cafés da praça de Londres, era mais dos cafés de Alvalade onde se juntavam estudantes de várias faculdades. Havia o Vá-Vá que era do cinema, o Luanda que era do teatro. Nunca fui grande frequentador da zona à roda do Técnico, mas ia ao Londres e ao Roma onde se jogava bilhar. Havia a Copacabana, na Guerra Junqueiro, que era mais dos professores. Outros estudantes iam para o lado da Duque de Ávila.*¹⁷⁰

Ainda há quem divida os cafés pelos dos lisboetas e os dos não lisboetas. Muitos dos alunos de fora de Lisboa frequentavam os cafés que ficavam abertos até mais tarde do que o IST, permitindo estudar, fazer outras atividades ou simplesmente estar:

*Eu fiz parte do meu curso na Mexicana. O nosso grupo reunia-se muito lá porque era a caminho do lar do Técnico. Normalmente comíamos na cantina, depois saíamos do Técnico, descíamos a Manuel da Maia, íamos à praça de Londres, depois a avenida de Paris. Nos primeiros anos, ainda estudávamos muito, e, curiosamente, nessa altura podia fazer-se isso na Portugalia. A cervejaria tem aquelas grandes mesas, e até ao meio-dia era normalmente onde íamos estudar as cadeiras que tinham imensos cadernos. Lembro-me que podíamos espalhar os cadernos de química geral e física I em cima daquelas mesas enormes.*¹⁷¹

Tal era a importância dos cafés que, quando se tornou obrigatória a presença ou a justificação de faltas nas aulas práticas e surgiu um cartão de faltas que deveria ser assinado pelo docente dessas aulas, um estudante,

*exímio falsificador de assinaturas, quase montou escritório no Londres, [onde] era abordado por alunos, muitos dos quais ele nem conhecia, para rubricar os cartões de faltas.*¹⁷²

AE

Para além de constituir um espaço destinado às atividades associativas e aos serviços, a associação representou um local preferencial de convívio, assumido como tal ou assim funcionando nos intervalos das atividades das secções. Na cantina, nestas décadas gerida pela associação, os alunos conviviam, especialmente os de fora de Lisboa, que ali almoçavam e jantavam. Como refere João Vieira Lopes,

*ali é que funcionavam os grupos dos algarvios e dos alentejanos, pessoas que viviam em quartos alugados. A cantina acabava por ser um pouco a sala deles.*¹⁷³

Outras secções proporcionavam também o convívio, como o ginásio, a piscina, o bar, a secção pedagógica, o grupo de desporto, o turismo, a atividade editorial, a cabine sonora, a secção cultural, etc.

O carácter politizado destas atividades acentuou-se ao longo dos anos 60 e 70, para posteriormente vir a perder essa natureza. Os associativos passavam ali grande parte do seu tempo a organizar atividades, muitas vezes de oposição ao regime:

*A associação era um mundo, tinha uma atividade frenética. As coisas eram bastante politizadas. Por vezes apareciam listas concorrentes à associação, denotando sensibilidades diferentes. Todos eram anti-ditadura, anti-colonialistas (apesar de relativamente a este aspeto já poder haver nuances), todos visavam a democracia, etc.*¹⁷⁴

Envolventes, as atividades associativas marcaram época:

Quando não tínhamos aulas íamos para a associação. Ia jogar xadrez, pingue-pongue, discutir política, trabalhar nas várias secções em que nos inscrevíamos.

O mesmo entrevistado descreve a associação da seguinte forma:

*Havia uma envolvente, as pessoas não estavam sós. Havia de tudo, mas muitos dos chamados associativos (os estudantes que dedicavam a sua vida à associação) eram muito bons alunos. E hoje (...) muitos antigos dirigentes e quadros associativos (...) são pessoas com grande prestígio. Não era por se envolverem em muitas atividades que não tinham tempo para estudar, ou que não tinham boas notas. Dedicávamo-nos a miúdas coisas ao mesmo tempo e às vezes não se dormia. Eu fiz muitas noites sem dormir. Vivíamos muito aquilo em que nos envolvíamos, tínhamos o tempo muito preenchido e convivíamos muito*¹⁷⁵.

Contudo, apesar da associação ter tido forte intervenção cívica e política, sendo também a casa dos estudantes, estes procuravam defendê-la, mantendo a atividade política direta de movimentos clandestinos ou semi-clandestinos fora do seu espaço.

Outros

Outros locais de sociabilidade estudantil foram, as residências de estudantes, nomeadamente o lar da AEIST, situado na avenida Almirante Reis; mesmo os não moradores podiam frequentar estes locais, desde que aí tivessem colegas, o que acontecia sobretudo à noite, aí pernoitando em contextos mais agitados.

Conviveu-se, também, na biblioteca do IST, na sala das raparigas ou em festas anuais como o Baile dos Finalistas (memorável nos anos 50) dentro do *campus*, mas também na Casa dos Estudantes do Império (com afamados bailes), no Clube Desportivo Universitário de Lisboa (CDUL), no Cineclubes Universitário, no Clube Universitário de Jazz e nas casas daqueles colegas onde os estudantes se sentiam particularmente à vontade¹⁷⁶.

Conversar e debater

Ainda que o papel do ativismo estudantil fosse notável até aos anos 80, sublinhe-se que o tema das conversas e dos debates em geral deixa

poucos rastros escritos, podendo recuperar-se o seu teor a partir dos conteúdos dos periódicos, comunicados, e demais literatura do tipo, em circulação, assim como de documentação pessoal, e ainda recorrendo à memória oral. Ora esta foi recolhida junto dos dirigentes estudantis.

Os estudantes falavam do quotidiano, do desporto (então um universo masculino), e da vida estudantil. Nas três décadas que se seguem ao fim da Segunda Guerra Mundial, os temas de conversa e debate entrecruzam-se com as bandeiras de luta e com os momentos marcantes a nível nacional e internacional, refletindo as preocupações com a vida associativa e estudantil e com a situação política, comentando-se também os avanços científicos e tecnológicos da época e questionando-se o papel do engenheiro na sociedade.

As vivências das aulas, os percalços dos estudos, assim como o quotidiano eram, obviamente, temas de conversa, notando-se igualmente preocupações com a habitação nos entrevistados vindos de fora de Lisboa.

No entanto, essas três décadas não constituem um período homogéneo.

Nos anos 50, os estudantes preocupavam-se com os assuntos da AE. O decreto-lei 40900 relançou discussões, já iniciadas, em torno da autonomia da associação. Então pensava-se a organização do movimento universitário e a sua autonomia, as questões pedagógicas, o problema da gestão universitária, debatia-se a ideia de fazer um grande congresso estudantil e discutiam-se temas culturais. Falava-se sobre a realidade nacional e internacional a nível económico, político e cultural. Os diferentes posicionamentos políticos, especialmente entre comunistas e outros opositores ao regime mais moderados, estavam na base de debates, mesmo dentro da associação, nem sempre se chegando a um consenso em termos de ação estudantil.

Após a luta contra o decreto-lei 40900, a crise estudantil de 1962 e o início da guerra colonial, as preocupações políticas no meio estudantil acentuaram-se. Muito embora, até meados dos anos 60, se discutisse política, tal acontecia sobretudo entre pessoas de confiança, num ambiente mais reservado e também nas entrelinhas dos debates culturais.

Na realidade, entre os mais interessados falava-se muito de cinema, literatura, arte e música. Segundo Mário Lino, havia

*(...) discussões filosóficas sobre o sentido da vida, sobre a ética, sobre Marx, Engels, Lenin, Kant, Hegel e tantos outros; sobre o existencialismo e o neorrealismo no cinema, na literatura e na arte em geral; sobre os temas políticos da vida nacional e internacional; sobre o papel dos estudantes, o papel da universidade, a responsabilidade social, a vida sexual, a condição feminina, os costumes. Todas essas questões eram muito envolventes e nós discutíamos-las todas, muitas vezes com o apoio de livros e revistas. Mas também discutíamos futebol e outros desportos*¹⁷⁷.

As dissidências surgidas no seio do movimento comunista ganharam relevo nas conversas nos anos 60, para se virem a acentuar na década de 70:

*Falávamos do Mao Tsé-Tung, do Che Guevara, mas curiosamente, falávamos pouco de Estaline, porque o PC desviava as conversas*¹⁷⁸.

Com a afirmação dos novos modelos de socialismo, a abertura de Maio de 1968 e as notícias de movimentos estudantis estrangeiros, às novas reivindicações em termos pedagógicos juntam-se os temas das relações entre os géneros e da sexualidade, bem como do sentido político das mais elementares práticas quotidianas, alvo de grandes e mesmo violentas polémicas, apesar da repressão.

Embora inicialmente não constituísse um tópico claramente abordado, os estudantes angustiavam-se com a guerra colonial, presente no horizonte de vida de todos, e constituindo uma preocupação acrescida para aqueles que estavam no limite do adiamento do serviço militar permitido pelo estatuto de estudante. António Mota Redol refere que

(...) houve uma altura em que começaram a aparecer uns estudantes que não tinham acabado o curso no Técnico, foram metidos na tropa, e já vinham das colónias. Então,

*eles já começavam a falar da guerra e nós já tínhamos um bocado a ideia do que se passava, mas eram sempre umas conversas muito cautelosas. Falava-se que era complicado, que às vezes havia tipos que morriam, e não se passava muito disso*¹⁷⁹.

Uma discussão mais aberta sobre a ilegitimidade da guerra e, sobretudo, sobre se devia ser combatida pelo interior ou pela fuga ao serviço militar surgiu, em particular, com as posições defendidas pelas Novas Esquerdas já no final da década de 60. Então, a guerra colonial pesou bem mais nas conversas entre os estudantes e nas suas ações, algumas das quais foram convocadas como reuniões ou manifestações contra a guerra do Vietname, que funcionou como instrumento para chegar ao posicionamento contra a guerra colonial portuguesa, como na manifestação de fevereiro de 1968 e noutras que se lhe seguiram.

Mais tarde, os estudantes contestaram abertamente a guerra colonial. Veja-se o testemunho de José Mariano Gago:

Se tiver de escolher uma ação política que fiz que considero verdadeiramente relevante no movimento estudantil foi ter, na primavera de 1970, promovido em Lisboa uma reunião pública com os presidentes de todas as associações de estudantes, e que ocupou o átrio da Faculdade de Letras de Lisboa, contra a guerra colonial, considerado um tabu do movimento estudantil. O PC estava completamente contra que o movimento estudantil se metesse nisso. Mas para nós era essencial que o movimento estudantil tocasse naquilo que era um elemento absolutamente central: os rapazes saíam dali e iam para a guerra. Estava na nossa consciência: o que é que nós estávamos a fazer no movimento estudantil se não tocássemos nesse problema? Foi uma reunião que eu dirigi e, por solidariedade, todos os presidentes de associações de estudantes estiveram presentes. O átrio da Faculdade de Letras [estava] completamente cheio de gente e com um professor, o Lindley Cintra e um investigador da universidade, o Afonso de Barros, presentes. Lembro-me onde é que o Lindley estava, na sala. Diria

*que isso marca, também, uma mudança na relação do movimento estudantil com a política e com a sociedade.*¹⁸⁰

Sobre as conversas e o lugar ocupado pela guerra colonial, a partir do final dos anos 60, afirmou Carlos Costa:

As conversas públicas e privadas não eram muito diferentes umas das outras. Por exemplo, em 1971, fui dirigente de uma Cooperativa Cultural na Amadora, onde se realizavam atividades culturais e onde se pretendia conquistar um espaço de liberdade, possibilitando discussões com alguma abertura. Também a AE era um espaço mais ou menos tolerado de liberdade de expressão, embora, de vez em quando, a polícia intervisse, encerrando-a e prendendo pessoas. Nas associações de estudantes e dentro da universidade, em reuniões mais ou menos alargadas, não me coibia de defender que a política colonial era errada, que a guerra devia acabar, que os povos coloniais tinham direito à independência, que o governo era fascista, que reprimia e que devia ser derrubado. Este tipo de temas, tabu na sociedade, abordávamos-los, por exemplo, em resoluções, em reuniões de colaboradores ou em material escrito da responsabilidade da direção, e o que era escrito no Técnico era único e tinha um eco importante. Isto era falado com alguma naturalidade em todo o movimento estudantil, a partir de 1969. Em Coimbra a situação foi um pouco diferente, mas em Lisboa, nas reuniões, reuniões e assembleias, estes temas eram discutidos. (...) Estas discussões ajudaram a criar na minha geração um sentimento anti-fascista mais alargado. É um pouco difícil perceber até que ponto este ambiente de liberdade que se vivia na universidade foi importante, sendo talvez mais fácil analisá-lo através de pessoas que não eram ativistas do movimento estudantil e que se sentiram envolvidas por este clima. Lembro-me de dirigentes da PT, onde trabalhei, se referirem aos tempos do Técnico como tempos importantes. Estas pessoas não tinham tido muitas ligações ao movimento estudantil, mas, depois do 25

*de Abril, diziam que tinha sido importante. Também num sentido negativo porque se traduziu em prejuízos pessoais para muita gente, com perdas de ano ou idas para a guerra. Era algo conquistado, mas ao mesmo tempo tolerado, porque o governo achava que poderia tolerar isso às elites.*¹⁸¹

Revelador desta crescente abertura para falar da guerra colonial foi o lugar que o tema foi ocupando na imprensa estudantil até ao 25 de Abril. Se até 1967/68 não constava dos temas abordados, a partir daí, várias foram as referências (com textos e fotografias) aos crimes de guerra e violência no Vietname, metáforas do que acontecia nas colónias portuguesas. Assim, por exemplo, o *Binómio* de fevereiro de 1973, mesmo em cima do sucedido, condenou abertamente o assassinato de Amílcar Cabral, ocorrido no dia 20 do mês anterior, a repressão feita à iniciativa católica de contestação à guerra colonial na capela do Rato, publicou a moção do Conselho de Segurança da ONU, que reconhecia às colónias portuguesas o direito à autodeterminação e à independência, e ainda noticiou o movimento associativo dos estudantes de Moçambique¹⁸².

Alguns dos entrevistados sublinharam a importância dos contactos entre os estudantes e militares enquanto alunos do IST. Em certa fase, os engenheiros militares (do Exército e da Força Aérea) iam ao IST fazer parte dos seus cursos de engenharia. Assim, apesar da contenção militar, o seu encontro quotidiano não podia deixar de evocar a guerra colonial, que os civis iriam viver enquanto milicianos e os militares iriam experienciar em posição profissional e sobre a qual tinham desde logo mais e diferentes notícias. Se os civis liam literatura de crítica ao regime e ao colonialismo, os militares também tinham de saber desta última para conhecer o inimigo que combateriam. Nenhuma das partes podia ficar imune à convivência. Para além disso, a experiência do clima de liberdade vivida no interior da AEIST, a crítica aberta da guerra colonial e a visão dos confrontos frequentes entre estudantes e forças policiais não podia deixar de ser observado pelos militares. Verificou-se, aliás, uma deserção para a Suécia e Bélgica de 10 ex-alunos da Academia Militar que

tinham frequentado o IST e outros casos se verificaram de abandono do Quadro Permanente das Forças Armadas¹⁸³. Com repercussão indiscutível nas Forças Armadas e no movimento estudantil, estes casos propiciaram que as associações de estudantes se tornassem plataformas favoráveis a fugas à tropa e à guerra.

Com o 25 de Abril, os debates políticos prevaleceram, ainda que com contornos muito diferentes, dada a nova situação política do país. Combateu-se politicamente tendo em atenção a conquista do poder no movimento associativo e no movimento estudantil (nomeadamente em processos eleitorais e nalgumas situações de conflito aberto).¹⁸⁴

Práticas culturais

Se, dum modo geral, nestas décadas, se notava a preocupação cultural, nos anos 60 e 70, os dirigentes associativos revelavam um enorme interesse pela cultura e pela articulação entre política e cultura.¹⁸⁵ Assumiam-no como, por exemplo, num artigo em que se afirma que as autoridades do regime

*(...) não estão nada interessadas em que os indivíduos possuam uma consciência crítica e reflexiva dos acontecimentos que os enquadram e sabem também que a cultura é o meio de a adquirirem.*¹⁸⁶

No contexto repressivo e de censura do Estado Novo, o conhecimento e o acesso a livros, filmes, música e peças de teatro, incluindo os proibidos pelo regime, ganhavam contornos de combate também político. As atividades culturais representavam uma dimensão importante da vida pessoal e de grupo. José Mariano Gago descreve esta sede intelectual como

*(...) uma procura de saber muito mais e de perceber muito mais, num país em que nada funcionava, em que nada era informado e em que tudo estava fechado.*¹⁸⁷

Apesar das abordagens diversas e das prioridades conjunturais, a AEIST manteve uma atividade cultural enorme e diversificada, com concertos de música clássica, coros, jazz, música de intervenção, exposições de pintura, colóquios

sobre literatura, sessões de declamação de poesia, etc. Algumas destas atividades estavam desde logo presentes na semana da Receção aos Novos Alunos¹⁸⁸. Ao longo do ano letivo, asseguravam-se páginas culturais na imprensa associativa e existiu mesmo um periódico de curta duração apenas dedicado à cultura, intitulado Esteiro¹⁸⁹. Em todos estes anos, os estudantes orgulhavam-se da *Técnica*, editada pela sua associação, considerada a principal revista de engenharia em Portugal.

Livros

Até aos anos 80, os entrevistados procuraram os livros com uma componente política e social forte, designadamente os livros marxistas. Apesar da dificuldade em lhes aceder durante o Estado Novo, dado que muitos eram proibidos pela censura, estes conseguiam-se clandestinamente em vários locais, de que a Livraria Barata é emblemática. De França vieram também muitos livros, igualmente em condições ilegais. Alguns entrevistados ainda hoje comentam a sorte daqueles cuja família tinha ou acedia mais facilmente a estes livros.

Para os entrevistados, autores de referência foram Marx, Engels, Lenine, Rosa Luxemburgo, Pannekoek, Mao Tsé Tung, Che Guevara, Fidel Castro, Amílcar Cabral e Frantz Fanon. No campo da literatura portuguesa, lembraram-se Eça de Queirós, Ferreira de Castro, Aquilino Ribeiro, Fernando Namora, Alves Redol, Sttau Monteiro, Urbano Tavares Rodrigues e José Cardoso Pires, destacando-se o neorrealismo, bem como a revista Seara Nova. Enquanto, na literatura americana, se recordaram Ernest Hemingway e John Steinbeck; entre os autores brasileiros lembraram-se, Jorge Amado, Erico Veríssimo, Lins do Rego, Graciliano Ramos e Josué de Castro; na literatura francesa, Stendhal, Aragon, Sartre, Camus, Roger Vaillant, Simone de Beauvoir e André Malraux; na literatura russa, Máximo Gorki, Dostoievsky, Constantin Simonov e Tolstoi; na literatura grega, André Kedros; e na literatura italiana, Elio Vittorini, Giovanni Papini e Curzio Malaparte. Os livros técnicos e científicos interessavam essencialmente aos alunos mais aplicados, exceção feita aos obrigatórios nos

respetivos cursos. Até ao 25 de Abril, liam-se os jornais portugueses mais nas entrelinhas do que nas linhas, procurando-se a imprensa estrangeira. Jorge Dias de Deus relatou:

*Os livros eram na Barata. O senhor da Barata tinha lá uns livros clandestinos que nos mostrava, e nós comprávamos. Ele fazia um bom negócio com a literatura clandestina! Arranjavam-se os livros marxistas, leninistas e o que fosse necessário. Acho que havia bastantes. Depois havia, por exemplo, o pai de um colega que recebia os jornais de França e nós líamo-los. Eram coisas um pouco ridículas, mas eram importantes. Mantinham-nos ligados à informação mais normal, porque nós, praticamente, não líamos os jornais de cá. Só líamos se fosse preciso fazer um artigo para o jornal da associação.*¹⁹⁰

Dedicando-se a própria AEIST a divulgar literatura, constituiu um evento marcante o ciclo de cinco conferências sobre Correntes da Literatura Contemporânea, que originaram publicações editadas pela associação e que alguns entrevistados ainda hoje guardam¹⁹¹.

Realizado em 1964, este ciclo de conferências versou sobre o naturalismo (Joel Serrão), o surrealismo (Ernesto Sampaio), o existencialismo (Vergílio Ferreira), o neorrealismo (A. Pinheiro Torres), e o novo romance (Alfredo Margarido). Como afirmou um dos dirigentes que guardou estes volumes:

*Estas conferências geraram uma saudável e vivíssima polémica, principalmente entre a corrente neorrealista e a corrente existencialista. (...) A polémica estourou também com muita vivacidade em torno do então recém aparecido Um Dia na Vida de Ivan Denisovich de Soljenitsine, questionando frontalmente o sistema soviético. Foi delicioso! Os textos das cinco conferências foram editados pela associação em dois volumes impressos em offset, que de imediato se esgotaram.*¹⁹²

Reportando-se a esse mesmo ano, Jorge Veludo recordou a revolta sentida entre os estudantes pelo encerramento da Sociedade Portuguesa de Escritores, após a concessão do prémio literário a Luandino Vieira, então preso pelo regime.¹⁹³

Na biblioteca do IST, podiam-se encontrar livros proibidos pelo regime, o que, mais uma vez, é interpretado pelo carácter transitório da condição do estudante universitário:

*Tenho a impressão que haveria uma certa tolerância relativamente àquilo que os jovens faziam nas escolas superiores, desde que fosse lá dentro e não transparecesse cá para fora, porque, por um lado, eram privilegiados, por outro lado acreditava-se que quando entrassem no mundo do trabalho essas ideias passariam. Os livros estavam disponíveis para todos. Era uma liberdade restrita a certos núcleos ou centros de privilegiados, que estavam bastante fora da massa sujeita à repressão diária, à falta ou manipulação de informação, de formação, etc.*¹⁹⁴

Cinema

Embora inúmeros filmes e espetáculos fossem proibidos antes do 25 de Abril, a visualização de cinema, por iniciativa dos cineclubes, foi frequentemente seguida de discussões de ordem social e política, constituindo espaços com alguma liberdade de expressão. Entre os estudantes do IST, alguns dos quais assíduos frequentadores dos cinemas Império ou Monumental, o cineclubismo esteve bem presente, havendo muitos sócios do Cineclube Universitário de Lisboa, aliás criado por iniciativa da AEIST¹⁹⁵. Outros filmes de distribuição comercial regular originavam o mesmo tipo de debates, que se prolongavam em ambientes mais resguardados ou na imprensa estudantil¹⁹⁶. Nas próprias associações de estudantes se projetavam filmes, como foi o caso do *Couraçado Potemkin*, cujo visionamento, em 1972, originou que uma das listas candidatas à AEIST o incluísse no debate político-associativo:

É um exemplo do que não se deve fazer no campo [cultural] a recente projeção do Couraçado Potemkin nos moldes em que foi feita: mal anunciada, sem preparação da

*discussão posterior, resumindo-se tal projeção a uma vulgar sessão de cinema.*¹⁹⁷

Os estudantes procuravam aquilo que João Cravinho chama filmes de autor ou filmes de tese, que materializavam uma articulação política / cultura / conhecimento da realidade, e que

*(...) funcionavam como instrumentos de formação de quadros de pensamento, de definição de situações e, de certo modo, de julgamentos de juízos informadores da bondade da visão mais global, chegando a um dado filme através de um realizador, e não o contrário.*¹⁹⁸

Deste modo, se os realizadores referidos nas entrevistas se repetem, tal não acontece com os filmes mais marcantes. Realizadores lembrados são:

no cinema italiano: L. Visconti, D. Risi, M. Antonioni, F. Fellini, P. P. Pasolini, R. Rossellini e V. De Sica,
no cinema francês: F. Truffaut, J.-L. Godard, J. Rivette, J. Bécker e A. Resnais,
no cinema americano: O. Welles, J. Ford, S. Kubrick, Chaplin e A. Hitchcock,
o realizador japonês A. Kurosawa e o sueco I. Bergman.

O critério político estava muito presente no visionamento ou, pelo menos, na discussão sobre cinema. Carlos Costa refere, que muitos estudantes avaliavam a qualidade dos filmes pela presença de uma mensagem política e pela opção política tomada:

*Na época, nós estávamos sedentos de conhecimento e de informação e qualquer filme que não fosse justo para com a luta de classes era mau.*¹⁹⁹

Assim, os entrevistados dos anos 50, 60 e 70 gostavam do cinema neorrealista italiano. Ao ser nomeado pelos dirigentes estudantis mais recentes, o cinema francês da *Nouvelle Vague*, para alguns, representava uma nova e mais moderna época. Quanto ao cinema americano, a polémica surgia:

Quando estive na direção do Cineclube organizámos alguns ciclos cinematográficos

*com esse tipo de filmes o que, aliás, dava origem a debates muito acalorados, porque as pessoas mais sectárias consideravam que o cinema americano era imperialista.*²⁰⁰

Ingmar Bergman suscitava o mesmo tipo de discussões:

Uma vez estava no cinema Roma, no cineclube, a ver os Morangos Silvestres do Bergman. Eu estava a adorar e um grande amigo meu, que na altura era muito estalinista, estava na fila de trás e só chateava toda a gente dizendo:

–Esta burguesia ... e andam os operários aqui a ser explorados!

*Achava aquele comportamento detestável. Era assim, vivíamos intensamente as coisas. Não era de uma forma passiva. Nós sabíamos praticamente tudo o que se passava ao nível das correntes literárias, filosóficas, do cinema, do teatro, etc.*²⁰¹

Jorge Dias de Deus sintetizou:

*Na política era tudo da mesma opinião e dizíamos todos a mesma coisa. No cinema havia divergências: havia uns puristas que diziam que o Bergman não era suficientemente de esquerda para ser bom.*²⁰²

Em qualquer caso, mesmo estes debates mostram uma presença forte do cinema entre os estudantes do IST.

Teatro

Considerado a locomotiva de popularização cultural, no dizer dos anos 60, ou, nas palavras de Jorge Veludo, *uma arte muito mobilizadora, pelo contacto direto dos atores com o público*, o teatro ocupou os estudantes do IST, que denunciaram o seu controlo pelo regime e a censura a peças que, após uma ou duas sessões, foram proibidas²⁰³.

Se o teatro utilizava espaços comerciais, este também se fazia nas associações de estudantes, pela maior liberdade aí permitida. Em Lisboa, o Grupo de Teatro de Letras e o Grupo de Teatro de Direito salientavam-se, pelas peças que apresentavam e pela continuidade. O Grupo de

Teatro do IST não funcionou permanentemente, lembrando-se porém das suas performances os entrevistados que frequentaram o instituto nos anos 60/70. Independentemente do local de representação, ficaram na memória peças como por exemplo: *Mário. Eu próprio. O outro* de Mário de Sá-Carneiro, *O Judeu* de Bernardo Santarém, *Tartufo* de Molière, *Antígona* de Sófocles de Brecht, *O Urso* de Tchekhov, *Os Sequestrados de Altona* de Sartre, *A Casa de Bernarda Alba* de Federico García Lorca e *Morte e Vida Severina* baseada num poema de João Cabral de Melo Neto e musicada por Chico Buarque de Holanda que veio a Portugal, em 1967, através do Teatro da Universidade Católica de São Paulo, tendo esta acabada também por ser proibida.

Rogério Paulo e Mário Sérgio encenaram algumas das peças representadas pelos estudantes do IST e, necessariamente, ensinaram os estudantes a colocar a voz e a falar em público²⁰⁴.

Mariano Gago relata o ambiente dos ensaios:

O curso de teatro do Rogério Paulo foi muito engraçado porque permitia, por exemplo, juntar muita gente, discutir teatro, aprender algumas coisas básicas (...) quando comparado com aquilo que os meus colegas do Grupo de Teatro da Faculdade de Letras estavam a tentar fazer. Mas foi uma aprendizagem importante. Aliás, nunca me esqueci de quando comecei as aulas porque o Rogério Paulo punha-nos no ginásio da AE a ler uma fala de uma peça qualquer e ele punha-se na outra ponta. E dizia:

–Não oiço, fala mais alto.

Eu falava mais alto e ele dizia:

–Mas essa fala não é a gritar, pois não?

Essa pessoa está a falar baixo para a pessoa do lado, portanto, eu tenho de ouvir aqui e tu tens de falar baixo para a pessoa do lado. Era uma aprendizagem de colocar a voz, de ter atenção a fazer-se ouvir. Isso foi muito importante para mim para falar em público. Só reconheci isso mais tarde. Isto é uma reinterpretação, na altura não percebi o que estava a acontecer. Percebia que gostava de fazer isso, gostei muito de fazer uma encenação de Tchekhov, etc. Gostei muito de ler clássicos modernos americanos de teatro e de descobrir na excelente biblioteca da

*Embaixada Americana, que ficava ali perto, coisas que eu nunca tinha visto e que não conhecia*²⁰⁵.

As Novas Esquerdas e os seus ventos de mudança também sopraram no teatro. Uma peça que exprimiu as novas posições na área cultural, nomeadamente no teatro, foi *O racismo não existe*. Criada no IST, encenada por Mário Sérgio e com música de um estudante do IST, A. P. Braga e representada em 1969 e 1970, a peça versa o racismo. Denunciava-o como *razão ideológica de que se servem as classes dominantes para justificar [a] dominação de classe* e como *participado a maior parte das vezes pelas classes exploradas do país dominador de países de povos de cor diferentes*. Assumindo esta posição, o grupo teatral propunha-se fazer *um teatro incómodo e profundamente politizado, um teatro não-burguês que à burguesia nada dissesse*, distanciando-se do *teatro conformista de esquerda*. Num gesto de algum modo auto-crítico, sempre num tom combativo e radical, o grupo afirmava contudo ainda não ser possível *instaurar uma nova cultura, que fosse a dos explorados e oprimidos*.²⁰⁶

Posteriormente, a peça *O Ensino Médio*, inclusivamente representada durante uma reunião geral de alunos, teve a mesma preocupação central de intervenção, denunciando o carácter de classe desse ensino e, em especial, a repressão vivida pelos alunos dos Institutos Industriais e Comerciais, cuja escola tinha sofrido uma intervenção policial e que estavam a braços com processos disciplinares.²⁰⁷

No campo da expressão dramática, poderão ainda situar-se as leituras dos discursos dos deputados do regime na Assembleia Nacional, com o objetivo de os caricaturar, na cabine sonora.

Música

Tentando o Estado Novo controlar a criação e interpretação musicais, a atuação ao vivo configurava-se com contornos que nada têm a ver com os atuais e constituía, mais do que um espetáculo, um ato de mobilização política e cultural, próprio de uma cultura de resistência. Veja-se o testemunho de Fernando Valdez,

quando afirma que, como muitos dos trabalhos não estavam disponíveis em discos, os cantores

*(...) ouviam-se em sessões, muitas vezes, com as faculdades cercadas pela polícia e pela PIDE, e com negociações para as pessoas poderem sair de lá – isto aconteceu em vários sítios, no Técnico, em Ciências e em Agronomia.*²⁰⁸

Nas associações, os estudantes convidavam os músicos de intervenção (portugueses, mas também espanhóis e brasileiros), cantando frequentemente com eles.

Foi o caso de vários concertos de José Afonso no IST, que atuou em 1968 (no Festival de Poesia e Canção de Protesto) e depois nos anos 70. Na última destas sessões, o cantor foi interpelado por aqueles que o consideravam recuado e que contestaram letras das suas canções, como *A Morte Saiu à Rua* ou *O que faz falta*, por não equacionarem devidamente os problemas ou não apresentarem alternativas corretas. Concretizando este último caso: ao verso *O que faz falta?* sucedia o verso *É avisar a malta* que, entendido literalmente como resposta à pergunta anterior, seria insuficiente do ponto de vista da ação política. Mesmo tendo sido uma interpeção minoritária, o presidente da AEIST teve que intervir em defesa do cantor e poeta.²⁰⁹

Sendo hoje muito difícil assumir ter-se criticado e interpelado José Afonso, esta memória revelou-se difícil de recolher e apenas foi ouvida de quem o defendeu.

Tendo as sessões anteriores no IST e noutros locais sido bem diferentes, a força da sua música aparece em muitos testemunhos. Sobre o percurso de José Afonso e o dealbar da música de intervenção, afirma um dos entrevistados:

Recordo com muita saudade ter assistido em Coimbra, numa sala da Associação Académica, a uma das primeiras apresentações para um público restrito do Menino do Bairro Negro que o Zeca ainda estava a afinar. Era o início de uma evolução – o fado de Coimbra mantinha os seus pergaminhos, mas surgiam novos caminhos com novas músicas de intervenção, as baladas. Nas festas académicas do tempo, o José Afonso e a sua música de intervenção eram presença

*obrigatória. O início dos anos 60 foi o começo e o Zeca estava presente um pouco por todo o lado. (...) Depois a música dele evoluiu e implanta-se no país.*²¹⁰

Esta empatia em torno de José Afonso levou a que o *Binómio* denunciasse a suspeita interrupção de um concurso do Rei da Rádio, em que o público votava diretamente e em que o cantor ia à frente.

A AEIST editou livros com as letras das suas canções e entregou o produto da venda à mulher (subentendendo-se que estava preso), e proporcionou-lhe também emprego como professor de judo, arte marcial na qual tinha uma graduação muito elevada, quando estava impedido de ensinar no ensino público e privado.²¹¹

Em 1967, particularmente premonitória foi a súbita introdução, num artigo sobre os 80% de reprovações a matemáticas gerais, de uma caixa com as duas primeiras estrofes de *Grândola*, a emblemática canção do 25 de Abril.²¹²

O encanto de José Afonso exprimiu-se também assim:

*Eu ia ao ballet, a concertos e à ópera de vez em quando. Mas de facto o que mais gostava era de ouvir o Zeca Afonso e muitos dos outros baladeiros. Um espetáculo com o Zeca, que coisa mais emocionante! Depois [cantávamos] aquelas coisas dele. Aquela voz magnífica. Eram momentos magníficos! Estes espetáculos eram simultaneamente jornadas de luta, algumas delas terminadas com um cerco da polícia às instalações.*²¹³

De formas diferentes e em momentos diferentes, os estudantes do IST iam a casas de fado em Alfama nos anos 50 assim como ouviam compositores clássicos, ópera, jazz e blues nesta década e na seguinte.²¹⁴

Quanto a música clássica ouviam Monteverdi, Bach, Beethoven, Haydn, Mozart, Wagner, Verdi ou Debussy.²¹⁵

Constituindo a música clássica uma referência musical dos anos 50 e 60, na imprensa estudantil escrevia-se sobre Bach ou Wagner ou ainda sobre compositores portugueses, como Luís de Freitas Branco, Álvaro Cassuto ou Fernando Lopes Graça.²¹⁶

Sobre o jazz, pronunciaram-se, entre outros, dois dos entrevistados. Sobre os anos 50, afirmou João Cravinho:

*Para alguns, era um gosto e era um consumo cultural perfeitamente natural, para outros era um sinal de distinção, tinham de ter um emblema e uma atitude em relação à cultura em que lhes fosse reconhecida alguma característica notória, e o jazz servia magnificamente para isso.*²¹⁷

E, sobre a viragem para os anos 70, confessa Carlos Costa:

*Passsei também a gostar de jazz porque havia algumas sessões interessantes de divulgação. Um especialista, se bem me recordo, o José Duarte, era convidado com alguma frequência e fez uma série de sessões à noite muito frequentadas.*²¹⁸

José Duarte, líder do Clube Universitário de Jazz, assegurou a ligação deste tipo de música ao IST. Este apreciador e divulgador de jazz realizava 3 tipos de sessões fonográficas:

*(...) num tipo, [dava] a ouvir trechos de jazz, [comentava-os e debatia-os] com a assistência; noutra ordem de ações, [organizava] concertos com músicos portugueses; no último tipo, [levava] bandas ao IST, em especial as que vinham nos barcos de guerra americanos onde cumpriam o serviço militar.*²¹⁹

Justificando a AEIST como um espaço abrigado para esta difusão do jazz, José Duarte afirmou: *O Técnico tinha um prestígio ... liderava um bocado as associações, reiterando mais adiante que o Técnico tinha muita força e para a PIDE, [intervir] no Técnico era uma decisão ponderada. Ainda seguindo José Duarte,*

*(...) usava-se o jazz porque se gostava de jazz e se gostava de passar essa paixão mas, por outro lado, era uma arma para resistir, para fazer exposições de cultura africana e fazer colóquios.*²²⁰

Nos anos 60 e 70, também se ouvia pop e rock (Beatles, Rolling Stones), Folk (Bob Dylan, Joan Baez e Pete Seeger) e música francesa.

Nos anos 60, o pop-rock português constava do programa das Semanas de Receção aos Novos Alunos: em 1966, nela atuaram os *Kappas*, o *Quinteto Académico* e os *Jets*²²¹.

Nos primeiros anos 60, a direita caricaturou o Rock como ié-ié:

*(...) a mística ié-ié, começada com o surto de Rock and Roll, aqui há uns anos virou em técnica social do frenesim. E na qualidade de histeria coletiva adquiriu uma super-estrutura política. (...) [O] decorrente movimento ocidental dos ié-iés é frenético, é catecismático, é monótono e é fatalista. Verdadeiramente, é um movimento da selva-jaria para gente branca e apresenta-se como tentativa, muito grave, porque com certo sucesso, de cafrealização maciça da humanidade civilizada. É um ambiente intelectual de senzala.*²²²

Contudo, não foi por esta perspetiva do pop e do rock como selvático que este tipo de música ocupou um lugar moderado durante vários anos. Muito embora não possa ser generalizada a todas as épocas, atente-se nesta afirmação de António Mota Redol:

*A maior parte das pessoas que não eram adeptas da música pop eram da associação, porque achávamos que [essa música] era mal definida, confusa, protestavam, mas não sabiam bem contra o quê. Gostávamos de saber bem o que se protestava! A música de intervenção era a preferida de todos. O Zeca Afonso, o Adriano, depois o José Mário Branco, o Sérgio Godinho, o Manuel Freire, e outros. No Técnico havia o A.P. Braga, que foi da direção da associação e que ainda gravou alguns discos. E houve outros de Coimbra e de Lisboa.*²²³

Estes músicos encontraram nas associações de estudantes espaços privilegiados para apresentar o seu trabalho. Jorge Veludo caracteriza-as como ilhas exóticas, que não entravam dentro do esquema, pois *nelas se vivia uma legalidade democrática que não existia no resto do país.*

Esta perspetiva também se aplicava a algumas sociedades recreativas e culturais de bairro, como mostram o exemplo de Jorge Veludo (Ateneu, do bairro da Madre Deus) e de Carlos Costa (Cooperativa VIS, da Amadora).²²⁴

Sobre o clima musical do IST nos anos 70, leia-se ainda a seguinte passagem escrita por um antigo aluno do IST sobre a preparação da reabertura da secção sonora da AEIST:

*[Nas emissões não esquecíamos] a música, não apenas a música do tipo Chants du monde, mas também as de carácter genuinamente popular ou de intervenção, desde as de Zé Mário Branco, Luís Cília, Sérgio Godinho, Adriano Correia de Oliveira, José Afonso, Leo Ferré, Joan Baez, Bob Dylan, John Lee Hooker, até aos blues, ao jazz norte-americano, aos cânticos e espirituais negros.*²²⁵

Artes plásticas

A expressão plástica e a arte pública ocuparam estudantes do IST e seus próximos. Se recentemente surgem *graffitis*, já nos anos 70/80, as paredes do IST foram objeto de cuidadosas pinturas murais.

Às artes plásticas atenderam já os estudantes do IST nos primeiros anos 60, com a realização de grandes exposições. Em 1962, realizou-se a Exposição Retrospectiva de Arte Moderna Portuguesa, no salão nobre do IST. Beneficiou de visitas guiadas por Rui Mário Gonçalves, que fez os contactos com os artistas participantes. Exuseram, entre outros, Júlio Pomar, Querubim Lapa, Jorge Barradas, Nikias Skapinakis, Almada-Negreiros, Rogério Ribeiro, Ângelo de Sousa, Cesariny, Francisco Relógio, António Pedro, Vespeira, Cipriano Dourado. Conseguiu-se que, do estrangeiro, Vieira da Silva enviase uma litografia, que foi exposta.

A iniciativa contou com expositores emprestados pela Casa dos Estudantes do Império, numa colaboração com os alunos do IST. Dela resultou um catálogo, com uma tiragem de 200 exemplares, com desenho original feito por António Bronze e prefácio de José Augusto França.²²⁶

A exposição beneficiou das redes sociais alargadas da oposição. Assim se estruturava uma cultura de oposição, na qual os dirigentes

estudantis participavam e que pretendiam alargar aos colegas. Na imprensa estudantil, ao noticiar o evento, os estudantes levantaram a questão da Arte na sociedade e afirmavam dever procurar-se uma *reatividade à obra de arte que poderá ser a base da procura de uma cultura plástica que é indiscutivelmente essencial a um equilibrado desenvolvimento intelectual do Homem.*²²⁷

Política e cultura

Ao enumerar e caracterizar algumas linhas das várias práticas culturais torna-se visível como, nesta época, se materializou uma articulação cultura-política e como a cultura foi pensada em termos de leitura do mundo que permite e norteia uma ação política, por um lado, mas também como expressão dessa ação. Observa-se ainda como esta articulação cultura-política se redefiniu, nomeadamente por o conceito de cultura se ter redesenhado.

Nos anos 50 e 60 e posteriormente, para algumas forças políticas, a cultura almejada é a cultura nacional integrada quer pela cultura letrada quer pela cultura popular – e assim se deve interpretar a presença no IST, quer de concertos de música clássica quer de corais alentejanos, ou a representação quer de peças teatrais eruditas quer dos Bonecos de Santo Aleixo. Ou seja, apesar da valorização ancestral da cultura letrada, os associativos dos anos 50/60 ligam-na à expressão da cultura popular, assumindo na prática a defesa da cultura nacional, tal como a oposição moderada e as correntes comunistas pró-soviéticas, defendiam, na esteira das posições leninistas sobre práticas culturais. As correntes maoistas adotaram posturas mais radicais, distanciando-se da cultura cómoda e burguesa, de *esquerda conformista*, valorizando sobremaneira a *nova cultura dos explorados e oprimidos*, na esteira dos defensores do *Proletkult* do tempo da Revolução Russa²²⁸. Contudo, mesmo o *Binómio*, em fevereiro de 1973, num tempo em que a direção da AEIST tinha dirigentes da UEC afirmava:

Um espetáculo é uma arma. Defendemos que o espetáculo está e deve estar virado a uma determinada classe. A música, a expressão corporal e a movimentação cénica são suscetíveis de um tratamento coletivo que as

*torne atuantes em ordem a uma modificação da sociedade atual.*²²⁹

Os tempos eram de um discurso cultural aguerrido e politizado.

A mesma postura radical caracteriza a crítica do fenómeno comemoracionista. Para comemorar a luta estudantil de 1968 no IST (iniciada pelo piquenique no pavilhão central, passando pela ocupação da sala das raparigas, e depois pela luta pela reabertura do IST) no seu primeiro aniversário, o *Binómio* apresenta um número especial, com muitas fotografias sobre estes eventos, cujo editorial começa do seguinte modo:

*Nós não somos por efemérides, não comemoramos datas, não olhamos para o passado saudosistamente. Se é verdade que o movimento de massas desencadeado no Técnico, no 1º período do ano passado, foi um dos momentos mais altos da luta estudantil nesse ano, também é verdade que alguns erros foram cometidos, alguns oportunismos houve, algumas potencialidades não foram aproveitadas. A análise crítica do passado, tanto nos seus aspetos positivos como negativos, é uma das condições mais importantes para o avanço teórico e prático do movimento estudantil no momento presente. É este o nosso objetivo quando editamos um Binómio comemorativo.*²³⁰

Desconfiava-se do épico, a luta queria-se diária, desejava-se quotidianamente uma outra vida, num tempo em que se falava da questão feminina, de sexualidade e se ouviam e debatiam as notícias sobre o Maio de 1968.

Estes gestos e estas vozes assinalam um novo tempo, mesclado mas diferente, um novo clima num país fechado ou, para usar expressões de José Mariano Gago, uma *nova cultura de modernidade* da juventude.

A diferença de perceção entre a juventude e o poder institucional era de tal maneira grande nesse momento que eu julgo que os intérpretes do poder institucional não se apercebiam que alguma coisa tinha mudado profundamente na sociedade e nesta juventude, designadamente em Lisboa. Não

encontrei esta diferença tão acentuada, por exemplo, em Coimbra, mas em Lisboa o mundo tinha mudado sem que muitas das pessoas que estavam à frente das instituições e que, de alguma maneira, representavam aquilo que podemos chamar o poder se tivessem, de todo, apercebido. 67/68 é o período da abertura das lojas Porfírios na Baixa, onde se começam a vender jeans. É o período em que as operárias da Standard Electric de Cascais, as moças do liceu e, sobretudo, da universidade, pela primeira vez na história portuguesa, passam a vestir-se da mesma maneira, coisa que no resto da Europa tinha começado a acontecer 20 anos antes, no pós-guerra. Esta mudança de atitude da juventude, de valores, de exposição e de comportamentos, mas também de não perceber o que está a fazer neste mundo, de dizer:
–Eu não tenho a ver com este mundo!, esta sensação é o que marca a enorme viragem mental dos anos 67/68.

Talvez as cheias tenham permitido, de uma forma muito diferente do que era habitual e de que nem sequer o movimento associativo se deve ter apercebido, estar perante um grande movimento público de generosidade e solidariedade com outros, mas que, de facto, era o princípio de uma história diferente, de uma maneira de ser coletiva diferente. Não tinha nada a ver nem com o discurso do PC nem com reivindicações tradicionais, mas tinha a ver com, pura e simplesmente, a forma de estar na vida.

E há uma mudança total. Nessa altura há muitos dirigentes estudantis da geração anterior que demoram algum tempo a perceber que, de facto, o que têm perante eles é um movimento muito diferente do habitual. Não estamos perante lutas a defender a autonomia das eleições nas associações académicas, ou o decreto nº 40900 sobre as liberdades de associação. Não estamos a fazer as tradicionais movimentações para defender a autonomia universitária ou os colegas presos. Não é nada disso, ou melhor, não é apenas isso. É mais profundo. Tem a ver com querer viver num país diferente. E mais, talvez a convicção que eu acho que é a primeira vez

que existe no movimento estudantil português, de que isso é possível, o que faz os mais velhos olharem para muitos de nós com horror. [Para eles], éramos uns completos patetas que não sabíamos o que estava para vir, que isto era uma desgraça, que íamos fazer com fossem fechadas todas as associações, que não sabíamos o que era defender as conquistas que tinha havido nos anos anteriores e éramos uns completos irresponsáveis. Há aqui uma diferença de uma geração que, de alguma maneira, prenuncia o 25 de Abril. É uma geração que, não só, não quer viver num mundo assim e acha que vai mudar tudo na vida quotidiana, na relação com a autoridade, com o estudo, com a forma de vestir, na relação entre rapazes e raparigas, como também, que isso vai mesmo acontecer. Nós queremos ser iguais aos outros países e [achamos] que isso vai mesmo acontecer cá. Essa convicção profunda que se instala é um prenúncio de uma mudança social em Portugal que, provavelmente, provoca também uma enorme rutura de atitude desta geração com gerações anteriores de responsáveis associativos. Não estão contra, mas não percebem que se possa pensar assim. Nós não pensávamos, de maneira nenhuma, em termos políticos, conspirativos e organizativos, pensávamos em termos de sociedade e de vida.²³¹

Percursos: do ativismo estudantil à vida lá fora

Os antigos alunos do IST descrevem a sua experiência na escola e na associação como muito positiva e intensa, constituindo uma experiência enriquecedora a nível pessoal, profissional e político.

Ao proporcionar uma boa formação de base, o IST permitiu aos seus alunos enveredar não só pela engenharia como por outras áreas, ensinando-lhes, como referiu António Mota Redol, a pensar e a elaborar *esquemas de raciocínio*:

No Técnico aprendiam-se as bases. Aprendia-se a pensar, aprendia-se certos esquemas de raciocínio, que permitiam, depois, entrar em qualquer domínio. Aliás, os engenheiros eram aqueles que serviam para tudo. (...) Eram aqueles que tomavam conta das finanças das empresas, da parte

*administrativa, de aspetos técnicos em que não tinham formação, não tinham formação como gestores mas eram gestores. O Técnico dava uma formação de ordem geral que permitia às pessoas entrar em vários setores, mas do ponto de vista técnico tinham muito que aprender. (...) Isso era das tais coisas que era criticável (...), e eu também senti isso. Embora gostasse muito de química, e tivesse tirado esse curso, fui para a Junta de Energia Nuclear, fui selecionado porque tinha boas notas a matemática. Depois tive de trabalhar ainda na matemática, na estatística, na economia, que era completamente diferente daquilo para que tinha sido preparado e onde tinha mais formação. Nesse ponto de vista, o Técnico serviu-me de formação base. Possibilitou-me ter a capacidade para me adaptar a outros domínios mas, para aquele domínio em que eu fui trabalhar, não me preparou. A mim e de maneira geral.*²³²

Também João Cravinho perspetivou as suas aprendizagens no IST:

*Tenho a certeza forte de há muitos anos para cá, que o Técnico deu aos seus alunos no meu tempo, como hoje ainda dá, uma excelente formação de base que lhes permite, depois, escolher e aprofundar de acordo com métodos mais variados, outras áreas do conhecimento, sem que se possa dizer: —Eh pá! Foi tempo perdido. (...) O Técnico dava boa formação de base em física e em matemática. E, depois consoante as (...) especialidades, [havia as] mais variadas combinações, umas tradicionais e outras completamente novas, para atingir determinados objetivos específicos (...). No Técnico sabe-se o que é ciência, o que é tecnologia e o que é arte, e sabe-se o papel que cada uma destas coisas deve ter por si e em articulação com as outras. É a base (...). É uma excelente formação para o mundo moderno.*²³³

Nas entrevistas, a vida associativa e estudantil, assim como o combate contra a ditadura até 1974 superaram as recordações da escola prestigiada e de excelência em termos de formação

em física e matemática. O IST desenha-se não só como uma escola no sentido académico e profissional, mas como uma escola de vida, sobretudo graças ao ativismo estudantil.

Durante o Estado Novo, na AEIST respirava-se e aprendia-se a democracia: *O Técnico foi relevantíssimo e, em particular, a AE, que era uma espécie de escola de vida democrática.*²³⁴

António Brotas, que entrou para o IST em 1947, considerou que, para ele, a AEIST *era então um edifício*, destituídos que tinham sido os seus corpos dirigentes anteriormente. Anos mais tarde, a situação tinha mudado, afirmando Brotas:

*Sempre me pareceu que se pode aprender muito mais com a vida do que com os livros, e um dos sítios onde aprendi mais foi na AEIST. A associação já não era um edifício, era um esforço. Ali, vivia-se, quase posso dizer. As coisas tinham princípio, meio e fim; ideia, discussão, aprovação: sim ou não, distribuição de trabalho pelas várias pessoas e realização.*²³⁵

Sobre os anos 70 avançados, Carlos Pimenta sublinhou algo de próximo:

*A formação que obtive no Técnico, aliada à formação política (...) foram matrizes que me deram as ferramentas para a vida. No resto da vida política e empresarial lidamos com pessoas, com situações, com saber defender uma ideia, saber convencer as pessoas dessa ideia, saber ouvir os outros e mudar a nossa ideia, saber operacionalizar uma ideia e passar do x ao y criando o f de x e como se joga o f de x.*²³⁶

Indagando o seu próprio percurso político, Raimundo Narciso escreveu em livro:

Examinava males sociais, lembrava casos, buscava antecedentes que explicassem o meu estado de rebeldia e me punham comunista. Lisboa ampliou sinais, acelerou convicções. A associação de estudantes era uma verdadeira escola de política e de luta contra a ditadura. A associação do IST comparada com a escola secundária de Torres Vedras, onde estivera do 3º ao 7º ano de liceu, parecia-me

*um mundo novo e exaltante. Tinha assembleias, discussões, votos, as reuniões da secção cultural, exposições para organizar, com aquela, de gravura, a primeira da Cooperativa dos Gravadores de Portugal onde Júlio Pomar ainda não era o artista famoso que depois veio a ser. A associação do Técnico estava envolvida na luta contra o célebre decreto 40900 que mobilizou de tal modo os estudantes universitários contra ele que a ditadura parou para medir o que fazer. Fomos em manifestação até à Assembleia Nacional. Ir em manifestações a S. Bento não é como agora. Era um desafio arriscado. E tinha, mais emocionante ainda, a Comissão Cívica Eleitoral, que se constituía em vésperas de eleições falsas, na sede da Seara Nova e nos oferecia emocionantes reuniões mais ou menos secretas.*²³⁷

Desenvolvendo o sentido de responsabilidade, o ativismo estudantil possibilitou aprender a trabalhar em equipa, a gerir conflitos, a planificar, a organizar, a adquirir várias competências também em aspetos práticos, como saber dirigir uma reunião, discutir e tomar decisões. Tal como o IST, a AEIST preparava para o mundo profissional, até pela compreensão do lado do outro que os antigos dirigentes da AEIST conseguiriam ter quando ocuparam cargos dirigentes.

A AEIST funcionava com um empresa e proporcionou aos dirigentes uma formação adicional em gestão. Preparou gestores de empresas e do país, sendo que muitos têm desempenhado cargos políticos. Vários entrevistados salientaram esta experiência mais técnica de gestão na associação. João Vieira Lopes:

*Foi uma experiência muito interessante, porque a associação do Técnico era uma empresa que faturava 10000 contos na cantina e 10000 contos no Departamento de Turismo Universitário, o que hoje corresponderia a cerca de 2 milhões de contos, tinha 85 empregados, e foi a minha primeira experiência de gestão.*²³⁸

José Mariano Gago:

*Tive de aprender tudo. Aprendi com os funcionários responsáveis das diferentes secções: foi a primeira vez na minha vida em que tive de fazer, de facto, como, normalmente se faz numa empresa: que é ver qual a estrutura que existe, falar regularmente com os responsáveis das secções, ir aos sítios ... Nessa altura, talvez, o que eu tenha aprendido mais e que fiz espontaneamente, porque não sabia, e acabei por ir fazendo ao longo de toda a minha vida, foi ir aos sítios e não ficar quieto à espera que alguém viesse ter comigo, ir a todas as secções e falar com os responsáveis, falar com todos os funcionários e tentar fazer disto uma rotina regular para compreender o que é que estava a acontecer em cada um dos sítios. Aprendi na associação o que hoje se diria, ser um instrumento moderno de gestão: gestão participada, procurar trabalhar com as pessoas responsáveis pelos setores, procurar reuni-los, procurar saber um a um e fazer disto uma rotina.*²³⁹

A AEIST permitiu aos antigos estudantes criar uma rede de colegas e de amigos, que ultrapassavam as barreiras do IST e do país, gerou amizades, encontrando-se os dirigentes dos longos anos 60 ainda hoje, independentemente das suas posições políticas atuais.

Em tempos particularmente duros, os ativistas estudantis viviam no fio da navalha, atendendo aos pequenos gestos:

Vivíamos sempre entre a ameaça e o perigo, e em cima da corda. A nossa fronteira entre a atividade e a repressão era uma linha muito ténue e era isso que caldeava toda esta vida, esta defesa das liberdades e da cultura (...). Esta fronteira de luta era muito móvel. Se se chegasse um bocadinho para lá conquistava qualquer coisa, se estivesse um bocadinho a afrouxar, o sistema conquistava. Esse é o grande ensinamento do movimento estudantil. Não é de grandes vitórias, mas é de algumas coisas. Por exemplo, tal como a

Académica veio a fazer mais tarde no Estádio Nacional, os tipos de voleibol do Técnico, que era, na altura, uma atividade importante, foram jogar de braçadeira negra para corresponder ao luto da academia. Tudo isto são pequenas coisas, mas que vão marcando as pessoas. Foi este tecer, este cerzir toda a vida, que a associação do Técnico [fez].²⁴⁰

A AEIST contribuiu para o gosto pela intervenção e solidariedade, sendo o empenho, o dinamismo e o ativismo comuns a inúmeros antigos estudantes do IST, da Segunda Guerra Mundial até aos dias de hoje. Aos quais ainda se podem ouvir palavras como estas:

Seria hoje uma pessoa completamente diferente e pior do que sou se não tivesse tido a sorte, um pouco casual, de me ter inserido no movimento estudantil e ter participado em todas estas convulsões, combates, esperanças, vontades de mudar, de melhorar e de transformar o mundo.²⁴¹

Hall do pavilhão central.
Foto: Tatiana Soares, 2011



- 1 Em 1990, eram 6717 e em 2000 contavam-se 9379 inscritos no IST. Ver INE *Estatística da Educação Ano Letivo 1950–51*; INE *Estatística da Educação Ano Letivo 1960–61*; INE *Estatísticas da Educação Continente e Ilhas Adjacentes 1970*; INE *Estatísticas da Educação Continente, Açores e Madeira 1979–82 Síntese*; INE *Estatísticas da Educação 1991*; Ministério da Ciência e do Ensino Superior, Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais, *Vagas e Inscritos no Ensino Superior [2000–01 a 2009–10]*, baseado em RAIDES Inquérito ao registo de alunos inscritos e diplomados do ensino superior, ficheiro excel disponível em <http://www.gpe-ari.mctes.pt/archives/doc/TbIs e Anexos - Vagas e Inscritos 2009–2010.xls>, acessado em 05/07/2011.
- 2 Em 1990, havia 1704 (25,4%) e, em 2000, 2278 (24,3%) mulheres inscritas no IST. Ver estatísticas anteriormente referidas.
- 3 O desenho evidenciado pelos números respeitantes à situação anterior ao 25 de Abril não se alteraria substancialmente se lhes adicionássemos os alunos do, durante algum tempo, designado ensino médio, incluindo os institutos industriais, hoje considerados ensino superior. Em 1990, havia 156878 e, em 2000, 387703 alunos matriculados nos ensino superior. Ver estatísticas anteriormente referidas.
- 4 Bebiano 2002, 2003, 2003a e 2007; Cardina 2008; Cruzeiro & Bebiano 2006 e Estanque & Bebiano 2007; ver também Carreira 2004.
- 5 Grácio 1998 e 1999; Machado & Costa *et al.* 2003 e Rodrigues 1999.
- 6 Cruzeiro 1989; Drago 2004; Duarte 1997 e 1999; Ferreira 1999; Ferro 1996; Fontes 1999; Garrido 1996; Grácio 1990; Lourenço & Costa *et al.* 2001; Maurício 2008; Pimentel 2007 e Torgal 1999.
- 7 Caiado 1990.
- 8 Resolução do Conselho de Ministros de 14/06/1947 in *Diário do governo*, nº 138, I Série, 18/06/1947, p. 539–540.
- 9 *Técnica*, fevereiro–março de 1951, nº 209/210, p. 367; Caiado 1990, p. 28 e *Contributos para a História da AEIST no movimento estudantil*, CD, [2005].
- 10 Arquivo do IST, Ata do CE, Livro 6º.
- 11 Arquivo da AEIST, A1, cx 81 e cx 91/6; Maurício 2008, p. 93–94.
- 12 Entre os quais António Abreu, António Areosa Feio e Joaquim Caldeira Rodrigues.
- 13 *II Seminário de Estudos Associativos*, setembro 1964 p. 3–19; Maurício 2008, p. 75–86.
- 14 *Contributos ...* CD [2005] e Maurício 2008 p. 95–98.
- 15 Para estes apontamentos sobre o período até meados dos anos 50, foram também importantes: informações de António Brotas e José Joaquim Fragoso, 28/05/2011; Maurício 2008 e Rosas 1999 p. 90–91.
- 16 Testemunho de João Cravinho, 23/07/2010.
- 17 Decreto-lei nº 40900 in *Diário do governo* nº 269, I Série, 12/12/1956 p. 1895–1896; Caiado 1990; Fontes 1999; Grácio 1990; Lourenço & Costa *et al.* 2001 e Maurício 2008.
- 18 Fontes 1999 p. 58. Ver também Caiado 1990; Ferreira 1999 e Maurício 2008 p. 112–124.
- 19 Testemunho de João Cravinho, 23/07/2010; testemunho de José Manuel Prostes da Fonseca, 26/02/2007 citado por Maurício 2008 p. 120.
- 20 Arquivo da AEIST, A1, cx 87, [Livro de Abaixo–assinado dirigido ao Presidente da Assembleia Nacional contra as disposições do Decreto-lei nº 40900], [Lisboa], [1956].
- 21 Testemunho de João Cravinho, 23/07/2010; testemunho de José Manuel Prostes da Fonseca, 26/02/2007 citado por Maurício 2008, p. 120.
- 22 Testemunho de João Cravinho, 23/07/2010.
- 23 Arquivo da AEIST, A1, cx 87, “Comunicado da AEIST”, [23/01/1957].
- 24 Testemunho de José Manuel Prostes da Fonseca, 26/02/2007, citado por Maurício 2008 p. 118.
- 25 Testemunho de João Cravinho, 23/07/2010; ver também testemunho de José Fernando Pinharanda, 4/03/2010.
- 26 Caiado 1990; Cardina 2008; Ferreira 1999; Garrido 1996 e Lourenço & Costa *et al.* 2001.
- 27 Ver autores anteriores e ainda Ferro (org.) 1996 e Torgal 1999; testemunhos de António Garcia, 16/03/2010, António Mota Redol, 24/02/2010, 24 e 29/03/2010, Fernando Vicente, 18/03/2010 e Heitor Santos, 17/03/2010; Arquivo da AEIST, diversas pastas.
- 28 Arquivo da AEIST, A1, cxs 100/6, 100/7, 108/4; *AEIST* nº 17, março/1962; *Dia do Estudante*, [Lisboa], [1962] e *Solidariedade Estudantil* nº 2, Secretariado Coordenador de Informação e Propaganda, Lisboa [1967].
- 29 Testemunho de Heitor Santos, 17/03/2010.
- 30 Testemunho de Heitor Santos, 17/03/2010.
- 31 Testemunho de António Mota Redol, 24/02/2010, 24 e 29/03/2010.
- 32 Arquivo da AEIST, A1, cx 91/1.
- 33 Testemunho de Heitor Santos, 17/03/2010.
- 34 Arquivos Particulares, “Ao Corpo Docente do Instituto Superior Técnico”, subscrito por 96 engenheiros, identificados, Lisboa, 11/05/1962.
- 35 Testemunho de António Garcia, 16/03/2010.
- 36 Testemunho de António Mota Redol, 24/02/2010, 24 e 29/03/2010.
- 37 Testemunho de Mário Lino, 8/03/2010.
- 38 Testemunhos de António Garcia, 16/03/2010, António Mota Redol, 24/02/2010, 24 e 29/03/2010, Fernando Vicente, 18/03/2010 e Jorge Dias de Deus, 20/04/2010; Arquivo da AEIST, diversas pastas; *AEIST*; *Boletim AEIST*; *Unidade Estudantil*; Caiado 1990 e Lourenço & Costa *et al.* 2001.
- 39 *I Seminário de Estudos Associativos*, setembro 1963; *II Seminário de Estudos Associativos*, setembro 1964; *III Seminário de Estudos Associativos*, outubro 1965 e *IV Seminário de Estudos Associativos*, março 1968.
- 40 Testemunho de Pedro Coelho, 15/03/2010.
- 41 Testemunho de António Mota Redol, 24/02/2010, 24 e 29/03/2010.
- 42 Testemunhos de António Mota Redol, 24/02/2010, 24 e 29/03/2010 e Jorge Veludo, 5/03/2010.
- 43 Testemunho de Fernando Valdez, 26/02/2010 e 12/04/2010.
- 44 *Solidariedade Estudantil*, Secretariado Coordenador de Informação e Propaganda, Lisboa, [1967]; testemunhos de António Mota Redol, 24/02/2010, 24 e 29/03/2010, Fernando Vicente, 18/03/2010, José Mariano Gago, 7/11/2010 e Paula Fonseca, 18/03/2010; Arquivo da AEIST, diversas pastas; *Binómio*; Caiado 1990; Cardina 2008; *Contributos ...* CD [2005]; Lourenço & Costa *et al.* 2001; Melo 1997 e Oliveira 2004.
- 45 Testemunho de José Mariano Gago, 7/11/2010.
- 46 Testemunhos de Carlos Costa, 12/03/2010 e 21/05/2010 e Fernando Valdez, 26/02/2010 e 12/04/2010; Arquivo da AEIST, diversas pastas; Cardina 2008; *Contributos ...* CD

- [2005]; Cruzeiro 1989; Cruzeiro & Bebiano 2006; Duarte 1997; Fernandes & Sousa 1988; Gago 1998 e Lourenço & Costa *et al.* 2001.
- 47 Testemunho de José Mariano Gago, 7/11/2010.
- 48 *Boletim das Atividades do IST*, 1968, nº 30. Esta acusação vem na sequência de uma outra, meses antes, de que funcionaria uma discoteca na AEIST – *Boletim das Atividades do IST*, 1968, nº 28. Está em questão a área dos costumes, com as acusações de falta de decoro que continuavam a ser disparadas contra os e sobretudo as estudantes, na sequência, aliás, das polémicas do início dos anos 60, emblematizadas pelos posicionamentos perante a “Carta a uma Jovem Portuguesa”, publicada em *Via Latina*, órgão da associação Académica de Coimbra – Oliveira 2004, p. 377–379.
- 49 Testemunho de Paula Fonseca, 18/03/2010. Paula Fonseca, em anos anteriores, já tinha tentado acabar com a sala das alunas, mas algumas frequentadoras defenderam-na, por se sentirem ali “mais à vontade”.
- 50 Testemunho de José Mariano Gago, 7/11/2010.
- 51 Testemunho de José Mariano Gago, 7/11/2010.
- 52 Testemunhos de Carlos Costa, 12/03/2010 e 21/05/2010, João Vieira Lopes, 16/04/2010 e José Mariano Gago, 7/11/2010; Arquivo da AEIST, diversas pastas; *Binómio*; Bebiano 2003–a; Caiado 1990; Cardina 2008; *Contributos...* CD [2005]; Cruzeiro 1989; Estanque & Bebiano 2007 e Lourenço & Costa *et al.* 2001.
- 53 Testemunhos de António Abreu, 1/03/2010, Carlos Costa, 12/03/2010 e 21/05/2010, Fernando Valdez, 26/02/2010 e 12/04/2010, João Guerreiro, 10/4/2010 e José Mariano Gago, 7/11/2010; Arquivo da AEIST, diversas caixas; *Binómio*; Bebiano 2002; Caiado 1990; Cardina 2008; *Contributos...* CD [2005]; Fernandes & Sousa 1988; Gago 1998; Lourenço & Costa *et al.* 2001; Rodrigues 2011 e Sá 2006.
- 54 Decreto-lei nº 49.099 in *Diário do governo* nº 155, I Série, 04/07/1969, p. 790.
- 55 Decreto nº 540 in *Diário do governo* nº 261, I Série, 10/11/1970, p. 1681–88.
- 56 Ver as condições apresentadas pelas autoridades e a proposta da direção da AEIST – *Binómio* nº 51, 28/07/1972, p. 1–3 e 8–9.
- 57 Testemunho de Carlos Costa, 12/03/2010 e 21/05/2010. Ver também testemunhos de Alfredo Gomes, 3/05/2010, António Abreu, 1/03/2010, Fernando Valdez, 26/02/2010 e 12/04/2010 e João Guerreiro, 10/04/2010.
- 58 Decreto-lei nº 18/73 in *Diário do governo* nº 14, I Série, 17/01/1973, p. 81–82.
- 59 *Contributos ...* CD [2005].
- 60 Testemunho de Carlos Costa, 12/03/2010 e 21/05/2010.
- 61 Decreto-lei nº 629/73 in *Diário do governo*, nº 276, I Série, 26/11/1973, p. 2286.
- 62 Uma descrição mais detalhada destes eventos consta do comunicado nº 38, assinado pela direção da AEIST, de 4/12/1973 – Arquivos Particulares. Ver também testemunhos de Alfredo Gomes, 3/05/2010, António Abreu, 01/03/2010, Carlos Costa, 12/03/2010 e 21/05/2010 e Fernando Valdez, 26/02/2010 e 12/04/2010; *Contributos ...* CD [2005].
- 63 Testemunho de Carlos Costa, 12/03/2010 e 21/05/2010.
- 64 Arquivos Particulares, “Programa de trabalho para a associação”, assinado “Lista B, Por um ensino popular. Crítica–Unidade–Crítica”, 1971; vários números do *Binómio*, especialmente entre o nº 41, de 2/12/1970, e o nº 49, de 18/02/1972; Caiado 1990 e Cardina 2010.
- 65 Arquivos Particulares, “Programa da Lista A candidata à direção da AEIST”, assinado “Para a unidade do movimento associativo”, 1972.
- 66 Testemunhos de Alfredo Gomes, 3/05/2010, Carlos Costa, 12/03/2010 e 21/05/2010 e Carlos Pimenta, 3/09/2010; Arquivo da AEIST, diversas pastas; *Binómio*; *Diferencial*; Caiado 1990; Gomes 1998; Oliveira 2004; Pimenta 1997; Sá 2006; Seabra 2007; Stoer 1986 e Teodoro 2001.
- 67 Arquivos Particulares, “Esclarecimento da direção sobre as secções de serviços”, AEIST, 3/06/1974.
- 68 Arquivos Particulares, “Unidade estudantil com o povo trabalhador”, Manifesto eleitoral da Lista candidata às eleições para os corpos gerentes da AEIST (em organização), julho de 1974; “Um ensino de engenharia democrático”, comunicado da direção da AEIST, 18/09/1974; “Unir a luta dos estudantes à luta do povo português”, comunicado da direção da AEIST, 24/06/1974; “Iniciar com audácia a Reforma Geral e Democrática do Ensino”, direção da AEIST, 24/05/1974; “Organizar os cursos é a palavra de ordem”, comunicado da direção da AEIST, 28/05/1974. Mesmo considerando que, durante o regime fascista, professores catedráticos tinham assumido funções reaccionárias, esta corrente não era adepta de um “ambiente onde professores e estudantes se miram das suas trincheiras como guerreiros inimigos”, mas sim, de uma relação com os professores enquanto aliados na “construção de uma nova escola”, por já terem apoiado os estudantes antes do 25 de Abril e intervindo democraticamente. Esta posição não seria corroborada por todas as correntes.
- 69 Ver documentos citados anteriormente; *Expresso* nº 117, 28/03/1975, p. 12 e Oliveira 2004.
- 70 Testemunho de Alfredo Gomes, 3/05/2010. Atender também a informação de Fernando Valdez e a Seabra 2007.
- 71 *Expresso* nº 117, 28/03/1975. Também num plenário de estudantes de Lisboa, a 14/01/1975 no IST, sobre o Serviço Cívico Estudantil, os estudantes da UEC abandonaram-no “perante gritos prolongados de «Rafeiros!»” – *Liberdade*, 17/01/1975, p. 11.
- 72 Testemunho de Alfredo Gomes, 3/05/2010.
- 73 Seguiram-se duas listas apoiadas por marxistas-leninistas (com 442 votos e 401 votos), a da UEC (222 votos) e a do MRPP (com 46 votos). Segundo a JS, a JSD apoiou a lista marxista-leninista que ficou em 3º lugar. – *Jovem Socialista* nº 21, 01/07/1976, p. 8.
- 74 Decreto-lei nº 221/74 in *Diário do governo*, nº 123, I Série, p. 659 e decreto-lei nº 806 in *Diário do governo* nº 303, I Série, 6º Suplemento, 31/12/1974, p. 129–132.
- 75 “Comunicado de 26/11/1974”, publicado em *Liberdade*, nº 3, 29/11/1974, p. 12.
- 76 Decreto-lei nº 781–A in *Diário da República* nº 253, I Série, 28/10/1976, Suplemento, p. 3–9; testemunhos de Alfredo Gomes, 3/05/2010 e Carlos Pimenta, 3/09/2010; *Binómio*; *Diferencial*.
- 77 Testemunho de Carlos Pimenta, 3/09/2010.
- 78 Testemunho de Carlos Pimenta, 3/09/2010.
- 79 Mais do que a organização, foram alguns dos seus membros que se aproximaram do movimento associativo e participaram em direções associativas. Em qualquer caso, a atuação da JUC foi importante na crise de 1962, em que houve divisões internas, ou na solidariedade com as vítimas das cheias de novembro de 1967, dada a sua experiência de contato com a realidade social. Ver Almeida 2008, Lopes 2007, Nunes 2005, Revez 2009.
- 80 Marchi 2010.

- 81 Cunhal 1974; Jara 1974 e 2009.
- 82 Cardina 2010, Fernandes & Sousa 1988; Leiria 1998; Martins & Loureiro 1980; Sá 2006; Trindade 2004 e Viana 2004.
- 83 Cardina 2010; Fernandes & Sousa 1988; Leiria 1998; Martins & Loureiro 1980; Trindade 2004 e Viana 2004.
- 84 Martins 2005.
- 85 Testemunhos em geral; Arquivo da AEIST, diversas pastas; *AEIST*; *Binómio*; *Boletim AEIST*.
- 86 Acontecimento marcante do movimento estudantil, nos conflitos com as autoridades no dia da morte do estudante, no ISCEF, e no seu funeral em vários locais de Lisboa, estiveram estudantes do IST. Também no IST houve um plenário devido a este assassinato.
- 87 Estudantes e antigos estudantes do IST empenharam-se em vários processos eleitorais nacionais, como as eleições de 1969 e 73, sendo alguns candidatos, outros dirigentes ou apenas militantes de base, e outros ainda acompanhando criticamente processos de luta em que não acreditavam, mas acabando por distribuir propaganda ou ir a sessões de esclarecimento.
- 88 Segundo Heitor Santos, este símbolo de unidade tornou-se o emblema posterior da CDE e do MDP/CDE – Testemunho de Heitor Santos, 17/03/2010.
- 89 Testemunhos de Carlos Costa, 12/03/2010 e 21/05/2010 e João Guerreiro, 10/04/2010.
- 90 Como o CCR m-l e o PCP (m-l), com as suas facções – Cardina 2010 e Sá 2006.
- 91 Testemunhos de Alfredo Gomes, 3/05/2010, Carlos Costa, 12/03/2010 e 21/05/2010 e Carlos Pimenta, 3/09/2010; *Binómio*; *Diferencial*.
- 92 Testemunho de João Cravinho, 23/07/2010.
- 93 Testemunho de Mário Lino, 8/03/2010.
- 94 Testemunho de Heitor Santos, 17/03/2010. Para o caso espanhol, ver Narotzky & Smith 2002.
- 95 Apenas alguns exemplos: em 1964, a direção da AEIST pediu aos estudantes neutralidade religiosa e política, para que fosse possível o trabalho da associação – Arquivo da AEIST, A1, cx 84/1. Em março de 1968, a AEIST esclarece que as associações de estudantes são alheias a panfletos contra a guerra do Vietname – Arquivo da AEIST, A1, cx 98/2.
- 96 Testemunho de Fernando Valdez, 26/02/2010 e 12/04/2010.
- 97 Testemunho de Carlos Costa, 12/03/2010 e 21/05/2010.
- 98 Testemunho de Paula Fonseca, 18/03/2010.
- 99 Testemunho de Pedro Coelho, 15/03/2010. No mesmo sentido, aponta o testemunho de João Cravinho, 23/07/2010. Sobre os programas de receção aos novos alunos nos anos 50 e 60, ver – Arquivo da AEIST, diversas pastas; *AEIST*; *Binómio* e *Boletim AEIST* dos inícios de ano letivo.
- 100 Testemunhos de António Mota Redol, 24/02/2010, 24 e 29/03/2010 e Fernando Vicente, 18/03/2010.
- 101 Testemunho de José Mariano Gago, 7/11/2010.
- 102 No cinquentenário do IST, o presidente da AEIST efetuou uma análise fundamentada das secções da AEIST e da sua história – Corvo 1951. As atividades destas secções, nos anos 1950, foram estudadas por Maurício 2008.
- 103 “Estatutos da AE do Instituto Superior Técnico” (aprovados em reunião de Assembleia Geral de 6 de junho de 1950), 1951, Lisboa, AEIST, p. 1, 2 e 8.
- 104 “Estatutos da AE do Instituto Superior Técnico” (aprovados em reunião de Assembleia Geral de 7 de dezembro de 1954), 1963, Lisboa, AEIST p. 2 e p. 20.
- 105 *Guia do Novo Aluno. Suplemento do Binómio* n.º 1, [4/11/1964] p. 1–2; *O que é a AEIST*, Edição da AEIST, [1963/4].
- 106 *Boletim da AEIST*, maio de 1945, n.º 1, Lisboa, AEIST, p. 1 citado por Maurício 2008 p. 42. A autora sustenta que a AEIST é a única AE de Lisboa com edifício autónomo e destinado a atividades associativas, desde a fase do projeto do arquitecto Pardal Monteiro.
- 107 Testemunho de António Mota Redol, 24/02/2010, 24 e 29/03/2010.
- 108 Arquivo da AEIST, diversas pastas; *AEIST*; *Binómio* e *Boletim AEIST*.
- 109 A título de exemplo, citem-se: *Cadernos Pedagógicos*, n.º 4 “Sobre a reforma do ensino de engenharia”, sem data; n.º 6 “O ensino no IST: Estatísticas”, 1967; *Temas Estudantis*, n.º 1, n.º 2 “Sindicalismo Universitário da Pax Romana”, n.º 3 “Investimento na Universidade”, n.º 5 “Apoliticismo das AAEE”, n.º 8 (com textos de António José Saraiva, Jean-Paul Sartre, Fidel Castro), sem data; *Binómio* n.º 38, novembro/1969, p. 3; *Contributos ...* CD, [2005]; Margarido & Torres 1964 e Serrão & Sampaio *et al.* 1964.
- 110 Testemunho de António Garcia, 16/03/2010.
- 111 Arquivo da AEIST, diversas pastas; *AEIST*; *Binómio*; *Boletim AEIST*. Ver também testemunhos de António Mota Redol, 24/02/2010 e 29/03/2010, João Cravinho, 23/07/2010, João Vieira Lopes, 16/04/2010 e José Mariano Gago, 7/11/2010; Maurício 2008 p. 104–112.
- 112 Testemunho de António Mota Redol, 24/02/2010, 24 e 29/03/2010.
- 113 Já desde meados dos anos 60 que o Departamento de Turismo Universitário se apresentava como uma realidade complexa, por exigir uma grande dedicação e competências de gestão – ver Arquivos Particulares, “Relatório da Comissão nomeada pela Junta de Delegados com o fim de investigar a questão”, Junta de Delegados do IST, 30/01/1967.
- 114 Testemunho de José Mariano Gago, 7/11/2010.
- 115 Testemunhos António Garcia, 16/03/2010 e António Mota Redol, 24/02/2010, 24 e 29/03/2010.
- 116 Testemunho de António Garcia, 16/03/2010.
- 117 Testemunho de António Garcia, 16/03/2010.
- 118 Um comunicado sobre a condução de elétricos da Carris por estudantes do IST que se teriam voluntariado para furar a greve dos trabalhadores daquela empresa, no final da década de 1910, constituiu um referente de memória para alguns dos entrevistados. Encontrado ao lado de um velho cópiógrafo, desentapado de um esconderijo secreto encontrado dentro das instalações da AEIST, deve-se realçar a sua força simbólica para quem dele soube – certamente por materializar uma relação de oposição entre estudantes fura-greves e trabalhadores grevistas que não era aquela que os dirigentes estudantis dos anos 60 desejavam. Informação de António Mota Redol e testemunho de José Mariano Gago, 7/11/2010. Este interesse pela atuação dos antigos estudantes do IST na Primeira República e, num sentido contrário, a vontade de saber do apoio estudantil às populações na Cova do Vapor ou as conversas com dirigentes estudantis anteriores exprime, a vários níveis, a procura de “*uma linhagem*”, de uma história, que permitisse aos estudantes “*sentirem-se menos sós, isto é, conseguirem perceber-se como parte de uma história que vem de trás*”. – Testemunho citado de José Mariano Gago.

- 119 Testemunho de Jorge Dias de Deus, 20/04/2010.
- 120 Testemunho de Mário Lino, 8/03/2010.
- 121 Testemunho de João Cravinho, 23/07/2010.
- 122 Subsidiado pela Fundação Calouste Gulbenkian e por algumas empresas, realizou-se no âmbito das comemorações do cinquentenário do IST. Sobre este congresso e o que representou na história do ensino técnico e da engenharia, ver antes do mais Grácio 1998. Ver também testemunhos de António Garcia, 16/03/2010, António Mota Redol, 24/02/2010, 24 e 29/03/2010 e Fernando Vicente, 18/03/2010; Arquivo da AEIST, A1, cx 13/8, “Congresso do Ensino de Engenharia: Conclusões Gerais”, Lisboa, 26/07/1963 e *Boletim AEIST*, nº 1, janeiro/1963, nº 5, março/1964.
- 123 Testemunho de João Cravinho, 23/07/2010.
- 124 Testemunho de António Mota Redol, 24/02/2010, 24 e 29/03/2010.
- 125 Testemunho de Heitor Santos, 17/03/2010.
- 126 Testemunho de António Mota Redol, 24/02/2010, 24 e 29/03/2010.
- 127 Testemunho de Pedro Santos Coelho, 15/03/2010.
- 128 Testemunho de José Mariano Gago, 7/11/2010.
- 129 Ver, por exemplo, *Binómio* nº 34, outubro/1968, p. 3 e 6.
- 130 Arquivo da AEIST, diversas pastas; *AEIST*, *Binómio* e *Boletim AEIST*.
- 131 Testemunho de José Fernando Pinharanda, 4/03/2010.
- 132 Testemunho de Mário Lino, 8/03/2010.
- 133 Testemunho de Paula Fonseca, 18/03/2010.
- 134 Testemunho de Carlos Costa, 12/03/2010 e 21/05/2010.
- 135 Testemunho de João Cravinho, 23/07/2010.
- 136 Testemunho de Carlos Costa, 12/03/2010 e 21/05/2010.
- 137 Testemunho de João Guerreiro, 10/04/2010.
- 138 Testemunho de Alfredo Gomes, 3/05/2010.
- 139 Testemunho de João Cravinho, 23/07/2010.
- 140 Testemunho de José Fernando Pinharanda, 4/03/2010.
- 141 Testemunho de Jorge Dias de Deus, 20/04/2010.
- 142 Testemunho de Carlos Costa, 12/03/2010 e 21/05/2010.
- 143 Testemunho de Carlos Costa, 12/03/2010 e 21/05/2010.
- 144 Testemunho de António Abreu, 01/03/2010.
- 145 Testemunho de Carlos Costa, 12/03/2010 e 21/05/2010.
- 146 *IV Seminário de Estudos Associativos*, março 1968; vários testemunhos.
- 147 Testemunho de António Mota Redol, 24/02/2010, 24 e 29/03/2010.
- 148 Testemunho de Fernando Valdez, 26/02/2010 e 12/04/2010.
- 149 Testemunho de Fernando Valdez, 26/02/2010 e 12/04/2010.
- 150 Testemunho de Pedro Coelho, 15/03/2010.
- 151 Oliveira 2004 p. 143–228.
- 152 Bebiano 2003 e Cardina 2008.
- 153 Testemunho de João Vieira Lopes, 16/04/2010.
- 154 Testemunho de João Guerreiro, 10/4/2010.
- 155 Esta temática está muito presente em diversos números dos periódicos – *AEIST*; *Binómio*; *Boletim AEIST* e *Diferencial*), assim como em muitas pastas da Arquivo da AEIST. Apenas a título de exemplo, vejam-se: “Vamos dar notas aos professores?” *Boletim AEIST*, nº 5, 03/1964; *Binómio*, 4/11/1964, nº 1, e praticamente qualquer *Binómio* dos anos 70.
- 156 Testemunho de Jorge Dias de Deus, 20/04/2010. Este “já” deve ser interpretado tendo em atenção que este antigo dirigente estudantil é actualmente professor do IST.
- 157 Testemunho de Paula Fonseca, 18/03/2010. Já Valentina Garcia, primeira mulher a ser presidente da AEIST (em 1994/95), afirma que não sentiu problemas em ser uma mulher entre homens – testemunho de Valentina Garcia, 8/09/2010.
- 158 Testemunho de João Vieira Lopes, 16/04/2010.
- 159 Testemunho de Mário Lino, 8/03/2010.
- 160 Testemunho de Carlos Costa, 12/03/2010 21/05/2010.
- 161 Testemunho de Pedro Coelho, 15/03/2010.
- 162 Testemunho de Jorge Veludo, 5/03/2010.
- 163 Testemunho de Carlos Pimenta, 3/09/2010.
- 164 Bensáude 2003 [1922], p. 14.
- 165 Testemunho de Jorge Dias de Deus, 20/04/2010.
- 166 Testemunho de António Mota Redol, 24/02/2010, 24 e 29/03/2010. Residência criada em 1944, com residentes de todas as faculdades, na Casa dos Estudantes do Império habitaram muitos dirigentes dos futuros movimentos de libertação das colónias. Ainda tendo perdurado depois do início da guerra colonial, foi fechada em 1965. – Faria 1997.
- 167 Testemunho de Fernando Vicente, 18/03/2010.
- 168 Testemunho de João Guerreiro, 10/04/2010.
- 169 Testemunho de Pedro Coelho, 15/03/2010.
- 170 Testemunho de João Vieira Lopes, 16/04/2010.
- 171 Testemunho de Heitor Santos, 17/03/2010.
- 172 Testemunho de Paula Fonseca, 18/03/2010.
- 173 Testemunho de João Vieira Lopes, 16/04/2010.
- 174 Testemunho de António Garcia, 16/03/2010.
- 175 Testemunho de Mário Lino, 8/03/2010.
- 176 Para a história do Cineclub Universitário de Lisboa e do Clube Universitário de Jazz ver: Arquivo da AEIST, cx 210/5; *AEIST* nº 17, março/1962, p. 8, 9, 12 e *Diferencial* nº 17, 22/04/1996.
- 177 Testemunho de Mário Lino, 8/03/2010.
- 178 Testemunho de Pedro Coelho, 15/03/2010.
- 179 Testemunho de António Mota Redol, 24/02/2010, 24 e 29/03/2010.
- 180 Testemunho de José Mariano Gago, 7/11/2010.
- 181 Testemunho de Carlos Costa, 12/03/2010.
- 182 *Binómio*, nº 53, fevereiro/1973. Ver *AEIST*; *Binómio*; *Boletim AEIST* e *Esteiro*.
- 183 Varela, 2008; testemunhos de Carlos Costa, 12/03/2010 e 21/05/2010 e Fernando Valdez, 26/02/2010 12/04/2010.
- 184 Testemunhos de Alfredo Gomes, 3/05/2010, Carlos Costa, 12/03/2010 e 21/05/2010 e Carlos Pimenta, 3/09/2010.
- 185 *AEIST*; *Binómio*; *Boletim AEIST* e *Esteiro*; ver também Maurício 2008.
- 186 “Cultura demais”, *Binómio*, nº 14, 31/03/1965, p. 6.
- 187 Testemunho de José Mariano Gago, 7/11/2010.
- 188 Alguns entrevistados criticam o facto de estas atividades não serem relevantes nas associações de estudantes atuais, começando logo pelas receções aos caloiros, denunciadas por não terem realizações culturais, substituídas por praxes.
- 189 Apenas teve 3 números (de março de 1967 a abril de 1968).
- 190 Testemunho de Jorge Dias de Deus, 20/04/2010.
- 191 Margarido & Torres 1964 e Serrão & Sampaio *et al.* 1964.

- 192 Testemunho de António Garcia, 16/03/2010.
- 193 Testemunho de Jorge Veludo, 05/03/2010.
- 194 Testemunho de José Fernando Pinharanda, 4/03/2010.
- 195 Arquivo AEIST, cx 210/5.
- 196 Exemplo desta ligação entre cinema, sociedade e política foi, em 1970, a organização do Ciclo de Cinema Um Homem Só cujo objectivo era “mostrar como na nossa sociedade (que se diz acérrima defensora dos direitos da pessoa humana), os indivíduos menos aptos são abandonados e isolados no seio dela” – *Binómio* nº 41, 2/12/1970, p. 8. Os periódicos estudantis tinham crítica de cinema e artigos sobre a sua função social – ver, por exemplo, *AEIST* nº 4, junho/1958, p. 2–3, nº 8, dezembro/1959, p. 3 e 10 e *Esteiro* nº 3, abril/1968, p. 19.
- 197 Arquivo Particular, “Nº 8. Trabalho Cultural e Informativo”, assinado por “Para a Unidade do movimento associativo. Lista A, Candidatura aos Corpos Gerentes da AEIST”, maio 1972.
- 198 Testemunho de João Cravinho, 23/07/2010.
- 199 Testemunho de Carlos Costa, 12/03/2010 e 21/05/2010.
- 200 Testemunho de João Vieira Lopes, 16/04/2010.
- 201 Testemunho de Mário Lino, 8/03/2010. Ver também “Bergman, o obscuro” – *Binómio* nº 25, 09/12/1966, p. 3.
- 202 Testemunho de Jorge Dias de Deus, 20/04/2010.
- 203 Testemunho de Jorge Veludo, 5/03/2010 e Ory 1990 p. 487.
- 204 Testemunho de José Mariano Gago, 7/11/2010. No ano letivo de 1967/68, o *Binómio* anunciava a abertura de inscrições na secção cultural para um curso de teatro orientado por Rogério Paulo; além da parte prática, este curso tinha uma componente teórica que consistia num curso de história do teatro – *Binómio* nº 28, [1968].
- 205 Testemunho de José Mariano Gago, 7/11/2010.
- 206 AEIST, Folheto *O Racismo não existe*, 1970; Ver documentação tão diversa, como por exemplo *Binómio*, 5/11/1969, p. 2 ou *Contributos ...* CD, [2005].
- 207 Ver, por exemplo, *Binómio*, 12/01/1971, nº 42, p. 1–8.
- 208 Testemunho de Fernando Valdez, 26/02/2010 e 12/04/2010.
- 209 Testemunho de Carlos Costa, 12/03/2010 e 21/05/2010. Pimentel 2009, p. 104, 111 e 198. Em Pimentel 2009, a crítica de José Afonso como a “Amália do PCP” está amplamente documentada.
- 210 Testemunho de António Garcia, 16/03/2010.
- 211 Testemunho de José Mariano Gago, 7/11/2010; *Binómio*, outubro/1968, nº 34 e *Contributos... CD* [2005].
- 212 *Binómio*, nº 28, [novembro/1967].
- 213 Testemunho de Paula Fonseca, 18/03/2010.
- 214 Arquivo da AEIST, diversas pastas; *AEIST*; *Binómio* e *Boletim AEIST*. Em 1966, o Orfeão propôs várias modalidades de participação dos alunos em atividades expressivas: espirituais negros, fados de Coimbra, danças regionais e jograis – *Binómio* nº 23, outubro/1966, p. 3.
- 215 Ver, por exemplo, Arquivos Particulares, “Temas de Música”, Juventude Musical Portuguesa, associações de Agronomia, Direito, ISCSPU, Medicina, IST, [meados dos anos 60].
- 216 Ver, por exemplo, *AEIST*, nº 4, junho/1958, p. 11–12; nº 9/10, janeiro/1960, p. 4–5; nº 12, dezembro/1960, p. 16–17 nº 16, dezembro/1961, p. 4–6 e *Esteiro*, nº 1, março/1967, p. 2–17.
- 217 Testemunho de João Cravinho, 23/07/2010.
- 218 Testemunho de Carlos Costa, 12/03/2010 e 21/05/2010.
- 219 *Diferencial*, nº 17, 22/04/1996.
- 220 *Diferencial*, 22/04/1996, nº 17. Note-se que José Duarte não frequentava o IST, mas sim o ISCEF.
- 221 *Binómio* nº 25, 9/12/1966.
- 222 *Corrente. Boletim do movimento Académico Tradicionalista*, 4/03/1967, nº 2, p. 3–4.
- 223 Testemunho de António Mota Redol, 24/02/2010, 24 e 29/03/2010.
- 224 Testemunhos de Carlos Costa, 12/03/2010 e 21/05/2010 e Jorge Veludo, 5/03/2010.
- 225 Lourenço 2000, p. 173.
- 226 *Exposição [Catálogo]*, [1962].
- 227 *AEIST. Boletim*, janeiro/1963, nº 1, p. 22. Em colaboração com outras associações de estudantes, a AEIST participou também na organização de eventos semelhantes, nos quais se expunham trabalhos de alunos e se debatia a cultura universitária – Arquivos Particulares, *Primeira Quinzena de Artes Plásticas. 15 a 31 de março*, [inícios dos anos 60], *Exposição Estudantil de Artes Plásticas. Catálogo. Primeira quinzena de Artes Plásticas*, [inícios dos anos 60].
- 228 Ferro & Fitzpatrick 1989.
- 229 *Binómio* nº 53, fevereiro/1973, p. 5.
- 230 *Binómio* especial, dezembro 1969.
- 231 Testemunho de José Mariano Gago, 7/11/2010.
- 232 Testemunho de António Mota Redol, 24/02/2010, 24 e 29/03/2010.
- 233 Testemunho de João Cravinho, 23/07/2010.
- 234 Testemunho de Jorge Dias de Deus, 20/04/2010.
- 235 Texto de António Brotas, escrito no Aljube, 1956, difundido por e-mail a 23/05/2011.
- 236 Testemunho de Carlos Pimenta, 3/09/2010.
- 237 Narciso 2000.
- 238 Testemunho de João Vieira Lopes, 16/04/2010.
- 239 Testemunho de José Mariano Gago, 7/11/2010.
- 240 Testemunho de Fernando Vicente, 18/03/2010.
- 241 Testemunho de Jorge Veludo, 5/03/2010. Trata-se precisamente de um dirigente estudantil que interrompeu o seu curso devido ao empenho associativo, que foi para o exílio e que nunca trabalhou na área de engenharia. Todavia, mesmo neste caso, a marca do ativismo estudantil perdura.

Fontes e bibliografia

Fontes Orais

Alfredo Gomes, Lisboa, 3 de maio de 2010
 António Abreu, Lisboa, 1 de março de 2010
 António Garcia, Lisboa, 16 de março de 2010
 António Mota Redol, Lisboa, 24 de fevereiro, 24 e 29 de março de 2010
 Carlos Costa, Lisboa, 12 de março e 21 de maio de 2010
 Carlos Pimenta, Lisboa, 3 de setembro de 2010
 Fernando Valdez, Lisboa, 26 de fevereiro e 12 de abril de 2010
 Fernando Vicente, Lisboa, 18 de março de 2010
 Filipe Janela, Lisboa, 16 de agosto de 2010
 Heitor Santos, Lisboa, 17 de março de 2010
 João Cravinho, Lisboa, 23 de julho de 2010
 João Vieira Lopes, Lisboa, a 16 de abril de 2010
 Joaquim Cardeira e João Guerreiro, Lagos, 10 de abril de 2010
 Jorge Dias de Deus, Lisboa a 20 de abril de 2010
 Jorge Veludo, Lisboa, 5 de março de 2010
 José Fernando Pinharanda, Lisboa, 4 de março de 2010
 José Mariano Gago, Lisboa, 7 de novembro de 2010
 Mário Lino, Lisboa, 8 de março de 2010
 Paula Fonseca, Lisboa, 18 de março de 2010
 Pedro Gonçalves Henriques, Lisboa, 19 de julho de 2010
 Pedro Santos Coelho, Lisboa, 15 de março de 2010
 Valentina Garcia, Lisboa, 8 de set. de 2010

Fontes Arquivísticas

Arquivo da AEIST – 497 caixas (Arquivo 1);
 1240 caixas (Arquivo 2)
 Arquivo do IST, Atas do CE
 Arquivos Particulares

Fontes Estatísticas (impressas ou digitais)

Instituto Nacional de Estatística, Estatística da Educação – Ano Letivo 1950–51
 Instituto Nacional de Estatística, Estatística da Educação – Ano Letivo 1960–61
 Instituto Nacional de Estatística, Estatísticas da Educação – Continente e Ilhas Adjacentes 1970

Instituto Nacional de Estatística, Estatísticas da Educação – Continente, Açores e Madeira 1979–82 – Síntese

Instituto Nacional de Estatística, Estatísticas da Educação – 1991

Ministério da Ciência e do Ensino Superior, Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais, Vagas e Inscrições no Ensino Superior [2000–2001 a 2009–2010], baseado em RAIDES – Inquérito ao Registo de alunos Inscritos e Diplomados do Ensino Superior, acessível em http://www.gpe-ari.mctes.pt/archive/doc/TbIs_e_Anexos_-_Vagas_e_Inscritos_2009-2010.xls, acedido em 05/07/2011

Fontes Impressas

I Encontro Nacional de Estudantes. Relatório do Secretariado da RIA sobre o I Seminário de Estudos Associativos [1963], Lisboa, AE do Instituto de Superior de Ciências Económicas e Financeiras

II Seminário de Estudos Associativos, 1964, Lisboa, AE do Instituto de Superior de Ciências Económicas e Financeiras

III Seminário de Estudos Associativos, 1965, Lisboa, AE do Instituto de Superior de Ciências Económicas e Financeiras

IV Seminário de Estudos Associativos, 1968, Lisboa, Secretariado Coordenador da Informação e Propaganda

Cadernos Pedagógicos

“Estatutos da AE do Instituto Superior Técnico” (aprovados em reunião de Assembleia Geral de 6 de junho de 1950), 1951, Lisboa, AEIST
 “Estatutos da AE do Instituto Superior Técnico” (aprovados em reunião de Assembleia Geral de 7 de dezembro de 1954), 1963, Lisboa, AEIST

Margarido, Alfredo; TORRES, Alexandre Pinheiro, 1964, As Grandes Correntes da Literatura Contemporânea, vol. II, Lisboa, AE do Instituto Superior Técnico

Serrão, Joel, Sampaio; Ernesto; Ferreira, Virgílio, 1964, *As Grandes Correntes da Literatura Contemporânea*, vol. I, Lisboa, AE do Instituto Superior Técnico

Temas Estudantis

Documentos legislativos

Decreto nº 540 in Diário do governo nº 261, I Série, 10/11/1970, pp. 1681–88

Decreto-lei nº 18/73 in Diário do governo nº 14, I Série, 17/01/1973, pp. 81–82

Decreto-lei nº 221/74 in Diário do governo, nº 123, I Série, p. 659

Decreto-lei nº 629/73 in Diário do governo, nº 276, I Série, 26/11/1973, p. 2286

Decreto-lei nº 781-A in Diário da República nº 253, I Série, 28/10/1976, Suplemento, p. 3–9

Decreto-lei nº 806 in Diário do governo nº 303, I Série, 6º Suplemento, 31/12/1974, p.129–132

Decreto-lei nº 40900 in Diário do governo nº 269, I Série, 12/12/1956, p. 1895–96

Decreto-lei nº 49099 in Diário do governo nº 155, I Série, 04/07/1969, p. 790

Resolução do Conselho de Ministros de 14/06/1947 in Diário do governo, nº 138, I Série, 18/06/1947, p. 539–540

Periódicos

AEIST, Lisboa, AE do Instituto Superior Técnico

Binómio, Lisboa, AE do Instituto Superior Técnico

Boletim AEIST, Lisboa, AE do Instituto Superior Técnico

Boletim das Atividades do IST, Lisboa, Instituto Superior Técnico

Corrente. Boletim do Movimento Académico Tradicionalista, Lisboa

Dia do Estudante, [Lisboa], [1962]

Diferencial, Lisboa, AE do Instituto Superior Técnico

Esteiro, Lisboa, Secção Cultural da AE do Instituto Superior Técnico

Expresso

Jovem Socialista

Liberdade

Unidade Estudantil

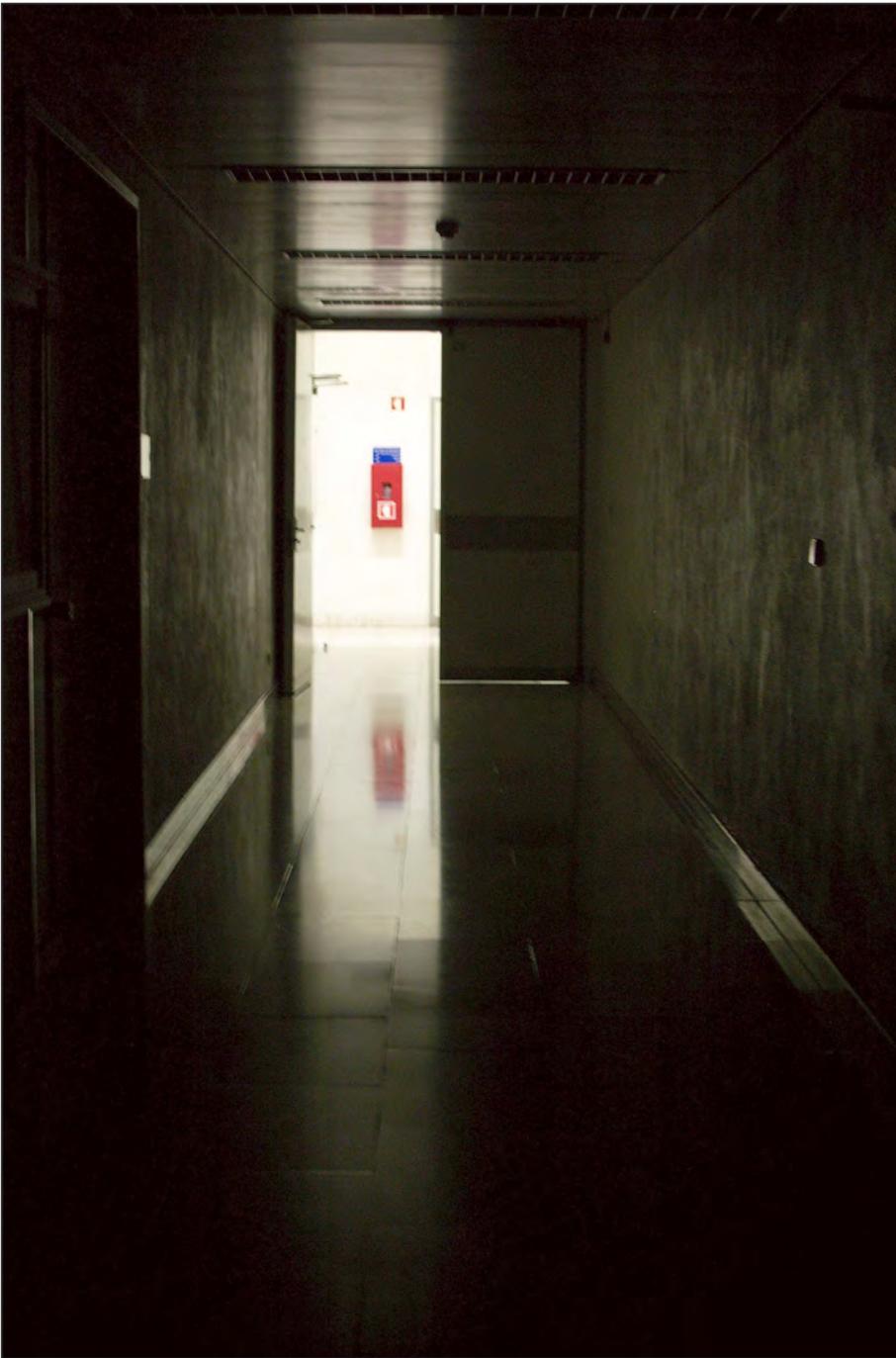
Solidariedade Estudantil, Secretariado Coordenador de Informação e Propaganda, Lisboa

Técnica, Lisboa, AE do Instituto Superior Técnico.

Cartão de identificação de estudante, de acordo com as novas regras de segurança, emitido durante a crise estudantil de 1973.

Imagem cedida pelo titular.





*Na cave da Torre Norte.
Foto: Tatiana Soares*

O *campus* nos anos 50: dinâmicas estudantis

Mónica Maurício

Espaço, estrutura organizativa e atividades

A AE deve ser considerada como uma das partes da grande fábrica de engenheiros que é o Instituto Superior Técnico¹

A AEIST foi fundada no ano de 1911, com elaboração de estatutos de 11 de dezembro do mesmo ano, localizando a sua sede no edifício do Instituto Superior Técnico.² No âmbito logístico, a década de 1930 constituiria um ponto de viragem, na medida em que o projeto de novas instalações³ do IST, corporizado no *campus* universitário, previu a construção de um edifício destinado à AEIST, que viria a ser ocupado no ano letivo de 1936–37.

Essa alteração de espaço ficaria associada a

(...) uma nova fase de desenvolvimento, favorecida por um ambiente extremamente favorável e um aumento considerável de estudantes no IST que desembocaram num súbito crescimento da AE.⁴

A propósito desta alteração de instalações, o Boletim da AEIST de maio de 1945, expunha:

O nosso instituto era no barracão (...). Em 1936 surgiu o novo Técnico e a sua disposição e grande desenvolvimento separou os estudantes em caixas (...). À associação coube um belo edifício próprio e ele foi-se transformando, pouco a pouco, aumentando as secções já existentes e criando outras.⁵

O espaço destinado à AEIST constituiu sempre um factor marcante ao longo da sua quase centenária existência no que se refere ao desenvolvimento da sua dinâmica de atividades. Cabe assinalar que, no momento da mudança para as novas instalações em 1936, a AEIST passou a ser a única AE de Lisboa com edifício próprio e exclusivo para a função associativa concebido desde o projeto, o que valorizava, sem dúvida, as atividades da associação e potenciava o seu prestígio junto das restantes AE. Este aspeto é recordado com orgulho pelos antigos dirigentes:

A AEIST era muito forte relativamente às outras e uma das razões fundamentais era porque tinha instalações privilegiadas. Para a época eram muitíssimo boas e tínhamos muitas atividades.⁶



Instituto Superior Técnico, com o edifício da sede da AEIST à esquerda (Arquivo Fotográfico da C.M.L)

A AEIST era composta pelos seguintes órgãos diretivos: a assembleia geral,⁷ a Junta de Delegados, o conselho fiscal,⁸ a direção, a direção das secções e o conselho diretivo. De referir que o conselho diretivo era encimado pelo presidente da direção, dele fazendo parte os diretores das várias secções, tendo como função ajustar o trabalho das várias secções, reunindo-se no início de cada mês.

O princípio eleitoral era aplicado a qualquer membro dos corpos diretivos da AEIST, sendo que todos eram eleitos pelos sócios, à exceção dos diretores de algumas secções que eram nomeados

(...) pela direção logo após a constituição da mesma, designadamente os responsáveis pelas áreas de papelaria, secção de folhas, secção social, biblioteca e departamento aeronáutico. Os diretores das restantes, nomeadamente cantina, grupo desportivo, secções fotográfica, cultural e pedagógica eram eleitos no final de cada ano letivo, em reunião dos sócios interessados, convocada pela direção recém-constituída.⁹

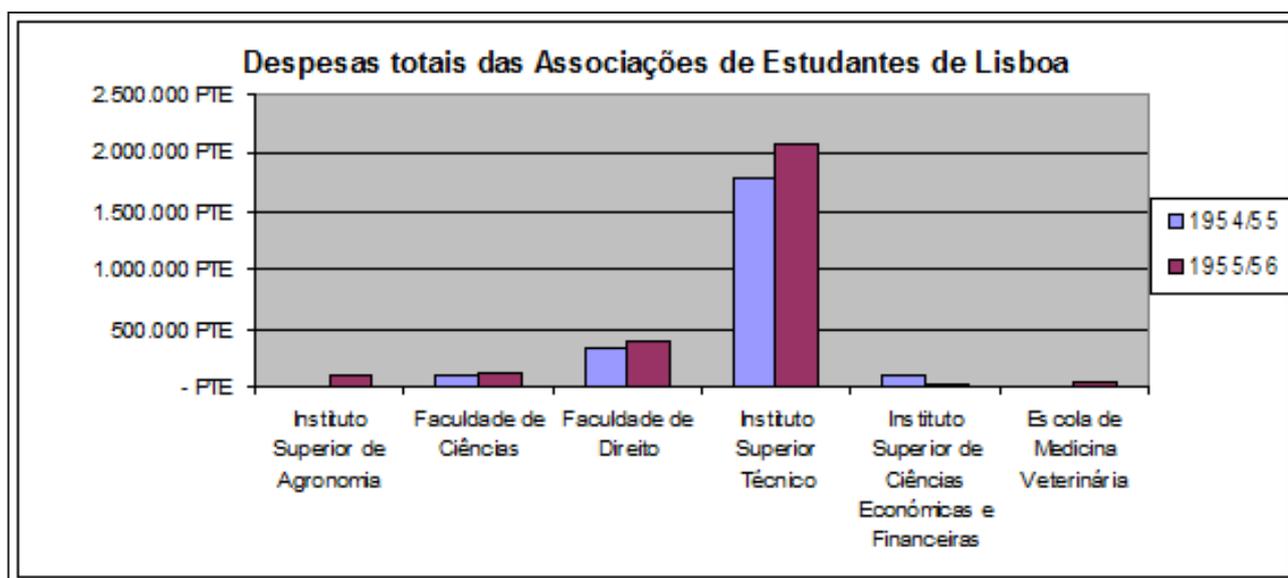
A eleição dos membros da mesa da assembleia geral¹⁰ e do conselho fiscal tinha lugar em meados de maio de cada ano, sendo eleitos pela assembleia geral. Em maio, tinha também lugar a eleição para direção da AEIST, após a apreciação dos programas dos candidatos pela direção da associação em assembleia geral, propositadamente convocada para esse fim. No seguimento dessa eleição e consequente tomada de posse do presidente da direção da associação, este nomeava o vice-presidente, por si escolhido, e em seguida os restantes membros da direção, a quem competia promover a eleição dos diretores de algumas secções e nomear os restantes. Uma vez constituída a direção, tomava posse em outubro seguinte e em assembleia geral eram apreciados o relatório e contas da gerência anterior.

À Junta de Delegados, criada em 1915, competia representar todos os sócios ordinários, exercendo um carácter representativo de todos os cursos do IST, no qual o delegado eleito por cada curso¹¹, assumia a função de porta-voz dos interesses dos alunos do respetivo curso. Os delegados de curso eram eleitos¹² pelos seus colegas, recaindo geralmente a escolha sobre os alunos que mantinham boas relações com o corpo docente. João Cravinho, antigo aluno do IST, afirma, a propósito do funcionamento da Junta de Delegados, que se tratava *de uma organização que toda a gente reconhecia como representativa de todos.*¹³

Tendo em vista a optimização do trabalho por si desempenhado, a AEIST dividia as suas atividades por secções destinadas ao tratamento de assuntos específicos, tendo referido esse organigrama diversas alterações ao longo dos tempos. A década de 1930 constituiu um ponto de viragem nesse sentido, dado que a associação sofreria uma significativa remodelação no ano de 1933, passando então a incluir quatro secções: biblioteca, secção desportiva, caixa de empréstimos de honra e subsídios aos estudantes pobres, publicações.¹⁴ As diversas modificações que foram sendo empreendidas na estrutura organizativa da AEIST procuraram corresponder ao desenvolvimento das atividades, o que se pode comprovar nas diversas alterações que foram efetuadas nos estatutos em vigor com

o propósito de os tornar mais completos. Como principais alterações, cumpre referir o aumento do número de secções e as condições de acesso aos cargos diretivos.¹⁵

Como refere Eurico Corvo na revista Técnica,¹⁶ a AEIST foi conotada, desde a sua formação, com uma *vitalidade desconcertante*, que se consubstanciava no vasto conjunto de atividades que organizava, marcando a sua ação a diferença no panorama associativo, o que se pode comprovar pelos números expostos no seguinte gráfico.



Fonte: Relatório sobre as atividades das associações de estudantes, [s. l.], [s. n.], [s. d], Pasta 1, APPF

O apoio social

A AEIST assumia uma vocação de apoio social aos sócios com maiores carências económicas, mediante a ação de vários mecanismos criados especialmente com esse intuito, como a Caixa de Empréstimos de Honra e Subsídios a Estudantes Pobres, a cantina, um serviço médico, entre outros.

De referir que era concedida àqueles associados a possibilidade de isenção de quota¹⁷ da associação, perante as dificuldades económicas de alguns alunos, o que por vezes era difícil de comprovar. Domingos Raimundo conta a sua primeira atividade na AEIST:

Alguns colegas com dificuldades económicas tinham a alimentação gratuita. Eles [direção da AEIST] estavam com dúvidas porque alguns desses alunos passavam a vida a ir às matinés do cinema, etc. Via-se que não eram assim tantas as dificuldades. O Chaby [presidente da AEIST] tinha

dúvidas se não estariam a ser injustos ao atribuir essa isenção a alunos que se calhar não precisavam. Para resolver o problema, perguntaram se alguém estava disposto a fazer uma investigação a esses alunos, era escrever para as juntas de freguesia de onde eles eram, a perguntar se tinham dificuldades económicas. Ninguém se acusou para tomar esta missão, então eu ofereci-me. Juntei talvez uns três colegas e começámos a trabalhar, escrevemos para as juntas e tivemos respostas, suponho que de uma maneira geral todas se confirmavam. Esta foi a primeira vez que tive um contacto mais de perto. Por causa disso entrei na vida da AEIST.¹⁸

A Caixa de Empréstimos de Honra e Subsídios constituía um importante mecanismo de apoio social aos associados mais carenciados, mediante a concessão de empréstimos sujeita ao

cumprimento de algumas cláusulas previamente estabelecidas. A associação mantinha a confidencialidade em relação aos sócios que contraíam o empréstimo, exigindo em troca como única garantia *a palavra de honra de quem dele se serve*.¹⁹ Para efetivar o empréstimo, devia o sócio *dirigir-se ao diretor da caixa (2.º secretário de direção) explicando-lhe o fim a que este se destina, depois (...) assinará um compromisso de honra, indicando a forma e o prazo do pagamento*. Sobre esta questão, um antigo dirigente associativo lembra:

*Recordo-me que quando fui 2º secretário da direção, uma das funções que tive foi gerir um fundo de maneiço de empréstimo de dinheiro aos estudantes. Uma das coisas que sempre achei interessantíssimas era o seguinte: nós emprestavamos e eles deixavam um papel, sendo que de uma forma geral as pessoas cumpriam. No meu ano fui responsável por isso. Era muito bonito, porque as pessoas sabiam que se não cumprissem, prejudicavam outros.*²⁰

Não obstante, caso os alunos não pagassem, a sua dívida era tornada pública, através da elaboração de listas com o nome dos devedores, publicadas no *Boletim da AEIST* e afixadas na sede da associação.

Os fundos desta caixa de empréstimos eram constituídos pelas quotas dos sócios que pertenciam à categoria dos antigos alunos e por contribuições de professores e assistentes do IST. Como se pode observar pelos números apresentados no quadro abaixo incluído, em que é estabelecida uma comparação entre diversos anos letivos, os empréstimos eram bastante utilizados pelos alunos mais necessitados:

De referir ainda que, além dos empréstimos, eram atribuídos subsídios a alunos com necessidades, como por exemplo aqueles que padeciam de doenças graves, aos quais o subsídio apoiava no pagamento de tratamentos médicos, tendo sido esse o caso de dois alunos que estiveram subsidiados pela associação *num sanatório e numa casa de saúde de doenças nervosas*.²¹

Por outro lado, a secção social procurava obter maiores facilidades na concessão de isenção de propinas e bolsas de estudo.

Ano	Valor	Quantidade
1949/50	31.318\$00	38
1950/51	54.223\$00	124
1951/52	48.397\$00	144
1952/53	47.581\$00	141
1953/54	38.522\$00	132

Empréstimos aos sócios da AEIST

Fonte: O que é a AE do Instituto Superior Técnico, Edição da Secção de Propaganda da AEIST, [s.d.].

Instituto Nacional de Estatística, Estatísticas da Educação, anos letivos 1949/50, 1950/51, 1951/52, 1952/53, 1953/54.

A AEIST geria uma cantina que servia refeições a todos os sócios, sem o objetivo de obtenção de lucro, e possuía um bar cujo lucro beneficiava o preço das refeições da cantina, que tinham *preço inferior ao de custo* e não continham restrições quanto à quantidade. Na eventualidade de um sócio da associação se encontrar impossibilitado de se deslocar à cantina por motivos de doença, podia requerer o fornecimento de refeições ao domicílio.²² As ementas eram escolhidas em reuniões com o médico da associação, de forma a assegurar que fossem saudáveis e diversificadas, sendo confeccionadas com alimentos *de primeira qualidade e escrupulosamente escolhidos, assistindo a qualquer comensal o direito de se certificar desse facto*.²³

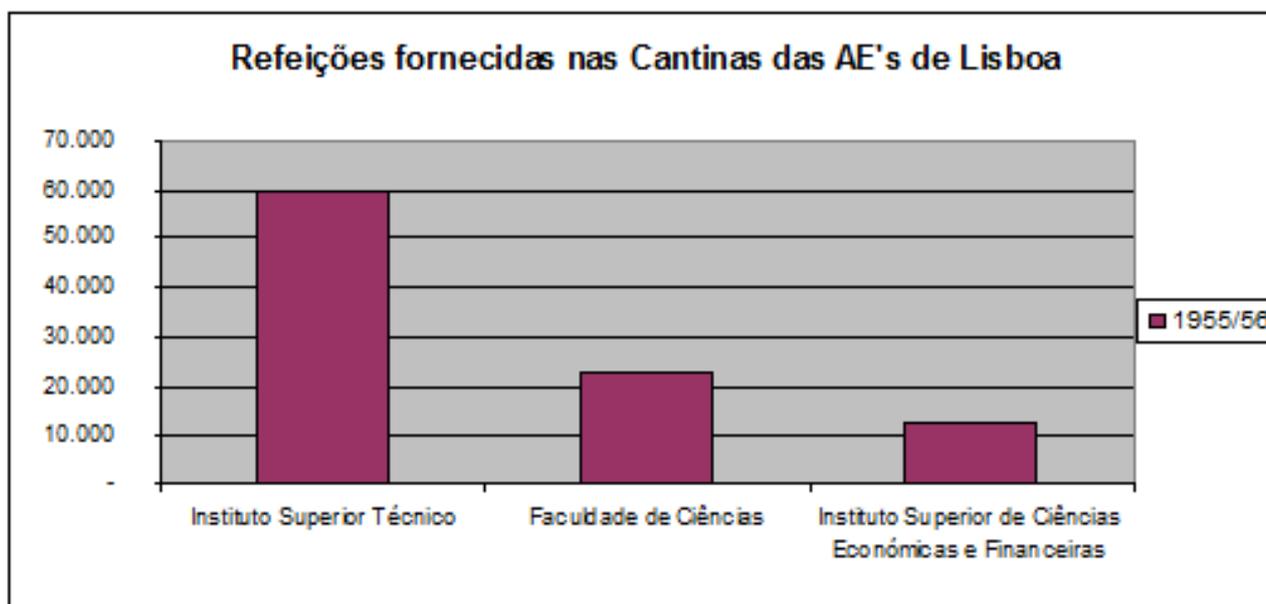
A cantina possuía um serviço de mesa assegurado por vários funcionários que serviam os alunos, o que terminaria no ano letivo de 1954/55, quando foi instituída a modalidade de auto-serviço, o que foi entendido como um sinal de modernidade. A este título, um Boletim da AEIST desse ano informa:

*(...) tendo em vista os ótimos resultados obtidos no estrangeiro e as vantagens que o serviço traz (baixa no preço das refeições, maior rapidez no serviço das mesmas, etc.), é de crer que, com a colaboração de todos, o seu êxito resulte rapidamente.*²⁴

Sobre a organização da cantina por parte da AEIST, um colaborador recorda:

Nós é que organizávamos a cantina, era aqui que recebíamos o único apoio, o diretor dava uns dinheiros para comprarmos uns tachos e uns pratos, que se iam partido.²⁵

No quadro seguinte, pode-se constatar o número de refeições servidas pela cantina da AEIST, comparativamente a outras cantinas de Lisboa.



NOTA: O número de refeições servidas pela cantina da AE de Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras refere-se ao ano de 1954/55, dado que no ano letivo 1955/56 não funcionou por motivo de obras.

Fonte: Relatório sobre as atividades das associações de estudantes, [s.d], Pasta 1, APPF.

No ano letivo de 1949/50, a associação procedeu à contratação de um médico, o dr. António Cavaco Catita, que começou de imediato a trabalhar num consultório médico instalado no espaço da associação, junto ao campo desportivo.

Os serviços médicos oficiais do IST, não obstante incluírem um médico contratado, não correspondiam às necessidades dos estudantes. O trabalho do médico oficial resumia-se quase sempre a serviços esporádicos, tais como as usuais inspeções aos novos alunos, realizadas no início de cada ano letivo, e não para tratar questões médicas de ordem maior. Esse médico acabaria por sair do instituto, deixando por preencher uma importante lacuna. Perante esta situação, a AEIST defendia a posição do dr. Catita como médico contratado pelo instituto, mas ao cuidado e responsabilidade da associação e que lhe fosse

confiada toda a assistência médica (...) designadamente no que diz respeito a inspeções dos novos alunos; total a professores e empregados; assistência relacionada com as atividades desportivas dos alunos, etc.²⁶

Estas reivindicações confluíram num processo que durou vários anos letivos, composto por um grande número de ações e apelos junto da direção do IST e do MEN, visando chamar a atenção para a gravíssima situação criada pela falta de serviços médicos oficiais do IST.²⁷

Paralelamente a essa questão, a associação foi mantendo e melhorando o seu consultório médico, no qual o médico, auxiliado por um enfermeiro, prestava assistência gratuita a todos os sócios, na realização de consultas, exames médicos gerais, análises, tratamentos e na inoculação de injeções e vacinas.²⁸

No início dos anos 50, o serviço médico firmou contratos com médicos de algumas especialidades (radiologista, dentista, oftalmologista, dermatologista e otorrinolaringologista), de forma a permitir aos sócios da associação o usufruto de descontos nos serviços prestados por esses consultórios. Paralelamente, o gabinete médico começou a ceder *amostras de especialidades farmacêuticas* aos alunos mais necessitados.²⁹

Este serviço médico empreenderia diversas iniciativas destinadas a promover a saúde pública, designadamente as campanhas de radioscopias e de despiste de tuberculose, tendo esta última merecido especial atenção da parte do médico, dado que todos os anos surgiam *colegas atacados de tuberculose (...) alguns fatais*.³⁰ O dr. Catita recorda os malefícios desta doença no IST:

*consegui diagnosticar vários casos de tuberculose, cerca de uma dezena. Eram entregues a um especialista de tuberculose, mas eu não os deixava de acompanhar.*³¹

No início da década de 1950, as sucessivas direções da AEIST manifestaram a sua preocupação relativamente a questões relacionadas com a educação sexual, procedendo a atividades de divulgação de informação sobre doenças transmitidas sexualmente, prostituição e higiene, como o visionamento de filmes elucidativos da profilaxia de algumas doenças, a distribuição de panfletos informativos e organização de palestras e iniciativas organizadas com o apoio e sugestões de elementos da JUC.³² Toda esta informação divulgada era recolhida e estruturada pelo dr. Catita, que chegou a preparar uma comunicação neste sentido para a Semana de Recepção ao Novo Aluno, que acabou por ser proibida, pelo facto de ser um assunto ainda pouco divulgado e incómodo para alguns. O dr. António Catita relembra esse momento:

Começaram a convidar-me para fazer umas conferências, escolhi uns temas (...). Essas conferências acabaram num certo desentendimento. Houve um ano que tinha como tema a educação sexual na universidade, nessa altura do Salazar, era muito difícil arranjar informação sobre esse tema. Pesquisei tentando não me prejudicar, ou seja,

*que ficasse algo aceitável para não me colocar em má situação política. Com muito trabalho, consegui fazer alguma coisa, mas não me agradou muito, senti que não ia abertamente para o assunto. Então, estava no consultório no dia em que ia fazer a conferência e recebo um telefonema da direção da AEIST, que me diz que a conferência tinha sido proibida. Eu até senti um alívio por não fazer a conferência.*³³

A ação do serviço médico ficou marcada nas lembranças dos antigos alunos do IST, o que se deve em grande parte ao carácter do médico, o dr. António Catita, que se tornou um dos símbolos da AEIST na década de 1950, também devido à relação que mantinha com os alunos baseada na amizade e na cumplicidade.³⁴ Após a saída do dr. Catita, muitos foram os antigos alunos que o escolheram como seu médico de família, sendo que, até há pouco tempo,³⁵ continuava a ser médico particular de um grande número de antigos alunos e respetivas famílias.

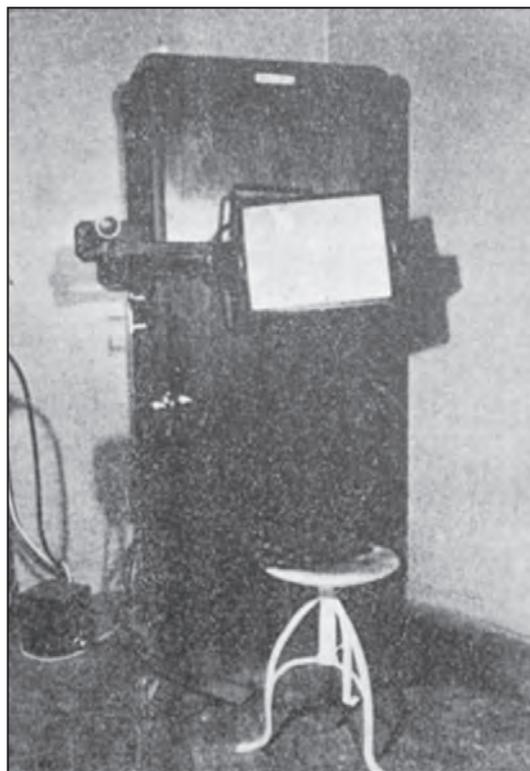
O dr. Catita recorda o período que trabalhou na AEIST:

*Tenho desse tempo as melhores recordações, eu trabalhei em muitos locais, mas foi no IST onde eu gostei mais de trabalhar. Os rapazes eram muito inteligentes, nessa altura havia o exame de admissão e só entravam os melhores. Fazia uma consulta muito agradável e depressa arranjei um bom convívio com eles. Fui feliz porque eles tinham um aparelho de radioscopia igual ao do IPO, com que eu tive a sorte de diagnosticar vários casos de tuberculose logo nos dois ou três primeiros anos. Naquela altura já existia um antibiótico próprio para a tuberculose, esses doentes salvaram-se todos. Isso criou um ambiente muito agradável, tanto que depois de eu estar lá há um ou dois anos, escreveram-me a dizer que não podiam aumentar o ordenado, mas eu podia almoçar todos os dias na cantina da AEIST.*³⁶

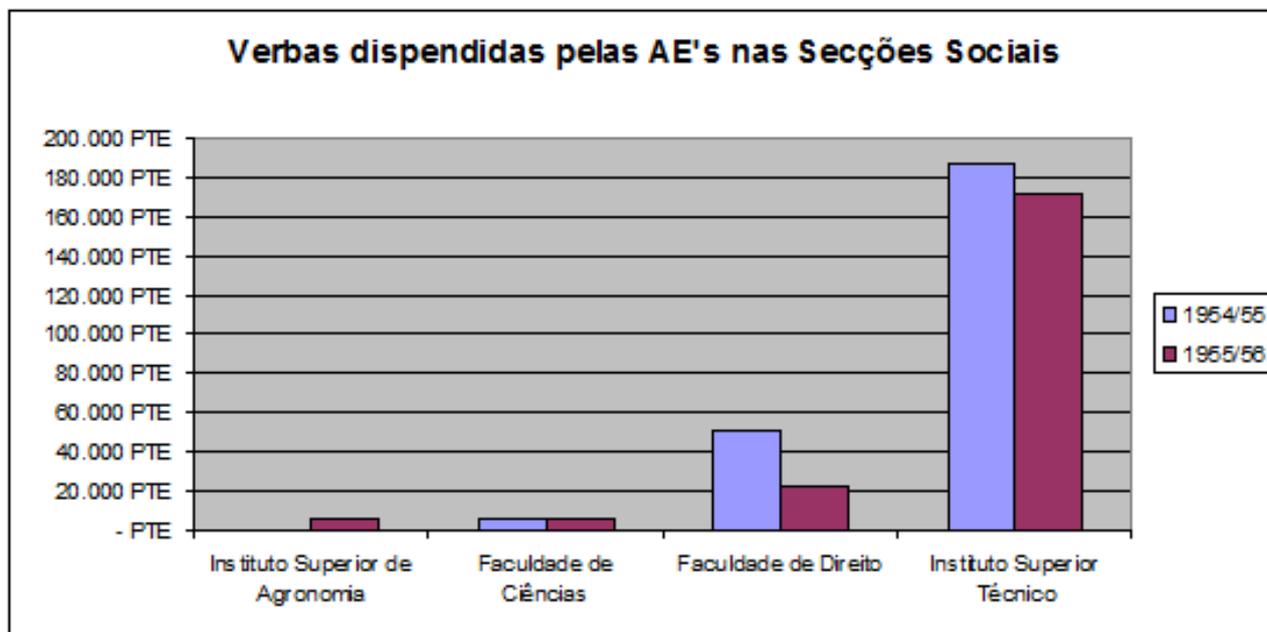


Sala do serviço médico da AEIST [s.d] (AAEIST)

Da secção social faziam parte vários projetos, que se traduziram na criação de várias comissões com o propósito de concretizar os respectivos objetivos. Em 1954, encontravam-se formadas: a comissão de empregos, com o objetivo concreto de arranjar colocações no mercado de trabalho,³⁷ a comissão de descontos em transportes e a comissão do lar dos estudantes.



Aparelho de radioscopia utilizado pelo dr. Catita [s.d] (AAEIST)



Verbas dispendidas pelas AE's de Lisboa nas secções Sociais nos anos letivos 1954/55 e 1955/56.

Fonte: Relatório sobre as atividades das Associações de Estudantes, [s. l.], [s. n.], [s.d], Pasta 1, APPF.

As questões pedagógicas

A secção pedagógica, criada no ano letivo de 1945/46,³⁸ visava assegurar a representação da AEIST no CE e contribuir para a reforma do ensino. Dessa forma, as suas competências incluíam a auscultação e a transmissão das necessidades e aspirações dos alunos à direção do IST e ao CE, bem como proporcionar meios aos alunos que permitissem o usufruto de ensino complementar ao ministrado na escola, alheio aos planos de estudo, mas de indiscutível interesse para a sua formação.³⁹ As principais preocupações, durante a década de 1950, terão sido as precedências das disciplinas, os assistentes e a contribuição da AEIST para a reforma do ensino da engenharia.

Neste sentido, foram empreendidas diversas iniciativas como ciclos de conferências, exposições temáticas, cursos de férias no estrangeiro, cursos de línguas e cursos técnicos,⁴⁰ visitas técnicas, visionamento de filmes sobre disciplinas temáticas (hidráulica, máquinas, eletricidade, etc.), organização de estágios em Portugal e no estrangeiro e semanas de curso,⁴¹ como a I Semana de Química realizada em dezembro de 1954.

A secção pedagógica da AEIST recorria regularmente à realização de inquéritos junto não só de alunos, como também de professores e engenheiros que tinham sido antigos alunos, com o intuito de obter uma melhor qualidade no ensino ministrado no instituto, enviando as sugestões e conclusões ao CE.

A ação pedagógica da AEIST efetivava-se ainda através de diversos instrumentos como a *Técnica*, a biblioteca e a secção de folhas, entre outros.

A AEIST iniciou, em dezembro de 1925⁴² a edição de uma revista de engenharia, *Técnica*, que incluía artigos cedidos pelos professores, assistentes, engenheiros no ativo, e alunos, desempenhando um papel de relevo no contexto pedagógico. O objetivo desta revista especializada consistia em colocar o aluno do IST *pouco a pouco, em contacto com a vida profissional e tomar conhecimento dos problemas fundamentais da profissão* de engenheiro. Os sócios da AEIST recebiam anualmente os vários números da revista.

A revista era amplamente conhecida no meio técnico:

*A revista tem grande divulgação tanto na metrópole como nas colónias, através dos seus 2050 assinantes, número que tem vindo sempre crescendo. É, na opinião de muitos engenheiros categorizados, a melhor revista técnica do país e das melhores da península.*⁴³

Por outro lado, mediante a permuta com outras publicações, a revista *Técnica* era enviada para várias universidades e escolas no estrangeiro, o que resultava numa grande difusão do trabalho da AEIST. Esta secção era aquela que, sem dúvida, levava mais longe o nome da associação.⁴⁴ A *Técnica* devia a sua qualidade ao reconhecido nível dos artigos publicados, considerados de grande valor científico, o que se pode comprovar pela seguinte afirmação:

*Há a distinguir, entre todos os trabalhos que publicou, o curso de mecânica dos solos, que despertou justificado interesse no meio técnico e constituiu um precioso elemento de estudo, pois o assunto não é ensinado em nenhuma das cadeiras do instituto.*⁴⁵

De acrescentar que existia uma secção designada por técnica, cuja competência estava ligada à edição de livros e tabelas no âmbito da engenharia, e que visava dar uma *contribuição didática para a formação dos engenheiros*.⁴⁶

Ainda no que se refere ao âmbito pedagógico, de referir que a biblioteca⁴⁷ da associação pretendia ter um carácter essencialmente cultural, dado que no domínio técnico os alunos tinham à sua disposição os livros da biblioteca do IST, situada no pavilhão central e também pelo facto da AEIST não dispor de verba que permitisse a organização de uma boa biblioteca de engenharia,⁴⁸ ainda que possuísse um relativo número de livros técnicos, para apoio de estudo. O espólio bibliográfico incluía um conjunto de revistas especializadas de carácter técnico, provenientes na maioria da sua permuta com a revista *Técnica*. A aquisição de livros efetivava-se sobretudo através de doações ou compra de livros

em segunda mão, adquiridos em alfarrabistas. José Fernando Pinharanda, antigo diretor da biblioteca, afirma sobre este assunto:

As bibliotecas eram distintas, dado que embora a biblioteca da AEIST tivesse livros técnicos, a sua vocação não era tanto ser uma biblioteca técnica, mas sim mais uma biblioteca cultural. A do IST era uma biblioteca de estudo, onde se entrava muito devagarinho e em silêncio. Na biblioteca da AEIST escrevíamos postais aos alunos que não entregavam os livros. (...) O Jorge Amado era um autor proibido e muito requisitado, cujos livros comprávamos em alfarrabistas ou alguém trazia de Angola e Moçambique, porque lá não eram proibidos. (...) Quando era diretor da biblioteca, escrevi a vários críticos literários a pedir sugestões de livros. Tentei adquirir os livros sugeridos, alguns consegui, outros não. O orçamento era muito pequeno e recorriamos muito à compra nos alfarrabistas porque era mais barato.⁴⁹

Perante a falta de meios para adquirir o número de livros desejados, foi criada no ano letivo de 1950/51 a estrutura Amigos da biblioteca, com o fim de reunir meios financeiros para a compra de livros, tendo sido estabelecida uma quota mensal mínima de 2\$50. Em seguida, foi instituído o Fundo de Aquisição de Livros, que reunia todos os subsídios, donativos e quotas dos Amigos da biblioteca e os valores resultantes das multas referentes ao atraso de entrega dos livros requisitados.

A associação incentivava constantemente os alunos a lerem obras fora do âmbito da engenharia, dado que desta forma se promovia o *desenvolvimento espiritual*.⁵⁰ O *Noticiário da AEIST* de dezembro de 1951 faz um balanço dos autores e dos livros mais lidos nesse ano, apontando Axel Munthe, Erico Veríssimo e John Steinbeck como autores e *Homens e Bichos*, *Gato Preto em Campo de Neve* e *Luta Incerta*, como livros. No cômputo geral, pode-se dizer que a AEIST defendia a necessidade dos alunos lerem livros de cariz cultural, *para que o técnico que se forma no instituto se torne um verdadeiro homem*.⁵¹

No ano letivo de 1940/41, foi criada a secção de folhas, que se viria a tornar numa secção



Objetos Representativos – Gato Preto em Campo de Neve, Erico Veríssimo, 1950 e Homens e Bichos, Axel Munthe, 1955 (BN)

Foto: Mónica Maurício

fundamental para os alunos do IST, pois era nela que aqueles adquiriam, na sua maioria, os seus elementos de estudo. As folhas referiam-se às lições de quase todas as cadeiras existentes no instituto, e eram cedidas por alunos, assistentes e professores, sendo que alguns docentes chegavam mesmo a rever os apontamentos das suas lições elaborados por alunos. Desta forma, a AEIST procurava promover uma intensa colaboração com os professores e assistentes, defendendo que essa cooperação constituiria *a garantia dum elemento de estudo bom e seguro*.⁵²

A secção abria esporadicamente concursos para selecionar as folhas a serem impressas e posteriormente vendidas, procurando assim *eleva o nível destas publicações, pela escolha criteriosas dos autores*.⁵³ A título de exemplo veja-se a seguinte informação:

*Tenciona-se abrir, no próximo mês de junho, concursos para a elaboração dos originais das folhas de medidas elétricas, química inorgânica e geradores e máquinas a vapor. Os interessados devem portanto ir coligindo desde já os seus apontamentos, tendo em vista a sua possível escolha.*⁵⁴

O valor acumulado desta secção representava uma importante parcela nos rendimentos da associação.

Ainda com o propósito de efetivar o apoio pedagógico, a AEIST colocava ao dispor dos alunos material escolar diverso numa papelaria existente nas suas instalações, que praticava preços para esses produtos comparativamente mais baixos aos pedidos nas papelarias de Lisboa.

O lazer e a cultura na formação humana do estudante

A criação de secções relacionadas com o lazer e a cultura, como a cultural, a fotográfica, propaganda e intercâmbio, desportiva, aeronáutica e serviços de turismo universitário, indicia claramente uma preocupação por parte das diversas direções da AEIST em procurar colocar em prática o princípio de que a formação técnica não seria suficiente, por si só, para a formação de estudantes, sendo necessário um conjunto de conhecimentos que a complementassem. A propósito deste assunto, cite-se o testemunho de um dirigente associativo:

(...) o IST era muito orientado para o profissionalismo e nada orientado para a formação do ser humano. Havia a visão que se estava ali para formar um trabalhador técnico e não para formar uma pessoa. A tal formação humana podíamos encontrar na AEIST.⁵⁵

O início dos anos 50 marcaria uma fraca participação dos estudantes nas atividades culturais promovidas pela AEIST. Os relatórios da AEIST apontam como factores explicativos para essa redução de participação a *falta de interesse pela cultura, principalmente entre os alunos dos primeiros anos e talvez devida (...) à orientação que lhes é ministrada desde o liceu ou escolas industriais* e a falta de tempo dos alunos do instituto para se dedicarem a assuntos *extra-escolares*.⁵⁶ Nesse sentido, a ação da secção cultural visava inverter essa tendência, combatendo a referida falta de interesse da maioria dos estudantes.

Esta secção englobava um grande número de atividades, muitas ainda hoje recordadas pelos antigos alunos, destacando-se enquanto iniciativas com maior adesão as realizadas no âmbito das artes plásticas, tais como exposições, visitas a museus e debates culturais, orientados por críticos de arte. Um antigo colaborador da secção cultural recorda:

Organizávamos palestras sobre música, por exemplo, com João de Freitas Branco. Havia uma que ele fazia, que era sobre a música e a matemática, isto num pavilhão do IST pedido pela AEIST com muita gente, centenas

de pessoas. Isto era muito importante para o nosso enriquecimento cultural. (...) Falo de alguns dos maiores expoentes da cultura portuguesa da época. Os melhores representantes da cultura participavam na AEIST.⁵⁷

As atividades musicais encontravam-se divididas em sessões de música gravada, que consistiam na *audição de música clássica, com prévia explicação técnica por críticos de música*, sessões fonográficas, concertos, e uma cabine sonora. A partir de 1951, passou-se a *ceder, mediante uma pequena taxa* diversos discos que os alunos podiam requisitar por pequenos períodos.⁵⁸

As visitas a lugares diversos eram também, em regra geral, bastante concorridas, o que se verificou numa visita à Casa da Moeda em 1951, em que a afluência de estudantes foi tal que foi necessário repetir a visita para que todos tivessem a oportunidade de visitar esse local *pela utilidade técnica que mostrou possuir*.⁵⁹

A secção cultural representava um meio de grande difusão do trabalho da AEIST, como afirma João Cravinho, *era sem dúvida uma secção cultural com muita audiência no exterior, principalmente nos meios intelectuais*.⁶⁰

A secção fotográfica da AEIST, que após a sua criação ficou instalada numas *primitivas instalações, acanhadas e impróprias na salinha do raio X do gabinete médico da associação*,⁶¹ colocava ao dispor dos alunos diversas funcionalidades, designadamente descontos em material fotográfico, câmaras escuras equipadas com o material necessário para se efetuar revelações, cópias e ampliações, trabalhos fotográficos *incluindo reproduções e cópias ozalid a preços inferiores a qualquer casa da especialidade* e possibilidade de desenvolver ou adquirir conhecimentos fotográficos.⁶² Produzia também diapositivos para serem projetados nas aulas e organizava anualmente a Exposição Fotográfica do IST, com bastante recetividade junto dos estudantes.



Objecto representativo – máquina fotográfica Koflex
Foto: Mauro Figueira (Cedido por Mauro Figueira)

A secção de propaganda foi criada no ano letivo 1949/50, como departamento adjunto à direção, com o objetivo de divulgar a AEIST e as iniciativas por si organizadas, de forma a desenvolver o espírito associativo e, conseqüentemente, atrair mais estudantes para colaborarem na associação. Segundo o *Noticiário da AEIST*, a secção de propaganda

*(...) procura dar a conhecer as diversas realizações que se vão efetuando na AEIST, para que os sócios acompanhem a par e passo o trabalho e os problemas em que as diversas secções estão empenhadas.*⁶³

Por seu turno, foi criado em 1924⁶⁴ o grupo desportivo, para permitir que todos os associados da AEIST tivessem a possibilidade de praticar desporto com uma certa regularidade, podendo escolher, de entre um leque de várias modalidades, aquela que se adequasse melhor ao seu gosto e disponibilidade física, e ainda solidificar os laços de amizade e companheirismo entre os associados, através da prática de exercício físico.⁶⁵

Esta secção desempenhava um papel de destaque no contexto da AEIST, sendo a que mais associados movimentava e uma das que canalizava maior projeção mediática para a AEIST, mediante a realização de torneios internos, a participação em campeonatos universitários e, em alguns casos, em torneios oficiais inter-clubes.

O acima exposto identifica-se com a seguinte afirmação de Nuno Caiado:

*O desporto era indubitavelmente a atividade mais mobilizadora da massa estudantil, composta maioritariamente por rapazes. As iniciativas desportivas promovidas pelas AE ou pela Mocidade Portuguesa proporcionavam as maiores movimentações sob o ponto de vista quantitativo.*⁶⁶

O grupo desportivo do IST alcançava boas classificações em algumas modalidades, tais como o voleibol, basquetebol, andebol e nata-

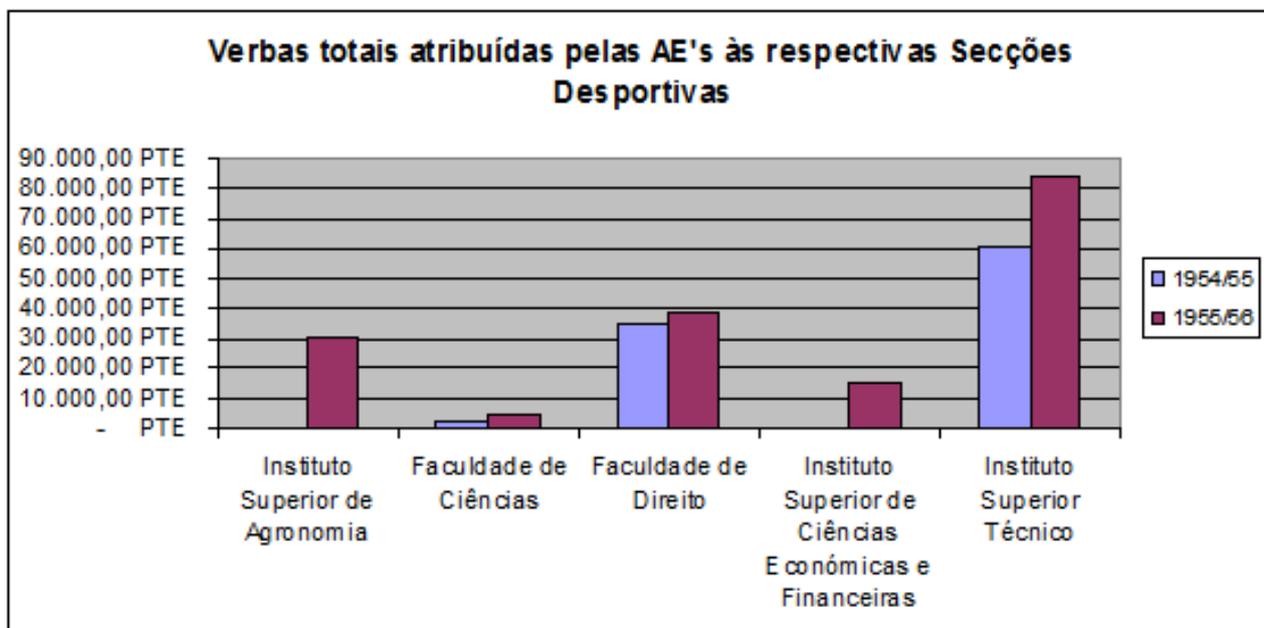


Atribuição de prémios desportivos [s.d] (AAEIST)

ção, levando o nome do Técnico aos níveis mais altos das competições nacionais.⁶⁷

A AEIST mantinha um diversificado número de atividades desportivas, devido em grande parte às condições espaciais que possuía. Como se pode observar:

A AEIST é a única que possui instalações desportivas adequadas, mantém atividades nas diversas modalidades de desporto interno e externo cerca de 400 praticantes, numa frequência escolar de pouco mais de 1000 alunos. Este número dá a medida



Verbas totais atribuídas pelas AE de Lisboa às respectivas secções desportivas nos anos letivos de 1954-55 e 1955-56.

Fonte: Relatório sobre as atividades das associações de estudantes, [s. l.], [s. n.], [s. d], Pasta 1, APPF.

de capacidade duma AE quando dispõe de meios adequados aos fins que prossegue.⁶⁸

Entre as modalidades contava-se o rugby, basquetebol, boxe, hóquei em patins, ténis de mesa, esgrima (florete e sabre), voleibol, xadrez, atletismo, ténis, bilhar, vela e ginástica feminina.⁶⁹ Desse diversificado rol de atividades desportivas, o voleibol, o basquetebol e o hóquei em patins eram consideradas as modalidades mais enérgicas e expressivas.

O facto desta secção ser aquela que conseguia mobilizar mais alunos tornava os espaços

Assistências de jogos no espaço AEIST [s. d] (AAEIST)



desportivos locais de sociabilidade de eleição, como recorda um aluno:

O desporto interno era um dos grandes motivadores e dos grandes promotores da solidariedade e da convivência entre todos. Aquele espírito lúdico e competitivo do desporto cria emoções e amizades extraordinárias e uma intimidade extraordinária.⁷⁰

O grupo desportivo, à semelhança do que sucedia com as restantes secções da AEIST, não possuía orçamentos elevados. A este propósito, o mesmo aluno, colaborador no grupo desportivo, relembra:

No inverno tapávamos a piscina, não havia dinheiro para pagar água quente, e o diretor do IST não dava dinheiro para isso, tínhamos um estrado, o que fazia com que ficassemos com um segundo ginásio. Este estrado tinha sido feito quando foi a reunião da NATO.⁷¹



A secção aeronáutica,⁷² criada em 1936, tinha o seu âmbito de ação dividido entre desporto aéreo, no qual a AEIST procurava o estabelecimento de parcerias com instituições da área da aviação civil, reconhecida a impossibilidade de possuir ela própria aviões, e aeromodelismo e aviominutura, bem como organizava a realização de conferências e projeção de filmes sobre a temática. De acrescentar que promovia a permuta da revista Técnica com revistas da especialidade, através da biblioteca.



No plano internacional, a associação criou os serviços de turismo universitário, que colocava viagens de turismo a preços económicos ao dispor dos alunos, o que só era possível graças à recolha e organização de um conjunto de informações sobre alojamento, transportes, albergues, etc. ... De referir que esses serviços se dividiam em cinco áreas, nomeadamente campos de trabalho, descontos em transportes, albergues da juventude, auxílio a estudantes e excursões. Cumpre assinalar que na época em estudo o IST assegurava a representação da organização que coordenava, a nível nacional, o turismo universitário para destinos internacionais.⁷³

As eleições, um exercício democrático

A assembleia geral reunia-se e procedia-se à apresentação dos candidatos para a presidência da AEIST e à discussão das respetivas propostas, sendo que, em seguida, aquele órgão procedia à aprovação dos candidatos, o que constituía uma condição imperativa para aqueles poderem ser submetidos à eleição pelos sócios da AEIST.

Assim, em maio de cada ano, os sócios da AEIST eram chamados a eleger o presidente da associação, escolhendo entre vários candidatos propostos.⁷⁴ Os sócios escolhiam um candidato a presidente (que teria que ter no mínimo dois anos de sócio), e não uma lista de candidatos à direção. O ato eleitoral funcionava do seguinte modo: os delegados de curso distribuíam os boletins de voto, que de seguida eram entregues pelo votante a uma mesa eleitoral, os votos tinham a particularidade de serem envolvidos em dois envelopes, sendo o exterior destinado à assinatura e

número do sócio votante, de modo a conferir maior seriedade ao processo eleitoral.⁷⁵ Após o conhecimento dos resultados das eleições, procedia-se em seguida às eleições do vice-presidente da direção, eleito pela Junta de Delegados.⁷⁶ De seguida o presidente da AEIST escolhia os restantes membros da direção, nomeia parte dos diretores das secções e promove a eleição dos restantes.⁷⁷ Ficavam deste modo decididos os novos corpos diretivos que tomariam posse em outubro do ano letivo seguinte. A significância desses atos eleitorais está bem explicada no seguinte excerto:

O ato eleitoral só terá significado, de facto, se os sócios se compenetrarem da responsabilidade que têm ao elegerem os seus representantes. Devem fazê-lo conscientemente, informando-se sempre do que se pretende com a eleição. Contribuindo para elegerem os mais capazes, contribuirão igualmente para

se firmar cada vez mais uma das características específicas mais importantes da AEIST: o carácter eleitoral dos corpos gerentes. (...) Como consequência imediata resultante das eleições existe a discussão ampla e aberta a todos os sócios, da orientação associativa a seguir, o que é uma garantia que essa orientação será a mais justa, por ser na realidade a única.⁷⁸

A escolha do candidato mais indicado para desempenhar o cargo de presidente da direção da AEIST exigia uma enorme ponderação,



*Elementos da direção da AEIST eleita de 1953/54
(Fotografia cedida por Mary Evelyn Dore)*

atentas as responsabilidades inerentes a esse cargo, o que implicava que o aluno escolhido tivesse de reunir um conjunto de características que permitissem a angariação do maior número possível de votos no dia das eleições. Segundo os entrevistados, para se ser eleito presidente da direção da AEIST, um aluno deveria possuir um abundante currículo associativo, reunir o consenso das opiniões dos colegas, ser bom aluno e não demonstrar publicamente atitudes contra o governo. Sobre esta questão um antigo dirigente associativo, refere:

As direções tinham que ser muito bem escolhidas, pelo que o presidente tinha que ser aprovado pelo governo (...) e pela PIDE. Tinha de se escolher para presidente uma pessoa que fosse aceite pelos colegas, mas que não fosse comprometido politicamente. Já se sabia que se o fosse era chumbado. (...) Sabia-se que havia pessoas da JUC e do MUD

Juvenil, enquanto havia pessoas que não pertenciam nem a um nem a outro. Quando se escolhia as pessoas isso tinha de ser tido em consideração, era uma questão de sobrevivência.⁷⁹

O desempenho escolar do candidato constituiria um factor importante para a escolha do presidente da associação dado que, segundo os entrevistados, haveria a tradição de os presidentes da AEIST normalmente serem bons alunos o que contribuía para que a direção gozasse de bom prestígio perante o corpo docente.

Luís Aires Barros, que testemunhou as ações da AEIST como aluno e posteriormente como professor do IST, partilha da convicção anterior:

Sabia que o indivíduo que tomava os lugares de topo na AEIST era um indivíduo fora de série. (...) As pessoas que conseguiam chegar à direção eram acima da média, 90% das pessoas eram assim, o que deu muito prestígio à AEIST.⁸⁰

Paralelamente, a experiência e a capacidade de um candidato no campo associativo eram bastante valorizadas, o que se comprovava pelo próprio processo eleitoral, que conduzia à eleição dos mais capazes, daqueles que melhor estão dentro dos assuntos. De forma a sublinhar a importância dessas qualidades, vários dirigentes associativos memorizam o percurso da vida associativa efetuando uma comparação ao ato de subir uma escada, dado que se *tinha que começar por baixo*,⁸¹ na medida em que, dificilmente um presidente seria eleito sem ter experiência associativa.

As eleições na AEIST demonstravam ser um exercício democrático, o que não deixa de ser curioso, dado que se vivia num regime ditatorial. Neste seguimento, um antigo dirigente afirma:

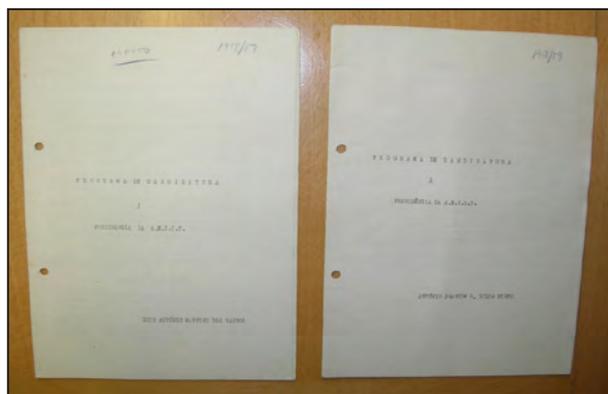
O espírito vivido na AEIST era completamente diferente do ambiente do regime, havia liberdade para discutir ideias, criticar, nós elegíamos livremente os dirigentes. Era evidente que não se podia estar numa organização destas e não perceber o monstro que era o fascismo e que nos impedia de viver livremente.⁸²

O médico da associação, o dr. Catita, assistiu a várias eleições ao longo da sua estadia neste espaço, pelo que, relativamente a esse assunto, refere:

*Eu considerava as eleições na AE um exemplo a nível nacional, para verem como era possível existir eleições com luta renhida. Eu não ia às sessões, mas sei. Eles ficavam todos amigos. Eram eleições sérias, havia propaganda.*⁸³

À semelhança do ocorrido em relação às secções da AEIST, também o ato eleitoral foi sofrendo diversas alterações. Assim sendo, até à década de 50, o processo eleitoral revestia-se de características relativamente simples: apresentavam-se os candidatos, no seguimento do que os alunos votavam colocando os votos numa caixa na associação. Com o evoluir dos anos, passou-se a elaborar programas de candidatura dos diferentes candidatos, que eram distribuídos pela escola e a discutir ideias em assembleia geral. Deste modo, era disponibilizada informação aos sócios sobre os candidatos e as respetivas

propostas, com o intuito de promover a reflexão e o esclarecimento prévio à votação.⁸⁴



Programas de candidatura e à direção da AEIST 1958/59 de Luís António Martins dos Santos (eleito) e António Joaquim Silva Pinto (não eleito) (APPF)

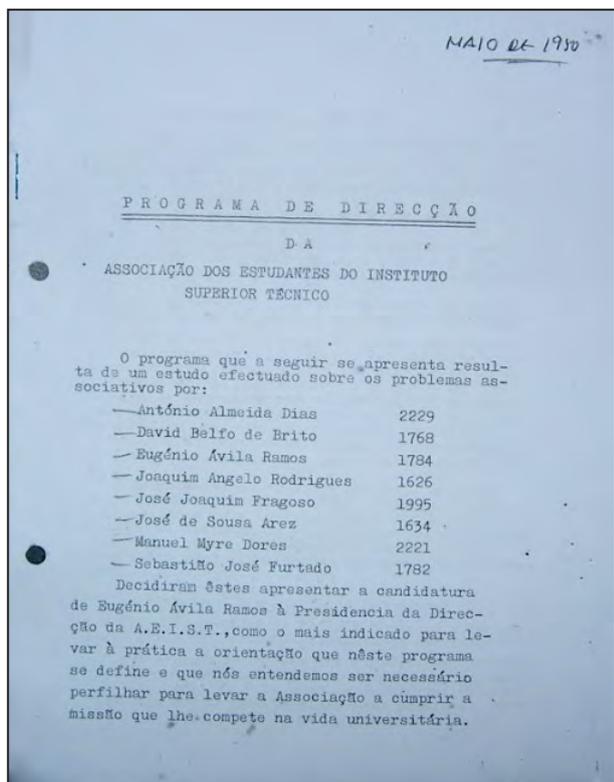
Foto: Mónica Maurício

Por outro lado, as direções cessantes tinham de redigir no final do seu mandato um relatório sobre o trabalho desenvolvido.

No cômputo geral, a evolução dos procedimentos resultava numa maior responsabilização do trabalho associativo, fosse ele individual ou coletivo, como refere o seguinte documento:

*O presidente assume responsabilidades quando apresenta um programa de candidatura em maio e em novembro ... prestam-se contas em assembleia. O seu relatório vai ser analisado, discutido, criticado. Assim, para lá da boa vontade que a direção tenha, ele sabe que o seu comportamento será publicamente apreciado.*⁸⁵

A condição estabelecida pelo MEN em relação à necessidade de se observar neutralidade política no desempenho de cargos associativos tinha que ser respeitada pelos estudantes. Desta forma, caso se tornasse do conhecimento geral que um candidato possuía ligações ao MUDJ, dificilmente conseguiria ser aprovado na assembleia geral enquanto candidato a presidente da direção. Nesta linha de pensamento, o antigo presidente da AEIST, Bento Dias, refere o motivo pelo qual um colega seu não se candidatou ao cargo de presidente da direção da AEIST: *Ele era demasiado de esquerda.*



Programa de candidatura de Eugénio Ávila Ramos à direção da AEIST, com lista de apoiantes, 1950, (APPF)
(Foto: Mónica Maurício)

No entanto, os testemunhos orais nesta matéria contradizem o que alguns autores referem, como é o caso de Nuno Caiado, que afirma:

Para o MUD e para o PCP as eleições nas AE eram objeto privilegiado de investimento, pois revelavam-se como oportunidades para os seus aderentes desencadearem agitação. Perante uma direita hegemónica nas escolas, os aderentes do MUD propunham listas de unidade democrática que pudessem regatear àquela o seu hegemonismo.⁸⁶

Essa situação não se verificaria exatamente dessa forma na AEIST, sendo exemplo o caso de vários estudantes que não chegaram a candidatar-se porque sabiam que não seriam homologados ou que se candidataram e não foram homologados. Como recorda este dirigente associativo:

Candidatei-me à direção da AEIST (...), a minha equipa de apoio era muito à esquerda, muito identificada politicamente e fomos derrotados, o que é normal, pois esse resultado correspondia à correlação de força existente no governo. Depois, o candidato vencedor, que era duma orientação de dirigentes mais neutros do ponto de vista político, convidou-me para vice-presidente. Isto mostra o espírito daquela época, dado que ele convidou o adversário para vice-presidente e nós, embora tivéssemos projetos diferentes e defendéssemos pontos de vista diferentes, respeitávamo-nos e colaborávamos. Depois, quem estragou a festa foi o ministro Leite Pinto, que era um ministro fascista e não me homologou como vice-presidente, porque dispunham de informações sobre a minha atividade política.⁸⁷

O receio da não homologação dos corpos gerentes pelo MEN representava uma preocupação constante, constituindo disso prova o facto de vários alunos terem acabado por desistir das suas candidaturas durante a década de 1950. Os dirigentes da AEIST tinham consciência de que, caso o MEN não homologasse os corpos gerentes, a AEIST correria o perigo de ser encerrada compulsivamente, o que veio a suceder no final do ano letivo 1955–56, quando a

direção decidiu fazer uma cerimónia de tomada de posse. Esta cerimónia culminou na não homologação dos corpos gerentes eleitos em maio, e na ordem de entrega da administração da associação à direção do instituto.⁸⁸ José Manuel Prostes da Fonseca, presidente da direção anterior, explica o desenrolar dos acontecimentos:

Nessa altura, era obrigatória a homologação das direções das AE pelo ministério da Educação (...). Em maio, decidimos realizar uma sessão para dar posse à direção presidida pelo Mello Furtado, antes que houvesse a respetiva homologação. Embora porventura importante, foi um procedimento numa base de boa fé, até porque convidámos a direção do IST. Foi uma cerimónia que decorreu com afluência e dignidade. Porém, passados dois dias, recebemos um ofício do ministério da Educação a comunicar que a AEIST estava encerrada devido a ato ilícito de tomada de posse, ficando para todos os efeitos, entregue à direção do IST, que se assumiria como conselho administrativo. Eu já não tinha qualquer responsabilidade no processo. Mas, nessa altura tinha relações cordiais com o ministro da Educação, o prof. Leite Pinto, que tinha sido professor no IST. Fui falar com ele numa tentativa de contribuir para resolver a situação anormal criada. Ficou decidido que eu assumiria a presidência da direção da AEIST, com o seu estatuto normal recuperado, no período de agosto a dezembro. Aceitei por ser a única forma de regularizar a situação da AEIST.⁸⁹

José Manuel Prostes da Fonseca acabou por ficar à frente da direção da AEIST até 19 de dezembro de 1956, altura em que se realizaram novas eleições, tendo sido eleito João Cravinho para presidente. Cabe assinalar que, de agosto a dezembro de 1956, dos nove elementos que constituíram a direção provisória, cinco (presidente, os três vice-presidentes e o tesoureiro) dividiram o seu tempo entre o serviço militar obrigatório e a direção da AEIST. Este processo atestou os vários esforços envidados no sentido de evitar o encerramento da associação, dado que fechar a AEIST era considerada

*quase uma catástrofe, porque prestava imensos serviços aos alunos.*⁹⁰

Não obstante o presidente da associação ter a necessidade de demonstrar neutralidade política, o mesmo não sucedia com os seus colaboradores (os que não necessitavam serem eleitos), que não precisavam de autorização superior para a sua participação em atividades associativas. Nesse sentido, na memória de antigos dirigentes, a associação seria um meio livre, onde pessoas adeptas de ideologias políticas várias conviviam e trabalhavam conjuntamente para o mesmo fim, o trabalho associativo, sendo que constituiriam apenas uma minoria aqueles que tinham uma ação política na associação. Nesse âmbito, um antigo dirigente associativo, nesta sequência, expõe a seguinte percepção:

*Nos seis anos que estive no IST, julgo que o que se deve ter passado foi o seguinte: dentro da associação e dentro da sua atividade quotidiana havia um interesse em resolver os problemas concretos e havia uma certa formação de cidadania, mas na sombra (não com sentido depreciativo, porque se não eram autorizados legalmente a ter essa atividade, deviam fazer da forma que entendessem). Havia eventualmente uma certa politização do movimento associativo, mas eu não senti isso enquanto dirigente associativo. Não senti nenhuma interferência, mas existia interferência indireta pelo comportamento que cada um de nós tomava na sua atividade, mas estou certo que o movimento associativo foi utilizado de uma forma muito forte quer pelo MUD Juvenil, quer pela JUC. Estou convencido que muitas das atuações que foram imprimidas ao movimento associativo, vieram muitas vezes de reuniões extra-associação.*⁹¹

Ainda sobre a neutralidade dos dirigentes e a influências de organizações que não a associação, um antigo presidente da direção recorda:

A JUC na altura tinha uma certa influência e uma certa importância, em 1951 conseguiu eleger um elemento para presidente da AEIST, o Eurico Corvo. Um outro aluno que também marcou foi o Nuno Abecassis que também concorreu para presidente da

*AEIST. Havia vários elementos da JUC na AEIST, mas lá a política e a religião não eram importantes. Nas eleições o importante eram as pessoas, era achar que a pessoa tinha capacidade para gerir, para resolver os problemas, para arranjar coisas novas para a AEIST, independentemente das políticas.*⁹²

Alguns alunos recordam a intervenção direta ou indireta de organismos no âmbito da AEIST, designadamente a Mocidade Portuguesa, a JUC e o PCP. De assinalar que a primeira não seria bem acolhida, tendo-se verificado vários desentendimentos sobre essa questão ao longo da história da AEIST; a segunda era vista com toda a normalidade, dado que por vezes havia colaboração entre esta e a associação; e a última era vista como força política de oposição ao regime vigente, que desejava utilizar a AEIST como palco para efetivação dessa mesma oposição:

*Os da Mocidade Portuguesa não se metiam na AEIST. Também havia uma grande influência da JUC, onde a figura importante era a Lourdes Pintassilgo. Entre a JUC e as pessoas do regime havia uma afinidade. (...) Sabíamos quem era comunista, mas tinham que colaborar na AEIST com as nossas condições, não era ir para destruir.*⁹³

Motivações e angariação dos colaboradores

A AEIST incentivava os estudantes a colaborar na associação, de forma a contribuir para o desenvolvimento do trabalho associativo, na medida em que

(...)fazendo-o, não é simples parasita do trabalho que os colegas realizam e de que ele aproveita os frutos, e está contribuindo na medida das suas possibilidades para a resolução cada vez mais perfeita dos seus problemas.

Assim sendo, eram constantemente feitos apelos à colaboração dos estudantes nos diversos trabalhos da AEIST, como se pode comprovar pelo seguinte excerto:

Atualmente trabalham na associação cerca de 120 alunos, distribuídos pela direção, Junta de Delegados e 12 secções. Para os 750 sócios existentes é muito pouco. Deve cada um meditar nesta relação 120/750 e dirigir-se a uma das secções, a dar o seu nome, a sua boa vontade e o seu interesse.⁹⁴

O interesse das diversas direções da AEIST na angariação de mais colaboradores para as suas atividades era evidente nas diversas publicações que editava, dedicando um espaço destinado para esse efeito, como podemos constar no trecho seguinte:

A direção luta presentemente com bastante falta de colaboradores e desta forma deixamos aqui por escrito o seu pedido público para que sejam sugeridos nomes de alunos, especialmente do 3.º e 4.º anos, que, já pelo seu interesse na vida associativa, já pelas suas qualidades de trabalho, possam ser chamados a colaborar.⁹⁵

Paralelamente, decorriam outras formas de angariação mais pessoais, empreendidas por aqueles que já trabalhavam na associação, que abordavam os potenciais colaboradores, seus colegas de curso, no período das aulas. Este tipo de angariação verificava-se principalmente ao nível dos alunos mais novos, que começariam por desempenhar na AEIST tarefas simples, tais como a organização e catalogação dos livros

da biblioteca, ajuda na organização de pequenos eventos, etc. ...

De assinalar que a escassez de colaboradores propiciava que os existentes desempenhassem diversos tipos de tarefas, como nos mostra o testemunho seguinte:

Continuar na AEIST era uma forma de amadurecimento, de convívio, foi uma escola de responsabilização e de consciencialização de que todos os trabalhos são dignos, pois na AE fazíamos um pouco de cada tarefa. Muito importante foi trabalhar sem receber nada em troca, sendo o pagamento a realização pessoal. Havia uma diferença entre a liberdade existente dentro da AEIST e a do regime.⁹⁶

Essa polivalência tinha repercussões bastante positivas para os colaboradores da associação, dado que ganhavam uma importante formação, que lhes viria a ser bastante útil na vida profissional. Muitos são os testemunhos orais que referem que os conhecimentos práticos adquiridos na associação tiveram utilidade durante toda a vida. Neste sentido, um antigo dirigente associativo recorda:

Esta vida da AEIST foi muito influente na minha maneira de ser, na minha maneira de encarar, apesar do muito tempo perdido, não estou nada arrependido de ter gasto esse tempo. Foi a melhor formação que alguma vez eu pudesse ter.⁹⁷

Não obstante, segundo os dados que a documentação existente nos fornece, verificou-se um aumento em relação ao número de colaboradores na associação, essencialmente a partir do início da década de 1950, como informa o *Noticiário da AEIST*:

Assim conquistou-se o apoio de mais e cada vez mais sócios, as atividades desenvolveram-se, a organização cresceu e estruturou-se. O número dos que participam na vida associativa aumenta, o interesse pelos

*problemas académicos desperta, a associação torna-se de direito e de facto a organização que representa a vontade dos estudantes da escola.*⁹⁸

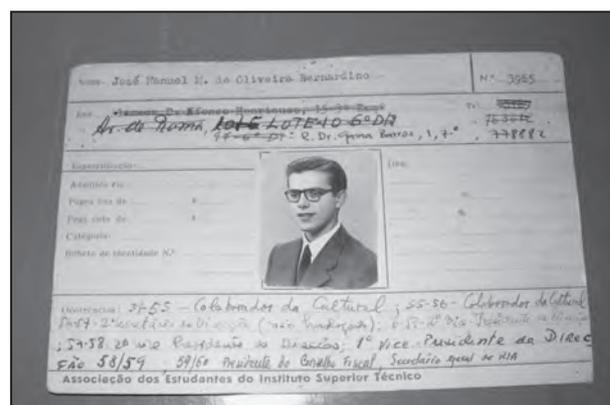
As motivações dos estudantes para participarem na associação seriam várias, sendo que a questão de noção de ajuda social, era possivelmente a que levava mais alunos a dedicar o seu tempo ao trabalho associativo. Havia a noção que trabalhando em grupo, podiam resolver os problemas concretos dos estudantes.

Na medida em que se observavam dificuldades no tocante à angariação de colaboradores e à sua permanência no trabalho associativo, havia uma preocupação patente na AEIST: *a preparação de alunos para cargos diretivos, isto é, a formação de dirigentes*, dado que, particularmente na década de 1940, se verificava uma manifesta inexperiência por parte dos dirigentes, que culminava em constantes desistências dos cargos e numa conseqüente escassez de dirigentes para ocupar os cargos existentes. Esta situação gerava a que ocorresse uma constante tentativa de angariação de novos membros para o trabalho associativo, mesmo para desempenhar tarefas de responsabilidade, como nos revela um documento: *deu-se todo o apoio à chamada de alunos dos primeiros anos para lugares de colaboradores responsáveis.*⁹⁹

Atividades e relações interassociações

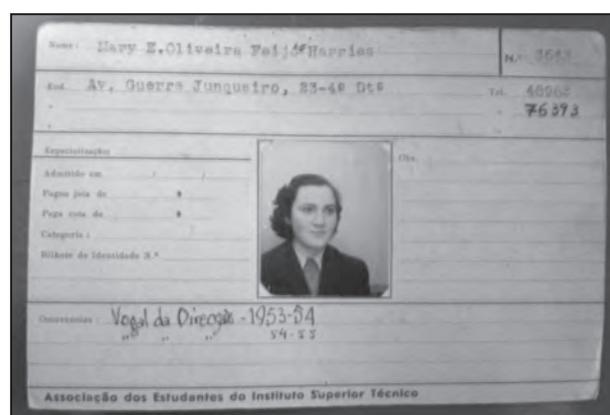
Em 1949, terá sido criada pelos ativistas do MUD Juvenil, em Lisboa, uma organização no contexto do movimento associativo, a Comissão Interassociações de Estudantes (CIAE), que procurava realizar reuniões regulares, contando por vezes com a presença das comissões pró-associações, representantes das escolas onde as AE tinham sido extintas ou ainda não existiam.¹⁰⁰

A representação da AEIST na CIAE tinha como principal fim a construção de órgãos de carácter cultural, social e pedagógicos, que fossem comuns às várias escolas, tendo por base a cooperação mútua entre as diversas AE. Paralelamente, a AEIST procurou dar o seu contributo no âmbito da procura de soluções para diversos problemas que afetavam os estudantes portugueses de então, nomeadamente em áreas



Fichas de sócio da AEIST, com informação do nome de sócio, contactos e cargos ocupados na AEIST (AAEIST)

Foto: Mónica Maurício



como a habitação, a alimentação, as bolsas de estudo e a assistência médica.

Entre 18 e 21 de março de 1954, realizou-se em Lisboa a 4.^a reunião da CIAE, onde estiveram presentes delegados de todas as *associações e delegações portuguesas*, com exceção da AE da Faculdade de Medicina, que tinha sido encerrada por ordem do MEN. Durante toda a reunião esteve presente um representante oficial do ministro da Educação Nacional.¹⁰¹ O presidente da direção da AEIST na altura, Domingos Raimundo expõe o desenrolar dos acontecimentos:

Uma coisa importante da minha altura foi a reunião das três academias para discutirmos os problemas da universidade. Aqui no IST,

*que tínhamos alguma força devido às diversas secções que existiam, convocámos as outras academias para uma reunião. Tivemos que ir ao secretário do ministro pedir autorização, e ele disse os comunistas tiram partido disto tudo, mas acabou por ser autorizada. Foi um tipo da Mocidade Portuguesa aqui do IST, e quando ele achava que tinha dúvidas se determinada coisa devia ser discutida ou não, telefonava para o MEN para perguntar. Nessa reunião os de Coimbra ficaram muito admirados com a nossa AE devido às condições, que tínhamos, como a cantina, etc. ...*¹⁰²

Foram aprovadas várias questões, designadamente as relacionadas com problemas gerais referentes às AE: criação de novas AE, legalização de todas as AE, instalações e subsídios oficiais para as AE, representação das AE nos conselhos escolares, planificação de facilidades inter-associativas e intercâmbio; com problemas gerais dos estudantes: bolsas e subsídios, restaurantes universitários, habitação e assistência médica para os estudantes; e com questões pedagógicas e desportivas.¹⁰³

Importa sublinhar que a dita reunião acabou por adquirir uma projeção internacional, refletida nas saudações recebidas da União Nacional dos Estudantes de França e do Secretariado Coordenador das Uniões Nacionais de Estudantes.¹⁰⁴

No ano letivo de 1954/55, as direções das AE de Lisboa elaboraram uma regulamentação interna para as reuniões interassociações, de carácter puramente interno e apenas para orientação destas. Decidiu-se então enviar uma cópia dessa regulamentação ao ministro da Educação Nacional, para que tomasse conhecimento e para que não se levantassem (...) dúvidas sobre as finalidades e modo de funcionamento dessas reuniões.¹⁰⁵

No seguimento disso, as AE de Lisboa receberam uma comunicação do MEN, de 25 de março, informando que este não reconhecia a legalidade da Comissão Interassociações de Estudantes Universitários de Lisboa, decisão tomada de acordo como o artigo 6.º do decreto-lei nº 21566. No seguimento dessa notificação, a AEIST interrompeu imediatamente a representação na CIAE, e decidiu intervir junto do MEN, para que a coordenação entre as associações

*de estudantes, permitida pelo de 3 de agosto de 1932, seja uma realidade,*¹⁰⁶ dado que o artigo do referido decreto permitia às associações (...) coordenarem as suas atividades (...) sem contudo tomarem o carácter de federações.¹⁰⁷

As AE defendiam que as reuniões da CIAE tinham apenas a finalidade de coordenar as atividades das várias AE, sem que tomasse um carácter federativo, logo o citado decreto não as tornava ilegais.

O ministro terá interpretado a regulamentação recebida como um pedido de homologação da constituição de um organismo reunindo as várias AE de Lisboa. A este propósito, José Manuel Protes da Fonseca refere:

*Foram criadas as RIA (reuniões interassociações) do que foi dado conhecimento (e não pedido de autorização) ao ministério da Educação. Passados uns dias recebemos do ministério uma informação a dizer que o ministro não tinha aprovado o regulamento. As RIA não sofreram ações da PIDE nem do ministério da Educação. Normalmente, as reuniões do secretariado das RIA realizavam-se na AEIST. Desempenhei, nessa estrutura, a função de secretário-geral adjunto. A atividade das RIA foi muito importante nomeadamente em determinados processos fundamentais.*¹⁰⁸

No seguimento deste processo, foi decidido denominar a CIAE unicamente reuniões interassociações, pretendendo as diferentes AE simplificar desta forma a designação, para que não pudessem surgir quaisquer dúvidas quanto ao carácter das reuniões.¹⁰⁹ As RIA teve um papel crucial em vários momentos da vida associativa, e principalmente no que toca à resolução de vários processos estudantis que marcaram a década de 1950.

As RIA iriam ficar mais dinâmicas com a publicação do decreto-lei 40900, como refere José Fernando Pinharanda:

As RIA já existiam antes do 40900, mas ganharam outra importância. Aí reconheceram-se que era necessário que todos os estudantes atuassem de uma forma razoavelmente concertada, as iniciativas tinham que ser tomadas de forma a não constranger os

*outros estudantes e portanto começou a haver uma coordenação entre as AE.*¹¹⁰

A comemoração do Dia do Estudante em 1950/51 constituiu um resultado do relacionamento entre as várias AE, quando as três academias decidiram comemorar um dia dedicado aos estudantes,¹¹¹ ficando instituída a data de 25 novembro para as celebrações. No entanto, só Lisboa assistiria ao primeiro Dia do Estudante, que incluía uma tarde cultural, um festival desportivo e um baile de recepção aos caloiros, iniciativas que pareceram não ter despertado grande interesse.¹¹²

O Dia de Estudante, só terá ganho alguma dimensão nos anos 50, a partir de 1957, ano de contestação contra o decreto-lei 40900 de 12 de dezembro de 1956. Até à data referida, aquele evento comemorativo resumia-se a um conjunto de atividades que parecia não cativar grande número de alunos. Não obstante, a partir do citado decreto, já com as RIA a organizar as atividades, o Dia do Estudante ganhou outro destaque.

Eram várias as secções da AEIST que mantinham um razoável contato com outras AE e escolas, nomeadamente, a secção cultural, o grupo desportivo e a secção de folhas, esta última

através de *intercâmbio de publicações, facilidades de compra e preços mais baixos nos trabalhos para fora* constituíam exemplos desse facto a elaboração de 5 folhas (num total de 560 exemplares) que foram feitas para o Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras e para a Faculdade de Medicina e os descontos na compra de folhas concedidos à Liga dos Amigos da biblioteca da Faculdade de Ciências, no ano letivo de 1949/50. Desta forma, a AEIST contribuiu para auxiliar na resolução de diversos problemas relacionados com as atividades pedagógicas de outras escolas, como a ausência de folhas sobre determinadas matérias.¹¹³

No seguimento das atividades levadas a cabo conjuntamente pelas várias AE's de Lisboa, foi criado o Orfeão Universitário de Lisboa (OUL), em abril de 1957, tendo tido lugar a sua primeira apresentação no salão nobre do IST, em 10 de julho do mesmo ano. Cabe assinalar que os ensaios tinham lugar num anfiteatro do IST, tal como as inscrições para o OUL.

No âmbito das relações interassociações, eram ainda realizadas várias atividades, tais como um clube universitário de jazz, exposições, concertos, bailes, sessões de cinema, entre outros.



Baile organizado pelas várias AE de Lisboa, realizado em Belas Artes de Lisboa, década de 1950. (fotografia cedida por Mary Evelyn Dóres).

O Cineclube Universitário de Lisboa

A CIAE teve um papel decisivo no âmbito de várias questões estudantis, como foi o caso da criação e organização do Cineclube Universitário de Lisboa (CCUL). Essa iniciativa partiu da secção cultural da AEIST, tendo surgido como *a evolução lógica das sessões de cinema de grande metragem que se realizavam no salão nobre do IST*.¹¹⁴ O Cineclube seria fundado oficialmente pela CIAE em março de 1952 e teve um funcionamento normal até 27 de novembro de 1953, altura em que, por não ter os seus estatutos aprovados legalmente, teve que interromper o seu funcionamento. Um aluno do IST aponta as razões desse encerramento:

*Nunca se entregou estatutos, nem se legalizou, e numa sessão perfeitamente normal de um filme italiano Dois dias fora da vida, que era história de um caixeiro-viajante que vendia produtos pela Itália, aquela Itália pobre depois da guerra e ficou a viver durante dois dias numa aldeia diferente da vida que levava. (...) Era um filme que não tinha problema nenhum, mas o tal grupo quanto pior melhor interpretou uma mensagem e decidiu deitar pombas brancas e panfletos. O governo fecha o Cineclube Universitário com o pretexto de que não estava organizado.*¹¹⁵

Com a suspensão das atividades do CCUL, a AEIST assumiu perante a CIAE a responsabilidade de reorganizar e elaborar estatutos. Foi então criada uma comissão de organização do CCUL que, em março de 1954, entregou ao MEN os estatutos para serem aprovados. Manuel Macara, um dos responsáveis pela comissão de organização relembra:

*Eu e uns colegas reunimo-nos na Mourisca e em duas tardes fizemos os estatutos, numa forma muito simples: havia um cineclube no Porto (o mais antigo de Portugal), adaptámos os estatutos deles e demos um cheirinho universitário. Depois assinaram oito pessoas que seriam a comissão instaladora, a maior parte era do IST e assinaram todos os presidentes das AE de Lisboa.*¹¹⁶

Os estatutos foram aprovados pelo MEN em 1955 e *apesar do adiantado do ano letivo, a comissão organizadora decidiu entrar logo em atividade realizando duas sessões em maio e duas em junho*.¹¹⁷ Sobre esta questão, Manuel Macara acrescenta:

*Quando aparece a legalização, tínhamos tudo montado, tudo organizado para o fazer, fizemos um regulamento. Assim qualquer pessoa podia chegar à AEIST e inscrever-se. Havia uma distribuição de tarefas, não havia funcionários, éramos nós que fazíamos tudo. A nossa luta perante o MEN foi a de eles quererem colocar à frente do cineclube a MP, e nós não queríamos, da mesma maneira que não queríamos no desporto. E também não quisemos nas tais relações internacionais. O cineclube assim continuou, a comissão instaladora esteve durante um ano e depois fez-se eleições e prosseguiu, que eu saiba nunca mais foi fechado nem perseguido. Havia no cineclube um grande equilíbrio. Como o equilíbrio que se conseguiu na AEIST de nem um extremo nem outro, aquele central que era de pessoas que queriam avançar, não iam lutar contra montanhas, embora pudessem estar subrepticamente a fundar condições para efetivamente sermos outra coisa, termos outra formação, era evidente que estávamos.*¹¹⁸

Na sequência do início das suas funções, o CCUL estabeleceu as categorias de sócio universitário e não universitário, pagando os primeiros, uma quota mensal de 6 escudos e os segundos, uma de 10 escudos, valores referentes ao ano de 1955.

Todos os sócios tinham um cartão identificativo com a informação da escola da qual eram alunos, sendo que as inscrições eram efetuadas na AEIST, considerada sede provisória do CCUL.



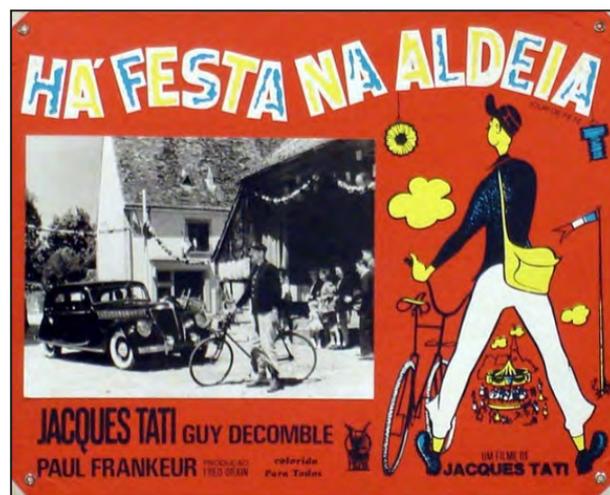
Cartão de sócio do Cineclube Universitário de Lisboa
(cedido por José Myre Dores)
Foto: Mónica Maurício

As sessões começaram a realizar-se no *Chiado Terrasse*, onde se distribuía programas com informação detalhada sobre os filmes, antes das sessões, procurando informar os espetadores, para que deste modo, se pudesse realizar um debate após o final do filme, em que a participação era aberta a toda a assistência.

Os filmes eram muitas vezes agrupados por temas e exibidos em ciclos de cinema. O jornal *AEIST* dedicava frequentemente uma secção sobre os filmes exibidos no Cineclube Universitário e também nas salas de cinema lisboetas, incluindo opiniões e votação de alunos e

colaboradores. A título de exemplo, a partir da votação de dirigentes do CCUL, foram votados como melhores filmes estreados em novembro e dezembro de 1957: *A Taberna* de René Clément, *Loira Explosiva* de Frank Tashlin e *Rua Principal* de J. A. Barden.¹¹⁹

A tipologia dos filmes exibidos era variada, incluindo películas muito conhecidas, êxitos de bilheteira, tais como *Festa na Aldeia* e *Gata em Telhado de Zinco Quente*, assim como filmes menos exibidos nas salas de cinema lisboetas.



Cartonado do filme *Há Festa na Aldeia* (*Jour de Fête*), 1948
(Cinemateca Portuguesa)

O desporto universitário

Em 21 de outubro de 1955, o Centro Universitário de Lisboa da Mocidade Portuguesa fez circular uma carta por entre as suas delegações e as AE, pela qual anunciava a criação de uma comissão organizadora dos campeonatos universitários regionais. Numa reunião posterior, as AE de Lisboa foram informadas de que o ministro da Educação Nacional entregara a responsabilidade pela organização das competições desportivas universitárias à Mocidade Portuguesa. Assim sendo, o papel desempenhado pelas AE no respeitante à organização e coordenação do desporto universitário ficaria restrito a um papel meramente consultivo e informativo.

Desde logo, as AE manifestaram conjuntamente o seu descontentamento, afirmando que

só aceitariam uma orgânica para o desporto universitário que fosse representativa dos universitários e não estivesse subordinada à Mocidade Portuguesa.¹²⁰ As AE sustentavam que, no referente às atividades dos alunos das várias escolas superiores onde existiam AE, estas deveriam ser as únicas entidades com competência para dirigir, orientar e transmitir a opinião dos estudantes, contestando a intervenção da Mocidade Portuguesa no domínio do desporto universitário.

A posição da AEIST no âmbito deste processo foi coerente desde o início, no sentido de não reconhecer, sob condições algumas, a autoridade da Mocidade Portuguesa em matéria de organização de competições desportivas universitárias. Esta posição consubstanciou-se nos seguintes pontos: recusa da associação em participar

naquelas competições que viessem a ser organizadas pela Mocidade Portuguesa; intervenção junto do MEN, em conjunto com outras AE, apresentando as motivações para as suas posições e *sugerindo um plano de desporto universitário*; organização de torneios desportivos entre as AE que tinham assumido posição idêntica à da AEIST, à margem das competições organizadas pela Mocidade Portuguesa. Essa posição da AEIST seria aprovada em reunião magna *com mais de uma centena de associados*, especialmente convocada para o efeito, onde os sócios *incitaram a continuar com a mesma orientação*. A este propósito, José Manuel Protes da Fonseca, presidente da direção da AEIST relembra toda a ação:

As AE de Lisboa decidiram não participar nas atividades de desporto universitário promovidas pela Mocidade Portuguesa. Demos conta desta situação à Inspeção Nacional do Desporto Universitário da Mocidade Portuguesa. Verificou-se uma situação de grande confusão e fui chamado pelo ministro da Educação, o prof. Leite Pinto. As AE criaram os torneios nterassociações, que na

prática inviabilizaram as provas da Mocidade Portuguesa. O ministro manifestou a sua discordância mas a situação não foi alterada. Mais tarde, os torneios interassociações foram integrados no CDUL (Centro Desportivo Universitário de Lisboa) tendo sido formalmente extinta a atividade desportiva universitária da Mocidade Portuguesa. Tive uma ação que julgo relevante em todo este processo, nomeadamente na qualidade de presidente do CDUL. Esta foi sem dúvida uma grande luta.¹²¹

Esta situação ditaria o afastamento da AEIST do desporto universitário organizado pela MP no ano letivo de 1955/56 e nos anos seguintes pelos quais se arrastou o processo, que conseguiu

(...) um apoio efetivo por parte da grande massa universitária à política seguida pelas AE. Foi possível interessar alguns milhares de jovens pela questão que diretamente os afetava e torná-los muito mais conscientes dos seus direitos e problemas.¹²²

A permanente desconfiança do ministério da Educação Nacional

Todas as atividades culturais organizadas pela AEIST,¹²³ sem exceção, tinham obrigatoriamente de ser submetidas à aprovação prévia do MEN, o que gerava grandes inconvenientes no âmbito da organização das atividades, dado que por vezes o despacho de autorização ou chegava muito próximo do início da iniciativa ou simplesmente não chegava. Neste último caso, a associação era obrigada a cancelar a atividade, dado que a realização de iniciativas não homologadas pelo MEN poderia conduzir ao encerramento compulsivo da associação.

Em 1 de setembro de 1956, durante uma reunião mantida com o ministro da Educação, a AEIST demonstrou os *inevitáveis inconvenientes* dessa autorização obrigatória e solicitou que fosse *anulada a ordem de serviço do ministério da Educação Nacional que impôs tal obrigatoriedade* e passassem as atividades a ser *sujeitas apenas à*

autorização do Senhor Diretor do IST, conforme o disposto no parágrafo 3.º do artigo 1.º do decreto-lei nº 21586 de 3 de agosto de 1932.¹²⁴ O artigo em causa pronunciava o seguinte:

Artigo 1.º É permitido aos estudantes das escolas superiores e institutos comerciais e industriais, dependentes do ministério da Instrução Pública, constituírem associações com fins culturais e beneficentes, e designadamente destinadas: (...)

b) À organização de festas culturais, sessões literárias, comemorações ou diversões educativas;

c) À promoção de conferências, congressos, exposições, espetáculos, cursos ou lições destinados à cultura dos associados; (...)

As realizações a que se referem as alíneas b) e c) deste artigo dependem sempre da autorização prévia do diretor do respetivo estabelecimento de ensino.¹²⁵

Um dirigente associativo, recorda-se da pressão sentida pelos estudantes em face da necessidade constante de efetuar pedidos de autorização e da existência de um controlo exaustivo, conforme indica o seu testemunho:

Na sala da biblioteca ouvíamos música gravada com o João de Freitas Branco, musicólogo. Até para ouvirmos música gravada tínhamos que pedir autorização, não sei se era à PIDE, sei que era por intermédio de um colega que representava o governo cá. (...) Havia um controlador político e ideológico da PIDE e do governo. Ele não participava na associação mas vinha controlar. Nós não gostávamos dele. (...) Ele era da Mocidade Portuguesa. (...) A Mocidade Portuguesa não tinha muita importância no Técnico.¹²⁶

Por outro lado, a CIAE e posteriormente as RIA foram motivo de grande desconfiança por parte do MEN.

O apoio da direção e do corpo docente do IST

Desde a sua fundação, a AEIST manteve boas relações com a direção do IST, constituindo disso exemplo o já referido projeto do *campus* universitário IST, o qual previu um espaço dedicado à associação. De um modo geral, existia da parte do instituto um voto de confiança à associação e um constante apoio. Os antigos colaboradores entrevistados referem uma grande confiança e apoio por parte da direção e dos docentes do IST, sendo que havia um bom diálogo entre a associação e a direção da escola.

Nesse sentido, a década de 50, regra geral, terá sido marcada pela colaboração entre ambas as partes, como informa o *Noticiário da AEIST*:

Entre a direção da AE e o Exmo. Diretor do nosso instituto tem existido uma colaboração franca e eficiente, que é garantia de mais rápido e perfeito desenvolvimento. O Senhor Eng^o Belard da Fonseca acolhe com involuntário interesse todas as nossas iniciativas e proporciona os meios necessários para a sua realização.¹²⁸

A AEIST era merecedora de especial atenção por parte quer do MEN quer do ministério do Interior, devido ao seu ativo desempenho no movimento associativo, conjugado com o grande número de atividades que empreendia constantemente, rememorando sobre esse assunto José Manuel Prostes da Fonseca:

No ano anterior a ser presidente da AEIST, comecei a entrar no movimento associativo como vice-presidente da associação. Nessa altura o grande problema era a dificuldade de realização de reuniões interassociações. Fui várias vezes chamado para ir à PIDE. Estava muito atenta. A AEIST era considerada o baluarte dos esquerdistas e por isso era particularmente vigiada.¹²⁷

O *Relatório e Contas de 1955/56* reforça essa ideia, referindo que:

(...) Procurou a direção da associação manter um estreito contacto com a direção do IST. Foi este contacto mantido através de conversas levadas a efeito pelo menos uma vez por semana e encontros vários para tratar de questões concretas. Nas conversações normais que o presidente da AEIST estabeleceu com o Sr. Diretor do IST, procurou aquele informar este da forma como decorriam as atividades da associação, nos seus vários aspetos.¹²⁹

Nos vários processos e consequentes reivindicações desencadeadas pela AEIST, o diretor do IST transmitiu quase sempre o seu apoio, o que não deixa de refletir a importância fundamental desempenhada pela associação enquanto espaço complementar do ensino do IST, como nos mostra o testemunho de um antigo aluno:

*A AEIST foi sempre muito considerada porque tinha componentes culturais e sociais muito importantes, tinha um auxílio social muito importante. A AEIST era considerada, quer pelo corpo discente quer pelo corpo docente, como qualquer coisa da própria escola. A AEIST era uma instituição sempre apoiada pela própria estrutura diretiva.*¹³⁰

Entre a documentação consultada, ressalta apenas uma referência à existência de desentendimentos entre o IST e a AEIST, descrita no *Relatório e Contas de 1958/59*, que aponta como motivo propiciador para essa fricção a peculiar opinião do Diretor do IST quanto (...) à ação a desenvolver pelas AE.¹³¹ Esta situação teria sido originada por várias situações, entre elas a entrada de elementos estranhos à universidade (agentes da PIDE), dentro do recinto do Técnico e mesmo até dentro da associação a 6 de fevereiro de 1959, o que a AEIST considerou como factores atentatórios ao prestígio, tradições e autonomia da universidade.¹³²

1 O que é a AE do Instituto Superior Técnico, Lisboa, Edição da Secção de Propaganda da AEIST, [s. d.] p. 15.

2 Este texto reproduz com ligeiras alterações o capítulo 4 da minha dissertação de mestrado (Maurício, 2007), ver <http://repositorio-iul.iscte.pt/handle/10071/1988>

3 Projeto iniciado no ano de 1927 por Porfírio Pardal Monteiro.

4 *Relatório e Contas da AEIST de 1949/1950*, Lisboa, AEIST, 1950 p. 43.

5 *Boletim da AEIST*, n.º 1, Lisboa, AEIST, maio de 1945 p. 1.

6 Testemunho de José Myre Dores, Lisboa, 16/03/2007.

7 A assembleia geral era constituída pelos sócios ordinários, antigos alunos e extraordinários, sendo que apenas os primeiros tinham direito ao voto. *Estatutos da AE do Instituto Superior Técnico (aprovados na reunião da assembleia geral de 6 de junho de 1950*, Lisboa, AEIST, 1951, p. 8. pasta 98, AAEIST.

8 A AEIST passou a ter contabilidade organizada a partir do ano letivo 1946/47, sendo que antes não havia controlo eficaz das despesas e receitas. *Relatório e Contas da Gerência da AEIST de 1949/50*, Lisboa, AEIST, 1950, p. 24.

9 *Estatutos da AE do Instituto Superior Técnico (aprovados na reunião da assembleia geral de 6 de junho de 1950*, Lisboa, AEIST, 1951, mesa da assembleia geral era constituída por um presidente, um vice-presidente e um secretário eleitos em assembleia geral. *Estatutos da AE do Instituto Superior Técnico (aprovados na reunião da assembleia geral de 6 de junho de 1950*, AEIST, Lisboa, 1951, p.10, pasta 98, AAEIST.

10 A Mesa da Assembleia Geral era constituída por um presidente, um vice-presidente e um secretário eleitos em

Assembleia Geral. *Estatutos da Associação dos Estudantes do Instituto Superior Técnico (aprovados na reunião da Assembleia Geral de 6 de Junho de 1950*, AEIST, Lisboa, 1951, p.10, pasta 98, AAEIST.

11 A Junta de Delegados era constituída por um delegado de cada curso do 2.º ano ao 6.º ano e outro delegado por cada turma do 1.º ano.

12 *Os delegados de curso eram eleitos por votação dos seus cursos (sócios e não sócios), em escrutínio secreto no princípio de cada ano letivo* em reunião realizada em cada curso. No seguimento dessa eleição, procedia-se à eleição do presidente e dois secretários, escolhidos dentre os seus membros. Veja-se *Estatutos da AE do Instituto Superior Técnico, aprovados na reunião da assembleia geral de 6 de junho de 1950*, Lisboa, AEIST, 1951, p. 11–12, pasta 98, AAEIST.

13 Entrevista com João Cravinho, junho 1997, *Diferencial. Jornal dos Estudantes do Instituto Superior Técnico*, nº 21, Lisboa, AEIST.

14 *Estatutos da AE do Instituto Superior Técnico, 1934*, Pasta 1, APPF.

15 *Técnica*, nº 209–210, Lisboa, AEIST, fevereiro/março 1951, p. 364.

16 *Técnica*, nº 209–210, Lisboa, AEIST, fevereiro/março 1951, p. 364.

17 No ano letivo de 1953/54 a quota anual da AEIST era de 100 escudos, tendo uma jóia no valor de 20 escudos. *AE do IST*, Lisboa, Edição da Secção de Propaganda da AEIST, setembro de 1953, Pasta 2, APPF.

18 Testemunho de Domingos Raimundo, Lisboa, 04/04/2007.

19 *Boletim da AEIST*, nº 7, março de 1956, p. 4.

20 Testemunho de José Myre Dores, Lisboa, 16/03/2007.

21 *Relatório e Contas da direção da AEIST de 1953/54*, Lisboa, AEIST, 1954, p. 59.

22 *O que é a AE do Instituto Superior Técnico*, Edição da Secção de Propaganda da AEIST, [s. d.] p. 14.

23 *Ibidem*, p. 14.

24 *Boletim da AEIST*, nº 3, maio de 1955, p. 7.

25 Testemunho de Manuel Macara, Sintra, 28/03/2007.

26 *Boletim da AEIST*, nº 4, Lisboa, AEIST, novembro de 1955, p. 4.

27 *Ibidem*, p.4.

28 Uma edição de 1950 do *Noticiário da AEIST* informava sobre condições vantajosas de preço na inoculação de vacinas, sendo disso exemplo, a vacina contra o tifo pela quantia de 1 escudo. Vide *Noticiário da AEIST*, Lisboa, AEIST, dezembro de 1950, nº 1, p. 13.

29 *Noticiário da AEIST*, nº 4, Lisboa, AEIST, abril de 1951, p. 11.

30 *Relatório e Contas da direção da AEIST de 1953/54*, Lisboa, AEIST, 1954, p. 9.

31 Testemunho de António Cavaco Catita, Lisboa, 06/03/2007.

32 *O que é a AE do Instituto Superior Técnico*, Lisboa, Edição da Secção de Propaganda da AEIST, [s. d.], p. 10.

33 Testemunho de António Cavaco Catita, Lisboa, 06/03/2007.

34 O dr. António Catita era bastante novo quando entrou para a AEIST, tendo terminado o curso de medicina pouco tempo antes, sendo que o facto de ter uma diferença de idade pouco expressiva em relação aos alunos contribuiu de sobremaneira para o estabelecimento de um relacionamento de proximidade e cumplicidade. Esta ideia verificava-se ainda pelo facto de o dr. Catita tratar gratuitamente os sócios da associação durante o período de férias de verão no seu consultório.

- 35 Aos 84 anos, o dr. Catita ainda atendia pacientes no seu conhecido consultório na avenida António Augusto Aguiar, em Lisboa. Atualmente, com 86 anos, já não realiza consultas, mas continua a dar pareceres médicos aos muitos engenheiros (antigos pacientes) que o contactam, em sinal de grande confiança.
- 36 Testemunho de António Cavaco Catita, Lisboa, 06/03/2007.
- 37 A título de exemplo refira-se que, no ano letivo de 1953/54, se conseguiu assegurar diversos empregos para alunos ainda não licenciados, designadamente, 10 lugares de desenhadores de projetos, 4 lugares para a firma *do pai de um nosso colega* e um 1 lugar de topógrafo nos Serviços Hidráulicos, *Relatório e Contas da direção da AEIST de 1953/54*, Lisboa, 1954, p. 55.
- 38 *Técnica*, nº 209–210, Lisboa, AEIST, fevereiro/março 1951, p. 367.
- 39 *Noticiário da AEIST*, nº 1, Lisboa, AEIST, novembro de 1951, p. 11.
- 40 A AEIST colocava ao dispor dos seus sócios a possibilidade de realização de cursos de inglês (com vários níveis) e cursos de alemão, sendo os primeiros organizados em colaboração com o Instituto Britânico e os segundos pelo Instituto Alemão. Uma das razões apontadas para explicar a preocupação da AEIST em realizar cursos de línguas prende-se com o facto de uma considerável parte da bibliografia técnica disponível na biblioteca do IST se encontrar à época publicada em língua estrangeira. Os cursos técnicos, ministrados com o apoio do corpo docente do IST, eram bastante variados a nível disciplinar, constituindo disso um exemplo o curso de fundição.
- 41 A realização existente no IST de semanas alusivas aos vários cursos almejava a *aproximação da escola com a vida prática; interessar os alunos nas grandes obras de interesse nacional (pontes, barragens, portos, hospitais, eletrificação, etc.) e dar aos principiantes um pouco de ambiente técnico que infelizmente desconhecem*. *Noticiário da AEIST*, nº 6, Lisboa, AEIST, dezembro de 1956, p. 8.
- 42 Antes de editar a revista *Técnica*, a AEIST publicava a *Técnica Industrial*, que foi a primeira revista a ser editada pelos alunos do IST, datando o primeiro número de outubro de 1915. Cabe assinalar que esta revista foi suspensa no início de 1918, no seguimento de um período de publicação irregular. Vide *Técnica*, nº 209–210, fevereiro/março, Lisboa, AEIST, 1951, p. 261.
- 43 *Noticiário da AEIST*, nº 1, Lisboa, AEIST, novembro de 1951, p. 4.
- 44 *Noticiário da AEIST*, nº 1, Lisboa, AEIST, novembro de 1951, p. 4.
- 45 *Relatório e Contas da Gerência da AEIST de 1949/1950*, Lisboa, AEIST, 1950, p. 9.
- 46 *Noticiário da AEIST*, nº 1, Lisboa, AEIST, novembro de 1951, p. 5.
- 47 Inicialmente, a biblioteca encontrava-se associada à secção técnica, sendo que a partir do ano letivo de 1949/50 passou a constituir uma secção autónoma, ainda que as duas secções tenham permanecido ligadas através de um intercâmbio, devido às suas características.
- 48 *O que é a AE do Instituto Superior Técnico*, Lisboa, Edição da Secção de Propaganda da AEIST, [s.d.] p. 20.
- 49 Testemunho de José Fernando Pinharanda, Lisboa, 03/04/2007.
- 50 *O que é a AE do Instituto Superior Técnico*, Lisboa, Edição da Secção de Propaganda da AEIST, [s.d.] p. 15.
- 51 *Noticiário da AEIST*, nº 1, Lisboa, AEIST, novembro de 1951.
- 52 *Noticiário da AEIST*, nº 6, Lisboa, AEIST, dezembro de 1956, p. 4.
- 53 *Relatório de Contas da AEIST de 1949/50*, Lisboa, AEIST, p. 12.
- 54 *Noticiário da AEIST*, nº 1, Lisboa, AEIST, novembro de 1951, p. 8.
- 55 Testemunho de Manuel Macara, Sintra, 28/03/2007.
- 56 *Relatório e Contas da direção da AEIST de 1953/54*, Lisboa, AEIST, p. 43.
- 57 Testemunho de Armando Myre Dores, Lisboa, 28/02/2007.
- 58 *Noticiário da AEIST*, nº 4, Lisboa, AEIST, abril de 1951.
- 59 *Ibidem*.
- 60 Entrevista com João Cravinho, *Diferencial. Jornal dos Estudantes do Instituto Superior Técnico*, nº 21, Lisboa, AEIST, junho 1997.
- 61 *Técnica*, nº 163, Lisboa, AEIST, março de 1946, p. 848.
- 62 *O que é a AE do Instituto Superior Técnico*, Lisboa, Edição da Secção de Propaganda da AEIST, [s.d.] p. 24.
- 63 *Noticiário da AEIST*, nº 6, Lisboa, AEIST, dezembro de 1956, p. 6.
- 64 *Técnica*, nº 209–210, AEIST, Lisboa, fevereiro/março 1951, p. 366.
- 65 *Noticiário da AEIST*, nº 6, Lisboa, AEIST, dezembro de 1956, p. 10.
- 66 Nuno Caiado, *op. cit.*, p. 36.
- 67 Entrevista com João Cravinho, *Diferencial. Jornal dos Estudantes do Instituto Superior Técnico*, nº 21, Lisboa, AEIST, junho de 1997.
- 68 *Relatório sobre as atividades das Associações de Estudantes de Lisboa*, [s.l.], [s.n.], [s.d.].
- 69 Saliente-se que, deste conjunto de modalidades oferecidas pela AEIST desde o final da década de 1940 até 1960, nem todas funcionaram em simultâneo.
- 70 Testemunho de Manuel Macara, Sintra 28/03/2007.
- 71 Testemunho de Manuel Macara, Sintra 28/03/2007.
- 72 *Noticiário da AEIST*, nº 2, Ano I, Lisboa, AEIST, janeiro de 1951, p. 13.
- 73 Entrevista com João Cravinho, *Diferencial. Jornal dos Estudantes do Instituto Superior Técnico*, nº 21, Lisboa, AEIST, junho 1997.
- 74 Segundo os Estatutos da AEIST, o presidente era eleito por *escrutínio universal secreto dos alunos sócios dos 1.º, 2.º e 3.º anos, com mais de dois anos de sócios, e dos alunos dos 4.º, 5.º e 6.º anos com mais de um ano de sócio*. Estatutos da AE do Instituto Superior Técnico, aprovados na reunião da assembleia geral de 6 de junho de 1950, Lisboa, AEIST, 1951, p. 15, pasta 98, AAEIST.
- 75 *Estatutos da AE do Instituto Superior Técnico, aprovados na reunião da assembleia geral de 6 de junho de 1950*, Lisboa, AEIST, 1951, p. 15, pasta 98, AAEIST.
- 76 *Ibidem*, p. 17, AAEIST.
- 77 *Técnica*, nº 209–210, Lisboa, AEIST, fevereiro/março 1951, p. 369.
- 78 *Boletim da AEIST*, nº 3, Lisboa, AEIST, maio de 1955, p. 2–3.
- 79 Testemunho de José Myre Dores, Lisboa, 16/03/2007.
- 80 Testemunho de Luís Aires Barros, Lisboa, 07/03/2007.
- 81 Testemunho de Manuel Macara, Sintra, 28/03/2007.

- 82 Testemunho de Armando Myre Dores, Lisboa, 28/02/2007.
- 83 Testemunho de António Cavaco Catita, Lisboa, 06/03/2007.
- 84 *Noticiário da AEIST*, Nº 6, Lisboa, AEIST, dezembro de 1951, p. 1.
- 85 *Ibidem*, p. 2.
- 86 Nuno Caiado. *op. cit.*, p. 38.
- 87 Testemunho de Armando Myre Dores, Lisboa, 28/02/2007.
- 88 *Relatório e Contas da direção da AEIST de 1955/56*, Lisboa, AEIST, 1956, p. 1.
- 89 Testemunho de José Manuel Prostes da Fonseca, Lisboa, 26/02/2007.
- 90 Testemunho de Luís Aires Barros, Lisboa, 07/03/2007.
- 91 Testemunho de José Myre Dores, Lisboa, 16/03/2007.
- 92 Testemunho de Domingos Raimundo, Lisboa, 04/04/2007.
- 93 Testemunho de Manuel Macara, Sintra, 28/03/2007.
- 94 *Noticiário da AEIST*, nº 2, Lisboa, AEIST, janeiro de 1951, p. 3.
- 95 *Noticiário da AEIST*, nº 1, Lisboa, AEIST, dezembro de 1950, p. 9.
- 96 Testemunho de José Fernando Pinharanda, Lisboa, 03/04/2007.
- 97 Testemunho de Manuel Macara, Sintra, 28/03/2007.
- 98 *Noticiário da AEIST*, nº 6, Lisboa, AEIST, dezembro de 1951, p. 2.
- 99 *Relatório e Contas da direção da AEIST de 1949/1950*, Lisboa, AEIST, 1950, p. 5.
- 100 Nuno Caiado, *op. cit.*, p. 36.
- 101 A propósito, o *Relatório e Contas da direção da AEIST de 1953/54* expunha: *era nossa primeira intenção, aliás aprovada pela CLAE, convidar um representante do MEN a assistir, posteriormente esse convite apareceu-nos como absolutamente necessário para evitar as más interpretações do MEN, sobre os objetivos da reunião*, Lisboa, AEIST, p. 74.
- 102 Testemunho de Domingos Raimundo Lisboa, 04/04/2007.
- 103 *Relatório e Contas da direção da AEIST de 1953/54*, Lisboa, AEIST, 1954, p. 74.
- 104 *Ibidem*, p. 74.
- 105 *Boletim da AEIST*, nº 4, Lisboa, AEIST, novembro de 1956, p. 1.
- 106 *Boletim da AEIST*, nº 3, Lisboa, AEIST, maio de 1955, p. 12.
- 107 *Diário do Governo*, I série, nº 183, 6 de agosto de 1932, p. 1670–1671.
- 108 Testemunho de José Manuel Prostes da Fonseca, Lisboa, 26/02/2007.
- 109 *Relatório e Contas da direção da AEIST de 1955/56*, Lisboa, AEIST, 1956, p. 43.
- 110 Testemunho de José Fernando Pinharanda, Lisboa, 03/04/2007.
- 111 Segundo José Medeiros Ferreira o Dia do Estudante poderá ter origem na Semana da Juventude realizada pelo MUDJ de 21 a 28 de março de 1947. in *Dia do Estudante* in *Dicionário de História de Portugal*, 1999, p. 520–522.
- 112 Nuno Caiado, *op. cit.*, p. 39
- 113 *Relatório e Contas da Gerência da AEIST de 1949/1950*, Lisboa, AEIST, p. 5 e 13.
- 114 *O que é a AE do Instituto Superior Técnico*, Edição da Secção de Propaganda da AEIST, [s.d.] p. 19.
- 115 Testemunho de Manuel Macara, Sintra, 28/03/2007.
- 116 Testemunho de Manuel Macara, Sintra, 28/03/2007.
- 117 *Boletim da AEIST*, nº 3, Lisboa, AEIST, maio de 1955, p. 8.
- 118 Testemunho de Manuel Macara, Sintra, 28/03/2007.
- 119 *AEIST*, nº 2, janeiro de 1958, Lisboa, AEIST, p. 2.
- 120 *Relatório e Contas da direção da AEIST de 1955/56*, Lisboa, AEIST, 1956, p. 40.
- 121 Testemunho de José Manuel Prostes da Fonseca, Lisboa, 26/02/2007.
- 122 *Relatório e Contas da direção da AEIST de 1955/56*, Lisboa, AEIST, 1956, p. 55.
- 123 O mesmo acontecia com todas as AE das três academias, Coimbra, Lisboa e Porto.
- 124 *Boletim da AEIST*, nº 4, Lisboa, AEIST, novembro de 1956, p. 5.
- 125 *Diário do Governo*, I série, nº 183, 6 de agosto de 1932, p. 1670–1671.
- 126 Testemunho de José Myre Dores, Lisboa, 16/03/2007.
- 127 Testemunho de José Manuel Prostes da Fonseca, Lisboa, 26/02/2007.
- 128 *Noticiário da AEIST*, nº 2, Lisboa, AEIST, janeiro de 1951, p. 2.
- 129 *Relatório e Contas da direção da AEIST de 1955/56*, Lisboa, AEIST, 1956, p. 36.
- 130 Testemunho de Luís Aires Barros, Lisboa, 07/03/2007.
- 131 *Relatório e Contas da direção da AEIST de 1958/59*, Lisboa, AEIST, 1959, p. 73.
- 132 *Ibidem*, p. 73.

Em que período esteve no Técnico?

Entre no outono de 53 e saí em 59.

Como recorda o primeiro contacto com o Técnico?

O Técnico fazia, suponho que hoje ainda faz, a Semana do Caloiro. Naquela altura as aulas iniciavam-se tarde e em meados de novembro a associação organizava a Semana de Recepção aos Novos Alunos, em que se procurava fazer como que uma introdução aos diversos aspetos da vida associativa e de relacionamento com a própria escola. E terminava com um baile!

Também ia ao baile?

Toda a gente! Não dançava! Era uma espécie de apresentação de toda a gente a toda a gente. Isso impressionou-me um pouco pela escala em que era feito ... no meu tempo, embora o meu liceu desse ponto de vista até fosse bastante avançado, as escolas secundárias eram um bocado aquarteladas, com um espírito um pouco autoritário. Chegávamos ao Técnico e passávamos rapidamente a um mundo completamente diferente. A semana era bem organizada. Também se procurava atrair estudantes de outras escolas. O Técnico tinha muito o sentido de estabelecer pontos de convívio entre as diversas escolas. Isto sucedeu, como disse, em novembro e a partir daí passei a frequentar a associação. E lembro-me que logo em dezembro houve uma assembleia geral. Para além do que é habitual nas assembleias gerais, havia uma discussão de fundo, penso que era sobre a revisão dos estatutos da associação. Eu e o José Bernardino fomos à assembleia geral. Como caloiros, a nossa ideia era ir ouvir e ver.

Entraram ao mesmo tempo?

Entrámos. Exatamente no mesmo curso, na mesma turma e com números próximos. No

primeiro ano éramos arrumados de acordo com os números que tínhamos. O 1º ano era geral, só no 2º havia especializações.

O José Bernardino era angolano, tal como eu. Mas não nos conhecíamos antes do Técnico. Eu vivia em Lisboa e ele tinha vindo de Angola. Em dezembro já nos dávamos muito, de maneira que fomos os dois à assembleia. Às duas por três, [entre] propostas e contra-propostas, envolvemo-nos numa discussão. O que, não sendo absolutamente extraordinário, não era corrente. Por sermos do 1º ano, acabados de chegar, e por ser um assunto daqueles que os barras lá do sítio discutiam entre si. E por causa disso fomos, de certo modo, acarinhados e solicitados a envolvermo-nos de aí por diante. Isso deu-nos a oportunidade de conviver com colegas, de um modo geral, 2 a 3 anos mais velhos que tinham uma participação na associação muito ativa. E, portanto, no 2º ano já estávamos metidos dentro do grupo central, o que, normalmente, sucederia n anos após. Ao fim do 1º ano, em termos de envolvimento, estaríamos ao nível do que corresponderia a alunos do 3º, pelo menos.

Em suma, é isso que recorda do primeiro contacto com o Técnico?

Sim. Resultou em grande parte daquela semana de recepção ter sido extremamente positiva e solicitadora. Fazia-nos entrar no mundo associativo com grande confiança. A partir dessa assembleia geral passámos a fazer parte do grupo que discutia os problemas da associação.

Por que motivo escolheu engenharia civil?

No liceu, até ao 5º ano, tinha notas equilibradas entre a parte de ciências e a de humanidades. Com um pouco de retrospectiva, talvez até gostasse mais de humanidades do que das físicas e das matemáticas, [onde] também estava à vontade. Essas coisas são muito influenciadas pelos

professores e eu tive grandes professores da parte de humanidades. Também tive bons professores de matemática, e sobretudo, na parte de física. O professor de física era um pedagogo notável e a maneira como nos iniciou na matéria, durante dois anos, deu-me muita confiança.

Esteve em que liceu?

D. João de Castro.

Escolhi ir para engenharia um pouco por influência familiar. O meu pai era um autodidata. Em África, tinha responsabilidades na administração civil num escalão baixo, mas com autonomia num território vasto e era um excelente construtor. Metia-se nas obras públicas, estradas, pontes, edifícios. Tinha muita intuição e capacidade. Considero o meu pai uma das grandes influências da minha vida, sem dúvida a mais importante. Fui fazer aquilo que ele nunca pôde fazer e que, com muito mais mérito do que eu, deveria ter feito. Fui para o Técnico e, naturalmente, para engenharia civil.

Porquê o Técnico?

Era considerada a melhor escola do país e eu nem sequer tinha de fazer exame. Tinha dispensa porque quem tinha notas altas escolhia dentro da sua alínea a escola em que queria ingressar, sem necessidade de fazer exame de admissão. De maneira que fui para o Técnico, mas nunca deixei de me interessar, do ponto de vista de leituras e até de autoformação planeada, por economia e sociologia.

No Técnico o difícil era passar do 1º para o 2º ano. Essa passagem era uma espécie de *massacre*. Havia menos alunos do que há hoje, mas havia uma taxa de chumbos muito grande. Fiz em paralelo uma formação autodidata em economia e sociologia mais prosseguida e mais consequente do que era habitual. Naquele tempo, as pessoas com capacidade que estavam nas universidades tinham possibilidade de terem vários focos de aprofundamento cultural e de procura de conhecimento. Suponho que hoje as coisas são mais exigentes, mais concentradas num único foco e, portanto, com menos tempo livre para outras divagações!

Mas fazia esse tipo de formação extra ...

Sim. Lendo, falando com conhecedores dessas matérias que me aconselhavam e por aí ia andando. Mas não mudei de curso e fiz bem. Fui até ao fim. Como pensava então, e ainda hoje penso, uma formação inicial em engenharia é uma boa base para futura especialização em economia a nível de pós-graduação. Como se verifica nas melhores universidades americanas e inglesas, bem como com as grandes escolas francesas.

A esse respeito, como a vários outros títulos, fui colhendo lições, nascidas na experiência associativa, que me fizeram compreender que, por um lado, o futuro depende significativamente de nós próprios e das nossas escolhas. O determinismo nega o sentido último da liberdade e da responsabilidade. E, por outro, que o maniqueísmo ou as classificações a preto e branco não fazem justiça a situações complexas.

Tirado o curso, entrei no serviço militar, no outono de 59. Fiz um pouco de prática de engenharia, mas por curto tempo (um ano ou um ano e meio). Depois fui para um serviço público que foi o antecedente do LNETI: o INII (Instituto Nacional de Investigação Industrial). Estava em fundação naquela altura sob o impulso de Magalhães Ramalho, antigo sub-secretário de estado com Ferreira Dias, um conservador místico paradoxal, e verdadeiramente *sui generis*, na medida em que era também um visionário apaixonado pelo propósito de lançar uma nova instituição dedicada à modernização do país. Para esse efeito, procurava gente nova segundo critérios de capacidade comprovada, ou potencial, de acordo com a sua peculiar visão. O INII tinha três ramos: um ramo tecnológico, diversificado em vários laboratórios; um ramo de produtividade (nessa altura havia na Europa, por influência do Plano Marshall, a ideia de divulgar técnicas de gestão no sentido de ajudar as empresas a alcançar níveis muito superiores de produtividade, aqui em Portugal uma necessidade extremíssima). Havia também um serviço de economia. Eu entrei para o serviço de produtividade, dirigido por Gomes Cardoso, um homem bastante importante no INII e no ISCTE. Nesse serviço fui colega de Torres Campos, Correia Gago e Moura Vicente, entre outros. Estive lá um ano

e tal e depois passei para o serviço de economia criado por Sedas Nunes, mas já dirigido por Santos Loureiro, continuando o primeiro como conselheiro de Magalhães Ramalho. Devo-lhe, bem como a Mário Murteira, também no INII, uma boa ajuda. O INII fez escola. No que me diz respeito, deu-me condições para poder fazer definitivamente a minha carreira pelo lado da economia. Fui fazendo formações complementares. Estive em França como bolseiro do INII onde, entre outras coisas, tirei uma pós-graduação em investigação operacional no Instituto Superior de Estatística da Universidade de Paris. Mais tarde, já depois de ter ingressado no Secretariado Técnico da Presidência do Conselho, estive como bolseiro da OCDE nos Estados Unidos, na Universidade de Yale, onde tirei o mestrado de economia.

Ia começar a fase do doutoramento, mas vim a Portugal nas férias de 1968 e, inesperadamente, fiquei sob o alcance de possível mobilização para a guerra colonial! Tinha feito já o serviço militar sem ter sido mobilizado. Pertencia à Arma de Transmissões, que mobilizava pouco porque o dispositivo militar nas colónias era o de quadrícula, à base da infantaria, comandos, tropa de intervenção. Tinha ficado bem classificado de maneira que não fui apanhado nas primeiras mobilizações. Apenas fui chamado de novo para treinar novas incorporações, incluindo tropa que foi mobilizada.

Quando estava empenhado no doutoramento nos Estados Unidos, vim cá no verão de 68 e nessa altura soube, com enorme surpresa, que durante um ano estava mobilizável como capitão, não me sendo dada a necessária autorização para regressar a Yale. Era uma coisa que me apanhava completamente de surpresa. Caetano tinha poucos meses no poder [e] aparecia no governo a chamada Ala Liberal. Rogério Martins, que era secretário de Estado da Indústria, soube disso. Tomou a iniciativa de me convidar e deu-me a seguinte troca:

—Se você vier para diretor geral do planeamento a sua mobilização, mesmo que venha a ser decidida fica adiada enquanto exercer esse cargo. Entretanto, no próximo ano haverá capitães mais novos ...

Expliquei a Rogério Martins que era opcionista e assim desejava continuar sem

qualquer alteração, não podendo aceitar o cargo, se isso motivasse qualquer objeção da sua parte. Respondeu-me que cada um tinha direito a ter e a manter a sua própria opção política. O que ele respeitou sempre tendo comportamento exemplar, nomeadamente não aceitando as pressões que lhe foram dirigidas a esse respeito. Defendeu sempre o meu direito, mesmo em circunstâncias que com outros seriam insustentáveis, como, por exemplo, acompanhando-o em visita oficial à Alemanha, quando recusei ser fotografado junto do gigantesco equipamento eletromecânico que a AEG estava a fabricar para Cahora Bassa. Ele próprio se apressou a explicar que havia em Portugal quem estivesse contra a guerra colonial, o que redobrou o espanto dos alemães, mas cortou cerce a *obrigatoriedade* de me juntar à fotografia oficial, usada mais tarde para os devidos efeitos propagandísticos. Para além disso, propiciou-me a fundação de uma unidade de investigação, o GEBEI, com total independência na definição do seu programa de investigação e no recrutamento do seu pessoal que incluiu conhecidos líderes estudantis fortemente visados pela hostilidade governamental.

Em 1972, pedi a demissão quando Rogério Martins saiu do governo. Regressei ao meu quadro de origem, no INII. Consolidada a continuidade do GEBEI, fui aceite em Oxford, onde reiniciei estudos de doutoramento. Tinha a parte escolar toda feita, e uma boa parte da tese escrita, e vem o 25 de Abril! Na altura achei que havia coisas em Portugal muitíssimo mais importantes e interessantes que doutoramentos em Oxford. A tantos anos de distância, e perfeitamente claro no meu espírito que essa escolha decisiva para a minha vida deve muito à cultura cívica e política que colhi através da minha profunda imersão no movimento associativo.

Agora volto à minha vivência universitária, que é isso que nos interessa. Para testemunhar, em primeiro lugar, que o Técnico era, na altura, a escola com a associação mais forte, mais organizada, mais integrada na própria escola, estando prestigiada não só entre os estudantes, como também entre os professores, incluindo a direção da escola.

A AE do Técnico tinha uma extensão muito grande de serviços. Desde serviço de carácter

social: designadamente, a cantina a que toda a escola recorria; serviços médicos próprios; dispunha de um lar e de serviços de solidariedade social com uma instituição extraordinária que era a chamada Caixa de Honra. Havia muita gente que tinha as mais variadas dificuldades que se poderiam prolongar por muito tempo. Nessas circunstâncias, pediam um empréstimo à Caixa de Honra garantido pela sua palavra de honra. E pagavam sempre.

O Técnico tinha também uma secção cultural muito ativa que fazia conferências, convidando com frequência personalidades conhecidas, a maior parte, mas não exclusivamente, oposicionistas mais ou menos de esquerda (naquela altura a gente de cultura era quase toda oposicionista e maioritariamente de esquerda), organizava exposições e chamava a atenção para atividades de outras instituições, como por exemplo, os cineclubes. Para além disso, dispunha de uma razoável biblioteca, com bastante movimento.

Havia uma parte desportiva em que o Técnico assumia um papel claramente destacado, não só no plano universitário, como até no desporto federado. Tinha, graças a Duarte Pacheco, muito boas instalações, ginásio multiusos, piscina, ringue, o que lhe permitia uma prática desportiva com forte presença, não só no desporto universitário como até no desporto federado. Por exemplo, era campeão nacional *crónico* de voleibol. Tinha boas equipas de basquete e de andebol competindo nos campeonatos federados. O rãguebi estava mais implantado noutras escolas como agronomia e direito.

Outro esteio da associação era a secção de folhas – as sebatas – que funcionava francamente bem.

As secções tinham regulamentos próprios e os seus dirigentes eram eleitos pelos colaboradores de entre eles próprios. Na associação aplicavam-se em geral princípios democráticos de eleição e responsabilização.

Tudo isto fazia com que a associação fosse um corpo muito importante do funcionamento global da escola em termos, não só, de atividades complementares, mas até, de atividades que estavam inseridas no âmbito do próprio processo educativo da escola.

A associação tinha uma organização inteligente e flexível [e] com vários círculos de envolvimento dos alunos. Alguns eram grandes carolas do movimento associativo, cuja base estatutária e prática de funcionamento eram de raiz essencialmente democrática, o que com o tempo acabou por inclinar em sentido democrático e oposicionista as suas opções e atitudes. De certo modo, esse era o resultado natural do seu intenso envolvimento nas atividades que a associação organizava.

Mas a associação não se fechava em torno desse corpo de ativistas, por vezes chamados os associativos. Abrangia também segundo esquemas bastante flexíveis vários outros segmentos da população estudantil.

Em primeiro lugar, havia a Junta de Delegados e os delegados de curso que asseguravam a representação de cada turma e do corpo discente junto dos professores e da direção da escola, do ponto de vista pedagógico. Cada turma elegia o seu delegado de curso. Estes elegiam entre si o presidente da Junta de Delegados. A Junta de Delegados era um órgão prestigiado. A direção da associação não interferia no seu funcionamento corrente. Mas a junta, um órgão representativo de todo o corpo discente, integrava-se estatutariamente na associação. Segundo os estatutos competia-lhe até eleger o primeiro vice-presidente da associação. O que significava que a associação como tal acabava por ter o reconhecimento de alunos e de professores.

E acabava por ter a representatividade de todo o Técnico.

Exato. Era um elo de ligação aos chamados não associativos. Era uma forma de organizar em volta da associação, com bastante flexibilidade, pessoas que até poderiam, por falta de interesse ou por cultura abúlica, achar que a outra parte não tinha importância.

Depois havia os desportivos que também se empenharam muito na defesa da associação, movimentando muita gente, inclusive antigos alunos.

A própria associação era ainda proprietária, editora e organizadora da revista científica e técnica da escola: a *Técnica*. O diretor da revista Técnica era um aluno dos mais classificados em todo o Técnico, sendo coadjuvado por

vários outros alunos, processando-se as suas tarefas no âmbito da associação, em contacto com os docentes mais evoluídos e prestigiados, porque era na *Técnica* que publicavam as suas produções científicas. Fora do instituto o prestígio da *Técnica* estendia-se a muitos outros engenheiros que exerciam brilhantemente a sua profissão. Ter um artigo na *Técnica* era uma referência. Por exemplo, as teses dos professores para efeitos de concurso para a escolha de catedrático, para as provas de agregação ou o que fosse, eram publicadas na *Técnica*.

Era também uma referência fora do Técnico?

Era a revista portuguesa dos engenheiros, do ponto de vista científico e técnico, sem prejuízo do notável prestígio de uma ou outra publicação de acesso institucional mais restrito, como as do LNEC. E funcionava dentro da associação, no âmbito de uma secção tratada pelos estatutos à semelhança do disposto para outras secções, como a cultural, a social, a cantina ou as folhas. O seu diretor e seus colaboradores eram alunos dos mais prestigiados. Muitos deles frequentavam regularmente a associação (estou agora a lembrar-me de Carlos Portela e Delgado Domingos, por exemplo).

Este edifício, formado como se fosse uma construção de blocos que se articulavam de diversas maneiras e que se dirigiam a segmentos de alunos com vocações e posições um pouco diferenciadas dentro da escola, magnificava a representatividade e o prestígio da associação como tal. Havia como que um sistema de canais flexíveis que se articulavam dentro da própria associação e que agenciavam uma rede de participações diretas ou indiretas no movimento geral associativo. Uns participavam mais, outros menos. Mas no conjunto o grau de reconhecimento da associação era assinalável.

Para além das atividades já mencionadas, ainda havia outras que merecem destaque, como a secção das relações internacionais.

Uma secção que era muito importante.

Quer dizer, tornou-se importante. Estamos a falar do meio dos anos 50 e, nessa altura, havia uma grande vontade de viajar, de quebrar o nosso isolamento por parte da generalidade dos

estudantes universitários, muito em especial dos do Técnico. A nossa secção de relações internacionais empenhou-se com êxito no estabelecimento de uma rede alargada de contactos com associações estrangeiras da mais variada natureza, para efeito de estágios técnicos, participação em atividades no âmbito do movimento estudantil internacional, turismo universitário, acesso a campos de trabalho internacionais, incluindo campos organizados pela associação em Portugal, etc. As relações internacionais da associação compreendiam vários departamentos.

Os estágios eram normalmente feitos a partir do 4º ano. Na altura havia duas escolas que participavam na organização internacional de estágios no estrangeiro: o Técnico e Económicas. Nós tínhamos a representação nacional dos estágios de engenharia reconhecidos academicamente.

Também tínhamos representação nacional de certas atividades de turismo universitário, como voos *charter* e carreiras especiais de autocarros cobrindo várias cidades da Europa Ocidental, a partir de Espanha. Nas férias muitos iam para os chamados campos de trabalho, que permitiam estar fora durante várias semanas a trabalhar ganhando dinheiro necessário ao financiamento das despesas no estrangeiro. Para além disso, o contacto com as realidades dos países hospedeiros e o convívio com estudantes vindos de muitos países que os campos de trabalho proporcionavam estavam na base de experiências que eu, por exemplo, ainda hoje recordo. Frequentemente, combinava-se isso com viagens à boleia pela Europa além-Pirinéus. Estudantes que tinham mais posses e não estavam para trabalhar nas férias, podiam inscrever-se em campos de férias, excursões ou utilizar os transportes.

Independentemente dessas atividades operacionais, as direções da associação desenvolviam diretamente contactos de alto nível, através de uma espécie de MNE da associação, um vice-presidente.

E o sr. engº começou por colaborar nessa gestão?

Eu comecei como colaborador das relações internacionais na parte operacional.

Porquê as relações internacionais?

Porque eu gostava. Na altura tinha uma grande curiosidade, entendia-me bem no francês e no inglês e procurava saber o que se passava na Europa em parte acicatado pela desconfiança em que tinha a propaganda oficial permanente contra o caos que o regime democrático impunha a países como a França. O centro do nosso mundo era a França, Paris. Ainda estava no liceu e já isso era o comum. Como conheci nessa tal Semana de Receção aos Novos Alunos o que o Técnico fazia e tinha uma grande propensão para valorizar os contactos internacionais, fui por aí até ao fim do meu 3º ano. Na direcção da associação eleita no fim desse ano escolar, mas não homologada pelo ministro, era o indigitado *MNE*, vice-presidente para as relações internacionais, sucedendo a João Martins Pereira.

Entretanto, não sei se teve a oportunidade de verificar que, desde 45 – e estávamos dez anos após –, havia um ciclo bem marcado de conflitualidade com o governo. Antes de eu chegar à universidade, os grandes momentos de conflitualidade tinham sido vividos sob o impulso do MUD Juvenil. Foi um movimento com grande influência nas elites universitárias portuguesas que entraram para a universidade a partir do fim da Primeira Guerra Mundial, até ao fim da década de 40. Tinha implantação em todas as faculdades. Mas, talvez, as grandes implantações do MUD Juvenil fossem em medicina, até mais do que no Técnico.

Porquê?

No meu tempo, o grupo de estudantes mais brilhantes que conheci, como conjunto, não foi na Faculdade de Direito, como se poderia bem supor, mas na Faculdade de Medicina. A faculdade cultivava a tradição dos grandes mestres, simultaneamente cientistas e homens de conhecimento renascentista. Vários professores da Faculdade de Medicina foram dos mais destacados expoentes da nossa vida intelectual, grandes humanistas. Por exemplo, Reynaldo dos Santos notabilizou-se no país e no estrangeiro como mestre de história da arte. Henrique Vilhena foi professor de belas artes – o Porto tem Abel Salazar. Em Lisboa, Pulido Valente e a tertúlia que se reunia no seu consultório ficaram na história da cultura. Vários outros docentes eram

também homens de cultura de inegável prestígio. A maioria dos estudantes de medicina revia-se no prestígio intelectual dos seus mestres. Muitos, sobretudo os melhores, empenhavam-se em dar continuidade a esta grande tradição humanística. Manifestavam grande sede de cultura e procuravam afirmar-se nesse campo, para além da preparação profissional, em sentido estrito. Gente com abertura ao debate de ideias, conhecedora e atualizada relativamente ao que então ocorria na Europa.

O MUD foi um movimento que deve muito ao rigor de pensamento e ação de Bento de Jesus Caraça. Marcava a personalidade das pessoas de maneira bastante característica. Muitos tinham uma cultura, um modo de abordagem dos problemas e uma estrutura de raciocínio que facilmente denunciava a influência desse movimento.

Uma elite intelectual.

Era uma elite intelectual, grande parte da qual já fora da universidade no início dos anos 50. Quando entrei, a sua presença era já passado. Mas ainda se falava da sua ação na luta estudantil, designadamente de uma ação decorrida em 52.

Nesse ano, fez-se em Lisboa, no Técnico, a assembleia da NATO. O Técnico parou, o que deu origem a significativo protesto rapidamente reprimido sem contemplações. De certo modo, foi o canto do cisne dessa geração, pelo menos no meio académico de Lisboa. A partir daí, iniciou-se um novo ciclo. Afastasse progressivamente uma geração académica e entram novas vagas que levam dois/três anos a fazer a sua aprendizagem e a ter a sua própria abordagem dos problemas, de acordo com a evolução geracional determinada pela renovação da universidade.

Eu entro numa altura em que uma nova geração estava já a impulsionar o movimento associativo numa base de participação bastante mais larga que a do ciclo anterior. Isto passava-se no Técnico, como se passava em Direito, Ciências, Agronomia, Económicas e Veterinária. Medicina não tinha associação reconhecida, mas um brilhante escol de líderes e ativistas superava bem esse *handicap*. Na Faculdade de Letras havia apenas comissão pró-associação, mas quando se chegou ao decreto-lei 40900 o movimento

estudantil era já bastante expressivo, tal como em belas artes. A meio dos anos 50 estava já consolidado um movimento associativo baseado numa participação de espectro bastante largo e marcadamente plural.

Esta maré foi enchendo até ao 40900, no fim de 56, que é o *apex* da minha geração académica. Repare-se na colagem de momentos de crise académica a sucessivas renovações geracionais: 47, 51/52, 56/57 e depois 62. A crise ganhou novas proporções a partir dos anos 50, porque o regime procurou acabar de vez com o movimento associativo, numa altura em que as associações reforçavam a sua legitimidade através da genuína abertura à participação de estudantes das mais diversas correntes de opinião.

O objetivo era terminar de vez com o movimento associativo?

Era enquadrar o movimento associativo. As associações de estudantes desapareceriam como entidades verdadeiramente autónomas e, com a ajuda da co-optação de alguns pseudo-representantes dos estudantes, ficariam na realidade sob a orientação da Mocidade Portuguesa. Surpreendentemente, o ministério não previu uma solução especial para a Associação Académica de Coimbra, com cuja direção não tinha na época contencioso relevante. Optou por subordinar todas as associações de estudantes a um apertado mecanismo de controlo por agentes da sua confiança política, reforçado pela proibição de um vasto leque de atividades até então exercidas normalmente com toda a legitimidade. Esta era a essência do 40900 que, curiosamente, vem com um ministro da Educação, Leite Pinto, professor no Técnico (caminhos de ferro) e em Económicas (estatística), que era, como ele próprio gostava de sublinhar, totalmente diferente, em mentalidade e abordagem, dos professores de Coimbra que o antecederam, tidos certamente por conservadores e imobilistas, desatentos às realidades que sustentaram o ressurgimento das economias europeias no pós-guerra. O problema é que o seu controlo sobre o ministério da Educação deveria estar longe de ser total, devendo ter de co-habitar com influências altamente conservadoras que, tradicionalmente, dominavam a administração do setor. A isto acrescentando o facto de o seu sub-secretário de estado,

Baltasar Rebelo de Sousa, ser um jovem político em ascensão no regime com carreira própria, não ligada ao ministro.

Meses antes de aparecer o 40900 já estava a *tarracha a apertar* muito.

Porquê?

Porque já se estava na preparação da absorção definitiva das associações.

Isso na prática ...

Na prática isso traduziu-se num primeiro conflito ao nível diretamente político. Segundo a lei vigente os eleitos para as associações de estudantes teriam que ser homologados pelo ministro da Educação. Estava eu no fim do 3º ano, o ministro da Educação não deu homologação ao presidente Melo Furtado, um puro associativo e à lista de dirigentes com ele eleitos em assembleia geral. Cometeu-se um erro, e penso que foi apenas isso, ao realizar uma cerimónia pública de início de funções antes de se ter obtido a homologação. Este incidente não só irritou o ministro como deve tê-lo colocado em cheque perante os conservadores que procuravam controlar o setor da educação. O certo é que não homologou a nova direção, mas também não nomeou uma clássica comissão administrativa vinda do ministério ou pró-Mocidade Portuguesa. O que ele fez foi entregar a associação à responsabilidade administrativa da direção do Técnico, na pessoa do prof. Magalhães Ilharco. Para além de se cair numa situação de alguma indefinição quanto a intenções do ministério, o que sucedeu é que a direção do Técnico não tinha a menor vontade de assumir o encargo.

A [associação] do Técnico tinha atividades essenciais ao normal funcionamento do Técnico, o que levou o diretor da escola, Belard da Fonseca, que tinha sido colega e conhecia bem o ministro, a empenhar-se junto de Leite Pinto:

–Não fechem a associação, vamos encontrar uma solução com os rapazes.

Paternalismo? O importante é que Belard da Fonseca apoiava inequivocamente o regresso da associação à normalidade estatutária.

Um homem notável nesta questão foi Protes da Fonseca (gozava de grande prestígio junto da direção do Técnico, como até era bem aceite por parte do ministro que acompanhara de perto a

sua ação enquanto presidente no mandato anterior). Sem a sua determinação, prestígio pessoal e persistência, teria sido muito difícil levar o ministro a recuar. Chegou-se a um compromisso com o ministro que manteve a não homologação de toda a lista, mas resolveu colocar a associação sob a responsabilidade direta de Prostes da Fonseca. Este pôs como condição ser acompanhado nessa responsabilidade por toda a direção cessante, tendo em vista a normalização. O que acabou por ser aceite. Pode-se dizer que esta foi uma notável vitória de Prostes da Fonseca.

Que era também o presidente anterior.

Tem razão. Prostes desenvolveu tal ação que o ministro não pôde recusá-lo à frente de uma solução visando a normalização a curto prazo. Com o apoio do diretor, não se nomeou numa comissão administrativa e impediu-se que o ministério tomasse conta da associação.

Essa direção do Prostes da Fonseca era uma direção ou era uma comissão administrativa?

Era uma direção, de certo modo, autolegitimada na sequência da interrupção da normalidade. Ou, se quiser, era uma comissão administrativa interna imposta ao ministro, com a finalidade essencial de preparar o regresso a curto prazo à total normalidade estatutária.

Mas com o aval dele?

Ele acabou por aceitar, mas contra gente da Mocidade Portuguesa e contra a poderosa corrente de direita nacionalista que dominava o ministério e via a saída encontrada como uma cedência terrível. Mas o homem que, realmente, estruturou tudo e conseguiu evitar que aquilo passasse para a órbita puramente administrativa foi o Prostes, que manteve a legitimidade interna. Entretanto, o ministro aceitou que se reabrisse um processo eleitoral interno normal. E reabriu-se.

E porque é que o outro não foi homologado?

A lista eleita era equilibrada. Não tinha a ver especificamente com quem a integrava. A causa próxima foi o erro referido. Para além disso, estou em crer que o nosso erro terá sido aproveitado para pressionar o ministro sem que este

tivesse correspondido às aspirações do setor ultra. Normalmente, os presidentes e a maioria dos dirigentes não estavam sequer conotados com o PC, mas a tese extremista do regime era que estava tudo dominado pelo PC. Não havia nuances. Evidentemente, o PC era o movimento mais ativo e organizado no meio estudantil. Estava por ali a fazer o seu trabalho revolucionário. Mas o sucesso das associações de estudantes em Lisboa dependia precisamente de serem um ponto de encontro, uma plataforma de trabalho não imposta por ninguém. Nessa plataforma havia elementos reconhecidamente PC, e toda a gente sabia, mas até, sucedia muitas vezes que a sua bisetritz estava afastada do PC por razões lógicas – se não corria-se algum risco de estoirar em pouco tempo.

No caso do Técnico isso ainda era mais acentuado, porque a associação acolhia o tal sistema de cooperações flexíveis segundo várias esferas de interesses. Portanto, o Técnico tinha, desse ponto de vista, sem dúvida, PC com presença bastante marcada, mas a associação não era um satélite do PC, nem de longe, nem de perto. Outras correntes de opinião eram maioritárias no meio associativo. Simplesmente, do ponto de vista da Direção Geral do Ensino Superior e, por maioria de razão, do ministério do Interior e PIDE, aquilo era tudo uma cambada de comunistas!

Leite Pinto conhecia melhor a situação. Um idiossincrático tecnocrata, engenheiro formado por uma *Grande École, Ponts et Chaussées*, era um homem muito diferente da direita tradicional. Não foi a sua profunda imersão em qualquer das fações típicas do regime, nem qualquer hábil manobra política da sua parte, que o levou ao ministério da Educação. Do seu ponto de vista pessoal (comunicação que recebi de Prostes da Fonseca que o conheceu bem) o que o levou a aceitar o convite repetido que Salazar lhe dirigiu foi a expectativa, que lhe foi criada, de poder vir a lançar a modernização da educação. Abrindo caminho a essa aspiração, deve-se-lhe a proposta do que veio a ser o Plano Mediterrâneo de educação, adotado e promovido pela OCDE como instrumento central do planeamento da educação nos países da Europa do Sul.

Leite Pinto admitia que haveria no movimento associativo uma coexistência de

manipuladores políticos e ingênuos estudantes manipulados. Mas não estava obcecado por isso. Faça-se-lhe a justiça de reconhecer que tinha uma mentalidade muito mais aberta que a grande maioria, melhor, da quase totalidade dos seus colegas de governo e altos funcionários do seu próprio ministério. Todavia, aceitou avançar com o plano da direita mais retrógrada e anti-democrática visando o aniquilamento do movimento associativo, através do decreto-lei 40900. Perante a reação generalizada dos estudantes, não acompanhou os ultras na sua vontade de levar a guerra às suas consequências extremas, mas não teve o golpe de asa de ser ele próprio a retirar o 40900. Homem então sintonizado com a Mocidade Portuguesa mas, dizia-se, sob influência direta de Marcelo Caetano, era o sub-secretário de Estado, Baltazar Rebelo de Sousa, para quem o assunto resvalou em grande parte. Tratou-nos com urbanidade, mas venceu bem a sua posição desfavorável às associações e suas atividades.

Uma das coisas que Leite Pinto fez de diferente em relação a anteriores ministros, é que ele recebia-nos e falava connosco.

Tinha uma outra abordagem e não nos tratava como se tivéssemos lepra e como se fôssemos arqui-inimigos do país. E, inclusivamente, queixava-se muito de, pela primeira vez estar no ministério um tipo do Técnico e a gente estar a sabotá-lo. Quando regressámos de férias, começaram a circular rumores que estaria em preparação nova legislação sobre associações de estudantes. Mas isso não teve reflexo na preparação da normalização da nossa associação. Entretanto, em fim de outubro, salvo erro, reabre-se o processo eleitoral. O Martins Pereira, o Prostes e outros, disseram-me:

–Candidatas-te tu.

Fui candidato, mas apareceu a fazer contraponto da direita alguém mais velho, o Coutinho, já engenheiro de minas pelo Porto, com distinta atividade profissional, mas que estava a tirar civil. Conservador, muito inteligente e moderadamente colaborante na associação. Era da minha turma, conhecia-o pessoalmente e dávamo-nos bem.

Então teve concorrência?

Tive concorrência, mas tive bastante mais votos. Não tive problema eleitoral, mas implícito, por

vezes explícito, combate político. Tinha o apoio da tal comissão de dirigentes associativos que vinham na continuação da não homologação.

No dia em que eu fui eleito, acabada a contagem dos votos, e quando terminaram os discursos dos dois candidatos, diz-nos Rui Nogueira Simões, que era presidente da Junta de Delegados:

–Se calhar não sabem ainda, mas está hoje no Diário do Governo um decreto-lei para acabar com as associações de estudantes! O 40900. Precisamente no mesmo dia! Tínhamos uma ideia vaga que ia sair qualquer coisa. Já se dizia, mas não sabíamos. Saia precisamente no dia em que eu fui eleito presidente da associação. O decreto é de 12 de dezembro de 1956 e passou-se, praticamente, até ao verão de 57, a discutir o 40900 e as suas sequelas para trás e para adiante. A sua suspensão pela Assembleia Nacional ocorreu em janeiro de 1957, mas o governo fez transitar o problema para a Câmara Corporativa, sendo nomeado seu relator o prof. Braga da Cruz, catedrático da Faculdade de Direito de Coimbra. Foi essa a saída airosa que Salazar encontrou.

Braga da Cruz entregou o seu relatório meses depois, mas ele não teve qualquer sequência, morrendo assim a tentativa de liquidação das associações por subordinação ao controlo do ministério diretamente ou via Mocidade Portuguesa. É que a contestação foi tanta, e tão generalizada, que deu esse resultado quando os mentores do regime contavam que houvesse um isolamento fatal para as associações, separando os seus subversivos dirigentes da grande massa de estudantes.

Antes de maio não há nenhum tipo de ação da parte dos alunos?

Há a luta toda até janeiro de 1957. Em 52, na crise anterior, ativistas estudantis foram perseguidos violentamente. Houve mesmo prisões mas não houve uma solidariedade generalizada dos colegas para com eles, foram isolados e reprimidos. Não houve uma aprovação, pelo contrário, mas as manifestações claras de protesto que houve ficaram dentro de uma esfera restrita.

Com o 40900 as coisas passaram-se de modo diferente, ficaram a meio caminho entre aquilo

que se passou em 52 e aquilo que se passou, depois, em 62. Já houve grandes manifestações em quase todas as escolas de Lisboa, do Porto e de Coimbra e os estudantes estiveram presentes em massa em S. Bento, na rua e dentro do hemicírculo, pedindo a revogação do 40900.

A direção da Associação Académica de Coimbra era um caso especial. No meu tempo não tinha especial conflitualidade com o ministério. O seu protesto estava centrado na aplicação do decreto-lei, na Associação Académica e não tanto nas outras associações. A grande massa dos estudantes de Coimbra teve uma atitude muito mais clara e definida, solidarizando-se com os estudantes de outras academias. Fizeram-se assembleias magnas com resultados francamente favoráveis. Os contactos com Coimbra foram objeto de numerosas diligências extra direção da Associação Académica, designadamente figuras de referência da academia. Todos reconhecíamos a eventual importância de Coimbra no desfecho final do braço de ferro que mantínhamos com o governo.

Simultaneamente, em Lisboa multiplicávamo-nos nas mais variadas sessões de esclarecimento ou informação. Bem como em contactos sobretudo com professores e direções de escola. Também com personalidades chave, como deputados e personalidades influentes. A este respeito, quero referir uma reunião muito especial com Marcelo Caetano que, penso, teve influência assinalável nas circunstâncias em que decorreu o desfecho final. Eu, o Carlos Portas (presidente de Agronomia), Serra Lopes (presidente da Associação de Direito) e o João Sousa Lopes (presidente da Faculdade de Ciências) fomos falar com Marcelo Caetano, então ministro da Presidência, que a certa altura, quis saber o que se passava e o que tínhamos a dizer. O convite chegou-me pelo Serra Lopes. Uma noite fomos a sua casa. Ouvi e fiz alguns comentários para indicar que considerava insensato o decreto-lei e que achava que o tempo da Mocidade Portuguesa, [da qual ele] próprio tinha sido comissário, tinha passado para se poder generalizar e fazer da Mocidade Portuguesa a organização integradora da juventude de alto a baixo. Mas não deixou de notar: –Bom, vocês às vezes também criam conflitos e as pessoas que lá têm também têm outros intuitos e aproveitam-se dos estudantes.

Não obstante, considerava, de facto, que o 40900 era insensato. Deve, por sua vez, ter exercido influência, importante, atendendo ao seu ascendente sobre Rebelo de Sousa, o cargo de ministro da Presidência que então detinha e a sua posição na universidade. Mais tarde, vali-me desse encontro para lhe exigir a cessação da agressão da polícia aos estudantes nas imediações da assembleia no dia da suspensão do 40900.

Quais eram os pontos de vista dos dirigentes associativos?

Os dirigentes associativos estavam firmes contra e pediam a revogação do decreto.

Não havia memória, até aquela data, do governo ter revogado qualquer decreto sob protesto. Chegou ao ponto de o próprio Salazar ter sido posto em causa na Assembleia Nacional, exclusivamente integrada por deputados da União Nacional. Dois deputados, ambos professores universitários foram dizer a Mário de Figueiredo, líder da Assembleia e o homem que tratava diretamente com Salazar, [de quem era] amigo pessoal, que iam meter uma proposta de revogação do decreto. Esses dois homens eram Daniel Barbosa, que era professor do Técnico e com quem nós falámos várias vezes, e um professor da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, salvo erro, de que apenas recordo um apelido Moura. Com a ajuda de Albino dos Reis, presidente da Assembleia, 17 deputados meteram a apreciação do decreto na ordem do dia. Daniel Barbosa, orador brilhante, fez discurso claro e forte, bem acompanhado pelo seu colega de Coimbra. Para evitar a votação da revogação, Mário de Figueiredo, em nome do presidente do Conselho, declarou o decreto suspenso sem data.

Isto mostra a repercussão da movimentação que teve um cunho unitário suficientemente forte para que Salazar fizesse, sob sua ordem direta, suspender oficialmente o decreto na Assembleia Nacional. Nunca tal tinha sucedido antes. Nunca mais veio a suceder depois.

Como é que nós chegámos a esse resultado? Do ponto de vista associativo o ponto de coordenação chave foi a RIA, que já vinha de anos anteriores, mas que nesta crise teve uma grande revitalização e, efetivamente, funcionou como

um órgão de coordenação e mobilização de participação das várias associações. Porque nem todos estávamos na mesma perspetiva estratégica inicialmente, mas com o tempo fomos afinando o consenso em torno dos seguintes pontos.

Primeiro ponto: só com um movimento de unidade é que se fazia qualquer coisa.

Segundo ponto: que esse movimento de unidade tivesse expressão pública, não se deixando confinar em reuniões e deliberações dos órgãos internos.

Terceiro ponto: que se granjeassem apoios em vários setores exteriores. E houve apoios ao nível de jornalistas e de certas personalidades que se pronunciavam sobre o assunto. E, sobretudo, houve apoio público por parte de professores, e diversos conselhos e direções de escola em si ou através de membros qualificados que indiciavam esse sentimento.

Desses tempos ficou uma polémica. Organizou-se um abaixo-assinado para pedir a revogação do decreto. Esse abaixo-assinado estava razoavelmente participado mas, tem que se dizer a verdade, estava colorido, embora tivesse nomes inesperados. Por exemplo, Toscano Rico, professor da Faculdade de Medicina do setor católico mais conservador. No Técnico havia uma participação razoável, noutros menos.

No Técnico conseguiram reunir muitas assinaturas?

Eu agora não tenho noção dos números, mas era um abaixo-assinado com representatividade, várias centenas de assinaturas. Em todas as universidades do país, talvez dois milhares mas agora não tenho memória precisa. De qualquer maneira, a movimentação que se gerou no exterior, por presença, foi bastante superior em abrangência.

Mas o abaixo-assinado nunca chegou a ser entregue.

Não foi entregue. Essa responsabilidade coube-me a mim, ao Portas, ao Serra Lopes. O presidente da Associação Académica de Coimbra retirou-se de imediato levando consigo as assinaturas de Coimbra. Herberto Goulart e José Bernardino defenderam insistentemente a entrega. Serra Lopes, o contrário. Eu e Portas no final desse breve debate, optámos pela não

entrega. Fomos entregar o abaixo-assinado à Assembleia Nacional, ao presidente Albino dos Reis, um velho republicano, que na altura nos disse:

–Vocês entregam aqui uma lista que vocês sabem onde é que vai parar. Vejam lá se a devem entregar.

À PIDE.

Exato.

–E, portanto, vocês vejam lá, como as coisas estão encaminhadas, isto vai ter uma solução.

Não me pareceu suspeito de estar a querer atemorizar-nos, antes estaria a prevenir com razoabilidade. Na sequência da derrota da Alemanha nazi, cerca de dez anos antes organizou-se um abaixo-assinado exigindo a democratização do regime, com numerosas e significativas adesões, incluindo professores universitários dos mais prestigiados. Recorde-se a perseguição prolongada e as penalizações pesadas que recaíram sobre a vida de muitos dos participantes desse abaixo-assinado.

Ele deu-lhes essa dica?

Porque ele apoiava o Daniel Barbosa. Isso eu sabia.

–De uma maneira ou de outra isto é capaz de se vir a solucionar e vocês estão aqui a fazer uma coisa que pode vir a ter consequências para alguns, muito para além deste momento. Não sei se é altura de fazer ou não.

E cheguei à conclusão que não era altura de o fazer. É evidente que para muitos foi uma quebra de confiança, mesmo uma traição, isto é, nós tínhamos um mandato que fomos lá para o cumprir e não o cumprimos. Uma verdade objetiva, inquestionavelmente, a que se sobrepôs um bom senso tardio. Enfim, a polémica vale o que vale. A grande maioria dos estudantes compreendeu os graves riscos que a entrega poderia desencadear. Por isso mesmo, o comunicado publicado subsequentemente pelas associações, sem deixar de reconhecer que não fora cumprido o mandato, deu o assunto por encerrado e não houve mais controvérsia interna. A polémica não persistiu no terreno. Apenas nas evocações e memórias do tempo que apareceram bastantes anos depois.

Houve consequências pelo facto de não terem entregue?

Não, porque à volta do abaixo-assinado não havia uma movimentação forte. Muita gente assinou porque tinha vergonha de si própria se não assinasse, mas não tinha grande convicção nisso. Por isso é que eu estou a dizer que o abaixo-assinado, sendo importante, foi menos importante na dinâmica criada do que as reuniões e as manifestações. Não foi o abaixo assinado que levou à movimentação de massas, foi da movimentação de massas que se extraiu uma amostra de abaixo-assinados. Mas já se tinha conseguido o efeito de mobilização. E também o seu impacto exterior, designadamente sobre o ministério, o governo e a opinião pública.

No dia em que se fez o debate na Assembleia, vieram muitos estudantes de todo o país que se concentraram nas imediações, aguardando a entrada nas galerias. O seu número excederia a capacidade destas mas essa era a intenção. Para evitar provocações e desmandos das forças da ordem, tomei a iniciativa de informar o ministro da Presidência sobre a planeada concentração, garantindo o seu carácter ordeiro. O ministro comprometeu-se com a realização dessa concentração ao assumir que nada haveria contra, se e enquanto a concentração fosse ordeira. Um setor do regime que tinha suficiente poder para isso mandou reprimir a manifestação, ordenando violenta carga sobre os estudantes. Um episódio que ficou célebre deu-se com o Álvaro Bissaya Barreto que era meu colega de curso. Vinha não sei de onde, vivia ali próximo, chega à Assembleia e ficou ali um pouco na conversa. Com tanto azar, que foi apanhado pela carga policial e levou umas bastonadas fortes e feias! Tal como Carlos Portas e muitos outros.

A carga policial teve algum tipo de legitimidade para acontecer?

Não teve nenhum acontecimento que a provocasse. À época, bastava uma concentração de três indivíduos para já ser uma coisa sediciosa! E, portanto, alguém se sentiu suficientemente forte para mandar carregar no momento em que a concentração estava nas imediações da Assembleia. Dado que informara o ministro da Presidência que assumira que não haveria problema se não houvesse quebra da ordem,

tomei a iniciativa de telefonar ao prof. Belard da Fonseca pedindo-lhe que comunicasse ao ministro da Presidência que os estudantes embora considerassem a brutalidade das forças uma desautorização do próprio ministro, passariam a responsabilizá-lo também se não fossem dadas imediatas instruções para cessar toda e qualquer violência. O certo é que as forças da ordem meteram-se na ordem em muito pouco tempo.

O que eu achei extraordinário foi terem-nos deixado entrar para as galerias. Suponho que foi (só pode ser) por ordem direta do próprio presidente. Ainda hoje é assim. Albino quis mostrar que aquilo era uma instituição apresentável. O resultado – normal – é que quando Daniel Barbosa falou sucederam-se salvas de palmas estrondosas. Então, Albino dos Reis, tal como hoje poderia suceder, ameaçou:

–Silêncio se não mando evacuar as galerias. Não há manifestações!

Claro que, contra o que hoje não aconteceria apareceram imediatamente uns tipos por ali. Mas dentro da Assembleia não houve atritos. Houve cá fora.

Como conseguiram mobilizar tanta gente?

Acho que por uma conjugação de fatores, uns pesavam mais do que outros.

No meio universitário estava já bastante generalizada a inclinação para a democracia. Na época, as associações de estudantes, sendo consideradas contrárias ao regime – e não podiam deixar de o ser porque o seu princípio de organização era totalmente oposto ao do regime –, todo o seu corpo doutrinário era, como hoje, de um regime democrático. Ao mesmo tempo que isto se está a passar, repare que estamos a aproximar-nos do período em que se atingiu a mais alta vitalidade cívica anti-regime. Estou a falar das eleições de Delgado, ocorridas dois anos depois. Para mim, as eleições de Delgado foram comparáveis, em termos de mobilização do país, a alguns aspetos do PREC, uma vez feito o ajuste às diferentes causas de um e outro acontecimento.

A contestação ao carácter retrógrado e antidemocrático do regime estava em crescendo. Sobretudo entre a classe média em alargamento significativo devido à industrialização. Não era preciso ser muito politizado para pensar que o

regime estava a entrar em contradições insanáveis e poderia não durar muito mais tempo.

Tinham essa perspetiva tão clara?

Eu acho que havia uma propensão para isso, com especial expressão entre estudantes, naturalmente.

Primeiro ponto, e sintomático: a maior parte dos estudantes não concordava com a repressão sistemática das associações por razões doutrinárias que só os duros do regime queriam impor a todo o custo e manifestavam-se em conformidade.

Segundo ponto: pela primeira vez, a grande diferença em relação a 52, [é que] havia muitos católicos metidos nas associações, de tal maneira que dirigentes da JUC, dos mais importantes, patrocinaram e foram eleitos em listas de largo espectro unitário. Carlos Portas, por exemplo, era o mais alto dirigente da JUC em Lisboa. Benard da Costa dirigiu o *Encontro*, órgão nacional da JUC de que também foi presidente nacional.

Em 56, os católicos estavam em perfeita igualdade e intenção de participação. Para se perceber a evolução do ambiente universitário entre 52 e 56 temos de ter presente o primeiro congresso da JUC que teve lugar no ano académico 53/54. Foi organizado pela geração de Lourdes Pintassilgo e de Adérito Sedas Nunes, que foram seus co-presidentes sendo presidentes nacionais da JUC feminina e masculina, respetivamente, e teve participação destacada de Manuela Silva, Rogério Martins, Francisco Pereira de Moura e Mário Murteira, entre outros. Uma geração na qual a igreja depositava todas as esperanças. Do ponto de vista exterior, percebia-se que era razoavelmente aberta, um pouco crítica mas muito fiel à doutrina da igreja. A grande novidade que o congresso trouxe foi uma mensagem de necessidade de envolvimento dos católicos na sociedade, com especial ênfase no social de cujo estado eram particularmente críticos. Do ponto de vista político, sentia-se que as suas preocupações, embora sensíveis a direitos humanos, estavam mais sintonizadas com a vontade de ajudar à evolução, à abertura do regime do que com objetivos de combate ao regime.

A geração seguinte, etariamente três ou quatro anos abaixo, absorveu em cheio a mensagem

do congresso de cujas grandes figuras recebeu perdurável influência, mas acabou por levar bem mais longe as suas conclusões, tanto mais que alguns dos participantes do primeiro congresso também estavam tomando posições politicamente mais avançadas orientadas contra o regime.

Os católicos típicos da geração de 53, com alguma variância, eram a favor da abertura do regime. A geração seguinte não acreditava na auto-evolução do regime e inclinava-se contra o regime e a favor da democracia sem mais adjectivações. Eram indivíduos com bastante proeminência no meio universitário em geral, muito para além dos círculos confessionais católicos. E fizeram questão de participar e estar enquadrados no movimento associativo com toda a naturalidade e em pleníssima igualdade com estudantes de outras opções doutrinárias. E isto foi decisivo no movimento unitário porque deixou de ser possível dizer:

—São lá os comunas e os seus aliados.

Fez-se algum tipo de propaganda de divulgação da informação junto dos alunos para que aderissem ao movimento?

Sim. Havia reuniões, comunicados. Esse tipo de trabalho interno fez-se, não tão elaborado como em 62, onde o consumo entusiástico dos produtos de comunicação chegava à população externa. Na qualidade de antigo dirigente associativo fiz parte de um Conselho de Veteranos a quem os dirigentes de 62 pediram que acompanhasse a evolução da crise, por isso tive a oportunidade de perceber o decisivo impacto que a estratégia estudantil de comunicação teve na população.

Externa à universidade?

Sim. Muita gente procurava informar-se sobre o que no dia-a-dia se tinha passado na universidade. A diferença é que em 62 o movimento unitário teve uma intensa participação emocional externa.

Mas quando falamos do 40900, falamos de uma tentativa de intromissão do regime nas associações.

A Mocidade Portuguesa estava desprestigiada junto da população universitária. Na altura, enfim, tinha alguma ação social, isto é, indivíduos

carenciados que recebiam bolsas para estudar. Tinha lares. Mas poucos. Os que se filiavam e militavam voluntariamente na MP eram em número pouco significativo em Lisboa.

Em 54 abre o lar do Técnico.

Era da associação. Não era do exterior.

O que recorda da criação do lar?

Lembro-me muito bem, foi do meu tempo. Houve que vencer muitas dificuldades, sobretudo materiais, mas também burocráticas, para conseguir instalar o lar em condições razoáveis. Levou o seu tempo.

Sendo uma intromissão nas associações, há uma grande participação da população que não é obrigatoriamente associativa?

Sim. As pessoas tinham-se visto livres da Mocidade e agora tinham outra vez a Mocidade a chateá-los?! Para fazer o quê? Nem eles, nem os outros sabiam bem. O que sabiam era que aquilo, que até ali constituía, bem ou mal, um instrumento e uma plataforma onde gente da mais variada natureza encontrava motivos satisfatórios para lá estar, ia ser, pura e simplesmente, passado para o controlo da Mocidade Portuguesa. A única ideia que as pessoas podiam ter era por extrapolação da Mocidade Portuguesa que existia nos liceus, porque ela não tinha presença especial na universidade.

Este confronto com o governo e com a Mocidade Portuguesa tem um tempo específico que começa a fazer-se sentir antes do 40900, mas que se prolonga para além do seu enterro mediante o total esquecimento que caiu sobre o relatório do prof. Braga da Cruz (vale a pena falar com o Protes sobre isso porque ele durante três ou quatro anos esteve no centro desses conflitos e sua solução vitoriosa para as associações). No caso, esse conflito foi sobre o desporto universitário. As associações tinham os torneios universitários que não eram um aspeto absolutamente excepcional e decisivo da vida académica mas tinham importância. Mobilizavam muita gente, eram centros de convívio extremamente fortes e eram pontos de encontro de escolas. Decorriam bem e eram organizados democraticamente, de acordo com os princípios associativos por uma

estrutura composta por delegados eleitos e nas diversas escolas. A Mocidade Portuguesa resolveu – e percebe-se – que o desporto universitário deveria ser exclusivo seu, tal como o uso e gestão do Estádio Universitário. O Inspetor Nacional do Desporto Universitário (INDU), nomeado pelo governo tinha como missão fundamental fazer com que o desporto universitário caísse no âmbito da Mocidade Portuguesa. Estabeleceu-se um conflito, que durou anos, opôs as associações de estudantes, que tinham o apoio dos desportistas e daqueles que andavam no mundo da competição universitária, contra a Mocidade Portuguesa. Os desportistas queriam manter a organização que lhes dava satisfação, em que eles próprios se reviam, e não aceitaram o desaparecimento das suas estruturas para dar lugar à Mocidade Portuguesa. Em consequência, não só resolveram boicotar a participação em torneios organizados pela Mocidade Portuguesa como decidiram efetivar campeonatos alternativos aos da Mocidade. O êxito das iniciativas promovidas pelas associações secou a Mocidade Portuguesa e obrigou-a a capitular, mediante uma solução que escondia a sua derrota de baixo de uma simbólica parra. O CDUL, clube desportivo que existia para o desporto federado não universitário, essencialmente rãguebi e atletismo, recebeu a gestão do Estádio Universitário e a organização dos campeonatos universitários, passando a funcionar de acordo com o modelo defendido pelas associações de estudantes. Protes da Fonseca que, mais uma vez, se distinguira nesta luta, foi o primeiro presidente do novo CDUL.

Falemos agora das organizações de juventude. Quais foram as mais relevantes no Técnico?

No ciclo que se desenvolveu até à minha entrada, até o início da década de 50, a mais relevante pareceu-me ser o MUD Juvenil. Não estou a dizer que toda a gente, ou sequer muita gente fosse do MUD Juvenil. O que quero dizer é que era a gente que tinha pensamento e formação política para compreender o significado das associações como um grande alfofre de cultura democrática.

Que peso tinha o MUD no Técnico?

Não sou do tempo do seu apogeu e plenitude e, como tal, não os vi em ação. Mas acho que correspondia, de longe, à corrente mais organizada do movimento associativo. Tinha gente brilhante, muito bem preparada e com capacidade de execução.

Teriam também alguma influência na direção da associação?

Teriam com certeza.

E no caso da JUC?

No tempo anterior ao meu, a JUC era uma organização que não entendia que tinha chegado o tempo de fazer alianças para consolidar o movimento associativo como grande escola democrática ao serviço dos estudantes. Julgo que o peso da JUC no Técnico era inferior ao do MUD, mas era a segunda corrente organizada na escola. No meu tempo, era outra a intervenção dos católicos; participantes individuais mas, apesar de tudo, vistos com uma identidade de grupo eram os progressistas. E estavam outros que, porventura, eram menos progressistas mas, aceitavam a liderança dos progressistas.

Que outros grupos juvenis conheceu? Já me falou na Mocidade Portuguesa ...

Chegou a haver entre nós um setor nacionalista organizado, não digo radicalmente violento mas que na sua cultura política e cívica aceitava o bom uso da violência. Nessa altura já começava a haver gente dessa. O Jovem Portugal no meu tempo não era, de facto, nada de especial.

Todos nós conhecíamos um ou outro indivíduo desse tipo ou pequenos grupos na faculdade a ou na faculdade b, mas não tinham, ainda, estatuto, dimensão e presença de grupo com ambições de representatividade, como mais tarde se acentuou com a guerra colonial.

Antes da publicação do 40900 tinham alguma intenção de pedir uma nova organização para a vida das associações de estudantes? Pergunto isto porque li¹ que, em julho de 56 (antes da publicação do 40900), foi enviada uma exposição ao ministério da Educação Nacional para resolver as bases gerais que deveriam presidir à vida *circum-escolar*.

Do meu conhecimento e experiência, não tenho lembrança disso, mas aceito a evidência da vossa citação. Próximo da minha experiência, o que poderia ter havido era a exposição de teses sobre a organização das associações em ligação com a defesa do regresso da associação à normalidade estatutária, interrompida pela já referida não homologação dos dirigentes eleitos para o ano académico 56/57. É possível que isso tivesse dado origem a tomadas de posição sobre *o que deveria ser, o que é, e o que assim não pode ser*. Mas é o 40900 que vem definir exatamente o anti-modelo. No caso do 40900, a opção escolhida foi a de exigir a sua revogação, em vez de contrapor qualquer tipo de propostas – porque isso implicava um processo de negociação que só nos poderia enfraquecer, dispersar e desmobilizar. O 40900 era um ato totalitário e ditatorial e toda a gente percebia isso. Se é assim, é a revolta! E acabou-se.

Anterior ao 40900 e para além do conflito que já se projetava no plano do desporto universitário, havia um outro foco importante de luta com o ministério em torno do Dia do Estudante. Quais eram as razões do ministério?

Em primeiro lugar: o ministério considerava intolerável tudo quanto fosse organizar processos que tivessem um cunho interuniversitário.

Em segundo lugar: na ótica do ministério o Dia do Estudante só poderia, na melhor das hipóteses, realçar os problemas do estudante numa visão de classe.

Em terceiro lugar: o Dia do Estudante, historicamente, esteve sempre associado a reivindicações

1 «[...] em julho de 1956, as várias AE enviaram uma exposição ao ministro da Educação Nacional, onde se tratava, entre outros problemas, das bases gerais que deveriam presidir à vida *circum-escolar* do estudante universitário. Citado em: Maurício, Mónica, Dinâmicas estudantis no instituto Superior Técnico durante a década de 1950, Tese Mestrado, ISCTE, 2008, pág. 113. Retirado de: Regulamentação das atividades *circum-escolares*, processo 40900, [s.l.], Publicação das Associações de estudantes, [s.d.], AAEIST.

concretas adaptadas a cada momento. Por todas estas razões, o Dia do Estudante era a definição exata do que nunca poderia acontecer. E à volta da preparação do Dia do Estudante o regime exerceu sempre uma repressão forte.

Participou na organização dos Dias do Estudante?

Era uma organização das associações. Não era a associação A, B ou C. No caso de Lisboa era a RIA que conduzia a sua preparação. Como secretário geral adjunto da RIA, sendo secretário geral Júlio Pequito participei nessa tarefa trabalhosa. O Dia do Estudante foi sempre alvo das maiores dificuldades e pressões da parte do governo.

Piorou depois do 40900?

Eu acho que a pressão do governo, nesse campo, não foi subindo gradualmente e não foi flutuando. O Dia do Estudante, como tal, foi sempre classificado como manifestação estudantil subversiva que não poderia ter lugar.

E reprimia-se ...

Isso já tinha flutuações conjunturais. Havia momentos mais propícios outros menos, do ponto de vista do movimento geral do país. Porque o regime, apesar de tudo, tinha consciência de que o conhecimento da repressão sobre estudantes tinha uma enorme capacidade de difusão no país. Portanto, o regime sabia que teria que dosar e ser, como sempre foi, seletivo. O sistema de repressão do regime é um modelo de discriminação segundo a capacidade de difusão da perturbação na população. Coloquialmente, se o tipo era camponês alentejano: –... *meu caro amigo* ...! Se é advogado, já não é bem a mesma coisa. E havia casos em que se avisava os pais: que os filhos estavam a portar-se mal ou se deixavam arrastar por más companhias a que se seguiriam desagradáveis consequências, a não haver mudança. Era a ideia de que o pai de família tinha que ficar responsável pelo comportamento do filho. Isto passava-se com os filhos de famílias conhecidas, claro ...

Havia uma nítida diferenciação segundo o posicionamento social. Nisso, o regime era exímio.

Se calhar, daí uma certa abertura com o Técnico e com todo o mundo universitário, que eram seletivos.

A partir de certa altura, e nisto julgo que o 40900 foi um ponto de viragem, deixou de ser fácil fazer o isolamento de estudantes universitários como tal. Até ao 40900 a experiência do regime, ao longo de tempos e tempos, é que era possível isolar os *agitadores* e reprimi-los *forte e feio*. A maioria não via isso bem. Quando eu entrei na universidade falava-se ainda da repressão do fim dos anos 40 e início de 50. Caiu muito sobre medicina. Não vi que isso tivesse condescendências, mesmo de tipos relativamente reacionários. [Contudo], não tinham uma expressão de solidariedade ativa. A partir do 40900, com a visibilidade que passou a ter o movimento estudantil, bem como com a demonstrada abrangência doutrinária e de pensamento cívico-político dos que nele participavam, criou-se uma barreira à PIDE e ao regime contra a continuação de repressões seletivas guiadas pela ideia de que não haveria reações colectivas a comportamentos policiais sobre estudantes do género se *esse tipo é um agitador perigosíssimo, leva pancada*, sem qualquer problema.

Que outras mudanças no movimento estudantil encontra neste período?

O efeito de colagem de rótulos diminuiu muito. Acho que o movimento estudantil gerou confiança na ação coletiva. Isso verificou-se *n* anos após. Creio que se consolidou a ideia de que era possível resistir ao regime em situações em que se gerava um apoio coletivo. Acho que isso foram coisas que nasceram precisamente nesse período, por experiência e não por teorização.

Houve uma certa consciencialização do poder ...

Exato. Houve uma coisa em que não se pensou muito antes (o que é natural agora visto em retrospectiva), a ideia de que os estudantes eram, também, co-responsáveis pela gestão democrática da universidade. Essa ideia foi andando até à crise de 62 culminou com a participação no senado, acabando por morrer, praticamente, às mãos do reitor da Universidade Clássica, Marcelo Caetano. A ideia de que os estudantes deveriam ter participação institucional em órgãos

de gestão da universidade era uma resposta a uma reivindicação que as associações de estudantes também fomentavam e que se difundia facilmente. Essa ideia nasceu muito do apoio e de alguma identidade que se gerou, por exemplo, a partir do 40900, mas não teve encaminhamento adequado ...

O apoio dos conselhos diretivos era dado em nome de uma certa expressão de autonomia, que era da escola, mas também era dos alunos como tal. Esta perspectiva poderia ter desembocado numa qualquer reforma de representações em órgãos da universidade, por exemplo, o senado. Mas isso era, talvez, dar expressão muito clara ao desafio ao regime, e, portanto, ou tinha uma sede razoavelmente democrática; ou seria um equívoco como veio a ser a participação no senado, sob o reitor Marcelo Caetano.

Chegou também a presidente da direção em 58?

Não. Não quis ser reeleito, embora tivesse todas as condições para facilmente o ser.

Que funções teve, então, na associação?

Fui presidente em 57. Não quis ser reeleito. Foi o Veiga da Cunha, que é do meu curso, e depois foi o Luís Martins dos Santos, que também era do meu curso!

Estive em duas tarefas: era do secretariado da RIA e era diretor do *aeist*, o jornal da associação, [de que] saíam cinco ou seis números por ano. Estive dois anos na direção do jornal e um ano na RIA, ou ao contrário.

Que tipo de conteúdo tinha o *aeist*?

O chefe de redação era um físico, o Furtado Coelho mais tarde professor da Faculdade de Ciências. Fundamentalmente, tinha artigos de fundo e artigos com uma grande tendência temática, escritos por alunos; tinha artigos de informação e tinha anúncio de eventos ou relatos e comentários de eventos. Era relativamente pequeno, mas era um jornal para ser lido ao longo de vários dias. Não posso dizer que fosse uma composição leve, também não posso dizer que fosse coisa para grandes pensadores. A tendência era para ser um órgão de referência e de debate.

Que tipo de temas?

Os mais diversos. Por exemplo, este da organização do movimento universitário e da sua autonomia, questões pedagógicas dos vários cursos; o problema da co-gestão universitária, por exemplo, debateu-se a ideia de se fazer um grande congresso estudantil. Artigos sobre temas de cultura apareciam também com frequência.

Mas esteve em 58, quando foram as eleições do Humberto Delgado.

Sim. Para mim foi um dos grandes movimentos de levantamento cívico do país. Ainda hoje, após viver o 25 de Abril, acho que, infelizmente, uns nunca o viveram, outros esqueceram-se de explicar o que foi e o que se viveu no movimento eleitoral em torno de Humberto Delgado. Teve no país um significado igual a alguns momentos do pós-25 de Abril, mobilizou gente e abriu perspectivas com um significado absolutamente espantoso considerando a época. O problema é que a dinâmica política e cívica nascida nesse movimento acabou por ser abafada pelo começo da guerra de África e consequente reação *patriótica* que se prolongou por vários anos.

Havia uma classe média emergente e algum empresariado que começava a caminhar para a noção de que o regime se esgotara! Mas, a guerra de África fez regredir a vontade de extrair decisivas consequências políticas dessa constatação e houve uma onda de nacionalismo que atingiu um setor da própria oposição que se solidarizou integralmente com o governo. A problemática passou a ser totalmente outra. Percebeu-se também que o regime tinha condições de repressão militar. Enfim, houve alguma ingenuidade e insuficiência de pensamento. O general Humberto Delgado galvanizou o país. Foi um homem que construiu rapidamente um grande carisma junto da população e houve muita gente que pensou que era possível derrubar o regime por simples convocação carismática. Por outro lado, Delgado era um homem militarmente muito isolado, coisa de que na época muitos não tinham suficiente percepção. Deixou cedo o serviço militar ativo, ingressou na administração como diretor geral da Aeronáutica Civil e viveu anos a fio no estrangeiro como nosso representante em organismos internacionais. A realidade

é que o golpe de Beja não deu rigorosamente nada e foi rapidamente dominado. Mesmo que tivesse sido bem sucedido, era fantasiosa a ideia de que a tomada de um ponto militar originaria, por simpatia, uma deflagração de adesões.

Houve repercussões das eleições de 58 no Técnico ou no movimento associativo em geral?

Suponho que o Técnico não teria sido atingido de um modo que o diferenciasse especialmente. Havia muita gente do Técnico que participava nas coisas mais diversas e [que pensava] que depois da fraude eleitoral o regime estaria a aproximar-se dos seus últimos dias. Porque o regime dividiu-se com o combate ao Delgado. A remodelação que se seguiu ao Delgado pôs na rua, simultaneamente, Caetano e Santos Costa, dupla razão, uma reforçando, sem querer, a outra, de enfraquecimento do regime. O Técnico não tinha uma maneira específica e própria de olhar as consequências pós-Delgado que o singularizasse relativamente a qualquer outra escola. É verdade que Técnico tinha gente do movimento associativo muito metida quer na candidatura de Arlindo, quer na de Delgado. Mas, também nesse ponto, não posso dizer que fosse o expoente máximo dessa participação da juventude. Lembro-me, por exemplo, que um homem-chave de Arlindo era de medicina.

Quem era?

Era o Falcato, destes tipos calmos e tranquilos, sem grande carisma, mas com enorme capacidade organizativa.

Como caracteriza as relações institucionais entre as diferentes associações. Notava a presença de alunos de outras associações na associação do Técnico?

As relações em Lisboa eram intensas, no início uma vez por outra, pré-conflituais, mas isso é o normal destas coisas. Em geral, direi que se tornaram intensas e boas.

Pré-conflitual. Não chegava ao conflito efetivo?

Viviam-se tempos de grande tensão. Nós, por definição, éramos todos jovens e uns mais experientes do que outros. Sobretudo, logo a seguir

ao 40900, havia uma certa diferença de avaliação da situação, de perspectiva de condução da luta, como também é natural nestas coisas, havia quem tivesse a ideia de que teria de surgir uma vanguarda e uma liderança correspondente.

Ora bem, [foi] a RIA que assumiu, e bem, o papel da junta de coordenação dos diversos movimentos, mas havia gente que achava que chegava lá e dizia como é que era e quem não *abanasse as orelhas* estava fora das responsabilidades exigidas pelas circunstâncias. A associação mais poderosa era a do Técnico, no sentido em que era a mais organizada e a mais reconhecida no meio universitário. Dentro da associação do Técnico não havia grandes divergências entre nós, mas havia divergências relativamente ao que defendiam alguns outros dirigentes sobre o que se devia fazer. A certa altura, foi preciso explicar que era preciso conduzir as coisas de modo a que houvesse real unidade no sentido de evitar o isolamento relativamente aos estudantes que não pertenciam ao núcleo duro do movimento associativo. O Técnico tinha condições para perceber isto bem devido à estrutura de que falei; o Técnico funcionava desse modo há anos. E havia outros que tinham a noção de que deveríamos adotar um curso agressivo e mais radical. Portanto, no início, isso deu uma certa tensão mas, devo dizer também que, depois de uma discussão frontal numa noite que prognosticava uma situação difícil de aparecimento de diversas tendências incapazes de encontrar uma plataforma unitária, na reunião seguinte as coisas acalmaram e acertámos o passo. Era como se essa reunião conflituosa tivesse servido para todos aprendermos um bocado.

Tinham que ceder?

Tínhamos que ser realistas.

Mas que tendências eram essas?

A gente pode olhar as coisas como quiser, mas é natural que o PC pensasse que era um processo que ele deveria conduzir. Naturalmente. E teve que se lhe explicar, de uma maneira ou outra, que, de facto, o PC era uma força muito importante, com uma grande capacidade de intervenção e de fazer circular a informação a tempo e horas e com grande experiência de organização em condições difíceis, mais do que os

outros. Mas, se quisessem comandar o movimento, obviamente, ficavam sozinhos. Perceberam isso rapidamente.

Eles expressaram essa ideia na RIA?

Eles expressaram-na em factos. Lembro-me que houve uma RIA em que havia muita gente a assistir que procurava pressionar decisões de radicalização mal pensada do ponto de vista do movimento, no seu todo. Mas provavelmente bem pensadas do ponto de vista do PC, como partido revolucionário. Sucediam-se palmas e contra palmas, isto é, manifestações de apoio ou reprovação. Depois desse confronto, as reuniões passaram a funcionar sem especiais atritos, não obstante a vivacidade própria de debates difíceis.

Os estudantes comunistas deram o seu contributo relevante, mas em unidade com os outros, não em termos de manipulação de ninguém. Isso não houve no 40900.

Portanto, chegaram ao consenso?

Nestas coisas os grandes consensos estabelecem-se quando se estabelecem os objetivos; e há determinados objetivos que por si próprios definem a manobra. Com o 40900 houve uma maturidade bastante assinalável atendendo ao facto de ser uma difícil situação nova para quase toda a gente. Rapidamente se percebeu qual deveria ser a finalidade de toda aquela movimentação. E, portanto, ao aperceber-se da finalidade e ao definirem-se objetivos concretos – não muitos – associados a essa finalidade, tornou-se muito mais fácil deduzir o que é que servia e o que é que não servia. Houve, de facto, uma certa objectividade e capacidade de diálogo e de entendimento prático sobre o que se devia ou não fazer.

E o que é que não se fazia?

Radicalização. Como é natural, havia aquele princípio: Como é que se combate o fascismo? De peito aberto, com grande radicalidade ... mas lançar um movimento naquela base era, com certeza, criar um larga zona de participação que, progressivamente, começaria a entrar em dúvida e que se afastaria. Portanto, a questão foi acordar-se o mais simples, que era também o mais ambicioso: revogar. Se se quisesse dizer *deve ser assim e vamos negociar* ou *vamos propor*

algo de alternativo, então, enfraquecíamos-nos enquanto estivéssemos a discutir ...

Não havia a tal unicidade.

Por um lado, iria avançando a ideia de que, afinal de contas, não teríamos uma ideia comum. Quando, na realidade, tínhamos um objetivo comum óbvio. Todos estávamos com a ideia de que aquele decreto representava uma tentativa de anexação que não poderia ter lugar. O que viria a seguir? Se o decreto fosse revogado, regressava-se à situação inicial que era conhecida e que era julgada bastante melhor do que a situação que nos queriam impôr.

Enquanto estudante do Técnico, quais foram os acontecimentos da política nacional que presenciou ou em que interveio?

As eleições do Delgado são a experiência coletiva mais importante, sem qualquer possibilidade sequer de comparação. Na altura, o dia a dia não trazia nada de muito diferente do que era anterior. Tirando o caso do Delgado, algo que pode ser referido como muito importante na altura é o relacionamento internacional de Portugal nos planos económico e político, com especial incidência na questão colonial.



*Pavilhão central.
Foto: Tatiana Soares*

Escolheu engenharia de minas. Qual foi o período em que esteve no Técnico?

Estive no Técnico entre 54 e 62. Portanto, chumbei dois anos muito bem chumbados [risos]. Foram chumbos justificados e muito úteis para a atividade associativa.

As minhas motivações: tive no 1º ano do liceu um professor de ciências naturais que talvez não soubesse muito, mas era um prodígio de pedagogia. Fez com que os 40 alunos da turma fizessem uma coleção de minerais e rochas. Todos o fizeram entusiasmados. Todos os alunos da turma fizeram uma monografia sobre salinas e uma monografia sobre dunas. O bichinho da mineralogia e da petrografia ficou comigo.

A minha família estava mais ligada à medicina e farmácia e o objetivo deles era eu seguir medicina, pela qual nunca me senti muito atraído. Como gostava da mineralogia, da geologia, das matemáticas e da física, e também porque na altura os cursos clássicos tinham saídas praticamente só para o ensino secundário porque quase não havia emprego profissional para licenciados em ciências, pensei em ir para minas. Foi uma desilusão familiar, ainda me fizeram saber o que era uma mina, mandando-me para a mina de S. Domingos, para casa de uns amigos do meu pai, no calor do mês de julho. Mas achei interessante e gostei.

Acontece que tirei bem o curso de engenharia de minas, mas nunca fiz trabalho profissional em minas, acabando por optar pela geologia aplicada à engenharia civil, por uma opção fortuita. Acabados os quatro anos de serviço militar, regresssei e tinha duas ofertas de emprego: uma para geologia aplicada, onde fiz a minha carreira e a minha vida; e outra para a parte mineira, mas com uma perspetiva de estar dois anos em Angola. Naquele ambiente não me estava a agradar a ideia de estar lá dessa maneira, optando, então,

pelo trabalho de geologia de engenharia, onde fui muitas vezes a Angola e Moçambique, mas não era o mesmo que fazer parte da sociedade branca das colónias.

Portanto, já tinha começado a guerra colonial?

Sim. Fiz o serviço militar em Moçambique na altura em que começou aí a guerra colonial entre 64 e 66.

O que recorda do primeiro contacto com o Instituto Superior Técnico?

O primeiro contacto foi um choque. Eu tinha acabado de estudar para os exames de 7º ano a aritmética racional onde se demonstrava que $AB=BA$... E a primeira aula que eu tive foi com o professor Almeida e Costa, de matemática – praticamente o introdutor da álgebra abstrata em Portugal – que só dava aulas de teoria de grupos e álgebra abstrata, e que começava por desenvolver as aulas sob o ponto de vista axiomático. Portanto, na primeira aula deu os axiomas em que se baseava a teoria dos grupos, e um dos axiomas era $AB \neq BA$. Para quem só conhecia os números, isso era uma coisa impossível. Realmente, do ponto de vista matemático era perfeito, começava com os axiomas e desenvolvia o tema jogando com eles entre si, mas do ponto de vista pedagógico era muito mau, porque era muito simples dizer aos alunos que os objetos matemáticos não se limitavam aos números reais e com matrizes, outro objeto matemático, era fácil de demonstrar que o produto de duas matrizes, não era uma operação comutativa. Foi um choque! Eu precisava de matemática para tratar das coisas reais, não sabia que havia outros objetos matemáticos além dos números, e vinha um fulano dizer que $AB \neq BA$! [risos].

Depois acabei por conseguir ler uma abordagem mais histórica da álgebra moderna, fazer a disciplina razoavelmente e fiz um 1º ano bom.

Esse choque foi nas aulas.

De resto havia um ambiente bom. Não tinha nada a ver com a quantidade de alunos que há atualmente. Era muito mais limitado e nós acabávamos por nos conhecer, praticamente, a todos, principalmente dentro do mesmo ano. Eu sou razoavelmente sociável e não criei, ou não me criaram, problemas especiais de integração. Tive só esse choque mais de ordem académica que me fez pensar que ia para fazer uma coisa prática e me vinham ensinar teorias especulativas. Depois acabei por comprar um livrinho que descobri numa livraria, *L'algèbre moderne*, da coleção *Que sais-je?*, 128 páginas! [risos]. Explicava a génese da álgebra moderna, e comecei a perceber objetos matemáticos que não eram apenas os números que eu conhecia do liceu.

O facto de me ter oferecido para trabalhar na AE, logo no primeiro ano, acabou por me dar um contacto muito mais vasto com colegas mais velhos, dos anos que me precederam, que trabalhavam ou frequentavam a associação. Isso também me deu um outro grau de integração no Técnico.

Em termos de sociabilidades, para além das aulas quais eram os locais onde os estudantes se encontravam?

Os cafés. Claro que nós temos todos, julgo eu, a tendência para arranjarmos um grupo que tem certas afinidades e o grupo ao lado pode ter características totalmente diferentes. O grupo onde eu me ligava mais era composto de colegas que tinham interesses semelhantes aos meus, gostavam de ler, das ciências, de cinema, de música, de artes plásticas, etc. Os temas de conversa e debate eram sobre alguma coisa especial que acontecesse, mas na altura não havia muita informação. Havia a técnica de lermos nas entrelinhas das notícias dos jornais. A redação de alguns jornais era muito feita para que as pessoas que fossem minimamente conhecedoras da situação acabassem por ler uma notícia e perceber outra! [risos]. Ou a maneira como os jornalistas redigiam tendo um texto e um cabeçalho ao lado dizendo que era aldrabice! Nós comentávamos os jornais e quando houvesse alguma notícia falava-se disso, debatia-se e falava-se também alguma coisa de estudo.

E os cafés?

Na zona do Técnico havia vários cafés de estudantes. Na altura, havia um que eu frequentava bastante durante as manhãs, e onde teoricamente estudava, que era um que ainda existe na esquina da Almirante Reis com a Guerra Junqueiro.

E a Mexicana?

Eu nunca fui muito do grupo Mexicana, ia mais à Copacabana. Havia também a Mimo que era na Duque de Ávila, ao pé do Arco de Cego. Batíamos ali na zona.

Não chegavam a debater nada em especial?

Claro que nós não éramos totalmente opacos. De uma forma ou de outra, acabávamos por mostrar um bocadinho o que pensávamos e o que sentíamos, mas não tínhamos a liberdade ou o à vontade suficiente para nos pôr rótulos. Embora nos pusessem rótulos, nós não nos rotulávamos a nós próprios. Por exemplo, considerarem-nos comunistas ou não por termos determinadas ações. Estive próximo de o ser mas nunca fui alinhado partidariamente nessa altura. Mesmo entre amigos, não dizíamos *eu sou isto ou sou aquilo*. Julgo que era mais importante debatermos os assuntos e alvitarmos ideias interpretativas, e dentro desses grupos fazíamos-lo com um certo à vontade e com uma certa liberdade. Às vezes, nos cafés, havia a ideia de que lá estaríamos agentes da PIDE (não sei se seriam, porque eles às vezes disfarçavam bem!). E, quando se viam esses fulanos, havia uma certa retração de falar mais alto. Posteriormente, vim a verificar que havia, na PIDE, muita informação acerca de mim, algo banal, mas que apenas podia ter saído de quem estivesse muito próximo de mim e do meu grupo.

Enquanto estudante do Técnico, quais os livros, os filmes, as peças de teatro e as músicas que recorda?

Felizmente na altura devia ter umas 72 horas por dia, mas não sabia! Devia ter muito tempo, porque lia muitíssimo e tudo o que me vinha à mão.

Por exemplo, um livro que me marcou, e que li no início do Técnico, foi *Jean-Christophe* de Romain Rolland, que os meus pais me tinham

oferecido quando eu estava a estudar no 7º ano. Eles tinham comprado o livro em França e estava reservado para quando eu acabasse os exames. Li muitos da coleção *Le livre de poche* porque eram baratinhos e eu tinha um bom domínio de francês. Tinha feito a escola francesa, portanto, o francês é a minha segunda língua. Dessa coleção, que tinha belíssimos livros, li, por exemplo, o *Les Thibault* de Roger Martin du Gard (daqueles romances de família caracterizando uma época); Curzio Malaparte, apesar dos seus temas serem a realidade foi alguém que me fez pensar na leitura como leitura, não tanto como assunto, mas como texto. Aprecio atualmente muito mais a leitura como texto do que propriamente como enredo, se foi bem escrito e se tem as ideias claras e definidas de uma forma original. Li muita literatura brasileira, os livros permitidos em Portugal - Erico Veríssimo, Lins do Rego, etc. e, por intermédio da associação, os proibidos como os de Jorge Amado.

A propósito do Jorge Amado, li no trabalho da colega Mónica Maurício uma citação do sr. engº dizendo que na biblioteca da associação havia os livros do Jorge Amado ...

Em Portugal eram proibidos. Estranhamente, os nossos colegas, sobretudo os moçambicanos mas também angolanos, tinham acesso às edições brasileiras dos livros do Jorge Amado em Moçambique ou em Angola. Portanto, alguns desses livros eram obtidos a partir de colegas que iam aí nas férias que os traziam. Também se encontravam nos alfarrabistas.

Eu entrei a trabalhar na biblioteca da associação porque utilizavam um sistema de classificação decimal universal (na altura não havia computador e havia uns truques para ordenar as coisas. O termo francês *ordinateur* tem muito a ver com isso). Já no liceu me tinha apercebido que, para arrumar os meus livros e saber onde eles estavam, precisava de uma estrutura qualquer de apoio. Entre os vários livros que li no 5º ano do liceu da coleção *Cosmos*, – como *Os princípios fundamentais da matemática* do Bento Caraça, que adorei, e uma série de livros sobre economia – apanhei um livrinho, *Como organizar pequenas bibliotecas*, da professora Ema Quintas Alves, que tinha um resumo da classificação decimal. Na altura não percebi

bem, pelo livro, como aquilo funcionava. Mas achei que era funcional e adotei. Quando entrei no Técnico soube que tanto a biblioteca do Técnico, como a da associação, como a revista Técnica, utilizavam a classificação decimal, e interessei-me em saber o que era. Passei a vida académica, entre outras coisas, com a classificação decimal!

Foi pela biblioteca da AEIST que eu entrei a comprar livros nos alfarrabistas, porque eram mais baratos que nas edições acabadas de sair e nós tínhamos rendimentos pequenos e porque se podiam encontrar alguns que não eram permitidos no circuito comercial das livrarias.

Realmente nos anos 70 houve uma grande modificação na capacidade de nós, os privilegiados que estavam nos cursos superiores, acedermos à informação. Antes, não se encontrava Jorge Amado, por exemplo, como referi; já a partir de certa altura, só clandestinamente, mas encontrava-se. A livraria Barata tinha isso e muito mais! Era um *cubiculozinho*. O Sr. Barata sabia a partir de um livro que comprássemos que talvez estivessemos interessado noutro. A partir daí compravam-se muitos livros que vinham clandestinamente da Europa.

A associação tinha esses livros sem qualquer problema?

Não havia propriamente o controlo dessas pequenas bibliotecas. Eu tenho a impressão que o regime de então sempre considerou um bocado que as escolas superiores tinham uma elite social, donde não seria de prever riscos especiais para a sua continuidade. Já o próprio liceu era muito limitado e a maior parte das pessoas, quando tinha instrução, ficava-se pela quarta classe. O Salazar dizia que era preciso saber ler alguma coisa, escrever o nome e contar. E realmente era o que se fazia. Quem ia mais longe, normalmente, é porque tinha famílias que o permitiam. Tenho a impressão que haveria uma certa tolerância relativamente àquilo que os jovens faziam nas escolas superiores, desde que fosse lá dentro e não transparecesse cá para fora, porque, por um lado, eram privilegiados, por outro lado acreditava-se que quando entrassem no mundo do trabalho essas ideias passariam.

Os livros estavam disponíveis para todos. Era uma liberdade restrita a certos núcleos ou centros de privilegiados, que estavam bastante fora da massa sujeita à repressão diária, à falta ou manipulação de informação, de formação, etc.

E filmes?

Relativamente aos filmes: julgo que no fim do 1º ano do liceu, também alinhei no Cineclube Universitário quando reabriu depois de ter estado proibido. Acompanhei muito o cinema, não só o do Cineclube Universitário, apesar de não ter uma grande mesada. Fazia uma *choraminguice* aos tios ou às tias para ter uns subsídios! Andava a pé em vez de ir de autocarro, guardando o dinheiro do autocarro. E era assim que eu arredondava as contas. Tinha também o meu programa de compras de livros e, quando me perguntavam o que eu queria quando fazia anos, já tinha a lista feita!

Recorda algum filme especial?

Muitos. Alguns, que nem sequer são grandes filmes, mas que eram muito interessantes. Lembro-me de um que não é um grande filme, não me lembro do autor, *O homem de fato branco*. Era muito interessante porque focava um problema que não é perceptível à primeira vista. Era um químico que tinha descoberto um tecido branco que não se sujava. Como não se sujava, não se tingia, não se gastava facilmente, não era lavável. Depois começaram a aparecer as consequências do tecido que era muito especial, de durabilidade aparente, de resistência, e de não precisar de ser lavado. O problema acaba por resolver-se porque ao fim de uns tempos o tecido começa a desfazer-se. Era muito durável enquanto estava bom, mas depois desfazia-se. A mulher que lavava a roupa perguntava-se o que havia de se fazer. Aquilo fez-me pensar em nós dar-mos atenção às consequências das coisas que podem parecer muito boas à primeira vista. Não quer dizer que devamos rejeitar logo, temos é de pensar antes nas consequências e na maneira de as minorar e ultrapassar.

Houve muitos outros filmes que gostei, mas dos quais não me lembro concretamente.

Que música ouvia?

Desde sempre tive mais pendor para a música, dita, clássica. No Técnico, na altura do meu 1º para o 2º ano, houve uma espécie de manobra de promoção pessoal de um colega que era dirigente da associação, que com a embaixada de França fez uma sessão em que se reproduziu uma oratória de Honegger, *Jeanne d'Arc au Bûcher*, que é música moderna dos meados do século passado. Na altura, estávamos pouco depois de meados do século passado, fez-me realmente abrir os ouvidos para a música que não era a do século XVII, XVIII ou XIX. A partir daí comecei a ter uma certa curiosidade pela música contemporânea. Uma das minhas grandes manias é ouvir música. Não sou grande especialista, mas gosto e vou ouvindo.

E as peças de teatro?

Não tanto como o cinema mas assistia. Nessa abertura que houve no meio intelectual, apareceram em Portugal algumas peças interessantes de brasileiros. Lembro-me de ver peças na companhia da atriz Maria Della Costa, que chegou a ser proibida. Houve um espetáculo que foi interrompido por uns ultra-nacionalistas, já não sei bem porquê, julgo que foi apenas por ser representada uma peça de Bertold Brecht, o que serviu de justificação para proibirem a atuação da companhia, acabando por ser obrigada a sair de Portugal.

No Técnico não havia peças?

No Técnico havia uma coisa que eu achava muito interessante que era o facto de na recepção aos caloiros, em vez de se andar à pancada e a fazerem-se coisas esquisitas, tinha-se um programa cultural interessante. Nas oficinas que ficavam em frente à associação do Técnico, do outro lado daquela passadeira central, e que tinham áreas limpas muito grandes, faziam-se lá concertos com orquestra sinfónica. Lembro-me de, no 3º ano, ser o anfitrião, em nome da AEIST, de Pedro de Freitas Branco e da mulher Marie Antoinette Levêque Freitas Branco, pianista, que foram com a Orquestra Sinfónica Nacional tocar numa das atividades da festa de recepção aos novos alunos do Técnico. E a assistência era numerosa.

Mais tarde também se fizeram exposições de artes plásticas. Estive ligado a essa área porque também me interessei pelas artes plásticas contemporâneas, já desde o liceu. Corria as exposições todas nos últimos anos de liceu com um colega e amigo que foi também para o Técnico. Um dos vários belíssimos professores que tive a sorte de ter no liceu era o professor de matemática, madeirense, Nicodemos Pereira, que nos induzia, no 6º e no 7º ano, a fazer palestras abertas a todos os colegas e professores do liceu. Eu, que sempre fui mandrião, nunca mais me decidia, e ele sugeriu-me fazer uma palestra sobre antinomias e contradições. Não sabia nada disso, mas emprestou-me uns livros e acabei por achar interessante e lá fiz a palestra, mas não era propriamente o meu campo.

Na altura estava muito interessado pela arte moderna, e, por minha iniciativa (acabou-se-me a mandria!), acabei por fazer umas palestras sobre a pintura moderna. Acabou por serem duas palestras, porque uma não chegou, e foi um escândalo nos anos 53/54. Era interpelado bastantes vezes:

– Mas tu gostas do Picasso?! E percebes aquilo?!

Por acaso, algum Picasso nunca foi muito do meu gosto, mas o abstrato já gostava muito, surrealista também e gostava de alguns dos cubistas. Comprava e emprestava uns postaisinhos com as reproduções de quadros que havia nas livrarias, por exemplo, na Bertrand.

Enfim, esse gosto pelas artes plásticas já vinha do liceu, e depois aproveitei colaborando com a secção cultural da associação e promovemos mesmo uma exposição de artistas modernos contemporâneos portugueses, que foi bastante interessante. Fazia-se uma série de atividades que tenho a impressão que não se fazem tanto agora.

Quando começou a colaborar com a associação?

Foi em meados do 1º do Técnico, na tal questão de ir colaborar com a biblioteca para aprender a classificação decimal universal. Depois fui ficando, fui-me interessando, fui discutindo, fui às assembleias gerais.

No início de cada ano letivo havia a apresentação do relatório de contas da direção que saía. Eu, no início do segundo ano, fui a uma dessas

assembleias gerais, em que o vice-presidente da assembleia geral foi o tal que tinha promovido, de modo pessoal, a tal sessão de música (só recordo que era Amaro) e que, por causa disso, tinha entrado em rota de colisão com os outros colegas da direção. Ele tinha mobilizado meios e influências a que não estava autorizado. Se calhar, se tivesse ido falar até poderia ter feito, mas resolveu fazer aquilo para promoção pessoal. Portanto, ele tinha abandonado a vice-presidência da assembleia geral e era preciso substituí-lo. Nem me passava pela cabeça em candidatar-me, tinha acabado de entrar há pouco tempo na associação, mas tinha sido notado por ser um bocadinho estranho um fulano que entra por sua deliberação a trabalhar na associação. Normalmente éramos levados. O presidente no ano anterior, o Protes da Fonseca (foi secretário de estado do Ensino Secundário há uns anos), veio ter comigo e convenceu-me dizendo que o presidente e o secretário da mesa faziam tudo e que o vice-presidente não tinha nada que fazer. Lá me levou e fui eleito. Isto foi no ano letivo em que foi publicado o decreto-lei 40900.

O presidente da mesa era o Bernardo Jerosch Herold, que depois foi professor de química orgânica, e que na altura estava a acabar o 6º ano. Ele passou esse ano em estágios e em cursos em Inglaterra. Sobrou para o vice-presidente que era mais novo que o secretário, mas que, de qualquer forma, tinha sido eu o eleito para o cargo. Felizmente, na mesma altura o meu pai estava também num cargo na assembleia geral da associação dos farmacêuticos e tinha comprado um guia das assembleias gerais do Roque Laia. Estudei aquilo e fui-me dando mais ou menos bem.

Portanto, isto foi na altura do 40900 em que *a coisa* foi um pouco mais dura e, pelo menos para a minha experiência, começou a haver nitidamente uma separação, dentro da associação, entre a *direita* e a *esquerda*. A esquerda incluía muita coisa, e direita incluía muita coisa.

No fim da época letiva, faziam-se as eleições para o ano seguinte, e, nessa altura, fui convidado para vice-presidente de relações exteriores. Mas, apesar da lista ter ganho não foi homologada pelo ministério: era então assim, os estudantes escolhiam, mas o governo podia sempre proibir as direções estudantis. Por um lado,

havia gente que já tinha lutado contra o 40900, mas o pretexto foi mais de natureza processual. A direção do Técnico tinha colaborado, com a cedência do salão nobre para a tomada de posse da nova direção da AEIST, que foi feita antes de haver homologação. Isso foi a gota de água que fez explodir o ministério e a PIDE. Fomos *não homologados* nesse ato de posse. Os jornais noticiaram isso e o meu pai descobriu que eu era vice-presidente.

Não sabia com antecedência?

Não. Era a minha vida normal, académica. O que ele sabia é que eu tinha tido média de 15 no 1º ano e que no 2º tinha tido média de 11! Ele sabia que eu trabalhava na associação e disse-me para parar. Como se pudesse proibir a um jovem de 18 anos, que está na mocidade, a colaborar, neste caso com a associação. Claro que comecei a ter um aparente *desdobramento de personalidade*: em casa era santinho e cá fora fazia o que me apetecia. Foi o que induziu a proibição do meu pai! O que deixei de ter, durante um certo tempo (depois passei a ter outra vez), foi cargos de maior responsabilidade.

Que funções foi desempenhando na associação para além dessas?

Fui diretor da biblioteca da associação; diretor da secção das artes plásticas da cultural; na revista Técnica fiz parte da redação e do corpo de apoio à revista durante muitos anos; havia a Junta de Delegados, pois cada curso tinha delegados eleitos que reuniam e que tratavam de uma série de assuntos de interesse mais pedagógico do que propriamente associativo. Os exames, durante muito tempo, eram marcados pela Junta de Delegados. Fui membro durante um ano ou dois, depois fui presidente, e demiti-me, já no 5º ano, na sequência de um outro fenómeno importante da vida académica nacional. Foi o caso da *Carta a uma Jovem Portuguesa* publicado pela *Via Latina* em Coimbra.

Aquilo foi aproveitado pela direita e pela extrema-direita para dizerem cobras e lagartos da vida académica, dizendo que íamos perverter as coisas. Essa contestação chegou a Lisboa. Tirando dois ou três dirigentes das associações, ninguém tinha lido a *Via Latina* em Lisboa. Mas os colegas de direita situacionistas

foram informados, parece que ficaram indignados e promoveram uma série de ações de protesto contra aquilo. Nós, das associações, no entender desses senhores, supostamente tínhamos de condenar os colegas de Coimbra, porque tinham permitido a publicação daquilo.

Quem pressionava nesse sentido?

Os colegas muito ligados à JUC, apesar de não ter sido toda a JUC. A extrema direita também. Mas a JUC oficialmente cobriu esse desagrado que era preciso fazer porque tinham ofendido a consciência cristã das jovens portuguesas. Isso foi debatido numa assembleia e foi rejeitada a moção de censura. Voltou depois a reabrir na Junta de Delegados. Foi um colega meu, de civil, que levantou o problema. Aquilo foi discutido, porque havia vários pontos de vista. Havia dois ou três que tinham posições definidas, porque conheciam o assunto por estarem mais ligados à vida associativa ou porque estavam mais contestatários da posição das associações, mas havia uma série de outros colegas que nunca tinham ouvido falar daquilo. Conseguiu-se arranjar uma plataforma em que não se rejeitava aquilo, pondo água na fervura.

Quando estava tudo aparentemente resolvido, esse colega que tinha lançado o problema, que tinha assistido a reuniões e que tinha participado, rejeitou e disse que não assinava. Tinha dado um trabalhão estar a conciliar aquilo e a aceitar posições que não eram as minhas, mas que um governo de minoria tem de saber aceitar. Não estava para brincadeiras, fazia as coisas seriamente e exigia que trabalhassem seriamente comigo também, e demiti-me da presidência da Junta de Delegados já quase no fim do ano.

Acho que também fiz parte do Conselho Fiscal.

Qual foi o desfecho do caso *Carta a uma Jovem Portuguesa*?

Acho que acabou por não se tomar posição nenhuma. Quem me sucedeu na presidência tinha posições praticamente idênticas às minhas nesse aspeto. Aquilo foi tão chocante que acabou por ficar arquivado.

Portanto, funções na associação de estudantes foram estas.

Foram muitas e variadas. Nunca fui vice-presidente, nem presidente da direção da AEIST, nem candidato a esses cargos.

Ainda passei pela Faculdade de Ciências, para fazer física, nesses tais meus chumbos bem merecidos [risos].

Porque diz *bem merecidos*?

Porque realmente, não tinha estudado nada, porque não tinha tido tempo! E também por outro motivo, dessa vez por estupidez congénita: tinha havido uma mudança de programa letivo, passando a haver possibilidade de passar com cadeiras atrasadas. No exame de física II passei para o 4º ano do Técnico com essa cadeira do 3º. Depois fiz o 4º ano e quando cheguei à cadeira do 3º, fui ao exame.

Eu sabia algumas coisas daquilo, mas não sabia para passar. De forma que disse ao assistente que desistia. O assistente fez tudo e mais alguma coisa para que eu não desistisse. Só que eu acabei por desistir mesmo. E foi a asneira. Porque foi o chamado ano do *grande bodo* do Silveira, que era o professor da cadeira. E o *grande bodo* foi passar todos com 10! 10 era a chamada constante universal da física – quem não tivesse 10 era um génio! Os meus colegas que tiveram a paciência de ficar até ao fim da prova passaram.

Depois fui para a Faculdade de Ciências. Aí também me apanharam na associação de Ciências, mas já foi mais vago. Porém, proporcionou-me mais relacionamento interassociações porque estive a colaborar com a RIA (Reunião Interassociações).

Que tipo de funções é que tinha?

Era colaborador da secção de relações exteriores da associação de Ciências.

Tinha, então, um certo contacto com a associação do Técnico?

Sim. E com outras. Na altura havia bastantes reuniões e eu, na medida das minhas fracas disponibilidades por controlo paterno, pois era difícil arranjar justificações para ter reuniões muito frequentes à noite, fui assistindo e fui fazendo alguma coisa.

O que o motivou a entrar logo para a associação?

Foi um pouco, por um lado, o liceu. Tinha havido, nos meus últimos anos de liceu, algumas atuações das associações que me mereciam simpatia e o Cineclube Universitário tinha sido proibido. E pensei:

–Aquela gente mexe-se! A associação mexe-se! E eu gostava de me mexer. Por outro lado, fui para um campo que a *priori* também era perfeitamente neutro: a classificação decimal do Técnico. Não tem propriamente uma conotação de atuação política. Mas estava lá dentro e acabei por me interessar pela associação em geral.

As eleições da associação do Técnico eram muito repartidas, portanto acabava por haver sempre eleitos de várias tendências, mesmo que não fossem muito claras. Acabava-se por se conviver com responsabilidade, em nome da associação, mas com pessoas que, felizmente, eram diferentes de nós. Isso obriga a ter, por um lado, um certo respeito pelas ideias dos outros, e, por outro, a saber defender as suas. Cada secção da associação tinha uma eleição própria. Não era uma lista apresentada em conjunto, havia uma lista restrita de dois ou três nomes e depois fazia-se uma eleição para cada membro.

Eram eleições autónomas?

Sim. Cada secção da associação fazia uma reunião de colaboradores e elegia os responsáveis e tínhamos reuniões inter-secções, convivendo com ideias diferentes. Acho que foi uma boa escola de cidadania, de não ver tudo sempre através das mesmas cores e ser obrigado a contrapor e defender as suas ideias a outros que tinham ideias diferentes.

Já agora quais as atividades da associação?

Eu estava mais ligado à parte cultural, à biblioteca e à parte de relacionamento com as outras associações. Depois havia uma componente muito forte de várias direções com uma componente de apoio aos estudantes; a cantina não era concessionada, era gerida pelos nossos colegas eleitos; a assistência social, que dava apoio de alojamento e de vária ordem para colegas com menos capacidades financeiras; a secção desportiva promovia imensas realizações desportivas dentro do Técnico; a secção de folhas, também

eleita, que dava muito dinheiro à associação, e que era gerida pelos estudantes; a papelaria, que era uma atividade já mais comercial, mas que também era da associação.

A secção de turismo já existia?

Sim. Com estágios no estrangeiro, nomeadamente, e outras atividades.

E como é que funcionava a associação?

Cada secção tinha uma autonomia razoável. Havia reuniões frequentes da direção com as direções das secções; havia discussões sobre a orientação a dar; havia a questão da atribuição de verbas que fazia parte do programa da direção e que era discutida também com as secções; e as reuniões de carácter geral, por exemplo, as assembleias de eleição e as assembleias de relatório e contas. Fazíamos relatórios muitíssimo precisos.

Na assembleia geral fazia-se a análise desses documentos e dos valores apresentados. Os relatórios de contas eram verdadeiros repositórios do ano de atividade da associação. Todas as direções das secções faziam o seu relatório, e a direção fazia também o relatório próprio com todas as atividades. Esses relatórios eram realmente muito completos, descreviam-se as coisas e davam-se perspectivas para o futuro.

Depois também havia a fase de candidaturas para a direção da associação. Essas já, normalmente, tinham um pequeno programa de atividades que era discutido.

Qual a relação da associação com outras associações de estudantes?

Claro que as escolas tinham uma atividade muito própria e o grosso da atividade das associações era entre muros. Mas, sobretudo a partir do 40900, que procurou quebrar a vida democrática das associações, acabou por haver um movimento que as aproximou bastante na defesa dos seus pontos de vista. O que resultou – não sei se foi imediatamente, ou se já existia alguma coisa antes e que foi reforçada – foi que houve várias Reuniões Interassociações, as RIA, que passaram a ter uma projeção, e uma atenção dada pelas associações, que me parece que não existia antes. Passou a haver com regularidade Reuniões Interassociações, que se acentuavam cada

vez que havia algum processo mais complicado, e nos períodos de maior acalmia iam mantendo conhecimento e informação na relação entre as várias associações. As RIA acabavam por funcionar muito mais pelos núcleos universitários, sobretudo de Lisboa.

Que ligação é que a associação do Técnico tinha com a Associação Académica de Coimbra?

Não havia um relacionamento muito íntimo. Existia uma reunião ou outra. Por exemplo, na altura do 40900, lembro-me que houve uns contactos mais diretos com a direção. Depois, em 62, na altura da *Carta a uma Jovem Portuguesa*, também houve mais contacto. Por exemplo, a promoção do Dia do Estudante, era feita pelas RIA. Portanto, também havia essa ideia de que, embora não fosse uma entidade reconhecida, o Dia do Estudante era um *filho de pais incógnitos*, porque aparecia, era organizado pelas várias associações, mas as RIA não apareciam propriamente como as organizadoras.

Nas comemorações do Dia do Estudante, houve, por exemplo, relações com Coimbra?

Na altura as distâncias eram muito maiores. Havia muito menos facilidade de comunicação do que há agora. Havia reuniões normalmente em Lisboa, mas também havia em Coimbra, até porque era mais ou menos no centro geográfico entre as três universidades; era a Coimbra de todas as tradições e que tinha uma associação fortíssima. Era uma associação de tipo diferente das que havia em Lisboa, porque era de toda a academia. Cá, havia uma série de escolas que só tinham uma pró-associação, como medicina cuja associação tinha sido proibida e fechada. Esse relacionamento acabava por se fazer sobretudo quando havia motivos concretos para uma atuação conjunta.

Recorda a presença de alunos de fora do Técnico na associação? Ou alunos do Técnico noutras associações?

Haveria com certeza, mas não recordo concretamente. A associação do Técnico tinha uma cantina boa, e havia muitos colegas de outras escolas que iam lá almoçar, sobretudo colegas mais ou menos sintonizados com a vida associativa.

Conheci uma série de colegas de outras escolas, não que eu comesse na associação porque a minha família era de Lisboa e eu ia a casa, mas de qualquer forma estavam lá e na hora do almoço passavam pela associação e encontrávamo-nos. Não haviam muitos, mas alguns colegas iam lá. Nas atividades normais, sem ser propriamente estas de carácter de *sobrevivência*, tenho a impressão que era mais fechada.

A associação de económicas, por exemplo, tinha as suas atividades que podia fornecer elementos de realização para o Técnico, mas eles faziam as suas coisas, nós fazíamos as nossas e o intercâmbio não era propriamente algo muito acentuado.

Quais os momentos mais marcantes do movimento estudantil?

O 40900, a *Carta a uma Jovem Portuguesa* e a greve de 62, quando eu estava no 6º ano.

Como é que viveu esses acontecimentos fazendo parte da associação?

Nessa altura, a minha posição era mais de orientar a discussão das coisas nas reuniões que se fizeram, nas assembleias, e procurar que as coisas fossem geridas com equidade e com possibilidade de cada qual expor as suas ideias, mesmo que nos torcêssemos por dentro! Mas tinham todo o direito, pois eram tão estudantes como nós.

A partir do 40900 passou a ser mais nítida a divisão entre os que se opunham à situação e os que apoiavam a situação. Já nas greves de 62, em que havia reuniões gerais, e na fase inicial da greve, toda a gente queria fazer greve, apesar dos motivos serem diferentes! Depois começaram a aparecer os exames e as coisas mudaram, a greve continuava, mas não tinha significado porque havia meia dúzia de pessoas que a continuavam, enquanto a maioria ia aos exames, mesmo que não tivesse ido às aulas. Toda a gente ia, até que em junho, julgo eu, acabou por se decretar o fim da greve e os *irredutíveis* começaram a ir aos exames. De um modo geral, tivemos da parte dos professores uma ajuda enorme na escolha de datas e em marcação de vários exames para outubro, que a lei não permitia, mas que fizemos às escondidas.

Sobre as atividades ligadas à greve (eufemisticamente dita *luto académico*), lembro-me de que

havia um jovem do 1º ano que tinha, reconheço, uma coragem extraordinária. Ele, sozinho numa assembleia, defendia as posições do governo e do ministério. Era apupado, mas mantinha a sua posição. Não era um qualquer, era o Amaro da Costa, que tinha entrado para o Técnico nessa altura, e que, de facto, tinha coragem de defender a sua posição, independentemente de saber que a posição, muito dominante na ocasião, dos outros era diferente e apesar de levar com os apupos de centenas de colegas. É preciso ter estofos. E tinha. Mais tarde, nas greves de 69, voltei a ser colega dele como assistentes, e ele boicotava sistemática e conscientemente (!) quaisquer tipo de posições de condenação da atuação do governo e das forças policiais. Depois descobriu-se democrata em fins de 1974!

Quais as principais reivindicações?

As bandeiras de luta eram querer preservar a autonomia, pelo menos, de representação dos estudantes.

Havia sempre homologação e podíamos não receber o beneplácito das entidades, que teoricamente era o ministério da Educação, mas que não era a única entidade que fazia a crivagem. Mas, de qualquer forma, todos os postos eram eleitos e havia uma grande liberdade de escolha entre os colegas. O 40900, que foi rejeitado na Assembleia Nacional, tinha como desígnio restringir muito essa liberdade. Não me recorde muito bem dos termos, mas a intenção era fugir o mais possível da ideia de que as pessoas podiam eleger, e havia um controle muito maior da possibilidade de haver pessoas discordantes da situação que pudessem estar em postos de responsabilidade das associações.

O objetivo central da atuação das associações foi sempre defender a sua pequena, mas significativa, autonomia.

Durante todo este tempo.

Sim, durante todos estes casos. Na *Carta a uma Jovem Portuguesa* é evidente que não se atacava a autonomia das associações, mas servia de pretexto para que os meios da situação dissessem que fazíamos sem qualquer controlo o que queríamos e que estávamos a ofender as suas filhas e irmãs, quando a ofensa era só dizer:

–Tu és tão capaz de fazer as coisas quanto nós somos, toma posição!

Mas isso era considerada uma ofensa muito grande para as recatadas meninas que eles queriam. Portanto, algo que não era exatamente do âmbito associativo, serviu para ataque às associações por permitirem esses *desregramentos*.

Com o Dia do Estudante acabou por ser a mesma coisa, uma tentativa de limitação da capacidade de iniciativa dos estudantes.

Como entende que correram esses processos de luta? Como se iniciavam, como se desenvolviam e como terminavam?

As coisas não eram tão claras quanto isso. Havia, com certeza, intervenção política de grupos mais ou menos formados. Mas apareciam como pessoas perfeitamente capazes de dar opiniões, não apareciam com a bandeira do grupo ou do partido. Dependia da discussão e da apresentação das suas razões, o seu maior ou menor sucesso junto de quem decidia nas eleições em acompanhar determinadas reivindicações e em dar força às direções e a quem as representava. Acabava por ser necessário convencer as pessoas que, de modo geral, não eram auto-mobilizadas. A generalidade dos estudantes procurava não se expor, pois não sabiam no futuro o que é que podia acontecer se fossem conotados com uma posição mais crítica da situação. De qualquer forma acabavam por votar, por acompanhar e criticar, embora de uma forma menos aberta do que os dirigentes. Mas, se não os apoiassem, os dirigentes sozinhos não faziam nada.

Entre 56/62 notou algumas mudanças no movimento estudantil?

A estória do 40900 acabou por radicalizar um pouco mais as posições extremas, e apareceu melhor definida, como disse, a clivagem entre situacionistas e anti-situacionistas. A partir daí manteve-se mais ou menos abertamente. Em termos gerais acabou por haver sempre uma esquerda e uma direita mais ou menos definidas dentro da associação. Dentro da esquerda havia muitas componentes e dentro da direita com certeza haveria muitas componentes. Isso não era facilmente distinguível, mas o centro de gravidade de cada um desses grupos era bem marcado e bem distinto do outro.

Nota que tenha havido uma tendência para uma maior adesão dos estudantes à luta estudantil?

Por exemplo, em relação à questão da greve, enquanto se tratou de faltar às aulas sem mais responsabilidade, tinha uma adesão muito grande. Mas, como em todas as greves, quando começou a haver mais riscos de se manter uma posição mais firme de rejeição da situação a *coisa* começou a desmoronar-se. O grosso da população estudantil não queria ser apanhada e ser rotulada como anti-situacionista. Se se mantinham numa situação que era rejeitada de todas as formas pelo governo acabavam por ser muito claramente identificados como anti-situacionistas ou anti-fascistas. Logo, em geral, acabavam por sair dessa situação.

Lembro-me também que alguns acontecimentos políticos acabaram por marcar uma certa mobilização de alguns grupos estudantis, fundamentalmente as eleições de 58, que foram importantes para muita gente.

E marcou-o em que sentido?

Na altura eu já tinha uma posição razoavelmente definida em termos políticos. Embora os meus pais não fossem situacionistas e a minha posição fosse mais radical, não tinha um entrave familiar nesse sentido. Foi também fruto de leituras e eu lembro-me de começar a interessar-me por eleições em 49 com 12 anos, com o Norton de Matos. Lia os jornais e as entrevistas e lembro-me de ter lido coisas um bocado chocantes nos dois sentidos. Do campo oposicionista, por exemplo, lembro-me de uma frase que foi destacada, e do mais lamentável deste mundo, mas de uma pessoa que respeitava muito (o professor Rodrigues Lapa, um linguista), que disse, para escândalo naquele ano de 49, que *os portugueses eram os cafres da Europa*. Isso mostrava realmente que a posição anti-colonial estava muito longe mesmo entre os dirigentes mais conscientes e mais abertos da oposição em 49, muitos com posições abertamente racistas mesmo. Eu fui acompanhando várias eleições presidenciais que houve entretanto, com candidaturas da oposição e tinha estado mais ou menos mobilizado em termos emocionais. Em 58, tinha 21 anos, já podia votar, foram candidatos da oposição Arlindo Vicente e Humberto Delgado,

e interessei-me mais pelo assunto. Foi um ano complicado, mesmo internamente. A contestação política estava quente e houve manifestações, não com a polícia ao lado mas à frente e contra!

E participou nessas manifestações?

Sim. Nunca sofri nada de especial, tirando um susto ou outro, mas tinha o seu peso. Depois havia coisas muito curiosas, que era quando havia alguma manifestação mais dura com tiros para o ar (normalmente eram para o ar) as pessoas disfarçavam, era como se não quisessem ouvir os tiros e mesmo os que estavam na manifestação dispersavam. Foram anos bastante agitados.

Como é que se viveram as eleições de 58 dentro do Técnico e da Associação?

Eram discutidas entre colegas. Nessa altura já não eram só os cafés, já tínhamos um grupo que se reunia em casa de um colega. Reuníamos lá, teoricamente para estudar, para discutir tudo e mais alguma coisa, como por exemplo as eleições. Nesse grupo havia quem participasse e quem não participasse nas manifestações; embora concordassem em termos teóricos, não iam à rua nessas ocasiões.

Outros acontecimentos da política nacional que viveu enquanto estudante?

Fundamentalmente a política nacional não existia, a não ser nos breves e muito controlados períodos de eleições para presidente da República! Aqueles que tinham algum interesse por questões políticas acabavam por ser muito mais conhecedores, por exemplo, da política francesa, porque os jornais noticiavam sobre isso.

Ao sair do Técnico, com a parte escolar do curso concluída, fui para o serviço militar e, depois fui mobilizado para Moçambique. Como disse tinha uma preparação especial em francês e, para me manter a par do que se passava, fiz uma assinatura do *Le Monde* semanal, tinha ali muita informação da política francesa, mas não só. Nos anos seguintes, chegava a França, comprava o jornal satírico *Le Canard Enchaîné* e conseguia perceber tudo ou quase.

Depois do 25 de Abril passou a haver política portuguesa, deixei a política francesa e ao

comprar *Le Canard Enchaîné* já não percebo nada do que eles dizem!

E acontecimentos internacionais?

Muita coisa foi evoluindo, mas nós só sabíamos da existência de classes políticas, de ações políticas, de fronteiras políticas entre grupos, para lá dos Pirinéus. E França era o mais acessível para nós. O francês era a língua que se conhecia mais e a informação que tínhamos sobre França dava ideias para Portugal.

Como as independências francesas?

As independências das colónias francesas dos anos 60 acabavam por chamar mais a atenção para o problema colonial português. A minha família era de Lisboa e nunca tive relação especial com as colónias, a não ser ao fazer o serviço militar e em trabalho profissional depois. Mas, nessa altura da minha vida académica, e porque havia vários colegas da associação que eram ultramarinos, sobretudo de Angola, acabei por ter também muita relação com colegas da Casa dos Estudantes do Império. Também tive relação com colegas de esquerda, de que a maior parte, em 61/62, imigrou pensando integrar-se nos movimentos de independência. Com alguns deles tinha uma relação bastante associativa, cultural, etc. Isso acabou por me dar também uma formação sobre o que devia ser o ultramar. Fiz o serviço militar e fui ao ultramar porque achei que devia ir. Correu bem, também porque fiz engenharia que era o mais útil de se fazer na tropa. Fiz estradas, fiz pistas, não estive propriamente em combate. De qualquer forma, era uma tropa colonial, e, tal como outros colegas meus, procurámos induzir nos soldados em geral o respeito pelos autótones, como se chamavam.

Em guerra?

Sim, mas nós não estivemos propriamente na frente, foi na cidadezinha de Montepuez que tinha já uma certa vida. Correu bem. Dez anos depois de ter feito serviço militar lá, já depois do 25 de Abril, a empresa onde eu trabalhava concorreu para um projeto de estradas no norte de Moçambique, e eram duas estradas que eu tinha tido sob minha gestão militar. Regressei, portanto, dez anos depois, já depois da independência, ao sítio onde eu tinha estado a fazer o serviço

militar. A engenharia militar, onde fiz o meu serviço militar, funcionava bastante com mão-de-obra local e eu acompanhava o trabalho que eles estavam a fazer e falava com eles. Quando voltei lá dois fulanos que tinham trabalhado numa das empreitadas que nós tínhamos tido, souberam da minha presença, e procuraram-me. Tinham uma fazenda a 90 km de Montepuez e tinham feito esse percurso para me vir saudar. Um deles disse-me que não estranharam que depois da independência eu tivesse voltado lá. Considero que foi das melhores coisas que me disseram até agora.

Porque disseram isso?

Na altura da tropa nunca fizemos propriamente propaganda anti-colonial, só que as pessoas atuavam de uma determinada maneira. Procurei ser justo para com os trabalhadores moçambicanos das obras de que era encarregado, era reconhecido como tal e por isso me disseram isso.

Que organizações juvenis recorda?

Nessa altura, tirando as associações, na parte desportiva havia o CDUL, com o qual nunca tive muito contacto. O Cineclubes Universitário, e os outros cineclubes, como o Imagem ou o ABC, acabavam por reunir também muita gente universitária. Fiz parte como sócio e depois fui da direção do Cineclubes Universitário. Depois havia outros núcleos associativos.

Por exemplo, falou-me da JUC ...

Nunca fui católico mas, como era bem comportado, durante um certo tempo houve muita gente que julgava que eu era da JUC. Mas fui amigo de alguns colegas que eram católicos e que eram da JUC. Porque podia-se ser católico e não ser da JUC.

Inicialmente, a JUC tinha uma atuação que era próxima da posição da situação, depois começou a cindir um bocado, sobretudo a partir da direção do João Salgueiro (economista, que foi diretor da Caixa Geral de Depósitos). Ele tomou posições que deram outra face à JUC, passando, a partir de certa altura, a ser considerada quase como um grupo anti-situacionista. Principalmente a partir dessa altura, e depois com o Carlos Portas também, a JUC passou a ser muito mais próxima das associações do que era antes.

Concretamente, no Técnico, havia algumas exceções, onde, por exemplo, às vezes se estavam a fazer reuniões para a eleição de uma secção e às tantas aparecia o grupo da JUC e apresentava um candidato. Vinham da sede da JUC, no pavilhão central, e iam organizados para tomar conta da reunião que já estava meio morta. No fundo, quando não há muitos candidatos acaba por não haver muito interesse, então, se aparecia a JUC, aparecia toda a gente para votar contra a JUC. [risos]

Apesar de não estar propriamente a par das atividades da JUC sei que tinha peso, tinha organização e procurava intervir na vida associativa.

Não recorda a Mocidade Portuguesa, por exemplo?

Isso já estava desacreditado. Não tinha peso. Existia, mas, nessa altura, já não tinha a projeção que tinham pretendido que ela tivesse nos seus tempos.

Que balanço faz da sua experiência como aluno do Técnico?

Como aluno? Aprendi umas coisas! [risos] Eu gostei. Tive bons e maus professores. Mas, na minha ideia, a responsabilidade do professor é inversamente proporcional à idade dos seus alunos. Um mau professor numa escola primária destrói gerações; um mau professor no liceu escangalha uns tantos alunos; um mau professor na universidade às vezes até acaba por despertar a atenção de contestação ao professor, portanto obriga a estudar para vir a saber mais do que o professor.

Tive alguns maus professores para quem aquilo não era nada que eles respeitassem, e, portanto, eles também não eram respeitados. Mas de um modo geral, foi bom. Acabei por fazer um curso razoável, que me tem servido. Ainda me continua a servir, pois apesar de reformado continuo a trabalhar. Mas eu digo, e é verdade, que, como pessoa e como cidadão, devo muito mais à associação do que ao Técnico. A associação fez-me uma pessoa com os meus defeitos e as minhas virtudes, mas sabendo lidar com pessoas que não têm a mesma opinião, sabendo que o trabalho não será só para trocar por remuneração, que há muito trabalho a fazer que

é de realização própria, não precisa de ser remunerado para ser valioso. De facto, devo muito à associação nos termos em que ela existia na altura. Não sei se deveria tanto se fossem as associações agora. Se calhar não. Mas, na altura, formou-me, e, além disso, também era uma época em que não era fácil ter uma formação de vida democrática sem ser nas associações. Gostei muito de trabalhar lá, apesar de todos os problemas que tive com a família por causa do excesso de dedicação que tive durante certa altura. Acho que valeu a pena, formei-me e tem-me servido no resto da vida para lidar com as outras pessoas.

E em que medida a sua estadia no Técnico foi relevante para o percurso de vida?

Por um lado, no aspeto formativo. Tenho uma ideia de que as universidades não devem ser propriamente, ou principalmente, escolas de emprego. As universidades devem, a meu ver (e eu fui durante uns anos assistente), dar formação técnica e científica, dar regras de ciência, de respeito pela realidade, saber o que significa a atividade científica, e dar conhecimentos que possam ser aplicados, mas, sobretudo, devem dar confiança crítica aos alunos em si próprios, de que são capazes de resolver problemas por si com recurso à suas capacidades próprias e ao

que já foi feito, que não só propriamente as folhas dos professores. Há muita informação que não pode ser transmitida nos tempos das aulas. Se a pessoa tem um problema, deve consultar bibliografia ou outra informação. Há pessoas que não sabem fazer isso porque não aprenderam na escola. Talvez por apetência pessoal, acabei por ter um gosto diversificado. Um professor, com quem trabalhei muitos anos, que tinha sido meu professor de geologia, às tantas, por uma coisa qualquer, disse-me:

–Você é um diletante!

Eu dei-lhe razão, porque eu tenho um gosto muito generalizado e acabo por não aprofundar muito as coisas concretas.

Acabei por ter uma vida profissional que foi boa, tanto que com 73 anos ainda me querem a trabalhar.

Devo-o ao Técnico e a ter aprendido a ter responsabilidade, o que devo mais à associação, tanto mais que a responsabilidade como rapaz estava muito mitigada, porque tinha a família a proteger-me. Portanto a minha autonomia só surgiu quando saí da família e quando saí da universidade. Mas tinha a preparação de ter responsabilidade da atuação que tinha tido graças à associação. Por isso devo muito à associação.



*Pavilhão central.
Foto: Tatiana Soares*

Em que período esteve no Técnico?

De 56 a 62.

O que o levou a escolher um curso de engenharia?

Eu fui para engenharia porque era bom aluno, ou aluno razoável, a matemática. Estava internado num colégio em Tomar e a professora de matemática um dia resolveu perguntar aos alunos para onde é que queríamos ir. Eu disse que queria ir para direito. E ela lá se zangou comigo e disse que eu devia ir para engenharia ou para matemática. Depois foi por causa de eu ser alentejano de Reguengos. Havia lá um engenheiro mecânico que tinha recentemente acabado o curso, perguntei-lhe qual era dos cursos de engenharia aquele que garantia ter logo emprego, e ele disse que engenharia mecânica era o curso com mais saída para o número de candidatos. Portanto, fui para o Técnico por causa da professora Rosalina do colégio de Tomar, e fui para engenharia mecânica por causa desse colega da minha terra, o Araújo. Depois, porque fiz o 6º e o 7º ano aqui em Lisboa e, nessa altura, dispensei a admissão à universidade, o que só acontecia, se no liceu tivéssemos uma média superior a 14 e nas disciplinas fundamentais, que eram matemática e física, tivéssemos também mais de 14. E por isso fui para o Técnico.

E a professora indicou-lhe o Técnico e não outra faculdade.

Não. Indicou-me Ciências. Nessa altura, no 5º ano, teríamos que optar entre seguir para Letras ou para Ciências.

O Técnico foi uma escolha do sr. eng.?

Foi. E não me arrependi.

E como recorda o primeiro contacto com o Técnico?

O primeiro contacto com o Técnico foi bastante fácil para mim. Primeiro porque estive internado num colégio, depois fiz o liceu em Lisboa e parte dos colegas do liceu também vieram para o Técnico, por isso foi sempre bom. Por outro lado, eu também tive sempre um espírito de comunicabilidade e de associativismo. Como vivia praticamente sozinho em Lisboa, num quarto alugado, passava muito tempo no Técnico e na associação, onde fazia muita vida, por exemplo comia lá, e como tinha um espírito associativo comecei a frequentar a associação. A partir do 3º ano, acabei por ir viver para o lar do Técnico.

Foi fundado, mais ou menos, por essa altura ...

Já tinha sido fundado mas era relativamente recente, sendo já uma das secções da associação. Aí estavam vários colegas, entre os quais o que tinha sido presidente da associação no ano exatamente anterior àquele em que eu fui presidente, António Joaquim Garras Silva Pinto, que já morreu. Ele era engenheiro químico, e foi dos poucos do curso que depois teve alguma carreira política. Foi trabalhar para a SACOR e depois chegou a ser secretário de Estado da Indústria no governo de Sá Carneiro. Foi ele que, de certo modo, me convidou para ir para a associação.

No Técnico havia uma certa tradição em que normalmente o presidente da associação era escolhido entre os alunos com um certo *exemplo*. Não era um cábula que ia para presidente. E talvez fosse por ser um aluno razoável que eu fui eleito presidente em 61/62. Já estava no último ano e, portanto, candidatei-me. Também não tive concorrência. Já tinha sido tesoureiro da associação e no 3º ano já tinha sido diretor de uma secção. A associação do Técnico tinha imensas secções, era quase como uma empresa. Eu lembro-me de, quando foi o cinquentenário,

fazermos uma sessão solene onde historiámos um pouco o que era a atividade na associação. A associação era, em relação às outras, de longe, a mais bem organizada como empresa. Tinha secções que permitiam realizar dinheiro para financiar outras que efetivamente eram mais de índole cultural, e que, portanto, não teriam receitas. Por exemplo, os livros que utilizávamos eram praticamente impressos na associação.

Esteve, então, no lar do Técnico. Como se via lá?

Para mim, que estava cá sozinho e não tinha cá família, era excelente. Tínhamos um relacionamento excelente uns com os outros e o ambiente era mesmo bastante bom. Era estilo república. É claro que era só para dormir e tomar o pequeno-almoço.

Para além das aulas, quais os locais onde os estudantes se encontravam com maior frequência?

Eu fiz parte do meu curso na Mexicana. O nosso grupo reunia-se muito lá porque era a caminho do lar do Técnico. Normalmente comíamos na cantina, depois saíamos do Técnico, descíamos a Manuel da Maia, íamos à praça de Londres, depois avenida de Paris. Nos primeiros anos ainda estudávamos muito, e, curiosamente, nessa altura podia fazer-se isso na Portugália. A cervejaria tem aquelas grandes mesas, e até ao meio-dia era normalmente onde íamos estudar as cadeiras que tinham imensos cadernos. Lembro-me que podíamos espalhar os cadernos de química geral e física I em cima daquelas mesas enormes. E eu, pessoalmente, estudei algumas vezes na biblioteca do Técnico, que também era um bom sítio para quando se queria ter mais concentração.

Quais os principais temas de conversa e de debate entre os estudantes?

Eram normalmente temas de convívio normal entre os estudantes; temas específicos dos cursos onde nos encontrávamos; e temas sociais, porque efetivamente não estávamos desligados deles. Por exemplo, o problema da alimentação, o problema da habitação universitária, porque nessa altura não havia praticamente casas universitárias para os estudantes. O lar do Técnico existia mas era limitado, caberiam apenas uns 15

ou 20. Havia casas universitárias, mas eram da Mocidade Portuguesa, ou ligadas à Mocidade Portuguesa.

Lembro-me que no Dia do Estudante de 61 uma das primeiras atividades foi um colóquio, que levámos a efeito no pavilhão de química, sobre as condições de habitação dos estudantes em Lisboa. Isso até levantou uma certa polémica porque *A Voz*, um jornal ligado à Igreja ou ao Patriarcado, publicou no dia seguinte um apontamento numa coluna da primeira página com o título: *Atenção pais, atenção educadores!* Podia ler-se que *ontem à noite realizou-se uma reunião no Instituto Superior Técnico onde se falou das condições de habitação dos estudantes e onde se fez a promoção de casas para estudantes de ambos os sexos com toda a liberdade.*

E o jornal tinha alguma razão?

Não tinha razão absolutamente nenhuma! Ainda por cima, lembro-me porque fui da organização do Dia do Estudante, anterior ao Dia do Estudante que deu bronca, o de 62. Fui eu que fiz a comunicação porque tinha elementos sobre isso. De certo modo, o que procurávamos defender é que deveria haver muito mais casas de estudantes do que aquelas que existiam. Praticamente não existiam nenhuma, tirando essas da Mocidade Portuguesa. Havia a Casa dos Estudantes do Império, onde estavam os estudantes das colónias, e praticamente mais nada.

Sendo que este é um período em que começam a haver algumas movimentações dentro da universidade, os temas discutidos passam pela política.

O Técnico sempre foi uma escola um pouco diferente, talvez pelas características e motivação das pessoas. Eu, por exemplo, andava no Técnico e nunca tive qualquer motivação política para além do associativismo, do convívio e do poder ser útil na associação. O meu pai tinha feito um sacrifício em manter-me a estudar, portanto, um dos seus orgulhos era que o filho se formasse o mais rápido possível. Tive, então, uma circunstância na minha vida que me permitiu acabar o curso muito cedo, porque eu entrei no Técnico aos 16 anos e acabei aos 22. Não acabar aos 22, na altura em que eram os seis anos de curso, seria o pior possível para o

meu pai. Ainda por cima vendo o filho metido em movimentos que a ele não lhe diziam muito porque era uma pessoa de província. Mas, vi-me formado nesse ano, embora eu tivesse sido dos poucos que no Técnico levou o luto académico até ao fim.

Na altura, não se podia falar em greves porque eram proibidas, então, decidiu-se chamar luto académico. Levámos esse luto académico, com ausência às aulas, até ao fim. Eu, pelo menos, cumpri até fins de junho, portanto, desde antes da Páscoa até ao terceiro período, não ia às aulas. Só que realmente tive uma certa simpatia e compreensão por parte dos professores porque fui sempre um bom aluno, e vim a acabar o curso quando acabou o luto académico, julgo que em junho de 62. Mas, nessa altura, podia dizer-se que, praticamente, já não existia. De início, houve efetivamente uma certa motivação e até mesmo uma colaboração entre todos por aquilo que se estava a passar – desde o completo desrespeito pela autonomia da universidade até à forma como foram tratados os estudantes com aquelas cargas policiais – mas, depois das férias da Páscoa a expressão luto académico praticamente já não existia, até ao ponto de na minha turma ser o único solidário com as associações.

Por outro lado, nessa altura haviam associações que tinham existência legal, e havia uma série delas que eram pró-associações. No caso do Técnico, como disse, era como uma empresa: tinha a cantina que fornecia centenas de refeições; a secção de folhas que abastecia de livros; uma revista conceituada de engenharia, que era a revista Técnica, e que por si própria dava lucro à associação; as secções desportivas, culturais, de intercâmbio e turismo; tinha os empregados exteriores; tinha uma contabilidade organizada. Portanto, houve sempre por parte da associação, e talvez dos alunos do Técnico, um sentido de responsabilidade. Por exemplo, quando havia as reuniões das RIA, nós, no Técnico não íamos muito no entusiasmo porque o fechar a associação, como se veio a fechar nesse ano, prejudicava imenso os estudantes e outras pessoas que lá trabalhavam.

Apesar disso, estas movimentações não deixavam de ser uma preocupação entre os estudantes.

Especialmente quando se vivia numa altura sem liberdade. É sempre bom haver a autonomia da universidade, e nós lutávamos por isso. Não havia possibilidades de se constituir uma união nacional de estudantes e havia associações que não tinham existência legal.

Enquanto estudante do Técnico, quais os livros, os filmes, peças de teatro, e músicas que recorda?

Nós íamos muito ao cinema Império. Tinha o teatro-estúdio com filmes seleccionados, de índole mais cultural, e peças de teatro, normalmente de artistas mais ou menos ligados a movimentos de intervenção. Normalmente, grande parte deles, ligados ao Partido Comunista. Lembro-me, por exemplo, do Rogério Paulo, que foi um grande encenador e ali fez imensas peças de teatro do Grupo de Teatro Moderno.

Na parte musical, ia de vez em quando a uma ópera. Já não me lembro dos nomes mas, fui ao S. Carlos várias vezes.

Lembro-me de filmes brasileiros que me marcaram muito, como o *António das Mortes* e outros.

E livros?

Na altura eram praticamente mais livros técnicos. De resto os romances do Eça de Queirós, Camus ... Mais literatura portuguesa.

Quando começou a colaborar na associação?

Como disse, comecei logo a ter uma vivência na associação. Portanto, talvez a meio do 3º ano tenha começado a participar na vida associativa.

E o que é que o motivou?

Foi o facto de estar sozinho, de passar muito tempo na associação, ter lá amigos e depois fui solicitado para isso. Estive na secção de folhas e na secção de papelaria. A secção de papelaria era no pavilhão central e aí vendia tudo o que eram equipamentos para os estudantes, tirando as folhas. Houve alguém que me convidou, já não sei porquê, comecei por ser diretor da papelaria um ano, no ano seguinte vim a ser tesou-

reiro da associação, e, nessa altura, fui também agregado à organização do Dia do Estudante.

Na organização do Dia do Estudante houve muita coisa interessante. Lembro-me da corda, julgo que foi o Freire de Andrade que a desenhou, como símbolo do Dia do Estudante. Havia muitos estudantes que davam sugestões sobre este emblema. E, efetivamente, esse era aquele que mais simbolizava a unidade dos estudantes.

Houve alguma espécie de concurso público para a criação do emblema?

Não foi concurso público, falava-se nisso. Quando precisávamos de um cartaz para o Dia do Estudante aparecia logo um rapaz de Belas Artes ou outro, que se propunha a fazer. E, na altura, seleccionámos este. Julgo que foi numa reunião da RIA.

Como foi a participação do sr. eng^o no Dia do Estudante?

Fui designado pela direção da associação como o representante do Técnico.

Nessa altura começaram as reuniões interassociações (RIA), e eu começo a participar como membro da direção nessas reuniões. Lembro-me que tínhamos a missão de criar uma união nacional de estudantes, e que no primeiro Dia do Estudante, em 61, era presidente da associação Académica de Coimbra o Carlos Candal, que foi deputado do Partido Socialista durante muitos anos. No primeiro Dia do Estudante tivemos um jantar convívio, no pavilhão desportivo do Técnico. Era uma altura em que já havia uma certa perturbação em termos académicos porque havia pides à volta da associação. Foram centenas de estudantes e o próprio Candal era alguém que já tinha a sua via política.

Lembro-me, de algo curiosíssimo. Já não tínhamos muito dinheiro para o jantar, mas através de alguns estudantes e de ligações aos pais, e dos pais a empresas, nós conseguimos fazê-lo. Primeiro forrámos com cartão canelado o pavimento do ginásio para poder, no outro dia, dar ginástica, porque o Técnico, além de tudo, também tinha secções desportivas que estavam a participar nos campeonatos nacionais. Era campeão nacional de voleibol, tínhamos boas equipas de andebol, participavam em campeonatos

federados. Portanto, forrámos o pavimento do pavilhão. A loiça e os talheres foram-nos emprestados pela Academia Militar, ali ao pé da Estefânia. Lembro-me que, nessa altura, apareceu uma empresa a Gelmar, que nos cedeu o peixe para o jantar. Foi uma festa enorme que a gente fez. No outro dia tínhamos de entregar a loiça na Academia Militar, e então passámos a noite inteira a lavar pratos, conjuntamente com moços e moças de outras faculdades. Estas foram as realizações conjuntas, anteriores ao Dia do Estudante de 62.

No Dia do Estudante de 62 já havia mais motivação das pessoas, até preocupação, mas pedíamos sempre autorização para o fazer ao ministério e à reitoria. Havia a Universidade Técnica e a Universidade Clássica, e teria de ser o reitor da Universidade Técnica a quem nós teríamos de pedir autorização. No Técnico fizemos esse pedido para o ano de 62, o ano da bronca, e julgo que os da Universidade Clássica também fizeram, só que não nos responderam. O reitor da Técnica, o Moisés Amzalac (um nome judeu), não nos respondeu. Como não respondeu, e como quem cala consente, se não autorizou nem deixou de autorizar, decidimos fazer o Dia do Estudante. Esse Dia do Estudante tinha uma das principais atividades culturais na cantina da Cidade Universitária, da qual era responsável uma professora de Letras, que julgo que ainda é viva, Maria de Lourdes Belchior. Ela autorizou a cedência do espaço para fazermos uma primeira atividade cultural. Já não sei sobre o que era. Eu estou a dizer isto porque tenho um *Expresso*¹ onde o Jorge Sampaio deu uma entrevista onde conta todo o movimento académico de 62. Diz assim: *Sábado, dia 24, polícias de choque invadem a Cidade Universitária de Lisboa*. Antes dessa realização cultural, a PIDE entra inesperadamente na associação de Direito. Não me lembro do nome do presidente mas o vice-presidente era o Jorge Sampaio.

Foi a divulgação desta ação que provocou a reação dos estudantes, que imediatamente se começaram a concentrar em grande número frente à reitoria, para protestarem contra a quebra da autonomia universitária.

1 O entrevistado traz esse número para a entrevista.

O Dia do Estudante, apesar duma certa motivação de alguns estudantes, ainda era um acontecimento que não galvanizava muita gente. Por exemplo, do Técnico eram muito poucos os participantes. Mas, a partir do momento em que houve esta invasão ... Não me lembro quem era o diretor da Faculdade de Direito, mas ele autorizou a entrada da polícia, o que nós, estudantes, considerámos uma coisa completamente inadmissível por a autonomia universitária não estar a ser respeitada. Entretanto, tentou-se falar com o Marcelo Caetano, que nessa altura era o reitor da Universidade Clássica, que estava naturalmente a assistir áquilo.

Eu, de manhã não estive ali, só participei à tarde, quando o Marcelo Caetano, preocupado com a dimensão do problema, recebe estudantes da Universidade Clássica. Entretanto o número de estudantes aumentava consideravelmente atingindo rapidamente os milhares concentrados em frente à reitoria. O Marcelo Caetano falou com o ministro da Educação, Manuel Lopes de Almeida, que era um homem muito fraco, para ter uma reunião connosco às três horas. Foi nomeada uma comissão representante dos estudantes, da qual fiz parte pelo Técnico, o Wengorovius por Direito, um rapaz de Económicas que já não me lembro, e era um rapaz do CDUL que o pai dele era o Quirino Mealha, deputado à Assembleia Nacional. Às três horas fomos ao campo Mártires da Pátria, onde estava o ministério da Educação, para falar com o ministro. Nós vimos que o ministro tinha o carro cá fora. Portanto, estava lá dentro. Tentámos passar mas o segurança não nos deixou, dizendo que o senhor ministro não estava. Alegámos imenso que tinha sido uma coisa combinada com o prof. Marcelo Caetano e que, portanto, deveria lá estar. Dissemos que não nos responsabilizávamos pelo que pudesse acontecer porque estavam milhares de estudantes que tinham passado da frente da reitoria para o Estádio Universitário. No Estádio Universitário estavam a decorrer aqueles campeonatos da Mocidade Portuguesa não sei de que desporto, e a malta foi para lá e virou de costas para o jogo. Quer dizer, estava lá à espera que os representantes dos estudantes viessem comunicar qual tinha sido o resultado da reunião com o ministro da Educação.

Entretanto, nós os quatro, decidimos separarmo-nos indo dois para o Estádio, comunicar aos estudantes que não tínhamos sido recebidos e eu e o Vítor Wengorovius tentámos ir falar com o Salazar à residência dele em S. Bento. Fomos, mas claro que não passámos da porta, porque o pido não nos permitiu. A única coisa que nos disse foi que teríamos de combinar previamente com o secretário da presidência do Conselho, um tal Barbieri Cardoso que morava próximo do Hotel Sheraton. Fomos a casa dele, e ele tinha ido caçar para o Alentejo. A gente não conseguiu nada.

Entretanto, quando eu e o Vítor Wengorovius fomos para a Cidade Universitária, já se tinha dado a grande bronca. E o que foi a grande bronca? Comunicaram ao Marcelo Caetano que, de certo modo, ele tinha sido desrespeitado, e ele então decidiu convidar os estudantes para irem a um restaurante fazerem um convívio. [O Jorge Sampaio diz no jornal] que era um restaurante no Campo Grande, mas era um restaurante no Lumiar, o *Castanheira de Moura*. Além de ser restaurante, também tinha *matinés dançantes!*

Quando a malta toda vinha do Estádio Universitário a descer a avenida das Forças Armadas a polícia de choque, que aí estava mais ou menos escondida, veio a carregar contra os estudantes. Eu não assisti a isso, só assisti depois já à parte final. Lembro-me de ver raparigas – e as raparigas nessa altura usavam a saia muito justa e até tinham dificuldade em correr – que estavam a ser agredidas. Poucos chegaram ao restaurante *Castanheira de Moura*. Se chegaram lá uns 30, 40 ou 50, já foi muito. Os outros estavam todos revoltados.

Isso levou os representantes dos estudantes a fazer uma reunião, na associação de Económicas, onde se decidiu fazer greve às aulas chamando-lhe luto académico. Pensámos, então, que devíamos dar uma informação aos professores. Portanto, cada uma das faculdades e, no nosso caso, o Técnico, reunimos no dia a seguir, que foi num domingo de manhã, a Junta de Delegados, constituída pelos delegados de todos os cursos, e distribuímos entre nós uma missão de irmos visitar os professores a informar o sucedido e dizer para não virem ao Técnico porque não iriam ter alunos. Eu e mais quatro fomos

ao Estoril, a casa de um professor de economia do Técnico que era o Daniel Barbosa, que chegou a ser ministro no tempo do Salazar e depois foi o último ministro da economia no tempo do Marcelo Caetano. Tivemos essa reunião com ele. Ele morava numa grande vivenda no Estoril (e isto é um apontamento curioso), nós estávamos tão preocupados e ele pôs-nos a beber whisky para naturalmente estarmos à vontade. [Risos]. Tinha uns cães enormes no jardim que depois vim a saber que eram cegos.

Começou aí com grande sucesso o chamado luto académico. Depois o próprio ministro dá a entender que vai autorizar o Dia do Estudante desde que fosse feito o pedido: os técnicos à Universidade Técnica, os clássicos ao reitor da Universidade Clássica. Mas, o pior problema de todos é que nos programas do Dia do Estudante aquilo que nos dava algum dinheiro era o baile. Lembro-me que conseguíamos arranjar entre 26 a 30 contos por baile. Mas, o problema é que o baile era na Quaresma. E, para a Igreja, bailes na Quaresma nem pensar nisso! Era uma justificação que eles davam para não autorizar. O Dia do Estudante acabou por não ser autorizado.

Quando começam as férias da Páscoa o movimento perdeu expressão ou, pelo menos, foi altamente atenuado. Como vi pelo meu pai, as próprias famílias iam chamando à atenção. Ele nunca foi político mas, de qualquer forma, dizia: –Não te metas nisso, não se metam em política! E todas as pessoas que andavam na universidade pertenciam ao meio pequeno ou médio burguês. Por parte dos pais, havia uma certa influência no sentido de dizer

–Não se metam nisso, estás a estragar a tua vida.

Portanto, teve um papel enquanto presidente da direção da associação na luta de 62.

Tive, até ao momento em que fecharam a associação. Porque as associações foram fechadas. Segundo o jornal, a 16 o governo dissolve todas as associações de estudantes. Após entregarmos à PIDE as chaves da associação decidimos fazer uma reunião para elaborar uma comunicação aos estudantes em casa do tesoureiro da associação que era o João Ruella Ramos, julgo que hoje é arquiteto, cujo irmão foi diretor do *Diário de Lisboa* e o pai foi fundador do *Diário de Lisboa*. Tenho duas fotografias que são dessa

reunião que a gente fez, em casa dele, na rua de Santo António à Estrela.

Quem lá estava?

O mais político era o Sérgio d’Espiney, o Resende, que era o segundo vice-presidente, eu, a Manuela Cruz, que depois veio a casar com o José Bernardino que foi do comité central do Partido Comunista, a Fernanda, a Marlene, e o Pires Carreto, presidente do Conselho Fiscal da associação.

Portanto, praticamente aqui estava quase toda a direção da associação que fez um comunicado. O que resultou desta reunião?

Elaborou-se um comunicado aos estudantes a informar do encerramento da associação e das medidas que pretendíamos tomar na continuação da luta.

Ficámos impedidos de ir à associação. A associação ficou encerrada, nós tínhamos sido destituídos, continuámos a luta fora das associações, tentando manter viva a chama da atividade académica, mas sem sítio para reunirmos.

Referiu várias atividades da associação e várias secções. Como funcionava a associação?

Como disse, era quase como uma empresa. Era efetivamente um membro importante da academia do Técnico, tanto pelo apoio que dava aos estudantes como por todas as atividades, desde as culturais até às desportivas. Tínhamos a secção desportiva; tínhamos uma secção de intercâmbio e turismo, que promovia muitos intercâmbios com estrangeiros; a parte social dava apoio a estudantes que tinham menos posses, em termos de refeições, onde comiam praticamente sem pagar, e, eventualmente, em termos de livros; por outro lado, por exemplo, quando algum estudante do Técnico, especialmente das colónias, era apanhado pela PIDE nós procurávamos dar-lhe um certo apoio. A única vez que entrei na PIDE foi à procura de um caboverdiano, o Jorge Querido, que, de repente, vieram buscar à Casa dos Estudantes do Império. Como não tinha cá família e como não se sabia nada dele decidimos procurá-lo. Lembrei-me de ir falar com um inspetor, perguntando se o rapaz estava lá. Dissemos:

—Olhe, nós somos colegas, queremos que, pelo menos, ele tenha tabaco, tenha livros, ...

Portanto, isso também era uma função social da associação. E havia participações especialmente em atividades desportivas. Portanto, era uma parte integrante com uma boa vivência, especialmente, porque, nessa altura, foi quando apareceu a cantina da Cidade Universitária.

Então, a cantina do Técnico foi das primeiras e era gerida pelos estudantes.

Já não me lembro muito bem quantas eram as associações académicas legais: o Técnico, julgo que a Faculdade de Ciências, que também tinha cantina, a Faculdade de Económicas, e havia a Pró-Associação de Letras e a Pró-Associação de Medicina, com o Eurico Figueiredo. Farmácia não tinha, nem aparecia nas reuniões da RIA. Quem também já estava nas atividades era a pró-associação dos liceus. A memória que eu tenho é que, por exemplo, como organizador do Dia do Estudante, fui o coordenador da comissão e lembro-me do Ruben de Carvalho, que era um rapazito, andar a pedir para poder colaborar. Penso que aí o pessoal do Técnico tem um certo comportamento, no sentido de cumprir os estatutos da associação. E, efetivamente, a pró-associação dos liceus não era universitária. Portanto, podiam dar um certo apoio mas não participar oficialmente. Tínhamos um certo receio, pois os estatutos da associação definiam-na como apolítica e arreligiosa. Para colaborar no Dia do Estudante nunca perguntei a ninguém se era comunista ou da extrema-direita. Ser estudante universitário e querer colaborar era a única coisa que lhe era solicitada.

Qual era a relação entre as diversas associações, a nível institucional?

Institucional praticamente não existia.

Então era só a nível individual? Os estudantes das outras universidades iam ao Técnico e os estudantes do Técnico iam a outras universidades?

Sim, mas não era uma coisa muito frequente. Começa-se a ter maior convívio, efetivamente, quando começam as proibições. O primeiro encontro nacional de estudantes foi proibido e eu lembro-me, por exemplo, que foi proibida pela

polícia de sair uma camioneta com estudantes do Técnico. Fui a este encontro nacional de estudantes de carro, com outros três colegas, a Coimbra, onde nasceu a União Nacional de Estudantes.

Aí apreciei uma coisa que me sensibilizou bastante. O Vítor Wengorovius era um orador brilhante e foi dos principais na elaboração da proposta dos estatutos da União Nacional de Estudantes. Lembro-me que jantei ou ceei numa república, estava lá um tipo da minha terra que fez açorda à alentejana às 3 da manhã. Acabámos a reunião às 8 da manhã e, enquanto nós saímos e fomos ao café arranjar qualquer coisa para tomar o pequeno-almoço, o Vítor Wengorovius, que nessa altura era católico convicto, foi à missa. Não sei se no fim da vida ele ainda continuava católico ou não. A última vez que o vi foi na comemoração dos 40 anos do Dia do Estudante, e aí já tinha um *handicap* bastante grande.

As reuniões da RIA eram coordenadas pelo Sampaio, pelo Medeiros Ferreira, pelo Sottomayor Cardia. Quer dizer, quem liderava fundamentalmente eram aqueles que já tinham mais predisposição para política e naturalmente tinham mais habilidade para conduzir as reuniões, que eram os de Direito e de Letras. O Eurico Figueiredo, apesar de ser de medicina, era um brilhante orador (agora julgo que é psicólogo ou psiquiatra).

Praticamente não havia qualquer formalidade institucional nem troca. As reuniões que haviam eram mais entre os dirigentes. Lembro-me que à associação de Direito fui uma vez. A Pró-Associação de Letras não tinha sítio onde reunir. A Económicas fui várias vezes e à Faculdade de Ciências também. Havia um certo contacto informal, mas em termos de reuniões formais não havia nada. Esse contacto fazia-se geralmente entre dirigentes. Depois de acabar o curso penso que evoluiu de uma maneira totalmente diferente, um bocadinho mais acelerada.

Quais os momentos mais marcantes do movimento estudantil, enquanto estudante do Técnico?

Para mim, foi o Dia do Estudante de 62 e toda esta atividade académica de inícios de março até às férias da Páscoa.

Não me falou ainda do 40900.

O 40900 já era anterior à minha geração.

Efetivamente, o 40900 foi um decreto que veio condicionar toda a atividade académica e, portanto, haviam determinadas reuniões e determinados plenários. Se bem que o plenário é uma palavra que começa em 62. Mas havia uma certa atividade, principalmente ao nível dos dirigentes associativos, contra o 40900 pelo que representava.

O que recorda das consequências do 40900?

A impossibilidade de se formar associações. No entanto a luta contra o 40900 nunca atingiu as proporções de participação que o movimento de 62 teve. Era mais ao nível de dirigentes académicos. O lutar contra o 40900, em meu entender, nunca foi algo que galvanizasse muito as pessoas. O 40900 esteve muito mais vivo no período em que o João Cravinho, um homem brilhante, foi estudante, do que propriamente no meu período. Eu estou a lembrar-me de reuniões no 1º e 2º ano em que eu participava e em que se falava do 40900 como inibidor do movimento académico e como uma agressão à autonomia das universidades e à independência dos estudantes. Mas, concretamente, grandes manifestações ou grandes acontecimentos ligados ao 40900 era mais ao nível de dirigismo.

Então, quais foram as principais reivindicações deste período?

Eram, fundamentalmente, a liberdade de associação, a criação de associações em todas as escolas e a liberdade de realização do Dia do Estudante. O Dia do Estudante ficou a ser um marco na história do movimento académico como um dia em que se pretendia comemorar toda a união que poderia existir entre todos os estudantes. Para os estudantes seria este o principal.

A movimentação parece que surge de forma espontânea.

Espontaneamente.

Pode resumir todo o processo de luta de 62?

Inicia-se com a carga policial, na avenida das Forças Armadas.

O Dia do Estudante tinha uma expressão académica que interessaria a cerca de 10% a 15% dos estudantes. Participavam nos colóquios que íamos ter, na atividade cultural, por exemplo, fui a um sarau cultural com a pianista Nela Maissa. Havia participação dos estudantes, mas a grande mobilização foi com a entrada da PIDE na Faculdade de Direito, foi o ministro da Educação não ter aceite falar com os representantes dos estudantes, e depois a carga policial consequente. Os próprios professores com quem falei no Técnico, - porque no Técnico tínhamos sempre a preocupação de dar uma palavra aos professores - especialmente com o diretor do Técnico, o professor Almeida Alves, havia uma certa compreensão para a razão que nós tínhamos. Porque aquilo que se viu foi bárbaro. Aquele ministro era um incompetente, um historiador ali de Coimbra. E depois começou a ter uma repercussão que o regime começou a recear.

Depois ligou-se à questão do ultramar, que gerou muita revolta entre os estudantes que não queriam ir para a guerra, ainda por cima uma guerra que ninguém entendia. Nós estávamos orgulhosamente sós contra todo o mundo.

Havia uma regra que os estudantes quando não perdessem nenhum ano só iriam cumprir o serviço militar no final do curso. E no meu caso foi isso que sucedeu. Não fui chamado para o serviço militar mas, em 61, é quando começa a guerra em Angola coincidindo com o final do meu curso. Eu vou à inspeção militar no ano a seguir a começar a guerra em Angola. Tudo isso eram grandes fatores de descontentamento nos estudantes. Quanto a mim, isso veio fazer germinar todo o descontentamento, se bem que houvesse já o descontentamento com a falta de liberdade que havia.

Que principais mudanças sente que houve entre o 40900 e 1962?

No Técnico não mudou muito. O movimento estudantil começa a ter grande expressão e grande unidade a partir de 62.

O 40900 eram quase só discussões académicas em assembleias gerais ou em reuniões que fazíamos. O Técnico tinha mais porque tinha a cantina que polarizava muito e tinha boas instalações, que permitia determinado convívio, mas não havia muita consciência. Nesse ano

formámo-nos em engenharia mecânica 26 estudantes, e eu era o único que cumpriu até ao fim do luto académico. Os outros queriam era acabar o curso e ir trabalhar. A seguir às férias da Páscoa de 62, o movimento foi decapitado pela influência das famílias, penso eu.

Que organizações juvenis se recorda existirem enquanto foi estudante?

Haviam as organizações nas quais nunca participei que estavam ligadas à Mocidade Portuguesa, de carácter desportivo e casas universitárias.

Que influência tinha a Mocidade Portuguesa no Técnico?

Nenhuma, praticamente. Lembro-me de um colega meu de curso, que depois veio a ser deputado do PSD pelo ciclo de Bragança, o Machado Rodrigues, que era o único que vivia na casa universitária D. Dinis, por trás da avenida de Roma. Havia um orfeão universitário, mas não vejo mais organizações.

A JUC por exemplo.

A JUC era capaz de ter alguma expressão no Técnico. Mas, internamente, não tinha qualquer expressão. Os seus membros nunca se assumiam. A AE era estatutariamente arreligiosa e apolítica, e se alguém fosse para lá fazer religião ou política não lhe seria permitido. Pelo menos com o meu conhecimento.

E de extrema-direita?

O nosso cuidado era mais com o Partido Comunista do que propriamente com a extrema-direita. Não conheci ninguém. Não se manifestavam. De modo que, o próprio Partido Comunista, como os membros eram clandestinos, também tinham um certo recato. Mas, por exemplo, ainda antes de eu pertencer à direção, ouvi dizer que na gaveta do José Bernardino - que era da direção do Silva Pinto - se tinham encontrado as instruções do Partido Comunista sobre o movimento académico. Como os seus membros se deveriam comportar, o que deveriam apoiar, que atitudes deveriam tomar dentro da universidade. Eu não sabia, mas quando o Silva Pinto me falou para eu ser candidato a presidente da associação, por motivos de ter espírito associativo,

de participar e de ser um aluno razoável e uma referência, o José Bernardino veio falar comigo, procurando conhecer-me melhor. Só depois é que eu vim a saber quem ele era. Porque o José Bernardino foi uma eminência parda dentro do Partido Comunista e era um rapaz inteligente e até simpático. Como a Manuela Bernardino que também era uma simpatia. Eu convivi com ela. Ela morava perto da avenida de Roma. O pai dela já era engenheiro e já era da oposição. Também encontrei lá o engenheiro Cunha Serra, que depois veio a ser da secção de Antigos Alunos. Essas pessoas, quando se deu o 25 de Abril, a maior parte delas veio a pertencer ao MDP/CDE, que viria a utilizar o símbolo do Dia do Estudante.

Disse-me que haveria um pouco mais de cuidado em relação às pessoas que estariam ligadas ao Partido Comunista.

Não, isso era só entre nós. Nós sabíamos era que havia pessoas que, pelo seu comportamento e pela sua atitude, deviam estar ligadas a partidos políticos, fundamentalmente o Partido Comunista, não havia outros. E havia sempre um certo cuidado da nossa parte também para os defendermos a eles. Mas se por exemplo, a PIDE fosse revistar todas as secretárias, naturalmente todas as pessoas que participavam seriam suspeitas. O que eu penso é que a PIDE perseguia muito o Partido Comunista, que na altura era clandestino, era ilegal. Eu nunca fui de nenhum partido, mas também nunca fui incomodado pela PIDE, apesar de ter tido participações em grande número de reuniões da RIA.

O Jorge Sampaio procurava andar clandestino como refere na entrevista ao *Expresso*, onde confirma ter feito conspiratas em casa do Marcelo Caetano, quando ia visitar o Afonso de Barros, sobrinho do reitor e que se refugiou em casa do tio para não ser incomodado pela PIDE.

Quais os acontecimentos da política nacional que presenciou enquanto estudante do Técnico?

Casos pontuais não houve, não me lembro assim de grandes momentos políticos durante o período em que estive no Técnico. Tirando estes ligados à associação.

Em 58 há as eleições do Humberto Delgado.

Sim, mas nas eleições do Delgado poderei dizer que participei na medida em que eu era estudante, estávamos aqui há pouco tempo, lembro-me de quando ele chegou a Santa Apolónia e que foi apoiado fazendo-se uma caravana por Lisboa. Nós estávamos no café Londres. Praticamente todos os colegas com quem me dava eram apoiantes do Delgado, mas foi uma coisa que também foi pontual. A partir do momento em que ele perde as eleições, e depois tem de fugir do país ...

Diga-me mais acontecimentos.

Por exemplo, o golpe da Sé. É com o Pereira de Moura. A gente comentava, mas era mais um círculo católico do que uma coisa que exteriorizássemos. Lembro-me do caso do Santa Maria. Aí houve uma coisa curiosa, o Henrique Galvão, que depois foi preso, esteve preso no Hospital de Santa Maria, e fugiu de lá. Nessa noite, nós estávamos reunidos no café Londres, e telefonou para lá alguém a perguntar pelo capitão Henrique Galvão. O café tinha lá em baixo bilhares e snookers, e o responsável pelos bilhares, o sr. Afonso, pelo altifalante chamava as pessoas ao telefone. O Afonso sabia lá quem era o capitão Henrique Galvão! Então, ele chamou ao telefone da sala de bilhar o capitão Henrique Galvão. E nós desatamos todos a rir. E quando não respondiam à primeira vez ele insistia!

Mas era mais nos círculos da oposição ao governo que a coisa tinha maior expressão do que propriamente transferir para a sociedade. Como nunca tive grande queda para política, vivi esses acontecimentos, mas se não os estivesse agora a recordar já não me lembrava muito bem deles.

Votei nas eleições em 69 e francamente estava convicto que o MDP/CDE tinha mais votos do que aqueles que teve. Estava em vésperas de me casar. Votei no liceu Filipa de Lencastre. Apareceram duas listas, a CEUD mais ligada ao Mário Soares e a CDE onde estavam os meus amigos, o Jorge Sampaio, o Wengorovius e todos esses. Apesar de ligada ao Partido Comunista era um aglomerado. Tinha o Pereira de Moura, católicos, o Tengarrinha. Eram pessoas bem formadas e não tinham constrangimentos que os militantes dos partidos podem ter.

Recorda acontecimentos mais marcantes a nível internacional?

Bom, havia a guerra colonial, e isso marcava-nos a todos. Uma coisa que não compreendíamos era como conseguíamos estar contra a opinião de quase todo o mundo, se bem que Portugal foi sempre um país da NATO desde há muitos anos.

Foi membro fundador.

E a gente pergunta como foi possível. Isso influenciou um bocado a própria política nacional, até que a América começou a ter simpatia pelos movimentos de independência. O Franco Nogueira, enquanto foi ministro dos Negócios Estrangeiros, tentou durante muito tempo o que já não era aceitável, dizendo que para Portugal eram províncias ultramarinas.

Os grandes movimentos estrangeiros foram mais ao longo da década de 60.

Vamos então fazer um balanço da experiência do sr. eng^o enquanto aluno do Técnico.

Eu fui bom aluno até ao 6^o ano. No 6^o ano, pelos motivos que referi, faltei muito às aulas. E ainda por cima nos últimos dois anos fui professor na Escola Técnica, para juntar algum dinheiro. A minha experiência académica, na associação, de participação em plenários e o facto de ter sido professor concomitantemente com ser estudante de engenharia, penso que contribuiu muito para aquilo que foi a minha vida profissional, e de uma forma extremamente positiva.

Porque eu estive sempre muito ligado à parte fabril. Comecei a trabalhar na Mague, onde estive 7 anos, e depois saí da Mague e estive sempre ligado a empresas que fabricavam para a indústria automóvel. Uma delas, chegou a ter mais de 300 trabalhadores. E foi muito útil porque veio o 25 de Abril e na empresa onde era já administrador delegado apanho todos aqueles movimentos reivindicativos das comissões de trabalhadores, de delegados sindicais e greves. Efetivamente, o facto de ter sido membro da associação e dirigente académico, deu-me uma experiência muito boa, que eu não teria de outra maneira que fosse consequência apenas de ser um estudante que não estivesse ligado aos movimentos académicos. Isso deu-me um certo estado de espírito e à vontade para compreender

os movimentos, as greves, e enfrentá-las com um espírito democrático e não penalizador de não compreender o lado de lá. Se bem que, a maior parte das vezes achava que não havia justificção para elas, porque pareciam o fruto de uma explosão de liberdade num país onde as pessoas estiveram reprimidas e não escutavam o lado contrário.

A Mague, era uma empresa muito grande, tinha mais de mil e tal trabalhadores, e aí estive sempre ligado à parte fabril, no setor dos métodos de trabalho. E, enquanto lá estive, tínhamos um centro social. Continuei a minha atividade associativa. Para mim, fosse o administrador ou fosse o indivíduo que andava a varrer, dirigia-me a eles e falava com eles da mesma maneira e com o mesmo respeito. Até na fase em que fui administrador e tive de enfrentar determinadas situações sinto que o meu passado académico me foi muito útil. Portanto, posso dizer que hoje tenho 70 anos e ainda trabalho.

Estamos num período difícil para a indústria automóvel, que foi dos setores mais afetada dos no último ano. O ano passado praticamente todas as nossas exportações pararam, não porque tivéssemos perdido mercado, mas porque foi o mercado que se foi abaixo. Isso levou a que tivéssemos que reduzir o número de pessoas. Cerca de 70 pessoas, umas foram terminando os contratos e outras foram despedidas.

Portanto, a minha experiência académica foi-me extremamente útil para a minha atividade profissional. Tal como as atividades académicas e *circum*-escolares ligadas à associação.

Em relação aos tirocínios ou aos estágios, eram obrigatórios os três?

Sim. Eu fiz os três, mas eu achava um bocadinho fora do comum. No caso da engenharia mecânica tínhamos de fazer um estágio de fundição de um mês. Os outros dois foram à minha escolha, o de fundição, como fui trabalhar para a Mague logo após ter acabado o curso, eles convidaram-me. Fi-los, não no 4º, 5º e 6º ano, mas já depois quando comecei a minha atividade profissional. Esse estágio de fundição fi-lo na Cometna. Nessa altura começámos a fazer equipamentos para centrais térmicas e havia um bom relacionamento entre a Mague e a Cometna.

Para me inscrever na Ordem dos Engenheiros tinha de fazer três estágios.

Sem os três estágios não teria carta de curso.

Não. Lembro-me que, na altura, não fiz relatório sobre fundição, porque entretanto acabou essa exigência.

Não tinha de entregar relatório?

Tínhamos. Mas deixou de ser obrigatório a fundição. De maneira que, como trabalhei na parte de métodos na Mague, depois acabei por fazer três relatórios sobre três temas específicos da minha atividade aí. Um deles foi sobre a organização dos serviços de manutenção. O outro foi sobre uma máquina de talhar engrenagens, sobre o processo de as gerar, porque a Mague fazia muitas caixas reductoras para guindastes e o terceiro constou de um projeto duma cabeça de furar tripla para ser adaptada a uma grande mandriladora vertical.

Portanto, esses três relatórios fi-los enquanto profissional na Mague.

Realmente, com todas as atividades académicas eu não pensava em estágios! [Risos] E foram esses três estágios que depois discuti na Ordem dos Engenheiros e que me permitiram a minha inscrição em 1963 ou 1964, depois de terminar o curso em 62.

Tem ideia se era comum no Técnico os estudantes desistirem dos estágios e fazerem só a parte curricular?

Para mim, o estar inscrito na Ordem dos Engenheiros nunca foi fundamental para a minha atividade profissional. Até porque os engenheiros mecânicos não eram muitos. Penso que era mais para aqueles que têm que assinar projetos, que é o caso de engenharia civil e eletrotécnica.

Nunca me foi exigida a inscrição na Ordem. Sou membro da Ordem há muitos anos porque fui membro dos corpos gerentes na especialidade de engenharia mecânica na parte do Conselho Consultivo de Engenharia Mecânica.

Em relação aos meus colegas não sei dizer se estavam todos inscritos na Ordem.

Portanto, em mecânica, não fazer os estágios não era assim tão grave?

Tínhamos o diploma do Técnico a dizer que tínhamos tido êxito naquelas cadeiras que faziam parte do curso de engenharia mecânica.



*Pavilhão central.
Foto: Tatiana Soares*

A minha filha, que é também engenheira (isto é um mal de família!), foi a primeira mulher presidente da AE do Técnico.

O caso da minha filha é muito curioso. Numa universidade de homens, em 1994, ela acaba por se eleger numa lista independente. Nós tínhamos uma casa em Campo de Ourique, que na altura não era utilizada, e ela transformou aquilo em sede de candidatura. Ela divertiu-se imenso e, entre outras coisas, no decurso do seu mandato organizou um congresso do ensino de engenharia, cujo mote era *Tecnicamente melhor*. Um mote interessante que dava relevo ao Técnico. A curiosidade é que o Técnico, mesmo em 1994, era, fundamentalmente, uma faculdade de homens. No meu tempo, e no meu curso de mecânica, havia uma rapariga. E mesmo em eletrotecnia havia poucas. As meninas iam para química.

Isso é notório até pela amostra dos entrevistados. Tenho apenas uma mulher, a eng^a Paula Fonseca, que fez parte da direção do eng^o Fernando Sacramento em 67.

Não me lembro dela. Fui expulso em 1965 por um período de dois anos de todas as faculdades. A opção era emigrar ou ficar. Emigrar, naquele tempo, significava que não sabia quando podia voltar ao país. Eu era filho único, de maneira que optei por ir para a tropa de onde regresssei em 1969, com uma experiência de dois anos de guerra colonial na Guiné. Ao todo foram quatro anos da minha vida; sacrifício de que apesar de tudo me não arrependo. Foi uma experiência importante.

Houve, também expulsões em 1964, mas com penas mais brandas, porque são expulsões só da respetiva faculdade. Assim, sempre era possível encontrar outra faculdade para prosseguir os estudos sem interrupção – havia apenas que gerir o incómodo. Incómodo que, às vezes

não era pequeno – caso daqueles que tiveram de mudar de Lisboa para o Porto.

Pela ordem natural das coisas eu deveria ter sido expulso em 1964, pois fora eleito para o cargo de segundo vice-presidente da direção, em substituição do Romão Dias que se demitira ao assumir funções de assistente.

O eng^o Luís Almeida Alves, ao tempo diretor do Técnico, chamou-me e disse-me o seguinte:

–A comunicação da sua eleição ao ministério, ficou aqui na minha gaveta. Prevendo aborrecimentos, esqueci-me de a enviar. O Romão justifica facilmente o seu afastamento e, no meio da confusão pode ser que você escape.

Escapei de facto em 1964, mas paguei com juros em 1965.

É justo referir, através deste pequeno episódio, a maneira preocupada como o eng^o Almeida Alves, na medida do possível, sempre defendia os seus alunos.

Este projeto, até agora, tem-se debruçado no estudo do movimento estudantil entre 45 e 80, mas, neste momento, estamos a trabalhar sobre os anos fortes do movimento estudantil, 60 a 70.

Anteriormente ao período de 60 a 70, houve também anos fortes de luta estudantil. Esse período ficou caracterizado pela imposição do decreto-lei 40900, em 1956, visando o controlo e normalização das atividades das associações, através de processos administrativos de aprovação ou desaprovação dos corpos gerentes eleitos e da imposição de comissões administrativas sempre que tal convinha ao governo.

Nos anos 60, um dos objetivos da luta estudantil estava centrado na defesa da autonomia universitária com todas as suas implicações. A luta alargou-se e aprofundou-se.

Traduzindo e à escala: em plena ditadura com uma guerra colonial a decorrer em três frentes, estávamos falando da democratização do país.

A repressão através de processos de expulsão em 1964, e principalmente em 1965, afetou bastante a capacidade do movimento estudantil nos anos seguintes.

Mas voltou ao Técnico?

Voltei em 1969 para acabar o curso. Quando fui expulso em 1965, tinha acabado de passar para o 5º ano. Naquele tempo, o curso era de seis anos. Em 70 empreguei-me e comecei a trabalhar. Portanto, eu fui dirigente da AE do Técnico em 63/64 e em 64/65, como segundo vice-presidente da direção, com o pelouro das relações culturais. Havia ainda um primeiro vice-presidente e um vice-presidente para as relações exteriores, que coordenava a interação com outras associações.

A coordenação entre associações era assegurada pela RIA (Reunião Interassociações) que foi presidida numa determinada fase pelo Jorge Sampaio. Havia também contactos com organizações internacionais com sensibilidades políticas diversas, umas mais à esquerda, como a CIE (Confederação Internacional de Estudantes), outras mais do tipo social-democrata europeu, como a COSEC. Era importante manter contacto com essas centrais estudantis que eram muito poderosas em termos de capacidade de influência e acesso aos meios de comunicação internacionais.

O contacto com essas organizações internacionais era fácil?

Era normal, daí resultando formas de apoio importantes. Se havia aqui qualquer tipo de repressão, essas instituições divulgavam comunicados ou notícias de apoio nos meios de comunicação internacionais. Esse apoio era precioso porque pressionava o governo, condicionando de certa forma a sua atuação. De facto a repressão sobre os estudantes não era a mesma que era aplicada aos operários, até porque os filhos da alta burguesia também se envolviam nestas coisas.

Estas organizações terão tido um papel decisivo?

Não é uma questão de ter ou não um papel decisivo, mas antes a possibilidade de poder dispor de apoio qualificado em situações difíceis. Quando eu e outros fomos expulsos estávamos em plena guerra colonial. Muita gente saía do país, exatamente para não ir à guerra colonial e, nessas circunstâncias encontrar apoios, por exemplo, para prosseguir estudos no estrangeiro era muito importante.

Tive essa possibilidade, mas após ponderação, como já disse, optei por ficar e cumprir o serviço militar que, no meu caso implicou dois anos de guerra colonial.

A AE do Técnico, no conjunto das associações lisboetas, tinha fama de tecnocrática e de menos politizada, Direito e Medicina, aí sim, dizia-se, eram o cerne da visão e da estratégia política.

A associação do Técnico dispunha de meios poderosos em termos económico-financeiros, que ao tempo lhe davam a feição de uma média empresa que chegou a ter mais de 50 empregados ao seu serviço, movimentando milhares de contos anualmente.

A secção de folhas com um parque de máquinas poderoso, onde já se distinguiam meios de impressão *offset* e um elevado número de empregados fixos e de trabalhadores em *part-time* (normalmente estudantes) era uma empresa dentro da empresa. Toda a documentação técnica necessária aos cursos era ali produzida e comercializada. E, claro, não produzia só livros de estudo, produzia também com grande eficiência, jornais, revistas, comunicados, etc., o que, naturalmente não tinha a simpatia da governação.

O Departamento de Turismo Universitário (DTU) era outra empresa dentro da empresa, com meios administrativos fortes e movimento financeiro elevado, que prestava excelentes serviços aos estudantes de todo o país. Penso que o turismo estudantil nasceu ali.

A papelaria, que ao tempo funcionava no pavilhão central, com a sua enorme capacidade de comercialização de tudo o que era necessário a alunos e professores, era outro poderoso instrumento económico e financeiro da associação.

Daí, que se tínhamos fama de ser menos politizados, tínhamos a fama e o proveito de ter uma elevada capacidade de realização e concretização, com grande utilidade para o movimento estudantil.

Gostaria de deixar aqui uma pequena nota de homenagem ao *comunicado* e ao *stencil*.

O comunicado foi o instrumento de comunicação fundamental do movimento estudantil junto da população estudantil. Eram documentos de grande qualidade literária, sociológica e política que muito bem retrataram a situação e o espírito do tempo. Seria importante que se colecionassem, se editassem, se estudassem e se relemberrassem os seus autores.

A impressora a *stencil* essa prodigiosa máquina (manual ou eléctrica), simples, barata, transportável, com a qual, durante anos, se imprimiram livros, documentos, comunicados e milhões de panfletos. Uma simples folha de papel de cera batida à máquina e já estava, era só dar à manivela ou, se fosse eléctrica, carregar no botão. Este simples equipamento, cuja transportabilidade era de grande utilidade, sobretudo no caso de comunicados sensíveis, prestou grandes serviços à luta estudantil e a outras lutas!

Será que ainda existe?

O que é que o levou a escolher um curso de engenharia no Técnico?

Na altura, em termos de cursos de engenharia, não haveria muitas outras alternativas para a especialidade que eu queria. Eu pretendia ser engenheiro mecânico e fui. Vivendo eu em Lisboa, o Técnico era praticamente a única alternativa que tinha. Embora o Técnico, já ao tempo, fosse uma escola que tinha pergaminhos e que as pessoas consideravam como de grande nível. Ainda hoje as pessoas formadas no Técnico nos transmitem um certo orgulho por se terem formado lá. Antigamente era muito importante ser doutor ou engenheiro. Agora o importante é a escola em que se fez o curso.

Como recorda o primeiro contacto com o Técnico?

É uma recordação que me deixa gratas memórias, porque era outro tempo também – o tempo da juventude e dos sonhos.

A população estudantil no início dos anos 60 ainda cabia nos edifícios originais e a AE e as suas secções fervilhavam de atividades e entusiasmo que atraíam os estudantes pelos serviços disponibilizados e pelas atividades de natureza cultural, recreativa e desportiva. O meu número de aluno andava pelos 6 mil; 30 anos depois o número da minha filha andava pelos 36 mil. Hoje o IST é um mundo que cresceu de uma maneira espantosa. Ali não se encontra espaço para estacionar um automóvel. Naquele tempo, automóveis, se os havia, eram dos professores.

Recordo o diretor Almeida Alves que em tempos de luta estudantil e em ambiente de ditadura tinha uma tarefa difícil. Dentro do possível, naqueles tempos, sempre procurou defender os seus alunos.

Noutro plano, o diretor Almeida Alves, sobretudo para os jovens alunos que sempre achavam o curso demasiado teórico, personificava a figura do professor catedrático com o sentido prático do engenheiro.

Para além das aulas, quais eram os sítios onde os alunos se encontravam com maior frequência?

Fundamentalmente, na associação e nos cafés das redondezas. A associação era um mundo, tinha uma atividade frenética. As coisas eram bastante politizadas. Por vezes apareciam listas concorrentes à associação, denotando sensibilidades diferentes. Todos eram antiditadura, anticolonialistas (apesar de relativamente a este aspecto já poder haver *nuances*), todos visavam a democracia, etc. Pelo menos no meu tempo, no Técnico nunca houve uma lista que defendesse a situação vigente.

Na cronologia elaborada pelos antigos alunos do IST encontra-se uma referência a uma lista que, em 63, concorreu contra a do prof. Jorge Dias de Deus, da qual o sr. eng^o fazia parte. Confere?

Essa é a lista que faz 63/64. Eu sou eleito nessa lista, mas mais tarde, para substituir o segundo vice-presidente Alberto Romão Dias, que se afastou ao iniciar a carreira académica como assistente.

De facto terá havido uma candidatura, de direita, do Jorge Perestrelo de Vasconcelos contra

a candidatura do Dias de Deus. Se a memória me não atrainça houve troca de comunicados entre as listas, mas o Perestrelo acabou por se retirar invocando uma qualquer situação de ilegalidade das eleições.

Na tal referência que vem nesta cronologia está escrito: *Esta lista vence uma outra liderada por um estudante de direita, Perestrelo de Vasconcelos.*

De facto a lista do Dias de Deus vence as eleições. O Jorge Perestrelo de Vasconcelos, terá desistido não se apresentando a sufrágio.

Na sequência da realização do Dia do Estudante o ministério ordena inquérito aos acontecimentos daí resultando a instauração de processos disciplinares a 29 estudantes das várias faculdades de Lisboa. Ao Técnico couberam oito processos que se traduziram em expulsões da respetiva faculdade efetivadas no ano de 1964.

Segue-se a lista do Fernando Vicente eleita em maio de 1964, da qual faço parte. Na sequência dos processos disciplinares referidos o Fernando Vicente é expulso em outubro de 64, seguindo-se a direção do Mário Lino em 1965, da qual também faço parte.

Nesse ano de 65, a repressão sobe de tom com um muito maior número de estudantes atingido e com penas muito pesadas que vedavam durante vários anos o estudo em todas as faculdades do país.

Regressando aos locais de convívio ...

O edifício da associação era muito frequentado pelos estudantes de acordo com as suas necessidades e interesses constituindo efetivamente um ponto de apoio indispensável e complementar das atividades do instituto.

Ali funcionavam serviços: cantina, bar, Departamento de Turismo Estudantil. Áreas pedagógicas como as secções: pedagógica, a revista Técnica, folhas, estágios, antigos alunos, ligação à Ordem dos Engenheiros. Áreas sociais como as secções: social, saúde, lar. Áreas culturais como as secções: cultural, biblioteca, fotográfica. Áreas desportivas como as secções: grupo desportivo, departamento aeronáutico. Áreas informativas como as secções: boletim-revista aeist, propaganda.

Os Salões de Arte Fotográfica promovidos pela secção fotográfica, nos tempos do preto e branco, atingiram um elevado nível de qualidade artística atingindo projeção nacional e mesmo internacional.

A associação dispunha de um pavilhão de piscina, só que o equipamento de tratamento e aquecimento da água estava completamente indisponível, pelo que o pavilhão acabava por ter outros usos, como exposições e realização de grandes reuniões.

Conseguimos ao tempo sensibilizar os técnicos do ministério das Obras Públicas que tinham jurisdição sobre aqueles edifícios a avançar com as obras, colocando assim a piscina na sua devida função ao serviço dos alunos.

As exposições eram feitas no Técnico?

Eram feitas normalmente no salão nobre do pavilhão central.

No nosso tempo, 1962, também ali se realizou uma importantíssima exposição de artes plásticas retrospectiva da arte moderna portuguesa, que constituiu um acontecimento cultural de relevo a nível nacional.

A exposição de 62?

A exposição de 62, essa mesma, em cuja montagem colaborei.

Estive a ver um catálogo, enviado pelo eng^o Fernando Vicente, com os nomes de todos os artistas.

Essa exposição, que reuniu os nomes mais sonantes do modernismo português, foi de facto um acontecimento cultural que muito prestigiou a AEIST. A sua organização e coordenação de montagem foi levada a cabo pelo Aquiles de Oliveira com o apoio, se a memória me não atrainça, do jovem estudante Rui Mário Gonçalves, hoje um distinto crítico de arte.

O que é que recorda da Casa dos Estudantes do Império?

Assim de repente recordo os bailes à africana aos fins de semana, que eram um acontecimento ... A casa até parece que vibrava de cima abaixo! Com as marrabentas e toda aquela extraordinária música africana.

Por ali passaram os estudantes das colónias que vinham estudar para Lisboa. A ideia que terá presidido à sua criação (veja-se a sua designação) para lá do apoio social (refeitório e serviços médicos) terá sido uma forma discreta de controlo. Se assim foi o tiro saiu pela culatra.

Gerações de estudantes das várias colónias portuguesas ali conviveram, trocaram experiências, amadureceram ideias.

Ali se desenvolveu uma intensa atividade cultural que valorizava os povos e as suas raízes difundida através do boletim Mensagem e sobretudo através da edição e divulgação da literatura africana de expressão portuguesa oriunda das diversas colónias.

A língua portuguesa surgia ali com novas e poderosas sonoridades modelada por escritores que não conhecíamos ao serviço de ideais e lutas de povos que ansiavam pela sua alforria.

Para mim e tantos outros da minha geração foi exaltante conhecer e conviver com os escritos de tão extraordinários escritores, de que apenas cito alguns dos meus preferidos, como a Noémia de Sousa, o José Craveirinha, a Alda do Espírito Santo, o António Jacinto e a Alda Lara, essa notável poetisa que tão emocionadamente cantou a terra das acácias rubras.

Também por ali passaram muitos dos dirigentes dos movimentos de libertação.

Em 1965, Luandino Vieira, que estava preso no Tarrafal, com a sua obra Luanda ganha o Grande Prémio da Novelística da Sociedade Portuguesa de Escritores, o que provoca a ira do regime e leva ao encerramento da SPE e sua destruição pela PIDE.

Em 1965, dezenas de estudantes universitários e dirigentes associativos são expulsos por períodos longos de todas as faculdades do país.

Em 1965, a Casa dos Estudantes do Império é encerrada por ordem governamental.

O que significava tanta repressão?

Em 1992, na gestão de Jorge Sampaio da CML, evitou-se a demolição do edifício da casa, situado na confluência da avenida Duque de Ávila com a rua de D. Estefânia (nº 23) conservando-se a sua fachada e colocando uma lápide evocativa para memória no chão fronteiro à sua porta principal.

Quais eram os temas de conversa e de debate entre os alunos?

Eram fundamentalmente políticos. Havia uma efervescência política tremenda. Os cafés Rialva e Mimo situados na av. Duque de Ávila a meio caminho entre o Técnico e a Casa dos Estudantes do Império eram pontos de paragem dos estudantes.

Aqueles cafés na vizinhança da casa e por isso mesmo eram muito frequentados por estudantes das colónias, muitos deles ligados aos movimentos de libertação, daí uma atenção especial da polícia política por aqueles locais.

Havia grande preocupação política. Os estudantes estavam muito mobilizados, não no sentido partidário, mas num sentido mais alargado e geral de interesse pelas coisas da política, pelo devir do país, pela democracia política. Tínhamos a noção de que estaríamos perto de atingir algo de importante de que o país não iria continuar eternamente dominado por aquele regime salazarento. Tínhamos uma certa noção de que o regime estava no fim, de que não poderia durar muito mais. Havia a ideia de que o movimento estudantil com a crise académica de 61/62 e as lutas académicas nos anos seguintes constituiria um forte abanão nos fundamentos do regime. E foi!

Um abanão que se transmitiu às forças armadas, especialmente aos oficiais milicianos e também aos jovens oficiais do quadro permanente, que sem dúvida contribuiu para o espírito e a ideia que gerou o 25 de Abril de 1974.

Lembro-me que quando fui para a guerra colonial na Guiné se deu um fenómeno interessante.

Eu calculava que o comando do batalhão onde fui colocado, certamente tinha uma informação política da PIDE a meu respeito. E tinha. O que para mim não constituiu surpresa.

O curioso foi que, ao fim de algum tempo de permanência na Guiné e em tempos diferentes, três oficiais do quadro permanente de forma discreta e independentemente uns dos outros me deram a ler a referida informação, mostrando simpatia e, naturalmente pedindo discrição sobre a informação que me deram a título pessoal. Acrescento ainda que um dos oficiais que me mostrou a informação que, entre outras coisas e

recomendações, a letras vermelhas, me considerava um elemento politicamente suspeito, foi o próprio comandante.

Ao mostrarem-me aquele ofício da PIDE, implicitamente estavam a dizer-me:

–Isto para nós não significa nada!

Refiro ainda que nesse período guineense que decorre entre 1967 e 1969 nunca me senti vigiado ou perseguido, mas antes tratado com consideração.

Terá sido o embrião do 25 de Abril ...

– Não tenho dúvidas. O ambiente que se vivia, os contactos entre oficiais, as discussões de temas culturais e políticos nessa época já eram bastante abertos.

O Movimento dos Capitães nasce muito na Guiné.

Eu regresssei em 1969, estávamos a cinco anos de 74. O Movimento dos Capitães, seguramente, já andava a germinar.

O Técnico tem algum papel nisto porque uma série destas pessoas passavam por lá ...

O movimento estudantil na época quer no Técnico quer nas restantes faculdades do país era muito intenso e nas suas múltiplas formas sempre visava a democratização política do país sendo naturalmente anticolonialista.

Daí decorriam influências que chegavam longe através da oficialidade miliciana e mesmo dos oficiais de engenharia que frequentavam as universidades públicas.

Enquanto estudante do Técnico, quais são os livros, as peças de teatro, filmes e música que recorda?

A participação no movimento associativo estudantil para lá dos aspetos políticos abriu portas e fomentou múltiplos interesses no plano cultural.

Surgiram grupos de teatro e cineclubes, promoveram-se encontros e fóruns de discussão sobre os temas mais variados.

Com que entusiasmo descobri a música clássica, o jazz, a ópera.

Não esqueço peças de teatro sobre a nossa realidade como *O Render dos Heróis* do Cardoso Pires na encenação do Fernando Gusmão e *Felizmente Há Luar* do Luís Sttau Monteiro.

Livros que arrumavam ideias e conhecimentos como *O Processo Histórico*, livros que nos espantavam como *Cem Anos de Solidão*, a descoberta maravilhada da literatura africana de expressão portuguesa, ou a descoberta da dúvida com *Um Dia na Vida de Ivan Denisovitch*.

O grande cinema clássico que nos maravilhou com fabulosas obras primas: Luchino Visconti com *Sentimento, Rocco e Seus Irmãos, O Leopardo*; Jean Renoir com *O Rio Sagrado* e a *Grande Ilusão*; Kurosawa com *Rashomon*; Bresson com *Fugiu um Condenado à Morte*; Jacques Bécquer com *Casque d'Or*; De Sica com *Humberto D*.

E mais não digo.

Há alguma peça que o tenha marcado?

Recordo com especial carinho *Anfitrião ou Júpiter e Alcmene* do António José da Silva, o Judeu, encenada e interpretada pelo Luís Miguel Cintra, no Grupo de Teatro de Letras que constituiu um grande êxito. Se bem me lembro dali nasceu o grupo de teatro da Cornucópia, cujo nome é o de uma personagem do *Anfitrião*.

E recorda o Zeca Afonso no Técnico, ou outros concertos?

Recordo com muita saudade ter assistido em Coimbra, numa sala da Associação Académica, a uma das primeiras apresentações para um público restrito do *Menino do Bairro Negro*, que o Zeca ainda estava a afinar.

Era o início de uma evolução – o fado de Coimbra mantinha os seus pergaminhos, mas novos caminhos surgiam com novas músicas de intervenção, as baladas.

Nas festas académicas do tempo o José Afonso e a sua música de intervenção eram presença obrigatória.

O início dos anos 60 foi o começo e o Zeca estava presente um pouco por todo o lado. Estava sempre disponível. Depois a música dele evolui e implanta-se no país.

Recorda algum livro especial?

Les damnés de la terre, do Frantz Fanon. Talvez hoje um livro e um autor injustamente esquecidos. O livro saíra em França em 1961, com um prefácio de Jean Paul Sartre que ficou famoso, circulava nas associações entre os estudantes

mais interessados ou militantes. Era um ensaio sobre a violência do colonialismo e seus deserdados, a descolonização, os movimentos de luta anticolonial.

O deserdado Fanon sonhava com a fraternidade, a igualdade e o respeito entre os homens, rejeitando toda a forma de opressão e supremacia racial.

Há no livro algo de premonitório das contradições do exercício do poder na era pós-colonial.

Neste âmbito gostaria de referir algo de significativo sobre as preocupações de natureza cultural das associações, mesmo das de escolas tecnológicas, como o IST. No Técnico em 1964 organizámos e levámos à prática um ciclo de conferências sobre *As Grandes Correntes da Literatura Contemporânea* que contemplaram cinco grandes temas:

O naturalismo a cargo de Joel Serrão;

O surrealismo a cargo de Ernesto Sampaio;

O existencialismo a cargo de Vergílio Ferreira; *O*

neorrealismo a cargo de A. Pinheiro Torres; e o

novo-romance a cargo de Alfredo Margarido.

Estas conferências geraram uma saudável e vivíssima polémica principalmente entre a corrente neorrealista e a corrente existencialista.

Em fase de discussão a polémica estourou também com muita vivacidade em torno do então recém aparecido *Um Dia na Vida de Ivan Denisovich* de Soljenitsine, questionando frontalmente o sistema soviético. Foi delicioso !

Os textos das cinco conferências foram editados pela associação em dois volumes impressos em *offset*, que de imediato se esgotaram.

O *offset* era o, então, moderníssimo sistema de impressão de que a secção de folhas da associação passara a dispor, de que muito nos orgulhávamos.

Sobre o papel das associações e do associativismo estudantil, quero ainda referir mais dois aspetos, no sentido de enfatizar que para lá da luta política os estudantes lutavam também por uma escola melhor e um ensino melhor: organização de um Congresso do Ensino de Engenharia no IST, para o qual a associação obteve a colaboração dos professores e de empresas visando a melhoria do ensino.

Um dos objetivos que se pretendia atingir era um maior entrosamento e interação entre

a escola e as empresas visando um ensino mais vivo e ligado à realidade com a obtenção de estágios e outras formas de cooperação.

Uma figura que muito apoiou o congresso foi o eng^o Manuel Rocha, um dos mais notáveis engenheiros portugueses que também foi bastonário da ordem.

A edição da revista Técnica. Tratava-se de uma revista de engenharia de elevadíssimo nível técnico, impressa em tipografia, com excelente aspeto gráfico. A associação dispunha de uma secção específica para a produção e coordenação editorial da revista. Os artigos eram facultados por professores, engenheiros e outros profissionais, investigadores etc. A *Técnica* era ao tempo a revista de engenharia de referência, que as empresas e os profissionais adquiriam.

Estas secções, e outras que já referiu, tinham alguma autonomia?

A direção da associação através dos seus elementos e de acordo com a distribuição dos pelouros fazia a coordenação do trabalho das secções.

No desenvolvimento do trabalho os dirigentes das secções tinham autonomia, embora naturalmente respeitando as grandes linhas de orientação estabelecidas pela direção.

Como se interligavam as diversas secções? No fundo, como funcionava a associação?

A associação tinha uma direção, e os diretores distribuía entre si os pelouros correspondentes às diversas secções. Ao presidente cabia a coordenação geral.

Portanto as secções estavam integradas dentro de uma linha de orientação. Quando havia eleições para a associação, as listas concorrentes tinham em mente os dirigentes que pretendiam colocar nas secções, que depois seriam eleitos em votações específicas separadas.

Mas, quando uma lista para a direção era eleita, a lista proposta para as secções era também automaticamente eleita?

Não. A própria direção apresentava-se como lista, mas as eleições eram individuais em assembleia geral e na Junta de Delegados.

Os dirigentes das secções eram eleitos por sua vez em votações separadas e específicas.

Quando é que começou a colaborar com a associação?

Como qualquer outro estudante comecei por me envolver e participar nos acontecimentos do Dia do Estudante. Ainda em 61/62 dentro do meu interesse pela fotografia comecei a colaborar na secção fotográfica. Em 62/63 sou secretário da secção e em 63/64 seu diretor até fevereiro. Data em que sou eleito segundo vice-presidente da direção da AEIST.

A secção fotográfica, para lá da vertente cultural e artística, constituía também uma entidade prestadora de serviços aos estudantes e professores. Promovia cursos de formação, sobretudo da parte de técnica fotográfica, comercializava todos os artigos fotográficos e executava comercialmente trabalhos fotográficos de todos os tipos.

Disponha ainda de três câmaras escuras devidamente equipadas onde os estudantes, mediante marcação podiam executar os seus próprios trabalhos fotográficos.

A secção face ao seu elevado movimento dispunha de três empregados permanentes – dois fotógrafos profissionais e um ajudante.

Então, pode dizer-se que o que o motivou a entrar na associação foi a secção fotográfica ou há outro motivo?

A secção fotográfica foi um gosto pessoal, um começo. Mas a minha apetência, considerando o tempo e as condições que se viviam, assentou essencialmente no tipo de atividades e potencialidades que as associações estudantis apresentavam enquanto forma de intervenção cívica e política possível.

Fale-me um pouco das suas funções enquanto vice-presidente.

Os dirigentes que compunham a direção da associação distribuíam entre si as diversas áreas de atividade, principalmente a coordenação do trabalho das secções. Ao segundo vice-presidente cabiam duas áreas: área cultural – com a secção cultural, secção de biblioteca, secção fotográfica e área desportiva – com o grupo desportivo, departamento aeronáutico, secção de astronáutica e missilismo.

Através de reuniões com os dirigentes das secções procurava assegurar formas de

organização interna, planificação do trabalho e controlo dos objetivos.

Assegurei essas funções na direção presidida pelo Fernando Vicente e depois na direção presidida pelo Mário Lino.

Em 65, com a prisão do Mário Lino as coisas complicaram-se muito. A direção ficou algo desarticulada tendo-se, no entanto, desenvolvido várias ações de apoio e de defesa.

Deve referir-se que apesar de se ter vivido uma situação difícil, toda a infra-estrutura empresarial da associação através das suas secções e dos seus serviços continuou a funcionar.

Acumulou mais responsabilidades com a prisão do Mário Lino?

Naturalmente, na medida em que a direção perdeu o seu líder.

O ano de 64 foi mau para as associações pois perderam por expulsão muitos dos seus melhores dirigentes. O ano de 65 foi ainda mais duro, verificando-se uma intenção clara do ministério de abater o movimento associativo, aumentando o número de estudantes expulsos e agravando significativamente as penas aplicadas.

Agora os estudantes e dirigentes académicos serão afastados por vários anos das suas escolas sendo-lhes vedado inscrever-se em qualquer outra escola do país nesse período.

Foi mesmo para liquidar.

Do período após 65, que eu já não conheço tão bem, tenho a noção que foi muito diferente e que foi o começo de um certo refluxo.

Porque foi expulso em 65?

Porque tudo o que acontecia no movimento estudantil, em primeira mão, caía na responsabilidade dos dirigentes associativos. Coisas que hoje em democracia nos fariam rir.

Como havia uma sanha persecutória, daí nasceram acusações a dezenas de estudantes e dirigentes, materializadas num processo instruído por um juiz desembargador no Tribunal da Relação de Lisboa.

Nós podíamos consultar a acusação constante de livros disponibilizados nas instalações do tribunal, sendo-nos dada a oportunidade de apresentar uma defesa escrita através de um advogado nomeado como nosso patrono.

E aí, como no caso dos presos políticos, os advogados estavam sempre disponíveis e não cobravam um tostão. O meu advogado foi o Jorge Sá Borges, era um homem que eu não conhecia de lado nenhum, que a Interassociações me arranjou. Eu lá fui um dia ao escritório dele, era um jovem simpatiquíssimo, para tratar dos preparativos da defesa.

Era extremamente interessante a total disponibilidade e solidariedade da advocacia lisboeta dos grandes e pequenos escritórios.

Naquele tempo não havia fotocópias, pelo que tínhamos de copiar os elementos relevantes da acusação diretamente dos livros depositados na Relação, junto ao Terreiro do Paço.

Aconteceu então um episódio de grande utilidade para os estudantes envolvidos – um belo dia os livros desapareceram. Ao que sei terão mergulhado no Tejo.

O atraso daqui decorrente, os livros tiveram de ser refeitos, permitiu à maioria dos envolvidos beneficiar da época de outubro e assim fazer exames antes de as punições saírem.

Faz ideia de como os livros desapareceram?

Tenho uma ideia, mas em concreto não sei quem foi.

Quando regressou em 69/70 ainda colaborou com a AEIST?

Já não. Esses anos foram de autêntico desespero para terminar o curso de imediato. Beneficiando da lei militar podia fazer exames em qualquer data por simples acordo com os respetivos professores.

Eu saio do Técnico em outubro de 65 e regresso em março de 69. São quase quatro anos da minha vida!

Nesse ano fui, simplesmente, estudante. Frequentava a associação e utilizava os seus serviços, sobretudo a cantina. Notava uma grande diferença, os estilos de luta eram muito diferentes e já se notava muito o esquerdismo. A associação estava cheia de pichagens algo anárquicas, usando linguagem pouco própria! Havia, na minha forma de ver, uma certa bagunça. No meu tempo, a malta daquela época era muito mais organizada e formal. Nós fazíamos o que tínhamos a fazer, mas éramos mais profissionais. Éramos mais cuidadosos com a linguagem mantendo

uma postura firme, mas educada. A associação tinha sofrido uma evolução. Era outro estilo, outra maneira. Também os tempos eram outros, sem dúvida nenhuma.

Como eram as relações da associação com outras associações, a nível institucional e também relativamente à presença de estudantes de outras faculdades na AEIST e de estudantes do Técnico noutras associações?

No nosso tempo havia uma fortíssima relação entre as diversas associações de Lisboa e, também com Coimbra, menos com o Porto. Entre as associações de Lisboa havia uma coordenação estreita ao nível das atividades e na preparação de formas de intervenção no âmbito da política estudantil. Nesses anos, as direções das associações de Lisboa e Coimbra tinham muitas afinidades e, portanto, havia um trabalho de coordenação. Às vezes também havia entajuda em coisas do plano dos serviços, na parte de folhas, impressões, etc., mas isso não era o mais relevante. Cultivava-se essa integração e essa coordenação no sentido de assegurar economia de meios porque os de que dispúnhamos eram escassos.

Daí ser muito importante a coordenação interassociações, logo, a existência da RIA.

Esteve na RIA ou participou nela?

Muito pouco. Eram reuniões muito restritas de que não fui frequentador e que não estiveram no domínio da minha atividade. Constituíram um instrumento de coordenação e de orientação.

Quais foram os momentos marcantes do movimento estudantil, enquanto estudante do Técnico?

O grande momento é 61/62 com a nossa juventude e emotividade a acompanhar e vibrar com todas as movimentações do Dia do Estudante e da crise académica, descobrindo e tomando consciência do poder e capacidade de luta das massas estudantis.

Participou em todas as manifestações de 62?

Eu diria que em quase todas. Nessa altura tinha muito poucas responsabilidades.

O que recorda de 62?

Por exemplo, aquele momento em que os estudantes estão na cantina em pacífica ação de protesto. A polícia chega e leva toda aquela malta presa em autocarros. Uma ação tosca e perfeitamente idiota. A cegueira desta ação fez com que imensa gente que não tinha envolvimento praticamente nenhum fosse presa, contribuindo assim para o alargamento da mobilização.

Quando chegava a primavera e as árvores começavam a florir na alameda da universidade era quando as grandes batalhas dos estudantes se davam. Era todo um processo intenso que prosseguia ali e não coisas que se faziam como uma brincadeira. Havia graus de envolvimento diversos e, no meio disto tudo, havia gente que era presa. A maioria das pessoas que eram presas não o era com acusações de atividades ligadas ao movimento associativo. As acusações normalmente eram de natureza político-partidária, tendo muitos sido condenados em tribunais plenários.

Quais eram as principais bandeiras de luta do movimento estudantil, desde que entrou até que saiu do Técnico?

Era, fundamentalmente, a autonomia universitária. Eram as bandeiras que podíamos assumir. A democratização do país, com maior ou menor criatividade, subjazia à maioria das linhas de ação que levávamos a cabo. Procurávamos através de atividades culturais, nos jornais, nas revistas, nos nossos escritos, na programação cineclubística fazer passar a mensagem e difusão dos ideais democráticos. Era isso que estava implícito, defendendo o *campus* universitário através do chavão da autonomia universitária.

Era, fundamentalmente, na construção de um espaço de liberdade, que a autonomia universitária nos era cara, porque de certa forma se defendia um território procurando conferir-lhe um estatuto que o colocasse ao abrigo de um certo tipo de repressão. Nos anos 60, apesar de tudo a repressão sobre professores era mais branda do que tinha sido em anos anteriores que nós já não vivemos. Nos anos 40, especialmente em 1947, um elevado número de professores universitários de grande nomeada foram demitidos das suas funções só porque não eram politicamente favoráveis ao regime. Assim aconteceu

com Abel Salazar, Bento Caraça, Manuel Valadares, Ferreira de Macedo e tantos outros. Esse tipo de repressão era violentíssimo e sem apelo.

Como decorriam os processos de luta? Como se iniciavam, como se desenvolviam e, depois, como terminavam?

Normalmente, desenvolviam-se eventos e atividades, que eram o dia-a-dia da vida associativa. As associações programavam as suas atividades no plano cultural, pedagógico, etc., procurando desenvolver os mais variados eventos. Era essa a nossa forma de intervenção que transparece em todas as atividades das associações, incluindo a parte pedagógica a que nós dávamos grande importância. Por exemplo, a melhoria da qualidade do ensino era absolutamente vital e nós fazíamos muito trabalho nesse campo.

A melhoria da qualidade do ensino pode também ser encarada como uma reivindicação.

Sem dúvida. Neste âmbito é justo reconhecer que a resposta dos professores às nossas solicitações de uma maneira geral foi sempre positiva. As iniciativas que lançámos sempre encontraram bom acolhimento e apoio e mesmo um certo entusiasmo por parte dos professores. No fundo íamos ao encontro de uma profunda vontade de melhorar que existia na maioria do corpo docente do Técnico.

Complementarmente procurámos organizar conferências e palestras sobre temas gerais do âmbito da cultura científica, para as quais convidávamos especialistas. Estas conferências tinham espírito aberto e eram muito participadas por estudantes e mesmo por professores. A maioria destas conferências eram feitas nas instalações do IST, cuja direção sempre manifestou abertura para o efeito.

A AE do Técnico para lá de outro tipo de preocupações, ao tempo, sempre considerou sua bandeira a melhoria da qualidade técnico-científica do ensino ministrado no IST.

Com esta pergunta queria também perceber como se decidia quando se ia para a luta.

Haveria que tomar o pulso à situação e era para isso que, normalmente, também surgiam as Reuniões Interassociações, com vista às devidas análises e avaliações.

Normalmente a negociação era fácil?

Não era assim tão fácil. Havia muitas sensibilidades, muitas tendências, daí resultando diferenças que, naturalmente, dificultavam os acordos. Era nesses aspetos que havia muita conversa inter-associativa, onde essas coisas eram dilucidadas.

Há mudanças no movimento estudantil desde a entrada do sr. eng^o no Técnico até à saída?

61 a 65 foi um período em que a luta estudantil se desenvolveu com determinadas características até que a repressão se abateu e verificando-se uma grande mutação no estilo e nas linhas de orientação que conduziam essas formas de luta. Se houve influências de um tipo dominante em determinados períodos, depois essas influências alteraram-se ou foram substituídas por outras de outro tipo. Assistiu-se a um ascenso daquilo a que é vulgar chamar-se esquerdismo. As características políticas também se tinham alterado. Maio de 68 tinha eclodido e isso mudou tudo. Muitas das coisas que eram aceites como verdades, com o Maio de 68 alteraram-se. A mudança foi substancial e ninguém ficou imune.

Vocês estão a fazer um trabalho interessante porque é uma leitura já distanciada. Hoje já se consegue falar destas coisas com um à vontade maior, porque os ânimos já estão mais calmos. Havia uma sensibilidade política nos anos 60 a 65. De 65 para a frente as coisas mudaram.

Quando regresso do serviço militar, sinto que a associação já não era aquilo que eu tinha conhecido. Não quero estar a dizer que estava melhor ou pior ... já não era a mesma coisa.

Coisas que eram sagradas num determinado contexto, passaram a ser contestadas e muitas ilusões também se tinham perdido.

O assunto é complexo por causa das influências políticas. Por exemplo, há até a presença dos católicos progressistas, que era o meu caso, porque os católicos conservadores normalmente não apareciam. Os progressistas eram bem aceites pelos movimentos à esquerda e na associação do Técnico havia vários. O que mostra também que havia nesses movimentos uma certa postura unitária à esquerda que era interessante.

Em janeiro de 63 aparece *O Tempo e o Modo* que, perante um movimento associativo

bastante à esquerda e com uma linha muito dirigista bastante determinada, foi também uma pedrada no charco. O aparecimento de *O Tempo e o Modo* reflete uma sensibilidade católica mais intelectualizada, mais avançada, progressista, que se começa a expressar muito através dessa revista.

No meu tempo bebíamos sempre muito da cultura francesa, e os católicos progressistas também. Para eles a revista *Esprit*, fundada por Emmanuel Mounier e nesse tempo dirigida por Jean Marie Domenach, representava para lá do personalismo cristão uma certa forma de nova esquerda.

Seria interessante pôr um painel com pessoas de sensibilidade diferentes a conversar sobre estes temas. [risos]

Quais eram as organizações de juventude que havia no Técnico?

Havia a JUC, à qual eu nunca pertenci apesar de ser católico, pois tive sempre uma visão democrática progressista, com mais afinidades, por exemplo com a cooperativa Pragma.

A Igreja Católica, com a JUC, tentava manter alguma atividade que nunca foi muito expressiva.

Normalmente os católicos que apareciam no movimento estudantil eram os tais católicos progressistas, que eram indivíduos que não estavam enquadrados em qualquer estrutura da igreja.

As JOC, as JUC ou as JEC ficavam à *côté*.

Se bem que a JUC acabou por se aproximar um pouco do movimento estudantil ...

Sim. Penso que se aproxima na parte final, principalmente porque muitos dos seus membros tinham simpatia pelo movimento associativo. No entanto, a noção que eu tenho é que a Igreja Católica, através do controlador, o cônego Rodrigues, mantinha aquilo com pulso férreo.

Apareciam por vezes grupos que faziam movimentações sob a forma de publicações, jornalecos, criticando a linha de atuação das associações, por ser demasiado à esquerda, pretendendo dar a ideia de procurarem posições mais equilibradas. Neste campo lembro-me de um grupo que publicou alguns números de um jornal com o título de *O Sete*, se a memória me não falha.

Normalmente estas coisas tinham vida efémera, conforme apareciam, também desapareciam.

Esse grupo tinha uma estrutura organizada?

Penso que terão tido essa intenção. Mas não atingiram tal desiderato. Estas coisas dão trabalho!

Coloca-o no centro direita?

Seriam pessoas que pretendiam apresentar-se com uma posição equilibrada, razoável perante uma população estudantil mais apolítica. Criticavam o movimento associativo por ser demasiado à esquerda ou exagerado mas vinham, de certa forma, deitar água na fervura e não se apresentavam como defensores ultramontanos do regime.

A nível das universidades, claramente, o que aparecia era o movimento associativo, as estruturas da igreja, e algumas efervescências de grupelhos, que fundamentalmente apareciam sob a forma de panfletos com linguagem de extrema direita. Suspeitávamos que fossem ligados à política política.

Uma vez que entrou em 59, ainda recorda a Mocidade Portuguesa no Técnico?

Existia a nível do liceu, mas no Técnico e nas universidades já não.

E no CDUL?

O CDUL era uma estrutura desportiva, mas penso que aí o aspeto político não era sensível. O CDUL era utilizado por muita *estudentada* universitária como Centro Desportivo Universitário de Lisboa. Eu nunca usei. Funcionava no Estádio Universitário.

Que acontecimentos da política nacional presenciou, ou em que interveio, enquanto estudante do Técnico e que o tenham marcado de alguma forma? Já entrou depois das eleições do Humberto Delgado.

Já. Entrei em 59/60 e as eleições com o Humberto Delgado são exatamente do ano anterior, 1958. Foi um movimento extraordinário, estava eu a terminar o liceu. Lembro-me bem do comício realizado no ginásio do liceu Camões e do aparato policial montado que quase cercou aquela zona da cidade. Estive na praça

do Saldanha, onde a GNR entrou a cavalo pelo café Monte Carlo a dentro. Partiram aquilo tudo. A PIDE circulava em carros negros pelas redondezas apontando metralhadoras e fazendo rajadas para afugentar as pessoas que circulavam em grande número pelas ruas próximas. Foi uma coisa marcante.

Os anos 60 são ricos de acontecimentos que, de certa forma, preludiam o começo do fim do regime.

Em janeiro de 1961 o capitão Henrique Galvão assalta e toma posse do paquete Santa Maria, com a total complacência dos Estados Unidos e das autoridades brasileiras.

Em 1961, dá-se o início da guerra colonial em Angola, com abertura de novas frentes em 63 Guiné e 64 Moçambique.

Em fins de 61 dá-se a invasão do Estado da Índia pela União Indiana, que marca o fim da nossa presença naqueles territórios.

Lembro-me que quando a notícia se espalhou, ali ao fundo das escadarias do Técnico que dão para a alameda surgiu uma movimentação de um grupo de estudantes que saudou o acontecimento. Houve ali uma manifestação que não sei como surgiu, mas me pareceu espontânea, gritou palavras de ordem anticolonialistas e desfez-se em frente ao cinema Império.

Em 1962, o golpe de Beja, que falhou.

Em 1965, a PIDE assassina Humberto Delgado e a sua secretária em território espanhol na proximidade da fronteira portuguesa.

Em 1968, Salazar cai da cadeira ficando incapacitado.

Ainda em 1968, iniciam-se aí os ciclóticos trabalhos do consulado de Marcelo Caetano.

Em 1970, morre Salazar. Em julho, razão porque o facto foi muito saudado no Técnico pelo foguetório com que se comemorava a formatura no fim do curso. Imensa gente se formou nesse dia.

Gostaria de referir um outro evento, bem mais simples, mas no entanto pleno de significado pela sua espontaneidade. Aí por 63 o meu cineclubes – o ABC Cineclubes de Lisboa – organizou uma retrospectiva de cinema italiano, com filmes do período neorrealista, que na sua larga maioria não tinham passado ou tinham sido proibidos em Portugal. Conseguimos, com o apoio do Instituto Italiano de Cultura,

trazer a Portugal os filmes mais representativos dessa corrente que passámos no cinema Império (hoje uma igreja) com grande sucesso. Entre outros passámos *O Milagre de Milão* do realizador Vittorio De Sica. A história do filme passa-se no pós-guerra italiano, em que a miséria era enorme e o desemprego grassava. Os trabalhadores desempregados viviam em bairros de lata de onde o malvado capitalista os quer expulsar para poder construir um arranha-céus. A polícia desaloja os trabalhadores e leva-os presos metendo-os em enormes carroções. Na cena final, quando os carroções da polícia passam em frente da maravilhosa fachada gótica do Duomo de Milão, dá-se o *milagre*, os carroções abrem-se e os operários elevam-se no espaço, provavelmente em direção a um céu onde não haja injustiça e a felicidade seja possível!

Quando a cena fecha, o cinema Império, que estava completamente cheio, rebentou na mais espontânea, emotiva e longa salva de palmas a que alguma vez assisti.

A retrospectiva acabou ali, pois a emoção provocada por operários a subir ao céu, era subversão que o regime não podia tolerar.

E as tentativas de golpe de estado?

Essas tentativas de golpes de estado na altura passaram despercebidas. Foram acontecimentos abafados de que só mais tarde a sociedade portuguesa veio a tomar conhecimento; caso do golpe palaciano do general Botelho Moniz em 1961.

Recorda algum acontecimento internacional de referência?

A chamada crise dos mísseis em Cuba, em 1962, que marca o auge da Guerra Fria entre os Estados Unidos e a União Soviética. Foi um susto à escala do mundo onde se esteve à beira de um conflito nuclear.

A chegada do homem à lua em julho de 69. Foi um fenómeno emocionante do ponto de vista técnico-científico. Estive uma noite inteira a seguir na rádio os detalhes que iam dando.

Qual o balanço que faz da sua experiência enquanto estudante do Técnico?

Eu diria que foi talvez o período mais enriquecedor da minha vida, pois ali me formei

profissionalmente numa área técnico-científica que correspondia inteiramente às minhas pretensões. Complementarmente as atividades que desenvolvi no campo do empenhamento e participação nas lutas associativas abriram-me os horizontes da participação cívica e permitiram-me experiências que, desde cedo, me deram uma compreensão muito profunda do país que somos e dos objetivos de luta por um país melhor.

Formámo-nos na vida política, mas também na vida cultural. Aprendemos a ler as linhas, as entrelinhas e as entrelinhas das entrelinhas, em duras lutas, entregues a nós próprios. Provámos o sabor do sucesso e o amargo do insucesso.

Tivemos a noção de que contribuimos para construir alguma coisa útil.

A escola, por um lado, correspondendo ao que eu gostava, e, depois, esse trabalho paralelo, desigual, mas que realmente me encheu, que nunca enjitearei, e que é aquilo que talvez mais tenha contribuído para ser o que fui e o que ainda sou.

Portanto, o Técnico foi relevante para o seu percurso de vida.

Claramente, foi! E é por isso que quem por lá passou sempre recorda com nostalgia a velha escola.

Mesmo hoje, quando me encontro com amigos da minha filha, quando há festa na casa dela e vem aquela *maralha* toda do tempo dela, é um prazer falar com toda aquela rapaziada porque sempre vem ao de cima o orgulho implícito na velha graçola, quando reconhecemos que *isto é tudo malta do Técnico*.

No meu tempo vivíamos mais a associação do que vivíamos as aulas. No entanto quando chegava o tempo dos exames desaparecíamos e num grande esforço lá recuperávamos o tempo perdido. Era aquele estudo concentrado de fim de período, porque o tempo não chegava para tudo.

Uma figura que hoje sempre recordamos com simpatia é o velho diretor Luís Almeida Alves, de quem ao tempo éramos irreverentemente críticos. Hoje vemo-lo com outros olhos. O *Luizinho*, no fundo, era um homem bom que, à sua maneira e com bom senso sempre nos procurou proteger.

Tem fotografias da época?

Infelizmente não tenho fotografias! Eu, que fui colaborador e diretor da secção fotográfica! Dava fotografias a toda a gente e esqueci-me de mim próprio.

Quando foi a crise académica nos anos de 61, 62, 63, 64 houve muitas manifestações na Cidade Universitária, em frente do ministério no Campo de Santana, nas proximidades do Técnico e outros locais, sempre com boa dose de pancadaria por parte da polícia que os fotógrafos da secção fotográfica, como bons repórteres sempre cobriam.

Depois editávamos essas fotografias a que chamávamos os *souvenirs*, que eram expostos e vendidos na secção fotográfica como postais.

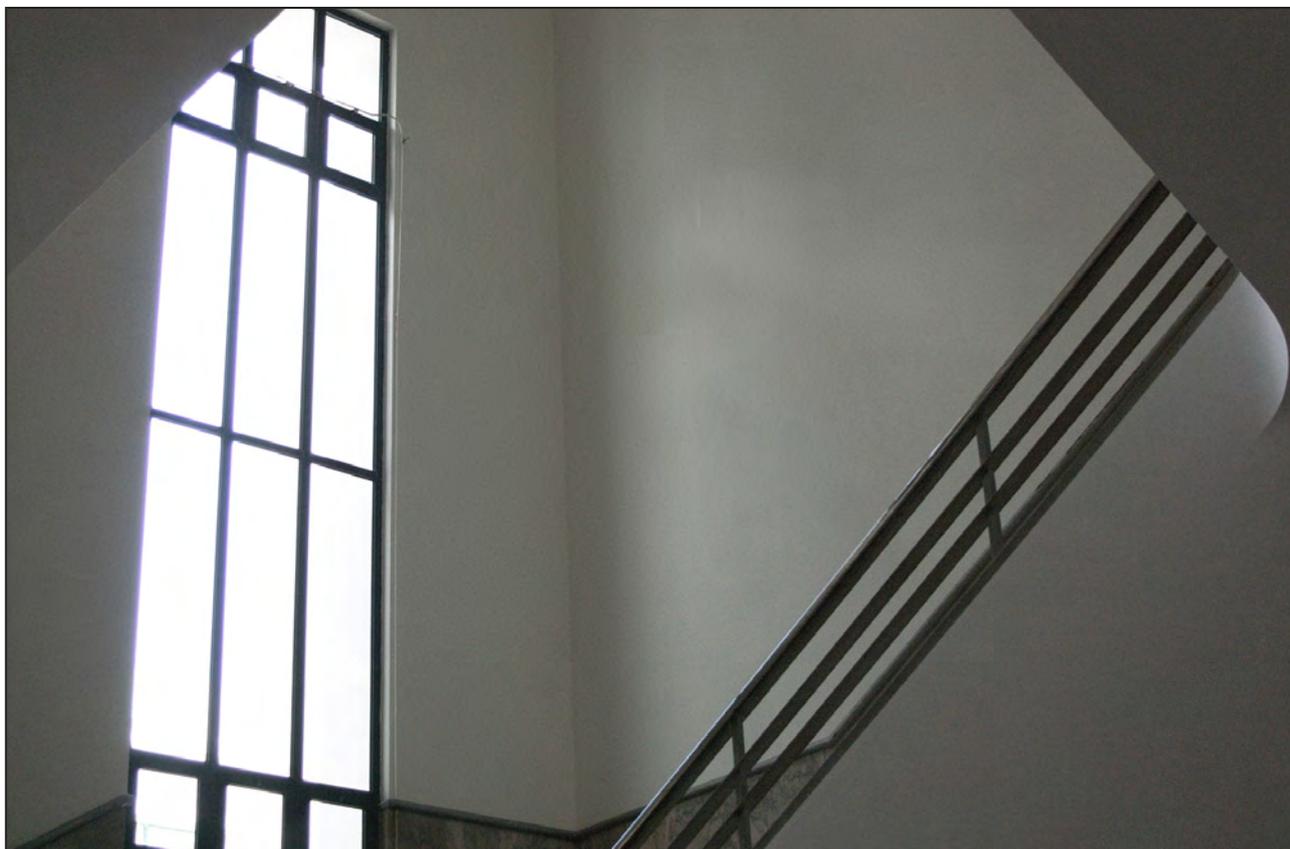
Essas fotografias ao tempo correram mundo. O movimento estudantil português era muito acompanhado por jornalistas estrangeiros, que sempre se abasteciam de *souvenirs* na secção fotográfica.

Há uma célebre fotografia com uns polícias façanhudos com capacete e metralhadora, tirada numa dessas *manifs*, no cruzamento da avenida 5 de Outubro com a avenida das Forças Armadas, que uma editora francesa utilizou como capa de um disco com canções da resistência. Essa foto era nossa.

Muitas destas fotografias que aparecem nos livros sobre Portugal no tempo da ditadura eram da secção fotográfica.

Pavilhão central.

Foto: Tatiana Soares



Em que período esteve no Técnico?

De 1958 a 1964.

O que o levou a escolher um curso de engenharia?

De facto, eu gostava era de ciências, mais de física e de química. Vim para engenharia não tanto pela engenharia, mas mais pela componente científica. E por isso escolhi a engenharia que me parecia mais científica, que era a química.

Não há uma razão muito profunda para esta escolha, talvez o prestígio do Técnico. Havia a ideia que a formação, mesmo a científica, era mais bem dada no Técnico. Mas se calhar foi uma mistura de razões. Eu sabia que entrava, pois era razoavelmente bom aluno e não tinha problemas de entrar.

O professor veio dos liceus.

Vim do liceu Camões.

Como recorda o primeiro contacto com o Técnico?

Não desgostei. Ao contrário do que é normal, comecei a ser melhor aluno no Técnico do que no liceu. No Técnico eu interpretei as coisas um pouco como um desafio. Era muita gente, os anfiteatros eram pequenos e ficavam cheios, era preciso chegar cedo e eu era dos que chegava cedo para me sentar à frente para ouvir e ver melhor. Pelo menos de início ...

Era um aluno aplicado?

Sim. Sempre fui. Mesmo na época mais agitada. Até gostei do Técnico. Havia matemática que era dada muito a sério e eu gostava de matemática. Julgo que onde eram melhor dadas as disciplinas de matemática, física e química era no Técnico.

Então, a nível pedagógico teve uma boa impressão?

A nível pedagógico nunca tive boa impressão. Mas eu também não me importava muito porque eu achava que podia superar os problemas pedagógicos dos professores. Mas, eles podiam explicar mal a física, mas davam física; podiam explicar mal a matemática, mas davam matemática. E, portanto, o que eu gostava era que houvesse matemática, física e química, mesmo que fosse pedagogicamente discutível. Mas havia livros. Nós podíamos consultar livros e podíamos estudar.

Por exemplo, durante muitos anos tive um grupo em que estudávamos à noite, em cafés. Desse grupo fazia parte o professor Romão Dias, que morreu há pouco tempo.

O prof. Romão Dias também fez parte das suas listas?

Sim. Mas consegui não ser expulso.

Os cafés eram um dos locais onde se encontravam. Que outros locais de convívio havia?

Havia a associação, que tinha sempre um bar. A certa altura comecei a viver praticamente só na associação, quando era presidente. Almoçava lá, jantava lá, não dormia lá mas quase [risos]. Havia uma agitação constante, sobretudo quando se entrou na época do Dia do Estudante, a partir de 62 e depois 63 e 64. Portanto, a certa altura, nós quase que já éramos profissionais da agitação. Era difícil manter aí a componente de estudo. Mas eu ia tentando.

Passávamos o dia na associação, a congeminar coisas, a discutir o quê e como havíamos de fazer. Por exemplo, durante muito tempo fui responsável pelo boletim da associação, tinha de arranjar artigos, escrevê-los, falar com pessoas, organizar colóquios ...

A AE não é comparável às associações de hoje em dia. A componente cultural, por exemplo, era extremamente importante. Organizavam-se colóquios com escritores, como por exemplo, o Virgílio Ferreira, o Alves Redol. O Virgílio Ferreira levantou grandes discussões, porque nós éramos todos muito à esquerda e ele, embora fosse uma pessoa de esquerda, não era propriamente de extrema-esquerda. De modo que houve discussões muito grandes na associação à volta do colóquio dele. Eram acontecimentos importantes, mas que, praticamente, não apareciam na imprensa nem havia informação para fora.

Que tipo de artigos saíam no boletim da associação?

Sobre o funcionamento da associação e das suas secções, da secção cultural, da secção de apoio aos estudantes, do gabinete médico, da secção desportiva, com a equipe de basquete, rãguebi, que eram importantes. Tínhamos funcionários próprios. Havia a secção de folhas, que era também importante, onde conseguíamos dinheiro. A cantina também dava algum dinheiro. Tinha de ter uma gestão um pouco profissional. Era uma pequena empresa e era preciso mantê-la viva constantemente.

Encontrávamo-nos também na biblioteca do Técnico. Eu passava muito tempo na biblioteca dependendo das épocas, conforme estava mais ou menos ocupado na associação.

A biblioteca era um local que possamos considerar de convívio?

Não, era um bocadinho mais chata! Tinha que se namorar muito discretamente na biblioteca. [risos].

Relativamente aos cafés, haviam um aqui ao pé que era o Império. Eu costumava estudar num café que fica na rua do Conde Redondo, o Udina. Costumava encontrar-me aí com o Romão Dias, o Albano Freire Nunes, o Rui Hasse Ferreira. Eu tinha vários grupos: tinha o grupo do Técnico e o das faculdades (da Faculdade de Letras, Direito, etc.) que se encontrava no café Bocage da avenida da República e que era o café da intelectualidade, dos neorrealistas – o Abelaira, o Gomes Ferreira, etc. Nós olhávamos para eles com muito respeito.

Haviam cafés diferentes para grupos diversos.

Sim. No café Bocage, era o grupo mais político e o do neorrealismo. No Udina, era o grupo do Técnico, onde preparávamos as aulas, os exames, sobretudo aquelas cadeiras que se faziam numa noite, porque já havia dessas. Nós juntávamo-nos aí e depois íamos para casa de um e passávamos lá a noite a estudar para o exame do dia seguinte.

Frequentava pouco os cafés mais perto do Técnico?

Frequentava o Império e, às vezes, o São Remo, que era um onde se jogava bilhar, ao fundo, e xadrez. No São Remo havia jogadores de xadrez que geralmente eram da terceira idade e nós chegávamos lá e ganhávamos.

Lembro-me de um outro café da praça de Londres, A Mexicana. Uma certa vez começámos a beber cervejas e a dada altura há um que andava de gatas pelo chão!

Eu não usava estes cafés para estudar, mas para jogar xadrez, bilhar, ou para conversar.

Quais eram os temas das conversas entre colegas?

Variavam um pouco com as pessoas. Podiam ser questões da vida corrente no Técnico; podiam ser questões do tipo cultural. Nós gostávamos de seguir essas questões. Por exemplo, quem tinha ganho, nesse ano, o Prémio Nobel na literatura. Lembro-me de termos falado sobre o Jiménez, que tinha ganho nesse ano. Nenhum de nós sabia quem ele era, um espanhol. Acho que acabei por nunca ler, mas tivemos uma grande discussão, porque uns pretendiam que sabiam quem era, outros não. Cultivámos um pouco o prazer de discutir, e, às vezes, com um bocadinho de tendência para o disparate, também. Enganávamos a nossa ignorância com brincadeiras. Também falávamos de política, mas isso era só com gente de confiança. Toda a gente, das pessoas com quem eu lidava, era mais ou menos da mesma opinião. Falávamos sobre o regime, sobre a guerra colonial ... eram os temas que importavam naquela altura.

Enquanto estudante do Técnico, quais eram os filmes, os livros, as peças de teatro e a música, que recorda?

Música, ia aos concertos no Tivoli, de manhã, da Associação dos Amigos da Música (acho que se chamava assim). Era música clássica.

O Teatro foi importantíssimo. Víamos as coisas novas: *A cantora careca* do Ionesco, *A Casa de Bernarda Alba* do Lorca, que foi representada, penso que, no estúdio do Império. Foi uma grande peça e muito bem representada, julgo que com o Ruy de Carvalho.

No cinema seguíamos o cinema novo, como o Bergman. Aí tínhamos muito mais liberdade. Na política era tudo da mesma opinião e dizíamos todos a mesma coisa, no cinema havia divergências: havia uns puristas que diziam que o Bergman não era suficientemente de esquerda para ser bom. O Fellini para mim foi o que mais me deslumbrou. Comecei a vê-lo com o primeiro filme, *A estrada*, com a mulher dele e o Anthony Quinn. Era um lindo filme, e depois vieram os outros todos. O cinema e o teatro foram um espaço de liberdade para as nossas cabeças.

Literatura, lia tudo o que aparecia. Tinha uma casa de família de verão onde li o Tchekhov, Dostoiévski e um pouco de Tolstoi. Mas, também li a literatura francesa, como o Stendhal.

Alguma desta literatura era proibida, outra não. Havia jornais proibidos que também líamos.

Como é que conseguia os livros?

Os livros era na Barata. O senhor da Barata, tinha lá uns livros clandestinos que nos mostrava, e nós comprávamos. Ele fazia um bom negócio com a literatura clandestina! [risos]. Arranjavam-se os livros marxistas, leninistas e o que fosse necessário. Acho que havia bastantes. [risos]. Depois havia, por exemplo, o pai de um colega que recebia os jornais de França e nós líamo-los. Eram coisas um pouco ridículas, mas eram importantes. Mantinham-nos ligados à informação mais normal, porque nós, praticamente, não líamos os jornais de cá. Só líamos se fosse preciso fazer um artigo para o jornal da associação. Por exemplo, nos boletins da associação tínhamos sempre uma secção de recorte, que consistia exatamente em fazer montagens de coisas que tinham sido publicadas legalmente. Portanto,

eles não podiam impedir que as usássemos. Coisas ridículas como, por exemplo, aqueles discursos do Tomás na Guarda:

– Estou muito contente porque estou na cidade mais alta de Portugal.

E, depois, podíamos usar a literatura legal para gozarmos com eles. Caricaturávamos sem introduzir nada, só usando os textos que já tinham sido publicados.

Foi o engº Mário Lino que substituiu o boletim pelo *Binómio*?

Exato. Nós tínhamos de ir mudando, porque eles começavam a ser localizados e não nos deixavam publicar.

Mas o boletim era legal?

Era, mas ia à censura. Como ia à censura e não passava nada, deixámos de mandá-los à censura. O que nós fazíamos em 62, era afixar na AE os textos cortados pelo lápis azul. Depois deixámos de levar os textos à censura porque entravam e nunca mais nos devolviam. Deixa também de haver referências aos responsáveis do jornal, embora alguns artigos fossem assinados.

E como eram distribuídos sem passar na censura?

Era na associação e aí nunca houve problema.

Foi por isso que se decidiu substituir o boletim pelo *Binómio*?

O *Binómio* já não é na minha fase. Mas julgo que se usou a mesma estratégia. Eles começaram a persegui-lo e a solução era mudar de estilo. Até ficou mais bonito. Julgo que com o *Binómio* se passou a mesma coisa. Nós explorávamos os espaços de liberdade o mais possível.

Quando começou a colaborar com a AE?

Em 61. Eu tive dois anos calmos no Técnico, fiz os anos mais difíceis que foram aqueles primeiros, e em finais de 61 comecei a tornar-me associativo. Penso que foi uma questão mais política, porque em 58 eu já tinha estado nas campanhas do Humberto Delgado, mas depois fiquei muito calminho durante dois anos. Em 61, é que comecei a ir para a associação.

Já tinha uma sensibilidade política antes de vir para o Técnico ...

Sim. Mas de uma forma não organizada. Muito isolada e só da minha cabeça. Esse tempo que estive calminho deu-me um bom balanço como aluno, porque tinha boas notas nessa época. Em 61 é que eu começo a ir para a associação por causa de jogar xadrez. Nós tínhamos uma equipa de xadrez muito boa, que entrava no campeonato nacional. Tínhamos conseguido ganhar ao *Alekin*, que era a melhor equipa de xadrez de Lisboa e de Portugal e íamos para a final do campeonato nacional, mas depois entrámos em greve e não fizemos os jogos, ficamos por terra por causa da greve de 62. Durante 61/62, na associação eu era mais um utilizador. Comecei a entrar foi realmente com o boletim. Também ia aos colóquios, mas era mais como assistente. Apesar de ter começado a perceber qual era a lógica da associação.

Quais foram as várias funções que teve na associação?

A primeira foi a do boletim, em que era chefe de redação, julgo eu. Mas isso dilui-se porque os nomes não podiam aparecer. Nós divertíamos-nos imenso a fazer o boletim e a mandar piadas políticas! Mas era tudo pensado. Por exemplo, a ideia do *recorte* era muito simples mas resultava. Aliás, o *recorte* foi uma ideia que não foi inventada por nós, foi inventada pelo *Diário de Lisboa* que tinha uma secção parecida. Publicava só textos já publicados para a censura deixar passar, e, mesmo assim, às vezes, não deixava.

O mais importante, para além da formação política, era a noção da democracia e da liberdade, porque nós não tínhamos esses conceitos. Ninguém nos ensinava. E na associação, embora nós tivéssemos tendência a ser muito facciosos, porque quase todos éramos muito de esquerda, tínhamos regras e insistíamos sempre na questão das assembleias gerais. Transmitíamos às pessoas a mensagem de que elas é que tinham de decidir. Não há dúvida que as associações eram uma escola de formação cívica. E não era especial do Técnico, era geral a todas. Pelo menos, das que eu conheci, acho que tinham todas, mais ou menos, as mesmas características fosse em Lisboa, ou em Coimbra.

As autoridades escolares tentavam evitar as assembleias gerais?

Sim. Além de não reconhecerem as votações das assembleias gerais e coisas assim. Por exemplo, quando uma assembleia votava contra um decreto-lei, eles ficavam furiosos. Claro que nós rejeitávamos, mas também não tínhamos poder para fazer nada. Mas só o rejeitar já era uma embirração muito grande.

Depois de ser chefe de redação no boletim, passei para a direção quando foi presidente o Ferreira dos Santos. Tudo se agudizou em 62 com a crise académica a partir da qual todas as posições políticas se extremaram. Por exemplo, aqui no Técnico, houve eleições em 62, e havia dois candidatos. Um era o Ferreira dos Santos de esquerda, tipo socialista; e o outro que era o Albano Freire Nunes mais de esquerda, PC. Ganhou o Ferreira dos Santos, mas eu, embora pertencesse à *equipe* do Albano Freire Nunes, entrei na direção do Ferreira dos Santos. Portanto, nós fizemos um *pot-pourri* com as duas listas. Ganhou a do Ferreira dos Santos que era a mais moderada, mas as duas tinham politicamente uma linha mais ou menos certa, sendo antiregime, pela liberdade, pelo papel das associações, etc. Havia pontos em que estávamos todos de acordo. Por isso é que também foi possível fazer a lista e não houve nenhum problema, sempre me dei bem com o Ferreira dos Santos.

Tem ideia se terá havido algum motivo especial para ele vencer as eleições e não o Albano Freire Nunes?

A nossa era uma linha radicalíssima. Não me lembro dos resultados, nem como foi.

Quando falamos em *radicalíssima* estamos a referir-nos ainda ao PCP?

Sim. Nessa altura começavam a aparecer coisas ainda mais radicais. Por exemplo, quem fez a capa do meu programa de candidatura, foi o Heduíno Gomes Vilar, que era dos primeiros da extrema-esquerda. Às vezes, eu tinha problemas por ser amigo dele, porque ele já era maoísta e fazia a crítica dos *chefes*, que eram a direção da associação. Ele já fazia a crítica de esquerda à esquerda. Tenho a impressão, pelo menos que nós detetássemos, que ele é o primeiro sintoma do maoísmo que viria a seguir e que depois se

desenvolveu muito. Ele era muito divertido, e eu dava-me bem com ele.

Ele foi um pouco *mal amado*, não foi?

Toda a gente foi bem tratada. Isso foi no fim, depois quando chegamos a 74. Mas essa parte não sei de nada, porque já não estava cá. Mas no fim, ele aparecia ligado a grupos de extrema-direita. Mas continuei a falar com ele, quando aparece nos almoços do Técnico. Ele pertencia ao *Partido do Castelo*, com o símbolo do castelo de Guimarães ...

Portanto, entrei para a direção do Ferreira dos Santos como primeiro vice-presidente, acho eu.

Os estatutos eram um pouco complicados. O presidente era eleito em votação secreta por toda a gente, o primeiro vice-presidente era eleito em assembleia, o segundo vice-presidente pela Junta de Delegados.

Havia uma estrutura académica da associação em que cada curso tinha o seu delegado, e depois havia uma junta de todos os delegados, uma espécie de assembleia dos delegados. Depois, o Ferreira dos Santos foi para assistente, porque ele estava a acabar o curso, e houve novas eleições e aí é que eu passei a presidente, já em 64 ou finais de 63.

Então ele não acabou o mandato?

Não. Mas demo-nos todos muito bem e a associação funcionava bem com ele. O problema é que a esquerda era mais ativa do que o seu grupo de apoio.

O que é que recorda da vice-presidência desse ano?

63 foi mais calmo. Houve o Dia do Estudante também, mas o governo decidiu não atacar e fingir que não tinha visto. Eu continuava muito ligado à parte da escrita dos textos. Com o Ferreira dos Santos comprámos o *offset*. Ele era muito bom em coisas técnicas, a agitação ficava para nós. Por isso é que nos dávamos bem, cada um tinha a sua área de funcionamento definida. Tanto que, no fim, fui eleito apoiado por todos. Não havia conflitos.

Nessa altura já não havia conflitos. Houve realmente em 62 uma agudização em que as coisas se extremaram muito. E aí o PS também

tinha as suas zonas de influência. Mas depois disso tudo foi um bocadinho diluído.

Em 62, já estava no boletim, mas ainda de uma maneira muito independente.

Quando foi o Dia do Estudante de 62 ...

Aí é que virou tudo! Eu estive desde o início na Cidade Universitária. Havia aquelas pessoas que fizeram o Dia do Estudante desde o início e ficaram ultraradicalizadas. Vimos a polícia diante nós, vimos as metralhadoras, vimos tudo, e isso deu-nos uma liçãozinha!

E a eleição como presidente da direção da associação?

De facto, eu tinha o apoio, não digo de toda a gente, porque havia um candidato que, segundo nós, e acho que com razão, era um candidato posto pela PIDE. Era um candidato de extrema-direita. Faziam comunicados falsos, fingiam que eram assinados por nós, faziam umas *trafulhices*, coisas muito estranhas. Sei que há um boletim que fala nisso. Mas eram coisas pouco representativas, na assembleia eram 2 votos em 100. Não sabíamos bem quem era, nem se era estudante, nem tinha aparecido.

Tenho indicação de um Perestelo de Vasconcelos.

Penso que é esse! Julgo que ele foi à eleição até ao fim, mas não sei se teve algum voto. Por isso é que não tenho a certeza que ele não fosse fabricado. Nós também tínhamos pessoas de direita na assembleia, em particular o Adelino Amaro da Costa, que era uma pessoa de direita, mas democrata. Ele ia às assembleias, nós dizíamos mal dele, mas ele argumentava, fincava o pé e defendia as suas posições. Nunca lhe aconteceu nada. Eu era amigo dele. Só tenho pena de não me ter dado mais com ele na altura, mas não era fácil, porque haviam grandes divergências. Mas era uma pessoa de quem nós tínhamos muito respeito, que estava lá na associação e que votava, geralmente contra, nas assembleias. Porque, realmente, as coisas que nós pedíamos, se não era o governo ir abaixo no dia seguinte, eram coisas próximas. E isso, ele achava que não podia ser, que tinha de ser por votações e eleições.

Olhando à distância, nós éramos um bocadinho limitados nas nossas tendências. Mas,

apesar de tudo, havia liberdade na assembleia. Não digo que houvesse uma liberdade total, mas uma pessoa como o Amaro da Costa esteve lá sempre.

Agora o Perestrelo nunca cheguei a saber quem era. Não comparo um com o outro. Porque esse arranjava comunicados que eram falsificações e *aldrabices*. Política de baixo nível.

Por exemplo, dizia que éramos todos comunistas e que nos tinham visto numa reunião do Partido Comunista. Coisas disparatadas. Não é que não fossemos comunistas, mas não nos tinham visto em nenhuma reunião do Partido Comunista, porque não havia reuniões assim.

O Redol talvez tenha comunicados desses porque ele era da nossa equipe, devia ser responsável da secção de propaganda, e o Heduíno também. Na *cultural*, a certa altura, era o Faure da Rosa.

Porque é que concorreu a presidente?

Foi natural. Já era vice-presidente. Ainda por cima o Ferreira dos Santos tinha-se ido embora e nós tínhamos trabalhado em equipa, e nesse sentido é que digo que tínhamos o apoio generalizado. O Perestrelo tinha a candidatura, mas nem sei se ele apareceu na assembleia de voto.

E porque saiu do Técnico?

Porque fui para Inglaterra e desliguei-me completamente.

Fui expulso da Universidade Técnica por um ano. Fomos oito expulsos: o Albano Freire Nunes, eu, o Fernando Vicente, o Jorge Araújo (ex-reitor de Évora), o Lopes, o Sérgio Palma Brito, o Eduardo Medeiros e o Bénard da Costa. O António Garcia era da minha direcção, mas ele escapou-se. O Romão Dias era o segundo vice-presidente e ele, tal como o Ferreira dos Santos, foi para assistente, saiu e entrou o Garcia.

Quando fomos expulsos o Garcia não estava ainda registado no Técnico. Nós nunca falámos nele e ele não foi expulso. O Romão Dias também se safou, porque foi para assistente. Mas houve ali um interregno que eles não perceberam bem.

Fomos expulsos por causa da realização do Dia do Estudante. Organizámos uma manifestação, na Cidade Universitária, mas que passou pela avenida de Roma e levou muita gente. Em

63 já se tinha repetido o Dia do Estudante de 62, mas não se notou muito e o governo achou melhor não fazer ondas. Em 64 eles acharam que não podia continuar, houve um endurecimento do governo e fizeram processos aos dirigentes das associações de estudantes. Nessa altura, o Albano era o presidente da RIA. Mas, essencialmente a argumentação foi na base do Dia do Estudante e fazíamos comunicados ilegais. Parece-me que o reitor da UTL, o Leite Pinto, era o acusador. Pelo menos, a mim, acusou-me de fazer e distribuir comunicados, que por acaso nunca fiz. Teve um pouco o papel de polícia. Disse que um dia tinha visto sair comunicados da AE do Técnico, à meia-noite, para serem distribuídos pela cidade. Isso era falso porque, embora algumas vezes se fizessem, em geral, os comunicados não eram feitos aqui no Técnico. Era noutros sítios que eles não sabiam.

A maior parte dos comunicados mais perigosos, que eram os da RIA, eram feitos em ciências, nos edifícios lá para trás. E as principais reuniões da RIA também eram em ciências. Haviam alguns aspetos da organização que eram clandestinos, porque nós podíamos ser presos a qualquer momento, era só eles decidirem.

Portanto, foram feitas acusações de que os comunicados eram difamatórios e coisas assim. Mas era tudo coisas muito frágeis porque eles não tinham argumentos, embora houvesse a manifestação que, de facto, nós organizámos!

A minha defesa, se bem me lembro, fiz em conjunto com o Albano. A nossa defesa foi feita pelo Jorge Sampaio. E eu lembro-me dele dizer: – A minha argumentação está perfeita, mas não serve para nada.

E realmente fez uma defesa, muito bem feita, em que demonstrava que todas as acusações eram, mais ou menos, não fundamentadas. E era verdade. Não quer dizer que não houvesse delito, mas eles nunca tiveram o cuidado de demonstrar nada. Também porque não precisavam.

Acho que acabámos todos expulsos, mas não sei se fomos todos ao mesmo tempo.

Este foi um ano em que houve também várias prisões.

Sim, em 64 e em 65 também. Eu, inclusivamente, fui preso em 65. De dezembro de 65 a junho de 66.

Já não foi preso enquanto ativista estudantil.

Não. E em 66 fui definitivamente para Inglaterra. Tinha lá uns amigos que eram professores de física. Através do contacto de um português que lá estava, deram-me a morada e fugi para Inglaterra sem nada. Cheguei à universidade, o *University College*, falei com o professor, fez-se uma pequena reunião com o decano, disse-lhes o que eu fazia, expliquei as manifestações, e eles não percebiam como é que o reitor estava a atuar contra os estudantes. O que tive mais dificuldade em explicar-lhes foi que o reitor não o era no sentido normal da palavra. Era uma pessoa do governo posta ali. E, portanto, o reitor é que fazia as acusações contra os estudantes. Para eles não fazia sentido, dentro da própria universidade, os estudantes serem atacados pelas próprias estruturas universitárias. Até que perceberam que até a universidade era controlada diretamente pelo poder político. Convencimos. Arranjaram-me um emprego no *University College* a fazer análise de dados das experiências feitas no CERN. Comecei a dedicar-me ao ramo da física, em que ainda trabalho hoje.

Como funcionava a associação no tempo em que foi aluno?

Havia as secções, uma direção, era importante a parte de contabilidade, tínhamos um contabilista, tínhamos quatro ou cinco funcionários, a parte de gestão também era importante onde o Vicente era o homem forte. Tínhamos as secções muito famosas como a desportiva, com a parte do basquete, do rãguebi, a piscina. Essas secções, geralmente, escapavam um bocadinho ao controle das direções, tal como na Associação Académica de Coimbra, com autonomia e financiamento próprios. Havia o gabinete médico. As secções que davam dinheiro era a de folhas e a cantina e no salão nobre organizávamos bailes na base empresarial porque davam bom dinheiro, mas os políticos não apareciam, à exceção dos que estavam a organizar. A biblioteca também era engraçada, onde podíamos meter alguns livros *perigosos*.

Estavam todos registados?

Alguns estavam. Nessa altura havia uma editora (não me recordo qual) que publicava livros de autores portugueses, economistas, sociólogos,

do Costa Dias, do Joel Serrão, tudo de esquerda. Esses livros eram legais e estavam à venda. Nós tínhamos muitos desses livros. De história tínhamos, por exemplo, o António José Saraiva, que era um dos nossos prediletos. A associação também tinha um papel importante na parte da leitura.

Tínhamos também um lar da associação que julgo que acabou. Era no quarto andar, numa rua de esquina na Almirante Reis. Nós íamos lá, às vezes, à noite ao bar tomar uns copos, quando já não tínhamos sítio nenhum para onde ir. Havia sempre lá uns foliões. Mas as pessoas do lar não eram bem os associativos puros, de modo que, às vezes, era preciso ter cuidado. Não se podia dizer coisas politicamente muito violentas ...

Havia pessoas do lar na associação?

Havia. Por isso é que podíamos ir lá, senão, não podíamos. Se fossem *normais* não tinham paciência para nos aturar! [risos]

Tínhamos também reuniões de direção, na salinha da direção.

Uma das nossas preocupações era sempre tentar parecer moderados. Tenho de reconhecer que nós éramos um bocadinho limitados e fechados. De quem não fosse realmente, de esquerda, nós desconfiávamos sempre, o que não me parece uma boa atitude. Mas haviam os católicos de quem nós gostávamos muito: o Luís, o Benárd da Costa, o Hasse Ferreira e o Garcia. Havia um grupo de católicos que estavam connosco, mas também não se identificavam bem connosco. Estavam mesmo na direção e na gestão da associação. Por exemplo, o Garcia era uma pessoa 100% da nossa direção

E as listas, tinham que ser homologadas?

Eu acho que nós nunca chegámos a ser homologados. Aquilo foi um ano tão agitado que nem dava para parar para pensar. Eles realmente não tinham controle sobre as associações. Eu pensava que o Almeida Alves, o diretor, também era do regime, muitos anos depois é que comecei a perceber que ele era uma pessoa extremamente decente. Hoje ainda há pessoas que dizem mal dele, mas eu julgo que ele tentou fazer o melhor possível. Embora politicamente não fosse bem definido, com ele a polícia nunca entrou no Técnico. Ele punha-se aos portões onde estava

a polícia e dizia-lhe que conhecia os alunos todos do Técnico, o que era mentira, e deixava entrar toda a gente. Dizia que eram todos alunos. Estava com os polícias, mas estava a fazer o papel de salvar as pessoas.

Eu demorei muito a perceber isso e nesse sentido é que eu digo que nós éramos um bocadinho limitados. Se calhar, podíamos ter feito coisas muito melhores com o diretor da escola, não fizemos porque desconfiávamos dele.

Então como descreveria a relação da associação com o diretor e os professores?

Formalmente era corretíssima. O diretor sempre nos tratou com respeito e nós a ele. Mas era um bocadinho distante, porque ele também tinha de se defender porque era nomeado, ninguém era eleito. Com os professores, existiram sempre alguns do nosso lado e eles fingiam que não viam. Num dos nossos boletins fala-se na Associação dos Antigos Alunos que, quando foi das greves e das expulsões, foi extremamente importante porque há decisões deles a defender-nos. Isso dava respeitabilidade, porque eram os verdadeiros senhores engenheiros de gravata e bem vestidos. Houve uma reunião entre a direção e os engenheiros e alguns da Ordem, que julgo que fui eu que organizei. Tal como com os católicos. Nós tínhamos o cuidado de nos defendermos o mais possível porque tínhamos que sobreviver. Tentávamos manter a ligação com os antigos alunos, até porque havia alguns que eram antigos presidentes da associação.

Havia uma secção de astronáutica, feita por um estudante que só pensava nisso. Não queria saber da política, só queria saber da astronáutica! Nós não sabíamos quem era, mas achámos ótimo haver uma secção da astronáutica. Era o maluco da astronáutica. Nós percebíamos que as secções só podiam existir se as pessoas que lá estivessem gostassem e, por isso, não podíamos usar aquele rigor político muito grande, exceto na propaganda. Aí, chiava mais fino! [risos]. Que era onde se faziam os comunicados e divulgação. Aí trabalhavam os especialistas em fazer comunicados, e, alguns deles, trabalhavam também para os comunicados da RIA. Os da propaganda tinham de ser da confiança total.

Houve alguma situação em que tivessem que excluir alguém?

Que eu me lembre, não. Mas era natural, eles próprios se autoseleccionavam. Eram todos amigos dos amigos ... Era o grupo mais politizado e foi onde começaram os maoismos.

Qual era a relação da associação com outras associações?

Era excelente. Sempre foi muito boa. Nós estivemos na RIA do princípio ao fim.

Tínhamos relações com Coimbra, com quem nos dávamos muito bem. No inverno de 61 fizemos uma excursão a Coimbra para uma reunião de dirigentes associativos, em que deve de ter ido uma camioneta. Foi já para preparar o Dia do Estudante de 62, com convívio e discussão associativa (porque havia, de facto, pessoas a pensar nestas coisas, para isso é que se passava o dia na associação). Depois houve uma sessão de música no teatro Gil Vicente. E aí foi a primeira vez que ouvi Zeca Afonso. As canções ainda eram as primeiras, *Os Vampiros*, *Menino do Bairro Negro*. Ouvi também o Adriano Correia de Oliveira. Penso que são, de longe, os dois melhores dessa geração. Fiquei também muito impressionado com as repúblicas de Coimbra. A gente entrava num quarto vazio, dormia, e depois deixava um papelinho a agradecer. Devíamos ter ido cerca de meia centena só do Técnico e dormimos por ali espalhados.

Dávamo-nos bem com Medicina e com Direito, mas tínhamos uma relação muito especial com a Pró-Associação dos Liceus, à qual dávamos apoio. Aí é que, claramente, as nossas máquinas serviam. Tínhamos cá sempre os estudantes do secundário e alguns, depois, passaram para as associações de estudantes universitárias. Eles eram sempre dos mais radicais. Um dos chefes dos liceus foi o Letria, outro foi o Daniel Sampaio. Nós tratávamo-los como se fossem os miúdos mais novos, mas não interferíamos nada, podiam usar tudo. Tínhamos que preparar a geração seguinte! [risos].

No Porto eu tinha um amigo, o Carlos Moraes, que julgo ter sido do movimento associativo do Porto, que há uns 10 anos foi diretor do LNEC. Julgo que ele vinha do Porto para estar connosco e ver a política, porque penso que no Porto não havia organização razoável.

Mas vinha ele como pessoa e não propriamente como representante de um grupo de estudantes ou de uma direção. Acho que a gente o tomava como representante do Porto, mas duvido muito que essa representatividade fosse legítima ...

Recorda a presença de alunos do Técnico noutras associações, ou a presença de alunos de outras associações no Técnico?

Nos boletins há artigos assinados de outras pessoas. Por exemplo, o Anselmo Aníbal, de Letras. Mas, geralmente havia pouca colaboração. Lembro-me mais de Medicina, porque nós tínhamos uma ligação forte com o grupo do Eurico Figueiredo, que já era também a esquerda da esquerda. Em 62, foi expulso, foi para Coimbra e encontrei-o quando fui lá namorar.

Quais foram os momentos mais marcantes do movimento estudantil, enquanto estudante do Técnico?

Foi claramente 1962. Embora o teatro da ação tenha sido todo na cantina da Cidade Universitária, não se tenha passado nada diretamente no Técnico, a agitação no Técnico também foi muito grande.

Lembro-me de um plenário dado na piscina. Nós não tínhamos sítio onde juntar as pessoas e, como a piscina estava vazia, fomos lá para dentro que era o único espaço aberto e grande que podíamos usar, já que ao ar livre era perigoso. Houve sempre estudantes do Técnico na Cidade Universitária. Particpei, não sei se havia mais alguém do Técnico na greve da fome, quando fomos para Caxias levados numas camionetas durante a noite.

Ficamos fechados na cantina da Cidade Universitária e era o Eurico que dirigia, porque era de Medicina, dando os conselhos técnicos para podermos estar sem comer e não estarmos muito mal! [risos] E haviam mais uns de Medicina a ajudar. Éramos uns 200. Estivemos só uma noite porque, entretanto, a PSP cercou aquilo tudo e nós ficámos com medo que eles atacassem. Começaram a meter-nos em carrinhas e levaram-nos para um quartel em Oeiras. Ficámos uma manhã ao sol, foram-nos identificando, e uns foram indo para casa, que foi o meu caso, porque ainda não tinha grande ficha, e outros foram presos, como o Eurico. Mas

depois eles ficaram aflitos porque havia meninos de *boas famílias*. De modo que, de manhãzinha, eram telefonemas do sr. dr., do sr. eng^o e do sr. prof., para ir buscar os meninos. Alguns ficaram todos envergonhadíssimos quando os pais, que eram ligados ao governo ou assim, iam lá buscá-los. Eu já não me lembro como saí de lá, mas não estava ninguém à minha espera. Nem sei se a minha mãe percebeu que eu tinha sido preso.

Os plenários da Cidade Universitária eram também coisas fabulosas. Os comunicados eram excepcionais, feitos por grandes escritores como o Vasquinho (Vasco Pulido Valente), que foi um dos autores de comunicados de 62. Os autores de comunicados também estavam muito bem guardados, porque não podiam ser presos. E os comunicados eram, geralmente, muito bem feitos. Não assinavam, mas alguns eu sabia de quem eram.

Não devemos esquecer que a associação do Técnico tinha a presidência da RIA e tínhamos o Albano Nunes que era o presidente, por isso estávamos bem metidos dentro da organização interna universitária.

Quais eram as reivindicações dos estudantes?

Nós misturávamos reivindicações políticas com reivindicações sindicais. Aparecíamos a dizer: –Queremos lares para estudantes, queremos melhores cantinas, queremos melhores professores!

Há até um artigo com o título *Vamos dar nota aos professores?* mas que era algo muito mitigado, nada violento. Quando as questões eram sobre o ensino era mais política em geral, como o combate ao analfabetismo e o facto da educação secundária e superior ser só para uma minoria. Nós fazíamos papel de salvadores da pátria no que respeitava à educação e ao ensino. Sobre a guerra nunca falámos abertamente, pelo menos no meu tempo, mas penso que mais tarde começou a aparecer. Mas sempre que tínhamos oportunidade atacávamos o racismo, que era a nossa forma de atacar a guerra colonial e defender os estudantes de cor que estavam em Portugal. Lembro-me que uma vez, não sei bem em que contexto, estive na Casa dos Estudantes do Império e fiz uma saúde para a criação de uma União Nacional dos Estudantes que Estudam

em Portugal. Não disse dos Estudantes Portugueses.

Realmente tínhamos um bocado de medo de tocar na questão colonial e não sabíamos bem como havíamos de fazer. Se bem que ainda era o começo da guerra.

Em 62 havia só uma frente.

Exato, mas a CEI era feita quase por angolanos. Nessa altura, cerca de uma centena foram para a União Soviética, como o Luís Madeira, de Cabo Verde que foi para lá tirar o curso. Houve vários que desapareceram de repente. Nós dávamo-nos bem, mas não éramos muito íntimos. Eram mais contactos profissionais na associação e no *boletim*.

Portanto, eram reivindicações de tipo sindical, para condições de estudo, de livros mais baratos, coisas assim. Além da organização política normal, no sentido de assembleias, tínhamos os delegados de curso e a Junta de Delegados que nos permitia ter sempre uma ligação institucional à escola. Porque havia os estudantes cá de cima, e os estudantes lá de baixo. Os primeiros, eram os estudantes normais; os outros eram os associativos. Eu tinha sempre a preocupação de evitar essa divisão, e a Junta de Delegados era o que nos servia de ponte, porque eram eleitos dentro das turmas ou dos cursos. Cada curso é que nos dizia qual era o seu representante. Isso permitia-nos ter uma ligação institucional e direta à escola. Isso evitava-nos a tal cisão. Portanto, nós insistíamos sempre muito nas questões académicas.

Como é que decorriam os processos de luta? Como se iniciavam, desenvolviam e terminavam?

Voltando à tal questão dos associativos e dos outros, eu tinha sempre a preocupação da tal divisão, e era importante mantermos os outros garantidos do nosso lado. Essa parte de dar seriedade à associação era uma coisa muito importante. Garantíamos isso através: dos delegados de curso, das edições que saíssem a tempo e horas e a preços eram razoáveis. Era importante nós publicarmos as folhas todas e termos o controle das folhas dos professores e os livros que eles faziam.

Os processos de luta eram muitos. Por exemplo, em 62 fez-se uma coisa extraordinária que foi a secção fotográfica. As fotografias que existem atualmente do Dia do Estudante de 62, penso que 80% foram feitas por nós e pela secção fotográfica. Tinham os seus repórteres que mandavam para a Cidade Universitária e para as manifestações de rua, etc. Daí que a secção fotográfica fosse extremamente importante para fazer um dossiê fotográfico da luta de 62. Nessa secção estavam o Jaime Reis, o Aquiles de Oliveira. Este último era uma pessoa com ideias e era de esquerda, mais independente.

Também fazíamos a agitação política através da distribuição de comunicados. A certa altura, por exemplo, as reuniões dos dirigentes associativos eram guardadas – tínhamos estudantes a fazer cerco ao sítio onde estava a haver reuniões da RIA. Tudo dependia da situação em que nós estávamos. Se sentíamos força para poder fazer abertamente uma coisa, fazíamos. Mas isso variava muito e isso desnorteava um bocado a polícia, porque eles nunca sabiam onde nós estávamos e onde os comunicados eram feitos nem quem os escrevia.

Praticamente, eles nunca apreenderam os comunicados. Julgo que havia dois ou três sítios onde eram feitos. Como referi, penso que o principal era na Faculdade de Ciências, nuns barracões lá para trás. Mas iam mudando as pessoas e o sítio. Eu nunca soube onde eles eram feitos, por exemplo.

Havia pessoas no Técnico, como os do grupo do Redol, que sabiam. A propaganda era uma rede quase clandestina que atuava a um nível um pouco abaixo. Não apareciam como os dirigentes, os presidentes, os vice-presidentes. Era uma rede mais esquisita. Essa rede era muito importante, porque com ela fazíamos o que era possível. Podíamos fazer um comunicado à meia-noite para sair às 7 da manhã e estar em qualquer sítio: em Coimbra, em Letras, em Medicina, etc. Portanto, essa rede funcionava lindamente.

Como se dava o processo de decisão de ir para a luta?

É preciso não esquecer que havia partidos por trás que também queriam aproveitar a nossa luta. E, pelo menos, o PS e o PCP faziam isso,

tentando orientar o que nós devíamos fazer. Por exemplo, se se devia fazer ou não o Dia do Estudante.

Em 63 fez-se e não correu mal, mas também não se ganhou nada. Essas decisões eram realmente muito difíceis. As RIA eram reuniões que começavam, por exemplo, às 9 da noite e acabavam às 9 da manhã. Os conflitos e as discussões eram infinitas e conseguir convergir não era fácil. Por isso, o papel do presidente da RIA era importantíssimo, que em 62, era o Jorge Sampaio. Ele era a pessoa ideal porque equilibrava tudo. Ele conhecia as pessoas do PS, estando também ele próprio se calhar ligado ao PS, mas também respeitava muito a componente comunista. Sempre se deu bem com os dois lados e, por isso, conseguiu levar à frente aquilo em 62. Portanto, muitas das nossas decisões tinham essas influências políticas. Tudo o que servisse para debilitar o regime, evidentemente que era apoiado. E nós sempre fizemos isso, como por exemplo com a questão do analfabetismo. Embora não tivéssemos quase nada a ver com a questão do analfabetismo, era mais uma bandeira que usávamos porque, evidentemente, era um problema que o país tinha.

Julgo que há vários níveis nas decisões, mas a influência política é muito grande. Eu seguia a linha política sem problemas, mas tinha tendência a preocupar-me mais com as questões internas – das aulas, dos exames, dos alunos, da Junta de Delegados, das folhas, etc., já que isso é que dava força à associação. Nesse sentido é que eu digo que nunca houve uma oposição a sério aos dirigentes da AE. O tal Perestrelo, enfim, são tentativas de golpes de estado, não é participação democrática, porque não respeitava as regras do jogo. Nesse sentido, o povo do Técnico apoiava-nos, pelo menos passivamente. Nunca me senti hostilizado. Isso é importante, porque antigamente os senhores engenheiros não eram muito dados à política.

Houve mudanças no movimento estudantil, desde que entrou até à saída do Técnico?

Não. Julgo que desde o 40900 até 64 foi sempre a mesma luta. É uma coisa que se desenvolve e os atores e as peças são parecidas. A partir daí, julgo que começa a haver uma cisão com o desenvolvimento do esquerdismo que altera um

bocado. E julgo que essa cisão teve algum mérito em introduzir, por exemplo, a questão colonial. Porque nós nunca tocámos na questão colonial.

Quais as organizações de juventude que existiam enquanto foi estudante do Técnico?

Havia a JUC, que era a mais importante, pois tinha alguma influência. Normalmente, eles estavam connosco. No meu curso também tínhamos os católicos, que era o Emílio Rosa, que foi gestor dos CTT e está ligado ao PS, o Sousa Lobo, que foi reitor da Universidade Nova e o Rui Sérgio, de Aveiro, também ligado ao PS.

Nós tínhamos um grupo de católicos com quem nos dávamos e com quem eu, o Albano e o Romão Dias tínhamos discussões. Nós éramos muito pouco católicos, mas todos amigos. A nossa preocupação era manter boas relações com todos, o que às vezes não era bem visto, porque devia ser-se sempre esquerdista e estar sempre na linha correta. O que era um disparate porque para conversarmos com eles tínhamos de arranjar temas e interesses comuns, como os cinemas e os filmes, por exemplo.

Julgo que a JUC era um órgão ligado à igreja, mas que não defendia o patriarca e que levantava questões interessantes. Uma das ações que as associações tiveram em conjunto com os católicos da JUC foi, em 61/62/63, a respeito de umas inundações que houve na Cova do Vapor, tendo-se organizado grupos de estudantes para irem ajudar os pescadores. Nós queríamos sair e mostrar que estávamos no mundo e que resolvíamos os problemas da nação.

O que acho graça é usarmos sempre a palavra nação! Adotámos a palavra nação, mas nas questões a esse nível não tocávamos. Eu não participei e julgo que foi uma organização geral, mas é possível, como vem referido no boletim, que Direito tenha organizado. Geralmente, estas coisas não estavam compartimentadas, se Direito fazia, nós íamos ter com eles. Havia um bocadinho esse espírito de RIA e nós reconhecíamos a importância de ter uma organização comum.

Havia também a Mocidade Portuguesa, que não tinha ninguém nas universidades. Esses nem sequer eram inimigos, coitados, não existiam.

Organizações de direita começaram a haver, a certa altura, ligadas ao Santos Costa, julgo eu. Houve sempre uma literaturazinha de direita, como o pasquim Agora. Mas a influência era muito reduzida, sendo maior na Cidade Universitária. Ao Técnico, praticamente, não chegava nada.

O fascismo à portuguesa também não é de extrema-direita no sentido normal da palavra. Nunca se baseou muito na repressão militar, por exemplo. É singular, não tem tão mau aspeto como o fascismo de Espanha. Tirando a ação do Perestrelo, baseavam-se mais na distribuição de panfletos.

Alguns dos comunicados faziam reivindicações das nossas, metidas lá no meio. Por exemplo, aquela da união nacional de estudantes. Eu penso que um dos comunicados dizia:

–É preciso fazer uma união nacional de estudantes para que os comunistas possam apoiar o governo.

Era uma conversa um pouco louca e absurda e quem lesse aquilo ficava sem perceber se estavam a dizer uma coisa ou outra. Aquilo tinha um ar de que era fabricado na PIDE, mas não tenho a certeza. Tenho a impressão que eles tinham desistido de defender a sua ideologia, de modo que tentavam baralhar e confundir as coisas. Qualquer pessoa de extrema-direita no Técnico seria isoladíssima. Julgo que fosse geral mas, especificamente, no Técnico, onde pela sua natureza não dá muito jeito a extrema-direita, porque acho que não corresponde ao estilo. São pessoas muito práticas, engenheirais e ligam menos à ideologia do que, se calhar, a outras questões. Penso que quem ligava mais à ideologia era eu e o Albano.

Quais os acontecimentos da política nacional que presenciou e em que interveio enquanto estudante do Técnico?

Nas eleições do Delgado ainda não tinha entrado no Técnico. Fui esperá-lo a Santa Apolónia com o meu irmão e com um Pulido Valente que era médico. Entrei nessa manifestação, viemos depois até à rua do Ouro, entretanto entrou a Guarda Republicana a cavalo e foi engraçado. Quando os cavalos estavam a passar entrámos por uma montra partida para uma loja. E depois fomos até à casa do Delgado que morava perto

da maternidade Alfredo da Costa, e ele apareceu à janela. Nós ainda conseguimos chegar lá acima, mas a maior parte das pessoas já não.

Entre em primeiros de maio também, na Baixa. Queriam-nos atirar com balas de borracha do Martim Moniz para a escadaria que sobe para São José. Nós lá em cima e a polícia lá em baixo. Nós atirávamos umas pedras que nunca chegavam aos polícias. Eram combates de rua. Mas, em 63/64, já tínhamos uma organização. Nós informávamos os dirigentes associativos para onde podiam ir, pois tínhamos uma rede de informações nas manifestações. Tínhamos telefones entre todos, nos vários sítios e nas várias associações de estudantes. Tínhamos sempre um dirigente de reserva que não ia para a rua, para contactar os outros, que mantinha sempre a estrutura a funcionar nos tempos de crise. Na altura não havia telemóveis, então, devíamos ir a pastelarias e às cabines telefónicas. Eu andei sempre na rua, nunca fiquei no controlo. Normalmente, o Albano é que ficava, porque ele era mais importante por ser da RIA. Íamos juntando informação dos vários sítios e decidíamos onde estavam as pessoas e para onde deviam ir. A certa altura, aquilo era um bocadinho militarizado.

Quem comandava a movimentação das pessoas?

Penso que era o presidente da RIA que decidia. O caso de 63/64 é o Albano Freire Nunes. Estas manifestações era a componente dos estudantes do Primeiro de Maio. Haviam outros que não eram ligados ao Partido Comunista, como o Afonso de Barros, do ISCTE.

No Técnico a polícia nunca entrou e nunca houve conflitos com a direção da escola. Como disse, o diretor era um bocadinho difícil, mas devíamos tê-lo percebido um bocadinho melhor do que percebemos. Houve sempre professores do nosso lado, uns mais reservados que outros. Haviam bons professores que nós conhecíamos, com quem falávamos e a quem, às vezes, pedíamos conselhos, como o irmão do Pereira de Moura e uns assistentes de eletricidade, que também estavam connosco, embora não fossem muitos.

E acontecimentos internacionais de referência?

Um dos que mais me chocou talvez fosse a morte do Kennedy, em 64. A morte dele foi muito dramática, e foi, claramente, um ataque de direita. Embora ele fizesse as mesmas coisas que os outros presidentes tinha aquela aura de menino bonito.

Foi um assunto debatido?

Diria que não foi um assunto debatido, nem sequer no PCP, porque não se podia dizer bem do Kennedy [risos]. Lembro-me a nível pessoal. Eu tinha tendência a ser sempre mais liberal do que a média. [risos] Ainda hoje!

Outro acontecimento foi a morte do João XXIII. Era um papa de que nós gostávamos e defendíamos-lo.

Qual é o balanço que faz da sua experiência enquanto aluno do Técnico?

O Técnico foi relevantíssimo e, em particular, a AE, que era uma espécie de escola de vida democrática. Porque nós não tínhamos qualquer experiência de nada e tudo o que aprendi foi aí, incluindo os erros e os exageros. Se calhar, a participação no movimento associativo, foi o ensinamento mais importante do Técnico.

É evidente que as ciências básicas no Técnico eram muito boas e também foram muito importantes para mim, mas a formação associativa foi realmente fundamental. E, hoje, entre os associativos continuamos a sentir-nos ainda como uma equipe. Continuamos a ter os amigos de medicina, de direito, etc. e isso é engraçado, porque normalmente não existem esses amigos. Portanto, não só dentro do Técnico mas também na parte interassociações, também se aprendeu muito. Aprendi muito e foi muito útil.

Agora está no Técnico, encontra muita a diferença?

É uma diferença abissal. Até há 10 ou 15 anos, na associação, ainda havia um comportamento que era parecido com o que nós tínhamos e pessoas do nosso estilo. Hoje, acho que desapareceu tudo. Acho que as estruturas atuam de uma maneira completamente diferente, sendo a organização muito mais empresarial. Nós fazíamos a gestão porque tínhamos o dinheiro, mas não era no sentido de investimentos e conseguir produtos e resultados, etc.

O pior é que eu não conheço a estrutura da AE nem o que eles fazem, nem tenho muito contacto com os alunos da associação. Há 10 anos ainda tinha contacto, quando estava a Valentina Garcia e o Miguel Lobo, que esteve antes ou depois da Valentina.



*Pavilhão central.
Foto: Tatiana Soares*

Segundo o Aquiles, a Exposição de Artes Plásticas que fizemos no Técnico, cujos participantes da altura são hoje grandes nomes, foi organizada pelo Rui Mário Gonçalves, e supõe que o autor do pequeno texto teria sido o José-Augusto França, historiador e grande lisiponense¹. Mandeí o [catálogo] dessa exposição para um tipo que participou, o Eurico Gonçalves, que conheço vagamente de uma participação numa pintura coletiva que coordenei há pouco tempo, chamada 35x25 comemorando os 35 anos do 25 de Abril, na qual colaboraram 215 artistas. Perguntou-me quem teria escrito o texto. Mas, como ainda não falei novamente com o Aquiles, ainda não lhe respondi.

Uma das grandes iniciativas do Técnico, na altura, foi a organização de um ciclo de colóquios espantosamente concorridos, as conferências sobre as grandes correntes da literatura contemporânea. Completámo-las com um livrinho². O António Garcia e eu pensamos que existem três volumes. Mas vi que o volume I tem as três correntes: o naturalismo, o existencialismo e o surrealismo, por isso já não sei. Passaram-se tantos anos! Tenho ideia que um caderninho era cor-de-rosa.

Do movimento estudantil e do movimento político em que participei quase não tenho documentos porque fui deitando fora e não os fui recolhendo. Fui sempre um homem muito mais ligado à prática e à intervenção. Há sempre uma descarga de adrenalina quando as coisas se põem de pé, então deixo passar as coisas.

Não tenho fotografias. Tenho estes dois documentos, [o livrinho] e o meu programa de candidatura à presidência da AEIST em 64, porque foi a minha mulher que tinha guardado. Tinha um outro documento, mas não sei onde

está, que era o articulado da minha defesa contra o inquérito que visava a minha expulsão em 64.

[Começámos esta conversa debruçando-nos sobre um esboço da planta das instalações da associação do Técnico nos anos 60].

A AEIST tinha as seguintes secções no pavilhão da associação: o bar, a cozinha e a cantina, contabilidade tesouraria e administração, direção da AEIST, a revista Técnica e estágios, cabine sonora e Boletim/Binómio, secções cultural e pedagógica, sala de jogos e convívio e de reuniões gerais – tinha três mesas de pingue-pongue e umas mesas de xadrez ao canto e *maples* por tudo quanto era sítio – biblioteca, secção de folhas, desportiva, piscina, ginásio, secção social e gabinete médico e o Departamento de Turismo Universitário.

Tínhamos no pavilhão de química a secção fotográfica e as oficinas de impressão das folhas e no pavilhão central, a papelaria e o bar, e fora do Técnico, o lar.

No pavilhão da AEIST tudo foi deitado abaixo e hoje existe um espaço de *net* e a cantina que foi aumentada para o que era o ringue de hóquei em patins (e que nessa altura tínhamos a ideia de ampliar para melhorar as condições de trabalho das diversas secções).

Hoje o espaço do trabalho associativo e de convívio desapareceu: é o reflexo de outras ideias para o movimento estudantil. Esta explicação é importante para compreender o que foram os princípios da atividade estudantil no Técnico que me/nos formaram, e nas diferenças entre essa época e o que é hoje.

Há cerca de 5 ou 6 anos fui a um encontro de antigos dirigentes e ativistas do movimento estudantil das décadas de 60 e 70 na AE do Técnico. A certa altura apareceu lá o presidente da associação na altura, que apareceu fardado de

1 Refere-se a catálogo de uma exposição realizada em 1962.

2 O entrevistado cedeu de empréstimo o pequeno livro.

estudante, de capa e batina, uma coisa que para nós no Técnico era perfeitamente horrorosa e desconhecida que nunca foi tradição em Lisboa a não ser dos que vinham imigrados. No Técnico, tal era do outro mundo! Pensei:

– Nós somos marcianos que estamos a aterrar aqui.

Como substituíram um espaço de trabalho associativo por uma cantina e por ligações à *internet*, perguntei-lhe:

– Aqui, onde é que se faz política?

Ele ficou completamente surpreendido e disse:

– Ah ... Temos umas salas debaixo das bancadas do campo de jogos (exterior) e tal ...

– Está bem, mas isto antigamente era um sítio onde nós lutávamos pelo ensino no Técnico e pelo movimento estudantil.

Fazíamos política naquilo que o fascismo considerava que era política. Tudo o que mexia era política.

Então fazia-se política na associação, apesar de nos estatutos figurar que ela é apolítica? Ou apolítica no sentido de partidária?

Não havia partidos. Se ler o meu programa de candidatura é espantoso: nós éramos capazes de dizer muitas coisas de forma inteligente. Mas, o que nós queríamos, de facto, era uma participação. Ninguém me perguntou se eu era do Partido Comunista ou se não era. Houve uma altura em que não era e depois passei a ser. Ninguém me perguntou se era socialista (que não existiam na altura), democrata, ou apoiava Humberto Delgado. Toda a gente podia e devia participar. Apesar disto é evidente que as forças políticas que tinham uma maior atividade e capacidade de organização, orientavam e acompanhavam a atividade.

Quando digo *fazer política*, questiono:

– É ou não é político, na imagem de hoje, lutar pela paz e contra a guerra?

É político e uma participação de cidadania. Eu entendo, mas não considero quando me diz que o apolítico é partidário. Na altura ninguém considerava, explicitamente, que estar contra a guerra colonial era uma apenas uma posição contra o governo. Era sobretudo uma posição filosófica, cultural e de respeito pelos direitos humanos. Embora, inevitavelmente, em dois tempos esti-

véssemos contra o governo que considerava essa uma questão de vida ou de morte.

Quando dizíamos que o ensino da engenharia deve estar ligado à prática, à indústria e ao desenvolvimento da nação, acho que isto é uma consigna nacional de interesse cultural e de proposta de ensino, e que não é uma consigna partidária. Nesse sentido, o movimento estudantil teve sempre a característica de uma defesa cultural, que era a defesa do antifascismo, da democracia e de propostas de alargamento do conhecimento. Por exemplo, eu sou filho de um operário, mas os filhos dos operários e trabalhadores não chegavam aos 4% na universidade.

Eram uma minoria.

Uma ultraminoria. Desde o 1º ano do liceu que eu conhecia a espada de Demócles, na medida em que os meus pais tiveram um azar na sua vida económica quando eu entrei para o liceu, e a partir daí o meu pai disse-me:

– Aguenta-te. Quando chumbares, saís.

Devo ser dos poucos estudantes que chumbou dois anos sem ter chumbado uma única cadeira. Em 62, fui expulso porque levei a greve académica até ao fim, e já não tive datas para fazer exames. A outra vez fui expulso do Técnico na sequência da minha eleição, e não me foi permitido fazer uma época de exames.

É evidente que a intervenção política existiu. É só olhar hoje, para os políticos do Portugal democrático para perceber o que eram na altura. Em 62, temos nomes como Jorge Sampaio (secretário-geral da RIA), o Medeiros Ferreira e o Sottomayor Cardia (de Letras), o Eurico Figueiredo (de Medicina), e tantos outros. Foi uma série de gente cuja militância cívica se transformou numa militância política e partidária. Eu penso que já era militância política. Eu assumo-a pessoalmente, e muitos de nós também tinham uma militância partidária. Mas tínhamos sempre uma grande preocupação, que era a de não deixar radicalizar as nossas posições políticas em posições partidárias. Não sei se o conseguimos sempre. Por exemplo, na luta de 62 admito que a certa altura, entrámos em choque com os católicos da JUC que tinha uma militância muito ligada à igreja e, como tal, defendia as posições da organização da igreja.

Eu, por exemplo, tinha esta carga dos meus pais de não poder chumbar, e em 62, estava completamente *a leste* do movimento estudantil. Era um estudante médio e até não frequentava muito a associação. Até que, no dia 24 de março de 1962, o movimento estudantil pretendia comemorar o Dia do Estudante e este foi proibido, pois tudo quanto mexia em termos de associações (como as eleições e realizações de maior impacto) tinha que ter a aprovação governamental.

Reagindo sempre, como no 40900 em que há uma grande luta, que não é do meu tempo (que vai até à Assembleia Nacional), onde há dirigentes do Técnico de grande prestígio, como o Cravinho e o Prostres da Fonseca, e agora na luta contra o 44632 e em luta por uma maior autonomia universitária.

Nesse dia (o 24 de março) é proibido o Dia do Estudante e os estudantes tentam realizá-lo e manifestar-se, vem a polícia, carrega. O Marcelo Caetano, reitor da Universidade Clássica, diz:

– Vamos lá fazer o DE no Castanheira de Moura –
que era um restaurante que havia no Lumiar. Na ida para lá a polícia carrega. Poderei dizer que no dia 24 de março, entre as 17 e as 21, fiz aquilo que em termos científicos se diz mudar de estado. Esse pequeno episódio foi decisivo. Eu não entendia porque é que não se podia discutir as questões que interessavam aos estudantes.

Era aqui e assim que se fazia política. A partir desse instante entra-se em progressão e vai até à greve. Na altura não se podia chamar greve (só a palavra era terrível e proibida), daí chamar-se luto académico. Eu fui dos incondicionais porque, mal ou bem, a minha educação familiar deu um valor muito importante à ética na vida. Fui dos que levaram a greve até ao dia 12 ou 13 de junho. Entretanto há no Técnico, por parte da JUC (que trás a orientação da igreja e do governo no sentido de partir o movimento) tomadas de posição importantes no sentido do fim da greve.

O Técnico, fisicamente, estava longe da Cidade Universitária. Quando o Duarte Pacheco passou o Técnico do Conde Barão para a Alameda, fê-lo para responder ao movimento social

que era o nascimento de uma burguesia industrial. São as primeiras fases da industrialização. O Técnico não é mais do que a escola para os filhos dos capitães de indústria, (os *Alfredos da Silva* e outros que tal que por esse país fora são os primeiros homens do desenvolvimento industrial). O Técnico forma, no essencial, gestores para o desenvolvimento industrial e não engenheiros. Em 62, o Técnico tem um parque automóvel muito maior do que qualquer outro da Cidade Universitária. Os *filhos de família* – eu era claramente uma *aberração* no meio universitário – estão no Técnico, têm automóvel, desafogo económico e não estão muito preocupados com a qualidade do ensino, porque eles têm o seu lugar garantido para dirigir as empresas dos pais. Este desenvolvimento nacional é aquele que interessa inevitavelmente aos pais dos estudantes, e por isso o Técnico é o elo fraco do movimento estudantil. Por via disso, chega-se à crise de 62.

O IST é o elo fraco que acabou por ser forte.

Sim. O elo fraco em termos de ideais. O Técnico já era uma escola muito numerosa (eu sou o número 6079), mas, perante o resto da universidade era

– ... aqueles gajos das engenharias.

Havia outros que praticamente não contavam, como veterinária e agronomia, que estava do outro lado da cidade e longe disto. Como amstragem, no jantar do dia 24 de março na cantina, encontrava-se muita gente de Direito, Letras e Medicina. Estes eram o núcleo duro do movimento que se organizava na Cidade Universitária. O Técnico eram uns tipos que estavam lá longe, mas irá ganhando posição ao longo do movimento porque é menos folclórico. Tínhamos de contar com os que estavam mobilizados e com os filhos de família, conduzindo uma luta extremamente complexa que foi a de não deixar romper entre nós, dirigentes e estudantes do IST.

Não é por acaso que o Técnico é, até por via disso, o sítio que tem melhores serviços aos estudantes, que a certa altura eram indispensáveis ao ensino. Tínhamos, de facto, fruto de um prestígio que tínhamos tido ao longo de muita atuação, uma boa relação com os professores. Eles davam os apontamentos para serem

policopiados e vendidos pela associação. Logo, a base documental do ensino passava pelas mãos da associação, e esse aparelho de fabrico das setentas (e do material de informação estudantil) era um valor que estava na mão da associação e do movimento associativo.

Em 62, a associação foi fechada. Eu entro no movimento estudantil a seguir à crise de 62, no renascer da associação. Em 62/63 sou primeiro secretário da direção, em 63/64 sou vogal à administração, depois tesoureiro da direção, e em 64/65 presidente. Em 64 ou 65, sujeitámos obrigatoriamente os nossos estatutos à aprovação do ministério, de onde vem a designação Associação dos Estudantes. Aí travamos uma luta muito grande e mantivemos Associação dos Estudantes.

Não sei se se mantém hoje, porque também havia da parte do ministério e da nossa parte algum *modus vivendi*. A certa altura isto deixou de estar no pico do interesse e do conflito e continuámos sempre a ser Associação dos Estudantes. As autoridades, o diretor do Técnico e o reitor continuavam a receber-nos como Associação dos Estudantes, mesmo que nas cabeças deles pudessem ter o *de*. O importante era que, junto dos estudantes, esta era uma luta importante e que era aceite. Este era o problema da representatividade; quando se falava com os estudantes do Técnico era com a associação e mais ninguém. Isso, de facto, acontecia da parte do reitor e não só.

Por exemplo, um dos reitores foi o Leite Pinto e lembro-me que numa das crises, a direção da AEIST foi chamada ao gabinete do diretor do Técnico (o Luís de Almeida Alves) e estava lá o Leite Pinto que disse:

– Aconselho-vos a não fazerem isso, se não ...

Um dos vice-presidentes das relações exteriores, o Sérgio Palma Brito, voltou-se para ele e disse:

– Sr. reitor, nós temos muita consideração por si e esses conselhos não vão cair em saco roto. Aliás, nós temos uma ideia que é arranjar-lhe aqui em cima uma estátua equestre.

O reitor diz:

– O que é que você quer dizer com isso?

– Só para lhe dizer uma coisa: é que a gente não sabe bem quem é que está por baixo ou quem é que está por cima!

Isto era possível. Não foi expulso e nem sequer teve um processo. Este caso demonstra que no Técnico o movimento estudantil era respeitado por muita gente e pelos alunos em geral.

Não se pode dizer que a participação fosse total, mas rondava os 20 ou 30% dos estudantes do Técnico. O núcleo duro de participantes ativas era com certeza menor, de 10 a 15%. Depois tínhamos uma franja de simpatia e de apoio que ia até aos 60 ou 70%. Tínhamos também os completamente indiferentes. A hostilidade não era muito grande, ao contrário do que acontecia na Cidade Universitária.

Hostilidade por parte de quem?

De setores políticos e estudantis marginais como o Jovem Portugal (direita caceteira, comandada pelo Pechirra, ligados à Legião Portuguesa, que eram de Ciências) e a Ação Académica (esta era uma direita civilizada em que eram dirigentes o Freitas do Amaral e o Amaro da Costa, meu colega de curso).

Por exemplo, lembro-me que havia reuniões nas instalações do Técnico das estruturas inter-associativas de Lisboa e nacionais (RIA, inter-propaganda, interculturais, etc.) e dos movimentos estudantis das escolas que não tinham instalações (as chamadas pró-associações, nomeadamente dos liceus). Reunia-se em muitos sítios, mas normalmente era no Técnico, porque não havia problemas de acesso à noite e de controlo. Havia uma boa relação com a escola, com uma grande flexibilidade de gerir os acessos pois era normal haver gente que entrava e saía na associação do Técnico (até porque havia jogos de federados em que o Técnico participava, por exemplo de voleibol). O Técnico era público até à 1 ou 2 da manhã e nós continuávamos a fazer a nossa vida. Na Cidade Universitária era mais complicado e as relações com a reitoria e as escolas eram mais difíceis.

Talvez pudessem fazer-se em Medicina, que tinha a entrada pelo hospital e entrando com facilidade na sala de alunos porque era uma sala aberta, mas havia um braço de ferro duro com o governo para Medicina não ceder apoios ao movimento estudantil. Mas, por exemplo, Letras só tinha uma comissão pró-associação que vinha do tempo do 40900, chega-se à crise de 62 e nunca se consegue legalizar. Daí que uma

das consignas de luta do movimento estudantil em Lisboa fosse a reabertura das pró-associações de Letras, Belas Artes e Medicina, e a sua passagem a associações.

Isto vem ainda a propósito da pergunta:

– Onde é que vocês fazem política?

No Técnico fazíamos política de uma forma cidadã de um tipo que agora não se faz. Hoje, os problemas que estão na ordem do dia são muito diferentes. A participação dos estudantes em regime democrático é completamente diferente. Aliás, tem uma certa dose de ingenuidade. Se virmos o meu programa de candidatura fala-se muito da estrutura da associação do Técnico e da ligação associação/estudante. Havia o presidente, por eleição universal e direta (penso que pela primeira vez apresento uma lista, porque o presidente era eleito universalmente); em assembleia geral elegia-se o primeiro vice-presidente; a assembleia de delegados (uma estrutura importante) elegia o segundo vice-presidente, todos os outros eram eleitos em assembleia geral, um a um e não por lista. Destas ligações havia a importância de valorizar a associação e a escola. Esta ligação passava por organizar a escola em termos de uma estruturação que partia da Junta de Delegados. Antigamente o Técnico tinha 3 anos gerais e 3 anos de especialidades, e cada turma tinha uma estruturação própria, formando uma Junta de Delegados com delegados em cada curso/ano. Os grandes objetivos desta organização são os problemas do ensino: as suas possibilidades (e lutas) da sua melhoria e a efetivação de um ensino eficaz para o desenvolvimento nacional. Hoje são outros problemas, não quer dizer que sejam mais ou menos importantes. Os nossos corresponderam a um período histórico específico.

Tínhamos a ligação à escola, através da Junta de Delegados, mas tínhamos também uma ligação nacional à Ordem dos Engenheiros. Porque a associação do Técnico, tinha um delegado à Ordem, isto é uma ligação entre os estudantes e o organismo profissional. Uma ligação, que pelo menos no meu tempo não era explícita, à indústria, com os estágios e, de alguma forma, à comunidade científica com uma revista de carácter científico/técnico, a revista Técnica, onde muita gente escrevia (professores, assistentes, estudantes e engenheiros). Havia ainda uma

secção de antigos alunos, que muitas vezes se imbricava com a Técnica e com os estágios. Os antigos alunos eram motores da ligação ao espírito associativo do Técnico, mesmo em períodos muito complicados. O engenheiro Cavaco, das Fundações Cavaco, foi um resistente, defensor e a grande alma da associação de antigos alunos e foi, muitas vezes, uma ajuda económica à associação.

Mesmo durante o período em que a associação foi fechada, a Associação dos Antigos Alunos, apesar de não ter um estatuto muito próprio, tinha alguma independência, e defendia sempre a sua associação.

Por tudo isto, o regime não tinha as mãos completamente livres, não que ele não o quisesse, mas em geral, o regime pensava que a AEIST podia deixar de editar as folhas de estudo, logo, deixando de haver elementos de suporte para trabalhar significava o colapso do ensino; que, quem suportava a cantina éramos nós e, em 62, quando fecharam a associação mantêm a gestão da cantina com a direção da escola. Arranjam dois ou três empregados e põem a cantina a funcionar às ordens da direção. Mas, a certa altura, é o diretor que se quer ver livre dessa chatice, e esta contradição anima a regularização da vida académica.

Tenho que prestar homenagem ao diretor do Técnico, o prof. Luís de Almeida Bastos, (o Luizinho), que muita gente dirá que era um chato, mas foi um homem que compreendeu o papel dos estudantes, que os defendeu e, sendo ele um funcionário da CUF, ia gerindo estas contradições.

É neste aspeto – e mais uma vez sobre o facto de fazermos política – que temos as atividades circum-escolares, paralelas à vida escolar intensa. Ainda hoje, alunos de outras faculdades reagem um pouco depreciativamente em relação ao que são os engenheiros:

– São os gajos que fazem contas e riscos e estão pouco habituados a pensar. De alguma forma isto é verdade.

Nenhuma escola nos preparava para pensar (no Técnico e nas outras), mas ali era ponto de honra dizer:

– Os engenheiros são bons técnicos. Além disso ... não são precisos para nada.

O alfobre de pensadores é Direito. Hoje quem está na Assembleia da República é esmagadoramente Direito. Arrogam-se a si próprios o direito de pensar pelos outros. Isto é estrutural e sistémico. A escola era feita para isto: uns para trabalhar, outros para pensar, outros para operar e outros não sei para quê. Era esta a estrutura mental do fascismo e da sua escola. E isto levamos a um aparte, que é a importância da guerra colonial em desfazer esta escola, pelo menos para nós, engenharia. Porque, pela primeira vez, durante a guerra, nós vamos estar em contacto com outras profissões e com outras gentes. Particularmente no meu caso, que estive em Angola, tive um comandante chamado Vasco Gonçalves que fazia uma coisa extremamente importante: um dia por semana punha todos os oficiais a falar uns com os outros, engenheiros e arquitetos fundamentalmente. Vamos encontrar em engenharia, nos tipos que passaram por Angola, uma melhor compreensão no diálogo com outras disciplinas, particularmente com os arquitetos, como não se encontra em mais nenhum lado nem época. Em muitos casos há uma coisa estúpida que é a de alguém não compreender qual é o seu universo e a importância e vitalidade do diálogo.

O movimento estudantil também luta nesse plano e isso é o que eu chamo a intervenção política. Há muita gente que no movimento estudantil vai ter uma formação complementar, pois na escola não havia uma preocupação de cultura (havia uma disciplina semestral de sociologia no 2º ano e uma de economia no 5º ano, dada pelo Daniel Barbosa (o Daniel das Farturas). Eram as únicas duas cadeiras, em seis anos, que não falavam em movimentos, em corte, em esforço, em trajetórias, em reações químicas, etc.).

Os estudantes do Técnico estavam sendo formados para serem usados como autómatos e máquinas.

É nestas preocupações circum-escolares que relembro a extraordinária Exposição de Artes Plásticas em 1962, e o ciclo de literatura no Técnico, que tanto êxito tiveram no panorama cultural de Lisboa.

Ao longo dos anos vamos encontrar muitos e muitos engenheiros que falam sobre outras coisas que não apenas as questões técnicas (o Prostet, o Cravinho, o Sérgio d’Espiney, eu, o Dias

de Deus, o Mário Lino, tantos outros), o que é obra do movimento estudantil, porque começa a haver um conjunto de gente que não está lá para gerir as fábricas dos pais, mas que está ali para trabalhar nas fábricas dos outros ... Dilui-se este aspeto elitista e desenvolvimentista que era aquilo para que o Técnico de então foi criado. Por isto, no desenvolvimento da crise da década de 60 tivemos no início a incompreensão dos pensadores na Cidade Universitária, que diziam:

– Esses são gajos que raciocinam com os pés. Melhor dizendo, não raciocinam.

O Técnico conquistou um lugar prestigiado e de topo no movimento estudantil, porque fomos capazes de organizar, estruturar e ter uma base de apoio organizada e porque conseguimos responder a estas dificuldades organizando-nos melhor.

Tínhamos uma secção de folhas que era fundamental na relação com os estudantes em geral. Na saída da crise de 62, na direção do Ferreira dos Santos, demos um grande e importante passo, que foi equipar melhor a nossa secção de folhas, e pela primeira vez deixamos de ter só a impressão a *stencil* para termos o *offset*. Pedimos – e fui eu o encarregado dessa tarefa – apoio a muitas personalidades e entidades, num leque muito alargado.

Que tipo de entidades?

Bancos! Pessoas em si, como certamente o Champalimaud, o Jorge de Brito, a Gulbenkian.

Tivemos algumas respostas positivas. Dizíamos que eram importantes para a melhoria da qualidade do ensino e da evolução das técnicas ... e que íamos instalar o *offset*.

No Técnico tínhamos vários enclaves fora das nossas instalações: a fotográfica, as folhas (a parte de impressão), a papelaria, o bar. Tudo isto eram extensões da associação que não eram da direção da escola, mas exclusivamente nossas. Eram situações aceites pela direção da escola. Só a associação tinha as chaves. Quem geria as folhas, com completa e absoluta autoridade era a associação. E isto estava localizado nos edifício da escola. Ainda tínhamos uma zona de apoio no pavilhão central, que eram os cacifos, para guardar uma série de material escolar. Tudo isto significava que havia uma articulação muito

grande entre a escola e a associação. É isto que nos permite ter também uma grande atividade noutros campos.

A secção cultural tem uma intensa atividade. As conferências de que falei, foi qualquer coisa de brutal.

Vem gente de fora e a sala fica cheia com centenas de estudantes, alguns em cima de mesas. Há, naturalmente, algum sectarismo da nossa parte. Por exemplo, a relação com o Vergílio Ferreira, estamos em pleno fascismo e havia aqueles devaneios intelectuais que não são bem aceites. Ou organizar a Exposição de Artes Plásticas no salão de exposições, chateando os jogadores habituais de pingue-pongue! Mas, é no meio deste caldeamento de interesses que se faz uma escola importante.

O caso da biblioteca, como ficou chamado, em que o diretor da secção deitou fora uma coleção completa da *Seara Nova*, foi um momento de choque. Assumido! Fizeram-se assembleias, com sala cheia, para discutir o caso da biblioteca e pôr o responsável na rua. Não pode haver um diretor de uma secção que a seu bel-prazer deita fora uma coleção preciosíssima.

E a posição dele também tinha defensores?

Muito poucos. Teria sido deitada fora porque era a *Seara Nova*, um ícone do pensamento livre durante o fascismo. Ficou instalada a ideia de que teria sido uma limpeza propositada, uma limpeza ao pensamento.

Mas era um estudante quem estava na biblioteca da associação?

Era um estudante, um colaborador, mas entrava-se com muita facilidade. Ninguém perguntava porquê ou para quê. Era a dinâmica da própria secção que se punha a funcionar.

Antes de 62 o Técnico era, de facto, uma escola muito apagada. Tinha tido alguns dirigentes importantes: o Protes, o Cravinho, o Zé Bernardino. Espantosamente nunca falei com eles. Depois, em 61/62 teve um homem importante, o vice-presidente Sérgio d'Espiney, que era claramente o dirigente daquela altura e que ultrapassou largamente o presidente, um tipo muito apagado e que não se metia em nada. A associação sai de um certo marasmo. A crise de 62 é uma necessidade a que a associação do

Técnico tem de responder, e responde com ruturas internas.

Em 61/62 é o Heitor, 62/63 é o Santos, 63/64 é o Dias de Deus, 64/65 sou eu e o Mário Lino, porque sou expulso durante o verão (sou um presidente de transição).

Como é o seu percurso de entrada e expulsões no Técnico?

Em 60/61 é o meu 1º ano; em 61/62 estou no 2º ano e em 63 repeti por motivo da greve; em 63/64 estou no 3º ano, e volto a repeti-lo em 64/65, porque fui expulso (Porto). Em 65/66 é o meu 4º ano e em 66/67 o 5º. E em 67/68 o 6º ano.

Fui expulso em 64/65, e o Mário Lino era o meu primeiro vice-presidente e, com naturalidade, continuou o resto do mandato.

Quando regresso a Lisboa sou um nome negro que nunca terá o beneplácito do ministério em qualquer eleição (o que na altura era indispensável e obrigatório). Participo na vida estudantil com uma forma jurídica diferente e para além do que é estatutário: era uma espécie de vogal, no fundo, um anexo. Tenho alguma ligação com o Redol e com o Técnico, mas nessa altura estou ativo no movimento estudantil de academia que é a RIA, que vive um período de grande refluxo porque a maior parte dos dirigentes tinha sido expulsa ou presa. É, de alguma forma, o manter alguma atividade.

Entrevistei o engº Pedro Santos Coelho que lhe manda cumprimentos. Pediu-me que lhe perguntasse porque é que na altura não lhe disse nada a respeito da reunião da Mongólia.

Da Mongólia? Não sei do que é que ele está a falar.

De uma reunião de estudantes em que acabou por ninguém ir.

Não me lembro mesmo, e não estou a esquecer estrategicamente o que quer que seja. Mas vou-lhe perguntar.

Já não me lembro bem mas, a certa altura, fui convidado para o Festival da Juventude em Moscovo. Nesse aspeto sou mais ou menos rígoroso. Nunca entendi que fosse um convite muito aberto. Desde 62 que sou membro do Partido Comunista. Não sei se sou bem interpretado

(mas isso é outra questão). Mas sempre fui um bocado heterodoxo nestas ligações e eu entendi que o convite para ir ao Festival da Juventude em Moscovo me era dirigido pessoalmente. Não fui, por dois motivos: primeiro, não tinha tempo, porque já tinha chumbado dois anos com as expulsões e as greves; e segundo, porque fui sempre muito cioso da clareza e rigor entre movimento estudantil e atividade partidária.

Pedi-me também que lhe perguntasse se recorda em que circunstâncias se formou a lista unitária dele.

Recordo.

Foi naquelas funções de eminência parda, que tinha algum prestígio por ter sido expulso, que eu fiz todos os esforços para formar uma lista associativa o mais aberta possível, e que apoiei com muita força a lista do Pedro Coelho. A polícia tinha decidido não me prender. Eu estava no Porto, onde a polícia não pretendeu levar a repressão. O meu prestígio tem pouco a ver comigo. Também tem a ver comigo, mas não é decisivo.

Já agora, quero falar-lhe sobre uma coisa de 62 que não sei se já alguém lhe pôs.

Em 62, o Técnico recolhia o ensino da engenharia militar nos últimos três anos. E isso é muito giro porque o movimento estudantil decide abrir uma exceção à greve, ao luto académico, permitindo aos militares irem às aulas. Não lhes vedando o acesso às aulas.

Porquê?

Porque, pura e simplesmente, eram militares. Compreendíamos que os militares tivessem uma disciplina e uma organização diferente da de civis, sujeitos a uma disciplina e a um código militar diferentes de nós. Sendo a greve ou o luto proibidos, os militares ficariam sujeitos a uma disciplina diferente. E o movimento entende prescindir e abrir a possibilidade de os militares poderem ir às aulas e os outros não. Isto era extremamente importante por dois motivos. Primeiro: o regime repara aí que tem os seus quadros sujeitos à erosão do movimento estudantil cada vez mais alargado. No caso do Técnico eles tinham vida escolar comum connosco. A primeira coisa que o regime faz é retirar o ensino da escola civil. Logo, deixam de ter aulas no

Técnico e passam a ter aulas apenas na academia onde têm as cadeiras para formar engenheiros. Mas há alguns (por exemplo o Baptista Alves), que escapam a este controlo por qualquer razão militar. Porque, depois da crise os militares deixam de ir para o Técnico. Aquilo que há a reter é isto: o Exército retira a extensão universitária que tinha no Técnico para subtrair aqueles militares ao convívio e à vida do Técnico.

A partir de 62?

Muito provavelmente em 62 não tiveram tempo, mas se não é nesse ano é no seguinte que prepararam logo a retirada.

No Movimento das Forças Armadas em 1974, no Movimento dos Capitães e no Conselho da Revolução, em todo esse período, vamos encontrar uma série de gente de engenharia, muitos deles meus colegas de curso.

O próprio 25 de Abril foi comandado a partir do regimento de engenharia ...

Isso já é quase formal. Mas vamos encontrar tipos de engenharia extremamente importantes na hierarquia do movimento. Muita gente que esteve nisto.

Ficou o *bichinho* de 62.

Fica porque era realmente um ato de justiça e de honra. É uma verticalidade e é um problema de assumir os valores, e isto era uma escola de valores. Quando eu digo que com isto se fazia política, era uma política de valores. Os militares são retirados, mas muitos deles vêm a aparecer mais tarde. Isto, depois, conflui também com o Vasco Gonçalves, com a tropa, com a guerra ... Tudo isto é um caldeirão. O próprio movimento estudantil é muito marcado pela guerra. A guerra começa em 1961 e é nessa sequência que vem tudo. O movimento estudantil é muito marcado pelas posições de defesa das liberdades, contra a guerra e pela repressão que leva muitos estudantes à guerra.

Mas em 62 ainda não se fala abertamente sobre isto.

Não! É muito difícil. Por exemplo, o meu programa de candidatura parecia inócuo, porque tentamos dizer coisas que vocês hoje consideram banais e em relação às quais não vos passa

pela cabeça que tenham sido reprimidas. Aconselho-vos hoje a perceber o que era a censura. Porque a censura tem aspetos caricatos, mas que é todo um objetivo do fascismo: desinformar! O censor perante um texto onde se diz:

– Não está de acordo em relação a ...

tira a palavra não. Altera o sentido daquilo que foi dito. Não é só suprimir o que foi dito, é alterar.

É muito mais tarde, com as sucessivas eleições, que o problema da guerra colonial aparece mais explicitado junto da opinião pública. É no Congresso de Aveiro que aparecem as primeiras posições claras contra a guerra. Mas o movimento estudantil é influenciado por isso, porque nós é que éramos expulsos, que vamos ser incorporados e mandados para a guerra, e que vamos ser despromovidos e mandados para a colónia penal de Penamacor.

Penso que a respeito da guerra nunca se falou, ou falou-se pouco, do ponto de vista dos estudantes universitários.

Na guerra, e hoje aceito e defendo esta tese, é muito grande a importância e influência dos oficiais milicianos, e em particular dos médicos e engenheiros. Porque eles, apanhando sucessivos adiamentos, iriam chegar mais tarde à guerra, já respeitados e com uma profissão feita que não era a de dar tiros. O dar tiros fica muito mais reservado aos ex-seminaristas, que é carne para canhão e, muitos, gente sem princípios.

Encontram-se muitos ex-seminaristas na guerra como oficiais de infantaria que são os que participam nas operações de guerra e estão a dar e a receber tiros. Os médicos e os engenheiros, são muito os tipos da retaguarda, são os que fazem as infra-estruturas para o pessoal que lá está (os engenheiros), e são os tipos capazes de acudir aos feridos (os médicos). São homens mais velhos, com 26 ou 27 anos, porque os cursos tinham seis anos. Têm um papel importante porque são ouvidos. São alguém que aparece já com mais idade, é universitário e miliciano – o aspeto de miliciano/não miliciano era importante -, o que trás à guerra uma reflexão e um pensamento diferentes.

A mim, sendo de engenharia, sucederam-me duas coisas. Num sítio de guerra em Cabinda, outros milicianos pediram-me que falasse com um tipo temível, ex-seminarista, um oficial

que era conhecido por sovar selvaticamente os prisioneiros. Fiquei entre a espada e a parede, com uma responsabilidade tremenda, e fui falar com ele e disse-lhe:

– Você é miliciano e não se envergonha de ter uma atitude dessas.

O tipo ficou em silêncio e eu vim embora. Na vez seguinte em que voltei a este aquartelamento, os outros oficiais fizeram uma festa porque eu tinha-lhe dito:

– Você está a sujar as mãos onde os tipos do quadro não as querem sujar.

E quando voltaram a fazer um prisioneiro e o mandaram sovar, o gajo voltou-se para o comandante e disse:

– Você quer que eu suje as mãos?

Isto é um aspeto importante da consciencialização e daquilo que se pôde fazer na guerra. Tudo isto nasce aqui, no movimento estudantil. Quando terminei Angola e regresssei fiz um discurso de despedida onde dizia:

– Eu vim para Angola não para ganhar nenhuma guerra, foi para conquistar o direito de continuar em Portugal.

As alternativas eram ou ir para a guerra ou desertar. A minha mãe dizia-me:

– Vai-te embora. Tu não podes ficar. Isto vai correr mal para ti.

E eu disse:

– Não, eu vou para a guerra.

Muitos daqueles tipos que estavam lá nessa despedida, vim a encontrá-los depois do 25 de Abril no MFA.

O caldo de cultura democrática no movimento estudantil foi fundamental, é o que responde à pergunta inicial:

– Vocês também faziam política? É política isto? É.

Nestas nossas preocupações, nesta ligação com a sociedade em geral, nós, AEIST e a Ordem dos Engenheiros tínhamos algumas ligações. Patrocinávamos e colaborávamos – muitas vezes era mais o aspeto real do que formal – numa coisa importante que foi por exemplo o Congresso do Ensino da Engenharia. Aí, abrimos para a necessidade, que se vai encontrar alhares nisto, de que a escola servisse ao desenvolvimento democrático do ensino e do país.

A chamada cultura científica.

... a cultura científica. Isto muito influenciado por um grande engenheiro, o Manuel Rocha, que era o grande líder da engenharia civil em Portugal. Era respeitadíssimo, tem uma estátua (um pequeno busto) em frente à Ordem, na [avenida] António Augusto de Aguiar.

Quando foi esse congresso?

Em 63 ou 64, e estava ainda antes da crise a ser preparado com a colaboração do Técnico. Durante o congresso [colocou-se a questão] se a associação falaria ou não falaria. A associação vem de um período de grande agitação, que é 62/63, e há ainda o perigo que é, numa sessão solene a associação intervir. Viemos sem pôr bombas, mas interveio de uma forma participativa, e é um marco no ensino da engenharia. Apontam-se determinadas coisas que, depois do 25 de Abril, vêm a ter reais desenvolvimentos.

Como por exemplo?

Um tipo acabava o liceu e entrava no Técnico e, quer queira quer não, há-de ser um engenheiro com uma formação muito acima daquilo que eram as necessidades, era um grau de elite marcado pela origem social. Ao lado, nunca entrando nesta linha, entravam os parentes pobres, aqueles que eram os engenheiros técnicos. Chamavam-se na altura agentes técnicos. Depois são técnicos de engenharia e só depois engenheiros técnicos.

Em 62, o movimento estudantil não abrange ainda os politécnicos, o Instituto Industrial. Isto tem desenvolvimentos mesmo para a ordem com os engenheiros e os engenheiros técnicos como numa luta economicista. Querem ser engenheiros a todo o custo. Embora partam lado a lado nunca têm ligações.

O Congresso do Ensino da Engenharia denuncia e chama a atenção para isto que não tinha sentido nenhum. A engenharia por graus tem todo o interesse e todo o sentido e corresponde às necessidades da economia e do desenvolvimento do país. Este é, no essencial, um traço de reflexão que em 63 é extremamente avançado.

O movimento estudantil reflete uma atividade progressista no quadro social e político de então, que muitas vezes vocês, jovens, deixam passar ao lado e não têm ainda a ideia, por

exemplo, da importância da luta pela liberdade. Para mim, não há desenvolvimento sem liberdade. Mas isso custou muito e todo o movimento estudantil é um movimento em torno da luta pela liberdade. A estratégia do movimento estudantil e particularmente do Técnico, que não é a dos pensadores, é muito o equilíbrio entre uma escola que estava destinada a outra coisa e uma possibilidade do novo, depois acelerada pelo caldeirão da guerra, da repressão e das prisões ...

A formação de uma lista com o Pedro Coelho fui muito importante, ou talvez decisiva, para que ele aceitasse concorrer à associação do Técnico. Uma boa parte do meu espólio passei-lho numa tentativa de formação acelerada. Por exemplo, a coleção de comunicados de 62, lembro-me que lha passei. Tínhamos uma atitude de desenvolvimento de uma cultura e prática democráticas e, com as expulsões da academia de Lisboa e com as prisões, há dois movimentos paralelos: as expulsões – no Técnico, a minha, do Lopes Matias, do Albano Nunes, do Dias Deus e anos mais tarde do Garcia e outros –, e o ir para a guerra e as prisões. Muito da estratégia da vida associativa desaparece e fica uma terra de ninguém. Daí e em sentido inverso, é o nascimento de uma extrema esquerda radical que toma conta do Técnico e que desmantela. É a explosão partidária em torno do MRPP e de outros grupos m-l.

Não renego nada da minha vida estudantil, mas passei muitos anos sem ir ao Técnico porque deixei de ver esses cuidados de interligação com a escola. Só quando a minha filha vai para o Técnico, em 85, lá voltei porque durante anos recusei-me a entrar. Só mais tarde voltei à associação do Técnico e, nessa altura, vi que tinha sido abandonado por completo a nossa ideia de formação, e a atividade atual corresponde aos novos cânones do super-individualismo e a prática de uma coisa tenebrosa, quando mal utilizada, a *internet*, que reforça o individualismo. Não estou a dizer que a *internet* em si é má, mas induz a uma forma de convívio e de saber que passam ao lado da formação humana do indivíduo.

A eleição do Pedro Santos Coelho, e dado que haviam os quadros que se formaram nas secções cultural, pedagógica e noutras é uma tentativa para retardar a tomada do movimento

estudantil no Técnico, pelo que chamámos de esquerdistas. É uma tentativa, e da minha parte consciente, para não deixar vir ao de cima os esquerdistas, cujo lema era:

– Se isto é para rebentar, é para rebentar já. Quando mais barulho melhor!

em vez de ser:

– Vamos melhorar a ligação aos estudantes.

É um período complicado, mas é já no final do fascismo. O Pedro Coelho é uma tentativa de não deixar que o Técnico caia na mão dos esquerdistas.

Entretanto, em janeiro de 69 vou para a guerra e regresso em 72.

A seguir ao Pedro Santos Coelho é o Fernando Sacramento.

Pois, hoje penso que já tem mais juízo.

Luís Leitão, Mariano Gago.

O Mariano Gago passou pelo MRPP. Foi nessa altura que, sob o ponto de vista internacional, houve o muito aceso diferendo sino-soviético.

O que o levou a escolher um curso de engenharia no Técnico?

O meu pai era operário da construção civil. Começou por ser pedreiro, depois operário qualificado e por fim encarregado. Para mim era inevitável seguir por aí, era uma escolha natural sob o ponto de vista da relação familiar. Morava ali ao lado na avenida de Roma, o que também tem importância. A motivação foi essa; nunca se me pôs a questão tão pouco, desde princípio que havia de ir para engenharia ... Ser engenheiro, como disse, dependeria de chumbar ou não.

Nos anos que chumbou, como torneou o problema?

Já era um homem e já trabalhava. A partir de certa altura estudava, tinha a vida associativa e era explicador.

Nunca teve bolsa?

Não. Era impossível nessa altura. Praticamente não existiam bolsas. Isso é uma coisa do 25 de Abril. As propinas eram muito baixas. No liceu ainda tive isenção de propinas, mas no Técnico nunca tive. A bolsa era aquilo a que se chamava isenção de propinas. As coisas eram muito difíceis.

Como recorda o primeiro contacto com o Técnico?

Sou, por natureza, um tipo introvertido e não sou muito expansivo. Eu sou de pequenos avanços. Como estudante fazia uma grande seleção, só ia às aulas que me interessavam. Diria que fui a menos de 50% das aulas, porque achava que não tinham interesse. Nos primeiros anos havia aulas a que não ia mesmo, como química. A qualidade dos professores também era baixa. O ensino não era participativo, como é hoje. Havia uma distinção entre aulas práticas e aulas teóricas: não era obrigatório ir às aulas teóricas, onde iam papaguear o que vinha nas folhas. Nas práticas chumbava-se por faltas.

A ideia que eu tinha do Técnico é que era uma escola impessoal. Os tipos de cada curso juntavam-se e os únicos sítios em que havia convivência eram a associação ou os cafés à volta, onde estudávamos.

Desde 61/62 que a minha vida no Técnico é praticamente passada na associação ... e no café Rialva. Logo, a associação do Técnico era, de facto, um pouco um ponto de encontro, de convívio e de formação cívica.

Havia uma série de cafés com muita característica de origem social: A Mexicana, o Roma e o Londres eram frequentados por pessoal da avenida de Roma, os filhos de família. A avenida de Roma é uma construção de fins da década de 40. Nessa altura – não resisto a dizer isto, mas é verdade –, a avenida de Roma era um subúrbio, uma zona marginal da cidade. Na década de 50 é que passa por cima da linha do comboio. Os construtores tinham dificuldade em levar as pessoas para morar ali porque era o sítio das suas amantes. Não era gente de boa fama! Hoje seria executado no Rossio, se cá viesse a Inquisição e me ouvisse dizer isto! Logo, havia ali muitos novos-ricos. E o novo rico tende a acentuar as suas características, daí ir para a avenida de Roma, para a Mexicana ... isso tem muito a ver com aquela origem e com aquela gente dali.

Mas também morava na avenida de Roma.

Mas a minha mãe era porteira na avenida de Roma. Era diferente.

Havia depois o núcleo à volta da Casa dos Estudantes do Império. Existiam ali dois cafés,

o Rialva e a Mimo que, conjuntamente com a Casa dos Estudantes do Império, eram outro ponto de convívio e de encontro. O Império, que também era outra grande fábrica de sítio de estudantes. Chegava-se cá acima, olhava-se para baixo e toda a gente estava a estudar! Eram as salas de estudo possíveis.

Quais eram os temas de debate e de conversa entre estudantes?

Pouco sobre engenharia, no caso da malta mais associativa. Aliás, quando me formei ponho a mim próprio uma grande interrogação:

– Será que eu deveria ser engenheiro?

Depois disso passou rapidamente, porque fui para a tropa como engenheiro e aí assumi, de facto, a minha condição de engenheiro. Não sou um engenheiro típico, mas até gosto de o ser.

Falávamos, necessariamente, sobre as questões centrais: a guerra, o problema da (falta de) liberdade, a falta de qualidade do ensino e a necessidade de o melhorar e as dificuldades da vida.

A partir de certa altura, sou explicador porque precisava de ganhar dinheiro para viver. As conversas são muito à volta disto, e eu pessoalmente e porque os meus pais saíram de Lisboa, passei a ser o meu próprio suporte de vida.

Que músicas, filmes, livros e peças de teatro recorda?

Em relação ao cinema, funcionavam muito os cineclubes, fundamentalmente, o ABC. Nunca fui um amante de teatro. Embora houvesse todo aquele teatro de margens que eu frequentava.

Sempre tive mau ouvido para a música. E, por exemplo, o rock é qualquer coisa à qual nunca aderi. Mais tarde, no desenvolvimento destas atividades, somos nós, movimento estudantil, que trazemos a música popular à cidade, por exemplo, trazemos pelas primeiras vezes os coros alentejanos a Lisboa.

Hoje existem aquelas *merdas* chamadas pra-xes. Íamos ver os macacos a Coimbra! Em Lisboa não havia gajos fardados de capa e batina nem nada disso. Outro dia estive a falar com um antigo estudante de Coimbra que me dizia: – Aquilo era muito barato porque era a mesma roupa para verão e inverno.

Não vale a pena defesas deste tipo!

Mas nós fazíamos aqui uma coisa, penso que se foi perdendo, que era a Semana de Receção aos Novos Alunos. Era uma tentativa de ligar os estudantes à escola e o movimento estudantil. Havia colóquios sobre pedagogia e colóquios culturais e terminava com um baile. Foi a primeira vez que o Técnico abriu o salão nobre que estava fechado 363 dos 365 dias do ano. Nunca servia para nada. Só entrei no salão nobre numa das receções aos caloiros. Nós tínhamos também uma grande preocupação: incentivar o chamado convívio e podermos equilibrar financeiramente o movimento estudantil. Não havia subsídios como existem hoje. Zero tostões de subsídio. Então, faziam-se bailes e vendiam-se cervejas, sandes, etc. Fui muitas vezes o cantineiro durante os convívios no Técnico.

As Semanas de Receção aos Novos Alunos eram um momento importante de integração no Técnico e também para desenvolver o convívio dos estudantes de Lisboa e não só do Técnico. Num sarau cultural que levámos ao salão nobre, integrado na Semana, convidámos a Maria Barroso – que tinha sido artista de teatro, e na altura estava proscrita em termos de intervenção pública – a declamar poesia, com um coro alentejano. Levámos uma reprimenda de todo o tamanho.

No primeiro ano só fizemos um baile, mas no segundo já fizemos o sarau também no salão nobre sempre com a aquiescência do Luís de Almeida Alves, que era um tipo que compreendia perfeitamente a necessidade de criar escapes e válvulas de segurança porque se não, em dois tempos a vida na escola atingia o insuportável.

Fui muito marcado pelas minhas origens e pelas dificuldades económicas, que eram muitas, e por isso não era um consumidor de livros. Lembro-me do Aquilino e do Redol, do neorealismo, homens que me formaram. Tenho muito a marca da literatura do Steinbeck e de *Vinhas da Ira*, mas posso dizer que não sou, com certeza, o estudante típico do Técnico.

No entanto tem uma livraria. É uma compensação?

Penso que não. Estas coisas têm uma lógica. Depois de vir da tropa fui preso pela PIDE, e passado pouco tempo foi o 25 de Abril; e desde a segunda festa do Avante!, no Jamor,

fui o responsável durante 27 anos pela Festa do Avante!

Relaciono-me bem com outras especialidades e com a cultura, o que significa que sou o tal engenheiro atípico. Fui também o engenheiro da Festa do Avante! que organizou os espaços colaborando com arquitetos e com o Rogério Ribeiro, um artista plástico da grande cena que é uma festa como esta. Fomos organizando festas à medida que íamos mudando de sítio até chegarmos ao Seixal. Aí, fui gestor e depois organizador de iniciativas culturais. Fiz o círculo, isto é, cheguei à fase em que defendia que devíamos fazer uma frente de abertura cultural e de luta e defesa da liberdade e de entendimentos muito alargados. Daí que tivesse feito duas das exposições típicas da Festa em 2002/03: uma sobre o problema da água, e a outra sobre o da energia. Coisa de que me orgulho muito porque hoje vejo estes assuntos na ordem do dia, mas seguindo consignas que na altura nós defendemos; e fazendo eu aí a defesa do alargamento a outras gentes, outros espaços, outros interesses e formações. Depois entrei mais ou menos em colisão com o partido e saí.

Nos primeiros tempos fui diretor técnico numa empresa. Fazia um horário de macaco. Estava das 8 da manhã às 5 ou 6 da tarde na empresa, saía e ia para a festa e depois estava das duas às quatro da manhã a preparar o trabalho que tinha na empresa. Já há alguns anos a empresa foi um modelo de resistência à crise. Depois deste percurso, de tentar não concentrar os interesses no partido ou na festa, e de começar a tentar alargar, entrei em divergência com o partido e saí da festa. Nessa altura tinha sessenta e tal anos, toda a vida tinha feito aquilo e pensei: – O que é que eu vou fazer? Vou transformar-me apenas num avô quadrado?

– Não.

E a minha escolha pela livraria é um bocado isto. A razão é, diria a minha mulher, um bocado egoísta, também para me satisfazer.

Que funções desempenhou na associação?

Em 61/62 fui ativista durante a luta académica. Em 62/63 fui primeiro secretário da direção. Em 63/64 fui tesoureiro. Em 64/65 fui presidente e expulso para o Porto. Em 65/66, a direção era muito mais numerosa, fui adjunto – havia tipos

que eram vogais, eu fui adjunto à margem, quer dizer que não era oficial, porque era uma figura que andava por ali ouvida e tinha alguma responsabilidade. Em 66/67 é novamente esta situação na AEIST. Em 67/68 vou para a RIA. E em 68 é o fim do curso.

Como foi a experiência na RIA?

Apanho a RIA num período de refluxo em que há muita gente que pertenceu e foi presa ... Há desenvolvimentos em Coimbra, um movimento político ao lado e, (um ponto importante) as eleições políticas de 68 que se aproximam. Havia gente como: o Pulido Valente (na realidade chama-se Correia Guedes, e adota este acrescento ao nome porque ele é do Pulido Valente); o Sampaio esteve antes, foi secretário geral durante a crise de 62, mas depois saiu; em 63, foi o Albano Nunes, o Jaime Gama e outros que não recordo.

Há muita gente, mas não há uma estruturação. Com as prisões, tudo isto se embrulha muito. O Fernando Baptista de agronomia, o Machado Jorge e o Barbeitos de direito e eu, tentámos um *forcing* no sentido de organizar o movimento estudantil de Lisboa, Coimbra e Porto. Coimbra estava com a associação fechada. No Porto havia uma associação de Farmácia que estava ao lado de tudo isto, não tinha destas preocupações.

O Técnico, porque era a associação que tinha instalações, era a praça forte do movimento estudantil, até a nível federativo. Nessa altura a RIA tem também o Instituto Industrial, ainda tenta entrar o Instituto Comercial, vem pela primeira vez Veterinária, passam a vir com uma certa assiduidade outras escolas que não tinham um suporte físico (salas, telefone), como Belas Artes. Nós tentámos assegurar que as coisas não desaparecessem. A polícia andava ali e qualquer lugar era um risco. Depois daqueles anos de repressão e de expulsões muita gente tinha ido para o estrangeiro, como os irmãos Lemos de medicina, o Barreto, o Eurico, o Octávio Cunha e o Medeiros Ferreira. O movimento fica muito debilitado e entra uma equipe de bombeiros para safar o que se podia. Não é um período brilhante em termos de movimento estudantil, e deixa o campo aberto aos esquerdistas. Muita desta gente recolhe e, no caso específico do

Técnico, a ideia que tenho é que esta ligação com a sociedade não funciona e cai.

A ligação Técnico/estudante, onde a própria Junta de Delegados era importante, vai-se debilitando e não funciona.

Neste período, em 67, dão-se ainda as cheias.

Eu lembro-me das cheias. É 67/68, no meu ano final, em que estou muito preocupado em acabar o curso. Lembro-me perfeitamente. Nessa noite estava no Alentejo. Apareço para dar uma mão, mas já não tenho responsabilidades. O Sacramento (no Técnico) e todo o movimento estudantil tiveram um papel brilhante e espantoso, e corresponde, em grande parte, a uma ligação do movimento estudantil com o estudante (sem uma grande base organizada), mas uma ligação pontual com a associação naquela situação. Corresponde mais a uma ligação política e sobretudo cívica do que a uma ligação funcional.

Que memórias tem da relação da associação do IST com outras associações de estudantes?

Havia suporte físico para manter uma boa ligação no Técnico, na Faculdade de Ciências, em Direito e em Agronomia. Fundamentalmente, até pela sua posição geográfica, são o Técnico e Ciências, na altura a Escola Politécnica, onde se organiza praticamente todo o espírito federativo. Havia a Reunião Interassociações (RIA), ainda houve uma Reunião Interpropagandas e há, depois, uma tentativa de Reuniões Interculturais. Tenta-se uma maior coordenação entre os diversos setores de funcionamento.

Em certas alturas, diria que na associação há 50% de alunos do Técnico e 50% de outras faculdades, a viver e a trabalhar, porque éramos nós que, de facto, tínhamos as melhores condições de apoio. Desde gente do ISCTE (na altura não era ISCTE), de direito, de medicina e de letras e liceus. Direito tinha a sua associação e ia ao Técnico para reuniões. Sociologia, que estava a nascer no ISCTE, à falta de melhor funcionava no Técnico. A certa altura, um tipo abria a porta das secções e encontrava gente de outras associações e de outras escolas. O Técnico foi, nesse período, um suporte de apoio importantíssimo às outras associações. No meu programa, uma das consignas era a luta para passar as pró-associações a associações; aí a AEIST foi

fundamental. Mais tarde há, de facto, uma tentativa de estruturação do movimento federativo nas diversas áreas.

Quais os momentos mais marcantes no movimento estudantil, enquanto esteve no Técnico?

Foi claramente a crise de 62, que é decisiva e ultrapassa tudo e todos.

Nos dias 24 de março, anualmente fazemos um jantar comemorativo porque aquilo marcou as nossas vidas, de formas muito diversas. A polícia carregava, prendia e suspendia o plenário na Cidade Universitária – que eram os encontros onde o secretariado da RIA se dirigia aos estudantes – e íamos para o Técnico, que foi um apoio à luta de 62. Isto, porque havia a chamada autonomia universitária e era muito difícil entender que a polícia entrasse dentro das escolas. A polícia de intervenção ficava no Campo Grande e, de vez em quando, lá vinha. Íamos, então, para o Estádio Universitário ou para o Técnico, que também foi sempre um grande apoio em momentos importantes, como foi o de apoio à população com as cheias.

Depois não me estou a lembrar de nada porque era um trabalho de formiga que nos ensinou muito.

Por exemplo, a certa altura, foram presos três membros da minha lista: o Guimarães Morais, o Faure da Rosa e o Vasconcelos. Eu, como presidente, o Mário Lino e o Garcia fomos à PIDE falar com o célebre inspetor Sachetti. Só de pronunciar o nome dele ... Um homem que tinha vindo de Coimbra e que nos tratava a todos por doutores. Estivemos lá uma tarde inteira. Subimos para o primeiro andar e mandaram-nos esperar. O sr. demorou muito tempo! Um tipo está ali e olha para todo o sítio para saber onde estão as escutas. Mete as mãos no *maple* para perceber se há algum microfone. Está ali uma série de tempo à espera e, quando o gajo chega, diz:

– Os senhores já estavam incomodados?

Para mostrar que estava a perceber toda a nossa reação. Eu tenho a certeza que falei e disse:

– Sr. Inspetor, a polícia foi prender o Guimarães Morais, o Vasconcelos e o Faure da Rosa e roubou documentos que eles tinham que são nossos.

Tenho quase a certeza que eu disse roubou, o Garcia tem dúvidas. Ele disse-me:

– Oh doutor, a polícia não rouba, apreende, e se você continua com essa linguagem sabe que entrou, não sabe se saiu.

Nem o Sachetti sabe e percebe o quanto esta conversa cínica foi importante para mim, mais tarde, quando vim a ser preso. Quando saí, pensei:

– Este gajo! Que duche de água fria foi esta conversa com este homem.

Porque um tipo vivia sempre entre a ameaça e o perigo, e em cima da corda. A nossa fronteira entre a atividade e a repressão era uma linha muito ténue e era isso que caldeava toda esta vida, esta defesa das liberdades e da cultura. Saímos eram quase sete da tarde. Devo dizer que é uma sensação tão desagradável, tão desagradável, sair da PIDE na rua António Maria Cardoso e não ver ninguém na rua. Fiquei com um travo terrível no estômago. Um gajo a sair a esta hora e com este ar de intimidade da polícia é uma coisa que nos cheira mal. Quem me visse sair, o que é que pensaria?!

Os *bufos* existiam na escola e na associação e eram contínuos, colegas ou professores. Depois do 25 de Abril descobrimos tantos tipos que *bufavam*, até na associação. O Técnico era muito vulnerável à noite e uns tipos da extrema-direita foram lá e partiram a associação. A certa altura, contratámos um homem que tinha sido libertado de Peniche. Não me recordo o nome dele mas, se o soubesse, também não diria. Tinha sido condenado por ter participado no movimento de Beja, saiu e houve gente que nos pediu para o ajudar, porque não tinha nada e não tinha família. Nós contratámo-lo como segurança da associação do Técnico. Depois do 25 de Abril viemos a saber que ele tinha feito um negócio com a polícia para informar o que se passava na associação. Era um informador, um *bufo*, que tínhamos metido para assegurar a segurança à noite das instalações da associação. Viemos a saber e fiquei muito triste.

Esta fronteira da luta era muito móvel. Se se chegasse um bocadinho para lá conquistava qualquer coisa, se estivesse um bocado a afrouxar o sistema conquistava. Esse é o grande ensinamento do movimento estudantil. Não é de grandes vitórias, mas é de algumas coisas. Por

exemplo, tal como a Académica veio a fazer mais tarde no Estádio Nacional, os tipos de voleibol do Técnico que era, na altura uma atividade importante, foram jogar de braçadeira negra para corresponder ao luto da academia. Tudo isto são pequenas coisas, mas que vão marcando as pessoas. Foi este tecer, este cerzir toda a vida, que a associação do Técnico foi, penso eu, perdendo. E agora, como eu dizia ao outro:

– Onde é que fazem política?

Pode resumir, então, as bandeiras de luta dos estudantes?

A grande bandeira de luta era a liberdade.

No caso do Técnico havia sub-bandeiras que estavam todas debaixo deste grande chapéu, como a luta por melhores condições de acesso e de ensino. Tivemos a arte de meter as nossas bandeiras no mais geral, sendo que o Técnico era um bocado egocêntrica. Aquela malta não estava muito disposta a apoiar os outros. Progressivamente foi a democratização do ensino, exemplo disso foi o Congresso do Ensino da Engenharia. Na altura só havia a Universidade Técnica e uma Clássica em Lisboa, uma em Coimbra e outra no Porto, e as faculdades eram pouquíssimas. Havia uma seleção muito forte. Logo, a democratização do ensino, as liberdades e o fim da guerra eram, no fundo, as grandes bandeiras do movimento estudantil.

Nessa altura, era importante o convívio. Oficialmente não havia salas de convívio em lado nenhum. Havia uma sala a que nós chamávamos o gineceu que era uma sala de convívio feminino. Não era tanto de convívio, era uma sala mais de recolha. Nunca lá entrei. No meu tempo do Técnico as moças contavam-se pelos dedos, não direi de duas mãos, mas não eram 50, quase todas de engenharia química. Eu, por exemplo, tive uma colega em civil.

Como decorriam os processos de luta?

Essa é das grandes diferenças que existia entre o nosso tempo e outros. Eram discussões internas e dificilmente se ia para o aventureirismo. Embora muitas vezes, na RIA, o Técnico ficasse em grandes dificuldades. Procurávamos organizar a luta e defender o muito que já se tinha, até em termos de consolidação da própria estrutura e da própria associação. Letras

decidia qualquer coisa e tinha pouco a perder, porque não havia um sítio para fechar, apenas perdia a sua influência junto dos estudantes. No Técnico, fechar significava paralisar um conjunto de serviços e lançar no desemprego dezenas de trabalhadores que também eram o suporte de toda esta atividade. O entrar em luta era, de facto, uma coisa muito pensada a nível interno porque tentávamos sempre suportar em RIA as nossas atitudes.

As coisas eram pensadas muito em termos de funcionamento democrático das diversas estruturas: das diversas secções, das assembleias gerais e das RGA. Na altura não havia muito a figura das RGA, apareceu depois porque as assembleias gerais tinham determinado formalismo para serem feitas e a RGA era algo mais espontâneo e fluente.

Tínhamos sempre uma grande reticência em avançar para formas elevadas de luta que correspondessem a deixar-nos isolados. Esse é um pensamento central, porque se vamos sozinhos e sem apoio atrás, em dois tempos somos abafados e acabou. Depois, com os esquerdistas ... *lá vai Lisboa!*

Havia da parte da RIA uma tentativa muito grande de consenso. Tínhamos sempre presente Porto e Coimbra. Coimbra tinha mais passado e história e, no entanto, neste período a associação estava fechada. Percebíamos que Coimbra era um meio muito conservador. Por exemplo, as raparigas eram altamente influenciadas pela igreja. Não havendo residências universitárias, quase todas as raparigas estavam em lares femininos. Nas votações há fotografias com freiras a enquadrar as raparigas. A existência destas situações anómalas foi muito importante para Lisboa. Na generalidade, às vezes acusávamos alguns de aventureiros e irresponsáveis, mas nunca se entrava nas fases superiores de luta com muita facilidade. E quando se entrou mal, foi péssimo.

O que considera entrar mal?

Quando se tomaram atitudes que levaram à expulsão ou prisão e que a repressão caiu em cheio sobre o movimento estudantil. Aí o movimento ficou sem orientação.

E poderia ter sido feito de outra forma?

Podia. As lutas de 64/65 não deram tempo para recuperar da repressão de 62/63. Foi demasiado em cima. Eu também fui responsável disso. Poderiam ser tomadas algumas atitudes sem que fosse um recuo, sendo pura e simplesmente a adaptação a novas formas de luta. Isso era possível. Dar o flanco permitindo a repressão significou debilitar mais, porque se deixamos as escolas sozinhas, sem orientação e sem propostas, aí vai vingar a divisão e o individualismo feroz. Sem nenhuma estrutura de organização, de pensamento, de ação, de reivindicação, se pomos em risco este capital de organização, a seguir o sistema está nas suas *sete quintas* e diz:

– Agora, somos nós a dividir.

Mais tarde vem dar numa coisa terrível que são os gorilas. As escolas estão muito individualizadas e a repressão chega ao máximo de ter os gorilas na escola. Penso que o Técnico nunca teve.

Se pensado com pensamento político, em que a política é a arte do possível, e sem entrar no reformismo, tem que se avaliar as forças e qual o resultante. Se é para ali, temos que perceber que é para ali. Não podemos é estar a reagir como se não houvesse uma resultante de forças, e em termos idílicos pensar que devemos é fazer isto em termos éticos. Não dá. Temos que perceber o que nos é possível fazer, mas, como é evidente, não deitando fora os valores.

As lutas eram muito discutidas em termos internos e, por vezes, tivemos dificuldades nas RIA. Lembro-me de uma realizada em Ciências, em 64/65, onde foi decretado uns dias de luto a propósito de fazer ou não o Dia do Estudante, o que permitiu a polícia cair em cima de nós, prendendo mais uns quantos.

Económicas foi também uma escola muito importante, mas funcionava sempre um bocado periférico em relação ao coração da luta, que estava na Cidade Universitária.

Houve mudanças no movimento estudantil em todo este período?

Claramente, de duas formas. Uma é a forma de pensamento e outra que foi o alargar. Em 62, a luta é muito mais centrada na Cidade Universitária e durante a década é o alargar para toda a academia. Há composições cada vez mais importantes das escolas periféricas: Económicas,

Técnico e Agronomia. É um trabalho miudinho e organizativo, sendo que Económicas teve já um papel mais importante que o Técnico na crise de 62. Há dirigentes que tiveram uma grande importância.

Que organizações de juventude existiam no Técnico?

A única que mexia alguma coisa era a JUC. Na política de unidade havia um ou dois católicos nos dirigentes do movimento estudantil no Técnico. Um deles era o José Manuel Portas (estudante de minas).

Como é evidente não havia juventudes partidárias. A JUC era um pouco marginal e só passou a ter alguma coisa pelo papel de reação que teve em 62. Depois voltou-se a apagar, de vez em quando vivia mas não tinha a ambição de ter uma influência para além de si própria.

A certa altura fui desafiado para entrar para a Opus Dei, que tinha a suas próprias ambições, mas muito próprias, muito internas e a um nível muito individual e seletivo. E, a certa altura, estúpida e surpreendentemente, fui convidado para ir para umas salas de estudo e de trabalho no *Pio XII*. No Técnico não era conhecida uma sala da JUC. Podendo ser que houvesse junto à sala das raparigas uma secretária que fosse a sala da JUC. Mas essas estruturas praticamente não existiam no Técnico.

E existiam organizações de extrema-direita?

Não. Havia mais na Cidade Universitária do que no Técnico. O Pechirra era de Ciências e era um desgraçado. No Técnico havia os desinteressados e os que tinham um automóvel. Na altura a gente dizia que havia muitos automóveis. Agora é impossível lá entrar!

Falei com o eng^o António Garcia a respeito da existência de uma lista de direita com o Perestrelo de Vasconcelos, mas ele não tinha a certeza da sua existência.

Ele falou-me nisso e eu não me lembro de nada. Tenho ideia que houve, a certa altura, uma tentativa, mas se houve não teve nenhuma importância.

Terá concorrido contra a lista do Jorge Dias de Deus.

Admito que sim. Talvez tivesse havido. Se calhar a gente chamava-lhe extrema-direita mas era alguém que não queria o movimento estudantil com estas características. Dizíamos logo que era de direita porque estávamos a vir de um período de atividade muito marcada. Não teve importância. Não me lembro tão pouco.

Quais os acontecimentos da política nacional que presenciou ou em que interveio, enquanto estudante do Técnico?

Fundamentalmente as lutas do Primeiro de Maio. Foram importantes e determinantes em 62/63/64 porque a cidade, e em particular a Baixa, ficava em estado de sítio. Marcava-se uma concentração, por exemplo, no Rossio e até às três menos cinco estava tudo num silêncio que se ouvia. Depois – havia na altura uma passadeira entre o D. Maria e os Telefones na esquina do Rossio – um tipo passava, andava mais devagarinho, caía o sinal, os tipos começavam a apitar e em dois tempos aquilo era já uma manifestação. A polícia saía da esquadra que está atrás do D. Maria e carregava sobre toda a gente. A partir daí estava feito. Depois vinha a repressão pela avenida da Liberdade acima.

Assisti, à distância que estou de si, ao assassinato de um manifestante na Duque de Loulé, o Fineza. A polícia vinha a carregar para acabar com aquela manifestação e, em frente ao *Diário de Notícias*, ele pegou num daqueles tubos metálicos de um sinal de trânsito e, quando eles vinham a correr, atirou-o. Houve uns tipos que caíram e uns policiaes que estavam junto ao Marquês de Pombal, que viram quem ele era, marcaram-no. Fugimos pela Duque de Loulé e, junto à estátua (não sei se ainda lá está) do Camilo Castelo Branco, íamos a correr e um polícia passou por mim de pistola em punho e a um metro das costas deu-lhe um tiro. Isso marcou-me muito, como é evidente.

Também vivi outra situação, num Primeiro de Maio, eu estava a ver, e um polícia vem com uma pistola metralhadora das pequenas (uma Uzi), e passou-me o cano dos rins até cima e disse:

– Toca a andar!

Nunca mais esqueci aquela sensação fria de um cano encostado às costas – aqui é o problema da repressão brutal –, este polícia que convidou-me autenticamente para militar na esquerda, na luta contra eles.

As consignas eram sempre a luta pela liberdade e pela democracia, e no Dia do Trabalhador havia sempre isto. Nessa altura já estava organizado pelo Partido Comunista e fui sempre a estas manifestações.

Penso que houve umas eleições em 65. Em 68/69 ainda também foram eleições. Em 69, já estava na guerra. Saíra do Técnico mas ainda fui dos que, pela primeira vez, conseguiram trazer alguns restos de organização das últimas eleições para as de 69. Coisa que, normalmente, o regime cortava. Fazia uma repressão muito grande para que nada ficasse de organização daquele período da chamada campanha eleitoral, em que eram permitidos *ajuntamentos de mais de duas pessoas*. Não ficavam nenhuma estruturas, apenas havia relações individuais, mas muito poucas. Mesmo depois das eleições do Delgado, em 58, não ficou nada. A repressão acabou com tudo. Agora havia uma tentativa que deu frutos, que foi trazer ainda algumas organizações, reuniões e pessoas de 65 para 69. Em 69 fortificou-se e foi a CDE. Foi por aí que alguma coisa ficou e compreendeu-se que o aspeto organizativo era fundamental.

Quais foram os acontecimentos internacionais de referência?

O mais importante foi o diferendo sino-soviético, que marcou e dividiu profundamente a vida na universidade e no país. O Partido Comunista tem uma cisão em torno da Frente da Ação Patriótica com reflexos no movimento estudantil e no político.

Há a crise dos mísseis em Cuba; a revolução cubana com a vitória do Fidel e a defesa da revolução é extremamente importante e a que se adere porque é a libertação.

O movimento de descolonização em África tem grande influência na juventude.

A eleição do Kennedy, que apesar da autorização da invasão de Cuba não vê a sua imagem muito afetada. Fica-se com a imagem de um homem que é sacrificado e executado pela direita

americana e passa ao lado da responsabilização da invasão da Baía dos Porcos.

Que balanço faz da sua experiência enquanto estudante do Técnico?

É positivo. Há aqui toda uma série de heterodoxias.

Formei-me como homem, em primeiro lugar, na prisão. Só estive preso três meses, mas foram meses muito violentos com 31 dias de tortura do sono.

Em segundo lugar, formei-me no partido.

Em terceiro, na tropa.

Em quarto, na associação.

E, em quinto, no Técnico.

Esta hierarquia de valores responde à relevância da estadia no Técnico para o percurso de vida. Mas, não há aqui nada de negativo. A tropa foi extremamente importante para mim. Dou mais importância à minha formação como homem do que como engenheiro, por isso é que eu ponho o Técnico, como escola de engenharia, atrás. As outras andam todas um pouco ali a bailar porque eu sei lá qual é o *ovo ou a galinha*. A associação e o movimento estudantil tiveram, com certeza, uma importância determinante na minha vida. Conteí dois episódios sobre a minha vida na tropa que foram marcados pela minha formação anterior, no Técnico e no partido. A prisão foi depois.

Adere no mesmo ano ao partido e à associação. Uma coisa é consequência da outra?

Foi a luta de 62, que foi determinante. Aquele clique entre as 7 e as 9 horas da noite do dia 24 de março. Digo 7 porque a essa hora estava num café ali ao lado, no Rialva, e dizem-me:

– Já sabes? A polícia carregou.

Um tipo como homem e como ser pensante diz:

– Não pode ser.

É o saltar. E fui para a associação perceber o que se passava, já ali havia uma agitação muito grande. Ainda fui tentar encontrar o pessoal quando vinham do Castanheira de Moura. Fui para Medicina ou Direito, onde nunca tinha ido, e depois voltei para o Técnico. Há, de facto, um momento em que há um clique que nos altera a vida. Nunca tinha, com tanto rigor como nesta nossa conversa, chegado a isso. Lembro-me perfeitamente que foi entre as 7 e as 9, só nunca

lhe tinha dado este significado. Depois foi a luta e naturalmente a adesão ao partido: não podia ser de outra maneira. Toda esta vida está acima da minha formação como engenheiro. Agora, se é o *ovo ou a galinha*, isso é uma questão filosófica que, um dia, ainda hão-de resolver. Eu não vou resolver nada.



*Pavilhão central.
Foto: Tatiana Soares*

Começou no Técnico em 1959 e terminou em 1965?

Sim. Na altura, o curso era de 6 anos.

O que o levou a escolher um curso no Técnico?

Entre a 3ª classe e o 3º ano do liceu, estudei em Luanda, Angola, para onde o meu pai, sargento do exército, tinha ido fazer uma comissão de serviço de 6 anos, levando a minha mãe e os filhos com ele. Ao longo deste período fui um aluno razoável, tanto na área de letras como de ciências. Quando regressámos a Lisboa em 1954, tinha eu 14 anos, fui frequentar o 4º ano no liceu Pedro Nunes, e tive muitas dificuldades de adaptação ao novo ambiente. Perdi a vontade de estudar, com reflexos notórios nas notas, tendo reprovado esse ano. Tomei então uma decisão importante: empreguei-me durante as férias. Quando, em outubro de 1955, voltei ao Pedro Nunes para repetir o 4º ano do liceu, passei a ter uma inclinação notória pela matemática e pelas ciências que se manteve quando, em 1956, juntamente com a minha mãe e irmãos, acompanhamos o meu pai numa nova comissão de serviço, desta vez para Moçambique. No liceu Salazar (agora Escola Secundária Josina Machel), em Lourenço Marques (agora Maputo), fiz o 5º ano e o 6º e 7º ano na então chamada alínea f que dava acesso aos cursos superiores de engenharia, seguindo, assim, a minha cada vez mais forte inclinação pela matemática e pelas ciências, onde passei a ter sempre notas razoáveis.

A minha opção pela engenharia foi, assim, natural e a escolha do Instituto Superior Técnico, onde ingressei em 1959, foi a escolha óbvia. Engenharia era um curso com prestígio para pessoas que tivessem uma vocação para a área das matemáticas e das ciências em geral. Também acho que pesou muito uma certa atitude que já evidenciava nessa altura: gostar de discutir

mas, também, de realizar, de concretizar as coisas. Eu gosto muito de planejar e discutir, mas gosto também muito de, depois, levar à prática aquilo que penso e planeio, não ficar só pela especulação. Engenharia oferecia essa experiência.

Em engenharia também havia vários ramos. Eu escolhi engenharia civil, mas nunca me interessei muito pela chamada construção civil (estruturas), tendo optado antes pela hidráulica. Talvez porque fosse um pouco mais sofisticado, por ter mais matemática, por ter professores que me motivaram mais para essa área.

O Técnico também era uma escola com muito prestígio. Enfim, um conjunto de razões.

Como recorda o primeiro contacto com o Técnico?

Tive uma integração relativamente fácil. Os meus pais e irmãos ficaram em Moçambique. Vim para Portugal sozinho e aluguei um quarto perto do Técnico. Não conhecia praticamente ninguém, com exceção dos meus colegas que vieram de Moçambique para Portugal, éramos cerca de 60 naquele ano. Vieram estudar para as universidades: uns para Lisboa, outros para o Porto, outros para Coimbra, mas ainda veio uma dúzia deles para o Técnico. Portanto, não estava isolado e, rapidamente, entrei, também, em contacto com outros colegas do Técnico, que não conhecia. Uma pessoa quando está sozinha também sente mais necessidade de se relacionar. Como eu nunca tive grande dificuldade de relacionamento com as pessoas, o Técnico deixou-me logo muito boa impressão.

Na altura, o diretor era o engenheiro Almeida Alves, que era um engenheiro químico muito organizado. Lembro-me de uma coisa que me impressionou logo muito: quando cheguei em 59, fui ver as inscrições ao Técnico e já estavam afixados, para o ano todo, os horários por disciplina, por curso e por ano. E estávamos ainda

em agosto! Sempre gostei das coisas bem planificadas. Era uma escola que estava bem organizada, com muito prestígio, tinha bons professores – também tinha professores que não eram tão bons, mas a média geral era boa – com disciplinas que puxavam e estimulavam quem gostava de aprender, tinha uma boa biblioteca. Já no liceu, em Moçambique, eu tinha o hábito de frequentar a biblioteca, consultar livros e temas para além dos que os professores propunham, e tinha estado envolvido em várias atividades que não só o estudo. Por exemplo, criei um clube de matemática e fiz um jornal de parede, escrito à mão, que depois foi proibido.

Proibido porquê?

Naquela altura soube-se que havia uma professora da instrução primária que batia nos alunos. Eu fiz, logo no nº 1, uma reportagem que sancionava nessa professora. O jornal nas paredes do liceu teve um grande impacto, de que resultou a sua proibição e um processo disciplinar que me aplicou uns dias de suspensão das aulas, mas que, na verdade, não teve grande relevância nos resultados escolares.

Formei, também, um clube de matemática que se chamava Pitágoras, onde os alunos mais vocacionados para as matemáticas se juntavam. No liceu nunca estive inserido na parte paramilitar da organização da Mocidade Portuguesa, mas na parte que tinha teatro, esgrima, canto coral, aeromodelismo e coisas assim no género. Portanto, a vinda para o Técnico permitiu dar continuidade a tudo isso.

A associação também era bem estruturada, com uma secção de folhas onde os estudantes compravam, a baixo preço, os apontamentos das aulas que os professores davam. Tinha uma secção fotográfica, desporto, uma cantina boa, uma cabine sonora que à hora de almoço emitia música e dava umas notícias sobre a vida associativa. Tinha o boletim, que era o *aeist*, tinha a secção pedagógica, a secção cultural, que organizava colóquios e ciclos de cinema. Tinha muita atividade, preenchia muito. Era uma coisa que fervia ... era muito intenso.

Já tinha, portanto, uma vida associativa antes do Técnico.

No liceu, em Moçambique, já tinha alguma vida associativa, embora muito limitada. Mas o Técnico foi uma coisa deslumbrante, porque a associação fazia logo uma boa recepção aos alunos.

Recorda-se?

Recordo-me. A AEIST, a AE do Técnico organizou reuniões onde nos explicaram o que era a associação, o que fazia, que secções tinha, quais eram os benefícios. Eu aderi logo à associação, comecei a colaborar no 1º ano. Envolvi-me naquelas discussões. Lembro-me que, talvez nas primeiras assembleias gerais da associação do Técnico em que participei, se discutia uma coisa muito engraçada. A associação do Técnico tinha uma biblioteca com muitos livros e revistas ligados à cultura. Uma das coisas que tinha era uma coleção da revista *Seara Nova*, desde o nº 1.

Não me vai dizer que alguém destruiu essa coleção ...!

Discutia-se exatamente isso. Porque a direção, que era de direita, mais conservadora, defendia que a biblioteca precisava de espaço e, portanto, queria vender a *Seara Nova* a peso!

Havia muitos estudantes que estavam contra o que consideravam, com toda a razão, um atentado à cultura, e a questão acabou por ser discutida em assembleia geral da associação. Nessa assembleia, o Rui Martins, que andava já no 3º ou 4º ano e foi um dos primeiros estudantes do Técnico de que fiquei amigo até hoje, protagonizou uma cena caricata que nunca mais esqueci. A certa altura, vota-se uma proposta que dizia: a assembleia geral dos estudantes do Instituto Superior Técnico, reunida no dia tal, decide, por unanimidade, vender a coleção da *Seara Nova*.

A maioria votou a favor dessa proposta. Nessa altura, o Rui Martins diz:

– Bom, atenção, a proposta diz por unanimidade, mas não foi por unanimidade, logo é preciso corrigir a redação da proposta.

– Não – diz o presidente da assembleia geral.

– O que foi aprovado foi uma proposta que diz por unanimidade. Votaram 60 a favor e 40 con-

tra, logo a proposta foi aprovada com a redação que tem, e a assembleia geral é soberana.

Ao que o Rui Martins responde:

– Bom, então eu retiro-me da sala antes que a assembleia decida que eu sou um cão e que tenho de começar a ladrar!

Nunca mais me esqueci deste episódio.

Nesse período estudávamos muito em cafés e pastelarias: no Londres, no Pão de Açúcar, na Mexicana, no Império, e noutros que havia nas proximidades do Técnico. Inicialmente ia para A Mexicana, porque era para onde iam os meus colegas que tinham vindo de Moçambique. Mas acabei por me faltar da Mexicana porque, praticamente, só se discutia boxe e luta livre que estavam na moda, futebol e outros temas que não me interessavam muito. Por isso, mudei-me para outro café, onde não conhecia ninguém, o Pão de Açúcar, que foi o meu principal lugar de estudo durante os seis anos do curso. Os cafés eram muito frequentados à hora de almoço, do lanche e do jantar, mas no resto do tempo e, até fecharem, tinham muito menos gente. O Pão de Açúcar tinha umas mesas quadradas e no fundo da sala juntavam duas formando uma mesa rectangular grande. Dava para espalharmos os livros e trabalhar, em conjunto ou sozinhos. E assim fui começando a conhecer outros estudantes que também aí estudavam.

Engraçou com o Pão de Açúcar por algum motivo especial?

Talvez porque fosse o mais perto de minha casa. Nessa altura, o quarto que eu tinha alugado era na rua Augusto Machado.

Para além das aulas, e já mencionou os cafés, quais eram os outros locais onde os estudantes costumavam encontrar-se?

Para além das aulas propriamente ditas, havia um conjunto grande de atividades onde nos envolvíamos muito. A maior parte dos estudantes, mesmo aqueles que viviam com a família – havia muitos que vinham das colónias ou da província e alugavam quartos – acabavam por partilhar muito este tipo de espaços: a associação, as aulas, a biblioteca, os cafés.

Os cafés eram muito importantes, porque ficavam abertos até tarde. Chegávamos de manhã ou à tarde, quando não havia aulas ia-se para

o café, íamos contactando uns com os outros. Eu até deixava o meu material e os livros no Pão de Açúcar. As pessoas passam o 1º ano, o 2º, o 3º e a certa altura já nos começam a tratar por senhores engenheiros! Até fazia desenhos com a régua em T (aquelas régua muito compridas) no café e, depois, deixava-a lá guardada, tal como livros e cadernos. Quando chegava dizia para o empregado:

– Olhe, traga-me cá a régua e o meu material.

E sempre fazíamos algum consumo, embora não muito: um galão, um café, um bolo ... Havia também cafés, como o Londres e o Império que tinham bilhar e *snooker*, o Império também tinha matraquilhos. Eram cafés com várias componentes que suscitavam a frequência dos estudantes. Portanto, eram grandes locais de convívio.

Também havia outras atividades como, por exemplo, o Cineclube Universitário, do qual me fiz logo sócio. Tinha muitos filmes para mostrar à quarta-feira à tarde. Ficávamos a discutir os filmes. Havia muita discussão sobre o neorealismo, a *nouvelle vague* e o surrealismo. Discutíamos muito filosofia, política, cinema, teatro, tudo.

O Clube Universitário de Jazz, que foi criado em 1959 ou 60 e que fechou pouco tempo depois, era um local muito interessante. Havia também o *Hotclub*. Havia os amantes do jazz e eu fazia parte desse grupo. Quando não tínhamos aulas íamos para a associação. Ia jogar xadrez, pingue-pongue, discutir política, trabalhar nas várias secções em que nos inscrevíamos para ter atividade.

Também a Juventude Católica era muito importante nessa altura e era popular. Eu cheguei a pertencer à JUC, cujos membros estavam, em muitos casos, integrados na associação. E, portanto, também era um espaço de convívio, fazendo retiros, colóquios e coisas desse género.

Depois havia os namoros. Tudo aquilo era uma vida muito rica, muito intensa.

Os quartos ou as casas alugadas, dos alunos que vinham da província ou das colónias, e a Casa dos Estudantes do Império eram também locais de convívio?

A Casa dos Estudantes do Império era mais para os estudantes que tinham alguma ligação

a África. Os estudantes que vinham de África eram de dois tipos: os que estavam em África há pouco tempo, como era o meu caso; e aqueles que lá tinham nascido ou estavam lá desde miúdos, porque os pais já lá estavam há muitos anos. Estes tinham um maior enraizamento com as colónias e eram mais frequentadores da Casa dos Estudantes do Império. Os outros tinham algumas relações, como era o meu caso, porque conheciam os outros.

Passaram ou tinham passado por lá muitos estudantes que eu conheci e que eram referências da luta anticolonial, como o Marcelino dos Santos, o Joaquim Chissano, o Amílcar Cabral.

Os grupos cruzavam-se. Havia pessoas que, por exemplo, frequentavam a Casa dos Estudantes do Império, mas também iam ao cine-clube. Outros trabalhavam na associação mas também estavam no teatro. A vida era muito densa.

É preciso também compreender que os estudantes que se interessam mais por política, filosofia, arte, etc. têm uma avidez muito grande pelo conhecimento e que nós não tínhamos nada do que há agora. Havia muito poucos concertos e havia censura aos filmes, ao teatro, aos livros. O *Hair*, por exemplo, aquela peça musical que defendia o amor livre, a sociedade da flor e do amor, que no fundo estava também ligada à guerra do Vietname, não podia passar em Portugal. Se uma pessoa a queria ver tinha que ir a Londres. Foi o que eu fiz, fui a Londres ver o *Hair*. E podia dar centenas de outros exemplos.

Livros, tínhamos de comprá-los à socapa, em alguns livreiros que íamos conhecendo e que os mandavam vir. Se queria ler Lenine, não ia encontrar o livro à venda na livraria. Tinha de comprá-lo clandestinamente. Não encontrava *O Capital*, do Karl Marx, à venda na livraria [risos]. Seria impensável. Portanto, se alguém estava muito interessado nesses temas, isso levava a uma teia de relacionamentos e a um certo espírito conspirativo.

Havia uma envolvente, as pessoas não estavam sós. Havia de tudo, mas muitos dos chamados associativos (os estudantes que dedicavam a sua vida à associação) eram muito bons alunos. E hoje vê muitos antigos dirigentes e quadros associativos que são pessoas com grande prestígio. Não era por se envolverem em muitas

atividades que não tinham tempo para estudar, ou que não tinham boas notas. Dedicávamo-nos a milhentas coisas ao mesmo tempo e às vezes não se dormia. Eu fiz muitas noites sem dormir. Vivíamos muito aquilo em que nos envolvíamos, tínhamos o tempo muito preenchido e convivíamos muito.

Quais eram os temas de conversa e de debate?

Como já disse, eram muitos e muito variados: discussões filosóficas sobre o sentido da vida, sobre a ética, sobre Marx, Engels, Lenine, Kant, Hegel e tantos outros; sobre o existencialismo e o neorrealismo no cinema, na literatura e na arte em geral; sobre os temas políticos da vida nacional e internacional; sobre o papel dos estudantes, o papel da universidade, a responsabilidade social, a vida sexual, a condição feminina, os costumes. Todas essas questões eram muito envolventes e nós discutíamos-las todas, muitas vezes com o apoio de livros e revistas. Mas também discutíamos futebol e outros desportos.

Eu fui sempre muito voltado para a música desde o liceu. Com a música aconteceu-me, por mero acaso, uma coisa muito engraçada, que muito me marcou. Quando estava no Pedro Nunes, no 4º ano, havia umas aulas de canto coral onde tínhamos de praticar solfejo e outras coisas certamente interessantes, mas um bocado monótonas e maçadoras. Um dia faltou o professor de matemática e, como havia aulas de substituição, aparece-nos um professor de canto coral que não conhecíamos. O professor leva para lá um gramofone daqueles antigos, e foi um gozo! Lembro-me que ele pôs a tocar dois discos: *O Aprendiz de Feiticeiro*, do Paul Dukas, e *A Dança Macabra*, do Camille Saint-Saëns. Eu, até esse momento, nunca tinha ligado muito à música clássica, mas fiquei fascinado com as explicações que ele ia dando sobre o que cada instrumento estava a tocar. A grande algazarra inicial foi diminuindo, todos fomos ficando presos com aquilo. Depois pedíamos sempre que as aulas de substituição fossem com aquele professor de canto coral. Foi um professor que nos abriu horizontes.

Quando cheguei ao Técnico, a primeira coisa que fiz foi alugar um quarto e um piano e arranjar uma professora para me dar aulas desse instrumento. Tinha tido uma média no liceu

que me deu direito a uma bolsa de estudo do então governo provincial de Moçambique. Era com o que eu vivia, porque o meu pai não tinha dinheiro para me ter a estudar na universidade, em Lisboa. E eu dedicava uma parte dessa minha mesada à música: aprendia piano e *papava* todos os concertos que podia. Na altura, o Coliseu era o sítio onde se ia assistir aos concertos, ainda não havia a Gulbenkian. Também havia concertos no pavilhão do parque Eduardo VII, que agora se chama Carlos Lopes. Mas aí era horrível, quando chovia ouvia-se o barulho todo feito pela chuva no telhado. O meu pai nunca me tinha deixado aprender qualquer instrumento (nem guitarra!), dizia que a música não interessava para nada. Tinha um amigo mais velho de Moçambique, o Barreto, que tinha vindo para o Técnico um ano antes de mim, que tocava bem piano e passámos horas a tocar no meu quarto, com natural desespero da dona da casa.

Até mete um bocado de impressão como é que tínhamos tempo para fazer tanta coisa. Era esse o ambiente em que eu estava inserido. Havia muita gente com a preocupação de discutir grandes temas filosóficos, políticos, sociais ... repare que logo em 61 começa a guerra colonial, em Angola.

E imediatamente antes foram as eleições presidenciais.

Humberto Delgado, sim, em 59.

Discutiam sobre isso, por exemplo?

Sim, discutia-se muito. Isso do Humberto Delgado marcou-me muito, depois é expulso do exército, vai para Argel e cria a Frente de Libertação Nacional. Há um conjunto de acontecimentos, a nível nacional e internacional, muito fortes. Foi um período muito rico.

Em 59, quando entrei na universidade, o Fidel Castro entra em Havana: Revolução Cubana! Depois a Baía dos Porcos, a crise dos mísseis, depois vem o Kennedy, depois matam o Kennedy. A guerra colonial em 61, em Angola. O assalto ao Santa Maria. É um período de uma intensidade brutal!

Os jornais andavam muito caladinhos, alguns jornalistas ainda escreviam algumas coisas nas entrelinhas. Depois, o movimento operário, com a influência do Partido Comunista. Mas

aí a discussão é de outro nível e mais ligada a implicações directas, à luta dos trabalhadores. Tudo era discutido: a descolonização, mas também as questões culturais. O neorrealismo face à *nouvelle vague*: era o Antonioni ou o Truffaut? O Sartre, que entretanto tinha entrado em ruptura com o Partido Comunista Francês. As discussões, às vezes, eram muito acesas, agressivas e muito preenchidas.

Aquela coisa de irmos todos, à sexta-feira à noite, beber muito era uma coisa que não era muito frequente nessa altura, e muito menos nessa camada de estudantes que estava mais envolvida na discussão daqueles temas. As pessoas iam beber uns copos, mas sempre para discutir assuntos interessantes. Também porque não havia muito mais para fazer que motivasse, e como a juventude é muito ávida de conhecimento e não havia outros espaços, nós tínhamos de criar os nossos próprios espaços.

Continuando nas questões culturais, enquanto estudante do Técnico, quais os livros, a música, peças de teatro, filmes que recorda?

Eu fiz teatro na AE no Técnico.

Pertenceu ao grupo de teatro?

Sim. Atuei numa peça chamada *Mário, Eu próprio – O outro*, sobre Mário de Sá-Carneiro. Também fiz esgrima, jogava futebol. Na associação interessei-me pela fotografia, ia para a secção fotográfica e lá é que revelava as minhas fotografias. Comecei também a trabalhar na cabine sonora, que emitia umas notícias e passava umas músicas boas (boas, pelo menos, para o gosto de quem estava a passá-las).

Passavam o quê, por exemplo?

Gostávamos de música brasileira e também é a altura dos Rolling Stones, dos Beatles, dessa gente. O termo baladeiro já apareceu um pouco depois. Em Portugal tinha começado a aparecer a música de intervenção: o Adriano Correia de Oliveira, o Zeca Afonso. Eu nunca fui pessoa para dizer:

– Não. Eu só gosto disto, é só o teatro, não gosto de cinema, etc.

Não! Era o teatro, poesia, ia ao cineclube, íamos ao futebol, até fui ver (muito raro) alguns combates de boxe.

Diga-me, por exemplo, nomes de filmes, peças de teatro ou livros que consumia.

Tanta coisa. Era grande frequentador do Cine-clube Universitário de Lisboa e dos cinemas em geral, onde via tudo o que de melhor era passado, Visconti, Pasolini, Russellini, Chabrol, Resnais, Buñuel, Chaplin, Huston, Orson Welles, Hitchcock, Ingmar Bergman, e tantos outros.

Também sempre fui muito de ler. Papei tudo o que podia sobre a teoria e a prática do marxismo e do leninismo: Lenine, Staline, Mao-Tse-Tung, Ho Chi Minh, general Giap, do Vietname. Inúmeros romances: Tolstoi, Steinbeck, Faulkner, John dos Passos.

Acho que em 64 o Sartre ganha o Prémio Nobel, em 62, o Steinbeck, em 65, o Sholokhov (que era um homem do regime soviético). Nessa altura eram muito lidos o Redol, o Cardoso Pires, o Manuel da Fonseca (que foi presidente da Sociedade Portuguesa de Autores). Não havia nada que me escapasse. Nada!

Apesar das dificuldades em obtê-los.

Apesar das dificuldades em obtê-los. Mas nada nos escapava. Empréstávamos uns aos outros, tudo isso circulava muito.

Filmes era, principalmente, o neorealismo italiano. Não havia Viscontis ou Rossellinis que ficassem de fora. Nessa altura, a cinematografia francesa e italiana tinham um peso muito grande. Hoje, a americana é muito mais dominante. Recordo grandes atores como o Jean Gabin, a Simone Signoret, a Sofia Loren, a Ana Magnani, o Alain Delon, o Totó, eu sei lá. Sempre tive uma grande adesão aos neorealistas mas gostava muito dos outros, do Ingmar Bergman, do Truffaut, do Rivette, ou do Godard. Depois aparecem o Fassbinder e outros alemães. Tudo isso era tema de discussão, se eram a favor da burguesia, se eram contra o proletariado, se estavam a alienar ou não. Eram discussões fantásticas.

Havia muita discussão e assim nós íamos informando e formando. Uma vez estava no cinema Roma, no cineclube, a ver os *Morangos Silvestres* do Bergman. Eu estava a adorar e um grande amigo meu, que na altura era muito estalinista, estava na fila de trás e só chateava toda a gente dizendo:

– Esta burguesia, e andam os operários aqui a ser explorados!

Achava aquele comportamento detestável. Era assim, vivíamos intensamente as coisas. Não era de uma forma passiva. Nós sabíamos praticamente tudo o que se passava ao nível das correntes literárias, filosóficas, do cinema, do teatro.

Sempre gostei muito do ballet, do *Lago dos Cisnes*, da Margot Fonteyn e do Nureyev. E também o ballet de compositores como o Prokofiev ou o Stravinsky, do Balanchine. Era uma coisa muito diversificada e muito densa.

Eu não gosto muito de fazer comparações, porque os pais e os avós têm a mania de comparar com o seu tempo, acho isso uma coisa horrível, mas não deixo de pensar que o mundo mudou, as preocupações eram diferentes. Vejo pelos meus netos que têm 17/18 anos e que se preocupam pouco com as grandes correntes de pensamento que hoje se discutem. Preocupam-se com outras coisas, pelo menos por enquanto, se calhar com razão. Mas nós estávamos num país muito fechado, muito atrasado, os universitários tinham capacidade e curiosidade intelectual para ir à procura dessas coisas e realmente tiravam partido disso.

Se calhar, também era um pouco aquele sentimento do fruto proibido.

Admito que sim, também muito isso. O fruto proibido é uma coisa que sempre suscita uma certa atração. Mas era também o prazer intelectual da discussão. Nós gostávamos de discutir fundamentos, objetivos. Acho que foi uma felicidade ter vivido nesse período.

Recebemos muito. Foi uma escola de formação muito grande: ser dirigente associativo, obrigado a ter que tomar decisões, a ter que assumir riscos, a ter que organizar manifestações e greves, e, ao mesmo tempo, ter que estudar e ter notas razoáveis. Uma coisa tramada. Uma *endurance* muito grande.

Entrou para a AEIST logo assim que chegou ao Técnico, em 59.

Sim. Eu lembro-me que comecei a trabalhar na cabine sonora, foi uma coisa a que achei piada. Já tinha tido aquela experiência de fazer o jornal de parede, depois fui para a cabine sonora. Tinha uma certa inclinação para a comunicação social e, por isso, colaborarei também no jornal da associação, o *aeist*. Andava eu no 3º ano

quando fui diretor do *aeist*, ainda em 61/62. Depois acabámos com o *aeist* porque, como era impresso numa tipografia, esta tinha que o enviar previamente à censura, e fizemos um boletim com o mesmo nome, mas impresso na associação, que já não ia à censura. Este boletim começou em 62/63 e eu fui o seu primeiro diretor. Em 1964, durante o meu mandato como presidente da AEIST, o *aeist* foi substituído pelo *Binómio*. Eu sempre gostei de escrever e de expor ideias.

Como era o trabalho nessas secções?

O trabalho era organizado. Ou seja, havia uma reunião de colaboradores, onde discutíamos e decidíamos o trabalho a fazer. Se queríamos fazer um boletim, todas as semanas decidíamos: escreves isto, escreves aquilo, escreves não sei quê, e depois íamos ver como as coisas estavam a correr. E as coisas saíam a horas. Se formos ver, por exemplo, a lista do *Binómio* que era semanal (não me lembro já quantos números foram publicados), não há praticamente nenhuma semana que tenha falhado. Eram notícias do movimento associativo, greves aqui, lutas acolá, manifestações não sei aonde, mas também tinha textos de ordem cultural.

Os estudantes de engenharia têm sempre uma certa tendência para ser organizados e a associação do Técnico era bem organizada. Também era uma associação sólida do ponto de vista financeiro e, por isso, sustentou muito o movimento associativo.

De onde é que vinha o dinheiro da associação?

Não era das quotas. Nem me lembro se nós pagávamos quotas mas, se pagávamos, era pouco. Tinha as receitas próprias com um volume apreciável.

Tinha a secção de folhas. Não havia livros, contrariamente ao que sucedia no liceu. Havia uma boa relação com os professores. A associação falava com os professores das várias disciplinas e eles passavam a escrito os apontamentos das aulas. Ao fim do primeiro ano em que o professor dava aulas, ele editava esses apontamentos através da secção de folhas. Ele não cobrava direitos de autor, como é evidente, dava-os à associação. A associação utilizava o *stencil* com uma máquina inicialmente manual, que

depois passou a ser elétrica, e imprimia cópias e cópias daquilo. Depois encadernava-se e os alunos compravam a um preço muito barato. Mas mesmo por esse preço muito barato dava lucro e a associação ganhava dinheiro.

Depois havia a cantina. Uma refeição custava 9 escudos, o aluno pagava 9, à associação custava 7, sobravam 2.

Também ganhava dinheiro na secção fotográfica. Comprávamos os reagentes e imprimíamos as fotografias. Era mais barato do que na loja, mas a associação não pagava renda de casa, vivia nas instalações do Técnico, a luz era do Técnico. Pelo que esta secção era lucrativa.

A associação tinha também receitas da secção pedagógica e da revista Técnica, que era muito prestigiada (tinha assinantes e tinha publicidade das grandes empresas de construção, de equipamentos de engenharia, etc).

A secção de turismo era fortíssima, organizava muitas excursões e fazia uns acordos com umas agências internacionais para arranjar preços mais baratos com uma margem que dava lucro para a associação.

Portanto, a associação era bem organizada, com muitas secções, com muito envolvimento de estudantes, e com capacidade financeira. Tinha também um conjunto de profissionais, era muito profissionalizada. A direção da associação era eleita, depois tínhamos os responsáveis de secções e os funcionários. Na contabilidade da associação estava o chefe da contabilidade, que era funcionário. Mudavam as direcções mas o chefe e o escriturário da contabilidade mantinham-se. Na cantina, o cozinheiro e o diretor eram profissionais.

Vou todos os anos a um almoço dos antigos responsáveis, dirigentes e trabalhadores da associação do Técnico e vejo lá ainda muitos empregados dessa altura, já avançados na idade. Contrariamente, outras associações estavam ainda num estágio embrionário de organização, como era o caso de medicina e de direito, por exemplo, onde havia grandes carências financeiras.

O movimento associativo tinha começado, fundamentalmente, em Coimbra, mas o Técnico era uma escola com peso porque, por virtude da própria filosofia do ensino e dos cursos, os estudantes privilegiavam uma certa organização e um certo rigor. Depois, por essa via, tinha um

volume de receitas grande. A associação do Técnico financiava muito outras associações que não tinham dinheiro, como a dos liceus que para poder imprimir qualquer coisa tinha que comprar o papel e o *stencil* para ter as cópias. Depois era uma questão de saber gerir bem de não ser descontrolado. Houve direções mais rigorosas do que outras, a minha foi uma das que deu mais lucro e tinha meios.

Havia muita gente envolvida nessa atividade associativa. Quando é que a gente colaborava? Por exemplo, se das 10 às 11 não havia aula, ia logo para a associação e aí fazia qualquer coisa: jogava xadrez, pingue-pongue, discutia com os outros, ou estava numa secção. Era aquele gosto da primeira experiência. Por exemplo, fazer um jornal ou escrever um artigo para um jornal era interessante. Fazer um programa na cabine sonora era uma coisa interessante. Organizar um colóquio sobre o neorealismo italiano no cinema era interessante. Ou falar com intelectuais portugueses, que a gente conhecia de nome, que eram pessoas com muito prestígio e que se prontificavam a ir lá fazer um colóquio, uma conferência, etc. Tudo isso eram coisas da nossa atividade.

Havia alguma propaganda de modo a angariar pessoas para a associação?

Claro. Quando nós entrávamos no Técnico, a sua direção tinha uns folhetos sobre o que é que lá se podia fazer, como se devia fazer, como se inscreviam. A associação também. Havia um período de receção aos novos alunos com umas conversas, umas palestras onde explicavam as secções que havia e as vantagens em ser da associação, distribuía folhetos. Depois a associação tinha instalações boas! E era muito ativa. Tinha um campo de jogos grande, piscina e muita coisa para fazer. Passávamos muito tempo envolvidos na associação e no espaço da associação. Não havia muitas outras distrações. Por isso é que surge a crise académica de 62, que vem de 56, da contestação ao decreto 40900 que queria condicionar, controlar, restringir a nossa atividade associativa. As associações de estudantes desenvolviam ações para apoiar os estudantes a arranjar habitação (havia um sistema de informação sobre quartos para alugar), nos transportes (arranjar subsídios, falando com as

empresas para darem descontos), na obtenção de bolsas de estudo, tinha secções de turismo, de folhas, pedagógica, cultural etc., tinham uma ação autónoma muito relevante de que não queriam abdicar.

Portanto, as pessoas inscreviam-se em duas ou três secções. Quem dirigia a secção marcava umas reuniões, distribuía trabalho, e fazíamos aquilo com aplicação e empenho para que as coisas corressem bem. Depois as coisas iam evoluindo, as pessoas iam ganhando experiência, e a certa altura podiam ser eleitas para chefiar a secção tal ou tal. Mas havia uma estrutura muito importante no Técnico e noutras escolas, a chamada Junta de Delegados, que era uma espécie de parlamento, mas não tinha a ver com a assembleia geral da associação. A junta era uma espécie de câmara de representantes, composta por delegados dos vários cursos eleitos pelos estudantes desse curso. Portanto, a Junta de Delegados tinha um representante de civil, um de máquinas, um de química, um de minas, etc., do 1º até ao 6º ano.

Eu fui delegado de curso de civil em 62/63, estava no 4º ano. Em 63/64 fui eleito presidente da Junta de Delegados. Ser presidente da Junta de Delegados era uma coisa muito importante, porque a direção da associação era eleita pelos que se inscreviam na associação, e a Junta de Delegados era por todos os estudantes. Era uma estrutura cruzada, mas que trabalhava em articulação com a associação.

Houve períodos em que a Junta de Delegados esteve em dissonância com a associação porque, como era um universo que abrangia todos os estudantes e não só aqueles que estavam na associação, os respetivos enquadramentos, condicionamentos e relações de força internas eram diferentes.

Que períodos?

Isso tem mais que ver com as questões do poder. A Junta de Delegados não era propriamente um órgão da associação. Mas, o presidente da Junta de Delegados podia procurar estabelecer uma articulação maior ou menor com a AE. Se preferia uma situação de rutura e de guerra, optava por essa. A Junta de Delegados era uma coisa com prestígio, porque era reconhecida por muitos estudantes, mesmo por aqueles que não

tinham atividade associativa. A Junta de Delegados tinha mais poder com os cursos, e preocupava-se se as aulas eram boas, se havia apontamentos, se os horários eram os corretos, com tudo aquilo que tinha a ver com questões de ordem pedagógica. Mas, claro, acabava por se relacionar com os outros temas da associação. O problema é que a Junta de Delegados, como representava os estudantes todos e, muitas vezes, os delegados de curso não estavam inscritos na associação, aquilo funcionava como dois poderes. De qualquer forma, era útil que houvesse uma convergência na atuação e um acertar de agulhas entre as duas instituições, como foi no meu caso que favorecia essa componente. Havia outros que usavam a Junta de Delegados como trampolim para combater a associação. Mas isso fazia parte da luta ideológica que havia na altura. Não tinha nada de novo. Não era o governo que dominava a Junta de Delegados. Eram os próprios delegados de curso que, em muitos casos, sentiam que dentro da associação estavam menos à vontade, tinham menos poder, menos aceitação, principalmente quando não eram membros da associação. Na Junta de Delegados tinham mais facilidade de atuação e tinham maior protagonismo contestando a associação.

Portanto, houve períodos, antes de 62, em que a Junta de Delegados do Técnico teve posições diferentes da associação. Também, nesse período, a direção da associação do Técnico era mais conservadora. Mesmo assim, a Junta de Delegados ainda era mais. Depois disso mudou e, no período que eu estive na Junta de Delegados, trabalhávamos muito bem. Porque eu estava na associação e era conhecido como uma pessoa da associação. Tinha sido diretor do boletim, fui eleito pelo curso de engenharia civil, depois fui eleito por todos para presidente da Junta de Delegados e trabalhava com pessoas com ideias e posições muito diferentes. Por exemplo, eu tinha uma excelente relação com o Amaro da Costa, que foi depois do CDS, que era também de civil, do ano a seguir ao meu. Ele foi vice-presidente da Junta de Delegados. Tínhamos umas discussões, mas tínhamos uma boa relação. Ele era da componente católica que se opunha ao regime, considerando que precisava de uma grande mudança, embora sempre com muito cuidado para não se deixar envolver naquilo que era

considerado como as bandeiras do PCP. Portanto, para mim era fácil fazer essa ligação.

Pode falar-me um pouco da experiência enquanto presidente da Junta de Delegados?

Ser presidente da Junta de Delegados dava uma alavanca muito importante, porque já era uma pessoa conhecida, habituada a discussões com os professores, com o diretor, com os alunos. Um presidente da Junta de Delegados era uma pessoa que era reconhecida por todos os estudantes e com capacidade de liderança, de intervenção, que tinha ideias, que defendia os interesses dos estudantes. Portanto, era uma posição forte também em termos de associação. Mas eu sempre tive uma relação boa com a direção da associação, e quando fui presidente da associação fortaleci muito essas relações.

Essa crispação também se podia dar por motivos de ordem política?

Era porque, de facto, a partir de 62, o movimento associativo politizou-se muito. Esquemáticamente foi assim.

Até à crise de 62, a grande reivindicação era como melhorar o ensino dentro do sistema. Foi o que se quis fazer com a contestação ao decreto 40900, e depois ao decreto 44632. O 40900 proibia as assembleias gerais e qualquer reunião sem autorização prévia do diretor da escola, limitava a livre escolha dos representantes dos estudantes para dirigir as suas associações. Portanto, para os estudantes aquilo não servia para nada porque havia ali uns representantes nomeados pelo governo a fazer a gestão dos recursos das associações. Tentaram apertar muito a malha e queriam instituir a Mocidade Portuguesa dentro da universidade. E, portanto, o que nós queríamos era que houvesse mais autonomia, mais subsídios, mais apoios para as cantinas, para as folhas, para a atividade cultural, para os transportes, geridos pelas associações. O governo não quis. As associações estavam a tomar cada vez mais importância e peso e, por isso, o governo pretendia esvaziar as associações dessa sua atividade. Queriam asfixiar os estudantes, mesmo aqueles que podiam não ter grandes ideias políticas ou grande atividade associativa. Aquilo afetava a nossa autonomia, a nossa capacidade de afirmação, não era uma coisa bem vista. O

40900, na prática, nunca foi aplicado, mas desencadeou uma guerra muito grande, porque as associações de estudantes tinham um papel que era muito reconhecido pelos estudantes. Essa intromissão do governo, que era substituir as associações de estudantes passando ele a controlar, não foi bem aceite. Tudo isto era visto como: – Querem-nos tutelar, querem limitar a nossa liberdade de expressão e reunião.

A partir de 62, começou-se a instalar uma politização maior. Para isso concorreu não só a crise académica em si como a guerra colonial e outros factos que se passavam no mundo.

A descolonização não era só um problema de Portugal, era geral. Só em 61 há 16 países de África que se tornam independentes. Todos esses que conhece: o Mali, o Togo, a Costa do Marfim, os dois Congos, até à Mauritânia. Depois havia a guerra da Argélia, havia Cuba, tudo isso era um mundo em mudança muito grande. Começou-se a instalar a ideia de que não há uma reforma por dentro, mas só uma mudança de sistema. E essa politização, na qual o Partido Comunista tem um papel muito importante, mais importante do que todos os outros juntos e somados, muda o carácter da luta estudantil.

Em 63, 64 e 65 realizaram-se, em Lisboa, Seminários de Estudos Associativos (eu tenho os três volumes destes seminários; são documentos que devem de ser raros). O II Seminário de Estudos Associativos faz uma espécie de historial e uma análise desde o início de 1949. O III Seminário de Estudos Associativos realiza-se em 65, em que participei e escrevi uma das teses para o seminário intitulada: A Orientação da AA.EE. Face à Repressão. Contribuição para uma Mudança de Tática.

Nessa altura, para além de ser presidente da associação do Técnico era membro do secretariado da RIA (Reunião Interassociações). Aquele tese foi uma espécie de programa político que analisava a estratégia, fazia um ponto da situação dos problemas em causa, e definia a orientação a seguir. Há ali uma mudança. Uma coisa é lutar contra o sistema para melhorar o sistema; outra coisa é: o sistema não tem melhoria, é preciso deitá-lo abaixo e fazer outro. Isso foi muito claro a partir de 62. Não é logo evidente a seguir a 62, mas é uma coisa que se vai tornando evidente. Por isso é que, até 62, durante

a crise académica, há muito poucas prisões políticas ao nível dos estudantes. Mas, principalmente a partir de 64/65, começa a haver muitos presos pela PIDE. Eu fui preso pela PIDE em janeiro de 65, e alvo de um processo disciplinar do qual resultou ter sido expulso de todas as universidades do país durante dois anos. Só que, entretanto, tinha acabado o curso, pois já calculava que isso podia suceder, porque tinha sucedido no ano anterior (o Fernando Vicente tinha ganho as eleições na AEIST e, depois, foi expulso do Técnico, tendo-se transferido para o Porto).

Na sequência dos processos disciplinares havia penalizações várias e as maiores eram ser expulso das universidades todas, não se podia estudar em lado nenhum em Portugal durante um ano ou dois. Outros eram expulsos de Lisboa, podiam ir estudar para o Porto ou para Coimbra; eram expulsos do Técnico podiam ir estudar para Ciências; os de Ciências podiam ir para o Técnico ou para a Faculdade de Ciências do Porto, não podiam era ficar na de Lisboa. A prisão de estudantes pela PIDE, paralelamente aos processos académicos e disciplinares da universidade, intensificou-se muito em 65.

No dia 21 de janeiro de 65, fui preso com uma quantidade muito grande de estudantes. E já tinham sido presos outros antes pela PIDE. Não eram presos pela polícia como foi em 62, em que se faziam umas manifestações e encerravam universidades e ia lá a polícia e prendia uns estudantes ou dava-lhes umas cacetadas, como naquele almoço ou jantar que o Marcelo Caetano quis fazer e o pessoal acabou por ser apanhado no caminho antes de chegar ao restaurante. Depois o Marcelo lá acabou por pedir a demissão na sequência disso, o que lhe deu até, na altura, algum prestígio entre os estudantes.

Mas o diretor do Técnico procurou sempre que a polícia não entrasse lá dentro. Mas, claro, chateava-nos a nós para não fazermos isto e aquilo porque, se não, a polícia entrava. Era sempre um drama. Por um lado, ele não queria que a polícia entrasse e defendia e empertigava-se muito para não haver intervenções da polícia na autonomia da universidade. Claro que o Técnico foi encerrado e a polícia entrou lá umas vezes.

Mas, como estava a dizer, depois de 1962, especialmente a partir de 1964 e 1965, começou a haver muitas prisões de natureza política, de estudantes como eu, que tinha aderido ao PCP em 64. Portanto, o Partido Comunista tinha um papel muito grande na condução dessas manifestações e dessas ações, mas elas iam ao encontro das necessidades que os estudantes sentiam.

Portanto, essa politização inicia-se depois de 62, porque até 62, a AE dedicava-se predominantemente aos transportes, à saúde, à educação, à alimentação, bolsas de estudo, e reivindicava mais dinheiro e mais subsídios, criticava o governo porque não havia lares, porque havia estudantes que não tinham dinheiro para comprar as folhas, etc. Isso foi evoluindo e depois passa a haver uma contestação ao regime. A perspectiva de ter que ir para a guerra colonial era muito grande e houve muitos estudantes que quando estavam a acabar os cursos desertaram e foram para a França, a Bélgica, a Suíça e outros países. Muitos por razões políticas, porque estavam envolvidos e tinham medo de ser presos e achavam que o cerco se estava a apertar e tinham de fugir. Eu próprio cheguei a pensar em ir para Bruxelas ou ir para Paris, cheguei a ir lá para estudar essa hipótese. Outros, apenas por causa da guerra colonial. E outros, talvez a maioria, pelas duas coisas. E, por isso, também a intervenção da PIDE no movimento associativo aumenta muito a partir de 62.

Como se coordenavam as diferentes secções?

Cada direcção tinha a sua organização, mas todas elas tinham algumas coisas comuns. Uma direcção tinha o presidente, dois vice-presidentes, por exemplo, um para a parte pedagógica, outro para a parte cultural, tínhamos os responsáveis pelos pelouros da propaganda, da secção de folhas e da cantina. Era uma equipe que reunia, fazia atas com ordem de trabalhos e discutia os assuntos. Depois, as secções tinham um diretor e colaboradores. Era uma estrutura que funcionava e que era complementada por uma estrutura profissional naquelas coisas onde era preciso uma atividade profissional mais marcada: a cantina, a secção de folhas, a secção fotográfica, a contabilidade. A associação pagava os salários aos seus funcionários todos os meses para assegurar o funcionamento. As direcções eram

eleitas, mudavam, mas aquela equipe de funcionários mantinha-se e dava-lhe consistência. Portanto, tínhamos uma associação profissionalizada, e, inclusivamente, em alguns casos também se faziam contratos de fornecimento com serviços por empresas exteriores.

Os estudantes geriam do ponto de vista político. Ou seja, sabiam se aquilo estava a corresponder aos objectivos, porque aquilo era para ser dos estudantes. Tinham de ser refeições baratas e boas, mas não percebiam nada de cozinha nem de equipamentos. Para isso tinham lá um chefe de cozinheiro, que era contratado e a quem se pagava um salário e descontava para a segurança social. Como se fosse uma empresa.

E havia uma boa relação entre funcionários e alunos?

Sim. Tanto que, passados muitos anos, continuamos a encontrarmo-nos, a conviver. Os funcionários também se davam bem com os diretores da associação que eram eleitos, gostavam que eles apreciassem o seu trabalho, que desenvolvessem o seu trabalho, a associação era onde eles ganhavam a vida. Por exemplo, o funcionário da secção de folhas (já não me lembro do nome) era um excelente fotógrafo. Ensinava os alunos a revelar as fotografias na câmara escura, a fazer cópias, com aqueles líquidos, com aquelas coisas ... A gente chegava lá, entregava o rolo, ele fazia o trabalho e nós pagávamos, sendo muito mais barato do que cá fora, ou então revelávamos nós e pagávamos o aluguer das instalações e dos equipamentos. Não havia muitas associações assim.

Esse profissionalismo foi uma componente importante para a associação do Técnico e também para as outras que vinham ao Técnico fazer coisas, porque a associação tinha meios, fotocopiadoras, máquinas fotográficas ... O Técnico abria as portas para aquelas ações todas que se faziam, porque era uma estrutura mais organizada para esse efeito. Portanto, a associação tinha uma componente política e cultural muito forte, mas também estava bem organizada e tinha meios técnicos, equipamento e tinha dinheiro. E, por isso, era uma associação com peso e com prestígio e não era conhecida só pela sua componente política.

Também havia uma boa relação (e isto era importante) das associações de estudantes, e em particular no Técnico era assim, com os professores. No 6º ano do Técnico, quando estive dois meses preso pela PIDE, só houve um professor (um em 10 ou 12), que não concordou em mandar-me os apontamentos para eu ir acompanhando as aulas. Os meus colegas iam lá pedir para mandarem as folhas para o Mário Lino, e os professores diziam o que eu devia estudar. Não havia muitos professores contra a associação de estudantes, nem contra os estudantes, mesmo que estes estivessem presos por razões políticas. Cada um tinha as suas opções. Tirando um que era fascista e que dizia:

– Ele se foi preso foi porque alguma coisa fez!
E não me mandou os apontamentos.

Quem era o professor?

Era um professor de organização e de administração de empresas. Era um mau professor. Mas, de uma maneira geral, havia uma boa relação com a direção do Técnico. Ouvia-nos, discordava de muitas coisas, concordava com outras, mas tínhamos um *modus vivendi* bom. Nunca tive nenhum problema grave com a direção do Técnico. Às vezes queríamos usar as instalações do salão nobre e a direção do Técnico concordava, pedindo sempre para não fazermos nada que pudesse provocar a intervenção da polícia, mas enfim ...

A certa altura começámos a desenvolver uma atividade chamada convívio. O convívio muitas vezes metia dança. Mas, no fundo, os convívios eram umas festas que se organizavam nas associações, no fim de semana, com música, depois iam lá uns tipos cantar e dançava-se. Era uma coisa que as autoridades viam como muita libertinagem – rapazes e raparigas tudo junto. Lembro-me que o Leite Pinto, que foi reitor e tinha sido ministro da Educação do Salazar e que era um tipo espertalhão, dizia

– Eh pá, vocês sabem como é a igreja, mudem lá o nome a essa coisa!

Então, contava-nos ele que não era católico praticante mas que, quando ia a Braga não podia escapar de ir à missa, de maneira que se vingava. Já que ele tinha de ir, obrigava-os todos a ir às 6 da manhã. Ele dizia:

– Vocês mudem o nome, não chamem convívio, porque parece logo que são vocês metidos com as miúdas.

Era um tipo aberto desse ponto de vista, embora fosse um salazarista.

Depois apareceu a *Carta à Jovem Portuguesa*. A emancipação da mulher era um tema que começou a ser muito tratado nessa altura, e o Técnico, ainda por cima pela própria natureza da escola, tinha muito poucas alunas, mais o curso de química do que nos outros cursos. 90% eram rapazes. Em civil só havia uma colega ou duas. Não era como letras que tinha muito mais raparigas. Em medicina já havia menos. Ciências tinha. Engenheiras, deviam ser umas mulheres de bigode e pernas grossas!

Mas, na prática não seria assim.

Não era assim, claro, mas havia um bocado essa conceção.

Os convívios, a libertação da mulher, os movimentos contra a guerra do Vietname, a favor do amor livre, etc., tudo isso se mistura e foi mais um processo de libertação das consciências que houve em Portugal por conta do movimento associativo.

Mas, portanto, o funcionamento das secções era muito participado. Havia discussões, era preciso fazer as eleições para as direções das secções. Não era a direção central que dizia:

– Olha tu é que és o diretor da secção fotográfica.

E às vezes havia mais do que uma candidatura. Faziam-se programas, depois ia a votos. A direção da associação seguia uma determinada conceção do que era preciso fazer, procurava que as pessoas com a mesma conceção estivessem lá. Procurava influenciar nesse sentido, mas havia democracia interna. As assembleias gerais e as reuniões gerais de Alunos eram muito participadas. Na altura havia um livro que tinha sido escrito por um jurista português muito conhecido, que se chamava Roque Laia. Nesse livro explicava-se como é que se dirigia uma assembleia geral. Era um guia fundamental: quando havia propostas alternativas, o livro esclarecia quando se discutiam em conjunto, se se eliminavam ou se eram todas votadas, ou se se votava uma e depois é que se votava a outra. Porque há uma forma de tratar essas matérias e é o que sucede também

na Assembleia da República. Oiço muitas vezes os deputados a dizer:

– Sr. presidente, o nosso partido propôs isto.

– Atenção!

diz o presidente da assembleia

– Primeiro vamos votar esta e depois aquela. Se esta for rejeitada já as outras estão prejudicadas, se não for, vamos à outra.

Tudo isso tem uma certa lógica para garantir que a decisão é feita de acordo com princípios democráticos. Não é feita de uma forma qualquer. Não eram reuniões abandonadas, funcionavam com regras. Embora, naquele episódio em 59, por causa da *Seara Nova*, um gajo tenha feito uma proposta em que diz: a assembleia do Técnico decide por unanimidade, e uma proposta não pode dizer o resultado da votação antes dela de realizar. Os votos vão ser depois, não pode estar escrito decide por unanimidade.

– Foi aprovado, 60 votos a favor e 40 contra, está aprovado!

– Não desculpe, mas aí diz que o que está aprovado, diz que foi por unanimidade!”

– Não! Não! O que foi aprovado foi que a assembleia decidiu por unanimidade.

Uma coisa perfeitamente estúpida! Havia esses pormenores, mas havia um esforço para seguir regras, para dar a palavra, havia presidente da mesa da assembleia geral, secretários, havia um formalismo, não era uma coisa anárquica. No Técnico havia muito pouco a tendência para procedimentos anárquicos. As coisas que eu sei nesta matéria, aprendi aí: como é que se dirige uma assembleia, como se dá a palavra, quem fala e quem não fala, e até os truques para se conduzir bem a assembleia. E assim íamos transmitindo a experiência uns aos outros.

Entra-se e vai-se ganhando experiência.

Vai-se ganhando experiência, até que:

– Agora para diretor da secção tal devias ir tu que és o que está aqui com mais experiência.

Às vezes não apareciam mais concorrentes, fazia-se uma votação naquele. Outras vezes havia dois ou três concorrentes e, aí, iam todos a votos.

No caso da presidência do sr. eng^o, também há o episódio das expulsões.

Claro. Na altura houve uma grande discussão sobre se havia de ser presidente eu ou o

Fernando Vicente. Podiam aparecer várias listas, mas havia uma preocupação da direção que estava em funções em procurar que aparecesse uma lista com o maior consenso possível. Houve umas reuniões com a Junta de Delegados, que se pronunciou a meu favor. Houve outra reunião das secções e, aí, a maioria preferia o Fernando Vicente. Mas nós dávamo-nos todos bem uns com os outros. Então fez-se uma lista em que o Fernando Vicente era o presidente e eu era o primeiro vice-presidente. Depois o Fernando Vicente foi expulso em setembro e só estive na direção da AEIST um mês ou dois. Tivemos que fazer novas eleições e eu fui candidato único. Julgo que ninguém apareceu a concorrer contra mim. Julgo que as eleições foram em outubro de 64 e fiquei até agosto de 65. Foi um processo eletivo com votos e com urna. Nós praticávamos os procedimentos democráticos e fazíamos questão que se fizessem bem. Não era braços no ar e tudo ao monte. As associações que estavam mais no princípio da sua existência podiam ser um pouco menos rigorosas, as que estavam mais estruturadas não. É verdade que nas assembleias gerais, normalmente, votava-se de braço no ar, mas nas eleições para os órgãos era uma coisa feita com votos em urna e contavam-se os votos. O que aspirávamos era que fosse uma coisa bem feita e que a legitimidade fosse forte. Aquilo que motivava os estudantes não era um comportamento golpista. A ideia de ser eleito respeitando as regras era muito querida às pessoas.

Esse sentimento era muito interessante porque estávamos num regime que era exatamente o contrário. Portanto, se nós o contestávamos, era natural que defendêssemos outro ponto de vista.

Tivemos eleições legislativas em Portugal em 61 e 65. Em 61, a oposição concorreu e depois desistiu, não tinha condições nenhuma; a primeira coisa que fizeram foi uma lei a dizer que era proibido aos partidos da oposição que concorriam inspecionar os cadernos eleitorais e estar presentes nas mesas de voto, quer dizer, não podiam controlar as assembleias de voto. A União Nacional podia lá pôr os votos que quisesse. Em 65, ainda concorreram alguns candidatos da oposição, mas foram eleitos todos os da União Nacional. Nas eleições para presidente

da República, há quem diga que o Humberto Delgado terá ganho; não sei se ganhou se não ganhou, mas teve um apoio muito maior que o Américo Tomás. Foi uma coisa que assustou o regime e, a seguir, foi expulso das Forças Armadas. Depois foi para a Argélia e acabou por ser assassinado pela PIDE.

Não havia alternativa e os estudantes também se foram apercebendo disso. Só com discussão, por convencimento, com manifestações, não se chegava lá. Era uma barreira intransponível. Era preciso fazer uma revolução para alterar o sistema. Aquele sistema não era compatível com eleições, e, como não as havia, não se podia mudar nada por eleições. Primeiro tinha que se criar um regime onde pudesse haver eleições. Foi o que aconteceu com o 25 de Abril. Quem vive agora nem compreende bem o que era aquele regime. Eu, recentemente, até fiquei um bocado preocupado com esta coisa de começarem outra vez a aparecer uns gajos que escutam o que uma pessoa diz num restaurante. Nessa altura, quando ia ao restaurante com amigos, estava sempre a ver se via alguém com ar de que estava a olhar para o teto mas que, na verdade, estava a ouvir a nossa conversa.

Era um ambiente muito repressivo e as pessoas eram conotadas com muita facilidade. Eu calculei que ia ser expulso, já me cheirava, ainda por cima tinha estado preso. Estava no último ano, matei-me a estudar! Houve tantos dias em que nem dormi, nem ia à cama. Estava toda a noite a estudar. Vinha da reunião da RIA à uma da manhã, ficava a estudar até de madrugada em casa de um amigo meu, que andava em medicina, era o Jaime Mendes. Ele tinha uma casa boa, uma vivenda ali na Alameda, e nós íamos para lá e a única coisa que eu dizia era:

– Eu tenho é que vestir um pijama para o meu bem-estar psicológico.

Tirava a roupa, vestia um pijama do Jaime, ficávamos nos sofás a estudar, ele numa sala e eu noutra, ele estudava medicina e eu estudava engenharia, e de manhã tomava banho e vestia a minha roupa. Tomava uns comprimidos chamados Reativam, eram umas pastilhas que se tomavam que deviam ter uma substância para nos manter acordados. Eu tinha estado preso, então tinha de fazer o 6º na primeira época mais uma cadeira atrasada do 5º, porque eu não

sabia quando saía a pena do processo disciplinar. Quanto mais tarde saísse a pena mais disciplinas eu já tinha feito. E fiz o último exame no dia 24 de julho, completei as cadeiras todas! A expulsão só veio em agosto, já eu tinha acabado o curso.

Mas já tinha estado preso em janeiro?

Mas isso foi pela PIDE. Depois tinha um processo disciplinar na universidade. Fui expulso de todas as universidades do país durante dois anos. Portanto, eu não ia poder continuar a estudar em Portugal. Só que eu, como estava no último ano e calculei que isso ia suceder, procurei fazer as cadeiras todas na primeira época, não deixei nada para outubro. Era normal que tivesse perdido um ano com a RIA, a AE, tinha estado preso, aquela loucura toda ... Mas eu fiz um grande esforço para acabar o curso antes de chegar a expulsão.

Aí já não interessava.

Mas isso também eles perceberam. Então, o reitor fez um despacho direcionado (é uma coisa inacreditável) proibindo, durante dois anos, qualquer ato académico comigo. Portanto, a universidade não me passou, durante dois anos, o certificado em como tinha concluído o curso. Requeria o certificado nem respondiam! Durante dois anos fui inexistente para a universidade.

Nem carta de curso?

Nada! Zero. Já antes, em 1963 ou 1964, por causa das minhas atividades associativas e políticas, tinham-me retirado a bolsa de estudo que me tinha sido atribuída pelo governo provincial de Moçambique, e que era a minha única forma de subsistência. Fiquei pendurado sem nada.

Então, teve de começar a trabalhar.

Dava explicações, trabalhava umas horas no Laboratório Nacional de Engenharia Civil, além de estudar e das atividades associativas e políticas.

Imagino uma agenda assim...

Foi um período muito difícil. O meu pai não me mandava um tostão. Nunca mandou. Ele era sargento do exército, com mais 3 filhos, tinha lá dinheiro para me mandar. De maneira que eu

vivia assim, pagava o quarto, os livros, a comida e a roupa, tudo com o dinheiro que eu ganhasse. Portanto, comecei a dar explicações. Eu sempre gostei muito de dar aulas e explicações e tinha êxito nisso. A partir do 5º ano, comecei a trabalhar no Laboratório de Engenharia Civil que tinha uma modalidade em que empregava estudantes do 5º ou 6º ano do Técnico, trabalhava 9 horas por semana e ganhava 900 escudos por mês. A bolsa que me retiraram era de 1500 escudos, mas com as explicações complementava o resto. Portanto, ao fim de dois anos, já era conhecido lá no laboratório. Quando acabei o curso, o laboratório convidou-me para ir para lá trabalhar, mas eu tinha de certificar que tinha acabado o curso. O Manuel Rocha, que era o diretor e veio a ser ministro das Obras Públicas depois do 25 de Abril, um tipo de grande envergadura e um grande engenheiro português na área da mecânica dos solos, da engenharia sísmica e das estruturas disse-me:

– Admito-o como engenheiro com base no meu conhecimento pessoal.

Fazer isto no tempo do Salazar foi de uma grande coragem... Ele admitiu-me e começou-me a pagar como engenheiro, embora eu não conseguisse provar que tinha o curso acabado. Esperei dois anos, só em 67 é que me passaram a carta de curso. Portanto, a minha carta de curso é datada de 67, mas o último exame foi feito em 65. Não era uma coisa fácil, mas as dificuldades às vezes também aproximam mais as pessoas e dão outra capacidade de reação. Tínhamos uma capacidade de sofrimento grande.

A juventude também ajudava.

É. Mas acabava por não dormir e comia mal. Às vezes ia ver um bom filme sem comer. O filme era uma coisa boa? Para a *frentex*! O pessoal sacrificava as coisas menos importantes. Ninguém se impressionava com nada, nem de vestir *jeans* não sei quê, ténis não sei quantos, isso era tudo irrelevante, tudo secundário. O que era preciso era política, cultura, discutir a *Crítica da razão dialéctica*, ler um livro de Bertrand Russell. Eram discussões enormes à volta de uma bica. O regime também forçava a isso. Era uma vida muito interessante.

Pode falar-me um pouco da sua experiência enquanto presidente da associação e membro da RIA?

Em 64 houve muitos estudantes do Técnico e de outras universidades que foram expulsos das faculdades. Não me recordo se houve algum em 64 que fosse expulso de todas as universidades. Dos da Faculdade de Ciências que vieram aqui para o Técnico ou para o Porto, houve vários. E vice-versa. Portanto, esse período começou quente e com algumas prisões também políticas. Eu tive membros da minha direção que foram presos pela PIDE. Começou, portanto, a haver uma contestação dos estudantes, e lembro-me de ter ido à PIDE protestar. Começamos a envolver a direção da escola contra aquilo. Depois chegou a minha vez.

Consta que as prisões resultaram de uma denúncia em massa.

É verdade. A polícia torturava muito as pessoas. Houve um funcionário do PCP que não resistiu à tortura. Há quem diga que não foi assim, que ele já se tinha passado para a PIDE antes. Não sei. Sei é que houve muitas denúncias e a PIDE tinha uma escola muito grande de tortura do sono, davam muita pancada nos presos políticos, em alguns casos choques elétricos. A verdade é que, de uma maneira geral, eram mais duros com os operários e com os trabalhadores do que com os estudantes. Os estudantes, nalguns casos, tinham famílias ou tinham conhecidos que iam tentar interceder por eles. E a PIDE dizia:

– Está bem. Então ponha lá o rapaz sossegado e ele que não se meta noutra.

Mas os estudantes que estavam nas direções das associações, ou que tinham maiores responsabilidades associativas, por exemplo, já eram, frequentemente, considerados politicamente mais responsáveis e sujeitos a um tratamento mais repressivo. O facto de muitos dos estudantes presos serem bons alunos dava-lhes uma certa autoridade junto dos professores e dos diretores das escolas, e nós sabíamos isso. Quando eu ia falar com o diretor do Técnico para ele interceder pelos meus colegas que estavam presos, ele não podia pensar:

– Estou a falar com um tipo que anda aqui há 10 anos para tirar o curso, não estuda e agora vem-me falar de colegas presos!

Não! Ele sabia que, quer eu, quer a maior parte dos meus colegas presos éramos bons alunos e isso mobilizava-o para nos dar algum apoio, mas sempre muito comedido, porque não queria afrontar muito a PIDE. Por exemplo, o Sampaio, o Medeiros Ferreira, o Alberto Martins, toda essa gente era reconhecida como estudantes aplicados e, ao mesmo tempo, como líderes muito ativos, cultos, preocupados com a situação do país. Isso era um elemento muito importante. Ser reconhecido como um estudante aplicado era uma vantagem efetiva para se ser eleito para a direção da associação ou para delegado de curso. O que importava era alguém que representasse bem os estudantes, que defendesse os seus interesses junto dos professores. Tinha de ter prestígio e autoridade. O Amaro da Costa era um excelente aluno, os *Sampaio*s, os *Medeiros Ferreiras*, os *Vitor Wengorovius* ... eram todos bons alunos. E isso dava uma grande autoridade junto dos professores e junto da família.

Mas falava de ter sido presidente da direção da associação e membro da RIA.

Aquilo foi um período muito conturbado com essa vaga de prisões. Eu próprio acabei por estar preso dois meses, como já referi. Depois, no final de janeiro de 1965, regresssei, voltei para a associação e, entretanto, o movimento associativo tinha levado umas cacetadas muito grandes. Já tinha sido muita gente presa ou expulsa no ano anterior, mais uma quantidade de gente presa ou expulsa naquele ano ou que, previsivelmente, iria ser presa ou expulsa. Tudo isto provocou, como é natural, um grande enfraquecimento do movimento associativo, com reflexos notórios na sua capacidade de organização e ação. Portanto, essa era a questão dominante, e que deu origem àquele tipo de discussão: se calhar estamos a ir depressa demais, ou se calhar estamos a ir além das nossas capacidades, ou se calhar temos de ser mais contidos nos nossos objetivos.

Não há propriamente quebra de unidade no movimento associativo, mas dúvidas sobre a melhor maneira de prosseguir. Por outro lado, tornou-se também evidente o papel muito relevante

do Partido Comunista. Quem não estava ligado, ou quem não queria ter nada a ver com o Partido Comunista, também procurou dar um passo atrás. Portanto, havia que fazer uma análise do percurso seguido pelo movimento associativo e a uma definição da orientação a seguir no futuro. Foram estes os principais objetivos que presidiram à realização dos Seminários de Estudos Associativos, promovidos pela RIA.

O I Seminário tinha-se realizado em Lisboa, em setembro de 1963, na sequência da crise académica de 62, foi um seminário essencialmente voltado para as questões de organização interna do movimento associativo.

No II Seminário, realizado em setembro de 1964, foi-se bastante mais longe na análise, tendo-se procedido a uma reflexão e avaliação do trabalho realizado pelo movimento associativo desde 1949 até 1964. Essa avaliação destacou bastante o papel da imprensa estudantil e da atividade de agitação e propaganda, ou *Agi-Pro* como lhe chamávamos, que tinham tido um grande desenvolvimento e uma grande influência nas vitórias alcançadas e nos resultados conseguidos. Na realidade, a *Agi-Pro* tinha-se caracterizado por uma grande criatividade e uma grande diversidade de ações que muito contribuíram para a informação, a formação e a mobilização dos estudantes, e não só. As secções de propaganda das associações de estudantes faziam comunicados, boletins, panfletos, o *diabo a sete*, constituindo uma grande dor de cabeça para as autoridades académicas, para a PIDE e para o governo.

Só para dar um exemplo de uma das muitas ações em que participei, recordo que, em 63/64, um grupo de estudantes do Técnico e de Ciências organizou, na Fonte Luminosa, uma sessão de *Agi-Pro* de grande efeito.

Naquele tempo, a Fonte Luminosa da alameda D. Afonso Henriques estava iluminada à noite e corria a água. Então, nós comprámos umas caixas de detergente *Tide* e deitámos na fonte. Levantou-se uma espuma enorme que se espalhou, com grande efeito, pela alameda abaixo. Telefonámos para a PIDE a dizer: – Acabámos de fazer uma operação de limpeza da arquitetura fascista!

Muitas vezes fazíamos uns panfletos para distribuir à população. Lembro-me que, para aí em

62, fizemos, na altura da Feira do Livro, na avenida da Liberdade, a primeira ou uma das primeiras ações contra a guerra colonial. No meio daquela multidão toda, de repente, largámos uma quantidade de panfletos pelo ar e fugimos. Não sabiam quem foi, mas foi uma grande ousadia, às claras, no meio da rua, a lançar panfletos contra a guerra colonial.

Mas, reatando a meada, em outubro de 1965 a RIA promoveu a realização do III Seminário de Estudos Associativos para fazer uma nova avaliação do que se tinha passado desde 1964 até aquela altura e para definirmos a orientação a seguir face às condições então existentes. Precisamente tendo em vista esse objetivo, apresentei nesse seminário, como já referi, uma comunicação.

Os Seminários de Estudos Associativos traduziam, assim, o esforço e a preocupação de coordenação e unidade do movimento Estudantil a nível nacional.

O passar a funcionar numa perspetiva nacional e coordenada foi uma condição muito importante para a força do movimento associativo. Não quer dizer que as associações não tivessem divergências, até porque nem os próprios dirigentes tinham as mesmas concepções políticas e ideológicas. Apesar de tudo, foi relativamente fácil haver uma movimentação de carácter nacional. A RIA representa isso.

A RIA era a Reunião Interassociações, que tinha um secretariado eleito, representativo das várias associações de estudantes e tinha precisamente o objetivo de coordenar as ações entre as várias associações de estudantes em torno de objetivos comuns. A RIA não mandava nas associações, as associações é que tutelavam a RIA. Aquilo era uma espécie de executivo, por isso é que se chamava secretariado à sua estrutura dirigente. Cada associação tinha os seus programas próprios mas, na RIA, tratávamos das questões importantes de interesse comum. Por exemplo, organizar o Dia do Estudante era uma coisa que interessava a todos. Uma das matérias muito importantes que tratávamos na RIA era a agitação e propaganda: discutíamos e programávamos as ações a realizar, os documentos a escrever, as formas de divulgação a promover. Em 1965, entre abril e junho, além de presidente da associação do Técnico, passei a integrar o secretariado

da RIA, cabendo-me, nessa qualidade, responsabilidades na coordenação da atividade das associações de estudantes.

A *Agit-Pro* era uma espécie de secção dentro da RIA?

Sim. A Agitação e Propaganda era uma espécie de departamento que trabalhava para a RIA. O Ruben de Carvalho, que é hoje um quadro muito responsável do PCP, foi um grande responsável pela secção de propaganda da RIA. Os textos dos Seminários de Estudos Associativos explicam essas coisas todas muito bem. Isso deu muita força às associações de estudantes, pois tinham dinheiro e capacidade técnica para fazer panfletos, boletins. Às vezes até com duas cores. Se for ver, o boletim aeist era mais sofisticado, já era impresso. O aparelho de propaganda dependia das associações, e elas combinadas entre si, tornavam esse aparelho muito poderoso. Podia-se estar em todo o país, de norte a sul, à mesma hora, em qualquer lugar, e tínhamos os mesmos temas e os mesmos pontos de vista expostos com grande amplitude. Tinha uma capacidade de mobilização muito grande, até junto da população em geral, abordando matérias que, apesar de haver censura e de os jornais não dizerem nada, era mais difícil à polícia esconder. Portanto, no secretariado da RIA, eu e os outros dois membros, o Jorge Ruas, de medicina, e já não sei quem, de ciências, tínhamos que lidar com estas questões.

Só reuniam os três?

Podia haver mais a participar nas reuniões, mas o secretariado eram, normalmente, 3 ou 4 estudantes, 5, talvez, no máximo. No meu secretariado éramos 3. Era um número relativamente reduzido que reunia todas as semanas ou de 15 em 15 dias, cada um trazia as informações que tinha dos setores a que estava ligado e trocávamos impressões sobre o que se devia fazer. Aquilo era para coordenar, mas depois ia cada um para a sua associação procurar implementar.

A RIA foi muito importante porque deu uma perspetiva nacional e federativa às associações e porque depois entraram também as pró-associações. Às tantas apareceu a pró-associação dos liceus. Foi uma coisa um bocado impensável. Miúdas e miúdos com 15, 16 anos

andam-se a meter em política! Mas era verdade. Tipos muito aguerridos. E também das escolas técnicas (Belas Artes, o Instituto Comercial e o Industrial).

A seguir ao Dia do Estudante, no período da crise académica de 62 e no período logo a seguir, as pró-associações proliferaram. Portanto, aqueles decretos que o governo quis fazer, o 40900 e o outro depois, nunca se aplicaram. Fecharam-se universidades, foram presos estudantes, mas nunca conseguiram fazer parar o movimento associativo.

Com o refluxo em 64 e 65, o movimento associativo ficou bastante decapitado. A associação do Técnico esteve fechada durante mais de um ano. Os estudantes procuravam encontrar alternativas às estruturas associativas. Eu, por exemplo, já depois de ter concluído o curso, estive dois anos, em 1966 e 1967, como presidente, e um ano, em 1969, como primeiro vogal da Livrelco, que era uma cooperativa livreira de estudantes. Tinha uma loja com descontos que conseguia das editoras. Mas essa não era a sua grande virtude. A grande virtude ...

... era ter livros ...?

Ora bem. É que nós, em contacto com editoras estrangeiras, mandávamos vir livros, muitas vezes proibidos em Portugal, e depois entregávamos esses livros diretamente aos estudantes que os tinham encomendado. Esses livros não estavam, portanto, à mostra na livraria. Claro que a PIDE passou a andar em cima da Livrelco e, já depois de eu ter ido fazer o serviço militar, em 1968 ou 69, a PIDE acabou por fechar aquilo.

No período de maior repressão sobre o movimento associativo, houve muitos estudantes que se integraram em organizações deste tipo, não diretamente do movimento associativo, mas periféricas: cooperativas livreiras, de teatro, desportivas.

O período de 64/65 foi muito repressivo. Mas depois lá avançou outra vez. Passados uns anos houve outra vez grandes manifestações e greves promovidas e organizadas pelas associações. A luta pelo desenvolvimento económico e social é sempre assim.

Como descreve a relação da associação com outras associações? Nomeadamente, a relação institucional, a presença de alunos de outras instituições na associação do Técnico, ou a presença de alunos da associação do Técnico noutras instituições?

O movimento inter-associativo desenvolveu-se muito durante a crise académica de 62, logo na preparação do Dia do Estudante com o I Encontro Nacional de Estudantes, realizado em Coimbra. Tudo isso fomentou uma participação mais entrosada. Aquela coisa que cada estudante estava na sua associação desapareceu bastante.

As associações continuaram a ter uma grande autonomia, às vezes até alguma rivalidade entre uma escola e outra, entre Lisboa e Coimbra, entre Coimbra e Porto ... Havia rivalidade porque havia experiências e histórias diferentes. Mas havia muito intercâmbio.

Por exemplo, se organizássemos um colóquio sobre arquitectura moderna no Japão no Técnico, apareciam lá estudantes de belas artes e de ciências. Os estudantes de Lisboa também iam a Coimbra aos colóquios. Não era uma coisa vista com estranheza, era natural e habitual. Eu namorava com uma estudante de ciências, ela vinha ao Técnico eu ia a ciências, e estavam lá outros. Não havia nenhum constrangimento a nível associativo. Os alunos dos liceus também apareciam muito e eram bem recebidos e bem vistos. O sentimento que havia não era:

– O que é que estes tipos estão aqui a fazer? mas:

– Ainda bem que estão aqui porque precisamos de manter esta unidade, somos todos estudantes.

Essa unidade era muito forte, bem vista, bem recebida e estimulada. Eu ia tantas vezes a ciências e a medicina, como os estudantes de ciências e medicina vinham ao Técnico. Muitas vezes nem se sabia de onde era o tipo. O movimento associativo era muito unitário, de facto.

O que é que iam fazer à associação do Técnico os alunos que vinham de outras faculdades?

Reuniões de carácter de associativo, ligadas à organização do movimento estudantil, ou assistir a palestras, conferências, colóquios. Nós participávamos em muitas atividades organizadas por outras universidades. Fui tantas vezes comer

e estudar na cantina da Cidade Universitária, e estudantes de outras universidades vinham comer e estudar na associação do Técnico. Tenho fotografias a jogar futebol no campo do Técnico com estudantes de ciências e de letras, era habitual. Não me lembro de nenhuma situação em que isso fosse um constrangimento. Antes pelo contrário, era uma coisa vista com naturalidade.

Quais foram, então, os momentos mais marcantes do movimento Estudantil enquanto foi estudante do Técnico?

Penso que já referi muitas das coisas mais importantes.

O Dia do Estudante de 62 foi muito marcante. Toda a crise académica de 62 foi muito marcante.

A *Carta à Jovem Portuguesa* também é um acontecimento que eu nunca mais me esqueci. Deu um estardalhaço enorme, a igreja Católica esperneou dizendo que aquilo era um bocado libertino, contra os bons costumes ...

Depois foi muito marcante o período das prisões, expulsões e processos disciplinares de 64/65. Outra coisa marcante tem a ver com a politização. A certa altura, o problema da guerra colonial passou a ser uma coisa muito discutida entre os estudantes. E foi logo relativamente cedo porque, quando a guerra começa, o movimento de descolonização já existe no mundo há muitos anos e já se discutia. No que toca a Portugal, 61 foi um ano marcante. Depois, o assalto ao Santa Maria que é, mais ou menos, na mesma altura. A luta armada pela descolonização de Angola começa a 4 de fevereiro de 61 e o assalto ao Santa Maria foi em 22 de janeiro de 61.

Também há coisas de natureza cultural muito interessantes. Lembro-me de um colóquio, sobre o casamento cujas intervenções mais importantes foram depois incluídas num livro editado pela revista *O Tempo e o Modo*. E de outros colóquios por onde passaram muitos dos escritores de nomeada do neorealismo, como o Redol e o Alexandre Pinheiro Torres, por exemplo, que faziam excelentes discursos. Foram acontecimentos muito marcantes e muito participados por estudantes de todas as universidades.

Os estudantes também viveram muito a descolonização no mundo. Por exemplo, os acontecimentos do Congo, o papel do Tshombé, do

Lumumba, ou as questões da guerra da Argélia. Esta foi uma guerra muito violenta porque o de Gaulle concedeu a autodeterminação em 62 e os tipos da direita (a OAS, do general francês Salan) entram no caminho do terrorismo contra os argelinos. Só depois, em 64, é que de Gaulle veio a reconhecer a independência.

O Mandela é condenado a prisão perpétua em 62. Portanto, o mundo já nessa altura estava muito interligado.

Depois são as questões que têm que ver com o que se passa na Rússia e nos Estados Unidos da América. São os dois países de referência por causa da Guerra Fria. O muro de Berlim nasce nessa altura. A crise dos mísseis e a posterior saída do Khrushchov. O conflito sino-soviético estava também ao rubro nessa altura, com reflexos em Portugal quando aparecem aqueles movimentos dissidentes do Partido Comunista, os CMLP, marxistas-leninistas, as AOC, a FAP a defender a Albânia, a China. O Partido Comunista sempre teve uma posição muito alinhada com a União Soviética.

Também acontecimentos que entram na Guerra Fria e que pareciam resultar mais do desenvolvimento científico e tecnológico, por exemplo, a corrida ao espaço. O Yuri Gagarin é o primeiro homem posto no espaço pela União Soviética, quando os Estados Unidos tinham a NASA para avançar. Todo o movimento contra as armas nucleares. Em 64, o Linus Pauling ganhou o Prémio Nobel da Paz precisamente por causa das suas campanhas contra a proliferação e os ensaios nucleares. O Khrushchov, que depois da crise dos mísseis de Cuba entra na política de coexistência pacífica, acaba por sair prejudicado porque fez a denúncia dos métodos do estalinismo. Aliás, o próprio Che Guevara, quando sai em 64/65 de Cuba, faz um discurso em Argel numa conferência onde, pela primeira vez, denuncia os erros da política externa soviética e da coexistência pacífica. Depois abandona Cuba e vai lutar para a Colômbia para ajudar os outros povos a libertar-se.

Esse período da ruptura sino-soviética, com essas ramificações, toca em vários sítios, como em Cuba, mas ao mesmo tempo também arrasta partidos, como o italiano ou o espanhol, a uma certa revisão, o chamado revisionismo

das políticas estalinistas, e depois dá origem aos acontecimentos de Praga.

É um período de uma densidade ... tudo ao mesmo tempo.

Acabou de me referir os momentos políticos mais marcantes a nível nacional e internacional. Está tudo ligado.

Exatamente. Eu lembro-me das discussões violentas que havia a propósito do neorrealismo, do existencialismo e da *vouvelle vague* no cinema.

E lembro-me do aparecimento de movimentos ligados aos Beatles, ao Elvis Presley, sempre movimentos libertadores, sempre contra as amarras que havia. O Elvis Presley esteve preso porque fazia uns gestos muito obscenos a dançar. (O Michael Jackson também veio a ser um bocado acusado disso) E o Bob Dylan, contra a guerra do Vietname, o *make love, not war*. São coisas com muita força no mundo e que tiveram reflexos em Portugal. Nós não temos propriamente um movimento que seja separado dos outros. Muitas vezes, as coisas em Portugal vêm com um certo atraso, mas não era muito, e em muitos casos estávamos a par dos acontecimentos.

Portanto, esses acontecimentos internacionais e a política nacional interferiram no movimento estudantil.

Eu lembro-me que os estudantes viviam muito esses acontecimentos internacionais. Uma pessoa como o Mikhail Sholokhov receber o Prémio Nobel da Literatura era uma coisa que dava um grande ânimo a toda a corrente marxista, porque era o reconhecimento internacional de um grande vulto que era muito admirado na própria União Soviética. Mas também não deixavam de ser igualmente muito apreciados outros grandes vultos como o Jean-Paul Sartre que tinha entrado em dissidência com o Partido Comunista Francês e abandonou o comunismo. Ou como o Steinbeck que não tinha nada a ver com isso, era só um grande escritor. Todos esses movimentos interessavam muito e eram muito seguidos e discutidos em Portugal. O movimento contra as armas nucleares teve grande repercussão em Portugal.

Uma faculdade de engenharia, tem uma posição sobre isso?

A guerra nuclear é sempre vista como uma coisa que podia pôr em causa a própria existência do mundo, não é?! A bomba atómica provocou uma hecatombe que criou um grande traumatismo com a quantidade de gente que morreu, de gerações que ficaram estropiadas. A Primeira Guerra Mundial tinha sido uma coisa terrível e a hipótese de se ir para outra guerra que já não era só mundial, podendo ser nuclear, era assustador!

Portanto, se é verdade que o movimento da luta contra as armas nucleares era muito influenciado pelo Partido Comunista, também é verdade que esse movimento correspondia a preocupações que as pessoas em geral tinham e, por isso, tinha muita aceitação. Houve um movimento muito forte contra as armas nucleares em Portugal. Fizeram-se muitas ações.

Que tipo de ações foram desenvolvidas no Técnico?

A maior parte dos estudantes participava no movimento contra as armas nucleares, mas não era uma matéria tratada diretamente no âmbito da atividade da AE. Que me lembre, a AE não fez muitos documentos sobre esta matéria. Os estudantes, enquanto gente mais informada do que se passava no mundo, foram grandes ativistas das manifestações. Se havia uma manifestação em Lisboa contra as armas nucleares, muitos dos que estavam lá eram estudantes, não eram só operários do Barreiro ou intelectuais. Os estudantes não estavam confinados apenas aos temas estritamente académicos. Envolviam-se muito em temas mais gerais, sejam culturais, sejam políticos, sejam o que fosse.

A conquista do espaço era alvo de muita discussão e as pessoas percebiam que era uma luta em que o país que se desenvolvesse mais rapidamente tinha grandes vantagens. Por isso é que os Estados Unidos tudo fizeram para não perder esta batalha.

Uma figura que despertou muita controvérsia foi o presidente Kennedy: se é certo que autorizou o assalto à Baía dos Porcos, em Cuba, também é verdade que era um presidente com uma imagem mais simpática, mesmo aos movimentos de esquerda, do que o Lyndon Johnson

que também era do Partido Democrata, ou do que o Bush pai que era do Partido Republicano. Eram tipos mais reacionários, mais conservadores. O assassinio do Kennedy foi uma coisa um bocado traumatizante. Ainda por cima porque se sabia, ou se supunha, que estava associado a um certo apoio que o Kennedy dava ao Martin Luther King e a muitas medidas contra a discriminação racial.

O filme *Mississippi em chamas*, do final dos anos 60 ou princípios de 70, é sobre o *Ku Klux Klan*, e sobre a luta contra a discriminação racial. É um filme interessantíssimo. Vale a pena ver. É um filme que mostra bem a violência e o racismo que havia. Era impensável que, em poucos anos, o Obama fosse eleito presidente dos Estados Unidos, pois lembro-me de que no tempo em que o Kennedy foi assassinado, a discriminação racial e o ódio aos negros, em muitos estados, era muito violenta.

Quando saí de Moçambique, em 59, também havia muita discriminação. Nas piscinas dos hotéis nunca via negros, nem na praia. Andavam nas praias do interior, agora na praia de Maputo, negros? Era o que faltava! Nem no cinema. A gente nem se apercebe bem da discriminação que havia.

Não esqueçamos que em 65, se completou a cobertura do país com a televisão, mas que a rádio era também muito importante, já tinha sido muito importante durante a Primeira Guerra Mundial. Portanto, mesmo com a repressão que havia em Portugal, ouvia-se a Rádio Moscovo e a BBC. O governo procurava controlar muito a informação mas o meio estudantil foi um grande difusor de todas essas informações. Os setores operários eram mais confinados em volta das suas reivindicações.

Também não tinham os instrumentos para ...

E não tinham instrumentos.

Em seis anos houve tanta coisa que se passou, uma reviravolta no mundo, de que grande parte da população portuguesa não se apercebeu ou só ficou com uma pálida ideia!

Como decorriam os processos de luta? Como se iniciavam, como se desenvolviam e como terminavam?

Em 64, vários estudantes de várias associações são presos. Temos aqui uma situação complicada porque há uma perseguição política a dirigentes associativos. Não sei que opiniões políticas têm ou não têm, mas há uma perseguição que nos obriga a tomar uma posição. Portanto, as associações de estudantes reuniam. A associação do Técnico estabeleceu um programa: escrever uma carta ao diretor e incentivá-lo a tomar posição a nosso favor, dizendo que não é possível andar a prender estudantes do Técnico; promover a solidariedade para com esses estudantes procurando que os professores lhes mandassem os apontamentos para eles estudarem; fazer uns abaixo-assinados junto das famílias e dos amigos protestando contra a prisão dos estudantes pela PIDE; mobilizar pessoas que não tinham que ver e até podiam não estar muito politizadas mas que eram sensíveis; se fosse o caso, fazer uma manifestação ou até uma greve aos exames ou fechar as aulas durante dois dias.

Tudo isso requeria uma avaliação que se devia fazer, porque havia sempre a preocupação, como hoje continua a haver, quando se faz um movimento destes e que é que quem o lidera não vai a reboque, tem que ir à frente. Mas também não pode ir à toa sozinho e deixar o coletivo para trás. Tem que liderar, mas de forma a que traga o maior número de gente consigo, porque, se quebra, isso volta-se contra ele e fica isolado. Nós procurávamos sensibilizar os próprios estudantes do Técnico. Era toda uma movimentação no sentido de pressionar a PIDE e o governo. Não tínhamos força para ir lá tirar o estudante da prisão, mas procurávamos que houvesse uma sensibilização da opinião pública que fosse incómoda para o governo. A capacidade do governo para tomar certas medidas repressivas contava com menos apoio. Havia muita gente que até era afeta ao regime mas dizia:

– Eh pá, era escusado isso. Qual é o problema? Têm opiniões, não há nenhum mal nisso.

Essa pressão era uma coisa feita com muitas frentes. Uma das características que eu me lembro, é que nós sempre trabalhámos de forma a

que a nossa ação fosse multifacetada e o mais envolvente possível: boletins, rádio, pais, movimentos de professores, de antigos estudantes, os vizinhos, o que fosse. Procurar mobilizar pessoas com alguma ligação com o estudante ou com a organização que estava visada no sentido de os apoiar.

Se acaso a PIDE fechava a Casa dos Estudantes do Império, mobilizávamos os estudantes, os professores e os amigos para haver uma manifestação pública contra esse fecho. E até as organizações internacionais. As associações de estudantes também desenvolveram muitas relações internacionais, porque isso depois tinha repercussão noutros países, em França ou na Inglaterra, na Bélgica, na Holanda, na Suécia ou na Dinamarca que eram países democráticos, com maior abertura política. Saíam notícias contra o governo português de que tinha reprimido, fechado a universidade, ou fechado a associação de escritores. Era incómodo para o regime, desprestigiava-o e dava-lhe menos credibilidade quando ia defender umas tretas quaisquer à assembleia das Nações Unidas, ou quando o ministro dos Negócios Estrangeiros português ia a Inglaterra falar. Espanha também estava sob o regime de Franco e, por isso, dali não havia nada a esperar. Portanto, eram sempre utilizados muitos instrumentos, todos os a que a imaginação pudesse recorrer: deitar panfletos do alto do elevador de Santa Justa a dizer:

– Estão presos fulanos tais, lutemos pela sua libertação!

O simples facto de um professor dizer:

– Para aquele estudante que está preso, eu faço uma época especial de exame, (...)

era uma forma de solidariedade e tudo isso ganhava as pessoas. Era o que se procurava fazer.

O regime português era visto como uma coisa muito primária, muito reaccionária, muito antiquada, muito repressiva, muito fora do tempo. Por isso, todas essas ações contribuíram para o seu isolamento. A gente não sabia quando é que isto ia acabar, mas sabia que ia acabar, mais dia, menos dia.

A luta estudantil era apontada pelo governo e vista por muita gente como controlada ou coordenada pelo PCP. Mas, mesmo dentro do PCP, essa coordenação não era muito forte, porque nunca houve uma grande unidade do

movimento estudantil com o movimento operário. Por exemplo, os estudantes podiam apoiar uma manifestação do Primeiro de Maio, mas o Primeiro de Maio era sempre visto como uma coisa muito organizada pelo PCP. Havia estudantes que iam lá que eram do Partido Comunista ou simpatizantes. Iam e arriscavam, porque aquilo era ir e fugir, porque vinha a PIDE e prendia quem lá estava.

As associações de estudantes não tomavam propriamente posição, no máximo davam informação sobre o Primeiro de Maio, como notícia. Apesar de tudo, houve simultaneidade de muitas ações nesta matéria. Mesmo noutros países, essa simultaneidade, às vezes, ocorreu com antagonismos como, por exemplo, no Maio de 68 em França. Havia uma divergência e defendiam pontos de vista diferentes, o setor operário, enquadrado pelo Partido Comunista Francês e os estudantes.

Sim, apesar de estarem juntos na rua.

Sim, mas é um juntos de alguns grupos de pessoas e não das organizações. Aqui nunca houve esse antagonismo no sentido de estarem a pronunciar-se uns contra os outros, mas era difícil organizar ações conjuntas. Essa unidade foi mais de ocasião do que coordenada. Não me lembro de participar em reuniões da AE do Técnico com o sindicato dos bancários. Não era uma situação que ocorresse. Mas o movimento sindical, em muitos setores, era ainda débil, estava muito vigiado pelo governo. Só mais próximo do 25 de Abril é que passou a ter mais força.

De que organizações juvenis se recorda?

A JUC era uma organização com algum peso na universidade. Tinha muita gente e organizava muitas coisas (discussões, colóquios, coisas de música). Os nomes mais conhecidos da JUC eram bons alunos e não eram conservadores no sentido mais reaccionário, gostavam de pensar, trabalhavam na associação e envolviam-se naquelas discussões e na atividade associativa. A JUC era uma instituição relativamente aberta naquela altura. Lembro-me do Amaro da Costa, que depois foi dirigente do CDS. Tinha como companheiro espiritual o bispo de Madarsuma (era assim que era conhecido, não sei porquê) que era o D. António Rodrigues, amigo

do Salazar, bastante reacionário. Embora ligada e controlada pela hierarquia católica, tinha uma certa componente progressista. Era gente mais liberta. Enquanto universitários, também tinham uma visão do mundo mais vasta. Quando chegou aos momentos mais difíceis, aí tocou a rebate e as suas hostes juntaram-se! Mas conheci muita gente que era da JUC e que era relativamente progressista, que convivia bem com os outros estudantes. As pessoas da JUC não eram seguidistas, pensavam pela sua cabeça, tinham a sua ideologia, envolviam-se nas discussões e eram muito participativas. Houve muitos dirigentes do movimento associativo que estavam ligados à JUC – o próprio Amaro da Costa, mas também muitos outros. Esse setor mais progressista da igreja Católica teve um papel relevante na luta contra o salazarismo. Lembro-me do episódio da capela do Rato e de outros.

No Técnico, a JUC tinha menos estrutura e menos organização que a AE (não tinha qualquer comparação). Mas uma pessoa podia ser, simultaneamente, membro da associação e membro JUC do Técnico. A JUC também reunia, também estava dividida por secções com os seus coordenadores.

Quando se manifestava não era, normalmente, com uma posição hostil à AE. A primeira vez que eu a vi tomar uma posição hostil, isso provocou muito mal-estar, mesmo junto da gente da JUC. Foi por imposição da hierarquia da igreja quando, na sequência do Dia do Estudante de 62 e da crise académica, há eleições no Técnico e noutras universidades e a igreja Católica pretende dar orientações para que os membros da JUC não votem em certos candidatos. Isso caiu muito mal porque muitos membros da JUC queriam votar naqueles em quem tinham confiança, que iam defender os interesses dos estudantes, independentemente de eles serem mais pró-comunistas ou não. Porque a JUC tinha, apesar de tudo, uma certa independência. Quando isto começou a politizar-se um bocado, a hierarquia da igreja Católica, que era muito controlada pelo governo, tomou medidas para não deixar a igreja, via JUC, envolver-se nessas coisas.

Entre 1960 e 1962, eu fiz parte da JUC, mas a minha adesão à JUC tem mais uma razão filosófica do que ideológica ou religiosa. Gostava

muito de reflectir e de discutir sobre a origem da vida, do homem, de deus e do universo, e essa discussão suscitava-me muito interesse. Embora os meus pais fossem católicos, por hábito, não iam à missa aos domingos. No entanto, quiseram-me na catequese e eu fiz a primeira comunhão e o crisma quando tinha 9 ou 10 anos. Mas a minha entrada para a JUC não vem desta orientação familiar. Com a crise académica de 62, a minha relação com a JUC *azedou-se* porque os dirigentes da igreja Católica tomaram medidas de ingerência no movimento associativo dando diretivas relativamente às posições que os estudantes católicos deviam tomar face à eleição de certos quadros e dirigentes, que eram pessoas muito prestigiadas mas que, como eram contra o governo, não podíamos votar neles.

Apareceram também umas organizações de natureza fascista, como o movimento Jovem Portugal. Lembro-me do Pechirra, que era um estudante de ciências e pertencia a esse movimento. O movimento Jovem Portugal até faz uns boletins e uns comunicados e o governo usava essa gente para fazer coisas de carácter terrorista contra as associações de estudantes! Pancada, contra-manifestações e coisas assim. A polícia usou-os como tropa de choque para provocar as associações de estudantes, mas sem grande êxito. Tinham pouca expressão, pouca gente e eram muito pouco considerados na universidade. Por muito amorfo que se fosse relativamente ao movimento associativo, ninguém se queria ver ao lado dessa gente. Era muito desprestigiante. Na série que a televisão tem transmitido ultimamente, o *Conta-me como foi*, vê-se como a generalidade da população era muito pouco politizada. As pessoas intuem o que se passa, mas têm medo e não se querem meter. O governo não tem gente do seu lado. O melhor que consegue é que fiquem calados e não digam nada porque têm medo de perder o emprego, de serem presos, de qualquer repressão, e não por convicção. Pode é não haver muitos para os atacar, mas para defender é que não estão lá. Eu lembro-me sempre de uma anedota que se contava nessa altura, que era assim.

Num cinema estava um par de namorados e, de repente, ouvem-se umas palavras, uns estalos, um grito, acendem-se as luzes e vem um polícia saber o que se passou. Um tipo diz:

- Estão aqui três pessoas a bater-me.
A rapariga ao lado diz:
– Eu estava aqui com o meu namorado e o senhor aqui ao lado começou a encostar a perna à minha e eu mandei-lhe um estalo.
– Então, da sua parte, está explicado – diz o polícia. Pergunta o polícia ao namorado:
– E o senhor?
– Bem eu sou o namorado, estava aqui este tipo a meter-se com a minha namorada e eu dei-lhe um estalo.
– Também está explicado o seu caso, – diz o polícia.
– Então e o senhor? –era um tipo que estava lá não sei quantas filas atrás.
– O que é que o senhor tem a ver com isso? pergunta o polícia ao terceiro agressor.
– É que esse senhor que levou o estalo é da PIDE, e eu pensei que tinha chegado a hora ... [risos]

A defender não havia ninguém, havia era muita gente que estava só à espera da hora. Por isso, quando veio o 25 de Abril aquilo foi uma loucura! Uma reação contrária era impossível.

Por isso, esta escola de formação do movimento associativo foi muito importante. Fomos muitos militantes, quadros e dirigentes. Ajudou-nos a criar capacidade de liderança e de organização, a aprender a trabalhar em situações difíceis a até a falar em público. Foi um período muito enriquecedor.

Que outras organizações juvenis conheceu?

Poucas, muito poucas. Havia as associações de estudantes, a Casa dos Estudantes do Império que também foi fechada pela PIDE em 1965, a JUC. Depois apareceram esses grupelhos provocadores de direita.

E, por exemplo a UEC?

A UEC era uma estrutura do PCP e só foi criada em 1972. Depois, o que havia não eram propriamente associações, mas organizações um pouco à volta, como os cineclubes. Não tinham, em geral, ligações estruturais com o movimento associativo, mas eram organizações cuja atividade estava no âmbito da atividade cultural das associações de estudantes. O Clube Universitário de Jazz, também tinha alguma implantação, e aquela atividade do jazz, tal como a da música

clássica, ou outra, fazia parte daquilo que eram as preocupações das associações de estudantes.

Dos escuteiros não se ouvia falar.

A Mocidade Portuguesa não existia na universidade.

Havia a Juventude Musical Portuguesa, da qual fui sócio. Era uma associação ligada à música e quem gostava fazia-se sócio. Não tinha que ver com associações de estudantes. A vantagem é que tinha os preços muito baratos ou concertos de borla no Tivoli. À quinta-feira havia uns concertos de música clássica e as pessoas iam. Isso era uma coisa atrativa para quem gostava de música.

De facto, não havia muitas organizações juvenis.

Para terminar, pergunto-lhe qual é o balanço que faz da sua experiência no Técnico?

Eu acho que é um balanço muito rico. Quando cheguei ao fim, fiz o balanço e concluí: este período correspondeu às minhas expectativas, ultrapassou mesmo, e muito, as minhas expectativas. Quando vamos para a universidade, levamos já alguns traços marcantes de carácter, alguma experiência, algumas ideias, aspirações, muita coisa. Depois, o curso e a atividade na associação ajudam a moldar melhor, a aprofundar, a reforçar essas características.

Eu reconheço que sou uma pessoa com método de trabalho, organizada, que gosta de concretizar as coisas. Gosto da minha atividade profissional. Gosto de chegar a um sítio para onde se está a projetar uma casa, uma fábrica, uma estrada, uma barragem. e, depois, começar a ver aquilo no papel com os projetos, começar a ver a obra, e ir lá depois e já estão os projetos concretizados, o objetivo realizado. A coisa a funcionar. A transformação da realidade é uma coisa que me fascina. E, portanto, o Técnico marcou-me muito e toda a minha vida profissional, embora fosse evoluindo, foi ligada à engenharia.

Marcou o percurso de vida do sr. eng.º.

Sim, completamente. Acho que é o Belmiro de Azevedo que costuma dizer:

– Um engenheiro que aos 50 anos não é gestor é mau engenheiro.

E é um bocado assim, embora haja muitos engenheiros que toda a vida só foram engenheiros

e que são muito competentes. Uma pessoa começa na atividade de engenharia, por exemplo, de engenharia civil, a fazer projetos de engenharia ou a construir obras, depois vai evoluindo para uma visão cada vez mais abrangente e acaba por já estar a gerir os recursos técnicos, financeiros, humanos, que têm que ver com essa atividade. Portanto, a ligação com a economia é muito grande. Mas, independentemente disso, sempre me senti bem ligado a esta atividade.

O Técnico é uma escola muito boa, quer na formação científica, quer técnica. Tinha professores melhores, outros piores, mas, no geral, era uma escola rigorosa, bem organizada, exigente. Eu fiz a pós-graduação nos Estados Unidos, onde 90% das cadeiras assentavam muito na matemática e física. O que interessa é ter as bases, o resto a gente lê, percebe, decora. O que é mais difícil de compreender é a essência. Quando eu fui para o Técnico chumbavam 85% ou 90% dos alunos nas cadeiras de matemática do 1º e 2º ano. Era uma coisa terrível.

Era muito comum?

Era. Não percebiam que a matemática não se decora, tem de se compreender. Tem que se entrar naquilo, fazer muitos exercícios práticos, mas também ter inclinação e gosto por aquele tipo de raciocínio, por aquela metodologia, por aquele rigor.

Muita gente fazia cadeiras na Faculdade de Ciências, não era?

Sim, porque não podíamos continuar na mesma faculdade se chumbássemos dois anos seguidos. Um tipo chumbava uma vez, ia à segunda época, depois repetia no ano seguinte, depois se chumbava outra vez já não podia continuar naquela faculdade. Então tinha que fazer a cadeira em Ciências, ou no Porto, ou em Coimbra. Se passasse, no ano a seguir podia voltar. Algumas pessoas faziam isso, mas não eram muitas. Desistiam. Era um curso que exigia hábitos de estudo, rigor, grande dedicação e, ao mesmo tempo, grande capacidade de concretização.

A vida na associação, de facto, deu-me uma preparação muito grande para encarar as dificuldades, para me organizar, para me sacrificar, para debater, para liderar, para gerir, para trabalhar em equipa. Como o ambiente era muito

repressivo, e havia poucas alternativas, as associações de estudantes tiveram um papel muito importante. Agora há muitas outras solicitações, muitas coisas que se podem fazer. Não é comparável. Mas o que eu sei é que, naquela altura, quem teve essas experiências nas associações de estudantes, de uma maneira geral, vinha sempre com mais preparação para a atividade profissional.

Quando vejo um *curriculum* de alguém para trabalhar numa empresa que diz assim:

– Formou-se no Técnico e não sei quê, entrou para a empresa tal e outro que diz:

– Formou-se no Técnico, foi dirigente ou foi responsável pela secção fotográfica da AE tal, esteve também a colaborar no grupo recreativo não sei quantos, envolveu-se em não sei quantas mais atividades associativas ou cívicas fico sempre mais bem impressionado com este último.

É muito importante uma pessoa dedicar-se a outras atividades, mais de natureza cívica. Isso faz bem, não é só estudar. Eu procuro dizer aos meus netos:

– Não é preciso estudar muito, nem estudar apenas. Todos os bons alunos que conheço não estudavam apenas.

Ser *marrão* não é exemplo que eu aconselhe. Normalmente não são grandes alunos. Podem ser um bom menos, mas dificilmente passam disso. Os mais capazes, esses fazem muita coisa: tocam violino, piano, praticam desporto, jogam xadrez, colaboram em associações cívicas ... e têm boas notas. Dá-lhes uma agilidade de pensamento e uma experiência muito grande. A associação criava essa competência.

Como conciliar uma reunião da RIA hoje à noite e amanhã um exame às 10 horas? E a pessoa tem de conseguir ter a sua cabeça no lugar para fazer as duas coisas. E se consegue fazer isso é um *acquis* de grande importância! Portanto, o Técnico e a atividade da associação marcaram-me muito. Não tenho qualquer dúvida. As pessoas que eu conheço com uma experiência de vida parecida também foram muito positivamente marcadas.



*Pavilhão central.
Foto: Tatiana Soares*

24 de fevereiro
24 e 29 de março de 2010

António Mota Redol
Aluno 1960–67 presidente DAEIST 1965–66
Grelha Luísa Tiago de Oliveira aplicação Marta Silva

Em que período esteve no Técnico?

Entrei em 60/61 e terminei no ano de 66/67. Em 68 ainda estive presente durante bastante tempo porque, embora já estivesse a trabalhar, era ainda presidente do Conselho Fiscal e continuei a acompanhar os trabalhos da associação, embora não com a mesma visibilidade com que fazia antes, porque já não era aluno.

O que o levou a escolher um curso de engenharia no Técnico?

Eu sempre tive tendência para as coisas de engenharia e, portanto, era natural que viesse a escolher um curso desse tipo. Inicialmente queria seguir física nuclear, mas com a questão das bombas atómicas e da possível utilização da física nuclear para a sua construção desisti desse capítulo. Desde muito novo queria ir para química. A física nuclear não era bem a mesma coisa que a química, mas andava lá perto. Depois escolhi o curso de engenharia química porque era, de facto, aquilo que eu gostava mais, que tinha mais tendência e, inclusivamente, nos últimos anos de liceu, montei um laboratório de química em casa e fazia lá coisas. Era aquilo que eu gostava de fazer, embora uma vez terminado o curso nunca mais toquei em química. Fui trabalhar para a Junta de Energia Nuclear (não fui para física nuclear, mas fui bater perto!). Fui trabalhar no planeamento do setor elétrico, que era aí que se fazia, tendo sido selecionado porque tinha boas notas em matemática, e depois enveredei por esse caminho. A matemática e a economia foram os assuntos que tive de estudar porque foi aí que depois desenvolvi toda a minha atividade.

Como recorda o primeiro contacto com o Técnico?

Quando eu entrei no Técnico, entravam, por ano, umas centenas de alunos. Na altura era

muito. Hoje não sei quantos entram. O Técnico e a universidade não tinham tantos alunos como isso. Toda a universidade em Lisboa tinha uns 15 ou 20 mil alunos.

As aulas eram uma grande confusão, porque eram nos anfiteatros que levavam cerca de 200 lugares e, para se conseguir estar nas primeiras filas para tirar apontamentos e ouvir o professor, tinha de se estar logo à entrada da porta. As aulas estavam sempre completamente cheias. Por exemplo, em matemáticas gerais estavam alunos sentados nas escadas e outros em pé, o que era difícil para tirar apontamentos. Havia tendência para se chegar muito cedo. As aulas, eram às 8 horas e chegava-se cedo para depois se poder entrar e ter lugar nas primeiras filas. Isto em todas as aulas. Esse foi um aspeto e, de facto, era a grande dificuldade. As aulas práticas tinham menos gente, 25 a 30 pessoas, mas as aulas teóricas tinham à volta de 200 ou 300.

Era [também] um programa muito exigente. Em matemáticas gerais chumbavam 75% dos alunos. Entre a frequência, em março e o exame final ficavam pelo caminho 75% dos alunos. Era um número muito elevado. E não era só em matemática. Havia outras cadeiras em que isso acontecia, mas matemática era aquela onde era maior. O Técnico era muito exigente e continua a ser, segundo o que toda a gente diz. No 2º ano havia outras cadeiras do mesmo género e também chumbava uma quantidade de gente. Portanto, quando chegava ao 3º ano, estava uma pequeníssima parte dos que entravam no 1º ano. Para o 2º ano, dessas centenas, passavam uns 100 ou 150 ... Só se podia passar com uma cadeira de atraso, quem tivesse duas já não passava ... Era extremamente seletivo e muito exigente.

Por outro lado, havia uma série de limitações um bocado ridículas. Era-se obrigado a usar gravata. Aluno que entrasse nas aulas sem gravata podia ser expulso. A maior parte dos professores

não ligava a isso, mas quase toda a gente usava fato e gravata. Mas havia professores que levavam aquilo à risca e quando o aluno não levava gravata punham-no na rua, fosse numa aula prática ou teórica. Se o aluno não levasse gravata nos exames mandavam-no embora, não o aceitavam no exame oral, ou escrito sequer. O aluno distraía-se e chumbava!

E distraía-se assim?!

Alguns distraíam-se porque não gostavam de usar gravata. Eu, por exemplo, usava a gravata no bolso e só a punha quando era mesmo preciso. Podia haver alguma distração e o fulano esquecer-se da gravata. Embora houvesse professores que não exigiam, havia sempre que ver quem exigia ou não, mas, de uma maneira geral, andava toda a gente de gravata.

Que professores exigiam gravata?

O principal era o diretor do Técnico, Luís Almeida Alves. Esse punha mesmo os alunos fora da aula, dizia:

– O senhor sai e vai vestir-se como deve ser.

Ele também andava sempre à caça aos parezinhos. Não se podia namorar no Técnico. Beijos, então, era completamente impossível. E mesmo andar de mão dada, ele não deixava. Mandava logo o contínuo ou ia ele próprio. Via, ia atrás dos alunos, todo excitado, ruborizava-se. Houve uma vez uma situação de um que lhe disse:

– Ouça lá, nós somos casados!

E ele respondeu:

– Nem assim podem andar aqui. Não são permitidas manifestações de carinho dentro do instituto.

Havia um jardim que confinava com o gabinete dele e quando ele via algum parezinho – às vezes iam trocar apontamentos – mandava logo o contínuo dizer que não podiam ir para ali.

[Contudo], o Luís Almeida Alves era um tipo extremamente organizado. Ao contrário de outras faculdades, os alunos não tinham que ir para as *bichas* às 2 ou às 4 da manhã para se inscrever nas turmas que queriam, porque o aluno matriculava-se, era-lhe atribuído um número, e a partir daí, era logo destinada a turma em que estava, as aulas que ia ter até ao fim do ano e, inclusivamente, as datas, as salas e os vigilantes dos exames. Estava tudo afixado desde o princípio

do ano. Este aspeto de organização era muito importante porque noutras escolas, mesmo do domínio técnico (não eram só as de letras que eram desorganizadas), era uma luta para ir para a *bicha*, para se conseguir ir para o melhor professor ... era uma confusão. Ali no Técnico não havia isso, já estava tudo estipulado. Isso dava uma calma e uma segurança a quem estava a estudar e não tinha de andar naquelas trapalhadas. Com os exames era a mesma coisa. Havia faculdades em que os professores marcavam os exames quase na véspera, ali não. Os alunos podiam, desde o início do ano, fazer um programa com as cadeiras a fazer primeiro e depois. Organizavam-se. Isto não acontecia com o 1º ano, mas com os outros já acontecia. E no 1º ano, a partir do meio do ano, os alunos já sabiam quais eram as cadeiras mais difíceis e podiam começar a organizar-se.

Ele conseguia impor uma organização notável. De tal modo que, mesmo depois de sair de diretor, essa organização manteve-se até hoje, porque eram coisas bem feitas.

Mas tinha estas coisas. Embirrava com o jazz. Não se podiam fazer sessões de jazz nas instalações do Técnico, porque ele não deixava. Achava que o jazz era imoral. Na associação podia fazer-se. A associação tinha instalações próprias, mas não para fazer concertos. No Técnico havia algumas salas que permitam isso, nomeadamente o salão nobre, onde ele fazia umas sessões de música gravada, mas não deixava fazer sessões de jazz.

Como resolviam essa questão?

Às vezes faziam-se na associação. O quinteto do *Hot Clube* foi lá tocar uma vez ou duas, mas era uma sala muito pequena que estava sempre a abarrotar de gente. Não tinha condições. Ele não deixava fazer no salão nobre!

Para além das aulas, quais eram os locais onde os estudantes se encontravam com maior frequência?

Eram os corredores, à espera das aulas. Quando as aulas acabavam, quase toda a gente se ia embora. Na biblioteca do Técnico juntavam-se pessoas, porque desde o 1º ano era necessário e obrigatório consultar livros. Encontravam-se também na AE que tinha instalações razoáveis

e havia espaço para as pessoas poderem estudar e conviver. Depois, a maior parte da malta ia embora para casa ou para os cafés. Eu nunca fui muito de cafés. Acabavam as aulas, ia para casa ou, se tinha coisas da associação para fazer, ia à associação.

Havia vários cafés ali: A Mexicana, na mesma rua onde iam muitos alunos do Técnico, o Rialva, na Duque de Ávila, onde iam muitos alunos do Técnico e os da Casa dos Estudantes do Império. Aí conviviam *malta* do continente e das colónias. Havia bastante convívio nesse café, que até importante por ali se trocaram muitas experiências, nomeadamente sobre a situação colonial. Muitas pessoas sabiam o que se passava nas antigas colónias através desse contacto, ou na própria Casa dos Estudantes do Império. Os alunos que vinham das colónias contribuía para informar os do Técnico. A maioria dos alunos do Técnico não tinha esse contacto. Mesmo entre aqueles que trabalhavam na AE, era um grupo pequeno que tinha contatos com a CEI.

Eu fui raramente, uma vez ou outra e sempre por motivos de trabalho da AE. Fui sempre um bocado isolado para convívio.

Quais eram os temas de conversa e de debate entre os alunos?

Abertamente, falava-se das aulas, das dificuldades:

– Ontem não percebi o que o professor disse.

Ou

– Empresta-me os apontamentos, tens que me deixar copiar aquela demonstração que ele fez ...

E do futebol. Alguma coisa de cinema se falava, não dos filmes melhores mas o filme comercial. Normalmente, as conversas não iam para o campo político. Neste caso, falava-se às escondidas, recatadamente. Só dois ou três, que se conheciam melhor e que sabiam que não havia problema, é que tinham uma conversa política, e, mesmo assim, era muito raro.

E quando tinham essa conversa do que falavam?

Já nem me lembro bem. Falava-se de coisas que se passavam, por exemplo, quando foi o assalto ao Santa Maria. Isso falou-se nos corredores, mesmo [entre] os alunos menos politizados. Foi

uma coisa que deu nas vistas! Quando foi o assalto a Beja, que veio nos jornais, as pessoas andavam atentas a isso e comentavam. Em relação à guerra, também se falava uma coisa ou outra, mas não na guerra em si:

– Acabou o curso, temos de ir para a tropa. Que chatice!

– Este ano tenho mesmo de passar porque é o último em que me dão adiamento.

Nem se falava muito do que se passava na instrução em Mafra que era muito dura, ou coisa assim no género.

Começaram a aparecer tipos que não tinham acabado o curso, foram metidos na tropa e já vinham das colónias. Já começavam a falar um bocado da guerra e a gente tinha um bocado a ideia do que se passava, mas eram sempre umas conversas muito cautelosas. Falava-se que era complicado, que às vezes havia tipos que morriam, e não se passava muito disso.

Enquanto estudante do Técnico, quais foram os livros, os filmes, as peças de teatro, as músicas, que recorda?

Para falar de cinema, havia o Cineclube Universitário que chegou a ter milhares de sócios. Tinha sede em Lisboa, se não estou em erro, na travessa do Fala-Só e depois, junto da praça do Chile. Aqueles que se interessavam mais por cinema e que queriam ver um cinema de autor, iam ao cineclube. Passavam os neorrealistas italianos, filmes americanos numa certa perspectiva crítica ao mccarthysmo, filmes franceses, o Ingmar Bergman de quem muita gente se agradava e ia ver mesmo fora do cineclube. Fora disso, havia outros filmes que se iam ver e que já não me lembro bem. Era um bocado escolha minha ou da minha mãe, o filme parecia bom e íamos ver.

Não ia muito ao teatro. Também, em Lisboa só havia o D. Maria II, que era o Teatro Nacional dirigido pela Amélia Rey Colaço. Fui algumas vezes, até porque o João Mota, que é meu primo e a irmã estavam no D. Maria. A mãe deles, prima direita da minha mãe, arranjavamos bilhetes e nós íamos ver.

Quanto a livros, era um bocado o que aparecia. Alguns romances neorrealistas, uma coisa ou outra de carácter político que se conseguia apanhar .

Como por exemplo?

Como revistas, a Seara Nova que nós assinávamos.

Nós é em casa?

Em casa e como muitos estudantes da associação do Técnico e de outras faculdades, porque era uma fonte de informação interessante. Embora passasse à censura, trazia muita coisa que não vinha nos jornais. E era uma informação comentada e trabalhada. Trazia coisas sobre história, literatura, artes, teatro, sociologia, economia. Era uma fonte de informação importante e de formação de muitos universitários nessa época.

Havia uma ou outra livraria em que às vezes apareciam livros proibidos. Havia a Livraria Barata, na avenida de Roma, que era onde eu ia. A Livraria Barata também costumava ter livros que estavam proibidos e arranjava-os às pessoas conhecidas. Havia outras em Lisboa. Mas eu nunca andei por aí. Vinham-me parar à mão naturalmente porque a malta me emprestava.

Quem ouvia a música clássica, Zé Afonso e Adriano Correia de Oliveira era a gente da associação. Passava a música portuguesa daquele tempo na rádio, o fado, e esse tipo de música do António Calvário, da Madalena Iglésias, da Maria de Lurdes Resende. Nem todos eram muito maus. Algumas tinham dificuldade em passar a censura. Já nos anos 70 começaram a aparecer as coisas do Ary dos Santos, da Simone de Oliveira, do Tordo, do Paulo de Carvalho. Nos anos 50 e 60 a rádio tinha muita música brasileira e depois começou a aparecer a música *pop*. Só alguns programas é que passavam, porque era considerada música um bocado imoral, e até havia umas reivindicações esquisitas. A maior parte da malta que não era adepta da música *pop* era a malta da associação, porque achávamos que era mal definida, confusa, protestavam, mas não sabiam bem contra o quê.

A gente gostava de saber bem o que se protestava!

A música de intervenção era a preferida de todos. O Zeca Afonso, o Adriano, depois o José Mário Branco, o Sérgio Godinho, o Manuel Freire, e outros. No Técnico havia o A. P. Braga, que foi da direção da associação e que ainda gravou alguns discos. E houve outros de

Coimbra e de Lisboa, agora já não me lembro do nome deles.

Quando começou a colaborar nas atividades da associação?

No 1º ano não colaborei nas atividades da associação. Ainda falaram uma vez comigo, perguntando se queria colaborar. Levaram-me à associação a falar com um elemento da direção, que era um Tito de Moraes, nem sei bem qual deles. Começou a dizer o que era a associação, mas eu disse-lhe que não tinha tempo para colaborar nessas coisas. Eu também não sabia muito bem o que era a AE. Evidentemente, já tinha uma noção da política, porque já tinha passado por várias coisas, nomeadamente as eleições do Delgado, uma coisa muito falada entre os estudantes.

Em casa também se falava muito das coisas. Eu estava ligado a Vila Franca, onde tinha havido muita gente presa e muita repressão. O Carlos Pato morreu em Caxias na sequência de tortura. Portanto, eu sabia perfeitamente quem era o Salazar, o que fazia e o que não fazia, a PIDE. Mas não estava motivado para trabalhar numa coisa do tipo da associação. Tinha o tempo muito ocupado. Tinha de estudar, aquilo era muito complicado. Só quando foi a crise de 62 é que eu comecei a colaborar, porque fui um bocado picado.

Foi convocado o Dia do Estudante e, embora proibido uns dias antes, eu sabia que ia haver atividades na Cidade Universitária no dia 24 de março. Era um sábado, se não estou em erro, e eu fiquei em casa, não fui. Mas aquilo ficou-me a perturbar e não consegui estudar. Entretanto, houve aqueles acontecimentos de que se sabe, os estudantes espancados pela polícia, e quando chego segunda-feira ao Técnico estavam na associação a distribuir comunicados para se ir para a greve (não se chamava greve, chamava--se luto académico). Contavam aquela história toda, que o Marcelo Caetano tinha convidado para ir jantar ao Castanheira de Moura e, pelo caminho, a polícia interveio e deu uma coça nos estudantes, raparigas e tudo, e foram muitas pessoas hospitalizadas e feridas. Portanto, na segunda-feira, estavam as associações a convocar o chamado luto académico, com um comunicado à porta. Aderi imediatamente.

Foi nesse momento?

Pois. Eu fazia sempre a greve, isso foi outra questão. Depois houve uns dias de luto académico, houve uns plenários, comecei a ir aos plenários e a ouvir os discursos: o Jorge Sampaio, o Vítor Wengorovius, o Eurico Figueiredo e outros. E, portanto, comecei a ganhar uma certa aversão ao que se estava a passar e à injustiça que se estava a cometer. A greve durou uns dias e depois retomaram-se as aulas. Eu fui para as aulas, mas depois já comecei a colaborar na associação.

Era preciso gente para fazer propaganda. Acho que a associação foi encerrada e a secção de propaganda desapareceu. Foi preciso arranjar novas pessoas. Eu fui uma delas. Às tantas fui encarregado de ser o responsável da propaganda no Técnico. Reuníamos nas nossas casas, fazíamos os cartazes e levávamo-los para o Técnico. Depois, aparecia um contínuo a dizer que não podíamos pôr os cartazes nas paredes e nas portas. Íamos buscar uns pauzinhos, púnhamos nas portas e depois pendurávamos os cartazes nos pauzinhos.

– Não estão colados nas portas!

Depois criou-se uma estrutura semi-clandestina das associações para emitir os comunicados. Os estudantes estavam de luto e todos os dias havia comunicados, mas embora em greve, as pessoas iam à escola e todos os dias era um assalto ao tipo que aparecia com os comunicados. Toda a gente a querer os comunicados para ler as últimas informações, o que se tinha passado, entretanto já haviam conversas com o ministro e com o reitor ... Depois havia convocações para plenários na Cidade Universitária, distribuíam-se uns papelinhos a convocar as pessoas, uma a uma. Ia-se aos pavilhões distribuir. Mesmo quando não havia aulas os estudantes juntavam-se à entrada do Técnico.

Ficava-se por ali a ver se havia novidades, a comentar e a discutir.

Nós, da propaganda, que éramos cinco ou seis distribuíamos a propaganda de alguém que trazia já semi-clandestinamente. Era feita numa casa particular.

Fazíamos cartazes em casa e comprávamos os materiais com o nosso dinheiro.

E nós eram quem?

Eram alunos que não tinham pertencido à associação antes. Eram estudantes que apareceram e que também se irritaram com aquela situação. Queriam intervir e colaborar. Mas a maior parte não tinha tido, até aí, intervenção nenhuma. Não eram da direção, porque a associação fechou.

A direção da associação reunia-se todos os dias na Mexicana, não era clandestina. Se queríamos falar com a direção íamos à Mexicana. A parte dos comunicados é que já era semi-clandestina, porque a PIDE andava em cima disso. Não iam prender os dirigentes da associação porque era legal. A associação foi encerrada e os dirigentes destituídos, mas eles não estavam a fazer nada de especial no café. Estavam lá sentados a conversar uns com os outros. Estavam a combinar o que haviam de fazer. E depois havia as RIA (Reuniões Interassociações), que devem ter sido numa casa particular qualquer, essa parte já não acompanhei. As pessoas deviam ir para as reuniões com os cuidados da clandestinidade, porque podiam ser presas. Aí já eram as associações a reunirem-se e a PIDE podia fazer prisões.

Depois convocavam-se reuniões plenárias no Técnico. Os diretores das faculdades, normalmente, sempre autorizaram as reuniões dentro das escolas que era uma coisa interna. E conseguiram impor isso à PIDE. Também havia uma situação de equilíbrio, porque os alunos também eram muitos.

E também devido à autonomia da própria universidade?

A universidade tinha uma certa autonomia. A PIDE não entrava dentro do Técnico ou noutra faculdade sem autorização do diretor e quando entrava, era à revelia. Quando isso acontecia, o diretor protestava junto do ministro.

No Técnico, o diretor deixava fazer os plenários e a direção destituída ia pedir-lhe autorização. Não se fazia sem autorização dele. Houve um período em que as reuniões ainda foram na associação, na piscina. Era tanta gente que não havia sala onde se coubesse, a piscina não tinha água e as reuniões eram ali. Quando a associação foi fechada, já não podiam ser ali.

No pavilhão central havia uns cubos de pedra grandes ao lado das escadarias e os dirigentes subiam-nos e dirigiam a reunião dali. As reuniões passaram a ser mesmo em frente do Técnico, naquela alameda e nas escadarias. Mas o diretor autorizava, mantinham uma certa conversa com ele porque também não queria ter os alunos todos contra ele, porque às tantas aquilo envolvia-se tudo e tornava-se ingovernável. Ele autorizava umas coisas, outras não, e foi mantendo ali o equilíbrio.

Claro que a PIDE e a polícia de choque que-riam era bater em toda a gente e, se pudesse entrar, espancava aquela gente toda. Mas os diretores e os professores tiveram sempre uma atitude de acalmar as coisas. A associação tinha muito prestígio junto dos professores, porque era um verdadeiro império comercial. Tinha uma quantidade de secções.

Tinha as folhas, todos os professores davam as suas lições diretamente para a associação as fazer, outras eram alunos que as faziam, em alguns casos os professores faziam, mas depois apareciam alunos como sendo os responsáveis. Todas as cadeiras tinham folhas da AE. Só em física era o professor que fazia as folhas. Havia uma grande colaboração entre os professores e a associação.

Havia o gabinete médico, a secção social que apoiava os estudantes, a parte desportiva que tinha uma equipa de voleibol, que era campeã nacional, e uma equipa de andebol que também chegou a ser.

Os professores embora tendo de estar com o governo e com as suas medidas repressivas, também defendiam a AE, porque muitos deles tinham sido dirigentes da associação. Sabiam como era importante aquela associação existir pelos serviços que prestava.

Sem folhas não se podia estudar.

Por outro lado, a única revista de engenharia que havia em Portugal, a *Técnica*, era editada pela AE, onde os professores colaboravam. Os artigos eram quase todos dos professores. Havia poucos artigos de alunos pois não tinham ainda capacidade científica. Alguns colaboravam com os professores na parte de investigação para publicarem na *Técnica*. Tudo isso fazia com que os professores dissessem em relação à associação: – Isto não se pode perder!

Os professores na prática tinham uma posição de conciliação com os alunos. De tal maneira que, com a associação fechada, o diretor autorizou a que se fizessem reuniões plenárias. Com o diretor, os professores faziam umas votações que não eram bem aquilo que o governo queria.

O governo podia querer que os professores apoiassem o encerramento da associação, e eles isso nunca fizeram.

Em 62, o governo demitiu a direção da associação, destituiu todos os corpos gerentes, mas a associação não fechou. Entregou a associação ao diretor e ele é que ficou a geri-la. Como o diretor tinha mais que fazer, nomeou um dos empregados da associação mais antigos, o sr. Rodrigues, para tratar da associação. Ele era o responsável da secretaria, se não estou em erro, e conhecia aquilo tudo. Mas quando a direção retomou, o sr. Rodrigues foi afastado. Os estudantes não gostaram que ele tivesse aceite e substituído os dirigentes eleitos. Foi tomar conta da revista *Técnica*. Foi despromovido.

Todas as atividades da associação davam-lhe um prestígio que os professores tinham em conta. E era muito antiga. A associação foi fundada com a escola, em 1911. Muitos professores passaram por ali, foram dirigentes da associação. Embora muitos não concordassem que os estudantes andassem ali a fazer umas malandricas, no aspeto dos serviços achavam que não se mexesse. Por isso é que quando houve a crise de 62, os serviços continuaram. Os professores não queriam fatores de agitação interna.

Como é que funcionava a associação?

Este folheto¹, que foi das primeiras coisas feitas no *offset*, [mostra] como a associação começou. Tinha a secção de folhas, a técnica, a pedagógica e a de estágios ...

Os estágios passavam pela associação. Naquela altura os alunos eram obrigados a fazer três estágios: um no 4º ano, outro no 5º, e outro no 6º. Os alunos inscreviam-se e depois a secção é que lhes arranjava os estágios ou combinava com professores. Ninguém podia terminar o curso sem fazer o estágio. Era uma secção fundamental.

1 O entrevistado guia a resposta através de um folheto publicado, em 1963, pela associação, que contém breves explicações sobre as secções.

A secção pedagógica apresentava visões sobre o que devia ser o ensino e algumas cadeiras em particular.

Em relação aos estágios, os tirocínios na altura ...

Chamavam-se estágios. Em Direito é que lhes chamavam tirocínio.

Nos processos dos alunos aparece tirocínio, mas no vocabulário dos alunos seria com certeza estágio.

Tem uma ideia se havia muita gente a não terminar o curso por causa dos estágios?

Não. Ninguém deixava de terminar o curso por causa disso. Havia muitos que não faziam. Eu não fiz, por exemplo. Fiz um e não fiz os três. Mas havia muitos alunos que não faziam os estágios todos.

Mas conseguiam a carta de curso mesmo assim?

Acho que sim, não me lembro bem. Havia muitas empresas que não ligavam a isso. Tanto que eu fui trabalhar para a Junta de Energia Nuclear sem ter os estágios todos, e era do Estado.

Estive lá a trabalhar vários anos, e nunca me exigiram estágio. Havia alunos que faziam os estágios já a trabalhar. Tinham que apresentar um relatório de estágio e aproveitavam o trabalho. Isso era obrigatório.

As atividades desportivas tinham muitos sócios: o futebol, o voleibol, que era campeão nacional quase todos os anos contra o Benfica ou o Sporting. Andebol, basquetebol, hóquei, pingue-pongue, ténis, badmington, xadrez. Depois, apareceu o rãguebi, também campeão nacional algumas vezes, embora o CDUL fosse a equipa melhor. O Centro Desportivo Universitário de Lisboa foi formado por todas as AE, embora com ligações ao governo. Era uma simbiose um bocado estranha.

Nas atividades sociais, havia a secção social que distribuía empréstimos e subsídios, reduções na cantina ou no lar.

Não era bem uma bolsa?

A secção social não distribuía bolsas. Só o governo é que distribuía. Também tinha um lar, onde estavam 20 ou 30 estudantes.

A cantina que era gerida pela associação, agora era pelo governo.

O gabinete médico, com médico e enfermeiro, tinha todos os dias tinha gente à porta e dispunha de uma máquina de raio-X.

A secção fotográfica fazia fotografia, mesmo para fora, se quisessem lá ir mandar revelar fotografias não era preciso ser estudante do Técnico. Fazia revelações, reproduções, ampliações.

Depois tinha a secção cultural, a biblioteca, o grupo de teatro.

Havia o Departamento de Turismo Universitário.

Como funcionava o Departamento de Turismo Universitário?

O turismo começou no Técnico e, depois, transformou-se numa organização a nível nacional.

O [DTU] obtinha campos de trabalho para estudantes no estrangeiro. Cá, praticamente, não havia. Alguns que eram arrançados através de contactos com o governo em organizações oficiais. Os que iam para fora era para colher milho, fazer as vindimas. Iam para sítios onde tinham os campos já organizados e instalações onde os estudantes de todo o mundo ficavam. Iam para a França, para a Alemanha, para a Suécia. Havia dezenas ou centenas de campos de trabalho em toda a Europa, em colaboração com empresas, fábricas ou agricultores. Alguns eram pagos. Tinham instalações onde dormiam e trabalhavam durante aquele mês, ganhavam e aproveitavam para aprender melhor outras línguas.

Em Portugal também houve alguns, nomeadamente no domínio agrícola. Estrangeiros vinham para fazer a vindima, ou para colher outros produtos agrícolas, mas também para atividades arqueológicas. Alguns deviam ser de história. Eu nunca fui.

O governo não via isto muito bem porque os jovens vinham de lá com ideias esquisitas, tinham contacto com outra realidade. Isso foi importante para mostrar aos estudantes outras realidades, o que eram as democracias, como é que as coisas funcionavam, situações muito diferentes a nível económico. Posso dizer que seriam milhares de estudantes que iam todos os anos para esses campos de trabalho. E vinham alguns estrangeiros.

Os cursos de férias, já não me lembro o que eram. Vinham para aprender português, e para lá deviam ir para aprender francês ou inglês, conforme as nacionalidades.

O DTU vendia bilhetes de avião, autocarro, e comboio mais baratos, mas era preciso primeiro arranjar o Cartão Internacional de Estudante. Todos os anos eram passados centenas ou milhares de cartões em várias faculdades.

E haveria alunos que aproveitavam o Cartão Internacional de Estudante para ficar por lá?

A partir de certa altura, alguns ficavam. Quando começou a guerra e os estudantes começaram a querer fugir, muitos aproveitavam, iam para esses campos de trabalho e ficavam. Houve gente que foi por essa via, porque o DTU era mais barato. Mas mais tarde, em 66, 67, 68, atingiu um nível muito elevado. Primeiro vendia bilhetes emitidos por outras organizações estudantis. Cada país tinha uma união nacional de estudantes, que cá não tínhamos, e cada uma tinha um departamento de turismo. A associação do Técnico, na altura, vendia bilhetes de avião que elas emitiam. As pessoas só tinham de ir daqui para Paris ou para Londres, a partir daí tinham voos para todo o mundo organizados pelas uniões nacionais de estudantes desses países todos. Voos para estudantes eram muito mais baratos.

A partir de certa altura, começou a associação do Técnico, ela própria, a alugar aviões da TAP. Já foi uma direção a que eu pertenci em que, pela primeira vez, se pôs esse problema. Eu lembro-me da discussão, era preciso alugar vários aviões, porque eram três datas. Se não fosse assim, já não haviam ligações e deixava de ter interesse e impacto. Às tantas optou-se por três porque há uns que vêm, uns que voltam ... Então, perguntámo-nos se não podíamos fazer só um voo, a ir para lá cheio e para cá vazio. Alugar um avião da TAP para ir daqui para Paris era muito dinheiro, embora a associação tivesse capacidade para isso, graças à secção de folhas e à cantina. Estes setores movimentavam mesmo muito dinheiro, mas perder dinheiro seria um sarilho. Lá se fizeram os voos. Foi um êxito. Os três voos estavam cheios para cá e para lá! No ano seguinte, cinco voos. E depois já havia voos para Londres, para Estocolmo ... porque a

organização de estudantes sueca era muito forte e tinha muitas coisas para oferecer, muitos campos de trabalho, e todos queriam ir para a Suécia por causa das suecas. Os rapazes por causa das suecas e as raparigas por causa dos suecos. A Suécia tinha uma auréola por causa das miúdas loiras e da liberdade sexual.

A partir de certa altura, o DTU transformou-se num empório turístico. Lembro-me que na altura de a chegarem os cartões, era uma *bicha* enorme na associação. Era uma coisa incrível. A associação concentrava pedidos de todo o país. Não só de Lisboa, mas também de Coimbra e do Porto. No Porto as representantes eram as associações, em Coimbra, era o Centro Académico de Democracia Cristã que trabalhava melhor. Depois acabou por passar para a Associação Académica, quando já não estavam fechados. O CADC eram católicos de outro tipo. Já não eram do Salazar e do Cerejeira ...

Não sei quanto dinheiro movimentava este departamento, mas já devia ser tanto como o resto da associação. Em congressos internacionais de turismo universitário combinavam-se os voos, os campos de trabalho, as férias ...

La todo o tipo de alunos?

Sim, até os do liceu também já participavam. Não sei se eram todos ou só os do 6º e 7º anos. Eram milhares e milhares de alunos que todos os anos iam para o estrangeiro.

No Departamento de Aeronáutica faziam modelos de aviões e andavam lá a voar com eles. Faziam todos os anos cursos de pilotagem dos aviões verdadeiros. Havia pessoas que tiravam a carta de piloto através da AE.

Houve também uma secção de astronáutica e missilismo. Chegaram a lançar mísseis a partir do Técnico, foguetões que serviam para brincar. Eram alunos que queriam ir para aeronáutica e aplicar os conhecimentos que tinham. Conseguiram convencer a AE a ter uma secção.

[Havia também] a secção de propaganda e informação.

Quando a associação fechou em 62, todas as secções com empregados e que tinham funcionamento comercial ficaram a funcionar (a secção de folhas, o gabinete médico, a cantina, a secção fotográfica). As que eram resulta-

do das atividades dos alunos é que deixaram de funcionar.

A propaganda é diferente. Quando a AE fechou, a propaganda foi substituída por mim e uma série de outros colegas. Ainda fui responsável da propaganda durante uns anos. Começámos a ler livros de publicidade, a discutir qual era a melhor maneira de fazer publicidade e propaganda. Não era só chegar e fazer cartazes!

A propaganda tinha um aspeto fundamental, especialmente nos momentos de crise. Como disse, as secções da associação pediam para fazer a publicidade, e, normalmente, faziam-se cartazes à mão, um, dois, três exemplares, eram únicos! Feitos a marcador em papel cavalinho. Havia gente que tinha jeito. Mas, se fosse urgente, era como calhava. E eram feitos uns 20 ou 30 por dia, porque as atividades eram muitas e os cursos e os grupos pedagógicos também pediam coisas. Os cartazes eram postos na associação, no pavilhão central e nos diferentes pavilhões. No pavilhão central havia instalações da associação. Havia a papelaria, que vendia tudo o que era preciso incluindo a régua de cálculo que tinha a sua graça. Dava contas mais ou menos. Até se contava uma anedota com um professor do Técnico que dizia:

– 7x7 dá, aproximadamente 49 –

porque ele fazia as contas na régua de cálculo, que nunca era bem rigorosa. Não sei se os números são estes, mas a anedota que se contava tem este sentido, que para o engenheiro não interessa se era 49, ou 49 vírgula qualquer coisa, o qualquer coisa era desprezado.

A papelaria vendia também material de desenho, compassos e todos os materiais que se usavam. Nessas instalações púnhamos propaganda sem qualquer restrição. Havia também um bar que tinha um *placard* para a associação. Mas depois havia uma parte, quer nos diversos pavilhões, quer no central, que tinha duas vitrinas, uma da Juventude Universitária Católica e a outra da associação. E aí, para se pôr cartazes o diretor tinha de assinar.

Depois havia outro sistema de difusão que eram as tarjetas, que eram papelinhos impressos em *offset* ou *stencil* em folhas A4 cortados na guilhotina e distribuídos com nos eventos culturais e reuniões.

Depois também usámos o homem-sanduíche, que era uma pessoa a andar com uma placa à frente e outra atrás.

Desde miúdo, eu usava o *Meccano* e inventei uma máquina que estava na associação. Tinha um rolo, as pessoas carregavam no botão e rodavam as notícias todas que se distribuíam, eram todas feitas à mão numas tiras de papel. As pessoas divertiam-se a brincar com a máquina.

A propaganda estava organizada por setores e cada um tinha os seus colaboradores.

Como funcionava a propaganda nos momentos mais difíceis?

Os momentos mais complicados eram os da distribuição de comunicados que vinham da RIA. Normalmente, vinham na véspera. Às vezes chegavam lá para as 7 e tal da manhã e íamos buscá-los para serem distribuídos.

Os comunicados que vinham da RIA eram feitos onde?

Os comunicados eram feitos onde calhava. Mas, durante a crise de 62, quando as associações estavam com comissões administrativas, eram feitos algures em casa de alguém que a PIDE não sabia. Havia regras de segurança muito fortes para ir buscar os comunicados. Uma vez fui a um sítio e não era aí que eram impressos. Era um fulano que só, os levava ao Técnico, para a PIDE não detetar o sítio onde eram feitos e destruir o aparelho de produção de comunicados. O aparelho era fundamental naquela altura, porque não havia outra maneira de entrar em contacto com os estudantes senão através de comunicados e de viva voz: as reuniões, os plenários.

Durante o tempo em que a associação funcionou legalmente, eram distribuídos comunicados nas situações graves, na convocação de plenários e de manifestações. Recorria-se sempre a um esquema diferente, aperfeiçoando a agitação. Faziam-se grandes faixas de pano ou de papel de cenário (como agora se fazem em manifestações) presos a paus.

Quando havia situações de crise faziam-se cartazes de grande dimensão em papel de cenário para dar mais impacto. Usavam-se letras garrafais para serem bem vistos e para mostrar a diferença das atividades normais da associação,

em que se faziam os cartazes de 50x60. Às vezes atingiam cinco metros. Eram coisas muito grandes que se punham até no próprio Técnico. Estavam duas pessoas, uma de cada lado, e outros a distribuir as tarjetas. E depois também se inventou um processo que era fazer as tarjetas em papel fininho de seda, às cores, e atirava-se ao ar. Criava-se um clima de agitação nos momentos mais críticos. Ficava a zona da entrada do Técnico cheia de papel. O diretor nunca se chateou com isso.

Nos momentos mais difíceis era o pessoal da propaganda que continuava a fazer isso, ou havia mais pessoas a trabalhar?

Às vezes era preciso mais gente. Dos vários setores dentro da propaganda, havia um que era o que fazia os comunicados. Era o mais secreto.

A nível federativo (como se dizia, então) havia a RIP, na qual se integrava o Gabinete de Estudos de Informação e Propaganda, do qual fui responsável.

Aí estudávamos como a propaganda devia ser orientada no sentido de criar mais impacto. E tinha mais uma ou duas secções que agora não estou recordado. Quando havia plenários ou outras atividades que obrigavam a uma mobilização de toda a gente, a partir de certa altura, começaram a fazer-se cartazes em série, quase em produção industrial. Então, faziam-se na piscina do Técnico ou nas galerias da piscina, que era uma coisa enorme.

Uma vez, nas galerias, vieram estudantes de belas artes e de várias escolas; o de belas artes desenhou o cartaz e depois cortou-se no papel cenário outros do mesmo tamanho, punham-se seguidos e depois desenhavam-se. Era um bocado uma cadeia de produção. Os do Técnico é que organizavam as coisas desta maneira industrial. Quando chegávamos ao fim tínhamos 30 ou 40 cartazes feitos. Em alturas de crise fazia-se muito isso.

Isso aconteceu quando?

Deve de ter sido em 65 ou coisa do género. Tenho a impressão que foi quando estive no secretariado da RIP. Dessa vez foi centralizada a execução de cartazes e depois iam três ou quatro para cada escola. Mas eram todos iguais, embora pintados à mão. As associações não tinham

os grandes meios para fazer cartazes que agora existem. Faziam-se daquela maneira, que era coordenada e igual para todos.

A secção de convívio era importante porque se destinava aos novos alunos. Organizava almoços e jantares, fazia os célebres bailes de carnaval nas instalações da associação, porque o diretor não deixava fazer nas do Técnico. Organizava as Semanas de Receção aos Novos Alunos, falando com eles e mobilizando-os, não era como agora com as praxes à força. Na Semana de Receção aos Novos Alunos havia um cartaz impresso, que já não era feito à mão, ia para a tipografia, e depois realizavam-se iniciativas para os alunos. Havia sempre uma abertura feita pelo diretor e pela direção da associação no salão nobre que ficava sempre cheio. Uma boa parte dos novos alunos ia. Havia passeios a sítios históricos ou coisas do género sempre com convívio.

Além disso, organizavam-se os bailes. O diretor não deixava fazer o baile de receção aos novos alunos no salão nobre, porque bailes era uma coisa que ele detestava. Só deixava fazer o baile dos novos engenheiros, os de fim de curso, que eram muito finos. Iam todos de *smoking*. As meninas iam de vestido de baile. E portanto, os bailes tinham de se fazer sempre fora. Lembro-me que estive na organização disso, na Sociedade Nacional de Belas Artes, que era muito grande e tinha uma sala enorme que ainda hoje existe. Meteu muitas centenas de pessoas. Normalmente era o *Conjunto Académico*, uma espécie de *Beatles à portuguesa*. Tenho a impressão de que os *Sheiks*, na altura o supra-sumo da moda, atuaram nesse baile. Tocava sempre mais do que um conjunto. Custava um dinheirão, mas as entradas também eram cobradas. Os *Sheiks* eram o Carlos Mendes, o Paulo de Carvalho, o Fernando Tordo Tocaram até às duas ou três da manhã. Havia também outros conjuntos, como o *Conjunto Académico João Paulo* e o *Quinteto Académico*, que mais tarde fez várias atuações em convívios. Lembro-me de uma vez que foi num carnaval.

A secção de convívio era normalmente composta pelos tipos mais novos. Eram os alunos do 1º e do 2º anos, que queriam dançar. Havia sempre muitas discussões comigo, porque eu era o responsável da direção. Queriam fazer o convívio de uma certa maneira e eu não estava de

acordo. Houve um ano que se fizeram quatro ou cinco bailes de carnaval em que se ganhou uma data de dinheiro, deu muito jeito. Vinha muita gente de fora. Muitas meninas da Faculdade de Letras e meninas dos colégios de freiras. Aquilo era uma coisa séria. Naquela zona do Técnico havia prostituição e, de vez em quando, aparecia uma ou outra, mas nós lá resolvíamos. Porque era para não dar o flanco para outras coisas, já que o governo e a polícia andavam sempre a dizer que as associações eram imorais. Iam ao baile as meninas universitárias e as dos liceus. Era gente de bem. De vez em quando, apareciam uns *tipos rascas*, mas nós controlávamos a situação.

A entrada não era controlada?

Era, claro. Às vezes não entravam, outras entravam, mas nós ficávamos de vigia. Esses bailes de convívio eram, normalmente, feitos na associação. E havia uma entrada, uma escadaria, colocava-se um balcão e as pessoas pagavam aí a entrada. As pessoas faziam aldrabice com as senhas de saída porque passavam-nas para outros.

No baile nas Belas Artes houve uns tipos que tentaram entrar pela casa de banho que dava acesso às instalações. Os bailes eram complicados, porque uns tentavam entrar à borla. Os organizadores tinham que controlar, mas muitos desapareciam para dançar.

Havia outro tipo de convívios. O Adriano Correia de Oliveira veio de propósito de Coimbra cantar. Aquilo deu um bocado de bronca, porque devia cantar às três ou quatro da tarde e não aparecia. Às três horas telefonei para a república de Coimbra e ele ainda lá estava. A associação pagou-lhe o táxi para Lisboa. Cantou atrasado uma hora e meia ou duas, mas cantou. Acho que não lhe apeteceu vir. Aquela gente de Coimbra, mesmo os cantores, tinha as suas idiossincrasias especiais. Bebiam uns copos, faziam as suas noitadas. Os de Lisboa eram menos dados a isso. É provável que ele tenha estado numa noitada, não acordou, disse que tinha perdido o comboio. Na altura, o Adriano ainda era muito novo, ainda não era o Adriano responsável que foi mais tarde. Tínhamos de ter muito cuidado com eles, porque quando combinávamos alguma coisa, à última da hora havia

qualquer coisa que os entusiasmava e eles desapareciam. Íamos sempre buscá-los para ter a garantia de que eles estavam.

Isto tudo para dizer que os convívios, no Técnico ou noutras faculdades, depois já tinham também outras coisas: teatro, poesia, filmes. Além de se dançar, que se dizia ser alienante.

Era importante consultar os relatórios e contas da associação, pelo menos até 59/60, porque estão lá as atividades todas. A partir daí, tenho a impressão que nunca mais se fizeram relatórios e contas. Assim se poderia ter uma ideia da movimentação de dinheiros, que já era uma coisa em grande. Antes do DTU, em dinheiro de hoje, já devia ser qualquer coisa como cinco milhões de euros. Com o turismo universitário o montante deve de ter subido de uma forma incrível.

Que funções desempenhou na AEIST?

Comecei na propaganda em 62. Nós passámos a reunir-nos em casa e o secretário da direção tinha reuniões com a propaganda. Dizia o que era preciso fazer:

– Amanhã há um plenário e temos que distribuir as coisas. Às tantas horas chegam os papéis que chegam não sei de onde. É preciso dar informação das coisas que se estão a passar na Cidade Universitária ...

Todas essas informações eram dadas, ou pelos cartazes, ou pelos comunicados e por tarjas. Portanto, esse elemento da direção tinha reuniões conosco. Eu era o responsável e depois tratava com as outras pessoas a distribuição do trabalho.

Em 62, foram presos três da propaganda, porque havia uma manifestação na Baixa. O Eurico de Figueiredo foi preso, e houve uma manifestação de estudantes em frente ao Aljube para o apoiar. Foi feito um papel às cores, fininho, que distribuimos no Técnico. Como sobramos, resolvemos ir para a rua distribuir também à população. Então, eu do lado da Estatística, o outro do lado do colégio das freiras, resolvemos deitar na rua aqueles papéis. É claro que a polícia, que andava sempre ali à volta a vigiar, topou e prendeu três. Eu e o outro fugimos, passado um bocadinho apareceram os carros da polícia, que nós chamávamos *cremes nívea* (branco

e azul). Demos à sola, eu vim sempre a correr, ainda com o resto dos papéis debaixo do braço, larguei-os ao pé da igreja de S. João de Deus. Só me apanharam na esquina da avenida de Roma com a João XXI porque fizeram sinal ao polícia sinaleiro e ele saiu de cima do palanque e veio agarrar-me, eu já vinha um bocado cansado. O outro fugiu para dentro da igreja e meteu-se dentro do confessionário, mas uma senhora que lá estava disse:

– Ele está ali escondido – julgando-o ladrão.

Fomos, primeiro, para o Governo Civil e, depois, para a PIDE. Estive em Caxias dois ou três dias juntamente com malta que foi presa nessa manifestação do Aljube.

A manifestação foi à tarde e a [prisão] foi ao fim da manhã. Estava eu numa sala em Caxias, e começa a chegar mais gente, foi uma festa! Aquilo para nós era um bocado a brincar. E para a PIDE também, porque tinha mais que fazer do que se preocupar com estudantes. Estivemos lá dois ou três dias, ainda fomos interrogados, e depois mandaram-nos embora. Foi a primeira vez que fui preso. Nessa altura tinha uns 19 anos e os outros deviam ter mais ou menos a mesma idade.

Como foi o interrogatório?

Perguntaram o que eu ia fazer com os papéis, de onde vinham os papéis, quem é que mos tinha dado. Fui interrogado uma vez e disseram-me:

– Se cá voltar explica outra vez.

Mas depois não voltei. Mandaram-nos embora. Deve de ter sido o próprio ministro, até porque estavam lá filhos de personagens importantes. Havia um que era familiar de um secretário de estado de Salazar. Em vez de mandarem embora só esses, mandaram todos!

Quando a associação reabriu, este grupo da propaganda tomou funções como da propaganda normal. Já não era a propaganda dos plenários, mas das secções. Organizámos requisições e as secções chegavam lá e pediam. Era já por isso que existia a propaganda anteriormente à crise, para fazer publicidade das ações da própria associação. Pediam e nós fazíamos naquelas folhas de papel cavalinho. Depois havia uns *placards* dentro da associação onde punham os cartazes, e havia também uma vitrina no átrio de entrada onde o diretor deixava pôr cartazes

da associação, mas esses tinham de ser assinados por ele.

Passavam pela censura.

Passavam pela censura. Mas nós também mandávamos as coisas normais. Não me lembro de ter ficado algum cartaz por autorizar. Não mandávamos para ele plenários e coisas do género. Só aquelas que eram do funcionamento normal da associação. Não queria muitos, nós tínhamos que escolher, e, por dia, nós tínhamos de emitir uma quantidade de cartazes. Aquilo tinha sempre muito funcionamento. Todos os dias havia montes de cartazes para fazer, e até tarjetas com informações. Quando eram colóquios, ou coisas desse género, era tudo distribuído em cartazes ou nas tarjetas. Quando havia plenários faziam-se milhares de tarjetas. Desde as 8 da manhã até à hora de almoço estávamos ali. Saíamos das aulas a correr e vínhamos para a porta distribuir. Todos os dias havia coisas para fazer.

E como arranjava tempo para estudar?

Lá consegui. E nunca deixei de ser bom aluno. Tive sempre boas notas desde o 1º ano. Consegui, mais ou menos, manter a média.

Eu não ia a mais lado nenhum. Saía da associação e ia logo para casa, não ia para os cafés, nem conversar, nem conviver como os outros. Ia às aulas, ia fazer alguma coisa à associação e depois ia logo para casa estudar. Mas essa ação da propaganda era todos os dias, porque eram muitas secções e todas elas pediam coisas para se fazer: cartazes, coisas para distribuir, tarjetas.

Para além de fazerem os cartazes também os distribuíam?

Os cartazes e essas tarjetazinhas. Distribuíamos-se milhares. Requisitava-se à secção de folhas, nós íamos buscar e, depois, distribuíamos à entrada do pavilhão central e dos outros pavilhões. Haviam sempre quatro ou cinco tipos para distribuir essas coisas, um só não chegava.

Fui também delegado de curso. O Técnico tinha uma estrutura que eram os delegados de curso. Era outra razão pela qual os professores queriam a associação, porque era o que eles tinham para dialogar com o curso. Todos os anos era eleito um delegado de curso, era a associação que fazia as eleições, portanto, era uma

estrutura da associação e não do Técnico. Havia dois ou três [candidatos], diziam o que propunham e depois fazia-se a votação. O mais votado era eleito. E tal era a sua importância, e lembro-me quando eu estava no 1º e 2º anos, o presidente da associação chegava para eleger um delegado de curso na aula e não avisava previamente o professor. E normalmente, os professores não levantavam qualquer problema. Isso mostrava que os professores, de facto, tinham respeito em relação ao delegado de curso e a essa estrutura da associação. Depois havia a Junta de Delegados que eram umas dezenas de delegados de curso que reuniam, que era uma estrutura da associação, mas que também era da escola. A mesa da Junta de Delegados eram três ou quatro elementos, e depois havia o presidente da Junta de Delegados, que era sempre um tipo muito conceituado dentro do Técnico. Era sempre um tipo mais velho, do 6º ano.

As funções do delegado de curso eram várias, estava constantemente em ação. Combinava os pontos com os professores, pedir ao professor que explicasse melhor, às vezes fazer alterações de exames, desde que houvesse acordo entre os alunos e o professor. Havia uns papelinhos, que o diretor já tinha preparados, justificava-se a alteração e eram assinados pelo professor e pelo delegado de curso. Como eram os dois a propor, o diretor aceitava. Frequentemente, também havia reuniões de curso para discutir coisas que depois eram colocadas ao professor e às vezes ao diretor: as condições do laboratório, ou se a aula não estava a ser bem dada, ou se estava a ser dada muito depressa.

Existia uma estrutura que era a Junta de Delegados, em que havia reuniões dos delegados dos cursos todas as semanas. Portanto, havia uma mesa que era eleita por esses delegados. Essas reuniões eram nas instalações do Técnico, nos anfiteatros. Não sei quantos delegados de curso haviam mas deviam ser cento e tal ou 200.

Os delegados de curso eram por cada turma e não por cada curso?

Por cada turma. Química tinha vários, porque haviam várias turmas de química de vários anos. Na Junta de Delegados reuniam-se desde o 1º ano até ao 6º e elegiam a mesa, que me pare-

ce que eram três: presidente, vice-presidente e secretário.

O presidente da Junta de Delegados era um estudante conceituado no Técnico!

O presidente da associação e o presidente da Junta de Delegados eram cargos importantes. Eu fui presidente da AE e fui delegado de curso. Nunca fui presidente dos delegados de curso. Normalmente eram os do 6º ano e eu já não fui delegado de curso.

O presidente da Junta de Delegados acabava por representar mais alunos do que o presidente da associação?

Não, porque 90% dos alunos, ou mais, eram sócios da associação. A direção da associação acabava por ser mais importante, porque as crises e as coisas complicadas eram com a direção da associação. Com a Junta de Delegados eram as questões de ordem pedagógica do dia-a-dia. Muitas vezes o presidente da Junta de Delegados reunia diretamente com o diretor do Técnico sem que a direção da associação estivesse presente. Até tinha reuniões regulares, porque havia sempre problemas para resolver. E a direção da associação também tinha reuniões semanais com o diretor do Técnico.

O diretor do Técnico tinha o controle do instituto. A polícia para lá entrar tinha de ser com autorização dele. Claro que eles estavam daninhos para entrar. Durante o período em que eu estive lá nunca entraram. Só mais tarde, em 69 ou 70, e terá sido o diretor que os chamou. Mesmo a PIDE chegava à porta e os porteiros tinham ordens estritas: a polícia não entra. Mas claro que a PIDE existia lá dentro. Mesmo entre os estudantes existia PIDE. Havia informadores. A gente percebia quem eram. Tinham umas atitudes mais esquisitas, andavam a farejar tudo. Estavam nas reuniões, nas assembleias gerais, nas reuniões de alunos, a ouvir tudo e a tomar nota. Algumas vezes tentaram entrar na associação de noite. Houve vários assaltos.

Eram alunos?

Não sabíamos quem eram. Apareciam coisas mexidas e roubadas, nunca era dinheiro ou equipamento, mas sempre papéis. Eles queriam saber o que a gente estava a fazer ou a planear. A partir de 65, houve ali algumas entradas à noite.

Quando havia jogos no ginásio da associação, os tipos da PIDE aproveitavam os espetadores para entrarem misturados. Entravam pela associação a dentro e andavam por ali a bisbilhotar. A gente topava-os logo. Algumas vezes, corríamos com alguns; outras vezes não, porque eles entravam e saíam e não tínhamos pretexto. Às vezes não eram da PIDE. Era malta curiosa para ver a associação.

Resultado do facto de irem lá remexer nas coisas, a certa altura colocou-se um vigilante durante a noite. Um tipo que tinha sido preso no processo de Beja. Mas depois do 25 de Abril chegou-se à conclusão de que ele trabalhava para a PIDE. Ele tinha acabado de sair da prisão e nós pensámos em dar-lhe emprego. A PIDE deve tê-lo pressionado, provavelmente, para trabalhar para ela. Há também uma versão de que ele teria um táxi na terra dele e, para lhe darem o alvará do táxi, terão feito essa pressão. De facto, foi confirmado depois do 25 de Abril que ele dava informações do que se passava na associação. Uma vez ou outra, até com ele lá, houve esses assaltos e, provavelmente, aquilo foi simulado para ele mostrar folha de serviço à AEIST, de que tinha corrido atrás deles.

Era o sr. Pias?

Exatamente. A gente também não tinha nada para esconder. Mas a situação acabou por ser caricata: pusemos lá uma pessoa para vigiar e ela é que fazia o controlo.

Nas nossas relações com a PIDE quando alguém era preso, aconteceu algumas vezes, a direção da associação pedia reuniões com a direção da PIDE para saber o que se passava. Era uma forma de os pressionar no sentido deles terem visitas das famílias, o que era uma preocupação para os tirar da tortura. E até se chegou a pressionar também o diretor do Técnico.

Uma vez, o presidente da associação foi à PIDE e ficou lá. Então, eu e outro da direção fomos a casa do diretor à noite. Ele ficou muito espantado de nos ver e disse:

– Amanhã venham ter comigo que a gente trata disso, a esta hora não.

Era para ele saber o que se passava e para pressionar a polícia no sentido de o mandar embora ou de ter visitas. O grande objetivo era evitar que fossem torturados.

Nos plenários aparecia sempre PIDE. Aparecia a polícia de choque que ficava com as carinhas atrás do plenário e havia uns tipos da PIDE que vinham provocar. A partir de 63/64, aparecia um tipo da PIDE a provocar.

Que tipo de provocação?

Estava uma pessoa a falar e eles diziam:

– Aldrabão! – ou – Isso é tudo mentira!

O Joaquim Letria era da Pró-Associação dos Liceus, e ele tinha um ar pesado, via-se que tinha uma barba forte. Uma vez, ele foi anunciado e apareceu e eles:

– Aquele do liceu já lá anda há 20 anos!

Ele tinha, de facto, um ar de ser mais velho do que era.

Havia um que era o Pechirra. A malta abria espaço à volta e eles ficavam sozinhos. Houve tentativas de nos aproximarmos deles, mas apreciavam logo outros *pides* para os defender e geravam-se logo cenas de pancadaria. Aparecia a polícia de choque. De modo que nos afastávamos e deixávamos o *pide* a dizer as suas asneiras. O Pechirra era muito conhecido e aparecia com essas provocações.

Como era o convívio dos estudantes com essa minoria?

Esses seriam mesmo *pides* que iam para provocar. E depois, havia os que estavam no nosso meio, alguns não conhecíamos. Deviam estar bem disfarçados e até infiltrados, não digo na direção mas nas secções.

Isto eram as ações cá fora e depois também havia situações com pessoas agredidas.

Uma vez, eu e um de Económicas tínhamos tido uma reunião e íamos a sair do Técnico, já era uma hora da manhã. Apareceram dois ou três tipos da PIDE de matraca na mão para nos arriar. Eu tinha pernas lestras, de maneira que a mim não me tocou; mas ao outro tipo, apanharam-no e ainda lhe deram uma coça. Como o diretor não os deixava lá entrar, às vezes apanhavam a malta cá fora e *pumba!* Quando íamos em grupo não. Havia situações que se percebia que eram da PIDE e havia confronto. Havia uns dois ou três no Técnico que eram especialistas nisso. Percebiam o que eles eram, provocavam-nos e depois iam para a tarefa com eles.

E consequências?

Levavam uns murros, davam uns murros e depois piravam-se. Acho que nenhum chegou a ser preso. Até porque os tipos não se apresentavam como polícia, andavam à paisana. Eram cidadãos normais ...

Falávamos da Junta de Delegados. O que se discutia lá?

Discutiam-se coisas comuns. Claro que já não era da cadeira tal ou tal. A Junta de Delegados tomava posição sobre problemas gerais de carácter pedagógico ou do funcionamento. Um delegado apresentava a queixa de um professor na junta, e o presidente da Junta de Delegados e ele iam ao diretor falar. Eram problemas comuns a vários cursos ou problemas de ordem geral do Técnico, por exemplo, das instalações, da biblioteca não ter os livros suficientes, ou ter poucos livros do mesmo título.

Eu fui delegado de curso e como tal, fiz outras coisas e havia mais delegados a fazer isso. Além da representação do curso, fazíamos também visitas de estudo a empresas, no nosso caso, químicas. Organizei e os meus sucessores também várias visitas de estudo a empresas portuguesas de química, porque uma coisa é ver nos papéis e outra é ver na realidade. Como estava no Cineclube Universitário, também organizei várias sessões com filmes, tinha a máquina de projeção de 16 mm do cineclube. As embaixadas tinham muitos filmes sobre química. Por exemplo, a *Shell* tinha filmes sobre petróleo. A embaixada de França sobre energia nuclear. Filmes de carácter pedagógico que cá em Portugal não se faziam, porque o país era o que era. Eu escrevia uma carta à embaixada, ia buscar a máquina ao cineclube, passava-os e depois devolvia-os à embaixada.

Depois houve delegados de outros cursos que mostravam filmes didáticos nas respetivas turmas. Isso era importante porque dava ao curso um [lado] mais prático. Os alunos viam a fotografia no livro, sabiam como se fazia o amoníaco, mas não iam ver fazer. Quando eu organizava essas sessões de filmes pedia a um professor para comentar no início ou no fim do filme. Uma das coisas que se falava muito na secção pedagógica era que o ensino tinha de ser mais prático,

não só no laboratório, mas também através de outros meios, como os audiovisuais.

Nem todos os delegados de curso eram colaboradores da associação.

No seu caso acumulou funções?

Sim, nesse ano fui delegado de curso e ainda da propaganda e também do cineclube. Aqui aprendi a mexer na máquina de projeção e a saber que havia filmes aqui e acolá.

Uma das reivindicações dos alunos do Congresso do Ensino de Engenharia, de 63 ou 64, organizado pela secção de antigos alunos da associação, era um ensino mais prático e com utilização dos meios audiovisuais. Os professores iam para as aulas, agarravam na matéria, escreviam no quadro e audiovisual não havia nada. Não havia *slides*, não havia projeção sequer de figuras dos livros e de filmes. Havia muita coisa que os professores podiam utilizar e não utilizavam. Nós ali, defendendo esses princípios, depois tentávamos aplicá-los nas aulas e os professores alinhavam com isso. Não faziam, mas alinhavam.

Estive sempre mais ou menos ligado à propaganda. Nas estruturas federativas em que as escolas de Lisboa reuniam, as RIA, havia reuniões nacionais, porque em Coimbra havia a Associação Académica, que era já uma associação federada, como nós queríamos fazer em Lisboa e o governo nunca permitiu. Nem [permitiu] uma União Nacional de Estudantes, que havia em todos os países. Reuniam-se Lisboa, Porto e Coimbra de vez em quando. Às vezes saíam, através de comunicados, decisões apresentadas pelas três academias. A RIA de Lisboa era a mais dinâmica, reunia as escolas e os liceus de Lisboa. Cada secção das associações tinha uma correspondente nessa organização federativa: as Reuniões Interpropagandas, as Reuniões Interpedagógicas, as Reuniões Interdesportivas, as Reuniões Interculturais. Uma representante de cada escola reunia também com uma certa periodicidade e levava a efeito ações em comum.

Uma altura as sociais levaram a efeito uma campanha para descontos nos bilhetes dos eléctricos para os estudantes de Lisboa.

A Inter-Pedagógica levou a efeito um Festival de Cinema Didático, que passou uma quantidade de filmes no cinema Roma. Conseguiu

autorização do governo e meteu as embaixadas. Durou dois ou três dias, veio nos jornais todos. Foi muito importante porque muita gente, que tinha a obrigação de os conhecer, não os conhecia. Trouxeram a última palavra de filmes pedagógicos de vários países. Também no Técnico houve uma grande exposição de material didático para utilizar nas aulas e nos laboratórios e algumas coisas nós também não conhecíamos. Teve um grande impacto.

Eu estava, então, na propaganda, na RIP. O secretariado da RIP era composto por cinco elementos e havia um secretário-geral e a estrutura que fazia os comunicados. Os comunicados das associações, que eram feitos semi-clandestinamente porque a RIA não tinha existência legal, eram feitos nas escolas, muitas vezes às escondidas. Procurava-se que os diretores não soubessem que os comunicados estavam a ser feitos lá. Lembro-me que em Ciências havia um copiógrafo e só se trabalhava à noite com uma luzinha, como as que agora têm os computadores, para não se ver de fora. Tiravam-se ali comunicados para no dia seguinte serem distribuídos nas escolas. Era uma estrutura semi-clandestina mas o diretor do Técnico deixava fazer as RIA e as outras reuniões no Técnico. A direção dizia-lhe que ia fazer e ele tomava conhecimento. E também se faziam lá as reuniões dessas Inter-secções. Nas outras escolas também se faziam, mas, aí, eram capazes de ser feitas à revelia dos diretores.

Fizeram-se vários estudos, apoiaram-se escolas que tinham só pró-associações, como Medicina (Medicina até era forte), Letras, Belas Artes e Farmácia. Letras era a mais fraquita.

Todos os anos se fazia um orçamento da RIA para os comunicados e para as despesas. O Técnico dava cerca de metade da fatia. Económicas e Direito entravam com 10% ou 20%. E as outras, que eram mais pequenas e tinham menos poder, davam o resto. O Técnico era o grande empório. Era onde toda a gente ia bater. De tal maneira que a máquina de *offset* da secção de folhas da associação do Técnico, se não foi a primeira, foi das primeiras que houve em Portugal. Isso era um grande salto na qualidade das folhas e das publicações de uma maneira geral.

No ano de 65/66 fui presidente da direção.

Uns anos complicados ...

Foi complicado porque, no ano de 64/65 foi presa e expulsa muita gente e no ano de 65/66 não foi fácil arranjar uma direção. Já não puderam ser os quadros mais experientes. Eu tinha alguma experiência, mas estava muito longe de ter a necessária para a função. Os outros já tinham mais experiência do que eu mesmo do ponto de vista de RIA. Eu estava na propaganda, que era uma coisa mais executiva. Os outros estavam mais nessas coisas que obrigavam a fazer grandes raciocínios, grandes locubrações de orientação e de estratégia. A outros da direção de que fui presidente também tinham pouca experiência. Os melhores e mais preparados foi tudo a andar. No ano seguinte, 66/67, já não foi [tão complicado]. A coisa estava a recuperar. A vantagem do meio universitário é que os alunos entram e saem. No ano de 66/67 já era gente com mais experiência, mais estruturada e empenhada. Foi presidente o Pedro Coelho e eu fui vice-presidente. Foi nesse ano que se alugaram os tais aviões da TAP dos voos para Paris.

E como presidente?

Como presidente apanhei a gestão da associação. A associação nessa altura já tinha 30 e tal empregados, o que já não era fácil, e, ainda nesse ano, quiseram fazer uma greve. Aquilo não estava muito bem e fizeram reivindicações salariais. Os trabalhadores tinham um Conselho de Pessoal, que depois vim a saber que também existia na EDP antes do 25 de Abril. Era uma coisa raríssima. Foi reivindicado um aumento salarial que não podíamos dar, porque a associação tinha tido aquele período de agitação e não estava às mil maravilhas. As contas estavam mais ou menos equilibradas, mas eles queriam um aumento ainda razoável. Foi um bocado complicado de gerir, porque eles ameaçavam fazer uma greve. Eu, que não tinha muita experiência dessas coisas, tive alguma dificuldade em aguentar essa situação.

Começaram também a aparecer conflitos internos na associação, da linha pró-PCP e das linhas maoistas. Começou a haver ali umas agitações e umas querelas que antes não havia. Foi um ano um bocado complicado de gerir.

Lá se conseguiu levar aquilo a bom porto, os anos seguintes já foram melhores. Ali foi uma

direção feita um bocado a correr. Era gente interessada, mas não era muito agarrada às coisas.

Esse ano, apesar de tudo, foi rico em experiências.

Pode explicar melhor os conflitos internos?

A partir de 62, as coisas politizaram-se muito, havendo algumas fraturas não muito claras dentro do movimento estudantil. No ano de 1965, o anterior àquele em que fui presidente, é que já começou a haver uma divisão.

Em 62/63 apareceram duas listas para a direção da associação, uma claramente pró-comunista e outra de gente mais moderada. Ganhou a lista mais moderada. No ano seguinte, já foi uma lista muito ligada ao Partido Comunista que ganhou as eleições. Em 64/65 começaram a aparecer clivagens com a questão do maoísmo, como toda aquela ala que deu na FAP. Depois, também já havia fraturas nos maoistas: uns queriam por bombas, outros não. Aí, começou a confusão. Como eu nunca fiz parte de nenhum desses grupos, também nunca percebi aquilo muito bem. A malta que tomou conta do *Binómio* era mais para o maoista. Era o célebre Heduíno Vilar. O renegado Vilar para outros. Ele aparece na fotografia da propaganda². Nesse ano em que fui presidente isso começou a misturar-se muito na associação do Técnico.

Por isso, foi complicado gerir um empório daqueles porque, para além de sermos alunos, tínhamos de gerir uma empresa. Havia problemas de contabilidade, nesse ano foi introduzido um novo sistema. Embora houvesse um economista que estava a fazer o plano de contabilidade, nós não tínhamos conhecimentos para discutir com ele. Esse ano não foi fácil.

Portanto, o Heduíno Gomes trabalhou com o sr. eng^o?

Pois. Era eu diretor da propaganda, mas não sei porquê, não apareci na fotografia. O outro é o Rui Pereira, o Rui da RIP, era quem, mais tarde, fazia os comunicados e os entregava aos diferentes responsáveis de escola. Nessa altura, o Heduíno foi para o *Binómio* e com um grupo mais ou menos maoista, tomou conta daquilo e criou uma série de problemas. No ano anterior já tinha havido problemas e no meu ano continuou

a haver. Eles queriam ser autónomos, queriam fazer o que queriam. Vinham com princípios, que eles diziam ser maoistas – o da descentralização – e cada secção teria autonomia para fazer tudo o que queria. A certa altura, eu também defendi esses princípios, depois percebi que não podia ser assim. Havia uma direção, que era responsável pela associação, que tinha de estar de acordo com tudo o que as secções faziam. Não podia haver uma situação de cada um fazer o que queria. Ele queria isso, para poder fazer no *Binómio* o que lhe apetecia.

E aproveitou o *Binómio* para isso?

Aproveitou. Vê-se pelo *Binómio* desse período que estava fora dos cânones e até do que era necessário para o movimento estudantil. Acabaram por sair do *Binómio*, porque houve uns conflitos. Várias secções alinhavam nessas posições, outras não.

No ano seguinte, fui 2^o vice-presidente. Nas outras associações era eleita uma lista em conjunto. No Técnico, o presidente era eleito por sufrágio universal com urna. No meu tempo, a urna ia para a entrada do pavilhão central, havia os cadernos eleitorais e os alunos, quando iam para aulas ou a sair das aulas, votavam. Noventa e tal por cento dos estudantes eram sócios da associação por causa das vantagens económicas. Só não eram sócios aqueles mesmo fascistas, pelo menos nestes anos em que a associação já era marcadamente uma organização de oposição ao regime. Ou uns tipos esquisitos que estavam sempre fora de tudo, viviam noutra planeta.

Portanto, o presidente era eleito por sufrágio universal, o primeiro vice-presidente era eleito na assembleia geral da associação, o segundo vice-presidente era eleito pela Junta de Delegados.

O presidente nomeava o tesoureiro e o vice-presidente das relações exteriores, o primeiro vice-presidente nomeava o primeiro secretário. Os outros eram por nomeação. Havia três ou quatro que eram, de facto, eleitos, em várias estruturas diferentes para obrigar a que houvesse representação de vários órgãos e lugares.

Eu fui eleito segundo vice-presidente, pela Junta de Delegados, porque, dos dois possíveis, o outro era mal visto por certa gente. Como de

² Fotografia presente no documento anteriormente referido.

uma maneira geral eu era bem visto e tinha mais apoio, fui eleito pela Junta de Delegados. Muitos delegados de curso até não gostavam da associação, que andava a fazer umas coisas que não devia. E eu era capaz de consignar essas opiniões.

Porque é que o outro não era bem amado?

Já não me lembro muito bem. Talvez pelas posições extremistas que ele tivesse tomado ou pela própria maneira de ser. Eu era muito conhecido por ser da propaganda. Estava todos os dias à porta do pavilhão central sempre a distribuir papéis e a falar com as pessoas. Conhecia muita gente e não tinha tomado posições, talvez, tão incómodas ou extremistas. Portanto, fui eu que fui à Junta de Delegados para ser eleito e fui-o. Mas foi o meu último ano do Técnico.

Não acabei aí porque, no ano seguinte, fui para o CDUL, que tinha sido um clube fundado pelo governo e pelas AE em comum, mas em que estas tinham uma representação grande.

Na assembleia geral, metade das representações era por delegados das secções, e cada associação também tinha um representante. As AE tinham de estar sempre em maioria. As associações conseguiram isso da parte do governo. Portanto, o CDUL era uma estrutura das associações. Durante algum tempo não ligavam muito áquilo, mas no ano em que saí do Técnico resolveram ligar. Então, eu fui encarregue de juntar as associações todas para irmos à assembleia geral e ganhámos a direção outra vez. Já era uma direção qualquer que andava para lá, só pensavam em desporto e não queriam saber de mais nada. Nesse ano fui da direção do CDUL, porque entenderam que o clube tinha de voltar a ser das associações. Andei ali um ano e terminei aí as minhas funções associativas.

Porque marcou a diferença?

Nesse ano marcou-se a diferença porque, por um lado, nós começámos a contrariar aquele espírito competitivo que tinham as equipas do CDUL. O rãguebi era uma associação um bocado à parte. Era dirigido pelo eng^o Pinto de Magalhães, que punha muita *massa* na equipa. Tinha miúdos desde os 8 ou 9 anos até universitários, e uma excelente equipa de rãguebi que foi campeã nacional durante muitos anos. O

Pinto de Magalhães dirigia, não chateava nada a direção do CDUL, nunca pedia dinheiro, porque ele é que metia o dinheiro do bolso dele, lá pedia uma coisa ou outra e nós dávamos-lhes sempre tudo. Eles pediam pouca coisa. Tinham uma certa autonomia.

Investimos no atletismo. O CDUL também tinha boas equipas e bons atletas; a nível nacional ganhou muita coisa ao Benfica e ao Sporting. O Sporting tinha os melhores atletas. Depois começámos a investir no desporto nas escolas, porque havia escolas que não tinham.

O Técnico tinha um clube desportivo muito importante. Direito também tinha um clube de rãguebi. Económicas não tinha nada ou pouca coisa, faziam lá futebol de salão. Letras não tinha nada, eram só raparigas, então começámos a contratar treinadores de andebol para dar iniciação de andebol às meninas de letras.

Marcou-se a diferença.

Contratámos jovens treinadores, saídos há pouco tempo da universidade ou que ainda eram alunos de desporto, e pusemo-los a fazer iniciação desportiva nas escolas, onde nada havia.

A diferença maior foi fazermos um boletim.

Depois eu tive de sair do CDUL e já não acompanhei mais, mas sei que a direção a seguir também vinha com as mesmas ideias.

Voltando ao ano em que foi vice-presidente.

Nesse ano houve só uma lista candidata à direção, mas eram para ser uma mais moderada e outra menos. Uma era com malta que depois se verificou que seria do Partido Socialista (na altura seria do Partido Socialista, pois já tinha na juventude um setor que, só mais tarde, vim a saber que existia). Em 69, houve a cisão na oposição, CEUD e CDE, e, tenho a impressão, que nessa altura eles começaram a formar o partido e já tinham uma secção de juventude. O Pedro Coelho era o cabecilha dessa lista e foi ele o presidente. Havia mais um ou dois, que também estariam ligados a essa Juventude Socialista. Do outro lado eram os maoistas.

Uns e outros não conseguiam fechar a lista. Eu não estava em nenhuma, apesar de ambas me terem pedido que participasse. Acabei por apoiar a lista mais moderada, a do Pedro Coelho. Face a isso, a outra lista preferiu fazer aquilo que já havia várias pessoas a tentar fazer na

associação, que era uma lista de unidade. Nessa altura ainda não havia a tal fratura que, embora tivesse começado anteriormente, em termos de candidatos à direção nunca se tinha manifestado. Só nesse ano é que se manifestou essa possibilidade de haver duas listas. Mas não se concretizou, porque houve muita gente que não concordou com duas listas e em haver conflitos e cisões.

Houve o 40900 em 57/58, depois em 62 rebentou aquele conflito e, dali ao 25 de Abril, praticamente nunca parou.

O meu ano, sob o ponto de vista externo, ainda foi sossegado, mas em 65 já houve manifestações de rua. Formaram-se as Comissões Para-Associativas, uma coisa estranha que fazia ações mais de tipo semi-legal, como convocar manifestações. Não eram das AE, mas reuniam nas AE. Era uma coisa um bocado confusa para que as associações não aparecessem a organizar essas manifestações e não pudessem ser encerradas, o que não protegia as associações, porque toda a gente sabia que aquilo se fazia dentro das associações. Os quadros eram das associações, as reuniões eram feitas nas associações, os comunicados eram feitos nas associações, era tudo feito nas associações.

Em 66/67 estoirou outra vez. Portanto, foi em 62, em 63, em 64, em 65, depois em 67 e 68 foi outra vez em força. Esteve um ano ou dois a ganhar fôlego e depois foi outra vez até ao 25 de Abril. De tal modo que, a partir de 68/69, os diretores do Técnico diziam que não tinham controlo nos alunos. E a universidade era toda assim. O governo perdia o controlo da universidade.

[No ano em que fui vice-presidente], vários quadros da associação – tipos importantes – fizeram pressões para que as duas listas se juntassem. Como, entretanto, não chegavam a conclusões, acabaram por juntar-se e formar uma lista única. Foi, no fundo, uma lista de gente moderada com outra maoísta. Nessa altura já não havia muita gente do Partido Comunista, porque em 65 foram presas muitas pessoas.

Em 65, foram presas cento e tal pessoas por pertencerem ao Partido Comunista, denunciados pelo Nuno Álvares Pereira. Era o controlador do Partido Comunista, que fugindo à disciplina partidária em que não se sabia os nomes,

ele sabia a identidade de todas as pessoas. Na PIDE desatou a cantar e cantou tudo. O que sabia e não sabia, inclusive a vida particular das pessoas. Era um tipo simpático com as pessoas, mais velho e as pessoas confidenciavam coisas com ele e pediam opiniões. De maneira que, esses cento e tal foram presos e dizia-se que havia mais 400 nomes que a PIDE tinha e que nunca foram presos. A PIDE acabou por prender os mais importantes, os outros deixou-os ficar de fora. Às vezes também fazia isso para os controlar, vigiar e ver o que estava a acontecer, como se estavam a organizar, onde iam, com quem contactavam, para apanhar gente graúda dentro do partido. Essa centena e tal ficou, mas não podia participar em nada. O Partido Comunista ficou muito enfraquecido no meio estudantil. Suponho que não houve ninguém do Partido Comunista nesta lista moderada.

Lá se passou um ano com alguns conflitos, mas mesmo assim, não foi muito. Foi um ano de recuperação. Conseguiu-se agarrar outra vez a associação, a cantina, as secções todas, e aquilo começou a funcionar em pleno.

Mas, nos anos seguintes – não em 68, em que eu era do Conselho Fiscal –, houve umas coisas menos bonitas na atuação das diferentes listas. Uma lista ganhava, depois a outra que perdia não colaborava, tentava boicotar o trabalho da outra. Na minha altura ainda não acontecia isso. Em 65/66, com o grupo do Heduíno, a coisa foi complicada porque, além das divergências políticas, ele era uma pessoa conflituosa, gostava de provocar situações desagradáveis, mas os outros não eram assim e as coisas correram relativamente bem nesse ano de 66/67.

Só em 64/65 é que começaram a aparecer os casos graves das torturas muito prolongadas. Houve uma fulana de Belas Artes, a Gina Azevedo, que teve de ser internada no Miguel Bombarda, porque ficou perturbada. A partir de um certo número de dias de estarem sob tortura do sono começavam a ver coisas e havia pessoas que não aguentaram. Psicologicamente foram--se abaixo e tiveram de ser internadas. O pai dela escreveu uma carta a Salazar ou a um ministro, que as associações divulgaram. Uns anos antes disso era impossível, porque as associações eram apolíticas e não religiosas. Irritavam-nos esse tipo de coisas. Mesmo quando

havia estudantes presos, não se falava muito nisso; e mesmo que se soubesse, não se tomava posição. Naquele ano de 65, como foram tantos presos cuja maior parte deles eram colaboradores e presidentes das associações, as associações não podiam deixar de tomar posições e começou-se a denunciar as torturas. No caso do Técnico foi o Mário Lino.

Desde o 40900, há todo um processo de evolução.

Primeiro o decreto, que era uma questão da universidade e que atingia muito as associações. No 40900 houve a manifestação em frente à Assembleia Nacional.

Em 62, já houve greve prolongada, que nunca tinha acontecido antes.

Em 63/64, ainda se foi mais longe.

Depois em 64/65, quando eles prenderam aquela gente toda, foi de vez!

Começaram-se a denunciar as prisões, os julgamentos, que fulano tal não vê a família, que fulano tal tentou suicidar-se engolindo os vidros dos óculos partidos. Havia essa evolução, no sentido das associações aparecerem cada vez mais a tomar posições de carácter político. Apareceu o boletim Unidade Estudantil, que denunciava isso tudo. Já não era só a falar dos estudantes da própria escola, mas das escolas todas. Houve um grande salto no aspeto político nas associações.

Agora, ao ver esses boletins, vejo que uma quantidade de uniões nacionais de estudantes de vários países tomarem posição em relação aos estudantes portugueses presos.

Que tipo de reações tiveram?

A protestar, a exigir liberdade, que Portugal tinha que ter liberdade de expressão, que não deviam ser presos por razões políticas. A própria União Nacional de Estudantes Americanos mandou uma carta a Salazar ou a um ministro.

A Amnistia Internacional começou por causa dos estudantes presos, não foi?

Isso não sei. Sei que uma das posições que aparece nesses boletins é da Amnistia Internacional. Mas também de várias outras: da União Nacional de Estudantes de França, da União Nacional de Estudantes Ingleses. O que tem graça é que muitos desses contactos com essas

uniões nacionais foram feitos através do DTU. Era o Departamento de Turismo que tinha ligação com essas estruturas. Como conheciam, tinham confiança na fonte que trazia a história: do caso que tinha engolido os vidros dos óculos partidos, do que foi preso e esteve 20 dias a ser interrogado sem dormir.

Houve também ações de outro tipo, mesmo a nível político.

Mário Soares fez contactos em vários países, como a Suécia, para divulgar essas situações, mas foi importante o DTU no contacto com as uniões nacionais desses países.

Nesse ano deu-se um salto muito grande porque, de facto, denunciaram-se todas essas prisões. Pela primeira vez, muitos estudantes universitários ouviram falar que a PIDE torturava.

Quando disse há pouco que as prisões eram brincadeira, nesta altura já não era assim!

Esta gente presa eram colaboradores das associações. Eram-no por pertencerem ao Partido Comunista, a organização ilegal que a PIDE mais perseguia. Muita malta da oposição era presa mas, ao fim de uns dias, saíam. Mas os que pertencessem a uma estrutura organizada como o Partido Comunista, que era a principal visada, tinha outro tratamento. Tentavam sempre apanhar a estrutura do partido a partir de todos os que lá apareciam. Houve muitas [manifestações] de solidariedade, que chegavam ao Técnico pela via do DTU.

Se não estou em erro, na direção de 66/67 do Pedro Coelho, em que eu fui vice-presidente, chegou a estar cá um fulano da União Nacional dos Estudantes de França para que na associação do Técnico fossem feitos os comunicados das estruturas clandestinas dos estudantes espanhóis. Eles tinham os sindicatos de estudantes franquistas, mas existiam também organizações clandestinas em dificuldades.

Nós tínhamos as associações legais e estávamos lá dentro, eles não. Precisavam de imprimir comunicados, não tinham condições para o fazer. Nós tínhamos *offset* e a máquina toda para se fazerem essas coisas. Parece-me que a coisa não se concretizou, mas o que é importante perceber-se é que em França se sabia que o Técnico era a estrutura importante, e que fizeram a

diligência no sentido de resolver o problema dos estudantes espanhóis. Os espanhóis terão pedido apoio a França e os franceses terão pensado que Portugal estava mais perto e que tinha ótimas condições.

Nesse ano houve uma coisa importante. Foi a visita de uma universidade flutuante norte-americana. Era o *Chapman College*, em que uma parte dos estudantes (talvez os com mais dinheiro), fazia uma volta ao mundo de barco e ia conhecendo os problemas de cada país. O *Chapman College* contactou a União Nacional de Estudantes Holandeses para, na Holanda, fazerem a centralização dessa viagem, que começava por Portugal. Contactaram com a nossa secção de turismo, que não era ainda aquilo que veio a ser. Tinha dois ou três profissionais, a maior parte eram estudantes.

Tinha a fama de ser um bom organizador, fui encarregado disso. Tratei da visita dos 500 estudantes americanos que chegavam a Lisboa num determinado dia, queriam ver a cidade e saber tudo sobre Portugal. Contactámos profissionais, ou semi-profissionais, colaboradores de várias associações que já tinham experiência de turismo, que faziam de guias turísticos. Conseguimos fazer um plano constando de 16 autocarros a circular por Lisboa. O barco chegava à Rocha Conde de Óbidos, desembarcavam às 8 horas da manhã, metiam-se nos autocarros e iam percorrendo Lisboa, nunca se podendo encontrar para não se perturbarem.

Tivemos de pôr um guia em cada autocarro. Queriam dois estudantes portugueses a acompanhar. Claro que eles foram explicando como isto tudo funcionava. Tinham de se juntar a uma determinada hora no Técnico, para um encontro com os dirigentes estudantis do Técnico. Juntaram-se sete autocarros, eram 200 e tal americanos. Sentam-se na sala maior que nós tínhamos, a cantina. A primeira pergunta deles: – O que é que as AE portuguesas pensam da guerra colonial?

O presidente do Técnico não estava presente?

Não. [Mas] ele sabia que havia isto. Andava tudo maluco no Técnico porque vinham os americanos e as miúdas americanas loirinhas. Andámos a visitar o Técnico e era a malta toda

à volta para se meter com as miúdas. Ainda por cima no Técnico havia poucas raparigas.

O presidente da associação, que era o Pedro Coelho, levantou-se e disse:

– Bom, olhe desculpe, mas nós não podemos responder a essa pergunta. Não estamos autorizados a ter esse tipo de atividades e, segundo os nossos estatutos, a associação é apolítica e areligiosa, não pode tomar posições de ordem política, nem religiosa.

Ninguém fez mais pergunta nenhuma, ficou tudo esclarecido! Ficou tudo claro!

Depois houve várias atividades turísticas. Foram aos três castelos: Sesimbra, Palmela e Setúbal, uns quiseram ir para a Fátima. Tinham de estar no barco à hora e não se podiam atrasar. Quem não estivesse teria de ir apanhar o barco a outro país. Conseguiu-se que isso não acontecesse. Depois, houve outro problema: eles queriam uma coisa sobre história de Portugal. E, então, arranjou-se um colóquio com o Jorge Sampaio. Ele deu uma lição de história no Museu de Arqueologia do Carmo. As perguntas dos americanos:

– E então, o Salazar? – e o Jorge Sampaio à rasca. Ele tentou dizer qualquer coisa e, a certa altura, o diretor do museu:

– Desculpem, mas neste museu não se podem tratar de problemas de ordem política, portanto damos isto já por encerrado!

Ficou claro em que país estavam! Já tinham tido a outra experiência e depois foram contar aos outros todos. Ficou tudo esclarecido do que acontecia em Portugal.

Mas uma coisa interessante é que o barco e o comandante eram alemães. Era daqueles que cumprimentava batendo os calcanhares e baixando a cabeça quando estendia a mão. Mas mesmo militarão alemão enganou-se e chegou com uma hora de atraso, porque ele não sabia que Portugal mudava a hora! Para um alemão aquilo era uma coisa gravíssima e estragou o esquema todo, porque os autocarros tiveram de sair com uma hora de atraso. O esquema teve que se alterar ali em cima da mesa. Mas lá se fez o encontro no Técnico. Os últimos já não perguntaram nada sobre a universidade portuguesa, já tinham sido avisados!

Depois queriam os textos em inglês de tudo o que iam ver. Tivemos que traduzir aquilo tudo.

Depois pediram debate sobre várias coisas das quais, algumas, já não me lembro. De música, foi o Carlos Paredes tocar e o Adriano Correia de Oliveira cantar. A parte do Carlos Paredes correu bem, mas a do Adriano Correia de Oliveira, não. Contactei-o dois ou três meses antes, ele disse-me que sim, e nas vésperas ele disse que se tinha esquecido e que se casava nesse dia. Quando falei com ele não se lembrava que ia casar naquele dia. Portanto, não foi!

Os americanos, alguns professores de música, deliraram com o Carlos Paredes. Ele ainda não era conhecido nessa altura, tinha saído há pouco tempo da prisão. Mas eles gravaram aquilo tudo e fizeram grandes elogios. Refilaram logo por o Adriano não ir. Não admitiam falhas e acho que a única que houve foi essa do Adriano. O resto correu certinho.

Estavam desconfiados connosco porque enquanto, lá fora, essas coisas de turismo era tudo profissional, aqui não era. Tínhamos dois ou três funcionários e o resto eram estudantes voluntários. E sabiam que eu, que era o responsável, também não era profissional de turismo. Então, mandaram cá um professor de uma universidade holandesa, e que estava ligado a essa organização de turismo holandesa, para ver e fazer o ponto da situação. Era um professor já de uns 60 anos. Eu fui com ele ao Técnico num dia que estava fechado. Aquilo tinha uma porta baixinha, e, como era habitual, eu saltei o muro e o tipo saltou atrás de mim. Só depois é que eu raciocinei: Mas ele é um professor catedrático, o que é que eu estou a fazer? Mas ele nem refilou, não teve pejo nenhum! Eu saltei e o tipo saltou atrás! Quer dizer, um professor catedrático português ficava logo quietinho, dizia:

– E agora como é que eu entro?

Isto para a gente ver a diferença de mentalidades entre os dois. No fim, depois daquilo tudo, estive cá outro tipo holandês mais novo a acompanhar a coisa, devia ser assistente do primeiro.

Depois de se terem ido embora, nós descansámos. Disseram-nos que estavam muito apreensivos connosco porque a nossa estrutura era amadora e por isso mandaram o professor e que ele também tinha vindo mais cedo para ver como estavam as coisas. E eu disse:

– Pois é, professor, uma das características portuguesas é ser desenrascado.

E deram os parabéns. Depois da conversa disse-lhe:

– Corre para aí que os tipos que organizaram isto vão ser todos presos.

E ele disse:

– Você não me diga! Se isso acontecer, comuniquem-nos imediatamente que nós pomos as embaixadas todas a mexer, nomeadamente a nossa e a americana.

Eu não me apercebi muito, mas a malta que andava nas excursões é que percebeu que a PIDE andou em cima. E eram americanos! Não eram russos, não eram comunistas, não eram soviéticos! A PIDE andava a vasculhar o que se estava a passar.

O governo reagiu bem a essa excursão?

O governo deu as autorizações que eram precisas, porque era uma universidade americana de grande prestígio e as embaixadas devem ter falado com eles.

Mesmo quando apresentaram o programa?

Nós não apresentámos programa nenhum a ninguém, nem ao governo, nem ao diretor do Técnico. Aquilo era entre nós e eles. O governo só teve conhecimento nas coisas que tivemos de pedir autorização, como por exemplo para o Museu de Arqueologia. Eles sabiam, porque a PIDE andava lá sempre a vasculhar. Mas não aconteceu nada, nem ninguém foi chamado à PIDE por causa disso. Mas eles devem ter posto isso a circular.

Que organizações juvenis havia no Técnico?

Havia o Jovem Portugal que eram os tipos de extrema-direita. Não tinha influência nenhuma. Não se mostravam muito. Quando foi da crise de 62 e houve a greve de fome na cantina da Cidade Universitária, organizaram-se e tentaram fazer qualquer coisa. Juntaram-se no Campo Grande, mas soube-se disso e, então, as associações mobilizaram uma quantidade de malta. Às tantas estavam dois ou três mil estudantes dentro e à volta da cantina e os tipos não apareceram. Eu lembro-me que estive até à meia-noite ou uma da manhã à volta da cantina, sentado no chão. Éramos muitos. Além dos que estavam dentro da cantina, havia um cordão de gente que rodeava a cantina, para defender os que

estavam lá dentro em greve da fome. Mas eles não deviam de ser muitos, porque eu lembro-me que alguns foram ao Campo Grande para os detetar, eram uns 30 ou 40. Não tiveram lata para atacar. Desistiram. Falava-se muito deles, mas nunca houve nada de concreto.

E era pessoal do Técnico, também?

Não sei. A gente não os conhecia. No Técnico não me lembro se havia algum do JP, mas acho que sim. Havia um ou outro que tinha fama de ser. Não lhes ligávamos muito. Não havia confrontos. Eu lembro-me dos primeiros dias do luto, a seguir ao Dia do Estudante, em que apareceu um tipo a distribuir uns comunicados, mas a malta isolou-o e ele ficou branco como a cal. Tiraram-lhe os comunicados e ele foi-se embora. Mas nem sei se era do JP, se era da PIDE, se era de outra coisa qualquer. Eles tinham receio, porque a malta estava contra eles. Havia os que faziam greve e que eram da associação. A maioria dos estudantes apoiava a associação e fazia greves. Por isso, eles sentiam-se isolados no meio daquilo tudo.

Um ou outro professor era de extrema-direita, que também descompunha a malta. Lembro-me que em 62, numa aula de uma disciplina do 1º ano, apareceram dois ou três e queriam obrigar o professor a dar a aula. O assistente disse que não dava porque também estava connosco, que não dava a aula só a dois ou três alunos. Ficaram com uma grande cachola. Nunca apareciam nas aulas, mas iam de propósito para tentar obrigar os professores a dar a aula.

Havia uma outra organização, a Frente de Estudantes Nacionalistas; alguns no Técnico até se diziam como tais.

O que é que os diferenciava?

Não sei. Sei que eles fizeram uma vez um almoço na cantina. Fomos lá e estavam uns 100 da universidade toda. Deviam ser da Mocidade Portuguesa. Mas aquilo não teve sequência nenhuma, porque eles não tinham lata de aparecer. Com o JP houve, de facto, algumas situações de confronto físico, mas eram coisas esporádicas. Com os da Frente de Estudantes Nacionalistas (FEN) não me lembro de haver confrontos. Aquilo deve ter sido uma tentativa do governo

fazer uma nova organização de juventude, mas não funcionou.

Depois apareceu a Ação Académica e, essa sim, já teve alguma influência. Dizia-se que o Freitas do Amaral era o presidente. Não sei. Ele chegou a falar, convidado pelo Paulo Cunha, na abertura do ano letivo em 63. Ele era um bom aluno de direito e o reitor convidou-o para falar em nome dos alunos, mas dizia-se que ele já era da direção da Ação Académica. Nunca apurámos isso muito bem. Sei que ele falou, mas depois foi pateado, porque a malta da Cidade Universitária foi toda para a reitoria e começaram a patear ao reitor e a ele. Foi um bocado desagradável para ele.

No Técnico havia alguns tipos que diziam ser da Ação Académica. E apareciam os tipos a vender o jornal Lisboa Espaço. Isso deu alguns confrontos porque eles tentaram vender dentro do Técnico e noutras faculdades, aparecia alguém a chatear a dizer:

– Isso é uma porcaria, são fascistas!

Mas era uma revista com muito bom aspeto, graficamente bem feita, a cores, com os problemas universitários, com um ar sério. Era um tipo já diferente do Jovem Portugal ou da Frente de Estudantes Nacionalistas, que eram extrema-direita.

Esses movimentos também tinham um órgão de comunicação?

Não tenho ideia. Se tinham, não aparecia. O *Lisboa Espaço* ainda apareceu com insistência durante um ano ou dois. Era um grupo ligado à direita de tendências democráticas. Deve ter sido uma tentativa de um setor do regime de ter uma Juventude e de influenciar a juventude universitária. Com uma organização mais moderada, que se dizia democrática, não apoiava tudo o que o governo fazia e dizia, mas no fundo nas coisas fundamentais. Angola é nossa, era dito de outra maneira. Era gente talvez ligada ao Marcelo Caetano, ou a um grupo que queria fazer uma liberalização dentro do regime. O Pedro Cabrita, que jogava rãguebi no Benfica e era advogado, era o tipo que aparecia mais. Era o diretor dessa publicação.

Houve um ano que fizeram uma burricada, uma palhaçada qualquer. E levaram muitos estudantes de várias escolas. Era uma corrida de

burros no Campo Grande. Fizeram um grande alarido com isso e houve muita gente a ver. Tentavam aparecer como alternativa às associações, fazendo ações para os novos alunos. Suponho que essa burricada foi para eles. Não houve muitas mais iniciativas.

Havia a Juventude Universitária Católica. Em 62, a JUC teve uma posição moderada. Quando se ouviu falar da greve aos exames, começou a ter uma posição contrária e a contestar a greve, o que criou alguns atritos entre os associativos e a JUC, embora muitos da JUC também eram da associação. Nessa altura, muitos abandonaram a JUC, porque não concordavam com a posição deles. A JUC tinha o jornal Encontro, que vendiam à vontade. Nunca houve conflitos com a JUC.

[A JUC tinha] uma posição moderada, não era nada do tipo dos outros. A Ação Académica aparece mais tarde, já depois da crise. Eles aperceberam-se que estavam a perder a juventude. E a FEN, se não estou em erro, também apareceu depois da crise de 62. O JP já existia antes. Tinha implantação em Coimbra. Disponha de uns lares ligados à igreja. Deixou de se ouvir falar neles.

A influência da JUC foi constante, ao longo do tempo?

Sim. Tinham as suas atividades próprias de carácter religioso: retiros. Mais tarde começaram a atuar em bairros da lata, em ações de caridade. Quando foi das cheias de 67, eles apareceram a propor as iniciativas conhecidas, porque tinham essa ligação e a experiência que a gente não tinha. Eles é que tinham contacto com a realidade exterior.

Com a JUC, uma vez ou outra, a malta olhava de lado e dizia mal, mas nunca passou disso. Com o *Lisboa Espaço* é que havia quase sempre tensões. A revista era grandinha, a cores e devia custar bastante massa.

Eram financiados por quem?

Era o governo. Não me lembro de saber quem era, mas era uma estrutura qualquer que dava dinheiro. Era uma coisa bem feita. Tenho a impressão de que até tinha jornalistas profissionais a colaborar. Só que politicamente não teve resultados. As coisas estavam demasiado extremadas

para que naquela altura eles pudessem ter algum êxito. Depois começaram as prisões e talvez alguns perceberam que não podiam estar naquele jogo. Ou então, faltou-lhes o dinheiro. O financiador, se calhar, achou que aquilo não estava a resultar.

No Técnico ainda houve uma tentativa de um fulano se candidatar a presidente da associação. Foi cilindrado.

Ele estaria ligado a alguma dessas organizações?

Não sei. Era o Perestrelo de Vasconcelos. Aparecia sozinho, não era uma lista. Porque, como disse, naquela altura o presidente era eleito isoladamente e apresentava-se com um programa. A partir de certa altura, já não me lembro em que ano, é que começou a aparecer uma eleição por lista. E o Perestrelo apareceu sozinho. Perguntávamos quem é que eram os outros, quem é que ele propunha, e ele não aparecia com ninguém. Tinha um programa e apresentou-o por escrito. Apresentou-se à assembleia, foi discutido o programa dele, mas foi derrotado. Uma das coisas que dizia era que as associações, em vez de estarem a fazer folhas, estavam a gastar dinheiro com comunicados e que as folhas se atrasavam. Não tinha pés nem cabeça.

Foi corajoso.

Pois foi. Depois, acho que ele esteve ligado ao cinema. Uma coisa que era o CCC, que não era o Cineclube Católico. Tentaram formar um cineclube universitário de contraponto ao CCUL. Fizeram uma série de sessões durante dois ou três anos, fizeram propaganda, mas não deu nada. Este Perestrelo de Vasconcelos acho que aparece mais tarde nesse CCC. Lembro-me que, já depois do 25 de Abril, ele continuou ligado ao cinema. Nunca se percebeu muito bem de onde é que ele vinha. Se era um tipo assim meio louco, ou se foi empurrado por alguém, pela Ação Académica ou coisa assim.

A Opus Dei é outra organização que tinha relacionamento com os alunos do Técnico. Apareceu a certa altura, separadamente da JUC. Eles tinham um lar, o Pio XII. Iam à secretaria ver quem eram os melhores alunos e depois convidavam-nos para irem lá visitar as instalações, ver a biblioteca. Diziam-lhes que tinham

ali um sítio silencioso para estudar, com os livros que eles precisavam e aliciam uma série deles. Eu lembro-me de vários tipos, inclusivamente da associação, que foram aliciados para ir lá. Mas depois perdi-lhes o rasto. Até porque alguns ficaram lá e depois não contavam o que é que se passava. Os que lá iam à primeira conversa contavam o que se tinha passado; mas os que ficavam já não contavam. Eles continuaram a ter esse tipo de ação de chamar os melhores. Do ponto de vista político e associativo, não se notou nenhuma iniciativa. É provável que eles atuassem de uma forma clandestina. Não é comparável aos outros, que eram grupos de carácter político. A *Opus Dei*, tal como a JUC, era de carácter religioso, embora a JUC já tivesse uns laivos políticos. O *Encontro*, se formos ver hoje, tinha artigos da Maria de Lourdes Pintassilgo, do António Lobo Antunes e de outras pessoas, que defendiam posições avançadas dentro da igreja. A JUC era uma organização de progresso, não estava na mão do Técnico e de outras faculdades e não estava na mão do governo. O *Encontro* não falava só de religião, abordava problemas universitários. Tudo na perspectiva católica progressista que, em muitas coisas, se aproximava das AE.

Qual era a relação da associação do Técnico com as outras associações?

Havia a RIA, onde se juntavam representantes de todas as associações de Lisboa e havia os organismos federativos para as secções: a propaganda (RIP), as culturais (RIC), as sociais (RIS), as pedagógicas, que também era RIP. E havia as inter-convívios – fizeram-se muitos convívios em conjunto, alguns deles, foram feitos entre o Técnico, Medicina e Direito. Devia haver outras inter-qualquer coisa, mas não seriam muitas mais. Isso correspondia a reuniões semanais da RIA. As reuniões-inter-qualquer coisa tinham um secretariado que era proposto pelo secretariado da RIA. O secretariado dirigia as reuniões, fazia os programas e traçava as orientações de acordo com o secretariado da RIA e com as escolas. Houve reuniões a nível nacional – Lisboa, Porto e Coimbra.

E eram frequentes?

Eu não acompanhei isso sempre. Havia reuniões de coordenação a nível nacional. Em Coimbra era só a direção da Associação Académica de Coimbra, porque já era uma federação de escolas. No Porto havia uma RIE, salvo erro, que também tinha um secretariado que estava a funcionar como em Lisboa. E depois havia as reuniões nacionais, que eram para aí uma vez por ano.

Era a ideia de fazer-se uma União Nacional de Estudantes.

Não me recordo se chegou a haver alguma tentativa de se concretizar a União Nacional de Estudantes. Tenho ideia de se fazerem em Lisboa uns estatutos, mas nunca houve tentativa de legalizar uma federação. Não me lembro de ver esses estatutos, nem de sequer alguém ter a veleidade de querer apresentar isso para posterior aprovação pelo governo. Teria de ter uma sede fora da universidade e isso seria bonito! No dia seguinte estaria lá a PIDE a dar cabo daquilo tudo.

O diretor do Técnico sabia das reuniões na RIA. Faziam-se rotativamente no Técnico e noutras escolas. Os da Pró-Associação de Medicina conseguiam também uma boa relação com o diretor da escola, tinham muita autonomia. Embora não sendo uma associação, permitia reuniões à noite. Já tinha existido antes, tinha sido fechada, as tentativas de aprovar estatutos nunca foram concretizadas. Em Letras, Medicina, Belas Artes, falou-se da tentativa de legalizar as suas associações.

E como era o entendimento entre diferentes associações?

Às vezes havia divergências profundas entre as diferentes associações. Em 62/63/64 eu não assisti a RIA, mas quando fui para a direção tive de lá estar. Foi um período de refluxo no movimento associativo, existiam diferenças do ponto de vista político. No fundamental entendíamos-nos sempre. Ia-se para a RIA discutir até às tantas da manhã. Os diferentes grupos maoistas, entre si, tinham grandes discussões.

A certa altura, entre o Técnico e Direito houve discrepâncias. No meu tempo e no ano a seguir apareceu no Técnico a ideia maoista da descentralização. Dizia-se que na China o Mao Tsé

Tung também estava a fazê-lo. Devia delegar-se poder nas regiões, pois estas deviam ter uma certa autonomia.

Houve, então, tentativas de descentralizar as secções. Em Direito aquilo jogou mal, porque não percebiam bem isso da descentralização. Houve várias RIA para discutir o assunto. Era um pretexto para discutir.

Numa altura, houve uma série de colóquios, em Direito, sobre o problema da mulher. Um professor foi dizer não sei o quê e os da associação que estavam a assistir apuparam-no e deu-se uma grande agitação. O presidente da associação viu aquilo mal parado e disse:

– Faço um apelo à calma e ao civismo!

Os do Técnico acharam que o civismo era aquilo de que o Salazar estava sempre a falar e disseram que era gravíssimo utilizar essa expressão. Então, houve uma série de RIA em que se andou a discutir a questão do civismo. Alguns diziam que o presidente da associação de Direito devia demitir-se. Mas isso já era resultado de divergências de outro teor.

Também houve um problema com o grupo de teatro de Direito. O grupo queria fazer um comunicado a propósito da proibição de uma peça qualquer, já não me recordo bem. E eu não era da direção, mas também estive metido nisso com o Hélder Costa. Estivemos uma tarde inteira a tentar redigir o comunicado.

Especialmente com as palavras, não era? Havia um cuidado muito grande com as palavras ...

Exatamente. Havia também divergências de outro género, mas já tinham outro cunho. Havia muita tendência das pró-associações e das associações mais pequenas para serem mais radicais. E as associações como a do Técnico, com a estrutura que tinham, diziam:

– Dão-nos cabo disto, fecham-nos isto!

Havia diferenças de apreciação em relação a esse tipo de atividades que eram importantes. O Técnico, Direito, Económicas, eram mais prudentes, porque tinham associações fortes e não podiam estar a arriscar. Medicina, embora tivesse uma pró-associação bastante forte, até mais forte do que muitas associações, não arriscava muito, apesar de haver algum radicalismo. Com as associações mais pequenas havia umas

tentativas de fazer umas manifestações de rua. E então dizíamos:

– Espera aí, porque a associação passa a vida fechada.

Naquele período, a seguir à crise de 62, com o diretor do Técnico responsável pela associação, houve um boicote às respetivas atividades e à cantina, causando um prejuízo bastante grande. Se não estou em erro, acho que o Técnico entrou com uma parte do dinheiro para cobrir o prejuízo. Cada vez que as associações eram fechadas, as coisas tremiam do ponto de vista económico.

Isso também terá tido alguma influência nas diversas direções da associação, que, durante algum tempo, se foram mantendo moderadas?

Politicamente, eram talvez tão pouco moderadas como as outras, só que as outras não tinham nada a perder e o Técnico tinha. Portanto, ponderava-se tudo muito bem.

Além disso, o Técnico era o centro de tudo. As RIA, praticamente, eram lá, o secretariado da RIA funcionava lá, havia uma série de associações que estavam com comissões administrativas e funcionavam lá. Se fechassem o Técnico paralisava o movimento associativo.

Depois, houve alturas em que apareceram divergências fortes, em que muitos queriam vir para a rua fazer manifestações. Chegou a haver manifestações na Baixa com 40 a 50 estudantes, que era manifestamente pouco, quase uma espécie de guerrilha. Manifestavam-se num sítio, vinha a polícia, mudavam-se para outro. Punham a Baixa em polvorosa, interrompiam o trânsito, deixavam aquilo num caos. Do ponto de vista antigoverno era importante. Mas era preciso alguma atenção porque, se eram as associações a convocar esse tipo de manifestações, caíam-lhes em cima.

Após muita discussão, inventou-se as comissões para-associativas, que convocavam essas manifestações. Utilizavam o dinheiro e o aparelho das AE, reuniam lá, ficava tudo na mesma. Só não vinha assinado como sendo AE. Claro que do ponto de vista formal, perante um juiz que viesse fazer um inquérito ou um processo disciplinar, não estava assinado AE e, portanto, não havia a prova de que fosse. Ou havia testemunhas, ou então o processo disciplinar ou de encerramento da associação ficava por ali. Mas

a PIDE percebia perfeitamente que eram associativos, que estava ali a querer fugir com o rabo à seringa, criando umas comissões para-associativas, semilegais. A certa altura, o secretário-geral das comissões para-associativas era o Saldanha Sanches.

Em Espanha eram ilegais. Havia as *Comisiones Obreras*, que eram ilegais, e da parte dos estudantes também as havia. Não era como aqui onde tínhamos uma associação aberta a funcionar com serviços, o que dava às nossas associações uma força, que as de Espanha dispunham.

Depois das tais manifestações vinham para o Técnico. Se a PIDE viesse atrás deles via de onde tudo vinha!

Apareceu a Esquerda Democrática Estudantil (EDE) ligada a essas comissões para-associativas. Dirigida, também, pelo Saldanha Sanches, e que esteve na origem do MRPP. Eram tipos a puxar os estudantes para uma organização já de outro tipo, mais política, com uma ação semilegal.

Lembro-me, já não sei em que ano, de uma manifestação contra a guerra do Vietname, que foi feita por estudantes e pessoas ligados à *Seara Nova*, que reuniram no Técnico à porta aberta. O Arnaldo Matos dizia:

– Isto é para toda a gente saber, não é para ser clandestino!

Nós dissemos que não podia ser. Não podiam fazer reuniões de porta aberta. Era um pretexto para poderem fechar. Essa manifestação chegou a fazer-se, teve muita afluência. Apareceu a polícia com os cães.

Já não estava no Técnico nessa altura?!

Estava. Tenho a impressão que já não era aluno, mas continuava a ir lá, embora já estivesse a trabalhar na Junta de Energia Nuclear. Era pouco recomendável, trabalhar na Junta e estar na associação – se fosse apanhado estava tramado.

Depois a manifestação fez-se e essa estrutura acabou porque já metia várias orientações políticas. Eram os grupos maoistas a entenderem-se com os do Partido Socialista e do Partido Comunista.

Essa estrutura tinha nome?

Não. Foi uma coisa *ad hoc*. Era o Arnaldo Matos, o célebre educador da classe operária, o José Luís Nunes ...

Depois de 62 nunca mais houve a experiência da comissão administrativa na associação do Técnico. A não ser em 69, quando o diretor, que já não era o mesmo, fechou a associação. Com diretores mais moderados, como o Almeida Alves, nunca mais houve disso, porque aquilo não era nada recomendável.

Portanto, era fácil haver a presença de alunos de outras faculdades na associação do Técnico, e o contrário também?

No Técnico havia uma sala onde funcionava a direção que tinha sido demitida de Ciências. Ciências ainda esteve com comissão administrativa dois ou três anos e continuavam a trabalhar a partir do Técnico. Não geria uma associação, mas continuava a emitir comunicados contra a comissão administrativa.

Os liceus também tinham uma estrutura centralizada no Técnico. E havia outras. Quando funcionava a RIA vinha estudantes de todas as outras escolas ao Técnico. E também iam às iniciativas da associação do Técnico. Quando Direito tinha iniciativas, iam os do Técnico, e de Letras, etc.

Esse tipo de atividades eram muito propagandeadas até mesmo pelas tais reuniões interqualquer coisa. Vinha muita gente de outras escolas ao Técnico, nem que fosse para almoçar e jantar na cantina e para convívio. Era um sítio central. Na Cidade Universitária era mais difícil. No Técnico podia-se entrar à noite, acho que em Direito, fechava a faculdade.

Quais foram os momentos mais marcantes do movimento estudantil?

O Dia do Estudante, em 62.

Faz hoje anos.

Hoje faz 48 anos do dia 24. Começou a tarefa com a polícia e a 25 deve ter continuado.

Em 63, também houve um Dia do Estudante, fez-se um cartaz, publicidade e foi proibido. Realizou-se, à mesma, na Faculdade de Ciências, um Dia do Estudante transformado. Não tinha atividades culturais, houve um plenário com

várias pessoas a discursar. Ficou reduzido a estas iniciativas.

Em 62, houve tentativas falhadas de plenários no Técnico. Já na parte final realizou-se um plenário, que o diretor autorizou, julgando tratar-se do fim da greve. Deve ter tido o aval do ministro ou do governo.

Em 63 ou 64 houve a tentativa de fazer outra vez na Cidade Universitária. Houve plenários, quer em 63 quer em 64 e a polícia não chateou. Apareceram os tais tipos a provocar. Penso que em 64 o Dia do Estudante foi proibido, tentou-se fazer na cantina. A polícia de choque e dispersou a malta.

Em 65, foi o ano das prisões e, portanto, a PIDE teve o cuidado de prender antes do Dia do Estudante.

Em 66, no meu ano, não se fez. E a partir daí nunca mais houve nenhuma tentativa de se fazer o Dia do Estudante.

Outro ponto marcante foi a vaga de prisões de 65. Houve as cheias de 66. O Festival de Cinema Pedagógico, de 63 ou 64. Também houve diversas iniciativas de carácter cultural, como o Ciclo da Mulher, em Direito, com uma ou duas sessões no Técnico. Toda esta atividade, todo este fervilhar constante, foi importante.

Lembra-se das Conferências sobre Literatura Portuguesa?

Isso foi importante. Foi no ano a seguir à crise, em 63 ou 64. Foi uma organização da secção cultural do Técnico ou das interculturais. Assistiu muita gente de todas as faculdades. Houve uma grande polémica entre Virgílio Ferreira, que fez a sessão sobre o existencialismo e Alexandre Pinheiro Torres, que fez sobre o neorealismo. Eles não quiseram ir à sessão um do outro, mas à distância houve polémica, que se estendeu aos jornais. Na sessão do Virgílio Ferreira contestaram o existencialismo. José Luís Nunes – que já na altura da manifestação contra a guerra do Vietname devia ser do Partido Socialista –, disse que o existencialismo tinha um nome, suponho que era o Heidegger, que tinha apoiado o nazismo. O Virgílio Ferreira irritou-se com aquilo e começou a berrar. E as meninas de letras diziam que estávamos sempre a fazer política, elas gostavam do Virgílio Ferreira.

Depois houve outras sessões: uma sobre o novo romance, o Ernesto Sampaio fez o surrealismo. Foi um ciclo muito falado.

Houve outro ciclo sobre informação, onde se falou de publicidade e dos jornais. Depois houve uma sessão sobre televisão, em que estiveram presentes os críticos da época, o Mário Castrim do *Diário de Lisboa* e o Correia da Fonseca do *Diário Popular*. Pôs-se duas ou três televisões ligadas na cantina da associação e eles a comentar em direto. Largas centenas de pessoas assistiram, porque era inédito.

Seguiram-se uma ou duas sessões sobre a história da ciência, que tiveram bastante impacto.

Houve sessões de poesia e teatro com os grupos de teatro de Letras, do Técnico, de Direito. Os grupos de Coimbra, o TEUC e o CITAC, vinham às vezes ao *Tivoli*, em Lisboa. Eram grupos já quase profissionais. Tinham grande qualidade e eram dirigidos por encenadores muito bons. As peças passavam à censura, tinham as devidas autorizações, eram coisas com grande impacto. Além das sessões do Cineclub Universitário que também chegou a ter uns bons milhares de sócios.

Quais foram as principais reivindicações dos estudantes?

Quando surgiu a crise do chamado 40900, foi porque o governo atacou, quis fazer uma legislação para controlar as AE e certos aspetos da universidade. Houve reação das AE e dos próprios conselhos escolares.

Depois, a crise de 62 é uma resposta ao ataque do governo. Até este período não há, propriamente, ofensivas estudantis, mas ofensivas da parte do governo. Houve ações do governo e houve reações às ações do governo.

As AE vinham a comemorar o Dia do Estudante desde já há alguns anos, vinha numa fase crescente no número de estudantes que participavam e a organização era cada vez mais complexa, começando a sair para fora da universidade. E o governo deve de ter achado que era altura de parar. E em 62, na véspera, resolveu proibir o Dia do Estudante. E daí deu-se todo aquele processo que já é conhecido. A seguir, houve o chamado luto académico, a greve. Depois o governo tentou que o luto académico parasse, queria negociar, mas só negociava se o luto

parasse. E as associações pararam o luto académico para poder haver essa negociação.

O que é que as AE reivindicavam?

Não me lembro muito bem, mas eram várias coisas: a autonomia, a participação dos estudantes no governo da universidade, a gestão conjunta dos serviços sociais.

Anteriormente já tinha havido um período com uma comissão administrativa das instalações académicas, em que os estudantes tinham sido chamados a participar na gestão dessa CAIA.

Isto deve ter sido antes de 62, mas posterior ao 40900. Os estudantes participaram algum tempo na CAIA e depois foram afastados.

Parecia que as associações tinham avançado bastante e que naquela altura o governo resolveu estancar essa importância, proibindo o Dia do Estudante, afastando os estudantes da CAIA. Não sei de que altura isso é, mas havia uma frase do Salazar que era várias vezes referida e que ainda recentemente se referiu:

– Temos de estancar este crescimento, senão qualquer dia estão eles sentados nas nossas cadeiras.

Ele sabia que a universidade dava os quadros para o regime. Se a universidade estava cada vez mais a ser invadida pelas ideias democráticas, essas ideias iriam um dia sentar-se na cadeira do poder. Ele percebeu e decidiu acabar com isso.

Encontra explicação aí para a proibição do Dia do Estudante?

Pode ter a ver. As associações estavam a crescer muito e do ponto de vista da influência dentro da universidade, o Dia do Estudante de 61 terá sido uma manifestação disso, participaram muitos milhares de estudantes nas iniciativas. Eu não participei embora já estivesse na universidade, mas lembro-me que em 62 se falou disso. E eles perceberam que estava na altura de cortar essa influência. Essa legislação não foi semelhante ao 40900, mas logo a seguir à crise académica de 62 houve comissões administrativas, pelo menos na associação do Técnico. Além disso, logo a seguir saiu um decreto que foi o 44632, do tipo 40900, que era para controlar as AE. Proibia-se as AE de se chamarem associações dos estudantes, tinha de ser

associações de estudantes. O objetivo do 40900 e do 44632, era restringir as assembleias gerais para que fossem, não de alunos, mas de representantes e de meia dúzia de pessoas, o que não permitia juntar muita gente. O 44632, apesar de tudo, não era tão lesivo como o 40900, mas tinha alguns aspetos graves. Houve uma luta contra ele, a seguir a 62, não me lembro se chegou a ser suspenso.

Mas aqui a reação não foi tão grave.

Não, porque não foi tão grave como o 40900, era mais moderado; e, por outro lado, não sei se terá sido suspenso ou coisa assim no género. Ou aquelas coisas que se publicam mas depois não se cumprem. No princípio de 63, houve plenários na Cidade Universitária e aí a polícia não interveio. Suponho que o reitor era o Paulo Cunha. Havia provocadores, tipos da PIDE. Mas não houve mais proibições de plenários. Chegou a haver autocarros da Carris para levar estudantes das várias escolas para a Cidade Universitária. Eles nunca mais tentaram proibir as coisas de uma forma que desencadeasse uma crise como a de 62. Voltaram a proibir o Dia do Estudante de 63, mas começaram a ter mais cuidado com aquelas ações muito fortes com a polícia e a tentar controlar as coisas de outra forma.

Não me lembro de, nestes anos, haver grandes alterações às reivindicações. Continuava a ser a autonomia, a participação, depois começou a falar-se também na reforma do ensino.

Quais eram os principais aspetos desta reforma que se pretendia?

Já não me lembro. Houve muitas comunicações de engenheiros, de professores do Técnico, de empresas. Um dos aspetos que mais se falava era a descoordenação entre a universidade e as empresas, a necessidade de aproximação da universidade às necessidades das empresas e ao país.

Esse era um ponto central. Havia cadeiras que já estavam antiquadas; outras em que os professores eram de vanguarda, acompanhavam o que se passava lá fora. Outros professores andavam desfasados, atrasados e não havia diálogo com a indústria, em que esta dissesse de que precisava.

A reforma do ensino era um tema geral.

Os jornais dos estudantes focavam isso. O *Binómio* trazia várias coisas sobre a reforma do ensino, sobre os muitos chumbos, principalmente a matemática no 1º ano. Nas outras faculdades, como em Direito, havia o jornal *Quadrante*, que também teve artigos sobre a reforma do ensino. Houve uma chamada autópsia do ensino, em que se fazia uma análise desde a instrução primária até à universidade, a necessidade de um maior número de alunos, de uma extensão do número de anos obrigatórios e de aumentar os quadros técnicos.

Outro ponto focado foi a relação entre os engenheiros e os agentes técnicos formados pelo Instituto Industrial, depois ISEL.

O Instituto Industrial formava os agentes técnicos, mais tarde passaram a chamar-se engenheiros técnicos. Não vinham pelo liceu, mas vinham das escolas industriais. Após três anos eram agentes técnicos. Nos outros países a relação entre engenheiros e agentes técnicos era de 3 agentes técnicos para 1 engenheiro, em Portugal era quase o contrário. Havia mais engenheiros do que agentes técnicos, o que dava a ideia de que muitos engenheiros não iam fazer aquilo para que eram preparados. E de que não havia um setor intermédio entre a mão de obra menos qualificada e os engenheiros.

Todos queriam ser engenheiros, mas a economia e a indústria careciam de um setor intermédio. Estas questões passaram a ser aspetos centrais da ação dos estudantes, a partir de 62.

Depois das cheias de 67, apareceu mais envolvimento com o país. Apareceram *slogans* do tipo:

– Uma universidade para a nação!

Já tinha acabado o curso, mas ainda lá estava e participei ativamente na ação das cheias.

Se calhar, uma maior politização?

Sim.

Outro aspeto importante, que já falámos, foi a das prisões, em 65. O Partido Comunista tinha os seus quadros que, de vez em quando, eram presos alguns, que eram estudantes, sem ligação às AE. Isso, normalmente, não era muito falado, apesar de saber-se, e não era fruto de reivindicação. Nesse ano, foram presas pessoas do Partido Comunista, mas como eram dirigentes de AE, a situação foi diferente. Denunciaram-se

as prisões, as torturas, o tratamento aos presos eram tratados. Isto foi importante na politização da universidade. Até aí, as AE definiam-se como apolíticas e areligiosas.

Era normal o regime querer obrigar as associações a participar nas suas iniciativas. Quando o presidente da República ia a Coimbra, arrebanhavam-se estudantes de capa e batina para o receber. As associações defenderam-se colocando nos seus estatutos que eram apolíticas e areligiosas, para não participarem nessas ações de ordem política. Isso era um pau de dois bicos, porque não participavam nessas, mas também não podiam tomar posições noutras.

Começou então a entender-se o apolítico como sendo apartidário. Ou seja, não podiam tomar posições partidárias, mas podiam tomar posições de ordem geral, relativas à universidade. Isso veio evoluindo e, em 65, deu-se um salto, porque já não era só na universidade, era também o que se passava fora com a polícia política.

Com as cheias de 67, deu-se um novo salto no sentido das pessoas se aperceberem melhor do que se passava no país. Acho que esse foi o salto maior. Contra a guerra colonial, aí é que, de facto, nunca houve intervenção. Em certa altura, alguns estudantes tentaram realizar uma grande exposição sobre a guerra, em 66/67. Terá sido quando da manifestação contra a guerra do Vietname. Eram as mesmas pessoas que propunham que se falasse na guerra colonial. A exposição não foi por diante, porque era um passo muito arriscado.

Então, quais foram as mudanças que existiram no movimento estudantil?

Era uma politização cada vez maior e uma conflagração de esforços entre as várias associações. Deixaram de estar desligadas, faziam tudo em comum. Com Coimbra e com o Porto também havia alguma coordenação. Mas nunca houve muitas iniciativas de carácter nacional. Caso a assinalar foi quando da imposição de uma comissão administrativa à AAC. Não houve queima das fitas, só Tomada da Bastilha, que teve outro cariz. Lembro-me que foi muita gente de Lisboa e do Porto a Coimbra. Essa ação teve carácter nacional. Isto foi por volta de 64/65/66, já não me lembro bem. As repúblicas começaram

a liderar o movimento de oposição à comissão administrativa e para se fazer eleições na Associação Académica. Isso tudo resultou em algumas iniciativas de carácter nacional. Lembro-me que houve uma marcha do silêncio onde estudantes de Lisboa e do Porto participaram e convocaram-se reuniões gerais.

Como decorriam os processos de luta?

Muitos deles resultaram de ações do governo. Os estudantes estavam a fazer a sua atividade normal e, de repente, o governo resolvia proibir as atividades. Isso desencadeava uma reação na RIA, como foi o caso de 62. Antes, não sei como funcionava. Sei que havia atas de várias reuniões da RIA, até nos anos 50, mas a partir de 62 suponho que as associações nunca mais deixaram de reunir periodicamente. Já não me lembro da periodicidade, mas também dependia do período do ano. Quando havia decisões a tomar a respeito de coisas que estavam iminentes, era todos os dias. O secretariado era quem convocava as reuniões, ou eram as associações que pediam a reunião. Normalmente, era daí que as coisas partiam.

Eram analisados os problemas, em reuniões muito longas porque havia muita gente e havia posições diferentes. Podia haver uma aproximação política, mas as escolas tinham posições diferentes nos assuntos, os debates prolongavam-se até às tantas da manhã. E, às vezes, continuavam depois. As reuniões interassociações eram o que desencadeava os processos e decidiam ir para a luta.

Tomada a decisão, havia um comunicado da RIA, como já acontecia em 62. Em 62, quase todos os dias (e, durante um certo período, todos os dias) saía um comunicado assinado pelas interassociações. Nos anos seguintes, eram menos frequentes. Depois, havia a propaganda, que era feita centralmente e distribuída em todas as escolas.

Terá havido poucas iniciativas que terão tido uma expressão meramente escolar, de uma escola só. Foi uma reivindicação por causa da cantina, fizeram um piquenique no pavilhão central, e a partir daí desencadeou-se o processo e acabou por explodir, suponho, para as outras escolas também. Mas, nesse caso, foi um problema mais centrado na escola. Aliás, depois de 62

começaram a haver os Seminários de Estudos Associativos, que pretendiam ser um momento de reflexão sobre a organização das associações e a condução da luta.

Quem intervinha nesses seminários?

Os seminários eram federativos. Eram todos os estudantes. Havia comunicações individuais e cada estudante podia falar. Depois debatiam-se as comunicações. Mais tarde, começou a haver discussões prévias, para que as comunicações chegassem ao seminário mais elaboradas. Terá havido comunicações coletivas.

Um dos aspetos mais debatido era um certo isolamento dos dirigentes em relação aos estudantes, a seguir a 62. Quando se começou a falar da greve aos exames houve ali um corte?

Deu-se um corte entre as direções das AE e a maioria dos estudantes. Havia um núcleo que acompanhava a luta, que estava disposto a fazer a greve aos exames e, portanto, a chumbar. A maioria não. Em 63/64, com essa nova ofensiva as associações não voltaram a recuperar o apoio dos estudantes, como aconteceu na primeira fase do Dia do Estudante, até se falar de greve dos exames. Era um número elevado, mas minoritário, que participava nas coisas, que ia aos plenários e às manifestações. O apoio de gente mais radicalizada era crescente, mas apesar de tudo era uma minoria dentro da universidade.

Discute-se um problema novo: como aproximar as associações dos estudantes. Nesses seminários desenvolveu-se a teoria da viragem aos cursos. Consistia em as associações se voltarem para os problemas dos estudantes e do ensino. Surgiram cadernos pedagógicos e dentro das secções pedagógicas, setores de química, civil, de eletricidade, etc., formando comissões pedagógicas, que estudavam os problemas de cada um dos cursos.

E essas comissões tiveram longa vida?

Sim. Isso foi uma coisa que depois se prolongou, porque correspondia a uma situação real. Assim como começaram a surgir as Semanas de Engenharia: de Química, de Civil. Eram organizadas por alunos, muitas vezes alunos afastados da associação, mas que viam nesse tipo de atividades uma maneira de se aproximarem das

indústrias e de favorecerem futuros empregos. Desta forma, os delegados de curso preocuparam-se mais com os problemas do próprio curso. No meu caso, quando fui delegado de curso, organizei visitas de estudo a empresas, passei filmes didáticos comentados por professores.

As Comissões de Curso faziam uma análise geral do ensino em si e apresentavam alternativas.

As Comissões de Curso e a Junta de Delegados não se misturavam?

Não, eram coisas diferentes. A Junta de Delegados tinha a sua estrutura. Os delegados de curso participavam nesse movimento também em relação aos cursos. Se até aí o delegado de curso tinha uma função quase burocrática, passou para uma atitude mais interventiva. E até criticavam professores por não estarem a ensinar bem.

Os delegados de curso também participaram nesse movimento de maior preocupação pelo ensino.

As comissões pedagógicas faziam a avaliação dos cursos. As semanas de curso serviam para divulgar aos estudantes as indústrias e a realidade das empresas.

Quais foram os acontecimentos que presenciou na política nacional, ou em que interveio, enquanto estudante do Técnico?

Nós íamos acompanhando o que se passava nacional e internacionalmente, como a guerra do Vietname, a questão dos focos de tensão noutros pontos do mundo, em África, o desenvolvimento da guerrilha na América Latina, o Guevara, a revolução Cubana. Acompanhou-se muito o que se passava e no Técnico recebíamos algumas publicações de Cuba.

Na altura tinha cá um encarregado de negócios, e a partir daí, apareciam publicações que ele distribuía. Chegavam-nos às mãos o jornal Granma e outras publicações. Às vezes ele recebia em casa e passava filmes e documentários cubanos. Participei várias vezes nessas sessões. A gente via essas coisas de toda a América Latina. Acompanhávamos o que se estava a passar no Brasil antes disso, a eleição do Jânio Quadros. O Jânio Quadros demitiu-se e o exército depois começou a mexer-se porque o Goulart

era demasiado de esquerda. E apareciam nos meios universitários muitos aspetos: uma série de cantores brasileiros que nós cá também divulgávamos, poetas, escritores, isso tudo era mais ou menos conhecido. E haviam revistas brasileiras, como a Civilização Brasileira, que aparecia e muita gente lia. Trazia muitos artigos até sobre a guerrilha na América Latina. Depois de Cuba, apareceram focos de guerrilha em vários países: na Bolívia, na Colômbia, no próprio Brasil. Depois houve o golpe militar de 64 no Brasil e continuou-se a acompanhar o que se passava com os estudantes, a repressão, as Ligas Camponesas e a reforma agrária, que foi uma questão que apareceu, suponho eu, antes do golpe militar.

Estiveram cá uma série de cantores brasileiros que tinham músicas de uma certa pujança revolucionária. A Elis Regina cantava coisas revolucionárias, a Lara Leão, o Juca Chaves. Não sei como, mas deixavam-nos cá vir cantar. E muitas letras passavam na censura. Como eram estrangeiros, a censura não os chateava. Espanhóis também vieram cá alguns. Mas, apesar de tudo, em Espanha passavam. Faziam lá espetáculos, nomeadamente na Catalunha. Veio um ou dois catalães.

Outra das coisas que se acompanhava era o que se passava na China, a revolução Cultural, e as divergências com a União Soviética. O que se passava na União Soviética sabia-se menos. Sobre os países de leste, não se sabia grande coisa. Os jornais de cá não davam notícia e os jornais estrangeiros também não. Em relação à União Soviética havia uma crescente atitude crítica, mas era um bocado distanciada. Os grupos maioritários atacavam a União Soviética e criticavam. Começou a aparecer alguma coisa por esse lado, mas eram umas coisas vagas e abstratas.

As movimentações estudantis em vários países também tinham repercussão cá. Na América Latina também houve várias movimentações de estudantes.

A nível interno, era a situação política que se vivia no país. As questões do ensino eram as coisas mais sentidas. Havia o problema do atraso do país, da falta de liberdade, as prisões, a guerra colonial. A guerra colonial também começou na altura em que se deu o Dia do Estudante. Não sei se a repressão em 62 também não

terá tido a ver com isso, com a necessidade de travar qualquer oposição interna.

A Casa dos Estudantes do Império também é encerrada em 65.

Já não me lembro quando foi. Lembro-me que, em 62, a Casa dos Estudantes do Império, apoiou muito as associações que estavam com comissões administrativas. Alguns comunicados foram feitos lá. Fui buscar lá alguns para serem distribuídos no Técnico. Ficaram isolados, porque eram a única estrutura que se mantinha, as outras estavam destituídas. Não sei se terá havido lá alguma RIA. A ideia que eu tenho é que se foi feita alguma coisa foi pouca coisa, porque isso era uma estrutura mesmo clandestina. Eles apoiavam outro tipo de coisas, mais inofensivas. Não se podiam expor muito senão também os fechavam a eles. Os tipos da Casa dos Estudantes do Império eram, normalmente, ativos no movimento estudantil, embora um bocadinho recuados, não eram tipos muito na frente. Também tinham outra guerra que era a luta deles e não se queriam expor muito numa luta que, também era deles, mas que não era a principal.

Em relação a outros problemas que se discutissem, e que influenciassem, foi o da repressão, a PIDE ...

E acontecimentos nacionais?

Quando foi o ataque ao Santa Maria e depois o quartel de Beja. De tudo tínhamos conhecimento, vinha nos jornais.

Tinha conhecimento, mas não era relevante?

Era! No 1º ano, eu ainda não estava muito ligado à AE e lembro-me desses acontecimentos: do Santa Maria, do avião que o Galvão desviou e depois lançou panfletos sobre Lisboa, isso foi muito falado. E falava-se nos cursos, sem intervenção da associação. Eu lembro-me de falar com colegas do 1º e 2º anos sobre esses assuntos. E, mais tarde, sobre outros. E apareceram coisas de ordem mais diretamente política dentro do próprio Técnico. Lembro-me no 1º ou 2º ano, de sair das aulas e apareceram umas pessoas a distribuir um comunicado, dentro do Técnico, porque aí a polícia não intervinha, sobre umas eleições que houve para a Assembleia Nacional. Lembro-me de ter pensado:

– Estes gajos estão a arriscar-se muito a distribuir isto à vista de toda a gente. Cá fora podiam ser engatados.

Não sei se foram, se não. Acho que isto foi antes da crise de 62. Devia ser as eleições, porque era qualquer coisa que, apesar do carácter político, o regime ainda tolerava. Mas eram tipos que eu não conhecia, não eram da associação. Aliás, tínhamos conhecimento que havia uns tipos que andavam na margem, que não se mostravam muito, não apareciam a falar nos plenários, nem nas reuniões, mas que a gente percebia que andavam ali a fazer qualquer coisa. Eram atividades de ordem política, mas recatavam-se para não terem uma visibilidade muito grande. De vez em quando, haviam uns que não víamos fazer nada na associação e eram presos. Portanto, era atividade política clandestina, que não se mostrava.

Havia também as greves. Na universidade tínhamos conhecimento disso, porque havia sempre quem dissesse:

– Houve greve dos estivadores.

Esses assuntos não vinham nos jornais, mas quem soubesse falava. As associações passavam a ser um meio de divulgação desse tipo de acontecimentos que os jornais não noticiavam. Não me apercebi de que o *Avante!* Fosse divulgado no Técnico, nem na escola, nem na associação, mas chegava.

Mas a informação do *Avante!* podia chegar ao Técnico, não é?

Muitas das informações que apareciam, vinham do *Avante!* Havia gente que lia e depois falava. Ou colegas que sabiam por outros, ligados ao Partido Comunista. Mas nunca me lembro dele aparecer, nem numa casa de banho, nem nas aulas, nem na associação, nem de ninguém me dar. Era uma coisa muito recatada, mas havia condições para aparecer. As pessoas estavam ansiosas de informação e muitos estudantes estavam dispostos a ler e a saber o que dizia.

O sr. engº era muito ativo, não era?

Era um bocado.

Quando os comunicados chegavam às 8 ou às 7 da manhã, já lá estava.

Pois, alguns distribuí-los. Alguns, fui buscá-los também, em 63, a vários sítios para depois serem distribuídos. Não o fazia sozinho. Como disse, a associação tinha uma estrutura. Mesmo quando estava a comissão administrativa, existia uma estrutura que se organizou fora da associação. Não era só eu, éramos vários, apesar de eu coordenar essa equipa.

Digo isto, não só pelo testemunho que está a prestar, mas por algumas referências que vi no número especial do *Binómio*, de 2005.

Eu fui sempre bastante ativo. Passei por vários sítios. Estive na propaganda, fui delegado de curso, estive no cineclube, depois entrei no CDUL. Falava com muita gente e era muito conhecido por causa da propaganda. Estava sempre a distribuir comunicados à porta do pavilhão central. A malta da propaganda tinha a vantagem de andar pelos pavilhões todos, porque havia muitos estudantes que não iam ao pavilhão central. No 1º ano iam todos ao pavilhão central, mas a partir do 2º ou 3º ano iam só para o pavilhão deles. De maneira que a gente ia distribuir nos outros pavilhões. Outras vezes eram os delegados de curso, mas alguns não queriam fazer isso.

Qual o balanço que faz da sua experiência enquanto aluno do Técnico?

Uma coisa é como aluno do Técnico e outra é como colaborador da associação.

Pode falar das duas situações.

A associação, a mim e a muitas outras pessoas, abriu-nos perspetivas que não tínhamos. Por razões familiares, eu já tinha ideia de muita coisa de ordem política. Sabia mais do ponto de vista de repressão e de PIDE do que a maioria dos estudantes que lá andavam. Eu era de Vila Franca, e lá tinha havido muita coisa, de pessoas da minha família, o meu pai, amigos, a morte de um deles na PIDE, o funeral do Soeiro Pereira Gomes, o funeral do Carlos Pato. O meu tio contava-me o que se tinha passado na PIDE, como a PIDE fazia, como torturava. Eu sabia isso tudo. Mesmo gente que entrou para o Partido Comunista nessa altura, como

estudantes e jovens, não sabiam essas coisas em pormenor, como eu sabia. Sob o ponto de vista político já vinha, desde há muitos anos, a acompanhar as coisas. Nas eleições do Humberto Delgado, não participei em sessões, mas tinha conhecimento do que se passava: o assalto ao Santa Maria, o quartel de Beja, o tal avião que andou por aí e largou os panfletos, etc.

A associação abriu-me outras perspetivas. Porque uma coisa é sabermos das coisas pelos amigos, em casa, sossegadinho, sentadinho, de pantufas, e outra coisa é estar na luta.

Isso foi importante e na minha politização também, porque, no fundo, era uma politização para o teórico de saber, por ouvir falar. Participar nas greves, fazer parte dos piquetes de greve, andar a distribuir os comunicados, falar com as pessoas, ver a reação delas é uma experiência ímpar.

Depois é: organizar, fazer, desencadear, conduzir, falar, as questões, as movimentações.

E também o aspeto de organização de uma AE, que era um potentado comercial.

Na altura tinha umas dezenas de empregados e movimentava muito dinheiro. Isso foi importante, porque dá uma experiência de gestão e do saber fazer.

Na minha atividade, como engenheiro, nunca fui gestor, mas foi importante. Enquanto a maior parte os estudantes que saía do Técnico e que não tinha passado pela associação não sabia fazer isso, nós, por termos passado pelas secções, sabíamos.

No meu caso isso foi importante. E sei que há muita malta que passou pela associação, antes e depois de mim, que isso foi fundamental para a formação deles como engenheiros. Não só desse ponto de vista, como também do da relação com as pessoas, como se portam numa reunião, como se dirige uma reunião, como se consegue que uma reunião tenha resultados positivos, como se tomam decisões e se discutem problemas num espaço de tempo curto, de modo a ser possível fazer outras atividades ... Tudo isso é importante.

A experiência que tive com a universidade flutuante já foi uma coisa diferente. Estive uns tempos ligado à cantina, porque estava a perder dinheiro e a direção achou que eu podia

estancar a situação. E lá estava eu, todos os dias, com o diretor da cantina, que era eleito.

Na cantina, também surgiram listas concorrentes, houve uma altura que apareceram umas ideias da alimentação racional, e de não se beber vinho, e beber leite, e havia pastilhas de alho. A Faculdade de Ciências também foi um sítio onde isso se desencadeou. O Júlio Roberto, que depois dirigiu o ITAHU (Instituto Técnico de Alimentação Humana), fazia estudos sobre alimentação, e como era a alimentação racional. Isso foi implementado nas outras associações. Uma alimentação mais racional, menos à base daquelas coisas que faziam mal. Apareceu também na associação, uma secção sobre isso, o Gabinete de Estudos da Alimentação ... (não me lembro como se chamava). Tinham uma publicação. Houve um ano em que apareceram duas listas: uma que queria acabar com o vinho, só se vendia leite ou água; e outra que não. Depois os outros diziam:

– Não! Isso é como cada um queira. Se quiser beber vinho bebe vinho, se quiser beber leite, bebe leite.

Ganhou a lista mais liberal, porque a outra era demasiado fundamentalista. Depois houve uma campanha, vários debates e boletins.

Portanto, havia uma direção eleita na cantina, e, às tantas, a direção resolveu que eu ia ver isso da cantina. Então fui para lá com a direção da cantina e com a senhora que era a gerente. Todos os dias fazíamos as ementas, os preços dos alimentos, tentar reduzir custos. A cantina lá se equilibrou, melhorou, deixou de perder dinheiro. Isso foi uma experiência importante.

Depois participei noutras coisas: organização de bailes, organizámos uma gincana dentro do Técnico, com os maluquinhos dos automóveis, que nem sequer era malta que ligasse muito à associação.

Já havia automóveis suficientes para isso?

Já, e havia os maluquinhos dos automóveis que andavam lá a acelerar. E havia a parte desportiva também, mas só mais tarde é que estive no CDUL. No Técnico não tive grande participação. Embora, a certa altura, me tivessem posto a dialogar com os tipos do rãguebi. De vez em quando, eles vinham falar comigo a pedir dinheiro fora do orçamento. As secções tinham

um orçamento, era aprovado e, portanto, aquilo estava estipulado. Fora do orçamento haviam umas coisas, e, então, lá se tinha de estudar o assunto, se era possível ou não dar mais uns dinheiros para o rãguebi.

Para os que não passavam pela associação a escola não ensinava esses aspetos.

Era como ter uma cadeira de gestão?

É, exatamente. Como se geria, como se trabalhava em equipa. Porque nós depois íamos para empresas e o trabalho era em equipa.

Então e a experiência no Técnico? Já que disse que eram diferentes ...

A experiência do Técnico, em si, tive cadeiras que eram bem dadas, tive cadeiras que eram muito mal dadas. Mas o Técnico, de uma maneira geral, não preparava para a indústria. Havia um caso ou outro, mas não preparava.

Fui para o setor da eletricidade, não tinha nada a ver com a química. E aí tive de aprender muita coisa de novo. A maior parte dos estudantes, quando saía do Técnico, também tinha que ir aprender. No Técnico aprendiam-se as bases: a pensar, esquemas de raciocínio. Os engenheiros eram os tipos que serviam para tudo. Agora já é menos assim, mas naquela altura era um bocado. Tomavam conta das finanças das empresas, da parte administrativa, de aspetos técnicos fora da sua especialidade, eram gestores sem essa formação.

Nas pequenas e médias empresas o patrão contratava o engenheiro para ser pau para toda a obra. O Técnico dava uma formação geral que permitia às pessoas entrar em vários setores, mas do ponto de vista técnico tinham muito para aprender. Isso era das tais coisas que era criticável e que o Congresso do Ensino de Engenharia falava, e eu também senti isso. Embora gostasse muito de química, e tivesse tirado esse curso, fui para a Junta de Energia Nuclear, fui selecionado, porque tinha boas notas em matemática. Trabalhei ainda na matemática, na estatística, na economia, que era diferente daquilo para que tinha sido preparado e onde tinha formação. Nesse ponto de vista, o Técnico não me serviu de muito. Possibilitou-me ter capacidade para me adaptar a outros domínios.

Saiu com uma formação completa, e foi trabalhar para outra área. Podemos dizer que a formação da associação e a pedagógica e académica do Técnico foi relevante para a vida?

É evidente que sim, mesmo com esse aspeto de não ter sido preparado para aquilo em que depois fui trabalhar. Talvez muitas matérias do Técnico, embora eu não me tenha apercebido disso, tenham sido capazes de abrir esse espaço. Um engenheiro tinha uma formação de cinco ou seis anos, não era nuns meses que se ia aprender física ou química, eram muitos anos de trabalho. Provavelmente, as finanças e a economia das empresas naquela altura eram tão simples que era fácil entrar nisso, não se justificava um curso superior.

Os engenheiros não projetavam as fábricas, vinha tudo feito de fora. Tinham de saber como funcionavam os equipamentos. Quando havia problemas complicados, vinha o técnico estrangeiro, porque o português não tinha participado na [realização] do projeto.

A nossa indústria estava muito atrasada ...

Estava e está. Estou convencido que hoje continua a não se fazer projeto. Hoje, em termos comparativos, até devemos estar pior do que aqui há uns anos atrás, porque havia muitas empresas de projeto em Portugal que praticamente desapareceram. Não se faz. O pouco que há é importado.

Acha que ficou alguma coisa por dizer?

Ainda assisti aos primórdios da contestação do problema da cantina e à questão do piquenique no pavilhão central. Ainda fui lá à hora de almoço, porque depois tinha de ir trabalhar, mas depois já não assisti às outras coisas. Mas ainda passei por lá para ver como era. Isto deve de ter sido em 68. Ainda estive num plenário, em 67 ou em 68, na Cidade Universitária, que foi muito falado; aquele em que o Gama meteu a moção no bolso. Foi uma moção qualquer que ele não gostou que pôs no bolso e não a apresentou aos estudantes para votação. Ele era do secretariado da RIA, na altura.

De resto, é capaz de haver mais coisas em que eu tenha participado e de ter vivido, mas sou capaz de não me estar a lembrar.

Houve uma coisa de que não falámos, mas depois disso não teve grande desenvolvimento: tinha havido, nos anos 50, uma movimentação estudantil no sentido de os estudantes terem bilhetes mais baratos na Carris. Suponho que isso chegou a ser implantado. As reuniões intersociais falaram nisso e depois foi à RIA, que acabou por aprovar, mas de uma maneira um bocado forçada.

Havia um tipo muito ativo das reuniões intersociais, o João Crisóstomo, que quando foi o período das cheias também andou muito metido no boletim Solidariedade (ou o *Solidariedade* será na altura das prisões? Já não me lembro bem). Ele era o tipo dos comunicados. Andava em ciências sociais e próximo desses problemas do jornalismo, de publicações, dos aspetos gráficos e de paginação. Na altura das prisões houve uma publicação que é capaz de ser o *Solidariedade*, e nas cheias [deve ter sido] a *Unidade Estudantil*. Quando das prisões, a PIDE andou um bocado em cima para ver se dava cabo do aparelho das publicações.

Com as cheias, a publicação era a *Solidariedade Estudantil*.

Ele andou metido nisso, e isso também era tudo feito no Técnico. A certa altura não era feito na secção de folhas, era debaixo das bancadas do campo de jogos. Havia lá umas instalações que deviam ser para os banhos da malta que jogava mas aquilo estava desativado e montou-se lá uma máquina, que era o SCIP, e o João Crisóstomo estava muito ligado a isso. Depois, deu-lhe na cabeça de explorar essa nova reivindicação dos bilhetes mais baratos para os estudantes. A RIA aprovou isso, mas não teve grande expansão. Eu também andei metido, fui falar com os vereadores da câmara de Lisboa, que tinham de aprovar. Um vereador, um velhinho que era conhecido de uma senhora minha amiga, disse que ia apoiar e propôr. Ainda se mobilizaram uma série de estudantes para irem à sessão da câmara municipal em que isso foi discutido. Acho que todos votaram contra. Foi uma tentativa de sair para fora da universidade e de aparecer com uma coisa que interessaria aos estudantes, mas que, por outro lado, chocava com o estado de coisas.

Em que período esteve no Técnico?

Estive no Técnico de 1960 a 1967. Entrei para a Faculdade de Farmácia em 1957, com 16 anos. Terminei em 1960 e nesse ano, entrei no Técnico concluindo o 1º ano nesse ano letivo. Em 62, vou para a Faculdade de Ciências onde terminei o 2º e o 3º ano, ficando com o cálculo mecânico e gráfico do 2º ano por fazer. Em 64, estou praticamente sem estudar. Regresso ao Técnico em 65 para fazer o 4º, 5º e 6º anos. O curso era de seis anos e eu fi-lo em sete. Formei-me em 1967.

Sou presidente da AE em 66/67, no ano anterior tinha sido o António Redol e a seguir o Fernando Sacramento.

O que o levou a escolher um curso de engenharia no Técnico?

Desde miúdo que queria ser engenheiro químico. Por razões familiares e económicas o meu pai recomendou-me que tirasse primeiro farmácia. Farmácia é um negócio de família, já o meu avô e bisavô tinham uma farmácia. Na altura uma farmácia só podia ser propriedade de farmacêuticos, o que aconteceu até há dois ou três anos. Tinha toda a lógica, sendo eu filho único, que assegurasse o negócio de família. De modo que tirei farmácia, na altura um bacharelato porque só havia licenciatura no Porto. Quando me formei o meu pai passou a dar-me um pequeno ordenado já que eu trabalhava na farmácia, aliás desde os 14 anos que lá trabalhava, ajudando-o. Depois disso, deixou-me tirar o curso que gostaria, que era o curso de engenharia química.

Em Lisboa toda a licenciatura em engenharia, era no Técnico e fui naturalmente para o Técnico. Quando lá cheguei os meus colegas eram normalmente três anos mais novos do que eu. Tinha 19 anos quando entrei e já era formado em Farmácia. Os meus colegas tinham 16

ou 17 anos e de certo modo eu já era um pouco mais maduro.

No 1º ano achei que havia muita confusão. Ia-se a correr para as aulas para apanhar lugar sentado, por exemplo nas matemáticas gerais. Não apreciei muito essa parte. Fiz as cadeiras todas do 1º ano, como disse, e voltei à Faculdade de Ciências, onde já tinha andado dois anos. De farmácia tinha dois anos, praticamente metade ou $\frac{1}{3}$ feito na Faculdade de Ciências. Conhecia bem a Faculdade de Ciências, tinha tirado lá as análises químicas, a química geral e a botânica geral. De modo que, voltei para terminar os preparatórios.

Depois houve a greve académica e a crise e por causa disso acabei por perder um ano. Estive um ano sem estudar, só com uma cadeira semestral. Nesse ano trabalhei com uma equipa de filmagem que foi uma experiência muito agradável e inesquecível. Fui 2º assistente de realização e aderecista num filme.

No Cineclube Universitário?

Não. Era um filme a sério, comercial, *As ilhas encantadas* do Carlos Vilardebó, com a Amália Rodrigues, o Pierre Vanneck e o Pierre Clémenti, rodado na Madeira, na maior parte do tempo em Porto Santo.

Trabalhei durante esse ano e vim fazer a cadeira que me faltava e depois voltei para o 4º ano.

Casei no princípio de 1965, estaria no 4º ano, e acabei o curso ajudado pelo meu pai de quem eu era empregado na farmácia. Acabei-o já casado e com filhos. Tive duas filhas quando ainda estava no Técnico.

No 5º ano fui eleito para a Junta de Delegados, era o delegado de curso. Depois fui eleito vice-presidente da mesa da Junta de Delegados, cujo presidente era um colega de civil que de-

pois viria a ser dirigente e deputado do MDP/CDE, o Silveira Ramos.

Em 65, houve uma grande repressão feita pela polícia nas universidades. Muitos quadros foram expulsos, presos e exilados. Foi uma razia. Portanto, havia uma escassez de quadros. Eu sempre tinha estado muito empenhado na luta política desde Farmácia.

O meu batismo de fogo foi nas eleições do general Humberto Delgado, em 1957, onde andei a distribuir votos e a pintar paredes com uma seringa cheia duma solução aquosa de nitrato de prata, uma inovação de farmacêutico. O nitrato de prata de dia não se vê. O sol aparece e só no dia seguinte é que vê a preto por uma reação fotoquímica estável. De modo que de noite andávamos ali, se viesse a polícia não estávamos a escrever nada, estávamos a seringar as paredes, uma brincadeira de miúdos, mas a verdade é que no dia seguinte lá aparecia HD, Humberto Delgado. Nos dois primeiros enganei-me e escrevi à italiana: UD. No dia seguinte, na *Nova Iorque*, hoje agência bancária, na zona do Campo Grande, houve um companheiro de noites e de *pinta paredes* que disse:

– Quem foi o camelo que escreveu Humberto Delgado com U?! – Eu disse:

– Onde é?. – E ele responde:

– No Campo Pequeno. – Respondi:

– Esse camelo fui eu. Mas esta noite já vou emendar.

Depois lá começaram a aparecer uns Humbertos Delgados com H. Estamos em 56/57, eu era um miúdo.

Na altura não alinhava partidariamente, mas já estava na política.

Voltemos ao Técnico dos finais dos 60. Vieram, então, convidar-me para organizar e presidir uma lista para a direção de AEIST. Consegui fazer uma lista unitária muito alargada. A lista ia desde os marxistas-leninistas aos comunistas chamados ortodoxos ou do PCP, passando por socialistas, como eu, e por católicos progressistas, malta democrática e de oposição ao regime fascistóide. Tomámos conta da associação e lá a gerimos. Depois acabei por sair da direção no fim e fui para o secretariado da RIA com amigos das várias associações. Lembro-me do Amadeu Lopes Sabino, do Alfredo Barroso, do Fernando Baptista de Agronomia e de vários

de Económicas. Havia gente de todas as faculdades. Curiosamente, Farmácia ainda não apreciava. Tinha estado em Farmácia, onde já havia pessoal da oposição e ativistas nas eleições do Delgado, mas não terão germinado logo algumas sementes que lá terão ficado, porque aquilo era um meio difícil.

E acabo o curso. Tinha prometido à minha mulher que o acabava em julho e acabei. Nessa altura as filhas estavam mais crescidas e as coisas eram complicadas, até porque a minha mulher não trabalhava.

Como descreve o seu primeiro contacto com o Técnico?

Muito agradável. O Técnico é espetacular. Nessa altura não havia tanta gente com carros, tínhamos menos mobilidade e, portanto, nós andávamos por ali. Era um sítio agradável, com uma esplanada. Tínhamos oficinas de carpintaria e de serralharia, que era uma coisa interessantíssima e que se perdeu. Os alunos tinham contacto com o trabalho oficial, isso perdeu-se. Provavelmente hoje os pedagogos das tecnologias dirão que isso era um disparate, mas eu acho que não. Depois tínhamos uma coisa espetacular que era a AE, que tinha uma cantina fabulosa, onde almoçavam e, salvo erro, jantavam muitas centenas de estudantes, não só do Técnico como de outras faculdades, por exemplo o antigo primeiro-ministro de Moçambique, o dr. Mário Machungo, ia lá muitas vezes. Recebíamos colegas de todas as escolas. Pela cantina, pelo turismo universitário e, *last but not the least* pelo centro de atividade de política estudantil que o Técnico apoiava e irradiava. Aqui a sementeira era fértil e deu sempre gloriosas colheitas.

A associação do Técnico era um foco fundamental, era a casa de todos os estudantes que queriam ir ali.

As secções funcionavam muito bem, como a secção de folhas, a radiofónica ou a de propaganda (que, no fundo, transmitia informação interna). A parte desportiva era interessantíssima. Jogávamos futebol de salão. O Técnico tinha equipas de andebol e de voleibol. A equipa de voleibol chegou a ser campeã nacional. Uma equipa maravilhosa que foi ao campeonato europeu. Perdemos em Barcelona e tenho a impressão de que fomos roubados num ponto.

A alimentação era boa, que depois passou a ser uma alimentação racional pondo leite e sumos em vez de vinho. Primeiro houve reação, mas depois acabou por se aceitar.

Como referi o Departamento de Turismo Universitário ultrapassou tudo o que se poderia esperar duma organização de estudantes e foi um elemento catalizador do gosto pelo viajar e um financiador fiel das restantes ações da AEIST e até de outras atividades estudantis.

Os professores eram muito bons. Apanhei ainda o famoso Ilharco da química, eu que já tinha tido o D. António Pereira Forjaz, em Farmácia. Apanhei estes dois professores de química curiosíssimos, cada um da sua forma. Digo por graça que mesmo sendo republicano reconheço que o D. António Pereira Forjaz era um homem de fino humor e interessantíssimo. O prof. Ilharco era o das cores, dos esquemas e dos dossiês bem elaborados. Deu-me uma *surra* na oral de química inorgânica com a química do enxofre, mas lá passei folgadoamente.

Com qual é que se identificou mais?

Dos de química, o professor com quem mais me identifiquei foi com o prof. Herold, de quem ainda sou amigo e que vejo às vezes. Gostei muito da parte das químicas industriais, da indústria química e das tecnologias lecionadas pelo diretor do IST da altura, o eng^o Luís. Era o Luizinho. Ele trabalhava também na CUF e no fim do 5^o ano de química organizava sempre lá um jogo de futebol, entre nós e os engenheiros da CUF. Normalmente ganhávamos. Nesse ano marquei um golo de cabeça. Deve ter sido o único da minha vida que marquei de cabeça.

Portanto, havia professores de grande qualidade, mesmo nas matemáticas. Apanhei o Dias Agudo, não só no Técnico, mas depois também na Faculdade de Ciências. Encontrei-o numa conferência de matemáticos no Técnico há um ano, de homenagem ao professor. Disse-lhe que tinha sido o único professor que me chumbou na vida. Ele respondeu-me:

– Não me diga uma coisa dessas. Que maroto que eu fui!

Disse-lhe que me fez passar um dos melhores anos da minha vida, porque trabalhei no cinema. Ele diz-me:

– Então estou perdoado? – Respondi:

– Perdoadíssimo. Chumbe-me outra vez!

Depois voltei para a Faculdade de Ciências. Voltei a adorar andar por lá. Era fabulosa. Muito mais, não direi livre, porque o Técnico em termos políticos tinha muita força, mas era mais anárquica e era mais pequena. Jogávamos pingue-pongue e tínhamos o Jardim Botânico logo ao lado para onde íamos namorar de mãozinha dada, o que ainda era difícil nos inícios dos anos 60. Nessa primeira vez que ali andei, a minha mulher também andava na Faculdade de Ciências e aí nos conhecemos melhor.

Aí tive então o prof. Dias Agudo e o tal *chumbito* de boa memória. Fiz lá as físicas e as matemáticas, as análises matemáticas e as analíticas, o cálculo integral e infinitesimal, e o cálculo numérico, mecânico e gráfico. Tive probabilidades e estatísticas com um professor notável, que mais tarde veio a ser meu amigo e fomos politicamente correligionários, o saudoso prof. Tiago de Oliveira. A equipa de matemáticas da Faculdade de Ciências era também notável. Foi muito giro e tive boas notas, porque eles ensinavam bem a matemática. O cálculo numérico, mecânico e gráfico foi mais um acidente de percurso ou então aquela parte inexplicável do destino que nos leva a conhecer outras coisas e outras pessoas, que a rotina do dia a dia nos faz permanentemente perder.

No Técnico fiz o 4^o ano com a famosa física quântica, uma cadeira terrível com um professor de física que chumbava toda a gente, mas que me deu 14. Era o prof. Silveira, um tipo muito esquisito no sentido de dureza. Nunca percebi aquele 14, porque era uma nota altíssima. Depois de 14 ele dava 18, e aos alunos a quem dava essa nota convidava-os no 4^o ano para assistentes. Portanto, eu fiquei muito abaixo, mas era uma excelente nota. Lembro-me do nosso colega Rosa, que devia ser um tipo pré-destinado para a física e justamente o prof. Silveira apanhou-o no 4^o ano e mandou-o logo para os Estados Unidos para se preparar. Eram tipos com outra visão das coisas e os tempos eram outros. Nós, no fundo, também éramos muito menos.

No Técnico, para além das aulas, quais eram os locais onde se encontravam com maior frequência?

A AE obviamente. Depois, ia para a *Nova Iorque*, onde estudava da parte da manhã ou para o *Tatoo*. A minha tertúlia do *Vá-Vá*, depois do jantar, não era uma tertúlia de engenheiros, era uma tertúlia de gente das artes gráficas, cineastas, atores de teatro, jornalistas e escritores. Os jornalistas Baptista Bastos e o Manuel Azevedo faziam parte dessa tertúlia. O Manuel Azevedo foi um jornalista do *Diário de Lisboa* que entrou no filme do Manoel de Oliveira, *Aniki Bóbo*, ainda muito jovem, (é o que canta um fado, com as mãos nos bolsos encostado a uma parede), que é pai da Manuela de Azevedo que lançou um livro e que, na altura, foi presa pela PIDE e barbaramente torturada. Também me lembro do António Pedro Vasconcelos, do Fonseca e Costa, do Fernando Lopes, realizador do *Belarmino*, os Matos Silva, o João e o Fernando – com quem trabalhei no filme *As ilhas encantadas* – o Raul Solnado e a Marina, a Sara Poleiri, ceramista, e o marido Luís, assim como o que morava por cima que era realizador de cinema e fez dois filmes com a Maria Barroso do qual não me recordo o nome. Também o queridíssimo João Rodrigues, desenhador de enorme talento, que era um homem que estava sempre a desenhar nos papéis e eu não guardei nenhum guardanapo desses.

Fazia desenhos giríssimos alguns eróticos, até mesmo a raiar a pornografia, nos guardanapos de papel. Tinha tentativas suicidas e um dia vem-me dizer:

– Qualquer dia suicido-me. – Eu disse-lhe:

– Quando te quiseres suicidar telefona-me para eu me despedir de ti.

E um dia telefonou-me e percebi que se ia suicidar. Estivemos no *Vá-Vá* a tomar um café e lá falámos. Passados três meses morreu. Não me telefonou. Se ele me estiver a ouvir neste momento pode ter a certeza que nunca mais lhe perdoou.

Estava ligado ao mundo das artes por alguma razão especial?

Bastante. Eu não direi que sou um artista frustrado, porque nunca enveredei por esse caminho. Desenho bastante bem e faço caricaturas.

Aliás, tenho uma caricatura do Freitas do Amaral publicada no *Diário de Lisboa* ou no *Diário de Notícias* e num semanário que era O Jornal. Quando saí do governo fui para a Assembleia da República e quando se volta dos governos vai-se normalmente para a última fila. Estava na última fila e estava o Freitas do Amaral a falar. Nessa altura o governo era PS/CDS, mas o Freitas não estava no governo. Ele nunca quis ir para o governo, nem ele, nem o Amaro da Costa, nem o Lucas Pires. Foram o Basílio Horta e mais dois dirigentes do CDS. Fiz uma caricatura do Freitas do Amaral e os fotógrafos que estavam atrás de mim fotografam-na e saiu em dois jornais, mas também não me zanguei por causa disso, foi um episódio honroso para contar aos meus netos.

O meu pai desenhava lindamente, simplesmente, nem o meu pai, nem eu somos criativos. O meu pai não era criativo, copiava. E eu acho que não sou criativo. Para ser artista não basta copiar. O artista cria, reconstrói a realidade, faz-nos descobrir novos caminhos na observação das coisas e do mundo.

Adoro música e passo a vida a ouvir música. Sou eclético. Eu gosto da chamada música dos grandes autores clássicos, adoro jazz e gosto de fado. Não tenho boa voz, mas às vezes dou um jeito, depende do tom. Pedi à minha mulher que ponha no meu funeral os *Beatles* como música de fundo!

A minha passagem pelo cinema foi ocasional e meramente operacional. O meu nome aparece no genérico como aderecista. O filme passava-se no século XVIII e eu tinha que ir aos antiquários buscar coisas dessa época. Tudo isto aconteceu no ano em que estou sem estudar.

Se bem que, apesar de também ir ao *Vá-Vá*, sobretudo à noite, essa fase é capaz de ser no meu 3º ano, porque tive uma fase de *bridge* antes de casar. Passava a vida a jogar *bridge* com um grupo de amigos e ia a torneios. Quando andava no 2º e 3º anos do Técnico jogava *bridge* no Centro Nacional de Bridge, que ainda existe na avenida António Augusto de Aguiar. Depois de casado focalizei-me mais nas coisas do Técnico e na família.

Juntavam-se principalmente nos cafés?

Na noite em que a minha mulher teve a criança, tínhamos ido ao cinema, ao Roma, e depois ao *Vá-Vá* tomar um cafezinho, isto a 7 de dezembro com um frio de rachar e ela com uma barriga enorme. Chegámos a casa por volta da meia-noite e meia. Lá para as 6 horas da manhã ela acordou-me, disse que estava com uma moinha. No dia seguinte nasceu a minha primeira filha, Rita de seu nome, na maternidade alemã. Não tínhamos carro, vivíamos na avenida Infante Santo e vínhamos de autocarro. Os luxos são para agora. Connosco era no duro. Era vida de cafés e era neles que estudávamos.

Quais eram os temas de debate e de conversa?

No *Vá-Vá* a conversa era muito intelectual e política. Política discutia-se sempre e em toda a parte. No Técnico era a conversa normal entre rapazes e raparigas (química ainda tinha bastantes raparigas). Tínhamos conversas políticas sobre como deitar abaixo o governo.

Com os colegas a conversa profissional era habitual pois estudávamos e trabalhávamos juntos. Muitas vezes em grupo.

Conversas conspirativas?

Claro! Exclusivamente.

Estamos em que anos?

Estamos em 62, 63 e 64. A certa altura, obviamente, a guerra colonial. Depois quem ia para a cadeia ia para a cadeia, quem não ia, safava-se. Do grupo com quem eu me dava, não havia um único a favor do regime. Quando muito, havia algum sob o ponto de vista profissional, pois trabalhava com o Instituto do Cinema e ia buscar um legítimo subsídio, mas não se vendia, nem nunca se venderam. Discutíamos sobre o fim do regime e como o fazer.

O submundo do Partido Comunista na universidade foi dizimado em 62 e em 65. Por isso, éramos cuidadosos, mas tínhamos as ideias claras. Não havia alternativa. A única hipótese era se desertávamos ou não, ou se nos íamos embora antes de ir para a tropa, ou não. Não só púnhamos isso em questão como alguns eram ativistas, e eu considero ativismo estar na Junta de Delegados e na associação. No Técnico, todos os que estavam na Junta de Delegados eram de

esquerda. O Silveira Ramos creio que era um homem católico e moderado, mas participou ativamente, como já disse, no MDP/CDE, portanto, era de esquerda. O António Mota Redol era um homem sempre entre o Partido Socialista e o Partido Comunista, nunca se ligou muito e tinha um certo sonho, gostava dos chineses e do Guevara, tal como eu.

Sempre muito ativo e promotor, ainda hoje de causas nobres.

Por volta de 64/65 começam a aparecer com preponderância os pró-chineses, nas AE.

Nós dávamo-nos todos com malta mais velha de esquerda.

Tínhamos conversas sobre a arte, pintura, música, cinema e, claro, política.

Além de conversarmos, também namorávamos, mas essa parte não era o foco principal da nossa entrevista.

O surgimento das teorias maoistas era discutido entre estudantes?

Falávamos do Mao Tse-Tung, do Che Guevara, mas curiosamente, falávamos pouco de Staline, porque o PC desviava as conversas. Tenho a impressão que foi na altura do Khrushchev. Em 56, houve Budapeste, a invasão das tropas russas na Hungria. Cuba foi depois, em 62. Há Praga, em 68, na altura tinha entrado para a Marinha. De modo que me afastei completamente do movimento estudantil.

Enquanto estudante do Técnico, quais os livros, os filmes, as peças de teatro e as músicas que recorda?

Em relação à música menos a clássica e mais *Beatles*. Na altura tinha vinte e poucos anos, eram mais os *Beatles* e os *Rolling Stones* e, claro, os baladeiros como o Zeca Afonso, o Adriano e essa malta toda. Em casa também ouvia o Jacques Brel, o Raimon catalão, um outro chileno ou peruano que tinha umas coisas engraçadíssimas, o Ismael (era tal a influência que ainda me lembro do verso!), o Bécaud, a Simone. Uns mais à esquerda e outros mais à direita. Também ouvia os cantores brasileiros. Curiosamente, no namoro, nos 18 e 19 anos, eram as canções românticas italianas, como *Non ho l'età*. Tudo muito romântico. No meu caso ouvi muitos franceses, como

Yves Montand e essa gente toda. Depois vêm os ingleses e os americanos, com referi.

No cinema era, claro, o neorealismo com muitos italianos. Também víamos cinema português. Depois veio a época áurea dos franceses já pós-Renoir, Truffaud e companhia. Vivi em Paris uns meses e andei por ali a ver toda esta gente do cinema moderno. Mais tarde aparecem esmagadoramente os americanos, mas também com tipos muito bons, tomando conta disto tudo com as grandes produções, como o *Ben-Hur*. A certa altura aparece o *007*, que deixou louca toda a cinematografia pela força e pela capacidade tecnológica. Não era só por o tipo ser, provavelmente, um bonito.

Em relação aos livros sou muito eclético. Aos 15, 16 e 17 anos li os autores portugueses, como o Alves Redol, o Aquilino Ribeiro que escreve muito bem mas às vezes é chato, o Ferreira de Castro, o Júlio Dinis e o Eça de Queirós. Lembro-me que o primeiro livro que li foi *A curva da estrada*, que me impressionou muito. Na história um homem e uma mulher que não eram casados foram passar um fim de semana num hotel em Espanha. Isto para mim foi o máximo! Dediquei-me muito à literatura francesa e americana. *Papei* o Jean-Paul Sartre, que me tornou, ainda hoje, uma mente completamente existencialista. Levo as coisas a sério, mas a mim não me levo a sério, porque sei que vou morrer aos 80 ou 90 anos, no máximo, e a terra tem milhões de anos. Levo as coisas a sério, por responsabilidade paga ou moral. Agora, a mim levar-me a sério?! Sou o que sou e fui até onde quis ir. Quando não quis ir mais parei. Acabou. E estou muito bem. Lia também Camus, Simone de Beauvoir e essa gente toda. Foi quase diário. Também andei pelos italianos, pelo Elio Vittorini, pelo Giovanni Papini ou pelo Curzio Malaparte. Variado e talentoso. Li *O navio dentro da cidade* do André Kédros e devorei o Nikos Kazantzakis. Havia também uma coleção muito boa, *As Três Abelhas*, que tinha traduções ótimas e nos permitia acesso a baixo custo a autores pouco divulgados em Portugal, por esses tempos. Depois dediquei-me muito aos livros americanos traduzidos, como *As vinhas da ira* do Steinbeck, mesmo até a própria Pearl Buck tinha alguma piada, o Budd Schulberg com o livro *O que faz correr Sammy?* Enfim, aquela época

dos americanos. Tinham um pouco de liberdade e de libertário. Passei também pelos clássicos do Tolstói e dos grandes romances russos, e a certa altura dediquei-me aos brasileiros. Descobri os brasileiros através do social e da geografia da fome. Um importante sociólogo da fome que li foi o Graciliano Ramos. Também li as crónicas fabulosas de Erico Veríssimo e, claro, o Jorge Amado. Curiosamente o livro que eu gostei menos do Jorge Amado foi *Capitães da areia* da fase comunista dele. Gostei mais das *Gabrielas* e de todos esses quando ele se libertou do dogma. É uma coisa espetacular. Fiquei sempre com o sonho de ir lá. Já fui à Bahia três ou quatro vezes e ando sempre à procura do Jorge Amado, além de ir tomar um cafezinho ao seu centro, ando à procura do Jorge Amado nas ruas, nas praças, nas bahianas que vendem bolinho ou nos bahianos que dançam ao capoeira e quando vou ao Brasil ando à procura das minhas imagens destes livros. É interessantíssimo ver isso.

Nos livros, tal como na música, tenho um gosto eclético.

A única coisa a que sou fiel é ao partido político que fundei, que é o Partido Socialista. Sou atualmente o nº 13. Que velho que já sou! Também sou fiel ao clube de futebol a que sempre pertenci, que é o Sporting, e à mulher com quem casei há 42 anos. É mais uma constância do que uma fidelidade. Porque, por vezes, também achei graça ao Bloco de Esquerda. Houve uma altura em que achei graça ao CDS sob o ponto de vista dos princípios. Só dos princípios! No PCP respeito a coerência, detesto a ortodoxia. No futebol quando a Académica joga bem, também gosto e até aprecio o Benfica, quando dá umas tareias aos estrangeiros.

Tenho quase sempre mudado de atividade de 4 em 4 anos. Estou neste emprego há 5 anos e até já acho estranho. Estive 4 anos no governo, 4 anos e meio na Tabaqueira, 4 anos num grupo privado Atlântica, não cheguei a quatro anos na Marinha.

Em que ano entra na AE?

Em 66/67. Eu já era da associação, mas trabalhar ativamente foi nesse ano. Como colaborador posso dizer que nunca fui um associativo no sentido de colaboração. Era um associativo de ir e estar na associação, mas nunca tive

responsabilidades. O mesmo em Ciências. Ia para lá e estava com eles, caso do Crisóstomo Teixeira, dirigente da associação da Faculdade de Ciências e dos manos Lemos, de Economia. Esta gente aparecia e nós andávamos por ali na associação, sendo que eu andava mais com as pessoas de Farmácia.

Em relação a funções desempenhadas na associação comecei logo por cima, como presidente. Embora os dois anos de trabalho na Junta de Delegados também fosse considerado um trabalho associativo. Tinha andado nas greves académicas e as pessoas conheciam-me de outras atividades.

Não era um associativo, mas participou no movimento estudantil?

Sempre. Conheci-os todos.

Fale da sua função na associação enquanto presidente.

A presidência na AE é anual, o que logo indica alguma precariedade estratégica. A estratégia é a de um grupo estudantil que corresponde à massa crítica associativa. Antes de mim estive o Redol um ano, o Mário Lino também um ano, depois de mim quem estive foi também um ano, o Sacramento, o Luís, o Mariano Gago. Não me recordo do mesmo presidente dois anos. Talvez há mais anos fosse assim, no tempo do João Cravinho ou do Dias de Deus. Uma coisa que verifiquei na associação foi que as secções funcionavam muito bem. Eram mais consistentes, porque o grupo que estava nas folhas podia estar mais que um ano, e o mesmo se passava com a radiofonia ou a propaganda. O grupo das relações internacionais – a secção de turismo também tinha um departamento – onde estava o Mário Marques Pinto que dinamizou e transformou aquilo que tinha sido lançado pelo Sérgio Palma Brito, que entretanto se exilou. O Mário Marques Pinto, no meu tempo, transformou o DTU em SIAEIST. Lançou uma rede de turismo com centenas de *charters* por ano que ajudou a financiar todo o movimento estudantil de oposição ao regime. Além da secção de folhas tínhamos também a Revista Técnica, que também era importante. O Desportivo também funcionava.

Portanto, era um pouco como a administração francesa dos anos 50 em que havia os diretores gerais franceses, a política e as repúblicas mudavam muito, mas a França continuava a funcionar. Aconteceu também isto um pouco em Itália.

A direção da associação ia mudando todos os anos, evidentemente tinha atividades, tinha uma representatividade internacional e política, e funcionava, fazia coisas interessantes e tinha uma boa infraestrutura, muito profissional mesmo que voluntária. Saíram dali grandes profissionais dos setores das associações e daquela em particular, como o caso da cantina.

Como descreveria a atividade da AE?

Era uma atividade de uma empresa bem organizada, a funcionar bem naquilo que eram as suas missões e com grande espírito voluntário. A maior parte das pessoas que dirigiam as secções eram voluntários, mesmo que, a certa altura, pudessem ter um pequeno pecúlio, porque gastavam ali muitas horas.

Era também um foco muito forte de natureza política que conseguia, e conseguiu, durante muitos anos conjugar uma atividade de consciencialização política de que o que estava a acontecer não era justo, nomeadamente no capítulo das liberdades, levando a cabo, apesar de tudo, algumas realizações, em que a polícia chegou a intervir com violência sem razão que tivesse a ver com alteração da ordem pública. Apenas com a alteração da ordem política, essa sim, mas como se verificou logo no próprio dia 25 de Abril de 1974, esse era um desejo generalizado de todos os portugueses. A exceção confirma a regra: convidar artistas claramente da oposição, para saraus, sessões culturais, colóquios sobre vários temas pedagógicos ou não, seminários e exposições. Desenvolveram-se algumas campanhas que eram apenas mobilizadoras dos estudantes porque, de facto, sabíamos que não íamos ganhar nada com isso. Por exemplo, a campanha dos transportes, que vista hoje foi uma campanha extremamente elitista. Os estudantes, filhos de pais ricos, iam pedir descontos nos transportes como os operários!

Muitas vezes há coisas em que é mais importante o fator indutivo que têm, do que propriamente a sua realização. A chama viva. Vejamos,

o 25 de Abril foi um golpe militar que podia ter falhado. O Salgueiro Maia, de quem fui amigo pessoal, disse-me:

– Pedro Coelho, eu tinha um tiro para dar e, mesmo assim, não sei se o canhão não estoirava. E tenho a impressão que o tanque que lá estava nem podia disparar. Quando se deu o 25 de Abril as pessoas, de repente, chegaram-se à meia dúzia daqueles que sabiam que tinham lutado contra o regime, isso passou-se em Beja, em Faro, em Santarém e em Lisboa; porque havia uns cavaleiros, uns velhos republicanos, uns jovens comunistas, uns jovens socialistas, um movimento social da igreja, que apareciam nas coisas da oposição e as pessoas juntaram-se e rapidamente perceberam quem era quem. Portanto, é importante não se perder essa chama, e, aí as AE e o movimento estudantil em geral tiveram uma função importantíssima.

Outro aspeto muito importante das associações foi, com a guerra em 61, e com a grande mobilização, a interpenetração entre os militares milicianos que vêm das escolas e são influenciados e esclarecidos pelas associações e os militares profissionais.

O António Guterres, um animal político, uma vez disse-me:

– Tu é que és o responsável por eu ser primeiro-ministro. – Eu respondo-lhe:

– Por ter fundado o Partido Socialista? – ao que ele responde:

– Não, é que eu fui à reunião em que tu foste falar aos estudantes que chegaram.

O presidente da AE ia todos os anos falar na presença do diretor da escola aos novos alunos. O Técnico era de facto uma coisa especial. Somos engenheiros e os engenheiros são pessoas um pouco especiais e nesse aspeto não são muito complicados

– Pela primeira vez na minha vida, com 17 anos, ouvi um tipo mais velho, presidente da associação, dizer que os estudantes estavam ali para estudar e para tirar um curso, mas que havia outras coisas pelas quais se deveriam interessar, como a sociedade, as outras pessoas, o desporto e as atividades culturais. Foi a primeira vez que alguém me disse que havia outras coisas para além de estudar.

Agora é multiplicar isto por 50000 conversas!

Às vezes dava jeito provocar a polícia para ela correr à nossa frente para a malta ver que havia ali uns polícias que corriam à frente. Não era de propósito, mas não fazia mal nenhum.

No meu tempo, à parte das federações, a AE do Técnico era a maior associação de estudantes da Europa, nas suas atividades e no seu orçamento.

Quando era presidente da associação fui chamado ao reitor, que era o prof. Herculano de Carvalho, um homem do regime, mas um homem de bem, um senhor, é o homem das análises das águas e uma grande figura da química clássica. Ele disse-me:

– Sabe, Pedro, vai-se ali ao ministério e nem calcula. Olham para vocês, como se isto fosse uma coisa subversiva. – Respondi-lhe:

– Senhor Professor, já olhou para mim? Casado e com dois filhos, acha que eu posso ser assim um revolucionário subversivo tão grande? Agora, a liberdade é outra coisa e nós lutamos por ela.

Nós podíamos ter esta conversa com o reitor. Não tive receio nenhum que ele depois dissesse à PIDE para me mandar prender.

Em 66/67 as coisas estariam mais calmas.

Estavam, mas talvez ele quisesse fazer com que acalmassem ainda mais. Eu era químico e não podemos esquecer que há a corporação dos químicos. Sabia que eu era já farmacêutico, já tinha um curso superior, achou graça e quis conversar comigo.

Mas porque razão o chamou?

Provavelmente porque no ministério haveria alguma preocupação com alguma movimentação e procuraram saber quem era o presidente. Entrei para a Ação Socialista justamente nessa altura, depois de ser presidente.

Eu andava muito com o dr. Mário Soares, com o dr. Salgado Zenha, e com os velhos republicanos socialistas, o dr. Vasco da Gama Fernandes, o Soromenho e com o Catanho de Meneses, este mais novo. Estava muito à vontade porque eles nunca me podiam acusar de comunista, já que eu estava com os outros que claramente não eram. Não faço ideia se foi por aí, também não me preocupei muito. Fui para

casa descansar e no dia seguinte lá estava na associação.

Não houve nenhum contratempo?

Não, nunca tive chatices.

Ser presidente da associação evidentemente era um cargo importante. Tinha a sua direção, coordenava os trabalhos, representava a associação no exterior e dava a cara. Há uns presidentes mais orientadores e menos orientadores, eu sou um operacional. Tenho a minha cabecinha, graças a Deus lá vai funcionando. Eu estava ali claramente por dever cívico, ainda por cima casado e com dois filhos. Dever cívico porque nós tínhamos que participar nas pequenas ilhotas de liberdade e democracia que tínhamos. A associação era uma ilhota já *boazinha* na sua dimensão e na sua força.

Como era a relação da associação com outras AE?

Alunos do Técnico noutras associações não tenho grande ideia; sei que havia malta do Técnico que passava por Económicas e talvez alguns do Técnico tivessem uma namorada em Letras.

Mas, o Técnico era um centro da universidade em Lisboa, não só da Técnica como também da Clássica, isto devia-se à cantina e às atividades desportivas. Tinha um ginásio, uma piscina, um campo de futebol de cinco e um ringue de patinagem, bastante mau mas tinha. Era um pólo de atração. Tinha várias atividades: chegou a ter rãguebi, voleibol, este fundamental, andebol, e judo, posto pelo Sacramento, o presidente que me sucedeu. Creio que ainda no meu tempo comprámos uns tapetes para o judo.

Vinha ali muita gente e, principalmente, muita conspiração partia dali. Em Direito e Económicas também se conspirava bem, mas o Técnico serviu de infraestrutura logística e de presença à maior parte das RIA e não só.

Em julho de 67 estava na RIA e o Sacra na direção da associação. É o ano em que acabo o curso, ainda estou em funções, mas o Sacra já está eleito. Decidimos fazer, por proposta de Direito – do Amadeu Lopes Sabino, do Alfredo Barroso e do Duarte Lima, – uma manifestação contra a guerra do Vietname. Nós aceitámos. Organizámos, então, o comité, composto por: mim, pelo Alfredo Barroso, pelo Arnaldo

Matos, pelo Teixeira, da Faculdade de Ciências (há o Teixeira e há o Teixeira, este é o Teixeira), pelo Moita, da associação de Económicas, pelo Zé (não recordo o nome completo) de Agronomia e pelo Armando Mandes do IS-CPU, já falecidos. Organizámos um comité que funcionava no gabinete da direção da associação no Técnico!

Como foi isso possível?

A guerra do Vietname era evidentemente impopular não só pelo *povo da esquerda* como para um grande número de cidadãos comuns que não entendiam a sua razão, nem sequer os eventuais proveitos para o mundo ocidental e para a democracia deste conflito. Aliás a história recente mostrou a bondade dessa discordância.

É óbvio que a nossa manifestação tinha um objetivo claro de mostrar à opinião pública que nada se resolve pela guerra (haverão guerras justas?) e que a questão colonial teria de ter outro caminho para uma solução justa e equilibrada (também aqui a história mostrou a razão dos que se opuseram a estas guerras de África em que Salazar nos enrodilhou).

Apesar disto o apoio claro dos Estados Unidos à tese da independência das colónias portuguesas e concretamente a um dos movimentos de libertação tornava-os de certa maneira *persona non grata*. Será por isso que não fomos todos parar ao presídio político de Caxias nas vésperas da *manif*? Nunca o apurei, nem me preocupou o assunto.

Mas se tinha uma ligação óbvia com a guerra colonial. Era de desconfiar!

Dá para ver o sarilho e a contradição que há nisto tudo. Por um lado os americanos a apoiar o FNLA, por outro lado nós a fazermos barulho contra a guerra do Vietname! Mandei então fazer um papel contra a guerra do Vietname em *stencil* eletrónico. De repente, aparece na reunião o Sacra, já presidente eleito, e diz: – Este papel foi feito aqui? Pedro, não pode ser. Só há *stencil* eletrónico no Técnico!

Lá tivemos que deitar tudo fora!

A manifestação começou à porta da embaixada americana. A malta começou-se a juntar-se ao pé do Camões e a certa altura demos ordem e começou. Deitámos dois frascos de tinta, salvo

erro azul para os vidros. Tínhamos feito o itinerário da manifestação pela rua Dona Estefânia, onde eu morava, de modo a chegar ao Técnico e nos pirarmos todos lá para dentro. Nesse dia o tio da minha mulher fazia 50 anos e dava um jantar no Casino do Estoril, de modo que eu tinha que passar por ali, sair e ir para casa vestir-me num instante e ir para o Casino. Eu disse que precisava de passar pela minha casa e disseram-me que não havia problema e que até dava jeito no caso de ter que se fugir.

Logo no início a polícia com cães começou a perseguir-nos, logo ao pé do Camões. Eu vinha atrás da manifestação, com mais dois, a controlar os cães e a polícia. Lá se andou e lá passei por casa, onde estava a minha mulher e os meus cunhados todos à janela. Disse-lhes:

– Eu ainda vou ali mais um bocadinho porque ainda é cedo.

Fui até ao pé do Técnico. Levava um boné para amortecer no caso de me darem uma cacetada na cabeça. Depois emprestei o boné ao João Soares, que ia ao pé de mim, assim como o Arons de Carvalho. A malta que organizou a manifestação ia toda à frente. Eu fiquei a ver e depois logicamente passei também para a frente. Vi que eles não iam atacar, deixando a malta entrar no Técnico e acabou.

Foi essa a primeira manifestação, toda organizada lá dentro.

Funcionava no Técnico a comissão interassociações da propaganda, cujo responsável era um tipo pequenino de barba cerrada e óculos de pitosga, o querido e corajoso João Crisóstomo que trabalhou no teatro A Barraca. Quando a malta precisava de fazer papéis ia ter com o João Crisóstomo. Infelizmente já faleceu. Havia também um colega muito simpático e bem parecido chamado Alexandre de Oliveira, um moço que podia ter sido um ator de cinema daqueles modernos do género do Tom Cruise. O Alex era de Direito ou de Económicas e passava a vida no Técnico, porque era da propaganda. Um dia, fui ao Técnico, e alguém me disse que iam prender o Alex. Fui logo à procura dele. Encontrei-o no dia seguinte e contei-lhe o que me tinham dito. Ele foi para o Técnico arrumar papéis e pôr tudo em ordem.

Mas como chegou essa informação?

Nunca consegui perceber. Podia ser um informador duplo que gostava do Alex ou podia ser um informador que quis saber se eu tinha contacto com o Alex e me deu essa dica para ver se eu lhe dizia, pode ser uma conversa dos pides ouvida num café. Pode ser qualquer coisa. Se me perguntarem quem me disse isso já nem me lembro, porque fiquei muito satisfeito de o ter safado. E não foi preso. Passou então à clandestinidade e passados dois ou três meses meteram-no na cadeia onde foi muito mal tratado. A mãe disse-me uma vez que achava que foi a prisão dele que o levou, passados uns tempos, à morte. Penso que ele era marxista-leninista, não sei se andava com aqueles que mais tarde formaram a UDP, e era no Técnico que ele tinha as coisas guardadas. Este é um exemplo concreto de que o Técnico era, claramente, um centro de subversão ao regime. Não quer dizer que Direito não fosse também outro centro de subversão, com gente na linha do Sampaio, do Wengorovius, do Lopes de Almeida, do Lopes Sabino.

Aproveito para relembrar outra história que exemplifica como se vivia em Portugal e os riscos que os lutadores pela liberdade corriam.

Na minha rua havia um tipo que tinha uma oficina e nós em casa desconfiávamos que ele era da PIDE. Era uma questão de intuição ou comportamento. Estávamos em 73 e eu um dia passo e vejo-o a falar com uma pessoa alta e bem parecida de olho verde e elegância discreta. Eu tinha estado há pouco tempo numa reunião clandestina com o Carlos de Brito, e com mais duas pessoas do PCP, um dos quais era este amigo. Nesse tempo não conhecia nenhum dos três que referi. O objetivo foi discutir a organização das listas para Lisboa nas eleições de outubro de 1973. E vejo aquele amigo a falar com um gajo da PIDE e disse cá para comigo:

– Este tipo está ali a falar com aquele gajo aqui e a esta hora. Não gosto disto. – Tentei encontrá-los, mas não consegui, o Carlos Brito estava na clandestinidade e os outros desconheciam o paradeiro.

Depois do 25 de Abril quando eu os fui buscar à cadeia em Caxias, creio que a 26 ou 27, não é que o amigo me sai como preso! Tinha sido denunciado por alguém de sua confiança.

Enquanto estudante do Técnico, quais foram os momentos mais marcantes do movimento estudantil?

A repressão de 65, evidentemente, porque é uma repressão violenta.

O Congresso Interassociações que fizemos na piscina.

O que recorda desse Congresso?

Estava sentado com a minha mulher e com o diretor do Técnico, que quis estar sempre presente para evitar que a polícia lá fosse. Fiz um discurso de circunstância, sem dizer nada, o que levou da parte do Alberto Costa a um comentário que a minha mulher ouviu:

– O Pedro é um especialista em generalidades. Ela não achou graça nenhuma à brincadeira, mas não disse que era minha mulher. A minha mulher conta-me o que ouviu e eu respondi-lhe: – Talvez o Alberto Costa não saiba que esta é a minha função aqui.

Importante foi também sermos campeões nacionais de voleibol. Foi uma coisa marcante na minha passagem por ali. Tínhamos uma equipa maravilhosa.

Outra coisa interessante foi uma sessão curiosíssima com o Tengarrinha e com o Sottomayor Cardia com um tema, obviamente, muito intelectual.

Outro episódio interessante foi festejarmos o aniversário de um decreto, não sei se era o 40900, em que fizemos uma exposição histórica e em que apresentámos o livro das assinaturas – que espero que não tenha sido perdido nem roubado – contra o decreto 40900 de que era fiel depositário o Técnico. Em meu entender, esse livro devia ir para a Biblioteca Nacional.

Outro momento marcante foi, claro, os sete foguetes que deitei no dia em que me formei.

Tradição que creio que ainda subsiste no IST.

Referiu que depois de 67 pertenceu à RIA. Mas já não era estudante.

Fiquei durante uns tempos, mesmo já não sendo estudante. Havia ali uns dois ou três meses em que uma pessoa ia passando a pasta, até outubro. Ainda fiquei quase um ano.

Na RIA que papel desempenhava?

Não havia secretário geral nessa altura, decidimos não eleger. De certo modo agreguei uma equipa e, digamos que, se a pessoa que convoca e leva as pessoas a juntarem-se se chama coordenador, então fui uma espécie de coordenador. Quem conhece bem essa história é o Mariano Gago, que no outro dia me recordou que nós estávamos numa RIA e eu estava num jantar oficial com os ministros, da Educação e outros, e então ia de um lado para o outro e fingia que vinha cá fora, e vinha falar com eles. Já nem me lembrava disso.

O Mariano Gago entrou no Técnico três ou quatro anos depois de mim. Foi presidente, bem como o Sacramento, o Mário Lino, o Dias de Deus, o Luís Leitão que foi para a Alemanha com uma bolsa da Fundação Friedrich Ebert. O Fernando Vicente, curiosamente, nunca foi presidente, embora estivesse sempre na primeira linha do combate e do trabalho associativo.

O Fernando Vicente era o meu homem de confiança, embora ele fosse do Partido Comunista e eu não. Fiquei chateado com ele porque, um dia, houve uma reunião na Mongólia Exterior, onde eu deveria ter ido e ele sonogou-me essa informação. Somos grandes amigos. O Fernando Vicente era o homem que fazia todo o planeamento e toda a parte de obra da Festa do *Avante!* Ele é engenheiro civil.

Estava na RIA quando foram as cheias de 67?

As cheias são o grande ponto do movimento estudantil nessa altura! Como é que me esqueci disto! Eu estava justamente na RIA. Foi com o Alex, com o Sacramento e com essa malta toda que organizámos os piquetes. Fui para lá, para a lama, no próprio dia. Estive na famosa sessão em que o governador civil de Lisboa teve que vir falar connosco. Fiquei ali sentadinho a assistir a isso, um bocado discreto porque, como já não era estudante, não queria que eles julgassem que havia ali um comissário político a mandar. Andei por aí. O Alex escreveu num jornal um editorial cujo título era *Morreram ou foram mortos?* Isto tudo foi feito no Técnico.

Em que jornal?

Num jornaleco nosso, num número especial. O nome do jornal era *A Catástrofe*, *A Cheia* ou algo

do género. Quem fez e distribuiu esse jornal foi o João Crisóstomo e provavelmente o *little* Simões e o Fernando Valdez. Metemos o pescoço até ao fundo. Foi importantíssimo. Foi uma grande campanha que nós fizemos toda articulada no Técnico. Acabou por ser reconhecida pelo próprio governo, pela cidade de Lisboa e pelo governador civil. E não houve repressão. Eles tiraram-nos de lá o mais depressa possível. Chegámos primeiro, 24 horas antes dos outros todos.

É voluntarismo amador. Se calhar estivemos ali a limpar lama nuns sítios e deveríamos estar noutros. Mas fomos. Fomos para o lado do Ribatejo, para a ribeira de Sacavém e para Alhandra. Foi uma coisa fabulosa.

Quais eram as bandeiras de luta dos estudantes?

Houve, no tempo do Redol, essa campanha dos transportes. Chegámos a ir falar com o presidente da câmara de Lisboa.

As bandeiras eram muito ligadas à melhoria do ensino e à pedagogia. Coisas muito ligadas ao estudo. A certa altura tivemos a questão da guerra do Vietname e da guerra colonial e depois a coisa radicalizou-se, mas eu já não estava lá.

Era tudo muito pedagógico, muito cultural. Estávamos muito limitados.

Como é que decorriam os processos de luta?

A campanha dos estudantes foi uma tentativa de mobilização. Nós fazíamos os papéis, reivindicávamos, reuníamos.

Tínhamos vivido a grande repressão de 62, com muitos exílios. O Eurico de Figueiredo, os irmãos Lemos, o José Bernardino na clandestinidade e tantos outros que tiveram de se ir embora. Muita gente teve um ano de expulsão como creio que foi o caso do Wengorovius ou transferência compulsiva de universidade. O Sampaio não sei se chegou a estar expulso ou se acabou o curso nesse ano. Em 62, eu era um militante anónimo, andava por ali e não fui preso na cantina por uma questão de meia hora. Tive que ir fazer a hora de almoço ao meu pai na farmácia e quando voltei já tinha havido as prisões. A malta esteve lá apenas sentada umas horas e foi identificada. Nada de grave.

Fui ao jantar do Marcelo Caetano. Eu andava por ali, mas não tinha era protagonismo, porque em 62, não tinha nenhuma função. Nessa altura estava em Ciências e também perdi o ano um pouco por isso.

Em 65, foi mais um movimento de natureza política. Quem foi dizimado foi o Partido Comunista, não sei se foi o Verdial que os meteu todos na cadeia. Se não foi ele, deve ter sido o Nuno Álvares Pereira.

Quando eu e o Redol fomos para a associação não tínhamos grandes capacidades de luta política. Então, organizavam-se campanhas de colóquios sobre a pedagogia, sobre o estudo, sobre o ensino ou sobre as reivindicações dos estudantes, como uma melhoria das condições de alimentação. Digamos que coisas burguesas, mas importantes para a malta manter a chama viva. Ainda nem sequer havia aquelas coisas de pedagogia nas aulas, nem sei se os estudantes têm razão para intervirem a esse nível. Porque, apesar de tudo, há uma cadeia hierárquica e há tipos com 24 e 25 anos que são assistentes e que estão em comissões pedagógicas. Concordo que se devem chamar os estudantes a fazer parte das comissões pedagógicas, mas, em meu entender, mais por formação pedagógica do que por filosofia de gestão. Acho que temos que respeitar uma hierarquização democrática.

Tive um protagonismo político muito grande depois do 25 de Abril. Vou ser vaidoso, mas deveria estar entre um grupo restrito de decisores no nosso país. Porque tinha funções importantes e tinha *dado o litro* e toda a gente reconhecia isso. Afirmei-me, fui à televisão e fiz debates. Normalmente, quando o Partido Socialista *levava no côco* era eu que lá ia e nunca me saí mal.

Enquanto estudante do Técnico, notou que tivessem havido mudanças no movimento estudantil?

O movimento estudantil praticamente até ao meu mandato, foi muito condicionado pela estratégia do Partido Comunista, por um lado, que tinha força e não estava só no Técnico, estava também em Económicas, em Direito e em toda a parte, e pelo grupo de Direito por outro, aquele grupo do Amadeu Lopes Sabino e do Alfredo Barroso.

De repente, em 65, o Partido Comunista leva uma cacetada muito grande e aparecem os m-1, aparecem até os socialistas – menos mas com alguma intervenção –, e aparecem os católicos esquerdistas. Há uma erupção de não alinhados partidariamente ao Partido Comunista. Eu considero que fui alinhado à estratégia estudantil do Partido Comunista, sem estar ligado ao partido. Nunca estive. Se tivesse sido dizia, não tinha problema nenhum. Não calhou. Mas li muito autores comunistas e suas biografias: Marx, Lenine, Trotsky, Mao Tsé-Tung, Staline, e Togliatti. Curiosamente nunca li Gramsci, provavelmente o mais interessante:

A minha direção é a primeira com uma lista unitária muito alargada, talvez por um aspecto ecuménico que tenho. Dei o meu sim para ser candidato à presidência em maio ou junho e, de repente, a malta desapareceu, porque foram de férias. E eu fiquei sozinho com uma lista para preparar. E preparei uma lista unitaríssima, com o Fernando Vicente, o Amílcar Martins (na altura católico), o Mário Marques Pinto (m-1 da linha da AOC), o Matos Viegas (linha AOC) e o Fernando Antunes (da área socialista). Acabo por fazer uma lista extremamente aberta. E quando o Fernando Vicente chegou ficou algo surpreendido, não se mesmo irritado. Nunca mais falei com ele sobre esta matéria.

Acho que até certa altura o PCP foi fundamental. Quadros como o Crisóstomo Teixeira, o Mário Lino, o meu querido amigo Faure da Rosa e o Guimarães Morais eram peças importantes nas organizações estudantis. Em Económicas o Partido Comunista tinha uma influência muito grande. Mas eu não estava dentro desses segredos. A única coisa que fiz uma vez foi convidar dois para a Juventude Socialista que agradeceram, mas disseram já estar comprometidos. Percebi que estariam comprometidos no PC. Um deles acabou no PS e o outro continuou sempre no PCP.

Quais as organizações de juventude existentes enquanto foi estudante do Técnico?

Havia a JUC. Os católicos eram uma minoria mesmo dentro da oposição, os ativistas. Mas os da JUC andavam por ali. O José Leitão, que foi Comissário Nacional para as Migrações e Minorias Étnicas, era da JUC e tinha o seu grupo.

Era o tipo da JUC com quem eu contactava mais mas já na área política, não na área estudantil. Os católicos e a Ação Católica, como a JUC, eram importantes, como os irmãos Bénard da Costa, o Amílcar Martins e o irmão. Depois tínhamos os jovens do Partido Comunista, mas não existia ainda a UEC.

Criei a Juventude Socialista logo a seguir a aderir à Ação Socialista.

Ainda não tenho nenhuma referência à Juventude Socialista.

Porque esta história raramente aparece na historiografia oficial. Sinceramente não me incomoda muito.

Sou muito discreto nas coisas que faço. Às vezes até coisas que organizo, ponho-me ali para ver como correm e não apareço na fotografia. O Mário Soares é primo direito do meu pai e meu padrinho de baptismo, mas mesmo assim não soube por mim que eu era presidente da AE. Ele sabia que eu era democrata, mas nunca me tinha visto como um ativista, porque a CEUD é posterior, é de 67.

Telefona-me e disse que queria falar comigo. Fui lá a casa e ele diz-me que o Alfredo Barroso lhe tinha dito que eu era presidente da AE do Técnico e diz-me:

– Isso é uma coisa importantíssima. – Respondi que lá ia dando o meu contributo para o movimento oposicionista. Disse-lhe:

– Sou democrata e sou socialista. – O Soares responde-me:

– Isso é muito importante. Nós temos uma coisa que é a Ação Socialista, onde tu te podes enquadrar perfeitamente.

Achei que era capaz de ser uma ideia gira. Até porque não estava ligado a nada. Por vontade do Soares combinou-se um encontro com pessoas suas amigas. Passadas uma ou duas semanas houve um encontro com o dr. Catanho de Menezes, o dr. José Ribeiro dos Santos, e, salvo erro, o dr. Gustavo Soromenho. Deu-se o encontro onde se falou do que era a Ação Socialista, explicaram-me que não era um partido, que reunia velhos republicanos e nova malta. E convidam--me. A minha missão seria organizar uma coisa da juventude. Aceitei. Criei uma grande relação de amizade e camaradagem com o Catanho de Menezes. Fui, então, organizar o

primeiro núcleo da Juventude Socialista. Falei com o Fernando Marques Antunes, cujo irmão foi vereador comunista da câmara de Faro, que era da minha direção e achou que era uma coisa gira, pediu-me para ver a declaração de princípios da ASP. Depois fui falar com o Fernando Baptista, de Agronomia, que também me deu o sim e com o Jorge Veludo do Técnico, que também aceitou, depois afastou-se. Falei com mais dois amigos que, como já referi, já tinham outros compromissos e depois fomos falar com um bancário, o Ramiro Ramos da Costa, que era sobrinho de um dos três fundadores do núcleo inicial da Ação Socialista Portuguesa. Fizemos um núcleo de seis e o Mário Soares pôs-nos em contacto com a Internacional Socialista da Juventude. Eu e o Marques Antunes fomos a várias reuniões como Juventude Socialista, a Roma, a Viena de Áustria, à Alemanha com os espanhóis.

A certa altura o Mário Soares diz-me para ir falar com uns tipos de Direito. Fui falar com o Arons de Carvalho que me disse estar disponível. Vieram o Arons de Carvalho, o Nuno Godinho de Matos, o João Soares e mais uns dois ou três de Direito. A certa altura fizemos uma reunião que nunca mais me esqueci. O Veludo era todo guevarista, um bocado como eu. O João Soares diz:

– Não sei se nos estamos a entender, porque nós temos ideias bastante diferentes uns dos outros. Mas éramos todos socialistas. É engraçado como o João teve esse sentimento. A ideia era disseminar-mos um pouco também pela universidade. O Ramos da Costa tinha os seus amigos lá nos bancários.

A certa altura o Soares disse-me que o Alfredo Barroso lhe tinha falado da existência de uns *gajos maduros* para entrarem na Ação Socialista. Os tipos maduros eram o Alfredo Barroso, o Jaime Gama, o José Luís Nunes e o Mário Mesquita. Curiosamente tempos antes tinha falado com o Nuno Brederode Santos, de Direito. Ele disse-me uma coisa que não esqueço:

– Pedro, não é o momento de nós aderirmos à Ação Socialista.

A Ação Socialista era uma associação, não um partido e por isso não estava criminalizada pelas leis repressivas contra a existência de partidos, como o Partido Comunista naquele momento

estaria. A legislação fascista estava preparada para meter na cadeia elementos ligados a partidos, a associações não estava, e aquilo fez-lhes uma confusão muito grande. A Ação Socialista, no fundo era um proto-partido. Quando era para tribunal era a legalidade que imperava. As medidas de exceção é outra coisa. O juiz precisava de uma lei para condenar, mas não tinha lei contra as associações.

Então o Brederode dizia que era possível que dali a uns tempos não fosse só ele a entrar, mas sim ele e mais quinhentos. Era o Brederode, o Sampaio, o Wengorovius, o Galvão Teles e muitos outros que só entraram muito depois do 25 de Abril. Viam-se como os socialistas do futuro e viam os da ASP como sociais-democratas sem esperança. Consideravam que eram eles que iam fazer o Partido Socialista propriamente dito de esquerda. Não brinquemos porque não estamos a falar de idiotas, estamos a falar de tipos muito bons. Tomara eu tê-los tido naquela altura! Mas eles ainda tinham que passar pela cisão de 73, o MES, o GIS. Então esses deram-me com os pés. Também só falei com o Brederode que era com quem tinha mais confiança, não falei com mais nenhum.

Veio essa gente e, então, a ala mais jovem da ASP teve uma preponderância interessante até que o Jaime Gama vai à cadeia. Isto porque nós fizemos dois jornais, o *Esquerda 1* e o *Esquerda 2*, onde resolvemos pôr na última página do *Esquerda* a lista dos mortos na guerra colonial. Eles perderam a cabeça e meteram o Jaime Gama na cadeia. Fomos imediatamente para minha casa com o Mário Mesquita fazer o *Esquerda 2*, de modo que ao fim de oito dias do Jaime Gama estar na cadeia publicámos o *Esquerda 2* com o mesmo formato. Eles ficaram completamente baralhados. O *Esquerda* teve muita importância na Cidade Universitária.

Essas publicações datam de que anos?

1972.

Depois vem o 25 de Abril e o Arons fica secretário geral da Juventude Socialista. O núcleo inicial foi um pouco olvidado mas, como disse, não me preocupou muito com isso. Mas de vez em quando, quando vem a propósito, conto o que se passou. E ninguém me poderá desmentir, como é evidente.

Então, que importância teve o núcleo inicial?

Há dois elementos na direção da AE do Técnico, há um elemento na direção de Agronomia, e o Jorge Veludo andava por ali, depois agarrámos o Arons e o João Soares em Direito, de modo que começou a haver uma organizaçãozinha na universidade. E no Porto, o José Luís Nunes. Curiosamente tipos da nossa idade, malta da província como o António Campos, o Nuno Madeira e o João Lima nunca aderiram à Juventude Socialista. Bem sei que eles já eram todos formados, mas eu também já o era. Até tinha dois cursos. Depois, a certa altura, aderiu a isto tudo a JUC, os que não foram para o PSD, caso do José Leitão, do Luís Soczka, o Abreu. Enfim, aquele grupinho que estava connosco mas clandestinos, que aderiram publicamente logo a seguir ao 25 de Abril. Por isso considero-os *compagnons de route*. Mais tarde é que aparecem nomes como o Seguro, o Tozé Proença e a Margarida, que está em Bruxelas e foi secretária geral da JS. Essa malta vem depois, para a Jota (aí já se chama Jota).

No princípio é tudo muito ténue, o grande objetivo é acabar com a opressão. Tudo o resto é uma nuvem ideológica para a qual nem todos estão preparados para entender. Não fui do Partido Comunista provavelmente porque, a certa altura, ia jogar *brigde* para o Centro de Bridge durante o meu tempo livre. Se calhar, se o Fernando Vicente, o Mário Lino ou outro amigo me dissesse para vir trabalhar com ele, era capaz de aceitar. O problema da compatibilidade da liberdade com a tese da ditadura do proletariado, foi para mim um problema complicado e insolúvel. Quer queiramos, quer não, as fases intermédias em que a liberdade é condicionada não são aceitáveis. Ideologicamente nós temos que ser sérios. O José Augusto Abelaira era um pouco como eu, nunca se chegou ao Partido Comunista sendo um *compagnon de route*, tal como o Urbano Tavares Rodrigues ou o Mário Ruivo. Aprendi muito com toda essa gente cuja principal ambição na vida era acabar com o fascismo em Portugal.

Hoje a malta nem sempre entende o discurso dos princípios e a intransigência de alguns a certas cedências, tomando com quixotismo aquilo que é sentimento de justiça e cidadania.

Começou a entrevista a dizer que era republicano.

Que engraçado!

Havia depois outros grupos, as JOC e os Jovens Operários. Mas, o PS junto dos operários em termos de juventude, antes do 25 de Abril, não tinha relevância. No meio universitário, em Lisboa e no Porto, começou a nascer qualquer coisa, e provavelmente em Coimbra havia quaisquer epifenómenos que nós nem dávamos por isso. Depois tínhamos malta jovem, que ainda nem 30 anos tinha. Tenho a impressão que, na Ação Socialista, o Artur Santos Silva chegou a estar em reuniões connosco, ele não renega isso. Aliás ele é sempre um amigo e apoiante de Mário Soares em todas as circunstâncias.

E as organizações juvenis de extrema direita?

Em Lisboa, o Jovem Portugal era a mais ativa. Eram os caceteiros de Direito. Fora de Direito não sentíamos a sua existência. Lembro-me do Pechirra, a que chamávamos a *pulga fascista*, mas era inofensivo. Já os do JP eram considerados perigosos. Em Direito havia gente de direita que não podemos nem devemos apelar de fascistas, pois aceitavam ou mesmo aspiravam por uma democracia tipo europeia como temos hoje em Portugal. Chegaram a ganhar eleições livres para as AE quer em Lisboa como em outras universidades do país. Se não estou em erro o Salgado Zenha foi um dos primeiros democratas a arrebataram a Associação Académica de Coimbra à direita. Em Lisboa também em Direito a competição era geralmente dura e muito viva.

Em Farmácia não havia associação nem pró-associação, mas eu tinha que me entender com os colegas, que eram tipos do centro-direita, estariam no PSD ou no CDS hoje. Não eram fachos e governavam o Centro Estudantil com espírito democrático. O meu colega Mascarenhas Neto chegou a ser deputado do PSD no Algarve. Era malta que o diretor da escola aceitava e deixava-nos trabalhar.

O diretor uma vez chamou-me e disse-me:
– Pedro tome lá conta ali do Centro. – Eu disse:
– Mas, diretor, o Centro é uma coisa da Mocidade Portuguesa. – Ele respondeu-me:

– Não é nada. Aqui dentro é o vosso centro desportivo. Vocês façam o que entenderem, mandam naquilo e eu não me meto.

Por isso, quando em 1960, foi o jantar de homenagem ao reitor Marcelo Caetano e as associações decidiram ir, eu fui representar Farmácia. Os outros que lá estavam eram tudo malta da esquerda como eu. De Direito foi um estudante de Moçambique que no final teve uma longa conversa com o prof. Paulo Cunha em que clara e veementemente defendeu a independência de Moçambique (sic). O Marcelo Caetano moderou um bocado as coisas como reitor.

Outras ilhotas de alguma gestão democrática eram os grupos desportivos, onde os estatutos permitiam uma democracia total. Podia a direita ganhar, mas havia eleições e eram os votos que contavam. O movimento desportivo foi sempre muito democratizado. *Malgré* a Mocidade Portuguesa. É uma coisa curiosa, porque o desporto escolar estava nas mãos da Mocidade Portuguesa e do Centro Universitário.

No CDUL tivemos uma direção que achávamos estar ligada à oposição ou mesmo ao Partido Comunista e depois passou-se para o Marcelo Caetano. Estar por ali só por infiltração, enquanto que nos clubes os estatutos previam eleições livres para os seus órgãos sociais. O Sporting teve dirigentes assumidamente fascistas como o Casal Ribeiro e o Góis Mota, mas ganhavam as eleições! O Benfica, por exemplo, teve gente de esquerda. O secretário geral do Benfica, nos anos 40, foi um clandestino do PC. O caso da Associação Académica de Coimbra, com uma equipa na primeira divisão do futebol é paradigmático. Durante a crise académica a equipa aderiu à contestação.

Quais os acontecimentos da política nacional em que participou ou presenciou enquanto estudante do Técnico?

No Delgado já estava em Farmácia e participei ativamente. Participei na crise de 62 evidentemente.

As eleições foram sempre uma coisa muito mitigada. Há umas eleições em 61 e creio que em 65, mas não liguei muito.

A minha intervenção política centrou-se mais na guerra do Vietname e na guerra colonial. A primeira pessoa que fala contra a guerra

colonial publicamente é, em 73, um candidato a deputado do MDP/CDE, que, no *Vox*, diz:

– Temos que acabar com uma guerra injusta.

Esse candidato a deputado é interrompido pelo capitão da polícia que estava sentado no estrado que lhe diz:

– Você não pode falar da guerra de África. – O candidato responde:

– Como é que eu não posso falar da guerra de África se ela existe?. – O capitão insiste:

– Mas não pode, porque eu tenho aqui escrito que não se pode falar da guerra. – O candidato a deputado pergunta:

– Mas o senhor capitão não acha que a guerra é injusta?

Entretanto o capitão tinha cortado o microfone ao candidato que diz:

– Cortaram-me o microfone, mas não me cortaram a língua.

E continua o discurso e aí salta um civil para o estrado e cai-lhe o revólver no chão. Ele ficou muito embaraçado, apanha o revólver e guarda-o. Como é evidente, depois disto tem alguma limitação em poder atuar. Isto está fotografado, só o revólver é que não está no chão. Lá se entenderam, o capitão foi-se sentar e o candidato a deputado diz:

– Tudo bem, mas nós alugámos isto até à meia-noite e ainda são 11 horas, portanto não nos vamos embora daqui.

O capitão concordou. Entretanto o civil foi para baixo, porque percebeu que as coisas estavam mais calmas. O candidato foi-se então sentar ao lado do capitão. A sua intenção era, mesmo não podendo falar, ficar ali até à meia-noite. E esteve essa hora a conversar com o capitão que entretanto lhe contou que dali a dois dias ia ser mobilizado para a Guiné. O candidato conversou com ele e explicou-lhe que a guerra não podia continuar e que a solução tinha que ser política. O capitão disse-lhe que era militar, tinha uma função a cumprir e tinha que ir para África. Entretanto levanta-se um jovem – que não sei se chegou a ser baleado no dia 26 de abril na PIDE – e diz:

– Eu vou recitar!

E recita uma ode à liberdade do Quental ou do Pessoa. Chegou a meia-noite e saímos ordeiramente. Estava a polícia cá fora para o que desse e viesse, mas não bateu em ninguém. Isto

passa-se nas eleições de 1973, na lista de Lisboa. Este candidato a deputado da lista do MDP/CDE, fui eu. A lista do MDP/CDE foi constituído por socialistas, comunistas e independentes. Recordo-me do Mário Sottomayor Cardia, do Lino de Carvalho, do Caiano Pereira, do Arons de Carvalho, o José Manuel Tengarrinha, o Gonçalves André, do Vítor Dias, do Lindim Ramos, do Herberto Goulart, da Luísa Amorim. Era uma equipa gira.

E conseguiu convencer o capitão?

Com certeza. Pouco depois do 25 de Abril vi-o no Sporting, ele é um grande sportinguista, cumprimentámo-nos e perguntei-lhe se não devia estar na Guiné. Tinha sido desmobilizado. Quando lá chegou aderiu ao MFA.

Penso que fui a primeira pessoa que publicamente deu o pontapé de saída à questão da guerra. Isso criou uma certa perturbação, porque depois os meus colegas, como o Tengarrinha que também era candidato, tiveram que radicalizar um bocado o discurso. Na altura já tinha quatro filhos para criar e a minha mulher era funcionária pública. Não era brincadeira. Mas na altura isso não essa era a questão!

Também não fomos presos na capela do Rato, porque não calhou. Estivemos na capela do Rato, chega a hora de jantar e eu fui ter com o Luís Moita e disse-lhe que tínhamos que ir dar jantar às crianças. Quando voltámos já tinha sido tudo preso. Eu até dizia que qualquer dia até pensavam que era informador da PIDE e que sabia das coisas de antemão. Estive na capela do Rato com o Fanhais, com a Luísa e a Guida, a minha mulher.

Acontecimentos internacionais que o influenciaram.

Em termos ideológicos a revolução Cubana, que, para mim, é uma referência total e aparece num momento em que tenho cerca de 20 anos ou pouco mais. Cheguei a fazer sessões na Cooperativa de Estudos e Documentação sobre a educação e a saúde em Cuba. Influenciou-me muito, mas nunca fui a Cuba e gostava de ir antes do Fidel morrer.

A guerra do Vietname, obviamente. A guerra da Coreia era uma coisa entre coreanos e uma pessoa não percebia muito bem.

A revolução Russa não me disse nada, é uma coisa sonhadora.

O Maio de 68 também nos influenciou, andávamos todos aqui a ver o que se passava, as barricadas e todas essas coisas.

A questão de Praga foi uma coisa decisiva para mim em termos de antipatia pelo regime soviético ou pelo regime stalinista. Já tinha sido tocado com a Hungria, mas na Hungria ...

Antes, tinha-me interessado um pouco, mas apenas literariamente, pela libertação da Argélia e pelo Exército de Libertação Argelino.

Depois vamos acompanhando a questão dos coronéis no Brasil e de Allende, mas isso já é posterior.

Que balanço faz da sua experiência enquanto aluno do Técnico?

Foi uma experiência muito positiva.

Já entro maduro no Técnico. Entro solteiro, saio casado e com filhos. Tive uma intervenção concreta nas coisas, não fui anónimo. É evidente que isso me marcou profundamente. Provavelmente teria tido o mesmo percurso, acabaria por aderir a qualquer coisa ligada ao socialismo. Seguramente que sim. Mas, podia era não ter tido uma intervenção tão profissionalizada como tive mais ou menos até 80, pois estive sempre dependente da política. A política criou-me uma dependência, sob o ponto de vista profissional negativa, mas sob o ponto de vista humano muito positiva. Por exemplo, em 74 estava com os bilhetes comprados para ir com a minha mulher para uma universidade inglesa de alta direção, uma coisa que quase ninguém fazia, paga pela multinacional americana onde trabalhava. O dr. Mário Soares chamou-me, disse-me que eu era preciso para o governo da República e eu contei-lhe o que estava previsto para duas semanas próximas. Ele respondeu-me que havia momentos da nossa vida em que primeiro estavam os interesses do nosso país e só depois vinham os pessoais. Isto foi numa sexta feira, às 6 da tarde, e eu na segunda feira estava a falar com o general Spínola para lhe dizer que aceitava ir para o governo. Por lá fiquei quatro anos, sem rede, nem contagens especiais para a reforma. Cumpre, serve o teu país e continuas igual aos outros. Foi assim e é assim que deve ser.

Perdi uma oportunidade de estar uns meses em Inglaterra a tirar um curso que me projetava imenso no campo profissional.

Mas esteve no governo numa época histórica.

E as pessoas lembram-se de mim.

Mas a única condecoração que tenho é francesa, sou Oficial da Ordem de Mérito da França. Quando eu digo isto aos franceses eles levantam-se e cumprimentam-me, fazem-me a vénia. Em Portugal ninguém se lembrou de mim, nem eu me queixei a ninguém, e agora também já é tarde para essas coisas.

Em que medida o Técnico foi determinante para o seu percurso de vida?

Foi determinante, mas Farmácia também foi. De tal maneira que quando eu arranjei o primeiro emprego foi na indústria farmacêutica por ser farmacêutico e engenheiro químico. Para além da segurança à minha família e da farmácia do meu pai que era a minha âncora. O meu sogro chamava-me a atenção para os meus quatro filhos, mas eu respondia-lhe que tendo a farmácia, ninguém lá em casa morreria de fome, não enriquecíamos, mas também não morríamos de fome.

Pavilhão central.

Foto: Tatiana Soares



Andei no ME de 1963/4 até 1968/9.¹ Tinha muita papelada na cave da casa dos meus pais. Dois caixotes, um com material da AE do Técnico, o outro com papéis da Livrelco, do Cineclubes Universitário, das associações de Ciências e Direito e da Pró-Associação de Belas Artes, enfim muito do que guardei ao longo daqueles anos. Estiveram ali 40 anos, desde que fui para a Alemanha em fins de 69 até há poucos meses. Num almoço de antigos colaboradores da associação, que se realiza todos os anos no mês de maio, comentei com o Redol que tinha guardado todo este material dos anos 60, e ele mostrou-se interessado em recolhê-lo para se fazer a história da AE do Técnico. Além do Redol, admiro muito o Valdez e o António Abreu, uns *carrolas* que prezo muito pela sua dedicação à causa e pela sua militância.

Imaginei que tivesse sido o Redol a dar-lhe indicação da minha existência.

Sim, foi. Os contatos foram dados à coordenadora da investigação sobre o ME, a prof.^a Luísa Tiago Oliveira.

Tiago de Oliveira? Nós tínhamos um professor com esse nome, que julgo ter sido de probabilidades e estatística, na Faculdade de Ciências. No meu tempo podíamos fazer engenharia até ao 3º ano na Faculdade de Ciências, e quando entrei para o IST não gostei muito do ambiente. Entrei para o Técnico a seguir à crise de 62, em outubro, com 17 anos. Quando terminei o 1º ano fiquei com uma cadeira pendurada, acho que física. O professor de matemáticas gerais era o Dias Agudo, um matemático prestigiado que era também professor de cálculo infinitesimal em Ciências, que eram cadeiras um pouco complicadas mas atualizadas. Nas físicas eram cadeiras do prof. Silveira, que era o

terror do Técnico, simultaneamente presidente do Instituto de Alta Cultura, que é uma espécie de antecessor do Instituto Camões. Com ele tínhamos física I, física II e para quem era de química, que era o meu caso e o do Redol, mecânica quântica.

Foi um jovem docente em Ciências, que lecionava a cadeira de cálculo numérico, mecânico e gráfico, uma cadeira que foi antecessora da informática, quem também me influenciou a ir para Ciências, porque as matemáticas aí eram melhores. Fui para Ciências fazer o 2º ano e nesse ano de 63/64 comecei a entrar no ME e fui logo expulso da faculdade. Naquela altura, o secretário geral da RIA era o Albano Nunes, um orador brilhante; o presidente da associação do Técnico era o Jorge Dias de Deus, que foi o aluno mais brilhante das físicas e fez uma carreira em conformidade, e o de Ciências, o meu presidente portanto, era o Feliciano David – uns 10 anos mais velho do que eu –, que veio a dedicar-se às coletividades culturais, recreativas e desportivas. Fomos todos expulsos. Os presidentes – também os de Económicas e Direito – e o secretário geral da RIA por dois anos e meio, e os outros por um ano. Eu, como estava em Ciências e era de engenharia, fui repetir o 2º ano para o Técnico. Fiz o 2º ano e voltei para Ciências, onde ainda fiz o 3º ano e onde tive um professor muito interessante, o Veiga de Oliveira, na cadeira de mecânica racional. A partir daí, fiquei definitivamente no Técnico.

Em 69, fui para a Alemanha, mas não gostei do ambiente académico. Até ao 25 de Abril não voltei a Portugal, porque tinha tido muitas chatices. Já tinha sido expulso uma vez, em 64, depois em 68, a polícia de choque entrou no Técnico e a direção foi demitida, eu fazia parte dessa direção.

¹ O entrevistado cedeu o dossiê do encontro anual no IST de 2008, sobre os acontecimentos no ME de 1968/1969.

O ME naqueles anos poderia dividir-se em três períodos, que eu acompanhei mais ou menos.

Há um período que tem o ponto alto na crise de 62, que é a geração do Eurico de Figueiredo, Jorge Sampaio, Jorge Santos, Vítor Wengorovius, o Medeiros Ferreira também já era ativo e o José Luís Nunes, que acho que estava em Coimbra. Eu entro para o Técnico a seguir a essa crise. O ME tem, até 65, uma forte influência do Partido Comunista. Em 65 está o Mário Lino na presidência da associação, e é preso nesse ano. Neste ano existiram muitas prisões e muitas fugas, porque houve um tipo, um informador, que se imiscuiu no ME o que resultou numa grande debilitação das AE, tendo perdido muitos quadros. De 65 até novembro de 67, o ME andou em banho-maria começando a renascer em fins de 67 com as cheias.

Nesse momento já está na AEIST? Na presidência do Fernando Sacramento?

Sim. Deixe-me ver. Em 64/65 estou de regresso ao Técnico, onde andei metido no desporto, que foi, de certo modo a via por onde entrei para o ME, porque praticava andebol. Em geral, os desportistas eram pouco associativos e, como eu parecia ativo, foi por isso que me convidaram para entrar para a direção em Ciências. Na altura era um miúdo, com 18 anos, e não percebia nada de nada.

Em 65/66 voltei a Ciências. Entretanto em Ciências estava uma comissão administrativa e havia um movimento pró-associação.

Em 66/67 é a direção do Pedro Coelho, afilhado do Mário Soares. Em 67/68 é a direção do Sacramento.

Em 68/69 é a do Luís Leitão e a seguir é a do José Mariano Gago, constituída quando nos fomos embora para a Alemanha com bolsas. O Mário Soares recebeu cinco bolsas para estudantes e nós conseguimos-las por intermédio do Pedro Coelho – o Luís Leitão, o Vasco Esteves, a Elsa Pereira, a Maria da Luz e eu.

Portanto, eu voltei ainda em 66, entrei para a direção do Pedro Coelho como vogal aos assuntos desportivos e depois, nas direcções do Sacramento e do Luís Leitão, fui o vice-presidente das relações exteriores.

Na noite das cheias vinha de Madrid. Tinha ido em trabalho pela associação, contactar o *Movimiento Democrático de Estudiantes* e pude ver como eles estavam muito mais evoluídos do que nós. Espanha não tinha um ME como o nosso. O nosso regime era mais clerical, conservador e *pidesco*, o espanhol era mais totalitário, também por causa da guerra civil. Não havia AE democráticas legalizadas em Espanha, ou seja, o correspondente às nossas era o que eles chamavam *Sindicato Vertical de Estudiantes*, que eram organizações mais ou menos estaduais. O *Movimiento Democrático de Estudiantes* era tolerado, semiclandestino.

O Técnico tinha o turismo universitário, que dependia do vice-presidente das relações exteriores e a organização internacional de turismo universitário propusera um plano de cooperação que envolvia as associações espanholas e nós não queríamos participar, se isso pusesse em causa os interesses do ME espanhol. Fui a Madrid, onde estive uma semana em novembro, levei um cartão do Mário Soares para contactar o Enrique Tierno Galván, um homem muito interessante que era o líder do *Partido Socialista Obrero Español* e veio mais tarde a ser o celebrado presidente da câmara de Madrid. O PSOE na altura quase só existia no exterior, em Toulouse, onde tinha a sua sede, e só renasce e se impõe com Felipe González.

Voltei na noite das cheias, fiquei no Entroncamento e vim de autocarro até Lisboa. Entretanto foi lançado o movimento de apoio dos estudantes às cheias. Associo isso a um renascimento do ME, porque é quando recomeça uma movimentação com gente nova, outra postura e mais aberta. E correu muito bem. Houve muita gente a militar, e só parámos ao fim de uma semana, porque o poder levou quase uma semana a reagir em termos políticos. Quem andava nos bairros de lata em Loures, no Carregado e por aí fora, eram os estudantes e os bombeiros e dávamo-nos muito bem. Ao fim de uma semana, queriam enquadrar-nos politicamente, nós recusámos e retirámo-nos, ficando os estudantes de medicina com a campanha de vacinação.

Depois de andarmos nesta campanha de solidariedade, fizemos uma conferência de imprensa na qual estiveram presentes os correspondentes de uma ou duas agências noticiosas

internacionais e isso saltou para a comunicação social no estrangeiro. A revista alemã de referência *Stern*, a mesma que publicou uma reportagem sobre a tentativa de golpe de estado do Spínola, publicou uma grande reportagem sobre as cheias. Esta revista deu brado na denúncia dos mortos, falando em 1200 mortos. Entretanto falou-se em cerca de 400, mas houve bairros de lata que desapareceram. As inundações de 67 foram do estilo das da Madeira, só que num país de há 40 anos onde havia muitos bairros de lata em zonas de leitos. A zona do vale do Tejo, Loures e Vila Franca viram desaparecer muitos dos seus bairros de lata. Morreram as pessoas, morreram os animais e ficou tudo alagado. Ficaram ali cadáveres soterrados.

Portanto, eles ainda nos perdoavam o facto de termos ido para lá porque ao fim de contas andámos a ajudar pessoas. O que não nos perdoaram foi a conferência de imprensa e os reflexos que daí resultaram na comunicação social. Nessa conferência de imprensa estavam presentes meia dúzia de jornalistas, a maioria não pôde fazer nada, porque não os deixaram, mas estavam lá um ou dois de agências internacionais, como a Reuters ou a France Press. Estando lá fora a notícia, eles já não controlavam nada. E foi aí que nos chamaram à PIDE. Não fui interrogado, mas apanhei um grande susto. Em termos comparativos com os sustos que muita gente apanhou ao longo de muitos anos foi uma brincadeira. Mas, apesar de nunca ter estado preso, nem ter sido torturado, foi um susto. Mais susto que sofrimento.

Qual era o enquadramento político?

Queriam submeter a ação de solidariedade que nós desenvolvemos à orientação do poder da autarquia local, do Estado, já que na altura não havia uma grande diferença entre o poder central e as autarquias. As autarquias locais eram uma espécie de súbditos do poder central.

Isto foi em fins de 67, tinha a direção do Sacra acabado de ser eleita, o Luís Leitão e o Armindo (católico) eram vice-presidentes – havia um primeiro e um segundo vice-presidentes – e eu era o das relações exteriores, embora, como eu já tinha sido expulso nunca era homologado – a minha eleição não era reconhecida.

Fui-me embora em 69 por uma série de razões. Entretanto tinha sido chamado à PIDE em 67, na sequência da campanha de solidariedade quando das inundações, depois estive mobilizado para Penamacor, juntamente com o Omar Karim Ahmed de medicina, e o irmão do diretor do *Sol*, o José António Saraiva, de agronomia. Penamacor era o batalhão disciplinar para onde mandavam não só criminosos, mas também perseguidos políticos. Quando fui chamado à PIDE, mandaram-me embora sem me interrogarem. O único interrogado, quando das cheias, foi o Sacramento. É um tipo muito interessante, curioso e *sui generis*. Mesmo sem querer, consegue confundir quem quer que seja e isso jogou um bocado a favor de ele ter saído ao fim de algumas horas de interrogatório. O Luís Leitão, a Paula Fonseca, eu e não sei se o Prates, o tesoureiro, fomos convocados por escrito, mas fomos mandados embora. Lembro-me que levei um livro de desporto para ler enquanto estava à espera, para estar descontraído.

O que o levou a escolher engenharia química no Técnico?

Dizia-se que era uma profissão com futuro, porque nos finais dos anos 50 instalaram-se em Portugal várias unidades industriais no setor da química. Na altura não existiam orientações vocacionais. A minha família era muito simples e humilde, mas lembro-me que o meu pai gostava que eu fosse para economia. Eu entendi que queria ir para o Técnico, e fui. Quando estava na altura de acabar o curso era um setor que não tinha empregos. Na eletricidade há sempre uma rede que se vai estendendo e na engenharia civil há sempre construção, ao passo que na química é mais complicado, ou existem fábricas ou não. E não havia. Fui para o Técnico por achar que era uma profissão com futuro, mas devo dizer que não achei muita graça.

Como recorda o primeiro contacto com o Técnico?

O Técnico era uma escola com peso, com prestígio e com nome, mas o ambiente não era especialmente agradável. Ao contrário da maioria das faculdades era muito escolar, disciplinado, existiam turmas e horários fixos. A nível organizativo era de mais fácil adaptação, tinha um

nível já razoável, embora desequilibrado. Existiam cadeiras boas e outras más.

Recordo-me de um professor caricato, o Ilharco, que escrevia no quadro com todas as cores possíveis e imaginárias. Em compensação havia professores notáveis em termos pedagógicos, didáticos e científicos, como o prof Herold, de química orgânica ou o de química inorgânica, o Fraústo da Silva, que depois foi diretor do Técnico e ministro da educação. Era uma escola um pouco tecnocrática a nível académico, que tinha uma AE bastante forte, não só em termos de peso dentro da própria faculdade, como financeiro, já que movimentava bastante dinheiro, e também em termos de militância. O Técnico era considerado uma das escolas do ME mais de esquerda, havendo sempre uma contraposição aos *politiqueiros* mais de direita, que eram os de Direito. Eventualmente estes seriam politicamente mais habilidosos, mas era o Técnico que sustentava metade do ME em termos de orçamento.

Mais tarde, já nos finais dos anos 60, a associação da Faculdade de Direito passa a ser, também ela, mais de esquerda. O Arnaldo Matos surge no ME numa série de conferências sobre jazz que nós organizámos no Técnico. Ele tinha acabado de chegar do serviço militar em Macau, onde tinha estudado Lenine. Era um tipo muito culto, muito informado, inteligente, brilhante e um grande orador. Surge no ME através do Técnico, não através de Direito, onde ele se tinha reinscrito mais tarde, porque já tinha feito o serviço militar. Naquela geração, em finais dos anos 60, havia alguns dirigentes de Direito que se davam muito bem connosco, como o Duarte Teives, hoje advogado, e também o João Soares. No Técnico é que surge a primeira movimentação dita maoísta. A figura de proa dessa movimentação era o Heduíno Vilar, mais tarde da AOC. Ele começa por ser diretor da cantina administrada pela AE e é do tempo dele a introdução da alimentação racional que tinha começado na cantina de Ciências, cujo diretor era o Júlio Roberto, um alentejano com alguma graça, hoje com mais de 80 anos, que editava os livrinhos *O amor é, Ser criança é*, entre outros.

Portanto, eu não gostava muito do ambiente do Técnico. Durante o 1º ano não me entusiasmei com o ME, que estava de ressaca depois

da crise de 62, embora ainda tenha ido a um ou dois plenários. As instalações da associação não me agradaram do ponto de vista físico: nós chegávamos e descíamos, parecia quase um buraco com os muros a tapar. Entusiasmei-me depois da minha transferência para Ciências, que tinha uma associação com um ambiente humano muito agradável e simpático. Ainda por cima, no Técnico quase não havia mulheres, só no curso de química. Neste aspeto, a Faculdade de Ciências era mais equilibrada, já que havia cursos que quase só tinham mulheres. Havia um ambiente muito mais normal e equilibrado. Na associação de Ciências estudava-se e conviviam-se muito, gostei mais desta do que do Técnico em termos humanos e sociais, mas reconheço que a AEIST tinha peso, influência e seriedade comportamental. Tínhamos a cantina, a secção de folhas (que era uma das grandes fontes de lucro), a secção fotográfica e a secção desportiva. O Técnico era campeão nacional de voleibol. Em andebol éramos uma das cinco ou seis melhores equipas nacionais. Depois, quando entrou no rãguebi, o Técnico foi campeão nacional muito rapidamente. Mas só começou a haver gente ativa no movimento associativo que praticasse desporto, quando se criou a secção de judo. Se calhar havia algum mito que ligava a prática do judo e a defesa perante o regime! Nós também tínhamos a mania que éramos do Técnico, éramos bons em desporto, no confronto com outras associações, éramos uma escola com peso, com prestígio e com nome, mas o ambiente não era especialmente agradável.

Para além das aulas, quais eram os locais onde os estudantes se encontravam com maior frequência?

Além da AE, que era apesar de tudo um local de convívio, passava muito pelos cafés, onde líamos, conversávamos, discutíamos e até estudávamos. Para os lados da Duque de Ávila, havia vários cafés. Muitos deles eram frequentados pelos estudantes ligados à Casa dos Estudantes do Império, um antro de futuros dirigentes de movimentos de libertação e onde havia muita gente que era ativa no ME. Os lisboetas, que era o meu caso, frequentavam mais os cafés da praça de Londres e da avenida de Roma. Íamos à Mexicana, à Roma e ao Londres.

O *Londres* ficava num recanto na praça de Londres, onde hoje funciona um banco. Entrando na avenida de Roma, do lado direito havia a *Capri* e do lado esquerdo o *Roma*. Eram sítios de convívio e também de estudo. Estudava-se muito nos cafés. A maior parte das pessoas não tinha ambiente em casa para o estudo. Estudava-se pouco na biblioteca, embora a do Técnico fosse das mais frequentadas, sobretudo pelos melhores alunos. Por outro lado, o café tinha a vantagem de se poder estudar coletivamente, conversar e discutir. A Paula Fonseca, o Luís Leitão, o Carlos Miranda (o Miguito), o Garcia Pereira e eu éramos todos do mesmo curso e ano, e muitas vezes, estudávamos juntos. Tive colegas de curso que vieram a ser figuras públicas com os quais pouco me dei, porque não eram ativos, nem frequentavam a associação: o Ângelo Correia, no meu primeiro ano antes de ser expulso, e depois o João de Deus Pinheiro, que quando raramente nos vemos continua muito simpático e faz uma grande festa.

O seu grupo frequentava mais o lado lisboeta?

Era mais o lado lisboeta, embora o Luís Leitão, a Paula e o Carlos Miranda, tivessem nascido em Moçambique frequentávamos mais o lado lisboeta, talvez também porque a Paula morava ali perto. Mas variávamos um pouco, era por épocas ou por fases. Lembro-me de uma altura em que ia muito ao *Londres*. Mas dependia também da altura do dia. De manhã íamos para *A Mexicana*, à tarde íamos mais para o *Roma*, para uma sala grande que existia na parte de trás.

Nos espaços de convívio, quais eram os temas de conversa e de debate?

Falava-se das questões estudantis, das nossas lutas e dos nossos anseios, de cinema e de livros. Íamos muito às sessões do Cineclub Universitário, de que quase todos éramos sócios. O mesmo acontecia com a Livrelco. Havia também as livrarias onde nos abastecíamos de livros interditos, como a *Barata* na avenida de Roma e a galeria de arte *111*, no Campo Grande, que ficava ao pé da casa do Mário Soares. Ao pé da Faculdade de Ciências havia a *Escolar Editora*. (No último ano que vivi em Portugal trabalhei nas chamadas bibliotecas itinerantes da câmara municipal de Lisboa, cujo setor de bibliotecas

e museus tinha a sua sede no Campo Pequeno, no Palácio Galveias. Existiam quatro carrinhas itinerantes que percorriam, cada uma, 12 bairros de Lisboa, num total de 48. Iam levar livros que emprestavam às pessoas, numa cedência gratuita e quinzenal. Foi um trabalho que gostei de fazer, numa altura em que ainda estava no Técnico. Trabalhava das 4 às 8 da noite, de segunda a sábado. Cada carrinha tinha um espólio, cabendo 800 livros, mas na retaguarda havia o espólio de cada carrinha que tinha vários milhares de livros. Havia sempre livros a circular e a carrinha todas as noites ia para a garagem. A CML tinha uma garagem em Alcântara e, de manhã, quando às 9 horas abriam os serviços a carrinha ia-se *apresentar*. Tinha lá um saco com livros que me tinham devolvido e existiam três carrinhas como a minha. Quando entrei ao serviço a carrinha estava avariada e passei três ou quatro semanas a avaliar o espólio e vi imensos livros proibidos, ou retirados do mercado. Os jornais eram sujeitos à censura prévia e os livros eram retirados do mercado, mas depois não havia procedimentos para agir em conformidade, de modo que pus todos os que apanhei em circulação. E durante aquele ano a leitura triplicou.

Lembro-me de um livro do Guevara ou os *Condenados da terra* de Frantz Fanon. Este último era um homem muito interessante, e é dos poucos que eu li que achei que era muito inovador, porque a questão colonial tem imensas componentes, até psicológicas, de postura e atitude e eu só tinha uma perspetiva política da questão colonial, achava que não tinha nada que ir para a guerra.

A guerra do Vietname era um grande tema de debate. Lembro-me de ter discussões sobre isso onde assumia sempre uma posição muito radical. Para mim, só havia uma coisa a discutir, que era como e quando é que os americanos saiam de lá. De resto, sobre o Vietname, não havia mais nada a discutir, porque os americanos não tinham nada que lá estar.

Não se discutia futebol?

Falava-se muito pouco de sexo. Teoricamente, no final dos anos 60 começa-se a falar mais sobre sexo, com o Maio de 68, onde alguns de nós do IST tinham ido.

O *Binómio* teve um papel importante nisso, com a introdução dos temas do Wilhelm Reich, da libertação sexual, ou de Freud. Interferências dos ideólogos austro-germânicos, pátria da cultura europeia. A propósito disso, nos jantares que fazemos em maio, convidamos sempre alguém de fora para fazer uma palestra (somos muito mundividentes!) – o ano passado eram os coimbrões, antes tinha sido o Octávio Teixeira, no outro ano tinha sido o Jorge Sampaio e antes disso o Eurico de Figueiredo – e o Eurico de Figueiredo falou exatamente sobre a sexualidade e os temas da juventude no nosso tempo.

Ele dizia que hoje em dia os estudantes universitários não entendem como é que naquela altura não havia droga, sendo nós tão *para a frente*. A droga começa a entrar em Portugal com a maconha, trazida pelos ex-soldados da guerra colonial.

Na sexualidade era tudo feito às escondidas, a maior parte dos rapazes eram iniciados em prostíbulos. A sexualidade que havia não era assumida e não existiam relações livres. Havia muitos preconceitos. Por exemplo, o Miguito, em 67 ou 68, usava cabelos compridos e nas ruas era muito discriminado e agredido verbalmente. No dia em que o Mário Soares foi deportado para São Tomé, não me recordo o ano, muita gente foi ao aeroporto e houve uma *arruaçazita*, os tipos da polícia de choque prenderam uma série de pessoas, entre elas o Miguito, e raparam-lhe o cabelo.

Enquanto estudante do Técnico, quais os livros, filmes, peças de teatro e músicas que recorda?

Filmes: muito neorrealismo italiano, os filmes franceses de vanguarda e um ou outro brasileiro ou português. Lembro-me dos *Verdes Anos*.

Peças de teatro, ia a quase todas. O Técnico também tinha um grupo cénico, que eu integrei, faziam também parte a Paula, o Luís e a Elsa. Lembro-me de fazermos Molière, um extrato de *Tartufo*. De Tchekhov fizemos *O Urso*. Tivemos vários períodos. Começámos por ser ensaiados pelo Rogério Paulo, um dos grandes atores do teatro português. Mais tarde, com o Mário Sérgio, que foi crítico de teatro, ensaiámos Brecht, teatro de distanciamento. Fazíamos coisas pequenas, nunca grandes peças,

mas era interessante. Lembro-me de ter visto, em 67, *Morte e vida severina*, baseado num poema de João Cabral de Melo Neto, representado pelo *Grupo Cénico da Universidade Católica de São Paulo*, com música de Chico Buarque, e também ele um dos atores da peça. Vi esta peça no Império. Mas o que mais me fascinou foi o *Piccolo Teatro di Milano*, um teatro conceituadíssimo em termos europeus, cujo grande ator e encenador era o Giorgio Strehler. Representava Brecht ainda no tempo de vida dele. Brecht não deixava encenar sem supervisionar, só o *Piccolo Teatro di Milano* estava autorizado a encenar Brecht sem a sua supervisão. Eles representaram o *Arlequim*. Era algo fabuloso em termos de sensação e êxtase!

O José Cardoso Pires escreveu uma peça, *O render dos heróis*, que foi encenada pelo Rogério Paulo, e que se bem me lembro foi proibida.

Acompanhava as peças do teatro que havia em frente à Feira Popular, em Entrecampos. O teatro era muito perseguido pelo regime, porque era considerado uma arte muito mobilizadora, pelo contacto directo dos atores com o público.

Em relação à música, perdi o modernismo. Em meados dos anos 60 havia os *Beatles*, mas não os acompanhei, fiquei num *rock* mais clássico. Isto porque, quando era miúdo o meu pai deu-nos um gira-discos (daqueles que eram uma malinha) e os nossos primeiros discos era tudo Elvis Presley. Nós crescemos no, então recente, bairro da Madredeus, uma ilha numa zona industrial com muito proletariado e muita gente pobre. Aquelas casas, de renda económica, eram dadas por concurso a casais novos com filhos. O resultado foi que nós crescemos com muitos jovens da nossa idade. Nos bailaricos éramos recrutadíssimos porque tínhamos a *máquina de fazer música*.

Depois virei associativo e não fiz a transição para os *Beatles* ou os *Rolling Stones* e só mais tarde me vim a interessar. Creio que o que não fosse intervenção era considerado menor em termos culturais. Quem não tem um *background* cultural e humanista mais completo torna-se um pouco dogmático. Há música que se rejeita intelectualmente, mas que sensorialmente se gosta.

Acompanhava a literatura portuguesa e os escritores que nós considerávamos bons. Em

64, a na altura, Sociedade Portuguesa de Escritores, era composta por escritores, quase todos de esquerda, só existiam dois que eram considerados de direita, o Joaquim Paço d'Arcos e um outro que só me recordo de um dos seus nomes, Monteiro. Esquerda e direita significa ser do regime e contra o regime. Em 64, a Sociedade Portuguesa de Escritores dá o prémio literário a Luandino Vieira, que estava preso. A guerra tinha começado em Angola em 61, e ele era um independentista. A sociedade foi intervençionada, fechada e suspensa a direção. Quiseram fazer uma manifestação, mas os escritores não apareceram.

Éramos jovens aguerridos e generosos, não tínhamos muito o sentido do risco, e tínhamos algum sentimento de impunidade. Fomos então para a avenida da Liberdade e lembro-me que o único escritor que vi foi o Cardoso Pires, que era dos mais engajados.

Mas quase todos os intelectuais de vários tipos apareciam nas AE. Lembro-me que organizámos uma sessão de conferências sobre a realidade portuguesa com o Joel Serrão, o Rui Grácio, o Mourão-Ferreira e o Sérgio Ribeiro (até há pouco tempo, deputado do PCP no parlamento Europeu). Portanto, todos os intelectuais gostavam das AE, porque não tinham muitos sítios onde pudessem falar.

O ME e as AE eram ilhas exóticas, que não entravam dentro do esquema, porque eram-lhes reconhecida uma legalidade democrática que não existia no resto do país. Houve depois muitas pessoas que investiram nas sociedades recreativas e culturais, de bairros e terriolas, porque aí também havia eleições, bem como alguns programas de intervenção. Acho que o PC dava muita importância a esse setor. O Feliciano David esteve ligado a esse setor até há pouco tempo.

O que eu conheci melhor foi o Ateneu da Madreus, que era o clube do nosso bairro, onde na adolescência convivíamos, namorávamos e tínhamos festas.

Quando é que entrou na AE?

Como já referi foi em fins de 1963 na associação de Ciências, que eu me mobilizo ou mobilizam--me para a direção. Não sabia muito bem o que era, mas achei que era um desafio

fascinante. Da direção presidida pelo Feliciano David, que tinha mais dez anos do que eu, faziam também parte o Teixeira, que veio a pertencer ao MFA, o Carlos Plantier, que depois foi jornalista, o Carlos Tomé, que tinha as pedagógicas; presidente da assembleia geral era o João Andrade Santos, muito ligado ao PC e depois ao turismo alentejano em Évora, o Brito Mendes era o presidente do Conselho Fiscal. Todos eles mais velhos do que eu, gente com formação política.

O presidente da secção desportiva era um calmeirão muito mais velho e experiente do que eu, de modo que fui um mau vogal para as desportivas e acabei a organizar os bailes de carnaval, que foram um êxito. Eu era um miúdo, que foi aprendendo com os outros e com as bordoadas que levou. Portanto, em 63/64 entro diretamente para a direção da associação *sem saber ler, nem escrever*. Não havia ninguém ligado ao desporto que se mostrasse ativo em termos associativos, era a tal dicotomia em que o setor desportivo estava sempre muito afastado da afirmação dos direitos.

Trabalhei também nas interculturais quando voltei de Ciências. Há uma edição de uns cadernos culturais, de que só saiu um número por falta de estrutura e produção. O número que saiu, é um duplo em termos de temática, um que é *Universidade e cultura* e o outro *Os artistas e a cultura*. Belas Artes não tinha uma associação de estudantes que lhes permitisse editar, e acabaram por *pendurar-se* naquela edição. Eu tinha visto o Arnaldo Matos a intervir nas conferências, tinha gostado muito dele, e convidei-o para escrever um artigo. Além do artigo dele, há um do Eduardo Prado Coelho e um meu. Dediquei-me ao tema *Cultura e ciência*, mas sem grande êxito, porque não inovei muito, não sabia muito e não tinha capacidade para escrever um texto de jeito. Se calhar hoje também não teria, porque é preciso estudar bastante, ir criando uma série de referências, de *links* cerebrais. O Arnaldo Matos fez algo brilhante, na base do António Sérgio e do António José Saraiva. O Eduardo Prado Coelho nasceu para ser intelectual. Eu fiz uma coisa muito polémica, a dar nos de Direito, que [nós achávamos pouco aguerridos.

No 3º ano, quando voltei para Ciências, estive na coordenação do movimento pró-associação, cuja direção entretanto tinha sido proibida. Tínhamos um boletim semi-clandestino.

Volto definitivamente para o Técnico, em 1966/67, quando era presidente da direção o Pedro Coelho, que já me conhecia. A meio do ano entrei para essa direção, para vogal dos assuntos desportivos, lugar que foi uma maneira de eles me integrarem já em pós-eleições. Esta direção é engraçada, porque é uma coligação de duas proto-candidaturas: uma com o Matos Viegas e o Marques Pinto (que logo a seguir se dedicou ao turismo universitário), os marxistas-leninistas, a outra com o Redol (que depois esteve muitos anos no MDP/CDE) que é mais PC, e aparece o Pedro Coelho, vindo de presidente da Junta de Delegados, como unificador e candidato a presidente da direção da associação.

A Junta de Delegados era uma estrutura importante em termos de representação dos alunos e também de ligação da AE à escola. Entretanto, quase todos se formaram nesse ano e na direção seguinte há um corte geracional, apenas continuando o Sacramento, candidato a presidente, o Marques Pinto, nosso candidato a primeiro vice-presidente e eu, candidato a vice para as relações exteriores. Há portanto uma lista candidata à direção, mas segundo os estatutos o primeiro vice-presidente é eleito presencialmente em assembleia geral, da mesma maneira que o vogal à Ordem dos Engenheiros é eleito na Junta de Delegados, que foi o lugar da Paula nessa direção. Ora, quando há a assembleia geral onde é eleito o primeiro vice-presidente, aparece uma contra candidatura, do Armindo, que era ativo e vinha do setor católico da JUC, que vence. O Marques Pinto não foi eleito na assembleia geral, embora fizesse parte da lista candidata. Foi uma bronca, porque o Sacramento muito impulsivamente subiu à tribuna para dizer que assim não podia ser porque havia uma equipa constituída e não fazia sentido entrar um corpo estranho para a equipa. Eu lá fui fazer um discurso mais contemporizador, no sentido de que, se estava nos estatutos que os sócios é que decidem ... o candidato a presidente não podia coagir a assembleia obrigando a eleger o candidato da sua lista.

A partir daí, o Marques Pinto continuou semi-profissionalizado no turismo, o Armindo integrou-se bem na equipa do Sacramento que tem uma orientação basista, menos ligados aos partidos e às ortodoxias e mais ligados às bases, aos trabalhadores estudantes.

Muita gente foi beber ao Maio de 68 os redescobertos conselhos operários. Os basistas estão como contraposição aos aparelhistas, estes mais ligados a ideologias partidárias ortodoxas, com objetivos menos generosos relativamente aos interesses dos próprios atores sociais. Quem está ligado a uma destas estruturas tenta transpor a orientação ou os próprios métodos de trabalho que muitas vezes são conspirativos.

Que funções desempenhou na associação?

Além das que referi há uma ação na área desportiva, que poderia referir.

Nos estatutos do CDUL existia uma assembleia de atletas e uma assembleia geral, sendo esta que elegia a direção e era constituída apenas por 21 representantes, a saber: 7 delegados das modalidades federativas do CDUL (andebol, basquetebol, voleibol, rãguebi, badminton, cujo delegado era o Ramiro Correia, que veio a chefiar a 5ª Divisão do MFA e que morreu afogado num lago em Moçambique, atletismo e esgrima, creio) e os 14 representantes das escolas. As cinco faculdades da Clássica (Medicina, Ciências, Direito, Letras e Farmácia), os cinco institutos superiores da Técnica (Técnico, Veterinária, Económicas, Agronomia e ISCSPU) e ainda a Escola Superior de Belas Artes, o INEF, a Academia Militar e a Escola Naval. Os atletas elegiam os seus 7 representantes e as escolas, ou as respetivas AE, tinham os seus próprios representantes.

Estes estatutos tinham sido feitos pelo José Bernardino, líder associativo do Técnico muito prestigiado, entretanto preso (do PC), e garantiam com facilidade ao movimento associativo a possibilidade de dirigir o CDUL. Como os associativos não ligavam ao desporto, o CDUL era dirigido por desportistas puros, até que, a certa altura, acabámos por nos organizar para reconquistar o poder, talvez em 64 ou 65. Na própria assembleia geral acabámos por fazer uma coligação com os desportistas mais democráticos e entrou então para vice-presidente o Casquinha,

que era o diretor da secção desportiva do Técnico.

Qual o seu papel no CDUL?

Nenhum em especial. Além de ter jogado andebol, só tenho ideia de ter ido à referida assembleia geral como representante de Ciências ou do Técnico, não me lembro bem. Acabei por ter sido vogal para a área do desporto nas duas associações, mas isso não significava qualquer papel no CDUL.

Dentro e fora do ME, quais eram as atividades da AE?

Tínhamos muitas infraestruturas de apoio aos estudantes a nível desportivo, cantina, sebatas, secção fotográfica, etc. Informação e formação em termos de cidadania. Em termos pedagógicos, o contributo da secção de folhas era muito importante. Existiam os delegados de curso que teriam alguma intervenção. Dependia sempre muito da abertura ou da disponibilidade da parte contrária para aceitar o que era proposto. Essa abertura era, muitas vezes, reduzida. O ME funcionava ao nível da interação com os estudantes, da sua afirmação como cidadão estudante, mas sem conseguir chegar ao nível mais alto que é a reforma das estruturas e um ensino de qualidade.

A questão mais importante dos vice-presidentes para as relações exteriores eram as RIA que tinham um secretariado e nelas existiam dois centros de poder.

Um era o seu secretariado, tendo-se constituído a certa altura um bastante forte com o Arnaldo Matos, o Jaime Gama, o Serras Gago (um homem ligado às estatísticas e que veio de Económicas), o Alberto Costa e a associação do Técnico que sustentava metade daquilo (máquinas para imprimir eram utilizadas as do Técnico) e onde normalmente a RIA reunia, que era palco de grandes afrontamentos.

Há um Seminário de Estudos Associativos, que foi feito na piscina do Técnico, cuja forte comissão organizadora era composta por Jorge Almeida Fernandes, José Eduardo, de Medicina, Arnaldo Matos, Jaime Mascarenhas, de Ciências e creio que também José Luís Nunes.

Na mesa do seminário estávamos uma equipa menos distinta, com dois rapazes, um de

Ciências (cujo pai participou na guerra civil de Espanha) e outro de Direito, cujos nomes não me recordo, a Paula Fonseca e eu.

Quando é aberto o seminário a comissão organizadora cai em cima da mesa que conduzia os trabalhos. Foi um pandemónio. O Arnaldo Matos a chatear por questões de metodologia e por vontade de implicar.

Nós criávamos problemas, onde eles não existiam. Quando estamos a funcionar em esquemas coletivos, perdemos o norte do que queremos com muita facilidade e contestar os outros, torna-se imprescindível.

O ME deparou-se sempre com muitas dificuldades, até porque, em bom rigor, a defesa dos interesses dos estudantes devia ser, primeiro que tudo, um ensino de qualidade. Nós nunca chegávamos lá. Talvez com o Mariano Gago tenha havido um pouco disso, já que a reforma do Técnico foi feita com alguma colaboração da AE.

O ME afirmava-se mais ao nível da luta pela afirmação dos direitos do estudante cidadão, a nível de direito à informação, à intervenção, portanto, um bocado aquém daquele que deveria ser o objetivo último de uma associação de estudantes.

As AE eram *ersatz* de uma oposição que era incipiente a muitos níveis, porque a sociedade estava bloqueada.

Como as AE eram uma plataforma de intervenção de uma elite (os estudantes são filhos de uma elite), dentro da sociedade portuguesa, elas substituíam-se, em certa medida, àquilo que deveria ser uma oposição em termos de intervenção e de cidadania. As universidades sempre tiveram uma estrutura bastante conservadora. Quando no 25 de Abril abriram os livros de atas dos conselhos escolares a maior parte deles não acrescentava nada, só havia um ou outro professor que era combativo e que pretendia alterar algumas coisas com vista a uma melhoria do ensino. Ter um ensino melhor deveria ser objetivo de todos, e as associações não tinham muito a possibilidade e a postura de chegar a esta plataforma exigente, de desenvolver uma capacidade de intervenção boa, forte e substancial ao nível da melhoria do ensino e das condições do ensino.

Quais eram então, as reivindicações dessa época?

A esse nível acabávamos por não ter muitas. Tudo o que se fazia tinha o seu mérito desde que fosse feito com alguma preocupação, dedicação, vontade e muito idealismo de transformar as pessoas para melhor, para sermos todos mais cultos, mais sabedores e mais intervenientes. Mas as limitações e os constrangimentos impostos pelo poder não permitiam uma intervenção de alto nível, de modo a que aquilo que fazíamos fosse feito em melhores condições. Procurávamos um ensino que desenvolvesse mais competências do que memórias, defendíamos a avaliação contínua e uma qualidade de ensino melhor.

O Técnico nem era das piores escolas que existiam no país, mas era uma faculdade muito técnica. E as técnicas podem-se pôr ao serviço de vários tipos de políticas, como se viu na Alemanha que, no tempo do Hitler teve uma evolução tecnicamente muito grande com as autoestradas ou o carro do povo, o *Volkswagen*.

Reivindicava-se tudo, desde a felicidade à democracia. Nós ocupávamo-nos em grande medida do funcionamento da máquina. Organizávamos as conferências para formar as pessoas, mas também o Dia do Estudante, que era a nossa grande festa anual. Girávamos um pouco em torno do subnível.

Não tenho nenhuma ideia elaborada de uma reivindicação sobre reforma do ensino. Havia a convicção de que não tínhamos unhas para tocar essa guitarra e tentávamos então garantir ou assegurar uma série de condições materiais de funcionamento e tentar dar instrumentos às pessoas de intervenção na vida da sociedade, informando-as, através do grupo de teatro, do *Binómio*, das conferências e das exposições. Era muito interessante e perfeitamente apaixonante.

Há um período de transição, fins dos anos 60 para início dos anos 70, que eu já não apanhei, que é quando aparece o MRPP e todo esse tipo de intervenção política. As coisas tornam-se mais claras. Já era o tempo do Marcelo Caetano, em que a sociedade repressiva e o poder repressivo são combatidos com uma maior eficiência, de tal modo que o ME assumiu um protagonismo político que não tinha anteriormente. O

ME nos anos 60 era uma coisa delimitada; só íamos para a rua fazer manifestações reivindicando, por exemplo, o direito ao Dia do Estudante, ou as conferências, que eles achavam que juntavam muita gente, logo era muito arriscado e muito subversivo. Depois, há uma transformação, que não acompanhei muito bem, quando aparece o MRPP com as suas grandes intervenções e quando Direito se transforma em extrema-esquerda. O MRPP é que veio dar a Direito aquela conotação de extrema-esquerda.

Em 69, comecei a desligar-me progressivamente, até porque o nosso mandato foi brutalmente interrompido com a ocupação da associação do Técnico.

Como se deu essa ocupação?

Foi feita, se não me engano, numa sexta ou num sábado à noite, horas depois de termos estado reunidos. Tinha sido uma semana muito ativa em que nós queríamos conquistar o Técnico em termos de intervenção da associação, deixar de ser feita dentro das paredes da associação e ser transposta para os próprios cursos, para os pavilhões, para as aulas. Queríamos mudar tudo. Não sabíamos muito bem como, nem porquê, mas era a afirmação da cidadania total. É neste período, a partir de 68, que se ocupou a sala de alunas. Nessa semana ocupámos o salão nobre para fazer uma reunião geral de alunos. Acho que havia também maior abertura. Em relação aos cursos, não éramos tão conspirativos. Havia também uma maior aceitação por parte dos cursos em relação às nossas posições.

Nessa noite discutíamos e estávamos com uma série de perspetivas sobre como fazer a tal transposição, ou seja a ideia era a democracia da associação ser transposta para a democracia do Técnico.

Tínhamos uma série de ideias e havia um forte consenso e bastante otimismo, estávamos cansados, era tarde e decidimos interromper e retomarmos no dia seguinte à tarde para assentar ideias e desenhar o plano de intervenção da semana seguinte. De manhã cedo telefoname e dizem para ir comprar o *Diário de Notícias*. Assim fiz e lá vinha um comunicado do governo a noticiar a entrada da polícia de choque no Técnico. Viemos a saber que a polícia tinha

entrado com os pides à procura da direção, mas nós tínhamos saído há meia hora.

A semana seguinte já não foi ativa porque entretanto ficámos suspensos.

O que aconteceu depois?

Constituímos advogado, deixámos de dormir em casa e passámos a reunir em casa de um ou de outro. Logo no sábado ou no domingo, houve uma reunião em Económicas para discutir a situação no Técnico. Lembro-me que o Jaime Gama, que era do secretariado da RIA, fez um discurso péssimo, dizendo que isto não era Nanterre. Apareceu lá o Eduardo Prado Coelho, vi-o pela primeira vez ativo em termos de ME, ele era daqueles intelectuais que estavam um pouco à margem. Ele apareceu e assumiu posição. Ficámos um pouco pendurados. O que se faz contra isto, quando se tem uma ditadura? Não há instrumentos à disposição, não se tem televisão, jornais, rádio ou *internet*. Andámos um pouco a patinhar e as aulas foram imediatamente suspensas até ao fim das férias de natal. Depois andámos para ali a tentar reunir e a afirmar direitos.

Como desbloquearam a situação?

A situação foi, de certo modo, desbloqueada com a mudança de ministro da Educação. Julgo que o Veiga Simão não arquiva, mas suspende os processos. Na altura eu já estava na Alemanha.

Foi com essa ocupação do IST que ficou com um processo disciplinar?

Sim, mais um, apesar de a minha eleição não ser homologada, mas também não era substituído e por isso continuava, de tal modo que também fazia parte da lista dos processados, se bem que eles não processassem só as direções.

Era fácil arranjar advogado para a defesa, até porque havia um grupo de advogados solidários como o Jorge Sampaio que era normalmente quem coordenava. Julgo que quem redigiu a minha defesa foi o Vítor Wengorovius, o Sampaio fez a estrutura geral. Aquilo arrastou-se e quando chega o Veiga Simão, suspende os processos.

Qual era a relação da AE com as outras associações?

Só éramos frequentados por alunos de outras associações em termos institucionais, porque muitas coisas funcionavam na associação do Técnico.

As interpropagandas, que era um dos setores importantes, os comunicados do ME eram quase todos impressos na associação.

Havia pessoas das interassociações das outras escolas que vinham ao Técnico tratar desses assuntos.

De resto, realizavam-se as reuniões da RIA, onde vinham delegados das outras escolas ao Técnico.

Existiam escolas muito fracas em termos de participação, de mobilização e de peso. Medicina, apesar de ter uma pró-associação, era forte. Direito era forte, já Letras era fraquíssima. Farmácia e Veterinária era como se não existissem e Agronomia era pouco mais do que isso. Lembro-me de haver dois ou três rapazes militantes, um deles foi o Fernando Oliveira Baptista, que foi ministro da agricultura após o 25 de Abril e o grande ministro da Reforma Agrária. Depois dele veio o António Barreto, que hoje foi diretor do *Público*² que é o da contra-reforma, digamos assim. Havia também um outro ativo, o Vicente. Belas Artes não tinha associação, era uma pró-associação muito fraca, tinham alguns artistas que faziam uns cartazes muito bonitos. Em Ciências havia uma sala que era cedida a Belas Artes, porque era a que ficava mais perto desta. As escolas fortes eram cinco: Medicina, Direito, Ciências, Técnico e Económicas.

Quando estava no Técnico não me lembro de ir a outras associações. Só me lembro de ir ao Técnico, quando estava na associação de Ciências.

Porquê?

Porque havia que fazer e já tinha lá estado. Quando fui para o Técnico, de vez em quando, ia a Ciências, porque ainda tinha uma ligação emocional, conhecia lá gente e o ambiente era agradável. Mas isto tem a ver apenas com a

² Refere-se à edição de 5 de março de 2010, comemorativa dos 20 anos do jornal, em que o António Barreto foi diretor por um dia.

minha situação particular. Lembro-me daqueles bailes de carnaval que organizei, a minha primeira grande tarefa associativa.

Houve uma situação engraçada. Os tais rapazes de Belas Artes tinham feito uns cartazes muito bonitos para os nossos bailes. Ainda me lembro que em três bailes obtivemos 40 contos de lucro. Eram cartazes feitos à mão, de várias cores, em cartolina, formato A2 ou A3, com gente a bailar e a indicar de que evento se tratava, que depois eram afixados para dar conhecimento aos alunos. Fui ao Técnico e levei dois desses cartazes. Já conhecia a escola, fui à secção de propaganda, pedir se podiam afixar os cartazes sobre o nosso baile de carnaval. Puseram um carimbo e uma rubrica e eu afixei os cartazes. Passados dois ou três dias, chego lá e não estavam lá os cartazes. Fui à secção de propaganda perguntar o que se passava. Quem lá estava era o diretor, o camarada Heduíno Vilar, que me disse que os cartazes deveriam ter vindo pelas interpropagandas, que eram o canal devido.

É o tal problema dos objetivos. Estamos a tratar dos objetivos ou estamos entretidos com coisas secundárias. O que eu queria era publicitar o baile, já para o Vilar o que era importante era a afirmação da estrutura de coordenação das secções de propaganda que deve ser envolvida na remessa da dita propaganda. E retirou, não voltando a pôr. Os bailes de Ciências foram um êxito. Os do Técnico normalmente não eram um grande êxito, porque era sempre mais homens do que mulheres. Então, estávamos nós, não sei se na segunda feira se na terça feira de carnaval, em pleno baile, cerca da meia-noite, com sala cheia e tudo a correr muito bem, e aparece a direção do Técnico – porque se convidavam umas às outras, era uma gentileza institucional. Vinham o Albano Nunes, Jorge Dias de Deus, entre outros, e atrás deles vem o Heduíno Vilar. E eu disse que ele não entrava sem pagar, porque ele não pertencia à direção, mas à secção de propaganda. Ele só precisava de pagar e entrava. Mas criou-se ali uma situação embaraçosa. O presidente do Técnico foi fazer queixa ao Feliciano David, um senhor casado, com 28 anos. Expliquei-lhe o que tinha acontecido e disse que podíamos ser simpáticos, mas o que é facto é que não havia razões para o sermos, face

ao que ele fez. Havia três hipóteses, ou o Heduíno entrava, mas pagava, ou não pagava e não entrava ou o Feliciano decidia que ele entrava sem pagar e nesse momento eu demitia--me de imediato. Não me ia deixar ficar! Isto é uma das cenas que eu me lembro de Ciências ter sido visitada pelo Técnico!

O Heduíno Vilar também aparece nos almoços do Técnico, em maio. Andam por lá o Redol, o Valdez, o Heduíno Vilar, o Marques Pinto, o Mário Lino, o Pedro Coelho, o Mariano Gago não tem aparecido, mas enfim, aparecem muitas pessoas. Está a ficar cada vez mais a brigada do reumático! Todos nós temos que ter sido colaboradores, ativistas, dirigentes ou trabalhadores da associação antes do 25 de Abril. Significa que não se apanha lá ninguém com menos de 55 anos!

Não me lembro de mantermos relações com a associação de Coimbra. Em 69, passei por lá onde assisti no jardim a um espetáculo de teatro muito bonito, falei com o Alberto Martins, mas não tive nenhum contacto institucional forte. Já estava de partida para a Alemanha.

Quais foram os momentos do ME que mais o marcaram?

Provavelmente quando entrei pela primeira vez para a direção de Ciências, depois quando fui processado e expulso. Recordo também os *Cadernos Culturais*, que para o meu *ego* foram bons, embora o meu artigo não fosse nada de especial (só génios éramos três!). A tomada de poder no CDUL, aquele *rigoletto* que nós organizámos teve a sua graça. A minha ida a Madrid, foi muito interessante, quando fui contactar o *Movimiento Democrático de Estudiantes*, que estava muito mais evoluído politicamente do que nós. A solidariedade com as cheias foi também um momento marcante.

Nas cheias que papel desempenhou?

Nenhum especial. Cheguei naquela noite, só apanhei o processo passados dois ou três dias.

A comissão coordenadora estava no Técnico?

Estava, mas eu estive sempre no *background*. Não desempenhei nenhum papel relevante. Já não me lembro de nós quem foi que coordenou. Lembro-me que ainda fui a uma reunião na

câmara municipal de Vila Franca de Xira, passado uma semana, onde ficou selada a nossa saída da intervenção. Mais uma intervenção ao nível de confronto com o poder do lado de lá.

Depois, outro momento marcante foi o Seminário de Estudos Associativos, também foi interessante para mim. Em termos de desafio, de reflexão, de mobilização, de questionar o quê e como fazer.

O que foi discutido no Seminário de Estudos Associativos?

Já não me lembro muito especificamente. Ao fim ao cabo, a capacidade de intervir e de alterar o período menos bom que o ME tinha vivido desde a sangria de quadros em 65, com as prisões e as idas para o estrangeiro e a retoma da capacidade de intervenção do ME na universidade e alguns reflexos que pudesse ter na sociedade portuguesa. Foi também marcante, negativamente, a entrada da polícia no Técnico quando a semana anterior tinha sido efervescente em termos de entusiasmo. O sentimento existente era o de crescermos como movimento em termos de capacidade de intervenção aceite ao nível de todo o Técnico. O sentimento que nós tínhamos era de que íamos conseguir, pela primeira vez, dar a volta. A ideia de a nossa filosofia de liberdade, de democracia e de direitos, que era o nosso reduto associativo, ocupar todo o Técnico. Era este o sentimento que nós tínhamos.

Como é que decorriam os processos de luta? Como se iniciavam, desenvolviam e terminavam.

Nós tínhamos a gestão da associação. Éramos confrontados com os problemas, tínhamos os nossos projetos de informação, de mobilização e de motivação das pessoas, que desenvolvíamos através de reuniões, de comunicados e de discussões. Uma preocupação que tínhamos era no final das aulas ir falar aos colegas (ir aos cursos). Depois a concretização relativa daquilo que se conseguia, que era sempre muito pouco, visto da perspetiva da melhoria do ensino, da qualidade de toda a escola, da formação pré-profissional, da formação global, de elites universitárias, que ao fim ao cabo era disso que se tratava e era o tal nível a que nós, normalmente, não chegávamos.

Mas não sentíamos muito isso, porque, a nossa própria vivência, a afirmação democrática e a prestação de serviços aos colegas era, em grande medida, um conforto ou um resultado aceitável.

Para nós, sem nunca conseguirmos chegar à razão última de ser do que deve ser uma associação de estudantes, – porque as condições não o permitiam, ou só a um nível razoavelmente baixo – aquilo que fazíamos, e como fazíamos, era sucessivamente gratificante para nos sentirmos bem e acharmos que estávamos a fazer coisas úteis e interessantes para as pessoas.

Andávamos com a ilusão de que estávamos a transformar o mundo, quando em grande medida nos transformávamos um pouco a nós próprios e àqueles a que chegávamos. Aí, acho que o ME contribuiu muito para a melhoria do perfil e da qualidade das pessoas que tocou, que envolveu, que formou, e que libertou de enquadramentos num país que era muito medíocre em termos de perspetiva para todo um povo e para a vida em sociedade. E depois tínhamos todas as nossas vivências, os livros, o cinema, o cine-clube ...

De certo modo, nós conduzíamos a afirmação, que acabava por ser de uma minoria, mas com uma capacidade de intervenção razoável de chegar à maioria, mas que em grande medida acabava por melhorar a qualidade dos cidadãos envolvidos e daqueles a que chegavam.

Referiu que tentavam chegar a todo o Técnico. Também houve uma tentativa de chegar à população fora do Técnico, ao cidadão comum?

Naquela altura, uma vez ou outra através de comunicados houve uma certa tentativa de sensibilizar a população para os nossos problemas e o nosso confronto com o poder. Embora pudesse estar na cabeça de cada um de nós melhorar e transformar a sociedade, na realidade esse nunca era o nosso objetivo. Podíamos senti-lo politicamente, humanamente, ou enquanto generosidade, mas na realidade acho que não chegávamos lá.

Que mudanças houve no ME desde a sua entrada até sair do IST?

Existiram bastantes mudanças. Eu entrei num período de acalmia, que é a ressaca do movi-

mento de 62, portanto, esse movimento não o vivi nem o senti, logo não o posso testemunhar.

O ME, quanto a mim, passa de uma agenda marcada de combate político ao regime para uma agenda muito mais de mobilização das pessoas para se afirmarem. Acho que é sobretudo esta a grande mudança. Quando comparo os colegas que conheci melhor no ME em 64 e 65 com os de 67 e 68, acho que há uma alteração sensível. Passa a ser importante o que as pessoas são e como fazem e a forma como se afirmam, e não apenas aquilo que fazem. Não são só os objectivos que são importantes, é importante a maneira como se chega lá. Dito de outra maneira, se eu quero mudar o mundo, tenho que começar por mudar o que se passa em minha casa. Isso tem a ver com o basismo, porque as pessoas começam a pensar mais em disseminar, através do próprio comportamento e da maneira como fazem as coisas, as atitudes comportamentais que conduzam a pessoas melhores, para que o que essas pessoas fazem seja também melhor. É difícil fazer melhor se as pessoas não forem melhores. Eu sou um pessimista estrutural, penso que o mundo não pode ser grande coisa, porque a maior parte das pessoas não são grande coisa.

A intervenção a seguir ao Maio de 68 mexe muito mais com a transformação das próprias pessoas e, portanto, com a possibilidade que se abre de poderem mudar fazendo melhor e mais condignamente para o ser humano e mais decentemente para o mundo. Acho que, neste sentido, houve uma evolução interessante e, de uma maneira ou de outra, o ME acabou por dar um contributo forte para o 25 de Abril, tendo as cheias marcado o seu renascimento. Entre 1965, quando é presa ou foge toda aquela gente, até às cheias, em 1967, o ME esteve em lume brando.

E a reequipar-se?

De certo modo foi, embora não tivesse sido esse o objetivo. Não se fazia mais porque não havia condições objetivas, subjetivas e pessoas. É sempre difícil definir objetivos, quando não são tarefas concretas, nem são ciências exatas, tem tudo a ver com a transformação das pessoas e do mundo. A militância social tem a ver com isso, e é a definição do objetivo que é complicada.

Caraterize as organizações de juventude existentes.

Sei que havia um núcleo da JUC no Técnico, mas foi coisa de que andei sempre muito afastado. Contudo, apercebi-me de que havia gente boa, porque foi esse o canal que trouxe a informação da mobilização para Penamacor. Portanto, havia gente solidária, mas confesso que não me apercebia da existência deles. É natural, eram católicos.

Tem ideia do peso e da relevância que tinham dentro do Técnico?

Não. Vim a saber mais tarde que o Guterres fez parte, mas ele nunca foi do ME, nunca dei por ele.

Relativamente a organizações partidárias estudantis, como eu nunca estive em nenhuma, não tenho ideia da força que tinham ou não tinham, mas todos sabíamos que o PC é que era o partido forte, não só no ME. E lembro-me de um movimento democrático universitário muito incipiente na altura em que estava em Ciências pela segunda vez. No Técnico nunca dei por nada.

Em relação a momentos da política nacional que presenciou ou que viveu enquanto estudante do Técnico, o que destaca?

Lembro-me da Sociedade Portuguesa de Escritores, que acabou em 1964, e das eleições de 1969 e da constituição da CDE e da CEUD ... Está-me a escapar alguma coisa?

A guerra colonial ...

Começada em 61, depois 63 e 64.

O que recorda da guerra?

Para mim sempre ficou assente que eu não ia para lá. E não fui. O PC, e mesmo o MRPP, achava que se deveria ir e lutar contra a guerra na guerra. Eu achei que não. Aliás, depois do 25 de Abril podia ter vindo para Portugal e para o MFA, mas achei que não. Não sou nada militarista. Até reconheço que em termos de sentido de estado, as Forças Armadas no seu conjunto tenham mais sentido de estado do que, por exemplo, a carreira de diplomata ou as máquinas partidárias no seu conjunto.

A morte do Humberto Delgado não constituiu um acontecimento importante?

Em que ano foi?

Em 65.

Soube mas chocou-me muito mais a morte do Che Guevara.

Quais os acontecimentos internacionais de relevância, além desse?

A guerra no Vietname ...

Foi a alguma manifestação contra a guerra do Vietname?

Não me lembro. Mas já na Alemanha todos os fins de semana havia manifestações contra qualquer coisa, muitas contra a guerra no Vietname ou contra o Franco ou a favor dos bascos, por exemplo. Penduraram-nos na corda, naquela altura. Ainda me lembro do Cohn-Bendit, que foi para Frankfurt, depois do Maio de 68 e esteve lá muitos anos.

Porque é que a morte do Che Guevara foi relevante?

Era a imagem do lutador abnegado. Ainda por cima, foi o Vítor Constâncio lá da terra, já que foi presidente ou diretor do banco central cubano a seguir à conquista do poder e as notas vêm sempre assinadas pelo governador, e ele assinava como Che. Lembro-me que na altura li um livro de Che Guevara na Bolívia e percebe-se que após um êxito aquilo vai de derrocada em derrocada até à derrocada final. Mas ainda hoje é uma figura que desperta muitas simpatias.

De 67, foi também a guerra dos Sete Dias, de que também me lembro. Fiquei furioso com os israelitas. Acho que Israel faz aos árabes muito daquilo que fizeram aos judeus, não só no tempo do nazismo. As perseguições aos judeus são um bocado históricas, já começaram aqui, e eu não tenho preconceitos nenhuns, porque acho que nós somos todos uma mistura. De certeza que há judeus, árabes e celtas atrás de nós. Costumo dizer que Portugal tem três grandes influências: os árabes, que eram bons nas ciências, os judeus que eram bons nas artes, ofícios e negócios e os cristãos que eram bons na pancada. Nós ficámos um bocado sub-desenvolvidos ao

nível das artes, ofícios e ciências, mas ... As forças mais interessantes da sociedade eram aquelas que resultavam da cultura árabe (exemplos da matemática, da trigonometria ou do aproveitamento da água). Ao nível das artes, ofícios e negócios os judeus estavam no topo. Os cristãos defenderam muito o território. Mas para nós tanto faz quem cá estava. Se calhar o pior que nos pôde acontecer foi a batalha de Aljubarrota! Eu gosto imenso dos espanhóis. Até porque eu fui embora em 69, mas vinha passar férias a Espanha as vezes que queria, em pleno franquismo, e não me acontecia rigorosamente nada.

O Maio de 68 também foi relevante e foi retratado em termos informativos no *Binómio*. Depois, associado a isso, a libertação sexual foi uma das componentes que também foi retratada na imprensa do ME.

E teve influência no ME português?

Suponho que não muita, pelo menos naquele período. Não sei se mais tarde não terá havido uma evolução, mas as coisas aparecem e começam a ser faladas e as pessoas começam a discutir outras atitudes e outros comportamentos.

Qual o balanço que faz da sua experiência enquanto estudante do Técnico?

Muito positivo. Seria hoje uma pessoa completamente diferente e pior do que sou, se não tivesse tido a sorte, um pouco casual, de me ter inserido no ME e ter participado em todas estas convulsões, combates, esperanças, vontades de mudar, de melhorar e de transformar o mundo. Provavelmente também não tinha tido a oportunidade de ir para o estrangeiro e de conhecer outros mundos. A Alemanha é um mundo bastante diferente do nosso. Provavelmente, se não tivesse tido a experiência no ME no Técnico não tinha ido embora, tinha-me licenciado, tinha sido mais um engenheiro ou ido acabar por dar aulas, porque não havia lugar para engenheiros, teria tido uma vida pré-fabricada.

Não acabou o curso?

Não. Tenho o 5º ano completo, mas na altura eram seis anos. No ano seguinte acho que passou para cinco anos e meio, e no outro para cinco. Acho que levou dois anos a passar de seis para cinco anos. Falta-me o 6º, mas nunca mais

pensei nisso. É irrelevante, não interessa para nada. Pelas reformas que houve disseram-me há tempos que eu podia pedir o diploma, seguindo um caminho específico. E conseguir obter o diploma, sem fazer mais nada a não ser tratar de papéis.

Pavilhão central.

Foto: Tatiana Soares



Em que período esteve no Técnico?

Estive de 1962/63 a 1968/69. Volto para o Técnico em 1971/72 como assistente, função que exerci durante oito anos.

O que a levou a escolher um curso de engenharia no Técnico?

Eu nasci em Angola, mas vivi dos 14 aos 17 anos em Moçambique, altura em que vim para a universidade. O meu pai era funcionário público e estava colocado lá. No liceu a par de professores medíocres tive docentes maravilhosos, três deles eram antifascistas e estavam com residência fixa em Moçambique. O padre que nos dava religião e moral tinha sido expulso do seminário, onde era professor, por dar as teorias evolucionistas.

Um destes, o professor Martins fez-me apaixonar pela química orgânica. Era uma figura muito bonita e um indivíduo com uma grande formação, que tinha sido assistente na Faculdade de Ciências, em Lisboa. Contava-se que a certa altura houve uma expurga, como o Salazar fazia, não sei se com o prof. Caraça se noutra altura, e por engano, expulsaram-no a ele que tinha o mesmo nome do que queriam perseguir. Ele nunca denunciou a situação e lá ficou em Moçambique.

Além de química gostava também muito de medicina, desde o 5º ano dizia que queria ser médica. O meu interesse foi sempre no domínio das ciências, mas estava muito indecisa. Como tinha dispensado de fazer a admissão, fui de carro com o meu cunhado para me inscrever mas, como a *bicha* em Medicina era muito grande, desisti e acabei por me ir inscrever no Técnico, talvez por ser mais organizado.

O Técnico era uma escola muito bem organizada. No princípio do ano já sabíamos a turma e as datas dos exames finais. Em Ciências faziam-se *bichas* durante a noite para a inscrição nas cadeiras e no entanto os alunos de

Ciências que vinham no 3º ano não gostavam do Técnico, consideravam-no muito colegial. Todos os alunos tinham um número, que era para toda a vida.

Ainda se lembra do seu?

Acho que toda a gente se lembra do número do Técnico. Às vezes não o dizemos porque o usamos como chave, como *password*. Ainda o perguntamos uns aos outros, para saber o ano em que lá entrámos.

O que recorda do primeiro contacto com o Técnico?

Um certo medo. Na primeira aula prática de matemáticas gerais o assistente dizia:

– Metade desta turma vai chumbar, vejam lá onde se sentam.

Muito pesado. No 1º ano tinha aulas ao sábado das 2 às 6 da tarde, matemáticas gerais das 2 às 4 e mineralogia, de que eu não gostava, das 4 e as 6. Às vezes, baldávamo-nos. Íamos para um cinemazinho que existia na avenida Duque de Ávila, onde entrávamos a meio e assistíamos às coisas mais horrorosas que eram exibidas, como a Sarita Montiel. Nunca senti muito isolamento, primeiro porque tinha amigos de Moçambique, depois porque arranjei novos amigos, mas tive amigos que sentiram.

Outro choque foram as relações rapaz/rapariga. Nós vínhamos de turmas mistas, tínhamos uma relação solta, aqui os rapazes eram mais contraídos e as raparigas no Técnico até tinham uma sala só para elas, a sala das alunas. Mas já tinha tido o mesmo choque anos atrás, quando cheguei a Lisboa entre aos 11 e os 12 anos e entrei no liceu Maria Amália, vinda de um liceu misto em Angola. Foi para mim espantoso ver muitas raparigas histéricas quando aparecia o senhor dos gelados! Era o único homem que tinha permissão de entrar no liceu e tínhamos

que estar à distância. Mesmo no verão tínhamos que ir de meias para o liceu e à entrada estavam contínuas a verificar se as trazíamos, o fato de ginástica tinha que estar abaixo do joelho. A minha mãe pediu à diretora para eu ir de calças no inverno por razões de saúde, mas não foi autorizado. Tudo surreal. Tive uma colega no liceu, que com 14 anos nunca tinha estado ao pé de um rapaz, porque só se relacionava com a família e não tinha primos. Era com esta educação, que se chegava à universidade.

Como vinha com bons professores de Moçambique, o Técnico foi uma decepção?

No que respeita a professores, o Técnico tinha verdadeiros mamutes. Por exemplo, o professor de química, o Ilharco, era uma pessoa extraordinária. Tínhamos que fazer um caderno que apresentávamos no exame escrito cheio de sublinhados a cores feitos com um pente para fazer ondulado. No quadro ele sublinhava a preto, porque: – O preto também é cor.

O homem não sabia o que era um átomo. Não sei se molécula sabia, mas abaixo de molécula, nada ... Ele estava atrasado um século! No exame oral, para terem boas notas, os rapazes iam de fato azul escuro. Com gravata vermelha melhorava a nota, se pusessem o emblema do Técnico, ainda mais e se tivessem o emblema do Colégio Militar melhorava muitíssimo.

Era só para rir! Mas eu chumbei um ano no Técnico à conta do desenho e do Ilharco, uma coisa de doidos. No dia do exame enervei-me, porque ele dava-nos o assunto que ia sair, punha três ampulhetas, para controlar o tempo e ia interrogando. O tempo passava e eu enervei-me e fiquei calada. Na cadeira de cálculo só íamos à aula dos cortes, onde era definido o que vinha para o exame. Tive um professor que dizia:

– Suponhamos que por estes dois pontos passa uma reta.

A par destes professores tive outros que eram bons. A matemáticas gerais tive o prof. Dias Agudo, que adorei. Outros professores já doutorados, como o prof. Herold da química orgânica e Fraústo da Silva na química analítica, já eram de uma geração diferente e faziam-nos gostar das matérias. Tive uns dois ou três assistentes, antes de partirem para fazer o seu doutoramento, que me marcaram, em especial, Jorge

Calado na química física que foi o melhor professor que tive no Técnico.

Como era a condição de mulher numa escola de homens?

No Técnico só havia um curso que tinha mulheres, que era o de química, com cerca de 50%, nos outros eram muito poucas. A situação da mulher é bem evidenciada pela existência da sala das alunas e dos episódios da sua extinção.

A sala das alunas tinha uns sofás e uns espelhos, e era um espaço onde estavam sempre sentadas umas raparigas, por vezes a jogar cartas. Nessa sala só entrava um homem, uma vez por ano, o fotógrafo, que lá ia quando a mulher do diretor ia tomar chá com aquelas meninas. Isto era uma coisa extraordinária! Esse gineceu, foi assaltado na ocupação do pavilhão central e em reunião geral de alunos (RGA) foi decidido que devia ser extinta, depois de ouvidas as alunas. Já em 69, lá fomos fazer a reunião com as utilizadoras da sala das alunas. Eu estava no 6º ano, era da direção da associação e ia dirigir a reunião. Ia comigo a Teresa Moura, que era do 5º ano, e umas moças do convívio, que eram associativas mais novinhas, do 1º e 2º anos. Antes da reunião fora avisada pelas *católicas* (um grupo do 5º ano, malta muito próxima da associação, boas alunas que iam mais às aulas e se relacionavam mais do que eu com os colegas de curso) que não íamos conseguir aprovar a extinção da referida sala. Eu não liguei, achava que ia ser canja, pois continuava a não ver a utilidade da sala.

Chego lá, com a minha experiência das RGA, tento dirigir a reunião, mas não consigo. Aos nossos argumentos não se inscreviam para os rebater. Não deixavam falar as associativas mais novas. Cada uma falava no seu lugar, pareciam galinhas a cacarejar, e, às tantas, apercebemo-nos que elas nunca iriam aprovar aquilo. Do que pude entender naquela confusão as condições para aprovarem a extinção da sala passava por pôr espelhos na casa de banho, o que nos parecia aceitável, mas também queriam pôr sofás, e depois mesas, ou seja criar outra sala das alunas. Valeu-me a experiência associativa e a reunião foi adiada *sine die*, até hoje.

No fim fiquei a falar com elas e foi assim que me apercebi da importância da sala para aquelas raparigas que é evidente numa das frases que

ouvi, a sala das alunas é o sítio onde eu posso estar relaxada, sentada de perna aberta sem me preocupar com o que estou a mostrar.

Realmente, elas precisavam daquele espaço, eu é que fui burra, porque era o sítio em que não tinham que estar preocupadas com a pose. Devia ser duro ter sempre uma certa tensão quando se estava junto aos rapazes, era preciso relaxar.

Quais eram, para além das aulas, os locais onde os alunos se encontravam para conviver?

Em cafés. Nessa altura havia muito mais cafés do que hoje. Posso dizer que fiz todas as cadeiras nesses cafés à volta da praça de Londres. Para além do estudo e da conversa havia outras atividades nos cafés. No *Londres* também se jogava bilhar. Quando nos quiseram impor a justificação de faltas nas aulas práticas e criaram um cartão de faltas que tinha que ser assinado pelo assistente, o meu colega e grande amigo Amiguito, como era conhecido o Carlos Miranda, exímio falsificador de assinaturas quase montou escritório no *Londres*, era abordado por alunos muitos dos quais ele nem conhecia, para rubricar os cartões de faltas.

O meu grupo de amigos além dos cafés frequentava a minha casa. À noite, de maneira geral, ficávamos na minha casa. A minha mãe era uma mulher muito permissiva e juntava-se muita gente lá em casa, para estudar, fazer tertúlias, ensaiar teatro, ali se fazia tudo.

Quais os temas de conversa e debate?

Os temas de conversa nos cafés dependiam dos grupos de estudantes. Havia gente que só estudava, outros falavam de automóveis. Em relação ao meu grupo de amigos os temas foram variando ao longo desses anos de acordo com a nossa evolução, desde as discussões sobre a religião até à guerra colonial ou ao modelo de socialismo com que sonhávamos. Obviamente não era nos cafés que discutíamos a maioria dos assuntos, longe da possível escuta de pides, era em minha casa, em noitadas. Íamos ver todos os filmes do cineclube, líamos e tudo era matéria de discussão e reflexão. A maioria de nós, a certa altura a totalidade, não se identificava com a ideologia do PCP e sentia que havia que lutar por novas soluções que procurávamos. Maio de 68 teve uma enorme repercussão em nós.

Nos primeiros anos do curso eu não estava ligada à associação. Foram anos de percurso pessoal, era o momento de um indivíduo começar a despertar para as coisas, de ler Sartre, Camus, abandonar o catolicismo, de andar por Lisboa, e conviver com um grupo de amigos um pouco mais velhos com quem me fui politizando. Também contribuiu para a minha politização o que se passava na universidade. Em 1964, com a vaga de prisões, o PC foi dizimado em Lisboa. A imagem que tenho desses tempos era do Redol, praticamente o único dirigente associativo que não foi preso, à porta do pavilhão central a incitar-nos para não entrarmos, porque estávamos em luta pelos presos e quase todos os dias era preso mais um. Estes acontecimentos contribuíram para a minha politização.

Que livros, filmes, música e peças de teatro, além daquelas em que participou, recorda?

Líamos Sartre, Camus e outros, os neorrealistas portugueses, Jorge Amado, Graciliano Ramos, peças de teatro e, à medida que nos fomos politizando Marx, Engels, Lenine, Rosa Luxemburgo, Pannekoek, Mao, Che Guevara, Fidel, Amílcar Cabral e todos os textos anticolonialistas. Estes livros eram comprados em Paris e trazidos escondidos ou nalguns casos adquiriam-se na *Barata* por baixo da mesa.

De teatro, assistíamos a praticamente todas as peças que se faziam desde *O render dos heróis*, de Cardoso Pires à *Casa de Bernarda de Alba*, de Lorca. A peça que mais me marcou foi *Morte e Vida Severina* musicada e também interpretada por Chico Buarque com base no poema de Cabral de Melo Neto e que retrata o trajeto de nordestinos que fugiam da miséria do interior do Brasil para o litoral, os retirantes.

Esta peça do grupo *TUC* da Universidade Católica de São Paulo, ganhou o 1º prémio no Festival de Avignon e veio a Lisboa. Foi apresentada no Tivoli, na presença do presidente da República e corpo diplomático, com uma sala cheia de estudantes que depois de ver aquela maravilha que era simultaneamente a denúncia da exploração e opressão gritavam:

– Morte ao fascismo! – com os atores a apoiar. Uma cena lindíssima. Os *fachos* foram apanhados desprevenidos. Ainda houve outra representação no Império, mas a terceira já foi proibida.

Que filmes a marcaram?

O *Sétimo Selo* de Ingmar Bergman e *Andrei Rublev*, que talvez tenha sido mais tarde. Também adorava Fellini e de uma maneira geral todos os neorrealistas italianos e novo cinema francês, pois a cultura francesa tinha um grande peso na nossa formação. O nosso *ar* vinha de Paris. Era em França que víamos filmes como o *Couraçado Potemkin* ou *A mãe*.

Em Moçambique, nas férias, havia uns tipos antigos militantes do PCP com residência fixa em Moçambique, que animavam um cineclube, víamos tudo o que havia, não havia nada que falhasse.

E música?

Eu ia ao ballet a concertos e à ópera de vez em quando. Mas de facto o que mais gostava era de ouvir o Zeca Afonso e muitos dos outros baladeiros. Um espetáculo com o Zeca, que coisa mais emocionante! Depois a gente cantava aquelas coisas dele, com aquela voz magnífica. Eram momentos magníficos!

Estes espetáculos eram simultaneamente jornadas de luta, algumas delas terminadas com um cerco da polícia às instalações. Isto passou-se em Ciências.

Já que nos primeiros anos foi sobretudo de percurso pessoal, quando começou a colaborar com a associação?

Em 66, tornei-me colaboradora da associação. Antes disso aderiu às lutas dirigidas pela associação, lia o *Binómio* e ia a realizações culturais. Alguns dos meus amigos comiam na cantina, por isso estava mais ou menos a par do que se passava.

Porque entrou na associação?

Com as preocupações sociais que tínhamos havia que agir e as associações eram o único meio. Não me lembro do facto concreto que nos levou a tornar-nos colaboradores.

Eu, o Luís Leitão e o Amiguito, todos do mesmo curso, entramos juntos. Inscrevemo-nos na cultural e conjuntamente com outros colegas como o Moura Ramos, hoje professor no Técnico, o Danilo Matos, que depois foi para o MRPP e outros fizemos a revista Esteiros. Era uma revista cultural em que tentávamos através

de textos escolhidos aumentar a consciência dos estudantes. Formámos também o grupo de teatro.

Quando fui para a associação, o que me cativou mais foi o teatro. Adorava fazer teatro! Estive sempre ligada ao teatro enquanto estive na associação e participei em todas as peças.

Fizeram-se muitas peças de teatro no IST?

Enquanto estive no Técnico foram feitas três representações.

A primeira foi a apresentação da peça de Tchekov *O Urso* com três encenações diferentes feitas pelos membros do grupo sob a orientação do ator Rogério Paulo.

No ano a seguir fizemos a apresentação de excertos de peças. Representámos cenas dos *Sequestrados de Altona*, de Sartre, de *O Judeu*, de Bernardo Santareno e de uma peça de Brecht.

Em 68/69 fizemos a *Antígona*, de Brecht. Mesmo com o Técnico fechado o grupo de teatro continuou a ensaiar mas noutros sítios.

No ano a seguir, já eu tinha terminado o curso e estava em Paris, fizeram *O Racismo não Existe*, da autoria dos membros do grupo, musicada e com a denúncia do colonialismo e começaram com teatro de intervenção no pavilhão central. Foi um grande salto.

Que secções da associação existiam?

Se bem me lembro existiam a pedagógica, a cultural, o convívio, a social, a propaganda, a desportiva, o DTU, folhas, a biblioteca, a cantina e algumas secções de interesses mais restritos como o aeroclube. As folhas faziam todo o material escolar, as sebatas, para as aulas e também a propaganda associativa, quer do Técnico, quer de algumas das escolas cujas associações estavam encerradas. O primeiro livro do Zeca Afonso foi feito discretamente nas folhas.

Como funcionava a associação?

As secções tinham uma grande autonomia havendo, no entanto, a distribuição da coordenação dessas secções pelos membros da direção da associação. Algumas delas como as folhas e o DTU eram a nossa fonte de receitas para as outras atividades e, portanto, um dos vice-presidentes da direção e o tesoureiro tinham um papel importante na sua gestão. Os outros

membros da direção, mais políticos nas suas atividades, só gastavam. Coitados, nós estávamos sempre a chatear. Se Ciências queria não sei o quê, íamos para a reunião decidir. O Prates, que era o nosso tesoureiro e uma figura doce mas determinada, dizia que não podia ser, porque não havia dinheiro. E nós estávamos ali horas até conseguir que o Prates abrisse os cordões à bolsa!

Que funções desempenhou na associação?

Além de colaboradora da secção cultural estive na direção. Esta rápida ascensão deveu-se à falta de quadros na associação. Na direção do Pedro Coelho participavam pelo menos três finalistas, o Redol, o Pedro Coelho e o Viegas. Vieram-nos, então, desafiar para formarmos a próxima direção, porque não existia mais ninguém. O Fernando Sacramento, o Sacra, que vinha de Coimbra, fica presidente e o Luís Leitão vice-presidente.

Eu fui vogal à Ordem nesse ano, fui vice-presidente no seguinte, quando o Luís passou a presidente. Nós tínhamos cargos na direção, mas eram falsos, eram impostos pelos estatutos. Enquanto vogal à Ordem nunca tive contacto com a Ordem, mas coordenava algumas das secções da associação. Tínhamos um delegado à RIA, cargo este que não vinha nos estatutos.

Quando esteve na direção?

Em 67/68 e 68/69.

Apanhou as cheias. Como foi esse ano?

A campanha de solidariedade foi muito importante, porque envolveu grande número de estudantes que, ao apoiar as vítimas, se politizaram. Por exemplo, os alunos de civil, que eram sempre os mais conservadores, formaram brigadas para ir para as zonas sinistradas e tomaram consciência que as consequências dramáticas das cheias se deviam essencialmente à localização das construções que tinham sido feitas em leitos de rio. A solidariedade estendeu-se à população lisboeta que acorria ao Técnico para dar os seus donativos. A campanha de solidariedade permitiu que os associativos saíssem do seu gueto e intervissem mais na escola e tomassem contacto com a população. As AE foram quem primeiro se organizou para apoiar os

sinistrados. Havia grupos que tratavam da obtenção de meios de transporte e ferramentas de trabalho. Outros da logística, da distribuição dos donativos, outros dos contactos com as autoridades as quais, por não conseguirem responder ao sinistro, forneciam os meios que precisávamos. Houve uma tomada de consciência em relação à nossa força e capacidade de organização.

Nas cheias eu estive quatro dias diretos sem dormir.

A trabalhar em campo?

Só um dia. Havia um grupo de estudantes do Técnico e de outras escolas ao qual eu pertencia que tratava dos aspetos logísticos. Reunimos os meios, camionetas, botas, pás, etc.

Deslocavam-se alguns colegas aos sítios alagados para ver o que era preciso. Determinadas as necessidades, organizavam-se os estudantes em brigadas. Nós, de manhã, tínhamos preparado um lanche para cada um dos estudantes, para os bombeiros, e para a população, bem como os donativos. Depois as brigadas partiam. Quando os colegas regressavam traziam uma lista com as necessidades, como roupas, para no dia seguinte esse material seguir.

Na piscina da associação concentravam-se os donativos. Quando houve uma resposta tardia do Movimento Nacional Feminino era muito menos eficaz do que a nossa, já que as senhoras não queriam sujar-se na lama e faziam os donativos às pessoas que menos precisavam. As brigadas que se iam enlamear levavam às famílias aquilo que elas precisavam sendo muito bem recebidos e havia colegas dessa brigadas que aproveitavam e faziam agitação política. Também fui um dia nessas brigadas limpar uma casa que tinha lama até ao teto.

Apanhei sarna e foi complicado ver-me livre dela.

[*Marido*]: E naquele tempo não havia telemóveis! O meu primeiro aprendizado sobre como organizar e fazer gestão de projetos foi na associação.

– É verdade. Adquirimos muitas competências no trabalho associativo.

[*Marido*]: A comunicação social veio ter connosco para saber o que se passava e andou a fazer entrevistas. E a PIDE andou a chatear a

malta que andou a dar entrevistas sobre isto, já não me lembro quem foi.

Houve vária gente a dar entrevista, mas só foi chateado o Sacra. Nós passámos toda a informação que pudemos, nomeadamente com a conferência de imprensa realizada no DTU, aquilo deu brado e a PIDE ficou irritada.

Na cronologia que os antigos alunos do IST fizeram vem a referência ao Fernando Sacramento, que terá sido chamado à PIDE e interrogado pelo inspetor Sachetti, que pretendia espancá-lo. Ele tê-lo-á ameaçado com a divulgação de um filme feito pelos estudantes sobre as inundações na televisão sueca?

Toda a direção da associação do Técnico, com exceção de mim e do Veludo, foi chamada à PIDE. No entanto, só o Sacra foi interrogado. Os outros ficaram à espera numa sala e depois foram mandados embora. Já não sei quem interrogou o Sacra, mas não o espancaram. Lembrou-me de estarmos muito inquietos na associação até tarde e depois, com grande alívio, lá vimos chegar o Sacra.

O movimento em torno das cheias tem consequências no ME. Muitas das mais de 100 moções com propostas para as linhas de ação do movimento apresentadas ao IV Seminário dos Estudos Associativos, feito na piscina do Técnico lá para março desse ano, refletem essa vivência. As principais linhas de ação que saíram desse seminário, qualquer coisa como *viragem aos cursos* e *abertura à nação*, mostravam que o movimento queria alargar a sua base de apoio nos estudantes e intervir no país. Queríamos ir para a rua. É durante o seminário que se faz a primeira manifestação anticolonial a pretexto de protesto contra a política americana na guerra do Vietname. Pela primeira vez a polícia de choque apareceu com cães. Que medo!

Quais as principais reivindicações dos estudantes ao longo do tempo em que esteve no Técnico?

Ao longo dos anos as razões das lutas e as suas formas foram mudando. Quando eu entrei no Técnico, nas assembleias gerais, o que me lembro mais é de ouvir o Redol dizer em defesa de um dado aluno que tinha sido preso:

– Eu tenho a certeza que ele não é comunista.

donde se podia deduzir que os comunistas, em princípio, podiam ser presos, aquele senhor é que não era comunista. O movimento associativo era tão recuado quanto isto. No meu tempo já não havia este discurso, mas ainda não se falava abertamente da guerra colonial. Depois de me formar estive um ano em Paris e, quando vim, eram então dirigentes do Técnico o Mariano Gago e de Económicas o Félix Ribeiro. Fui assistir a uma reunião na Cidade Universitária em que estes discursavam e fiquei muito surpreendida, pois estavam a discutir as teorias do Mao. Começou-se também a falar mais abertamente contra a guerra colonial. Houve um grande salto.

Depois da campanha de solidariedade e do Seminário de Estudos Associativos dá-se Maio de 68 que teve um grande impacto no movimento associativo. Nesse verão, muitos de nós foram nas férias para Paris e traziam as novidades e aquela sensação que podíamos mudar o mundo.

O movimento de 68/69 começa porque, perante o protesto dos estudantes pelo aumento dos preços na cantina, a associação exige ao governo maiores subsídios. Este foi o pretexto, podia ter sido um outro qualquer, o mal-estar era de fundo queríamos a liberdade e o fim da guerra colonial. Como forma de luta resolvermos fazer um piquenique no pavilhão central. O então diretor Almeida Alves tenta evitá-lo só permitindo a entrada no pavilhão aos alunos que aí iam ter aulas. Fizemos uma reunião geral com parte dos alunos dentro do pavilhão e os outros cá fora. A comunicação entre os dois grupos era através da sala das alunas que nessa assembleia foi extinta. No fim lá fizemos o piquenique em que além da comida dávamos flores (talvez por influência dos *hippies* e de *Woodstock*), mesmo ao diretor que almoçou connosco e permitiu a realização da RGA no salão nobre do Técnico. Foi decidida greve geral ilimitada. Essa vontade de lutar por novos horizontes era bem expressa pelo cartaz, atualmente no Museu da PIDE, que fizemos para decorar o pavilhão onde se lia *A escalada continua*. A escalada continuou com a PIDE a invadir a associação, o fecho do Técnico e o processo dis-

ciplinar à direção da associação e a mais alguns estudantes.

Como é que se decidia ir para a luta?

No Técnico, não existindo partidos, o movimento era muito espontâneo. A greve geral do Técnico não foi proposta pela direção, que foi ultrapassada. Foi aprovada na RGA por proposta de dois, até então discretos, colegas da secção pedagógica. Com a ocupação da sala de alunas passou-se o mesmo. As coisas cavalgavam, e num ambiente de festa. A luta antifascista, quando é coletiva, é uma festa porque partilha-se tudo e mesmo o medo (a pior coisa que gera um regime totalitário), quando estamos juntos, transforma-se em força. Durante a luta que se seguiu ao fecho do Técnico, surgiram os novos dirigentes. A direção da associação desapareceu enquanto tal. A direção do movimento era traçada em reuniões com a participação de alguns dos membros da direção, mas sobretudo com novos dirigentes que emergiram na luta. Mariano Gago, já colaborador da associação desde o tempo em que fazíamos teatro e presidente da associação em 69/70, é exemplo disso.

Os limites da luta legal num regime fascista determinaram, entre outras coisas, o surgimento de organizações clandestinas para continuar a luta. Assim, nos anos seguintes, começa a haver mudanças no movimento associativo muito mais controlado por organizações políticas. O PC começa a ganhar mais peso nalgumas associações e surgem várias organizações com ideologia marxista-leninista, nomeadamente na do Técnico.

Mesmo com a associação fechada a cantina ia-se mantendo?

Eles nunca fecharam, de facto, a associação. Fecharam o Técnico durante uns tempos, demitiram a direção e creio que proibiram o *Binómio*. Pudemos continuar a fazer coisas e, como estávamos semi-legais, até podíamos fazer coisas mais avançadas. Para exemplo, para substituir o *Binómio*, criámos um folheto cujo nome era, salvo erro, *Unidade*, em que já noticiávamos as lutas dos operários, nomeadamente da TAP e da Lisnave, e tentávamos alargar a sua distribuição para fora dos muros da escola. Em consequência dos processos disciplinares, como quem

chumbava era recrutado e podia ir para a guerra, três membros da direção da associação, o Luís Leitão, o Veludo e o Vasco Esteves saíram do país e só voltaram pós-25 de Abril.

As mulheres não tinham essa agravante.

Mas tinham os nossos companheiros. Se o meu marido fosse mobilizado para a guerra estava assente que se ia negar e portanto tínhamos que emigrar. O futuro era a guerra, não era ter emprego e a nota não interessava, o problema era o chumbo ou a passagem. Porque quem chumbava era incorporado. Não havia competições para ter melhores notas e para conseguir aquele emprego, o que se pretendia era tentar fugir à guerra. Do ponto de vista humano, esse aspeto solidário era muito agradável. A solidariedade entre estudantes era óbvia no movimento associativo, mas também se passava entre os outros estudantes. O Técnico era assim. Nos meus primeiros anos de assistente isto ainda era assim mas, depois do 25 de Abril, notou-se a diferença, a competição começou como é natural. Mas para nós, que tínhamos vivido aqueles tempos de fraternidade, era triste.

Fale-me da relação da associação do Técnico com outras AE.

Tínhamos a reunião interassociações (RIA) e era ela que dirigia o conjunto do movimento associativo. Na altura era uma estrutura já um bocado obsoleta. De facto estavam representadas não só os movimentos associativos de todas as escolas e do liceu, mas também outras instituições como o cineclube e um voto do cineclube valia tanto como o do Técnico ou outra escola, o que se prestava a que certas posições conotadas com o PCP (havia várias escolas com orientação do PCP como Medicina e Económicas) obtivessem mais votos que as escolas que representavam. Nós éramos disciplinados e não usávamos o estatuto de grande potência. Muitas associações tinham sido fechadas e os movimentos pró-associativos reuniam e usavam as nossas infraestruturas, como Ciências, Arquitectura e o MAESL (liceus). Também estava instalado no Técnico o aparelho técnico da RIA, chamava-se SCIP (Secretariado coordenador de informações e propaganda), de que o João Crisóstomo era a alma. Nos copiografos faziam-se

os comunicados e os panfletos alguns deles já clandestinos.

Mantinhams relações com a Associação Académica de Coimbra?

Sim. Na *Tomada da Bastilha*, por exemplo, fomos apoiar Coimbra. A participação foi decidida na RIA. Mas, para mim, o movimento em Coimbra era um bocadinho estranho. Tratavam a academia como mulher em cartazes como *A Academia foi ultrajada!* Era aquela coisa pomposa dos doutores de Coimbra. A praxe coimbrã parecia-nos uma coisa anacrónica. No Técnico, nem em nenhuma escola de Lisboa, havia praxe.

Quais os momentos mais marcantes do ME?

Talvez o mais marcante fosse a ocupação do pavilhão central. Rebentar com a sala das alunas, aquela assembleia, foi tão festivo.

Não teve um papel ativo enquanto assistente?

Não me metia na luta dos estudantes. Como era assistente do prof. Sales Luís, diretor do Técnico e portanto o responsável pela repressão ao ME, sempre que havia lutas, ele reunia com os monitores e assistentes e obrigava-nos a dizer a nossa posição. A minha posição e da maioria dos monitores era de dizermos que estávamos de acordo com os estudantes, mesmo que por vezes as suas posições, em particular no que se refira a reivindicações pedagógicas, fossem absurdas. Na altura eu era assistente para ganhar a vida, o meu objetivo era fazer a revolução e, por isso, antes do 25 de Abril militava numa organização clandestina e portanto não queria dar nas vistas. Depois do 25 de Abril, havia coisas muito mais interessantes do que o ME.

Que organizações de juventude existiam no Técnico?

Havia a JUC, que era muito ativa e dava-se bem connosco.

Havia um grupo qualquer de direita, mas não tinha expressão nenhuma.

Acho que não havia mais nada.

A JUC tinha muita influência?

Tinha alguma influência. Teve uma participação importante no apoio às vítimas das cheias.

Quais os acontecimentos da política nacional que presenciou, ou em que interveio, enquanto foi estudante no Técnico?

Acontecimentos da política nacional não sei, mas assisti a acontecimentos que tiveram impacto nas nossas vidas como a greve da Carris. Não cobravam bilhetes e nós íamos andar de autocarro ou elétrico sem pagar e dizer que estávamos com eles. Foi a primeira greve que vi e foi maravilhoso.

Depois havia as manifestações por diversos motivos. Quando da deportação de Mário Soares para S. Tomé. Houve uma espécie de *manif* no aeroporto. Em 68, lembro-me de três *manifs* em cemitérios. A primeira foi o tradicional 5 de Outubro, no cemitério do Alto de S. João, mas que em 68, tinha a novidade de estar Marcello Caetano no poder e fomos ver se havia mais abertura. De facto, no Alto de S. João, só estava polícia normal a de choque só pareceu ali na praça António José de Almeida. Depois há mais duas, uma é o enterro do António Sérgio, a outra já não me lembro, porque foi, mas do que recordo teve a ver com uma morte na PIDE.

E os Maios?

Isso do Primeiro de Maio era uma tristeza. Nós íamos para o Rossio, viam-se uns tipos que não sabíamos se eram pides ou manifestantes e nunca se chegava a juntar muita gente. Acho que os Maios eram mesmo por dever, não tinham graça nenhuma, nem sei se eram mais os pides que os manifestantes.

Ainda estava no Técnico quando foram as eleições de 69?

Não, já estava em França, foram em outubro. Acompanhei de lá.

Quais os acontecimentos internacionais de relevância que recorda?

Como referi, as nossas referências eram várias, sobretudo o Maio de 68, a China e a sua revolução Cultural. O Fidel também. A malta dividia-se nas suas simpatias.

Que balanço faz da sua experiência no Técnico?

Ótimo. Foi maravilhoso. Foi a escola e sobretudo a associação que me ensinaram a estar virada

para fora, do abrir os olhos e de olhar o mundo, de fazer coisas que eu gosto, como o teatro. Foi uma experiência magnífica e formativa e isso só pode ser bom.

Foi útil para o percurso de vida que teve?

Completamente. Muito útil, faz parte da minha educação, do meu ser. Os meus maiores amigos conheci-os ou no liceu ou no movimento associativo e, em particular, do Técnico. Alguns dos mais queridos já morreram. O movimento associativo influenciou toda a minha vida e a deles também. Depois, cada um seguiu a sua vida, uns foram para o estrangeiro, tiveram que fugir, mas voltámos a encontrar-nos muito facilmente. E hoje, já velhotes, continuamos a ser amigos.

Ainda vai aos almoços do Técnico?

Ainda vou, de vez em quando, mas aquilo aborrece-me muito. Depende da companhia. Mas as últimas vezes encontrei o prof. Herold que

gostei muito de ver. De dois em dois ou de três em três anos gosto de ir, depois já é demais. As pessoas com quem me dou muito também encontro fora dos almoços e às vezes há muita misturada de anos e há gente que não conhecemos. O Mário Lino, por exemplo, conheço-o de o ver nos almoços.

Mas esteve no Técnico no mesmo período que o Mário Lino!

Mas era o tal tempo em que não era colaboradora associativa. Sabia que era presidente de ouvir falar dele, quando foi preso, mas não o conhecia pessoalmente. O mesmo se passou com Jorge Dias Deus, que só vim a conhecer quando voltou para o Técnico como professor. É uma geração associativa anterior à nossa. Muitos dos elementos importantes na crise de 61, como o Jorge Sampaio, o Galvão Teles, o Wengorovius foram os nossos advogados de defesa no processo disciplinar.



*Pavilhão central.
Foto: Tatiana Soares*

Quais são os momentos mais marcantes do ME que viveu enquanto estudante do IST?

Entrei no Técnico em outubro de 1965, com 17 anos, vindo diretamente do liceu. Terminei o Técnico quando o curso estava a passar dos seis para os cinco anos, no verão de 1971. Se tivesse de situar um momento de mudança, provavelmente apontaria as cheias de 1967 e a ação do ME nessas cheias como os factos mais relevantes.

Há uma movimentação nas escolas e, designadamente, no Técnico, nos dias seguintes para procurar saber o que se passa, para – contra a censura – informar e para ajudar as pessoas atingidas. Nessa altura, é a geração mais velha – ou mais implicada, não sei – que organiza esse movimento, que toma as decisões. Se hoje, de memória, quiser encontrar um momento-chave em que estudantes universitários, independentemente da sua divisão por faculdades, ou por cursos, independentemente das turmas, das áreas ou das escolas que frequentam, se encontram, se mobilizam, agem em conjunto e formam aquilo que se pode chamar um movimento, será este o momento fundador. É pois um movimento de generosidade e de revolta, de intervenção social e de formação de consciência política numa situação concreta em que saímos para fora – dos nossos meios sociais, da normalidade do dia a dia –, em que se procura também informar, romper o cerco da censura, e procurar perceber o que se está a passar. A criação e distribuição de um *Jornal das Cheias* vai dar uma voz escrita e um símbolo de reconhecimento interno a este movimento – e foi muito importante.

Nas cheias de 1967, viu cadáveres?

Desenterrava muitos cadáveres de animais. Nunca vi cadáveres de pessoas. Houve amigos que viram. Onde estive, havia muita lama, mui-

tos bichos mortos e muita destruição, mas não vi cadáveres de pessoas.

Hoje, visto à distância, talvez possa dizer que este episódio coletivo – a resposta às cheias pelo ME de Lisboa – corporizado institucionalmente pela organização das AE e da JUC, em conjunto – tenha sido um elemento importante – decisivo? Não sei! –, para a vontade de participar no trabalho da AE. E julgo que não falo apenas de mim, mas de muitos colegas cujo envolvimento coletivo começou nessa altura. É possível que eu me tivesse já aproximado mais da associação e que tivesse procurado colaborar nas atividades culturais da associação antes das cheias. Talvez, acho que sim, mas não sei ao certo. Se foi antes, foi pouco tempo antes. Se foi depois, foi pouco tempo depois. Não sei. Mas foi por essa altura.

Nessa altura, considerava-se politizado?

Sim. Tinha uma família de esquerda, sem intervenção partidária, o meu pai tinha ajudado no MUD, e na campanha de Norton de Matos. Em minha casa falava-se de política e discutiam-se todas as questões. A minha mãe e o meu pai eram completamente antifascistas e de esquerda, educaram-me nesses valores e estimularam-me desde cedo a discutir tudo e, sobretudo, a abrir os olhos!

O que o levou a pedir para colaborar na secção cultural?

Não me lembro. Houve um momento em que decidi intervir na AE. Acho que fui lá e disse que queria colaborar na secção cultural.

Se bem me lembro, escrevia então crítica de livros, de teatro, cinema que me propus fazer para o boletim da associação. Em geral correu bem. Recordo uma pega monumental com um controleiro do PCP da associação que não achava graça nenhuma a esta nova geração de novatos, literatos e estetas. Achavam-nos muito

independentes para o seu gosto. E éramos, é claro!

O curso de teatro do Rogério Paulo foi muito engraçado porque permitia, por exemplo, juntar muita gente, discutir teatro, aprender algumas coisas básicas, obviamente, se comparadas com aquilo que os meus colegas do grupo de teatro da Faculdade de Letras estavam a tentar fazer. Mas foi uma aprendizagem importante. Aliás, nunca me esqueci quando o Rogério Paulo nos punha no ginásio da AE a ler uma fala de uma peça qualquer e ele na outra ponta. E dizia: – Não oiço, fala mais alto.

Eu falava mais alto e ele dizia:

– Mas essa fala não é a gritar, pois não? Essa pessoa está a falar baixo para a pessoa do lado, portanto, eu tenho de ouvir aqui e tu tens de falar baixo para a pessoa do lado.

Era uma aprendizagem de colocar a voz, de ter atenção a fazer-se ouvir. Isso foi muito importante para mim para falar em público. Só reconheci isso mais tarde. Isto é uma reinterpretção, na altura não percebi o que estava a acontecer. Percebia que gostava de fazer isso, gostei muito de fazer uma encenação de Tchekhov. Gostei muito de ler clássicos modernos americanos de teatro e de descobrir na excelente biblioteca da embaixada americana, que ficava ali perto, coisas que eu nunca tinha visto e que não conhecia.

Há mais momentos marcantes que tenha vivido no ME?

Durante 67/68 e no princípio de 68/69, começa a sentir-se uma mudança muito significativa nas condições do ME, na sua atmosfera, na vontade de ação. Hoje pode perguntar-se se não era como se, depois das cheias de 1967 e da mobilização estudantil para fora, nada pudesse ficar como dantes. Tenho hoje uma recordação – difusa, talvez reinventada depois – que nessa época, muitos de nós tínhamos – sem o sabermos – simplesmente deixado de aceitar a sociedade portuguesa como ela era. Era como se tudo aquilo já não existisse, não fizesse sequer sentido. Noutro sítio acho que falo disso, da relação identitária que se estabelece com os valores, as ideias, os comportamentos modernos que emergem noutros países. Através da música e da canção, dos filmes, dos livros, das ideias, é como se se formasse uma geração moderna que está

fisicamente aqui, mas que já está pronta para mudar tudo, ou para se mudar ela.

O Técnico é fechado em dezembro de 68, antes do Natal, depois de um movimento reivindicativo quase sem importância que, se bem me recordo, tinha a ver com a gestão das cantinas e com a autonomia, coisas simples. Tudo se passa como se as circunstâncias, essas ou outras, apenas tivessem servido uma vontade coletiva de intervenção dos estudantes à procura de ocasião – e, quem sabe, reciprocamente, uma vontade de ação repressiva, de intervenção clarificadora, por parte de quem representava o regime –. A hagiografia tradicional lembrar-se-á de um Congresso de Estudos Associativos, em 67 ou 68, que francamente não me dizia muito. Parecia uma representação ritual ultrapassada, de outra época.

A situação muda, verdadeiramente, no dia em que, no meio de uma greve que se fez no Técnico – no final de 1968 –, o diretor decide fechar o pavilhão central e impedir-nos de ir para lá, o que fez com que, obviamente, ocupássemos o dito pavilhão central. Este foi o detonador – provavelmente poderia ter sido outro – concreto de uma expansão rápida do ME, então meio parado e virado para dentro, e da sua conversão num movimento de grandes proporções, fortemente enraizado na mudança que estava a ocorrer na própria cultura juvenil.

De repente o Técnico mobilizou-se, instalou-se no pavilhão central que o diretor tinha decidido fechar, e mudou de natureza. Foi como se tivéssemos tomado o poder. A partir daí, nada ia ser como dantes. Mas, repare, isso não queria dizer que achássemos que o regime fosse acabar depressa, ou a guerra colonial. Éramos estruturalmente pessimistas a esse respeito, ao fim de tantos anos de barbaridade e de tanto imobilismo, de tanta gente ter tentado e falhado. Mas – visto agora – alguma coisa muito profunda tinha mudado – em nós mesmos.

E porque fechou o diretor o pavilhão central?

Sei lá! Fechou porque teve medo, ou achou que a escola estava em risco, ou – na sua ideia – nós estávamos em risco. Em vez de deixar a greve decorrer normalmente, como já tinha acontecido algumas vezes, houve ali uma atitude que foi

entendida como uma verdadeira provocação por toda a gente.

Mas pouco importava o pretexto. Eu diria que, do ponto de vista dos estudantes, havia uma vontade de ação coletiva que estava patente, sem se perceber bem o quê, e que tinha muito a ver com uma agenda que não tinha nada a ver com o antigamente.

Era a vontade de assumir uma dinâmica de juventude moderna.

Quando entrei no Técnico, trocavam-se impressões extraordinárias. Ainda hoje me recorro de uma moça que vinha do liceu Dona Filipa de Lencastre que, pouco antes dos exames do 7º ano, tinha sido posta fora, porque tinha ousado entrar sem meias de vidro – como se dizia –, o que era considerado uma total indecência. Vejam só, em junho, ir de pernas nuas para o liceu!

A diferença de percepção entre a juventude e o poder institucional era de tal maneira grande nesse momento que eu julgo que os intérpretes do poder institucional não se apercebiam que alguma coisa tinha mudado na sociedade e nesta juventude, designadamente em Lisboa.

Não encontrei esta diferença tão acentuada, por exemplo, em Coimbra, mas em Lisboa o mundo tinha mudado sem que muitas das pessoas que estavam à frente das instituições e que, de alguma maneira, representavam aquilo que podemos chamar o poder se tivessem, de todo, apercebido.

Os anos de 67/68 são – mais ou menos – o período da abertura das lojas Porfírios na Baixa, onde se começam a vender *jeans*. É o período em que as operárias da *Standard Electric*, de Cascais, as moças do liceu e, sobretudo, da universidade, pela primeira vez na história portuguesa, passam a vestir-se quase da mesma maneira, fenómeno que no resto da Europa tinha começado a acontecer 20 anos antes, no pós-guerra.

Esta mudança de atitude da juventude, de valores, de exposição e de comportamentos, mas também de não perceber o que está a fazer aqui, neste mundo português fechado e atrasado, de dizer eu não tenho a ver com este mundo, esta sensação é o que me parece marcar a enorme viragem mental destes anos. – E não foi assim também, à sua maneira, nos Estados Unidos nesses mesmos anos, ou na Europa do Maio de

68? É como se as mudanças sociais e culturais que ocorriam um pouco por toda a parte também, desta vez, nos tivessem dentro –.

Talvez as cheias tenham permitido, de uma forma muito diferente do que era habitual e de que nem sequer o movimento associativo se deve ter apercebido, estar perante um grande movimento público de generosidade e solidariedade com outros, mas que, de facto, era o princípio de uma história diferente, de uma maneira de ser coletiva diferente. Não tinha nada a ver com reivindicações tradicionais mas, pura e simplesmente, com outra forma de estar na vida.

E há uma mudança total. Nessa altura há muitos dirigentes estudantis da geração anterior que demoram algum tempo a perceber que, de facto, o que têm perante eles é um movimento muito diferente do habitual. Não estamos perante lutas a defender a autonomia das eleições nas associações académicas ou a liberdade de associação, ou contra o decreto 40900. Não estamos a fazer as tradicionais movimentações para defender a autonomia universitária ou os colegas presos. Não é nada disso, ou melhor, não é apenas isso. É mais profundo.

Tem a ver com querer viver num país diferente. É mais, talvez a convicção – acho que é a primeira vez que existe no ME português – de que isso é possível, o que faz os mais velhos olharem para muitos de nós com horror. Para eles, éramos uns completos patetas que não sabíamos o que estava para vir, que isto era uma desgraça, que íamos fazer com fossem fechadas todas as associações, que não sabíamos o que era defender as conquistas que tinha havido nos anos anteriores e éramos uns completos irresponsáveis. Há aqui uma diferença de uma geração que, de alguma maneira, prenuncia o 25 de Abril. É uma geração que, não só, não quer viver num mundo assim e acha que vai mudar tudo na vida quotidiana, na relação com a autoridade, com o estudo, com a forma de vestir, na relação entre rapazes e raparigas, como também, que isso vai mesmo acontecer.

Nós queremos ser iguais aos outros países e achamos que isso vai mesmo acontecer cá. Essa convicção profunda que se instala é um prenúncio de uma mudança social em Portugal que, provavelmente, provoca também uma enorme rutura de atitude desta geração com gerações

anteriores de responsáveis associativos. Não estão contra, mas não percebem que se possa pensar assim. Nós não pensávamos, de maneira nenhuma, em termos políticos, conspirativos e organizativos, pensávamos em termos de sociedade e de vida.

É muito interessante verificar que, nesse pequeno episódio de dezembro de 68 em que é fechado o pavilhão central e nós o vamos abrir – quando eu digo nós significa que, de repente, houve um grupo de pessoas que podiam estar quietas, mas que ficaram indignadas –, explode um sentimento de indignação que se vai tornar, a seguir, o grande motor do ME.

No meu caso pessoal, é esse sentimento que motiva uma intervenção muito mais ativa. Quando, no final de dezembro, chego ao Instituto Superior Técnico depois das cenas que vou contar e, de repente, encontro o Técnico fechado, com carros de assalto e com polícia por todo o lado, fico indignado, furioso. Esse mesmo sentimento de indignação impele à ação. Isto mesmo acontece com grande parte dos meus colegas em todas as outras escolas, e pouco tem a ver com a história do ME anterior e com a atividade político-partidária que nele existira acentuadamente mas que, nessa altura – 1968/9 –, estava muito reduzida com as prisões e expulsões de 62 e, depois, de 64 e 65.

A partir do momento da ocupação do Técnico pelos estudantes, rapidamente o pavilhão central se converte numa espécie de local de assembleia geral permanente.

Essa ocupação é a resposta ao fecho do pavilhão central?

Ele é aberto por nós. Somos nós que arranjamos um sítio por onde entrar e abrimos as portas. Há uma desobediência absoluta e, a partir desse momento, passamos a tomar conta da escola e a decidir o que fazer. É interessante que uma das nossas primeiras decisões, talvez a mais simbólica, tomada nas primeiras horas depois da ocupação, e que mais tarde vai ser um pretexto para o fecho do Técnico decidido depois pelo governo, é o fim da sala das alunas.

Havia no pavilhão central do IST uma sala reservada que se chamava sala das alunas e que, na brincadeira, todos nós, rapazes e raparigas, nesse ano chamávamos o gineceu. Essa sala

ficava no sítio onde está hoje o princípio da secretaria – no pavilhão central, à esquerda –. Uma das primeiras decisões de grupo foi dizer: – Vamos acabar com aquilo!

Juntaram-se muitas pessoas, rapazes e raparigas, entraram e, simbolicamente, acabaram com o gineceu de forma engraçada, mas muito difícil de compreender por quem está de fora. Aliás, tem um significado que nenhum dos próprios protagonistas podia, na altura, compreender. Era preciso um ato simbólico na forma de agir, não era apenas entrar lá. Houve quem fosse buscar papel de cenário e, perante o aplauso universal de uma ou duas centenas de pessoas que se meteram naquela sala, escreveu-se uma faixa que se afixou na parede e que dizia:

– Viva a revolução sexual!

Essa faixa acabou por ser fotografada e a fotografia publicada, salvo erro, no *Diário da Manhã* – órgão de imprensa afeto à União Nacional – junto com o comunicado do governo, quando uns dias depois o Técnico é fechado, dando como justificação a depravação a que tinha chegado e que tinha justificado a intervenção das autoridades! Mas era um grito de alma.

Já tinham lido Wilhelm Reich?

Alguns sim, outros não. Claro que há muitos elementos que contribuem para aquele ato mas, naquele momento, houve um ponto de viragem que tinha a ver com o facto de a sexualidade ter aparecido numa juventude que, no essencial, se queria livre, mas que – na sua maioria – era ainda muito casta e estava a descobrir, pouco a pouco, a sexualidade. Era uma sexualidade tardia, a nossa, por padrões europeus da época. E, ainda mais paradoxal, talvez a maioria dos rapazes e raparigas que estavam naquela sala, nunca tinham tido relações sexuais e vão tê-las provavelmente, pela primeira vez, no ano seguinte, com 18 ou 19 anos.

O que já mostra uma mudança no comportamento dos homens, porque em gerações anteriores poderiam já ter tido relações sexuais, mas de outro foro.

Exatamente. Poucos seriam os rapazes que estavam ali que alguma vez tinham recorrido à prostituição. Também já me perguntei como é que o Maio de 68 tinha chegado a Portugal.

O cartaz *Viva a revolução sexual!* é escrito em dezembro de 68, portanto, no pós-Maio de 68.

O Maio de 68, aparentemente, passa muito longe. Não há informação e poucas pessoas lêem jornais ou revistas estrangeiras. Pouco antes dessa crise – talvez no outono de 1968 –, há uma noite memorável em que se fala sobre o Maio de 68 na cantina do Técnico. Juntaram-se umas centenas de estudantes simplesmente para tentar perceber o que estava a acontecer. Um ou outro que trazem informações, uma revista, uma canção, um *slogan*.

Estamos a falar de um país – Portugal – que está a uma distância incomensurável do resto do mundo, bloqueado pela censura, pela repressão. O que eu acho aqui de realçar, por um lado, é o sentimento, de que ainda hoje me recordo, quase de humilhação por estar fora do mundo e por ser mantido à distância do mundo e, por outro lado, o fortíssimo sentimento de pertença a esse mundo exterior e não a este onde estávamos. Aquela juventude, a minha juventude, pertencia já a outra geração, a sua alma estava noutro sítio. De certa forma, nós, aqui tão tolhidos e reprimidos, afastados de tudo, já éramos como se fôssemos os outros, já éramos como os outros, já éramos europeus antes de o ser, modernos antes de nos termos libertado, e até estávamos a tentar descobrir como sermos democráticos sem democracia no país.

Era a geração dos *Beatles* que via filmes do Godard. Tínhamos poucas referências e estávamos a reinventá-las. Não se tratava de copiar. A maioria dos estudantes – estou a falar do Técnico – tinha contacto com cinema e música, mas o contacto com a literatura ou a imprensa era muito reduzido. Havia o turismo estudantil, é certo, mas a sua explosão dá-se também nessa altura. Se perguntar se algum, de entre centenas de estudantes, conseguia, de vez em quando, ler um jornal ou uma revista que viesse de França, ou, ainda menos, de outro país europeu, diria, talvez, um ou dois. Não era muito significativo. Mas havia um movimento e uma transformação na sociedade portuguesa que nos tocava a todos e que ressoava especialmente entre os estudantes, mesmo sem nos apercebermos, e que resultou no símbolo daquela faixa escrita na antiga sala das alunas.

Continuando a falar sobre a ocupação do pavilhão central do IST em dezembro de 1968 ...

Esse período de poucos dias até o Técnico fechar, creio que num fim de semana, é um momento de grande discussão interna, de troca de informações e descoberta do que é estar num coletivo vivo e em movimento. Não me recordo de quase nada desses debates.

Em que ano estava?

Talvez no princípio do 4º ano letivo – os cursos eram então de seis anos. Não sei se, nesse dia ou no seguinte, houve um plenário em Económicas. Os estudantes do Técnico, aqueles mais ativos que ali estavam, começaram a juntar-se noutros sítios e o ME mobilizou-se noutras AE. Eu comecei a ir e a participar em tudo.

Portanto, foi um momento crucial?

Para mim, foi um momento crucial de indignação.

A palavra-chave é indignação?

Sim. Visto à distância, diria que era uma indignação depois da repressão de um movimento essencialmente de afirmação juvenil, de tomada de consciência, de vontade de afirmação também, de querer uma vida diferente e querer estar num mundo diferente. A partir daí, a história acelera-se muitíssimo.

Num dos primeiros plenários associativos que junta representantes de associações e onde estou, está tudo muito indignado e aquela reunião já não é só de direções de AE, é de toda a gente que quer aparecer. É por isso que eu lá estou, como muitos outros, sobretudo do Técnico. Salvo erro, isto passa-se em Económicas e lembro-me de, a certa altura, o secretário da RIA por Letras, dizer:

– A gente não quer que isto seja Nanterre!

Foi recebido com uma gargalhada geral. Até que alguém sussurrou:

– Mas nós queremos!

Há uma mudança. Nessa altura, muitos dirigentes estudantis da geração anterior demoram a perceber que, de facto, o que têm perante eles é um movimento muito diferente. Não estamos perante lutas a defender a autonomia das eleições nas associações académicas ou contra o decreto sobre as liberdades de associação. Não

estávamos a fazer as tradicionais movimentações para defender a autonomia universitária ou os colegas presos. Nada disso. É mais profundo. Tem a ver com a vontade irreprimível de querer viver numa sociedade diferente.

E, mais, talvez também tenha a ver com a convicção provavelmente pela primeira vez, no ME em Portugal – de que isso era mesmo possível! Por isso muitos dos mais velhos olhavam para nós com horror. Para eles, éramos uns completos patetas que não sabíamos o que estava para vir, que este ME era uma desgraça, íamos fazer com que fechassem todas as associações, não sabíamos o que era defender as conquistas das gerações anteriores e que éramos portanto uns completos irresponsáveis. Simplesmente, nós não estávamos organizados em partidos ou grupos políticos. Há aqui uma geração que, de alguma maneira, parece prenunciar o 25 de Abril. É uma geração que não só não quer viver num mundo assim e quer mudar tudo na vida quotidiana, a relação com a autoridade, com o estudo, a forma de vestir, a relação entre rapazes e raparigas, como acha que isso vai mesmo acontecer. Nós queremos ser iguais aos outros países e achamos que isso vai mesmo acontecer cá.

Essa convicção profunda que se instala parece anunciar uma mudança social em Portugal que, provavelmente, provoca também uma enorme rutura de atitude desta geração com gerações anteriores de responsáveis estudantis que não estão propriamente contra, mas não percebem que se possa pensar assim. Nós não pensávamos, pelo menos nessa altura – vai ser diferente depois –, em termos políticos, conspirativos e organizativos, pensávamos em termos de sociedade e de vida.

Como evoluiu a situação?

Creio que o Técnico vai estar fechado durante as férias do Natal e vai reabrir, para as aulas, em janeiro com a direção da AE suspensa, com as contas da AE bloqueadas e com o Instituto Superior Técnico a pagar diretamente aos funcionários da associação, da cantina, da tipografia, ou seja, com uma AE tutelada.

Anuncia-se a abertura de processos disciplinares aos dirigentes da AE. Nessa altura, era presidente da associação o Luís Leitão, que no

final desse ano irá com mais dois colegas para a Alemanha. Teme-se que venham a ter processos disciplinares e que venham a perder o ano, e que possam ser presos mal o movimento esmoreça. Há uma oferta que é feita através de Mário Soares, que fala com Willy Brandt, e que nos faz chegar a mensagem de que, se houver estudantes que queiram ir para a Alemanha, a social-democracia alemã tratará deles e dar-lhes-á um estatuto de refugiado se for caso disso, que lhes ensina alemão, que os põe nas universidades, lhes oferece uma bolsa de estudos. E há três estudantes, dirigentes da antiga direção da AE do IST, que decidem aceitar e ir. Ainda os visito, no ano seguinte, em Stuttgart.

A associação está então fechada?

Está e não está. Está formalmente fechada, mas tem de reabrir, porque tem lá a cantina e os serviços que têm de funcionar. A partir de certa altura, fica aberta, mas sem direção e sem autonomia e cria-se rapidamente uma espécie de movimento associativo no exílio.

O que era esse movimento associativo no exílio?

Cria-se uma comissão que decide não só organizar-se numa espécie de direção clandestina da associação, como, também, ter um boletim que imprime fora do Técnico e que distribui dentro do Técnico. Cria-se, portanto, um movimento para-associativo que conduziu e manteve um movimento dentro do Técnico, a partir de estruturas de base, eleitas nos cursos e nas turmas, com delegados, e a partir de uma pequena estrutura central que faz um boletim. Este processo durou até ser, finalmente, autorizada a realização de eleições para a AE e, de certa forma, vai aliás renovar a própria associação de estudantes e o seu funcionamento.

Quando é autorizada a realização de eleições, há muita discussão entre as pessoas mais ativas e que fazem parte deste movimento que, durante estes meses, aguentou a participação dos estudantes do Técnico no ME de Lisboa e mesmo dentro do Técnico. Eu sou uma dessas pessoas e convencem-me a aceitar ser candidato a presidente da AE, nessas eleições de maio de 1969. Julgo que era preciso perguntar à geração das pessoas mais velhas que estavam prestes a sair

da escola, colegas e amigos meus que nessa altura estavam no 6º ano, porque é que me tinham empurrado para ser eu o presidente da associação. Eles não podiam ser candidatos, porque estavam a acabar o curso. Mas, dentro do ME, eu era um recém-chegado. Quer dizer, não tinha uma história de anos, não tinha andado por lá, a não ser marginalmente nas atividades culturais, não tinha estado em direções anteriores. Era um *outsider*. Tinha aparecido no ME apenas no fecho do Técnico, na altura da crise, uns meses antes.

Quem era, então, o grupo que o escolhe para ir para a frente?

Era o grupo de estudantes que tinha tentado manter organizado o ME no Técnico nos últimos seis meses.

Nessa altura, onde está o anterior presidente, Luís Leitão?

O Luís Leitão ainda estava connosco, mas já a preparar a saída de Portugal. Creio ter havido da nossa parte, também, a vontade de proteger, tanto quanto possível, quem tinha estado na antiga direção da associação e de não os expor demais, porque já tinham estado suficientemente expostos.

Não há tensão com a anterior direção?

Não há nenhuma tensão, antes pelo contrário, todos somos grandes amigos. Hoje diria que há um movimento que se gera a partir do ME e da movimentação de base que existe no Técnico. Nesses meses, decide-se reatar a vida associativa, tomando conta da direção da associação. Com a gente que sai desse movimento. É o único movimento que é reconhecido dentro da escola, porque foram as pessoas que mantiveram o ME vivo e organizado durante aqueles meses.

Como forma a sua lista?

Foi uma lista feita coletivamente, ao que me lembro, e discutida entre o grupo organizador, onde se discutiu quem deveria ou não estar. Certamente que os mais velhos – os que acabam então o curso – devem ter tido um papel preponderante nas escolhas. Era preciso perguntar-lhes.

Como decorreu a campanha? Houve oposição? Os resultados foram bons?

Não houve oposição, ninguém queria oposição. Houve uma enorme unanimidade e uma taxa de participação gigantesca. Correu muito bem.

Como foi o primeiro dia como presidente da associação?

Foi extraordinário porque, a partir daí, havia uma responsabilidade muito mais direta do que organizar reuniões nas turmas, escrever e distribuir papéis. Já não era isso. Era mesmo tomar conta de uma instituição.

Nessa altura, a AE do Técnico era uma estrutura que tinha a seu cargo cerca de 200 e tal funcionários, muita gente: contabilidade, secretaria, reprografia – todas as folhas eram feitas pela AE –, cantina, turismo, desporto.

Ser presidente da AE do Técnico era dirigir uma média empresa. Como descobri muito rapidamente, tinha um orçamento na ordem da grandeza do orçamento do Técnico, não por ter a seu cargo muitas pessoas, mas por causa da secção do turismo estudantil. O representante de Portugal no turismo estudantil internacional era a secção de turismo do Instituto Superior Técnico. O turismo de estudantes tinha começado um ou dois anos antes a ter uma importância significativa em Portugal. Fretavam-se aviões e muitos estudantes iam para campos de férias noutros países.

Os anos 60 foram anos de mobilidade estudantil na Europa que também chegou a Portugal, que participava nesses consórcios de fretamento de aviões, de vender bilhetes a preços muitíssimo baixos a estudantes, que ficavam em pousadas de juventude ou iam trabalhar durante as férias. Esse movimento estava a atingir grande dimensão. Quando tomámos conta da associação, em maio, a situação era caótica. O verão estava à porta – era quando voavam os aviões que fretávamos –, as contas bancárias estavam bloqueadas há cinco meses, desde o fecho do Técnico, os pagamentos internacionais não eram feitos e havia reservas – estamos a falar de dezenas de aviões fretados – que se arriscavam a ser todas canceladas. Portanto, e neste sentido, já não estamos a falar de uma empresa pequena. A direção anterior tinha procurado profissionalizar, e bem, a secção de turismo

estudantil. Havia um jovem sueco que veio trabalhar em Portugal, era um autêntico profissional. Havia funcionários competentes de turismo, administração. Era uma pequena agência de turismo dentro do corpo da AE. Foi preciso tomar decisões nessa matéria.

Lembro-me que percebi muito depressa que tinha de dedicar muito tempo e energia a, por um lado, aprender como se fazia, depois, a resolver os problemas da gestão interna da AE e, em terceiro lugar, resolver o problema do turismo estudantil que, na altura, era absolutamente crítico para a sobrevivência do próprio ME português.

A AE do Técnico era a mais rica do país por causa do turismo estudantil, coisa que só percebi nessa altura.

O facto de ter o turismo estudantil dava-lhe a possibilidade, que nunca tinha sido explorada, de se apoiar em fortes relações internacionais. Quando entrámos na associação do Técnico, a estratégia foi dizer: – O turismo estudantil é uma bênção dos céus e vai permitir internacionalizar e criar uma relação do ME em Portugal com o resto da Europa

E qual foi a reação familiar à sua eleição para presidente da AEIST?

Acho que os meus pais ficaram um pouco assustados, quando fui eleito presidente da AE do Técnico.

Voltando à situação financeira da associação. Para conseguir desbloquear as contas bancárias, a direção da AE pediu uma audiência ao então ministro da Educação. Fomos recebidos pelo José Hermano Saraiva, mas não serviu de nada.

A questão resolveu-se através do Banco Português do Atlântico, onde tínhamos as contas da associação. O José Bernardino, militante do PCP, tinha acabado de ser solto da prisão onde estivera anos e, durante algum tempo, teve emprego na AE do Técnico como contabilista – mais tarde foi-se embora para o estrangeiro. Na altura, ele ofereceu-se para fazer um contacto com o Vasco Vieira de Almeida que trabalhava junto à administração do Banco Português do Atlântico e que ele conhecia. Eu andava à procura de contactos para a direção do Banco Português do Atlântico e o José Bernardino, um dia, em conversa, disse:

– Ah, mas eu conheço o Vasco Vieira de Almeida que trabalha lá. Se quiseres, vamos lá.

E fomos sem avisar. Chegámos à porta do Banco Português do Atlântico, na Baixa e dissemos:

– Nós queremos falar com o dr. Vasco Vieira de Almeida, importa-se de dizer que estão aqui duas pessoas para falar com ele.

Cinco minutos depois, fomos recebidos pelo Vasco Vieira de Almeida, que então conheci pela primeira vez. Fui apresentado, expliquei o que se passava e ele disse:

– Eu vou falar com o dr. Cupertino e depois digo.

Veio e disse:

– O dr. Cupertino acha que isto que vos está a acontecer não faz sentido e não pode continuar, e vai tratar dessa matéria com o senhor presidente do Conselho.

E, um dia, as contas foram desbloqueadas e pudemos começar a fazer pagamentos. A seguir a isso, tivemos ainda outros episódios dramáticos, ou caricatos, como se quiser.

José Bernardino era a única pessoa perseguida pelo regime que tinha conseguido um emprego solidário na AEIST?

Não, claro. Por exemplo, o Zeca Afonso, de quem fui muito amigo, era professor, mas quando deixou de ser autorizado a dar aulas nas escolas públicas e também nas privadas, já quando morava em Setúbal, foi contratado como professor de judo na AE do Técnico salvo erro, ele era cinturão negro!

É impressionante o orçamento da AE ser igual ao do próprio IST!

É. Mas não esqueça que pesa aí, sobretudo, a componente do turismo e do fretamento de aviões que era muito elevada. Havia também um número muito grande de funcionários na associação. Não me lembro quanto era a massa salarial, mas era certamente muito grande. E o Técnico de então quase não tinha investigação. O orçamento do Técnico é que era pequeno!

Hoje, a sensação que tenho é que tive de aprender tudo. Aprendi com os funcionários responsáveis das diferentes secções: foi a primeira vez na minha vida em que tive de fazer, de facto, como se faz numa empresa: ver qual a estrutura que existe, falar regularmente com

os responsáveis das secções, ir aos sítios. Nessa altura, talvez, o que eu tenha aprendido mais e que fiz espontaneamente, porque não sabia, e acabei por ir fazendo ao longo de toda a minha vida, foi ir aos sítios e não ficar quieto à espera que alguém viesse ter comigo, ir a todas as secções e falar com os responsáveis, falar com todos os funcionários e tentar fazer disto uma rotina regular para compreender o que estava a acontecer em cada um dos sítios.

Aprendi na associação o que hoje se diria, ser um instrumento moderno de gestão: gestão participada, procurar trabalhar com as pessoas responsáveis pelos setores, procurar reuni-los, procurar saber um a um e fazer disto uma rotina.

Esse modo de agir como presidente esteve relacionado com as cheias?

Não sei se tem a ver com as cheias, se com a época, se com a procura do que é ser de esquerda.

Será a valorização da prática?

Talvez, de práticas sociais de proximidade, de procura dos outros, de criação de comunidade, não sei.

Qual o peso do turismo estudantil entre as atividades da AEIST?

Tinha um peso decisivo, e não apenas financeiro, o seu papel era central para a estratégia política que procurei desenvolver.

Há um episódio muito interessante, quase um acaso, muito curioso.

No seu início, não tem a ver comigo diretamente. Quando o Técnico estava fechado ou pouco tempo depois – portanto no final de 68 ou no princípio de 69 –, vem a Lisboa um casal sueco, dirigentes nacionais, na Suécia, da Federação de Estudantes Escandinavos e vêm saber o que se passa no ME português.

Este primeiro contacto há-de apenas ter sido a base para uma notícia num boletim da federação escandinava dos estudantes sobre o que se estava a passar em Portugal, no ME português, sobre o fascismo português, a guerra colonial. Mais tarde, a memória deste contacto vai fornecer o primeiro ponto de ancoragem em que nos vamos apoiar para tentar resolver o problema – internacional – do turismo estudantil por-

tuguês e, a partir daí, construir uma estratégia de abertura internacional.

A ideia foi esta: nós precisamos de aliados, temos isto muito atrapalhado e é crítico não largar o turismo estudantil. Havia fortíssimas pressões de organizações estatais para tomar conta do turismo estudantil. O governo português tinha tentado, junto das instâncias internacionais, que o monopólio deste turismo deixasse de ser da AE do Técnico e passasse a ser entregue a uma organização estatal. Mas o ME internacional, que controlava o turismo estudantil internacional tinha recusado sempre, ou seja, tinha sempre defendido as AE portuguesas contra o governo. Mas era preciso retomar, revitalizar o turismo. Estávamos numa situação fragilíssima e os nossos amigos suecos, havendo, na altura, muito fluxo turístico de Portugal para a Suécia – também havia para Inglaterra –, podiam talvez ajudar-nos.

Organizo então uma ida à Suécia para tratar do turismo estudantil e esse casal dá-me realmente uma lição de vida.

Porque considera que a ida à Suécia foi uma lição de vida?

Pela primeira vez, vejo o que é a vida quotidiana numa sociedade civilizada e moderna. Vou às compras, ando com as pessoas e participo nas conversas que têm. Todas as vezes que eu ia para a Suécia, e fui muitas vezes, toda aquela gente falava entre si inglês por boa educação, para eu os entender. Hoje percebo a sua enorme delicadeza de propósitos. Aprendi a conhecer – e a admirar – uma sociedade que ignorava existir.

Nessa altura, que viagens tinha feito?

Conhecia Espanha desde pequenino, tinha ido a Santiago de Compostela, a Córdova, a Sevilha, etc. Em criança, Espanha dava-me a ideia de um país bombardeado, ainda não reconstruído, pobre. Tinha ido a França e a Londres e viajado com os meus pais e com os meus tios sistematicamente por Portugal. Não conhecia as ilhas. Este era, mais ou menos, o meu conhecimento da Europa.

Para a idade e a época, esse conhecimento da Europa era excelente.

Mas é a entrada no ME e a responsabilidade no turismo estudantil que me obriga a viajar sistematicamente. Precisávamos de alianças e dos votos das direções nacionais das AE de outros países, para não sermos substituídos como organização representante de Portugal, o que seria fatal. Portanto, precisava de ir falar pelo menos, com os mais importantes e de saber quem eram. Quem me podia explicar as regras, e apresentar-me aos outros, eram os nórdicos, que nos conheciam e formavam uma federação. Precisava de conhecer os outros que, mal sabia eu, estavam perdidos nas convulsões do pós-Maio de 68.

Tenho noção que poder viajar desta maneira – estando a ser vigiado pela PIDE aqui – até quando andava de autocarro em Lisboa tinha sempre um ou dois carros atrás de mim – era uma oportunidade extraordinária que, possivelmente, teria sido impossibilitada pela PIDE em anos anteriores.

Como explica o empenho de Cupertino de Miranda em ajudar a associação em última instância?

Acho que Cupertino de Miranda era um anti-salazarista. Era um homem que nos achava graça, pensava que nós é que tínhamos razão e que o mundo não ia para aquele lado, mas ia muito provavelmente no nosso sentido. Acho que era isso. Um exemplo.

Há um cheque nosso, de montante muito elevado, que nunca chega ao destino. Nessa altura, os pagamentos eram feitos em cheques emitidos nos bancos e mandados em correio registado para o destino. Não sei porquê. A PIDE desvia-nos a correspondência e liquida-nos assim um pagamento. E, mais uma vez, o Banco Português do Atlântico resolve o problema. Emite um segundo cheque e assume o risco que isso representa. Estamos a falar de muito dinheiro, dinheiro para fretar uns dez aviões ou coisa assim do género. Falei com o banco e foi o próprio Cupertino de Miranda que tomou a decisão:

–Emitam um segundo cheque!

Em que ano vos dá essa cobertura?

Em 1970. É já depois do congresso do turismo, quando as operações estão a correr, quando já está tudo a começar a funcionar e nós pagamos.

É uma clara aposta.

Sim. É uma clara aposta. Não tenho a mais pequena dúvida disso! Depois, eu viajo pela Europa para falar com as direções das AE para, além de tratar do turismo, explicar o que é que se está a passar em Portugal e para, no fundo, estabelecer contactos e procurar apoios.

Mas porque é que o então estudante José Mariano Gago atribuía tanta importância à questão do internacionalismo estudantil?

Repare que isso faz parte do universo daquela geração. Imagino que o mesmo se estivesse a passar em muitos outros setores da sociedade portuguesa. Nós queremos quebrar o isolamento, estar dentro do mundo! Acho que a sua pergunta faz todo o sentido.

Há ali uma rutura, uma maneira nova de olhar, de sentir, que começa a pensar em Portugal integrado no mundo, em nós mesmos como fazendo parte do mundo a que aspirávamos, uma recusa a deixarmo-nos isolar pelo isolamento que nos é imposto. Para mim, era evidente que a única maneira de ir para a frente, e de fazer aquilo que queríamos, passava por estar, falar com os outros, ver o que estava a acontecer no resto do mundo, ligarmo-nos aos outros. E faz-se, falando, estando, aproveitando todas as oportunidades. Vou a Londres falar com a associação de estudantes inglesa. Vou falar uma ou duas vezes com a UNEF, em França. Estabeleço contacto com os nórdicos, com os belgas e com os alemães. E, com eles, acontece uma história muito bonita.

A história do turismo estudantil é bonita.

A história alemã é outro momento de amizade.

Um amigo que tinha vindo da Alemanha põe-nos em contacto com o ME alemão e com o Sozialistischer Deutscher Studentebund (SDS), a organização dos estudantes sociais-democratas que, nessa altura, estão, ainda, no Partido Social Democrata Alemão (SPD) que irão abandonar. Pouco depois, é o princípio da desgraça da esquerda alemã e o princípio

do terrorismo dos anos 70. O SDS alemão é um movimento radical, muito inteligente, muito interessante e fortemente internacionalizado, havendo nas universidades alemãs – em Stuttgart que conheci melhor – um ME quase único então na Europa – como na Suécia, mas talvez ainda mais intensamente – em que a universidade se quer virada para fora, para os problemas e para a compreensão da miséria do mundo.

Está virado para todo o lado: o Vietname, a América Latina ... Na Alemanha, tal como na Suécia, encontro um olhar, uma atenção e uma generosidade especiais. Das várias vezes que estive de visita à Suécia, estavam a discutir a atribuição de um estatuto de refugiado político aos desertores americanos da guerra do Vietname. Se bem me recordo, julgo ter sido o único país europeu a fazê-lo porque, em geral, não se dá o estatuto de refugiado a um desertor, apenas por objeção de consciência.

A universidade na Alemanha, quer estivesse a funcionar normalmente, quer estivesse ocupada, fervilhava de cultura e de vida. O SDS era, no fundo, a organização política mais enraizada nas AE na Alemanha – era impressionante de criatividade. Numa altura em que lá estive, tinham feito publicar e pago um anúncio nos jornais da Alemanha que foi um golpe de *marketing* extraordinário. Anunciavam que iam queimar um cão vivo depois de o regarem de petróleo numa praça de Berlim no dia tantos e às tantas horas. Isto criou uma agitação inacreditável. Dizia-se que os estudantes tinham enlouquecido e só faziam coisas aberrantes. Eles – os estudantes – deixaram andar assim o debate durante uns dias e, depois, publicaram outro anúncio explicando que todos os dias eram mortos com napalm, no Vietname, pessoas inocentes e que os cidadãos alemães não pareciam muito incomodados com isso. E que, obviamente, os estudantes não pensavam em queimar cão algum, mas apenas despertar a população, chamar-lhes a atenção para o que se passava no Vietname.

Para mim, este episódio foi uma lição de vida. Não sabia, nunca tinha imaginado que se pudesse pensar assim e agir politicamente desta forma.

Entrava-se, ao fim da tarde, numa faculdade em Stuttgart, tinham acabado as aulas e estava numa sala um estudante da Colômbia a

explicar o que lá se passava e também alguém, muito mais velho, de Espanha, que ainda tinha estado na guerra civil ... O mundo parecia passar por ali.

Os dirigentes estudantis ingleses pareciam então mais preocupados consigo mesmos – e não pareciam saber do que se passava na América! – e os franceses pareciam dilacerados entre quem é que tinha tido razão em fazer o que um ano antes. Não conheci então a Itália, infelizmente.

O que recordo é o que se passava então na Alemanha e nos países nórdicos era outro mundo, sendo que a Alemanha parecia então à beira de um precipício.

E porque estava a Alemanha à beira do abismo?

Nessa altura, conheci Stuttgart, mas não conheci, de todo Berlim. Para esses meus amigos alemães, a Alemanha parecia-lhes completamente bloqueada. Achavam que nada podia mudar, nunca.

A reação conservadora do poder económico, do poder político, e a dificuldade de se fazerem ouvir pela social-democracia instalada eram vistas por eles como uma tampa de chumbo inamovível, insuportável: assim nada vai mudar. E julgo que ninguém percebia que essa juventude estava completamente pelos cabelos. Alguma coisa tinha de acontecer. Os jovens mais ativos e criativos não se sentiam dentro do sistema, nem representados. Desses que conheci na altura, aqueles que mantiveram mais a sanidade foram os que entraram no movimento sindical, normalmente pela via profissional, como economistas, e os que estavam mais ligados às artes, esses, produziram arte, tinham essa arma, faziam explodir simbolicamente os modelos estabelecidos através da arte.

Os outros, deixei de os ver, e presumo que alguns foram para o terrorismo.

Percebia-se essa deriva para o terrorismo?

Claro. Era óbvio que alguma coisa má estava a acontecer na Europa.

Com as suas relações, como é que o movimento português não o considera social-democrata?

O que era ser social-democrata em Portugal, nessa altura? Nós sentíamo-nos revolucionários! Ser-se tratado como social-democrata em Portugal, neste nosso meio, nessa época, era pouco menos que insultuoso. Ser social-democrata aqui era então visto por nós como não querer a independência das colónias, mas apenas uma equívoca autodeterminação, acreditar numa transição democrática através de eleições. Essa julgo ser então uma convicção dominante entre grande parte dos jovens mais ativos da minha geração no ME de Lisboa.

Contudo, um dia, na Suécia, os meus amigos de lá mostram-me um pequeno apontamento que tinham escrito sobre mim, que têm em casa: *Fulano tal, dirigente estudantil português, socialista não comunista*. Definição rápida de um sueco social-democrata, que me conhece há menos de um ano, e que não pode perceber a dificuldade concetual de tentar ser jovem radical, e de esquerda, num regime fascista ...

Nem na Suécia, nem na Alemanha – nem noutro lado – tenho quaisquer relações partidárias com o Partido Social Democrata ou com dirigentes do Partido Social Democrata. As minhas relações são sempre com dirigentes estudantis. É em Uppsala que entro em contacto com estudantes que são militantes do PAIGC e que se encontram em exílio político na Suécia. Estou também com portugueses que fugiram de Portugal. Nessa altura, estão lá colegas que saíram um ano antes do Técnico, alunos da Academia Militar – e do IST – que desertaram para a Suécia. O objetivo é simplesmente romper o bloqueio informativo e obter, para a associação do Técnico, informação do outro lado para distribuir dentro do ME em Portugal. O que é que, de facto, se está a passar em África? Esse era o objetivo. Concretizamo-lo mais uma vez através do turismo estudantil. À associação do Técnico chegavam pelo correio montanhas de sacos com papéis e prospetos de turismo. Partimos do princípio que, se forem incluídos sistematicamente, folhetos com informações dentro de alguns dos sacos e entre esses prospetos turísticos, nem to-

dos são apanhados e alguns não-de passar. Que me lembre, foi tudo recuperado.

O que eram esses folhetos clandestinos?

A maioria eram publicações do PAIGC. Que fazíamos com essa informação? Circulava pelos amigos, é claro, e normalmente, depois de lhes cortarmos os cabeçalhos, afixávamos tudo numa espécie de grande jornal de parede que tínhamos criado à entrada da associação e onde cada qual podia afixar o que quisesse. Formalmente, a associação não tinha nada a ver com isso, cada um punha lá o que quisesse e considerasse informação relevante. Não me recordo de ter sequer contado nada disto dentro da direção da associação. Os papéis eram lá postos, apareciam lá. Passou a haver um corrupio de gente que passava por lá para ler um jornal de parede com informações não censuradas, de toda a espécie. Dei o exemplo dos textos do PAIGC mas, no essencial, as informações afixadas diziam respeito ao próprio ME em todo o país, e também ao que a censura não tinha deixado publicar nos jornais e que milagrosamente nos aparecia ali afixado. Claro que havia pides à entrada.

A importância deste meio de informação acentuou-se na primeira greve da Carris e, depois, com as greves na cintura de Lisboa, em 69/70.

Nessa altura, este passou a ser o sítio público com mais e melhor informação que existia em Lisboa, possivelmente em Portugal, porque muita gente ia lá deixar informação. Púnhamos lá toda a informação que tínhamos. Encorajávamos quem quisesse a deixar informações que se afixavam. A difusão de muita informação sobre África foi feita aí. O ME estava a assumir novas funções, portanto, e a promover diretamente o exercício de liberdades que eram reprimidas. Podemos perguntar: e houve mais do que isso?

Isso representa uma grande abertura à sociedade.

Estou aqui a falar na primeira pessoa, mas a mudança social e política dessa época de transição é feita de muitas histórias e inúmeros percursos que, em conjunto, traçam um caminho novo para a sociedade portuguesa e, de certa maneira, porventura vão prefigurar o que ela vai ser depois.

Como presidente da AE do Técnico, procurei e tive contacto com comités de greve da área de Lisboa com o objetivo de dar informação sobre o que estava a acontecer e assegurar que nós dávamos informação para dentro do ME e, através dele, para o resto do país.

No verão de 70, organizámos uma operação maciça, montada a partir da tipografia do Técnico, de distribuição, nas férias, de informação pelo país todo a partir das AE. Fizemos, salvo erro, 30000 cópias de um folheto de informação que continha desde informação sobre o ME até informação sobre a guerra em África e sobre as lutas operárias, que deixámos em molhos nas AE para quem quisesse levar e distribuir nas férias. Esta operação de informação que pretendíamos ter alcance nacional foi pensada estrategicamente.

Esta luta atende a duas dimensões: a social e a colonial. É assim?

Exatamente.

Foi assumida pelo Técnico ou pela RIA?

Foi a RIA que assumiu. Muita gente colaborou. A impressão fez-se no Técnico. A distribuição foi assumida por todas as associações.

O que publicava a tipografia da AE do Técnico?

Publicava durante o dia o que era normal: as folhas, isto é, os textos didáticos para as diferentes cadeiras, livros, formulários, tudo.

E à noite?

Alguns de nós sabiam operar as máquinas que tínhamos na altura: *stencil*, *stencil* eletrónico, *offset*. E a deixar a oficina impecável. Claro que com a cumplicidade implícita de funcionários que se apercebiam que tínhamos lá andado a trabalhar. É impossível, mesmo que se seja muito bom, entrar numa tipografia à noite e, no dia seguinte, um especialista não perceber que alguém lá esteve a mexer.

Já me contaram que procuraram uns espaços escondidos ...

Eu procurei, mas sobretudo para guardar documentação e coisas recebidas que não queríamos levar para casa e que não deviam estar à vista.

Além disso, sabíamos que havia muitos pides dentro do Técnico.

Havia contínuos que eram pides e sabíamos, ou julgávamos saber, que havia funcionários, até dentro da própria associação, que eram informadores. Vivia-se num mundo muito difícil.

Quando estávamos a tentar construir uma espécie de cachafuz que permitisse guardar coisas que não fossem detetadas facilmente – claro que numa busca sistemática encontrar-se-iam –, descobrimos por acaso que essa arrecadação já estava feita, mas tinha sido entaipada. Medindo bem, verificou-se haver ali uma divisão de que nunca nos tínhamos apercebido. Entre duas divisões, havia outra entaipada pelos dois lados. Sempre tínhamos julgado que aquela porta bloqueada que havia numa sala, de um lado, era a mesma porta do outro até, um dia, termos pensado que aquilo era um bom sítio, começarmos a medir e descobrimos que havia talvez um metro entre as duas portas. Portanto, havia uma divisão ali no meio. Afinal, não era a mesma porta, eram duas portas. Um truque quase infantil. Forçámos uma das portas, abrimo-la, fechámos-la e pusemos tudo igual.

Dentro dessa pequena divisão abandonada, encontrámos uma cama de campanha onde se podia dormir e, portanto, onde se podia esconder uma pessoa, e um velho copiógrafo inutilizado, porque um dos rolos estava estragado – e que nunca consegui recuperar. E encontrámos, também, os restos de um *stencil* antiquíssimo. Era, imagine-se, um comunicado de apoio dos estudantes que iam conduzir os elétricos da Carris – em greve – em 1919! Não sei de onde aquilo podia ter vindo. Nessa altura, já existia o IST, mas não estava sequer naquelas instalações da Alameda, que só iriam ser construídas décadas depois, portanto, não faço ideia como é que aquele copiógrafo e aquele *stencil* puderam aterrar ali. Teriam sequer alguma coisa a ver um com o outro? Não sei.

Como é que interpreta a existência desse comunicado? Porque é que lá estava escondido?

Não sei. Não faço ideia.

Nunca mais o viu?

Não. Fizemos então uma compilação sistemática de toda a documentação antiga que se

conseguiu encontrar na associação e de toda a documentação produzida por nós, desde o *Journal das Cheias* até tudo o resto. Tudo se guardou nos arquivos da associação que foram organizados. Anos mais tarde, quando voltei a Portugal e ao Técnico, ainda contactei os dirigentes da altura e a maioria do arquivo tinha desaparecido. Estará parte nos arquivos da PIDE? Teria sido simplesmente vandalizado, nalguma altura, antes ou depois do 25 de Abril? Haverá partes que foram guardadas em casa de alguém? Não sei.

Discutiram esse comunicado? Falaram sobre ele?

Falámos entre nós, mas não sabíamos o que era, ninguém sabia.

Foi uma novidade?

Nenhum de nós sabia o que tinha sido Portugal em 1919, por volta da época do Sidónio Pais. Não havia ali ninguém por perto que nos pudesse esclarecer. Ainda falei com mais duas ou três pessoas mas ninguém sabia. Histórias antigas eram assim: na altura das cheias, corria no ME que alguém sabia que isto não era a primeira vez que tinha acontecido, que tinha havido um movimento de solidariedade feito por estudantes na Cova do Vapor, na altura da sua destruição pelo mar nos anos 40, mas também não se sabia bem quando. Não se sabia de onde é que vinha esta informação, nunca a consegui sustentar, mas havia alguém que dizia que tinha ouvido de alguém. Era tudo o que se sabia. Mas tão vagas referências chegavam para que, nalguns de nós, se formasse a convicção de fazermos parte de uma linhagem, de uma história antiga, de outras tentativas e de movimentos análogos, mesmo que tal fosse impossível de provar, e até pudesse ser falso. Há algum romantismo nisso, bem sei, como se alguns átomos do espírito da geração romântica ainda estivessem presentes no ar que respirávamos. Talvez nós andássemos à procura de uma história, de um passado onde nos filiarmos, de uma genealogia simbólica, à procura afinal de nos sentirmos menos sós, isto é, de conseguirmos perceber-nos como parte de uma história que vem de trás.

Talvez nós andássemos à procura de uma história e ... de nos sentirmos menos sós, disse. Sentiam-se sozinhos?

Achávamos que era tudo muito difícil! Não havia informação, não havia história, éramos independentes de partidos e tínhamos que tentar saber o que se passava no resto do mundo, o que se passava em África. Estava tudo escondido, não havia nada! O que nos vinha das gerações anteriores era uma mistura muito complicada de factos e de mitos. As causas em nome das quais aquelas lutas tinham sido travadas diziam-nos pouco. Obviamente que exprimíamos e sentíamos uma solidariedade total com os que estavam presos, assinávamos as coisas todas, fazíamos o que era preciso, protegíamos quem precisasse de ser protegido. Mas era outro mundo.

O vosso movimento constituía uma afirmação juvenil?

Também certamente, mas isso teria acontecido antes, com todas as outras gerações jovens. Acho contudo que estava em jogo a emergência de uma cultura política moderna, que era diferente da que nos era transmitida pelas gerações anteriores. Era uma cultura política que não podia admitir que houvesse princípios em nome dos quais o ME não pudesse discutir publicamente a guerra de África e não pudesse defender a independência das colónias e a deserção, quando se era chamado para a guerra colonial. Passou então a ser comum nas AE discutir-se a deserção.

Quando toda a gente consciente achava que era abominável ir para África matar a gente de lá que queria a independência das suas terras, parecia óbvio que tinha de se introduzir no ME o debate sobre o que se devia fazer: se era ir para a tropa – e tentar lá dentro não sei o quê, nunca percebi – ou se era, honestamente, fugir à incorporação. Mas levantar essa questão fundamental nunca tinha acontecido no ME até então e aconteceu pela primeira vez, publicamente, em 1970, em Lisboa.

Tudo aquilo acontece em 69/70, ano em que é presidente?

Tudo parece acelerar, nesse ano. Não sei como é que consegui fazer todas essas coisas durante esse ano que, visto à distância, parece imenso, cheio. Isto numa altura que não era fácil para o ME em lado nenhum, e com a crise de 69 em Coimbra.

Ia regularmente a Coimbra e dormia em qualquer república. As repúblicas de Coimbra tinham decidido coletivamente – o que me comove ainda hoje – que eu podia aparecer a qualquer hora em qualquer república e seria sempre acolhido. Confesso que me sentia então muito mais próximo do Conselho das Repúblicas de Coimbra – mais radical, mais plural, mais próximo dos movimentos de independência africanos – do que da Associação Académica.

Nessa altura, tinha descoberto os arquitetos de Belas Artes no Porto, através de amigos, quando andava à procura do ME na cidade. No Porto, e com a geração dos arquitetos modernos, em torno da qual se estendiam redes de solidariedade e de debate únicas, parecia que se estava num mundo civilizado, tive como que a sensação de chegar pela segunda vez à Suécia.

Se tivesse que caracterizar o ano de 69/70, eu diria que é um ano de grande empenhamento no turismo estudantil, na relação com Coimbra e com o Porto, nas relações com o exterior em geral.

Não sei. No caso de Lisboa o ano de 1969/70 caracteriza-se pela organização do ME como movimento de intervenção política não partidária.

Com grande ligação à questão colonial e à das lutas sociais?

Ligação, empenhamento, atenção às lutas sociais, atenção a África e, no caso concreto do Técnico, há que acrescentar ainda a própria reforma curricular em que participámos muito ativamente.

Isto é curioso. O ME do Técnico, esse mesmo movimento que afronta o tabu da deserção, da guerra colonial, que se mobiliza para informar o país e para modernizar o ME no seu conjunto, entra muito ativamente na reforma do ensino de engenharia – como se essa também

fosse uma dimensão obrigatória do seu movimento de ida para fora e de se aproximar do mundo lá fora.

Em que consiste o vosso empenhamento na reforma do sistema de ensino?

O CE do Técnico era muito interessante porque, quando é reformulado por Fraústio da Silva, tem representantes eleitos dos professores, dos estudantes e dos assistentes e o debate sobre a reforma curricular do Técnico torna-se uma discussão não apenas para a sua modernização científica e técnica, mas também sobre a própria docência do ensino.

Em que outras grandes mudanças participaram?

No IST, o ME durante esse ano talvez tenha sido mais ativo ao nível do funcionamento dos cursos do que era costume, porque o próprio funcionamento da associação tinha mudado. As Comissões de Curso eleitas tinham propostas: substituir cadeiras antiquadas por modernas que não estavam nos nossos currículos, promover uma relação com a investigação muito mais forte.

Em que consistiam as disciplinas de oficinas?

Exceto, talvez, nas máquinas, as oficinas já eram uma pálida amostra do que devem ter sido. Eu ainda fiz máquinas elétricas, onde aprendíamos a testar motores e alternadores elétricos correntes na indústria e nos transportes. Havia eletrónica num pequeno centro de investigação eletrónica recente, mas não oficinas ou laboratórios de eletrónica para os alunos. Na altura, as oficinas estavam decadentes. Julgo que havia oficinas mecânicas para o curso de mecânica e de civil. No meu setor não tínhamos oficinas mecânicas. Frequentei oficinas de máquinas elétricas, mas nunca oficinas normais de eletricidade, nem de mecânica.

Aprendi o que era uma verdadeira oficina mecânica na *Polytechnique*, em Paris, e depois no CERN, quando cheguei a Genebra. Só quando estava talvez no 4º ou 5º ano do Técnico fiz o meu primeiro programa de computadores, num curso livre organizado pela IBM no Técnico. Na altura, no Técnico não existia tal coisa! A máquina – um computador da IBM – estava num

edifício em frente da livraria Buchholz, onde a IBM portuguesa tinha instalações. Aprendíamos, programávamos, íamos lá levar o que tínhamos feito e, depois, íamos receber os resultados.

Em 71, saí do Técnico e fui para a Escola Politécnica, em Paris. Percebi então que tínhamos – no IST – um excelente curso à escala europeia, no que diz respeito à maioria da formação de base. Talvez tivesse aprendido mais estatística e mais matemática do que a esmagadora maioria dos meus colegas jovens investigadores. E tanta física clássica como eles, mas, na maioria, de forma escolar, sem enraizamento na atividade científica moderna, que nos faltava. E não tinha, de todo, uma prática experimental decente e uma familiaridade com oficinas e práticas técnicas. Se nos comparássemos então com alemães ou ingleses, tínhamos muito menos experiência empírica do que todos eles. E, além disso, em todos esses países mais avançados, as boas universidades eram universidades de investigação, os professores ensinavam não só o que tinham lido nos livros – como aqui –, mas a sua própria vivência de investigação científica ou de desenvolvimento na indústria.

Muitos dos assistentes, jovens e menos jovens, eram ótimos e foram eles que começaram a fazer o Técnico moderno. A reforma acabou por lhes dar poder e por estimular o desenvolvimento de setores de investigação na escola, então incipientes ainda, mas já significativos na química, por exemplo. Começava a haver gente formada lá fora que voltara, investigadores que publicavam, produziam.

Acho fundamental o papel que alguns bons professores, mais velhos, que não faziam investigação, mas que sabiam o que era investigação e ciência e desejavam-na para o país – como o professor Abreu Faro, que foi presidente do Instituto de Alta Cultura, meu professor – e um educador extraordinário – pessoa de quem fui muito amigo e que empurrou tantos de nós para fazer investigação no estrangeiro. Ainda o ouço quando repetia, com humildade e determinação raras:

– Nunca fiz investigação, não sou um cientista, mas quero que a geração dos meus alunos faça ciência e que faça disto – isto era o Técnico,

era a universidade portuguesa toda – uma universidade a sério.

E o ME tinha essa bandeira de luta?

No Técnico, tínhamos a bandeira da modernização dos conteúdos e das práticas de ensino, onde estava a aspiração a atividades experimentais normais, laboratórios modernos e à incorporação da investigação no ensino. No fundo, contra o carácter arcaico do ensino e pela modernidade, tal como a imaginávamos. E, por outro lado, os textos teóricos que escrevemos e alimentam o debate no ME – essencialmente com base em Económicas e no Técnico, nessa altura – são orientados contra o carácter de classe da educação universitária de então restrita a uma minoria social e reprodutora de valores conservadores.

Fazíamos o que podíamos para ajudar a melhorar o ensino na escola, mas também sabíamos que não eram reformas locais que iam conseguir democratizar o ensino em Portugal e por isso o ME se opôs frontalmente à ilusão das reformas marcelistas.

Quando deixou de ser presidente da associação?

No final do ano letivo 1969/70, portanto talvez em junho de 1970, deixei de ser presidente da direção.

Quis deixar de ser presidente?

Fazia parte da ética republicana: era-se presidente um ano, ponto final.

A seguir a mim, veio o João Vieira Lopes, que tinha estado na minha direção. Fiquei portanto ainda no grupo que partilhava algumas decisões. Já não me lembro se era da mesa da assembleia geral ou conselho fiscal. Nesse último ano, ainda continuei a ajudar no turismo estudiantil.

Em 70/71, já era monitor?

Exatamente. Fui monitor no ano a seguir a ter estado na direção da associação. Em 71, concorri a uma bolsa de doutoramento do Instituto de Alta Cultura, ganho uma bolsa para ir para França e vou fazer um doutoramento em física de partículas.

A viragem para os anos 70 é marcada por uma nova relação com a sociedade? Que dimensões práticas tem?

Diria assim: o ME sente a responsabilidade de informar a universidade sobre o que é Portugal e, para isso, sente a necessidade de saber, de perceber Portugal, a sociedade, a economia, o mundo Daí o tentar estudar e tentar aprender tudo, procurar interpretar o que se passa, com as poucas informações, as fontes limitadas, o acesso escasso a quem nos pudesse explicar, tudo isso ainda com um sentido de urgência, e de forma, sei lá, inocente, quase pueril. Exemplos pessoais.

Tentei perceber o que era a indústria portuguesa que papel tinha, ou teria, no futuro de Portugal. Eu sabia que ia sair de Portugal por muito tempo, talvez para sempre, e tentava aproveitar os períodos disponíveis para aprender, tentar perceber. Escolhi um estágio nos estaleiros navais de Viana do Castelo e também no departamento de investigação da CUF. Fui falar com o Armando de Castro, ao Porto. Contactei o prof. Francisco Pereira de Moura e estudei os livros dele – fui aliás às provas públicas dele –, contactei o João Martins Pereira. Todos me ajudaram, ensinaram a ler as estatísticas, me deram relatórios e livros, me falaram, explicaram, transmitiram a sua visão. E vou a Trás-os-Montes, a Rio de Onor, recomendado por amigos do Porto que ainda tinham ajudado a investigação de Jorge Dias.

Portanto, andou entre o IST, os estaleiros de Viana do Castelo, Belas Artes do Porto e a caminho de Rio de Onor. É isto?

Parece pueril, não é? Trata-se de uma procura de conhecimento, certamente muito amadora, de jovens que, nessa idade, achavam ter a obrigação de saber muito mais e de perceber muito mais. Tudo isto num país em que nada funcionava, em que não se era informado e em que tudo importante parecia fechado a sete chaves. Esses jovens procuravam ler o que encontravam nas livrarias e procuravam desesperadamente orientação intelectual que lhes permitisse estudar, entender Portugal, perceber um bocadinho o mundo. Estou a contar o meu caso, mas há muitos outros, certamente muito mais interessantes.

Quanto ao prof. Francisco Pereira de Moura: o que aconteceu?

O ME mobilizou-se em peso para estar presente nas provas para professor extraordinário de Francisco Pereira de Moura, do ISEG, que foram nesse ano e tiveram lugar num anfiteatro do Técnico. Se bem me lembro, não foram só estudantes de Económicas e do Técnico; acho que nós passámos a palavra aos presidentes das AE de Lisboa e houve uma mobilização de dirigentes académicos que lá esteve presente em silêncio.

Era uma pessoa querida?

Claro, muitíssimo. Ele sabia de Portugal e da economia portuguesa.

E há mais professores que tenham conseguido isso?

Não sei dizer. Lembro-me muito da ternura que tínhamos pelo prof. Lindley Cintra, uma pessoa queridíssima que considerávamos corajoso.

Lindley Cintra faz recolhas sobre a língua portuguesa. O Pereira de Moura escreve *Para onde vai a Economia Portuguesa?* Segundo li, o ME do Técnico e o de Económicas começam a editar umas revistas, que depois vão dar a *Arma/Crítica*, que são o levantamento da realidade portuguesa.

Era exatamente esse o modelo que nós tínhamos, também.

Portanto, há uma vontade de conhecer Portugal, o mundo e as colónias?

Há uma vontade profunda de conhecer Portugal em todas as suas dimensões, desde as recolhas etnográficas até à história colonial. Cada qual terá a sua própria história. É por todo o lado uma busca incessante, mesmo que possa parecer, repito, quase infantil.

Porquê infantil?

Por estarmos então num país desgraçado! Com 21 ou 22 anos, se estivéssemos num país normal, culto e livre, e numa boa universidade, estávamos ainda nisto? Não teríamos saltado já todas essas etapas, aprendido com as gerações anteriores, sido orientados para estudar o que não se sabia? Não estávamos com certeza condenados a descobrir a pólvora aos 21 anos! Bem sei que

estou a caricaturar. Mas tudo isto era pequenino, fechado, desorganizado, tristonho e tarde e a más horas. Nós sabíamos que a cultura era outra coisa. Sabíamos que a universidade tinha de ser outra coisa! Por amor de Deus! O Einstein escreveu os primeiros artigos da relatividade aos 20 e poucos anos.

A universidade europeia não era nada isto que se vivia em Portugal já há muitas décadas e nós, de repente, tivemos a noção clara desta desgraça.

Os que vos tinham antecedido também tinham alguma preocupação com o enquadramento internacional?

Não sei. Mas provavelmente esta experiência de que sou testemunha é possível, porque ocorre num período de relativa acalmia de repressão, apesar de tudo, quando comparado com outras épocas.

É uma conjuntura especial.

É. Nesse ano, a viragem do ME de Lisboa talvez possa ser descrita, numa perspetiva histórica e política, como uma verdadeira mutação: no final de 1969, as direções eleitas das AE de Lisboa deixam, na sua quase totalidade, de ser controladas pelo PCP – ou por qualquer outra força política organizada.

Durante a maior parte do ano letivo 1969/70, os dirigentes máximos das associações académicas de Lisboa não são filiados em quaisquer partidos ou organizações políticas. Essa viragem liberta o ME em Lisboa para um tipo de intervenção nova, designadamente de oposição frontal à guerra colonial.

Se tiver de escolher uma ação política que fiz que considero verdadeiramente relevante no ME foi, na primavera de 1970, ter promovido em Lisboa uma reunião pública com os presidentes de todas as AE, e que ocupou o átrio da Faculdade de Letras, contra a guerra colonial, considerado um tabu do ME.

O PCP estava contra que o ME se metesse nisso. Mas para nós era essencial que o ME tocasse naquilo que era um elemento absolutamente central: os rapazes saíam dali e iam para a guerra. Estava na nossa consciência: o que é que nós estávamos a fazer no ME se não tocássemos nesse problema? Foi uma reunião que

eu dirigi e, por solidariedade, todos os presidentes de AE estiveram presentes. O átrio da Faculdade de Letras estava cheio de gente e com um professor, o Lindley Cintra, e um investigador da universidade, o Afonso de Barros, presentes. Lembro-me onde é que o Lindley estava, naquele átrio. Diria que isso marca, também, uma mudança na relação do ME com a política e com a sociedade. Durante essa reunião, a Cidade Universitária é cercada e estávamos convencidos que seríamos presos nessa noite, o que não aconteceu. As pessoas só começaram a ser presas muito tempo depois.

Mas este tempo foi deveras extraordinário, em muitas dimensões.

Pode exemplificar?

A manifestação de protesto organizada pelo ME de Lisboa e de Coimbra, juntos, na final da Taça, no Estádio Nacional, em Lisboa, em 1970, é um exemplo marcante. Hoje quase parece inconcebível que isto tenha acontecido. Coimbra está ocupada e a ferro e fogo. A Académica é apurada para a final da Taça de Portugal e decidimos fazer, com Coimbra, uma grande operação de divulgação de informação no estádio. Foi das organizações mais difíceis que fizemos em Lisboa.

Pode concretizar?

Era difícil meter dezenas de milhares de comunicados dentro do Estádio Nacional, quando as pessoas e todos os acessos eram revistados, com a PIDE mobilizada em todas as bancadas. Mas não houve uma única pessoa que fosse presa.

Conseguir desencadear no estádio uma operação com palavras de ordem e informação em todas as bancadas, sem que a PIDE conseguisse chegar a alguém, foi talvez a operação mais difícil em que estivemos envolvidos. Não me recordo quem foi o verdadeiro comandante operacional do nosso lado, mas o seu talento poupou vidas e permitiu atingir os resultados pretendidos. Quem levou a maioria dos papéis lá para dentro foram raparigas, na roupa interior, e eram precisas muitas, porque foram distribuídos dezenas de milhares de papéis. Havia o problema de organizar o espaço. A polícia estava cá em baixo e tentava subir e a população foi

extraordinária, porque impediu a passagem da polícia em todo o sítio.

A certa altura, as palavras de ordem começaram a ser gritadas e houve faixas, enroladas por dentro da roupa, que se levantavam. Quando a polícia tentava subir, a faixa já tinha desaparecido. Era preciso passar a primeira, a segunda, a terceira, a quarta fila e, depois, já estava tudo aos gritos por causa do jogo que decorria no relvado. Foi uma tensão horrível. Eu estive lá dentro e ainda hoje não consigo entrar no Estádio Nacional sem me lembrar e sem olhar para as bancadas como terreno de uma operação muito arriscada.

Mas como é que vocês dividiram e organizaram as tarefas no Estádio Nacional?

Houve uma organização por equipas que ocuparam setores do estádio. Uns tinham os papéis, outros distribuíam-nos, outros tinham as faixas, outros gritavam, outros, pura e simplesmente, protegiam aqueles, outros protegiam os que protegiam aqueles. Era muita gente! Foi uma operação que, de pessoal ativo, deve ter envolvido mais de 500 pessoas.

E a Associação Académica de Coimbra?

Coimbra esteve presente em força. Era natural, vinham ver o jogo, apoiar a sua equipa. Os ativistas estavam enquadrados por nós para a distribuição dos papéis e para serem protegidos dentro do estádio e à saída.

Digamos que, nessa organização, haveria um topo, os que distribuíam os comunicados e os da proteção?

Tínhamos proteção em todo o lado, disfarçada, à entrada do estádio, junto de cada cavalo da Guarda Nacional Republicana e junto de todos os pides que tínhamos localizado.

Como é que montaram a operação?

Quando se é novo, faz-se tudo!

Não pode ser! De onde é que vem essa sabedoria? Dos engenheiros, dos militares?

Não sei, mas havia quem soubesse.

Do Partido Comunista Português?

Não, nem pensar! Mas havia gente que achava, que sabia ou descobriu como é que se fazia. E também se aprende fazendo, não é verdade?

Mas é difícil manter o sigilo com 500 pessoas.

Obviamente que havia pides naquele debate tremendo que teve lugar na reunião preparatória da RIA de Lisboa com a associação de Coimbra. A PIDE sabia que aquilo ia acontecer. Nós seguíamos escrupulosamente uma regra: mesmo em RIA fechada – e as RIA fechadas passavam-se a seguir às RIA abertas e nelas só participavam os presidentes das AE –, não se tratam assuntos operacionais. Trata-se da ideia geral, mas nunca de assuntos operacionais, nem se refere quem é a pessoa ou pessoas que estão encarregadas das operações. Foi a regra que nós adotámos durante todo esse ano. E nunca eram autorizadas fotografias, mesmo em plenários.

Onde é que aprendeu tal?

Não sei. Aprendíamos uns com os outros. Alguma coisa deve ter vindo de trás, dos mais velhos. O resto, das nossas cabeças.

Outra questão importante é a relação com o Instituto Industrial. Como a caracteriza?

A certa altura, desenvolveu-se um ME organizado, sob a forma de pró-associação, no Comercial e no Industrial, que se aproximou do Técnico, que era o centro das operações em Lisboa. Procurou vir às RIA e abrimos-lhes todas as portas.

Das primeiras vezes que houve ações conjuntas, nós sentimos que havia uma repressão brutal e desmedida sobre eles. A eles, a polícia ir lá dar-lhes pancada. Não era costume, não acontecia em período de paz a polícia ir para a porta do Técnico à noite para nos dar pancada quando saíamos da AE depois de uma reunião. Mas fazia isso no Comercial e no Industrial.

Percebia-se que havia uma perseguição efetiva contra a emergência de organização estudantil no Industrial e no Comercial e contra a sua aliança com o movimento universitário. Na altura, interpretámos isto como uma separação de classe. E é verdade que, através do Industrial e do Comercial, passámos a ter acesso a outros grupos sociais que não contactávamos diretamente.

Foi através deles que tivemos acesso direto a muita gente do meio operário.

Grupos que procuraram como, por exemplo, na altura em que queriam informações sobre a greve da Carris?

Sim, por exemplo. E foi através de muitas pessoas do Industrial e Comercial que, mais facilmente, organizámos algumas redes de deserção.

Porquê?

Porque vinham do povo, ora essa! Era outro meio social.

Essa diferença era muito nítida?

Então não era?!

Que relações tinham com o movimento dos liceus?

Tivemos contacto sim, mas não muito com o movimento dos liceus que estava a crescer, mas ainda não tinha atingido a dimensão que teria depois.

E com o das escolas técnicas?

Não sei. A experiência significativa que eu, pessoalmente, posso transmitir não está no MAE-ESL, está no Comercial e Industrial como tendo dado ao ME, por uma via lateral, uma relação com outros meios sociais de que, provavelmente, poucas pessoas se aperceberam. Eu próprio procurei estabelecer uma relação muito direta com o Comercial e o Industrial que, depois, foi muito importante para a abertura ao que se passava noutros meios sociais.

Porque teve essa preocupação com o Comercial e o Industrial? Como surgiu?

Acho que era uma vontade de ir ter com o país, de não ficar fechado nas fronteiras da sua classe social.

Vê-se que procurou perceber e transmitir a história do ME. Sentia que os estudantes entravam e saíam da universidade, que tinham uma presença efémera e que a memória não era passada?

Procurámos tentar saber o que tinha havido para trás.

Não tinham um pai / partido a quem perguntar?

Queríamos saber. Tentámos falar com quem tinha estado implicado nas crises anteriores, 62 ou 64, mas sabíamos pouco.

E sabiam das manifestações dos tempos da Segunda Guerra Mundial?

Sabia pelos meus pais e outros saberiam pela família, mas não tínhamos recebido essa informação por via interna do ME, não.

Sabiam da luta contra o decreto 40900?

Ah, sim! No passado, o 40900 era o pão nosso de cada dia! Mas como é que era possível um ME moderno mobilizar-se em torno de um abaixo-assinado contra um decreto?! Não cabia na cabeça de ninguém. Nós éramos já de outra geração.

E onde aprendeu?

Estive no Congresso do Movimento Associativo e ouvi tudo muito atentamente. Não sei se antes, se no ano das cheias. No Técnico, havia quem soubesse. Mas falar-se com os verdadeiros protagonistas do passado era muito difícil, muita gente tinha sido presa e outros tinham acabado os cursos, ou desistido, e não era fácil, nesses tempos, encontrá-los. Procurei o Jorge Dias de Deus, o António Redol, o José Bernardino, o Jorge Sampaio, o Vítor Wengoriovius e muitos outros antigos dirigentes.

Tinha como objetivo perceber o passado?

Acho que é mais simples do que isso. É aquela mania de tentar perceber Portugal, tentar perceber tudo, onde é que nós estamos, de onde viemos, para onde vamos, o que somos. E não era só o Técnico que queria perceber.

E também perceber a prisão, a tortura e as pessoas?

Na altura, mesmo não estando integrados num partido político ou numa organização política, estávamos à espera de ser presos a qualquer momento. E, depois, quando alguns de nós começaram a fazer trabalho clandestino – porque o primeiro trabalho clandestino, a sério, fora do ME, que alguns de nós começaram a fazer foi, além de trazer ou dar informação, ajudar

peças a fugir –, sabíamos que havia muita coisa para nos meter na cadeia. Rapazes que querem e passar a fronteira para escapar, era trivial. Havia muito boas razões para nos prenderem.

Não digo que querer perceber o que aconteceu na prisão e na tortura fosse para se preparar para essa eventualidade; mas poderia ser para querer perceber o que é que acontecia às pessoas que passaram por tal.

Claro, mas isso sabia-se. Nós líamos, falávamos com toda a gente. Procurávamos saber o que se passava dentro da cadeia e no interrogatório, fazia parte da nossa cultura.

Queria perceber o drama íntimo de cada um, especialmente dos que tinham falado na cadeia?

Essa atitude humana não sei se era partilhada por muita gente. Nunca tive uma atitude de condenação sumária. Mas vi muita gente à minha volta que achava que era preciso ostracizar todos os que tinham fraquejado na tortura. Conheci mesmo um fanático que defendia a sua eliminação! Se há pecado que não cometi foi

esse de estar contra as pessoas que falaram na cadeia, especialmente aqueles que, dois anos mais tarde me denunciaram. Difícil foi fazer acreditar aos próprios que eu não tinha nada, absolutamente nada contra eles. Foi muito difícil e não sei se consegui ou sequer se fiz tudo o que era preciso.

Falou sobre a história do ME, por exemplo, com a Valentina Garcia ...

A Valentina é uma amiga! Foi a primeira mulher a ser presidente da AEIST. Numa certa época, aconteceu alguns dos dirigentes da associação terem sido meus alunos no 1º ano e tornarem-se amigos. Houve também muitos membros de sucessivas direções do Técnico que vieram ter comigo para eu contar a história que conhecia. Nos anos 80, houve muita gente que veio ter comigo para saber:

– Conta lá como foi no teu tempo!

E eu senti muita vontade de contar e de perceber. Era como se houvesse ali uma continuidade, uma história a fazer-se.



*Pavilhão central.
Foto: Tatiana Soares*

Em que período esteve no Técnico?

Frequentei o Técnico por duas vezes. Estive entre 1964 e 1972, deixando duas cadeiras para não ir para a tropa e quando voltei para acabá-las, andei mais dois anos à noite, de 1978 a 1980, porque entretanto tinham alterado o curriculum do curso. Nesse período só andei a fazer as cadeiras. O meu período do Técnico, pode considerar-se que foi 64–72.

De 1978 a 80 não viveu o Técnico.

Não. Trabalhava e só ia lá à noite a correr, nem sequer fui à associação e nem ia a muitas aulas. Até porque a maior parte dos assistentes tinham sido meus colegas. Uma vez entrei numa aula e um dos tipos perguntou se a turma era minha e eu disse:

– Ainda venho acabar a cadeira.

– Ainda vens acabar a cadeira?! [Risos].

Essa segunda fase não conta.

O que o levou a escolher engenharia no Técnico?

Fui para o Técnico por duas razões.

Primeira porque, quando se chegava ao 5º ano do liceu e não se sabia o que escolher, ia-se para a alínea f, que era a que dava para a maior parte das áreas (engenharia, matemática, agronomia, medicina, física, ciências). No liceu existiam alíneas, algumas delas muito restritas: havia uma alínea para história, uma para direito e havia uma que dava para 30 ou 40 cursos e quem não sabia qual era a sua vocação ia para a alínea f.

[Segunda] Porque o meu pai era engenheiro e eu fui para engenharia, não foi nada muito pensado.

Quando cheguei ao Técnico, não me adaptei às cadeiras. Quis mudar para economia, mas perdia o adiamento do serviço militar e tinha que ir fazer a tropa quatro anos para África. E

entre ir fazer a guerra em África ou ir fazer o Técnico, achei que o Técnico era mais pacífico. Portanto, não sou uma pessoa de vocação para a engenharia. Nunca trabalhei em nada ligado à engenharia, nem tenho jeito. Foi um erro de *casting*.

Mas, depois, interessei-me pelo movimento associativo e acabei por ir fazendo umas cadeiras. Na altura quem estivesse a estudar tinha o adiamento do serviço militar, e eu fiz uma gestão de ir fazendo umas cadeiras e estar no movimento associativo.

Comecei por estar no Cineclube Universitário, porque tinha a mania do cinema, depois fui parar à associação do Técnico.

Só tive boas notas nas cadeiras de economia e outras menos ligadas à essência do curso, ou seja, não era uma pessoa muito virada para as engenharias.

Tendo em conta o que acaba de dizer, imagino que o primeiro contacto com o Técnico não tenha sido muito positivo.

O Técnico tinha duas vertentes. Na vertente académica existiam professores exigentes e muito conservadores. Quando entrei, tinha que se ir de gravata para as aulas teóricas e as raparigas não podiam andar de calças nas referidas aulas teóricas. Era a única faculdade onde existiam faltas nas aulas práticas. Era, portanto, uma escola conservadora.

A qualidade média do ensino, naquelas áreas que para mim eram neutras como a matemática, era boa. Aí adaptei-me razoavelmente. Mas como as aulas teóricas tinham um grande peso naquele tipo de ensino, nunca tive grande paciência para elas, nem para tomar notas e preferia estudar em casa, frequentando pouco as aulas. Foi por isso que acabei por me ocupar mais pelos temas culturais que me motivavam.

Por razões familiares e outras, o Técnico não era propriamente novidade.

A primeira noção é um certo sentido de austeridade, de disciplina e alguma cultura elitista. Naquela altura, as pessoas escreviam engenheiro eletrotécnico, mas punham entre parênteses IST. O acesso ao ensino superior era restrito e culturalmente, havia muito maior proximidade e muito menos heterogeneidade em termos de pessoas que frequentavam estes cursos. Como nos liceus os sexos eram separados, não estranhámos que o curso de eletrotécnica praticamente não tivesse mulheres. Em 150 alunos do meu curso havia apenas três ou quatro. Só química é que tinha uma maioria de mulheres.

Tendo em conta o ambiente cultural e familiar de onde eu vinha, o Técnico não foi, propriamente, um choque, estando, mais ou menos, dentro das minhas expectativas.

Para além das aulas, quais eram os locais onde os estudantes se encontravam?

Na cantina e nos cafés. Havia uma instituição que eram os cafés da praça de Londres, onde se formavam grupos. Havia grupos por regiões de origem, por atividades políticas, os do bilhar.

E sabe identificá-los nos respetivos cafés?

Eu morava em Alvalade e vinha a pé para o Técnico, porque poupava no autocarro para poder tomar um café, que é o meu vício principal. Portanto, eu nunca fui muito dos cafés da praça de Londres, era mais dos de Alvalade, onde se juntavam estudantes de várias faculdades.

Havia o *Vá-Vá* que era do cinema, o *Luanda* que era do teatro. Nunca fui grande frequentador da zona à roda do Técnico, mas ia ao *Londres* e ao *Roma* onde se jogava bilhar. Havia o *Copacabana*, na Guerra Junqueiro, que era mais dos professores. Outros estudantes iam para o lado da Duque de Ávila.

Além da cantina, onde as pessoas comiam e depois acabavam por ficar por ali a conviver, muita gente parava também pela associação, onde havia campeonatos de pingue-pongue.

Na cantina reuniam as pessoas vindas de mais longe. Ali é que funcionavam os grupos dos algarvios e dos alentejanos, pessoas que viviam em quartos alugados. A cantina acabava por ser um pouco a sala deles.

Tem ideia se havia muitos alunos vindos de fora?

Havia bastante, mas não sou capaz de quantificar: açoreanos, madeirenses, começaram a aparecer uns brasileiros e havia também africanos.

Quais eram os temas de conversa e de debate entre os estudantes?

O tema comum era o futebol, era transversal e universal, pelo menos no setor masculino. Mas, como vinha de áreas mais motivadas para os aspetos cultural e político, era sobre estes temas que eu debatia.

Era muito virado para o cinema. Cheguei a ser dirigente do Cineclubes Universitário, organizávamos ciclos de cinema, alugávamos salas uma vez por semana e passávamos ciclos de cinema.

Em relação à atividade política, era pela democracia e contra o regime. O leque diversificado de tendências políticas foi surgindo, já que a maior parte das pessoas, quando chegou ao Técnico, não tinha opção nenhuma.

Enquanto estudante do Técnico, quais os livros, filmes, peças de teatro e músicas que recorda?

Nunca fui muito próximo do teatro, mas havia tão pouca oferta cultural que acabava por se ver tudo.

Lembro-me que o grupo de teatro do Técnico fez a *Antígona*. Em Direito também havia um grupo de teatro bastante ativo que fazia espetáculos que me marcaram, como o *Volpone* e outros clássicos.

Mas eu era, acima de tudo, uma pessoa do cinema. O que me marcou foi o neorealismo italiano, mas tinha um gosto especial pelo cinema americano. Gostava do policial negro e dos *western*. Quando estive na direção do Cineclubes, organizámos alguns ciclos cinematográficos com esse tipo de filmes o que, aliás, dava origem a debates muito acalorados, porque as pessoas mais sectárias consideravam que o cinema americano era imperialista. Nesse aspeto, sempre separei um bocado as coisas. Independentemente da minha opinião sobre os americanos não ser brilhante, acompanhei-os bastante em termos culturais. Também acompanhei a *nouvelle vague* francesa e a segunda leva dos italianos, com o

Fellini e outros. O meu círculo ocupava bastante tempo com esse tipo de preocupações culturais.

Em termos de música acompanhávamos o que apareceu, os *Beatles*, os *Rolling Stones*, também gostava, e gosto muito de jazz.

Os locais de convívio não eram tão abertos como hoje, não havia discotecas nem essas coisas, portanto, a associação do Técnico fazia bailes ao fim de semana, se bem que fossem frequentados pelos estudantes vindos de fora de Lisboa. Eu ia sempre ao círculo de Alvalade, a zona das pessoas que moravam ao pé de mim e que já tinham estado comigo no liceu. Também nos cinemas antigos, caso do *São Jorge* ou do *Império*, se faziam bailes de carnaval e essas coisas todas. Ai atuavam, por vezes, uns conjuntos portugueses um bocado *kitsch*, como o *João Paulo* e o *Quinteto Académico*, os *Gatos Negros*, grupos que acabaram por desaparecer e que foram uma versão um pouco pífia do que veio a ser depois o *rock* português.

O meu círculo, por razões de interesses, era bastante politizado. Íamos nas férias da Páscoa a Paris comprar livros.

Que livros?

Por motivação particular, estudei sempre história de Portugal. Eu era das poucas pessoas da área das engenharias que gostava desta temática. Dei-me ao trabalho de ler os *Vencidos da Vida*, como o Oliveira Martins, o que não era muito típico. Na altura, lia-se o marxismo e as grandes questões dos marxistas, os romances, como os de Cardoso Pires e os outros portugueses, como o Aquilino Ribeiro. Tinha por tradição familiar dar atenção à literatura portuguesa. Em minha casa os meus pais tinham muitos livros.

Havia a cultura de ir comprar à *Barata* (que era uma instituição) os livros que eram proibidos. Nunca li livros técnicos a não ser os que eram necessários para fazer as cadeiras, porque não me interessavam. Era incapaz de ler um livro de física, mas para a cadeira tinha que ler.

Quando é que começou a colaborar com a associação?

Os meus anos foram um pouco geridos em função dos adiamentos do serviço militar, ou seja, eu fazia três ou quatro cadeiras por ano, as suficientes para ter o adiamento. Por isso, é que

andei lá oito anos. As duas cadeiras que deixei por fazer foi porque me davam o adiamento para a tropa até aos 27 anos. Aos 27 anos deu-se o 25 de Abril e fui salvo pelo gongo.

Entre 65 e 68 fui dirigente do Cineclube Universitário e já tinha tido alguma colaboração com a associação quando das cheias de 67, com aqueles grupos que organizámos para ajudar as populações atingidas pelas intempéries. Eu estava ligado a um grupo de organizadores, mas não fui dos principais. Pertencia a umas brigadas e depois deram-me algumas responsabilidades organizativas, mas não pertenci ao núcleo que arrancou com a campanha. Fiquei responsável por organizar um certo número de autocarros por dia para cobrir a zona e depois verificar se aí já se tinha feito o trabalho. Tive responsabilidades de organização na zona de Alverca e Bucelas, ia lá ver quantas pessoas e quantas camionetas seriam precisas. Alugámos autocarros e íamos todas as manhãs a um x número de pessoas por carro. Nós nem sabíamos o que íamos fazer. Íamos ajudar a tirar lama dos diversos sítios e fazíamos um pouco de propaganda contra o facto de se andarem a construir casas em leitos de rios secos, com consequências visíveis em períodos de chuvadas.

Quando entrei na campanha ela já estava a decorrer. Não pertencia ao núcleo coordenador central porque não estava na associação, estava no cineclube e a minha motivação era mais cultural.

Ainda se lembra como se iniciou a campanha de solidariedade?

Penso que terá sido na RIA que se tomou a iniciativa. Havia aquela linha de atuação no movimento associativo da ligação dos estudantes ao povo, portanto foi uma consequência desta opção estratégica do movimento estudantil.

[Recordo também que], em 68, com o Hermano Saraiva como ministro da Educação, houve aquela cena em que as meninas da JUC e as da associação acabaram com a sala das alunas e transformou-se aquilo numa sala de convívio.

O diretor do Técnico, o Almeida Alves, perdeu a cabeça, disse que ia haver a revolução sexual no Técnico, e saíram umas notícias nos jornais sobre isso e o ministro mandou ocupar o IST pela polícia. A associação esteve fechada

quase um ano, o que foi muito complicado pois, ao contrário da maior parte das outras associações de Lisboa, onde as cantinas eram geridas pelos serviços sociais, a associação geria a cantina. Tinha também o Departamento de Turismo Universitário (DTU), que estava ligado a uma rede europeia de voos para estudantes.

A seguir ao 25 de Abril, o DTU acabou e fizeram a Tagus, uma agência privada que ficou com esse negócio. Não sei se foi uma substituta formal, porque havia um organismo oficial para o turismo – o CITU – e a alternativa a este era o DTU da associação do Técnico. O CITU era um serviço oficial, Centro Internacional de Turismo Universitário e oficioso da Mocidade Portuguesa. O Técnico tinha como contraponto o DTU. O que me disseram foi que essas estruturas acabaram por ser absorvidas, depois do 25 de Abril, pela Tagus, e durante uns anos lembro-me de ver na Guerra Junqueiro uma Tagus que explorava essas atividades para estudantes.

Quando reabriu a associação foi preciso constituir uma direção que tivesse pessoas com experiência e outros que fossem bons alunos e que, pelo menos publicamente, não tivessem grandes conotações políticas. Porque, na altura, as direções das associações tinham que estar homologadas pelo ministério da Educação, pediam-se informações à PIDE.

A direção constituiu-se com base num pacote de bons alunos e num pacote de pessoas com experiência associativa. Foi a direção do Mariano Gago, onde eu era vice-presidente para as relações externas, uma direção em que as pessoas, apesar de não terem uma atividade política, pode-se dizer que era uma direção frentista. Tinha pessoas que, apesar de tudo, estavam na esquerda cultural, logo, mais próximas da extrema esquerda, como o Gago e eu. Pessoas próximas do PC, um deles foi o [António] Abreu, que depois veio a ser candidato à presidência da República. Pessoas próximas da social democracia do Soares, como o Luís Araújo da família da Maria Barroso. Foi uma direção feita, implicitamente, com algum consenso que tentasse conciliar um leque político diversificado ou, pelos menos, de influência política [diversificada].

O Gago era o melhor aluno do Técnico, eu tinha alguma experiência de organização associativa e estava ligado às esquerdas culturais.

Foi assim que eu entrei e foi uma experiência muito interessante, porque a associação era uma empresa que faturava 10000 contos na cantina e 10000 contos no DTU, o que hoje corresponderia a cerca de dois milhões de euros, tinha 85 empregados e foi a minha primeira experiência de gestão!

Como uma verdadeira empresa ...

E tinha que ser gerida! Com problemas laborais e contabilísticos.

Por outro lado, tínhamos as contas da associação canceladas pela PIDE e pelo tribunal, para libertarmos o dinheiro, tivemos que nos movimentar. Descobrimos que no BPA haviam algumas personalidades ligadas à oposição, uma delas veio a ser um nome importante depois do 25 de Abril, o Vasco Vieira de Almeida, e outro pessoa, o Veloso, que chegou a ser presidente do BES depois do 25 de Abril, e que nos facilitavam oficiosamente a movimentação dos dinheiros.

Fizemos coisas loucas. Eu podia ser preso por pura inconsciência. Chegava ao BPA da avenida da Igreja e aparecia-me o gerente à porta, porque movimentava milhares de contos na minha conta pessoal. Ou seja, até termos tudo legalizado, movimentávamos parte do dinheiro nas nossas contas pessoais. Nem tinha noção que podia ser processado. Houve uma cena engraçada, o turismo estava completamente empenhado e, para organizarmos os voos do DTU no ano de 69, tivemos que ganhar apoios internacionais para nos fazerem uma moratória no pagamento das dívidas do tempo em que a associação tinha estado fechada.

Eu era vice-presidente para as relações externas, logo era responsável pelo DTU. Dei então uma volta à Europa. Isso marcou-me porque foi a primeira vez que andei de avião, fui a Inglaterra, França, Dinamarca, para contactar os departamentos de turismo e as associações de estudantes para nos fazerem uma moratória. Fomos à Suécia contactar o Palme, que tinha sido presidente da Juventude Social Democrata Sueca, e que, salvo erro, era ministro dos negócios estrangeiros. Nunca tinha viajado de avião, aquilo para nós era complicado, e eu nunca fui muito forte em línguas, mas sabia q.b. Além disso, eram montantes assustadores que andavam a ser

movimentados. Aí tive a certeza que tinha jeito para a gestão e não para a engenharia.

Então, a experiência correu bem?

Correu. Aliás, esta é a fase anedótica. Eu tinha tanto jeito para a engenharia que nos laboratórios dizia:

– Vocês mexem nos aparelhos que eu faço o relatório.

A minha vocação para a engenharia era muito limitada. [Risos]

Portanto, este foi o meu primeiro choque. No ano a seguir, fui eu o presidente da direção.

Entrou como colaborador da associação pela vice-presidência. E qual foi a motivação para entrar nessa lista?

A motivação é política. Não política no sentido ideológico-partidário, mas política no sentido que o Técnico tinha sido ocupado e todos nós éramos contra o fascismo, tínhamos que fazer trabalho de organização e de resistência ao fascismo. Esse foi o aspeto principal, mas ao mesmo tempo, como também não tinha grande encantamento pelo curso, foi uma forma que encontrei de fazer qualquer coisa para além de estudar, porque estava a estudar coisas que não me interessavam muito.

Relativamente às funções desempenhadas na associação, tem primeiro a experiência de vice-presidência e, a seguir, a presidência.

O ano da direção do Mariano Gago foi um ano importante porque saiu o Hermano Saraiva e veio o Veiga Simão. Foi um ano em que começou a reforma do Técnico, que nós negociámos. Na prática, na nossa negociação com o Veiga Simão, conduzida pelo Gago e, em parte, continuada por mim, fizemos uma barganha informal com ele. Ou seja, nós apoiávamos o ministério da Educação na reforma do ensino, abatíamos alguns catedráticos que resistiam a reformar o ensino, e eles fechavam os olhos à nossa propaganda contra a guerra colonial, desde que feita dentro das instalações da associação.

Isto nunca foi dito sob esta forma mas, implicitamente, a situação foi essa.

Entretanto, foi para diretor do Técnico o Fraústo da Silva, que era uma pessoa mais aberta.

O Veiga Simão percebeu aquilo que queríamos em troca de apoiarmos a reforma do ensino: constituir as comissões de reforma por cursos, a associação apoiar delegados por cursos, constituir o Conselho Universitário (uma espécie de senado, com estudantes e professores), poderemos fazer propaganda contra a guerra colonial dentro da associação.

A esquerda mais radical, que era o MRPP, a certa altura achava que nós éramos uns reformistas do *caracas* por alinharmos em coisas destas. Uma vez fizeram cartazes, virados para a Duque de Ávila, contra a guerra colonial. O Técnico foi cercado pela polícia e o Gago e eu estávamos no gabinete do Fraústo da Silva, este falava com o Veiga Simão que por sua vez falava com o ministro do Interior, Gonçalves Rapazote, dizendo que se retirássemos os cartazes virados para a rua, a polícia não entrava no Técnico. Lá tivemos que ir tirar os cartazes, com os tipos do MRPP a chamarem-nos reformistas, reacionários e coisas do género. Mas, a partir daí, o que estava implícito ficou explícito: nós contra a guerra colonial, se fosse dentro das instalações da associação, não nos chateavam. Foi uma experiência engraçadíssima.

Como é que geriram toda essa situação?

Ninguém tinha experiência nenhuma. Foi por intuição.

O Gago tinha uma coisa boa, além de tudo mais, para estes tipos como o Veiga Simão, era o melhor aluno do Técnico, uma *tola científica* e além disso, apesar de mais tarde todos nós termos vindo a meter-nos em alhadas políticas, na altura a PIDE não nos conseguia chatear, porque nós não pertencíamos a nada. Não éramos PC, nem m-l. Depois, a maior parte de nós acabou por se envolver, mas naquela altura éramos completamente virgens. Isso dava-nos alguma credibilidade e tirava-nos alguma pressão policial de cima.

Imagino que, também dentro do Técnico, fossem vistos como reformistas por algumas correntes.

Sim, por algumas correntes. De qualquer maneira, para mim, em termos de experiência pessoal de negociação que tenho aplicado ao longo da vida, foi muito importante. A negociação

implícita e que nunca foi explícita, em torno de alguma liberdade, mostrava já a fraqueza do regime e de que não era consistente.

Há outra história da qual nunca mais me esqueci. Os tipos do curso de engenharia civil, alguns filhos de empreiteiros, eram quase as únicas pessoas que tinham carro no Técnico. Faziam gincanas e ralis. Punham lá uns fardos de palha e como a associação tinha uma secção desportiva deixava-os fazer aquilo. Os MRPP e os anarcas acharam que aquilo era reacionário e puxaram fogo aos fardos de palha. Os da extrema direita quiseram derrubar a direção da associação. Fizemos uma assembleia geral que durou três ou quatro dias, porque foi toda a gente para a assembleia, quando nas assembleias estavam de costume os 40 ou 50 da associação. O Gago e eu aguentámos aquilo na mesa três dias seguidos a não deixar votar, até estarmos em maioria. [Risos] Como aquela gente não tinha experiência de assembleias, nem sabia o que era um ponto de ordem, nós estivemos ali com aspetos processuais ... A cantina esteve fechada, foi uma cena dramática por que passámos.

A minha direção foi um pouco de continuidade em relação ao Gago, em que nós tínhamos uma aliança no movimento estudantil que mais ou menos dirigia a RIA, que era o Técnico e Económicas. Em Económicas estavam o Ferro Rodrigues, o Mateus, o Peres Metelo e essa gente. Foi este núcleo que, durante aqueles anos, influenciou mais o xadrez do movimento estudantil: o Gago, eu, o Ferro Rodrigues, o Félix Ribeiro; em Direito oscilava entre o PC, com o Alberto Costa, hoje ministro da Justiça, e o MRPP, com o Arnaldo Matos. Ao mesmo tempo apanhei a fase da constituição do senado universitário, onde estive com o Ferro Rodrigues por Económicas, o representante dos assistentes do Técnico era o Amaro da Costa (o homem da Opus Dei), estava também o Adriano Moreira que era professor do ISCSPU e o Narana Coisoró que era assistente da mesma escola.

Em termos da minha formação cívica e política foi bastante interessante lidar com esse leque de personagens.

No senado estava como representante dos estudantes?

Sim. Cada faculdade era representada pelo diretor, por um catedrático, um primeiro assistente (que hoje chamam de professores auxiliares, eram os assistentes que tinham doutoramento), um assistente e um estudante. O estudante era eleito em assembleia, mas no Técnico nós forçámos a que o estudante fosse o presidente da associação. Como queriam enfraquecer as associações, a lei dizia que era um estudante eleito numa assembleia de estudantes. Quando fazíamos as eleições para a associação, elegíamos simultaneamente o representante para o senado, candidato a presidente da associação.

Como foi essa experiência?

Foi interessante. Apesar de tudo, o senado dava algumas bolsas e aprovava umas obras. E foi importante, porque foi numa altura em que o Marcelo Caetano deu cabo do Adriano Moreira, tirando-o de diretor da faculdade. Portanto, aquilo tinha alguma textura política. Aqueles diretores das faculdades que ali estavam eram políticos das margens do regime, e alguns bem do regime, como o Adriano Moreira.

Foi vantajoso para a associação?

Foi. Para a associação e para o Técnico. Ganhámos algumas coisas, alguns critérios para as bolsas, tínhamos autonomia para coisas dessas.

Que propostas eram apresentadas?

Nós tínhamos sempre uma perspetiva de democratizar, alargar as bolsas, etc. Aquilo deu algum espaço para fazer coisas deste género. Francamente não me lembro das situações no pormenor.

Tendo em conta o que foi referido, o que recorda da sua presidência?

O senado. Depois apanhei, na fase do Mariano Gago e na continuação na minha direção, o apoio à crise de Coimbra que se traduziu no [apoio] no final da Taça de Portugal. À organização de manifestações. Comprar tachas em Lisboa que mandávamos para lá para eles porrem no chão das ruas para furar os pneus dos carros da polícia, pois em Coimbra não deixavam [comprar] porque estava tudo vigiado. A

comprar roscas de ¾ que entravam nas cabines telefónicas a substituir as moedas de 50 centavos para telefonar de borla, por causa dos telefones estarem vigiados. A imprimir cá papéis que Coimbra nos pedia.

Era tudo enviado através de pessoas. Mandámos pessoas às manifestações em Coimbra e também íamos ao Porto fazer essas atividades de apoio.

No Técnico, a questão-chave na altura foi a reforma do ensino. Negociámos uma comissão por curso. Quando os professores não queriam fazer as coisas boicotávamos aulas, coisa que, mais uma vez, era considerada pela esquerda mais extrema, de reformismo. Apesar da maior parte de nós sermos ideologicamente muito à esquerda, este grupo teve sempre uma componente de colaboração entre sistemas. Era uma das coisas que nos distinguia.

[E recordo] que produzíamos com Económicas uma série de documentos para a RIA, porque éramos os mais influentes na RIA.

Depois da experiência na presidência, também esteve no Conselho Fiscal?

Sim, em 1971/72. Entretanto empreguei-me e só não foi o último ano porque eu deixei as duas cadeiras por razões estratégicas. Ainda por cima a direção era o Cardeira e os outros que nos tinham derrotado. Tínhamos relações cordiais e encontrávamo-nos todos na *Portugália* para beber uns copos.

Mas eu afastei-me, até porque trabalhava a *full time* na Junta de Energia Nuclear no gabinete de planeamento a fazer estudos económicos, nada que ver com a eletrotécnica.

Na altura seriam maiores as divergências entre os grupos ou a luta contra um inimigo comum? Ou não se pode pôr a questão desta forma?

Face à PIDE e isso, em geral, as pessoas ajudavam-se umas às outras. Era mais complicado com o PC, porque tinha setores em que eram de tal maneira ortodoxos que achavam que todos os outros éramos aliados objetivos do regime sem distinção, não dando cobertura às pessoas. No MRPP e no PC é que havia umas faixas de tipos que achavam que o resto era tudo inimigo, que eram iguais aos pides e embora não

denunciassem, eram capazes de não colaborar. Com o resto das pessoas, apesar das divergências e das discussões de morte, havia uma plataforma comum com toda a gente.

Falou-me da solidariedade com Coimbra.

Qual era a relação da AEIST com as outras associações?

Havia reuniões informais e os de Coimbra também vinham às nossas assembleias apresentar a guerra deles. Houve uma grande organização, em que nós fomos muito ativos, que foi a célebre final do Estádio Nacional, entre a Académica e o Benfica.

Como a associação do Técnico era a que tinha mais dinheiro e mais gente em Lisboa, éramos sempre nós que fornecíamos a maior parte dos quadros para essas organizações. Tinha meios financeiros que as outras associações não tinham. Circulava muito dinheiro da cantina e do DTU em fundo de maneiio. Coisa que as outras associações não tinham, viviam das quotas e de outras fontes de rendimento. Tínhamos uma secção de folhas, fortíssima em termos financeiros, fazíamos as folhas para a maior parte das cadeiras. Se era preciso pagar uma delegação a Coimbra, nós tínhamos dinheiro, ou para pagar o comboio ao Porto. Na minha direção só havia uma pessoa que tinha carro, uma moça de Angola, o pai tinha umas *massas* e tinha-lhe dado um carro para ela vir estudar. O carro servia para tudo, porque, na altura, ninguém tinha.

A associação do Técnico era praticamente a financiadora do movimento estudantil de Lisboa, das despesas coletivas.

Isso traduzia-se numa maior influência na RIA?

Sim. A RIA era dominada por aquilo que se chamava aliança Técnico / Económicas. Os de Económicas eram mais ideológicos e mais moderados, tanto que eles foram todos para o MES e nós fomos quase todos para a extrema-esquerda. Mas funcionávamos bastante coordenados.

Em termos de *back office* financeiro era a associação do Técnico [que suportava].

Tínhamos também outras secções muito fortes. O Técnico era campeão de rãguebi, campeão nacional de voleibol ...

Que secções tinha a AEIST?

Tínhamos: a secção cultural, que fazia teatro, concertos com os baladistas e outras atividades, a secção desportiva, que era muito forte.

Estas eram secções um pouco autónomas, mas que, por um lado, movimentavam dinheiro e que, por outro lado, permitiam a deslocação por todo o país como cobertura.

Outras secções eram: a de folhas, o DTU, a cabine sonora, importante na comunicação interna dirigida pelo Joaquim Vieira, que também foi da minha lista, a cantina, a propaganda, onde se faziam os cartazes, a secção fotográfica, que estava um bocado ligada à secção de folhas, o lar do Técnico, na Almirante Reis.

A associação tinha 85 empregados, era uma PME! [Risos] Gerir a associação ocupava muito tempo, pois tinha os problemas do dia a dia, até laborais.

Em relação ao lar da associação, o que recorda?

O lar era para pessoas de fora. Uma pessoa que conheceu bem o lar foi o Rui Godinho, que foi durante 15 anos vereador do PC na CML e, atualmente, penso que trabalha nas Águas de Portugal. Julgo que saiu do PC com o Mário Lino. Acho que ele chegou a ser diretor do lar, ou o coordenador dessa secção.

Quando a associação estava ocupada pela polícia, o lar era um dos sítios onde nós reuníamos clandestinamente. Mas não sei como aquilo funcionava. Eles emprestavam-nos as instalações e nós íamos para lá reunir. As reuniões de constituição da lista foram lá. Quem pagava a renda do lar era a associação, e depois eles geriam e elegiam alguém, como em todas as secções.

A associação do Técnico era um mundo maior e mais complexa associação do que a do Técnico, em Portugal, só havia a de Coimbra, porque era uma associação para toda a universidade.

A do Técnico era claramente a maior associação de Lisboa e talvez do país, em termos de abrangência, de organização e meios financeiros.

De entre os momentos mais marcantes do movimento estudantil, quais destacaria?

A crise de Coimbra foi o momento mais marcante.

Depois foi a guerra do Vietname. Organizámos na associação, ou estivemos ligados à organização, das manifestações contra a guerra do Vietname em frente à embaixada americana. Também se organizavam os estudantes para participar nos Primeiro de Maio.

No Técnico, saliento o nosso empenhamento na reforma do ensino, na reforma do Técnico.

A aproximação dos movimentos católicos foi uma questão marcante. A seguir ao Vaticano II houve uma série de elementos das áreas católicas que se juntaram também a estes movimentos estudantis. Aliás, parte dos nossos dirigentes vinham da JUC e da JEC. O Rui Teives, que foi vice-presidente, e o Carlos Marques, que foi candidato à presidência da República, vinham da JUC. Nem sei se o Gago vinha da JEC.

A demarcação da guerra colonial foi um elemento decisivo, por razões políticas, ideológicas e oportunistas. As pessoas perceberam que aquilo não tinha saída em termos políticos; as razões ideológicas pelo anticolonialismo; e razões oportunistas porque havia setores que eram contra, [pois] dava cabo da vida a muita gente acabar o curso e ter quatro anos de tropa. Oportunista no sentido meramente de interesses pessoais e de conveniência. A unidade contra a guerra colonial tinha estas três raízes.

[Outro momento] foi, claro, o Maio de 68, pelo qual todos fomos influenciados.

A minha geração estudantil foi marcada, internacionalmente, por três ou quatro questões. A revolução cultural chinesa, que deu origem à cisão sino-soviética. A guerra do Vietname e a lógica pacifista. O Maio de 68. O Vaticano II, que trouxe para os movimentos sociais uma série de católicos que anteriormente estavam nos setores mais conservadores.

Considero que as grandes balizas da minha geração foram estas. E foram-no em termos ideológicos porque, apesar de não haver *internet*, o Maio de 68 espalhou-se. Íamos a Paris, líamos os autores, apesar da censura havia penetração, havia os livros, imensas rádios. Houve, o início de liberalização nos costumes. Uma vez

fui ao Porto com a minha namorada do Técnico e não nos alugaram um quarto, porque não éramos casados. Eram outros tempos.

Quais eram as principais bandeiras de luta?

As bandeiras de luta eram a democracia em geral, a reforma democrática do ensino para todas as classes sociais terem acesso, o conteúdo do ensino (para se ter uma ideia de como o marcelismo já era uma coisa heterogénea em 70 ou 71, eu fiz um trabalho de economia com o título *O conceito de mais-valia em Marx* que foi aceite e teve 17 ou 18! Isto demonstra como o regime já não estava no seu estado puro), para muitos setores era a questão da guerra colonial. Havia também temas como a liberdade de associação, de não se mandar os nomes à PIDE para a homologação, a liberdade cultural e contra as censuras.

Na altura não havia problemas de emprego, nem de habitação. As pessoas tiravam um curso e, nem que não fosse muito, dava para arrendar uma casa, pior ou melhor. Saía-se logo das casas dos pais assim que se podia, até porque havia muito mais limitações culturais e de costumes.

Como decorriam os processos de luta?

Como se iniciavam, desenvolviam e terminavam?

Houve sempre várias campanhas para libertação de pessoas presas. A maior parte eram-no por questões políticas, mas nós reivindicávamos a libertação em nome dos direitos humanos.

Há duas tipologias de processos: as coisas que são causas exógenas, como, por exemplo, quando há uma prisão e se faz uma campanha para libertar essa pessoa; outras eram, por exemplo, a guerra colonial, que era uma opção política que nós tentávamos programar de maneira a fazer propaganda e a convergir. Ou havia o catedrático x que fazia não sei o quê, fazia-se a campanha contra o catedrático.

Ou seja, algumas coisas eram circunstanciais, como a crise de Coimbra que apareceu quando o Alberto Martins fez o discurso à frente do Américo Tomás. Os movimentos políticos ou para-políticos influenciavam a criação de uma agenda. O Vietname era uma agenda política, mesmo que não fosse partidária. As libertações de presos eram políticas. A luta contra a guerra

colonial era política, mesmo que houvesse divergências nas múltiplas maneiras de a encarar. O regime encarregava-se de criar fatos. Participei em várias manifestações onde independentemente de nós sabermos que estavam ali junto a nós pessoas com determinados interesses políticos eram um pretexto para lutar contra o regime.

Antes de se partir para a ação, havia um processo anterior de tomada de decisão.

Sim. O modelo utilizado é influenciado por forças políticas, depois, pouco a pouco, a maior parte das pessoas acabava por aderir. Eu estive ligado à organização de quase todas as manifestações, uns anos depois também me empenhei politicamente durante uns anos (poucos), mas, às vezes, tinha a minha agenda própria.

Quando entrei nestas andanças, só havia uma força organizada, o PC. Mas o PC não existia no movimento estudantil, tinha ficado decapitado. Começam a aparecer esses grupos e grupinhos e cada um tinha a sua agenda. Conseguia-se em geral convergência. Quando comecei nestas andanças não tinha a ver com nada, [pensava] pela minha cabeça, era contra o regime. Depois juntámo-nos e fizemos uns movimentos políticos. Nesse aspeto, os agrupamentos políticos acabaram por ver o movimento associativo como um aspeto instrumental, tal como os partidos em relação aos sindicatos. À medida que as pessoas iam aderindo a diversos grupos, o movimento estudantil acabava por se tornar numa componente instrumental.

Que organizações de juventude existiam enquanto foi estudante?

Havia a Mocidade Portuguesa, mas já completamente marginal. Não sei se nos anos 40 e 50 teve alguma influência, mas pelo menos nestes era zero. As pessoas pertencentes à Mocidade eram muito desconsideradas por toda a gente, chamavam-lhe *bufa*. Completamente desprestigiante!

Havia as organizações católicas, a JUC e a JEC, e algumas foram virando para a esquerda, no sistema que vai sair do Vaticano II.

A presença destas organizações era relevante?

A JUC tinha alguma influência, mas os elementos mais progressistas ou à esquerda acabaram por se juntar ao movimento associativo. Na JUC ficavam alguns conservadores e alguns assistencialistas, malta que organizava obras de caridade, que queriam fazer a alfabetização, como o Guterres. A certa altura, os conservadores começaram a desligar-se, porque a JUC ficou com os mais moderados que defendiam a transformação do regime por dentro. Aquelas organizações políticas eram os jovens, mais tarde o PC fez a UEC, mas foi na altura em que eu já estava de saída e já não acompanhei isso.

Os teatros universitários, os cineclubes e esse tipo de coisas acabavam por ser todos, de facto, organizações de juventude.

Politicamente o regime estava seco em relação à juventude. Ao contrário dos outros fascismos, que sempre tiveram organizações de massas e de juventude. Aqui tivemos os Camisas Castanhas com o Rolão Preto, nos anos 30/40, marcados ideologicamente pelo Sardinha, mas, a seguir à Primeira Guerra Mundial, o regime não tinha praticamente organizações de massas. Eram uma anedota, a brigada do reumático.

Tem memória de organizações de extrema direita no Técnico?

A única que chegou a ter alguma força foi em Direito, de uns que estavam ligados ao rãguebi, com o Pedro Cabrita. Mas no Técnico não.

Aqui, a direita talvez fossem mais os de engenharia civil, mas não tinham atividade e depois ia tudo para os copos para a *Portugália*. Quem tinha algum dinheiro disponível ia para as cervejas à noite. Nesse aspeto, talvez por ser uma escola um bocado elitista, às vezes ser do Técnico sobrepunha-se a essas coisas.

É uma escola que ainda hoje as pessoas se encontram e tratam-se por tu, mesmo que não se conheçam. Direito nunca foi assim. As pessoas de direito, a não ser as que têm atividade, se se encontrarem hoje, passados 30 anos, se calhar não se tratam por tu. Vejo por experiência pessoal e profissional. Isso quer dizer que existia algum espírito de corpo. O Colégio Militar tem esse espírito de corpo. Eu tinha um colega do Colégio Militar que chegava aos almoços no Colégio Militar e o Spínola exigia que o tratasse

por tu e ele sentia-se mal porque ele era senhor general, fazia parte do ritual. O Técnico, não de uma forma tão pronunciada, [também segue um pouco esta informalidade]:

– Eh pá de que ano é que tu és?

Acabou o doutor e o engenheiro. Não digo que isto é a 100%, mas é uma escola com uma marca muito grande.

O Técnico tem algum espírito de grupo por boas e más razões. Por boas, porque a malta depois ia toda para a *Portugália* ou para os *Moinhos*, que era outra cervejaria. Por más razões, pelo facto de ter uma conotação um pouco elitista, éramos poucos e era uma escola prestigiada e a base social, em geral, era média / média-alta. Os setores de classes mais baixas tinham pouco acesso ao ensino superior, e ao Técnico em particular.

A ideia que tenho é que uma das primeiras entradas maciças foi dos filhos do baixo funcionalismo, não foram outras classes baixas. Contavam-se pelos dedos os filhos de operários ou de pessoas do campo. Devia haver, mas não me lembro de nenhum. Comecei a notar foi que o filho do funcionário público de categoria baixa, que antigamente ia só para o Instituto Industrial, começou a ir para o Técnico.

E sabia-se de onde as pessoas vinham?

Não. Eu analiso isto *a posteriori*. Mas havia pessoas que tinham marca de classe, os *queques* de Cascais e alguns filhos dos empreiteiros que andavam em engenharia civil, uma série deles tinha carro. Mas nunca me lembro de ter visto ninguém preocupado com o dinheiro que o pai do outro fazia. Francamente, não me parece que tenha sido relevante.

Em relação a momentos da política nacional que presenciou, o que destaca?

Era miúdo mas ainda apanhei o Delgado. Mas, o principal, foi a queda da cadeira do velho. Houve alguma expectativa. Na altura havia três ou quatro hipóteses de sucessão de Salazar, a que vingou foi a hipótese centrista. A hipótese esquerdista era o Adriano Moreira, que foi esmagado, a centrista era a do Marcelo, e depois havia o receio de haver mais endurecimento à direita por causa dos problemas da guerra em África. O facto mais relevante em termos de

política nacional foi a ascensão do Caetano e as ilusões, para alguns, da primavera marcelista. Para mim não foi, porque nós estávamos, quase todos, alinhados muito à esquerda.

A guerra em África foi um momento marcante. Tínhamos bastante informação sobre a guerra, como a declaração de independência da Guiné, através da imprensa internacional, das rádios e da malta que vinha da tropa e contava a história.

Houve muita gente que andou pelas CDE, nas eleições de 69 e depois as de 73, que já foram uma desilusão. O Soares quis arrancar sozinho para ver se conseguia um compromisso com o regime, por isso houve uma separação da oposição entre a CEUD e a CDE. Mas nas segundas eleições já se uniram.

Lembra-se de como o acontecimento da queda da cadeira de Salazar foi falado no Técnico?

Era o tema do dia nos nossos círculos. Havia aquelas histórias todas de que o homem ainda pensava que era primeiro-ministro, e que faziam uns conselhos de ministros fictícios. Tínhamos alguma expectativa em relação ao Marcelo. Pelo menos até se perceber se o Marcelo mexia ou não na guerra colonial. Até porque muitos de nós passaram pela SEDES, pela criação da DECO, pelo *Expresso*, que era a bíblia para nós e um jornal que se conseguia ler.

As eleições nacionais tinham algum tipo de repercussão no Técnico?

Não diretamente. As pessoas da associação alinhavam conforme os seus posicionamentos. Quase toda a gente da associação colaborou, mas externamente, nessas eleições. Eu, por acaso, nunca fui ativista nem nas CEUD, nem CDE. Estava mais interessado no associativismo. Mas na associação acabávamos por distribuir ou deixar distribuir propaganda.

Quando fui presidente tive um pequeno problema. Eu sabia que na secção de folhas se imprimiam panfletos, à noite, para o MRPP e para o PC, então, para nós sobrevivermos, distribuí chaves da secção de folhas por toda a gente da direção e arredores. Quando a PIDE nos chateou, o diretor chamou-me, dizendo-me que estavam a ser feitos impressos. Eu disse que havia

17 ou 18 chaves distribuídas e por isso não fazia ideia quem seria. A seguir ao 25 de Abril, descobrimos que o guarda da noite era da PIDE, o Pias.

O que sabe sobre o Sr. Pias?

Eu não era muito companheiro do Pias, mas havia lá uns gajos que bebiam uns copos com ele. Acho que o homem foi sujeito a chantagem da PIDE e tinha estado no golpe de Beja, era um tipo antifascista, fazia uns contrabandos e foi apanhado pela polícia e fizeram chantagem com ele. É a [história] que me venderam. Eu não sabia que ele era da PIDE mas, por uma questão de defesa da associação, preferi fechar os olhos e distribuir chaves por tudo o que era sítio e saber que se imprimia lá tudo, sob pena de que se apertasse a tarracha só um ou dois é que iam imprimir e a associação depois é que corria o risco. Os tipos punham um PIDE na Fonte Luminosa durante a noite para verem se a secção de folhas estava a trabalhar, uma vez que as luzes teriam que estar acesas porque o *offset* eram muito grande e exigiam luz para trabalhar. O Fraústo uma vez disse-nos que tinha uma queixa da PIDE que acusava a secção de folhas de fazer um boletim anticolonial, entre outras coisas do MRPP e do PC.

Mas a associação tinha conhecimento de quem fazia essas impressões?

Tinha e não tinha. Mas a minha preocupação não era essa. Eu sabia que o MRPP e o PC conseguiram sempre fazer, assim preferi que fizessem todos para não me queimar em termos de penetração partidária. Foi uma estratégia consciente. Havia estudantes empregados na secção de folhas que estavam ligados partidariamente, [podiam] falsificar as chaves, era completamente incontrolável. Eu não queria era que a associação fosse responsabilizada.

Notou alguma diferença, em termos de qualidade de ensino, de 72 para 78?

Não notei grande diferença. A maior parte das pessoas que depois apanhei em 78 tinham sido meus colegas e vinham com as mesmas metodologias. Além disso, o salto qualitativo é muito grande. Quando sai do Técnico, em 72, ainda não havia computadores, nem máquinas de

calcular. O sofrimento que eu tive em 78 e 80 foi [pelo facto de] nunca ter visto um computador na vida, nem outras coisas do género. Eu não fui o aluno típico, chegava às aulas e 80% dos professores tinham sido meus colegas. Preparava-me bem, porque tinha vergonha perante os meus antigos colegas de fazer um exame com 10, por isso nunca tive tão boas notas como nessa fase.

Qual o balanço que faz da sua experiência enquanto estudante do Técnico?

O Técnico, por todo este percurso, foi um momento essencial da minha vida. Era uma escola que tinha qualidade de ensino, mesmo não sendo eu um aluno empenhado. O Técnico marcou-me pelo tipo de escola que era e pela época da vida. Marcou-me tendo em conta os meus interesses no coletivo, [pois] eu sempre fui um defensor de causas difíceis e por vezes perdidas. Mas a minha génese em relação a causas perdidas está no Técnico, independentemente dos aspetos políticos, que foram conjunturais, porque já dei para esse peditório. Chegar lá aos 22 anos e, de repente, ter 85 empregados e alguns milhares de contos para gerir marcou-me profundamente, até na minha opção pela gestão.

Não sou engenheiro, sou um gestor.

O Técnico da minha geração, foi uma rede de contactos importante durante a vida. Há 30 e tal anos que estou fora da política, desde 78, e nunca mais me meti em nada, mas houve um governo em que em 15 ministros eu tratava 5 por tu, incluindo o primeiro que era o Guterres. Isto por causa do Técnico. O Guterres tinha sido meu colega de turma, o Gago colega de direção, o Alberto Costa era da associação de Direito, quando eu estava no Técnico, o Alberto Martins era da de Coimbra. Provavelmente, algumas das outras faculdades são a mesma coisa. Quem se formou em direito naquela altura também deve ter uma rede. No meu caso particular, foi uma rede, não de solidariedade, mas de comunicação, que me tem sido útil.

Foi relevante para o seu percurso de vida?

Sim. Profissionalmente, na área da gestão o primeiro choque foi o que me permitiu percebê-la. Isso marcou-me. Na vertente associativa é um pouco pessoal, porque eu estive no cineclube, depois fui para a associação do Técnico, depois estive no Instituto de Merchandising, agora meti-me na Confederação do Comércio, [pela] minha vocação associativa. Tenho tendência de preocupar-me com os mais fracos e por isso muitas vezes com causas perdidas!

Em que período esteve no IST?

Estive no Técnico de 1965 a 1971, em química industrial.

O que o levou a escolher um curso de engenharia no IST?

Por um lado, o gosto pela ciência e pela técnica, que já me vinha do liceu e o meu encantamento pelos progressos que a ciência e a técnica tiveram na segunda metade do século XX – a teoria da relatividade e toda uma série de questões que nós abordávamos, e que enquanto estudantes liceais tínhamos conhecimento. Por outro lado, a formação científica do meu pai que foi professor no Instituto Superior Técnico.

Como recorda o primeiro contacto com o IST?

Como uma coisa muito austera. Recordo a primeira aula de análise infinitesimal, que era uma cadeira regida pelo então diretor. Numa das aulas teóricas (na altura magistrais), que eram dadas num anfiteatro de cento e tal alunos com o professor lá em baixo a escrever no quadro, eu estava numa das últimas filas e o professor, sem se virar, disse:

– Aquele senhor que está lá atrás sem gravata não volta a vir às minhas aulas sem gravata. Eu não voltei às aulas dele, nem com gravata, tendo feito a cadeira com base em apontamentos e outros elementos.

Mas isso era só um aspeto. De qualquer maneira, era uma realidade que estava em mudança. Quando entrei para o Técnico, como em todos os anos anteriores, havia uma recepção aos novos alunos, onde já germinavam características de uma maior abertura da escola e dos estudantes ao país e às questões internacionais, mas fundamentalmente aos temas culturais do país. Portanto, já entrei com essa dupla característica que, nos anos seguintes, viria provocar



– *Aquele senhor que está lá atrás sem gravata não volta a vir às minhas aulas sem gravata.*

Recepção aos caloiros na AEIST, 1966

Fotografia cedida pelo entrevistado.

alterações assinaláveis em termos da instituição: nas regras de funcionamento, nos conteúdos das cadeiras, na organização das disciplinas e no papel dos alunos, dos professores e dos assistentes. Foram anos em que houve uma sucessão de alterações, que já germinavam quando eu entrei e aos quais, com outros colegas meus, pudemos assistir. Foram, portanto, estes dois aspetos que me terão marcado na altura.

Para além das aulas, que locais recorda como ponto de encontro de maior frequência?

Por um lado, a cantina, o bar e a atividade de grupo associativa na AE, que era um conjunto muito variado de atividades extra-escolares: incluía a secção pedagógica e Junta de Delegados, desporto, teatro, turismo, atividade editorial e apontamentos (as folhas) de apoio aos estudantes, *boletim aeist* e cabine sonora. A AE era o centro de grande parte das atividades, nomeadamente as de caráter cultural, mas não só. Traziámos artistas, escritores, economistas, cantores, que não por acaso, na altura eram todos da oposição e de esquerda, tanto portugueses como

espanhóis. Ali havia uma atividade cultural contínua com incidências políticas evidentes.

Depois a ligação com outras estruturas superiores que federavam as atividades das várias AE, como era o caso do Centro Desportivo Universitário de Lisboa (CDUL) que, nessa altura, sofreu uma mudança no sentido de as AE retirarem a sua atividade desportiva do âmbito da Mocidade Portuguesa e criarem uma outra estrutura em acordo com o ministério. O ministério percebia que a Mocidade Portuguesa era uma organização em falência. Os estudantes não queriam ver a sua atividade enquadrada política e militarmente pelos fascistas. Aquilo era de facto uma organização paramilitar. Tínhamos também o cineclube.

Depois havia outras atividades paralelas, como a Casa dos Estudantes do Império que ficava perto do Técnico, por onde passaram vários dos futuros dirigentes dos movimentos de libertação de Angola, Moçambique, Guiné e Cabo Verde.

Eu estive ainda associado ao Clube de Campismo de Lisboa, tendo uma atividade como campista. Existiam quer associações exteriores à escola, quer outras de natureza mais académica e estudantil e era aí que nos encontrávamos, para além de outros locais de convívio.

Existiam alguns cafés em volta do Técnico onde nós estudávamos (na altura podia-se estudar nos cafés). Lembro-me do *Império*, do café Londres que era na praça de Londres e que já desapareceu, da *Mexicana* que ainda existe na Guerra Junqueiro e algumas cervejarias que havia à volta do Técnico. Tudo isto eram pontos de encontro e convívio que cumpriam com diversas funções de estudo, culturais e lúdicas.

Alguns de nós tinham também envolvimento, clandestinos ou semi-clandestinos, com o movimento de oposição ao regime. Porque existia um movimento legal, que em alguns momentos era tolerado pelo regime, nomeadamente nos chamados períodos eleitorais em que a oposição concorria para aproveitar uma abertura política. Estes momentos eram motivo para uma intervenção de pessoas de diversos setores da sociedade, incluindo estudantes. Eu participei nas campanhas eleitorais de 69 e 73.

Em 69/73, o que existia como estrutura semi-legal da oposição eram as chamadas CDE.

Em 69, o dr. Mário Soares em Lisboa e Porto concorreu em listas separadas sobre a sigla CEUD. Em 73, foram todos juntos sob a sigla CDE. Essa concorrência separada do dr. Mário Soares em 69 tem a ver com um grande problema que existiu entre socialistas e comunistas na altura, apesar de ainda não existir o Partido Socialista, que só se viria a criar, em 73, na Alemanha. Foi quando o dr. Mário Soares deu um certo crédito ao prof. Marcelo Caetano. Enquanto esteve no seu exílio de ouro de São Tomé e Príncipe, houve contactos e o dr. Mário Soares tentou convencer o PCP que o Partido Socialista, nessa fase de liberalização do regime, poderia ser formado e que nós só seríamos tolerados mais tarde. Isso levou a uma grande rutura, que já vinha de trás, entre o dr. Mário Soares e o Partido Comunista. O dr. Mário Soares tinha sido militante do PC, e enquanto tal até tinha representado o MUD Juvenil no MUD, onde estavam comunistas como Bento de Jesus Caraça, liberais como António Sérgio e independentes como Isabel Aboim Inglês. Era uma composição de pessoas muito respeitada que faziam o quase pleno da oposição em termos de espectro político, mas que veio a ser influenciado por uma dinâmica exterior e deixou de ser fechado, tendo grande impacto, nomeadamente através do MUD Juvenil.

No Técnico havia contacto com atividades de natureza estudantil ou académica, umas próprias do Técnico na associação; outras em estruturas superiores do movimento estudantil; e outras em estruturas da oposição ou culturais no exterior.

Existia também uma estação, a Rádio Universidade, na Estefânia, não dependente das AE, mas que teve importância positiva nalguma programação e na formação de radialistas de esquerda.

Havia outro tipo de atividades dos estudantes do Técnico. Uns estavam ligados ao movimento que começou por ter origens profissionais e que depois se transformou num movimento libertador, que veio a chamar-se Movimento dos Capitães. Alguns tinham a fase inicial da sua formação na Academia Militar e depois vinham concluir engenharia ao Técnico, o que aconteceu com vários Capitães de Abril. Outros eram milicianos que não seguiam a carreira militar, mas

que eram recrutados para a tropa em determinada altura da sua vida, porque o serviço militar era obrigatório. Havia uma tolerância para concluir os exames, mas se chumbassem muitos anos, perdiam essa tolerância e iam para o serviço militar. Alguns deles eram milicianos, mas tiveram um papel muito importante na madrugada do 25 de Abril, no comando de algumas unidades. Por exemplo o meu colega de curso Luís Pessoa.

Quais eram os principais temas de debate e conversa?

Eram temas de natureza política e tinham a ver com o exercício das liberdades em Portugal, com a PIDE, com as prisões.

Outra componente tinha a ver com a vida cultural em Portugal e no estrangeiro. Nós recebíamos muito pouca coisa do estrangeiro, ou porque estava proibida, ou porque os circuitos comerciais não existiam. Havia duas livrarias, a *Bertrand* e a *Barata*, na avenida de Roma, que tinham guardados livros clandestinos. Já conheciam os estudantes e, às vezes, vendiam-nos. Foi aí, que comprei o célebre *Livrinho Vermelho* dos pensamentos do Mao Tsé-Tung ou outras obras soviéticas, mais de natureza política. Também vendiam livros escolares soviéticos de matemática, física e mecânica quântica. Os soviéticos eram muito avançados e tinham uma importante atividade editorial. Portanto, também tínhamos temas de natureza científica e técnica nas nossas conversas. Entre as raparigas, eram mais os temas da sexualidade e da libertação da mulher.

No período de 60 é um fenómeno universal na Europa e nos EUA, na América do Sul, e mesmo em África em certas zonas urbanas, o problema da libertação da mulher, do papel da mulher na sociedade, da sexualidade da mulher, da relação amorosa ser apenas destinada à procriação e não ser simultaneamente um momento de prazer e bem estar. Eram temas muito debatidos, particularmente entre as raparigas, mas também pelos rapazes. Não tínhamos barreiras muito estanques nessas questões, pelo menos no período em que eu estive no Técnico.

Falávamos também de futebol ou do cinema português. Nós éramos quase todos adeptos de clubes desportivos, se bem que o futebol, entre

alguns de nós, era encarado como uma alienação. Na altura dizia-se, e com uma certa razão, que o Salazar aguentava-se no poder por causa do futebol, de Fátima e do fado. O que era injusto, pelo menos para o futebol e para o fado, porque sempre houve uma componente de inspiração de esquerda progressista e não alienatória do fado que era instrumental e de composição. São exemplos poetas usados pelos cantores, e no futebol e noutras atividades desportivas também apareciam pessoas com outro tipo de pensamento. Alguns deles até tiveram uma atividade no movimento da oposição e nos movimentos da libertação. Lembro-me que quando estive no Benfica era treinado por dois irmãos, o Rui Mingas e o Avelino Mingas, ambos campeões nacionais de diferentes modalidades, que foram para o MPLA, para a luta pela independência.

Havia um outro tema que tinha a ver com o papel do engenheiro na sociedade, contestando uma certa vertente de apoio ao poder patronal sobre os trabalhadores, de capatazes de trabalhadores, de executores de uma política limitada das possibilidades que a engenharia dava. Refletia-se sobre tudo isso e tentava-se a aproximação aos trabalhadores, de conceitos como a mais-valia, o trabalho acrescentado e o papel do trabalho na própria atividade produtiva.

Como já referi, lembro-me que, em termos pedagógicos, estes anos que estive no Técnico foram de grande mudança em vários aspetos, desde a organização do estudo, dos currículos, do papel dos estudantes, professores e assistentes. Há uma alteração significativa em que os estudantes participavam ativamente.

Nos anos 68, 69 e 70, o governo de Marcelo Caetano, tentou envolver os estudantes e o seu ativismo, que já tinha características políticas muito acentuadas, tentando esgotá-los no debate de uma reforma que então se fez com o prof. Veiga Simão e que foi um motivo para que parte destes estudantes fossem levados para aí de modo a não andarem a meter-se noutras coisas. Portanto, as questões de natureza pedagógica e de organização dos estudos também foram motivos de muitas discussões e de greves. Se bem que tenham sido dominantes as greves contra prisões de estudantes, repressão, encerramentos de associações ou mesmo de escolas (o Técnico

esteve fechado várias vezes no período em que eu lá estive e foi uma vez ocupado pela polícia).

Há também greves contra professores, cadeiras e organizações curriculares.

As potencialidades do desenvolvimento da ciência e da técnica, e por outro lado, as necessidades da economia, mesmo que de forma limitada, exigiam que houvesse uma nova atitude perante a ciência e a técnica. Isso levou, por um lado, a esse aprofundamento das questões científicas, tecnológicas e das suas incidências pedagógicas. Mas também levou a uma pulverização de um maior número de estudantes, que neste processo da discussão deslocavam o seu papel na atividade económica profissional futura de uma posição exclusivamente de mandatário dos patrões, para passarem a incorporar também uma componente dos trabalhadores, a qual teve a sua importância até ao 25 de Abril.

Depois do 25 de Abril, encontramos engenheiros nas empresas, com uma nova perspectiva e, agindo junto dos patrões como porta-vozes das reivindicações dos trabalhadores e empenhando-se nos seus movimentos. Os reflexos serão evidentes quando olharmos para as camadas sociais que estão na rua com o 25 de Abril. São todas aquelas que já tinham uma experiência de movimentação anterior.

Os estudantes acabavam por influenciar também muito a própria Ordem dos Engenheiros, no final dos seus cursos. A Ordem dos Engenheiros, quando eu lá entrei, já era dirigida, e foi dirigida sucessivamente, por dois bastonários que eram de esquerda, os eng^{os} Arsénio Nunes e Cunha Serra, que deu apoio à libertação de presos políticos engenheiros e que realizou atividades coordenadas com a AEIST.

A Ordem dos Engenheiros sofreu alterações no sentido de deixar de ser apenas uma estrutura quase corporativa, da defesa do interesse fechado dos engenheiros, para promover maior abertura dos engenheiros à sociedade e ao seu papel na sociedade.

Enquanto estudante do Técnico, quais os filmes, os livros, as músicas e as peças de teatro que recorda?

Começando pela música, havia várias áreas da música que eram da minha preferência. Tudo o que diz respeito a Zé Afonso, Adriano Correia



*Estádio Universitário jogo futebol do 4º de química:
Rui Teóvão, ., Sampaio, ., Abreu, Mascarenhas, Maria João
Magalhães, ., Luís Pessoa, Rosa, 1969.
Fotografia cedida pelo entrevistado*

de Oliveira, Luís Cília, Manuel Freire, José Jorge Letria, enfim toda uma série de cantores de música de intervenção que nessa altura nasceu. Parte dos cantores deslocou-se para o estrangeiro e animou a emigração, outra parte ficou cá associada a lutas, movimentos estudantis e atividades das associações.

Havia uma outra componente, de música norte americana, do tipo *folk*, como a Joan Baez, o Pete Seeger, entre outros, que foram também expressões da luta dos negros e dos trabalhadores norte americanos. Depois os *Beatles*, foram muito importantes. Não posso esquecer que a minha primeira atividade remunerada foi fazer um retrato dos quatro *Beatles* para uma empresa de eletrodomésticos em Campo de Ourique! Os *Beatles* trouxeram uma outra maneira de estar, outra música e outros gostos.

Também gostava de alguma música clássica e bailado. No meu primeiro casamento a minha esposa era bailarina da Gulbenkian e isso criou-me uma apetência numa área cultural que não era muito usual entre os estudantes, mas era uma particularidade.

Em relação à literatura tem tudo uma componente política muito forte. Jorge Amado e outros autores brasileiros, que têm as suas obras também ligadas à luta dos trabalhadores e dos camponeses brasileiros. De França li Aragon, Sartre, Camus. De Espanha são vários. De Portugal, o Aquilino Ribeiro e outros mais virados para as ciências sociais como o Borges Co-

elho, o Vitor Sá, o Flausino Torres, o Rogério Fernandes e o Armando de Castro.

Em termos de filmes, via algum novo cinema português, como *Os verdes anos* e outros. Cinema japonês, do Kurosawa e outros, que na altura tinha uma filmografia muito rica e que teve grande impacto. Um dos filmes que mais gostei na vida era a preto e branco, género documental, a *Ilha nua*, de um desses realizadores japoneses que mais êxito tiveram nessa época e que entraram nos circuitos comerciais europeus e norte americanos.

Pintura com autores portugueses, e, naturalmente, a descoberta do Picasso, do Dali, do Malangatana. Portanto, pintores de diversos quadrantes. Este interesse pela atividade cultural em diversos campos tem quase sempre como denominador comum a atividade política. Aliás, isso não é comum apenas a mim, é um fenómeno quase universal nos anos 60, assim como há um grande peso dos autores e de todas as formas de arte ligadas ao pós-guerra num contexto em que se vencem as ditaduras fascistas e no caminhar para um certo tipo de socialismo. Há toda uma obra de grandes autores, de diversas áreas culturais, para os quais convergimos, e, naturalmente, eu estava associado a esse interesse e a essa fruição cultural.

Quando começou a colaborar na associação do Técnico?

Logo que entrei. Em 65, já tinha feito parte do movimento associativo nos liceus, no Gil Vicente. Já tinha estado ligado ao PCP. Depois houve uma série de prisões, incluindo de um colega nosso do liceu, que deu origem a uma manifestação interna com o reitor, que apesar de fascista proibiu a entrada da PIDE o que levou a que só o prendessem na rua. Também haviam atividades culturais no liceu, como jogos florais, todas elas já com uma componente política muito acentuada. Na altura, já a Mocidade Portuguesa, que era mais influente no ensino secundário do que no superior, se encontrava em falência. Portanto, eu já vinha de trás com uma embalagem, para além da influência da minha família. O meu pai esteve preso pela PIDE múltiplas vezes. Toda essa cultura já vinha de trás e não foi propriamente uma surpresa. Entrei logo na AE do Técnico, começando por trabalhar no

Binómio, do qual viria a ser o diretor. Depois fui passando para outras atividades, tendo sido eleito pelos colegas do meu curso como delegado de curso, pertencendo à Junta de Delegados, estive também no grupo cénico.

Ou seja, eu entro logo com uma atividade bastante politizada e acabei por participar em quase todas as atividades que a associação tinha, incluindo o basquetebol, onde durante alguns anos o Técnico foi campeão nacional, mas eu não subi a esse nível do desporto. Fiquei cá por baixo. Além do basquetebol havia 100 metros, salto em comprimento, duplo salto (aí já no Benfica, do qual era grande adepto).

Pode dizer-se que a componente política anterior e a herança familiar o motivaram a entrar na associação?

Sim, mas naquela altura anunciava-se uma época de grandes mudanças nos comportamentos sociais e nas mentalidades e tudo isso germinava, quer para efeitos nacionais, quer internacionais.

Quando eu entro, há logo uma lufada dos estudantes do 1º ano que abraçam a causa e as atividades, o que talvez pudéssemos pensar que não era muito comum, mas se de facto pensarmos e enquadrarmos a universidade portuguesa na vida nacional e na influência das questões internacionais discutidas – o Maio de 68, a guerra do Vietname, os movimentos de libertação nas colónias portuguesas – compreendemos essa série de fatores que contribuíram para uma politização e consciencialização dos estudantes. É nesse período (anos 50 e 60) que se dão quase todas as independências em África, os movimentos revolucionários na América Latina, como Cuba, o nacionalismo egípcio com Nasser, o canal do Suez (com uma correspondência na América que foi o canal do Panamá, que abriu confronto com os interesses norte americanos), e as conquistas da ciência e da técnica.

A conquista do espaço pelos soviéticos e pelos norte-americanos, foi também um fator muito influente na nossa atitude perante a ciência e a técnica. Tínhamos um professor no Técnico, do qual não me recordo o nome, que quando os soviéticos mandaram o primeiro satélite artificial, ele dizia que não acreditava. En-

tão os estudantes telefonavam-lhe para casa e quando ele atendia o telefone diziam:

– *Bip ... Bip ... Bip ...*

que era o sinal que o satélite fazia para a terra!

A conquista do espaço foi algo que se acelerou num determinado período mais por questões de concorrência entre os dois blocos e onde as questões de natureza militar estavam muito presentes. Tratava-se, no fundo, de conquistar um espaço exterior que era uma zona de espionagem e comando de armas militares que hoje se fazem. A conquista do espaço é um aspeto épico que resultou do desenvolvimento da ciência e da técnica, mas que também teve uma componente militar associada, onde os dois blocos se confrontavam, e que era uma consequência do que já vinha detrás, – da bomba atómica, da utilização de meios científicos para fins militares de grande envergadura – não sendo apenas um fascínio da ciência e da técnica. Isso levou a que grandes cientistas, que estiveram até na origem dessas ciências, a demarcarem-se, como o próprio Einstein, e a aproximarem-se do movimento mais de esquerda e da contestação de utilização desses meios.

Resumindo: havia já uma grande consciencialização política.

Sim. Cultural e política.

Que funções desempenhou na AE, desde a sua entrada até à saída do IST?

Em alguns anos fui colaborador do *Binómio*, escrevendo textos e entrevistas e chegando a ser diretor durante uns anos, como já disse.

Nessa qualidade trabalhei na secção de folhas, onde sabia fazer tudo, desde escrever até ao jornal ser impresso e distribuído. Isto implicava: escrever, fotografar, retocar as provas fotográficas, transformar as provas fotográficas em chapas de *offset*, colocá-las na *offset* e depois imprimir, e finalmente cortar com a guilhotina as aparas dos jornais. Havia quem fizesse quase tudo.

Também fui, durante vários anos, delegado de curso. Fui colaborador do grupo de teatro do Técnico, que não tinha funcionamento regular. Tanto quanto me lembro funcionou nos anos 67, 68 e 69. Depois não conheci expressões na



Fui colaborador do grupo de teatro do Técnico, que não tinha funcionamento regular. Tanto quanto me lembro funcionou nos anos 67, 68 e 69.

O racismo não existe, pelo grupo cénico da AEIST: António, Isabel Soares, Maria da Paz, 1969.

Fotografia cedida pelo entrevistado

atividade do grupo. Antes de sair do Técnico já a atividade praticamente não existia.

Tínhamos a cabine sonora, onde colaborei pontualmente. Era uma espécie de rádio só para as instalações da associação, onde despontaram alguns jornalistas, como o Joaquim Vieira (que foi provedor do *Público*) e outros jornalistas, como Jorge Simões, que tiveram um papel importante no 25 de Abril e se formaram noutras rádios, como o João Paulo Guerra.

Na cantina não tive atividade.

Tive algum papel na secção de intercâmbio que era a nossa agência de viagens.

No desporto era apenas praticante.

Houve um momento em que eu também tive um papel na associação. Em 67, há um acontecimento nacional que tem muita influência na forma como os estudantes encaravam o país, e que resultou numa saída massiva das faculdades para o exterior. Foram as inundações de 67. As AE organizaram-se no Técnico. A AE do Técnico sempre foi a AE mais importante de Lisboa, mesmo em termos de recursos e de atividades, mais do que a de Coimbra. O Técnico era sempre um lugar de apoio para todo o tipo de movimentos, e, portanto, 67 teve um papel muito importante e uma boa parte da minha consciência também resulta daí. Não tanto uma consciência livresca, mas da minha experiência pessoal. Os estudantes foram para o campo, para as zonas afetadas, em excursões, com os seus mantimentos, e tiveram um papel muito importante na limpeza, na ajuda às populações.

Isso ajudou muito a consciencializar os estudantes do estado do país. Nós vivíamos numa Lisboa que, na altura, era considerada relativamente moderna, e a poucos quilómetros de nós as pessoas não tinham as infraestruturas básicas para resistirem a uma precipitação de chuva maior. As cheias no Ribatejo, que ainda hoje existem, mas com impactos diferentes, eram permanentes e nesse caso houve uma catástrofe de grandes dimensões com muitos mortos (mais ou menos uns 600).

Esteve no terreno?

Estive no terreno, na organização e coordenação das equipas e no preenchimento de autocarros.

Relativamente a outras atividades, também tive a responsabilidade da ligação da direção da associação com os trabalhadores no Técnico, ou seja, eles apresentavam as suas reivindicações e nós procurávamos corresponder. Nesta última publicação do *Binómio* especial, há uma fotografia de um convívio nosso com os empregados do Técnico. Eles foram sempre pessoas muito importantes para suporte à nossa atividade. Ainda hoje se encontram anualmente connosco, os que ainda estão entre nós.

Estive, ainda, em várias direções da associação, uma delas presidida pelo atual ministro da Ciência e Tecnologia em que eu era o vice-presidente, o José Mariano Gago, depois estive noutra, apenas no Conselho Fiscal, que era presidida pelo Carlos Costa, que foi preso. Tive representações na RIA, tendo ido às reuniões e a reuniões nacionais das AE que coordenavam atividades e movimentos reivindicativos. Foram estas as atividades que tive.

Como funcionava a AE?

A associação tinha dezenas de empregados, que preenchiam as várias atividades de apoio pedagógico e social aos estudantes que a associação promovia. Todas as atividades tinham associadas trabalhadores da associação, cujo trabalho devia ser acompanhado pelas direções eleitas. A direção definia as regras e os objetivos de trabalho em cada uma destas secções, e depois acompanhava a sua realização que era feita por empregados ou mesmo por alguns estudantes que por vezes tínhamos lá e que eram remunerados, para os ajudar a pagar os estudos.

Que tipo de trabalho faziam esses estudantes?

Tudo. As atividades estavam ligadas à cantina e à secção de folhas, fundamentalmente, e na revista Técnica, que editávamos e que tinha uma componente técnica e científica. Eram as áreas em que eles eram mais recrutados.

A direção encarregava-se da gestão e da concessão de todas estas atividades, promovia as reuniões da Junta de Delegados e tinha reuniões com a direção da escola para tratar de problemas internos. Na altura em que estive no Técnico, as autoridades, quer o diretor quer o ministério, tinham muita dificuldade em contestar a nossa representatividade. Isto porque na fase anterior, com dois decretos entre os quais o 40900, houve a forte tentativa de cercear a atividade e representação das AE.

Quando eu entrei para o Técnico já estava quase imposta a representatividade da AE, não apenas dos sócios, mas de todos os estudantes. Inscrever-se como sócio era uma atividade voluntária, mas a associação foi progressivamente assumindo a representação de todos os estudantes, tal como os sindicatos de hoje em dia fazem.

A associação também participava nas reuniões nacionais e regionais, na RIA e nos encontros nacionais, e ia por vezes a certas iniciativas ao estrangeiro.

Também foi um direito conquistado?

Foi conquistado porque houve uma fase, julgo que no 40900, em que era negado às associações o direito de representatividade externa. Mas isso não foi fácil para o governo e nós tínhamos contactos formais ou informais com vários movimentos estudantis europeus, e, portanto, acabava por haver uma coordenação mais ou menos formal. Por exemplo, realizávamos no estrangeiro campanhas de solidariedade com os estudantes presos em Portugal, ou contra a guerra colonial portuguesa.

Uma parte de nós também tinha uma atividade contra a guerra colonial: ou contestando a guerra colonial abertamente, com riscos e ameaças de encerramentos, e aí houve duas atitudes diferentes, que era quando os estudantes de esquerda iam para a guerra, houve uma fase de fugas como forma de protesto, primeiro individuais (e aqui falo da minha experiência enquanto militante do PCP), depois, para tirar

mais efeitos políticos das fugas de modo a não terem só o carácter do *desenrascanço* individual, as iniciativas coletivas. Depois, numa fase em que a guerra colonial já estava mais acesa – e foi a orientação do meu partido – era que nós fôssemos para a guerra e que, dentro das Forças Armadas e no terreno, organizássemos ações de resistência à guerra. Não é por acaso que depois toda esta atividade de resistência interna na tropa, nomeadamente entre os milicianos (porque entre os oficiais de carreira as motivações eram mais de natureza sócio-profissional), se veio juntar no movimento que gerou o 25 de Abril.

Logo, mesmo antes das independências formais de Angola, Guiné, Moçambique e Cabo Verde, grande parte dos nossos militares passou a estar em contacto directo com os guerrilheiros dos movimentos de libertação, a seguir ao 25 de Abril. Preparavam-se as respetivas independências, o que nalguns casos não foi muito fácil, com influências externas que dificultaram, mas que também contribuíram para uma descolonização. Não tendo sido exemplar, teve alguma preparação de mentalidades para que viesse a ocorrer.

Eu fui um caso muito particular nesse aspeto porque adiei a minha entrada no serviço militar para concluir o curso, depois fui apresentar-me.

Conseguiu esse adiamento?

Consegui esse adiamento até terminar o curso, e quando fui ao centro de recrutamento, que era num edifício na avenida de Berna, que atualmente pertence à Universidade Nova, isso coincidiu com uma altura em que os estudantes de Coimbra tinham sido, como castigo, incorporados. Os estudantes deram tanto trabalho dentro das Forças Armadas que quando eu lá fui disseram-me que eu tinha passado à reserva. Disse que esperava ir para a vida militar, então veio de lá um comandante, que me chamou à parte, e disse:

– Olhe, temos aqui uma orientação do ministério da Educação e da PIDE no sentido do senhor não ser incorporado.

Isto já aconteceu em 1972, quando a situação era complicada. Eles tomavam medidas para que esta atividade não ocorresse. Mas havia já muita gente, inclusive estudantes do Técnico,

que estavam nas Forças Armadas a trabalhar contra a guerra, desde atos tão simples como a organização de movimentos de protesto, até a atos mais complicados como sabotagem de equipamento.

Como era a relação da AE com as outras associações?

A relação entre associações já vem dos anos 50. Começou por haver em Lisboa uma coisa que tinha a sigla de CIA (infeliz!), que era a Comissão Interassociações, que depois foi proibida. Mais tarde surgiu a Reunião Interassociações (RIA). Esta, apesar de tolerada, anualmente proibida ou presos os dirigentes, manteve-se até ao 25 de Abril, e era um ponto de encontro nacional em que as AE cooperavam todas entre si, trocando informações, fazendo comunicados conjuntos sobre alguns temas, e promovendo o Seminário de Estudos Associativos que era uma forma de acertar estratégias do ME. Um deles, em 66/67, realizou-se no Técnico com centenas de estudantes de todas as escolas de Lisboa.

Lisboa, Porto e Coimbra eram os três centros universitários que existiam na altura. Havia relações institucionais, acertos de orientações, definições de estratégias e planeamento de atividades comuns.

Atividades comuns, como por exemplo?

O Dia do Estudante, o Seminário de Estudos Associativos, a atividade do CDUL (Centro Desportivo Universitário de Lisboa) e o turismo estudantil.

Relativamente à questão dentro do Técnico, havia uma prática de solidariedade entre as associações que era quando uma escola ou uma AE era encerrada, os estudantes que estavam ligados à atividade das outras AE eram acolhidos no Técnico ou noutras escolas (o Técnico era a que tinha mais recursos), e acabavam por fazer a sua atividade associativa nas suas escolas a partir do Técnico ou de outras escolas. Portanto, quando o Técnico foi encerrado, nós tivemos atividades sediadas em Direito, Económicas, ISEG, Medicina e vice-versa. Quando Medicina, Letras, Instituto Industrial (que foi a maior greve estudantil de sempre que houve nesse período, mais arrastada e mais prolongada) estiveram fechados, eles encontravam nas instalações da

associação recursos, salas, apoio na impressão de documentos, em alguns casos praticavam-se os mesmos preços sociais dos sócios para alimentação já que passavam lá muito tempo, e em comunicações. Isso existiu quase sempre enquanto eu lá estive e funcionava nos dois sentidos.

Quais foram os momentos mais marcantes do ME, enquanto estudante do Técnico?

Os momentos mais significativos em termos de impacto pessoal e de importância relativa, enquanto estudante do Técnico, foram: as inundações de 67, as greves de 68, no Técnico, e a crise geral nas três academias em 69.

Porquê?

Devido à expressão e ao significado que tiveram na sociedade portuguesa, pois entre nós foram de grande impacto.

As lutas pelas reaberturas da AE e do Instituto Superior Técnico também eram movimentos importantes e estão associadas a estes momentos de 68/69. Mais tarde, quando eu já estava quase de saída, em 71/72, já eram estudantes um pouco mais novos que eu, que estavam no centro da atividade. Nessa altura, eu já estava numa atividade quase que exclusivamente exterior ao Técnico, no movimento de oposição. Na campanha eleitoral de 73 fui candidato da oposição em Lisboa, e, portanto, já estava de saída do ME, embora continuasse a colaborar.

Há um episódio pessoal que foi o seguinte. A PIDE tinha um mandato de captura para mim, num período em que me andava a perseguir. Tinham carros à porta de casa, vigiando-me os movimentos, e eu, algumas vezes, passava noites fora de casa para evitar que eles lá fossem prender-me de manhã cedo, como era hábito. Numa dessas noites a PIDE foi lá, com alguma incompetência, porque prenderam o meu pai que tinha o mesmo nome que eu e que, talvez na dinâmica das prisões que ele já tinha, eles devem ter confundido comigo. Foi posto na rua quando perceberam que se tinham enganado. Nessa altura, eu estive umas semanas num outro ponto do país, para ver se se atenuava a busca por parte da PIDE. Depois queria continuar a estudar e fiz uma outra fase de passagem a uma vida aberta em que fui para a AE, tendo entrado de carro no Técnico sem ser visto. Pernoitei durante

vários dias na AE onde dormia, comia e ia às aulas.

Estudantes com uma certa notoriedade e apoio dos colegas corriam o risco de ser presos, tendo isso acontecido com um seu presidente em 1972 e o IST entrou em greve. Infelizmente isso não acontecia nos meios que não eram estudantes, mas nestes meios havia uma grande solidariedade coletiva em resposta às prisões. Eu já tinha sido preso pela PSP e tinha sido bastante espancado numa manifestação. Nunca fora preso pela PIDE/DGS. Passou algum tempo e eu passei a ter a ter uma vida normal sempre vigiado pela PIDE. Se bem que eu nunca tivesse estado clandestino tinha contactos com a estrutura clandestina do PCP. Durante um certo período até não pude mantê-los, porque estava sempre vigiado e portanto a polícia podia vir atrás de mim e isso levar à identificação e prisão de um elemento clandestino do PCP. Nestes períodos ficava sem contactos, medida que o partido levava a cabo com camaradas que, como eu, tinham alguma visibilidade, o que podia ser perigoso na deteção da estrutura clandestina do partido. Em 1 de janeiro fui para a clandestinidade, para o norte do país, depois de ter estado na casa de um camarada que me albergou e de onde outro me levou para o Porto.

E esteve quanto tempo dentro do Técnico sem sair?

Cerca de 15 dias. Levavam-me a roupa, dormia numa sala, tínhamos lá instalações sanitárias, e comia na cantina. Fazia uma vida exclusivamente dentro do Técnico. Toda a escola sabia. Os professores eram muito solidários naquela altura. Principalmente nos finais dos anos 60 e inícios de 70, quando também estava em desenvolvimento o movimento pró-sindical de professores no Técnico. Este movimento teve uma influência muito grande no 25 de Abril e na Ordem dos Engenheiros, como foi o caso do meu próprio pai.

Numa ocasião em que o governo encerrou o Técnico houve duas greves e fizeram-se duas reuniões de negociação em que participaram a AE, o representante dos assistentes (eram mais assistentes que professores) e o diretor. Sabíamos que o diretor ficava em contacto com o ministro; a AE tinha representação dos estudantes

para negociar determinada base; e o mesmo faziam os assistentes do Técnico, como o saudoso engenheiro e padre João Resina, recentemente falecido. O meu pai (que era ativista no movimento dos assistentes) cedia a casa, e, portanto, em duas greves gerais do Técnico, a minha casa serviu como ponto de negociação das condições de reabertura da escola e da AE e da escola, que, por razões diversas, governo e estudantes/assistentes desejavam. Por um lado, eles ficavam aflitos pelo facto de a greve ser total e, pela nossa parte, também tínhamos interesse em reatar a atividade normal da AE, já que muitos estudantes dependiam de apoios sociais diversos (que mais tarde viriam a passar para o ministério), e queríamos a libertação de presos e a suspensão de processos disciplinares.

Portanto, havia uma negociação em que cada parte cedia em alguma coisa. Houve, então, dois momentos, entre 68 e 71, em que essas negociações se deram com êxito. No final das negociações os dois diretores, Fraústo da Silva e Sales Luís, pediam para não irmos cantar vitória.

É claro que nós cantávamos vitória! Era uma negociação que o governo não queria reconhecer, mas que existiu pela representatividade da AE.

O governo já não podia mudar o facto de a AE ter uma representação total da escola, que era respeitada e que incluía gente que não era nada de esquerda como alguns elementos da JUC. Ou seja, há uma série de setores, não necessariamente comunistas ou de esquerda, que neste quadro viam que a razão estava de um lado e, como tal, alinhavam e defendiam a AE e os seus dirigentes quando eles eram motivo de perseguição.

Ainda no sentido das greves, quais foram as principais reivindicações?

Em alguns casos, eram reivindicações sociais, por exemplo, o preço do subsídio que o ministério atribuía à cantina para que pudéssemos praticar refeições a preços aceitáveis para estudantes. Noutros casos, a greve pela reabertura da AE, ou contra a prisão de estudantes. Digamos que há motivações que têm a ver com a vida própria da AE e com as suas atividades. Outras têm a ver com a luta contra a repressão pela liberdade. São as duas componentes

fundamentais. Depois há greves de cursos contra professores a propósito de algumas cadeiras, mas essas não são gerais, como na matemática do 1º ou 2º ano.

Mas depois acabava por haver solidariedade?

Sim. Nada do que se passasse no Técnico era alheio à AE. O pessoal mais ligado ao desporto era tipo *cowboy*, pouco ligado à atividade política. Mas durante os almoços na cantina faziam-se vários *meetings* informativos com um de nós a falar em cima de uma cadeira. Depois passámos a ter a cabine sonora. Também fazíamos *raids* nos cafés. Íamos para a parte de cima do café Império, os estudantes estavam todos a estudar na parte de baixo, e fazíamos ali um mini-comício. Até a polícia chegar já tínhamos dito o que queríamos. Também na *Mexicana*, no *Londres* e em todos estes cafés fazíamos uns *mini-raids* para não dar tempo que a polícia chegasse. E havia uma certa solidariedade de pessoas na zona.

Uma vez, houve uma carga da polícia no Técnico, pela alameda D. Afonso Henriques abaixo. A polícia vinha muito agressiva e as pessoas e os comerciantes dali acolhiam-nos. Eu fui acolhido por uma cabeleireira, que me colocou num tocador de senhora e me tapou a cara. A polícia foi lá, mas eu passei por uma senhora que estivesse a tratar do seu cabelo. Elas e os comerciantes diziam-nos para entrar. Eram gente muito solidária. Isso já tinha a ver com as alterações que se estavam a dar na sociedade portuguesa e com a fragilidade do regime.

Como é que se iniciavam, se desenvolviam e terminavam os processos de luta?

As motivações foram as que referi. A direção da associação tomava conta da ocorrência. Promovia reuniões de alunos, de informação. Submetia as suas propostas de atitudes a tomar aos plenários de estudantes que eram realizados, ou à porta do Técnico, no pavilhão central (onde se podiam juntar umas boas centenas de estudantes), ou no salão nobre do Técnico, em alguns casos até com presença do diretor que intervinha num caso ou noutro. Eram aprovadas as propostas e depois a direção era mandatada para as levar à prática, agindo-se conforme o caso. Se fosse uma greve formavam-se piquetes,

que se encarregavam de que as aulas não funcionassem em determinados sítios, falando com os professores e com os respetivos cursos. Eu era delegado do 3º ano de química e, no caso dos meus colegas não terem ido todos ao plenário, pedia ao professor para fazer uma informação inicial e informava os colegas do que se estava a passar e das decisões tomadas. Em alguns casos eles também se associavam com votações, noutros casos apenas recebiam a informação.

Havia democraticidade na tomada das posições, por um lado para colher o máximo de representatividade nas decisões que se tomassem, por outro lado, para defender dirigentes das AE. Se os dirigentes das associações se limitassem a ter uma atividade em que eles decidiam em circuito fechado e impunham depois a decisão era mais fácil ao diretor ou ao ministério da Educação cair-nos em cima.

No período de final dos anos 50 até ao 25 de Abril há um crescente recurso das AE a plenários de estudantes que, por vezes, eram motivo de intervenção policial. Ocorriam em espaço público, como na Cidade Universitária em frente à reitoria ou no pavilhão central do Técnico.

O Técnico uma vez foi ocupado pela polícia. Os estudantes iam para as aulas e tinham ali os polícias. Em Medicina também houve intervenção policial.

Depois foi criada uma força de empregados do ministério da Educação, os chamados gorilas, que tinham uma função de vigilância, de denúncia e de relação com as forças policiais.

Nos anos 50, a polícia de choque começou por usar gás lacrimogéneo, depois água e água tingida de azul. A polícia de choque foi acentuando o poder intimidatório agressivo do seu equipamento: capacetes almofadados, bastões de grande alcance, metralhadoras e escudos.

Depois havia processos de negociação com as autoridades, sempre ao nível da direção da escola que tinha geralmente ligação com o ministério que ia caucionando, ou não, o que ia sendo negociado. Noutros casos era no exterior, se a escola estava fechada.

Quando se obtinham determinadas condições recorria-se novamente a plenários de estudantes para eles aprovarem ou não as condições que tinham sido negociadas.

Resumindo, nasciam de um facto, de uma análise a um nível de direção da associação, de informação aos estudantes, de os estimular para a luta e para a compreensão do que estava em causa, de uma decisão por parte deles, de medidas práticas para depois as decisões serem executadas, de processos de negociação. Normalmente as autoridades negociavam quando começava a haver um certo *frisson* interno e a dificultar o funcionamento da escola. Havia novamente o recurso a plenários, quando se tinham esgotado as possibilidades de negociação de modo a levantar greves ou continuá-las.

Considera que houve mudanças no ME durante o período em que esteve no Técnico?

Houve. Eram anteriores à minha entrada e vão até ao 25 de Abril. As mudanças que houve foram as seguintes. A procura de maior representatividade, auscultando os estudantes. As campanhas eleitorais para a AE, às vezes em mais do que uma lista, geravam debates abertos, entre as correntes das diversas listas. Há uma preocupação crescente em associar os estudantes a todas as decisões, mas simultaneamente estruturar o movimento, isto é, as Comissões de Curso, as comissões de ano, por vezes, comissões por ramo de engenharia. Procura-se encontrar as formas de assegurar representatividades orgânicas que a AE depois coordenava.

Há mudanças de outras características que tem a ver com a evolução das mentalidades. Não são exclusivas do Técnico, vêm do final dos anos 50, e que encontram nos anos 60 maior expressão à escala nacional e internacional. Uma maior ligação ao país, aos trabalhadores, o problema do trabalho, o papel dos engenheiros, o problema da igualdade do homem e da mulher, o movimento anticolonial.

Se até ao final dos anos 50 a força política dominante nas universidades, quando existia uma influência política clara, era do PCP, a partir do início dos anos 60, começam-se a formar vários grupos com nomes diversos. Estes têm os atributos marxista-leninista ou maoísta (que se extinguíram ou desembocaram depois do 25 de Abril em formações políticas novas) e alguns deles passam a ter alguma atividade clandestina e a influenciar com as suas ideias, em geral mais radicais no que respeita a alguns aspetos,

mas que, na minha opinião, tinham coisas que não eram positivas. Eram mais radicais e privilegiavam a ação surpresa, o golpe, que não tinha a ver com a participação dos estudantes. São camadas que se consideram superesclarecidas, que impõem um determinado modelo de vivência entre os estudantes, com teorias que tendem a desviá-los das lutas concretas, e a situá-las noutros planos.

Situavam tudo no plano das ideias, fazendo com que as lutas fossem condenadas ao fracasso, porque os estudantes não as entendiam, porque a base de luta foi sempre por coisas a que eles estivessem afetivamente ligados. Na altura dizíamos que era verbalismo de esquerda. Muito avançados do ponto de vista do discurso, e depois com comportamentos de recuos assinaláveis ou tentativa de desviar os movimentos para objetivos exclusivamente pedagógicos, abandonando a componente política.

Tem exemplos concretos disso?

Houve o caso de uma lista afeta ao PCP, liderada pelo Carlos Costa, que veio a ser dirigente sindical e administrador da EDP, que ganhou contra outra liderada pelo futuro professor de sociologia Firmino da Costa, então aluno de engenharia. Estes resultados têm a ver com conceções relacionadas com o andamento da luta. Talvez o Carlos e o Firmino possam esclarecer, mas é claro que as nossas divisões dessa altura se ultrapassaram. Até temos um encontro anual de todas as correntes políticas ou independentes que na altura foram dirigentes da associação e coordenadores ativistas. Não foram essas divisões que nos separaram em muitos aspetos.

Esta ocorrência de novos grupos a disputar a influência, traduziu-se em listas, objetivos de luta e fraseologias diferentes resultaram, em parte devido a fatores externos, como é o caso do Maio de 68, com um peso importante do anarquismo.

No maoísmo os fatores são anteriores, tendo resultado de uma cisão que houve no PCP com o Francisco Martins Rodrigues, que formou a FAP e o CMLP. Nós andávamos em tudo isto! Eu fui maoísta. Éramos todos influenciados por estes movimentos, para não falar dos católicos progressistas que eram outro elemento e os socialistas que antes do 25 de Abril se começaram

a organizar como corrente autónoma, depois formando o Partido Socialista. Havia um outro movimento, mais ligado ao Maio de 68, de uma esquerda socialista que viria a ser dirigida pelo Jorge Sampaio, que depois do 25 de Abril dará origem ao MES, movimento que acabou e se integrou no Partido Socialista.

Esta diversidade de posições foi também uma ocorrência deste período.

E como se geria tudo isso dentro do Técnico e da associação?

Às vezes mal. No Técnico nunca houve muita pancadaria entre estudantes de diferentes correntes, como por exemplo em Direito e em Medicina. O MRPP tinha alguns ativistas que eram agressores natos. Algumas vezes deram, noutras apanharam. Se bem que às vezes este combate ideológico tenha sido muito duro. Isto era tudo relativamente bem gerido, porque nós tínhamos um adversário principal. Em alguns momentos, estas divisões fizeram perder a eficácia do movimento, porque uns alinhavam e outros não, mas considero que foi um fator natural e a forma de expressar diferentes atitudes de jovens. Uma única corrente não seria suficiente para abarcar a diversidade de motivações que os levava a ligar-se a uma AE. Vivíamos num país onde eram reprimidas uma série de manifestações e de expressões, que não tinham só a ver com o facto de se ser ou não comunista, mas também de natureza intelectual, sexual. Eram fatores de aproximação de estudantes que se queriam esclarecer mais e intervir numa AE.

Que organizações de juventude existiam enquanto foi estudante, e como se caracterizavam?

Para além das AE havia a JUC, um movimento da ação católica que teve um papel de catequização e de organização dos estudantes católicos com expressão própria. Era uma tentativa por parte da igreja de ter uma intervenção na vida estudantil, onde ela praticamente tinha desaparecido. A JUC surgiu quando a igreja decidiu criar movimentos de ação católica em diversos meios (operário, estudantil, rural). A JUC teve o seu processo de evolução interna, desde posições conservadoras até outras de esquerda,

desempenhando um papel importante na resistência ao fascismo.

A Mocidade Portuguesa era inexistente na universidade, se bem que aí tivesse existido umas dezenas de anos antes como cópia das juventudes hitlerianas ou das de Mussolini, que eram organizações políticas, de assalto, paramilitares. A Mocidade Portuguesa teve muita dificuldade em entrar nos meios universitários, sendo recrutados alguns dos estudantes que iam para as milícias, que eram uma espécie de organização paramilitar do regime. Nos liceus e escolas técnicas, os centros de atividade da Mocidade Portuguesa coordenavam todas as atividades sociais e desportivas, mas também aí foram perdendo influência, pois quem estava na atividade desportiva estava-se *nas tintas* para a ideologia da Mocidade Portuguesa.

Uma vez, o reitor do meu liceu convidou-me e a alguns estudantes de esquerda para reativar o centro de Mocidade Portuguesa. O que era impensável! Nós dissemos-lhe que não e criámos o nosso movimento cultural interno, em colaboração com alguns professores. Era o Movimento Associativo dos Estudantes do Liceu Gil Vicente.

A influência foi-se perdendo na universidade, desde muito cedo, de tal maneira que, nos anos 60 e 70, os fascistas, os infiltrados, os bufos, os informadores da PIDE estavam clandestinos dentro da escola e usavam pseudónimos nos seus relatórios à PIDE, porque também podiam ser apanhados. Era o pessoal de esquerda, com posições mais radicais, que vivia num clima de relativa liberdade. Fora das escolas já não era assim.

Havia um grupo de fascistas semi-clandestino (Jovens de Portugal) ligado à Legião Portuguesa que, de vez em quando, espancava estudantes. A partir do momento em que isso aconteceu, no final dos anos 50, e início dos anos 60, nós passámos a ser implacáveis com os pides quando os reconhecíamos e com os informadores da PIDE. Num caso ou noutro em manifestações, para nos defendermos e não só, tomávamos a iniciativa de dar pancada. Mas tudo isto não era muito agressivo, não tendo expressões que teve noutros países. Não éramos tão radicais nesse aspeto, se bem que aconteceu nalguns casos, porque eram um perigo e a malta

desprezava-os por haver muita gente que era presa e torturada. No fogo do combate, não se perdoa com a mesma facilidade com que se perdoa quando se está em liberdade. Uma revolução é isso, é uma panela que levanta a tampa e as coisas saem cá para fora! Também nos casos em que havia uma atividade repressiva constante sobre os estudantes, a determinada altura passávamos a andar em cima dos informadores e às vezes eram castigados. Mas isso nunca teve uma expressão muito viva na nossa atividade.

Houve um caso em que um PIDE matou um estudante num plenário no ISEG, consequência de lá estarem agentes da PIDE armados que foram identificados por assistentes como tal e, num processo em que os estudantes iam para *cima deles*, eles puxaram das pistolas e dispararam. Mataram um estudante e feriram outro. Isso aconteceu com várias mortes de estudantes. O Daniel Teixeira, que era um estudante da Universidade de Lovaina de esquerda e católico, morreu com um ataque de asma na cadeia porque não lhe deram assistência médica. Houve estudantes que foram mortos nos anos 30. Contudo, estas situações não tiveram o mesmo impacto que noutros sítios do mundo, como nos EUA e no México, em que houve manifestações com muitas dezenas de mortos.

Resumindo, as organizações fascistas eram clandestinas e a Mocidade Portuguesa já não existia no Técnico. As associações já lhes tinham retirado a coordenação da atividade desportiva e formado o CDUL.

Relativamente a outro tipo de organizações, formavam-se comissões esporádicas para a realização das semanas de engenharia e coisas do género, por curso.

Durante alguns anos, a direção do Técnico, com a colaboração da AE, ainda promovia o baile anual, onde as senhoras da redondeza da cidade traziam as filhas para as casar com engenheiros recém-formados. Era uma atividade que as AE desprezaram por causa disso, e até porque houve incidentes. Num baile, onde estava o diretor, Almeida Alves, que era um homem com coisas positivas, mas também muito conservador, com o sangue à flor da pele. Um parzinho que estava um pouco mais *in love*, ele chegou-se ao pé deles e disse para se separarem. O diretor acabou por apanhar um safanão.

E a UEC?

Foi criada em 1971 pelo PCP e eu fui um dos que participou na sua formação, mas essas eram as organizações políticas clandestinas que davam algum tipo de suporte político à atividade associativa. Existiam também as organizações clandestinas ligadas, além do PCP, a grupos maoistas e a anarquistas. Apesar de clandestinas, expressavam-se na escola pela ideologias, em conversas, nas postostas.

Tinham um papel importante?

Tinham. Em determinados momentos não houve mais atividade associativa, devido às alturas de repressão, como foi o caso das prisões de 64/65, em que a estrutura do PCP foi liquidada. Isso repercutiu-se nos receios de novos ativistas se associarem na incapacidade prática de fazer funcionar associações, em vários estudantes presos e numa maior vigilância, levando a alguma retração. Mas, no período em que eu estive no Técnico, nunca aconteceu. Desde que entrei para o Técnico até ao 25 de Abril, por muitos processos disciplinares e prisões que houvesse, isso não fazia recuar o movimento.

Quais os momentos da política nacional que presenciou ou em que interveio, quando estudante do Técnico?

Foram as inundações de 67.

Depois em 69 e 73 são dois períodos de eleições em Portugal. Eu fui ativista e, em alguns casos, dirigente de estruturas de oposição nas CDE.

Em 69, intervi mais como ativista, organizando estudantes que queriam participar no movimento de oposição democrática, tendo ficado ligado a atividades de propaganda e de atendimento em duas sedes que tínhamos. Lembro-me, como seguranças dessas sedes, que um dos nossos guardas noturnos, com cães enormes, era o Nicolau Breyner, que hoje é um homem de direita. Os trabalhadores da Carris também foram. Em 73, fui candidato pela CDE, tendo participado na campanha eleitoral antes e no movimento CDE que se prolongou.

Em 73, houve o III Congresso da Oposição Democrática, em Aveiro. Foi uma coisa espantosa à escala nacional, que depois teve repercussões no desenvolvimento do movimento de

oposição até às eleições de outubro de 73. Nessas eleições, a oposição não foi às urnas, o que para o regime teve um impacto muito negativo desacreditando-o interna e internacionalmente. Neste caso, já tinha outro tipo de responsabilidades ligadas à propaganda, à organização de estudantes, e era candidato na lista distrital fazendo reuniões públicas nos diversos pontos do distrito de Lisboa com os outros candidatos, como o Urbano Tavares Rodrigues, o Vitor Dias, o Tengarrinha, o Lindley Cintra, o Arons de Carvalho, hoje deputado do PS, e outros.

Ao nível de esquerda havia internacionalmente uma federação que ainda hoje existe, a Federação Mundial das Juventudes Democráticas, em que todos os anos havia um festival onde participei em 73. Realizou-se em Berlim, na capital da RDA. Saímos 70 jovens clandestinamente por diversos pontos da fronteira, fomos separados e juntámo-nos em França. Depois fomos para a Alemanha.

Nas manifestações em Berlim andávamos de cara tapada, porque estávamos clandestinos e nem tínhamos passaportes. Foi interessante porque, entre outras coisas, um de nós que era o célebre cantor Luís Cília ganhou o Festival de Música Popular. Tivemos um encontro com as juventudes de movimentos de libertação (MPLA, FRELIMO e PAIGC) e fizemos uma festa de solidariedade entre todos. Parte deles estudavam na RDA, União Soviética e Checoslováquia. Eram os jovens que estavam a estudar para mais tarde assumir funções na atividade económica dos respetivos países, outros eram guerrilheiros. Creio que foi o único encontro que se realizou antes do 25 de Abril entre as juventudes de Portugal e das colónias.

A nível nacional, o conjunto da atividade política e económica e os seus êxitos e falhanços não tiveram uma influência muito importante na mentalidade das pessoas.

Mais interessante foi talvez o conhecimento do mundo rural e do mundo do trabalho dos portugueses que os estudantes não estavam habituados a conhecer, que não eram apenas os temas propagandísticos do regime em termos de uma sociedade ordeira, religiosa, caseira, auto-subsistente – uma imagem que o regime gostava muito de passar. Como aquela canção *uma casa portuguesa com certeza*, que passava a ideia

de harmonia, de auto satisfação e de que estava tudo bem. Há uma abertura à realidade nacional que passa pelo contacto directo pelas lutas dos trabalhadores em Lisboa, na Covilhã e noutros centros onde ela ocorre, em comunidades rurais com uma vida coletiva, como Rio de Onor, que foram muito importantes como objeto de estudo das ciências sociais. Começaram-se a estudar outras realidades sociais, que eram relativamente desconhecidas e que furavam aquele esquema da imagem do regime em torno de algumas situações: o campino, o touro ...

Havia muito mais do que o regime mostrava, por vezes coisas muito associadas à pobreza relativa das pessoas.

Quais foram os acontecimentos internacionais de referência?

O impacto da existência de um campo socialista na Europa teve um papel muito importante do ponto de vista científico, cultural e da abertura de outras perspetivas de organização da sociedade. Foi um ponto de referência que depois só cobrou nos finais dos anos 80.

As revoluções chinesa e cubana, que tiveram grande impacto em Portugal a nível ideológico e político, tendo-se expressado na vontade de intervir e na noção de que era possível outro tipo de vida e de organização da sociedade. Já não se estava tanto a falar da revolução Russa que tinha sido no início do século XX.

O Maio de 68 foi outro acontecimento relevante.

Os movimentos de independência por esse mundo fora, particularmente em África, e o exemplo de alguns personagens desses movimentos, como o Lumumba, os dirigentes dos movimentos de libertação das colónias portuguesas, ou o Che e o Fidel. Há sempre personalidades que polarizam a atração por determinados ideais.

A conquista do espaço também foi importante.

Qual é o balanço que faz da sua experiência enquanto aluno no IST?

A minha experiência enquanto aluno foi muito boa, porque apesar de ter múltiplas atividades exteriores à escola (fazia teatro, andava no campismo, andava no Benfica ...) eu conseguia



5 outubro 1973 Cemitério do Alto S. João:
Teresa Dias Coelho, Urbano Tavares Rodrigues, Abreu,
Herberto Goulart, Arons de Carvalho, Euclides Pereira.
Fotografia cedida pelo entrevistado

arranjar tempo para tudo, até para estudar, conseguindo ser um bom aluno. Gosto muito de engenharia. Tenho uma formação científica que adquiri nas escolas e o curso de engenharia era um curso que me interessava muito.

Vivi momentos de mudança e de novas perspetivas da ciência e da técnica que tive a possibilidade de apreciar num momento em que começava a haver um maior recurso às atividades práticas de investigação e de laboratório.

Só abdiquei de começar a trabalhar como engenheiro numa empresa no final de 73, quando achei que, nas circunstâncias em que o país vivia, era mais importante deixar a engenharia de lado e dedicar-me à atividade política.

Terminou o curso?

Terminei.

E fez os tirocínios?

Não. Na altura já não era necessário. Fui com o curso completo para a clandestinidade e depois não pratiquei engenharia. Até por volta do ano 2000 tive uma atividade exclusivamente política. Atividade em engenharia só vim a ter mais tarde, apesar de ser uma coisa que me interessa muito e que me formou.

Há muitos professores e colegas que foram referências morais importantes e que me ajudaram a crescer noutros aspetos. Não me arrependo de nada, acho que foi uma experiência riquíssima. O estudante desse período foi um privilegiado porque, apesar da repressão, passámos por um período muito rico da nossa formação pedagógica, escolar, científica, mas também

humana, política e social. O engenheiro passou a interessar-se sobre todas as questões e a procurar a sua formação integral nas suas componentes humanas, literárias e todos os outros aspetos.

Acho que a AE teve um papel determinante nisso tudo para muitos estudantes, porque soube associar atividades sociais, que os estudantes careciam (como a cantina e as folhas), a atividades culturais que alargavam as perspetivas, abrindo horizontes diferentes para não ficarmos fechados na nossa *formaçãozinha* de engenheiro.

A vida no Técnico passava muito pela associação?

Sim. Pelas mais diversas razões. Passava por causa dos apoios sociais, da atividade cultural, do apoio a estudantes de outras escolas que ali encontravam guarida para as suas atividades. Só muito tarde, já nos anos anteriores à queda do fascismo, é que o movimento estudantil se impõe em liceus e em escolas técnicas. Necessitavam de apoios técnicos e de reunião, que acabavam por obter nas AE das faculdades.

Em que medida a estadia no Técnico foi relevante para o seu percurso de vida?

Foi determinante, mas misturou-se com muitas outras coisas: com a minha herança familiar e com a atividade política exterior ao Técnico. Os anos do Técnico foram os melhores da minha vida, sob todos os aspetos. Tudo passou por ali, mesmo que fosse exterior. Foi um período extremamente rico. Depois as AE perderam em muitos aspetos, porque apesar de a ditadura ter acabado, houve muitos focos de interesse diversificado, que se perderam.

A meu ver, continuamos com um problema de formação, que é a questão que já o Bento Jesus Caraça colocou numa lição que nos deu, que é a chamada formação integral do indivíduo. Um técnico, seja ele qual for (um jurista, um economista ...), não pode ser um especialista apenas da sua área, tem de ter uma formação básica e exigente em todos os domínios e, ao longo da vida, preocupar-se com a sua formação integral, caso contrário transformamo-nos em peças e com pouca possibilidade de refletir sobre o conjunto. A formação da escola e a nossa disciplina pessoal aí adquirida

deve ser projetada para a nossa vida de adultos, no plano profissional e na diversidade de interesses, como ir ao cinema ou ir ver uma pintura, não descorando nenhuma forma de expressão da atividade humana.

E se queremos melhorar a condição de vida do ser humano temos de ter estes recursos, estes instrumentos, sob pena de ficarmos muito limitados profissionalmente. Limitados àquilo que é o *status quo* intelectual num determinado momento. Porque há sempre coisas além disso. A história não acabou. A história vai continuar. Hoje vivemos muito intensamente a nossa vida, mas para trás já houve muitos anos de civilização. Há um conhecimento que é importante. As pessoas, mesmo que não sejam de formação científica, têm de ter uma opinião crítica e válida sobre os assuntos. É preciso que sejamos minimamente formados para não nos transformarmos em bonecos e não estarmos sempre a ser enganados.

Relativamente ao Técnico, neste período, houve um armar das ferramentas mentais em diferentes domínios, que não apenas a ciência e a técnica, que ajudaram à abertura dos engenheiros para outro tipo de realidade.

(...) continuamos com um problema de formação, que é a questão que já o Bento Jesus Caraça colocou numa lição (...) a chamada formação integral do indivíduo.

Fotografia cedida pelo entrevistado



Em que período esteve no Técnico?

Passei para o Técnico com 16 anos, ia fazer 17. Foi em 1966/1967. Estive inscrito no último ano, em 74/75, fiz uma cadeira, mas já lá não ia. Digamos que, de facto, estive até 73/74, embora tenha sido impedido de entrar no Técnico. Na prática, fui expulso.

O que o levou a escolher um curso de engenharia no Técnico?

Engenharia era o que eu queria tirar. Entrei para mecânica e, ao fim de dois anos, achei que queria química. Fiz tudo de novo, porque o curso de química era o único que, desde o 1º ano, era distinto de todos os outros, tendo como cadeira comum as matemáticas gerais. Para eletricidade, máquinas e civil nos três primeiros anos era praticamente igual.

Também tinha alguma ligação àquele instituto porque, como eu era da Pró-associação dos Liceus, era para ali que nós íamos e onde nos reuníamos. Acabava por haver uma influência afetiva. Eu queria engenharia, mas, independentemente disso, era aquela escola em que eu já me sentia à vontade porque já a conhecia.

Já tinha tido contacto com a associação do Técnico, quando estava no liceu?

Sim, porque a Pró-associação dos Liceus reunia-se muito lá e tinha uma sala.

Como era a relação da Pró-associação dos Liceus com a do Técnico?

O Técnico era a associação com maior potencial económico, com melhores condições em diversos aspetos, incluindo de instalações, e com uma máquina de tipografia que excedia qualquer outra. A tradição da AE do Técnico era editar elementos de estudo, fornecidos pelos professores. Os livros técnicos, quando existiam eram muito caros e, normalmente, os professores faziam as

chamadas folhas e davam-nas à associação, que as imprimia e vendia. Os professores cediam-nos gratuitamente as folhas, porque também era um serviço para eles. Assim os estudantes tinham material de estudo da matéria que eles estavam a dar. Davam a bibliografia, mas eram livros caros. Embora a maioria dos estudantes fosse das camadas média/alta e alta, havia livros que não eram acessíveis a todos. A solução eram as folhas, que os professores faziam e que a associação editava.

A associação tinha uma máquina de edição muito importante.

De offset?

Tinha copiógrafos e *offset*. Também foi dos primeiros sítios a ter máquinas de fotocopiar. Quando o *offset* era uma novidade, já a AEIST o tinha. Só que o *offset* implicava fotografar e fazer as chapas. Era um processo muito diferente do que é agora. Pega-se no computador, faz-se, e aquilo sai para a tipografia. Naquela altura era um processo complicado. Acabava por ser o Técnico a dar apoio àquelas áreas estudantis que não tinham instalações, nem meios técnicos.

Como recorda o seu primeiro contacto com o Técnico?

Não sei!

Não houve uma transição muito forte como é hábito quando as pessoas passam do liceu para a universidade, porque eu ia para um sítio que já me era familiar. Pelo menos, conhecia o Técnico de uma maneira geral e conhecia a associação.

Quais eram os locais, para além das aulas e dos corredores, onde os estudantes se encontravam com maior frequência?

Se calhar nos cafés. Acho que era mesmo nos cafés.

Quais cafés?

Era na pastelaria Mimo no Arco-do-Cego, no café Império, na *Copacabana*, da Guerra Junqueiro, que era quase em frente à *Mexicana*, um pouco também na *Mexicana*, alguns no *Pão de Açúcar*, da Alameda. Havia quem fosse para a *Roma* e para a *Capri* que eram ao início da avenida de Roma, logo a seguir à praça de Londres. Uns iam mais para um lado, outros iam para outro, dependia muito dos estudantes.

Dependia do quê?

Dependia dos hábitos que cada um tinha e dos grupos em que se inseriam. Sei que havia muita gente que ia para a *Mimo*, eu raramente. Ia mais para o Café Império e para a *Copacabana*. Para a *Mexicana* também não tinha grande hábito de ir. Ia ao *Pão de Açúcar*, mas não com estudantes do Técnico, era com outros amigos que iam para ali.

Havia outro sítio em que a maior parte das pessoas se encontrava, que era a associação. Era um ponto de encontro, mas não se pode dizer que fosse para a maioria dos estudantes do Técnico.

Não era para a maioria?

Quer dizer, as pessoas iam lá. Havia muita gente a almoçar na cantina. Eu raramente almoçava na cantina, porque morava próximo e almoçava em casa.

A cantina tinha uma faceta curiosa. Era gerida pelos estudantes: a diretora/coordenadora era profissional, o diretor, ou vários, eram estudantes. Havia uma preocupação com a qualidade dos alimentos utilizados. Foi feito um estudo sobre alimentação racional e estabeleceram-se regras. A cantina tinha uma certa qualidade, ao contrário da da Cidade Universitária – a cantina velha –, que era explorada por um concessionário contratado pelos serviços sociais. Houve grandes protestos contra a péssima qualidade da comida. Era intragável. Uma vez ou outra acabei por ir lá e não consegui comer. Passei a comer uma sandes, porque ali era impossível.

E os alunos protestavam?

Houve protestos dos alunos da zona, de Letras, de Direito, de Medicina.

Da Cidade Universitária ...?

Sim, da Cidade Universitária. Que nessa altura tinha as três faculdades que citei, julgo que mais nenhuma. E, no Técnico, havia essa característica: um grande número de estudantes, nomeadamente os que não tinham uma morada próxima, iam comer à cantina. Havia uma grande afluência à cantina durante o tempo de funcionamento, ao almoço particularmente. Ao jantar eram mais os alunos de fora de Lisboa.

Muitas pessoas iam à associação para as mais variadas coisas: [pelas] atividades desportivas, pela biblioteca grande, e pelo conjunto variado de atividades de convívio. Quando lá cheguei, ainda havia, de vez em quando, bailes com estudantes do Técnico e aberto a pessoas de fora. Tínhamos canto livre com o José Afonso, o Adriano Correia de Oliveira, o José Fanha, acho que o padre Fanhais chegou a ir, o Manuel Freire também lá foi uma vez.

Os convívios eram muitas vezes organizados pela cultural. Nas sessões de canto livre cantavam pessoas menos conhecidas, da própria universidade. Por exemplo, o A. P. Braga, creio que nunca gravou profissionalmente, só a título amador. É injusto esquecer estas pessoas. Algumas cantavam bastante bem e compunham.

Havia um conjunto variado de atividades em que não estava só gente do Técnico.

As pessoas iam bastante à associação. Também frequentavam os cafés. Havia horas em que se sabia que não era permitido estudar, mas na maior parte da manhã e da tarde podia-se.

Mas não era só estudar!

As pessoas iam estudar e não só. Não era ali que, muitas vezes, se conseguia estudar. Eu conseguia abstrair-me, mas a maior parte das pessoas, não. Às vezes estávamos a estudar em grupo, outras conversávamos.

Quais eram os temas de conversa e de debate?

Eram os mais variados.

Por exemplo ...

Podiam ser temas ligados à universidade, temas pessoais, sobre coisas que estavam a acontecer. Na altura de novembro de 67, a partir das cheias, a conversa principal era aquilo que as pessoas tinham vivido. Mas dependia muito

das circunstâncias e dos momentos. É impossível dizer.

Enquanto estudante do Técnico, quais os filmes, os livros, as peças de teatro e as músicas que recorda?

Como era sócio, via os filmes do cineclube. Muitos estudantes, de toda a academia, eram sócios e frequentadores do Cineclube Universitário de Lisboa (CCUL). O que existia nos circuitos comerciais era o filme romântico e cor-de-rosa. O que me marcou foram os filmes do neorrealismo. Antes de tudo, Dino Risi, que é um esquecido e mal amado grande realizador italiano. Depois, Antonioni, Fellini e uma série de outros. Também cinema francês e algum cinema americano, porque havia cinema norte-americano que podia considerar-se de vanguarda. De maneira geral, era aquilo que se podia chamar neorealismo ou cinema de qualidade e ligado à realidade. Mesmo quando não neorealista, era um cinema que tentava retratar a realidade e os podres da sociedade. Era basicamente isso que passava no cineclube. Só para citar alguns para além do neorealismo italiano, o François Truffaut, Ingmar Bergman, Jean-Luc Godard, alguns realizadores norte-americanos.

No teatro, uma coisa marcante foi *Felizmente há luar!* De curta passagem porque, imediatamente a seguir, a PIDE proibiu. Na estreia, onde estive, estava cheio de pides e não sei se chegou a haver segunda sessão. Foi representado no cinema Império.

Outra coisa engraçada era o teatro universitário. Havia o grupo de teatro de Direito, chegou a haver um no Técnico com a peça *O racismo não existe*. Uma peça muito gira que foi encenada pelo ator e encenador Rogério Paulo. Houve um ou dois espetáculos no Técnico. Não poderia passar fora da associação.

A peça era sobre o quê?

O racismo não existe mostrava que o racismo existia. Numa altura em que estavam em cima da mesa os conflitos raciais na América e a guerra colonial, aquilo era de nós irmos todos presos! Mas era suficientemente entendível e explícito, muito mais do que alguma vez passaria num teatro, onde a PIDE pudesse ir lá dizer:

– Não se faz!

Música?

Há a música comercial, que se ouvia na rádio. Aquela a que eu estive mais ligado foi a de José Afonso, de Adriano Correia de Oliveira, de Fátima, de Fanhais ... um conjunto de algumas canções que nunca poderiam passar na rádio e que não eram vendidas em discos, por serem proibidas. Algumas discotecas – não o que são agora as discotecas, mas lojas que vendiam discos – tinham discos escondidos e vendiam às pessoas conhecidas.

Livros ...?

Tudo. Naquela altura tinha a obra do Jorge Amado, que era um escritor um bocado maldito pelo regime em Portugal. E muitos outros. Autores portugueses: Eça, Aquilino, Ferreira de Castro, Sítio Monteiro, Urbano Tavares Rodrigues. Coisas de escritores esquecidos, como Alexandre Cabral, do qual gostei e que li. E também muitos estrangeiros, desde clássicos como Balzac ou Dostoiévsky, até outros como o francês Roger Vaillant, o grego André Kedros, o russo Constantin Simonov, o italiano Elio Vittorini ou o norte-americano Steinbeck.

Os livros tinham também uma dificuldade: é que, tal como os discos, alguns arranjavam-se em circuitos paralelos, porque estavam proibidos.

Que circuitos paralelos?

Era gente ligada a livrarias que tinha os livros proibidos, só vendiam a pessoas conhecidas e que acabavam por circular entre nós. Incluindo versões de clássicos como Marx, Engels ou Lenine.

Quando é que começou a colaborar com a associação do Técnico?

Antes de entrar ... pelo menos no dia em que entrei! Como já estava integrado naquele meio, comecei logo a ir para a associação, mesmo antes das aulas abrirem e a conhecer as pessoas da associação. Não houve essa transição brusca. Era uma coisa que vinha de há pelo menos três anos.

Porque é que colaborava?

É uma pergunta fácil e difícil. Eram opções ideológicas, de associativismo, de antifascismo, da

necessidade que as pessoas tinham de liberdade, de se associar e de falar. Foram opções ideológicas que me levaram a estar ligado ao movimento associativo dos liceus, desde os 13 ou 14 anos.

As associações eram muito conotadas com ideologias políticas?

As associações eram um espaço de liberdade, onde se discutia, onde se lia, onde se escrevia livremente, onde se falava de coisas que não era possível falar cá fora, onde se ouviam canções, onde saíam boletins que não iam à censura ... Eram um espaço de liberdade que acabava por não ser tão reprimido.

Os estudantes e aqueles considerados os mais favorecidos eram, frequentemente, filhos de pessoas do regime, até de militares. Naquela altura ia-se para a faculdade [a partir] dos liceus, onde o ensino era exigente e muito escolástico. Tirando raros casos de miúdos muito dotados, conseguiam chegar e passar nas universidades os que tinham *mamado* uma certa cultura na família. Era mais fácil um miúdo das camadas médias médias / altas, com um certo nível cultural, chegar à universidade, do que o filho de um *pato bravo* que tinha só a 4ª classe, ou nem isso, mas com muito dinheiro.

Quando eu falo em camadas médias / altas e altas estou a pensar no nível sócio-cultural e não no dinheiro. O dinheiro paga muitos explicadores e alguns chegaram lá, mas acabavam por ter mais dificuldades.

Havia um modo mais condescendente de o regime encarar os estudantes universitários. Não é que não houvesse repressão – e bem dura – e que muitos não tivessem sido torturados e mesmo mortos – como se sabe. Diziam que eram coisas da juventude, que passavam e haviam de se integrar no regime. As universidades eram a elite do país, tinham um número de estudantes muito mais reduzido do que atualmente, porque o acesso era restrito. O Técnico tem uma característica: os números não se repetem. Quase todos os engenheiros do Técnico sabem qual é o seu número.

Qual é o seu número?

10508. Ou seja, eu entrei em 66/67 e o número ainda ia no 10508. Isso dá ideia de que eram muito poucos. Não se pode fazer uma média

para saber quantos entravam por ano, porque esse número foi aumentando. Entravam mais por ano do que uns anos atrás, na altura da II Grande Guerra. Seriam umas centenas para os cinco cursos – não eram estes 1917 cursos por cada escola.

Era uma elite com que o regime teria mais tarde de contar como profissionais qualificados ou como dirigentes. Aqueles *desvarios da juventude* eram mais tolerados do que nas classes trabalhadoras desfavorecidas. O princípio era que quando tivessem mulher e filhos e de ganhar o dinheiro quase todos *entrariam nos eixos*, deixando o ativismo político. Era um bocado esta a perspectiva com que eles encaravam os universitários, sem deixarem de os reprimir, muitas vezes ferozmente, em particular no caso de estudantes que a PIDE achava que estavam ligados ao Partido Comunista, e que eram os alvos privilegiados da repressão, sem nenhuma contemplação. O facto de o regime precisar no futuro daquela elite permitiu evitar que pudessem fechar indefinidamente as escolas. Fechavam as escolas e, quando reabiam as coisas estavam ainda mais agudizadas. O fascismo estava neste dilema.

Como funcionava a associação do Técnico?

A associação tinha secções muito diversificadas. Vou dizer de um lado para o outro.

A secção desportiva com uma variedade enorme de atividades desportivas.

A piscina aquecida subsidiada, porque também iam lá escolas.

A secção de folhas com atividade editorial.

A secção da revista Técnica, que foi ao longo de muitos anos a revista de engenharia por excelência e a única no país.

A biblioteca.

A cantina, onde eram servidas centenas de refeições diariamente, particularmente ao almoço.

A cabine sonora, que fazia programas de rádio e tinha altifalantes cá fora e emitia música e programação.

A secção de propaganda, onde se programavam e faziam cartazes e onde as pessoas liam os manuais de propaganda política. As pessoas leram coisas como *A mistificação das massas pela propaganda política*, um calhamaço – já não

me lembro quem era o autor – um pequenino *La propagande politique*. Muitos deles eram em francês, mas as pessoas estudavam. Faziam-se campanhas mistério, como agora. Saem primeiro uns cartazes mistério, depois sai outro a desvendar uma pontinha e depois sai o cartaz final. Eram técnicas de propaganda. Estes cartazes tinham uma componente ideológica.

A secção cultural.

A secção de turismo, que teve vários nomes: o DTU, o SIAEIST. Tinha uma grande atividade comercial, com alguma profissionalização, vendia viagens a estudantes.

Houve uma secção de teatro, mas não foi uma secção permanente.

Porque é que não era permanente?

Em determinada altura decidiu-se fazer um curso de teatro, dado pelo Rogério Paulo. Já não me lembro se foi a direção da associação ou a cultural que decidiu. O curso de teatro teve uma consequência, que foi *O racismo não existe*. Enquanto o cénico de Direito teve uma atividade regular durante muitos anos, ali foi uma atividade mais esporádica.

Acho que percorri aquilo de um lado ao outro. Eram basicamente estas.

Cada secção tinha um diretor que era o seu responsável máximo, uma direção que coadjuvava o diretor e as pessoas que queriam colaborar com aquela secção inscreviam-se. Os sócios da associação colaboravam nas secções que entendessem.

Faltou-me a secção de convívio que era a seguir à biblioteca. Faltou-me essa porque, entretanto, deixou de existir.

Quando?

As coisas de convívio passaram a estar na cultural.

Que atividades se promoviam nessas duas secções?

Na cultural, estudar assuntos, debater questões culturais de atualidade e ideológicas e fazer edições sobre temas culturais. Numa determinada fase, a saída do *Esteiro* tem a ver com esta secção. Organizavam-se debates para os quais se convidavam personalidades.

Debates sobre que temas?

Sobre as mais variadas questões, de economia, de política, de teatro, de jazz ... Era transversal. Faziam-se debates, editavam-se coisas, fazia-se discussão cultural, normalmente com uma perspetiva ideológica.

A secção de convívio organizava convívios e também bailes. Esta estava a escapar-me, porque no sítio onde funcionou, passou a ser a sala de direção.

Havia outras pessoas com ligações à associação, que eram os delegados de curso e Comissões de Curso.

A secção pedagógica ligada aos cursos.

Havia uma certa liberdade de a pessoa dizer: – Eu quero ir para aqui, quero ser colaborador daqui, dali e dacolá.

Direções e diretores eram mais ou menos eleitos, embora a da associação pudesse ter um papel na designação de pessoas. Havia algum consenso. Ninguém ia ser diretor contra a vontade dos colaboradores. Houve várias situações diferentes, mas normalmente ninguém punha um diretor contra a vontade dos colaboradores.

Como é que o trabalho dessas secções se intercalava?

Havia uma coordenação da direção, que podia propor atividades. Havia alguma gestão própria das secções, que discutiam internamente as coisas que iam fazer. As secções tinham uma autonomia bastante grande, mas nem sempre foi assim.

Que funções desempenhou na associação?

Fui colaborador de uma série de coisas. Fui delegado de curso, fiz parte da secção de convívio, fui da direção da cultural, fui diretor da propaganda. Numa altura em que ficou uma direção ligada ao PCP (m-1), continuei a colaborar, mas disseram-me que ficava ligado à parte da economia, apoiando o tesoureiro.

Porquê? Havia divergências?

Claro! Depois, na direção seguinte, fui presidente da assembleia geral. Havia direção, mesa da assembleia geral e conselho fiscal. A direção reunia-se com os três órgãos. Não havia uma separação real. Quando fui presidente da assembleia geral, além destas funções, tinha outras de

direção e participava em todas as reuniões de direção. Eu e todos os membros da Assembleia Geral e do Conselho Fiscal. Era uma direção colegial dos três órgãos. Esta foi a direção que sucedeu aos chamados *pops*.

Em que resultaram essas divergências?

Houve sempre divergências, correntes ligadas ao PCP, outras a setores maoistas diversos, trotsquistas. Algumas tendências eram mais sectárias que outras.

Logo no meu segundo ano de Técnico fui proposto para a direção pelas três estruturas que faziam propostas: o Conselho de Delegados, as Comissões de Curso e a Reunião de Colaboradores. Alguém deu orientação:

– Esse não, que é do PC! ...

... e eu fiquei de fora. Essas coisas aconteciam sempre. Não fui para a direção, mas fiquei na direção da cultural e no ano seguinte fui diretor da propaganda. As pessoas geralmente não eram excluídas. A direção aceitava os estudantes que queriam colaborar.

As pessoas eram de várias tendências numa luta ideológica forte, mas tinham objetivos que eram comuns.

Ter um ensino melhor – que era uma coisa importante.

Lutar contra algumas aberrações que apareciam no ensino.

Fazer propostas e contestar o que estava mal, a questão pedagógica estava sempre presente.

Ter o direito de falar, de ouvir e de ler aquilo que entendíamos.

Ter uma visão ampla e livre das coisas.

Outra coisa que eu acho que estava presente numa grande parte das pessoas que colaboraram na associação é que não tinham todos a mesma visão. Havia por vezes perspectivas, visões diferentes entre quem colaborava na secção desportiva, na cabine sonora, no convívio ou na cultural; alguns dirigentes do turismo estavam um pouco mais ligados a esta área do que às outras questões. Não quero dizer que os da desportiva não tomassem iniciativas e não tivessem uma visão associativa, ou que os do turismo não estivessem empenhados na vida associativa, estou a pôr em patamares e graus diferentes. De uma forma geral, havia um conjunto de preocupações comuns que uniam as pessoas. Apesar

da diversidade e das divergências tinham fatores comuns. Desde logo o repúdio pelo regime fascista, autoritário, que reprimia os estudantes.

Existiam, então, divergências entre os PC e os *pops*.

Eram os PC, os *pops*, os que depois vieram a dar origem à UDP. Havia divergências entre as várias correntes maoistas.

A partir do meio dos anos 60, com o advento de correntes maoistas, havia rivalidades tão grandes entre si, como entre elas e o PCP. Havia grandes divergências na condução da luta estudantil. E convergiam face a um inimigo comum, o PCP.

Utilizou a palavra sectárias.

Sectárias foi uma palavra mal empregue. A partir de certa altura, o Técnico começou a estar fechado, e começou a haver um debate de ideias entre o grupo que concorreu e ganhou as eleições seguintes, que era o *Para a Unidade do Movimento Associativo!* e os *pops*, que adquiriram esse nome, porque eram *Por um Ensino Popular!*

Entretanto, houve divergências em relação à condução das coisas e apresentaram-se três listas. A associação não estava a funcionar muito, houve uma altura em que estava fechada. E acabou por haver alguma fricção. Eu estava no *Para a Unidade do Movimento Associativo!*, que formou uma direção e o *Por um Ensino Popular!* tinha outras conceções.

A lista que sucedeu à do Joaquim Carneira foi a do Carlos Costa?

Foi. A sigla era *Para a Unidade do Movimento Associativo!* e começou a haver fricção nessa altura. Enquanto quiseram a minha colaboração, eu colaborei, como é óbvio.

Em termos discursivos e ideológicos, quais eram as diferenças entre uns e outros?

As diferenças eram todas! É difícil estar a tipificar, porque eram linhas divergentes. A estratégia e a tática de abordagem dos problemas eram diferentes.

Pedia que me explicasse a diferença entre delegados de curso e Comissões de Curso. As Comissões de Curso surgem mais tarde, não é?

Não. Quando eu entrei para o Técnico já havia Comissões de Curso.

E denominavam-se Comissões de Curso?

Acho que sim. As Comissões de Curso eram comissões para um determinado curso, como química, civil, etc.

As comissões são o mesmo que a Junta de Delegados?

Não. Havia uma reunião de colaboradores, que eram as pessoas que colaboravam com a associação. Isto não tenho a certeza, gostava de afeirir melhor porque, pouco depois de eu entrar, as Comissões de Curso perderam um bocado de peso. Mas havia Comissões de Curso que eram do curso de química, de eletricidade, etc. Havia os delegados de curso, que eram do 1º de química, do 3º de eletricidade, do 5º de civil, ... Julgo que as Comissões de Curso saíam dos vários delegados do mesmo curso. Mas quando fui para o Técnico, isso estava a ter menos expressão. Eu estava mais do lado dos colaboradores, embora julgo que tenha sido delegado de curso, já em química.

Referiu a relação da associação do Técnico com a Pró-associação dos Liceus. Pode falar-me sobre as relações institucionais entre as diferentes associações. Recorda a presença de alunos de fora do Técnico na associação? Os alunos do Técnico frequentavam outras associações?

Há documentação e há um CD que tem documentos do IV Seminário. Talvez em 66/67 ou 67/68.

Teve uma curiosidade: o diretor do Técnico, o prof. Luís Almeida Alves, foi lá no dia da abertura cumprimentar as pessoas. Era um personagem que algumas pessoas consideram controverso. Foi a pessoa que fechou o Técnico em 68, por causa da sala de alunas, mas de quem eu, no contexto que existia na universidade, faço uma apreciação muito positiva. Acho que foi uma pessoa com seriedade. Tinha as suas opiniões, como toda a gente, mas até faço um balanço positivo dele e tem essa curiosidade de no

primeiro dia da realização do IV Seminário de Estudos Associativos cumprimentar uma realização associativa da academia, que se realizava na associação da escola dele. É uma coisa de que as pessoas não falam, mas que é muito curiosa e que não era bem vista pelo regime. No IV Seminário de Estudos Associativos estava a academia toda.

Houve outros plenários que se fizeram no Técnico, como houve plenários que se fizeram na cantina velha ou naquela alameda em frente à reitoria, entre Letras e Direito. Geralmente tínhamos um *agradável* convívio com a polícia. Às vezes, já estavam lá e nem deixavam realizar nada. Mas tentava-se que fosse dentro de escolas ou de recintos universitários.

Quando havia sessões de canto livre, teatro e outras, as pessoas de todas as escolas iam assistir aos espetáculos. Eu fui a muitas iniciativas em Agronomia, em Ciências e em Económicas, que era uma associação bastante importante, tinha instalações grandes e uma cantina própria. Medicina tinha uma pró-associação, com uma sala de alunos grande, onde também se podia estar. Como eu, que ia às outras associações, as pessoas das outras escolas também iam à associação do Técnico. Havia algum intercâmbio. A associação do Técnico, pelo papel de *pivot*, apoiava escolas que estavam com dificuldades ou fechadas. Quando o Técnico esteve encerrado, nós também íamos para as outras associações. Às vezes estavam várias associações fechadas, aí o refúgio era Medicina, porque a sala de alunos era mais ou menos gerida pela pró-associação. As instalações eram pequenas, a sala de alunos grande. O Hospital de Santa Maria era uma maravilha, porque ali a polícia nunca nos apanhava. Os médicos e o pessoal de saúde eram normalmente solidários connosco e, se fosse preciso, escondiam-nos. A gente ia por aqueles corredores onde ninguém se entende, até porque muitas vezes com os próprios estudantes de medicina, e aquilo era um sítio um bocado complicado para perseguirem estudantes, também devido à presença dos doentes.

O Técnico era a escola *pivot*, desde logo pelas instalações que tinha, mas também pela capacidade económica. Apoiava fazendo edições de coisas que outras associações não tinham capacidade económica para fazer. A Pró-Associação

dos Liceus, que depois foi o MAEESL – mas eu já não estava lá – ia pedir apoio ao Técnico, quando queria fazer comunicados. Em geral era disponibilizado papel, copiógrafo, tinta de copiógrafo ... Muitas vezes eram os próprios estudantes dos liceus ou das associações que faziam lá os comunicados com aquilo que lhes era disponibilizado.

Quando foram as cheias de novembro de 67, o Técnico foi o centro nevrálgico de todas as operações. O ginásio foi armazém das mais variadas coisas para apoio às populações.

Que tipo de coisas?

Alimentos, agasalhos, calçado, mantas, cobertores ... porque muita gente ficou sem nada.

Aí é curioso ver que o governo e as autoridades não fizeram nada. Foi aquilo a que agora se chama a sociedade civil e, em particular, os estudantes, que se mobilizaram para apoiar as populações. Isso foi um momento de viragem para muitos estudantes, porque muitos que tinham criada em casa não faziam ideia do que era o dia a dia fora do mundo deles. As pessoas vivem num meio, vão para um liceu que reproduz um bocado o meio em que vivem, vão para uma universidade que reproduz muito o meio em que vivem, e depois não têm consciência do que é a vida dos outros.

Os estudantes universitários pegaram em pás e em enxadas e foram desentulhar localidades, como Quintas, em que morreram dezenas soterrados na lama, em que as pessoas estavam na mais absoluta miséria, em que não houve nenhum apoio. Foram os estudantes que conseguiram logo chegar aos locais e organizaram-se. Os primeiros a chegar foram os bombeiros, mas meios oficiais de proteção civil não houve. Os bombeiros foram os mais importantes, até porque tinham os meios, sabiam o que estavam a fazer. Os bombeiros eram voluntários daquelas zonas. Não sei se terão ido alguns sapedores. As populações também se mobilizaram. Os estudantes souberam da tragédia na manhã a seguir às chuvas e às cheias, quando foi chegando informação e – espantosamente, não sei como – imensa gente de Lisboa foi fazer dádivas ao Técnico.

Não sabe como?

Não sei como. Passou de boca em boca.

Porque ficou ali o centro coordenador?

Porque era a associação que tinha mais condições. [Tinha] capacidade económica e logística. Era uma zona central de Lisboa.

O governo tentou evitar que os estudantes fossem para os locais, tentou proibir que empresas de camionagem alugassem autocarros. Algumas desobedeceram ao governo. Julgo que chegou a haver uma altura em que eles disponibilizaram camionetas oficiais para levar material.

Os médicos e pessoal de enfermagem foram voluntariamente para os hospitais, porque não havia centros de saúde por todo o lado, como sucede desde o 25 de Abril. O pessoal de saúde acorreu e houve gente que esteve dias e noites seguidas sem dormir nos hospitais, para socorrer as populações.

No Hospital de Alhandra – estive lá – houve o inestimável apoio das senhoras do Movimento Nacional Feminino que chegavam em Mercedes e vestidas de casacos de peles. O ministério tinha dado ordem à administração do hospital para lhes dar uma sala. As senhoras, que iam com os saltos altos, em bicos de pés, subiam as escadinhas e instalavam-se lá na sala. Enquanto saíam dos Mercedes, entravam, ouviam algumas observações de médicos, de enfermeiras, de estudantes, de toda a gente que estava ali, que a boa educação não me deixa reproduzir, até porque algumas eram um pouco violentas e bastante vernáculas. Essa foi a vertente do regime fascista no que diz respeito ao apoio às vítimas.

Na prática fizeram alguma coisa?

Elas eram do Movimento Nacional Feminino e se alguém fosse lá pedir-lhes caridadezinha ... não sei se fariam alguma coisa, nunca lá entrei. Só vi passar algumas no dia em que estive no Hospital de Alhandra, porque antes disso estive em Quintas. O apoio do Movimento Nacional Feminino era uma coisa chocante e caricata. No meio daquela confusão toda, ver as senhoras do Movimento Nacional Feminino a chegar naqueles preparos, acabadas de ir ao cabeleireiro, emproadas e bem-postas e a saírem de Mercedes é uma aberração.

Os estudantes mobilizaram-se em grande número, nomeadamente os do Técnico. Já não tinham autocarros onde seguir. Desentulharam coisas, encontraram cadáveres e fizeram calos nas mãos, a maioria nunca tinha feito trabalho manual. Muito do material era dos bombeiros que o cediam aos estudantes, eles estavam lá e nós estávamos ao lado dos bombeiros. Eles sabiam o que fazer e diziam como. Nós nunca nos tínhamos visto naqueles assados. Também tentávamos levar rações, sandes, água, leite.

Os jovens viram um outro mundo e isto criou uma revolta. Revoltaram-se perante a insensibilidade do regime àquela desgraça.

As notícias sobre o número de mortos eram censuradas.

A propósito das recentes enxurradas da Madeira, recordei os 462 mortos, em 1967. Nunca se soube exatamente quantos morreram. Ninguém tem dúvida que foram muitas centenas. Só em Quintas, se calhar, foram centenas.

Eu não percebo como é que tantas pessoas anónimas souberam e foram deixar víveres e agasalhos à associação. As coisas chegavam e eram separadas no ginásio: vestuário de homem, de mulher, de criança. Acho que no de criança não se chegava a separar por tamanhos. E chegavam cobertores, produtos alimentares, leite. Apesar da censura, houve comunicados dos estudantes a denunciar a situação. Para evitar serem presos durante a distribuição, atiravam-os para o ar.

Houve alturas do ME em que nós fazíamos distribuição de comunicados à população.

Aquilo era tudo um bocado louco, porque iam quatro ou cinco pessoas, chegavam à *Capri*, à *Roma*, à *Mexicana* – estes cafés finos da Lisboa de então – ali na avenida de Roma, Guerra Junqueiro, saltavam para cima de uma cadeira, os outros punham-se com ar de seguranças e um fazia o discurso, distribuíam comunicados, desapareciam.

Não sei até que ponto a PIDE ficava preocupada com isso. Até porque esses cafés eram frequentados por classes altas. Mas, se o ficassem, teriam reprimido. Talvez não gostassem destas iniciativas, mas é a tal história: na universidade estavam muitos filhos de coronéis, generais, banqueiros. Alguns eram do movimento associativo por uma certa revolta contra uma

disciplina exagerada em casa ou que apanharam no Colégio Militar. Acho que aquilo influía, porque havia um peso grande de filhos de militares e que tinham estado no Colégio Militar no movimento associativo.

Quais foram os momentos mais marcantes do ME enquanto estudante do Técnico?

Foram as cheias, seguramente.

Foi também a greve a exames feita no ano letivo de 72/73, em que o Técnico foi cercado por forças policiais, com cartas para os pais dos alunos a pressionar para que os alunos fossem aos exames, com carrinhas fechadas de cortinas nos vidros a irem buscar os estudantes que quisessem furar a greve. As carrinhas do ministério da Educação, ou fosse do que fosse, não eram carrinhas da polícia, eram particulares – se fossem da polícia davam muito nas vistas. Os estudantes tinham essa oferta, quem quisesse furar a greve podia contactar o Técnico, que proporcionava aqueles furgões pequenos que iam com cortinas corridas e entravam diretamente.

A polícia estava a cercar a zona, eles entravam sem problemas, com gente dos piquetes de greve a ser presa.

A informação que obtivemos de assistentes – porque muitos eram também contra aquilo e tinham acesso aos números – foi que depois deste processo todo, com gente a prescrever – prescrever significava não poder continuar a estudar – furaram a greve cerca de 4% dos estudantes, ou seja 96% aderiram. Isto é qualquer coisa marcante, porque foram condições difíceis. Muitos foram pressionados pelos pais. Aqueles que eram de fora, mandaram os filhos ir para casa e vir cá só na altura dos exames, tentando forçar a que os fizessem.

Falávamos sobretudo com colegas que iam saber o que se passava. Apanhámos um ou outro que dizia ir fazer exame e não queria a carrinha. Era uma ação de persuasão. E alguns foram presos.

Não foi preso?

Não, e era um dos coordenadores dos piquetes de greve.

Como foi a experiência?

Era um trabalho normal. Na organização havia as pessoas para os piquetes de greve: um grupo vai para aqui o outro vai para ali. Eu tinha carro nessa altura, passava para ver como as coisas estavam a correr. Não podíamos estar ao pé do Técnico, porque os que estavam demasiado próximo estavam mais sujeitos a serem presos. Alguns estavam mais próximo, outros mais longe, interessava dominar os acessos e dialogar com os colegas. Uns estavam ainda indecisos e queriam saber como estavam as coisas. Se houvesse uma avalanche de gente a fazer exame, também teriam acabado por ir, com medo de ficar numa situação isolada e da repressão que se seguiria. Muita da gente que não foi, prescreveu mesmo. Acho que acabaram por não ter em conta essa prescrição, mas aí eu já estava expulso do Técnico.

Na reabertura do ano letivo de 1973/74 só entrei lá três vezes.

A primeira vez fui pedir o cartão, que eles tinham distribuído e que eu não tinha. Disse que não precisava de cartão nenhum, porque era estudante e avançamos com ar decidido. Eles tiveram um certo receio e abriram alas à nossa frente.

Ainda houve uma segunda vez que entrei e saí, porque a polícia estava armada com cacetes.

A terceira vez que entrei, antes do 25 de Abril, e depois deles terem instituído o controle de entradas, foi porque me chamaram para tratar de *assunto do meu interesse*. Apesar de estar expulso, deram-me um papel de adiamento militar, porque não me queriam na tropa.

Porquê?

Porque eles não queriam as pessoas que eles achavam, ou suspeitavam, que estavam ligadas ao PC e que acreditavam que iam para a tropa para organizar deserções coletivas. Não lhes dava grande jeito. E, abandonaram a política de castigar os estudantes com idas para a tropa, que foi seguida na crise académica de 1969, em Coimbra, e que deu origem a que, num juramento de bandeira em Mafra, ninguém o tenha feito. Os altifalantes transmitiam uma parte do juramento que era suposto os cadetes repetirem.

Transmitiram uma vez: silêncio sepulcral.

Transmitiam uma segunda vez: silêncio sepulcral.

À terceira, os oficiais de quadro, que estavam à frente dos pelotões e que já tinham jurado bandeira na altura própria, repetiram o juramento a plenos pulmões com o resto em silêncio.

Posteriormente, houve pelotões completos, ou quase completos, que desertaram. Eles acharam que não era uma boa estratégia e começaram a ter uma política de: se se fossem embora, melhor.

No princípio dos anos 70, tive passaporte por cinco anos para todos os países com quem Portugal tinha relações diplomáticas, que ainda era válido no 25 de Abril, e davam-me licenças militares por seis meses, sem pestanejar para ver se eu ficava lá.

Como referi, quando fui expulso, chamaram-me para me dar o papel do adiamento. Fiquei contente, não estava interessado em ir para a tropa. Mandavam uma carta para casa, a pessoa chegava lá com a carta e apresentava-a aos contínuos e aos polícias. Ainda hesitei se ia lá ou não, não sabia muito bem o que ia sair dali. Achei que se eles me quisessem prender iam buscar-me a casa, não precisavam de me chamar ao Técnico, era um bocado disparate a hesitação e fui lá.

Outra coisa marcante foi, na greve anterior, no ano letivo de 71/72, com o diretor Fraústo da Silva, quando, pela primeira vez a polícia fardada entrou dentro do Técnico. Aparentemente, ele ou alguém os chamou. Aí houve um período em que a associação também esteve fechada e houve negociações prolongadas. Nós já éramos direção, porque entretanto ganhámos as eleições e essa parte da negociação já foi connosco. Houve um período prolongado de negociação entre a associação e o governo, intermediado pelo homem que depois foi para diretor chamado Sales Luís, para mim de muito má memória. Fizemos reuniões com dirigentes da associação, um conjunto de assistentes de esquerda, e esse professor Sales Luís, que era o que nos dizia que ia *levar as cartas a Garcia*. Era a expressão dele.

Levar as cartas a Garcia?

Ou seja, que ia transmitir as nossas posições ao governo, e depois haveria de trazer a resposta, que eu agora digo que seria a carta do Garcia.

Ele fez de intermediário. Chegámos a uma altura em que se fez, na Cidade Universitária que tem um pavilhão grande, um plenário devidamente autorizado com 2000 e tal estudantes do Técnico para tentar chegar a uma solução e reabrir o instituto. Havia um conjunto de condições propostas pelo governo e que não tinham sido acordadas – neste momento já não sei dizer quais – e nós, ao fim de dois dias e duas noites sem dormir, decidimos que a proposta a levar continha coisas inaceitáveis. Chegámos à reunião geral de alunos do Técnico, onde houve algum apoio da parte da estrutura do Técnico para ajudar a convocá-la, com uma proposta diferente do que o governo pretendia.

Onde é que foi realizada essa reunião?

Foi no pavilhão do Estádio Universitário. Isso já estava autorizado, porque era a conclusão daquelas negociações. Não sei se eles alguma vez tiveram ilusões de que nós íamos aceitar aquelas condições.

Não se lembra das condições propostas?

Sei que havia condições prévias, agora sinceramente não me lembro quais. Estávamos todos com duas noites sem dormir. Duas noites na farra são um bocado violentas, duas noites a partir pedra, a trabalhar e a discutir é pior, muito desgastante. Saímos da RGA, fomos comemorar e depois dormir. A seguir à reunião, tivemos de saber se o governo mantinha a reabertura da associação e do Técnico, porque estavam as duas coisas fechadas. Mantiveram. Acabaram por ceder, era uma situação insustentável.

Para vocês foi uma vitória ...

Completa. Ao contrário do que aconteceu no ano seguinte, em que a adesão à greve excedeu as expectativas de toda a gente, foi uma grande vitória e uma grande derrota do regime. Depois, pela força policial, acabaram por afastar 70 estudantes, em outubro de 73, com base no decreto mais fascista que o regime produziu, assinado pelo ministro Veiga Simão, agora tido como um ilustre democrata. Dava poder aos diretores para não aceitarem as matrículas dos estudantes sem processo disciplinar e sem qualquer fundamentação, simplesmente dizendo que eles eram prejudiciais à escola.

Eu tive um processo disciplinar em 69, mas pude responder ao processo, que acabou por ficar em nada. Havia um formalismo de legalidade, as pessoas eram acusadas e podiam defender-se. Depois, a decisão do processo não tinha nada a ver com o ser-se culpado ou inocente, tinha a ver com a relação de forças política. O processo foi arquivado ou não teve efeitos práticos, porque eles acabaram por reabrir o Técnico e a associação. Se fossem expulsar aquelas pessoas iam reabrir uma crise. Acho que o processo nem foi arquivado, mas foi esquecido.

Fui estudar para o Porto em 69/70, para o caso deles ainda decidirem expulsar-me do Técnico nesse ano, mas esqueceram e eu regressi ao Técnico. Nessa altura ainda havia uma tentativa de salvaguardar algumas aparências, de dar a ilusão de que havia uma audição e direito de defesa.

As bandeiras de luta dos estudantes foram, ao longo do tempo ...

Foram evoluindo. Nas questões pedagógicas, por vezes, houve coisas tão simples como cadeiras em que os exames eram três horas com consulta e, mesmo assim, se as pessoas não soubessem bem a matéria, chumbavam. Era o caso de métodos e processos químicos, era feito em grupos de trabalho e mesmo assim chumbavam bastantes. Era muito complicado. Houve uma altura em que o professor de processos químicos queria que os exames passassem a ser sem consulta, o que era uma coisa impensável. Acho que raros conseguiriam passar, porque implicava um conjunto de coisas muito complexas e de fórmulas químicas. Ninguém consegue ter aquilo presente e fazer um processo químico, do princípio ao fim, sem ter algum suporte. Acho que houve um acenar com a possibilidade de greve e o professor manteve a metodologia anterior.

Depois houve casos, como o exame de análise III, em que, pela primeira vez a polícia entrou no Técnico. O professor encarregou um assistente de dar as aulas, que foram tão mal dadas que quase ninguém estava preparado. A escola manteve os exames, dizia que não havia passagens administrativas. Ainda havia a hipótese de adiar um semestre e depois fazer a análise IV no 1º semestre do 3º ano, não contando para efeitos de reprovação no 2º ano. Havia

várias opções, mas a direção do IST resolveu que ia manter os exames. Houve greve a exames. O professor Fraústo da Silva foi com contínuos pôr quem queria furar a greve numa sala de desenho ao fundo do pavilhão central. Aquela sala tinha uma entrada para o anfiteatro e a entrada principal, e ele esteve na porta principal com um batalhão de contínuos a deixar passar os fura greves. Entretanto, quando já tinham entrado todos os que queriam fazer exame, que eram uns 30 num grupo de algumas centenas de alunos – normalmente, seria feito em várias salas e só aquela chegava e sobrava – nós tínhamos, miraculosamente, a chave de entrada do lado do anfiteatro que estava fechado.

Miraculosamente?

Claro. Abrimos a outra porta, invadimos aquilo e acabou-se o exame. Entrou a polícia, chamada não se sabe por quem. Mas é difícil que o professor Fraústo da Silva não tivesse conhecimento, pelo menos não se opôs à presença da polícia. A polícia foi para o pavilhão central, e, aí, já só houve uns 10 ou 12 que aceitaram fazer exame. Os outros que iam furar a greve não o fizeram e foram-se também embora. Ficou um número irrisório.

O Sales Luís, quando já era diretor, era professor de física, uma cadeira em que chumbava muita gente. Havia uma primeira chamada, na segunda a nota máxima era 14 – não era mais fácil, era menos difícil. Ele, em cima da primeira chamada, anunciou que quem não fosse à primeira não ia ter a segunda. Como aquilo foi dito de véspera, o que aconteceu foi que não houve tempo para fazer reuniões porque estávamos em férias de exames. Fomos lá para boicotar aquilo. As pessoas que tinham ido à primeira chamada concentraram-se. As salas ficaram vazias. Na última, ele começou a puxar as pessoas que estavam no piquete e que tinham ido promover aquela greve selvagem. Nenhuma greve era permitida, mas aquela não tinha sido previamente decidida coletivamente, embora as pessoas tenham aderido, quando se lhes explicou o que se estava a passar. Já todos sabiam que muito pouca gente iria passar na primeira chamada. Na última sala, em que já estava toda a gente, ele começou a tirar as pessoas do piquete, mas entretanto as que tinham sido postas fora reentraram e

ele garantiu que ia haver segunda chamada. A partir daí houve segunda chamada. Aliás, nunca deixou de haver.

Houve os mais variados episódios, uns com greves, outros com estas situações de boicotes, outros em que as pessoas diziam que aquilo ia dar mau resultado e os professores recuavam, outros com a polícia lá dentro, como esse caso paradigmático da análise matemática, quando era diretor o professor Fraústo da Silva.

Ainda não sei como, miraculosamente, conseguiram a chave ...

Ali faziam-se muitos milagres! A chave estava lá no chaveiro, era só uma questão de saber onde estava porque a porta do contínuo não estava fechada. Ele tinha sido mobilizado para a outra porta para fazer barreira e só entrarem os fura greves. Não foi assim um milagre tão grande.

As questões pedagógicas estavam sempre presentes, e havia coisas que eram absurdas.

Por vezes, havia a tentativa de impor coisas que não tinham justificação nenhuma do ponto de vista pedagógico ou havia aulas sem o mínimo de qualidade. Essa era uma preocupação constante, que as Comissões de Curso e a associação estavam sempre a discutir. Creio que os estudantes estiveram representados durante um determinado período em comissões pedagógicas.

Outra preocupação constante era a legislação repressiva, as limitações que punham às associações, a tentativa de limitar a liberdade de expressão.

Aconteciam coisas tão comezinhas como o aumento de preços das refeições. A história de 1968 em que a sala das alunas foi invadida, criando a crise de 68/69 em que o Técnico esteve fechado em dezembro, aconteceu porque nós estávamos a lutar por um subsídio suficiente para a cantina. Um dos passos desse processo de luta foi fazer-se um piquenique no pavilhão central. Já lá estavam alguns estudantes dentro, quando o diretor Luís Almeida Alves mandou fechar o pavilhão. Entretanto havia uns postigos por onde se conseguia passar e as pessoas – não tinham o volume que muitos de nós agora temos – passaram. O diretor – e aí estão as contradições do professor Almeida Alves – mandou uns contínuos fechar os postigos. Havia a

sala de alunas que tinha uma janela para o exterior e muitos estudantes que ainda estavam cá fora, nomeadamente muitos que traziam comida e loiças para o piquenique, passaram o material pela janela e, de lá de dentro, içaram-nos para entrarmos no pavilhão central.

O objetivo não era invadir a sala?

Não! Não houve o objetivo de invadir a sala de alunas, só que aquilo era chamado o gineceu e achava-se que era absurdo haver uma sala só para as alunas, onde os rapazes não podiam entrar. A partir do momento em que os rapazes entraram, declarou-se sala de convívio.

Seguiram-se notas do governo para justificar o fecho da associação, dizendo que os rapazes queriam casas de banho comuns com as raparigas.

Se não tivesse havido o encerramento do pavilhão central para evitar o piquenique, provavelmente a sala de alunas teria continuado por muito tempo. Foi uma coisa fortuita.

O que estava planeado era o piquenique por nós acharmos que a alimentação fornecida pela cantina tinha de ter padrões de qualidade mínimos. Os preços também subiram um bocado e havia dificuldades em manter a cantina. Apesar de ser uma associação economicamente bastante poderosa, era complicado ter um prejuízo em cada refeição.

A luta centrou-se aí.

É curioso que depois houve um abaixo-assinado de várias figuras católicas da JUC. Entre as quais da presidente da JUC feminina e julgo – não tenho a certeza – que também de um elemento da JUC masculina, mais tarde muito conhecido, chamado António Guterres, que em 71/72 participou em reuniões gerais de alunos, embora não fosse colaborador associativo. Mas era participativo na JUC e ia às reuniões gerais de alunos.

O abaixo-assinado era sobre ...?

Sobre a sala de alunas, para passar a ser uma sala de convívio de todos alunos. Não tenho a certeza se era abaixo-assinado ou outro tipo de documento, mas sei que uma coisa curiosa é que a presidente da JUC feminina assinou-o.

Quem era a presidente da altura?

Não me lembro. Deu-se um grande aumento dos preços de combustíveis e não era sustentável a associação pagar o aquecimento da piscina, que também era utilizada por entidades exteriores por acordo com o ministério da Educação. Havia coisas pontuais que justificavam ações de luta da associação.

E no meio de tudo isto não entravam questões de carácter mais político, como a guerra colonial?

Oficialmente a guerra colonial não era do movimento associativo, mas do ME. Havia essa pequena diferença.

Não quer dizer que o movimento associativo não fosse também contra a guerra colonial e contra o fascismo, mas era necessário ter algumas cautelas para defender as associações. Havia grandes cautelas nalgumas coisas, nomeadamente com a utilização dos copiógrafos.

De uma maneira geral, dominava um sentimento antiguerra colonial. Não é por acaso que a arma de engenharia do Exército e a Força Aérea, quando chegaram ao 25 de Abril, tinham posições tão dissonantes perante o regime. Os oficiais de engenharia – os da Marinha não, porque o curso era dado na Escola Naval – da Academia Militar, que servia o Exército e acho que também a Força Aérea, iam fazer cadeiras ao Técnico. Já nos anos 70, contrataram professores para dar essas matérias na academia. Havia jovens da carreira de oficiais, que estavam a estudar engenharia frequentando aulas no Técnico. Acabavam por ter amizades com estudantes civis. Eram influenciados e viviam outra realidade de ensino, sem terem de bater a pala a ninguém.

Havia uma certa preocupação das pessoas mais conscientes em falar com eles, de algum modo politizá-los e fazer-lhes sentir como o país estava, o que era a guerra colonial e a falta de liberdade. Alguns desertaram com outros militares sob as suas ordens.

Havia coisas do ME que também estavam entrosadas com o movimento associativo.

Uma associação não convocava uma manifestação contra a guerra colonial, mas uma entidade estudantil sim.

De ao pé dos portões do Técnico podia sair uma manifestação contra a guerra colonial, tal como aconteceu. Talvez a que se transformou na maior manifestação contra a guerra colonial saiu de fora do IST. Teoricamente era uma manifestação contra a guerra do Vietname – as manifestações contra a guerra colonial eram convocadas como manifestações contra a guerra do Vietname – e eles puseram a polícia à nossa espera no percurso para o destino previsto: a embaixada dos Estados Unidos. Não fomos pelo percurso anunciado. Fomos em direção ao Chile, estavam à nossa espera do outro lado e, quando passámos junto à *Portugália*, uns agentes provocadores diziam:

– A embaixada é por ali, a embaixada é por ali! – para cortarmos em direção à Estefânia, onde estava a polícia de choque. Não era essa a nossa ideia. As pessoas estavam a gritar *slogans* contra a guerra colonial e só nos pararam nos Anjos. O trânsito embarrancou, a polícia não conseguia chegar, porque nós estávamos a ocupar a via.

Era uma manifestação muito grande que foi reprimida com uma violência indescritível. Era um assunto muito sensível para o governo. Os polícias bateram desalmadamente, cães morde-ram nas pessoas, uma série de gente foi presa.

Nessa manifestação fomos saudados pelo Fernando Lopes Graça, o compositor ia num elétrico e saudou efusivamente os manifestantes.

Saudou como?

Eu sei que saudou, porque eu vi-o e sabia quem ele era, mas o que ele disse, não sei. Foram manifestações que davam ideia do apoio das pessoas. Sabendo quem era o Lopes Graça não surpreendia que ele tivesse apoiado. Vinha na parte de trás do elétrico, em pé, e chegou-se para a ponta. O elétrico estava parado, e quando a manifestação passou ele, ia saudando as pessoas. Obviamente já não lembro de pormenores, isto foi há muito tempo.

Essa manifestação foi em que ano?

Julgo que já é de 1969. Já lá vão 41 anos.

Lembra-se como decorriam os processos de luta? Como se iniciavam, se desenvolviam e terminavam?

Iniciavam-se sempre coletivamente, tirando casos pontuais, como o de física II em que não houve tempo para reunir as pessoas que estavam em férias de exames. Foi tão próximo da altura do exame que houve pessoas que estavam a contar com a segunda chamada.

Tirando esses casos em que tinha de se fazer alguma coisa sem haver uma decisão, partia-se sempre da discussão coletiva dos estudantes interessados. Se era uma coisa pedagógica, de uma determinada cadeira, partia sempre da discussão coletiva desse grupo, se era um assunto global havia reuniões gerais de alunos, ou uma reunião de curso, ou uma de ano.

Análise matemática era do 2º ano, houve uma reunião de ano. Matemáticas gerais e análises matemáticas eram as únicas cadeiras comuns a química e aos outros cursos nos dois primeiros anos.

A partir daí a luta era coordenada pela associação ou, quando eram questões pedagógicas ou de curso, pelas Comissões de Curso. Pediam-se reuniões aos professores quando eram questões pedagógicas. Algumas resolviam-se e outras não. Havia casos em que se chegava à greve. A maior parte das situações era resolvida, porque os professores sabiam que frequentemente aquilo dava em greve e não a queriam. Chegava-se a uma plataforma de entendimento. Por regra, havia discussão e decisão coletiva dos estudantes. Muitas vezes as decisões eram tomadas com base num conjunto grande de propostas diferentes.

As lutas tinham géneses diferentes e nem sempre desenvolvimento igual. Quando foi o processo da cantina, antes do piquenique no pavilhão central, realizaram-se na cantina ações de protesto.

... que terminavam normalmente como?

Terminavam das mais variadas maneiras. Às vezes com discussão, negociação, em que as coisas passavam por moldes mais aceitáveis ...

No caso da piscina, a dada altura, decidimos encerrá-la, mas como era utilizada por entidades exteriores, o ministério acabou por dar o subsídio para o combustível.

Em 72, a greve e as negociações na Cidade Universitária acabaram com a reabertura do Técnico e da associação e a recalendarização dos exames.

Em 73, acabou por ser anulado o ano letivo e houve as expulsões, ficando a associação fechada até ao 25 de Abril e o Técnico sob controlo policial.

Se for mais para trás, para o 40900, também houve luta. Cada caso era um caso, tendo desenvolvimentos e conclusões diferentes.

No caso da sala de alunas, o Técnico esteve encerrado até janeiro, a direção foi suspensa, mas mantiveram os funcionários. Os trabalhadores da associação continuaram a funcionar, a cantina servia refeições, a secção de folhas trabalhava e nós é que estávamos suspensos. Na prática continuávamos a coordenar a atividade da associação. Criaram-se umas comissões para-associativas para não pôr em causa as pessoas da direção anterior – da direção e não só, porque estava com um processo disciplinar e era diretor da propaganda. O Crisóstomo Teixeira da Reunião Interpropagandas, não era do Técnico e também tinha um processo disciplinar. Ninguém sabia oficialmente quem formava as comissões para-associativas. Tinham mais umas pessoas, mas eram as que dirigiam antes a associação. Associação e instituto reabriram em janeiro. A associação funcionava, sob a direção do diretor do Técnico, o prof. Luís Almeida Alves. Ele fechava os olhos e nós continuávamos a dirigir. Depois estivemos em negociações, várias vezes, no ministério com o então ministro, o prof. Hermano Saraiva – hoje tão conhecido da televisão – e nas reuniões desesperávamos.

Desesperavam? Porquê?

Porque nós íamos falar da reabertura da associação e ele respondia-nos com poesias, as arvorezinhas, as florinhas ... e nós:

– Está bem, mas a gente quer é falar da associação!

Ao fim de três ou quatro reuniões com o ministro, um elemento da comissão disse:

– Só vou à próxima se me deixarem levar uma pistola carregada. Quando ele falar da paz, das avezinhas e das florinhas eu *pum!*

Isto era a brincar ...

Falava mesmo disso?!

Era uma conversa deste tipo. Isto é ironizando, mas nós falávamos da reabertura da associação e ele falava sobre a harmonia, a paz, que devíamos era ir para a harmonia.

– Está bem, mas a gente quer é que a associação reabra.

E ele não respondia. Era um desespero.

A comissão foi dizer aos estudantes:

– Isto não vale a pena, dali não sai nada. Ele nem sequer fala da questão de fundo.

E assim decidiu-se uma primeira greve de não sei quantos dias.

Na véspera ou no dia da greve, já não sei precisar, apareceu afixada nos portões do Técnico uma deliberação da reabertura da associação com data anterior à marcação da greve. Também não marcávamos as greves com grande antecedência. Normalmente, era com poucos dias de antecedência, às vezes para o dia seguinte, mas apareceu um ofício com data anterior à marcação da greve. A associação estava aberta, não era dirigida por nós e havia coisas a que não tínhamos acesso. Foi aceite fazerem-se as eleições para voltarmos a ter uma direção da associação.

Nunca me foi notificado que fossem arquivados os processos disciplinares! Entrava a escola em greve no dia em que eles sancionassem algum de nós. Como eles sabiam isso, e penso que também não queriam arquivar, porque seria uma cedência, tanto quanto percebi, foram esquecidos.

Houve mudanças no ME no período em que esteve no Técnico? Como as caracteriza?

Mudanças houve. No ME ou fora?

Dentro do ME. Está-me a perguntar dentro ou fora porquê?

Porque há uma fase em que o Salazar cai da cadeira, vem o Marcelo, há aquele período hesitante.

De alguma expectativa.

Eu não tinha expectativa nenhuma. O governo tentou apresentar-se como tendo uma face mais humana, menos ditatorial, em que houve a eleição de deputados que eram de dentro do regime, mas mais liberais, como Sá Carneiro,

Pinto Balsemão. Mas, já se sabia, o regime não ia mudar por dentro. As pessoas tinham poucas ilusões, porque a PIDE continuou, mudou de nome, a repressão, com pequenos retoques, pequenas maquilhagens, continuou. As pessoas à esquerda não acreditaram na chamada primavera marcelista. Houve pequenas alterações rapidamente anuladas.

E em relação ao ME?

Em relação ao ME, desde que entrei para lá até que saí, houve alterações porque ganharam direções com diferentes perspetivas, que conduziam as lutas de maneiras diferentes, com estratégias diferentes, umas mais abertas, outras mais fechadas. Intensificou-se o confronto ideológico, com a proliferação de correntes maoistas. Quando eu entrei estava uma direção, mais ou menos de unidade, havia duas listas e depois foram buscar uma terceira pessoa que não era nenhum dos candidatos a presidente, e houve alguma fusão das listas.

Qual era a lista?

Era a direção do Pedro Coelho.

Depois, se não estou em erro, foi a do Sacramento, ligada às áreas maoistas.

Depois a do Leitão, que eu não sei definir.

Depois o Técnico está fechado.

Aparece a direção liderada pelo Mariano Gago, que é uma espécie de unidade entre algumas áreas, mais heterogéneas.

O Vieira Lopes era ligado ao que a seguir veio a ser a UDP.

A direção do Joaquim Cardeira teria ligações ao PCP (m-l), aquela em que participei era afeta ao PCP.

É obvio que, se são sensibilidades diferentes, têm abordagens diferentes. De uma maneira geral, foi uma transição em que aparecem correntes defendendo a unidade dos estudantes com o povo trabalhador. Durante os anos 60, principalmente no final, começa essa palavra de ordem, o que representa alguma mudança. A nível do ME há o período da guerra do Vietname e do assumir de posições contra a guerra colonial, que se foi tornando mais vivo no fim dos anos 60 e princípio dos anos 70. Começou-se a contestar mais abertamente a guerra colonial. Chega-se a um período de tomada de consciência

contra a guerra colonial, mas não há transições bruscas. Mantém-se sempre presente a vertente pedagógica, mas se calhar ela tinha mais peso até 67/68. Depois dá-se uma politização maior dos estudantes e, particularmente, dos ativistas. Nas associações estavam presentes diferentes linhas, o que gerava problemas na RIA. Uma linha podia estar representada em duas ou três, outra em três ou quatro, outra linha podia estar só numa associação.

Então considera que foram essas as principais mudanças?

A politização já existia contra o fascismo e a repressão, na consciência do buraco que era a guerra colonial e que não fazia sentido estar nas colónias e também associada ao *flop* dos americanos no Vietname. Estas coisas vão evoluindo e vão-se mantendo, mas ganharam alguns momentos de maior expressão. No caso do Técnico, a evolução tem a ver com as direções que estão lá. No ME em geral, é uma relação de forças em que uns grupos ganham as associações e perdem outras. Há equilíbrio no ME de Lisboa.

Que organizações de juventude existiam no Técnico enquanto foi estudante?

Havia a Juventude Universitária Católica.

Movimentos do tipo PCP (m-l) e mesmo o MRPP, eram essencialmente estudantis. Fazia pouco sentido o MRPP ter uma organização de juventude, eles eram todos da universidade ou recém-saídos. O Partido Comunista, a certa altura, tinha organizações de juventude. Mas falar em organizações de juventude, se calhar, só a igreja Católica e o Partido Comunista é que tinham organizações de juventude relativamente autónomas. Não sei se haveria outras.

Que relevância tinham essas organizações no Técnico?

Foi variando. A JUC tinha um peso maior numas alturas, menor noutras. Mas não estava no ME, nem no movimento associativo, embora pessoas, como o Guterres, naquela altura de 71/72, fossem às reuniões gerais de alunos e exprimissem as suas opiniões. Havia alguma relação com o movimento associativo, mas, embora em colaboração com o ME, nunca foram direção associativa – pelo menos desde que eu

me lembro. Pode ter sido em anos mais recuados, mas desde o final dos anos 50 acho que não tiveram direções associativas.

Alternava-se entre direções ligadas ao PCP e/ou a várias correntes maoistas, além de estudantes não ligados a organizações políticas.

As coisas não tinham o controlo férreo que algumas pessoas pensam que havia. Era mais uma questão de linha ideológica, programática. Há uma história engraçada que é contada por Murteira Nabo.

A certa altura, penso que tinha havido uns problemas em Económicas, eles resolveram fazer uma direção de bons alunos. Então, foram buscar o Octávio Teixeira e outros. Parte dos tais bons alunos era gente com ligações ao PCP, que ele nem imaginava, e descobriu, porque a PIDE foi a casa de um e este pediu-lhe para avisar outro. Como o outro não estava, ele foi ao quarto dele ver se havia coisas para deitar fora e encontrou uma série de propaganda clandestina do PCP, que deitou fora.

Estas coisas eram um bocado difusas. As pessoas não podiam andar com emblemas na lapela, porque era prisão certa. Embora, entre nós tivéssemos consciência de quais eram mais ou menos as orientações. A maior parte das pessoas não tinha ligação orgânica a nenhuma organização, quer fosse maoista, quer fosse do Partido Comunista. Tinham afinidades ideológicas.

Frequentemente as direções agregavam várias pessoas numa só lista. Houve duas listas na que depois foi a direção do Pedro Coelho e acabou por ser a única. Segundo os estatutos, um dos vice-presidentes ainda era eleito, salvo erro, pela Junta de Delegados ou pelas Comissões de Curso. Foi o caso do Redol. Depois houve algumas mudanças e passaram a fazer todos parte da lista, mas o Sacramento foi uma lista, o Luís Leitão foi uma lista, o José Mariano Gago foi uma lista. A do Vieira Lopes já não me recordo se foi só uma ou duas. No caso dos *pops*, ganharam a uma lista ligada aos que depois vieram dar a UDP: ganhou a lista *Por um Ensino Popular*. A seguir também houve uma lista que era *Por um Ensino Popular* e outra *Para a Unidade do Movimento Associativo*, que estava mais próxima da linha do PC.

Qual era a relevância da organização juvenil do PCP no Técnico?

Foi variando também. Em 72/73, ganhou as eleições, e já em 71/72 começou a impor as suas posições. Nas reuniões gerais de alunos, as posições dessa corrente eram frequentemente ganhadoras, e a direção, que era *Por um Ensino Popular*, perdia as suas propostas. Mas teve alturas de maior influência, alturas de menor influência. Quando estava o *Por um Ensino Popular* no Técnico e em Ciências, por exemplo, em Medicina e Económicas estavam pessoas ligadas ao PCP. Na crise de 69, em que estava aqui o Luís Leitão, mais ou menos maoista, ganha a direção em Coimbra uma lista que estava ligada ao PC. Vários dirigentes estudantis eram do PC. Medicina, nessa altura, era do PC. Houve um problema na RIA, com o José Manuel Jara da direção de Medicina, com o grupo *Por um Ensino Popular*. Não era uma sigla só do Técnico, mas também de Ciências. O presidente de Ciências, o Ferraz de Abreu, envolveu-se num ataque cerrado, e até físico, contra o José Manuel Jara. Houve grande confusão. Essa também foi uma das questões de grande fricção na reunião geral de alunos do Técnico, porque foi aprovada uma moção contra o grupo que tinha espancado o Jara a que também estava ligada a direção da associação do Técnico. Esse foi um caso um bocado extremo, porque era um estudante que quiseram expulsar da RIA dizendo que ele tinha posições de cedência e houve situações de confronto físico. De uma maneira geral, a RIA funcionava com as diferentes correntes e sem esses problemas. Numas alturas era mais para um lado, outras vezes mais para o outro, era um bocado parlamentar. E os momentos como este do Jara, que foi para lamentar, eram raros. O confronto físico não era frequente.

Com um inimigo comum conseguiram superar as divergências.

Conseguiam-se objetivos comuns. Não superar as divergências quanto à condução do movimento associativo, que eram grandes. Havia nas associações diferentes correntes.

Há casos como o de Económicas, com o tal grupo dos bons alunos. Havia essas iniciativas, porque tinham ocorrido prisões.

Era a única solução?

Não era a única solução. São aquelas ideias:

– Ah! Agora vamos pegar nos bons alunos que não estão ligados às organizações.

Não estão?

Pensavam eles. E vamos ver se agora não há mais gente presa, se não se criam aqui novas crises. Houve muitas situações diferentes. Esta, eu não vivi.

Isso foi em que ano, então?

Octávio Teixeira e Murteira Nabo são mais velhos que eu, mas eu julgo que isto foi a seguir à prisão de Nuno Álvares Pereira.

A vaga de prisões.

De 64/65, ligada ao PC.

A lista terá sido em 65/66?

Julgo que a lista terá sido por essa altura. Mas quem me contou isto foi Murteira Nabo.

Quais os acontecimentos mais marcantes da política nacional enquanto estudante?

Em primeiro lugar o 25 de Abril, a queda do fascismo e a libertação.

Depois, aquele período das eleições de 1969, em que o Marcelo Caetano tentou dar um ar de liberalismo e de que ia haver eleições e depois continuou a haver fraudes eleitorais. Mas foi aproveitado para um conjunto de ações de índole política.

Há o II Congresso Republicano.

Nessas eleições, participou ativamente ou foi apenas espetador?

Fui da distrital de Lisboa, da CDE. Fui do Movimento de Juventude Democrática, que acho que tinha pouca expressão e pouca ligação à juventude. Aliás, queriam pôr um candidato da juventude e eu e mais alguns opusemo-nos ferreamente e a pessoa que apareceu na reunião para ser candidato foi-se embora e não foi candidato da juventude coisa nenhuma.

Então porquê?

Porque, para já, apareceu lá um jovem para ser candidato da juventude, mas que nunca tinha participado nas nossas reuniões. Eu, pessoalmente, achei que não havia, embora houvesse

ali vários jovens que organizavam ações para jovens, um movimento com ligações suficientes à juventude para poder dizer:

– Vamos ter um candidato da juventude.

Não se justificava um candidato da juventude. Tinha de haver candidatos democráticos e pronto.

Ainda fomos ao Algarve tentar reativar alguma coisa, também de juventude, mas era uma coisa difícil.

A nível político houve muitos [acontecimentos] que eram estudantis e acabaram por ser [políticos]. A manifestação contra a guerra colonial foi também um momento alto.

Depois, as eleições de 73 já têm uma expressão diferente. Não havia ilusões quanto a liberdades e o governo já não disfarçava.

No período do Arlindo Vicente e do Humberto Delgado, em 58, houve grandes movimentações, várias manifestações do Primeiro de Maio, que não eram estudantis.

Depois das grandes lutas de 1961/62, em 65, 68 e 69 houve manifestações do Primeiro de Maio com alguma expressão.

Alguém deu pela morte do Salazar no Técnico?

O homem não morreu, foi morrendo. Ele caiu da cadeira, ficou em coma e foi operado, por um homem que deve ter-lhe custado os olhos da cara ter salvo um facínora daqueles, porque era um democrata, mas os seus deveres de médico sobrepuseram-se.

Houve aquela transição, o Américo Tomás foi mais ou menos mantendo aquilo com o mesmo governo, entretanto, veio o Marcelo Caetano. O Salazar estava *balbelhas*, mas o Marcelo Caetano ainda o tratava como se fosse ele o presidente do Conselho de Ministros, foi uma série de fitas. Ele não morreu, foi morrendo.

E acontecimentos internacionais de referência?

Há imensos. A revolução cubana, a crise dos mísseis em Cuba, o Maio de 68, a guerra do Vietname e o fim da guerra do Vietname, são, talvez, em termos internacionais, momentos marcantes.

O Maio de 68 teve influência no ME?

Influência teve com certeza. Houve gente que foi daqui para França, para o Maio de 68 e depois voltou, mas o movimento associativo e estudantil aqui tinha, de algum modo, uma dinâmica própria. Absorveu essas influências, mas não se pode dizer que há coisas que não teriam sido assim, se não fosse o Maio de 68.

Muita gente tenta ligar a história da sala de alunas ao Maio de 68. Se o professor Luís Almeida Alves não tivesse mandado encerrar as portas do pavilhão central, provavelmente não teríamos entrado na sala de alunas. Até podia acontecer porque a questão da emancipação feminina também estava em cima da mesa e o Maio de 68 teve aí algum papel. Podia ter acontecido mais tarde, mas podia não ter acontecido nunca. Aquilo já era contestado e gozado, era o gineceu, mas, provavelmente, não passava pela cabeça de ninguém, porque ia para lá quem queria. A maior parte das raparigas nem ia para lá. Apenas algumas, embora estivesse aberto a todas. Quando se tenta ligar a invasão da sala das alunas ao Maio de 68, eu acho que é pura imaginação. A influência que teve aí foi mínima. Havia influências de fora, mas isto era um meio bastante fechado.

Muitas das pessoas que fugiram da guerra colonial e foram lá para fora, não podiam voltar. Não era fácil viajar lá para fora. Havia limitações, nomeadamente estudantes universitários que estavam em idade de tropa. Nem todos tinham, como eu tive, passaporte por cinco anos e licença militar, eram só as pessoas que eles queriam que fossem embora. As influências chegavam, às vezes clandestinamente, através de jornais estrangeiros que falavam de coisas que se tinham passado cá, da história dos *ballets rose*, de escândalos, da guerra colonial. Mas temos que ter a consciência que circulavam em meios tão restritos que a influência que tinham era pequena. Era um país isolado.

Que balanço faz da sua experiência enquanto estudante?

Foi tudo uma experiência enriquecedora, é óbvio. Se eu pudesse voltar atrás, se calhar tinha estudado mais, continuando a estar na associação, teria estado um bocado menos. Mas as pessoas andam para a frente, e é muito difícil estar

a fazer balanços desses. Que é uma experiência enriquecedora a todos os níveis, é: em termos escolares, políticos, pessoais.

Foi relevante para o percurso de vida?

É sempre. Quem disser que não ...

Em que medida?

Em todas! A vida das pessoas nunca é a mesma se não passarem por determinadas experiências. Isso marca-as. Uma experiência tão rica, tão vivida, influencia as pessoas em todos os aspetos da sua vida. Não quer dizer que todas as pessoas que passam pela mesma experiência tenham o mesmo percurso de vida, porque depois têm posturas diferentes perante a vida, valorizando mais isto ou aquilo. Mesmo as que tiveram outros percursos de vida, aquela experiência marcou. As pessoas vão tendo posturas e opções diferentes ao longo da sua vida. Acho que é difícil estar a identificar este ou aquele aspeto.

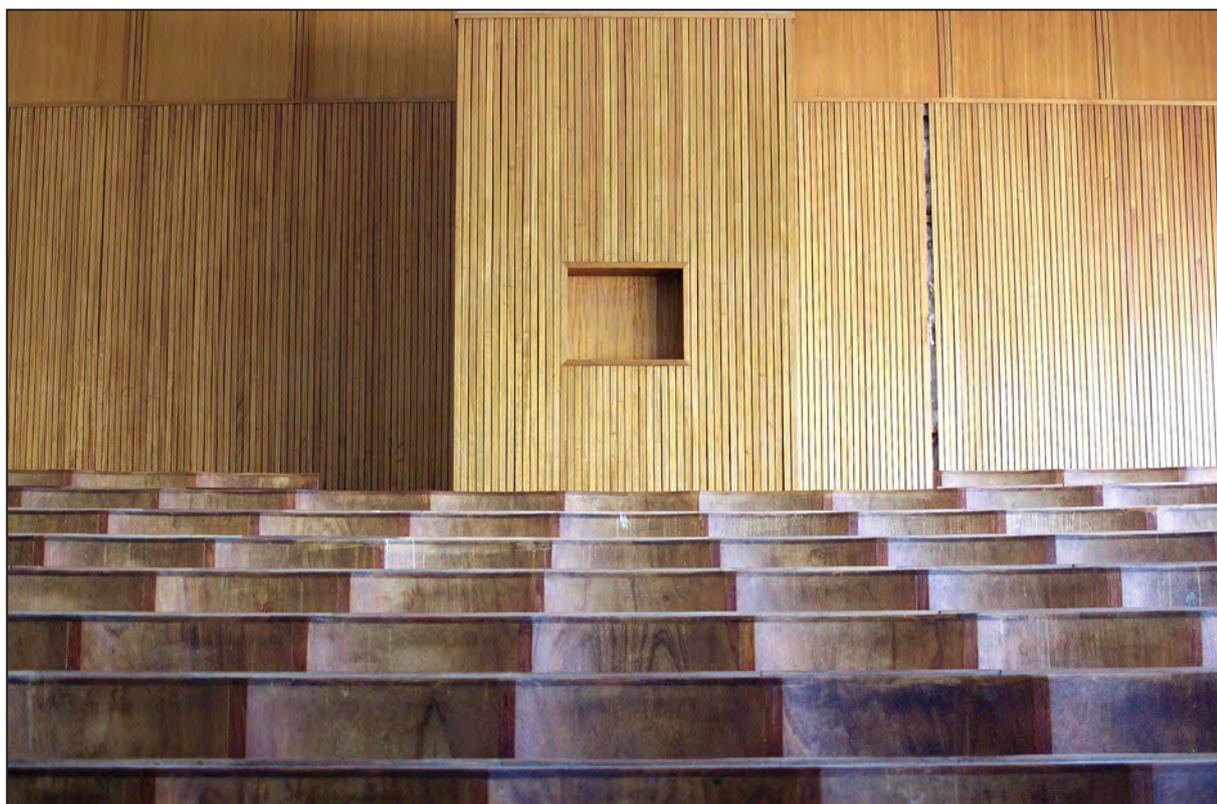
Quando se fala deste período passa um pouco despercebida a experiência pedagógica.

A experiência pedagógica integra-se no movimento associativo, porque a primeira vez que a polícia é chamada e entra no Técnico, em que é diretor o Fraústo da Silva, acontece devido à forma como foi lecionada a cadeira de análise III.

Quando o professor Sales Luís, já então diretor, resolve que não há segunda chamada, o que significaria que haveria mais de 90% de chumbos a física II, e se vai fazer um boicote espontâneo, porque ele só avisou na véspera é uma questão pedagógica.

Quando o professor de processos químicos do 3º ano diz que o exame vai deixar de ter consulta e depois recuou porque ia haver greve aos exames, isto é um processo pedagógico.

Uma das grandes coisas da associação era fazer as folhas. Os livros de engenharia eram dispendiosamente caros. Comprar os livros todos, no Técnico, era só para os que tinham muito dinheiro.



*Pavilhão central.
Foto: Tatiana Soares*

Em que período esteve no Técnico?

Estive no Técnico desde o ano letivo de 1968-69 até 1976. Mas, fundamentalmente, de 1968 até 1974.

Qual foi o curso que frequentou e o que o levou a escolher engenharia no Técnico?

Eletrotecnia. É uma motivação um pouco bizarra. Fiz engenharia, porque tinha feito um curso secundário de eletrónica. A ida para esta área, aos 12 anos, foi fruto das minhas origens sociais modestas. O meu pai era carteiro e eu vivia com bolsa de estudo, por isso, não havia dinheiro para ir para o liceu. Comecei, então, na escola industrial e, quando tive que continuar, como ainda não havia curso de formação de eletricistas no Cacém, um vizinho incentivou-me a ir para o curso técnico-profissional de montador radiotécnico, dizendo que dava dinheiro. Nessa altura, depois do curso técnico-profissional só se podia prosseguir os estudos no Instituto Industrial de Lisboa. Fazia-se uma secção preparatória de dois anos ou então um exame *ad-hoc*, foi o que fiz. Depois era possível transitar do Instituto Industrial para o Técnico fazendo duas disciplinas opcionais para se ficar com a equivalência ao antigo 7º ano dos liceus para efeito de curso de engenharia. Para ir para outros cursos teria que fazer o exame do liceu antigo. Contudo, isto vinha na calha do que eu tinha feito e, apesar de não ter tido grandes alternativas, acabei por gostar e continuei. No Instituto Industrial, quando fiz filosofia, que era uma disciplina obrigatória para ter equivalência ao 7º ano, cheguei a encarar a hipótese de ir para medicina (área de psiquiatria), mas como era mais simples continuei pela engenharia.



Como recorda o primeiro contacto com o Técnico?

O meu primeiro contacto com o Técnico foi em 1967, ano importante do ME porque houve as cheias em Lisboa. Era aluno do Instituto Industrial e lembro-me que os estudantes organizaram deslocações às zonas alagadas, e o Técnico centralizava essa atividade, na qual participei. Também conhecia o Técnico, porque estava ligado ao ME no Instituto Industrial, onde fui secretário geral da Junta de Delegados e colaborador da AE. Assim, quando entrei para o Técnico inscrevi-me logo numa secção da AE.

No Técnico, o que é que recorda?

Logo em 1968 ou 69 houve uma crise com alguma importância. Na altura, o presidente da associação era o Luís Leitão e estavam a ser organizadas eleições que acabaram por ser ganhas por uma lista liderada pelo atual ministro Mariano Gago. Houve uma série de incidentes: a

associação estaria fechada e houve um *meeting* no pavilhão central. Para evitar esse *meeting* fecharam os portões do mesmo e acabámos por ter que entrar pelas janelas da antiga sala de convívio das alunas, pelo que achámos alguma graça a esta ocupação. Foi uma história agitada e com algum folclore à mistura. A imprensa dizia que tínhamos ocupado, porque não deixávamos que as raparigas tivessem casa de banho e que queríamos casas de banho mistas. Curiosamente, havia a história de que a sala das alunas, que considerávamos algo sexista e reacionário, teria sido criada a pedido das mesmas uns anos antes, porque eram muito poucas as raparigas no Técnico e achavam que precisavam de alguma intimidade. Não sei se é verdade ou não. Já tinha acontecido o Maio de 68 em França e o clima era de contestação a práticas mais ou menos sexistas. Portanto, a ocupação da sala das alunas acabou por ser simbólica, passando depois a sala de convívio normal, onde provavelmente continuaram a ir as raparigas que estavam mais habituadas. Nós ficávamos mais pela associação.

Para um jovem acabado de chegar à universidade, aquilo era um movimento interessante: as reuniões, os dirigentes que eram pessoas que falavam bem e criavam um *élan* especial. Eu era suburbano (morava em Queluz), logo, para mim, Lisboa e o ME eram relativamente deslumbrantes.

Para além das aulas, quais os locais onde os estudantes se encontravam?

Os estudantes do Técnico, pelo menos aqueles com quem eu convivia, encontravam-se nos cafés da zona, por exemplo no *Império*, onde estudávamos com alguma frequência e conversávamos.

A associação era o local de eleição.

Havia um outro local de convívio, mais limitado, que era o lar da AE do Técnico, na Almirante Reis ao pé do Areeiro, uma residência universitária com capacidade para cerca de 15 a 20 pessoas e um local que frequentávamos à noite. Frequentei o lar com alguma assiduidade, embora não fosse morador. Em alturas mais complicadas cheguei a dormir lá com saco-cama.

Era uma espécie de refúgio?

Não, até porque era um sítio vigiado pela polícia. Eu frequentava-o, porque era amigo de pessoas que moravam lá. A minha lista que, em 1972/73, ganhou a direção da AE tinha um número razoável de pessoas do lar e a associação também tinha colaboradores do lar.

As aulas eram e pouco interessantes, em anfiteatros com o professor a falar e a escrever no quadro e o pessoal a ouvir com muita dificuldade, logo só se estudava para os exames. Em 1968 ainda não trabalhava, vivia da bolsa de estudo e do apoio dos pais, chegava ao Técnico, ia às aulas e ficava um pouco pela associação. Nessa altura inscrevi-me na secção pedagógica. O meu interesse pela atividade política, que já vinha do Instituto Industrial, levou-me a entrar para o PCP, em 1969, e o meu interesse pela atividade e ME foi crescendo, porque o via como uma tarefa partidária. Confesso que quando entrei para o PCP não achei especial graça ao programa da altura, parecia-me um bocado retrógrado uma vez que tinha havido Maio e as conversas da libertação e de Marcuse. Apesar disso, o PCP era, para mim e para pessoas como eu, o sítio indicado para se ter atividade política, até porque não havia grandes alternativas. Na universidade já havia os maoistas, mas confesso que nunca tive grande proximidade com estes grupos e acabei por entrar no PCP recrutado por um militante do Instituto Industrial de Lisboa.

Entrou para o PCP por motivações ligadas ao ME?

Com 18 anos as nossas preocupações eram as da juventude daquela época. Uma grande inquietação para todos nós era a guerra colonial, pelo menos para os rapazes. Ir para a guerra era algo que se nos punha pela frente e perguntávamos-nos o que se podia fazer para evitar isso. Havia pessoas que faziam cursos para terem uma tropa mais *santa*. No Instituto Industrial havia muitos alunos que, a partir do 2º ano, iam fazer cursos da marinha mercante, da Escola Náutica, de telegrafistas, ou de pilotos, entre outros, como forma de evitar a guerra. Ir trabalhar para as oficinas de Alverca, enquanto técnico de eletrónica, também permitia não ir para a tropa. A luta contra a guerra e o tentar acabar com ela era também uma motivação para a nossa atividade,

quer no ME, quer na atividade partidária e na minha cabeça estas duas confundiam-se um pouco.

Quais os temas de conversa e de debate entre estudantes?

As conversas públicas e privadas não eram muito diferentes umas das outras.

Em 1971, fui dirigente de uma cooperativa cultural na Amadora, onde se realizavam atividades culturais e se pretendia conquistar um espaço de liberdade, possibilitando discussões com alguma abertura.

Também a AE era um espaço mais ou menos tolerado de liberdade de expressão, embora, de vez em quando, a polícia interviesse, encerrando-a e prendendo pessoas. Nas AE e no espaço dentro da universidade, em reuniões mais ou menos alargadas, não me coibia de defender que a política colonial era errada, que a guerra devia acabar, que os povos coloniais tinham direito à independência, que o governo era fascista, reprimia e devia ser derrubado.

Este tipo de temas, tabu na sociedade, abordávamo-los, em resoluções, em reuniões de colaboradores ou em material escrito da responsabilidade da direção, e o que era escrito no Técnico era único e tinha um eco importante. Isto era falado com alguma naturalidade em todo o ME, a partir de 1969.

Em Coimbra a situação foi um pouco diferente, mas em Lisboa, nas reuniões, *meetings* e assembleias, estes temas eram discutidos. Lembro-me, por exemplo, de numa reunião de colaboradores do Técnico ter apresentado uma moção, que deixou as pessoas da direção um pouco aflitas, contra a realização de uma assembleia da NATO, que veio a propósito de anos antes ter havido uma reunião da NATO no Técnico.

Estas discussões ajudaram a criar na minha geração um sentimento antifascista mais alargado. É um pouco difícil perceber até que ponto este ambiente de liberdade que se vivia na universidade foi importante, sendo talvez mais fácil analisá-lo através de pessoas que não eram ativistas do ME e que se sentiram envolvidas por este clima. Lembro-me de dirigentes da /posterior/ PT, onde trabalhei, se referirem aos tempos do Técnico como importantes. Estas pessoas não tinham tido muitas ligações ao

ME, mas, depois do 25 de Abril, diziam que tinha sido importante. Também num sentido negativo porque se traduziu em prejuízos pessoais para muita gente, com perdas de ano ou idas para a guerra.

Era algo conquistado mas ao mesmo tempo tolerado, porque o governo achava que poderia tolerar isso às elites. Este ambiente teve alguma relevância na criação de condições para o 25 de Abril. Havia alunos da Academia Militar que iam acabar o curso de engenharia ao Técnico. Quando ali chegavam, deparavam-se com gente a declarar publicamente que deveria ser dada a independência às colónias. Talvez o governo tivesse avaliado mal ao permitir este clima de alguma liberdade.

Enquanto estudante do Técnico, quais os livros, filmes, peças de teatro e músicas que recorda?

Antes de entrar para o PCP achava-me existencialista, já que gostava muito do Sartre e andava um pouco angustiado com a vida, pois, tendo em conta o quadro geral de guerra e a falta de liberdade, tinha as preocupações comuns a grande parte da minha geração. Durante certa fase li ficção e romances históricos associados à revolução Russa. *A mãe*, de Máximo Gorki, marcou-me muito. Depois, passei a interessar-me por ensaio político e lia literatura política.

O meu *background* era pouco rico e tentava, assim, instruir-me, já que familiarmente não tinha nenhuma espécie de tradição cultural. Tentava absorver tudo e, por isso, enquanto sócio do Cineclube Universitário ia ver filmes.

Houve algum filme que o tivesse marcado particularmente?

Não sei se pela positiva! Lembro-me de *O último ano em Marienbad*, de Alain Resnais. Andei angustiado, porque nunca percebi o filme até que uns anos mais tarde compreendi que não é para ser percebido.

Um filme que também me marcou, mais tarde, foi o *Apocalypse Now*, já que a guerra do Vietname era um tema que me interessava e que para mim significava uma pressão imperialista ao Vietname.

O livro, de Wilfred Burchett, – um jornalista australiano que escrevia sobre a guerra

do Vietname – foi editado em português e era muito importante, porque apoiava a posição do Ho Chi Min e do Vietcong. Quando fui ver o filme pensei que ele me ia transmitir a imagem mais ou menos heróica e de denúncia da barbaridade americana, sem censura, mas afinal tinha outro propósito, tendo acabado por não apreciá-lo. Hoje, percebo que não se situa numa visão entre bons e maus, é antes uma análise daquilo que a guerra pode fazer às pessoas. Na época, nós estávamos sedentos de conhecimento e de informação e qualquer filme que não fosse justo para com a luta de classes era mau. Mas esse não era o ambiente generalizado dos cineclubes, já que estes eram frequentados e dirigidos por pessoas que tinham gosto artístico. Embora também isso possa ser discutível, porque nalguns casos estavam subjugados a certos filmes que, mesmo não se percebendo a mensagem que o realizador queria transmitir, tinha que se dizer que eram grandes filmes.

Fiz algum teatro de intervenção na cooperativa VIS da Amadora, mas não no Técnico. Talvez por não morar em Lisboa não tenha feito teatro no Técnico, onde muita gente fez. Lembro-me de um espectáculo memorável e marcante para mim: *O racismo não existe*, feito na cantina em várias sessões. Não me recordo quem era o encenador, mas penso que a música era do A. P. Braga. Enquanto em Coimbra havia organizações de teatro, o CITAC, no Técnico aquilo foi criado *ad hoc* para este espectáculo.

Passei a gostar de jazz, porque havia algumas sessões interessantes de divulgação. Um especialista, se bem me recordo, o José Duarte era convidado com frequência e fez lá uma série de sessões à noite.

Como funcionavam os órgãos representativos dos estudantes no IST?

Quando entrei para o Técnico já tinha acabado a Junta de Delegados. *Grosso modo*, evoluiu para uma organização de Comissões de Curso, talvez por influência dos grupos maoistas, que acharam que a Junta de Delegados era algo formal e hierárquico e preferiram uma organização mais basista. Na minha opinião, os grupos maoistas tinham a pretensão de reproduzir na universidade a luta de classes em geral. Brincávamos com eles e até dizíamos que para eles os

estudantes eram o *estudantariado*, ou seja, a classe de vanguarda, e que os professores eram a burguesia. Havia a ideia de uma oposição entre estudantes e professores absurda. Criavam, então, uma espécie de comissões de trabalhadores ou de *soviets*, que eram as Comissões de Curso. As Comissões de Curso eram mais *soltas*, já que, na prática, não havia nenhuma estrutura de coordenação, nem a secção pedagógica era utilizada para isso. Aliás, as Comissões de Curso eram um pouco autónomas em relação à associação.

As assembleias gerais também caíam em desuso. Passámos a fazer as RGA, dirigidas pela direcção da associação e onde estavam presentes sócios e não sócios. O órgão que comandava a vida na escola era a RGA e, para assuntos concretos, eram as Comissões de Curso. No fundo, a RGA era uma assembleia geral alargada. No início, havia também a reunião de colaboradores, uma instância politizada e onde, supostamente, se deveriam reunir os colaboradores das secções. Mas, as secções foram perdendo a importância do passado e a reunião de colaboradores passou a ser mais aberta e participada por quem quisesse: colaboradores das secções, das Comissões de Curso, os amigos, etc.

Considerávamos colaboradores da direcção da associação, aqueles que apoiavam a direcção e que tinham colaborado na lista. Eram opositores os que tinham perdido as eleições e eram das outras listas.

A reunião de colaboradores não tinha estatuto deliberativo, mas era um fórum de discussão e de preparação de reuniões gerais. Não sei o que teriam sido em momentos de relativa paz, porque não me recordo de ter tido esses momentos!

Logo no início da existência das Comissões de Curso passou a haver reuniões de comissão de curso, onde eu também participava, já que era membro da minha comissão de curso. Isso dependia das direcções. Talvez na direcção do Joaquim Cardeira, cuja sigla era *Por um ensino Popular*, de orientação maoista, eles tivessem feito reuniões de Comissões de Curso.

As reuniões de Comissões de Curso vêm substituir as reuniões de colaboradores?

Confundiam-se um pouco. Na prática os colaboradores associativos eram também membros das Comissões de Curso. A partir de certa altura deixou de haver secções no sentido tradicional como no passado, e passou a haver, na associação, uma atividade muito centrada nos cursos e na luta pedagógica de conquistas aos professores.

Não sei como era no passado, admito que a direção dirigisse através das secções. Tanto quanto me recordo o núcleo de coordenação das secções era eleito pelos colaboradores e não havia um representante da direção, mas a direção poderia, seguramente, participar nas reuniões para tentar impor algo aos colaboradores. A eleição para a associação era só aberta aos sócios, enquanto que as direções das secções eram mais *ad hoc*.

A partir de 1971/72 as secções mantiveram o seu funcionamento com uma autonomia cada vez maior, mas não havia reuniões de colaboradores dessas secções.

Por exemplo, o corpo editorial da revista Técnica trabalhava por sua conta, fazendo o que lhe apetecia. Mesmo na minha direção não sabia o que eles faziam, apesar de sermos nós os responsáveis. Tínhamos uma secção de intercâmbio e turismo – uma agência de viagens com importância – muito autónoma.

No meu tempo, a atividade da direção da associação estava centrada nas crises, por isso as secções trabalhavam mais ou menos em roda livre, com algum controle financeiro. Na prática, pode concluir-se que, a partir dos anos 70, o trabalho das associações se descentrou das secções e que estas deixaram de ter relevância prática na atividade associativa apesar de terem continuado. A revista Técnica continuou, bem como a secção de folhas (que editava as sebtentas), a desportiva e a cabine sonora.

A cabine sonora, durante muito tempo coordenada pelo atualmente conhecido jornalista Joaquim Vieira (na altura estudante do Técnico), era uma dor de cabeça para nós, por ser a secção mais ideológica. Tinha alguma importância porque à hora de almoço era um jornal sonoro, passava música e tinha um noticiário diário. Na

altura dos Jogos Olímpicos de Munique, lembro-me de uma peça do Adelino Gomes, que passou muito rapidamente na rádio portuguesa e que ali foi emitida até à exaustão. Ele lembrava que, apesar dos acontecimentos na aldeia olímpica do Setembro Negro com os atletas israelitas, também era preciso ter em conta o lado palestino. Enquanto membros da direção, não nos passava pela cabeça, mesmo que não concordássemos, impedir os colaboradores da sonora de emitir o que entendessem. Formalmente eles eram colaboradores de uma secção da associação e deviam alguma obediência à direção, mas em questões da linha editorial nós não tínhamos influência. Isto levantou-nos problemas, logo a seguir ao 25 de Abril, por causa da tomada da antiga Rádio Universidade que tentámos transformar num organismo das AE, mas não conseguimos, porque eles é que eram das cabines sonoras.

Porém, os colaboradores da sonora não eram representativos. Eles eram colaboradores estu-
dantis, mas ninguém os elegia. Era um sistema auto-organizado em que se inscreviam e assim participavam nos trabalhos dessa secção. Contudo, se pusessem em risco a segurança da associação tínhamos de intervir, e, deste modo, havia um jogo de equilíbrio. Alguns colaboradores tiveram atitudes de sectarismo, mas pode dizer-se que nós convivíamos razoavelmente bem com isso.

Havia outras atividades que constituíam um risco maior para a segurança da associação que se realizavam no edifício do Técnico, nomeadamente quando algumas direções de escolas que foram sendo fechadas se instalaram na galeria da piscina, ao lado do SIAEIST. Eram colaboradores de Direito, do ISCSPU ou de outras faculdades, que a certa altura deixaram de ter instalações próprias, um pouco à semelhança do que fizemos quando o Técnico estava fechado e utilizámos como alternativa a sala de alunos dos estudantes de medicina.

Se lá estivesse uma direção que não fosse da nossa simpatia e que nos quisesse pôr fora teria tido algumas dificuldades.

Essas zonas da associação do Técnico foram ocupadas por pessoas afetas ao MRPP. Tínhamos muita dificuldade em gerir esta situação.

Não sabíamos bem o que se passava por lá, mas certamente editavam comunicados.

E o *Binómio*?

O *Binómio* terá sido, em tempos, editado por uma comissão redatorial, mas era da responsabilidade da direção, enquanto a revista *Esteiros* era da responsabilidade da secção cultural. Na altura, o diretor era o João Sentieiro, amigo do Mariano Gago e atual presidente da FCT. A secção cultural ainda tinha alguma autonomia e, até 68, editava a revista, mas depois deixou de o fazer.

As secções desportiva e de turismo também estavam mais ou menos em roda livre.

A minha direção tentou pôr alguma mão nesta secção, já que tinha tomado posições internacionais discutíveis, mas não tivemos grande sorte. Em 1973, lembro-me de ir a uma reunião internacional, uma vez que formalmente éramos os responsáveis, como representante da associação, que era membro de um fórum internacional de associações. Nesta reunião pouco mais consegui do que divulgar a luta dos estudantes portugueses.

Mas não tínhamos muito tempo para estes assuntos, a nossa vida era passada em RGA, encerramentos, reaberturas. Em momentos de paz preparávamos os *Binómios* numerados, que passaram a ser encarados como boletim da direção. Os *Binómios* numerados tinham alguma dignidade editorial, sendo impressos em *offset*, enquanto os outros eram separatas ou suplementos, que até deixaram de ser usados como tal. Este jornal publicava informação sobre o ME, as colónias, a repressão, entre outros assuntos da atualidade (os acontecimentos da capela do Rato, a morte do Amílcar Cabral, a adesão ao Mercado Comum, etc). Para nós, o *Binómio* retomava a lógica editorial anterior, mais virado para questões culturais e noticiário em geral. Com as direções maoistas ficava mais direcionado para a luta interna de cursos e para a luta pedagógica. Os *pops*, que usavam a sigla da sua lista – *Por um Ensino Popular* – no jornal da escola, eram bastante sectários. Os do meu tempo não têm sigla, mas o nº 53, com um desenho do Álvaro Cunhal na capa acompanhado da expressão *O futuro é nosso*, confesso que é um

pouco sectário e, *a posteriori*, reconheço que foi perigoso do ponto de vista da segurança.

Começa a colaborar com a AEIST assim que entra no IST. Como chegou até à direção?

Sim, comecei em 68/69. A partir de certa altura considerava isso um imperativo partidário, isto é, deveria preparar-me para conquistar o poder na associação. Ainda não estava no PCP, por pouco tempo, quando cheguei ao IST achei que precisava de ter alguma atividade e inscrevi-me na secção pedagógica, onde aceitei as tarefas que me deram. Isto para contrapor ao que aconteceu em 1972/73, em que jovens do 1º ano intervêm como se fossem catedráticos na matéria. Gente muito verde do ponto de vista político e de maturidade intelectual, mas que aparecia e tinha jeito para falar.

Um deles, muito jovem, era o Rui Lobão. Em 72 parecia que as pessoas nasciam ensinadas e eram grandes dirigentes associativos. A característica *fazer estágio e aprender nas secções* desapareceu. Mas sei que eram eficazes e falavam bem, para desespero da minha rapaziada que tinha alguma dificuldade em exprimir-se. Para mim o normal era ser colaborador numa secção, depois ser membro de uma comissão de curso, participar na reunião de colaboradores e, a partir de certa altura, espreitar as possibilidades de fazer uma lista para a direção.

Em 70/71, preparar condições para entrar na associação estava fora de questão, porque nós éramos um grupo minoritário.

Em 1965, com o Mário Lino na direção, houve uma vaga importante de prisões e julgo que a organização estudantil do PCP no Técnico ficou dizimada. Em 1968/69, eu e talvez o António Abreu teremos sido das poucas pessoas do PCP no Técnico. O PCP era uma organização compartimentada e, por isso, só nos conhecíamos quando reuníamos.

Era curioso. A propaganda associativa era vista e discutida em reuniões do PCP, logo supostamente, o nosso controlador não nos conhecia e não sabia o nosso nome – tratávamos por pseudónimos – mas depois punha-se em cima da mesa um documento com o nosso nome e fotografia. Eram quebras de segurança com alguma graça. O meu primeiro controlador era um estudante de Direito, o escritor Mário

de Carvalho. Era um tipo simpático e razoável, ao contrário de outros que tive. Só se colocou a questão de nos candidarmos à direção da associação depois da vaga de Coimbra de 1969, pela razão que vou expor.

Em 1972, veio para Lisboa um conjunto grande de estudantes de Coimbra que tinham alguma proximidade ao PCP. Queriam continuar em engenharia, mas em Coimbra não havia este curso completo. Assim, vieram para Lisboa pessoas que estiveram ligadas à AAC, um deles dirigente em 1969, o Luís Ramos. Com esta gente de Coimbra, que eu sentia próxima ao PCP, um ou dois da minha célula e outros também próximos, como o Valdez e o António Abreu, passou a haver um grupo e decidimos candidatar-nos à direção da associação.

A criação de uma lista para a direção foi motivada pela vinda dos de Coimbra, embora eles tivessem tido menos importância de facto do que nós achávamos. Curiosamente, ganhámos essas eleições.

Uma das pessoas, com grande conhecimento teórico da questão estudantil, que foi uma figura chave para a constituição desta lista, foi o João Sarmiento, contemporâneo de curso do António Guterres e do Tribolet. Acabou por se suicidar por razões familiares.

Em relação a ele havia um sentimento duplo, porque era muito respeitado por quem o conhecia. Era muito inteligente, bom aluno, estimado pelas suas opiniões, mas tinha um aspeto um bocado estranho, associável talvez a uma perturbação de saúde. Algumas pessoas gozavam com ele, menosprezavam-no e isso perturbava-me. Embora tivesse as ideias muito arrumadas, não comunicava bem. Para mim e para outros com quem trabalhava, o João Sarmiento era uma pessoa a proteger, porque frágil física e emocionalmente.

Não se gerou um clima de crispação em relação às outras listas?

Muito! Porque até aí tinha havido quase sempre uma lista única, julgo eu.

A lista do Mariano Gago era unitária, embora a maior parte fosse maoísta.

Em 1970/71 também há uma lista única, presidida pelo João Vieira Lopes e com o João Guerreiro (atual reitor da Universidade do

Algarve), o Joaquim Vieira, etc. Toda esta gente era maoísta, sem dúvida, mas foi uma lista em que eu votei. A direção anterior passou para o Conselho Fiscal, – havia a tradição dos antigos presidentes passarem para a mesa da assembleia geral ou para o Conselho Fiscal – portanto, era uma lista de continuidade associativa. Era gente respeitada e fazia um trabalho que não era tão sectário como quando passou a haver várias listas.

A lista do Carlos Tomás perdeu nas eleições de 71/72, em que houve duas listas.

Pode caracterizar as diferentes listas?

É complicado porque eram ambas, mais ou menos, maoístas de grupos diferentes. Uns eram do PCP (m-l) e outros do PC de P, ao que penso. Do ponto de vista organizativo, classificávamos um grupo como os *ex-As*, porque eram da lista A, nesta eleição, e porque mantinham uma certa coerência de grupo, já que nas RGA posteriores tinham propostas autónomas e não alinhavam com os da lista B. A seguir ao 25 de Abril, eles estarão quase todos na UDP.

Os da lista *Por um Ensino Popular* eram maoístas de outra raça.

O Joaquim Cardeira, que era o presidente.

O Firmino da Costa, um aluno *velho* que já estava no 5º ano de química. Curiosamente era um engravatadinho, depois acabou por tirar sociologia e tirou a gravata, tinha alguma graça.

O Alfredo Baptista, ainda administrador da PT Comunicações.

E o Alberto Matos, que foi candidato à presidência da República e ativista da Comissão de Utentes da Ponte 25 de Abril.

Ganhou a lista do Joaquim Cardeira. Os outros perderam, mas nunca mais deixaram de ser os *As*, passando, a partir destas eleições, a ser os *ex-As*.

Nas eleições de 1972/73 existiam duas listas: a nossa e a B (*Por um Ensino Popular*, que tinha como presidente o Firmino). Os *ex-As* não se candidaram. A minha lista tinha, entre outros, o João Sarmiento na vice-presidência, o Ludgero Leote e o Luís Ramos, na mesa da assembleia geral, o Fernando Valdez e no Conselho Fiscal o António Abreu.

O meu grupo nunca foi muito numeroso, ao contrário dos maoístas, dos *pops* e dos *ex-As*, que

tinham uma grande capacidade de arrastamento que nos preocupava, porque os jovens que entravam aderiam com facilidade àquele discurso basista de luta nos cursos e de reivindicação.

Era um discurso mais radical?

Depende. Houve situações em que eles defenderam aberta e publicamente o abandalhamento da situação nas aulas e do ambiente pedagógico. Não sei se seriam as cúpulas, mas eles funcionavam como uma organização de cópias coletivas. Gostavam muito do combate nos cursos, dos estudantes a ganhar aos professores. Isto era uma ideia sedutora para os jovens estudantes acabados de entrar, capazes de mandar nos professores e de lhes impor coisas. Houve uma vez uma reunião em que o prof. António Brotas – que foi dirigente estudantil e membro do PCP, expulso da universidade e readmitido ainda antes do 25 de Abril – defendeu publicamente que devia acabar-se com a avaliação. Nunca mais falei com ele sobre isto, por isso, nunca percebi muito bem, mas julgo que ele estava a ser irónico.

De qualquer modo o ambiente era este: avaliações de *aptos* e *não aptos*; *aptos A*, *aptos B* e *aptos C* e *inaptos*. Eu tenho disso tudo na minha coleção de curso!

A luta dos cursos conduzia a grandes resultados, tendo deixado de haver notas! Isto foi antes do 25 de Abril, numa situação de algum caos pedagógico, depois é capaz de ter continuado durante algum tempo. A associação estava encerrada, o Técnico chegou a estar rodeado de polícia e, para entrar, tinha que se apresentar um cartão. Eu não podia entrar no Técnico, pois, mesmo não estando suspenso, não tinha cartão para entrar.

Mas nunca lho deram, ou tiraram-no?

Nunca mo deram. Aliás, uma das vezes forcei a entrada e fui à sala onde se realizava a sessão de fotografia para o cartão denunciar o que estava a acontecer, mas sem grande sucesso. Georrou-se algum sentimento de atemorização. Isso acabou por minar um pouco a nossa autoridade e o respeito que os estudantes tinham por nós, porque as gerações de estudantes novos que entravam *levavam em cima* com uma direção que não tinham eleito. Houve duas fornadas

de estudantes que entraram no Técnico e que nos reconheciam pouco como direção. Não nos questionavam, porque estávamos expulsos, mas não tínhamos muita influência dentro do Técnico. A nossa atividade era nas RGA, mandando propostas. Um dirigente que pudesse entrar transportava-as quando havia reuniões no Técnico, mas fizeram-se muitas reuniões fora do Técnico.

Era-lhes reconhecida a representatividade?

Sim. Nós éramos reeleitos em RGA relativamente concorridas.

Em 1972, com a associação fechada, o grande plenário do Técnico, pouco glorioso mas importante, realizou-se fora da associação, no pavilhão do CDUL, no Estádio Universitário. Foi uma reunião polémica, que reuniu cerca de 2000 pessoas, e foi talvez o plenário mais importante deste período e o mais numeroso pois, as RGA juntavam 300 a 400 pessoas no salão nobre do Técnico. Foi uma reunião em que gente que nunca participou no ME, e que era contra, esteve presente, porque o objetivo era reabrir a associação e normalizar a situação escolar. Estes objetivos foram sendo negociados entre nós, – direção da associação – professores e a autoridade.

Na altura o diretor ainda era o Fraústio, numa época em que o Técnico estava paralisado pelo encerramento da associação e greve a exames. Havia interesse de ambas as partes em acabar com a situação.

O instrumento do governo, nesta altura, foi o Sales Luís, futuro diretor do Técnico, que estava mandatado pelo ministro da Educação (ou até, acima do ministro, porque encerrar e abrir a associação não eram decisões só da dependência deste ministério, com certeza que a PIDE também tinha a ver com isso). Ele levava dali recados, dizendo que era *levar a carta a Garcia*. Antes do plenário havia reuniões que se realizaram quase sempre em casa do engº António Abreu (pai do dirigente associativo), que tinha sido expulso do Técnico, mas que nessa altura já tinha sido readmitido. Era um pouco bizarro porque além do Sales Luís, que aparecia a representar a autoridade, a reunião era facilitada por professores catedráticos e assistentes, para não haver um clima de confronto entre a autoridade e a

AE. Era um grupo mais heterogéneo. Além do António Abreu, participaram também o Trindade – já professor catedrático. O prof. António Silveira – o catedrático mais velho – que para uma das reuniões levou uma garrafa de *whisky* velho, coisa que para mim era uma novidade absoluta! O Sales Luís – professor de física – não tinha antecedentes conhecidos de participação política. E alguns assistentes, como o João Serra e o Mário Lança. O diretor era o Fraústo, apesar de já estar por fora.

Do ponto de vista político era mais progressista o Fraústo do que o Sales Luís, mas o Fraústo foi impotente para conseguir resolver a situação. Não sei quem apostou no Sales Luís para que ele tivesse esta iniciativa, se foi o eng^o Abreu ou o Silveira, porque eles conheciam-se de outros tempos.

Foram reuniões com alguma cordialidade, entre pessoas que se conheciam, mas era um jogo de espelhos, porque todos sabíamos o que os outros queriam. O que o governo queria era que abrissemos a associação subscrevendo um documento que se chamava *Condições Prévias*, ou seja, a associação reabria e os exames faziam-se. Foi um dilema complicado pelo qual fomos crucificados pelos outros ativistas associativos. O documento dizia que daí para a frente as coisas deveriam acontecer em paz e sossego, tendo uma carga ideológica que não era aceitável para nós. O que nós fizemos foi dizer que a situação que seria gerada pelas *Condições Prévias* era aceitável para nós, de modo a reabrir a associação. Portanto, não subscrevendo as considerações das *Condições Prévias*, achávamos que se fossem aplicadas acabávamos com a greve a exames e a associação seria reaberta.

Havia um outro ponto polémico em discussão – os processos disciplinares. Decidimos que se houvesse avanço nos processos disciplinares haveria nova reunião.

Na prática abriríamos a associação sem limitações adicionais – porque a própria lei já a limitava – e a greve a exames era suspensa. Havia um interesse mútuo de acabar com esta situação que era penosa para muitos estudantes, porque ninguém queria perder o ano. Foi uma votação esmagadora e a associação foi reaberta e a greve de exames foi suspensa, embora não por muito tempo.

Como disse, foram crucificados por causa dessa decisão.

Sim. Diziam que tínhamos aceite reabrir a associação em condições de limitação de liberdade, o que era um absurdo.

Isto marcou-nos muito porque, na prática, ao colocarem isto como um problema vivo, eles é que estavam a introduzir limitações, isto é, a lei era contra as associações e contra o que nós fazíamos mas nós não tínhamos, na prática, limitações que não fosse quando abusávamos. Não nos comprometemos a fazer nada contrário aos nossos princípios. O que decidimos foi, nas condições apresentadas, parar com a greve aos exames. O nosso objetivo era a reabertura da associação, que era garantido. Era um documento um pouco *embrulhado* e em círculo, isto é, se a associação reabrisse nós parávamos com a greve aos exames, mas se a greve aos exames parasse, eles reabririam a associação, era um novelo que precisava de ser desatado. Nós convergimos na redação do documento, que dizia coisas que não eram subscrevidas por nós, mas que aplicado criava as condições para acabarmos com a greve a exames.

Em 1973, foi outra desgraça mais complicada porque esta situação de greve a exames repetiu-se, penso até que houve a perda de um semestre. Foi na altura da minha prisão, a 3 de maio, quando ainda podia entrar no Técnico.

O Técnico é fechado e a associação selada dia 10 de maio. Entretanto, houve controle nos portões, sendo necessário apresentar cartões para entrar. Acabei por sair da prisão em agosto e até dezembro não pude entrar no Técnico, pois não tinha cartão.

É dessa época que existem umas filmagens importantes. Numa dessas ocasiões forçámos a entrada pela porta da Alameda e dirigi-me a outros estudantes que estavam junto ao pavilhão central, tendo acabado por me encontrar, a meio da alameda do Técnico, com o Sales Luís, que já era diretor. Entretanto, vimos um grupo de pessoas – não organizadas por nós, embora lá estivesse gente da UEC e de outras orientações – a dirigir-se para o pavilhão de química. Estavam lá as produções do Perdigão Queiroga, um produtor de cinema que estava com uma câmara colocada a filmar tudo o que se passava. Isto

era comum, o que fazia com que nós fizéssemos reuniões virados para as traseiras do Técnico, para a rua Alves Redol. Nesse dia, a máquina foi apanhada e destruída, retirado o filme e lançado do terraço do pavilhão de química. Algumas destas filmagens de reuniões gerais, que talvez estejam no Técnico, foram lá exibidas, já depois do 25 de Abril. As pessoas não gostavam de ser filmadas nem fotografadas e não há muitas fotografias da época por essa razão.

Relativamente a outra documentação não faço ideia onde a guardávamos. Mas quem a detivesse podia sofrer com isso. Não me lembro se havia um arquivo oficial. De facto, a nossa vida enquanto dirigentes de uma associação como esta, não tem nada a ver com o que seria hoje.

A associação tinha dezenas de funcionários e eu e o tesoureiro – Ilídio Nunes – estávamos à frente da parte financeira. No início do mês ou do ano assinava todos os cheques que ficavam a necessitar apenas da assinatura do tesoureiro, mas em termos de contabilidade não fazia a mínima ideia do que se passava. Havia um regime de confiança. Eu tinha atividades noutras áreas e nesta nenhuma, em termos administrativos não fazia a mínima ideia do que se passava. Nunca me lembro de ter feito um relatório e contas. Não faço ideia onde estão os arquivos da associação. Admito que a secretaria tivesse, mas não sei onde param. O António Redol disse-me que organizou um arquivo, no tempo em que as secções trabalhavam (antes de 68). Mas como a associação foi pilhada tantas vezes pela PIDE, eles levaram muita documentação e nós deixámos de nos interessar por isso.

Tive pouca ligação ao Técnico depois do 25 de Abril, apesar de ainda não ter acabado o curso, porque passei para os CTT, onde estava a trabalhar. Abandonei a atividade estudantil, a UEC e o Técnico muito por culpa de uma pessoa, que era a controladora nessa altura, a Zita Seabra. Por um lado, achei que depois do 25 de Abril tinha outras coisas para fazer e, por outro, porque ela contribuiu para instalar um mau clima no Técnico. Abandonei essas lides, ainda que fosse formalmente presidente da associação, mas ia haver eleições e penso que a direção seguinte foi a do Carlos Pimenta, em 1974/75. Nós considerávamos o Carlos Pimenta, que

depois foi para o PSD, um tipo com posições próximas das nossas.

A nossa direção designava-se de unitária e tinha também a pretensão de juntar à volta gente sem partido. Não nos interessava se eram do PC ou não. No entanto, a nossa unidade acabou por ser relativamente restrita, pois não conseguimos unidade com os maoistas.

Sendo que eram um grupo minoritário, como conseguiram ganhar as eleições?

Provavelmente conseguíamos interpretar os anseios dos estudantes e unir à volta da nossa posição aquilo que sentíamos que era apoiável. Soubemos estar próximos dos estudantes e dirigi-los.

Na eleição de 1972/73 houve duas votações porque nesse dia a associação foi fechada, os boletins de voto estavam no edifício da associação e essa eleição foi anulada.

Nunca saberemos quem ganhou essa primeira votação. Acabámos por fazer a votação fora das instalações da associação, no pavilhão central, e aqui, quase de certeza, a votação foi aberta a todos os estudantes. Não me recordo, mas julgo que não havia cadernos eleitorais. Mas sei que houve uma segunda votação, em maio, e entre elas deu-se um facto importante, inusitado e nunca visto. Depois de uma intervenção que fiz, tendo saltado para cima da mesa no salão nobre, o que era mais ou menos prática habitual, bateram palmas. O bater palmas a alguém era considerada uma coisa burguesa. Foi algo espontâneo, provavelmente disse coisas que marcaram. Aí sentimos que íamos ganhar as eleições. Aliás, foi-me referido numa reunião do partido que as pessoas sublinharam isso na informação que fizeram.

Tinha havido um drama qualquer na Faculdade de Ciências, em que um dirigente, julgo que o Ferraz de Abreu, disse qualquer coisa em relação ao presidente da Pró-Associação de Medicina, o José Manuel Jara. O Jara, ferido na sua honra, disse qualquer coisa que o outro considerou uma *provocação pidesca*, tendo havido agressão física entre os maoistas de Ciências e o Jara.

Lembro-me que houve uma reunião com mais de 500 pessoas no Técnico em que o Jara apareceu *barbaramente espancado* e os tipos de

Ciências a querer expulsá-lo do ME, tendo-se gerado um pandemónio. O Jara ficou marcado e nunca mais foi a mesma pessoa, pelo menos enquanto convivi com ele. Ninguém acreditava que o presidente da Pró-Associação de Medicina fosse um provocador da PIDE. Nós estávamos *em casa* e assumimos a defesa dele.

E ele foi ao Técnico porquê?

Porque era moda! O Técnico era o centro de gravidade da revolução. Ali geriam-se estes assuntos. Esta foi uma cena parecida com o que aconteceu na morte do Ribeiro Santos, em que os tipos do MRPP tentaram crucificar a direção de Económicas, que também era da minha rapaziada.

Lembro-me que terá sido à volta destes temas – a agressão ao J. M. Jara – que não diziam diretamente respeito ao Técnico, e em contrariar a proposta que os outros apresentaram, que a minha intervenção se centrou. Foi aí que sentimos que as nossas posições eram maioritárias entre a população do Técnico. Por um lado éramos relativamente equilibrados e justos na defesa das posições, o que era uma maçada porque sempre que havia um problema tínhamos que convocar uma reunião geral. Por outro lado, tínhamos algum carisma. O António Abreu era respeitado, já era um histórico no Técnico e o João Sarmento era difícil de ouvir, mas com coisas interessantes para dizer.

Recorda o que disse?

Disse coisas que as pessoas gostaram de ouvir. Apesar de ainda hoje ser amigo de muitos dos outros ativistas, a nossa vida foi de grande combate ideológico e pessoal, logo era complicado termos que nos aturar uns aos outros. Se entre colaboradores nós éramos minoritários, nas RGA penso que conseguimos construir as propostas que achávamos que correspondiam ao interesse geral. Os maoistas perturbavam-nos porque, se eu e mais um ou outro falávamos bem, eles tinham dezenas e tinham uma técnica de inscrição. Se um de nós se inscrevia, havia logo três ou quatro maoistas que se inscreviam a seguir. Por vezes até apareciam pessoas que nunca ninguém tinha visto e que faziam um bom discurso.

Como caracteriza a influência do PCP na AEIST?

Boa parte dos dirigentes com mais influência na minha direção eram membros do PCP, apesar do partido ter tido uma importância pequena. As nossas ligações partidárias ao resto da organização eram muito débeis, chegando a falhar durante meses e isso criou-nos maus hábitos, porque nos habituámos a discutir o que fazer. Não era um clima de partido, era um de proximidade, era o que chamávamos de reuniões de direção alargadas. Sabíamos que alguém era militante, porque o conhecíamos enquanto tal, e suspeitávamos que os outros também eram próximos. A nossa reunião de colaboradores da direção era uma reunião alargada, provavelmente constituída em boa parte por militantes do partido, mas não era uma instância partidária. Éramos nós, com as nossas cabeças a funcionar, com um caldo de cultura que era acharmos que estávamos a representar aquilo que seria útil para o partido, numa defesa daquilo que considerávamos ser os interesses dos estudantes, como a liberdade de expressão e de associação.

Não éramos muito radicais a apresentar moções contra a guerra colonial a propósito de tudo e de nada. Tentávamos construir uma linha de ação que correspondesse à defesa da associação, porque muitas das decisões eram sobre a associação enquanto espaço de liberdade, espaço que deveria estar aberto e espaço a preservar. Com razão ou sem razão, nós achávamos que não precisávamos de ter uma atividade política muito intensa, considerávamos que essa atividade estava a ser realizada pelo partido, sendo nós uma espécie de destacamento responsável pelo ME, enquanto os grupos maoistas tinham consciência do seu vazio no exterior, pois a sua atividade partidária fora da universidade era muito pequena e circunscrita. Desse ponto de vista, nós achávamos que eles se sentiam a criar uma vanguarda política nacional, reproduzindo, na prática, no microcosmos que era a universidade, a luta de classes.

Se o nosso controlador, o Roupiço, um homem muito razoável com quem me entendia bem e que vinha de Coimbra – soube-o depois – me propunha algo, eu, enquanto responsável no PCP pela fração associativa, se

considerasse irrazoável, discutia a proposta sem obrigatoriedade de a concretizar. Mas, a maior parte das vezes não reuníamos, porque não tínhamos condições. As decisões que tomávamos bebiam muito do que as pessoas sentiam ao nível dos cursos e das questões levantadas na época, independentemente da sua posição política ou apolítica.

Lembro-me de ter achado estranho um documento interno que referia que a luta de estudantes no Técnico não tinha sido conduzida pela UEC. Mais tarde interiorizei que quem conduziu a luta não foi a UEC, foram pessoas que eram membros da UEC, mas que também eram membros da direção da associação e que criaram a sua própria orientação, que teve a aceitação da UEC e nunca foi contestada. Não foi assim considerado, porque não éramos dirigentes nacionais da UEC.

Em 1973, e depois de ter estado preso, descobriram que eu era um grande dirigente e fui cooptado para a comissão central da UEC. Passei a participar nas reuniões da comissão central, coisa que não teria feito sentido antes, porque era um dirigente estudantil e não deveria estar, por definição, ligado a uma direção partidária nacional. Em termos de segurança é pouco compatível ser dirigente de uma direção nacional da UEC e ocupar o cargo de presidente de uma associação. Foi, talvez, uma maneira de me homenagearem por ter estado preso, não ter traído os meus camaradas e não ter falado. Premiaram-me com a promoção.

1973 e o início de 1974, foi um período complicado para mim. Já estava suspenso do Técnico e não podia entrar e fazer exames, tinha acabado de casar.

Isto depois modificou-se a seguir ao 25 de Abril porque quem assumiu essa coordenação foi a Zita Seabra. Tanto quanto julgo saber havia – logo antes do 25 de Abril – dois controladores da UEC em Lisboa: o Roupiço da Universidade Técnica e a Zita Seabra da Clássica. Concluimos mais tarde que nós, Económicas e alguns ativistas do Instituto Industrial tínhamos posições muito semelhantes, já os de Letras, Medicina e Direito tinham posições e um método de trabalho diferentes. Nas RIA qualquer um mandava palpites, fosse dirigente ou não. No meu tempo já não existiam secretários

gerais das RIA, passando estas a ser reuniões informais entre associações e que não vinculavam ninguém. Na primeira RIA em que participei, em 1968, estava presente o Arnaldo Matos, que viria a ser o grande educador da classe operária e chefe do MRPP e o ex-ministro Alberto Costa, e nós admirávamo-los porque falavam muito bem. Nas RIA apareciam dirigentes das associações mas também colaboradores das outras linhas, portanto isto era uma luta permanente. Por exemplo, a Pró-Associação de Medicina, Económicas e o Técnico eram da UEC. A UEC foi criada em 1972, e eu, que era membro da organização estudantil do PCP, passei a ser membro da UEC. A UEC foi criada com a intenção de ser mais aberta do que o PCP.

Mais direcionada para o mundo estudantil?

Seguramente. Mas toda a organização estudantil do PCP era direcionada para isso. Alguém achou que era necessário criar uma organização mais unitária.

Quando se saía da UEC tinha que se passar pelo processo de ser ou não admitido no PCP. Porque ser membro da UEC não era por definição ser membro do PCP. Quem era membro do PCP passou para a UEC, uma organização mais aberta, mas quem tivesse sido recrutado para a UEC não era necessariamente membro do PCP. Em 1974, quando resolvi sair da UEC, cheguei ao pé dos camaradas e disse-lhes que ia para o PCP, isto porque eu era membro do partido e podia integrar a organização em que estava a trabalhar.

E a prisão?

Fui preso pela PSP, que na altura não percebeu quem eu era. Quando perceberam pararam para pensar.

Quando é que perceberam?

Havia a pretensão de fazer uma reunião em Letras. A nossa ideia era forçar a entrada na faculdade, porque havia os gorilas, e estavam à porta da associação cerca de 20 pessoas, algumas dez do Técnico, incluindo a direção. Uma parvoíce! Não tínhamos grande capacidade ofensiva e a nossa ideia era, se aparecessem algumas centenas de pessoas, forçar a entrada. Mas não apareceram. Fomos cercados pela polícia de choque,

eu não conhecia bem o espaço e fugi para a zona que é hoje o picadeiro, para um descampado nas traseiras da Faculdade de Ciências. Acabei por ser encurralado num quintal, com um oficial da polícia a apontar-me a arma e a dizer para largar as pedras que, não sei para quê, trazia nas mãos.

Alinharam-nos no muro e iniciaram uma sessão de interrogatório algo caricata por dois episódios. Eu estava próximo do Emanuel Santos, hoje secretário de estado do Orçamento, que era de Económicas e do MRPP. Formámos uma fila, de cerca de 40 pessoas e um oficial de polícia munido com um pau começou a interrogar cada um, perguntando de onde éramos. Os que não eram de Letras tinham direito a uma paulada na cabeça ou nas costas. Nada muito brutal. Quando o polícia se aproximou e tentou agredir o Emanuel, que estava encostado ao muro com um ar satisfeito, ele disse:

– *Anda, anda!*

E defendeu-se, levou as palmadas, mas não parou, ripostou, mandou pontapés. Era um tipo de grande coragem física. O polícia espumava, querendo agredi-lo, e não conseguia.

O outro episódio foi quando o oficial que ali estava me reconheceu. Ele comandava a força da PSP à volta do Técnico e já sabia que eu era da direção da associação. Nesse momento, parou a cena de pancadaria e todos os que estavam a seguir a mim não levaram. Dar umas pauladas num tipo qualquer era uma coisa, mas dar no presidente de uma associação já era mais complicado.

Fomos todos para o Governo Civil, depois sentimos que houve hesitação nas decisões superiores em levar-nos para Caxias. Decidiram levar-nos para Caxias e aí assumiram que decidiram prender o presidente da AE do Técnico. Eu tinha alguma representatividade, não havia mais nenhum dirigente envolvido entre aquelas cerca de 30 pessoas detidas. Depois estiveram um mês a pensar o que fazer connosco, enquanto estávamos no Reduto Norte em duas salas com camaratas de cerca de 15 pessoas. Fiquei com o Emanuel e com mais um grupo de gente do Técnico e de outras escolas. Não fomos mal tratados, os dias passavam sem nada de especial e sem grandes interrogatórios. O mês foi passando, as pessoas foram sendo libertadas até que ficámos apenas três: eu, o Emanuel e um

estudante brasileiro, de quem ficámos amigos. Apesar de ser do MRPP dei-me sempre bem com o Emanuel e ficámos amigos, embora não o veja há quase 40 anos.

Havia greve de exames, e eles iam julgando o que me fazer de acordo com o que se passava cá fora. Em junho/julho decidiram que já que me tinham preso, e havia greve de exames, iriam levar a história até ao fim. A partir daí passei para a zona de isolamento, no Reduto Sul, e durante três semanas passei pela tortura do sono, espaçadas por um dia. Na última semana também fui espancado. O que eles pretendiam era provar que eu era membro do PCP. Se o conseguissem, era um trunfo político importante, uma vez que as autoridades afirmavam que as AE eram um *ninho de comunistas*. Com isto a polícia queria desacreditar o trabalho das associações perante os estudantes. A ideia era afastar os estudantes das reuniões e desinteressá-los pelo trabalho da associação.

Queriam que eu admitisse que era membro do PCP, que pagava quota e queriam saber qual era o meu pseudónimo. Estes eram os elementos de prova que procuravam para, no Tribunal Plenário, acusar alguém de ser membro do PCP.

Vi, no outro dia, na Torre do Tombo, que apesar de haver muito pouco a meu respeito, um dos documentos arquivados era uma declaração em que confirmo a minha responsabilidade pelo *Binómio* e pelas posições anticoloniais. Eles quiseram saber quem era o responsável, e eu assumi a responsabilidade de tudo aquilo que era feito na associação. O que podia vir publicado no *Binómio* seria apenas um crime de ofensa à liberdade ou à autoridade. Mas na verdade, isso não lhes interessava.

Entretanto, a greve continuou e ao fim de quase três meses decidiram não renovar a prisão preventiva e libertaram-me. Saí em agosto. Aceitaram que não iam conseguir provar o que queriam. Saí, mas acabei por não fazer quase nada porque estávamos no verão, a associação estava fechada, e eu e o resto da direção impedidos de entrar no Técnico. Íamos fazendo apenas o que podíamos.

Além das funções que tinha enquanto membro da direção, que outras tarefas desempenhou na associação?

Particpei na secção pedagógica, mas depois com a orientação desta rapaziada maoista, a atividade principal centrava-se muito nos cursos. Fui durante muitos anos delegado de curso. Do meu curso fui eu, o Acácio Barreiros e o Alfredo Baptista. Ao nível do curso era mais fácil não entrarmos em competição, já que éramos membros de uma comissão eleita por braço no ar. Ocupávamo-nos a organizar greves às disciplinas que nos chateavam mais e a tentar impor alguma luta pedagógica.

Enquanto dirigente da associação, tentámos recentrar de novo o trabalho na associação, mas não conseguimos, o que de facto foi possível fazer foi os *Binómio*, mas a minha atividade enquanto dirigente, durante os três anos em que fui presidente, foi sempre de direção de luta de massas e de organizar reuniões gerais, levar tudo preparado para uma reunião geral em que sabíamos que íamos ser massacrados pelos colaboradores e tentar sobreviver até à próxima reunião geral. As reuniões eram, no fundo, a nossa fonte de legitimação e a nossa preocupação era quando elas começavam a ser chatas e as pessoas começavam a desertar.

Quando a reunião passava de 100 pessoas para baixo, nós sabíamos que íamos perder as votações. Tínhamos a consciência que se a reunião fosse muito participada, nós ganhávamos as posições porque os outros eram muito sectários. Havia um jogo de influências que não era um jogo de aproximação partidária.

Eu tinha algum prestígio no meu curso. Antes de ser dirigente, era um bom aluno, interessado nas aulas e participativo no curso. Pode dizer-se que era uma pessoa estimada no curso, pois era eleito para a comissão de curso e havia um conjunto de pessoas que votava em mim também por isso. Tinha bolsa da Gulbenkian e, ou estudava, ou não tinha dinheiro para nada. Em 1971, comecei a trabalhar, era trabalhador-estudante nos CTT, numa vaga para o estudante de engenharia. Trabalhava à hora, e com isso deixei de ter bolsa. Comecei por receber 35 e depois 70 escudos, e fazia o número de horas necessárias para conseguir sobreviver. Era

uma situação relativamente comum na função pública. A intenção do estado era atrair jovens quadros, porque a função pública pagava mal, e algures no tempo criou a situação de estudante de engenharia, bem como deve ter criado para outras profissões para atrair jovens. O requisito era estar matriculado no 4º ano. Nesse ano fui eleito para a direção da associação e mantive-me a trabalhar nos CTT. Portanto, a minha vida na direção era estudar, trabalhar e aturar a *popalhada*, como nós dizíamos!

Qual era a relação da AE com as outras associações?

O Técnico tinha a associação mais poderosa financeiramente, do ponto de vista de máquinas, com instalações próprias, muitos sócios e uma secção de viagens que lhe dava um rendimento extra. Era um pouco o *asilo* das pró-associações e das associações com dificuldades. Quando morreu o Ribeiro Santos foi lá que se foi fazer o plenário. Logo a seguir ao 25 de Abril, o plenário dos estudantes de Lisboa foi também realizado no Técnico. Quando o Técnico estava fechado chegámos a fazer plenários no átrio do Hospital de Santa Maria. Em princípio, sabíamos que a polícia não ia atuar, pois podíamos ser impedidos de entrar mas não podiam fechar o hospital. Lembro-me de fazer plenários dentro do próprio hospital ou cá em baixo, junto à estátua do Egas Moniz. Mas a maior parte das vezes, quer os plenários da academia, quer as RGA, realizavam-se no Técnico.

A nossa relação com outras associações dependia muito da nossa concordância com eles. Nós éramos muito unidos com a associação de Económicas, porque éramos da mesma *raça*. A direção que foi eleita no mesmo ano que a minha era também uma associação de gente da UEC, logo tínhamos uma relação muito estreita com eles. Também com a Pró-Associação de Medicina mantínhamos uma atividade intensa, porque era uma associação solidária e apoiavam-nos sempre, apesar de algumas divergências nas RIA. Muitos dos comunicados foram feitos lá, bem como algumas reuniões de colaboradores, e algumas de estudantes, estas mais arriscadas. Havia cumplicidade com Medicina também em termos logísticos. E o contrário também funcionava.

A secção de folhas tinha uma máquina *offset* muito poderosa e esta secção continuou a laborar, mesmo com a associação fechada, só que o acesso à máquina não era possível. Nós não tínhamos acesso à secção de folhas, que em situação normal era nossa e fazíamos o que entendíamos das máquinas. Os *Binómio* numerados e a imprensa mais digna era feita em *offset*, já os comunicados do dia-a-dia em *stencil*. Quando não tínhamos a associação aberta, fazíamos *stencil* onde calhasse, em Medicina ou em Económicas, mais em Medicina, porque, quando em 1972 o Técnico encerrou, Económicas também fechou.

Lembro-me de um episódio, a seguir ao 25 de Abril, que me deixou um pouco penalizado. Ouvei dizer que, nessa altura, o prof. Domingos Moura, que foi secretário do CE ou Conselho Diretivo como professor catedrático mais novo, foi saneado, tal como o diretor Sales Luís. Era irmão do Francisco Pereira de Moura, ministro do V Governo Provisório do general Vasco Gonçalves, casado com Helena Cidade Moura, uma democrata do MDP/CDE. Portanto, se ele tinha atividade política não era com certeza ligado ao regime.

Houve uma situação relacionada com as histórias dos comunicados em que ele se portou com grande dignidade perante a associação. O que nós percebemos foi que um duplicador de *stencil* da associação teria sido roubado. Não sei se foi a polícia para provocar, pode ter sido um qualquer grupo maoísta, ou gente ligada ao PCP. Não sei, nem interessa. Alguém roubou, ou parecia que tinha roubado e a polícia queria que a direção reconhecesse o roubo para, eventualmente, culpá-la.

Nunca percebemos muito bem os contornos, só soubemos que a direção da escola tinha um duplicador para entregar à associação que seria nosso e quis entregá-lo num auto. Nós, perante este auto, dissemos não reconhecer esse duplicador como sendo da associação. Com a insistência, nós dissemos que se nos quisessem dar o duplicador, nós não nos importaríamos. Fizemos então uma ata, perfeitamente surrealista, em que a direção da escola me entrega a mim e ao tesoureiro, como representantes da associação, um duplicador sem referir que tinha sido roubado ou entregue. O prof. Domingos Moura

saberia que tipo de implicações alguém queteria retirar deste ato e acabou por ser uma coisa sem valor do ponto de vista probatório para alguém, porque, na prática, o que eu tenho é um documento em que a direção da escola entrega um duplicador à associação.

A nossa relação com Coimbra era muito débil. As associações de Lisboa apoiaram Coimbra na crise de 69. Na véspera do jogo de futebol para a final da Taça de Portugal que opunha o Benfica à Académica, a direção da associação Académica veio para Lisboa e nós fizemos uma reunião de preparação e agitação em Ciências. Depois ficámos um pouco decepcionados porque percebemos que parte deles vinha ver a bola e traziam as capas, o que era um pouco exótico para nós em Lisboa.

As relações com Coimbra não eram cordiais, eram de aceitação. Nós não hostilizávamos Coimbra e Coimbra não nos hostilizava. A direção da associação era relativamente unitária, tinha gente que não era membro do PC, como o Alberto Martins, e membros, como o Osvaldo Castro. Contudo, o PCP apoiaria este tipo de lista. Mas como em 69 em Lisboa no Técnico era o Mariano Gago, as relações acabavam por não ser boas. Nós gozávamos com a Tomada da Bastilha e considerávamos-os atrasados, nada progressistas ao nosso nível. Na altura, não era dirigente nem reunia com dirigentes de Coimbra. A minha opinião, concordo hoje que excessiva, era baseada no ambiente e nas posições que conhecia entre os colaboradores e ativistas com quem contactava.

Mas mobilizámo-nos para o jogo de futebol. Eu levava uma letra da palavra liberdade, porque já era colaborador da associação. Era um papel A3 que levávamos dentro da roupa e que à hora prevista mostraríamos. Lembro-me que a pessoa que me deu a letra – era de Ciências e mal me conhecia – disse que quando comessem a tocar o hino nós devíamos levantar-nos, voltar-nos de costas – para não sermos vistos – e projetarmos as letras para a frente cantando o nosso hino. Eu não sabia qual era o nosso hino, ao que ele respondeu:

– A Internacional!

Acabámos por não cantar, porque não houve hino. O engraçado é ele ter achado normal que,

como colaboradores associativos, eu achasse que *A Internacional* era o meu hino!

Há outra história com hinos que demonstra a pressão psicológica a que éramos sujeitos.

Na morte do Ribeiro Santos, os MRPP, injustamente na minha opinião, tentaram crucificar a direção de Económicas, acusando-a de ter permitido que chamassem os pides. Isto foi discutido numa reunião do Técnico, porque ali era o ponto focal. Foi numa discussão que decorreu no salão nobre, na presença da direção de Económicas e dos MRPP. A meio da discussão alguém acusou a direção de Económicas de um *crime verdadeiramente hediondo* que foi de, durante o funeral do Ribeiro Santos, acompanharem um grupo de democratas republicanos que cantavam o hino nacional, coisa que nós não tínhamos por hábito. Acusaram de terem cantado o *hino nacional fascista*. Alguém se levantou e disse que o hino não era fascista. O hino é de 1910, não é de 1926! Mas a pressão era tal que cantar o hino era considerado um ato desajustado, coisa de velho burguês.

Os maoistas costumavam dizer que nós representávamos a corrente liberal, social democrata, burguesa, costumavam dizer em relação à nossa rapaziada que quando abríamos a boca *ou saía paleio demo-liberal ou comíamos um pastel de bacalhau*. Isto porque uma prática frequente do PCP era a realização de convívios. Em algumas escolas, como no Instituto Industrial, faziam-se passeios de barco no Tejo organizados pela associação em que o pessoal levava piquenique e conversava. Nós sofríamos um pouco com isso porque, apesar de não o sermos, chamavam-nos de sociais-fascistas.

Eu não me considerava sectário. Nunca fui fanático pelo PCP, achava que era ali que devia estar porque não havia alternativas interessantes. Depois, talvez tivesse ligado mais em termos programáticos, embora a este nível o partido me parecesse um pouco datado. O PCP defendia a Revolução Democrática Nacional e para o ensino a Reforma Geral e Democrática do Ensino. Isto fazia com que os outros gozassem connosco, porque defendiam que era necessário fazer a revolução primeiro, e não a reforma. Eles falavam uma linguagem muito revolucionária, já os nossos textos programáticos defendiam a Reforma Geral e Democrática do Ensino, o que

significava que nós éramos do PCP. A nossa ligação ideológica era a este nível mas, provavelmente, alguma da teorização feita por nós era um pouco à margem do que era a documentação oficial do partido.

Nós não éramos a frente da revolução e convivíamos bem com essa acusação. O que nos incomodava mais era chamarem-nos de social fascistas em público, o que se confundia com provocação, porque era o mesmo que acusar-nos como sendo do PCP.

Mas no Técnico essas acusações não existiam. Era mais conversa dos maoistas de Direito.

Quais foram os momentos do ME que mais o marcaram?

Inicialmente, a questão da sala das alunas que foi uma experiência engraçada.

Em 67, o apoio às populações nas inundações. Ainda estava no Instituto Industrial mais íamos ao Técnico que era o centro logístico e, dali, em autocarros e levávamos sacos com refeições ligeiras para distribuir pelas populações. Estive em quintas ao pé de Vila Franca e na Póvoa de Santo Adrião, numa brigada que andou a tirar lama e a apoiar as pessoas. Também fazíamos alguma propaganda à volta disto e era uma situação complicada, porque a polícia não nos podia impedir pelo facto de irmos em solidariedade.

Depois foram as lutas associadas à minha direção, os encerramentos e as reaberturas, o plenário das *Condições Prévias* e as reuniões que levaram à nossa eleição com a situação dos aplausos, que não se voltou a repetir.

Também a passagem pela prisão é um momento marcante do ponto de vista de experiência pessoal. Já tinha algum conhecimento do que era a tortura do sono porque eram divulgados em documentos internos do partido. Havia um documento do PCP, *Se fores preso camarada*, que tinha alguns conselhos sobre a matéria, mas estava convencido que a tortura do sono era mais *mansa* em termos de dias. Na primeira semana, ao quarto dia tive alucinações visuais, vendo na parede papel de cenário com inscrições da associação. Passava a mão na parede rugosa para ter a consciência de que aquilo era uma cela. Apesar disso, nunca me senti alucinado no

sentido de perder o contacto com a realidade. Já sabia que ao quarto dia começava com as alucinações visuais. Nunca me fizeram a estátua, podia estar sentado, só que eu não queria estar sentado, porque assim adormecia e era acordado em sobressalto pelo pido que estava sempre comigo, batendo na parede, na mesa ou atirando moedas. Às três da manhã era a hora fatal. Para não adormecer andava e cheguei a dormir a andar. Apercebi-me que eles já tinham algum conhecimento e alguma experiência da tortura do sono enquanto ciência. Ao fim de cinco dias, talvez seis, se não me mandassem dormir desfaleceria. Eles tinham cuidado com isso, não lhes dava jeito nenhum que eu morresse ou tivesse uma doença grave. Até porque no dia a seguir tinha sempre visita e se não dormisse apareceria com um ar esquisito. Se não aparecesse era sinal de que alguma coisa de grave se teria passado. A minha família é da Beira Alta, e devem ser quase todos do CDS, e a minha tia, que devia adorar o Salazar, fez lá grandes cenas à porta da PIDE.

O sentimento de libertação e bem estar foi muito intenso no fim da primeira semana de tortura do sono. Quando cheguei à minha cela, no Reduto Norte, senti-me satisfeito comigo, porque não tinha falado. O que não teve graça nenhuma foi perceber, depois da visita, que aquilo iria continuar, mas era mais do mesmo, logo uma situação já controlada, a única novidade foi entrarem as agressões, já na terceira semana. Batiam em zonas em que não se visse. Quando eu adormecia a andar tinham muito cuidado para que eu não batesse na parede de modo a não ficar com escoriações visíveis. Espancaram-me numa zona extremamente dolorosa, nas nádegas, com uma matraca em forma de pêra.

Durante a minha prisão fizeram-se algumas discussões alargadas na associação e no lar, que o PCP criticou, por falta de cuidado conspirativo. Muitas eram sobre o que fazer no caso de se ser preso. A decisão de falar ou não falar não era questão que se pusesse, ao contrário da *Gestapo*, onde quem não falasse levava um tiro na cabeça. Eu estava educado com a ideia de que *um PC não fala e não trai os camaradas*.

Do ponto de vista psicológico, se alguém ia para a prisão com a ideia de só aguentar até poder, resolve que não pode ao fim do primeiro ou segundo dia.

Se alguém vai decidido a não falar, vai e não fala. Conheço pessoas que foram presas, torturadas e não falaram, mas quando numa segunda vez voltaram a ser detidas e espancadas, já falaram. Tem a ver com as condições psicológicas de cada um. Eu estava em muito boas condições psicológicas, pois sabia que estava a haver greve e luta no Técnico, através das mensagens possíveis da Júlia (minha mulher e também colaboradora da associação). Apesar do ponto de vista familiar não ter grande apoio, pelas origens modestas da minha família, do ponto de vista da minha inclusão no ME eu sentia-me muito apoiado, por isso as minhas condições psicológicas eram muito boas.

O João Resende, que tinha sido meu controlador, numa das vezes que foi preso, acabou por denunciar alguns camaradas porque de facto não estava em boas condições psicológicas. A mim, tanto quanto posso concluir, não me denunciou.

Durante algum tempo tive perturbações e não conseguia ouvir barulhos impulsivos. Há um ou outro momento em que me *apaguei*, estava sentado e de repente desmaiava. Mas, no essencial, tenho uma memória nítida do que aconteceu. Embora não goste de falar muito nisso e andar por aí a propagandear, foi uma situação que me marcou, porque me senti satisfeito nesse tempo – quando terminou a primeira semana de tortura do sono – apesar de estar preso não ser uma boa sensação.

Quais eram as bandeiras de luta dessa época?

Era à volta da liberdade associativa por causa dos encerramentos e o fim da guerra, que era uma reivindicação que atravessava de maneira implícita o nosso quotidiano. Nos *Binómio* nós defendíamos, de uma maneira ou de outra, a liberdade para as colónias e a paz.

E reivindicações pedagógicas?

Para nós e para os maoistas eram menores e instrumentais. Nós tínhamos interesse em que o curso funcionasse bem e eles acho que queriam que funcionasse mal.

Lembro-me de ter conduzido uma greve, a que todo o curso aderiu, de medidas elétricas, porque achávamos que o ensino não era experimental como devia ser. Defendíamos que a

ciência devia basear-se na experimentação. Mas muitos dos professores não estavam disponíveis para algumas alterações. É verdade que houve algum progresso pedagógico a esse nível. Se em 1973 ou 1974 um professor exigisse que o aluno levasse gravata os alunos rir-se-iam, mas uns anos antes sem gravata ninguém entrava num exame. Ainda sou do tempo em que o catedrático escrevia no quadro e nós copiávamos. Esses métodos pedagógicos já não eram possíveis em 1973. Por exemplo, o prof. António Brotas, que me deu relatividade, era um professor, desorganizado, mas uma ótima cabeça. Do ponto de vista pedagógico ele *não era famoso*, mas isso não significava que nós tivéssemos que organizar lutas contra ele – e não organizámos.

Achávamos importante estar com os alunos na luta dos cursos mas estas reivindicações não constituíam o foco do nosso trabalho apesar de agora ver que umas eram boas e outras más. A competição e ambição eram vistas como valores burgueses. Víamos a competição desportiva como um reflexo da luta de classes no desporto.

Lembro-me de ter sido publicado um texto do maoísta Pierre Laquilmoumy sobre a importância de ser contra os Jogos Olímpicos e a competição. Nós defendíamos o desporto pelo desporto. Tinha havido uma geração anterior no Técnico semelhante, embora fosse conservadora do ponto de vista político. A piscina do Técnico podia ter tido 16 ou 25 metros para poder receber competições, mas um professor responsável decidiu que a piscina teria um outro comprimento, para não poder ser usada em competição.

O João Sarmento era um tipo que teorizava bastante sobre a pedagogia. Acho que a primeira lei do governo das universidades com os órgãos mistos saiu em parte da cabeça dele. Hoje questiono-me se faz sentido que a universidade seja dirigida por um colégio, onde intervêm empregados, estudantes e professores. Não tenho dúvidas que os empregados e os estudantes devem estar representados em algumas instâncias, mas tenho dúvidas que devam intervir na direção da escola. Na altura não tinha dúvidas nenhuma, devia estar na Reforma Geral e Democrática do Ensino ou então foi o João Sarmento que propôs e nós lá aceitámos. Nós defendíamos isso num contexto de fascismo, em que era importante conquistar a autonomia das

escolas face ao poder e mudar uma universidade relativamente enclerosada, que precisava de um safanão. Hoje, com um poder democrático, tenho dúvidas sobre a razão da autonomia das escolas. Se o poder é democrático tem que ter alguns instrumentos para dirigir as escolas.

Como se iniciavam, desenvolviam e terminavam os processos de luta?

As grandes lutas foram sempre pelas reaberturas. Ter a associação aberta permitia-nos ter determinadas condições de divulgação de liberdade e do que achássemos importante discutir. A forma de luta fundamental era a greve.

A greve a aulas, que deixou de ter alguma relevância e que era sempre decidida em RGA.

A greve de exames, que fizemos duas vezes, era a nossa bomba atómica.

Os piquetes de greve eram menos mansos do que hoje, que apenas tentam convencer, mas no nosso tempo os piquetes punham fora os estudantes que furassem a greve, quando havia condições objetivas para isso. Tentava-se que não entrassem, porque fazer exame era criar condições para que a greve falhasse e isso faria com que uma série de gente perdesse o ano. Foi conduzida a tal extremo que toda a gente perdeu um semestre. Chegou a haver dois primeiros anos, havia um primeiro ano do 2º semestre, em outubro, e um 1º ano novo e a escola atrasou-se um semestre. Houve consequências pesadas para a generalidade dos alunos, já que a partir daqui seria muito difícil conseguir fazer greve a exames. A primeira greve foi importante e vitoriosa porque se conseguiu recuperar um semestre. Em 1972, nas *Condições Prévias*, ainda fomos a tempo de recuperar o semestre e a normalidade académica. Na segunda greve, comigo preso, já foi diferente. A situação degradou-se com a polícia lá fora, tendo havido um número razoável de gente que furou, o que levou a que muitas pessoas fossem suspensas e alunos impedidos de se matricularem.

Como é que se decidia avançar ou não para a greve de exames?

Era uma decisão da RGA.

Era uma decisão fácil?

Não. Era uma decisão complicada. Haveria várias instâncias de discussão. Discutia-se nos cursos – éramos muito basistas – em reuniões de colaboradores e às tantas convocava-se a RGA, onde havia sempre várias propostas, abertas e democráticas vivamente discutidas. Admito que pessoas que estivessem contra, no meio de tanta gente, tivessem dificuldades em usar da palavra.

No entanto, recordo uma reunião, em que o *fura* Melo Ribeiro entrou e agrediu pessoas e fez algumas declarações. Nós tentávamos que essas decisões fossem representativas, isto é, não aprovávamos estas decisões a *golpe*. Tínhamos todo o interesse em que as reuniões fossem amplamente participadas, já que sabíamos que se o não fossem íamos perder, e só avançávamos quando havia uma adesão razoável.

O Técnico teria alguns milhares de alunos na altura, uma decisão razoável era ter 500 alunos presentes numa RGA. Se as reuniões não fossem participadas e com propostas bem discutidas a greve não ia ter sucesso e isso não nos interessava. Em relação a quem não apoiava, aí de facto o processo de democracia era mais musculado do que seria hoje. Achávamos inaceitável boicotar uma decisão de uma reunião geral e se pudéssemos impedíamos que tal acontecesse. Os processos de luta eram planeados e participados. Ao nível das questões pedagógicas era mais simples, porque era uma decisão da reunião da comissão de curso.

Que mudanças houve no ME desde a sua entrada até sair do IST?

Eu entrei a seguir ao Maio de 68, que influiu bastante em termos culturais e em termos de perspectivas de vida na minha geração, e também marcou a própria AE. A direção do Mariano Gago é a última do velho estilo, já faz a transição para os maoistas, apesar dele já não ser do velho estilo.

O que considera velho estilo?

A associação das secções, menos vocacionada para a luta pedagógica e luta de cursos. Mais virada para a atividade cultural, a atividade pedagógica circunscrita, a manifestação pública de opiniões e a intervenção social. Esse era para

nós o ideal do trabalho da associação e que vinha um pouco de trás.

Também, fruto dos tempos, e por influência dos maoistas, passou a discutir-se mais a guerra colonial. O PCP tinha uma atitude face à abordagem em público desta questão mais prudente, não apelando à deserção coletiva, defendia uma luta interna. Era dirigido aos quadros comunistas das Forças Armadas. Mas esta questão passou a ser tema e foi uma conquista cultural, e passámos a falar da guerra colonial numa base quotidiana. A guerra do Vietname era utilizada como uma analogia, sendo mais fácil ser contra a guerra do Vietname, porque na guerra colonial estavam os nossos amigos. Era delicado apoiar os movimentos de libertação.

No Técnico não era pecado falar contra a guerra, mas também já estamos a falar do tempo do marcelismo, logo de alguma, embora tímida, abertura política.

Aproveitámos um pouco algumas hesitações do marcelismo. Pertenci à CDE, em 1969, como militante de base na Damaia. Desse grupo nasceu a cooperativa cultural VIS na Amadora. Depois abrimos uma em Queluz, que se chamava Proelium – a nossa atividade não era só cultural. Além de vendermos livros e fazer recitais, era um espaço organizativo que vinha da CDE, sendo uma forma de nos mantermos organizados. Nas eleições de 1973, também.

Na universidade a discussão política era mais aberta e foi-se acentuando sobre eleições e democracia, a favor do fim da guerra e pela independência para as colónias. Estes assuntos deixavam de ser tabu.

Maio de 68 e a guerra do Vietname, o marcelismo menos, foram as condicionantes externas que contribuíram para estas mudanças.

Caracterize as organizações de juventude existentes.

O PCP organizou uma espécie de parente da UEC para os trabalhadores, o Movimento da Juventude Trabalhadora (MJT), onde conheci algumas personalidades que são hoje dirigentes do PCP – como o Francisco Lopes da Comissão Política. Alguns desses jovens eram estudantes liceais ou de escolas industriais, e apareciam por vezes nas AE e no Técnico, como o *Puto Portas* – o Miguel Portas – que militava

no MAESL – liceus – ou o Ruivo – ativista das escolas industriais. Apareciam e falavam connosco. Talvez houvesse algum interesse partidário ou de grupo. Depois do 25 de Abril eles militavam no MJT e na UEC e, no ano a seguir, com a fusão das duas organizações fundou-se a Juventude Comunista.

O MRPP foi um movimento muito importante, nasceu de uma organização, a Esquerda Democrática Estudantil (EDE). A EDE era mais coerente porque era um grupo de estudantes. Ao transformar-se pretendeu ser um movimento reorganizativo do proletariado português, que é o que significa o acrónimo do MRPP. São um grupo de estudantes que quer reorganizar a classe operária e os maoistas todos são assim. À parte das FAP, em que o Francisco Martins Rodrigues, o Rui d’Espiney e o Pulido Valente, os três presos, eram dirigentes. Havia transporte de gente do movimento operário comunista para estas organizações maoistas, mas de resto eram estudantes. O MRPP nasceu na universidade e os outros grupos maoistas também. O Eduardo Pires foi secretário geral do PCP-R depois do 25 de Abril, na altura operário da Lisnave, mas era estudante do Técnico.

A CEUD nunca teve expressão, mas a CDE sim. A rapaziada do ME transportava-se para as CDE. A CDE era uma organização espontânea e pouco estruturada e em todas as campanhas a gente ia *dar uma voltinha* à CDE.

A JUC tinha alguma importância. Conheci alguns católicos progressistas. O João Sarmento tinha sido da JUC. Um dos dirigentes da JUC que ganhou as eleições ao Guterres, era o Carlos Marques da lista dos *ex-As*. Muita gente tinha vindo da JUC, eram os *católicos estranhos*, discutiam entre si. Eu não pertencia a este grupo mas o Ludgero Leote tinha pertencido e sabia que discutiam sobre o sentido da participação no ato da missa. Tinham alguma desestruturação em termos de religião e sentiam-se mal com o autoritarismo da igreja. Em meados de 60, a JUC fez um inquérito aos universitários, que era citado no ME como de referência. Havia gente da JUC no ME, mas não tinha grande relevância. O ME não a hostilizava.

E de extrema direita?

Pouco. Em Lisboa sei que não tinham qualquer expressão. Não me lembro de nenhuma faculdade, em que eles tivessem tido alguma importância.

O Movimento Jovem Portugal?

Não tinha grande expressão, julgo que teve mais em Coimbra, na crise de 69. O José Manuel Júdice era dirigente dessas organizações e o Melo Ribeiro, em Lisboa, também seria. Eles não tinham coragem de aparecer publicamente a defender o regime. Não tinham voz no ME. Manifestavam-se clandestinamente com cartazes.

E os assaltos ...

Sim, participavam em assaltos às associações e ajudavam a PIDE, mas só em termos documentais é que se afirmavam. Organizações de direita estudantis não as sentimos.

Houve uma situação a seguir ao 25 de Abril espantosa em termos de psicologia de massas e daquilo que é a violência. Foi denunciado um pide – ou legionário – no meio de um grupo imenso no Técnico, ele ficou assustadíssimo. Eu, como presidente da associação, estava lá e tentei normalizar a situação, serenando as pessoas. Alguém sugeriu que se matasse. Não sei o que teria acontecido se ele, em desespero, tivesse tentado fazer algum movimento de fuga ou defesa, ou se alguém tivesse tido a iniciativa de o agredir. Acabou por ser preso e aquilo ficou em nada.

As organizações de direita não eram relevantes.

Em relação a momentos da política nacional, referiu alguns em que interveio ou que presenciou ...

Foram as campanhas da CDE e a história das inundações em 67.

Com muita frequência fazíamos distribuição de comunicados ao país, moda introduzida pelos maoistas. Fazíamos manifestações na rua e distribuíamos. Em muitos plenários da academia de Lisboa, a propósito de algum encerramento e da repressão, que eram as motivações maiores, fizeram-se com alguma frequência plenários de estudantes da capital dirigidos pelas direções das associações e onde, em geral, eram

aprovados comunicados ao país. Saíamos em algumas corridas e íamos para a Baixa distribuir. Deixávamos os comunicados em caixas do correio, nas cabines telefónicas, mas tinham uma penetração baixa. O MRPP, enquanto estudantes e com frequência, fazia umas minimanifestações com meia dúzia de pessoas e partia montas de bancos.

Quais eram os temas desses comunicados?

Tratávamos de tudo. Contra o governo, contra a guerra colonial. Dávamos livre curso à imaginação. Eram comunicados aprovados em plenário e que tinham muito pouco a ver com estudantes. Estávamos *ao serviço da classe operária e apoiávamos a luta dos trabalhadores*. Mesmo os comunicados aprovados por mim diziam as mesmas coisas.

Quais os acontecimentos internacionais de referência?

O Maio de 68 e a guerra do Vietname são as grandes questões e interessava tudo o que dissesse respeito à guerra colonial.

E como foi o pós-25 de Abril? Ainda era dirigente da associação?

No dia 25 até nos esquecemos do Técnico e ninguém quis saber da associação. No dia 26 viemos abrir a associação, partimos o vidro e entramos. No pós-25 de Abril era ainda dirigente da associação. Depois organizaram-se as eleições, mas ainda houve momentos conturbados.

Nós éramos aceites mas pouco reconhecidos, tínhamos sido reeleitos em RGA com pouca gente. Havia alguma degradação, tínhamos sido impedidos de entrar no Técnico, voltámos nessa altura, mas éramos um pouco estranhos. Logo a seguir ao 25 de Abril passei a ser dirigente da UEC, já era mas assumi na altura, só no final do ano fui para os CTT, passei a controlar diretamente o Técnico, o Industrial e a Faculdade de Ciências e acabei por ter uma atividade partidária mais desligada da escola. Tinha o curso parado e só acabei em 1976. Em 1971, estava no 4º ano e aí fui continuando até 76. A seguir ao 25 de Abril, tentámos recuperar o semestre em atraso, mas tudo aquilo em que nos centrávamos no dia-a-dia da associação deixou de fazer sentido. Discutir a guerra, a

situação política e a liberdade podia fazer-se em todo o lado. Não me lembro de ter dado importância à associação, embora ainda fosse formalmente presidente. Organizámos um processo eleitoral, em 74 ou 75, mas eu deixei, de facto, de ser presidente da associação e não me lembro de ter feito nada especial lá. Nessa altura a vida estava cá fora.

As pessoas estavam a tentar terminar cadeiras, acabar o semestre, mas com uma luta ideológica muito intensa que se transportou lá para dentro, com uma hostilização em relação aos dirigentes da UEC. A Zita Seabra chegou a apoiar a participação numa sessão de pedra e aí as pessoas da UEC perderam o apoio da maior parte dos estudantes, tendo começado a entrar em decréscimo de influência.

No V Congresso Extraordinário do PCP, em 1974, eu, o João Sarmento e o Mário Moreira, estudantes do Técnico, fomos os únicos que nos abstivemos numa votação da moção de alteração do programa do partido. Era um tema incómodo para o partido, que tinha defendido a ditadura do proletariado como forma de poder e que tinha má ressonância no 25 de Abril, porque, perante outras forças, poderia estar associado à defesa de uma ditadura. O PCP nunca aceitou que teria de mudar o programa. Enquanto dirigente da UEC, e delegado por inércia ao congresso, tentei discutir o assunto, mas depois percebi que não deixavam e eu não concordava que tivesse de ser assim em alturas de congresso. O meu organismo era a Comissão Central da UEC e aí discutia livremente as minhas opiniões. Acabei por perder a votação na Comissão Central que achava que eu devia defender a sua proposta e que devia ir para o Técnico e para a Faculdade de Ciências defender a posição do partido. Eu recusei-me porque achava que em congresso a discussão era livre. Gerou-se então uma situação incómoda em que ganhei o direito de não defender a posição oficial do partido, tendo sido autorizado a não participar nas reuniões de controlo do Técnico, Industrial e Ciências. Foi aceite que, como não concordava, e impedido de expressar a minha opinião, não interviria. Mas a UEC tinha tido uma discussão muito viva sobre isto em diferentes instâncias e não sei como teria sido a votação se tivesse havido a prova dos números no

congresso. Perguntou-se primeiro quem votava a favor. Houve muitas mãos no ar o que intimidou a rapaziada que ia votar contra, incluindo gente de Letras e de outras escolas. Perguntaram depois quem se abstinha e levantaram o braço três pessoas. Sentimo-nos incomodados, porque olhavam para nós como estando a estragar a unanimidade. Não tive nenhuma espécie de represália, nem esperava que tivesse, e numa reunião da Comissão Central da UEC até foi elogiada a nossa coerência e criticada a incoerência dos camaradas que não votaram de maneira nenhuma.

O pós-25 de Abril é para mim a UEC em perda. Às tantas estava um pouco farto de trabalhar na UEC e resolvi utilizar o meu direito enquanto membro do partido e passar para a organização profissional nos CTT. Militei de 1974 a 1978, ano em que saí.

Qual o balanço que faz da sua experiência enquanto estudante do Técnico?

Do ponto de vista escolar podia ter sido melhor, embora tenha sido um aluno razoável até ao 4º ano. Acabei por ter média de 15, com muitos aptos escalonados. Sempre me dei bem e acho que fui um técnico razoável, à conta também do que aprendi no Técnico. Fui estudante do Técnico muito ano e dirigente reconhecido durante alguns. Uns anos mais tarde os jovens que chegavam à PT onde trabalhava ainda me tinham conhecido nalguma situação. Parece-me que me falavam com alguma afabilidade.

Do ponto de vista pessoal e cultural, gostei muito de andar no Técnico e do trabalho da associação, muito intenso, complicado, por vezes chato. Como escola, o Técnico não era tão mau como o pintam, era escorreita que chegasse, mas o que vivenciei a nível cultural e associativo foi o que mais me marcou.

Recorda o ano do espetáculo do José Afonso na cantina do IST?

Terá sido em fins de 72 ou inícios de 73. Foi um espetáculo que decorreu na cantina promovido pela direção da associação. Nós convidámos o José Afonso que tinha um grande apoio entre os estudantes em geral e não só das pessoas ligadas à minha lista. Ele era estimado e apreciado pelos estudantes. O espetáculo era só com o José

Afonso, não me recordo se era o Pato que o acompanhava à viola.

A cantina estava cheia e as condições acústicas eram péssimas, como era normal neste tipo de situações. Penso até que o Cília se recusava a cantar nestes ambientes, porque lhe destruía muito a voz que tinham que esforçar muito. Era um ambiente caloroso, mas complicado para um profissional. Neste espetáculo o palco era improvisado em cima das mesas, estava tudo cheio de fumo ... aquilo era tudo menos bom para um cantor.

E terá sido por causa das condições acústicas da cantina?

Eu estava convencido que foi por causa das interpelações que lhe fizeram e que o aborreceram, mas também pode ter sido por razões técnicas. Para a minha mulher a parte mais desagradável do espetáculo foi ter sido precipitadamente acabado, menos do que a *chateação* que os outros lhe fizeram. De qualquer maneira, a ideia que eu tinha é que, apesar da cantina estar cheia e de que aquilo que ele cantou ter tido apoio e sucesso, as interpelações que os grupos lhe fizeram – que agora designo por maoistas e que na altura chamávamos esquerdistas ou outras coisas do género – foram muito desagradáveis para nós. Tínhamo-lo convidado e era muito desagradável estarem a chateá-lo e a levantar questões.

Julgo que boa parte das interpelações era para nos chatear, como direção da associação que o tínhamos convidado.

Acha que não era um ataque pessoal ao José Afonso?

Eles chamavam-lhe com alguma frequência a *Amália do partido*. A Amália era a artista do regime, e era neste sentido que o José Afonso era a *Amália do partido*, porque era o artista de que o partido gostaria.

Que o partido gostaria?

Ou que apoiaria. Era o artista que estaria de acordo com aquilo que o partido estivesse. Mas isto era injusto porque, como veio a revelar-se depois do 25 de Abril, a proximidade entre o José Afonso e o PCP não era tão grande. Eles tinham divergências políticas. Mas, não

há dúvida nenhuma que as pessoas, de dentro ou fora do partido, gostavam do José Afonso. Era uma figura apreciada, não só como músico, mas também como interventor social, pelos estudantes pelas pessoas de esquerda e eventualmente até por alguns destes palermas que o interpelaram.

A interpelação era típica do género de intervenção pública destes grupos, que nós diríamos hoje ser politicamente correta, isto é, referindo-se a algumas canções do José Afonso disseram: – Mas que raio de letra é essa?

Em relação à letra de *A morte saiu à rua*, não é dito explicitamente, mas a mensagem que passa é a de uma homenagem ao pintor José Dias Coelho. José Dias Coelho era funcionário do PCP e foi assassinado uns anos antes em Alcântara – na rua dos Lusíadas – por um pida, que lhe deu um tiro no ato da prisão. Isto não está dito na canção. Trata-se de um texto poético e alegórico. Percebe-se que diz respeito ao assassinato do José Dias Coelho, mas não está explícito, acabando por citar *a foice de uma ceifeira de Portugal*. Mas aquilo que eles criticavam, dizendo que não era correto e que não se devia dizer, era a expressão poética:

*Teu sangue, Pintor, reclama outra morte igual
Só olho por olho e dente por dente vale.*

Então diziam:

– Olho por olho e dente por dente? Que raio de posição revolucionária é esta?

Lembro-me apenas que o coitado do José Afonso lá ficou encolhido, porque isto era uma questão que não se podia discutir na altura. Ele não podia dizer que achava que se deveria matar os pida a tiro. Provavelmente não acharia, porque é um texto que tem a ver com as condições da morte do José Dias Coelho e com a indignação contra a PIDE que o matou, mas não é para ser tomado à letra. Mas foi tomado à letra e chatearam-no. Foi uma conversa sem sentido.

E o Zeca Afonso não reagiu?

Fiquei muito incomodado com este tipo de conversa. Ele parecia-me incomodado também, mas estou a pôr algumas reservas por causa da outra canção, que também foi interpretada no mesmo dia.

A cantiga *O que faz falta é*, a meu ver, uma canção mais panfletária do ponto de vista poético e mais contestatária. Tem a ver com o que se deve fazer, quando coisas desagradáveis acontecem. A interpelação foi no sentido de dizer:

– Avisar a malta? Isso serve para alguma coisa? O José Afonso perguntava o que queriam que dissesse. Respondiam que faz falta é mobilizar, é libertar. Enfim uma série de expressões que seriam politicamente mais corretas. E ele acabou por concordar. Não me lembro se repetiu a canção com este estribilho.

Entretanto, para tentar perceber que alternativas ao *avisar* é que teriam sido colocadas, estive a ver a letra e a surpresa é que na letra que consegui obter as expressões que ele foi aconselhado e desafiado a usar estavam incluídas, o que me fez concluir que, pelo menos a seguir ao 25 de Abril, ele alterou a letra da canção. Isto, para mim, é bastante irónico porque estava à espera que ele tivesse ficado chateado e, pelos vistos, não – pelo menos ao nível que eu tinha assumido.

Aceitou a crítica.

Não sei se aceitou a crítica. O que é verdade é que não sei como é que ele continuou a cantar isso antes do 25 de Abril. Depois do 25 de Abril, sendo esta uma cantiga bastante panfletária, provavelmente alteraria a letra. Acho que outros versos também foram alterados.

Por exemplo, lembro-me do primeiro verso:

*Quando a corja topa da janela
o que faz falta é avisar a malta,*

que não é expressão de uso corrente. O segundo verso:

Quando o pão que comes sabe a merda,

acho que ele não cantava assim na altura, tendo sido um verso acrescentado. Não tenho a certeza, porque não consegui obter a letra de origem. A letra de origem não sei como seria, mas:

*O que faz falta é empurrar a malta,
é agitar a malta, é dar poder à malta*

não estava, com certeza, na canção.

Ele não diria isso?

Não sei se ele estaria em condições e estaria disponível para poder dizer isto devido à censura

e à perseguição policial, de que ele também era alvo. É uma canção tipo panfletária e ele diz coisas que não diria antes do 25 de Abril. Mas em relação ao outro texto poético – *A morte saiu à rua* – ele não alterou a letra. Este texto julgo ter sido cantado no espetáculo do Coliseu, mantendo a letra original, é um texto poético que vale por si, e toda a gente percebe que a expressão *olho por olho, dente por dente* não é para pôr o pessoal aos tiros aos pides e aos fúras!

Foram estas duas músicas, que eu me lembre. Não sei se cantou mais, mas o certo é que não cantou muitas.

Era este o clima que nós tínhamos. Nós dizíamos qualquer coisa e toda a gente caía em cima.

No final do espetáculo a direção da associação tomou alguma posição?

Não. No final bateram-se palmas ao artista e pessoalmente, fui-lhe pedir desculpa, porque o tínhamos convidado e não o devíamos ter sujeito a este tipo de tratamento. Mas ele não me pareceu especialmente chateado, devia estar habituado a alguma alteração própria destes ambientes.

Atenção! Eles não se puseram aos apupos e não foi uma hostilização, apenas questionaram ... Aliás, ele saiu aplaudido. Eu senti que muitas das pessoas que lá estavam se sentiram muito incomodadas com este tipo de interpeção.

Quando se fazia esse tipo de intervenções gerava-se alguma discussão?

Não. Eu lembro-me de ter intervindo publicamente perguntando que palermice era aquela. No final, enquanto entidade que o tinha convidado, pedimos desculpa por aquela situação. Mas, neste momento, tenho algumas dúvidas em saber o quanto aquilo o incomodou muito ou não. Mas a ideia deste episódio tinha a ver com a descrição do clima de crispação, que não tem a ver com o José Afonso. É ilustrativa do ambiente. Se eu fazia uma intervenção numa RGA saltavam logo três ou quatro tipos para *malbar* sobre o que eu tinha dito. A nossa vida era isto! Mas achámos que o José Afonso não tinha nada a ver com isso.

Neste meu CD, o verso *dar poder à malta* não aparece.

O José Afonso tinha muito má memória para as suas próprias letras, cantando com muita frequência com um papel à frente – aliás, ele só cantava coisas dele. Talvez num certo clima tenha utilizado o verso *dar poder à malta*.

Porque quando diz *O que faz falta é avisar a malta*, quer dizer alargar a informação e mobilizar as pessoas.

A corja topa da janela é um português meio erudito.

Mas *Quando o pão que comes sabe a merda* não é nada erudito!

A raiva nunca foi vencida, Nunca a noite foi dormida, Nunca a infância teve infância é erudito, *um cão que te morde uma canela, Quando um homem que dorme na valeta* é mais direto.

Existem versões diferentes, mas a que retirei da *internet* – onde está o verso *dar poder à malta* – é a que ele canta no Coliseu.

Portanto, há várias razões para ele mudar a letra?

Era circunstancial. Relativamente à *A morte saiu à rua*, ele certamente não achava que se devia incentivar a morte do pidge, que matou. Ir à luta, mas não para desafiar a matar o pidge que tinha morto o Dias Coelho.

Mas no concerto do Técnico foram só uma ou duas pessoas que insistiam em chatear.

Tem memória de quem terá sido?

Tanto quanto me lembro um deles era um tipo que eu conhecia bem, que foi meu colega de curso e pertencia à lista do Joaquim Carneira – ou à do Firmino – *Por um Ensino Popular*. Era esta rapaziada que nos chateava.

Nós na altura não usávamos expressões tipo *maoistas*, nem eles nos chamavam membros do PCP, mas podiam-nos chamar revisionistas, que era quase sinónimo. Mas, pelo menos no Técnico, não havia este clima de provocação. Na altura chamávamos-lhe de verbalistas, de esquerda ou esquerdistas. Isto tinha a ver com discussões ideológicas do movimento comunista internacional. Há uma obra de Lenine que se chama *Esquerdismo: doença infantil do comunismo*. Chamar alguém de esquerdistas era uma coisa depreciativa, porque um esquerdistas era um tipo

que não fazia as coisas como deve ser do ponto de vista do marxismo-leninismo. Esquerdista não era nome pelo qual as pessoas gostassem de ser chamadas. Não tinha a conotação que tem hoje, em que um esquerdista é um tipo de esquerda, na altura era alguém com desvios ideológicos, que não era fiel ao marxismo-leninismo. Era um aventureirista.

O XX Congresso do PCUS, em que o Khruchchev inicia a destalinização e diz que o Estaline *cometeu muitos erros*, com palavras até mais desagradáveis, terá sido um grande choque para o movimento comunista internacional, e algumas pessoas não aceitavam esta revisão do

marxismo-leninismo – tanto que acharam que o Khruchchev não era um verdadeiro comunista – tiveram reações diversas. Como o PC Chinês não alinhou nestas teses, ser-se maoista ou antirevisionista ou estalinista era quase a mesma coisa. Nesta altura, algumas pessoas do movimento comunista internacional, e também em Portugal, acreditavam que o Estaline só tinha feito coisas boas ou, pelo menos, o que fez de mal, fê-lo porque era preciso, seguindo políticas em que os fins justificam os meios.

Muitas dessas pessoas tiveram o que se chama no marxismo-leninismo *desvios esquerdistas* ou de esquerda, no sentido da ortodoxia.

Um jogo entre dirigentes, colaboradores e empregados da AEIST. Podem reconhecer-se entre os dirigentes ou colaboradores:

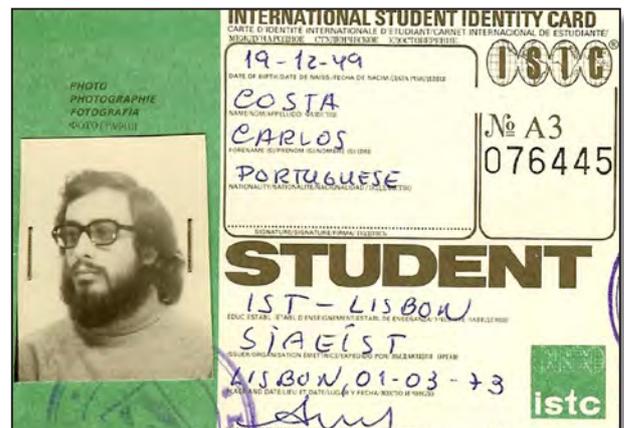
De pé: Júlia Gaspar (minha mulher, colaboradora) 6ª a contar da esquerda; Luís Veríssimo (dirigente) 7º da esquerda; Carlos Costa 8º da esquerda.

Sentados: António Abreu (dirigente) 4º da esquerda; Augusto Luzia (dirigente) 8º da esquerda. Os restantes são empregados de várias secções da AEIST.

Cedido pelo entrevistado.



*Cartão internacional de estudante.
Cedido pelo titular.*



Motivações para entrar no Técnico.

Motivações era muito simples: queria ser engenheiro.

Mas porquê o Técnico? E engenharia Eletrotécnica?

Em 71, só havia escola de engenharia no Técnico ou na Faculdade de Engenharia do Porto, onde o meu pai tirou o curso.

O sr. engº é do Barreiro?

Eu sou do Barreiro e, portanto, estou em Lisboa.

Também tem a ver com a proximidade geográfica?

No país havia duas grandes escolas de engenharia global: o Instituto Superior Técnico e a Faculdade de Engenharia do Porto. Depois, havia coisas específicas de agronomia ou outros ramos muito setoriais.

Nasci em Lisboa, o meu pai trabalhava entre Lisboa e o Barreiro, a escolha era óbvia: o Técnico. A motivação era gostar de engenharia e da matéria. Fiz o liceu em Setúbal e tinha boas notas nas partes de engenharia, matemáticas, físicas, químicas. O meu pai também tinha esta vocação e o meu irmão é hoje professor no Departamento de Física do Técnico. Só a minha mãe é que não é engenheira!

O que recorda do primeiro contacto com o Técnico?

Foi agradável e muito bonito, a única coisa foi que se entrou numa escola em turbulência política, de que falo na entrevista do *Diferencial*. /Foi uma altura/ muito conturbada. Tive logo assembleias gerais de escola, RGA e o Técnico fechou.

Primeiro contacto foi bom em termos académicos, porque gostei do ambiente e das aulas.

Era tudo uma grande novidade e gostei muito. Depois teve a carga política que, para mim, era novidade e que me motivou muito.

Eu já vinha com alguma formação política, porque no Barreiro tive professores da vertente progressista da igreja. O padre Fanhais – o cantor – não foi meu professor, mas era orientador de atividades em que eu participava. O padre Carlos tinha sido meu professor e acompanhava-me. Além disso, eu seguia o que se passava. Foram os anos do Vietname, da morte do Kennedy e do Martin Luther King, da invasão da Checoslováquia. Defini-me politicamente nessa altura e continuo igualzinho ao que estava, só me atualizei. A matriz de base foi dos meus 14 ou 15 anos. Quando cheguei ao Técnico sabia o que queria: a recusa de todos os mecanismos de ditadura e de controlo do regime que havia em Portugal antes do 25 de Abril. E, portanto, participei no movimento associativo e estudantil independente, até porque não gostava da filosofia política dos meus colegas, que eu ajudava, mas que sabia estarem ligados a movimentos e coligações pró-soviéticas, pró-chinesas ou pró-albanesas. Francamente, de uma ditadura à outra, não queria nem uma nem outra. Maio de 68, em Paris, e agosto de 68 com a invasão da Checoslováquia, definiram-me as duas coisas que eu recusava: a repressão em Paris e em Praga. Aí fiquei definido como uma pessoa bastante libertária e individualista em termos dos Direitos do Homem e da Pessoa e da recusa desses mecanismos que procuram esmagar o indivíduo em nome da liberdade do homem.

Estava próximo das fações mais progressistas?

Progressistas e democráticas, mas recusava a filosofia marxista e pró-soviética.

Esteve ligado à JUC?

Não. Isto foi mesmo formação e percurso individual.

Quais eram os locais de convívio e de reunião entre os estudantes?

A AE quando estava aberta, porque muitas vezes o regime antigo fechava-a. O resto, era o que fazíamos fora do Técnico: muito cinema, que adorava e continuo a adorar. Música e teatro, que também gosto muito.

Em maio de 73 o Técnico fechou por seis meses e só voltámos a ter aulas em novembro. Portanto, tivemos muito tempo de sociabilidade estudantil no 1º ano, porque foi feito em dois anos. Toda a gente perdeu um semestre e isso foi um ótimo tempo para me pôr em dia ...

Não fizeram exames?

Não. Houve uma RGA convocada pelo diretor do Técnico, o prof. Sales Luís, que já morreu. Pôs à votação e ameaçou que, se as pessoas votassem a favor da greve, fechava o Técnico. Houve 900 votos a favor da greve e cento e poucos contra. No dia seguinte o Técnico fechou.

Fechou em maio de 73 e abriu em novembro de 73.

E no entretanto?

No entretanto, vamos de férias. Fui para a Costa da Caparica, para casa dos meus pais, e tive um belíssimo verão. Vinha a Lisboa para ir ao cinema e encontrar-me com amigos, e voltava para a praia. O verão de 73 foi ótimo para os estudantes, para lerem, irem ao cinema, ouvirem música, passearem, irem à praia, menos para aqueles que, coitados, estavam presos.

Fora do Técnico onde é que os estudantes se encontravam?

Encontravam-se em tertúlias. O normal da vida académica e de jovens.

E no pós-25 de Abril mudou alguma coisa?

Mudou, porque passei a fazer vida política ativa de manhã à noite. Mudou porque, além disso, havia a vida política muito intensa, foi na altura do Verão Quente de 75. Portanto, fazia-se política de manhã à noite, dentro e fora da escola.

Logo em 74 fui fundador do PSD. No Técnico éramos muito poucos, quatro ou cinco, e não foi fácil porque houve uma tentativa de tomada do poder, que se concretizou, por uma facção marxista-leninista revolucionária, que mais tarde deu origem à UDP e que se extinguiu. E nós, que tínhamos lutado e sido contra o regime antigo, de repente vemo-nos perante uma facção bastante intolerante que quis fazer saneamentos, expulsar estudantes e professores com os mais diversos motivos, e que queria estabelecer o Técnico como a *Lisnave dos estudantes*. Houve um período de dois anos de aptos e não aptos. O selo branco do Técnico chegou a estar no corredor a passar atestados de fascismo. O aluno x, y ou z era expulso porque era fascista.

Também houve saneamento a alunos?

Em processos sumários! Porque tinham sido colaboradores do regime antigo contra o movimento associativo. No meu ano não houve processos sumários. Eu tinha sido eleito por voto secreto para a comissão de curso do 2º de electricidade e impôs-se julgamentos com a defesa do arguido.

Mas só em electricidade?

Não. Nos outros cursos houve saneamento de pessoas que foram expulsas com atestado de fascismo enviado à Faculdade de Engenharia do Porto e de Coimbra para eles não se poderem inscrever.

Então, marcou a diferença ...

Eu e outras pessoas. Houve outras pessoas que tinham legitimidade de terem sido opositores do regime salazarista e do Marcelo Caetano. Tinham uma folha branca e não podiam ser atacados enquanto democratas mas, simultaneamente, diziam não, quer àquela ditadura do proletariado e àquela visão extremista e intolerante, quer em relação a pessoas que no passado tinham tido comportamentos reprováveis sob o ponto de vista da solidariedade académica, o que era reprovável. Tinham colaborado com o regime antigo em tudo o que meteu de um verdadeiro regime ditatorial.

Antes do 25 de Abril, tínhamos um cartão com a nossa fotografia e duas cores atrás, uma era a cor do curso e a outra o ano e todos os dias

tínhamos que dar o cartão à entrada. Se considerassem que nós estávamos metidos com o movimento associativo, que tínhamos participado em greves ou escrito cartazes contra o diretor, não nos devolviam o cartão e no dia seguinte a pessoa já não podia entrar na escola. Houve gente que colaborou neste esquema e a seguir ao 25 de Abril, o movimento mais extremista das forças marxistas-leninistas quis impôr que essas pessoas deviam ser saneadas. Eu opus-me a isso, disse que não tinha saído de uma ditadura para entrar noutra.

Como é que se traduz, na prática, que 4 ou 5 pessoas têm outra linha política .

Na prática traduz-se em muitas reuniões. Lembro-me de ter passado dias em discussões, votações de braço no ar, outras em urna e outras nas salas, discursos inflamados em RGA e alguns empurrões. Mas foi o país inteiro. O país saiu de uma ditadura de 40 anos, viveu um período de grande instabilidade, mas conseguiu, no meio disto tudo, absorver sem grandes traumas globais 900 mil pessoas que vieram de África. Outras sociedades, como a França, tiveram muito maior dificuldade em absorver as pessoas que voltaram da Argélia. Isto é um grande mérito da capacidade de flexibilidade e de hospitalidade do povo português, mas tivemos o Vasco Gonçalves, cinco governos, nacionalizações, ocupações de terras e felizmente, morreu muito pouca gente. E o Técnico, Direito e outras faculdades, foram focos de debate ideológico virulento.

Ali estavam alguns dos ideólogos dos grupos que disputavam politicamente o ambiente que hoje é impensável.

Em 74, pensava-se que era possível construir em Portugal a sociedade ideal, passar do salazarismo para uma utopia qualquer. Então, as utopias degladiavam-se. Havia a utopia soviética, que o Partido Comunista encarnava, a utopia albanesa do Enver Hoxha, os maoistas da utopia chinesa e os trotskistas que queriam fazer um regime baseado nos comités de trabalhadores, na filosofia da IV Internacional.

Os sociais-democratas, como eu, achavam que havia que construir um estado próximo do que era o modelo nórdico e alemão, com liberdade para as pessoas, liberdade de iniciativa

económica, um sistema de solidariedade social, de segurança social e de igualdade de oportunidades no acesso à educação e à saúde. / Isto / era partilhado por outros democratas, uns que estavam no Partido Socialista, outros no que veio a ser o CDS e pessoas independentes. E esta vertente mais moderada de democracia, que hoje é ultra-maioritária em todos os países e em Portugal também, na altura as correntes mais agressivas do socialismo revolucionário consideravam-nos como reacionários. No meio do Técnico éramos minoritários.

E como é que reacionários chegaram à direção da associação?

Com alguma persistência. Concorri várias vezes a perder, até que ganhei.

E em 78 ganhou porquê?

Ganhei duas vezes, mas na primeira roubaram-me as eleições. Ganhei porque, em primeiro lugar, esses colegas acabaram por levar os serviços ao caos. A cantina não funcionava bem, a secção que tinha que imprimir os livros não imprimia bem, nem a tempo e horas, a associação estava crivada de dívidas. A associação tinha mais de 100 trabalhadores, era uma média empresa, não havia contabilidade organizada. Era um caos. Para estarem no Técnico, as pessoas precisavam desses serviços e eles tinham que funcionar.

A segunda foi uma razão ideológica, porque a certa altura cansa ouvir falar todos os dias no camarada não sei quê, na educação dos trabalhadores, os estudantes ao lado do povo e não sei o quê. *Slogans* que, de repetir, a certa altura perdem o conteúdo. Acho que foi o cansaço ideológico e, ao mesmo tempo, o caos nos serviços que permitiu que um grupo de pessoas com uma visão mais pragmática, aberta e tolerante / chegasse à direção da associação/.

Quando cheguei à AE, uma das primeiras coisas que fiz foi convidar os colegas de Económicas, que estavam perto do movimento à esquerda do PS – o MES – de onde penso que saiu o dr. Jorge Sampaio, o dr. Ferro Rodrigues e outros que foram para o PS. Estavam proibidos, por exemplo, de ter uma banca de livros no Técnico, porque a facção que dominava a associação, que era da UDP, marxista-leninista

albanesa, recusava os que achava que eram revisionistas e muito moderados. Proibia os que eram marxistas, mas numa versão de um socialismo não tão revolucionário, de lá pôr os livros. Eu achei que toda a gente devia ter o direito de se expressar livremente e, quando ganhei a associação, abri.

Foi um tempo muito bonito. A AE do Técnico é das minhas melhores recordações profissionais, pessoais, culturais e políticas. Deu-me um contacto muito forte e talvez seja a coisa que eu recordo com mais saudade da minha vida pública ao longo dos 25 anos em que estive metido nessas andanças.

Quando nós ganhámos a AE, estamos a falar em 78/79, a minha preocupação foi abrir a associação como um espaço cultural. Abriu-se um Departamento de Ambiente, Arqueologia e Património. O dirigente que foi para a frente, o João Carlos Caninas, foi depois presidente do GEOTA, uma associação de defesa do ambiente, e, salvo erro, foi presidente da Confederação Nacional das Associações do Ambiente. Além disso, tem desenvolvido um trabalho notável na arqueologia e na recuperação do património em Portugal, sobretudo ao longo do percurso do Tejo – Vila Velha de Ródão, etc.

Fez-se uma secção de cinema, não fosse eu fanático do cinema. Muitas vezes, eu e mais um colega, que era o diretor dessa secção e estudante como eu, íamos à avenida da Liberdade alugar os filmes de 16 mm. Tínhamos uma câmara. Às vezes fundia a lâmpada da câmara e precisávamos de uma suplente. Mas fizeram-se inúmeros e belíssimos ciclos de cinema à noite, nos anfiteatros do Técnico, que chegaram a estar cheios com 200 pessoas a ver filmes de Polanski, do neorealismo italiano ...

Mas a associação do Técnico já tinha uma secção cultural?

Tinha, só que era marxista-leninista albanesa – muito reducionista – e passou a ser uma secção cultural aberta.

Fez-se uma secção de ligação à vida profissional. Assinou-se um protocolo com o Sindicato dos Engenheiros da Região Sul que permitiu fazer estágios. Isso foi útil, /porque/ havia um grave problema de desemprego, porque o país estava numa crise económica muito grande

e havia o problema da nacionalização das empresas e da falta de desenvolvimento das mesmas. Convidaram-se líderes tecnológicos a fazer sessões, à noite. Lembro-me de gente de tecnologias de ponta.

A sonora foi totalmente reformulada e passou a abrir o leque de estilos musicais.

E o que é que incluiu?

Tudo o que é boa música e boa música não são só canções revolucionárias. É jazz, é música clássica, é música de autor. Há boa música de muito género e isso foi bastante engraçado.

Tentou-se reanimar a revista da AE que estava, também, moribunda.

Na transição do 25 de Abril havia alguma publicação?

Havia uma antiga publicação da AEIST.

Funcionava?

Funcionava, só que era politicamente muito orientada e a vida não é só política. Em 78/79 procurei que tivesse uma parte de política, com certeza, mas sobretudo, partes culturais, académicas, profissionais da engenharia. Convidavam-se sempre autores a escrever.

Mas era a mesma revista?

Sim. Era a revista antiga e manteve o mesmo nível.

Por outro lado, houve uma intervenção a nível da escola: o Conselho Pedagógico e o Conselho Diretivo. Com isso começou-se a reformular os currículos e a pôr uma certa dignidade ao curso de engenharia que tinha andado aos trambolhos. As eleições eram atos eleitorais diferentes, mas as listas eram as mesmas. No fundo, os diferentes grupos de estudantes, organizados por correntes políticas ou de pensamento e muitos independentes, mas que se agregavam àquelas com as quais sentiam maiores afinidades, concorriam à AE, à Assembleia de Representantes e, a partir daí, ao Conselho Diretivo, ao Conselho Pedagógico. Havia coordenação entre o que o Conselho Diretivo e a AE faziam.

Esta Assembleia de Representantes implicava que as pessoas que se candidatassem a ela fossem, obrigatoriamente, as mesmas da direção da associação?

Não. Havia alguns, por exemplo eu, que estavam na Assembleia de Representantes e na direção da associação.

São eleições independentes uma da outra?

Tudo o que era da escola era eleito num ato eleitoral da escola, em que votavam professores, alunos e empregados. Para a AE só votavam os alunos. /A associação/ geria atividades profissionais, como: folhas, comida, viagens, secção desportiva – com o rãguebi, que era muito importante – a piscina – que estava num estado de miséria e foi preciso salvar. Isso era da associação, mas havia a escola que estava no caos. Tinha saído o diploma do Sottomayor Cardia, ministro da Educação do PS, que pôs ordem nas escolas, estabeleceu órgãos de gestão – a Assembleia de Representantes, o Conselho Pedagógico, o Conselho Diretivo – e acabou com a escola gerida na assembleia de escola – uma espécie de assembleia popular de braço no ar. Isso era a gestão da escola, pode imaginar-se o caos!

Nós apoiámos a gestão do ministro Cardia. Não foi fácil ganhar em assembleia de escola a adoção da gestão Cardia. Instituíram-se os órgãos da escola: Assembleia de Representantes, Conselho Diretivo e Conselho Pedagógico. Esses órgãos foram eleitos e eu organizei listas do lado dos alunos para esses órgãos e houve professores que também se organizaram. Depois, estabelecemos uma maioria de governo dentro da escola, na assembleia e no conselho. E a escola passou a entrar a funcionar logo desde 77.

Quando diz que em 76 impusemos o decreto da Gestão Democrática da escola, na Assembleia de Representantes¹, é isto?

Exatamente. Porque as facções à minha esquerda não queriam democracia representativa, achavam que isso era uma democracia burguesa e, portanto, queriam gerir a escola em assembleia de escola, ou seja, a escola gerida numa assembleia com umas centenas de pessoas e com votações de braço no ar. E não é possível gerir

assim uma instituição que tem que dar cursos, que tem milhares de alunos e centenas de professores. E a gestão Cardia instituiu uma democracia representativa, uma assembleia eleita pelo método de Hondt entre várias listas nos corpos eleitorais dos alunos, dos professores e dos empregados. A assembleia era o parlamento da escola e o parlamento nomeava o governo da escola: o Conselho Diretivo. Isso foi uma revolução. Foi voltar a pôr a escola em ordem. Em 76 e 77 foi preciso fazer isso e acabar com o caos. E acabou. A partir daí, o Técnico levantou-se outra vez e os primeiros Conselhos Diretivos fizeram um trabalho notável.

Mas como eu digo: a associação é a associação, a escola é a escola, são coisas diferentes e com processos eleitorais diferentes. Os atores políticos são os mesmos, eram os mesmos alunos e os mesmos professores que queriam o modelo revolucionário do PREC, que sucedeu à queda de autoridade do 25 de Abril. E o que sucedeu a partir daí foi o governo popular da escola: com assembleias de escola por tudo e por nada, onde se decidia de braço no ar e com guerras violentas entre as várias facções.

Houve uma facção muito engraçada no Técnico, os *pops* – *Por um Ensino Popular* – gente de boa vontade e bastante idealista, não alinhada politicamente, que tinha sido contra o regime da ditadura. Foi perseguida e presa, chegou a ter a AE que, depois, perdeu para a UDP. Acabaram por desaparecer, até porque, enquanto grupo, não tinham uma organização política por trás, porque o espaço deles foi afastado e ocupado pela organização marxista-leninista revolucionária ligada ao que viria ser mais tarde a UDP.

Os *pops* sobreviveram no pós-25 de Abril?

Sobreviveram e ainda chegaram a ser da direção da associação, salvo erro, depois do 25 de Abril, mas depois foram expulsos. Quando foi o 25 de Abril, a direção no exílio, que estava expulsa, era do Partido Comunista.

A direção do Carlos Costa?

Exatamente. E foi expulsa. Esses, coitados, sofreram muito, como os *pops* e como toda a gente que se opôs ao regime antigo, que foi muito violento.

¹ Entrevista a Carlos Pimenta, publicada no Diferencial nº 21, de junho de 1997.

O que recorda das primeiras eleições para a AE?

Acho que ganharam os *pops*. Eu estava lá, mas nessa altura não concorri às primeiras, porque foram a recomposição da associação.

Quando veio o 25 de Abril, a direção comunista, legitimamente porque estava banida mas em funções e todos nós apoiávamos, voltou a ser direção da associação, mas foi atacada por vários grupos de extrema-esquerda e também pelos *pops*. Acho que caíram logo na primeira eleição. E, se a memória não me falha – mas isso teria que ser verificado – quem lhes sucede são os *pops*, que a seguir são expulsos pela UDP.

Estamos a falar de 74/75 e a minha cabeça andava mais no que se passava no país e nas manifestações e contramanifestações. Ajudei, a fundar a UGT. Foi quando saiu a lei do Vasco Gonçalves que propunha a unicidade sindical, ou seja, a continuação do salazarismo mudando de nome. Só podia haver um sindicato por cada profissão e toda a gente era obrigada a ser inscrita nesse sindicato, para garantir que a CGTP tivesse o domínio absoluto da vida sindical em Portugal. Foi nessa altura que as pessoas que acreditavam no movimento sindical como uma coisa importante da sociedade viva se organizaram. Como jovem ajudei, fazia parte e era um dos mais júniores que lá estava e participei nesse movimento. Fui congressista no congresso de fundação da UGT, no hotel Castor, no Porto. Foram tempos muito intensos e muito bonitos.

Filiei-me na AEIST no dia em que entrei no Técnico.

Porquê?

Porque tinha as minhas convicções democráticas e a AE era o meu órgão.

Havia movimento estudantil no liceu onde estudava?

Não. Mas eu vivia no Barreiro, que era uma zona muito política e tinha sido despertado para a vida política pelo colégio onde andei até ao 5º ano do liceu. O 6º e 7º anos fiz em Setúbal. O meu pai era engenheiro na CUF e uma das funções que tinha como diretor era, com o padre do Barreiro, tentar que a Guarda Republicana libertasse trabalhadores da CUF que tinham sido presos por atividades políticas ou que a PIDE

tinha prendido. Como ele era diretor de departamentos importantes e foi presidente do Grupo Desportivo da CUF, era um personagem no Barreiro. Lembro-me muitas vezes de ele estar a dizer em casa:

– Lá conseguimos que a Guarda Republicana libertasse da cadeia fulano e fulano.

O regime via todo o Barreiro como um foco de revolução. Quem dirigia as fábricas tinha também que tentar ajudar as famílias e os trabalhadores que lá estavam. E todas essas conversas acabam por fazer uma pessoa rejeitar o regime de censura, de falta de representatividade e de liberdade que se vivia em Portugal antes do 25 de Abril.

Consequência direta: entrada na AE do Técnico!

Logo no primeiro dia.

Quais eram as atividades desenvolvidas pela AE?

A AEIST estava fechada durante a maior parte do /tempo/.

Não tive um tempo antes do 25 de Abril, porque entrei em 72 e fiz o primeiro semestre já com agitação política. Entro em outubro de 72, em março de 73 tenho o 1º semestre do 1º ano feito. Em abril de 73, o diretor convoca uma RGA para votar, em voto secreto, contra a greve que a direção da AE na clandestinidade propunha.

O diretor perde a RGA por uma enorme diferença e em maio de 73, fecha o Técnico.

O novo ano começa em novembro mas, em vez de começar pelo 1º semestre, começa para o 2º semestre, porque toda a gente tinha chumbado no 2º semestre. Ele fez um chumbo coletivo a toda a escola, para ficar no nosso currículo. Em novembro de 73, faço o 2º semestre. Em abril de 74, quando vem a revolução, estou a entrar no 1º semestre do 2º ano de eletricidade. E o Técnico funcionou depois durante vários anos com os semestres todos ao mesmo tempo. Os colegas que entraram em novembro de 73 para o 1º ano, entraram para o 1º semestre do 1º ano e eu estava a ter o 2º semestre do 1º ano. Durante vários anos havia, simultaneamente, o 1º e o 2º semestres. Só acabou quando os últimos do meu ano saíram do Técnico. Foram tempos engraçados.

Nessa altura, as atividades da associação estavam proibidas, salvo as de prestação de serviços: cantina, folhas, livraria, viagens.

E funcionava tudo em ordem?

Com muitos problemas, mas funcionava. /Relativamente às/ funções desempenhadas na AEIST, fui presidente da direção.

Mas que funções exerceu desde que se inscreveu?

Quando me inscrevi era apenas sócio e, nessa altura, o pavilhão da associação estava aberto. Ainda lá fui várias vezes mas, depois, o diretor fechou aquilo. Portanto, a associação era uma entidade clandestina.

Depois fui presidente da direção da associação. Vivi lá um ano. Dividíamos o funcionamento da AEIST em três setores distintos.

Um era os serviços. Tivemos que pôr em ordem a parte empresarial da AEIST. Um plano de contabilidade, um empréstimo bancário, porque não havia dinheiro na caixa. Devia-se a toda a gente. Dar os bares de concessão. Fazer obras na cantina porque havia ratos – aquilo era uma vergonha, hoje a ASAE fechava aquilo tudo de um dia para o outro e nunca mais abria. A piscina estava a cair e as caldeiras em vias de explodir, foi preciso pôr material novo e renegociar, uma dívida de combustível.

O segundo setor era dinamizar e abrir a parte cultural e académica: o cinema, o som, as revistas, o ambiente, a arqueologia, a abertura ao mundo profissional. Tudo o que eram atividades das várias secções culturais.

E o terceiro setor foi participar com os colegas que estavam no Conselho Pedagógico, no Conselho Diretivo e na Assembleia de Representantes – alguns eram repetidos outros não –, na reinvenção da escola, nos currículos e até nos horários da escola e da secretaria, essas coisas mais simples que são função da gestão da escola.

Tudo isso teve de ser feito em conjunto com os professores e com os empregados, que tinham os seus representantes no Conselho Diretivo e na Assembleia de Representantes, e com os professores, no Conselho Pedagógico.

Em 78/79, a escola estava a funcionar outra vez como uma escola de engenharia prestigia-

da. A volta foi rápida. Em 2 ou 3 anos pôs-se a escola a funcionar.

No funcionamento da AEIST, a grande dor de cabeça, porque as outras coisas eram trabalho, foi a parte empresarial.

Era uma empresa falida, tinha uma centena de trabalhadores, absentismo elevado, dívidas e o equipamento quase todo partido. Uma desgraça! Nessa altura, quem me ajudou muito foi o prof. Arantes e Oliveira, reitor da universidade Técnica de Lisboa e originário do Técnico. Um homem que percebeu até como ex-professor do Técnico, que havia ali um grupo de gente que procurava, o melhor que sabia e podia, pôr a associação e a escola em ordem e tentar abrir para uma vida nova. O diretor geral do Ensino Superior, o prof. Marçal Grilo, que hoje é administrador da Gulbenkian, ajudou imenso.

Por exemplo?

Com empréstimos, subsídios e ajudas nos serviços sociais para fazer projetos novos para a cantina, a substituição das máquinas.

Como funcionavam os Serviços de Ação Social?

Era a associação que os fazia. Foi nessa altura que se começou a negociar um protocolo com os Serviços de Ação Social, porque quem fazia essa parte eram os funcionários da associação. A associação era um monstro, tinha mais de 100 funcionários. Eu tive que negociar um acordo coletivo de trabalho!

Como era feita a ligação entre as secções e a direção da AE?

Era simples. A direção da associação tinha uma comissão permanente de cinco pessoas e, depois, tinha uma dezena ou mais de membros da direção que não eram da comissão permanente. A comissão permanente vivia lá e tinha que aguentar a parte empresarial.

Tínhamos uma estrutura, que só viveu neste ano – na altura foi original e uma ideia minha – com dois presidentes: o presidente da associação, tipo presidente da república que se encarregava mais da parte institucional e da relação com a escola, e o presidente da direção, o primeiro ministro, que era eu, porque as duas

coisas tinham que ser feitas ao mesmo tempo. Havia que ajudar a reestruturar a escola.

Quem era o presidente da república?

Era um colega meu de civil, chamado José Alberto Ferreira. Não era só o problema da associação, era também o da escola. Havia um trabalho de 24 horas por dia.

Na direção, eu tinha uma comissão executiva de mais quatro pessoas, com quem estava em reunião permanente e diária.

E estudar?

Depois de ganhar as eleições, acabei o curso em duas semanas. Tinha deixado os exames para fazer, para poder estar a tempo inteiro na AE. Acabei o curso nas duas semanas a seguir a ser eleito. Acabar o curso um ano antes teria sido difícil para mim, porque teria ganho a associação e ainda me faltava o 5º ano, o curso era de cinco anos. Mas, como eu ganhei e fui posto na rua umas semanas depois, pude fazer o 5º ano, deixando os exames para fazer depois das eleições, para ainda ser estudante e ganhá-las.

Então, foi realmente a 100% do tempo?

Foi. Trabalhávamos 18 a 19 horas por dia, 4 a 5 noites ... Eu trabalhava a meio tempo.

Mas tinha alguma atividade profissional paralela?

Trabalho e desconto para a Caixa desde os 17 anos. Dos cinco anos do curso, fui trabalhador-estudante durante quatro. Fiz o 2º, 3º, 4º e 5º anos no turno da noite como trabalhador-estudante. Dormia pouco. Trabalhava de manhã num escritório, era programador de computadores, depois analista de sistemas, e também dei uma ajuda na contabilidade.

/Qual era a relação da AE do Técnico com as outras associações?/

Era muito intensa, porque o ME era parte do movimento político do país. Participávamos nos ENDA.

Quando foram criados os ENDA?

Quando eu cheguei já existiam.

O Técnico era a associação mais poderosa. A maior era a AAC mas, em termos de infraestrutura técnica e de capacidade operativa, a mais

profissionalizada e com mais meios técnicos era, de longe, a do Técnico.

Os ENDA eram uma espécie de grande encontro de todas as forças políticas do país, porque havia associações trotskistas, marxistas-leninistas, comunistas, socialistas, próximas do PSD, uma ou duas próximas do CDS, maoistas do MRPP. Pode imaginar o que eram os confrontos no ENDA.

Para chegar a um acordo?

Eram votações às 3, 4, 5 da manhã, alianças de ENDA em ENDA. Havia depois todo o pacote de negociação com o ministério da Educação. Porque tinha havido a substituição do regime antigo pela revolução e havia que construir o sistema educativo. Os ENDA representavam os estudantes nas negociações com os ministros, os secretários de estado e os diretores gerais.

A associação do Técnico organizou muitas reuniões de muitas associações que coordenavam posições para o ENDA.

Foram realizadas algumas nas instalações do Técnico?

Os ENDA iam girando pelo país. As reuniões prévias das associações realizavam-se na cidade onde /decorria/ o ENDA. Fizeram-se no Técnico, mas também em Coimbra, no Porto. O ENDA não tinha uma sede. Havia uma direção que recebia e organizava todas as outras.

Eram feitas com que frequência?

Dependiam. Conforme o calor da discussão política. Às vezes eram muito frequentes.

Mas eram sempre uma espécie de reuniões extraordinárias?

Sempre.

/Quais as mudanças que ocorreram no ME?/

Há uma grande partidarização do ME. Que me lembre, o último movimento genuinamente estudantil que não tinha uma ligação partidária foi os *pops*, que desapareceram. Todos os outros grupos que atuavam nas escolas correspondiam a pessoas que estavam organizadas e apoiadas, mesmo que fossem independentes, pelas juventudes partidárias.

No Técnico quais eram as mais fortes?

O PC foi banido. Em 75, houve uma RGA que expulsou o Partido Comunista do ME. Foi aquele episódio das *cadeiradas*. Eles iam perder e tentaram com a UEC, a juventude do Partido Comunista, cercar e assaltar, à força e com violência, as instalações do Técnico. Durante vários anos a UEC foi banida do ME do Técnico e não podia concorrer.

Em 75, depois da revolução e no meio do Verão Quente, a UEC é posta em minoria no Técnico pela extrema-esquerda. Toda a extrema-esquerda – maoista, leninista, MRPP – é contra o PC. O PC perdeu o controlo da AE e do Técnico, e um dia faz uma manobra desesperada que é chamar gente do Movimento da Juventude Trabalhadora, um outro movimento de juventude do Partido Comunista Português, que vem da margem sul, da Lisnave e de outros sítios, alguns deles armados de barrotos e de outras porcarias, e tentam tomar o Técnico. Nesse dia havia uma RGA e há uma sessão em que, perante isto, se pensa:

– Afinal estes tipos do PC são iguais aos fascistas de antes do 25 de Abril. Os outros tinham os gorilas e a polícia de choque, estes vêm com a polícia de choque deles. Portanto, são igualmente antidemocráticos.

E a RGA do Técnico decide a expulsão da UEC do ME, em 1975, por comportamento antidemocrático. Durante vários anos, 76, 77, 78 estavam proibidos de apresentar candidatura. Podiam apresentar, e apresentavam, candidatura à Assembleia de Representantes e à escola – isso era um órgão da escola, e qualquer estudante ou professor podia e tinha a sua lista que tinha votos – mas não podiam concorrer às eleições da associação.

E que outras organizações?

A UDP, que na altura tinha outro nome, salvo erro era Partido Comunista Português (Revolucionário) – PCP (R). Os trotskistas. O MRPP, embora nunca fosse muito forte no Técnico concorreu sempre. O Partido Socialista.

Todos estes grupos concorreram sempre?

Sempre. Chegou a haver sete e oito listas à AE. Havia os socialistas que eram bastante à esquerda do PS. A JS era à esquerda do PS. Havia,

inclusivamente, algumas pessoas bastante próximas do trotskismo. Eram bastante à esquerda do Mário Soares e no Técnico foram contra o decreto Cardia. E eu fui a favor. Foi a JSD que defendeu o ministro socialista de um governo socialista minoritário, do I governo constitucional do dr. Mário Soares.

Quais foram os principais líderes destes movimentos?

Lembro-me dos *pops*, do Carlos Costa, do Alfredo Gomes da UDP que era o presidente da direção da AE. Lembro-me que havia uma lista independente à minha direita – não do CDS – era a Cristina, que só apareceu em 78. Não eram muito significativos porque, no fim, a batalha era entre nós e a UDP. /Nós, é/ a lista da JSD e independentes, porque a JSD tinha pouca gente, o resto eram estudantes que estavam fartos do caos e da bagunça e que achavam que nós tínhamos uma boa alternativa de pôr a escola a funcionar de uma forma aberta e moderna, gente que eu fui convidando para ter uma lista representativa dos vários anos e dos vários cursos. Tinha essa preocupação, porque as pessoas eram de sensibilidades diferentes. Já nessa altura, química era quase tudo raparigas.

Organizados e a disputar o poder dentro do Técnico eram dois: UDP e JSD.

Quais os acontecimentos da política nacional que presenciou ou em que interveio? Falou-me do PSD e da UGT.

O decreto-lei Cardia é muito importante, sem o qual a escola teria sido um caos.

/Em relação a/ acontecimentos internacionais havia nessa altura uma guerra muito grande sobre o que se passava nos países de Leste e a repressão. Havia a repressão na Checoslováquia, contra os movimentos que tinham estado ligados a 1968.

A esquerda revolucionária tinha uma bandeira que eram os mísseis americanos e nós tínhamos uma bandeira que eram os Direitos do Homem. Eu sempre paguei as quotas da Amnistia Internacional. É uma das minhas batalhas de sempre. Desconfio sempre dos Estados, das religiões e das organizações que querem esmagar a liberdade individual em nome de uma ideologia. Recuso isso como matriz fundamental da

minha crença política. Estou na linha dos que morreram nas fogueiras pela liberdade de pensar e não acho que haja nenhum sistema político-religioso que se possa impor às pessoas, sob pena de sofrerem fisicamente e terem que se conformar ao pensamento dominante. Para mim isso não funciona. Todos os maiores crimes da humanidade foram feitos em nome da razão de Estado ou da religião. Isso é muito importante e já, na altura, era o que me definia. O Maio de 68 e, a seguir, os tanques soviéticos a entrar em Praga, definiram-me politicamente.

Era a questão dos mísseis, que os americanos iam instalar na Europa para se defenderem dos mísseis russos contra a Europa, que levou a manifestações, e do outro lado a questão dos Direitos do Homem contra a repressão e contra o muro de Berlim. Era uma questão muito centrada na Europa.

Depois havia outras coisas, de África, etc. Mas, aí, havia menos polémica, ou melhor, eram coisas diferentes. Havia uma batalha ideológica leste/oeste, os pró-ocidentais de um lado e os pró-russos do outro. No meio disso tudo, havia os maoístas e os albaneses. O centro de gravidade era, digamos assim, muito à esquerda.

Quais os livros, filmes, peças de teatro e música que recorda?

O meu autor de referência na altura, e que continuo a gostar imenso, era o John Steinbeck *As vinhas da ira*, *A leste do paraíso*, li todos os livros dele. Também do Hemingway e tantos outros escritores. Gosto imenso de ler.

Filmes, era o neorealismo italiano, os filmes que tinham sido proibidos em Portugal durante o antigamente: do Orson Welles o *Citizen Kane* e *The Magnificent Ambersons*, e alguns do John Ford. E havia muitos filmes franceses, Truffaut, etc. Enfim, a geração do neorealismo italiano, eram fantásticos. Eram filmes atrás de filmes muito bons.

Ja menos ao teatro, mas lembro-me do velho Teatro Monumental – antes ao pé do Técnico – e do Villaret. Lembro-me de ver uma tradução em português do *Hamlet*, a primeira peça de Shakespeare que vi em Portugal. Uma encenação fantástica e de que gostei imenso, que a partir daí me abriu o mundo de Shakespeare. Eu não tinha estudado em inglês, porque no liceu,

a partir do 5º ano, quem ia para ciências só dava gramática e vocabulário.

/Qual o balanço que faz da sua passagem pelo Técnico?/

Foi boa. Digamos que tive um 1º ano normal em termos de aulas, embora anormal porque era controlado pela polícia. Depois tive dois anos de bagunça política, em que, apesar de tudo, houve professores que procuraram dar boas aulas. Por exemplo, o prof. Resina Rodrigues, que foi meu professor de física no 2º ano, já no meio da revolução, foi sempre um grande profissional. Depois, tive os dois últimos anos outra vez normais, já com a escola a funcionar. Posso dizer que tive um pouco de tudo. A escola da ditadura antes do 25 de Abril, em que havia alguns catedráticos que, efetivamente, eram pouco decentes, outros eram pessoas extraordinárias.

Não me falou muito da relação da associação com os professores.

Antes do 25 de Abril isto era muito complicado, porque havia três ou quatro catedráticos que, em conjunto com o diretor, exerciam, de facto, uma ditadura sobre a escola. A escola não tinha oxigénio, não respirava e era opressiva. Tinha os portões fechados e a polícia nos portões ... O ambiente académico estava estragado.

Depois, vieram dois anos de caos total e absoluto, e depois foi a reorganização. Eu vivi três realidades e todas elas atípicas do que é o funcionamento normal de uma universidade em qualquer país do mundo. O que, em si, foi uma rica experiência para a vida, mas não é uma experiência académica normal. Os últimos dois anos foram já com a escola a funcionar e com os currículos em transição, já dados de uma forma normal e séria.

Acabaram-se os apto ou não apto?

Eu nunca tive. No nosso curso nunca houve apto ou não apto, mas houve sítios em que havia. Tive um regime, que depois foi organizado pelo Cardia, que era o apto A, B e C, um apto de três níveis. E foi considerado pelo lado mais à esquerda como algo burguês e reacionário, porque dividia os alunos em três níveis de competência. Os que eram aptos suficientes, ou seja, eram só aptos. Os que eram aptos bons. E os

que eram aptos muito bons. Isto já era algo de muito burguês, porque fazia divisões de classe entre potenciais futuros dirigentes. Tudo isto tinha uma carga ideológica, mas no nosso curso consegui sempre, nestes dois anos de bagunça, que houvesse três níveis de apto, e não apenas o apto ou não apto, como noutros sítios. Achei que isso era a balda completa.

Nessa altura, no Técnico, não houve apto e não apto?

É capaz de ter havido nalguns cursos. No de eletricidade, em que eu andei, não houve. Era decidido curso a curso. Aquilo era o caos e descentralizado. Havia a assembleia dos alunos do 2º de eletricidade, do 3º de eletricidade, de fortes, do 4º de civil ... e decidia-se ali como era o ano letivo, o que é que se dava, se havia trabalhos, avaliações em grupo. Naqueles dois anos a seguir à revolução foi uma festa e uma assembleia de política permanente. /Alguns diziam:/ – Os alunos deviam ir para a Lisnave, para o lado dos trabalhadores, e eles é que deviam vir dar aulas no Técnico.

Não faz ideia das enormidades que ouvi naquelas assembleias.

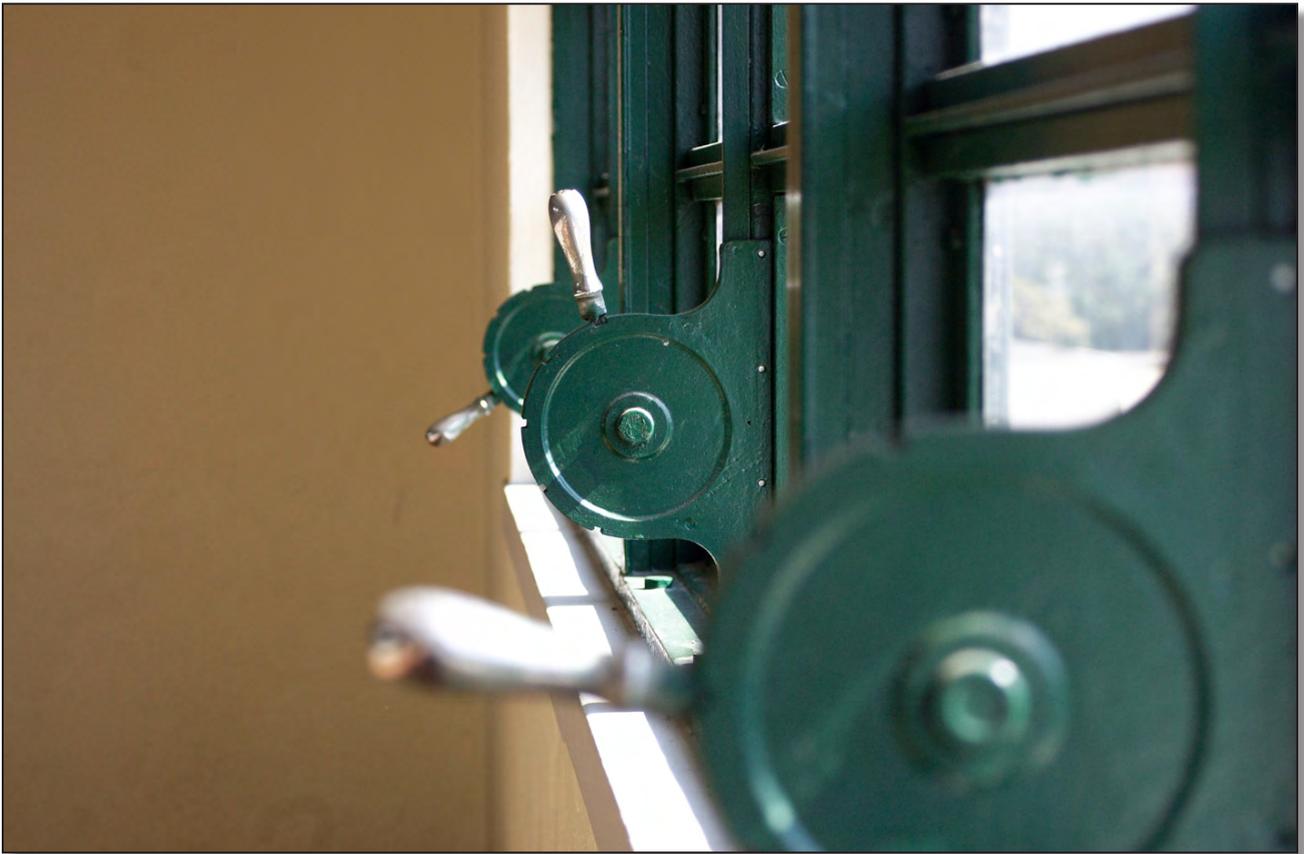
Havia essa ligação com o mundo operário. Alguns loucos queriam transformar o Técnico numa *Lisnave dos estudantes*. Estou a reproduzir essa expressão, porque a ouvi numa assembleia geral, dita por alguém de um dos partidos revolucionários, um dos m-l.

A passagem pelo Técnico teve relevância para o percurso de vida do sr. engº?

Total, profissional, porque ao fim de 35 anos, continuo a fazer engenharia. Hoje, obviamente, não como projeto, mas lido com o que me formei, que era produção e transporte de energia elétrica.

Formou-me profissionalmente e deu-me, e isso eu gosto muito na engenharia, uma formação não apenas técnica de cálculo, mas também uma formação muito boa de gestão. Porque a disciplina de pensamento depois é muito mais fácil de aplicar à gestão das pessoas, do dinheiro, das situações. Um bom engenheiro acaba por ser um bom gestor na maior parte dos casos, por isso é que há tantas empresas portuguesas que são geridas por engenheiros que não se limitam a ter uma visão tecnológica. Acho que muitas vezes essa complementaridade entre técnica / técnica e a gestão da vida é um dos fortes do Técnico ou da FEUP.

A formação que obtive no Técnico, aliada à formação política de ter vivido esta experiência foram matrizes que me deram as ferramentas para a vida. Na vida política e empresarial lidamos com pessoas, com situações, com saber defender uma ideia, saber convencer as pessoas dessa ideia, saber ouvir os outros e mudar a nossa ideia, saber operacionalizar uma ideia e passar do x ao y criando o f de x e como se joga o f de x.



*Fecho das vidraças do ginásio da AEIST, após as obras de recuperação.
Foto Tatiana Soares, 2011*



O que a levou a escolher um curso no Técnico?

Na altura eu gostava de muita coisa. Tive muita dificuldade em escolher aquilo que queria. Escolhi geometria descritiva no 12º ano porque estive, até à última, indecisa entre arquitetura e engenharia. Acho que o meu pai, que é engenheiro do Técnico, exerceu uma influência grande em relação à minha escolha e, além disso, achei que se fosse arquiteta não ia ser muito boa. Tinha essa crença. Porque eu sei que para ser arquiteta tinha que ser artista e achei que não era artista. Não sei se teria sido ou não. Tive medo, não quis arriscar, optei por ir para eletrotécnica. No 10º ano escolhi eletrónica, porque um amigo no 9º ano me disse que não podia ir para eletrónica, porque as mulheres que iam para eletrónica desistiam ao fim do primeiro mês. Foi por essa componente da *pirraça*.

–Ai é? Está bem! Então vamos ver!

De facto, esta coisa do *vamos ver* depois na vida não ...

Não serve de grande coisa.

Não serve de coisa nenhuma! Acabei por escolher eletrónica no 10º ano e no fim do 12º, escolher eletrotécnica no Técnico. Do 10º ao 12º era a única rapariga da turma e quando entrei no Técnico era fantástico porque éramos 240, mas 15 mulheres.

Como foi o primeiro contacto com o Técnico?

O Técnico era outro mundo. Quando uma pessoa muda, passa de uma escola, que é um ambiente muito protegido, para uma faculdade ... Toda a gente tem um bocadinho esta noção. Era muito grande. Nós tínhamos aulas teóricas em anfiteatros com 100 ou 150 pessoas. Tinha um hábito de estudar e de aprender tudo nas aulas e de trabalhar relativamente pouco, e fiquei muito chocada porque no Técnico isso deixou de ser possível. É uma adaptação. É um bocado:

– Agora temos de ser nós a fazer por nós, porque não há quem nos faça a papa.

Tive professores fantásticos, com quem hoje me dou e por quem tenho um respeito enorme. No 1º ano o prof. Guilherme Arroz, de microprocessadores, era uma pessoa fantástica. A minha professora de análise matemática – eu adorava matemática e fiquei a não gostar – não se preocupava em explicar as coisas como devia de ser. Quando uma pessoa tinha dúvidas, acho que ela tinha tanto medo dos alunos que não conseguia explicar coisa nenhuma e dizia:

– Mais tarde, mais tarde. Agora não.

E no final da aula quando a pessoa perguntava outra vez:

– Agora não tenho tempo.

O que cria uma desmotivação enorme. Costumo dizer na brincadeira que, em vez de análise I, II e III, fiz esplanadas I, II e III, porque no pavilhão central havia uma esplanada fantástica! Quando as aulas acabavam, reuníamos-nos em grupos e tirávamos dúvidas uns com os outros. E, depois, íamos às aulas de dúvidas dos professores e a coisa acabava por correr bem, muito socorridos, também, pelos professores das práticas.

Houve um desencantamento bastante grande, não generalizado, porque tive professores muito bons nos primeiros anos.

A questão de ser uma mulher entre homens não era uma novidade e, portanto, até achei fantástico que houvesse mais mulheres. Aos 18 uma mulher é muito mais velha do que um homem de 18 anos. O nível de maturidade de uma mulher aos 18 anos é muito mais avançado que o dos homens. E, portanto, eram colegas. Não havia nenhum sentimento de constrangimento da minha parte ou de me sentir inferiorizada, porque eram miúdos. Na altura, tinha um namorado com 24 anos.

A esplanada era um local de convívio?

Uma esplanada que, uns anos depois – acho que no 2º ano – foi fechada pela ASAE, porque tinha umas bactérias estranhas nos queques, que por acaso eram maravilhosos. Foi a Lista U que fechou a esplanada, porque chamou uma inspeção sanitária e aquilo não tinha as mínimas condições. As análises deram coisas horríveis, bichos horrorosos. Fechou e demorou imensos anos a abrir.

Nessa altura, o Técnico eram os edifícios do Estado Novo e alguns barracões. Penso que já existia o edifício de civil, mas era muito novo. No pátio do pavilhão central, havia uma esplanada que era superagradável e muito simpática. O pavilhão central é um quadrado com um quadrado no meio onde há um jardim e nesse jardim estava a esplanada. Havia o bar da associação que era ao pé da cantina, que esteve fechada. A comida era muito má. Na altura em que nós estávamos na AE, foram feitas obras e abriu com uma sala completamente diferente, com condições fantásticas e a comida era bastante razoável.

A cantina ainda pertencia à AE?

Não. Já era dos Serviços Sociais da UTL.

E esteve fechada durante quanto tempo?

Acho que esteve fechada para obras durante dois anos. Podíamos ir comer a veterinária, no bar da associação, no bar do pavilhão central, no bar de civil e ir às outras cantinas da UTL. Acho que até podíamos ir à cantina velha da Clássica.

Que outros locais de convívio entre os estudantes recorda?

Eram os bares e a sala de convívio. Eu não frequentava muito a sala de convívio da AE porque era muito o pessoal da batota e de cartas e eu nunca gostei de cartas. Tudo cheio de fumo, fumava-se em todo o lado, televisão e tal ... Não era muito a minha onda. Fora do Técnico, havia vários grupos que se encontravam em cafezinhos ali à volta. O meu grupo de amigos estava em casa uns dos outros e muito numa casa dos meus avós em Campo de Ourique, que estava disponível.

Que foi onde fez o programa de candidatura?!

Exatamente. Essa casa estava vazia e íamos acampar muito para lá, sobretudo na altura dos exames, ou então fazer trabalhos de grupo. A Paula, que continua a ser minha amiga até hoje, vivia sozinha com os irmãos. Íamos muito para casa dela. Fazíamos trabalhos de grupo, relatórios, estudávamos. Muito em casa uns dos outros, mais do que no Técnico. No Técnico, eu diria que teremos ido algumas vezes para bibliotecas. Entretanto, com as obras e depois de construída a torre, abriu uma biblioteca ótima no pavilhão de eletrotécnia.

Quais eram os temas de debate e de conversa entre vocês? Não era só estudo!

Não era só estudo. Existiam vários grupos. Havia um mais interventivo que depois ficou colaborador da AE e que fazia o jornal. Preocupava-se com as questões das propinas e de tudo. Normalmente, dizíamos muito mal dos professores, ou bem, conforme o caso. E mais nada de especial, conversa de gente nova. Não estávamos muito preocupados com grandes considerações. Discutíamos a política educativa entre nós, mas não todos os dias. Acho que a maioria das vezes devíamos discutir se a Maria gostava do Zé, e que aquele tipo tinha sido parvo no dia anterior. Diria que 90% das conversas deviam ser coloquiais e sem interesse nenhum para memória futura. Tínhamos 18 ou 19 anos e as conversas das pessoas desta idade têm muito a ver com as outras áreas de descoberta que não propriamente as áreas políticas ou científicas, mas as áreas mais sexuais – não em termos explícitos mas de área de interesse – e sociais, de quem é que se dá com quem e o que é que vamos fazer. Mesmo assim, disse que estava num grupo interventivo.

Quando nós percebemos que havia, de facto, o reinado da JSD e não nos identificávamos com isso, eu e o João Henrique participámos na campanha da Lista U, mas muito pouco. Depois ficámos colaboradores da AE e participámos imenso na campanha e no desenho do projeto eleitoral da Lista U2. Acompanhámos muito de perto aquilo que se passava dentro do Técnico, em termos pedagógicos, e fora do Técnico, em que o tema quente era a questão das propinas.

Que músicas, livros, filmes e peças de teatro recorda?

/Em relação à música/ é complicado. É uma coisa engraçada, porque é como se o tempo não tivesse marcos a esse nível. Eu não consigo distinguir o que ouvia quando estava no secundário daquilo que ouvia quando estava na faculdade. Quando estava na AE, o mais marcante para mim é o Pedro Abrunhosa.

Porquê?

Porque ele apareceu nessa altura. O ano de lançamento dele foi, para aí, na Lista U ou na U2. Nós tivemos muito trabalho porque queríamos muito que ele viesse fazer um concerto ao Técnico no SAIST, que no nosso ano mudou de escala em relação ao ano anterior e foi uma atividade enorme. Um palco enorme, uma coisa mesmo profissional e 8000 pessoas /a assistir/.

Foi uma coisa incrível e com uma produção muito grande. Foi gigante!

E ele não veio. Foi um chato. Nesse anos os concertos correram-lhe mal, ele achava que não ia ter tanto sucesso como no ano anterior e, então, não se quis expor. Vieram tocar os *Entre Aspas*, os *Ena Pá 2000* e uma banda de salsa composta pelos músicos que tocavam com o Pedro Abrunhosa, Artur Marquez e os *Amigos da Salsa*.

Nós não andávamos sempre juntos, era o grupo dos meus colegas do Técnico e depois tinha os meus amigos cá fora. O meu namorado era muito mais velho do que eu e, portanto, tinha amigos de outra faixa etária com quem fazia outro tipo de coisas. Se calhar, nos cinemas e nos teatros também havia alguma interpenetração de grupos, mas não completamente ... A minha vida cultural era uma vida muito mais fora do que dentro do Técnico.

Destaca algum filme que a tivesse marcado?

Não consigo jurar se o filme é desse ano, mas eu diria *A idade da inocência*, do Scorsese. Associo o filme a este período, porque retrata a perda da inocência e a passagem pelo Técnico e em particular pela direção da AE foi isso: a perda da inocência. Mas, claro que conseguindo coisas boas.

Para além dos livros técnicos, o que lia?

Lia imenso, mais do que hoje, mas também não sei dizer o que lia nessa altura. Continuo sempre a ler, mas a uma velocidade muito menor. Os Eça de Queirós foram todos, quando era muito novinha. Não há nada que seja muito marcante dessa altura que eu consiga identificar.

Entrou no Técnico em que ano?

Entrei em outubro de 91. Devia ter acabado em 96 mas, na realidade, acabei em 97. Se quisermos ser rigorosos, acabei em janeiro de 98, porque foi o último exame.

Perdi três semestres na AE. Como a campanha eleitoral era em maio e os exames eram em junho/julho, esse semestre do meu 3º ano acabou e depois o 1º e 2º semestres daquilo que seria o meu 4º ano também não fui às aulas, não fiz trabalhos, não fiz nada. Foram três semestres completamente fora. Recuperei nos últimos anos.

Começa a participar nas atividades da AE com o Miguel Lobo, em 92?

Exatamente. Olhando para os comunicados e comparando aquilo que era a posição da AE anterior e da nova direção da Lista U, houve uma identificação quase instantânea, foi uma coisa espontânea. Era muito a minha prática. Acho que do grupo mais próximo, tinha sentido crítico, em relação ao meio em que estava e tinha uma atitude ativa em relação a ele. E isso, se calhar, tem a ver com a educação que nós temos em casa. Não faço ideia. Eu sempre fui assim.

Concorri a todas as associações de estudantes em todas as escolas por onde passei, porque havia sempre coisas que era bom melhorar. Procuro fazer isso todos os dias, em casa e no trabalho. Em termos profissionais, o que me dá gozo é olhar de forma crítica para aquilo que existe e ver como otimizar e melhorar. E melhorar é sempre mais satisfação para as pessoas e menos recursos. É ser mais eficiente, mais eficaz e ficar com mais satisfação. Isto pode-se aplicar a tudo.

Como é que eu vou mudar isto para ser melhor? Esse sempre foi o meu modo de estar. É um modo de estar participativo. Pode-me, então, perguntar porque não estou num partido.

A intervenção social não tem de ser pautada pela filiação num partido!

Não. E, se calhar, pode-se fazer intervenção social todos os dias em casa ou na nossa vida normal sem ter que estar enquadrada em nenhuma associação e em nenhuma coisa maior. Neste momento, essa é a minha opção.

/Falávamos da entrada na associação./

No fim do meu 1º ano no Técnico a Lista U ganhou as eleições. Acabou o reinado da JSD. Foi a primeira lista de independentes com um projeto autónomo e sem concordar com tudo aquilo que o ministério da Educação dizia. A contestação às propinas que se vivia, chegou finalmente ao Técnico nessa /altura/. A seguir, houve uma direção de continuidade, a U2. Eu já fui colaboradora da AE da U e depois fui outra vez da U2. Estive para entrar, mas achei que ainda não tinha maturidade e acabei por decidir não integrar a direção da AE. Durante todo o ano da U2 fiz parte do jornal Diferencial. No ano a seguir juntámos uma série de pessoas e preparámos uma candidatura.

A Lista D?

Lista D de: debate, determinação, dedicação, diálogo, decididos ...

Era um bocadinho para cortar, /porque/ quando uma lista começa a ser a subsequência da outra fica com uma série de vícios e de coisas que não são boas. Então, o que nós queríamos era ficar com a experiência de quem já tinha trabalhado na associação, mas vir com um espírito novo e com uma ideia de unidade diferente.

Por isso diz, numa entrevista ao *Público*: *renovação na continuidade?*

Deve ser. Ontem estive a ver o nosso manifesto e fiquei muito comovida porque achei que era, realmente, uma coisa bonita e tão autêntica. Acreditávamos mesmo. O lema da nossa lista e da nossa associação era *Um pouco mais de azul*, tirado do poema *Quase*, do Mário de Sá-Carneiro.

*Se houvesse um pouco mais de azul,
eu era isto, era aquilo, faria isto, acontecia.
Só se houvesse um pouco mais de azul.*

E nós queríamos constituir esse *um pouco mais de azul* para o Técnico, mudando-o de uma fábrica de engenheiros. Pela valorização da parte pedagógica. Pelo enfoque na componente científica e dos projetos exteriores. Que os professores se preocupassem em ensinar bem. Os alunos em aprender. Ter a uma componente cultural – acho que acabou por não ser muito conseguida.

Mas o Técnico estava assim tão cinzento?

O Técnico estava cinzento, mas não tanto, porque, na realidade, nos anos anteriores houve uma série de atividades.

Houve uma atividade muito gira na direção anterior à nossa, cujo presidente era o João Fonseca: *20000 minutos de arte*. Foi organizada por colaboradores da associação –Lúcio Studer Ferreira – em conjunto com artistas plásticos, entre os quais a Joana Vasconcelos, hoje uma artista plástica muito conhecida. Uma série de instalações atravessavam o Técnico. Coisas com uma dimensão brutal, como faixas a envolver as janelas da parte nova do pavilhão de civil. Foi muito interessante, porque não tinha nada a ver conosco, mas mexeu. A reação era: – Que raio é isto!?

Ainda na direção anterior?

Ainda. A rutura com o reinado da JSD foi do Miguel Lobo, a seguir é o João Fonseca, depois eu e, a seguir, o Luís Mota, que é professor no ISCTE. A seguir ao Luís Mota houve outra mulher, a Sara Oliveira. Acho que não houve mais nenhuma.

Em que ano terminou o período da JSD?

Em 92/93. Na altura em que fui para a AE já fazia parte da Assembleia de Representantes. Tinha-me candidatado anteriormente na Lista U. /Tenho fotografias/ da campanha para a Assembleia de Representantes, que decorreu durante o meu mandato na associação, com a apresentação das pessoas numa montagem de todas as caras sobre o *Yellow Submarine* dos *Beatles*. Eu estou com o cabelo curtinho.

Porque fizeram isso?

Acho que para dar a ideia de grupo. Depois, além das caras dos candidatos estão misturadas

as figuras que estavam mesmo no *Yellow Submarine*.

A Assembleia de Representantes é o órgão máximo e é quem elege o Conselho Diretivo. Era assim, entretanto os estatutos podem ter mudado.

Tem estudantes, tem funcionários ...

E professores. Era 1/3, 1/3, 1/3.

Os representantes dos estudantes que se candidatam à assembleia estão diretamente ligados à AE?

Não. São listas independentes. Neste caso não era independente no sentido em que havia uma relação entre nós, que estávamos na direção da AE e as pessoas que se estavam a candidatar. Aliás, havia coincidência, porque nós queríamos estar representados na Assembleia de Representantes, mas eram eleições separadas.

E havia várias listas à Assembleia?

Sim. A nossa lista era independente, que se posicionava – dizendo de forma simplificadora – numa linha anti-Durão. Isto tinha uma relação com a parte de fora do Técnico, que era a questão das propinas e da política educativa do ministério da Educação. E com o que estava dentro, que era dar-se muita importância aos projetos e pouca à parte de ensino e de condições para os estudantes.

O que aconteceu nestas eleições foi que a composição da Assembleia de Representantes fez com que o prof. Diamantino Durão ganhasse novamente as eleições.

Quando o prof. Diamantino Durão foi ministro da Educação já tinha sido presidente do Técnico?

Sim. Ele saiu para ser ministro da Educação e quem o substituiu foi o prof. Dias de Deus, que era de física.

As eleições para a Assembleia de Representantes e para o Senado da Universidade Técnica de Lisboa eram em simultâneo.

Já na minha direção – era a dr^a Manuela Ferreira Leite ministra da Educação – fizemos uma grande manifestação. Foi engraçadíssimo porque nós éramos tão independentes e inexperientes que não sabíamos como liderar as

pessoas para irem para a manifestação. Combinámos um ponto de encontro no Técnico porque alguém nos disse:

– Eh pá, vocês têm de combinar um ponto de encontro para levarem os estudantes para a manifestação!

Fizemos isso mas fomos todo o caminho e ninguém sabia o que gritar!

Não combinaram?

Nunca tínhamos feito aquilo antes e ninguém se lembrou disso. Tínhamos a manifestação toda organizada. Preparámos imensa coisa gira como, por exemplo, uma peça de teatro cujo texto foi feito por gente de teatro e representada por uma série de pessoas das associações de estudantes. A ministra da Educação era um *travesti* e foi feita pelo João Bexiga, das relações externas da nossa direção, que tinha imenso jeito. Era um texto a caricaturar toda a situação, no fundo, a criticar de uma forma lúdica todas as situações, os problemas da lei e aquilo que se vivia.

A nossa preocupação não era a questão de não pagar propinas, /mas/ aquela lei das propinas que não servia ninguém. Era explicar que os estudantes já pagavam imenso para frequentar o ensino superior, que havia imensos custos e que a Ação Social Escolar não acompanhava e não podia ser feita à custa das propinas. O país tinha que perceber: ou ia investir em educação ou não ia. Se a média da Europa era 2,8% e nós estávamos em 1,9% do PIB, como é que podia ser?

Não podia ser. Isso não podia ser feito à custa de um imposto adicional, que era como nós víamos as propinas. Era como se agora fosse passar a portagem e lhe pedissem o seu IRS. Se tivesse um IRS alto pagava classe 4 e se tivesse um IRS baixo pagava classe 1. Achámos que as propinas eram uma forma de imposto e que estavam a ser utilizadas para fazer justiça social, quando isso era uma perversão completa dos direitos dos cidadãos que devem ser iguais perante o Estado. Faz-se a justiça social em sede de impostos com as famílias, e, perante a universidade, os estudantes são todos iguais. Os estudantes que precisam de apoio devem ser apoiados nos termos da Ação Social Escolar, que deve ser condigna.

Defendiam a existência de propinas?

Defendíamos que não devia haver propinas, mas não éramos absolutamente radicais. A FCSH e Letras, por exemplo, eram radicais nesse aspeto. O que nós dizíamos era que:

– Esta lei não! E não vamos pagar mais porque já pagamos!

Como é que nós íamos chamar a atenção para a questão das propinas? Fizemos aquela manifestação. Estávamos em boicote. O documento *A educação em números*, que foi um trabalho feito pela direção antes da nossa, pelo João Fonseca e pela Ana Dias, tem uma série de números publicados pela OCDE e compara em todos os países as opções que foram feitas e os custos num lado e no outro.

Portanto, como é que nós íamos chamar a atenção dessa situação?

Fizeram a manifestação.

Fizemos a manifestação. Estávamos em boicote.

E foram silenciosos durante todo o caminho?

Não. Depois inventámos umas coisas pelo caminho que eu já não sei dizer o quê. Mas lembro-me daquela sensação:

– Como é que nós pudemos ser tão incompetentes?

Não tínhamos ninguém de juventudes partidárias habituado a estas coisas. Não tínhamos, competências nessa área. Éramos tão idealistas e tão pouco treinados nisso ... Mas lá conseguimos levar pessoas para a manifestação, porque havia muita adesão dos estudantes do Técnico a esta luta.

As reivindicações mantiveram-se sempre, mais ou menos, as mesmas?

Sim. Nós explorámos muito.

Depois, houve uma série de coisas divertidíssimas. O governo fez uma lei, mas percebeu que não era assim muito correto, então, fez umas emendas a seguir e criou ali um vazio legal que nós explorámos para boicotar as propinas. Conseguimos que uma série de deputados e juristas dessem pareceres no sentido de que não se podia aplicar a lei. À conta disso, houve um ano em que não se pagou propinas e em que não foi possível ir atrás das pessoas que não tivessem pago.

Terá sido o ano de 92/93, e em 94 surge, então, a amnistia pelos 20 anos do 25 de Abril. É isso?

Isto é em 94, porque eu lembro-me de estar em Coimbra com o Tiago Magalhães e o Jorge Correia, vice-presidente da AAC numa reunião a discutirmos esta questão. As eleições em Coimbra eram em março e, quando nós entrámos, no fim de maio/junho já eles estavam em velocidade de cruzeiro. Nós ainda estávamos a tentar perceber como é que a coisa se fazia. Como nas duas direções anteriores, havia uma ligação muito estreita entre o Técnico e Coimbra, combinávamos estratégias em conjunto que depois aplicávamos, quer nas nossas universidades. Discutíamos muito os caminhos que íamos fazer.

É possível que a amnistia tenha sido depois, em cima do 25 de Abril, mas a verdade é que havia ali um vazio legal e isso foi explorado por nós, e bem.

Disse que era uma lista independente. Pode caracterizar essa evolução na associação?

Quando eu entrei no Técnico em 91, apercebi-me, pela contestação que havia à associação e pelos /seus/ comunicados, que era JSD alinhada com a política educativa do governo favorável às propinas e à maneira de gerir a política da Ação Social Escolar. Uma lista independente é uma lista de pessoas que, sendo ou não filiadas em partidos, agem de forma independente desses partidos. Portanto, não quer dizer que sejam todos de esquerda ou de direita, cada um tem as suas convicções. Mas, as decisões e as tomadas de posição da direção da AE são aquelas que são consideradas melhores pelas pessoas que compõem a direção da associação em representação dos estudantes do Técnico e não aquelas que são devidas a orientações partidárias.

Durante alguns anos fui membro da JCP, dos 14 aos 17 anos e afastei-me, quando deixei de me rever na instituição. Depois, foi uma coisa muito engraçada, porque durante a nossa campanha eleitoral houve um incidente brutal. Num debate, o António Proa, que esteve na câmara de Lisboa, /disse/:

– A Valentina é uma ativista do Partido Comunista infiltrada!

Uma coisa inacreditável!

Ele fazia parte de alguma lista adversária?

Sim, da Lista I.

E as listas adversárias?

Havia a Lista I, que era JSD. Isto na minha altura, mas a Lista I já vinha de trás.

Perdeu com o Miguel Lobo?

Perdeu com o Miguel Lobo e voltou a perder com o João Fonseca. Havia composições ligeiramente diferentes e voltou a perder connosco, embora connosco eles tivessem radicalizado imenso o discurso.

Havia uma outra lista, a Lista E, que nós achávamos que era uma JSD *soft*, era uma coisa mais encapotada e menos JSD ou supostamente independente, mas depois não era.

Na nossa lista tínhamos pessoas com convicções políticas diferentes.

Mas isso também permitia uma certa intervenção dos partidos políticos na vossa lista?

Não. Na nossa lista não tínhamos ninguém filiado em nenhum partido. Zero. Se vir /documentos da associação da época/, diz-se para todas as pessoas: a idade, o ano em que está, o curso, o que é que fez em termos de currículo, e qual é a situação em relação ao boicote às propinas e em relação a um partido. Aquilo para nós era importante.

Era uma característica importante para se estar na lista?

Não, era uma característica importante para sermos transparentes e para explicarmos aos estudantes, quem é que nós éramos. Não era, de maneira nenhuma, um requisito para estar na lista não ter uma filiação partidária. Nós fizemos imensas reuniões até às não sei quantas da manhã, dias, semanas e meses a fio, antes da preparação dos documentos para a campanha. E as pessoas que ficaram foram as que se identificaram com o projeto. Aquele projeto que era o nosso. Ser filiado ou não, não tinha importância. A importância que tinha era isso ser transparente, explicitado e público. Importante para nós era a questão do boicote às propinas.

Devo dizer que fui presidente da AE por causa disso. Porque éramos democráticos, votámos internamente para presidente. Candidatei-me,

eu e o Carlos Ramalho, que continua a ser um grande amigo. A lista votou e ele ganhou. E aquilo que me disseram na altura foi:

– Não votei em ti porque achei que uma mulher não ganha as eleições no Técnico. Portanto, está fora de questão. Até acho que tens um perfil bom, mas nem pensar.

O Carlos daria um ótimo presidente se tivesse seguido. Não segui porque, numa avaliação posterior, nós considerámos que ele não fazia o boicote às propinas e que isso era um ponto crítico. Portanto, devíamos fazer uma nova eleição. Ele não se sentiu confortável com a situação. Fizemos uma nova eleição e fiquei escolhida pela lista como presidente. Na realidade, fui a segunda opção. E foi engraçado, porque se verificou que as mulheres são capazes de ganhar eleições no Técnico.

Participaram com receio por ser um risco?

Com imenso receio. Havia elementos da lista que não acreditavam.

Como foi a experiência feminina?

A experiência feminina foi aterradora e muito forte. Primeiro, porque teve um grau de exposição enorme. Neste momento há imensas mulheres no Técnico mas, na altura, eram muito poucas. Havia muitas em química, algumas em civil, mas em eletrotecnia e em mecânica muito poucas, em física também havia algumas. Mas física é um curso muito pequeno, tinha 30 ou 45 vagas e nós tínhamos 240, o que é completamente diferente.

No Técnico as mulheres eram notadas só por serem mulheres. Conhecíamos-nos umas às outras, porque éramos poucas. Uma mulher à frente de uma lista tem todas as atenções em cima e o sair da proteção do anonimato foi muito difícil para mim. Na altura usava minisaias curtíssimas e deixei de usar porque não queria, de maneira nenhuma, que as minhas minisaias pudessem contribuir de uma forma positiva ou negativa para eu ser eleita. Quis que nos elegessem pelo coletivo. Era presidente só porque era preciso termos um presidente para nos representar, mas não era a patroa e não era a minha lista. Havia esta noção:

– Nós somos uma equipa e eu dou a cara por esta equipa. As ideias que saírem daqui não são as minhas ideias, são as nossas ideias.

Eu não era a iluminada da equipa que soubesse tudo. Os discursos que fazia eram escritos por duas ou três pessoas. Obviamente que não fazia um discurso sem concordar com ele e sem rever, mas lembro-me de discursos em ENDA que tinha sido o João a preparar, eu via e discutíamos. Eu era uma cara e uma porta-voz daquilo que éramos. Foi uma experiência fantástica, mas muito difícil.

Acho que do tempo todo em que estive na AE, foi talvez o mais marcante da minha vida até agora e o mais intenso, porque dormíamos muito pouco e trabalhávamos de uma maneira desenfreada. Vendo a esta distância era complicadíssimo conseguir gerir uma equipa e cumprir objetivos sem haver uma hierarquia. Não podia mandar em ninguém, as pessoas só faziam aquilo que queriam. Éramos 23 ou 24 e para conseguir manter-nos coesos e a fazer coisas, era complicadíssimo! Foi uma experiência muito enriquecedora a todos os níveis: ao nível interno, de gestão de equipas; ao nível da perda do anonimato, da privacidade e, de repente, passar a ter uma exposição enorme ao nível da minha vida pessoal e afetiva, que também foi muito confusa nesse período.

Porquê?

Porque não havia privacidade e tudo o que eu fizesse havia sempre alguém a olhar para mim. Lembro-me que um dia estava tão cansada, fui para a praia com o meu namorado, para o Guincho, e disse:

– Que bom, ao menos hoje podemos estar à vontade.

Foi cambalhotas e lutas de areia, estávamos todos contentes. Estávamos a sair da praia e /oiço/:

– Olá, senhora presidente!

Ia morrendo por causa desta sensação de estar a ser vigiada. Depois disto, foi muito claro que não queria ter vida pública e tenho muito respeito por todos os políticos que têm um grau de exposição enorme. Acho que é preciso ter um cuidado inacreditável para manter a sanidade.

Foi muito engraçado ter sido mulher. Isto potenciou imensos rumores. Todas as coisas que

conseguíamos era porque eu tinha dormido com não sei quem. Costumava rir-me imenso à conta disso, porque sabia sempre pelos outros a minha vida sexual. Não dava muita importância, mas são coisas desagradáveis.

Penso que, neste momento, a relação com as mulheres que se destacam será diferente, mas muita desta mentalidade continua. Ainda é difícil para a nossa sociedade aceitar e ter orgulho numa mulher que se destaca e respeitar isso, a menos que seja muito feia. Se fôr muito feia é ótimo, /mas/ uma mulher bonita com protagonismo ... de certeza que dormiu com alguém. Não pode ser boa.

Depois destas dificuldades fui eleita.

O que estava a contar tem a ver com aquilo que foi o processo e que ficou durante o mandato. Mas fui eleita.

As eleições foram conturbadas. Terem dito que eu era uma agitadora do PC. O conflito na noite do Super Arraial em que o meu amigo Carlos Ramalho estava um bocadinho alcoolizado, o António Proa também e trocaram murros. Aquilo foi aproveitado politicamente de uma maneira brutal pela Lista I. Emitiram comunicados no dia de reflexão, o que fez com que a lista fosse impugnada.

Mas foi irrelevante. Não acho que isso tenha muita história.

Pintaram as escadas do Técnico com letras azuis enormes a dizer:

– *Lista D = putas.*

Para mim, foi uma coisa muito chocante. Nós éramos tão genuínos, puros e acreditávamos tanto, que aquilo foi um banho de realidade. Aquela campanha eleitoral foi uma coisa fantástica.

Às vezes, falávamos com o Nuno Saramago, um histórico das listas U e U2, uma pessoa fantástica e muito gira com quem aprendi montes de coisas, e ele dizia:

– Se vocês conseguirem ganhar as eleições, não quer dizer que sejam bons. A única coisa que quer dizer, é que são espertos o suficiente. O trabalho vem a seguir.

Mas esta coisa do ser esperto foi muito surpreendente. Estávamos convencidos – pelo menos eu – que se nós tivéssemos um bom projeto as coisas iam correr bem e não havia jogo sujo ... e havia imenso jogo sujo.

Porque é que acha que ganharam?

Porque, apesar de tudo, tínhamos um projeto muito bom. Se comparar os nossos materiais de campanha – o nosso manifesto, as coisas específicas na desportiva, na recreativa e cultural, na pedagogia e na intervenção académica – com os da JSD e das outras, nota-se que as coisas têm um grau de profundidade e de estruturação diferente. Acredito que as pessoas conseguem reconhecer projetos bons e de qualidade. Para mim, ganharmos as eleições foi isso: no meio de toda esta poluição e do jogo sujo que foi feito, o nosso projeto prevaleceu e nós conseguimos passar isso, o que foi muito bom e gratificante.

Pode falar do programa da campanha?

Tinha três eixos.

Um era a parte de intervenção académica e tinha a ver com uma contestação muito forte às propinas na perspetiva de que falei. As propinas não podiam ser mais um imposto. Nós precisamos de um investimento na educação. O nosso país leva 20 anos de atraso, isto só se vai desenvolver se fizermos uma aposta muito grande no ensino superior e isso não pode ser feito com o pagamento de propinas, porque cada família quando tem um filho a estudar já paga uma soma muito avultada e não vamos fazer justiça social com as propinas. Os alunos são iguais perante a universidade. A justiça social faz-se nos impostos e é preciso uma Ação Social Escolar que apoie as pessoas que precisam.

Outro ponto era a questão da pedagogia e de acabar com a visão do Técnico como fábrica de engenheiros e daquele discurso que o prof. Diamantino Durão fazia sempre:

– Nós somos a maior e melhor escola de engenharia do país.

Ficávamos muito contentes porque éramos a maior:

– Porreiro! E, então, somos mesmo bons?

Esse era o ponto.

– Estamos aqui a formar pessoas e a fazer coisas que sejam importantes? Estamos preocupados com o ensino?

Era chamar a coisa para esse ponto, porque na avaliação do corpo docente não era – e eu penso que continua sem ser – tida em conta a componente de ensino. Não era tido em conta um professor dar boas ou más aulas, era apenas tido

em conta o número de *papers* que produzia. E a progressão na carreira em termos de corpo docente de ensino superior – penso que continua a ser assim – é feita na base do número de *papers* que produz e não nas outras componentes. Aquilo que nós defendíamos era que as outras componentes também deviam ser tidas em conta. Devo dizer que, em relação a isso, não conseguimos nada. Pelo menos, estávamos preocupados com isso e creio que essa mensagem passou.

Mas chegou a haver algum tipo de negociação ou conversa com o diretor do Técnico?

Esta questão foi trazida ao Congresso Tecnicamente Melhor. Um dos pontos discutido foi: Como podemos dar melhores aulas?

Nós não éramos irresponsáveis a ponto de dizer: –A culpa é dos professores. Os alunos são todos fantásticos.

Defendíamos que os alunos que copiassem deviam ser penalizados. Exigíamos em termos de qualidade de ensino, mas também em responsabilidade dos estudantes para com aquilo que estavam ali a fazer.

Na prática, como é que se podia traduzir essa melhoria na pedagogia?

Isso tinha a ver com os materiais.

Queríamos discutir a questão das precedências, mas com garantias. Havia propostas concretas de que para haver precedências, as cadeiras horizontais, com precedência, tinham que funcionar em todos os semestres para as pessoas não ficarem prejudicadas e poderem progredir no curso. Mas não dizíamos não a um sistema de prescrições nem de precedências. Queríamos propôr mais peso nas componentes contínuas.

E menos nos exames?

Menos nos exames e mais nas componentes contínuas. Dependia muito dos cursos. Eletrónica tinha uma carga brutal de trabalhos de laboratório. Lembro-me que fiquei tão feliz quando comecei a trabalhar. Passei a ter fins-de-semana, uma coisa que eu tinha pouco, porque havia sempre não sei quantos laboratórios e relatórios para fazer. Eram em série, de frequência obrigatória e contavam 20%. Portanto, aquilo que nós dizíamos era:

– Isto é muito bom, mas tem que ter um peso maior. Admitimos que tem que se garantir que as pessoas não copiam e não fazem as coisas com base nas dos anos anteriores.

Acho que era uma postura muito construtiva, muito pouco radical e com muito bom senso, de fazer, de facto, uma coisa melhor.

–Precisamos de um professor que esteja empenhado, que tenha bons materiais, que disponibilize os sumários das aulas, boa bibliografia e bons apontamentos para estudarmos. Em contrapartida, quem fizer batota, achamos que deve levar no tóuço. Porque queremos produzir pessoas com capacidade para pensar, para resolver problemas e que cheguem ao fim. Se não estão cá a fazer nada e só estão a copiar ... não nos serve e não queremos!

A esta distância, fico muito orgulhosa porque acho que era uma postura com muito bom senso e nada radical. Acho que tinha bastante maturidade.

Em termos de recreativa e cultural também queríamos fazer imensas coisas. Queríamos fazer o II Festival de Música Clássica, um festival de jazz ...

Quando foi o I Festival de Música Clássica?

Não sei. Foi na U ou na U2. O nosso colaborador Lúcio Studer, que faz investigação no Técnico, é violista e continua a ser um grande amigo meu, ficou encarregue deste projeto, mas depois não deu!

Porquê?

Não conseguiu organizar, tinha outros compromissos. Isto era a segunda parte do que eu dizia. Tínhamos um programa fantástico. Naquele ano inteiro foram pouquíssimas as coisas que conseguimos e que tínhamos previstas.

É só um ano.

Um ano é muito pouco, mas também não podia ser mais. Lembro-me de na altura discutir isto com o prof. Mariano Gago e ele dizia:

– Eh pá, mas um ano é muito pouco.

– Pois é, mas eu não posso perder mais do que um ano de curso.

– Mas tem então que conseguir fazer isso com menos tempo.

Mas não dava! A verdade é que eu só achei que estava preparada para estar na AE no dia em que saí de lá. É sempre assim quando há desafios novos e estamos em caminhos desconhecidos. O percurso da AE correspondeu à idealização absoluta de uma coisa que vai ser fantástica. Nós éramos idealistas e saímos com uma visão de realidade muito crua e muito dura. Mesmo assim, acho que conseguimos fazer coisas muito giras, mas com a noção de que:

– Ok, a vida é isto. E o melhor é tu estares preparada, porque é isto mesmo.

Em todos os níveis. Não conseguimos organizar o Festival de Música Clássica. Também não organizámos o Festival de Jazz. Organizámos o Festival de Tunas, o Arraial do Caloiro, a Festa de Comemoração, o SAEIST foi fantástico.

Em que consistiu a festa de Comemoração dos 83 anos?

Foi uma festa fantástica! Ponto.

Mas teve baile ou ...?

Teve copos, DJ, provavelmente um concerto. Acho que foi na cantina nova. O que eu me lembro mais é da quantidade de mesas que nós arrastámos. Acho que foi na altura do Natal. Quando é o aniversário do Técnico?

Em maio.

Não é novembro ou dezembro? Não me lembro disso. Que vergonha! Mas sei o meu número do Técnico.

Toda a gente sabe, não é?

É impressionante: 36645. Só por curiosidade, o meu pai é o 6000.

E nas comemorações não pegaram em nada do passado?

Acho que não. Fizemos uma brochura sobre a história do Técnico. Uma das coisas que me fazia mais impressão era a arquitetura dos novos pavilhões. O Técnico foi desenhado de origem pelo Pardal Monteiro, com imensa coerência, e a opinião é que os novos edifícios não têm o mesmo nível de qualidade que os antigos.

A Tuna nasceu nessa altura e havia um revivalismo das tradições académicas de Coimbra, com a importação das capas e batinas para o Técnico. Era uma coisa que chocava alguns

setores da associação. A nossa direção também tinha pessoas que eram da Tuna, mas era um bocadinho:

—O que é que isto tem a ver com o Técnico? O Técnico que veio, aquando da sua fundação, romper com esta tradição de Coimbra e agora estamos aqui a fazer isto ao contrário?!

Quase que juro que nós fizemos sair, pelo menos, um material qualquer com um resumo da história a explicar as coisas que eram importantes.

Nessa altura já se usava a capa e a batina no Técnico?

Já. Não no Técnico, mas na Tuna. Só as pessoas que eram da Tuna é que usavam capa e batina. No meio de todos estes projetos – de produtora de vídeo, de fazer um ciclo de cinema e de jazz e essas coisas todas – não conseguimos concretizar nada, ficámos pelas festas e pelas coisas mais recreativas e menos culturais.

Fizemos outra coisa muito importante, uma atividade de continuidade, a *Job-Shop* de engenharia.

A AE do Técnico tinha, na altura, cerca de 20 funcionários e aquilo gerava uma receita brutal: tínhamos as receitas das folhas produzidas na secção de folhas, receitas de alguns bares cujos espaços tínhamos alugado e concessionado, as receitas da secção desportiva – uma piscina, um pavilhão multidesportivo com volei, basquete, uma data de equipas – e tínhamos uma data de funcionários e o responsável de tesouraria. A AE do Técnico era uma empresa. Além de todas estas questões, tínhamos que pagar os ordenados no fim do mês e lidar com pessoas, com defeitos e qualidades, muito mais velhas do que nós, uns a colaborarem melhor conosco outros pior. Esse era um peso grande nesta gestão. O gabinete de estágios tinha uma funcionária da AE dedicada e tinha um conjunto de dirigentes associativos que se ocupavam dessa função. A função do gabinete de estágios era enviar currículos de estudantes para empresas e pô-los em contacto com as empresas para encontrar estágios e empregos. Todos os anos se fazia uma feira de empregos no meio da alameda do Técnico, que é uma coisa brutal, onde era montada uma tenda gigante. Vendia-se cada *stand* às empresas e elas iam lá publicitar-se para

conseguirem recrutar pessoas ... No tempo das vacas gordas, em que não havia engenheiros. Só para ter uma ideia, quando saí do Técnico escolhi em que empresa é que queria trabalhar, porque tinha três: Vodafone, TMN ou Optimus. / Escolhi/ a Vodafone. Claro que, passados uns anos, deixou de ser assim. O trabalho era muito profissional, um bocadinho afastado de todas estas convulsões políticas e pedagógicas, e de contacto sério com as empresas, de pôr as coisas todas como deve de ser.

O Congresso Tecnicamente Melhor foi realizado já mais no fim do nosso mandato.

Porque razão decidiram fazer o Congresso Tecnicamente Melhor? E porquê este *slogan*?

Este *slogan* não foi só inventado da nossa cabeça. Falámos com uma empresa de criativos que não nos cobraram nada, porque também havia algumas relações pessoais e estavam empenhados. O cartaz é lindo e é a radiografia da Bic. A Bic é um símbolo de uma coisa muito simples.

O Tecnicamente Melhor é a relação com o Técnico e o fazer melhor. Isto foi tudo muito discutido. Queríamos uma coisa que fosse desafiante e um bocadinho provocatória.

Foi um congresso organizado de acordo com os procedimentos dos congressos. Foi feito um *call for papers*, foi definido um grupo de avaliação para o qual foram convidados professores representativos das diversas áreas e que eram pessoas reconhecidas: o prof. Jorge Calado, de química, a prof.^a Graça Carvalho, de mecânica, etc. O prof. Mariano Gago e o prof. Valadares Tavares foram apresentar uma comunicação, e creio que o prof. Dias de Deus também. Houve uma seleção e uma organização das comunicações apresentadas e distribuimos as comunicações previamente. Foi uma coisa mesmo bem-feita e teve uma participação grande.

Na altura, havia muitas coisas que eram tabu, e a discussão da passagem do Técnico a universidade era uma delas, e só se discutia nos corredores. Nós quisemos passar para uma discussão aberta. Como éramos estudantes e rebeldes pudemos trazer facilmente esse assunto à baila, e, como o estávamos a tratar de uma forma muito séria e estruturada e não era uma conversa de café nem uma provocação, houve uma adesão muito grande dos professores. Foram dois

dias no salão nobre do Técnico muito participados e a associação teve parabéns de toda a gente, de todos os professores e dos alunos também. Houve uma grande participação porque as pessoas tinham vontade de discutir aquelas coisas. Essa discussão foi inconclusiva, mas pelo menos, saiu da penumbra.

E qual era a posição da direção?

Não tínhamos uma posição muito definida em relação a isso. Havia preocupações grandes, achávamos que o Técnico tinha a ganhar em termos de partilha de experiências se estivesse junto com outras escolas com valências diferentes, por exemplo arquitetura. E esta postura do Técnico, /de/ grande *suprasumo* que não precisa de ninguém – *nós é que somos bons* – é um bocadinho arrogante. Será que se ganha com isso? Será que não se ganha mais em ter outras pessoas, em partilhar experiências e em estarmos todos juntos? Na altura, a posição do Técnico era um bocadinho parecida com a Catalunha em Espanha:

–Nós é que somos ricos e bons e vocês estão todos aqui a explorar-nos, então pumba.

Eu não vejo as coisas assim, mas esta é uma visão pessoal. A posição da direção da AE em relação a este assunto era:

–Queremos que isto saia dos corredores. Queremos pôr isto em cima da mesa para ser visto em termos de prós e de contras, o que é que vamos ganhar ou perder com isto.

Era esta questão e a da parte pedagógica: discutir como é que devem ser dadas aulas e o que é importante. Porque havia muito a desculpa de não termos condições físicas, não podemos fazer por não termos um projetor *xpto*. Lembrome da comunicação do prof. Valadares Tavares, que foi giríssima, interessante e com muita criatividade. Ele fez uns acetatos supersimples com uns quadrados e umas coisas, e com sobreposição de acetatos e criatividade fez uma coisa muito interessante e acabou por deitar por terra a teoria de que eram as condições que faziam as boas aulas. Não são, de facto, as condições físicas, é a capacidade e a criatividade do professor de fazer passar a matéria.

Aquela parte do programa, de discutir de forma séria e construtiva os problemas da escola, foi feita neste congresso. Acho que isso é uma

coisa que nos orgulhamos de ter conseguido fazer.

Na associação havia várias secções ...

Isso é mais o lado empresarial da associação. Cada direção estava organizada de forma diferente, embora todos nós tivéssemos um conjunto de responsáveis que estavam a tratar da parte recreativa-cultural, um conjunto que estava a tratar do gabinete de estágios, outros na intervenção académica.

A AE tinha dentro da parte da empresa a secção de folhas, que produzia os apontamentos para os estudantes. A desportiva. Tinha uma série de secções – núcleos – que trabalhavam ali à volta. O núcleo de arte fotográfica. O núcleo de jogos de estratégia. O núcleo de vela. O grupo de teatro. O BEST, que fazia intercâmbio de estudantes com outras universidades dentro e fora do país. Eram todos grupos de estudantes que faziam algumas atividades e que a associação suportava, quer com instalações quer com meios. Suportávamos, também, as comissões de finalistas e os delegados de turma.

Como é que se fazia a ligação com os estudantes, no caso os delegados, e com a direção do Técnico?

Com os estudantes fazia-se através dos delegados. Havia uma hierarquia de delegados, cada curso/ano tinha um. Por exemplo, havia o delegado do 1º ano de eletrotecnia, depois havia o delegado de curso entre cada um ...

Desses, era eleito um como delegado de curso?

Exatamente.

E a associação comunicava com o delegado de curso?

Sim e com os delegados. Depois, dependia muito de quem eram e que atividades havia. Mas havia reuniões regulares.

Havia ainda os alunos eleitos para o Conselho Pedagógico. As eleições para o Conselho Pedagógico eram feitas ao mesmo tempo que as eleições para a Assembleia de Representantes e as eleições para o Senado da UTL. Todos os alunos iam votar nos representantes do seu curso ao Conselho Pedagógico e, aí, havia dois representantes por curso. Creio que era, também,

1/3, 1/3, 1/3. Não me lembro se os funcionários tinham menos.

Qual era o tipo de questões que levavam à Assembleia de Representantes e ao Senado?

Ao Senado a grande questão que foi levantada foi de uma tomada de posição em relação às propinas. Tínhamos muitas reuniões de associações de estudantes com o reitor que era o prof. António Simões Lopes.

As nossas preocupações eram tratadas com o reitor, que depois ia aos Conselhos de Reitores. As posições dos Conselhos de Reitores eram coisas importantes e que nos davam muita força. Na altura apoiaram e ajudaram imenso os estudantes na luta contra a lei das propinas. O reitor de Coimbra era fantástico. A nossa ação em termos da UTL passava muito mais pelas reuniões com o reitor do que pelas reuniões de Senado. Lembro-me de ter ido a uma reunião do Senado e nada mais.

As reuniões da Assembleia de Representantes tinham a ver com questões da escola, portanto com as eleições do Conselho Diretivo e com as aprovações dos orçamentos, plano de atividades e com os relatórios de atividades e de contas.

As Assembleias de Representantes eram menos interessantes, mas muito importantes e aqui, deixe-me tirar o chapéu ao prof. Manuel Heitor, porque foi ele que introduziu no Técnico a prestação de contas, a figura do plano de atividades e do relatório de contas e de atividades. Isso foi introduzido na AE pela direção anterior a nós ou pela U.

E nós também o fizemos /de modo a saber/ como estavam as contas da associação quando entrámos e como estavam quando saímos.

Objetivo de transparência.

Objetivo de transparência e de documentação. Se isto é uma empresa, vamos prestar contas aos estudantes do que fizemos de programa e de contas. Porque 20 funcionários é muita gente.

Quando cheguei, a primeira coisa que fiz, eu e o nosso tesoureiro – o engenheiro Luís Lopes que é agora administrador da ZON, uma pessoa com uma capacidade fora do comum –, foi ter que despedir a nossa advogada e um treinador de basquete ou de volei. Foi uma coisa horrível.

Porquê?

A advogada, porque achávamos que não tinha qualidade suficiente e já tínhamos *feedback* da direção anterior de que o trabalho dela não era bom. O treinador, porque havia indícios muito concretos de que ele teria ficado com dinheiro. Foi logo um banho de realidade fantástico.

As relações da associação com o Senado eram quase inexistentes. O Senado era uma figura que para nós não tinha muita importância. A relação que existia, e que de facto era útil, era com o reitor. Fazíamos muitas reuniões com ele.

Na relação com o Técnico, havia reuniões de Conselho Diretivo e o presidente da AE tinha direito, por inerência, a estar presente. Eu ia a todas as reuniões do Conselho Diretivo, com mais dois alunos eleitos. Havia funcionários eleitos para representar os funcionários no Conselho Diretivo.

Porque a associação não é representante de todos os estudantes.

Não. É. Mas também havia eleições diretas. Havia uma representação por inerência e uma representação eleita.

Dentro da associação como é que se dividiam os cargos?

Eu era presidente, o Carlos Ramalho vice, fazíamos um bocadinho de tudo. Depois, tínhamos as pessoas da pedagogia, da intervenção académica, da recreativa e cultural, saídas profissionais com as pessoas do gabinete de estágios, a parte da gestão e a desportiva.

Relações externas, ação social ...

Exatamente.

Essas pessoas coordenavam cada uma dessas áreas?

Exatamente. Mas isto era tudo discutido em reuniões da direção que demoravam uma eternidade. Nunca havia uma reunião de direção com menos de cinco ou seis horas, em que era tudo discutido à exaustão. Era tudo muito complicado, porque as pessoas pensavam de maneira diferente, incompatibilizavam-se e tínhamos conflitos que era preciso gerir. Digo-lhe que a parte de gestão desta equipa foi, para mim, uma escola muito grande.

Não sei se a meio, se mais para o fim do mandato, tivemos a necessidade de encontrar um coordenador interno das nossas atividades. Eu tinha um papel de representação, estava sempre em reuniões no Conselho Diretivo, na Assembleia de Representantes, nos ENDA. Dava cara à associação. Encontrámos uma pessoa da associação, da recreativa e cultural, que não se tinha incompatibilizado com ninguém, o Alexandre Fernandes, e que agora é meu marido. Tinha uma figura mais consensual, conseguia falar bem com toda a gente e apaziguar um bocadinho os espíritos. Havia tensões enormes entre a recreativa e a área da gestão, e entre a recreativa e a área da intervenção académica. E na parte de pedagogia, meu Deus!

Está a lembrar qualquer coisa?

Há muitas pessoas que estiveram connosco, fizeram parte desta equipa e que ficaram meus amigos até hoje. E depois há sempre histórias engraçadas acerca das pessoas. Coisas ridículas e que não têm importância nenhuma. E a parte da realidade da experiência da AE é essa. Uma coisa é nós desenharmos um projeto, que já é uma coisa fantástica, outra coisa é a parte de implementar o projeto. São coisas diferentes e, às vezes, as barreiras estão onde nós menos esperamos.

Às tantas, percebemos que um colega, uma pessoa em quem tínhamos confiança e estava responsável pela parte do turismo e das viagens, andava a viajar *à pala* da agência de viagens. Tivemos que o expulsar da associação e tomar medidas sérias, porque não eram os nossos valores. Isto consumia horas, dias e meses de discussão.

A discussão que houve em torno de quem é que tinha as chaves da associação foi uma coisa extraordinária! Foram reuniões a fio sobre quem devia ter chaves para entrar, para definir as responsabilidades porque estávamos, de facto, a falar de uma empresa. Uma coisa era ter chaves da direção, outra coisa era ter chaves da piscina, do campo da bola, da secção de folhas.

Tínhamos pessoas radicais na equipa que diziam:

–A associação tem que defender que um gajo que copie num exame deve ser expulso!

Éramos capazes de estar três reuniões a discutir aquilo até chegarmos a um ponto em que a

coisa ... Claro que, no fim, a democracia é tudo. Cada pessoa vale um voto e votávamos. Mas era preciso fazer lóbi para que a coisa ficasse razoável.

Houve muita aprendizagem feita neste percurso e neste ano.

Qual era a relação da associação com outras associações?

Nós tínhamos uma relação muito próxima com Coimbra.

Aprenderam com eles?

Claro que sim. Eles já estavam lá antes de nós. Como as eleições deles eram em março e também tinham pessoas das direções anteriores, eram mais batidos e rodados que nós. Não tínhamos ninguém repetente. Tínhamos muito menos experiência que eles. Para mim a coisa mais bonita é combinarmos irmos para a manifestação e não termos preparado gritos para ir ao longo do caminho. É lindo, não é? Coitadinhos, não nos lembrámos disto. Mas correu lindamente.

A primeira visita que fizemos foi a Coimbra, que teve um percurso parecido com o do Técnico. Quem fez a rutura foi o Vigário e havia uma ligação muito grande entre as duas escolas – iniciada com o Miguel Lobo.

E a rutura em Coimbra foi na mesma altura?

Foi, com as tais diferenças de março/maio ...

Já li as duas versões: de que o Técnico foi o primeiro a romper com a JSD, e de que tinha sido a AAC.

Acho que o Técnico foi em maio de 92 e é possível que Coimbra tenha sido em março de 93. Acho que eles têm mandatos de dois anos. Sei que foi o Vigário e um conjunto de pessoas: o João Paulo Saraiva, o Nuno Fonseca, que continua a ser uma pessoa de quem sou próxima. Na altura, já não estava na AAC, mas era um veterano com quem se podia conversar e pedir conselhos para saber em que terra estava a pisar, e isso foi muito importante para mim.

No Técnico, das associações anteriores, a pessoa com quem eu me identificava e minha referência era o Miguel Lobo. /Mas ele/ tinha saído do país, estava a fazer um doutoramento em

Stanford nos Estados Unidos e fiquei um bocadinho órfã. Era uma pessoa com muito bom senso, capacidade de trabalho, lucidez e coerência. Na falta do Miguel acho que me socorri do Nuno Fonseca em Coimbra. Depois, havia também algumas referências históricas em Lisboa, o João Afonso de arquitetura, que tinha sido presidente da AAL durante o mandato do Miguel Lobo no Técnico. Na altura em que eu fui da associação já era o João Chambel, do ISEG.

Havia uma ligação hereditária com Coimbra, herdada da direção anterior. Construímos algumas relações novas. A direção anterior do Técnico tinha-se incompatibilizado com Letras, com a FCSH e com Ciências.

Porquê?

Porque eram JCP e PSR. Eram muito radicais no ataque à política governativa e essa não era a nossa postura. O que nós tentámos foi:

– Nós queremos limpar um bocadinho o ecrã de tudo aquilo que está para trás e começar do zero a discutir as coisas nas calmas, perceber o que é, o que somos e no que estamos de acordo ou não. E, no nosso mandato, continuámos a trabalhar muito com arquitetura e com Coimbra, que tinham sido herdadas, mas começámos também a trabalhar com o ISEG.

Foi uma coisa relativamente nova, que não era tão tradicional nas associações anteriores. Isto era importante porque nós conseguimos fazer sair os papéis assinados pelos estudantes do ensino superior e não só pela AE do Técnico, o que tinha muito mais força perante o ministério da Educação e a comunicação social.

Esse aspeto era discutido nos ENDA?

Ou nas grandes associações ou nos ENDA, que eram um filme. Os ENDA eram encontros gigantes em que toda a gente discursava e, claro, havia sempre grandes lóbis para fazer passar a moção deste ou a moção daquele.

Recorda algum em particular nesta época conturbada?

Não. Nesta época conturbada era tudo conturbado. Eram discussões até às não sei quantas, deslocações e ficarmos em casa uns dos outros. Quando íamos a Coimbra alguém emprestava a dois ou três o quarto e partilhávamos a

cama. Havia muito a preocupação de respeitar o dinheiro da associação e de não desperdiçar e, portanto, nós poupávamos o mais que podíamos. Houve outras direções anteriores e posteriores que não tinham esta filosofia. Soube de algumas coisas de dirigentes associativos da AE do Técnico que me deixaram bastante desgostosa, que fizeram disparates brutais em desperdiçar dinheiro. Isso fez-me muita confusão. Porque era comer pelo mais barato. Poupar nas deslocações. Pedir carros emprestados, só em última análise alugar. Era muito engraçado.

E com o Porto?

Dávamo-nos muito bem com Évora. Entretanto, houve eleições e era o Rui Grilo o presidente da associação académica. Com o Porto *novo* também nos dávamos bem. A Associação Académica do Porto teve eleições e quem ganhou foi o Fernando Medina – foi secretário de estado no governo anterior do PS – e estabelecemos um relação também muito boa com o Porto.

Além dos ENDA, havia muitas reuniões entre as associações para discutir não sei o quê e encontrarmo-nos não sei onde. Reuniões informais para discutir estratégia e saber o que se ia fazer e aprovar. Lóbi! Também pode ser visto como fazer trabalho de casa, acho que é mais pedagógico e mais interessante. Se nós queremos ir para uma reunião com imensa gente vamos levar o nosso trabalho de casa e as nossas propostas já estruturadas para a coisa se conseguir fazer.

Uma das coisas que conseguimos e que acho que foi muito bem sucedida, foi aquela manifestação que até meteu uma peça de teatro. Nós fizemos uma coisa muito gira no Técnico. Na altura da manifestação era a semana da contestação, então:

– Vamos explicar às pessoas que o nosso problema não é só de propinas, é das condições que os estudantes têm, como a falta de residências universitárias.

Então, montámos um acampamento, tendas no meio da alameda do Técnico com plaquinhas *Residência Universitária não sei o quê*. Estava com graça e era muito visível. Foi uma coisa que mexeu. Desgraçados dos meus pais que ficaram sem tendas!

Outra coisa que estava planeada, e que também mexeu, era distribuímos frasquinhos à hora de almoço para testar se a comida era boa ou não, porque havia também o problema da qualidade daquilo que era servido aos estudantes não ser muito bom. Era uma espécie de análises portáteis. Brincadeira, claro! Havia as ementas da cantina em que o primeiro prato era normal e todos os outros eram pratos de aproveitamento de restos dos pratos anteriores. Já não sei dizer, mas a coisa estava bem engendrada. E acho que também foi por causa disto tudo que nós conseguimos ter a adesão dos estudantes, quando foi a manifestação.

Li que propunham a criação de prémios aos professores, como melhor docente do ano, docente de qualidade? Outra reivindicação que tinha como objetivo a melhoria das condições do ensino.

Não me lembro muito bem e não sei se chegámos a propôr isso no Conselho Pedagógico ou se foi discutido no Congresso, mas sei que isso não avançou.

Chegou a ser debatido?

Acho que sim. Houve muitas coisas que ficaram pelo caminho. A esta distância não consigo dizer, porque perdi os pormenores. Fica a sensação de alguma frustração em relação àquilo que eram as nossas ideias e ao que foi possível fazer.

Continuou no Técnico até 97, mas não na associação?

Não. Depois fui tratar de fazer o meu curso. Desliguei-me. Fizemos uma passagem de pasta bastante intensa. Lembro-me de ir com eles ao primeiro ENDA para apresentá-los às pessoas e fazer a transição. Mas deixei de ser colaboradora da associação. Se havia RGA, claro que participava. Se me pediam uma opinião em relação às coisas, ou mesmo que não pedissem, eu dava, porque conhecia todas as pessoas. Estava eleita na Assembleia de Representantes e continuei a ir, mas quando acabou, acabou. Fiz um acordo com os meus pais de que ia estar um ano sem estudar porque as coisas não eram compatíveis. Mas um ano é um ano e, a seguir, eu tinha que recuperar os três semestres que não tinha feito e foi a isso que me dediquei.

Sinceramente, já não sei dizer porque é que essa questão dos prémios, que era uma ideia ótima e ainda por cima com um júri independente, não foi para a frente. Pode ter sido chumbado no Conselho Pedagógico. Não me lembro.

Resumindo funções na associação, como colaboradora esteve em alguma secção?

Estava no *Diferencial*.

Que tipo de informação saía?

Tínhamos crónicas, artigos sobre o Técnico, humor – uma secção de banda desenhada, que tinha sempre imensas ilustrações do Vítor Santos, o nosso *cartoonista* oficial – também coisas relativas a ciência, cinema e teatro.

Lembro-me que fiz um artigo de uma pesquisa sobre as propinas e a sua história.

Então foi essa a passagem: *Diferencial* e, depois, direção?

Foi essa a minha preparação.

Como é que decorriam os processos de luta?

Por onde tinham que passar as discussões?

Havia alguma hierarquia estabelecida para tomar uma decisão?

Evidentemente que havia reuniões informais entre associações que tinham mais ou menos os mesmos ideais ou que tinham a mesma abordagem à situação. Trabalhávamos muito com arquitetura, com o ISEG, com o ISCS e com Medicina. E em termos de associações fora de Lisboa, trabalhávamos muito com Coimbra, mais tarde também com Évora e com o Porto.

Em Lisboa havia uma grande cisão entre as privadas e as públicas. As privadas eram mais pró-política educativa do governo do que contra, porque, como pagavam propinas, achavam que nós éramos os privilegiados. Havia sempre um bocado aquela picardia natural entre público e privado, em que o público dizia:

–Vocês, das duas uma, ou são os *betinhos* da Católica ou os gajos que não conseguiram entrar na pública.

Estou a exagerar e a tentar caracterizar de uma forma simplista.

Depois, havia o lado mais radical de Lisboa de cortar a direita e que era muito conotado com a JCP e com o PSR. Acho que aqui nós

éramos moderados, conscientes e construtivos. Não sei se conseguimos, mas essa era a nossa posição, com a qual eu hoje me identifico.

Quais os momentos mais marcantes do ME?

Para mim, o mais marcante nessa altura foi a carga policial, em 93, no Dia do Estudante. O Manifesto da AE do Técnico tem um documentário com fotografias daquilo que aconteceu.

Caixões em março. Simbolizam o quê?

Está-se a enterrar a educação. Houve pessoas que ficaram magoadas. Foi uma coisa chocante.

Esteve nesta manifestação?

Não. Acho que neste dia tinha um exame, um laboratório ou uma coisa qualquer daquelas que não se podia faltar e eu era tão certinha que nunca faltava aos laboratórios, só às teóricas, claro.

Este acontecimento foi o mais brutal e, para mim, foi muito impactante no sentido de:

– Eh pá! É mesmo preciso fazer qualquer coisa. Não podemos estar aqui à espera que os outros façam.

Foi muito gratificante perceber que, com todas estas coisas, o governo recuou nas propostas que tinha em relação às propinas e as leis que surgiram a seguir são menos más do que as anteriores.

Foi visto como uma vitória?

Acho que sim. Eu estive em boicote das propinas dois ou três anos depois de acabar o curso. Na altura em que precisei de um certificado de habilitações, tive de pagar. Mas, nessa altura, já tinha valido a pena, já tínhamos conseguido, e já não fazia mal pagar. O cerne da questão não era pagar ou não as propinas, era mudar uma coisa que estava errada.

Como é que foi vivida a experiência de um debate na televisão com a, então, ministra da Educação?

Ficámos muito contentes. Era maravilhoso sermos convidados para ir ao programa da Maria Elisa.

Das associações de estudantes quem estava presente?

Ninguém. Fui eu e o Miguel Fontes, do Movimento de Estudantes Católicos.

Porque é que só foram os dois?

Porque nos convidaram, não faço ideia.

Era um painel, a dr.^a Manuela Ferreira Leite era a entrevistada principal e tinha uma série de pessoas que contrapunham e que lhe colocavam questões. O que, para mim, foi péssimo, porque me venderam a coisa como tendo que lhe fazer duas perguntas. Duas perguntas era muito pouco e foi preciso preparar muito bem para podermos tirar partido do debate e fazer passar as nossas preocupações.

Tivemos imensas pessoas a ajudar e eu treinei imenso como fazer as perguntas. Sei que foi uma coisa muito trabalhada. Estava nervosíssima.

O Miguel Fontes estava sentado ao meu lado, deu-me a mão e eu fiquei mais tranquila. Acho que correu muito bem. Pelo menos, foi esse o *feedback* que tive. Só que o formato do programa era diferente do que eu tinha preparado, e podia ter aproveitado para falar mais, e, no fim, fiquei um bocadinho frustrada.

Recorda-se do que perguntou?

Não, mas acho que teve a ver com estas coisas. Foi, com certeza, com a tónica na Ação Social Escolar. Lembro-me que treinei muito com o João Bexiga, da minha direção. Treinei exaustivamente, estava mesmo uma *pilha*, mas saiu muito bem.

No fim, a Maria Elisa disse:

– Valentina, esteve muito bem. Tem uma figura ótima. Devia era estar a fazer programas de moda.

Sei que respondi:

– Agradeço muito, mas eu gosto mais de discutir temas da educação. Portanto, quando quiser, se faz favor, estou disponível.

Fiquei com aquela registada. Bolas!

Mas para mim foi muito marcante.

Houve mais diálogo direto com o ministério?

Com a ministra não, mas com o secretário de estado. Fizemos uma reunião com ele em que expusemos estas nossas preocupações.

E houve algum *feedback*?

Não! Mas os factos acabaram por se mostrar favoráveis, porque durante este período as coisas mudaram e não ficaram como estavam. Valeu a pena e acabou por ser muito gratificante.

Os momentos marcantes da minha passagem pela direção da AE. A fase da campanha eleitoral. O debate e, passados dois ou três dias, vir para o Técnico e ver as escadas pintadas com *Lista D = putas*. Ganhar as eleições. O debate com a Manuela Ferreira Leite. A preparação da manifestação. Ter que despedir os dois funcionários da AE.

Em termos de *accomplishment*, de coisas que nós conseguimos fazer e que a mim me deram particular satisfação pessoal. Organizar o Congresso Tecnicamente Melhor. Organizar em conjunto com as outras AE, aquela manifestação e todas as ações feitas no Técnico. A história das residências universitárias. Termos mantido a *Job-Shop* de engenharia. Fazermos um Super Arraial IST. Os contactos com as bandas, nesta senda de nós querermos levar o Pedro Abrunhosa.

As coisas são muito mais cruas e o resultado do que vemos em palco é uma ilusão.

Houve uma coisa muito engraçada com os *Ena Pá 2000*. Eles tinham uma música *Valentina*, que era muito marota. Combinámos que não a tocavam. Obviamente, que a tocaram! Disseram:

–Vamos tocar uma música que se chama Valentina. Mas não é essa!

Foi muito divertido, mas fiquei envergonhadíssima.

Há mudanças no ME, desde a sua entrada até à saída do Técnico?

Há. Tinha um ME partidariado e passou a ter um politizado, que é diferente. As coisas têm um pico e depois decaem. Acho que, se calhar, a direção da AE a seguir a nós manteve ainda uma pressão grande mas, a seguir, as coisas já são muito diferentes. Mas o contexto do país e das propinas também era diferente, porque as coisas já não eram tão gritantes como até aí. Não era preciso fazer tanta força.

Preparámos a nossa entrada na AE de uma forma intensa e cuidada. Tínhamos um projeto que queríamos implementar. Ao passo que a

ideia que tenho das listas posteriores, nomeadamente da lista da Sara, é que as coisas foram feitas a correr:

–É preciso ir alguém para a AE, então vamos!

Qualquer uma dessas direções ainda tem essa característica, são politizadas, mas não partidariadas.

E depois, partidariadas para que lado?

Saí do Técnico e não sei.

Deu várias entrevistas a jornais. A utilização dos media era uma estratégia?

A primeira Lista U tinha uma pessoa que era uma máquina a falar com a comunicação social, o Ricardo Veludo. Os jornalistas tinham uma relação fantástica com ele. Nós tentámos fazer igual. Claro que não conseguimos, não há igual ao Ricardo Veludo. Mas tentámos aprender muito por aí, e todas as coisas da nossa direção são pensadas e têm um cuidado gráfico especial. É /também/ uma formação pessoal o facto de gostar imenso de pintura e de ver muitas exposições. Acho que a parte da comunicação da informação é muito importante. Apesar de ser engenheira, tinha aquela dúvida existencial de querer ir para arquitetura e tenho muitos amigos que são escultores, arquitetos e que fazem *design*. Todas as nossas coisas eram cuidadas na medida daquilo que era possível e dos meios que tínhamos à nossa disposição. Ter um projeto é uma coisa muito boa e essencial mas, se não explicarmos ao mundo, aos estudantes e à população em geral qual o projeto e os objetivos, não serve para nada. A comunicação social era importantíssima.

Fazíamos *press releases* daquilo que era importante e tínhamos relações privilegiadas com jornalistas. /.../

Essa projeção nos media é característica da vossa direção ou aconteceu também com as direções anteriores?

Tivemos imensa sorte, porque o facto de eu ser mulher era um *handicap*, mas deu-nos um saínete. Aparecemos nos jornais à conta de eu ser mulher. A coisa virou-se um bocadinho ao contrário. Era tão estranho, ia perder as eleições, mas como correu bem e nós ganhámos, porque

o projeto era bom, este elemento diferenciador foi por si só notícia.

Que organizações de juventude recorda e que peso cada uma delas tinha no Técnico?

Nunca dei muito por elas, a não ser pela JSD. Acho que a JCP não tinha implantação no Técnico. E mesmo a JSD esboroou-se com a vaga de independentes. Acho que não eram muito representativas. Na altura, nasceu a Política XXI.

Depois Bloco de Esquerda.

Eu fui fundadora do Bloco de Esquerda, via Política XXI, mas sempre com uma participação mais de espetadora que interventiva e muito residual.

Teve alguma presença no Técnico, ou era exterior?

Era exterior. No Técnico diria que não havia grande presença de MRPP nem nada dessas coisas que havia antes. Isso morreu tudo ou, pelo menos, eu nunca os senti.

Quais os acontecimentos da política nacional mais significativos que presenciou, ou em que interveio?

Fui apoiante da candidatura do Jorge Sampaio a presidente da República. Depois, houve o governo do Guterres e fui convidada para participar nos Estados Gerais do PS. Foram feitos uma série de debates, promovidos pelo Guterres antes de se candidatar a Primeiro Ministro. Não participei em nada, porque tinha uma noção clara de que não queria seguir uma via partidária. Aliás, houve muitos colegas destas lides das AE que ficaram ligados ao PS e aos governos do PS. Eu sempre optei por me afastar.

Um facto muito marcante que presenciei foi a questão da libertação de Timor, provavelmente a coisa mais emocionante que vivi em termos políticos. Depois do 25 de Abril é o facto mais marcante, que apesar de já ser nascida só sei daquilo que me contaram. Diria que o acontecimento mais marcante da história recente de Portugal é o 25 de Abril. Daquilo que vivi e de que me lembro, é a libertação de Timor.

E acontecimentos internacionais que tivessem tido alguma relevância?

A saída do Mandela da prisão.

A abertura da União Soviética e a Perestroika, foi o que marcou a minha saída da JCP. Lembro-me do dia e do debate à volta disso. Foi no momento em que houve um golpe de estado na União Soviética e em que raptaram o Gorbachev. Era muito nova, devia ter uns 17 anos.

E quando Shimon Peres perdeu as eleições para Netanyahu em Israel. Nesse dia, chorei de tristeza.

Mais recentemente, a eleição do Obama, por aquilo que representa de consistência, coerência e de esperança.

Que balanço que faz da experiência no Técnico?

Não vou dizer que foram os melhores anos da minha vida e não sou saudosista a esse respeito, mas posso dizer que o meu marido é do Técnico e que esteve comigo na AE, e que grande parte dos meus amigos são do Técnico e têm a ver com a experiência da AE, não só desse ano como do ano a seguir. Acho que isso quer dizer alguma coisa.

Foi um período muito marcante na minha vida que começou com um encantamento e uma idealização daquilo que poderia ser um projeto deste tipo e serviu para perceber o que é a realidade e o que são os obstáculos da vida em relação a qualquer tipo de projeto.

Ensinou-me que – continuo a ser de alguma maneira idealista – se há uma coisa em que nós acreditamos, vale a pena lutar por ela e fazer o que estiver ao nosso alcance para mudar e melhorar as coisas. Não têm que ser coisas muito grandes, basta coisas pequeninas do dia-a-dia e que estão à nossa volta.

E deu-me um arcaboço enorme. Nunca tive nenhum problema em falar com nenhuma chefia minha nem com nenhum administrador. Já tinha estado na televisão a falar com a ministra da Educação, o que é um administrador?! Portanto, as coisas, mesmo as da vida profissional, ganham uma dimensão diferente pela experiência anterior.

E, só estando a pensar nisto agora que estamos a falar, em termos de liderança e de gestão de equipa foi uma escola fantástica! Era um desafio muito difícil pôr 24 pessoas de acordo a fazer alguma coisa sem haver hierarquia nem estímulos financeiros ... É obra!

Não havia financiamento por parte do governo?

Havia alguns subsídios do governo e também uns do Técnico para atividades, mas nós tínhamos receitas próprias. /Mas/, uma coisa é à associação, outra coisa é a nós. Ou seja, quando tem uma empresa tem uma hierarquia definida e um chefe que manda. Trabalhas bem dá-te mais algum dinheiro, trabalhas mal põe-te de castigo. Mas, numa associação em que somos democráticos, todos ao mesmo nível, não tem nada disso! Que mecanismos tem?!

Mas conseguiram manter essa estrutura até ao fim.

Conseguimos. A maioria do esforço foi na gestão da equipa. Este ano e meio da direção da AE, entre a preparação e depois a passagem, foi o período mais intenso da minha vida, em que eu trabalhei mais. Isto é mesmo verdade. Aque-la ideia de que a malta vai para lá e não faz nenhum, não estuda e não quer saber ... Não, não! Trabalhávamos mesmo muito. Mas também posso dizer que houve muito tempo gasto a gerir conflitos internos. A esta distância percebo porquê. Porque era difícil.

Maquete do *campus* da Alameda (1982)

Outra vista geral do conjunto a partir de pontos de vista a SE. Observa-se claramente a conservação do património edificado existente no respeitante ao partido arquitetónico das torres propostas; bem como a integração e a aproximação de escala apresentada pelo o edifício do departamento de civil proposto, relativamente às envolventes construídas existentes.

Foto: M. Barros



Nos anos 60 este café /A Mexicana/ era muito frequentado por alunos do Técnico.

Sim, e pelos dirigentes também. Nós vínhamos cá muitas vezes. Este e o *Império* acabavam por ser pontos de encontro de estudantes e de dirigentes associativos, porque tinham uma vantagem aqui na zona: estavam abertos até mais tarde do que o normal.

Começo, então, por perguntar o que o levou a escolher um curso de engenharia no Técnico?

Desde sempre que no meu percurso escolar – na escola primária e no liceu – tive uma forte orientação para a matemática, para as ciências, para a química e para a física. Eram áreas que eu gostava e que dominava. Como tal, engenharia parecia sempre ser a primeira opção. Por outro lado, o Técnico acabava por ser a escola com mais reputação em termos nacionais e a mais mediática. Havia uma vontade muito grande de vir para o Técnico, a melhor escola de engenharia do país.

Sou da Guarda. Foi uma opção sempre difícil de tomar, pela distância, por sair da família e por uma série de circunstâncias. Vir para o Técnico, foi também a opção, pela expectativa de saída profissional pela reputação e qualidade.

Como recorda o primeiro contacto com o Técnico?

Foi uma surpresa pela sua dimensão. É, uma infraestrutura arquitetónica marcante. Depois, a quantidade de pessoas que se movimentam naquela instituição é impressionante, sobretudo para quem vem do liceu e vem para uma escola deste tamanho.

Recordo a primeira aula – análise matemática. A professora disse-nos para esquecermos os últimos 12 anos porque, se pensávamos que sabíamos de matemática, íamos começar do zero. E começámos do zero. Começámos mesmo a

falar do número zero. E assim começou a minha aventura no Técnico.

Uma aula cheia de gente ...

Sim, uma aula com bastante gente. As aulas de análise matemática são aulas com muita gente, onde se congrega um conjunto de cursos. É um dos primeiros impactos e com a realidade universitária, que é muito diferente da do ensino secundário. No ensino secundário acabamos por ter uma atitude muito mais passiva, de receção de informação e de aprendizagem. No ensino universitário, sobretudo no Técnico, é uma aprendizagem que depende da vontade de aprender e da capacidade de trabalho. Foi esse um dos grandes impactos que eu tive, chegar a uma escola deste tamanho e com o nível de exigência que o Técnico tem.

Vinha da Guarda, da província ...

Sim, de uma cidade do interior, mais pacata do que Lisboa. Por aí também houve alguma alteração e necessidade de aprendizagem e de adaptação a uma grande cidade e a uma escola com 10000 alunos.

Veio para uma residência universitária?

Não. Na altura acabei por ficar numa residência particular e estive lá durante todo o curso.

O Técnico já oferecia um conjunto de residências?

Sim. Quando entrei, em 96/97, o Técnico, através dos Serviços Sociais da UTL, já dispunha de um conjunto de residências em Lisboa. Nunca foi uma opção para mim.

Primeiro porque havia pessoas com maiores necessidades.

Segundo, porque considero – e foi um dos meus cavalos de batalha – que as residências não possuíam a qualidade a exigir para alojar um estudante universitário.

A residência do Técnico que posteriormente abriu na Expo, por volta de 1999/2000, já dispunha de outro tipo de atenção para com os alunos.

Talvez metade da população estudantil do Técnico é deslocada. Não é da região de Lisboa. Um dos grandes temas é o alojamento. As residências são insuficientes. O número de lugares nas residências têm não chega sequer a 5% das necessidades. Os estudantes acabam por procurar quartos alugados ou apartamentos para partilhar na zona à volta do Técnico. Esta a realidade estudantil.

A residência da Expo terá alterado essa realidade?

Alterou um bocadinho, mas a oferta não é suficiente para a procura. O mercado de arrendamento particular na zona do Técnico continua em expansão, muitos deles sem qualquer tipo de regulação, nem qualidade. A situação mantém-se.

Fizemos uma campanha sobre a habitação estudantil e as residências, porque são insuficientes.

Se estas residências são sempre feitas numa perspetiva de ação social e para benefício de uma camada economicamente menos privilegiada, a verdade é que se poderia haver residências universitárias, também para quem possa pagá-las na íntegra.

Já se reivindicava isso quando entrou?

Já. Eu comecei a trabalhar esses temas em 98/99. Entrei para a associação em 2001, mas já em 2000 se começou a falar deste assunto.

Começou também a haver dinâmicas privadas. Há residências em Lisboa, não afetas ao Técnico, por exemplo, as *Residências U*, numa das paralelas à rua Augusta, de iniciativa privada. São recuperações de prédios e de andares segmentados em pequenos quartos com casa de banho individual, internet, telefone e um conjunto de serviços, como lavandaria comum. As pessoas optam por pagar um valor relativamente em conta, têm o seu espaço e um nível de condições e de serviços, mais interessantes do que na maioria dos quartos alugados particulares.

/Embora/ muito reduzidas e individuais, penso que permitiam aos estudantes ter uma

alternativa na questão do alojamento. Nos quartos que se alugavam nas redondezas do Técnico, havia situações ridículas, de se pagar por cada banho que se tomava. O preço da renda dava direito a um banho por semana e, se quisesse mais banhos, teria que pagar.

Conheceu casos desses?

Muitíssimos. E casas, muitas vezes, em estado de degradação e sem grandes condições. Mas, a realidade é que as pessoas vêm estudar e não tendo uma alternativa acabam por se adaptar ao que existe e por ir procurar uma solução nas redondezas. Passados seis meses ou um ano, procuram outras soluções, mas durante algum período vivem em condições que não são agradáveis e não se adequam a um espírito universitário nem garantem condições para a pessoa poder ter um nível aceitável de conforto.

Em termos de consumo cultural, quais os livros, filmes, música e peças de teatro que recorda?

Sempre tive um gosto muito especial por livros e, em especial, por teatro. Ainda hoje consumo muito teatro, bem como cinema, mas de forma já mais corriqueira.

Sob o ponto de vista de literatura, sempre gostei muito de livros de estratégia e de livros com componente histórica, sobretudo de personalidades. Ao ler histórias e relatos de algumas personalidades marcantes da nossa sociedade, também se acaba por aprender formas de estar. Há livros que vão marcando. Gosto de livros de estratégia, política e história. Há um que eu adoro, *A Arte da Guerra*, um livro fascinante sob um ponto de vista de estratégia, /cujo/ autor foi um grande general chinês. Se nós conseguirmos transpor a forma de pensar e de estar naquele livro em termos estratégicos, percebemos que tem muito a ver com aquilo que nós trabalhamos no dia-a-dia, e que a nossa vida também acaba por ser uma estratégia, uma forma de estar e um posicionamento. É um livro interessante e que, ainda hoje, em termos empresariais vou muitas vezes reler, porque tem coisas muito interessantes sobre a motivação de equipas, a gestão, a estratégia de uma empresa e de nós perante os outros. Foi um livro que me marcou. Li alguns livros sobre o general De Gaulle e sobre

o Tony Blair, porque é uma área que me interessava muito sob o ponto de vista político. A criação da terceira via do socialismo foi uma grande mudança sob o ponto de vista político, para o melhor ou para o pior, que acabava por ser uma via mais centrista do socialismo. O Tony Blair, como o Clinton, foram dos líderes mais marcantes. Hoje em dia, fruto da minha atividade profissional, leio muito sobre inovação e empreendedorismo.

Gostei muito de uma peça de teatro, que é um clássico e que ainda deve estar em cena no Teatro Mário Viegas *As Obras Completas de William Shakespeare em 97 minutos*. Também gostei do *Rei Lear*. Gosto muito de teatro, qualquer que seja, porque é um momento diferente e muito próximo das pessoas. Gosto muito de estar em sala e na presença de artistas. Acho muito tocante.

Às vezes, gosto de determinados concertos, mesmo no São Carlos. Não gosto de toda a música clássica, mas orquestra acho fascinante. Ver aquilo a funcionar em conjunto é o que mais me motiva. De música portuguesa, gosto muito de fado. Já na altura da AE ouvia fado, ouvia Amália e foi quando começou a aparecer a Mariza. O fado é algo marcante e muito próprio da cultura portuguesa. Gosto dos símbolos da cultura portuguesa, e esse era um deles.

Cinema, era a todos os níveis, mas aí como um consumidor normal. Vejo cinema de forma muito comercial, não vejo cinema por tópico, nem por tema, nem por alternativa. É um momento diferente no nosso dia, porque deixamos de pensar e só estamos a apreender e a ver o que nos passa à frente e é mais por isso. Compro vídeos e DVDs e vejo filmes em casa porque é mais fácil.

Sob o ponto de vista desportivo, também mantinha uma atividade forte que, fruto da idade, veio parando.

Praticava que desporto?

Voleibol.

Também na associação?

Por acaso, jogava fora da associação. Era melhor não haver conflito de interesses!

Mantinha sempre alguma relação com as associações culturais e sociais, como os escuteiros,

aos quais tive ligação durante muitos anos. Mesmo durante a AE tentei manter essa proximidade, se bem que foi mais difícil. É uma estrutura de equipa, de crescimento e de formação de pessoas na qual me revia muito sob o ponto de vista de intervenção e dinamismo social.

Além das aulas, em que outros locais de convívio os estudantes se encontravam?

Dada a sua dimensão, Lisboa é muito diferente das restantes academias. Muitos dos estudantes são de Lisboa e acabam por regressar às suas casas. Têm a sua vida normal e não têm uma vida tão intensa sob o ponto de vista académico e de convívio. Mas havia alguns locais que, em redor do Técnico, acabavam por ser marcantes para nós, nomeadamente o *Galeto*, por estar aberto até mais tarde e *A Mexicana*.

Ou seja, cafés?

Sobretudo cafés. Como podíamos estar até mais tarde, acabávamos por encontrar nestes locais/situações ideais para isso. Depois, havia outros cafezinhos em redor do Técnico, como o *Centro Comercial São João de Deus*, para refeições porque tinha restaurantes em conta. Havia um cafezinho de canto, quando se sai do lado esquerdo, que também costumava estar aberto até tarde e onde nos encontrávamos. Mas, sobretudo, o *Galeto*, *A Mexicana*, o antigo café Império e a *Portugália*, mais uma vez porque estas coisas universitárias se vivem para lá do horário normal.

Estas coisas universitárias são conversas, estudo?

O estudo também faz parte, mas diria que, durante a nossa vida académica, acabamos por partilhar muitos destes momentos. Numa perspetiva de convívio e de partilha de experiências enquanto homens e mulheres que estávamos na vida, quer universitária, quer de associativismo. Mas diria que o associativismo era mais marcante nesta presença nos cafés e restaurantes como pontos de encontro para estarmos, conversarmos e debatermos opções e estratégias. Muitas vezes, por um motivo ou por outro, não queríamos estar no Técnico, íamos jantar ou tomar um café e acabavam por ser pontos de encontro e de convívio.

Havia sempre outros pontos de convívio na cidade, mas isso já mais a título pessoal e não tanto sob um ponto de vista académico ou associativo. Numa perspetiva de vida noturna, na altura, era muito interessante ir para as Docas ou para a zona de Alcântara.

Quais eram os temas de debate e de conversa entre os estudantes?

Muitos! Numa perspetiva de estudante universitário ou de dirigente associativo?

As duas.

Como estudantes discutíamos as dificuldades que encontrávamos. No 1º ano era sempre difícil. As nossas dificuldades eram muito grandes. Vínhamos do ensino secundário como bons alunos e chegávamos aqui e para passarmos num teste era uma dificuldade tremenda. Acabávamos por nos encontrar muito nos cafés para trocar apontamentos, discutir e conversar sobre as aulas e o curso. Foi numa fase em que o meu curso – engenharia química – estava a mudar. Antes tinha ramos e, depois, segmentou-se em três cursos diferentes. O nosso ano era o primeiro dessa mudança.

Fez alguma especialidade?

Não. Fiz engenharia química. Antes de eu entrar, engenharia química tinha três ramos: biotecnologia, química aplicada, e processos.

No 3º ano escolhia-se um dos ramos. São as três grandes áreas: a biológica, a de engenharia química pura nos processos e na indústria, a química aplicada mais laboratorial e de investigação.

Quando entrei foi o primeiro ano em que houve uma segmentação em três áreas. Houve um curso de química, que, não era uma engenharia, chamava-se licenciatura em química. E havia engenharia química. Passou a existir engenharia biológica. Entrei para engenharia química e já não havia esses ramos. O meu era o primeiro ano, por isso havia uma série de reformas no curso que acabavam por ser o nosso tema de conversa.

No âmbito universitário isto trás também um conjunto de desafios.

Quando as cadeiras passavam de um ano para o outro era mais fácil de estudarmos,

porque havia um conjunto de apontamentos e exercícios. Quando nós entrámos deixou de haver, porque as cadeiras começavam a fundir-se. Já não conseguíamos ir buscar tantas coisas do passado.

O nosso convívio era também combinarmos saídas.

Na perspetiva de dirigente associativo as conversas eram muito mais políticas, /sobre/ os temas quentes da atualidade, o que nos movia, as dificuldades que encontrávamos e as discussões que tínhamos.

A nossa realidade dividia-se em duas vertentes. A discussão académica dentro do Técnico, sobre a realidade dos estudantes e a do nosso trabalho em si e com a direção da escola. Tínhamos ainda a intervenção sob o ponto de vista estudantil ao nível do ministério da Ciência e ensino superior, com agenda interna própria e outra de reivindicação feita por nós em coordenação com outras academias – Coimbra ou Porto.

O Técnico era, e sempre foi, uma escola muito desenvolvida sob o ponto de vista de condições para os estudantes – condições de estudo e de acesso a tecnologias de informação. A agenda política de intervenção centrava-se nestas áreas. Quando passávamos para a intervenção nacional, a agenda baseava-se noutros pontos.

Havia as propinas, em que eu divergia do restante movimento associativo, porque nunca considerei que as propinas fossem o problema do ensino superior.

A ação social e a intervenção foram sempre uma das principais bandeiras. Um dos pontos desta agenda era garantir condições financeiras, mesmo quando as famílias não podiam.

Falava-se da entrada do processo de Bolonha, /mas/ ainda era um *bicho papão* que aí vinha.

Quando eu estive na associação passámos por um momento forte que foi o tema da segurança, derivado da morte dum nosso colega junto à praça do Chile, por esfaqueamento. Foi uma das questões que batalhámos durante alguns anos com a câmara de Lisboa.

Houve conversações com a Câmara?

Não tantas como deveriam ter havido.

Foi em que ano?

2001, se não estou em erro. Houve um conjunto de ações que foram desencadeadas pela AE. Fez-se uma grande marcha de luto do Técnico até à câmara municipal, porque a situação arrastava-se. Penso que nos dias de hoje ainda se deve manter, não sei se em níveis tão complicados como naquela altura.

A criminalidade que havia /naquela zona/, à partida, nunca teria sido violenta, porque consistia no pequeno roubo a estudantes. O telemóvel numa primeira fase, quando começaram a aparecer. Numa segunda fase, foram os portáteis.

O Técnico tinha esse problema deste lado da alameda.¹ Os assaltantes tinham a facilidade de se meterem no metro, ir ao Martim Moniz vender os produtos, voltar e ir aos bairros atrás da Fonte Luminosa adquirir droga. Em termos de segurança era uma zona sensível, onde acabou por se dar um desfecho trágico. Durante a noite havia o fenómeno da prostituição.

Durante anos tivemos muito trabalho e muita reivindicação. Em 2001, 2002 e 2003 sentia-se segurança acrescida, quando começaram a vir as patrulhas a cavalo. Houve algum reforço. Depois da morte e das manifestações o poder político reagiu. Mas o problema subsistia, porque a origem continuava a ser a toxicod dependência. Houve semanas terríveis em termos de assaltos, porque o público estudantil é um alvo fácil.

Em resumo, ocupámo-nos da ação social, das propinas e da segurança.

O Técnico estava incluído na Ação Social da UTL de Lisboa?

Sim. Sempre estive, se bem que o Técnico acabava por ter uma realidade e dinâmicas próprias.

Depois destes, houve outros temas com contestação.

Nos anos em que eu estive na associação discutimos a orçamentação das escolas, que tinha a ver com a eficiência da gestão. Nós defendíamos que não bastava o orçamento de Estado aumentar era preciso avaliar como o dinheiro era investido em cada uma das universidades. Embora com muita ineficiência, o Técnico conseguiu

adaptar-se a uma realidade, aumentar as receitas próprias e gerir as despesas. Na maioria das universidades deste país, a utilização dos recursos era, muitas vezes, mal feita. Não se conhecia a real afetação dos recursos. Entre 95 a 99% do orçamento de Estado estava destinado, única e exclusivamente, a salários. Isto era preocupante.

Quando o orçamento serve para pagar salários, pouco ou nada resta para fazer investimento à séria nas escolas, para melhorar condições e acesso a sistemas e tecnologias de informação, como computadores.

Esta era uma realidade em todo o país nas diferentes academias. Muitas não tinham capacidade de investimento e viviam constantemente na linha vermelha do orçamento, não conseguindo investir. Isso veio a agravar-se ao longo dos anos, provocando uma degradação das condições para os estudantes.

Era fundamental debater isso, /tal como/ a própria diminuição do orçamento de Estado. Lembro-me de uma campanha que fiz na Assembleia da República, levei soldadinhos aos deputados.

Soldadinhos, como?

Daqueles soldadinhos de brincar, de plástico. A nossa motivação não era, com certeza, contra o ministério da Defesa. Teve a ver com um ano em que houve uma forte redução do investimento no ministério do Ensino Superior e um aumento no ministério da Defesa, para pessoal e aquisição de material militar.

Foi uma situação que gerou desconforto, porque sempre achámos que no nosso país, pela sua circunstância política e geográfica, o investimento militar ou nas Forças Armadas /deveria/ ser constante. Sentimo-nos muito mal ao ver que nesse ano – que era de crise, mas a isso já nos vamos habituando – justificaram a redução no ensino e o aumento nas Forças Armadas. Por isso, fomos ao parlamento entregar soldadinhos aos deputados. Se não me engano, a campanha era:

– Os soldadinhos já vocês têm, por isso agora podem dedicar-se a investir na educação.

Não que o orçamento fosse uma das principais bandeiras, porque há muito mais coisas para trabalhar nas escolas. A questão da gestão dos

¹ A entrevista foi realizada no café A Mexicana. O entrevistado refere-se ao lado direito da Alameda, num sentido ascendente em direção o IST.

recursos públicos e a maneira como a carreira docente é gerida.

A progressão na carreira docente também era uma preocupação da direção da AE?

Também o era, porque, de alguma forma, isso impactava com os estudantes. A carreira docente era binária, numa perspetiva em que os docentes tinham de fazer uma componente de docência e uma componente de investigação. Só progrediam na carreira através da investigação. Isso levava a que muitos deles não tivessem sequer vocação, nem qualificação pedagógica para dar aulas. Eram excelentes investigadores e professores numa perspetiva de investigação e de procura de conhecimentos, mas na sua componente de pedagogia e de ensino eram difíceis e não conseguiam adaptar-se. E isso era uma das nossas preocupações.

Como é que uma carreira docente está estruturada para aulas, mas ao mesmo tempo privilegia a componente dos artigos científicos, publicações e outros?

Isto levava o professor a deixar de lado os seus objetivos pedagógicos, porque em nada influenciavam a sua progressão na carreira. Ele podia ter uma cadeira com 90% de chumbos constantemente que nada influenciava o seu percurso, porque isso não era relevante para o desenvolvimento da carreira docente. Se nós não impomos níveis de qualidade aos docentes e fatores de avaliação na sua carreira ...

Quando fala na qualidade do ensino nesta época, é também disto que fala?

Em duas vertentes. Uma associada às condições que havia para as aulas. Fizemos várias campanhas a nível interno, porque não havia condições para as aulas em determinadas salas. Havia aulas em salas sobrelotadas e com os alunos sentados onde calhava ou em pé. Na altura era o *boom* das tecnologias de informação e da *internet*. Quando entrámos ainda pouca gente usava o *mail*, começou nessa altura. Havia pouquíssimos laboratórios de computadores, os LTI – Laboratórios de Tecnologias de Informação – existentes tinham filas enormes de espera. Uma coisa louca. Na altura não havia portáteis, nem a possibilidade de cada estudante ter o seu PC. Grande parte desta luta tinha muito a ver com

as condições que as escolas ofereciam aos seus alunos.

O outro lado era a qualidade do ensino na perspetiva de quem o ministra. Não era razoável haver cadeiras que, ano após ano, tinham taxas de insucesso de 90, 95 ou 99%. Podemos sempre dizer que os estudantes não estudaram o suficiente mas, consecutivamente e de ano para ano, não é normal nem razoável. E isso tem a ver com formação pedagógica dos docentes, que não era avaliada. Eles eram obrigados a dar aulas, mesmo não sendo a sua vocação. Isso traduzia-se em insucesso e em fraca aprendizagem.

Reivindicavam, concretamente, o quê?

A avaliação ou uma revisão da carreira docente. Porque há vários modelos, mesmo a nível internacional. As carreiras podem ser mistas, com investigação e ensino ou ter uma orientação. Há umas mais centradas na investigação, outras na docência. E /pretendíamos/ que isso fosse melhor definido e que espelhasse, não só a capacidade científica e técnica de um professor universitário – medida nas publicações e por indicadores – mas também o sucesso enquanto pedagogos. Como avaliar professores?

Desencadeámos um conjunto de inquéritos sobre a qualidade do ensino, a taxa de sucesso e outros assuntos que afetavam os estudantes. Avaliávamos a taxa de sucesso de determinados cursos e os *top 5* de insucesso. Eram sempre os mesmos cursos e os mesmos professores. Enquanto dirigentes associativos, competia-nos trazer a qualidade de ensino para discussão pública.

Hoje, temos na sociedade uma discussão alargada sobre avaliação de professores. Ela é fundamental.

Nós em Portugal infelizmente não estamos habituados a ser avaliados. No setor privado é realidade para toda a gente. No ensino público isso não é real. Se o professor tem de estar numa vertente de investigação avançada para poder ensinar, não é só isso que importa para transmitir conhecimentos.

Sei que começaram a existir no Técnico aulas para docentes. Lembro-me duma professora, uma conhecida atriz de teatro, que vinha dar aulas sobre dicção, apresentação em público e colocação de voz.

Ainda estava no Técnico nessa altura?

Ainda. Recordo-me que isto foi algures por 2002 ou 2003. Surgiram atividades para formar docentes e melhorar as suas qualidades, porque nós encontrávamos docentes com poucas ou nenhuma qualificação para ensinar.

As avaliações dos estudantes tinham baixos índices de sucesso. Os estudantes não podiam ser muito bons a umas cadeiras e incapazes noutras. Algum problema residia nestes fenómenos dentro das universidades. Para nós, isto tinha muito a ver com a carreira docente e com as condições diferentes de cadeira para cadeira.

Esses inquéritos tiveram consequências práticas?

Fizemos campanhas internas e externas de divulgação dos resultados.

Era uma preocupação específica do Técnico?

Penso que sim. Nisso, o Técnico sempre foi diferente. Essa era a nossa visão como dirigentes associativos. Achávamo-nos diferentes do restante movimento associativo. O Técnico era uma escola avançada em relação a outras.

Avançada, em que sentido?

Na organização enquanto escola e, num conjunto de condições, tais como o acesso a tecnologias de informação e às condições nas salas, laboratórios e centros de investigação.

Embora tendo sempre influências político-partidárias, tanto o Técnico como a associação conseguiram ter sempre posições relativamente independentes. As outras faculdades, nomeadamente Coimbra, Porto e Lisboa – com um grande pólo de Letras e de Ciências – eram associações politizadas partidariamente.

Consegue descrever as influências nas diferentes escolas?

A Faculdade de Ciências e a Faculdade de Letras da UL sempre foram um pólo de influência de esquerda, neste caso comunista. As AE foram orientadas por uma política de esquerda, e, ao longo dos anos, tinham dirigentes associados à Juventude Comunista. Todos os que estavam associados à Juventude Comunista eram movimentos com um grande dinamismo e uma boa organização.

A AAC acabou por ter flutuações – já mais moderadas – entre as juventudes do PS e do PSD e não tanto desses partidos. O Porto, também, embora pendendo mais para a Juventude Social Democrata.

O Técnico acaba por ser um dos mais independentes, porque teve influências de vários partidos. Socialistas. Na altura em que o Bloco de Esquerda surgiu, durante um ou dois anos a associação teve a sua influência. E houve períodos em que esteve mais independente.

Com esta independência, para nós os temas eram outros. As propinas não eram uma bandeira, embora estivéssemos solidários com o restante movimento associativo. Não acho que as propinas vão impedir um estudante de estudar, mesmo em famílias mais carenciadas, em que se traduz em 400 euros por ano, ou seja, sensivelmente 40 euros por mês. Mas é, de certeza, por não conseguir pagar um quarto que custa 40 ou 45 contos, mais a alimentação e as suas despesas normais por estar numa grande cidade. Se o estudante é da zona de Lisboa, pode continuar em casa e a sua vida está facilitada. Se é deslocado, os pais têm que dispor desse dinheiro ou terem que beneficiar da Ação Social.

A meu ver, a Ação Social sempre esteve orientada para a camada mais necessitada. Porque o que a Ação Social garante residências universitárias sem custos, ou a preço simbólico, assegurando ainda senhas para as cantinas. Mas a realidade é que muitas residências universitárias da UTL, que existiam – hoje desconheço a realidade, mas na altura visitei muitas – eram insuficientes ou degradantes para um estudante universitário.

Cheguei a ver residências que tinham cinco ou seis quartos com um espaço de 12 a 15 m², onde vivam quatro a cinco pessoas em cada um, uma cozinha e uma sala comum que teriam 10 m² cada para cerca de 20 a 25 pessoas.

A meu ver, o problema residia no Serviço de Ação Social e no facto do seu orçamento estar orientado para garantir o mínimo de condições a uma franja de população universitária extremamente reduzida e não assegurar condições razoáveis a um conjunto mais alargado.

Várias vezes defendi um modelo misto, em que as residências universitárias não precisassem de ser só para os *coitadinhos*. Podem ser

mistas, em que quem tem condições paga o preço de mercado. Mesmo que esse preço dê uma margem para os que não podem pagar a residência.

Os meus pais puderam pagar o meu alojamento e a minha alimentação, mas eu não me importaria nada de ir para uma residência do Estado ou do Serviço de Ação Social com o mesmo nível de condições, se pagasse o mesmo e que esse valor contribuísse para suportar quartos a outros alunos. Ou seja, um modelo social e solidário. Sempre achei que pudesse ser esta uma solução.

Enquanto estive na associação, ainda houve discussão com um ou dois investidores privados para se fazer um modelo deste género. Havia um investidor francês que queria vir investir em Lisboa. Queria comprar prédios devolutos e, a partir daí, construir residências universitárias com um esquema de quarto com casa de banho privada e com serviços comuns, nomeadamente lavandarias, internet e salas comuns.

Só queriam o modelo privado. Queriam investir e tirar retorno daí, mas com residências que tinham condições em termos de qualidade e acessibilidade para os alunos poderem estar, e a preços de mercado razoáveis. Lembrou-me que eles chegaram a apresentar modelos de negócio em que, por exemplo, um quarto custaria cerca de 200 a 250 euros. Havia outros a 300 euros, com serviços associados, nomeadamente internet, eletricidade, água, uma casa de banho privativa, quartos duplos e quartos individuais. Eles queriam associar-se à AE para garantir uma imagem para o projeto. Se a associação apoiasse o investimento, não numa perspetiva financeira, mas numa política acabava por ser publicidade e prova de credibilidade. As negociações acabaram por não ir para a frente.

A nossa única imposição era que uma percentagem dessa nova residência albergasse estudantes sem condições para pagar ou pagando valores percentuais.

A minha luta sempre foi: porque não o Estado também preocupar-se desta forma?

Não é lógico que uma pessoa por ser carenciada tenha de viver nas condições que as residências universitárias tinham. A residência do Técnico veio alterar esse panorama, porque já tinha outras condições.

Hoje estarão lá 100 a 200 alunos e o Técnico tem 10000 alunos. Não chega. Os alunos têm de procurar por si alternativas, porque o Estado não garante essas condições.

Recordo-me de uma iniciativa da AAC em que através de um livrinho se fazia a avaliação da oferta. Uma ideia muito original, em que classificavam com estrelas os sítios que eles visitavam – quartos, apartamentos – e divulgavam isso à comunidade estudantil. Fizemos algumas campanhas em que o tentámos, mas cá é muito mais difícil fazer, porque o aluno tanto pode arrendar um apartamento aqui, como no Rato, na Estrela ou na outra margem e vir todos os dias. É mais difícil fazer esse trabalho em Lisboa.

Voltando às propinas. Tinha grandes discussões, mesmo com outros dirigentes associativos, porque, para mim, isso nunca foi uma bandeira.

Não é por estar na Constituição que o ensino é tendencialmente gratuito que vai haver dificuldades.

Hoje são 1000 e tal euros, mas continuo a dizer que não é por aí. Uma família com um filho deslocado em Lisboa, no Técnico, e durante cinco anos, gasta do seu bolso, pelo menos, 20000 a 25000 euros para ele tirar um curso.

Residências, numa perspetiva do modelo americano dos *campus*, onde o aluno tem residências que não são financiadas e que ele paga, mas são controladas, avaliadas e sabe-se se garantem ou não as condições mínimas. Não existe essa mentalidade em Portugal. A mentalidade que existe é a da Ação Social, que é legítima e muito nobre, mas que é insuficiente e penaliza aqueles que menos têm.

Apesar da questão das propinas ter ficado em segundo plano, fez-se um referendo no Técnico. Certo?

Fez-se. Não sei se na minha altura. Penso que foi, talvez, em 94.

E julgo que também em 97.

Sim. Foi quando eu entrei.

No referendo venceu o Não, enquanto o Estado não se responsabilizar pela melhoria da qualidade do ensino.

Esse é um chavão que todo o movimento associativo usava para tentar reivindicar a qualidade

do ensino, onde cabe muita coisa. Essa mensagem já representava a diferença do Técnico em relação ao restante movimento associativo. Já havia uma abertura para deixar cair a guerra das propinas, porque, se houvesse um outro conjunto de condições que garantissem a tal qualidade do ensino – e essas condições têm a ver com a docência e com os Serviços de Ação Social –, as propinas deixavam de ter relevância. Dizia-se na lei que as fundamentava, e nós repetíamos isto nas RGA e nos ENDA, que as propinas deveriam ser aplicadas para a melhoria da qualidade do ensino. E aqui é que residia toda a dúvida e toda a discussão, porque, na realidade, as propinas eram utilizadas pelas universidades para o que fosse necessário. Agora, também é discutível o que era qualidade de ensino e em que é que se deveria investir as propinas.

Lembro-me que, na altura, se começou a trabalhar com a direção do Técnico modelos e planos onde se investia parte do dinheiro que vinha das propinas. Era investido na melhoria de tecnologias da informação, das salas de espaço público para garantir salas de estudo e espaços comuns aos alunos, e na melhoria das livrarias ou papelarias.

Não me recordo em detalhe, mas sei que se discutiam em pleno Conselho Diretivo rubricas específicas para afetar uma parte do orçamento. Não tenho memória da quantidade que esse orçamento seria, mas já havia a preocupação em se discutir isto, sobretudo quando as propinas passaram do salário mínimo para um valor maior. Houve o cuidado de tentar afetar parte desse investimento a questões que tocassem diretamente os estudantes, como os tais espaços públicos, locais de estudo, bibliotecas, salas de computadores. O não sempre vencia, porque era o tema mais fácil de debater e de expor, mas já tinha a componente: é não, mas se investirem noutras áreas e na qualidade do ensino, não é pelas propinas que nos vamos opôr.

A discussão baseava-se nestes temas e daí o referendo ter surgido em 97, no ano em que eu entrei. Provavelmente eu estaria ainda afastado destes temas. Mas, no período em que eu estive na AE, a nossa luta ia muito para além das propinas.

Quando é que esteve na AE?

Estive na associação de 2001 a 2003. Estive em 2001/2002 na parte de intervenção política, e em 2002/2003 como presidente da direção.

Muitas vezes, tínhamos posições muito diferentes nos ENDA. A nossa agenda era marcada mais pelas condições, pela qualidade e como garantir essa qualidade, ia muito pela questão do investimento numa Ação Social diferente, e pela revisão da carreira docente.

Então, o Técnico não estaria um pouco sozinho?

Sim, mas orgulhosamente sós! Sempre fomos um bocadinho senhores do nosso próprio nariz. Tínhamos um peso muito forte, quer sob o ponto de vista de dimensão da escola, quer sob o ponto de vista de capacidade de intervenção pública e social, quer numa perspetiva dos media. Os media davam-nos alguma atenção.

Pela dimensão da escola?

Pela dimensão, prestígio e capacidade de intervenção que a AE tinha, e pela força e impacto que provocava cada vez que intervínhamos. Estávamos em Lisboa e isso é importante em termos de media. Acaba por nos garantir maior facilidade. Os colegas do Porto e de Coimbra não estão tão presentes. Para eles era mais complicado. Mas nós conseguimos ter um impacto muito grande e isso era muito sentido e, por isso, se nós quiséssemos fazer atividades sozinhos fazíamos enquanto AE do Técnico.

Os soldadinhos, por exemplo, foram uma iniciativa da associação do Técnico?

Foi. Eu diria que mais de 80% das iniciativas que fazíamos eram da própria AE do Técnico, e, pontualmente, tínhamos iniciativas conjuntas a nível nacional. Nós sempre fomos solidários com grande parte das iniciativas que decorriam dos ENDA e das outras comunidades académicas, nomeadamente Coimbra e Porto, mas tínhamos uma agenda e uma forma de estar e de intervenção muito próprias que fizemos sempre questão de colocar no terreno.

Como conseguiam, então, defender o vosso ponto de vista nos ENDA?

Os ENDA eram locais muito próprios.

Lembro-me que em 2002/2003 dei uma entrevista ao *Expresso*. Na altura, quem estava no *Expresso* com estes temas do ensino superior era a Mónica Contreras. Só saiu uma página e eu já dizia que as influências político-partidárias, muitas vezes, condicionavam a liberdade de intervenção das AE. Essa era uma realidade, por mais que os dirigentes associativos dissessem que não. Felizmente, no Técnico e, pelo menos, nos anos em que eu estive, tínhamos direções multipartidárias.

Dentro das equipas tínhamos pessoas com diferentes orientações políticas, pessoas filiadas em partidos e pessoas não filiadas e que não o queriam ser. Pessoalmente, nunca o fui e ainda hoje não sou. Não que eu tenha alguma coisa contra os partidos, mas achava que a orientação da AE não deveria ser partidária, deveria ser política. Os pontos de agenda, uns eram mais associados à direita, outros tocariam pontos mais associados à esquerda.

Nessa entrevista eu dizia que me revia muito na social-democracia nórdica e, por isso, nunca me revi em nenhum dos partidos em Portugal. Na altura, revia-me, sim, em políticas próprias que deviam orientar a AE. Quando íamos para um ENDA isto era tudo muito claro. A UTL sempre foi muito unida sob o ponto de vista das AE que /dela/ faziam parte, nomeadamente a FMH, o ISEG, o ISCSP. Coincidiu com uma altura em que muitas delas estavam orientadas em termos políticos, talvez para um centro-direita. Éramos muito unidos e, quando estávamos em ENDA, representávamos uma força elevada e tínhamos capacidade de trabalhar muito bem com a FAP, que foi uma das grandes parceiras em projetos comuns. Chegámos a fazer – a UTL e a FAP – um conjunto de iniciativas em 2002/2003. Na altura, formámos um movimento de intervenção, porque nos revíamos nas /mesmas/ posições, e não tanto nas posições comuns que eram tomadas em ENDA. Nunca nos dissociámos dessas posições globais, mas acabávamos por ter a nossa agenda, e assim levámos as coisas para a frente.

Às vezes, nos ENDA, o trabalho era muito político, era reunir apoios e conseguir consensos, muitas vezes, difíceis. Para alcançar consensos entre tantas universidades, associações académicas e AE que tinham influências

político-partidárias tão diversas, a agenda acabava por ser uma nebulosa de intenções e de interesses sem pontos bem definidos.

Isso enfraquecia o movimento?

E é esse ponto que está na entrevista ao *Expresso*, em que eu digo que limitava e enfraquecia em muito as nossas posições e a nossa atividade. Por isso, eu queria demarcar-me da posição do ENDA, das grandes manifestações ou do que quer que seja, se não trouxessem nada de novo nem de concreto para os estudantes.

Havia duas grandes manifestações nacionais: por altura do Dia do Estudante, fevereiro/março, e em outubro/novembro. Eram manifestações sempre muito fomentadas pelas maiores associações académicas do país: Porto, Coimbra ou Lisboa. No Técnico nunca fomos grandes defensores. Participávamos nas manifestações se nos revíssemos nas posições, mas nunca achámos que seria nessa forma de trabalhar que conseguiríamos levar a água ao nosso moinho. Aliás, nessa altura, trabalhámos nesse movimento com o Porto na construção de um documento próprio que continha um conjunto de reivindicações. Tentávamos fugir às rotinas das manifestações e das ações mais corriqueiras e fazer coisas diferentes que sob um ponto de vista mediático nos garantiam a projeção da mensagem.

Para o lançamento deste documento fizemos uma conferência de imprensa no miradouro da Graça. A FAP veio ter connosco.

Porquê no miradouro da Graça?

Não era simpático fazermos no Técnico, por ser em conjunto com a FAP. Por isso, fizemos num local mais simpático. Depois fomos de bicicleta entregar /o documento/ ao ministério do Ensino Superior, nas Laranjeiras. Na altura, o ministro era o prof. Pedro Lynce. As bicicletas foram uma maneira de chamar a atenção. Acabávamos por encontrar algumas âncoras onde chamávamos a atenção para passar mensagens. Fizemos isso com os soldadinhos. Lembro-me que no São Martinho de 2002 fizemos um magusto no Técnico onde o cartucho onde levávamos as castanhas tinha mensagens de reivindicação.

Nesse documento com a FAP, quais eram os pontos principais?

A questão das propinas, a Ação Social e a revisão da carreira docente.

As prescrições era um tema em que também havia debate. No Técnico sempre houve prescrições. Nas universidades não era um tema consensual. Se, por um lado, podíamos defender o rigor na avaliação dos estudantes, isto é, não deixar que andassem anos sem produtividade, ao mesmo tempo, sentíamos que não havia condições suficientes em termos de ensino para garantir que eles não pudessem cair em situação de prescrição. Não por culpa deles, mas pela qualidade dos docentes e de uma série de condicionantes que afetavam a produtividade dos estudantes.

A orçamentação e a gestão nas universidades eram outro ponto crítico. Nós defendíamos que era preciso avaliar, introduzir *rankings* ou *ratings*, não só injetar dinheiro. Uma das soluções /passava por/ sermos comparados a outros, mas os professores e as escolas não queriam. A verdade é que nós devemos comparar-nos com os melhores para aprendermos a crescer. Isso nunca foi preocupação no ensino superior.

Não era preocupação abrir as universidades às empresas para promover a transferência de tecnologia e a produtividade de trabalho.

Fomos amavelmente recebidos pelo ministro Pedro Lynce e quisemos expor estes pontos que ele aceitou ler.

Nós e a FAP achávamos que a intervenção das AE devia ser cirúrgica, devíamos trabalhar determinados temas e usar a comunicação social para ganhar adeptos, porque sentíamos que os tradicionais movimentos de *manifests* tiveram o seu tempo.

Tiveram um tempo pré e pós-revolucionário em que eram formas de intervenção fortes e boas. O movimento, antes e depois da revolução, era para a luta por mais condições para os estudantes.

Em meados da década de 90 e início de 2000, as universidades já tinham condições mínimas de qualidade para os estudantes poderem trabalhar, aprender e crescer. As preocupações começavam a mudar na massa estudantil. Não era a preocupação da guerrilha política, mas era

uma preocupação de melhorar as condições que tinham nas universidades e no seu dia-a-dia. A meu ver, as associações deveriam ter mudado no sentido de deixarem de ser uma entidade de reivindicação pura e dura, para /passarem a/ ser um garante de uma quantidade de serviços mínimos de apoio aos estudantes.

Na vertente política, as associações deveriam ter a missão de reivindicar direitos, mas também garantir apoio e serviços aos estudantes.

A AEIST tinha um conjunto de serviços, nomeadamente a secção de folhas, que era um exemplo de um serviço ao estudante. Garantia níveis de qualidade competitivos no mercado, a preços controlados. Era a AE quem vendia, que ganhava ou não dinheiro e poderia reinvestir, nomeadamente na piscina, nos campos de futebol ou nas equipas universitárias.

Quando eu estava na associação existiam cerca de 20 equipas, isso custa dinheiro: ténis de mesa, andebol, futebol masculino e feminino, rãguebi, basquetebol. Núcleos de fotografia, surf, teatro, estratégia e ainda outros de trabalho. Dentro das suas capacidades, a AE apoiava com dinheiro esses grupos, que precisava de gerar.

Sempre achei que o papel das AE estava a mudar.

Cerca de 70 ou 80% das associações neste país tinham um papel de política interventiva, garantindo direitos estudantis, mas pecavam por não conseguir substituir a universidade em coisas que ela não proporcionava.

Porque surge a necessidade agora?

Porque os estudantes começaram a sentir que já dispunham de um nível mínimo e razoável de direitos, de deveres e de condições.

No início da década de 2000, o estudante do Técnico tinha condições que outras universidades não teriam.

Tornava-se difícil mobilizar os estudantes para questões com as quais eles não se identificavam: propinas, cantinas e outros. Eles não iam aderir aos protestos e às manifestações se não fossem questões relevantes para eles. Nos últimos anos, vinha-se reduzindo no Técnico o grau de mobilização para manifestações.

É aí onde acho que tem de entrar a AE. Garantir intervenção cívica e social, não só

na perspectiva da Ação Social, mas para toda a comunidade académica.

Concretamente?

Garantindo serviços desportivos, culturais e acesso a informação e a tecnologias. Não sei se ainda existe, mas na associação do Técnico foi criada em parceria com a Caixa uma grande sala de computadores, que todos os alunos podiam utilizar. A nossa política não ia só na perspectiva dos direitos e dos deveres, ia no sentido de que tínhamos cada vez mais de garantir serviços e recursos aos estudantes. Precisávamos de evoluir para além do trabalho político e agir ao nível social e da comunidade académica.

Tínhamos bares abertos e espaços de estudo próprios que os alunos podiam usar até mais tarde do que era normal no Técnico. Tínhamos as salas de computadores, toda a parte desportiva e a cultural com o núcleo de teatro ...

Lembro-me que em 2000/2001 a associação passou por um período de grande dificuldade financeira, por erros realizados na gestão. Até se colocou a questão de a secção de folhas se vender e privatizar. Houve RGA sobre isso e não era consensual o que fazer. A verdade é que a RGA foi no sentido de se manter a secção de folhas, lutou-se pela estabilização financeira e conseguiu-se.

Como se conseguiu?

Com grande esforço, sobretudo nos custos. A AE também tinha a particularidade em relação às outras. Um orçamento que rondava os 2,5 milhões de euros e um volume de trabalho muito grande. Na piscina tínhamos cerca de 1000 utentes. Era uma PME.

Fizeram-se renegociações dos contratos, uma revisão de custos e uma melhoria de eficiência de recursos na secção de folhas. A associação não era setor público, mas tinha coisas que vinham do funcionalismo, como um número de funcionários exagerado. Havia casos de ordenados disparatados.

A AE tinha quantos funcionários?

Quando entrei, tinha cerca de 40 funcionários, com professores, treinadores e afins. Tínhamos que ter professores de natação, treinadores das equipas, o ensaiador de teatro e que era um



Tínhamos bares abertos e espaços de estudo próprios que os alunos podiam usar até mais tarde do que era normal ...

Em cima: Edifício da AE

Em baixo: Pavilhão de Civil

Fotos: Tatiana Soares 2011



profissional pago ... as senhoras da limpeza, as pessoas de folhas, contabilidade, secretariado e afins. Fomos reduzindo, ao longo dos mandatos em que estive, até cerca de 20. E continuámos a fazer o mesmo, o que só mostra que é possível otimizar em determinadas áreas.

Um conjunto de situações decorre da forma como as AE são geridas. Ano após ano mudam as direcções, que se compõem por pessoas jovens e inexperientes, em que há erros que se vão acumulando e têm de se corrigir e afinar.

Foi por isso que a secção de folhas chegou a esse ponto?

Foi. Em 97/98 foi feito um famoso contrato com uma grande empresa de fotocopiadoras, que permitia à AE ter um grande equipamento de produção de fotocópias. A secção de folhas gerava muito dinheiro, mas tinha picos de produção e de procura no início do 1º e 2º semestres e na altura de exames. Houve uma troca de equipamentos com uma grande marca que onerou, em muito, aquilo que eram os custos. A tal ponto que, a direcção que fez esse contrato nunca pagou nenhuma das faturas. As outras direcções não conseguiram pagar esse contrato. Houve um litígio sério com a Xerox, porque, sob o ponto de vista deles, tinha conseguido um contrato maravilhoso, mas péssimo para a AE. Quando eu cheguei a Xerox já não fazia a manutenção do equipamento. Tivemos de arranjar alternativas. Foram períodos muito difíceis e renegociaram-se as condições.

Em algum momento a secção de folhas deixou de trabalhar?

Se não estou em erro, a dívida com a Xerox só foi renegociada no mandato a seguir ao meu. Começámos a pagar a dívida acumulada. Redimensionou-se a capacidade de produção e acordamos as saídas de funcionários. Conseguiu-se dar a volta a uma situação crítica.

Quando cheguei, a associação estava numa situação financeira muito complicada.

Em 2001/2002, fizemos um trabalho muito desgastante de recuperação da situação.

Em 2002/2003, já houve alguma consolidação e estabilização.

Em 2003, 2004 e 2005 a associação alcança uma folga.

A secção de folhas era um dos grandes serviços que a associação tinha e que tentava ser competitivo. Começaram a surgir outras casas de fotocópias nas imediações e, de alguma forma, conseguimos manter-nos.

Alguns professores davam as sebtas à AE, não deixavam publicar fora, para que a associação as conseguisse fazer e a preços controlados. Lembro-me que, em 2002/2003, consegui adicionalmente fazer um contrato com um banco em que quem fosse cliente desse banco tinha um desconto adicional de 20%. Cada fotocópia era 5 e passava a custar 4 escudos.

Na associação e no movimento associativo discutia-se a cedência de serviços a grupos privados. Eu nunca o encarei assim. /Para mim/, se podemos tirar benefício de parcerias com grupos privados, trabalho com eles. Já tínhamos uma parceria com o BPI, nesse ano, consegui trazer o Millennium BCP – quem tivesse um cartão multibanco deste banco, tinha um desconto adicional de 20%.

O banco ganhava, nós ganhávamos e os estudantes ganhavam. Nunca vi a relação com privados, como um *bicho papão*, como muitas vezes eram encarados no movimento associativo.

E havia financiamentos estatais?

Havia os financiamentos do Instituto Português Juventude.

Houve uma fase em que o IPJ deixou de financiar, não foi?

Em 2001, na altura em que eu entrei para a associação. Deixou de financiar, porque havia um desentendimento sobre os relatórios e contas.

Deixou de financiar só a AE do Técnico?

A associação do Técnico e outras a nível nacional. Esses financiamentos implicavam a existência de um relatório e das contas dos exercícios. Como as direcções das AE eram anuais, as pessoas acabavam por sair, ir às suas vidas e não faziam o relatório. A AE do Técnico tinha contabilidade organizada e uma empresa de contabilidade contratada. Mas era preciso aprovação em RGA como era agora solicitado pelo IPJ – durante anos, o IPJ aceitou só estas demonstrações financeiras.

Esse dinheiro não era importante para a associação sobreviver. Eram 70000 euros. A seu tempo resolveu-se o assunto com o IPJ. É preciso paciência e, às vezes, mudar o próprio secretário de estado da Juventude ...

Nós defendíamos que este subsídio não deveria ser atribuído na base do relatório e contas, mas na do plano de atividades. Com este tipo de financiamento o IPJ estava a premiar associações que recebiam dinheiro e não havia garantia de que esse dinheiro ia ser devidamente aplicado.

A vossa posição acabou por prevalecer?

Resolveu-se. Houve a formalização dos relatórios de contas.

O plano /de atividades/ requeria uma alteração à lei. Lembro-me que isso foi agarrado por um dos partidos políticos, se não estou em erro, no tempo do Durão Barroso. Fazia parte do caderno eleitoral, mas nunca chegou a avançar. Houve alteração à lei do financiamento, mas não tão drástica que obrigasse as associações a fazer um plano de atividades. A lei era na base do número de estudantes – mas não havia garantia do dinheiro ser corretamente aplicado.

Foi um ponto de grande controvérsia. A meu ver, sem grande significado para a associação. Havia assuntos prementes, nomeadamente a secção de folhas, os bares da associação.

Esses bares eram propriedade da associação?

A gestão era feita pela AE, mas eram entregues a terceiros, a empresas, tal como o Técnico fazia. Por tradição, alguns bares tinham sido atribuídos à AE, o que era um aspeto importante no financiamento da associação.

Os anos em que esteve na direção da associação foram, então, conturbados, que também apanham uma mudança de governo.

Sob o ponto de vista da associação foram anos conturbados que tiveram a ver com limitações financeiras que vinham de há vários anos. Não tinha a ver com o último ano ou com o penúltimo, mas com um conjunto de anos que afetaram drasticamente a nossa atividade, sobretudo em 2001/2002.

Em 2002/2003 foi diferente, já tivemos outra capacidade de realização. Levámos para a frente

um conjunto de projetos. Muitos ficaram por fazer. Num ano e, supostamente, a estudar, não se consegue tudo.

Partindo dos temas de conversa e de debate entre os estudantes, acabámos por falar das bandeiras reivindicativas.

Foi a altura em que Portugal se discutia o que ia ser. Lembro-me do prof. Valadares Tavares lançar um livro chamado *Reformar Portugal*. Era preciso repensar.

Eu considerava que a AE tinha de repensar e alterar o seu posicionamento. A associação de 2002 não poderia ser igual à de 73, 74 ou 82, porque as bandeiras de luta são diferentes. Não podíamos continuar agarrados a um modelo que tinha passado e estava em mutação. Muitos de nós não queríamos mudar para garantir um *status*. O Técnico conseguiu mudar.

Deixei um projeto giríssimo por fazer, o tempo não deu. Era fazer um espaço de estudo 24 horas, por cima da secção de folhas, que obrigava à construção de uma nova parte no edifício. Hoje em dia não faz sentido a associação disponibilizar salas de computadores, porque os alunos têm portátil.

Com a nossa imagem era interessante para as empresas privadas colaborarem connosco no sentido de oferecerem ou patrocinarem determinadas atividades, que iriam beneficiar a comunidade estudantil. Era por aqui que a associação tinha que continuar a agir para melhorar as condições desportivas e garantir mais financiamento às equipas e às atividades culturais.

Mantemos muitas das bandeiras da década de 70, 80 e inícios de 90, mas temos de ter outras. Sinto que não mudou ainda muito e isso leva ao afastamento da população estudantil do movimento associativo. Basta ver o número de eleitores que vão às eleições.

A minha lista teve 1000 e tal votos. Hoje são eleitas listas com 200 ou 300 votos, que não são representativos de 10000 estudantes.

Mas o número de sócios era elevado?

O número de sócios rondava os três a quatro mil por ano e isso devia-se sobretudo aos descontos na secção de folhas, nos bares, nos arraiais, nas festas. A comunidade estudantil procurava cada vez mais na associação uma componente

de serviço e de substituição àquilo que o próprio Técnico, a Ação Social ou a universidade não conseguiam garantir.

Os estudantes procuravam-nos onde precisavam de nós, mas não nos procuravam naquilo em que nós precisávamos deles: nas tais bandeiras e nas tais reivindicações.

Basta ver o número de carros que os estudantes tinham. Em 97/98 não havia muitos carros e os estudantes vinham a pé ou de metro. O número dos que vinham de carro começou a crescer brutalmente, a ponto de hoje ser extremamente difícil arranjar estacionamento dentro do Técnico. Se não estou em erro, havia lugares para os alunos do 4º e 5º anos, depois reduziram-se, porque não havia espaço para todos. Só os alunos do 5º ano tinham direito a trazer carro. Os outros só podiam estacionar a partir das 17 horas. Depois restringiu-se aos alunos de 5º ano com bom aproveitamento.

Isto tem a ver com o melhoramento da qualidade de vida dos estudantes. Tenho sérias dúvidas que consiga convencer um aluno, que tenha o seu carro para vir todos os dias para o Técnico, da questão das propinas. A qualidade de vida dele não depende de 1000 euros por ano. As condições de vida da sociedade e de acesso à universidade mudaram. Ou seja, há determinadas guerras ou bandeiras que estão desadequadas à realidade, porque hoje há na sociedade uma franja que consegue estar no sistema universitário e tirar o seu curso sem qualquer dificuldades.

Na altura, preocupamo-nos com casos de alunos que tivessem sido prejudicados ou desistissem, porque não conseguiam aguentar-se em Lisboa.

E encontraram?

Sim. Houve um caso de um aluno da Guarda, /vindo/ de uma aldeia com as dificuldades de uma família humilde. Era um aluno brilhante no secundário, com uma capacidade e inteligência fora do normal, que entrou no Técnico e veio estudar eletrotecnia. Para ele se conseguir manter em Lisboa começou a trabalhar no 1º ano. /Mas/, todos os apoios sociais não chegavam. Ao fim do 1º ano, desistiu e foi para o Politécnico da Guarda. Não conseguia manter-se em Lisboa.

Esta é a situação crítica do sistema universitário: nós perdemos bons alunos que, se calhar, dariam excelentes professores, engenheiros ou investigadores. Sem qualquer falta de respeito, e com toda a consideração, pelo Politécnico da Guarda, mas em termos de engenharia é uma escola diferente do Técnico. Lá consegue tirar o curso, porque tem casa. Ou seja, mesmo para uma pessoa carenciada, não foram as propinas.

O problema está em garantir condições para que os melhores possam estar onde são melhores, não numa perspetiva financeira, mas das capacidades e garantir que o acesso à universidade se faz pela competência e inteligência.

As associações devem orientar-se para estes grupos mais desfavorecidos e adequar a oferta de serviços a esses grupos. Substituir-se à intervenção do Estado e da universidade. Para algumas associações é possível, como a do Técnico, que pela sua dimensão, capacidade financeira, protagonismo e exposição mediática conseguem mais do que outras.

Quando estive na AE, era frequente nós termos intervenção mediática em jornais e televisão, porque éramos muito respeitados sob o ponto de vista das intervenções que fazíamos, até mais do que as grandes *manifs*.

Por exemplo, não fomos à manifestação e nessa mesma data fizemos uma intervenção – um magusto. Tivemos mais meios de comunicação social aqui no Técnico, do que a manifestação, porque não há um tema mobilizador.

Em 2003, quando da mudança para a nova lei das propinas – que aumentaram drasticamente – houve grande mobilização, mesmo no Técnico. As pessoas sentiram-no muito, a *manif* correu bem.

Houve também adesão, quando se tratou da secção de folhas. Foi uma autêntica revolução, com RGA participadas por milhares de pessoas, como não acontecia há muitos anos. Estava em causa um serviço ao estudante.

É por aí que as associações podem marcar a diferença.

Notou uma diferença no ME desde que entrou até que saiu do Técnico?

Notei mais mudanças na comunidade estudantil e não tanto no movimento associativo. O movimento associativo continuou no mesmo modelo

e numa mesma tónica de intervenção, muito agarrada a modelos antigos, com manifestações e com uma série de bandeiras, que acabaram por vir caindo ao longo do tempo.

A comunidade estudantil sofreu muita mudança desde que entrei até que saí. Na minha geração, ainda entravam estudantes com ideais e projetos, senti que isso veio a esmorecer. No fim, os que chegavam, vinham com uma atitude mais formal:

– Vou ali tirar um curso para arranjar um bom emprego e ganhar um bom ordenado.

Deixou de haver a chama que caracterizava o espírito estudantil. Não tenho factos que o comprovem, mas é uma sensação. Sobretudo no Técnico, que é uma casa de engenheiros, gente muito curiosa, com vontade de fazer coisas diferentes e de construir, isso vem-se esfumando, porque as pessoas pensam:

– Tenho o meu projeto que é ser engenheiro. Não há um projeto maior que eu. Não há um sonho.

Sinto que, na minha geração, se vivia muito esse sonho e essa vontade de construir.

Sempre fui um bom aluno e o entrar para a AE contribuiu para eu perder um ano e tal de cadeiras, porque não tinha tempo para as fazer. Muitas vezes nem ia às aulas. Isso foi por investimento pessoal e por achar que, para mim, a AE seria um desafio maior do que o curso. Posso estar ali das 8 às 5 da tarde e saio de lá com o meu curso feito, mas eu queria mais do que isso. Queria contribuir para todos.

A AE não era paga – às vezes há dúvidas nessas questões – não digo que não haja situações menos claras e menos corretas em algumas AE, mas ali trabalhava-se *pro bono* com objetivos e ideais que eram de contribuir para todos. A realidade é que passei mais noites em branco para a AE do que a estudar. Hoje, ao olhar para trás, e já lá vão quase dez anos, sinto que /essa experiência/ contribuiu muito para a minha formação e das pessoas que estavam na minha equipa, enquanto indivíduos e enquanto profissionais, porque são desafios em que nós trabalhamos para o bem comum. Hoje em dia começa a ser escasso encontrar isso na sociedade. A comunidade estudantil não é de todo diferente, e acaba por ser mais fechada em si mesma. Cada

um anda fechado no seu mundo e sem grande preocupação com o exterior.

Quais foram os momentos mais marcantes do ME?

As ações com grande impacto mediático e momentos marcantes, como a dos soldadinhos. As RGA em que se discutiu a secção de folhas. Foram grandes discussões e momentos decisivos para a AE. Com diferentes pontos de vista, mas acabaram por ser discussões muito interessantes.

As relações que se estabeleceram com as grandes academias: Coimbra, Porto, Algarve e Beira Interior. Eram grandes parceiros e grandes colegas de trabalho.

Naqueles anos não houve grandes manifestações, porque não havia temas chamariz. Só com as propinas no ano a seguir. Em 2003, na manifestação da primavera a que nós não fomos, fizemos uma ação diferente com distribuição de cravos na Baixa e por Lisboa. Aliás, fomos terminar a nossa ação na manifestação, por solidariedade. Éramos vistos como os estudantes que vão para a Assembleia fazer manifestações. Ainda estava presente uma imagem em que os estudantes foram para a Assembleia mostrar o rabo. Os estudantes ficaram marcados por essas imagens de alguma rebeldia sem nexo. Queríamos fugir a isso e mobilizar a sociedade. Então, no mesmo dia da manifestação, fizemos a distribuição de cerca de cinco a sete mil cravos na cidade. Em cada cravo colocávamos um panfletinho para transmitir às pessoas os nossos porquês. Começámos no Técnico, fizemos toda a Baixa, subimos ao Rato e descemos para a Assembleia da República. Foi das ações mais bonitas que fizemos sob um ponto de vista de intervenção, porque tivemos uma equipa grande. O Algarve fez em Faro. A FAP fez no Porto. No mesmo dia fizemos em Lisboa.

As mensagens que iam junto aos cravos contraditavam a manifestação do 24 de março?

De maneira nenhuma, porque a nossa posição não era contraditória, a abordagem e as metodologias é que podiam ser diferentes.

As *manifests* deviam ser utilizadas como último recurso e numa situação de grande descontentamento. Manifestações, greves, encerramentos

de portões são situações extremas e que devem ser usadas em ocasiões pontuais. Se as tornamos ordinárias e regulares perdem o seu impacto e o seu interesse.

Antes dessa manifestação houve, dois ou três dias antes, um ENDA na Faculdade de Economia da Nova, e eu disse precisamente isso:

– Não discordamos das posições, simplesmente não nos revemos na forma como as coisas são feitas, porque achamos que, dessa forma, não vamos mobilizar ninguém, nem os estudantes nem a sociedade, bem pelo contrário. Vamos ser recebidos como fomos quando andámos na rua a distribuir cravos. Vocês devem é estudar e deixem-se lá dessas coisas.

As pessoas acham que já se atingiu um nível mínimo de qualidade e de condições para estudarmos.

Há 20 anos não havia condições? Não havia, de certeza absoluta. Se em 74 havia? Não havia, de certeza absoluta.

A verdade é que já lá vão 30 anos de pós-revolução e hoje as condições existem. Podem variar de escola para escola, mas a verdade é que há um nível mínimo de qualidade, quer enquanto cidadãos, quer do ponto de vista dos estudantes. Ainda há uma grande franja que não, mas hoje em dia a maioria acaba por ter uma vida tranquila e sem grandes problemas. E a sensação que a sociedade tinha era de que os estudantes andavam em manifestações e não queriam fazer nada.

Ir de bicicleta ao ministério, entregar um canudo com o documento reivindicativo, tem muito mais impacto a nível social, de media do que se for para uma manifestação em que duas ou três mil pessoas – não é significativo para uma manifestação – a berrar, temos cinco minutos de entrevistas nos jornais e acabou. O impacto é totalmente diferente. Até na questão de utilização dos media para benefício do ME a atitude das associações tem de mudar. Não é a mesma coisa que era há 15 anos, porque antigamente não havia a facilidade de comunicarmos como hoje. Hoje fazemos um *press release* e em cinco minutos está em vários jornais *online*.

Hoje há uma franja jovem que não se revê nos partidos e na política, não se revê na intervenção, porque sente que as bandeiras defendidas, não são as deles. É isso é, um divórcio que

se vai construindo entre as partes: entre a sociedade e a política, e que nas escolas se traduz entre a nossa sociedade, que são os estudantes, e a política, que são as AE.

Porque razão utilizaram o cravo?

Era um cravo branco. O cravo acabou por ser um símbolo dos estudantes, da revolução ... É uma flor que diz muito a Portugal e achámos que seria o mais interessante para usar naquele momento como ação de reivindicação. Tínhamos sempre esta lógica de usar simbolismos, porque achávamos que era uma forma de chegar às pessoas.

Na minha direção, em 2002/2003, usámos a força da imagem e do mediatismo para passar mensagens. A das bicicletas foi uma loucura. Parecia a Volta a Portugal, porque tínhamos os carros à nossa frente e estávamos a pedalar, todos a transpirar e cansadíssimos, e a falar com os jornalistas, tudo ao mesmo tempo. Não foi nada fácil, mas criou impacto. Toda a gente se lembrava do evento. Podemos não conseguir transmitir todo o conteúdo, mas pelo menos as pessoas ficam marcadas pela mensagem. São estratégias.

O que o leva a afirmar que a ação marcou a sociedade civil?

Nunca tínhamos recebido um *feedback* das pessoas, foi por isso que senti mais. Tínhamos tempo para conversar e para explicar. As pessoas perguntam, porque, muitas vezes, nem sequer sabem o porquê ou o tema:

– Porque é que vocês são contra as propinas?

E para os estudantes, era importante a sociedade civil ter noção disso?

É fundamental. A sociedade civil é uma caixa de ressonância daquilo que são as preocupações das pessoas. E as preocupações dos estudantes não são mais do que as que se sentem e debatem em casa.

O estudante bem pode ouvir falar das propinas, mas se o pai dele não souber o que se passa e ainda achar que eles não querem trabalhar e estudar, tudo cai pela raiz. Não há discussão e não há movimento social que promova a mudança.

Quando da morte do nosso colega não foram estudantes do Técnico que fizeram a manifestação, mas a sociedade civil. Foi impressionante a saída do Técnico até à Câmara Municipal de Lisboa. A manifestação cresceu por si, mas não foi pelos estudantes. Saíram alguns estudantes, e foi uma boa manifestação no sentido de mobilização, mas, depois, juntou-se mais gente.

O tema da educação e do ensino superior, também é da sociedade civil, porque é dinheiro do Estado que está a ser aplicado. Tem de se ter a perspectiva de que o investimento não é desperdiçado. Que garanta às pessoas que continuam a trabalhar em Portugal.

Hoje em dia acho que uma das grandes bandeiras do ME devia ser a migração dos nossos estudantes para o estrangeiro. E o que me preocupa é que ninguém fala disto. Ninguém fala de temas novos e este devia ser um dos temas fundamentais: como cativar alunos para trabalharem cá?

Já não temos a emigração como a da Linda de Suza, com *A mala de cartão*, temos uma emigração de portátil às costas. Nisso mudámos. Temos um problema novo. Antes tínhamos professores universitários que iam fazer o doutoramento fora, porque cá não havia massa crítica nem dimensão para o fazer, mas /regressavam/. Hoje em dia não. Perdemos jovens de 23 ou 24 anos que vão para fora e não voltam.

E também temos o problema do desemprego.

O desemprego tem a ver com uma coisa que já na altura se debatia: a questão de cada universidade poder negociar com o ministério o *numerus clausus*. Já tínhamos mais oferta do que alguma vez iria ser a procura para os cursos. As universidades competiam umas com as outras. Lembro-me de um *Plano de desenvolvimento de 2000 a 2010*. Em 2000, a universidade estava muito na moda e andaram a fazer planos a 10 anos. Eu peguei naquilo, estive a ler e apercebi-me que, se todas as universidades cumprissem aquele plano, nós íamos ter uma população estudantil de uns 500 ou 600 mil estudantes, quando na realidade eram 200 ou 300 mil. Não há gente suficiente, a população jovem tem vindo a decrescer. O desemprego tem muito a ver com uma desadequação das vagas para aquilo que são as necessidades.

Tem muito a ver com o curso ...

Por exemplo, cursos como história, línguas ou comunicação não têm saída, porque as organizações e a sociedade não lhes reconhecem o devido valor. E como não o fazem, não estão dispostas a pagar para os ter a trabalhar. Este é o problema, que só se consegue alterar com a maturidade das sociedades. É fundamental quando uma empresa acha importante ter um linguista, porque reconhece que é preciso ter alguém daquelas áreas.

Os países mais evoluídos não têm grande desemprego nessas áreas, /mas/ têm, de certeza, menos vagas do que nós, porque é reconhecido o valor e a importância que esses temas têm na sociedade. Eu costumo dizer que a sociedade portuguesa é uma pós-revolução, que ainda está na construção, na engenharia. Estamos nas infraestruturas e ainda no conhecimento. Não tanto na área da engenharia, porque estamos num país em construção, onde não há grande falta de emprego.

Com engenharia é mais fácil fazer essa ligação à empresa e o Técnico sempre o tem feito. Esta era uma bandeira difícil de trabalhar no Técnico. Por exemplo para cursos como engenharia de minas ou engenharia naval. Discutíamos o *numerus clausus* estabelecido. Os alunos entravam e acabavam por mudar de curso, por falta de perspectiva de trabalho. Felizmente, naval mudou e minas também tem vindo a adaptar-se.

Mas a nível de outras faculdades isso era um problema, nomeadamente para Letras, com os 40000 professores desempregados. Nesta nova política de estágio na função pública podia ter havido maior pressão, também dos estudantes, a favor de determinadas áreas. Hoje as AE têm novos desafios, tais como o empreendedorismo, a inovação, a emigração qualificada, o *numerus clausus*, o posicionamento das universidades no mercado e o processo de Bolonha.

Nessa fase, qual era a posição da direção da associação em relação a Bolonha?

Muito embrionária, porque ainda não era claro o que é que vinha aí. Vinha uma standardização dos níveis de uma licenciatura em Portugal ao exterior.

Em engenharia, em particular – e o Técnico era afetado por isso –, embora considerando que cinco anos são fundamentais para a formação de um bom engenheiro. O que víamos lá fora é que os engenheiros saíam para o mercado em três anos e nós podíamos deixar de ser competitivos. Se demoramos mais dois anos, quando chegamos a uma empresa já lá está um indivíduo com mais dois anos de experiência. Discutia-se muito esta questão. Tanto Técnico como associação viam como fundamental uma formação de base alargada – cinco anos – mas, ao mesmo tempo, se devia adaptar a escola ao desafio. E esse desafio era termos um padrão de formação idêntico ao resto da Europa. Dificilmente, o Técnico iria só fazer três anos, por isso montou este esquema do 3+2. A verdade é que, neste momento, é possível sair do Técnico com três anos. Quem tomar essa opção pode partir para a Europa em iguais circunstâncias dos colegas de outros países.

O prof. Pedro Lourtie foi um dos responsáveis por este tema. Tudo estava ainda muito no início, ainda não se adivinhava qual o impacto. Se se daria na reorganização da escola, se a nível dos estudantes. Bolonha veio trazer um conjunto de facilidades aos estudantes, como a equivalência por créditos. Veio dar-lhes a possibilidade de competir com os colegas europeus. Acho que é melhor, porque permite uma nivelção mais igualitária entre os estudantes no espaço europeu.

Não temos que ter engenheiros de cinco anos. Em Portugal, acabávamos por cair na descredibilização dos cursos de três anos na área da engenharia, que eram os cursos de engenheiros técnicos dos politécnicos. Eram vistos como engenheiros de segunda. Precisamos de engenheiros com o nível de licenciatura atual de três anos, como também de *masters* – mais dois anos. Era preciso dar a oportunidade dos dois graus. Bolonha acabou por trazer essa realidade.

Como é que decorriam os processos de luta? Ou seja, como era o processo de tomada de decisão?

A direção da AE acabava por ter um nível de decisão e de autonomia muito alargado e fazia um conjunto de atividades por decisão própria, dentro daquilo que era a sua linha e do caderno

eleitoral que tínhamos elaborado. Dentro das nossas posições fazíamos um conjunto de atividades que eram trabalhadas pela direção. Havia, pelo menos, uma reunião mensal da direção. Havia um confronto de ideias e, a partir daí, essas iniciativas eram trabalhadas a nível do Técnico, ou mesmo com impacto a nível externo.

Quando trabalhávamos numa perspetiva mais externa havia o cuidado de fazer RGA. Nunca eram muito participadas: 100, 200, 300 pessoas.

Quando queríamos um resultado para além do Técnico, atuávamos ao nível do ENDA.

Os ENDA realizam-se com que frequência?

Mais ou menos, de três em três meses. *Grosso modo*, eram três ou quatro ENDA por ano. Demoravam três a quatro dias e noites a fio a discutir. Eram discussões muito interessantes mas, muitas vezes, não se conseguia chegar a conclusões. Era uma forma de estarmos dentro do movimento nacional.

Depois, tínhamos relações e muito trabalho de reuniões diretas com outras associações, em que discutíamos pontos e alinhávamos estratégias, como com a FAP ou a AAC.

Em Lisboa, a AAL tinha pouca expressão. Em termos de comunicação e de posicionamento, o Técnico dominava muito mais do que a AAL. As únicas atividades da AAL aconteciam por força de Letras e Ciências, que tinham, em comparação com as restantes associações, um dinamismo fora do normal. O Técnico foi membro fundador da AAL mas, a determinada altura, saiu. Durante muitos anos a AE do Técnico não participava nas reuniões da AAL. Não sei se hoje participa.

Em que período se deu a cisão?

Em inícios ou meados de 90. Nós nunca participámos. Se os ENDA eram complicados, a AAL ainda era mais. Tinha demasiada influência político-partidária que, para nós, não tinha interesse e não nos revíamos nessa situação. Na altura, havia uma guerra muito forte entre o PC, que dominava grande parte das associações, e algumas controladas pela JSD. O Técnico assumiu a posição por si e sem qualquer problema, umas vezes sozinho, outras com a colaboração de outras associações da UTL. Os maiores

parceiros que tivemos foram o Porto, o Algarve e a Beira Interior. Coimbra pontualmente, porque havia divergência nas posições.

A direção da AE acaba por ser um grupo muito compacto. Dentro da direção, acabamos por viver muito juntos. Partilhamos o nosso dia juntos, as refeições e, se fosse preciso, à noite. As ideias surgiam à mesa do café.

Ainda sobre a relação com as outras AE, recorda a presença de alunos de outras universidades na associação do Técnico e de pessoas do Técnico noutras associações?

Claro. Nós partilhávamos muito ... Nestas coisas, criam-se relações que vão para além das meramente institucionais. Criavam-se até relações de amizade, que ainda hoje perduram. Era normal fazermos atividades conjuntas ou convidarmos colegas dessas universidades a virem fazer algo connosco. Nós íamos a atividades organizadas pela FAP e eles vinham às nossas. Durante esses anos tivemos uma forte relação com o Minho e o Algarve. Coimbra nem tanto.

Entrou para a associação em 2001. Porquê?

Entrei por uma enorme motivação de querer fazer diferente e de querer construir algo para os outros. Em toda a minha vida sempre estive associado a atividades deste género. Quando entrei para o Técnico, logo no 1º ano, fui para presidente da Comissão de Alunos de engenharia química. Era uma mini-associação. Estava no 3º ou 4º ano e surgiu um convite para entrar na AE. Era um momento único. É muito interessante podermos construir coisas que vão para além daquilo que é o nosso mundo e a associação permitia isso: construir, acrescentar e contribuir para um bem comum, que era o da comunidade académica.

Foi convidado, mas já havia uma certa vontade em colaborar?

Já havia uma predisposição e um interesse pessoal. Como sempre tive intervenção cívica e política na minha vida pessoal, achei que esta seria mais uma, mas com um impacto maior.

A AE do Técnico tem o peso histórico e as memórias que tem e era um momento único de fazer política e intervenção académica. Valia a pena prejudicar o meu desempenho pessoal no

curso. Na altura, acreditei que fazia tudo ao mesmo tempo. Sei que foi um investimento pessoal de um ano, ou mais, que compensou.

Portanto, começou numa primeira função, sendo presidente da Comissão do Curso de química ...

Totalmente à parte da AE.

Essa comissão não tinha nenhuma ligação com a associação?

Nenhuma. Era uma comissão com dinâmicas próprias. Entrei, depois, para a área da intervenção académica, e foi aí que comecei na AE. Era responsável pela componente política de intervenção e de ações de manifestação.

Uma espécie de relações públicas também?

Não. A intervenção académica acaba por ser um braço armado de intervenção. Fazia-se pela figura maior do presidente da associação e com dois ou três elementos da intervenção académica. Acabávamos por assegurar toda a parte operacional das ações que fazíamos – manifestações ou o que quer que seja – com alguma componente de intervenção mais a nível de relações públicas.

E a seguir?

Findo esse ano, em 2001/2002, o presidente que estava nesse mandato, o João Santos Rosa, ia sair, porque ia acabar o curso. Já estava na associação e os outros que queriam continuar acharam que eu seria a pessoa ideal para o cargo. Comecei a montar uma equipa para 2002/2003 com eles e com outros mais jovens. Foi um ano muito interessante, aí já como presidente e como líder da direção. Foi um ano fantástico sob o ponto de vista de concretizações.

Houve ainda dificuldades e percalços. No dia 26 de dezembro de 2002 tivemos um incêndio na AE, na minha sala e na da intervenção académica, fruto de uma tempestade e de curto-circuito. Foi um momento muito marcante pela negativa, quebrou muito da nossa dinâmica. O espaço ficou degradado, tivemos de fazer obras e, durante uns meses, não tínhamos onde trabalhar e onde estar. Foi muito triste.

Além das reivindicativas, quais as outras atividades da AE?

Tínhamos políticas, culturais, recreativas e desportivas.

/Na parte desportiva/ fizeram-se uma série de atividades. Na altura, tínhamos 20 equipas, todas da responsabilidade da AE. Também éramos responsáveis pelos equipamentos desportivos: pavilhão, campos de futebol, campo de ténis, piscina. A associação garantia as condições para as equipas poderem participar: equipamentos, deslocações, refeições e a logística associada às equipas e aos trabalhadores. A componente desportiva era se acabava por investir grande parte do orçamento. Fizemos um jantar com as nossas equipas, estavam cerca de 1000 atletas.

Em 2002 remodelaram-se os balneários da piscina, que estavam degradados e, por causa disso, estávamos a perder clientes. Fez-se, mais uma vez, uma parceria com uma marca de azulejos, a Recer, que ofereceu os azulejos para equipar os balneários. Outra ofereceu-nos as tintas. Quase sem gastar dinheiro, renovámos os balneários. Só tivemos de pôr a mão-de-obra. Corrigiram-se os pisos dos campos.

A piscina está disponível a todo o Técnico e ao exterior.

O Gabinete de Estágios e Saídas Profissionais que trabalhava na busca de oportunidades para a *job shop*, que era a feira de emprego. Era um gabinete com três pessoas e uma funcionária que trabalhavam durante o ano inteiro nas saídas profissionais e procura de estágios. Tínhamos um *site* onde as pessoas se inscreviam, nós contactávamos as empresas e, em maio, organizávamos a grande *job shop* com as empresas. Era um dos grandes momentos de promoção do emprego.

Tínhamos uma área cultural e recreativa formada por uma equipa da direção que organizava eventos: o Super Arraial, o Arraial do Caloiro, apoiava a organização do Arraial da Primavera feito pela tuna, organizávamos festas, concertos, *peddy papers*, *rally papers*...

Tinham uma secção de motociclismo?

Sim, mas era à parte. Eu estou a falar da direção, porque, depois, há dinâmicas que as secções tinham.

A direção era responsável por organizar este conjunto de atividades, de desporto e recreativas.

Dispúnhamos de uma componente de serviços, /de que já falei/. Refiro-me à secção de folhas. Tínhamos uma papelaria e outras secções motociclismo, surf, teatro, núcleo de fotografia, estratégia e xadrez.

As secções tinham autonomia de gestão e de atuação. Na direção tínhamos um responsável pelas secções autónomas, que coordenava, prestava apoio e era o ponto de contacto.

Como funcionava a nomeação ou eleição dos representantes destas secções e da direção da AE?

As eleições para os três órgãos que constituíam a cúpula da AE – a direção, o conselho fiscal e a mesa da assembleia – eram anuais, feitas geralmente em maio. As secções é que definiam as regras com que faziam as suas eleições. Havia um código de conduta que teriam de cumprir relativo a democraticidade, aos atos eleitorais.

As pessoas entravam por interesse?

Sim. Eu diria que as secções autónomas acabavam por aparecer no universo da AE pelas dinâmicas dos estudantes. Muitas vezes, eram criadas novas secções só porque havia pessoas interessadas, nomeadamente a estratégia, em que havia um grupo muito grande de pessoas que gostava desse tipo de jogos.

Pediam à direção para criar?

Sim. Tem de se criar formalmente, porque eles precisam da associação para terem um número de contribuinte e um registo fiscal para poderem emitir faturas e receber patrocínios. Era pela AE que isso era feito, por isso é que eles eram parte integrante da associação mas, de alguma forma, nós garantíamos a liberdade e a autonomia de cada uma das áreas para trabalhar.

E como eram relações da direção da associação com a direção do Técnico?

Enquanto presidente, era membro efetivo do Conselho Diretivo do Técnico e tinha lugar em todas as reuniões, bem como dois alunos eleitos em eleições separadas para a Assembleia de Representantes.

A Assembleia de Representantes era um órgão diferente que existia no Técnico. Os alunos candidatavam-se em nome próprio, e sem qualquer ligação à AE, e na assembleia eram votados os representantes.

Nesse Conselho Diretivo, o presidente da AE tem poder de voto como qualquer outro membro efetivo e participa ativamente nas decisões sobre a escola. Há um contributo e uma relação muito próxima. Agora é diferente.

Na altura, o presidente da escola era o prof. Matos Ferreira e o vice-presidente era o atual presidente, o prof. Cruz Serra, com quem pessoalmente tinha uma relação institucional muito boa e estreita. Conseguíamos entendermo-nos sobre os pontos que tínhamos em comum: os estudantes, os bares, a secção de folhas, a utilização de espaços. Tínhamos uma série de pontos que trabalhávamos e discutíamos por forma a tentarmos chegar a acordos que nem sempre eram fáceis.

No incêndio, o Técnico foi dos primeiros a disponibilizar-se para apoiar na reconstrução e nas obras que era preciso fazer em termos de readequação do espaço.

Em que divergiam?

Na gestão do espaço a associação queria manter a sua autonomia. O Técnico queria, cada vez mais, retirar essa autonomia. A questão da sobrelotação das salas foi um problema crítico no Técnico. Tinha a ver com guerras que continuavam ainda, com um dos restaurantes até à uma da tarde vedado aos estudantes. Só podem ir professores e funcionários para não encher demasiado. Não concordámos e fizemos luta por isso. Se lá estivesse hoje continuaria a não concordar nessa segmentação. Foram guerras, umas vamos ganhando, outras perdendo.

/Também tem a ver com/ a questão de determinada componente das propinas ser afeta a atividades da AE.

Depois, os arraiais, festas e outras atividades.

As atividades relacionadas com a Assembleia de Representantes, onde também era importante o Técnico e a AE trabalharem em conjunto. Se queremos fazer passar alguma coisa, convém que tenhamos uma posição já bem consolidada.

Ao nível da UTL, na qual havia representação no Senado bem como na Assembleia da

UTL. O Senado e a Assembleia devem ter sido extintos e não sei se se chamam assim, agora há o Conselho Geral.

Coordenávamos entre Técnico e associação a defesa de interesses do Técnico junto da universidade.

Nessas reuniões gerais da UTL havia representação dos alunos do Técnico pela associação?

Sim. A associação tem lugar no Senado e na Assembleia de Representantes. A associação era representada pelo seu presidente.

Quais eram as questões discutidas?

Os temas discutidos na UTL são diferentes dos temas discutidos no Técnico. Na UTL acaba por se trabalhar temas mais políticos, sob um ponto de vista de ensino superior e, também, numa perspetiva de gestão de recursos e de instalações da universidade.

No Técnico trabalhavam-se temas mais próximos da comunidade estudantil e da nossa realidade.

A UTL acaba por ter uma função mais senadora e institucional. O Técnico tem uma função operacional, porque está no terreno com estudantes, com professores e funcionários.

Tinham posições diferentes?

Havia professores que tinham outro tipo de posicionamento e que não viam a associação com o mesmo papel. Por exemplo, o prof. Cruz Serra, em quem sempre encontrei uma pessoa muito construtiva para estes temas e para estas necessidades da AE. Ou o prof. Matos Ferreira, que também tinha uma visão interessante da associação, embora diferente da do prof. Cruz Serra. Também fazia parte do trabalho conseguir trabalhar com eles. Havia discussão sobre o Arraial, sobre a gestão dos bares e situações deste género.

Em 2001, o Técnico comemorou o 90º aniversário. Foi assinalado com alguma atividade?

A associação também fez 90 anos e, durante um ano, fizeram-se um conjunto de atividades, mas mais em 2001/2002. Começaram em 2000/2001 e, em 2001, ainda se prolongaram algumas atividades.

Quais?

Em 2002/2003 fizemos um evento simbólico de oferta de bolo aos estudantes junto à cantina. Não estava presente mas, em 2000 ou 2001, houve algumas conferências e uns debates sobre a associação. Foi até criada uma comissão de apoio à comemoração. Não lhe sei dizer em concreto porque /ainda/ não estava tão envolvido.

Quem ficou responsável?

Foi no mandato do João Rosa, e seria o nosso colega Pedro Sardinha que esteve muito envolvido nessas atividades. Eu entrei mais tarde. Honestamente, das comemorações do Técnico não me recordo, sei que houve algumas cerimónias, mas nada de especial e que me tenha marcado.

Recorda os temas destas conferências?

Os temas que a associação puxou sempre foi o Técnico, o movimento associativo e o posicionamento da associação. Na altura, convidaram-se antigos dirigentes, como o eng^o Carlos Pimenta, o eng^o António Abreu, que era vereador na Câmara de Lisboa e que foi candidato a presidente da República, que fazia parte do Partido Comunista. Não sei se o João Cravinho também esteve presente.

De que vinham falar?

Não me recordo bem. Penso que teria a ver com temas da associação e o seu posicionamento. Sei que em 2002 estive num almoço organizado, pelo eng^o Abreu, na cantina do Técnico, em que ele convidou antigos dirigentes associativos. Estivemos a conversar sobre realidades que, na verdade, eram muito distintas, porque eles viveram tempos de associação pré-revolução que foram diferentes e que os marcaram muito. Estivemos a conversar sobre o que eram as guerras da altura e as atuais.

Nós, sob um ponto de vista até mais mediático, vestíamos a capa e batina escura, mas, na altura deles, pré e pós-revolução, era muito mal visto porque em Lisboa não usavam, era uma coisa de Coimbra. Então, estivemos a discutir esse tema. Eu expliquei-lhe o porquê de, enquanto dirigentes associativos, usarmos, que tinha mais a ver com alguma imagem

que queríamos captar. O estudante era sempre identificado com aquela imagem e conseguiríamos ter maior impacto, sob um ponto de vista de comunicação social e de passarmos melhor a mensagem, se tivéssemos isso. A discussão partiu muito daí, porque eles eram contra. Havia grandes movimentos, mais de Coimbra, mas o Técnico era contra esses símbolos da tradição.

As atividades comemorativas da associação passaram por essas conferências com antigos dirigentes. E que mais?

Também foi colocada uma placa comemorativa. Houve, depois, um grande jantar de comemoração do aniversário da associação pelo Natal, mas isso foi interno, para as equipas e secções autónomas.

Estas atividades espelhavam, de alguma forma, as reivindicações que se faziam na altura?

Não. Foram atividades comemorativas, para recordar e envolver dirigentes do passado, do que para aproveitar o período e a data para fazer reivindicações.

Escolheram esses dirigentes e não outros por algum motivo?

Por serem pessoas mais mediáticas, ou porque, num passado próximo, tiveram intervenção política e social.

Podíamos trazer antigos dirigentes associativos de quem as pessoas não se iriam lembrar. Do eng^o Carlos Pimenta lembro-me muito bem, porque é uma pessoa muito carismática, engraçado e que marcou o passado da associação. Bem como dos eng^{os} João Cravinho e António Abreu. Há, figuras que marcam o passado da AE e, nesse sentido, tentou-se trazer um ex-aluno do Técnico, o eng^o Ferreira do Amaral, do PSD, também candidato a presidente.

O eng^o António Guterres também foi convidado. Formavam um grupo de pessoas que foi interessante ouvir:

– O que era na sua altura? O que é hoje? O que faria diferente? Faz sentido a associação manter-se como antes?

Muitos funcionários recordavam-se deles. Depois destes anos todos, muitos deles ainda se recordavam uns dos outros.

Li algures que houve uma exposição?

Faz bem em recordar isso. Houve uma exposição em 2001/2002, no pavilhão central, em que se fez uma recolha do espólio que tínhamos da associação. Era um conjunto de fotografias, de cartões de sócio – sobretudo de figuras conhecidas e que tínhamos guardado connosco – de documentação, de revistas – a *Técnica* – e alguns recortes.

A *Técnica* ainda saía?

Não. Na altura estava parada. Tentámos reavivá-la nesse mandato, mas não estávamos a conseguir ter colaboradores, nem orçamento. Nesse ano saiu todos os meses a revista da associação.

Qual era o conteúdo?

Sobretudo notícias do Técnico, da associação, do ensino superior em /geral/ e notícias mais lúdico-culturais, como peças de teatro e livros. Eram temas que faziam parte do nosso dia-a-dia. A revista refletia muito a nossa estrutura organizativa da direção, porque tinha uma componente de comunicação, de intervenção académica, do Gabinete de Estágios e da Desportiva. Havia notícias associadas a essas áreas, e, depois, achávamos interessante trazer para os alunos coisas que faziam parte do nosso dia-a-dia. Era uma revista muito engraçada.

Nós negociámos com o BPI uma iniciativa giríssima, que foi mandar uma revista para casa de cada aluno, sócio e não sócio. Conseguíamos, assim, também chegar aos pais e às famílias. Antes só se fazia dentro do Técnico. Enviá-las custava muito dinheiro, mas conseguimos pôr o BPI a pagar as revistas e o envio.

Voltando à exposição, lembro-me que tinha materiais antigos da AE. Fomos a arquivos, à Hemeroteca Municipal, procurar o que havia. Tínhamos algum material connosco, esses tais cartões de sócio, notícias, as *Técnica* e as que entretanto fizemos na associação. Foi dentro dessa área que fizemos a exposição.

O material exposto tinha alguma razão de ser ou algum objetivo?

O material exposto tinha a ver com todo o espólio, com tudo o que havia de histórico da associação. Era uma perspetiva de memória e não de intervenção. Havia fotos giríssimas de

manifestações, de quando fecharam o Técnico e das RGA pré e pós-revolucionárias.

Como estava o arquivo da associação?

O arquivo da associação estava muito desorganizado. Existiam umas caixas de materiais que seria interessante recuperá-los. Seria importante catalogar, porque temo que se perca com o passar dos anos. As direções não tiveram o devido cuidado, quer a arquivar, quer a gerir o que já existia. Junto à secção de folhas havia um arquivo grande com material.

Foi tomada alguma medida em relação ao arquivo?

Se se fez, foi só alguma pesquisa no arquivo sobre o que havia, para podermos fazer a tal exposição. Sei que nesse dia houve uma conferência e foi feita a entrega de alguns cartões de sócio emoldurados, umas fichinhas cor-de-rosa e amarelas a alguns desses convidados. Achámos interessante dá-los aos próprios, sob pena que se perdessem. Reviram a sua fotografia e a ficha de sócio da associação de há 20 ou 30 anos.

Não houve mais cuidados nesse aspeto. Aquilo precisava de um trabalho de fundo que não dependesse da associação, a cargo de algum centro universitário, numa ação prolongada.

A associação é feita de gente muito nova que muda todos os anos e, nessa perspetiva, é importante que haja continuidade. Daí a associação ter colaboradores fixos. São eles que garantem estabilidade.

Para o arquivo acho que não seria, de todo, fora de caso montar um projeto para recuperar o que há e criar dinâmicas de registo do que aconteceu.

Já me falou da influência partidária nas associações. Quais eram as organizações de juventude mais presentes?

No movimento associativo, a juventude partidária com particular destaque era a comunista, sobretudo na região de Lisboa, onde tinha uma força muito significativa. Também algum trabalho feito pela JS e pela JSD, se bem que não com a expressividade e disciplina que a Juventude Comunista consegue ter. São, de facto, indivíduos muito interessantes, com uma disciplina de trabalho, valores e ideais próprios. É o

partido que vive de determinados ideais e vive-os de forma correta, muito honesta e séria, e isso sente-se nas posições, como na associação. Eram coerentes em toda a sua linha de atividade. Embora pudesse haver outro tipo de abordagens, como a JS ou a JSD, a verdade é que o Partido Comunista era, sem dúvida nenhuma, o mais coerente com a sua linha política, e as próprias associações transmitiam essa mesma linha de orientação política de uma forma muito honesta e muito correta.

Isto ocorre porque muitos dos jovens que já fazem parte dessas juventudes são jovens ativos sob o ponto de vista de intervenção e político, e sentem nas AE uma extensão dessa sua intervenção. Por outro lado, as próprias AE também são, muitas vezes, uma forma de eles se projetarem dentro das juventudes partidárias, acabando por haver muita influência das juventudes partidárias dentro das associações.

Quais os acontecimentos marcantes da política nacional que presenciou ou em que interveio?

Na altura do orçamento de estado que marcou uma viragem no desinvestimento no ensino superior, a favor da I&D. Sentia-se que as universidades estavam a passar por momentos difíceis e o Técnico não era exceção. Apesar de gerar receitas. Reunimos com os grupos parlamentares.

Viragem idêntica deu-se com a Ação Social Escolar.

E fora do ME?

A morte do nosso colega marcou-me. Quando em 2002/2003, no dia da morte dele, voltei a recordar o momento, fizemos uma cerimónia de lançamento de 10000 balões brancos na alameda do Técnico. Tivemos, seguramente, dois ou três mil pessoas para ver lançar balões. Não houve discurso e estava /presente/ o reitor. Estava o Técnico em peso: direção, AE, alunos, convidei a família do aluno. Também estive a governadora civil de Lisboa, Teresa Caeiro, atualmente deputada. A morte tinha sido há dois anos, no ano anterior não fizemos nada, apenas mandámos uma mensagem à família, e nesse ano achei que era importante não deixar cair no esquecimento coisas que são relevantes.

Ainda me lembro muita vez da data, porque sinto que as pessoas se esquecem. Hoje não vejo atividade nenhuma na associação relativamente a isso, nem sei se mandam um cartão ou o que quer que seja para a família. E, apesar dos anos passarem, estas coisas não devem morrer nem ficar esquecidas. Esse momento de intervenção cívica marcou-me.

O único momento político que me marcou, mas eu já tinha saído, foi a saída de Durão Barroso e a mudança para Santana Lopes, que acabou por quebrar. O momento político que se sentia, na altura, foi a queda do governo de António Guterres. Na altura sentiu-se um desnorte em termos políticos no país. Houve ali, como ele definiu, algum pântano político que se instalou e que se sentia nos ministérios. Nada se passava. Nada acontecia.

E, depois, a mudança para um ministro com uma personalidade muito forte como é o ministro Pedro Lynce. Foram vários os momentos de interação, mas destacaria, também, a relação com o próprio ministro, que foi muito positiva. Tínhamos pontos de discussão e posições muito divergentes mas uma relação muito boa sob o ponto de vista institucional e de muita cordialidade entre o ministério e a AEIST.

Como por exemplo?

Questões relativas ao processo de Bolonha, às propinas. Nunca defendi, nem nunca defenderia, o aumento das propinas como aconteceu, mas a questão, que já estava a ser discutida durante o meu mandato, foi que ia aumentar. Há um valor mínimo e um valor máximo, e eu sempre disse que o que estávamos a fazer era demagógico e *tapar o sol com a peneira*. Houve um debate sério com o ministro.

Que acontecimentos internacionais foram mais marcantes?

Ainda em 2001, lembro-me do 11 de setembro, que foi um momento internacional que me marcou. Por exemplo, organizar o Super Arraial passou a ser uma complicação, porque as bandas americanas não queriam vir para a Europa, o que nos criava problemas de contratação. Em 2002, tivemos os *Guano Apes*, que eram alemães e não conseguimos ter bandas americanas, nem para o Arraial do Caloiro, nem para o Arraial

do Técnico. Queríamos ter outras opções e não conseguimos. E isso condiciona-nos muito, porque, hoje, grande parte das maiores bandas são americanas – algumas inglesas, mas não tantas. Recordo-me que até gozávamos, como é que uma situação destas pode influenciar uma coisa tão pequenina como é o Arraial do Caloiro ou o Arraial do Técnico. Mas teve impactos drásticos. Acho que esse foi um dos fenómenos que marcou esses anos. A época 2002/2003 foi marcada, em termos internacionais, pelas questões da segurança, do terrorismo e dos separatismos.

Qual o balanço final que faz da experiência que teve no Técnico?

Só posso olhar para o Técnico de uma forma muito positiva. Todo o tempo que passei lá, dentro das suas virtudes e menores qualidades que tem enquanto escola, foi positivo. É uma escola com muita capacidade, com uma massa crítica enorme e com um grande potencial que carece de algum desenvolvimento e de alguma adaptação às novas realidades, quer nacionais quer internacionais.

Há que atender às dinâmicas empresariais, à relação com as empresas, aos próprios cursos – maior flexibilidade curricular dos cursos nos 4º ou 5º ano – ao que são as exigências e tendências do mercado. Sinto que o Técnico é uma grande escola, mas a gestão da mudança é feita de uma forma lenta. Mudar um currículo de um curso no Técnico não é imediato. Enquanto que hoje o mercado reage de um ano para o outro, o Técnico não o consegue fazer e acho que há escolas de engenharia, nacionais e internacionais, que têm feito isso muito bem. O Técnico tem de caminhar na perspetiva de manter o que o marcou: o prestígio que advinha da qualidade do ensino e dos seus professores, que produzia bons engenheiros. Agora, é preciso produzi-los bons, mas também flexíveis e com capacidade de se adaptar ao mercado.

Por outro lado, havia a necessidade de procurar no mercado alternativas e parcerias que potenciasses o conhecimento que existe dentro da casa: a inovação e o empreendedorismo. Isto foi o que eu mais senti desta experiência do Técnico. Aliás, acabei a minha licenciatura, disse que nunca mais voltava e passados dois anos voltei para o mestrado.

Sob um ponto de vista pessoal e da associação, acabou por ser um desafio. A entrada na AE e o que pude trabalhar e partilhar são momentos que levamos para a vida inteira e que nos formam enquanto pessoas. São momentos que enquanto profissionais nos dão muita experiência e que recordo com saudade.

Saudades das coisas que podia ter feito e não fiz. Mais velhos, olhamos para trás e pensamos no que deveríamos ter feito e não fizemos, mas tenho a plena consciência de que, na altura, fizemos o melhor que sabíamos e podíamos, sempre com um objetivo único que é a AE e os estudantes. Com o intuito de renovar a forma como a AE se posiciona perante quem representa.

Tentámos que as bandeiras da AE sejam representativas das que os estudantes procuram.

Tentámos que a associação tenha cada vez mais esse carácter social, cívico e de suporte à comunidade académica. As associações e a associação do Técnico não podem continuar numa mera intervenção política que não promova essa mudança e essa evolução, que a meu ver é necessária e vai ter de ocorrer.

Já que o assunto é o centenário do Técnico e da associação, o tema que mais me preocupa é a capacidade de adaptação das organizações.

Em resumo, são anos fenomenais da nossa vida, vividos com uma intensidade muito grande e que me vão marcar para sempre. E que é bom recordar através deste tipo de iniciativas.

A experiência no Técnico e na associação foi relevante para o seu percurso de vida?

Sem dúvida nenhuma. O percurso no Técnico com competências profissionais, mas, sobretudo, o percurso na AE, com o desenvolvimento de competências a um nível mais pessoal, foram marcantes para a minha carreira profissional.

Continuo a sugerir às pessoas que a intervenção política e cívica numa AE, quando feita com um intuito nobre de contribuir para a comunidade académica, é das melhores experiências que podemos ter.

Por isso, continuo a pensar que foi uma experiência enriquecedora e que contribuiu para aquilo que sou e que faço hoje.

A memória pela localização dos instrumentos

Miriam Rute Barros

A análise e caracterização dos acervos que aqui desenvolvemos não procuram ser uma descrição exaustiva da coleção do IST, tanto do seu próprio museu como dos restantes museus autónomos. As referências a objetos, marcas, relações institucionais são apenas indicativas, como forma de mostrar a diversidade de tipologias e origens dos objetos.¹

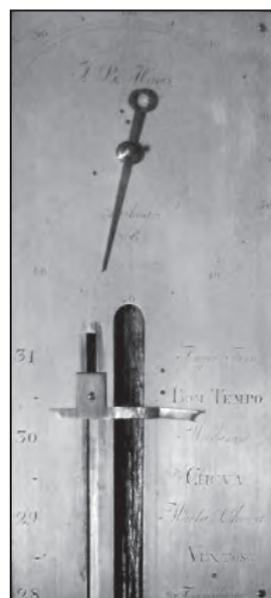
Nos finais do século XVIII começavam a surgir os fabricantes de instrumentos científicos que, além da construção de aparelhagem científica para equipar os laboratórios existentes onde se valorizava a experimentação, tinham a função de manutenção e formação de aprendizes. Um desses fabricantes é Jacob Bernard Haas (1753–1828), um matemático vindo de Londres para Lisboa, contratado por D. Rodrigo de Sousa Coutinho (ministro da Marinha e Ultramar) e que instala a sua oficina no Edifício Real da Cordoaria, a partir de 1800. Nesta coleção temos um barómetro e termómetro (inv^o 1986, imagem 1), assinado por Haas e datado de 1806.

Podemos ainda encontrar instrumentos da sua oficina nas coleções científicas de Coimbra e Porto e no Museu dos Correios e Telecomunicações. Uma parte da coleção do IST foi herdada do antigo Instituto Industrial e Comercial de Lisboa (Reis 2000). Segundo Alfredo Bensaúde, *para facultar a todos os alunos o ensino prático experimental, foi necessário organizar laboratórios e outras instalações variadas* (Bensaúde 1922 (2003) p. 32). No entanto, estavam longe de possuir o material necessário para esse ensino prático. Esses instrumentos e equipamentos foram sendo adquiridos gradualmente.

Pela informação que nos é dada pelas fichas de inventário existentes neste momento, podemos perceber que o IST sempre procurou estar a par da utilização da nova instrumentação usada nas universidades e laboratórios europeus e também nos Estados Unidos da América.



Imagem 1: Termómetro-Barómetro (inv^o 1986).
Fonte: Inventário MuseuIST



Podemos encontrar nomes de construtores e marcas como:

AEG, Baird & Tatlock Ltd, Cambridge Instrument Co. Ltd., Carl Zeiss Jena, Chauvin et

Arnoux Ingénieurs, E. Ducretet, E. Leybold's Nachfolger, Eastman Kodak Company, Ferdinand Ernecke, Hartmann & Braun AG, Philips, Siemens & Halske AG, entre muitas outras.

A coleção de minas

Ligados ao Departamento de Minas e Georrecursos existem dois museus de ciências da terra no IST: o Museu Alfredo Bensaúde é um museu de mineralogia e petrologia; e o Museu Décio Thadeu de geologia e jazigos minerais. Juntamente com as suas coleções naturais temos um conjunto de objetos usados para a recolha e estudo desses minerais e também objetos relacionados com o ensino da engenharia de minas. Este núcleo de minas divide-se em três sub-núcleos: Mineralogia, Geologia e Exploração de Minas.²

Mineralogia

O Museu Alfredo Bensaúde tem a sua origem no Instituto Industrial e Comercial de Lisboa. Neste existia um Museu de Mineralogia, que possuía uma coleção de mineralogia portuguesa, reunida e organizada pelo prof. Bensaúde (regia a cadeira de mineralogia e geologia desde 1884). Essa coleção foi transferida para o novo edifício de minas, na Alameda, onde se instalou o Museu de Mineralogia e Geologia e que mais tarde foi chamado Museu Alfredo Bensaúde, em homenagem ao seu fundador. O interesse deste acervo deve-se ao facto de ser constituído por material do território português, que foi sendo reunido e ordenado segundo a sistemática de Dana³. A coleção começou a ser estudada pelo prof. Amílcar Mário de Jesus (1895–1960), dando origem à produção de trabalhos de referência, apesar de ter ficado incompleto. Posteriormente, no Departamento de Minas procurou-se estudar alguns minerais, quer de Portugal quer de antigos territórios ultramarinos.

Em relação às coleções de minerais provenientes das antigas colónias, existem acervos de Angola, uma importante coleção de minerais mectamíticos do Alto Molocué, Moçambique, amostras de minerais preciosos do Alto

Ligonha, a Coleção Mendelsohn (que se refere às amostras colhidas pelo eng.º A. C. Mendelsohn na sua missão geológica às ilhas de S. Tomé e Príncipe, em 1949) e de Timor. Reconhece-se que ainda se podem realizar outros estudos sobre os aspetos mineralógicos e petrológicos das amostras. No entanto, parece-nos também importante o estudo de alguns núcleos da coleção sob o ponto de vista do seu percurso histórico e das pessoas que estiveram ligadas a esses conjuntos.

Mas para além deste conjunto, foi realizado pelo Gabinete de Gestão do MuseuIST (GGMIST)⁴, o registo de cerca de 140 objetos em fichas de inventário, ligados ao Laboratório de Mineralogia que serviam para o estudo, a identificação e determinação dos minerais, os quais estão marcados por uma etiqueta auto-colante e identificados pelo número do *Inventário A*. Estes objetos, relacionados com aspetos didáticos e de investigação de engenharia de minas, estão sob tutela do próprio Museu Bensaúde, completando uma visão de contextualização das próprias coleções das ciências da terra. Destacamos alguns exemplos de objetos, que a partir das informações registadas nas fichas de inventário, podemos perceber as funcionalidades, as marcas e outros fatores históricos.

Entre os instrumentos usados para a recolha de minerais, destacamos um estojo de mineralogia (invº 2781) e um porta-amostra (invº 2856) constituídos por frascos e tubos de ensaio. Depois temos um conjunto de instrumentos usados no estudo das propriedades físicas e químicas dos materiais. São exemplo disso: um estojo com amostras de produtos químicos (invº 2791, imagem 2), um medidor de dureza (invº 2782) proveniente do Instituto Industrial; balanças para a determinação de densidades (invº 2792) e balanças de Jolly, sendo que um destes objetos



Imagem 2: Estojo de madeira com amostras de produtos químicos. (Inv^o 2791).

Fonte: Inventário MuseuIST

foi fabricado no IST, possivelmente nas Oficinas de Instrumentos de Precisão (inv^o 2899).

O estudo dos ângulos e das propriedades de refração e reflexão são importantes para a caracterização do mineral, existindo um conjunto de instrumentos próprios para esta tarefa: um antigo refratômetro (inv^o 2783), entre outros, da marca Carl Zeiss e datado de 1904; goniômetros de reflexão, por exemplo, da marca R. Fuess Berlin-Steglitz, datado de 1915, e que são usados para medir os ângulos dos cristais (inv^o 2804 e 2805, 2852), dos quais se destaca um goniômetro de Carangeot (inv^o 2857), com a indicação de ter sido construído no IST. Sendo o mais simples de todos os goniômetros, serve apenas para medir ângulos de grandes cristais. Para a observação dos minerais temos um conjunto de lentes (inv^o 2787), diafragmas (inv^o 2797), compensadores para examinar pequenos cristais (inv^o 2873), microscópios (inv^o 2870), destacando um microscópio da marca Nachet (inv^o 2871), datado de 1910, que remete para os objetos que vieram do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa. E para o estudo das propriedades químicas temos material de vidro para laboratório (inv^o 2818 a 2843).

No domínio do ensino teórico-prático, há um conjunto de coleções de minerais (ex. inv^o 2887) usadas nas aulas práticas, ou a recolha

de minerais vulcânicos do Vesúvio (inv^o 2798) que servem de objetos didáticos e pedagógicos. Inserem-se neste grupo os modelos cristalográficos em vidro que mostram a disposição dos vários planos de simetria dos cristais (inv^o 2844 a 2851, imagem 3) e os tabuleiros com várias di-

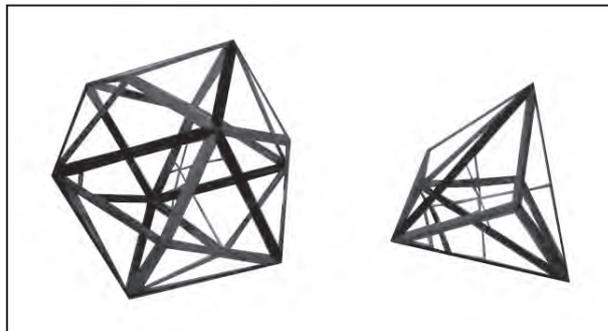


Imagem 3: Modelos cristalográficos em vidro (inv^o 2848 e 2849).

Fonte: Inventário MuseuIST

visões, materiais e instrumentos, usado no estudo das propriedades físicas e químicas dos minerais, que são entregues aos alunos durante a cadeira de mineralogia (ex. inv^o 2878, 2879).

Geologia

O Museu de Geologia e Paleontologia tem a sua origem no prof. Ernest Fleury (1878–1958). Convidado por Bensaúde, encarregou-se das disciplinas de geologia e paleontologia, dirigiu o Laboratório de Geologia e trabalhos práticos dos alunos. Para além disto, organizou as coleções de geologia e paleontologia portuguesas necessárias ao ensino, percorrendo o país com os alunos e o coletor Joaquim Pintassilgo. Há uma coleção de jazigos minerais portugueses reunida pelo prof. Décio Thadeu, constituída por um conjunto de amostragens desses jazigos. A biblioteca científica do prof. Décio Thadeu comporta cerca de 14000 títulos, e foi doada por sua mulher D^a. Madalena Thadeu ao IST, na condição de permanecer adjunta ao Museu de Geologia e Jazigos Minerais que, a partir de então, tomou o nome de Museu Décio Thadeu. Assim nasceu um outro museu. Tal como se constatou no subnúcleo da mineralogia, foi realizado pelo GGMIST o registo de cerca de 130 objetos ligados ao Laboratório de Geologia, estando

relacionados com o estudo dos minerais, os aspectos didáticos e a investigação na área da engenharia de minas. Foram marcados com uma etiqueta autocolante e identificados por um número do Inventário A, encontram-se sob tutela do próprio museu (imagem 4).



Imagem 4: *Fotografia geral do Museu de Geologia.*
Fonte: *Inventário MuseuIST*

Destacamos deste conjunto alguns modelos geológicos (ex. inv^o 2944 a 2953): o modelo reduzido de mina de carvão (inv^o 2909), composto por cinco blocos individuais, que juntos mostram relevo superficial, separados dão uma visão da extensão e distribuição lateral e em profundidade do filão, que foi fabricado à mão em madeira pintada e tem indicações geológicas (em alemão) desenhadas em papel e coladas nos cortes verticais; um conjunto de modelos geológicos em madeira (inv^o 2910), constituído por seis partes, cujos tipos ilustram diferentes estratos. Na investigação, temos o exemplo de um microscópio de luz polarizada (inv^o 3011), da marca Winkel-Zeiss, com seis oculares e cabeças para quatro objetivas, que pertenceu a Alfredo Bensaúde, o qual terá mandado fabricar o microscópio de acordo com algumas especificações suas.

É de referir que esta coleção possui também os elementos e instrumentos caracterizadores da imagem de um geólogo e de auxílio ao seu trabalho de campo: um banco (inv^o 2912, imagem 5) e uma mesa (inv^o 2913, imagem 5) articulados, com pés em madeira e tampo em napa pregado às pernas; como exemplo de um conjunto de bússolas, temos uma (inv^o 2926), que pertenceu ao prof. A. Mouraz Miranda; um



Imagem 5: *Banco e mesa para trabalhos de campo* (inv^o 2912 e 2913).

Fonte: *Inventário MuseuIST*

barómetro (inv^o 2929) cuja inscrição indica que pertenceu ao prof. Fleury, assim como também lhe pertenceu uma máquina fotográfica de fole (inv^o 2977); por fim, conservamos um tubo para transporte de mapas e desenhos (inv^o 2980).

Para reforçar ainda mais esta imagem de geólogo, foram adquiridas nos anos 1940 um conjunto de fotografias e retratos, alguns assinados pelos próprios: fotografia de J. F. Nery Delgado (inv^o 2914) e de Carlos Ribeiro (inv^o 2916); retrato a carvão do prof. E. Fleury (inv^o 2915); uma gravura de José Maria Latino Coelho (inv^o 2919), lente de mineralogia da Escola Politécnica; e um conjunto de outros retratos de geólogos (inv^o 2917, 2918, imagem 6; inv^o 2920).



Imagem 6. *Na ficha de inventário consta: Retratos de geólogos* (Inv^o 2917 e 2918).

Fonte: *Inventário MuseuIST*

Exploração de minas

O espólio que corresponde ao conjunto da Exploração de minas é o subnúcleo mais bem estudado devido à realização de uma exposição nas antigas minas do Lousal sobre *Modelos de minas do Século XIX, Engenhos de Exploração Mineira* (Varela 2006) com o objetivo de ilustrar a atividade mineira, musealizando um sítio. Foi realizado pelo GGMIST o registo de cerca de 80 objetos, na maioria são modelos, identificados por um número do *Inventário A*.

Começam a ser adquiridos desde o início dos cursos de minas de Lisboa, em finais de oitocentos, ainda Instituto Industrial e Comercial de Lisboa e foram mantidos nas várias instalações, onde os cursos eram lecionados. Tal como veremos com os restantes núcleos da coleção do IST, também neste espólio a informação disponível sobre a sua aquisição ou manufatura parece perdida. Sobrevivem apenas as memórias individuais, científicas e afetivas. Apesar da importância dada a este espólio, variável ao longo do tempo, ela reveste-se das características necessárias para ser considerada uma coleção museológica: antiguidade, papel que desempenhou na instituição, função de transmissão de conhecimento científico. A exposição dos modelos de minas permitiu um tratamento museológico definitivo para estas coleções, resultando na publicação de um catálogo (Varela 2006).

Os modelos tinham uma função: a apresentação didática das partes de um maquinismo a ele associadas na exploração mineira. Assim, podemos agrupar estes modelos em sistemas e métodos de exploração (subterrâneo), elevadores e outros sistemas de extração (trajeto vertical), vagonetas e sistemas de armazenamento (trajeto horizontal), bombagem e escoamento (água), sistemas de ventilação (ar), métodos de depuração, que se subdividem em: trituração e lavagem, e fogo (Fundação Frédéric Velge 2006). A par destes modelos de sistemas mineiros eram necessários instrumentos de exploração (martelos, picos, clinómetros, bússolas, machos e marretas, machados, lamparinas de óleo/azeite e a gás, cunhas); e equipamentos de fotoelasticidade⁵ (inv^o 1421 e 1422), os quais foram doados pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil ao IST nos anos 1940.

Destacamos do inventário os modelos assinados que provêm da Real Academia de Minas de Freiberg, Alemanha, uma das mais antigas, fundada em 1765. À semelhança de todas as escolas técnicas, a academia mantinha uma coleção de modelos mineiros que eram usados para fins pedagógicos, fazendo a ponte entre a teoria e a aplicação. Exemplo disso é o modelo de uma bomba centrífuga⁶ (inv^o 1405, imagem 7)

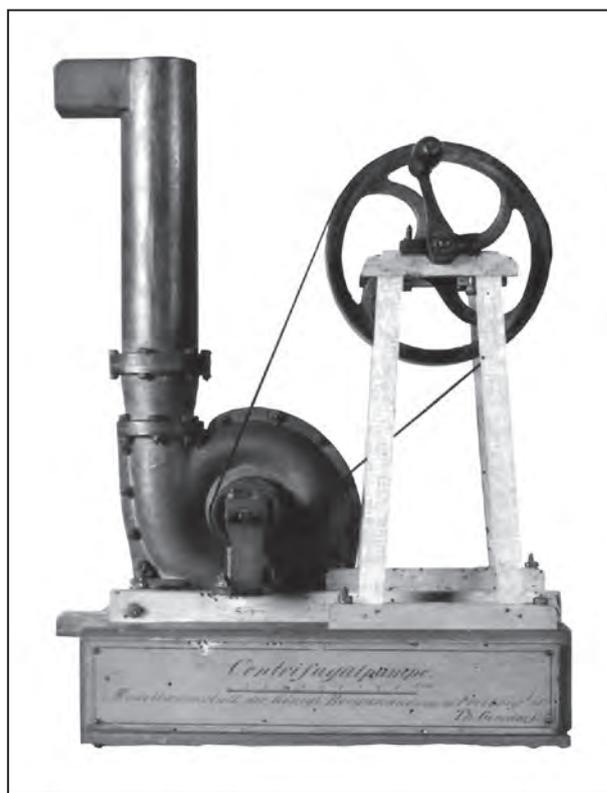


Imagem 7. Modelo de bomba hidráulica (Inv^o 1405).
Fonte: Catálogo
Modelos de minas do Séc. XIX

cuja função é a bombagem da água existente em diferentes níveis (canais) de atividade de uma mina. Mas esta coleção aponta para a ligação a outra academia, a Real Academia de Minas de Clausthal, onde Alfredo Bensaúde fez parte da sua formação. O único modelo, datado de 1879, do qual temos indicação de ter sido adquirido a essa academia, é uma bomba hidráulica de colunas duplas (inv^o 1417)⁷ que demonstra o sistema de bombagem da água de alta pressão com o auxílio de uma máquina a vapor. Podemos também encontrar um conjunto significativo destes modelos no Instituto Superior de Engenharia

do Porto (ISEP). Por isso, conclui-se que estes modelos circulavam pelas principais instituições de ensino, principalmente nos Institutos Industriais e Comerciais de Lisboa e do Porto, como instrumentos de transmissão dos conhecimentos da engenharia de minas.

Existem também os modelos que documentam os aperfeiçoamentos e inovações introduzidas nas minas portuguesas. Exemplo disso, é o modelo do Skip do Poço C (inv^o 1375, imagem 8), um sistema de extração de minério, pro-



Imagem 8. Modelo de Skip do Poço C (Inv^o 1375).
Fonte: Catálogo Modelos de minas do séc. XIX

jetado pelo prof. Mello Mendes (engenheiro de minas do IST), nos anos de 1950, destinado às minas da Panasqueira, e encomendado pela empresa Beralt Tin and Wolfram, Portugal, SA.

Por outro lado, existem os modelos de equipamentos inovadores apresentados nas grandes exposições mundiais. Temos um objeto único do modelo de uma jaula com paraquedas (inv^o 1376), um sistema de segurança projetado por Nicolas Libbotte, engenheiro e construtor belga. Trata-se de uma estrutura de madeira dentro da qual sobe e desce uma gaiola acionada

por roldana, um elevador com carris que encaixava nos vários pisos da mina e que permitia não só fazer passar a vagonete pelo poço como trazê-la à superfície. A legenda indica que foi apresentado na Exposição Universal da Filadélfia, EUA, em 1876⁸.

Este conjunto de modelos revela a evolução do ensino de minas em Portugal. Segundo Helena Alves

(...) estes despojos de equipamentos obsoletos foram mantidos para fins didáticos de uma realidade nacional e geral, mas cada vez mais como registo de uma tecnologia ultrapassada, sem lugar num estabelecimento de ensino que acompanhava o estado da arte, olhados de relance como curiosidades afetivas de um passado arcaico – que realmente são. (Alves, H. 2006 p. 10).

O desenvolvimento técnico influencia os métodos de ensino e de aprendizagem, na medida em que a abordagem aos saberes se faz de uma forma mais abstrata do que experimental, nomeadamente através do computador. Fernando de Mello Mendes⁹ recorda que ao longo dos anos, estes modelos foram sendo espalhados pelas mais diversas salas de aulas do departamento por falta de espaço, onde se foram deteriorando, sendo usados para fins pedagógicos até aos finais da década de 40.

Embora mostrassem máquinas e correspondessem a métodos já antigos, constituíam valiosos auxiliares para a compreensão do que, relativamente à atividade de exploração de minas e tratamento de minérios, era ensinado nas aulas. (Mendes 2006 p. 15).

A par dos modelos, os livros de consulta eram cuidadosamente ilustrados, mas tinham as suas limitações na demonstração da realidade tridimensional; os modelos eram um meio muito mais eficaz na demonstração.

A coleção de física

Segundo o testemunho do prof. Manuel Alves Marques, existia no Departamento de Física um museu, com uma coleção de instrumentos científicos. Uma boa parte dessa coleção terá sido reunida pelo prof. António da Silveira (1904–1985), docente de física desde 1933, tendo adquirido alguns instrumentos científicos que guardava no seu gabinete. Foi também responsável pelos laboratórios de física e o de química-física, adquirindo o equipamento necessário ao seu funcionamento. Raramente havia a possibilidade de os ver, quer os alunos quer os docentes, por se encontrar sempre fechado, apesar da indicação na porta dizer Museu de Física. Nas fichas de inventário do GGMIST relativas a esta coleção existe a indicação de que estes objetos estão relacionados com aquele professor. Contudo, o próprio afirmou que nada tinha a ver com a coleção. Esta referência prende-se com o facto de que, na altura em que se inicia o projeto do MuseuIST, era presidente do departamento. Após o contacto com a eng^a Teresa Pera, procurou-se inventariar a coleção de objetos de física remetidos para as caves do edifício e transportá-la para os espaços do MuseuIST, sendo que uma boa parte deles se encontra agora na sala de reuniões.

Um artigo publicado na *Técnica*, por Cassio Ayres da Silva (engenheiro do IST), dá conta da realização de uma *classificação e catalogação dos aparelhos e material existentes no Laboratório de Física do Instituto Superior Técnico* (Silva 1928 p. 119). Adotou-se uma classificação fundamentalmente sistemática, por assuntos, após ter sido realizado um inventário dos aparelhos, segundo a sua colocação no espaço, e não pela ordem de entrada no laboratório, por não se conhecer a *idade* do objeto, nem o seu *nome*, pois quase todos eles eram *antiquados*.

Seguindo uma metodologia coerente

(...) simultaneamente, procedeu-se à numeração de todos os instrumentos e acessórios mediante pequenas etiquetas, incluindo num mesmo número um determinado aparelho e os acessórios correspondentes (...).

(Silva 1928 p. 119);

(...) e elaborou-se fichas de inventário, em que o símbolo ao canto superior esquerdo com a rubrica decimal que corresponde ao aparelho, «sob o exclusivo ponto de vista físico», na classificação; o número ao canto superior direito é o número de ordem correspondente à primeira catalogação e à etiqueta do aparelho (...).

(Silva 1928 p. 122).

Nas costas das fichas havia um espaço em branco para *Notas* em que até à altura apenas figurava a indicação dos construtores. Até à data, não foi possível confirmar a existência de tais fichas, que terão vindo com os arquivos do IST aquando da mudança de instalações. Elas permitiriam a identificação mais rigorosa dos instrumentos antigos da física.

Os instrumentos científicos que constituem o núcleo de física são provenientes na sua maioria dos laboratórios: Laboratório de Física I, Laboratório de Física II e Laboratório de Química-Física. No entanto, alguns destes cerca de 750 objetos, foram agrupados também em sub-núcleos de acordo com o espaço onde estão guardados: Complexo Interdisciplinar e sala de reuniões. Apesar de serem provenientes dos laboratórios e fazerem parte de um grande conjunto, optamos aqui por fazer a análise de cada um dos sub-núcleos. O caso da Oficina de instrumentos de precisão que, esteve de facto ligada à física, será analisado dentro do conjunto das coleções provenientes das oficinas do IST.

Laboratórios de Física

Os instrumentos, cerca de duas centenas, correspondem ao registo do GGMIST, sob sua tutela e com o número do Inventário C. Neste caso, relativamente ao campo *localização*, a informação ali expressa remete para a *cave do pavilhão central* e não está atualizada. Uma vez que foi necessário retirar todos os objetos deste espaço, eles foram levados para o Complexo Interdisciplinar e para outros espaços do edifício de engenharia civil, sob tutela do GGMIST.

Neste conjunto temos uma grande variedade de instrumentos e bastantes acessórios, sendo que a nem sempre temos uma definição da designação correta do objeto, por exemplo,

instrumento, instrumento de medição, instrumento de vidro, entre outros. Também constatamos a existência de objetos que estão incompletos, por exemplo, o caso de um *acessório de um espetógrafo* (invº 1101) ou da *base de um microscópio* (invº 1172 e 1173). Este facto remete-nos, mais uma vez, para a necessidade de completar instrumentos e definir funções dos mesmos.

Numa visão geral, temos instrumentos (amperímetros, voltímetros, balança de precisão, bomba de vácuo, esferómetros, galvanómetros, microscópio, termómetros, etc.) e temos também acessórios e outros elementos (suportes, lentes, prismas, fios condutores, placas fotográficas, objetivas fotográficas, lâmpadas, amostras químicas, etc.). Destacamos deste conjunto uma lente planoconvexa (invº 1029) da marca J. Duboscq à Paris, sustentada por um suporte em meia-lua, ao qual está associado um elemento que mede o ângulo de inclinação da lente. Ainda, um vacuómetro (invº 1033) formado por tubos graduados de diferentes tamanhos, formas e diâmetros, interligados entre si, tendo sido usados em experiências com mercúrio. Um grupo de lentes cinematográficas, sendo uma delas da marca Société d'Optique et de Mécanique Berthiot (invº 1079) e outra da marca Horne & Thornwaite (invº 1083), em que nas descrições se constata a informação relativa às características de focagem, de amplitude de abertura e até mesmo de regulação da ampliação. No entanto, não temos a indicação da sua utilização ou papel desempenhado em alguma cadeira específica.

Sala de reuniões

Os objetos que estão guardados na sala de reuniões, em armários tipo vitrina, correspondem ao registo do GGMIST de cerca de 460 objetos com o número do Inventário B e C, na maioria dos casos, em simultâneo. Segundo algumas fichas de inventário, o Inventário C correspondia a um inventário específico da sala de reuniões em consequência de uma seleção dos objetos mais antigos e mais sensíveis em termos de conservação. É o núcleo mais visível de todo o acervo do IST, apesar da utilização da sala ser restrita. No entanto, trata-se de uma tentativa de mostrar a materialidade da técnica de uma

instituição universitária, preservando assim a sua memória. Apesar de não ter as condições ideais de preservação, os objetos estão relativamente bem condicionados.

Os objetos que requerem mais cuidados são os instrumentos de vidro (imagem 9), nomeadamente os exemplos das ampolas de gás, tubos de Geissler, tubos de Crookes, ampolas de raio X e lâmpadas de filamentos.



Imagem 9: *Ampolas de gás e instrumentos de vidro.*
Fonte: *Inventário MuseuIST*



Da esquerda para a direita: *Instrumentos de vidro inv. n  316F, 301F, 315F.*
Ampola de gás n  317F, instrumento de vidro n  319F.
  frente, da esquerda para a direita: *instrumentos de vidro n  308, 302.*
Fonte: *Inventário MuseuIST*

De destacar um conjunto de instrumentos de acústica: tubos quadrados de madeira em forma de flauta (invº 2744, 2745, 3426) da marca Rudolph Koenig   Paris; caixas de som em madeira aberta na face frontal, em cima da qual está um diapasão de metal, da marca E. Ducretet   Paris (invº 2737 a 2742), entre outros. O estereoscópio

The Perfect-Stereograph (invº2578) da marca H. C. White Co. está datado de 2 de agosto de 1904 e servia para a visualização de duas imagens bidimensionais complementares, criando a ilusão ótica de uma imagem tridimensional. Basicamente deve-se ver cada uma das duas imagens bidimensionais com um dos olhos, gerando-se a ilusão da tridimensionalidade. Um estojo de madeira com medidas-padrão (invº 2767) veio das Oficinas de Instrumentos de Precisão de França e é um dos exemplos de contactos entre instituições universitárias.

Complexo Interdisciplinar

O subnúcleo do Complexo Interdisciplinar tem registados cerca de 70 objetos com o número do *Inventário C*, estando sob tutela do GGMIST. A maioria das fichas não tem designação, enquanto as outras dizem respeito a galvanómetros, amperímetros, voltímetros e outros. De destacar uma máquina de escrever (invº 1616) e um computador (invº 1647 e 1648) da marca Heathkit Company, Inc., constituído por um monitor, uma consola e uma impressora (invº 1649). Neste subnúcleo podemos ver que a informação registada no inventário também inclui, em alguns casos, as designações em original, os números de patentes e os modelos de fabrico. Este tipo de informação permitirá datar os objetos através da comparação com catálogos ou até mesmo com outras coleções de instrumentos científicos.

Biblioteca

O subnúcleo da biblioteca de física tem registado cerca de três dezenas de objetos com o número do Inventário C. A maioria das fichas não tem qualquer designação ou descrição, enquanto as que têm alguma informação dizem respeito a balanças e pesos, termómetros, galvanómetros e lunetas. De destacar deste conjunto, temos um relógio elétrico da marca Froment à Paris (invº 1962), que segundo a ficha de inventário foi o primeiro construtor a aplicar a electricidade à relojoaria, e um relógio de pêndulo construído em Lisboa pela construtora A. C. Santos (invº 1961). Existe ainda um *estojo com*

acessórios de física (invº 1981), mas que não tem descrição nem marca, e uma pintura a óleo (invº 1984).

A coleção de química

Laboratório de Química Orgânica

O subnúcleo da coleção ligado ao Laboratório de Química Orgânica tem registado cerca de 60 objetos, com o número do Inventário B, estando sob tutela do GGMIST. A coleção é constituída por instrumentos e aparelhos usados para os trabalhos laboratoriais: manómetros (invº 1704 a 1709) de diversas marcas (ex. Schaffer & Budenberg); aparelho de Ressonância Magnética Nuclear (RMN) da JEOL Japan Electron Optics Co. Ltd (invº 1664) e datado de 1970; autoclaves, forno (invº 1663), balanças (invº 1656, 1680), epidiascópios (invº 1711, 1714), controladores de temperatura e calorímetros; e outros. Dentro deste conjunto são de destacar dois termómetros de contacto (invº 1699 e 1700), cujas fichas de inventário indicam que foram construídos pelo prof. Bernardo J. Herold nos Laboratórios de química orgânica, com material de carros antigos que faz funcionar os pisca-piscas de bandeira (relé de automóveis), e com um alternador na base, sendo que um está incompleto.

Laboratório de Química Inorgânica

O subnúcleo do Laboratório de Química Inorgânica tem registado perto de 40 objetos com o número do Inventário B, estando sob tutela do GGMIST. Dentro deste conjunto é de notar um viscosímetro (invº 3070) de finais do século XIX, da marca E. Adnet (Paris). A maior parte das peças são utensílios de laboratório: funis, retortas, frascos, balões de vidro, cadinhos; e amostras de produtos químicos.

Laboratório de Hidrologia

O subnúcleo do antigo Laboratório de Hidrologia, ligado ao Laboratório de Águas¹⁰, tem pouco mais de duas dezenas de fichas de inventário que referem apenas o número do Inventário B, a designação, alguns elementos descritivos e a fotografia. No entanto tem alguns objetos com valor histórico: um microscópio

(invº 1582) usado em trabalhos do prof. Charles Lepierre; um conjunto de dispositivos (invº 1596) de trabalho do prof. Herculano de Carvalho; e um conjunto de fotografias (invº 1599, 1600, 1601) retratando os referidos professores de química nos seus locais de trabalho (imagem 10), e no primeiro curso de química, em 1912, respetivamente.

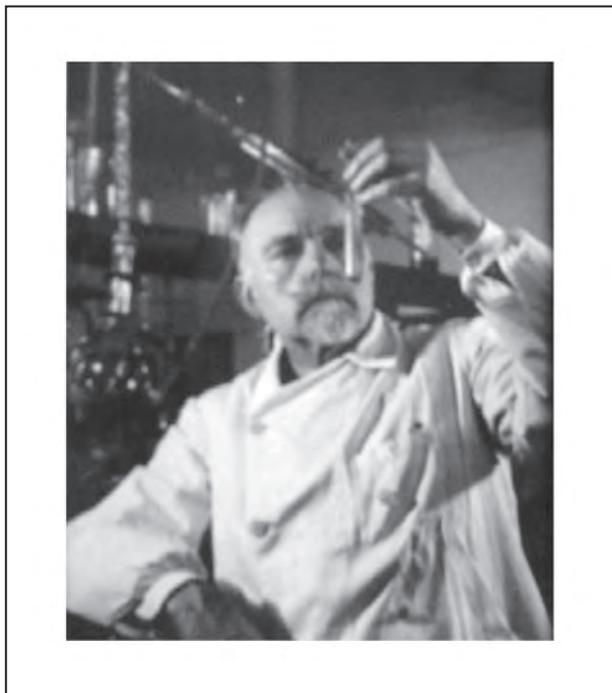


Imagem 10: *Fotografia do prof. Charles Lepierre (Invº 1599).*

Fonte: *Inventário MuseuIST*

Eletroquímica

O subnúcleo de eletroquímica tem registado cerca de uma centena de objetos com o número do Inventário C, estando uma parte sob tutela do GGMIST e outra do Departamento de Química. É constituído essencialmente por voltímetros e amperímetros, potenciômetros, galvanômetros, termómetros, agitador eletromagnético, resistências (imagem 11), balanças, baterias e pilhas, entre outros equipamentos.

De destacar um potenciômetro portátil (invº 1446), com uma caixa de madeira, da marca Cambridge Instrument Co. Ltd., e que permite trabalhar em qualquer lugar, sem grandes limitações. E ainda, um potenciômetro de válvulas, também da marca Cambridge Instrument Co. Ltd., que esteve ao serviço do Laboratório de Análises Químicas, com instruções



Imagem 11: *Resistência de cavilhas (Invº 1531).*

Fonte: *Inventário MuseuIST*

de trabalho. Este facto demonstra que os equipamentos muitas vezes transitavam entre setores, numa forma de aproveitamento de recursos. Dos instrumentos mais antigos temos um voltímetro e um amperímetro (invº 1452 e 1453) da Weston Electrical Instrument Corporation (EUA), datado de 1888.

Biblioteca

O subnúcleo da biblioteca de química tem registado apenas 3 objetos (invº 1569 a 1571) no Inventário C. São duas balanças de precisão (invº 1569 e 1571) do construtor Collet Frère à Paris, inseridas numa caixa de origem, sendo que uma já não funciona e está incompleta (faltam os pesos) e a outra tem uma inscrição que aponta talvez para a proveniência desta balança ter sido uma escola de medicina. A outra balança, construída por Franz Hegershoff, de Leipzig, provavelmente de inícios do século XX. Para além destas referências, não existe mais nenhuma informação nas fichas de inventário.

Química tecnológica e química analítica

Semelhante ao caso anterior, o GGMIST registou para o subnúcleo da química tecnológica apenas 4 objetos (invº 1572 a 1575) no Inventário C. Temos pouca informação sobre estes objetos, apenas as imagens permitem identificá-los,

sendo que as designações são muito vagas e não existe descrição.

Em relação à química analítica, foram registados 3 objetos (inv^o 1576 a 1578): um gerador a gás (inv^o 1578) da Griffin & George Ltd., um pote de loiça usado para água destilada (inv^o 1577) e por fim um instrumento (inv^o 1576) construído pela Casa Lino, no Porto.

Estes exemplos demonstram que ainda existe um longo caminho a percorrer na tarefa de completar as informações existentes acerca dos objetos das coleções do IST para um melhor conhecimento do seu papel no ensino ou na investigação dentro da instituição.

A coleção de eletricidade

Máquinas eléctricas

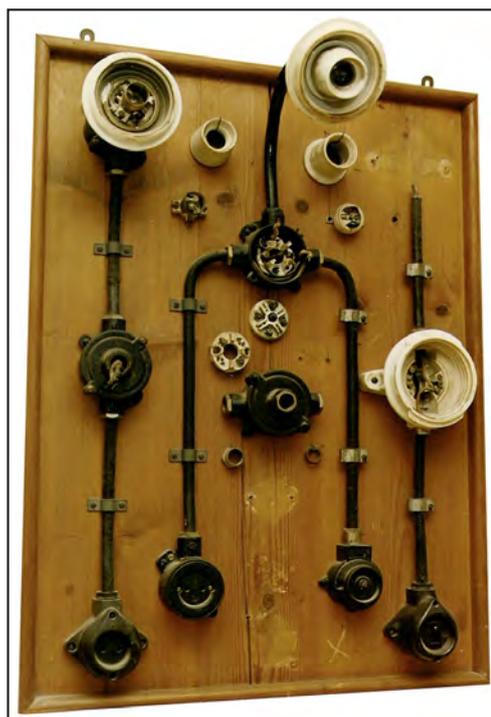
O subnúcleo das máquinas elétricas, cujo registo pelo GGMIST aponta para cerca de 180 objetos (inv^o 1179 a 1363), pelo número do Inventário C, está espalhado por diversos espaços: Departamento de Eletricidade¹¹ – tutela do departamento – garagem do edifício de Civil e outros na cave do Complexo Interdisciplinar – ambos sob a tutela do MuseuIST. São sobretudo objetos ligados ao estudo da eletricidade, das correntes elétricas, dos geradores de eletricidade. A coleção é constituída por resistências elétricas, amperímetros, voltímetros, transformadores, motores elétricos (variados tipos), isoladores elétricos, contadores, disjuntores, máquinas elétricas (ex. berbequim), lâmpada, interruptores e material elétrico diverso. Todos estes objetos seriam usados nas aulas práticas, nos laboratórios e nos trabalhos de alunos. Sublinha-se um conjunto de objetos didáticos.

Em primeiro lugar, refira-se um grupo de mostruários de material elétrico (inv^o 1220, 1222, 1247, 1248, 1249, 1250, 1251, 1354, imagem 12 e 13), dispostos em catálogo e elementos utilizados na montagem de sistemas elétricos: ligações à corrente elétrica, tipos de peças necessárias para essas ligações (nos seus diversos formatos, tamanhos e materiais), ou seja, vários tipos de fios elétricos, casquilhos, lâmpadas, tubos e caixas para a colocação dos fios elétricos, esquemas elétricos, sendo tudo fixado a um painel de madeira.



Imagem 12: *Mostruário com tubos e caixas de material elétrico (Inv^o 1250).*
 Fonte: *Inventário MuseuIST*

Imagem 13: *Mostruário de esquemas de ligações elétricas (Inv^o 1251).*
 Fonte: *Inventário MuseuIST*



Em segundo lugar, temos um grupo de fichas de inventário originais que remetem para postos de transformação (inv^o 1232 a 1241), instalados no espaço do Departamento de Eletricidade e que apesar do inventário apresentar informação escassa sobre estes equipamentos, podemos ver pelas fotografias tiradas, que se tratam de instalações elétricas que serviriam para demonstração aos alunos ou então de projetos realizados por alunos ou investigadores.

Medidas elétricas

O subnúcleo proveniente do Laboratório de Medidas Elétricas é constituído por cerca de 270 objetos registados pelo GGMIST, com o número do Inventário C, sendo que um pequeno grupo está localizado no Laboratório de Medidas Elétricas – Pavilhão de eletricidade, piso 3. O dossiê que contém as fichas de inventário deste subnúcleo também apresentava um conjunto de tabelas que expressavam uma tentativa de sistematizar e agrupar alguns objetos segundo as suas proveniências e funcionalidades. Este documento permite compreender melhor a forma como alguns equipamentos funcionavam, na medida em que faz a correspondência entre o aparelho e os seus acessórios, apesar de não incluir todos os objetos que pertencem a este subnúcleo.

Aqui podemos encontrar instrumentos construídos no IST, como um solenóide com tomadas (inv^o 2204), cujo material terá vindo da empresa Standard Elétrica. O aparelho foi montado, não sabemos se por alunos ou por professores. Temos também instrumentos analógicos de bancada para usos gerais no laboratório, como é o caso dos voltímetros eletrodinâmicos (inv^o 2186, 2167). A ligação entre ensino e indústria está patente num conjunto de aparelhos comerciais para medição de grandezas específicas, que estão ao nível da precisão industrial, de que é exemplo a ponte universal para medição de resistências, capacidades e indutâncias (inv^o 2194) da Cambridge Instrument Co. Ltd., e a ponte de Wien-Robinson para medição da frequência no domínio das frequências acústicas (inv^o 2213) da General Radio Company. Ligada a esta componente industrial, temos também componentes e acessórios para

montagem de aparelhos de precisão destinados à realização de medições em corrente contínua e em corrente alternada, de que é exemplo uma ponte para aferição de transformadores de medida de intensidade pelo método de Schering (inv^o 2127) e que tem resistências (inv^o 2306, 2307, 2308) e um galvanómetro de vibração como acessório à sua utilização (inv^o 2128).

Os objetos mais interessantes historicamente dizem respeito a um conjunto de instrumentos de física, que foram usados na exposição realizada em 1996, comemorativa dos 85 anos do IST (Instituto Superior Técnico 1996): galvanómetros de agulha magnética, adquiridos às marcas Elliott Brothers (Londres) e Latimer Clark, Muirhead & Co Ltd (Westminster). Do ponto de vista do valor didático, existe um conjunto de modelos de máquinas elétricas: anel de Grehem marca E. Ducretet à Paris (inv^o 2205), um gerador de telefones antigo fabricado provavelmente no IST (inv^o 2201), um modelo de máquina elétrica de corrente contínua da Sociéte d'Éclairage Électrique (inv^o 2216); e os quadros didáticos (inv^o 2347 a 2359, imagem 14), da marca Trüb, Täuber & Co. AG, com representações esquemáticas dos sistemas de funcionamento de instrumentos eletromagnéticos, de galvanómetros de ferro móvel, voltímetros eletrostáticos, entre outros.

Laboratório de Propagação e Radiação

O subnúcleo proveniente do Laboratório de Propagação e Radiação é constituído por cerca de 40 objetos (inv^o 1918 a 1954), registados pelo GGMIST com número do Inventário C, e que se encontram na maioria na cave do Complexo Interdisciplinar. São instrumentos de estudo e investigação, como osciloscópios, analisadores de cristal, ondómetros, geradores e recetores. Quero também destacar uma fonte de alimentação (inv^o 1927, imagem 15) que resulta de um trabalho desenvolvido por alunos no ano de 1960 e que foi fabricado nas Oficinas de eletricidade, possivelmente sob a orientação do prof. Cerveira. Da mesma forma, a inscrição patente num dos ondómetros (inv^o 1936) aponta para a sua construção no contexto de um trabalho de grupo de alunos no 1^o semestre do ano letivo de 1959–60.

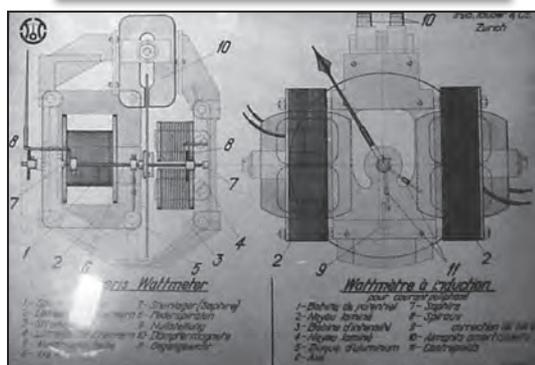
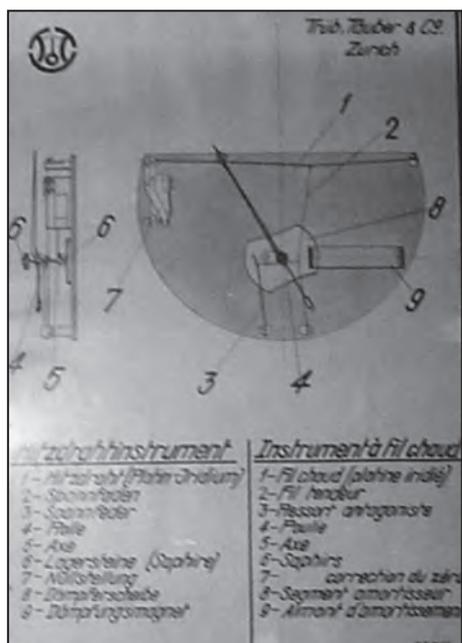


Imagem 14: Quadros didáticos (Inv^o 2357 e 2358).

Fonte: Inventário MuseuIST

A coleção das oficinas

Oficina de carpintaria

O subnúcleo proveniente das Oficinas de carpintaria é constituído por fichas registadas pelo GGMIST com o número do Inventário B e estão sob a tutela deste. É constituído por um conjunto de instrumentos, e principalmente, ferramentas para os trabalhos da madeira: plainas, serras e régua. O facto de haver poucas fichas de inventário não significa que os objetos sejam poucos. Este é um dos casos em que foi atribuído um (1) número de inventário, para vários objetos, que apesar de serem iguais, nem sempre têm as mesmas dimensões. Só em futura inventariação sistemática será possível obter dados fidedignos.

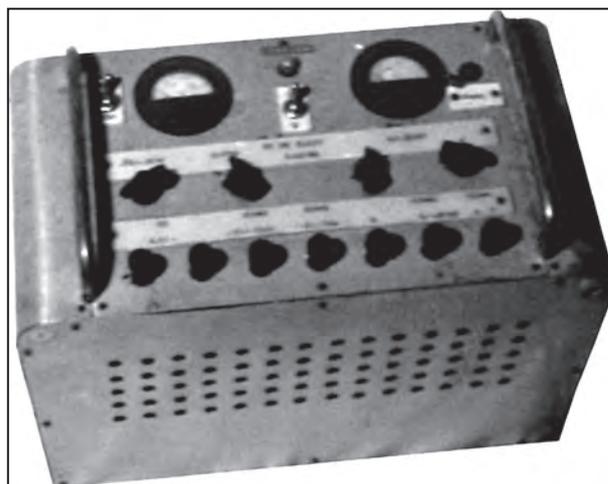


Imagem 15: Fonte de alimentação (Inv^o 1927).

Fonte: Inventário MuseuIST

Oficina de serralharia

O subnúcleo proveniente da Oficina de serralharia é constituído por cerca de 140 fichas registadas pelo GGMIST, com o número do Inventário B, estando atualmente sob a tutela do MuseuIST. É constituído pelas ferramentas necessárias nos trabalhos oficinais: berbequim, caçonetes, casquilhos e tarrachas, escalas graduadas e réguas, ferramentas e material diverso, manómetros, termómetros, etc. Do acervo podemos destacar os maçaricos (inv^o 1844 a 1850), e bicos de Bunsen (inv^o 1751, 1752), pelo facto de se trabalhar o metal e ser necessário ter aptidão na soldadura.

Oficina de instrumentos de precisão

O subnúcleo proveniente das Oficinas de Instrumentos de Precisão é constituído por cerca de 30 objetos, registados pelo GGMIST com o número do Inventário B, sendo que estão espalhados por vários locais, mas sob gestão do MuseuIST. É constituído por balanças de precisão, teodolitos, marcadores de ângulos, peças metálicas, lentes, entre outros. Destaca-se uma freza para abrir rodas dentadas, designada máquina de frezar (inv^o 1721, imagem 16), usada para o fabrico de peças para a construção de outros instrumentos científicos. Com a mesma função, temos ainda um torno mecânico de precisão (inv^o 1724), da marca Lorch, Schmidt & Co., instalado numa mesa de trabalho em madeira e que nas suas gavetas laterais se podem guardar

os acessórios necessários. Digno de registo é o contador do número de voltas de precisão (inv^o 1736) da marca Indicateurs Jaquets.

A coleção de engenharia civil e arquitetura

A coleção proveniente do gabinete de trabalho de arquitetura, que pertence ao GGMCC, é designada aqui por Coleção de engenharia civil e arquitetura pelo facto de a sua totalidade estar instalada no Museu de engenharia civil. O gabinete de arquitetura pertenceu ao arquiteto Alvaro Augusto Machado (1874–1944), um dos primeiros professores da cadeira de arquitetura do IST, dando aulas a partir de 1911, até se aposentar, nos anos 30.

O gabinete existente na sua casa particular foi mantido pelas filhas como o pai o tinha deixado. Uma decisão de deitar abaixo o prédio onde tinha vivido leva as filhas a desfazerem-se destes pertences. Foi feito acordo com o IST para a entrega do espólio e a reconstituição fiel

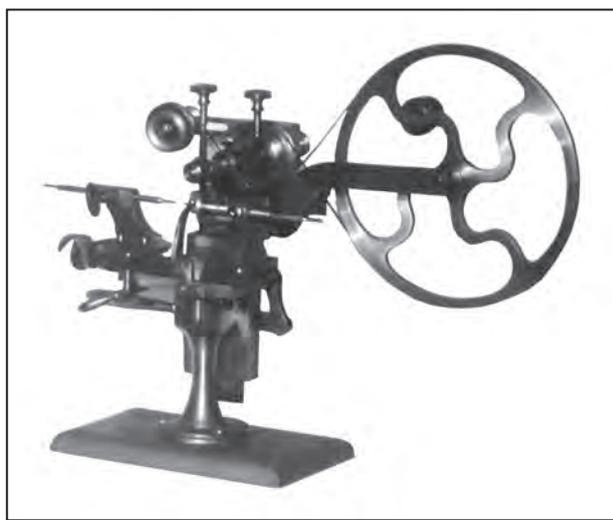


Imagem 16: *Máquina de frezar (Inv^o 1721).*

Fonte: Inventário MuseuIST

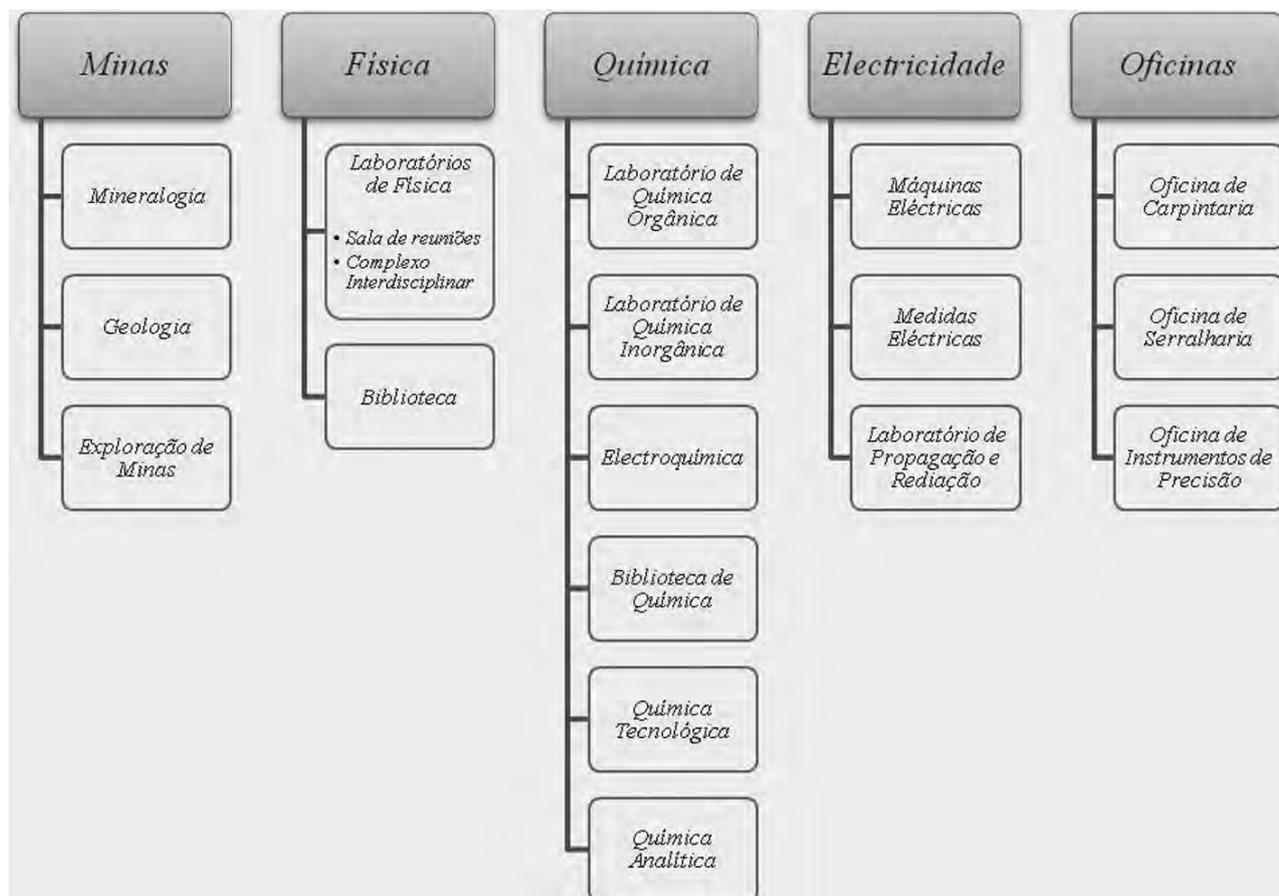
do gabinete. Foi reinstalado no Museu de engenharia civil à escala de origem. Este acervo é talvez o que tem um impacto visual maior, na medida em que as reconstituições de espaços despertam no público e na instituição um interesse mais vivo, talvez pela sensação de que este tipo de musealização, por si só, conta uma história, narra uma memória, através da relação direta entre objeto e o espaço onde foi usado, contemplado, trabalhado, estimado.

Em conclusão, o conjunto formado por estes instrumentos e equipamentos demonstram o interesse em equipar os laboratórios e os espaços de ensino, com os aparelhos mais adequados aos domínios científicos da sua realidade, recorrendo às marcas especializadas no fabrico deste tipo de instrumentos. Muitos destes instrumentos estão presentes em coleções científicas, tanto nacionais como estrangeiras.

As coleções de máquinas e instrumentos multiplicaram-se a partir do século XVIII por toda a Europa, na medida em que o parâmetro da raridade passou a ser substituído pelo objecto que se mostra como representação de um determinado assunto, como a física e a matemática. A análise realizada à coleção do IST, principalmente através das fichas de inventário, demonstra também uma preocupação em agrupar os diferentes acervos em núcleos que correspondem a diferentes domínios científicos (ver diagrama em baixo). Outros propósitos estão por detrás da reunião deste tipo de coleções e que também se podem constatar nos diferentes núcleos da coleção do IST. Por um lado, temos a reunião natural dos instrumentos usados no trabalho do investigador, na sua busca pelo conhecimento através da experiência, da verificação, da medição e do cálculo. Por outro, temos o papel do professor, que na sua explanação e demonstração dos conhecimentos acumulados, se serve dos instrumentos necessários (Turner 1978 p. 185–186). Nesta medida, podemos observar a existência destas dinâmicas na coleção do IST, sendo que o seu acervo provém dos laboratórios e dos espaços de aprendizagem da instituição.

O papel das oficinas

Nas suas *Notas Histórico-Pedagógicas do Instituto Superior Técnico*, Alfredo Bensaúde dá grande importância ao trabalho prático como método na aprendizagem. Os trabalhos práticos revestem-se de uma importância superior que não têm as aulas teóricas. Por isso, reserva um dos capítulos para explicar o valor dos *Trabalhos nas oficinas*. Para ele, esta organização do instituto traduz-se na importância do papel dos trabalhos oficinais, porque é através deles que o aluno adquire grande parte da sua



1. Esquematização dos núcleos de acervo de instrumentos C&T

(...) instrução técnica, aprendendo a conhecer e a manusear as principais ferramentas com que se trabalha a madeira e os metais, desenvolvendo as faculdades de observação e adquirindo o sentimento das coisas, (...).

sendo também um grande complemento dos trabalhos de laboratório. Reconhecia que havia uma certa má vontade dos alunos no primeiro ano de realizarem estas atividades, mas que com o tempo começaram a interessar-se pela atividade, percebendo a sua importância, e por isso, passaram a frequentar as oficinas com regularidade. À medida que os alunos iam ganhando perícia nas atividades que desenvolviam, *vai surgindo naturalmente no seu espírito o sentimento de respeito que devemos à oficina* (Bensaúde 2003 p. 39).

As oficinas tinham mestres especializados nas diferentes manufacturas e havia também um grupo de operários. Nos primeiros anos do IST herdaram o pessoal das oficinas do antigo Instituto Industrial e Comercial de Lisboa, que

teve de ser substituído por pessoal jornalheiro. A maior dificuldade foi a de encontrar pessoas peritas em trabalhos manuais, que ao mesmo tempo tivessem alguma capacidade pedagógica para orientar os alunos.

O eng^o José Mendes Leal, professor e diretor das Oficinas, publica na *Técnica*, em dezembro de 1937, um artigo em que explica a importância, o funcionamento e a função das oficinas do Instituto Superior Técnico. Em 1936, aquando das mudanças da rua do antigo Instituto Industrial para o Arco do Cego, a instalação das oficinas foi convenientemente pensada, como assunto de grande interesse, destinando-se um dos edifícios novos para funcionamento da Oficina de instrumentos de precisão, a Oficina de carpintaria e a Oficina de serralharia. As peças de equipamento das anteriores oficinas foram aproveitadas, pois ainda satisfaziam as exigências do programa estabelecido e quando fos-

se possível seriam substituídas por outras, mais modernas e adequadas.

A oficina de serralharia era a única que ainda não tinha material, mas as condições estavam estabelecidas

(...) à semelhança do que sucede em tantas escolas de engenharia estrangeiras de orientação moderna, em que os conjuntos oficinais têm grande importância pelo lado pedagógico (...)
(Leal 1937 p. 345).

Assim, em termos pedagógicos, procurava-se que o aluno conhecesse os materiais e os processos de fabricação; em termos técnicos, as oficinas estariam aptas a *construir, reparar e retificar* a aparelhagem existente no IST; em termos industriais, as oficinas efetuavam trabalhos para o exterior, ou seja, para entidades alheias à escola. Desde o início do IST, Bensaúde reconhecia que este ensino manual não era perfeito, nem o mais completo, mas era de uma utilidade incontestável, pois permitia aos engenheiros formados *tomar a direção de algumas das nossas oficinas metalúrgicas* (Bensaúde 2003 p. 43).

Mas esta metodologia de ensino através da prática oficial foi-se esbatendo ao longo dos tempos e pelas mais diversas razões (falta de condições financeiras e mão-de-obra, desinteresse dos docentes, necessidade do espaço para outros serviços, entre outras) levou ao seu desmantelamento e apropriação a partir dos anos 80, sendo que o processo de desmantelamento da Oficina de carpintaria e serralharia apenas se completou em 1998, da qual muita da sua maquinaria foi selecionada e guardada pelo GGMIST para ser preservada.

Oficina de instrumentos de precisão

A mais antiga a ser instituída é a Oficina de instrumentos de precisão, criada em 1854, ainda no contexto do Instituto Industrial de Lisboa¹². O diretor do instituto, José Vitorino Damásio (1807–1875) tinha a intenção de estabelecer uma

(...) indústria de instrumentos científicos de que o país carecia na medida em que existia a necessidade de efetuar no país a reparação dos instrumentos de uso quotidiano

dos serviços oficiais e dos estabelecimentos científicos.

(Guedes, 2000 p. 16),

Entre eles contava-se a direção de Obras Públicas, a Comissão de Geodésica, a Companhia dos Caminhos de Ferro e a Telegrafia Elétrica. O zigómetro (inv^o 1804), pertencente ao núcleo das Oficinas de serralharia, foi construído nas oficinas do Instituto Industrial de Lisboa.

Assim, ao longo dos tempos, esta oficina foi sempre considerada como estando *organizada industrialmente* e apta para aceitar e executar trabalhos externos à escola. Continuou por isso a prestar serviço ao Estado e à indústria particular.

(...) Esta finalidade é tanto mais necessária quanto é certo não existirem no país outras oficinas do género, o que não permite recorrer à indústria particular para executar aqueles trabalhos. E mesmo que isso fosse possível, não seria conveniente, pois que normalmente esses trabalhos requerem ser acompanhados por pessoas dos laboratórios para onde se destinam.

(Leal 1937 p. 346)

O seu principal objetivo era constituir-se como um espaço para a construção e reparação da maior parte dos instrumentos dos laboratórios.

Desde a direção do curso de física pelo prof. António da Silveira, por volta dos anos de 1950, que a Oficina de instrumento de precisão foram usadas ao serviço da física. Da Coleção de instrumentos da física poderemos destacar dois pares de esferómetros (inv^o 1035, 1036, imagem 17), um instrumento para medir o raio de peças esféricas; dois nónios angulares (inv^o 2501 e 2502, imagem 18), instrumentos de medição de ângulos; duas réguas (inv^o 2509 e 2510), podendo medir até 50 cm, cuja divisão da escala é 1 cm; e um instrumento de precisão (inv^o 1131) que deverá estar ligado à telegrafia.

Oficina de carpintaria

A Oficina de carpintaria também já vinha desde a fundação do instituto e terá sido a que atingiu maior dinâmica.

As oficinas de carpintaria-marcenaria, compreendendo a de serração e carpintaria mecânicas, a de carpintaria e marcenaria manual e a estância de madeiras com a sua



Imagem 17: *Esferómetros* (Inv^o 1035 e 1036).
Fonte: Inventário MuseuIST

estufa de secagem, além duma finalidade pedagógica interessante, tem importante papel a desempenhar na construção e reparação



Imagem 18: *Nónios angulares* (Inv^o 2501 e 2502).
Fonte: Inventário MuseuIST

das instalações e de mobiliário do instituto e também no fabrico e construção de modelos e moldes para usos escolares.
(Leal 1937 p. 346)

É assim que o eng^o José Mendes Leal, em artigo já mencionado, caracteriza a oficina de carpintaria dando destaque à função pedagógica, ao mobiliário e aos modelos e moldes didáticos.

Relativamente à função pedagógica, retomaremos aqui as reflexões de Alfredo Bensaúde. Nas suas *Notas Histórico-Pedagógicas*, refere-se numa nota de rodapé, que:

Os modelos de órgãos de máquinas empregadas no ensino do desenho são fabricados na oficina de carpintaria do instituto, sob a hábil direção do mestre Francisco Barbudo, e construídos segundo desenhos executados pelos alunos.

Vemos portanto, que a oficina de carpintaria desempenhava um papel importante na construção dos *modelos* didáticos que eram usados no ensino das diferentes áreas, neste caso, o ensino do desenho.

Por outro lado, a Oficina de carpintaria era um espaço de ensino da técnica de trabalhar a madeira. Numa primeira fase, instalaram-se várias máquinas, nomeadamente plainas, serras mecânicas, máquinas de moldar, entre outras, que eram manuseadas por operários, sendo que os alunos tomavam conhecimento do seu manuseamento pela observação. Algumas dessas máquinas foram conservadas após o desmantelamento da oficina.

Numa segunda fase, procurou-se implantar um modelo de ensino na oficina: a cada aluno do 1^o ano era pedido a construção de uma prancheta de desenho e o seu respetivo suporte ajustável em altura e inclinação, usando ferramentas manuais. Como os alunos não estavam interessados em adquiri-las no fim do trabalho executado e avaliado, eram usadas para substituir as que estavam estragadas nas salas de desenho ou então eram vendidas a outras instituições. O modelo desta prancheta servia cabalmente as necessidades de ensino. *O objeto é bastante complicado para exigir do aluno um esforço sério, e não é tão difícil de construir que a tarefa o desanime e desmoralize.* (Bensaúde 2003 p. 41).

É patente em todo o espaço do IST a existência de um mobiliário feito com o mesmo design. Outro exemplo é um miliamperímetro (inv^o 1451, imagem 19) cuja caixa de madeira, onde é encaixado o instrumento de medição, foi fabricada na oficina do IST. Existem outros instrumentos cujo mecanismo vinha dos mais diversos fabricantes e que depois no instituto eram fabricadas as caixas, os suportes necessários e de acordo com as necessidades, para que este pudesse ficar montado ou acondicionado.

Mas esta resposta a necessidades concretas, até mesmo as mais simples, observa-se na

construção de um suporte de madeira para secar material de vidro (inv^o 1670, imagem 20), usado no Laboratório de Química Orgânica; ou até mesmo num suporte para um instrumento de medição (inv^o 2779) usado nos Laboratórios de Física.

O mesmo acontece com um torno mecânico (inv^o 2778, imagem 21) da marca Larch (Alemanha), que foi instalado numa bancada de madeira, com quatro gavetas do lado direito, onde estão guardadas as peças e acessórios em aço que tinham vindo com o equipamento. O móvel terá sido fabricado nesta oficina, pois o seu *design* obedece às linhas do restante mobiliário.

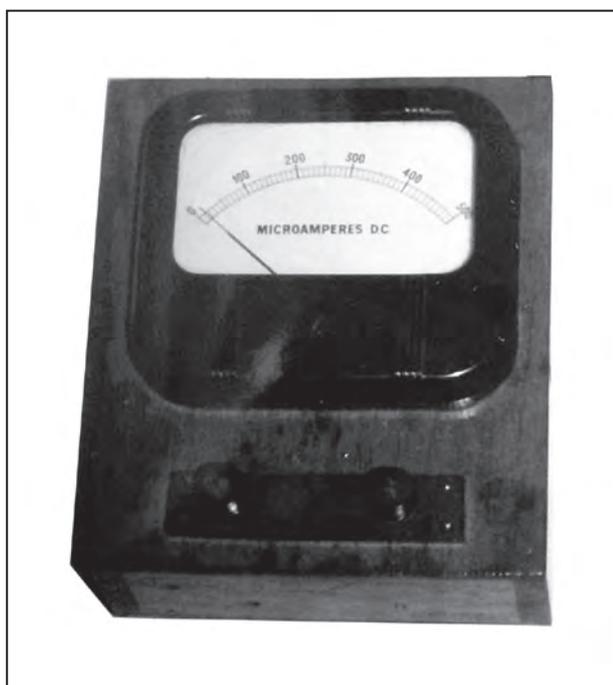


Imagem 19: Miliamperímetro (Inv^o 1451).
Fonte: Inventário MuseuIST

Muitas destas peças de mobiliário não estão arroladas como objetos museológicos, pois continuam em pleno uso: armários (imagem 22), expositores, cadeiras, bancos corridos. Perduram, dada a sua qualidade. No entanto, em alguns casos adquiriram um sentido simbólico e memorial pois encontram-se conservadas e expostas pelos corredores, remetendo para o passado e a identidade de um espaço.

Oficina de serralharia

O conjunto dos operários que constituía a Oficina de serralharia era o seguinte: 1 torneiro, 1 serralheiro, 1 forjador e 2 aprendizes. Para Alfredo Bensaúde, a escolha da metodologia mais adequada à serralharia requereu várias tentati-



Imagem 20: Suporte de madeira (Inv^o 1670).
Fonte: Inventário MuseuIST

vas, chegando-se à conclusão que primeiro era necessário dar aos alunos algumas orientações sobre os processos gerais de trabalho de uma forja, de lima e de torno, pela construção de compassos de serralheiro, esquadros, martelos, etc. (Bensaúde 2003 p. 42). Em seguida, era pedido a cada aluno que construísse uma das peças de uma máquina ou ferramenta que o responsável, um hábil engenheiro mecânico e excelente serralheiro, apresenta em forma de desenho de oficina com o conjunto e os detalhes dessa mesma, em escala natural, onde se encontram representadas peças pequenas cujo fabrico está ao alcance do aluno e outras para os artífices, que serão construídas ao longo do ano letivo. Nas fichas de inventário da coleção da Oficina de serralharia encontram-se, no meio do mais variado equipamento



Imagem 21: Torno mecânico e detalhe de gaveta (Invº 2778).

Fonte: Inventário MuseuIST



Imagem 21



Imagem 22: Vitrina com instrumentos da física (sala de reuniões).

e ferramentas, um conjunto de parafusos (invº 1808, imagem 23) e espalhadores de gás (invº 1809, imagem 24) feitos pelos alunos.

Depois de pronta a máquina, esta era instalada na oficina ou vendida, se não houvesse necessidade de mantê-la. Este procedimento despertava o interesse dos alunos, pois sentiam que estavam a participar e a colaborar num projeto em comum.

Esta oficina estava destinada aos trabalhos correntes de metais e definia-se pela sua função pedagógica. O equipamento era já muito antigo, mas aceitável para a maioria dos trabalhos que eram executados. Por isso, não poderia ter também a exigência de uma oficina industrial nesta área, ao contrário do que aconteceu com a Oficina de instrumentos de precisão. Existiam, por isso, conjuntos de moldes *para os alunos executarem peças idênticas*, tal como nos referem as respectivas fichas de inventário (invº 1818 e 1819, imagem 25).



Imagem 23: *Parafusos (Invº 1808).*
Fonte: Inventário MuseuIST



Imagem 25: *Moldes (Invº 1818 e 1819).*
Fonte: Inventário MuseuIST



Imagem 24: *Espalhadores de gás (Invº 1809).*
Fonte: Inventário MuseuIST



- 1 Este texto reproduz com pequenas alterações o capítulo 3 da minha dissertação de mestrado (Barros 2007 p. 31–66).
- 2 Para a análise desta coleção foi importante a informação do prof. Luís Aires-Barros sobre o seu papel e a importância, fornecida numa palestra promovida pelos docentes da Área Científica das Geociências do Departamento de Engenharia de Minas e Georrecursos, a 4 de dezembro de 2006, subordinada ao tema: *Do interesse e da atualidade dos museus de ciências da terra nas universidades: os casos dos Museus Bensaúde e Dácio Thadeu do Instituto Superior Técnico*, e cujo texto nos cedeu.
- 3 O sistema de Dana foi desenvolvido por James Dwight Dana (1813–1895) para a classificação de minérios segundo as suas características químicas, publicado na obra *System of Mineralogy*, cuja primeira edição é de 1837, mas que tem sido revisito em várias edições, sendo que a última foi editada em 1997, sob o título *Dana's New Mineralogy*.
- 4 Só muito recentemente é que o Gabinete de Gestão do MuseuIST se juntou com o Gabinete de Gestão do Centro de Congressos, dando origem ao Gabinete de Gestão do Museu e Centro de Congressos.
- 5 Trata-se de uma técnica experimental de análise de tensões ou deformações do campo.
- 6 Legenda original: *Centrifugalpumpe. Modellwerkstatt der Königl. Bergakademie zu Freiberg i. Sachsen. Th. Gersdorf* (Varela 2006). Neste caso, e seguintes, transcrevi a legenda expressa no catálogo referido, incluindo as eventuais gralhas aquando da transcrição da legenda do objeto.
- 7 Legenda original: *Modell der südlichen Zwillingswassersäulen Pumpe im Königin-Marienschachte bei Clausthal. Nach Werkzeugzeichnungen angefertigt durch Th. Geyer. Modellmeister der Königl. Bergakademie zu Clausthal 1879* (Varela 2006).
- 8 Legenda original: *Exposition Universelle de Philadelphie 1876. Nouveau Système Cage de Sureté à Ressorts. Amortisseurs et Parachute à action Multiple de Nicolas Libotte – Ingénieur-constructeur à Gilly près Charleroi (Belgique). Nicolas Libotte* (Varela 2006).
- 9 Professor jubilado de engenharia de minas e georrecursos do IST, tendo já desempenhado funções de presidente do Departamento de Minas.
- 10 O Laboratório de Águas pertence ao Departamento de Química mas tem uma gestão autónoma. Atualmente é designado por Laboratório de Análises, está instalado no *campus* e é dirigido pela doutora Maria Cândida Vaz.
- 11 Esta designação de localização deveria ter sido revista e alterada pelo facto de atualmente não existir um Departamento de Eletricidade e sim um Departamento de Engenharia Eletrotécnica e de Computadores.
- 12 O Instituto Industrial e Comercial de Lisboa foi criado em 1852.

Sobre cultura material de C&T

Grelha e aplicação Jorge Freitas Branco

**Entrevista realizada
na tarde de 16 de dezembro de 2008,
na Sociedade de Geografia de Lisboa.**

Manuela Cantinho:

Expor numa perspetiva integrada

Quando foi pela primeira vez confrontada com coleções museológicas?¹

Em 1981, quando fui para o Museu de Etnologia. Desde aí nunca mais me separei das coleções etnográficas, sobretudo africanas. As do agora Museu Nacional de Etnologia constituíram-se sobretudo a partir dos meados do século XX. Nesse âmbito participei na organização e realização de muitas exposições. Por volta de 1992, foi-me solicitado que colaborasse na reorganização do Museu Etnográfico da Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL), que possui coleções recolhidas entre 1875 e 1975. Estas duas realidades museológicas configuram um desfazamento em termos temporais e de contextos de recolha.

Neste momento, estamos a reorganizar a galeria de África do Museu da SGL e a desenvolver um estudo sobre a constituição dos acervos ligados à política colonial dos finais do século XIX. A Sociedade de Geografia de Lisboa tem optado por colocar algumas das suas coleções em depósito noutras instituições. As coleções de zoologia, botânica, amostras de madeira e de mineralogia estão depositadas em instituições que têm capacidade para as conservar, estudar e expor. A Sociedade de Geografia ficou com as componentes artística, etnográfica e histórico-comemorativa do acervo. Esta última, constituída nomeadamente por padrões, lápides ou maquetas invocando a África e a Índia, serviu para legitimar a presença portuguesa noutras paragens.

Onde está depositado esse outro acervo?

No Museu Nacional de História Natural e no Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT), nomeadamente as espécies zoológicas

e uma grande coleção de amostras de madeira (xiloteca). Recentemente, uma das coleções foi transferida do depósito que tínhamos no IICT para o Museu Nacional de História Natural.

São coleções mineralógicas e osteológicas?

Osteológicas. A coleção Silva Teles, que deu entrada no Museu da SGL em 1901, fez parte do gabinete antropológico do museu. Em 1981, a SGL depositou esta coleção no então Centro de Antropobiologia do IICT. Com a extinção desse centro em 2006, procedeu-se ao depósito desta coleção osteológica no Museu Nacional de História Natural. Não temos condições para estudar, conservar, preservar e expor todas estas coleções nas atuais instalações.

Na sua tese relata como esses acervos foram recolhidos para figurar em exposições internacionais ...

Sim. Muitos dos quais enviados por sócios correspondentes ou por comissões que eram constituídas para o efeito, nas ex-colónias portuguesas.

Aqui não existem instrumentos científicos?

Existem poucos, integrados nalguns casos em espólios. Temos o caso do espólio Gago Coutinho do qual fazem parte alguns instrumentos científicos, nomeadamente um sextante e um astrolábio. Estamos a organizar uma exposição inserida nas comemorações a Gago Coutinho, que vai apresentar alguns desses instrumentos. Dentro do acervo do museu, este núcleo é relativamente restrito, não apresentando um número de espécies suficiente para permitir uma abordagem representativa dessa componente da história da ciência.

¹ Sobre a mesma temática ver outra entrevista (Cantinho 2006).

Qual a importância dos acervos de cultura material ligados à ciência e à tecnologia no panorama museológico de Lisboa? As coleções de instrumentos científicos ou de história natural têm sido parentes pobres na atividade museológica?

Não têm sido valorizados. É recente a chamada de atenção. Algumas instituições que detêm esses acervos não conseguem fazer ouvir a sua voz. Não conseguem sensibilizar as tutelas para a importância dos acervos que têm à sua guarda. Falo sobretudo dos museus de história natural, com coleções riquíssimas às quais tem sido dada muito pouca atenção. Não me refiro aos investigadores e conservadores dessas instituições, mas às entidades responsáveis que disponibilizam ou não os meios. Revelam uma grande incapacidade para compreender como esses elementos são fundamentais à formação, tanto dos jovens estudantes como do público em geral.

Relativamente à ligação que existe entre as coleções museológicas da SGL, na sua componente etnográfica, e o acervo do Museu Nacional de História Natural, podemos considerar que existem vários pontos de contacto. Diversos coletores/exploradores do séc. XIX recolheram em simultâneo para diferentes instituições científicas. Foi o que se passou na expedição que Henrique Carvalho fez à Lunda (Angola) entre 1884 e 1888, objeto de um projeto que estamos atualmente a desenvolver. Verifica-se que ele não fez recolhas só para o ministério da Marinha e Ultramar, mas também para a Sociedade de Geografia de Lisboa, para a Sociedade de Geografia Comercial do Porto, ou ainda para o botânico Conde de Ficalho do museu da Escola Politécnica. O mesmo se passou com as recolhas dos naturalistas dos finais do século XVIII, nomeadamente durante a viagem filosófica à Amazónia de Alexandre Rodrigues Ferreira. Os núcleos daí resultantes estão dispersos por diferentes instituições, nomeadamente na Academia das Ciências de Lisboa ou na Universidade de Coimbra. São elementos patrimoniais cujo estudo integrado se torna essencial à história da ciência dos séculos XVIII e XIX. Por motivos que têm a ver com a evolução das instituições e a perceção que se tem ou não das diferentes

áreas do conhecimento, estas coleções foram ficando separadas. Chegou o momento de reabilitar e expor esses núcleos de forma coerente dando a conhecer como é que foi essa aventura do conhecimento em Portugal.

Será que para o público a cultura material ligada à ciência e à tecnologia é menos atrativa que as coleções etnográficas?

Não acho. Tem a ver com o discurso que se consegue ou não produzir, de modo que as pessoas entendam como esses instrumentos funcionam e qual foi o papel e a importância que eles tiveram em determinado momento.

Que público ganha com o património científico? Há um público cativo, as crianças das escolas, mas não podemos justificar uma política só com elas Quem mais cativar?

As escolas é evidente. Mas vejo um público que vai crescendo em termos etários.

A SGL tem uma percentagem grande de público que já abandonou a vida ativa. São pessoas que, se o discurso de quem está a orientar a visita se referir ao outro, às outras culturas pela aceitação da diferença, revelam curiosidade e interesse. Mesmo as pessoas que tiveram uma vida ligada a uma atividade sem grandes ambições em termos de instrução aderem com facilidade. Empenham-se em compreender algo que, antes de entrarem na instituição, se diria ser inacessível e complexo. Se o discurso e a história dos contextos de recolha distanciados forem bem conduzidos, as pessoas integram-se com aquela sensação da descoberta feita! Há histórias que se podem contar sobre objetos muito sofisticados de uma forma simples.

Como formular políticas museológicas sustentáveis, à luz da sua experiência aqui?

Que função dar a este tipo de coleções? Trata-se de uma questão fundamental. Como nos devemos reposicionar relativamente a estes acervos? Não vejo grande benefício na utilização das coleções etnográficas extra-europeias, numa vertente que tem estado a ser novamente explorada por algumas instituições, em que o artefato é visto e divulgado como objeto de arte. Poderá fazer muito mais sentido uma vocação centrada no respeito pela diferença. Fazendo convergir a

ideia de como estes patrimónios artefatuais podem constituir um testemunho insubstituível da variedade e diversidade humanas. Os visitantes sentem distanciamento quando não compreendem, mas se lhes for explicado qual ou quais os significados que determinado grupo cultural atribui aos objetos que produz e utiliza, a sua atitude muda. Por vezes, estes são equiparáveis ao que, em termos de função e conteúdo, os ocidentais produziram. Temos o caso de uma imagem de Nossa Senhora, barroca ou românica. As comunidades que vivem em Portugal oriundas de Angola, Moçambique, etc., deveriam ter um papel mais ativo nesta nova forma de ler estes objetos. É também para elas, para a sua própria necessidade identitária que estes patrimónios devem ser valorizados. Por aqui passa a questão da tolerância. Relativamente a este acervo, gostaria de ter a hipótese de ensaiar um discurso de aproximação, de tolerância, de integração.

**Entrevista realizada
na manhã de 4 de dezembro de 2008,
no ISCTE.**

**Como se confrontou pela primeira vez com
museus e ciência?**

São duas coisas separadas. Sempre fui visitante de museus, desde que me lembro. Depois da licenciatura fui trabalhar para o Observatório das Ciências e das Tecnologias e passei a interessar-me por ciência. E foi no OCT que, havendo um inquérito lá realizado sobre cultura científica, comecei a ficar desperta para a questão dos museus científicos. Na altura, uma das coisas que fazia era descrição e análise de políticas. Um dos eixos da política científica, naquela

Essa proposta de política de público é igualmente válida para os colegas que trabalham com as coleções científicas e de história natural?

Numa coleção de borboletas ou de minerais está em causa a tolerância e o respeito perante o planeta. Os museus com coleções científicas e de história natural têm um papel determinante nesta política de urgência. Não se trata só de respeitar as diferenças culturais existentes, mas também a diversidade do nosso próprio planeta. Julgo mesmo que esse papel perante o público é determinante num momento em que o tempo para interagir com o meio de forma equilibrada parece estar a esgotar-se.

Voltando a uma ideia que já referiu. Na vossa futura exposição sobre Henrique de Carvalho, serão precisos artefatos da história natural por ele trazidos?

Sim, algumas componentes que vão integrar a exposição pertencem a núcleos que não fazem parte do acervo da SGL. É disso que se trata: uma perspetiva integrada. Importa que se perceba que não podemos abordar a temática dessa expedição sem integrar espécies botânicas que pertencem ao Museu de História Natural da Faculdade de Ciências de Lisboa.

Ana Delicado:

*A relação entre ciência e
museus em Portugal*

segunda metade dos anos 90, era a questão da cultura científica e dos centros de ciência. Então, comecei a esboçar a ideia de fazer algum trabalho sobre isso. Recordo-me de ter ido a um congresso, da *Revista Crítica de Ciências Sociais*, em Coimbra. Foi a primeira vez que entrei num museu de ciência, porque aproveitei para visitar a coleção de instrumentos de física da Universidade de Coimbra – na altura, por acaso, estava aberto. Nunca mais voltei a encontrá-lo disponível. Lembro-me de estar no congresso, depois de ter visitado o museu e de começar a

esboçar as ideias do queria fazer em termos de investigação. Tinha acabado o mestrado sobre ONG na luta contra a SIDA. Já trabalhava com a Cristiana Bastos. Ela tinha trabalho na área da ciência. Na tese de mestrado eu abordei o ativismo no tratamento da questão da ciência e da investigação sobre a SIDA e a participação pública. Foi aí que comecei a interessar-me pela relação entre ciência e sociedade.

Com os museus, foi juntar o útil ao agradável, dois interesses díspares que eu tinha até então, combinei os dois. Fiz pesquisas e vi que não estava quase nada feito. Nessa altura a Marta Lourenço ainda estava a fazer o doutoramento e o Pedro Casaleiro tinha coisas sobre públicos, mas não era tema que me interessasse muito ... Por cá havia pouco, quando muito, monografias de museus. E, então, interessei-me por um assunto mais genérico, que foi a relação entre ciência e museus em Portugal.

Recorda-se da sensação que teve ao visitar o Gabinete de física, em Coimbra?

Depois de fazer a tese de doutoramento, até percebo porque consegui visitar o Gabinete de física naquela altura. O congresso foi em 1997 ou 1998 e o Museu de física tinha acabado de sofrer um processo de renovação e da abertura. Desde então, não têm conseguido pessoal para o manter aberto. Nunca mais houve aquela hipótese de entrar ali quase por acidente. Lembrome da sensação de pela primeira vez ter achado que os instrumentos científicos eram esteticamente bonitos. Confesso que o meu nível de cultura científica é básico ou quase inexistente, portanto os princípios da física a que aquilo se refere passam-me ao lado, o que é uma desgraça, mas ...

Acha uma desgraça ...?

Não tenho uma ideia muito snobe em relação a que as pessoas precisam de saber para viver ou para serem felizes. Acho que há coisas mais importantes do que saber exatamente o princípio da gravidade ou a teoria do vácuo. Confesso que não disponho desses conhecimentos e não creio que me façam muita falta. Deito um bocado por terra todo o princípio da existência dos museus, mas enfim. A minha leitura do museu naquela altura foi *isto é muito bonito*. Lembro-me de uma

frase que li em Sven Lindqvist sobre *a beleza dos instrumentos de latão, cobre e madeira numa vitrina iluminada e com suporte de veludo* ... E foi essa a sensação que eu tive ao visitar o museu de física, que os instrumentos eram fabulosamente bonitos, mas também que a informação era muito escassa. Havia umas folhas de sala, que era necessário andar com elas e olhar para as coisas e isso estragava um bocadinho a fruição da beleza estética dos instrumentos. Mas também era um museu estático. Não se podia mexer em nada, não se via nada a mexer, não havia demonstrações. Era só isso, uma apreciação estética, mas despertou-me o interesse científico para fazer uma tese nessa área, se calhar para explicar a minha ignorância sobre o assunto.

O despertar do seu interesse por esse assunto para uma tese aconteceu pelo lado da estética?

Acho que naquela altura foi o elemento estético que me atraiu. Estava mais desperta para a questão dos centros de ciência, porque era o que andava a ser lançado pelo ministério, portanto era o que nós trabalhávamos mais.

Disse-me que desde pequena frequentava museus ...

Mas nunca de ciência. Tinha ido várias vezes a Londres. Só conhecia museus de pintura, artes e conhecia partes do *British Museum*. A partir daí, comecei a interessar-me mais pelos museus de antropologia e etnografia, que também foram uma descoberta. Eu tinha uma prática de ida a museus muito conservadora, eram quase só os museus de arte. Hoje, não acho piada nenhuma aos museus de arte, só quero saber dos de antropologia, de etnografia e dos de ciência. Na altura em que estava no observatório, fui a Londres e pela primeira vez visitei um museu de ciência. A partir daí comecei a pensar: haverá alguma coisa assim em Portugal e eu não sei? Vou descobrir!

Foi por essa via?

Também.

É sempre um complexo de razões, nunca há só uma.

Sim, não há só uma. Eu lembro-me desta ida a Coimbra como sendo marcante para trabalhar nesta área. Depois comecei a aproveitar as

oportunidades dos sítios onde eu ia, para ver os museus de ciência. A partir daí passei não só a tornar-me uma analista de museus, mas também uma frequentadora. Com a finalidade de fazer a tese corri todos os que estavam abertos em Portugal. No domínio das ciências duras não são assim tantos ...

Cingem-se aos três centros universitários tradicionais e a Lisboa, onde estão os organismos centrais que tinham funções de controlo ou de verificação ...

E aos centros de ciência. E estes sim já estão espalhados pelo território.

Esses têm contexto museológico?

Segundo a definição da UNESCO, um centro de ciência é um museu. Não tem a dimensão patrimonial dos outros museus. Alguns combinam os instrumentos científicos com os dispositivos interativos, que são o núcleo. Há algumas exposições no Pavilhão do Conhecimento em que já se mostravam peças fixas ao lado de peças móveis; peças históricas ao lado de peças móveis. Eles compram praticamente todas as exposições, portanto, não se pode dizer que tenha sido um movimento de museologia da ciência portuguesa ou dos centros de ciência portugueses fazerem esse esforço. Embora de alguns sim.

Qual a importância dos acervos de cultura material ligada à C&T no contexto da cidade de Lisboa?

Na cidade de Lisboa não há muitos acervos visitáveis. Não se trata da oportunidade de poder bater à porta e pedir para ver, pois isso será possível em quase todos. É a possibilidade das pessoas, turista ou não, passarem a ver a porta aberta, encontrar um horário, comprar o bilhete e entrar. Que me recorde, há o Museu de Ciência da Universidade de Lisboa, e se considerarmos no IST, aquele pequeno museu de engenharia civil e de arquitectura, que também já consegui ver uma ou duas vezes. Não tenho a certeza se há muito mais coisas. É que todas essas instituições de produção de ciência que têm um acervo de instrumentos que já não usam, instrumentos históricos, patrimónios que herdaram de outras instituições, estão fechadas. Há um projeto de um museu de medicina, em Lisboa. Fez-se uma

exposição há uns anos. Se me pergunta, se é importante para mim a exposição deste tipo de património, eu digo que sim.

E qual a relevância numa perspetiva do público?

É importante para mostrar que a ciência em Portugal não começou ontem. Não começou com o Mariano Gago, por exemplo. Que não é uma coisa de hoje, que já há um património, que há uma história que vem de trás, que há esforços feitos sobretudo a partir do século XIX e ao início do século XX, e que apesar de todas as dificuldades, houve ciência em Portugal. Esse património material testemunha um pouco isso. No caso dos museus da Universidade de Lisboa, é mais material de demonstração do que propriamente de investigação, à exceção do novo Laboratório de Química.

A produção de ciência em Portugal no século XIX e início do século XX é escassa, portanto o material que existe é didático, é de demonstração. Mas existe também algum material de investigação e isso é importante salientar. Os instrumentos do século XIX com o latão, o cobre, são muito bonitos e acho que é algo que as pessoas, os públicos em geral desconhecem. Têm estado muito escondidos. É importante valorizá-lo, musealizando-o, nem que seja para recordar que a ciência tem um passado, até em Portugal. E é uma forma de legitimação das instituições e de procurar que elas continuem no futuro. Hoje discute-se muito o futuro dos laboratórios do Estado, se vale a pena mantê-los ou não. O património que detêm é de certa forma uma fonte de legitimidade. Pode motivar o público a querer saber o que essas instituições fazem hoje, com essas coisas tão bonitas do passado. Suscita curiosidade, o que é uma maneira de levar as pessoas a entrar em espaços que não conhecem.

Há um problema na divulgação destas coisas. As pessoas que conheço não sabem sequer o que é o Museu de Ciência da UL, que é uma instituição que está de portas abertas. Estes museus têm muito público entre as escolas, mas também é importante levar a cultura científica e o conhecimento sobre ciência e a sensibilização para a ciência a outros públicos que não o escolar. E isso falha não só em Lisboa, mas em

Portugal inteiro. Em todas as políticas que têm sido seguidas pelas instituições e mesmo pelo ministério. Consideram que a cultura científica deve ser dirigida sobretudo às crianças. São elas que devem ser informadas para o futuro, esquecendo os adultos.

Como interessar o público que frequenta um centro comercial ou um centro cultural, por um museu de ciência?

É um prodígio levar as pessoas a ver a difícil arte moderna e contemporânea. E portanto não há-de ser tão difícil assim levar as pessoas a conhecer ciência.

Então, que falha?

Dinheiro! Campanhas massivas nos meios de comunicação, como aconteceu no Museu Coleção Berardo. É isso que leva as pessoas. Os dinossauros tiveram massivas campanhas de divulgação e foram 93000 visitantes em cerca de três meses.

O pavimento da calçada ao pé do museu ficou estragado por causa dos autocarros que estacionaram ali. Não acho que seja difícil motivar as pessoas a ver ciência. Tem de haver uma campanha de divulgação continuada. Isto funciona em círculos fechados, é sempre para as escolas ... Não se vê um anúncio sobre as exposições.

O Museu de História Natural é um exemplo: tem tido exposições belíssimas ao longo dos anos e o Museu de Ciência também teve, embora agora não tenha tido tantas ... as últimas têm sido fraquinhas ... Faltam-lhes financiamentos.

Não é difícil motivar as pessoas. Tem de se criar o circuito de informação. Não há divulgação na televisão, não há divulgação em *outdoors*, não há nada que sugira às pessoas: *Ah, isto é boa ideia para o fim-de-semana*. Muita gente crê que as exposições não são para si, são para especialistas ou para as criancinhas. Funciona de forma diferente nas artes, onde reina uma aura de democracia – é para todas as idades. Os museus e a política seguida pelas instituições e pelo ministério têm dirigido as exposições apenas para as crianças, ignorando-se o público adulto. Isto afasta pessoas dos museus, porque quem não tem filhos pequeninos não se revê, sente-se deslocado.

Em Paris, em Londres, os museus de ciência estão cheios de adultos.

Alguns museus têm tido a capacidade de chegar ao público, onde ele está. Tem havido exposições de dinossauros nos centros comerciais. E acredito que essas tenham imenso êxito. Se é difícil levar as pessoas aos museus, talvez seja mais fácil os museus irem até elas.

Fala-se de coleções de cultura material C&T. Haverá vantagem em tratar os acervos em conjunto, ou separadamente?

É muito mais fácil as pessoas terem acesso à tecnologia do que à ciência. Ela está no quotidiano. Julgo que pela tecnologia é mais fácil fazer a ponte com a ciência, porque muito da ciência é abstrato, é concetual, são fórmulas matemáticas, sem uma evidência. Por mais bonitos que sejam os instrumentos científicos, não é por olhar para eles, que nos apercebemos para que servem.

Nos objetos tecnológicos não é bem assim. Verifica-se não só no Museu da Eletricidade, como por exemplo, na exposição sobre Einstein na Gulbenkian, onde se estabelece a ponte entre a física teórica do cientista com as aplicações do quotidiano. Esse esforço tem vindo a ser feito e resulta numa fórmula de sucesso, não há dúvida.

No caso das coleções do IST acho que faria todo o sentido. Houve há anos, uma grande exposição, e que eu acho que o IST teve papel importante, *Engenho e Obra*, e realizou-se na Cordoaria Nacional. Também teve filas à porta, teve sucesso. Viam-se os modelos das barragens, das centrais elétricas, tudo isso agrada ao visitante, sobretudo quando mexe e se pode carregar num botão.

Havia coisas bastante censuráveis nessa exposição. Tinha um discurso pró-engenharia, omitia muito o contexto social. Apesar de ter a colaboração de historiadores, era uma ação celebratória. Eu tenho sempre receio que na museologização da tecnologia, se faça sempre coisas muito celebratórias e que nunca se discuta o volte-face da tecnologia. Porque há a perceção de que o público é ignorante, irracional e que se assusta, se numa exposição forem discutidos não só os aspetos positivos da tecnologia, mas também os negativos. Pensa-se que isso afastaria as pessoas. Acho que não é verdade. O que aliena o público, às vezes, são os discursos celebratórios

e cor-de-rosa da tecnologia, que são contrários à experiência que as pessoas têm no seu dia-a-dia. Considero que ver isso discutido num museu ou numa exposição é muito mais inteligente e é muito mais capaz de persuadir o público, do que uma exposição celebratória e triunfalista. Gostaria de ver numa exposição de engenharia tratada a questão de Foz Côa; o efeito que as barragens têm nas paisagens, nas comunidades. São efeitos da aplicação de engenharia.

Falou em engenharia. Parece-lhe que a engenharia está presa a uma imagem construída de superlativos?

Todas as ciências estão. Houve uma exposição sobre o nuclear no Museu de Ciência que era atroz. Era uma propaganda ao nuclear impressionante. Aí, a física também se defende omitindo as questões menos positivas do seu trabalho. Quase todas as ciências se defendem, manipulando a imagem que dão de si, em fóruns públicos ou em museus

A auto-imagem produzida pelas ciências sociais também padece do mesmo?

Só há uma ciência ou duas, se considerarmos a arqueologia, que se apresenta nos museus. Por mais que eu me bata por museus e exposições de sociologia, infelizmente isso ainda não acontece. A antropologia sim, porque as coisas são diferentes. O Museu Antropológico da Universidade de Coimbra tem uma vertente académica muito forte. Conheço algumas das exposições que fizeram, e são muito mais reflexivas e críticas do que, por exemplo, aquilo que é apresentado no Museu Nacional de Etnologia, onde há um discurso mais sanitizado. Também pode dizer-se, *não é isso a função deles*, mas isso é válido para todas as ciências. Tudo o que tem a ver com o património colonial carece de uma crítica bastante forte. E o próprio papel dos antropólogos desse período é criticável, questionável, e isso não aparece nas exposições, o que aparece é o património, as fotografias do antropólogo a fazer entrevistas, as etiquetas, algumas vão ao ponto de dizer *esta peça foi roubada*. A imagem que a antropologia dá da sua prática, da recolha material, também é bastante higienizada.

Nessa ordem de ideias podemos comparar o antropólogo e o engenheiro. Concorda?

Essa foi a minha perspetiva na tese. Por um lado arrependi-me, porque foi muito trabalhoso colocar todas as ciências num mesmo prato; por outro, abriu muito o flanco à crítica académica. E comparar tanto a musealização das ciências duras, como a engenharia, com a das ciências sociais, são coisas diferentes. Venho da sociologia da ciência, onde há um pressuposto de que temos de tratar as ciências e as formas de conhecimento, científicas e não-científicas, de forma simétrica. É interessante analisar como a antropologia se representa no museu, tal como é interessante ver como a engenharia se representa em contexto de museu, ou ainda as ciências naturais. Coxeiam pela mesma pata, porque os museus são a face pública de muitas destas ciências.

Tenho uma teoria sobre a fraca existência de museus de engenharia: tal prende-se com a menor necessidade que esta tem em recrutar estudantes. A engenharia tem tal prestígio na sociedade portuguesa, que precisa menos de fazer um museu do que a biologia, a física, a antropologia. Por isso há tão poucos museus de engenharia. Daí o sucesso da exposição *Engenho e Obra*, pois revelou acervos do IST fechados. O único que está realmente aberto, e nem sempre, que eu algumas vezes tentei visitar, tentei ver, e estava fechado, é o de engenharia civil. A engenharia tem, de facto, poucos museus. No Porto não há nada – eles têm uma faculdade prestigiada.

Têm a coleção de instrumentos científicos antigos ...

Sim, mas também não é visitável, que eu saiba.

Telefona-se. A do ISEP é visitável, a da FEUP ainda não ...

Sim, mas fazer um museu da universidade ... Mas eles têm um museu muito bom no Porto, que é o Museu dos Transportes e Comunicações, na Alfândega. Esse sim, tem-se dedicado muito à engenharia. Fui lá a uma exposição sobre o Edgar Cardoso. Portanto, a engenharia tem pouca visibilidade em termos de museus, investe pouco até agora. Eu sei que o IST tem há anos um projeto, até tem protocolo com Flo-

rença, eu todos os anos lia nos relatórios deles, que estavam a pensar no assunto.

Que público para o património científico?

As estatísticas demonstram que a esmagadora maioria do público que visita museus e centros de ciência é constituída por crianças. É a chamada visita não voluntária.

Considero que os museus deviam servir de *interface* entre o público e a ciência, servir de lugares de debate, onde os cientistas encontrariam o público e receberiam alguma coisa desse público. Em Portugal, isso não acontece. Em três anos de trabalho de campo nunca vi isso, em lado nenhum. Há aquela caixa das sugestões e comentários, há o livro de visitas, mas não é a mesma coisa. Continuo a achar paradoxal, como é que o número de museus e centros de ciência explodiu nos últimos anos. Passámos de não haver quase nada, para muita coisa, e a taxa de visitas a museus foi diminuindo! Mas estes inquéritos são feitos a partir dos 15 anos de idade, portanto, não apanham a população que realmente visita os museus, que são as crianças em visitas escolares. Portanto, o público atual é a criança; o público virtual é o adulto. Este último é que acho que teria interesse pela ciência, podia ser motivado, mobilizado a visitar um museu de ciência, mas que não o é.

Na sua opinião, há que concentrar esforços nos adultos?

Eles estão à margem. Mas isso começa desde a conceção das exposições, ao fazerem-se coisas que agradem às crianças, mas que também interessem, motivem e estimulem a curiosidade, a reflexão e a inquirição dum público de adultos. Não é só mostrar, ensinar coisas; é também, fazer pensar sobre elas e recolher a opinião das pessoas sobre essas questões. Um museu tem a virtualidade magnífica de apresentar as coisas a três dimensões, combinando texto, imagem e objeto de forma muito mais interativa do que, por exemplo, a televisão.

O museu requer um ato de vontade, ir ao museu significa interesse.

Isso é muitas vezes menosprezado por quem gere os museus e toma decisões sobre museus. Não me refiro ao pessoal dos museus, que está constrangido por razões financeiras, mas das

instituições que os tutelam, como as universidades e ministérios, ao não providenciarem meios. A possibilidade de chamar pessoas aos museus para dialogar e refletir com os cientistas está subaproveitada

As classes médias e o número de pessoas com formação de nível superior cresceram muito. 25% da população portuguesa concentra-se em Lisboa e só 10% da totalidade nacional tem educação superior. Portanto, há potencial de público a atrair aos museus e a motivar para a ciência.

Então, temos que encontrar uma nova prática museológica?

Também. Não só de divulgação, mas no sentido do conteúdo dos museus ser feito a pensar não só na criancinha que precisa de saber as leis da física e como funciona uma barragem, mas também nos adultos.

Que nova prática?

Os museus precisam de um investimento massivo. Os museus universitários vivem da boa vontade e do interesse de meia dúzia de curiosos. O Museu de Ciência da Universidade de Lisboa tem a Marta Lourenço, que é uma pessoa formada em museologia, mas é provavelmente a única pessoa lá com essa formação. Este museu até há pouco tempo vivia da energia e do dinamismo do prof. Bragança Gil, que se aproxima dos 90 anos. Fiz uma entrevista à pessoa que lhe sucedeu: nunca tinha sequer visitado o museu e acedeu ao cargo sem o saber.

Sucedeu administrativamente ...

Não têm culpa ... não culpabilizo ninguém. Para um museu universitário é nomeado um professor universitário, que já acumula a docência, a investigação e as tarefas administrativas. Por regra, o museu vai parar às mãos de quem já está no fim de carreira e já não tem a energia, a motivação ou mesmo formação em museologia.

Coimbra deu um salto enorme: criou e investiu num museu e dotou-o de gente especializada. O Pedro Casaleiro é doutorado em museologia, tem uma equipa com pessoas há anos à frente do museu, como o Paulo Gama Mota ... O museu é fabuloso! Deixa a anos-luz qualquer coisa que tenha sido feita em Lisboa.

Os centros de ciência são o mesmo problema, vistos como sendo para as criancinhas. As exposições parecem paradas no tempo, não mudam, os instrumentos degradam-se. Isso aconteceu também no Museu de Ciência, em Lisboa, que está num estado miserável. E não havendo renovação dos conteúdos e da exposições as pessoas também só lá vão uma vez e não voltam.

Do lado dos museus era preciso um investimento muito forte para fazer boas exposições, não apenas comprá-las no estrangeiro. Há o mito que só no estrangeiro é que se consegue. Eu vi exposições feitas por portugueses muito boas – a do museu de Coimbra é mesmo muito, muito boa e é produto de recursos humanos nacionais. Existe muita gente já formada e outros em vias de formação. O problema é a sua contratação e a dotação financeira dos museus. Nas universidades, os museus parecem ser os parentes pobres, porque não geram receitas de bilheteira. O ministério tem investido nos centros de ciência e praticamente nada nos museus. Fez-se investimento no início dos anos 90, que no Museu de História Natural foi usado para reformular salas, de tal maneira bem, que chovia lá dentro. Resolver o problema dos públicos também é fazer melhores museus e dar-lhes mais meios para que o possam ser.

**Entrevista realizada
na manhã de 5 de janeiro de 2009,
no ISCTE.**

Como lhe surgiu o interesse pelos museus?

Foi no seguimento da minha entrada para a Universidade de Évora, em 1991. Tinha feito nos anos 80, na Universidade Nova de Lisboa, o mestrado em história cultural e política, e o período que tratei na tese foi o século XVIII e a implantação do constitucionalismo nos anos 30 da centúria seguinte. Estudei em particular a figura de um matemático, Francisco Simões

O seu percurso pessoal parece apontar para uma outra prática que talvez atraia público adulto. Como afirmou, já conhecia e frequentava muitos museus, mas houve uma altura que os encarou pela vertente estética. Será que os museus de ciência e de técnica deviam potenciar esse componente para chamar gente?

A minha paixão por museus de ciência surgiu pelo lado estético, mas porque era o que estava disponível naquele museu em particular. Depois de visitar os grandes museus da Europa, como o *Science Museum* e a *Cité des sciences*, vi o interesse que a ciência tem, além do elemento estético, para o quotidiano e a forma como se pode levar as pessoas a debater assuntos importantes. Se calhar, por ser socióloga da ciência, é-me mais fácil gostar de um museu de ciência do que outra pessoa qualquer. Mas não é só isso. O meu lado de cidadã, de pessoa socialmente empenhada, leva-me a gostar dos assuntos científicos. Porque não vejo a ciência e a tecnologia como coisas isoladas, feitas algures e destituídas de interesse. Vejo-as como algo com um fortíssimo impacto na vida contemporânea. As pessoas interessar-se-iam por ciência, se lhes fosse dada oportunidade de ver como ela pode ser mostrada e debatida. Os museus que mencionei atraem-me porque pedem qualquer coisa de mim em troca da visita. E isso é motivador. Como estávamos a falar ao princípio desta entrevista sobre as televisões privadas entrevistarem as pessoas da rua, tornando-as protagonistas. Elas sentem-se motivadas por lhes ser pedida uma opinião.

**João Brigola:
*Mais cultura científica.***

Margiochi, que ficou célebre por ter sido o proponente da extinção do Tribunal do Santo Ofício. Alarguei a pesquisa a um conjunto de deputados vintistas e cheguei à conclusão de que tinham sido eleitos para o nosso primeiro parlamento um conjunto de 16 deputados de formação naturalista, médica ou matemática. Fiquei com esse período cronológico como o da minha formação base e com o enfoque disciplinar

da história da cultura. Quando fui contratado pela Universidade de Évora e tive de escolher um tema para o doutoramento, fazia sentido escolher algo que tivesse que ver com a minha docência. Ora, eu tinha entrado como assistente numa nova licenciatura, a de património cultural, por isso, a tese teria de se ligar, ou ao universo do património, ou ao dos museus. Pareceu-me mais adequado escolher os museus, porque estavam menos estudados. Daqui nasceu o livro *Coleções, gabinetes e museus em Portugal no séc. XVIII*.

Devo dizer que foram importantes, nesta minha decisão, dois colegas com quem me aconselhei, ambos de Lisboa. Um foi o Fernando António Baptista Pereira, da Faculdade de Belas Artes, que já tinha estudado colecionismo daquele período a partir das coleções de Frei Manuel do Cenáculo e das suas relações com a igreja. Incentivou-me a aprofundar o tema, dizendo que estava ainda tudo por fazer, por organizar e por sistematizar. Ele foi, por isso, o responsável pela minha escolha temática. O segundo colega foi o Henrique Coutinho Gouveia, um homem da antropologia, mas já há muitos anos ligado à museologia. Tem sido até hoje um interlocutor privilegiado, um amigo, que acabou depois por fazer parte do meu júri como arguente.

Quando vai ao museu o que sente?

Sou um visitante compulsivo de museus, um apaixonado e se calhar até obcecado e exagerado. Quando levo comigo a família, sei que ela sofre um pouco, sobretudo as minhas duas filhas mais jovens. Segundo uma estatística que ouvi ser citada, parece que, em cada cinco turistas interessados em cultura, quatro visitam monumentos e apenas um, visita museus. Sou seguramente um desses últimos, que de preferência visita os museus. Mas o meu olhar é muito contaminado pela preocupação profissional, pelos bastidores da instituição. Dou comigo mais interessado em verificar as funções que o museu está a cumprir ou não, na componente cenográfica e expositiva, na parte técnica, na museografia e deixando para segundo plano a fruição daquilo que está exposto. Isso é um vício profissional e muitas vezes tenho que voltar duas ou três vezes ao mesmo sítio, para depois apreciar as coleções.

... uma exposição que lhe tenha ficado na memória por qualquer um desses motivos?

Essa é uma pergunta muito interessante, mas difícil de responder. São sempre as últimas ... Posso dizer, as últimas que vi e que me impressionaram, foram neste verão, em setembro. Em Leiden visitei o Museu Boerhaave, do grande médico europeu, o mestre do nosso estrangeirado setecentista, António Nunes Ribeiro Sanches. No catálogo, o português é uma das pessoas mais citadas e é aí considerado o discípulo dileto de Boerhaave. Foi depois contratado pelos czares da Rússia, onde foi médico imperial. No regresso instalou-se em Paris e nunca mais voltou a Portugal. Este museu ocupa um pequeno espaço no centro da cidade, mas encontra-se muito bem organizado do ponto de vista da ligação entre a ciência e a forma como são expostos os objetos e os instrumentos científicos. Uma verdadeira lição de didática do conhecimento científico, divulgando o complexo através de processos simples. É também de valorizar o facto de os processos expositivos não fazerem concessões ao que é considerado hoje o moderno – que por vezes roça o mau gosto – na medida em que assume em grande parte do percurso o mobiliário, os suportes expositivos, tal como eles eram há muitas décadas e séculos atrás, já que dispõem de coleções desde o século XVII. Mesmo antes da existência deste museu, já Leiden e a sua universidade eram conhecidos por acumularem muitos objetos ligados à didática médica.

Um dos aspetos mais curiosos e cativantes do museu é uma reconstituição, à escala real, do teatro anatómico. Podemos entrar, ver de cima, de baixo, de lado, como era uma aula de anatomia, com os alunos sentados à volta e todo esse espaço rodeado de gravuras e de descrições da época que a contextualizam através da prova iconográfica.

Quais as coleções que gosta mais: as chamadas científicas, as ligadas à arte, ou as pertencentes às ciências da sociedade?

No período que estudei, a dominância eram as coleções naturalistas, científicas. Por isso me lixei a elas de forma especial. Como cidadão comum, visitante de museus, considero-me mais próximo das coleções de arte.

Entre os espaços tecnológicos, temos como referência obrigatória, o Museu da Eletricidade, que foi recentemente reaberto, depois de remodelado. Apesar de optar por uma política expositiva muito controversa no meio museológico, como se sabe, o certo é que atrai muita gente, conseguindo congregiar visitantes em cada vez maior número.

O Museu de Ciência da Universidade de Lisboa, criado nos anos 80 do século passado, pela iniciativa do prof. Bragança Gil, com o seu magnífico *Laboratório Chimico*, recentemente reabilitado, não conseguiu ainda vingar do ponto de vista da atratividade massiva dos públicos, mas há que olhar também para a importância dos estudos, da investigação e dos projetos de divulgação científica. Inquietante, a meu ver, é o facto de a manutenção desta instituição museológica no edifício da antiga Escola Politécnica ter sido considerada, num debate público recente, descartável. Houve mesmo a assunção de um projeto que passaria pela alienação, pelo menos parcial, do espaço da antiga Faculdade de Ciências da tutela da Universidade de Lisboa, para um consórcio alargado em que o Estado, a Câmara Municipal de Lisboa e os privados poderiam intervir, construindo ali um grande equipamento, mas com um aproveitamento mais dentro da lógica da História Natural. Temos portanto aqui algumas fontes de tensão que são iniludíveis, evidenciando uma difícil coabitação entre as instituições museológicas e científicas da Politécnica, que importaria solucionar rapidamente.

Falando ainda de jardins botânicos, torna-se obrigatória uma referência ao Jardim Tropical, instalado na zona de Belém, próximo dos Jerónimos. Apesar de hoje estar um pouco degradado, também teve a sua importância na história científica de Lisboa.

Qual o papel a atribuir às coleções científicas para que tenham e ampliem o seu público?

Há um trabalho prévio antes de chegar à sua divulgação e organização. É o ponto onde nos encontramos e para aí estão a caminhar alguns projetos científicos. Um deles é o vosso projeto (do ISCTE), que de alguma maneira também passa por aí, com o estudo das coleções do Instituto Superior Técnico. Estamos na altura de

Sou frequentador de tudo o que é arte, e sempre que posso visito centros de exposição, museus e galerias de arte, em particular moderna e contemporânea.

Que lhe parece mais importante numa exposição? O que torna uma coleção atrativa ao público?

Hoje em dia vivemos submersos numa cultura visual. Temos que viver com ela e assumi-la. Diria que a componente estética, a da fruição sensível, da ambiência atrativa que se cria num espaço, é fundamental para a receção de novos públicos e para um público que vai pela primeira vez a um museu.

Mas, depois, há que assegurar a credibilidade e a honestidade dos textos, das fontes e da informação prestada, que não pode ser simplificada ao ponto de se reduzir a informação a um mínimo próximo da sua inexistência.

Qual a importância dos acervos ligados a C&T, no panorama museológico de Lisboa?

O ICOM alarga muito o conceito de museu. E em museus de ciência também estarão implícitos os espaços ligados à história natural. Por isso, teremos que lembrar o equipamento porventura mais visitado em Portugal, o Oceanário. É uma referência. Todos os equipamentos que têm a ver com a natureza são em geral muito visitados – o Aquário Vasco da Gama, já no concelho vizinho de Oeiras; o próprio Jardim Zoológico.

Os jardins botânicos são menos visitados, mas constituem pulmões essenciais na cidade. São âncoras de regeneração e de revitalização urbanas, como se está a ver nos atuais projetos – muito discutidos e vividos – em relação à área da Politécnica: ao Príncipe Real, ao Jardim Botânico e ao Parque Mayer. Tudo isso está a ser trabalhado e, segundo notícias muito recentes, já foi aprovado o projeto do arquiteto Manuel Aires Mateus para intervir naquela zona. A própria Ajuda, com o seu Jardim Botânico desenhado desde 1768, apesar de a partir da metade do século XIX ter perdido a importância que um dia teve, até pela descentração do poder político e da perda de importância geográfica dentro da cidade de Lisboa, continua a ser um equipamento com uma grande atratividade.

se avançar para um trabalho coletivo, multidisciplinar e multi-institucional, elaborando-se o roteiro das coleções científicas de maior relevo. Não só em Lisboa mas, na impossibilidade de alargar essa tarefa a todo o país, pelo menos dirigi-la igualmente às outras duas principais cidades universitárias, Coimbra e Porto. Além de um livro, esse trabalho deveria resultar também numa valência virtual, através da construção de um *site*. O passo seguinte seria construir circuitos temáticos, à semelhança de Madrid (serve de exemplo, o roteiro temático do Renascimento, o do século XVIII, etc.). Feito esse levantamento (dois a três anos) poderíamos começar a pensar na sua exposição.

Sou contrário à ideia de se avançar para um museu sem haver uma consolidação prévia de algumas funções que não são as da exposição ou da divulgação. Recolha, conservação e documentação deviam ser as tarefas prioritárias nesta fase. E só depois então, pensar-se-iam as formas de atrair públicos. Aqui, mais uma vez, julgo que os roteiros temáticos na cidade seriam fundamentais: a área da Politécnica, se associarmos o Museu de Farmácia, a biblioteca da Academia das Ciências, o Museu Geológico e Mineiro ... paredes-meias com a Academia das Ciências. As últimas constituem repositórios arquivísticos e das coleções geológicas e mineiras, quando no século XIX a arqueologia, a antropologia e a geologia andavam de mãos dadas, o que explica que José Leite de Vasconcelos tenha idealizado um Museu do Homem Português.

São roteiros deste tipo que a cidade de Lisboa pode oferecer. Mas Coimbra e o Porto também seguramente os têm. Mas, repito, primeiro há que elaborar um roteiro como resultado dum levantamento, seguido da publicação destas fontes para a história da ciência.

Que será mais apropriado: incentivar a cultura científica por temas ou incentivar o público a interessar-se pela ciência, pela sua cultura material?

Aí é adequado falarmos numa divisão que o prof. Bragança Gil gosta muito de abordar e que volta a sublinhar na entrevista que se publica na *museologia.pt* (cf. Brigola & Raposo 2008).

Ele fez parte do comité do ICOM ligado aos centros de ciência e museus e lembra o debate entre os defensores das coleções históricas e os que dão prioridade ao que já não são propriamente museus, mas equipamentos de divulgação, difusão, conquista de públicos e tem a ver com educação científica – os centros de Ciência Viva. Há que fazer uma distinção entre a missão de uns e a de outros. Não vale a pena entrarmos em caminhos que são do outro. Interessa identificar os públicos-alvo e, qual a missão primeira dos centros de ciência, e qual a dos museus. Defendo que a primeira e a mais essencial das funções museológicas – a Lei-Quadro dos Museus (decreto-lei 47/2004, 19 agosto) consagra-o – é a investigação.

Como equacionar políticas museológicas sustentáveis, tendo em conta o património científico?

Um excelente exemplo: o Fluviário de Mora é um sucesso, com 350000 visitantes em pouco mais de um ano de funcionamento e dá lucro: a Junta de Freguesia de Cabeção recebeu uma ambulância comprada com parte dessas verbas. Esta estrutura expositiva, com atração lúdica muito evidente, tem simultaneamente aquela componente que falava agora, a da investigação, assegurada por um protocolo com a Universidade de Évora. Não é apenas um local de entretenimento, sustenta-se em trabalho científico desenvolvido em laboratórios.

Imagina uma arquitetura que funcionasse à escala de Lisboa e que abrangesse o património científico histórico?

Refere-se a um edifício de raiz? Os edifícios de raiz em Portugal têm uma atribulada história e são muito recentes. Como exemplo disso mesmo, vejo o facto de entre tantos museus que estão hoje em construção, poucos serem construídos de raiz – o Museu do Douro, o Museu de Foz Côa e o novo Museu dos Coches. E talvez possamos juntar o equipamento em Cascais que será conhecido como a Casa dos Desenhos e das Histórias de Paula Rego. Os exemplos que nós temos, em geral, são reutilizações de edifícios antigos ou históricos. É a componente preservação do património edificado que acaba por

vingar. Mas também, de alguma maneira, a das dificuldades que há em disponibilizar verbas.

Há construções de raiz relativamente recentes no setor das artes, como a Gulbenkian, o de Etnologia ...

Mas é muito recente. Etnologia nos anos 70, nos anos 60 a Gulbenkian. O caso primeiro, foi nos anos 40 nas Caldas da Rainha, mas que nem sequer era para ser definitivo. Tratava-se de uma construção provisória no âmbito das comemorações centenárias. Foi António Montez, um erudito local muito ligado ao regime, que conseguiu convencer as autoridades a permitir um pavilhão no parque da cidade, onde se encontra hoje ainda com a designação de Museu José Malhoa, passando de construção efémera a definitiva. De resto, à semelhança do pavilhão da Exposição do Mundo Português que António Ferro, em 1948, conseguiu manter como Museu de Arte Popular. O CCB, que alberga a Coleção Berardo, é muito recente e não apresenta todas as funções museológicas, é mais um centro de exposições.

Voltando à questão do equipamento de raiz com coleções científicas: Seria uma hipótese a construção de um museu para albergar coleções científicas em Lisboa, mas a questão dos custos e a sua sustentabilidade é sempre complicada. As várias tutelas aí necessariamente envolvidas seriam outra parte do problema. Teria de haver uma instância que conseguisse conciliar vontades num projeto comum e arranjar fundos. No debate do mês passado, na Politécnica, o jornalista José Manuel Fernandes foi um grande impulsionador desta ideia. Aderiu muita gente da assistência, composta por pessoas ligadas à própria Universidade de Lisboa. Comprovou-se que a área de ocupação de um tal edifício seria superior à do *Museum d'histoire naturelle*, em Paris. Na vizinhança do Jardim Botânico, com a tradição de ensino das ciências continuada naquele espaço ao longo dos séculos – na Cotovia, desde o tempo dos Jesuítas, o Colégio dos Nobres, a Academia de Marinha, a Escola Politécnica, a Faculdade de Ciências – também podia fazer-se dali o grande pólo agregador das coleções de história natural. Poderia haver espaço para um Museu de Ciência com coleções

científicas, com coleções técnicas, eventualmente, construído de raiz ...

Nunca refleti com profundidade sobre esse assunto, porque considero prioritário neste momento o levantamento das existências através de um roteiro ...

Que pode fornecer informação fundamentada para pensar num projeto ...

... de um museu de ciência alargado aos tantos equipamentos de ciência que existem em Lisboa.

... julgo que o problema seria desenhar a sustentabilidade. A situação atual não ajuda muito ao desenho de grandes realizações museológicas, uma vez que as carências dos museus já consolidados, deverão merecer prioridade.

Temos de ser realistas e pragmáticos. No mundo de hoje, há duas áreas que, ainda que não tenham sustentabilidade, para lá caminham e conseguem uma grande atratividade de públicos e de investimentos. Estamos a falar de arte contemporânea, por um lado, e também – muito embora em Portugal não seja muito evidente – do património industrial. Tudo o que se liga a antigas minas, fábricas, unidades industriais musealizadas, consegue ser atrativo. Em termos internacionais, e sobretudo no mundo anglo-saxónico, Estados Unidos da América e na Inglaterra e na própria Alemanha, tem havido uma grande aceitação pelo público, o que ainda não acontece em Portugal. É a cultura científica que, está demonstrado, em Portugal, nos tem faltado. Ainda há pouco, em Évora, no lançamento de um livro sobre história da ciência em Portugal da autoria de colegas do meu centro de investigação – o Centro de Estudos de História e Filosofia da Ciência – um colega de filosofia, da Faculdade de Letras de Lisboa, apontava esse défice de cultura científica. Nestas circunstâncias, compreende-se a fraca atração de público e o pouco interesse que é dado aos projetos nesta área.

Entrevista realizada na manhã de 5 de janeiro de 2009, no ISCTE.

José Brandão:

Comunicar com as pessoas.

Como nasceu o seu interesse pela cultura material C&T?

Andei no liceu Passos Manuel e eu e os meus colegas, tínhamos o regime de horário completo. Entre a manhã e a tarde havia um período livre. A partir do 4º ou 5º ano, passávamos essa hora nos Serviços Geológicos, cujas traseiras dão para o liceu que foi construído dentro da cerca do antigo Convento de Jesus. Contornávamos o edifício e subíamos até ao museu, onde passávamos as duas horas a ver calhaus. Entretanto, tive a sorte de me encontrar com o Octávio da Veiga Ferreira, um nome que marcou aquela casa e a arqueologia em Portugal e um homem com um sentimento paternalista. E acabei por me interessar mais pela arqueologia. O Veiga era engenheiro de minas, mas completamente devotado à arqueologia, a área que elegeu como sua prioridade. Entre as pedras e os cacos partidos, com todo o respeito que tenho pelos arqueólogos, acabei por me sentir dividido. A minha apetência pelas pedras vem já desde essa altura. No 7º ano, a minha mãe, como todas as mães, gostava que o filho fosse engenheiro ou médico e achava que a espeleologia não era futuro. Contudo, na altura de realizar a minha matrícula, foi mesmo pela geologia que me decidi, contrariamente ao que o dr. Veiga gostaria, uma vez que queria levar-nos para a arqueologia, a mim e aos outros contemporâneos do liceu que, conjuntamente, frequentávamos com ele as escavações.

Havia o curso de geologia na Faculdade de Ciências em Lisboa. Ainda sou dos primeiros alunos das licenciaturas de cinco anos, que sucederam à antiga licenciatura em ciências geológicas, um curso de quatro anos. Existia um convívio muito interessante entre as pessoas das antigas licenciaturas e, sobretudo, uma prática de campo que eu penso que hoje uma universidade não tem capacidade para proporcionar. Uma das minhas colegas de curso, com quem

tínhamos uma relação privilegiada, era filha do engenheiro-chefe dos Serviços Geológicos, o que se revelou em mais uma maneira de eu ir parar àquela casa. Íamos para os Serviços Geológicos, que sempre tiveram uma biblioteca muito boa em termos de geologia, coisa que a faculdade não tinha. Quando se ia à biblioteca, passava-se inevitavelmente pelas salas de museu e o interesse e o carinho por aquelas coisas acontece naturalmente.

Depois, lá estava outra vez o dr. Veiga Ferreira e uma outra pessoa que eu recordo com saudade, o dr. Georges Zbyszewski. Era russo, de São Petersburgo, com uma história de vida engraçadíssima, que veio para Portugal nos anos 30 e aqui ficou até falecer, já com 90 anos. Acarinhava as pessoas, chamava, mostrava, explicava. Aqui fez quase toda a sua vida profissional. Começou em França onde foi aluno do grande mestre da geologia, o prof. Boucart, que o mandou para cá, porque estando em Portugal a geologia ainda no princípio, poderia fazer o seu doutoramento neste país. No fundo, Georges Zbyszewski, encontrou matéria para fazer o doutoramento e também uma segunda pátria.

O meu relacionamento com a geologia e depois com a parte do museu consolidou-se durante o curso. Estive uns anos pelo ensino e posteriormente o prof. Galopim de Carvalho acabou por me convidar para ir outra vez para a Politécnica, para o museu que ele dizia renascido das cinzas, no rescaldo do incêndio de 1978. Estive lá uns anos a trabalhar com ele e comecei a interessar-me pelo assunto. Nessa altura, era o Museu Mineralógico e Geológico da Faculdade de Ciências, inserido no Museu Nacional de História Natural, paredes-meias com o Museu de Ciência. O Museu de Ciência, com o prof. Bragança Gil, é recente, data dos anos 80, portanto, já posterior ao incêndio. Este é o meu percurso.

Neste momento trabalha nos Serviços Geológicos?

Estive vários anos como conservador do Museu Geológico na Academia das Ciências e agora estou em Alfragide com o Arquivo Histórico. Mas, ainda penso em voltar ao museu, porque tenho muito trabalho lá. A minha tese é uma leitura dos museus geológicos à escala do país. Fiz o inventário dos lugares de comunicação de geologia, chamemos-lhe assim, para ter um conceito mais abrangente de comunicação e tenho uma amostra bastante razoável do continente, dos Açores e da Madeira. Fiquei com uma panorâmica dos museus, no sentido lato do conceito do ICOM, onde se incluem os novos centros de Ciência Viva, uma referência a grutas e zonas de paisagem protegida. São lugares de mediação das ciências geológicas. Do meu ponto de vista, têm um papel complementar aos museus tradicionais.

Qual a importância dos acervos de C&T no quadro das estruturas museológicas de Lisboa?

Lisboa é a capital do país, embora eu não partilhe a ideia da centralidade. Hoje, encontramos no domínio da geologia coisas muito interessantes espalhadas pelo país, com experiências novas na museologia das geociências. É o caso do Observatório Vulcanológico, na ilha de São Miguel, pela forma como realiza uma exposição pouco tradicional, em que os visitantes são convidados a mexer e a interagir com as coisas e fazem também uma visita de campo integrada na visita ao museu.

Na cidade de Lisboa, a oferta a nível de ciência, nomeadamente na área da geologia, está aquém do que deveria ser. A física estará mais contemplada com apoios, como no caso do Museu de Ciência ou do centro de Ciência Viva na Expo, o que veio revolucionar a nossa postura.

Em relação às geociências há uma lacuna. Temos um Museu de História Natural com belíssimas coleções, mas sem condições de as expor, enfim, é uma vergonha um museu nacional funcionar naquelas condições.

Temos o IST com um património científico magnífico na área das geociências, mas que não tem condições para se manter de porta aberta, estando praticamente sem atividade.

O museu dos Serviços Geológicos, que tem um património científico muitíssimo bom, mas é um museu novecentista, estático, sem outro dinamismo.

Existem outras coleções mais pequenas que também não brilham em termos de divulgação de uma cultura científica.

A medicina ainda não tem ainda o apoio merecido.

A geofísica já o tem através dos observatórios.

As geociências ainda não são privilegiadas, aliás, como a biologia, e a história natural em geral.

Portanto, no meu ponto de vista, seria possível e necessário rentabilizar este património e colocá-lo ao serviço das pessoas.

Como é que a sua especialidade pode contribuir para essa alterar o consumo museológico em Lisboa? Há público para a arte e para a história e não há para a ciência?

Há um mercado e gente interessada nos temas. Eu estava na Politécnica, trabalhando com o prof. Galopim, na altura dos dinossauros-robots. Tivemos 350000 visitantes. Foi um fenómeno e continua a ser. Hoje não tenho aversão a dinossauros, mas não me convidem para coisas sobre esses animais, porque fiquei cheio deles. Nós vamos pela Europa fora e vemos temas extraordinariamente apelativos. Os vulcões são um desses exemplos. Se calhar, o que as pessoas não gostam e, por isso, acabamos por interiorizar a ideia de que não há consumidores para os museus, são as exposições de sistemática, que são aborrecidas, herméticas. Colocamos lá o nome de 350 minerais lindíssimos, as pessoas apreciam pelas qualidades estéticas, mas ao lerem o nome *pirrotite* ou as longas fórmulas químicas, não sabem o que é.

Continuamos a produzir exposições na área das geociências que são herméticas. Isto não é exclusivo do nosso país, é um fenómeno que está mais do que estudado internacionalmente. Talvez seja o hermetismo que afasta as pessoas. O prof. Bragança Gil tem tido experiências de sucesso com o Museu de Ciência, porque a comunicação é fácil. Lembro-me de ele dar uma conferência, onde contava ter tido uma turma de crianças no museu com quem tinha

muito importante que seja captado. Não só com montagens expositivas, como também com atividades participativas.

Os museus têm obrigação de oferecer o seu potencial de uma forma que envolva as pessoas e que não se limite à explicação do monitor. Os estudantes universitários não são consumidores tão importantes, porque estão concentrados nos deveres académicos. As suas metas são o cumprimento dessas tarefas, a menos que a componente da fruição do património possa ser intercalada em atividades curriculares. Falei muitas vezes com colegas da Faculdade de Ciências para que eles dessem aulas dentro do museu, porque estaríamos a ganhar público. Os professores poderiam dispor de materiais que a faculdade não tem, com uma sala onde se pode fazer a aula e com a possibilidade de abrir as vitrinas para manipular objetos, o que consolida o processo de aprendizagem. O público universitário será mais sensível se for envolvido em algum tipo de atividade.

Como enquadrar o património das geociências numa política museológica sustentada, em Lisboa?

Já fui confrontado com a questão e chamaram-me herege e traidor. Não sou nem uma, nem outra coisa porque, num quadro de escassez de recursos, não me parece ser grande ideia ter vários pólos a competir entre si. Falo do Museu Geológico, da Faculdade de Ciências, Museu Mineralógico do Museu de História Natural e do IST, que são os três principais. Embora haja outro museu com algum interesse, o do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa (ISEL) que, no fundo, é parente próximo do Técnico, embora as coleções não tenham espetacularidade para atrair público.

A primeira heresia, é a defesa de uma cooperação entre as três instituições, fazendo rodar os públicos. Lisboa é a capital do país, mas não temos dois milhões de visitantes nestes museus, nem nada que se pareça. As pessoas que os frequentam são talvez as das feiras de minerais. Porém num espírito de franca cooperação interinstitucional, poderiam circular permanentemente pelos três grandes pólos, que têm coisas para oferecer ao público.

conversado sobre os fenómenos da estática e da mecânica, coisas que à partida não são simples, nem simpáticas. Ele gostava do livro de visitantes, por ser uma peça fundamental nos museus. Uma vez, depois de uma visita escolar, encontrou um testemunho em que se dizia *afinal a física é gira, a minha professora é que é uma chata*. Tomei este exemplo, como uma máxima. Se não há tanto público nas exposições de ciência em Lisboa, é porque os museus estão fechados ou porque as exposições não são apelativas. Quando elas o são, o público frequenta-as. Veja-se o caso dos dinossauros. Há um público que consome ciência, a oferta é que ainda não conseguiu atingir a melhor forma de comunicar.

No Museu Geológico, renovámos a exposição de arqueologia, porque é a arqueologia e não a geologia a área mais procurada. A última vitrina que tínhamos era dedicada à mineração romana: uma série de artefatos, de martelos e de outras ferramentas romanas; um gorro e uma chinela de esparta encontrados nas minas de Aljustrel; e outra série de coisas mais. No meio daquilo, havia umas peças que me intrigavam. Pareciam medalhas romanas; tinham uma argola, uma pequena trave cilíndrica, em baixo, uma chapinha arredondada com gravações entalhadas. Acabei por descobrir que eram argolas para soldar aos tachos metálicos dos romanos, onde se colocava uma pega para pendurar o tacho. Chamavam-se armelas. Contentíssimo, fiz a legenda *armelas de sítulas*, que é o nome romano para as tais panelas. Como acompanhávamos com muita frequência os visitantes naquela sala, vi que as pessoas continuavam a entender que tais objetos, eram medalhas dos romanos. Retirei a legenda que estava corretíssima, mas que era uma vergonha do ponto de vista da comunicação. Nunca mais me esqueci que a comunicação tem de estar acima de tudo e é com uma boa comunicação que conseguimos públicos.

Que público ganhar para o património científico?

Entre os jovens, a partir do 11º ano de escolaridade, há uma apetência muito grande, porque está na altura de se tomarem decisões. Igualmente, é a partir do 9º ano, que começa uma certa pressão familiar e social sobre a escolha dos cursos. Este é um público que acho

A segunda heresia, vai mais além da co-opeção, e é a ideia de juntar algumas coleções, rentabilizando pelo menos o Museu Nacional. O país tem de decidir se quer ou não quer um museu nacional e, com que património. Heresia e traição porque se colocariam lá as coleções dos Serviços Geológicos, hoje com interesse científico discutível em alguns casos. Têm público reduzido e o estilo de comunicação não é compatível com aquilo que as pessoas entendem. É curioso dizermos ser o museu dos museus, que é novecentista, portanto, uma relíquia. Em contrapartida, o Museu Nacional na Faculdade de Ciências não tem uma quantidade de coleções como aquele.

Porque não fazer uma junção para a rentabilização de espaço e de recursos, diminuindo a competição pelo mesmo público?

Outra questão coloca-se em relação ao IST. As suas coleções têm uma vocação diferente das outras duas, por isso, poderíamos criar outro pólo de oferta, diferente do da Faculdade de Ciências e do dos Serviços Geológicos. O IST serviu inicialmente para formar engenheiros de minas; sendo assim, porque não privilegiar a componente da área mineira inexistente na Faculdade de Ciências?

Deveríamos ter a coragem de definir uma vocação de cada uma destas instituições, valorizando-a depois com o seu património.

Há um certo patriotismo institucional ...

Sem dúvida. Mas deve-se ver mais além do que o patriotismo. Também defendo, e tenho os Serviços Geológicos, como uma referência, uma coisa muito querida, que conheço há quase 40 anos. Mas nós não podemos viver só da memória e quem está a trabalhar nos museus tem a obrigação de trabalhar para o público e não para si próprio. Dá um certo gozo irmos para ali, limpamos as pedras, classificarmos 300 trilobites e chegarmos à conclusão que estas são do andar que é cinco milhões de anos mais novo que o outro que está em baixo. Escreve-se um artigo que tem certa aceitação, mas não transmitimos mais nada às pessoas com quem temos obrigação de comunicar. Penso que falta alguma coragem para definir qual a vocação de cada uma destas instituições. No caso particular do IST, a componente das minas, da exploração mineira,

dos recursos que são explorados no solo para colocar à disposição da sociedade, poderia ser uma pedra de toque para trazer ali pessoas, para que estas se possam identificar com os materiais que consomem no dia-a-dia.

Há ainda outra vertente ligada à história da própria instituição, com os instrumentos científicos da química, da física, de minas ...

O Departamento de Minas tem uma coleção de maquetas de exploração de minas fabulosa.

Como concretizar a sua proposta?

No caso do IST, não me sinto muito à vontade para falar, porque acho que passará por uma estrutura transversal aos departamentos todos. A engenharia de minas é indissociável da engenharia civil, com quem partilha materiais e conhecimentos. A engenharia civil tem uma componente de geologia e, no fundo, geólogos ou engenheiros de minas e engenheiros civis trabalham lado a lado nas obras de arte (pontes, túneis, estradas). Se calhar, a geofísica e a gequímica, que são áreas privilegiadas nas geociências, mexem com outros departamentos. A tradução da informação é transversal, passa por todos, nomeadamente pela informática, que é hoje a grande ferramenta e montra de uma instituição, seja ela qual for.

A ideia que tenho, enquanto visitante do IST, é que talvez uma estrutura transversal a todos, poderia rentabilizar o património.

Gosto muito das exposições permanentes. Mas, se querem um público fiel, devem pensar que as exposições não podem ser permanentes, têm de ter duração limitada e proporcionar ofertas temporárias. São essas últimas que trazem as pessoas. Aí, poder-se-ia repartir a responsabilidade entre os vários departamentos. Poderemos ter como exemplos: as barragens e tudo o que nelas está implícito, as leis da física e como são utilizadas pelos engenheiros, as minas e o problema do túnel do Terreiro do Paço e do túnel do Rossio, que esteve agora também em todos os jornais ... Tudo isso consiste em desafios que foram colocados à engenharia e à geologia.

Aquilo que eu vou comprovando hoje em dia, ao lidar com as pessoas e como consumidor de museus, é que, ou há uma certa dinâmica na rotação das coisas, ou os públicos

desinteressam-se. E um museu serve para comunicar com as pessoas.

O exemplo referido implica entendimento interno nas instituições, assim como entre organismos ...

Esse entendimento é fundamental, tem de haver cooperação interinstitucional. No levantamento que andei a fazer pelo país, visitei mais de uma centena de instituições: universidades, museus municipais e coleções ligadas à administração central. Sinto que as pessoas estão fechadas, não partilham experiências. Há uma coisa que registei com agrado, em relação aos colegas do IST. Conheço-os bem e verifico que há alguma sensibilidade para esse assunto e vontade de cooperar. Encontrei esse mesmo espírito no ISEP. Tem um espaço e um património muito interessantes, com coleções históricas, até com modelos de máquinas de minas e de fósseis parecidos com os do IST.

Uma política sustentável é desenvolver esquemas de cooperação. Conjuntamente com um colega do Museu Mineralógico de Coimbra, estamos a promover uma conferência este ano, para aproximar as pessoas envolvidas na área dos museus da geologia. Há já experiências válidas. Os museus tradicionais, mesmo estando a porta aberta ou fechada, existem; há as zonas protegidas, com trabalho muito interessante na divulgação das geociências; no Porto, lembro o Parque Paleozóico, uma cooperação da Faculdade de Ciências com o município de Valongo, numa área que já estava incluída na Rede Natura e que a faculdade tem vindo a trabalhar do ponto de vista geológico ...

Uma nova forma de comunicação tem vindo a afirmar-se desde os anos 90 em toda a Europa. Os geoparques são uma nova maneira de comunicar a geologia, com património *in situ*, mas sem fechar as portas ao apoio das exposições tradicionais. Outra experiência, é o Observatório Vulcanológico dos Açores; e, na Madeira, a gruta de São Vicente e respetivo centro de interpretação. No Algarve, o Parque Mineiro da Cova dos Mouros, em Alcoutim – a ideia surgiu como parque lúdico, mas ganhou uma componente didática, porque está instalado em cima de uma mina de cobre explorada durante o Calcolítico e nos finais do século XIX. A exploração

mineira, a convivência com os vulcões e as exposições mais tradicionais são aspetos visualizáveis da geologia.

Entrevista realizada na tarde de 17 de janeiro de 2009, no Museu de História Natural, Universidade de Lisboa.

Marta C. Lourenço:

O interface entre coleções e público.

Lembra-se da primeira vez que se viu confrontada com um instrumento científico?

Lembro! Com certeza.

Quando foi?

1996. Eu comecei a trabalhar no quadro, aqui no Museu de Ciência da Universidade de Lisboa, em 1998. Mas, antes, já tinha feito algum trabalho de voluntariado. Comecei pela maneira mais difícil, que é pelos serviços educativos. Tentava, no fundo, fazer o *interface* entre as coleções e o público. O Professor Bragança Gil deu-me a tarefa de utilizar instrumentos históricos de forma mais intensa na exposição permanente, para públicos de diversas idades, de diversas proveniências, interesses, expectativas ... E lembro-me de ter entrado, pela primeira vez, nas reservas do Museu de Ciência – que tem uma coleção de 12.000 objetos – e de ter ficado siderada com a minha ignorância. Eu, que fiz uma licenciatura em física, não percebia nada daquilo. Não sabia para que eram e o que faziam. Eu tinha feito trabalho experimental, laboratórios, relatórios, medições, experiências, tudo aquilo que faz parte de uma licenciatura de física; mas olhei para o acervo do Museu de Ciência e fiquei paralisada. Não conseguia escolher um. Como é que eu podia explicar se eu própria não sabia sequer o que era?! Uma bússola ou um termómetro, está bem, mas o resto ... 90% não sabia o que era. Foi outro mundo que se abriu.

Não foi logo que me continuei a interessar, porque, do ponto de vista da função, segui nos serviços educativos do museu e, depois, o meu mestrado até foi nessa área. Foi só depois, ao nível do doutoramento¹, que realmente me interessei pelo papel desses instrumentos numa coleção, pela coerência interna do que é uma coleção de instrumentos científicos e, já a um outro nível, pela história, pela biografia das

coleções e como é que elas chegam aos nossos dias.

Agora, estou mais distante do público. Ainda participo (tenho uma exposição em mãos), mas tenho uma visão um bocadinho diferente. Quer dizer, eu era mais atrevida naquela altura. Pegava num instrumento e dizia umas coisas. Agora, aquilo que eu aprendi, aquilo que eu li, a reflexão que fiz ao longo de dez anos sobre o papel dos instrumentos já não me deixava [fazer isso]. Antigamente tratava um termómetro como um arquétipo de um termómetro, que serve para medir temperatura. Agora já respeito mais a autenticidade e a originalidade daquele instrumento. É um termómetro, sim, mas é aquele termómetro, tem uma história particular. Não me atrevo a fazer a interpretação sem o conhecer muito bem. E, daí, um trabalho de investigação que nós temos estado aqui a desenvolver. Há pouca massa crítica em Portugal ao nível do estudo dos artefactos científicos. Há, portanto, uma tentativa de aproximação aos mestrados de história da ciência. Não digo que os historiadores deem o mesmo valor, mas que, pelo menos, reconheçam a importância dos objetos tridimensionais como fonte, porque isso acaba por eventualmente dar formação às pessoas para que um dia mais tarde vão estudar objetos e interpretá-los. É isso que dá qualidade às exposições. Trabalhando num museu, a qualidade das exposições, a substância daquilo que se interpreta e o conhecer profundamente os objetos antes de falar deles, são, de facto, aspetos muito [importantes].

A minha relação com os objetos começa, portanto, logo nos serviços educativos, mas mudou muito em relação às suas potencialidades, ao seu interesse para o público, para os investigadores e para a sociedade em geral.

¹ Ver <http://webpages.fc.ul.pt/~mclourenco/chapters/MCL2005.pdf>

O seu interesse passou da área da educação para a do estudo das coleções.

Exatamente. Eu não vejo o estudo como o fim de uma etapa. Trabalhando num museu – e acho que também teve alguma consequência ter começado pela educação – a investigação que se faz aqui não tem valor intrínseco. Ela existe em função da eventual interpretação pública que se dá das coleções. É preciso conhecer os objetos para os interpretar. A investigação é, portanto, uma etapa intermédia. Se eu quisesse estudar objetos por estudar objetos estava num departamento na faculdade.

A meu ver, há duas grandes diferenças entre fazer investigação num museu e fazer investigação num departamento. Por um lado, a investigação que se desenvolve num museu – atenção que não estou a falar de estudos simples de inventário, que também envolvem investigação; estou a falar em utilizar um instrumento, ou um conjunto de instrumentos, como fonte para o enquadrar no contexto mais genérico da história das ideias. Acho que é um passo um bocadinho mais à frente do que estudar apenas a materialidade, obrigando à documentação, a cruzar fontes, a estudar contextos, usos, [a saber] porque é que foi adquirido, em que contexto foi usado, as marcas de utilização, etc. – deve ser centrada nas coleções que existem ou contribuir através da pesquisa, por exemplo no caso da etnografia, para o enriquecimento das coleções. E, por outro lado, deve resultar nas exposições. Para além do *paper* que é preciso fazer, que faz parte do processo, deve resultar nem que seja numa pequena mostra, num pequeno apontamento expositivo, numa exposição, como nós chamamos aqui, monográfica. Porque nós estamos enquadrados por um museu que existe em função do público e do serviço público que presta e, portanto, é para isso que se faz investigação aqui. Eu vejo assim. Se não, podíamos estar noutro sítio qualquer. Usar as coleções, vir aqui e poder estudar objetos numa perspetiva de mera produção de conhecimento. Mas aqui é sempre produção de conhecimento e de divulgação. São duas faces da mesma moeda.

Articulados.

Pois.

Estando aqui no Museu de Ciência, como vê o panorama das coleções ligadas a C&T em Lisboa?

As de tecnologia não conheço tão bem como as de ciência. Vou só fazer uma distinção operacional: é muito difícil definir património científico. É extraordinariamente difícil. As razões são múltiplas e começam logo por ser muito difícil definir ciência (o âmbito, o que é, o que não é, o que cabe, o que não cabe e porquê). Eu uso uma definição operacional, genérica, no meu dia a dia que é: tudo aquilo que foi utilizado – vamos pensar numa perspetiva ampla de objetos, documentos ou espaços – e concebido para uma situação de produção de conhecimento científico e de ensino é património científico. Acho ainda mais difícil de definir a tecnologia, porque, muitas vezes, tem como fim a produção dos próprios objetos, tem património industrial, tem tudo isso. É um campo que eu domino pior.

Do ponto de vista do património científico, o património dos dois museus da Universidade de Lisboa, onde estamos – que herdaram as coleções, as bibliotecas, os espaços e os arquivos da Faculdade de Ciências, que não é antiga, mas que esteve aqui até 1985 – é, no fundo, um património das ciências exatas e de algum ensino de engenharia e o património da história natural. Exclui logo o tecnológico.

Da ciência, temos das ciências exatas e o da história natural, que são muito diferentes entre si por duas razões. [A primeira é] o papel dos espécimes, que é diferente do papel dos instrumentos científicos, por exemplo. Os espécimes nunca perdem valor para a ciência contemporânea, para a sistemática, para taxonomia, botânica, etc. Podem ter valor histórico, mas nunca perdem o valor taxonómico. Os espécimes são ainda hoje utilizados apesar de a taxonomia e a sistemática serem áreas científicas que não estão na moda. Não são muito financiadas, daí também a crise dos museus de história natural desde a II Guerra Mundial. O património científico não tem nenhum valor para as ciências que lhe estão diretamente associadas (a física, a química, a matemática). Ninguém vai hoje fazer uma experiência contemporânea de física com um termómetro do século XIX. Mas tem um importante valor histórico. O valor é,

portanto, exclusivamente histórico num, e científico (no sentido restrito) e histórico no caso dos espécimes de história natural.

E enquanto em Portugal tem havido uma linhagem mais ou menos contínua de museus de história natural desde o primeiro que foi o Museu da Ajuda, de final do século XVIII, os museus de ciência é uma linhagem fracassada. Todas as tentativas fracassaram, desde a criação dos conservatórios das artes e ofícios em Lisboa e no Porto, a reforma do Passos Manuel (1836-37), até hoje. A última tentativa fracassada de criação de um museu de ciência foi a do Museu Nacional da Ciência e da Técnica, em 1972, pelo Professor Mário Silva, em Coimbra, e agora em fase de extinção. O futuro das coleções não sabemos qual será. Irão, em princípio, para a Universidade de Coimbra.

O Museu de Ciência da Universidade de Lisboa, criado em 1985, é, até agora, o museu que se tem conseguido, mais ou menos, afirmar. Nesse aspeto tem alguma singularidade. Não é que não esteja em crise, que está; porque a Universidade está com problemas financeiros, deriva tudo daí. Tem uma vocação cada vez mais direcionada para a produção do conhecimento, para a investigação e para o ensino e pouco para a preservação do património e de valorização do seu património. Mas em Lisboa o único que existe é o Museu de Ciência. Aliás, existe em Coimbra um museu de ciência que é um bocadinho diferente, porque é uma unidade orgânica, não é bem um museu de ciência na linha da tradição dos museus de ciência na Europa. Chama-se Museu de Ciência, mas é um chapéu que engloba coleções de instrumentos, mas também coleções de história natural. As antigas coleções de história natural da Universidade de Coimbra, à exceção do Jardim Botânico, estão sob esse chapéu de chuva.

... a zoologia ...

A zoologia, a mineralogia, a física, a astronomia.

... a antropologia também está separada.

Exato. Neste momento existem dois em Portugal, dos quais só um, que é o nosso, vem na linha da tradição dos museus de ciência.

Há outro fator adicional nesta complexa história dos museus em Lisboa, que é a emergência,

nos anos 60, nos Estados Unidos – que já vem um bocadinho de trás, do *Palais de la découverte*, das primeiras experiências de interatividade – do *Exploratorium* de São Francisco. É um primeiro centro de ciência que claramente se classifica como museu. Mais tarde, o *International Council of Museums* veio a classificá-lo como museu, aparecendo na tipologia dos museus. Essa ideia foi depois exportada para a Europa e multiplicada. Existem em todo o lado centros de ciência. Em Lisboa também existe um, que é o Pavilhão do Conhecimento, e nos arredores de Lisboa existem vários, como em Sintra. É uma instituição que não terá instrumentos históricos, embora, por exemplo, o de *La Villette*, em Paris, tenha tentado fazer alguma integração de instrumentos históricos com módulos interativos. Não tem coleções, tem módulos interativos em que a ideia é que, ao manipular, os visitantes se apercebam de um determinado fenómeno ou de uma determinada ideia ou de um princípio científico.

Ambos fazem sentido, que é uma coisa que eu acho importantíssimo dizer, porque há pessoas que acham que ocupam o espaço um do outro. É evidente que ocupa na medida em que os visitantes são limitados e há que competir sempre com os visitantes – e em Portugal as pessoas visitam pouquíssimo os museus –, mas têm funções distintas que podem ser complementares.

Fora deste complexo de museus da Politécnica, existem coleções em Lisboa, nomeadamente de história natural, na Ajuda existe ainda um jardim, na Sociedade de Geografia existem coleções, e existem várias [coleções] espalhadas ...

No IST ...

Sim, mas nunca coleções de instrumentos científicos. No ISA existe também um herbário importante.

Têm instrumentos nos laboratórios de Química ...?

Têm, mas está tudo muito disperso. Mas, [à exceção] da nossa coleção de instrumentos que está organizada sob a forma de museu, existem muitas coleções que não estão organizadas sob a forma de museu, se calhar algumas nunca estarão. Depende da motivação política, institucional e do contexto social. Mas existem

importantíssimas coleções, nomeadamente o ISEL, o IST, também existe uma pequena coleção de instrumentos científicos na Sociedade de Geografia, no IICT e nas escolas secundárias (no Passos Manuel, no Camões, no Pedro Nunes, etc.). A diversidade e a importância deste património é inversamente proporcional ao reconhecimento social e académico que ele tem. Esse é outro problema. O património científico é tão pouco reconhecido e valorizado porque os próprios atores, às vezes até os museus, os historiadores da ciência e os próprios cientistas, que se deviam interessar pelo património científico, reconhecem muito pouco o valor da história e da importância da história. Basta ver a quantidade de disciplinas de história da ciência nas licenciaturas de física ou de engenharia. São pouquíssimas e são opcionais. [Os alunos] não ligam, [as disciplinas] não contam [para avaliação], é *soft science* que não tem enquadramento nenhum.

Portanto, o património científico em Lisboa é muito importante e, dentro deste património, o único que eu conheço de instrumentos científicos que está organizado num museu é o nosso. Também é preciso clarificar que não é só o que está em museus que é importante. O problema do património científico e das coleções de instrumentos não pode, nem deve, passar só pelos museus. Tem que haver processos híbridos de musealização. Por mais importante que ela seja, não é possível criar museus para cada coleção que aparece. Mas também não se pode dispersar, não se pode juntar o que não é “juntável”. Eu acho que tem que haver algum critério em eventuais fusões que se possam fazer.

Há ainda um outro património científico menos valorizado, que é o da medicina. Agora, de repente, está um bocadinho na moda. Já ouvi falar em vários projetos de dinamização do património de São José. Nos últimos meses tem havido alguma movimentação nesse aspeto. Mas tem sido ainda menos reconhecido. Nunca houve um museu de história da medicina. Em Portugal, a nível nacional, existe um pequeno museu no Porto, que é um museu que resulta mais das doações de clínicos do que propriamente do património de ensino e de investigação na Faculdade de Medicina da Universidade do Porto. Mas é muito rico, tem uma coleção muito

grande, tem algumas coisas de ensino, uma coleção muito importante de ceras dermatológicas (que também existe no hospital de São José).

A primeira coisa a ser feita é um levantamento do que existe, é o básico. Sabemos umas coisas, daqui e dali, que ouvimos. Foi por causa do levantamento sobre os globos em Portugal – em que se começou sistematicamente palácio a palácio, abriu porta atrás de porta – que o comandante Estácio dos Reis descobriu um dos globos mais antigos do mundo. Neste momento, [Portugal] está no mapa das rotas dos grandes globos e dos instrumentos por causa desse globo alemão de 1575, descoberto por acaso. Tem que ser um levantamento sistemático, porque não é valorizado e não está institucionalmente enquadrado. E só depois de se conhecer é que se pode planejar. E também não se pode guardar tudo. Muitas pessoas pensam que se deve guardar tudo. Mas não se pode, não é possível. Por isso é que o papel de um conservador é muito especializado. Tem que se fazer uma seleção com regras, não é arbitrária.

O Observatório Astronómico também tem muitos instrumentos.

Lisboa, nesse aspeto, tem alguma singularidade. Lisboa é a única cidade em Portugal onde existem observatórios históricos, em que a coleção e o espaço edificado ainda sobrevivem: o Observatório da Ajuda e este pequenino observatório que foi criado no final do século XIX para apoio ao ensino da Escola Politécnica.

Ainda coincidem.

Coincidem e sobrevivem. Ambos têm ainda uma coleção significativa. O nosso tem cerca de 200 instrumentos. É muito interessante. Nós estamos agora a estudar isso. O Luís Carolino está a estudar qual foi o papel deste observatório relativamente ao da Ajuda. Como é que, de repente, em dois ou cinco anos, se decide fazer dois observatórios em Lisboa? É um grande investimento – e do ponto de vista de estabilidade, tudo aquilo requer condições, a envergadura do trabalho de engenharia de fazer no topo da encosta do jardim, com um túnel a passar por baixo – um observatório, é brutal! É como uma ponte, a ponte é o sítio pior para fazer uma ponte, porque está cheia de nevoeiros. Aqui foi o sítio pior

para fazer um observatório, porque o terreno é horrível. E, como os instrumentos têm que estar estáveis, eles tiveram que escorar com pilares de cerca de 60 metros para a terra para poder dar-lhes estabilidade. Não só aquilo é uma encosta que está a oscilar, como o terreno do ponto de vista geológico é um bocadinho arenoso, como tem por baixo o túnel do Rossio. E eles sabiam isso tudo! É uma coisa que sempre nos intrigou aqui no museu.

Então porque construíram?

A decisão da construção é de 1875. Aliás, o mais engraçado, descobrimos há pouco tempo, é que o primeiro edifício construído caiu. Caiu no chão, ruiu. Foi construído imediatamente em cima da encosta. Então, 15 anos a seguir (demoraram 15 anos a construir), eles construíram outro exatamente igual oito metros mais atrás, para poder dar a folga, e ligado por um túnel para o outro edifício. A ideia era ficar em cima, que é uma coisa extraordinária.

Isto era a Escola do Exército?

Não. Isto era a Escola Politécnica, que foi criada, no fundo, para dar também um bocadinho de resposta à formação de engenheiros. Mas nunca foi uma escola de ensino superior. Só em 1911, quando é criada a Universidade de Lisboa.

Mas isto não estava ligado ao Exército?

Foi criado no âmbito do Ministério do Exército, tinha a possibilidade dos civis poderem ...

Mas estava sob a tutela do ...

Estava. O que nós temos vindo a descobrir com a investigação da coleção do laboratório químico e do espaço, com a coleção do observatório – que é agora o nosso grande desafio – e com o espaço, e cruzando isso com o arquivo, é que a Escola Politécnica parece ter estado muito direcionada para o serviço público. Faziam-se aqui regularmente análises de vinhos, de cortiça, de azeite, de águas termais, para aqui e para as colónias. Aliás, uma das coisas que causou curiosidade ao António em vir para aqui – e ele um dia irá fazer, porque agora já lhe arranjei outra coisa – é que nós temos o arquivo com todas as análises que aqui foram feitas de águas termais,

para fora, para as Caldas, para isto e para aquilo. Por outro lado, do ponto de vista do Observatório Astronómico, a calibração e o treino de instrumentos para as medidas topográficas também foram feitas aqui. Aliás, a elite era muito pequena, portanto eles estavam aqui, estavam no Observatório da Ajuda e eram da Sociedade de Geografia.

Uma das coisas de que eu gosto nos instrumentos é que nos agarram completamente ao chão, fazem-nos descer. Está ali. É preto no branco. Se há aqui um teodolito que tem aquelas características, aquelas medições, com marcas de uso (não está com a caixa que nunca foi aberta), é evidente que esteve ali por alguma razão. Começar dos instrumentos abre-nos uma porta que, cruzando com os arquivos, são janelas de investigação atrás de janelas de investigação. Todo esse trabalho – vincar e sublinhar – de serviço público, partiu do facto de haver aqui equipamentos de análises. Mas porque é que existem aqui equipamentos de análises? Isso não fazia parte dos currículos! Porque é que existem aqui teodolitos deste tipo particular? É porque é que existe aqui uma barraca de madeira igualzinha a uma que existe no Observatório de Lourenço Marques, orientada norte-sul da mesma maneira para eles fazerem a calibração?

Para as cartas marítimas...

Exactamente. Para a definição de fronteiras, provavelmente.

Creio que também para as marés ...

Também.

Então o outro observatório o que é que fazia?

O outro observatório parece que era de investigação. Tudo isto que estou a dizer são coisas que estão por publicar, por estudar, são pistas que a gente tem. Tivemos que documentar o laboratório químico e saiu uma tese de mestrado sobre isso. E agora estamos a preparar uma exposição que vamos fazer sobre o Observatório Astronómico. É a investigação que vai resultar nessa tal exposição, mas falta uma boa história da Escola Politécnica, das nossas coleções, deste espaço e até do próprio edifício. [O que existe está] um bocado amputado, o *patchwork* de coisas que foram feitas aqui e ali. Esse é um

trabalho que vamos fazendo aos poucos, na medida das possibilidades, mas está a avançar e já abriu umas pistas interessantes sobre o papel das instituições que coexistiam em Portugal nessa altura. Entre 1834, e até ser fundado o nosso em 1875, funcionou aqui – repare que eram três, não eram só dois – o Real Observatório da Marinha.

Aqui na Politécnica?

Isso.

Sabe-se em que data? Eu digo isto, porque em Coimbra também nos disseram que uma das legitimações do funcionamento do Observatório era fornecer dados à Marinha.

Pois! Pode ser.

É interessante.

É. E nós também descobrimos isso por causa dos instrumentos. Repare, serviço público, tudo bem, existem teodolitos e ‘não sei quê’. Nós sabemos os currícula que eles tinham de ensino da geodesia, da vida celeste, da astronomia ... Depois, de repente, há um ou dois instrumentos de investigação, que são *state of the art* da altura, com umas lentes altamente polidas, dos quais só há cinco no mundo feitos pelo maior fabricante, que era o alemão Repsold, de Hamburgo, e que não devia haver num observatório de ensino e que não são precisos no serviço público. Porque é que há aqui um instrumento com aquela precisão? Foi a partir daí que descobrimos que era do Observatório da Marinha. [O Observatório] passou outra vez para o Arsenal da Marinha, mas os instrumentos ficaram aqui.

Lá em baixo, na rua do Arsenal, funcionou também o Observatório da Marinha?

O primeiro observatório da Marinha é de 1798.

E aonde?

No Arsenal. E foi feita uma aquisição de instrumentos para esse observatório. Depois, não sei porquê – se estiver interessado, posso-lhe mandar a referência do *paper* –, muda para aqui. Como era no torreão sul do edifício do Colégio dos Nobres, que não é o mesmo edifício de agora, porque ardeu em 1843, o Comandante

Estácio dos Reis estava a tentar descobrir onde era mas nós não temos boas plantas.

Quando foi o incêndio nos anos 70, lembro-me de [ouvir] falar que era o segundo.

Em 1604, é aqui fundado o Noviciado da Cotovia (jesuítas). Vão-se embora em 1759. Depois, há dois anos de hiato, mas em 1761 saem os estatutos do Colégio dos Nobres.

Que se vêm instalar aqui.

[Na época do] Marquês de Pombal vêm-se instalar aqui. Correu pessimamente. Aquilo não funcionou. Para além de serem poucos alunos, não gostavam das aulas, não vinham às aulas, faltavam imenso. É em 1776 que é construído o picadeiro, que é um dos mais antigos do país. Não sei se não é mesmo o mais antigo.

Que é onde está o Procuradoria Geral da República, agora?

Não. É já aqui ao lado, onde funcionou um ginásio. Aquilo tem uma história fantástica, porque no século XX foi usado como um depósito de sumaúma de um professor que tinha uma loja e nos anos 50 foi usado como ginásio para os alunos. Em 1772, [quando] o Marquês de Pombal se farta e diz “isto é para acabar”, as coleções vão para Coimbra.

É uma história muito gira porque, quando há a expulsão dos jesuítas, o Colégio dos Nobres já tinha incorporado as coleções do Colégio de Santo Antão por despacho do Marquês de Pombal. Os instrumentos que estão no observatório e no gabinete de física de Santo Antão eram muitos. Nós achamos que alguns deles que temos aqui, que são quadrantes do século XVI, e que vieram de outra maneira, são de Santo Antão.

Só que em 1772, como isto não funciona, vai tudo para Coimbra. Portanto, a coleção de Coimbra, a do observatório e a de física, era a coleção que estava aqui. O núcleo mais antigo, depois eles enriqueceram-no, claro.

Entre 1772 e 1837 há um vazio. Como estava quase devoluto, há montes de instituições que aqui se instalam. A Aula do Comércio, por exemplo, vem para aqui (mas não era este edifício). Então, no âmbito do Ministério da Defesa, é aqui criada a Escola Politécnica.

Com o edifício-torre?

Não. Ainda todo este edifício é o mesmo. Ardeu em 1693, mas não ficou destruído. Também ficou um bocadinho destruído no terramoto, mas até aqui temos sempre o mesmo edifício. Em 1843 é que há um fogo que deita tudo a baixo. E, nessa altura, eles chamam o Pézerat, que faz este edifício que é claramente do século XIX com as colunatas neoclássicas. O edifício é diferente, mas eles aproveitaram a planta, porque já havia um claustro aqui atrás desde o século XVII.

Na altura em que é criada a escola, é logo decidido no decreto que tinha que haver um jardim botânico. Eles usaram as sécias que já vinham da Quinta da Cotovia e usaram as hortas para fazer um jardim botânico. Mas, como demora imenso tempo a crescer, os miúdos da Escola Politécnica – aí, sim, já teve mais sucesso, evidentemente. Foi a época de ouro – iam ao Jardim da Ajuda para ter aulas. E como também não havia coleções nenhuma aqui para ensino, a Escola pede insistentemente à Academia das Ciências para pôr aqui as coleções todas de história natural. A Academia não queria deixar, mas depois há um decreto: “vá, mandem imediatamente tudo”. São, por sua vez, as coleções que tinham vindo do Museu da Ajuda. Isto que lhe estou a dizer não está escrito em lado nenhum. Está tudo fragmentado.

As coisas do Vandelli ...

É por isso que temos aqui as coisas do Vandelli. Dele, do Alexandre Rodrigues Ferreira ... Temos o que não ardeu e que os franceses não pilharam. O que ficou do Museu da Ajuda vai para a Academia das Ciências. A Academia das Ciências, depois da extinção, anda “de Anás para Caifás” em seis sítios até 1834, aquando da extinção dos conventos. Nessa altura, instala-se no Convento de Jesus. Em 1837 é fundada a Escola e em 1838 começam logo a chover os pedidos “venham, venham, venham, que não temos cá nenhum espécimen”. Esta transferência é de 1858. O Museu da Ajuda, que já existia na Academia, chamava-se Museu Nacional ou Museu de Lisboa (tinha os dois nomes), e é por isso que este museu é o Museu Nacional de História Natural. Apanhou o nome. Mas nunca foi criado como o Museu Nacional de Arte Antiga,

em que há um decreto que o cria. Aliás, o Professor Almaça tem um texto giríssimo a explicar porque é nacional, não é que seja mais que os outros.

1858 é a altura em que Barbosa do Bocage vai a Paris fazer o acordo.

Exatamente. Se não fosse o Barbosa do Bocage, as coleções da Ajuda não tinham vindo para cá. Ele foi o grande impulsionador, era ele que insistia, foi ele que as foi buscar. A tragédia é que em 1978, à exceção da parte botânica, esta coleção arde completamente. O jardim não ardeu, como os armários que estavam todos ali. O único trabalho que existe hoje em Portugal do Vandelli e do Alexandre Rodrigues Ferreira está aqui. São quase 2 mil espécimenes. É importante.

O Museu de Ciência é outra história. É por acumulação de objetos durante a faculdade. Mas aqui já é criado o laboratório químico, um gabinete de física e o observatório astronómico, porque o decreto diz que tem que haver um observatório astronómico de apoio ao ensino. E essa é a origem das nossas coleções.

Portanto, mantiveram-se desde o início como museu universitário, ou ligado ao ensino?

Com coleções que têm a ver com o ensino e a investigação aqui, na Faculdade de Ciências e na Escola.

A questão das tutelas universitárias nos museus portugueses também é complexa.

É muito complexa! Não sei se respondi.

Está ótimo! Aliás, fascinante, mesmo.

Público para estes patrimónios científicos? E a pergunta tem esta razão: eu penso que hoje em dia, pelo menos à escala da área metropolitana de Lisboa, já não é difícil conseguir público para museus, sobretudo para os museus que estão ligados à arte. Nos últimos anos é uma realidade. Têm público.

Há um crescimento do número de visitantes.

Podem abrir 24 horas que as pessoas acorrem, pagando ou não entrada. Temos uma classe média que já consome museus com consciência. Como ganhar público para o património científico?

Vamos clarificar a definição de público. Eu penso que público não deve ser uma palavra usada em sentido restrito, como criancinhas ou mesmo famílias. Considero que os especialistas também o são público. As coleções têm que ser fonte de serviço público – é por isso que acho que não é preciso estarem em museus – mais do que serem vistas pelo público. [Têm de] estar acessíveis para a investigação, para a publicação, para exposição. A condição é elas estarem em museus – e em princípio essas condições são *taken for granted* –, estarem preservadas, integralmente acessíveis e que quem tome conta delas seja de alguma maneira profissional ou então que seja supervisionado, não é preciso ser do quadro, mas é preciso que alguém vá lá e que diga quais são os critérios ambientais e de gestão de coleções que deve ser feito. A partir desse momento já há uma dimensão de serviço público que se presta, que neste momento não existe. As coleções não estão sequer acessíveis ao público geral, nem a ninguém. Quer dizer, tem que ser alguém que vai, que abre a porta, que tem a chave, depois não têm as condições de segurança, ninguém sabe se amanhã está lá a mesma máquina a vapor ... Portanto, primeiro, acho que antes de pensar no público em geral, há que pensar em dotar as coleções de condições de preservação e de acessibilidade mínimas. E, depois, então, promover a investigação, promover o estudo das peças e promover exposições que derivam daqui, naturalmente. A meu ver é um fim da linha, como expliquei.

Que relevância têm hoje estas peças, este património científico? E agora falo mais dos instrumentos e do património da medicina. A medicina junta os dois, porque tem espécimes e tem também instrumentos e modelos. São duas coisas completamente dispersas, mas continuam a ser relevantes hoje, [porque] podem-se dissecar tecidos, fazer análises de DNA, etc. Os instrumentos têm só uma natureza histórica. Mas, eu acho que a pergunta: – Qual é a relevância que esses instrumentos têm hoje para a sociedade portuguesa em geral? – é um desafio.

É difícil construir um discurso que seja apelativo (expositivo, de manipulação de réplicas, etc.). É difícil construir um discurso coerente que seja atraente para a média de visitantes que hoje os museus em Portugal têm. Mas eu acho

que isso não deve ser um impedimento. É preciso estudar mais. Para mim isso só significa que é preciso aprender mais, saber mais sobre aquela peça, encontrar estratégias de motivar, de despertar a curiosidade. Eu agora só tenho essa atividade com o público, de resto [estou] fechada nas reservas, mas uma das coisas que acho giro de fazer com miúdos pequenos, por exemplo, é, de vez em quando, os programas de “Conservador por um dia”. Um grupo de 15 miúdos vem aqui, está comigo um dia e, a partir do zero até à peça inventariada, acondicionada, preservada, eles fazem tudo. É-lhes dada uma peça para a mão, uma ficha de inventário, depois passam para o computador, aprendem a fotografar a peça, estudam a peça (o que é isto? para que serve?), mexem nela com luvas. Gostam. Mas isso é uma maneira de os cativar, não é propriamente construir um discurso sobre aquela peça. É uma coisa mais de bastidores.

O que eu acho que é muito banal, trivial e superficial e que ouvimos, não só ao público em geral, mas até a cientistas, físicos e químicos da nossa faculdade, é: – Não serve para nada! Olham para este tipo de acervos e não se revêm, quando foram os acervos a partir dos quais o conhecimento foi construído. Era bom que houvesse mais estudos sobre a interpretação de instrumentos para uma audiência mais generalizada. E não há só uma, haverá várias para sensibilizar. No fundo, isso é estar a ganhar o futuro, porque são gerações que nós vamos preparar de forma a estarem mais sensibilizadas para a preservação do património, que acho que é também uma das funções importantes dos museus. Não é só contar a história das ideias. Ao explicar diretamente às pessoas o que fazem, estão a contribuir para uma ou duas gerações mais conscientes da importância de preservar o património, não só [este], mas o industrial, o arqueológico, o natural. Eu penso que essa é uma dimensão que os museus ignoram um bocadinho, não ligam muito ...

... a construção presente/passado!

Não ligam nada. Não explicam às pessoas o que fazem. É só o resultado final que vemos. Não é explicado de maneira nenhuma, porque é que

aquele conjunto de espécimes contribuiu para a construção daquela ideia. Sobretudo nas coleções universitárias, porque elas próprias foram protagonistas destes processos da ciência. Se formos autênticos e contarmos a sua verdadeira história, é a tal coisa: todos os termómetros medem a temperatura, mas aquele em particular foi utilizado em determinada experiência.

É o fator autenticidade.

Exatamente. É aquele, não é outro. Há uma dimensão genérica, tipológica ‘termómetro’. Mas depois há a história daquele individual, daquele objeto, e se nós investigarmos o suficiente temos que chegar aos processos em que ele participou. Isto é uma coisa muito difícil. É preciso documentação. E, às vezes, essa documentação é a primeira a [desaparecer], que são as notas de aulas e os registos de laboratório. Ou vão com o professor, ou com o aluno, a menos que seja um exame e que ficam na instituição. Mas eu acho que tem que ser um trabalho diário. E os módulos interativos podem ajudar a despertar a curiosidade e o interesse pela construção do conhecimento científico.

Uma última questão: como formular políticas museológicas sustentáveis? Novas práticas, eventualmente.

Não sei!

Não acha que alguma coisa tem que mudar?

Ah, isso acho!

Então um exemplo. O que é que deveria mudar?

Bom, isso ...

Em parte já respondeu. Evidentemente que é uma perspetiva também subjetiva. É uma leitura que eu faço de uma das suas respostas anteriores. Penso que quando diz que temos que pensar o património científico – sobretudo no caso dos instrumentos científicos antigos e não só, existentes em várias instituições em Lisboa – não individualmente, mas em termos gerais, porque os problemas são idênticos e porque provavelmente nenhum terá capacidade de tratar a sua parte, isso já um pré-enunciado de uma política museológica.

Claro. Eu pensava que estava mais a dizer “mudar tudo para o Ministério da Cultura” ou qualquer coisa assim. Também pode ser não é?

Talvez também seja. Tudo para a Cultura, tudo para a Ciência, tudo para os Negócios Estrangeiros ...

Pois. Há poucos países na Europa que têm uma política nacional para o património científico. Eu só conheço dois, a França e a Holanda. São dois países muito diferentes do ponto de vista político, administrativo e até da dimensão geográfica. A França tem um departamento no *Ministère de la recherche* para os museus e para o património científico. Está no *Ministère de la recherche*, mas tem ligações diretas à *Direction nationale des musées* do Ministério da Cultura. Trabalham em conjunto. No fundo, o que fazem é uma política descentralizada, porque aproveitam o facto de ter uma rede histórica de museus de história natural – no final do século XIX eram uns 200 de pequena dimensão, como o de Le Havre, de Paris, claro – e, a partir daí, fazem uma espécie de “O Museum de Estrasburgo apoia as pequenas coleções”. Uma coisa descentralizada. Na Holanda foi o oposto. Mas a Holanda é do tamanho do Alentejo.

Tem é muita gente.

Tem é muita gente. É o dobro de Portugal e do tamanho do Alentejo. Mas a Holanda acabou com os seus museus de ciência, sobretudo os universitários, e juntou tudo num grande museu nacional de ciência, que já existia em Leiden, e um grande museu nacional de história natural, que existe também em Leiden, que mudou agora de nome, chama-se *Naturalis*.

Em Leiden também têm um muito importante de etnografia.

Exatamente, o *Volkenkunde*. O que fizeram, foi: hoje, as universidades – caso que eu estudei em particular – não estão direcionadas para ter museus. Quando eles contribuía para o ensino e a investigação tudo bem, se não contribuem coisa nenhuma queremos ver-nos livres, porque é fonte de despesa e não estamos para estar aqui a formar profissionais e conservadores quando isso é função do Ministério da Cultura. Eles são muito pragmáticos, “à holandês”. Vão,

[então], para os arquivos, o que é curioso. Todos os arquivos científicos, os espólios dos grandes professores, dos grandes cientistas, etc., foi tudo concentrado num único sítio em Haarlem. Portanto, eles têm uma espécie de arquivo nacional científico, têm um museu nacional de ciência e um museu nacional de história natural que tem quase tudo. Só não tiraram as coleções que tinham um vínculo muito forte ao espaço, no caso podia ser o semelhante ao nosso observatório. Deixaram ficar a coleção e musealizaram. Mas está o tentáculo que eles depois apoiam. Está sob tutela científico-museológica dos museus nacionais.

O Tropenmuseum é uma exceção?

O *Tropenmuseum* é na Bélgica, acho eu.

Não, é Holanda.

Sim, pois, esse não é universitário.

É grande. E deve ser poderoso, porque era sobre as colónias.

Sim, sim. Claro.

Esse tem coleções próprias.

Esse é quase um museu nacional de antropologia, porque, apesar de tudo, tem um acervo maior do que o *Volkenkunde* não tem?

Eu não sei a dimensão do arquivo ...

Não sei se não estou a fazer confusão com aquele de Bruxelas. Como é que se chama?

O Musée de l'Afrique centrale, em Tervuren.

Exatamente. Estou a fazer confusão.

O Tropenmuseum, em Amsterdam, tem as coleções etnográficas, mas também tem rochas ...

Pois, pois. E ainda existe? Não passou para o *Volkenkunde*?

Não. Muita influência e projeção.

Pois. Eu acho que essas coleções de antropologia têm um renovado e um crescente interesse. Houve um declínio, mas agora há muitos museus novos a serem criados. Se calhar, mudando completamente o papel dos objetos ...

Pois, é um outro discurso.

É um outro discurso, não é? Mas é muito interessante essa segunda vida dos museus de

antropologia. Para Portugal podia ser talvez um híbrido disto, mas Portugal nem sequer tem tradição. É preciso reparar que a política tem que ser ancorada no que existe e na tradição, na capacidade de resposta de um determinado país que se vale das instituições que já tem. Como disse, no caso dos museus de história natural há uma longa tradição e há museus em Lisboa, Porto e Coimbra abertos ou semiabertos ao público. E há quase dez – se não são dez são uns oito – jardins botânicos, contando o do Funchal. Há uma tradição, portanto podia haver alguma centralização, por exemplo. Mas no caso dos museus de ciência há pouca tradição e há muitas coleções de instrumentos científicos! Neste momento, seria impossível no Museu de Ciência – fazendo de conta que era um museu nacional, que não é, nem tem essa abrangência de documentar a ciência portuguesa. Não é essa a ideia, a missão não passa por aí, é mais restrita, mas faz de conta que era –, só pelo que eu conheço (fará o que não conheço!) nós acomodarmos aqui todas as coleções de instrumentos científicos. É impossível! São muitas! E estou a falar já depois de ser selecionado. Depois de selecionar o que é importante, o que é relevante, o que poderá ser estudado, o que é importante preservar para as gerações futuras. Nem que fosse só isso das escolas, dos hospitais, dos laboratórios do estado, das universidades, tudo centrado aqui não cabia. São 18.000m², não cabe. Eu acho que não passa por aí. Passa por preservar o mínimo para qualquer pessoa poder visitar. Os *standards* mínimos: dar segurança, dar condições de preservação profissionais e dar acessibilidade. Vem cá um especialista romeno, japonês ou americano, é possível visitar, está tudo inventariado, catalogado. A parte da exposição é que eu acho que podia ser centralizada, porque é uma coisa temporária. E aí nós podemos dar resposta. É o que estamos a tentar fazer com essas pequenas mostras.

Uma coisa que me esqueci de dizer é que na Holanda também fizeram umas reservas centralizadas, fora dos centros das cidades. Oxford e Cambridge também. Como tinham muitas coleções, 28 ou 30 coleções diferentes, fizeram umas reservas que são uma espécie de compartimentos, fora dos centros históricos, organizadas por tipologias de materiais. Por acaso está muito

bem feito. A informação está toda articulada, organizada e acessível do ponto de vista intelectual, mas do ponto de vista físico elas estão arrumadas, independentemente do sítio de onde vieram. Está tudo organizado. Entrar num sítio desses é uma coisa fascinante. É mesmo uma caverna de Ali Babá, entrar de uns sítios para os outros. Está lá tudo. Só aquilo que está em exposição é que está fora. E as exposições são geridas de forma integrada, o que é muito interessante. Então, abre-se janelas de interdisciplinaridade mesmo a sério. Não é preciso mais nada, basta olhar para as coisas umas ao lado das outras para imediatamente surgirem ideias de estudo e de exposição.

Mas a manutenção também fica mais ...

Essa é a razão principal.

Controle de temperatura, luz ...

É caríssimo ter aquilo multiplicado por 20. E isso podia uma opção muito interessante no caso, por exemplo, de uma universidade muito grande como a do Porto, e até a Universidade de Coimbra. E até mesmo em Lisboa. Lisboa, parecendo que não, também tem muita coisa. Tem a mania que não tem nada e vai deitando fora, mas tem muita coisa: coleções de psicologia, a coleção do Departamento de Geografia da Faculdade de Letras também é relevante (com mapas), o património muito importante da medicina, novas coleções que agora existem, porque isto é tudo dinâmico. A Faculdade de Ciências já tem novas coleções de história natural, mas de outra natureza, tecidos ...

E outro tipo de coleção, de que ainda não temos bem a consciência, mas que está a emergir com muita força, naturalmente, são as coleções ligadas à informática.

Exatamente.

Porque qualquer pessoa da nossa idade olha para trás e se está ligado à informática ... Eu, há dez anos, tinha um computador completamente diferente.

E os suportes? Eu tenho aí disquetes que eu sei que foram utilizadas aqui no Laboratório de Física nos últimos tempos daqui, que eu apanhei

dentro de uma gaveta, só que não há onde ler. São as *floppy discs*, lembra-se?

Perfeitamente. As rígidas já os novos computadores não têm dispositivo para leitura.

Não têm maneira de as ler. Isso também cria outro género de ...

Também cria outro género de coisa. Há uma publicação americana sobre isto.

Pois, pois.

Eles aí são muito rápidos.

Pois são!

Também é um universo muito grande.

A que têm de dar resposta.

Exatamente. Têm outros públicos. Muito obrigado!

O sextante de Coutinho

Jorge Freitas Branco

Preciosidades

Uns dez quilómetros a norte de Lisboa situam-se à beira-rio instalações de logística da Força Aérea, formando o recinto militar de Alverca. É aqui que se encontra o Museu do Ar, aberto ao público desde 1971. Do ponto de vista histórico-militar, é uma estrutura recente. Isso acontece porque a aviação e os seus objetos constituem factos técnicos, cujas histórias são do século XX (Law 2002).¹ Em contrapartida, os discursos museológicos produzidos sobre os exércitos ou as armadas englobam temporalidades multiseculares.

As instalações a que me refiro, identificam-se sem dificuldade do exterior, porque algumas aeronaves antigas ou já desativadas se encontram expostas ao ar livre. Orientam o visitante que demanda o museu (Museu do Ar 2009). A entrada faz-se por esta zona delimitada da via pública por uma cerca, havendo um exemplar de arte pública anunciando o que ali existe: uma estátua-avião assente num pedestal aponta um destino indefinido nas alturas. Duma primeira observação destas aeronaves conclui o visitante do seu cunho histórico. Há muito que não se elevam nos ares, que os seus motores não operam, os hélices não giram, as turbinas não trabalham.

A receção encontra-se num hangar, que acolhe as instalações do museu propriamente dito. Divide-se em setores temáticos, havendo umas salas anexas de área mais reduzida, incluindo uma zona de auditório, cujos assentos foram reciclados de uma aeronave. O visitante é confrontado com a evolução dos aviões – militares. Estabelecem-se como marcos históricos, assumidos de forma ténue, as duas guerras mundiais e a guerra colonial (1961–1974). Enquanto no exterior, ao ar livre, se expõem aparelhos mais recentes, no interior guardam-se as preciosidades.

Nos confins do hangar, aproveitando os cantos e depois nas salas, disserta-se sobre motores, hélices, helicópteros, paraquedismo, salvamento, patrulhamento. Para além dos objetos originais – aeronaves, motores, hélices, acessórios – o discurso apoia-se em texto sem exageros de extensão, em fotos e numa profusão de miniaturas. Ao seguir o itinerário – talvez de considerar como semiaberto – traçado, o visitante é solicitado a concentrar a sua atenção não só ao nível da sua vista. Embora os exponíveis sejam de grandes dimensões em relação à escala humana, as aeronaves ocupam vários planos, umas ficam suspensas.

O discurso torna-se denso. A profusão de informação e de objetos neutraliza qualquer esforço para configurar processos e dinâmicas. Finda a visita, e num primeiro momento, ganha-se a sensação de que o universo de objetos exibido não traduz nenhuma hierarquia de relações. Tudo está ao mesmo nível: um avião, um planador, um hélice, um motor, ou um seu componente, um painel de instrumentos resgatado algures.

Na realidade, encontramos-nos numa reserva visitável. Do acervo exposto, sobressai a réplica de um Fairey III D, batizado *Santa Cruz* que, em 1922, permitiu a dois aviadores portugueses terminar a primeira travessia aérea do Atlântico Sul, amarrando a 17 de junho no Rio de Janeiro. Evoca-se este acontecimento, por réplica. Do ponto de vista museológico, a existência desta réplica e a sua exibição não se equiparam ao papel que as muitas miniaturas desempenham no discurso museológico prevalecte no Museu do Ar. Há que ir no encaicho do original.

A etapa seguinte é o Museu de Marinha, em Lisboa. Ocupa várias alas do Mosteiro dos Jerónimos, para além das galerias de posterior acrescento que albergam o acervo de grandes dimensões e o planetário.

Ao visitante proporciona-se uma visão contrastada do que viu e de como viu no Museu do Ar.

A centralidade da localização gera uma frequência de público elevada e constante: nacionais e estrangeiros em turismo ou não. Nada se comparada à solidão de Alverca, quebrada só pelos grupos escolares. Logo à entrada pressente-se o peso da história contada aos séculos. O mundo parece começar em quinhentos com as navegações portuguesas. Apresentam-se apelativas réplicas das embarcações, elencam-se aperfeiçoamentos na marinhagem e na cartografia, pouco se diz sobre os contextos sociais implícitos à navegação oceânica, enunciam-se mais os tecnológicos (cf. Law 1989), nem sobre as dinâmicas culturais que as mercadorias postas em circulação implicaram. Sobressaem feitos e acontecimentos deduzidos da supremacia de armas, da vantagem da mobilidade conseguida no mar, ressalta o empenho posto na construção de figuras heróicas. Nas salas iniciais faz-se um arrolamento de glórias do passado, feitas identidade da nação. Se em Alverca as legendas dos objetos revelavam a terminologia em inglês – os fabricantes, as marcas, os modelos – na legendagem do Museu de Marinha o português impera sem restrições. Resulta quase infrutífera a busca de termos estrangeiros.

Comparando os dois museus, verifica-se a diferença das épocas representadas, das técnicas expostas, das linguagens adotadas. Em Alverca, dá-se a primazia à discursividade técnica, salpicada com um ato de glorificação nacional. Em Lisboa, a técnica descrita é um componente dum pronunciamento nacionalista.

A exaltação transmitida nas salas iniciais dá lugar a uma acalmia, perceptível nas que se seguem. À vista das miniaturas feitas a escalas várias, expostas em vitrinas individuais, assiste-se ao declínio da navegação à vela e ao avanço dos vapores: para a guerra, em tempos de paz, no aproveitamento dos recursos fornecidos pelo mar.

Pelo meio surpreendem-se fragmentos inesperados. Assim o considero a reinstalação das acomodações privadas do iate pertencente à última realza portuguesa – um *period room!* – que os republicanos vitoriosos se apressaram a converter em aviso. Ou ainda uma sala pequena no

topo de uma escadaria dedicada a um Oriente frequentado por portugueses – Macau ... – agrupando peças de mobiliário e outras, talvez avulsas, de procedência privada, e não retiradas de bordo de um paquete.

Já longo o percurso feito, não se esgotou ainda o que o museu oferece ao público. Evoca-se a Grande Guerra, não na Flandres, mas nas frentes africanas. Lá os alemães também foram mais fortes: recapitulam-se atos de heroísmo em que a bravura de uns desafia a técnica dos outros.

Continuo pelas galerias exteriores ao edifício do mosteiro. Algumas embarcações fluviais e costeiras portuguesas – grandes e toscas, o que lhes confere autenticidade e as tradicionaliza – em seguida passa-se à exposição dos galeões do tempo da monarquia e às embarcações de recreio contemporâneas.

Antes da saída há um desfecho inesperado: um recanto dedicado à Primeira Travessia Aérea do Atlântico Sul, realizada em 1922. Observados os artefatos expostos – o hidroavião *Santa Cruz* restaurado, numa vitrina os instrumentos de voo, as anotações feitas a bordo –, lida a informação, fica-se a saber que estamos perante originais. São relíquias do legado daquele feito aeronáutico.

Em Alverca representa-se, aqui apresenta-se.

Os artefatos técnicos em questão são: o hidroavião e dois exemplares do sextante de Coutinho, sendo um deles o do voo histórico.

Confirmo aqui o que Selma R. Holo (2002) verificou na Espanha pós-franquista: os museus militares são conservadores, pouco atreitos à atualização, mesmo quando o país mudou de regime.

De marinheiros a aviadores

Sacadura Cabral (1880–1924), de seu nome completo Artur Sacadura Freire Cabral, era oficial da marinha. Iniciou a sua carreira militar na Divisão Naval de Moçambique. Após vários anos em missões coloniais, onde adquire experiência em trabalhos topográficos, entusiasma-se pela aviação. Em 1915, aproveita uma oportunidade dada pelo governo e vai a França frequentar um curso de aeronáutica, adquirindo o *brevet* de piloto aviador. Ainda em França especializa-se em hidroaviões. Durante a Grande Guerra serve novamente nas colónias. De regresso, torna-se instrutor de aviação e comanda a esquadilha da Base Naval de Lisboa. Em junho de 1919, é encarregue de escolher os aviões militares que o governo quer adquirir. Viaja a França e a Inglaterra.

Já nessa altura pensava numa travessia do Atlântico rumo ao Brasil e aproveita esta viagem para verificar qual a melhor aeronave para concretizar o objetivo dentro do limite financeiro de que iria dispor. A ideia de cruzar o Atlântico pelo ar já a tinha exposto ao ministro da Marinha, que havia concordado, tendo o governo autorizado uma verba. Acaba por preferir os hidroaviões da firma Fairey equipados com motores Rolls Royce.

A 8 de maio traz um dos Felixtowe F3 adquiridos para a Base Naval, ganhando prática na pilotagem de longo curso sobre o mar – trajeto Southampton–Lisboa.

A 22 de março de 1921 realiza num destes aparelhos a primeira ligação entre Lisboa e Funchal. Para além dum segundo piloto e dum mecânico, acompanhou-o Gago Coutinho como navegador. A viagem serviu de ensaio para o sextante que Coutinho havia desenvolvido e mandado construir, tendo os dois homens a futura travessia transatlântica em mente. A relação com Gago Coutinho estabeleceu-se em anteriores missões desempenhadas em África.

Entre março e junho do ano seguinte realiza-se a viagem entre Lisboa e Rio de Janeiro, que o tornou famoso. Quis em seguida fazer uma viagem de circum-navegação, como um novo Magalhães, mas não encontrou apoios. Desapareceu a 17 de novembro de 1924 ao sobrevoar o

Canal da Mancha, pilotando um Fokker 4146, adquirido na Holanda e que se destinava a uma frota comercial. Recolheram-se destroços do avião, mas o seu corpo nunca foi encontrado.

Gago Coutinho (1869–1959), de seu nome completo Carlos Viegas Gago Coutinho, teve uma vida longa e sobre a sua pessoa existe abundante bibliografia. Era oficial da Armada. Entre 1898 e 1920 ganha fama na cartografia e geodesia das colónias: Timor, São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique. Participa em trabalhos para a delimitação de fronteiras – Angola com o então Congo Belga, Moçambique com a antiga África Central Britânica. Daqui lhe vem a muita experiência na manipulação de instrumentos científicos e na prática de cálculos. Embora oficial de marinha, são as missões em terra que o tornam solicitado. Por volta de 1919, começa a interessar-se pelos problemas da orientação na navegação aérea, assunto que lhe havia sido colocado pelo seu ex-colaborador Sacadura Cabral. O desafio de uma travessia do Atlântico Sul já está na ordem do dia. Pretende transpor para a navegação aérea o rigor até aí só possível na navegação marítima na determinação de posições. Concebe uma adaptação do sextante às novas circunstâncias: um sextante de horizonte artificial (Coutinho 1919, 1920; Bennett, 1998; Iffland & Collins, 1998).

Em 1921, põe à prova o instrumento do seu aperfeiçoamento na viagem entre Lisboa e Funchal – 541 milhas de uma só assentada.

No ano seguinte, como observador e tendo Sacadura Cabral a pilotar é a consagração obtida com o êxito do voo transatlântico.

A partir de 1925, entra em novo período da sua vida. Embora só se retire do serviço ativo em 1939, as suas preocupações passam a ser de índole teórica e apaixona-se pela náutica dos Descobrimientos. Além de geógrafo, construtor de instrumentos de precisão, torna-se historiador e autor de publicações científicas, muitas delas compiladas postumamente. Um ano antes de falecer é promovido a almirante.

Dois oficiais da marinha transformam-se em aviadores: Sacadura Cabral pela prática, Gago Coutinho pela teoria implícitas à navegação

aérea. Foram pioneiros que ligaram aventura, ciência e técnica. Em Portugal, a aviação ainda era uma paixão e não uma carreira. Como se verá, uns voavam pela pátria, outros menos. Postura nacionalista e atitude cosmopolita só aparentemente se confundem.

1922: *A travessia*

Em janeiro, o Fairey F400 encomendado por Sacadura Cabral e fabricado segundo os requisitos por ele fornecidos, chega a Lisboa e começa a ser montado no Centro de Aviação Naval, em Belém. Cumpridos os ensaios e feitos os acertos necessários, o hidroavião fica pronto para o voo e em finais de março a largada depende de condições meteorológicas favoráveis.

A 30 de março, às 07:00 horas, Sacadura Cabral levanta do Tejo, dando início à travessia. Gago Coutinho vai como navegador. Dispõem do apoio logístico de três navios da Armada, o cruzador *República*, o aviso *Cinco de outubro* – o mencionado ex-iate real, cujos camarotes para a acomodação do rei e da rainha estão expostos no Museu de Marinha – e a canhoneira *Bengo*, que zarparam com a antecedência devida. Mais tarde revelou-se necessário o auxílio do cruzador *Carvalho de Araújo*.

Num primeiro lançamento voam até Las Palmas, nas ilhas Canárias – tempo de voo: 8h37' – sem novidade a assinalar.

Segue-se uma curta etapa a 2 de abril até Gando, na mesma ilha – tempo de voo: 21' – em busca de condições favoráveis à descolagem para o destino seguinte – peso, distância, ondulação, ventos.

A terceira etapa a 5 de abril tinha a ilha de São Vicente, em Cabo Verde como destino, que alcançam sem dificuldade maior – tempo de voo: 10h43'. Em Lisboa, o governo decide batizar o aparelho de *Lusitânia*.

O troço seguinte constituía o grande desafio, pois tratava-se de percorrer a maior distância sem possibilidade de fazer escala antes do arquipélago brasileiro de Fernando Noronha. Como o consumo de combustível vinha sendo mais elevado do que esperado, o hidroavião não iria conseguir vencer o trajeto. Para não abortar a viagem, dado a repercussão na opinião pública

que o *raid* estava a ter, os aviadores decidem-se por uma solução de risco.

Consistiu em voar até à ilha de São Tiago – 17 de abril, tempo de voo: 2h15' – e daqui arrancar rumo aos penedos de São Pedro e São Paulo, até onde a capacidade dos tanques de combustível podia ser suficiente. Com esse propósito prolongou-se a permanência em Cabo Verde, de forma a permitir que o *República* se dirigisse para o novo local e não para Fernando de Noronha, como estava previsto.

O salto teve êxito – 18 de abril, tempo de voo: 11h21'. Quando descem para amarar junto aos ilhéus e à vista do cruzador, o contacto com a água resulta em acidente. A ondulação desfavorável àquela manobra provoca a quebra de um dos flutuadores, o aparelho empina-se pela proa, afunda-se.

Os aviadores são resgatados sem dificuldade, assim como os instrumentos de navegação que levavam e o diário de bordo – também um exemplar de *Os Lusíadas*. Perdia-se o hidroavião, mas não a travessia. O desafio maior havia sido vencido: o combustível chegara à risca e fora possível navegar no ar com a mesma precisão da navegação marítima. Foi isto que o sextante de horizonte artificial – o sextante de Coutinho – permitiu, o que era inédito. Tornara-se possível voar com precisão sem terra à vista, as escalas passavam a depender da disponibilidade de combustível.

Sacadura Cabral pede a Lisboa outro aparelho, sendo-lhe enviado pelo navio mercante *Bagé* para Fernando Noronha, então uma ilha-presídio.

A 11 de maio levantam deste arquipélago em direção aos penedos para depois logo regressar, a fim de cumprir a rota prevista. Já na volta o aparelho sofre avaria no motor, faz amaragem forçada – tempo de voo: 6h34'. Os aviadores só podem ter esperança em que sejam encontrados a tempo pelo cruzador português, quando se estranhasse a sua demora. Passadas horas, à noite, são socorridos pelo cargueiro britânico *Paris City*, procedente de Bristol com destino ao Rio. Afastara-se ligeiramente da sua rota, ao ouvir o alerta emitido à navegação pelo *República*. Perdera-se a segunda aeronave.

Sacadura Cabral pede ao governo outro aparelho. Aguardam em Fernando de Noronha

que o cruzador *Carvalho Araújo* lhes leve um terceiro hidroavião.

A 5 de junho descolam em direção ao Recife – tempo de voo: 4h32'. O restante trajeto é feito ao longo da costa, por Salvador – 8 de junho, tempo de voo: 5h30', Porto Seguro – 13 de junho, tempo de voo: 4h03', Vitória – 15 de junho, tempo de voo: 3h40', finalmente Rio a 17 de junho – tempo de voo: 4h50'.²

Terminada a travessia, a esposa do presidente da República do Brasil batiza o aparelho de *Santa Cruz*.

Tanto o sextante, como o hidroavião estão agora expostos no Museu de Marinha. O diário da viagem publicado (Cabral 1922; Coutinho 1922) revela como o instrumento não foi razão de preocupação alguma durante a travessia, ao contrário dos níveis imprevistos no consumo de combustível. Algumas etapas foram calculadas pelo limite das reservas. Por isso, desistiram de levar equipamento de TSF.

Spirit of Saint Louis

No *Smithsonian Air and Space Museum*, em Washington, DC. (Smithsonian 2009), expõe-se ao público um avião monoplano, monomotor, monolugar Ryan NYP, batizado *Spirit of Saint Louis*. É uma das principais atrações do museu.

A 21 de maio de 1927, já depois das dez da noite Charles A. Lindbergh (1902–1974) aterrissa nesse aparelho em Le Bourget, um campo de poiso a norte de Paris. Após mais de 33 horas o piloto fizera o trajeto entre Nova Iorque e Paris sem escala. Iria receber um prémio de 25000 dólares americanos, prometido desde 1919 por Raymond Orteig a quem pela primeira vez realizasse a proeza.

O jovem norte-americano vencedor frequentara uma escola de pilotagem e, em 1924, ingressara no serviço aéreo militar. Acabava de fazer um voo solitário, por opção, sem rádio para poupar peso a favor do combustível, dispondo só de bússola e sextante. O nome dado ao avião pretendia tornar público o agradecimento do piloto às pessoas daquela cidade que haviam tornado financeiramente possível a aquisição do avião. Esperava-o uma multidão calculada em centenas de milhar de pessoas, que o aclamou como herói. Modris Eksteins

(1990) analisa o acontecimento à luz das transformações que a Grande Guerra estimulou. Na sua opinião, a façanha de Lindbergh evidenciava potencialidades militares, assunto que, mesmo finda a guerra, não perdera atualidade, nem muito menos interesse. O feito também revelava à opinião pública a relação estreita entre indivíduo e máquina, sobretudo por ter sido um voo solitário. Era uma relação em vias de se incorporar culturalmente na sociedade. Vindo da América para a Europa, mais que o protagonista, era também uma tendência geral que se impunha, a modernidade havia transposto o oceano em sentido contrário (Eksteins 1990).

Comparados os empreendimentos aéreos transatlânticos protagonizados por Cabral & Coutinho, em 1922, e por Lindbergh, em 1927, que há neles em comum e em que aspetos se encontram diferenças?

Os portugueses eram oficiais da armada que o *Zeitgeist* convertera à aviação, enquanto o coronel norte-americano tornara-se adulto pilotando aviões. Estavam todos contagiados por um espírito pioneiro, comprovado pela disposição de vencer barreiras. Os primeiros construindo um sextante adaptado à navegação aérea, o segundo estabelecendo o recorde da distância percorrida. Como experiência humana, ressalta o voo isolado de Lindbergh – Sacadura e Coutinho comunicavam entre si durante o voo escrevendo num caderno. Em ambos os casos o esforço físico e a tensão psicológica exigidos eram elevados, no entanto a opção de Lindbergh indicia uma predisposição para a busca de risco e de êxito no plano individual, ao passo que os outros concebem o voo como uma operação coletiva. Neste aspeto manifesta-se atitude discrepante na relação entre pessoa e técnica. Lindbergh personaliza uma tendência da modernidade, que se repetia em atividades emergentes, tais como o automobilismo: a fusão do humano com a máquina. O corpo humano é sujeito a constrangimentos induzidos por: velocidade, altitude, temperatura, sono, fome, incomodidade. Os dois feitos equiparam-se, porque atingiram o objetivo estabelecido.

Nesses anos foram inúmeras as tentativas aeronáuticas falhadas com desfecho fatal para pilotos e demais ocupantes das aeronaves. Os festejos de que os aviadores eram alvo no

seguimento da façanha aeronáutica – sempre humana e técnica! – levada a cabo, variavam na dimensão e repercussão. A apoteose preparada em Paris ao aviador que pilotara o *Spirit of Saint Louis*, explica-se mais pelo contexto cultural vivido, e só em menor grau pela proeza do voo realizado. O Velho Mundo dava a proeminência ao Novo Mundo no despontar da modernidade, lembrando a interpretação de Modris Eksteins. Mas receções apoteóticas terão ocorrido também no Rio de Janeiro e em outras cidades

do litoral brasileiro, que o *Santa Cruz* foi escalando. A diferença entre os dois *raids* efetuados naquela década de 1920 permanece evidente na atualidade.

As provas do delito estão em museus, onde desempenham papéis diferentes: em Washington, o avião restaurado é um chamariz de público, ao passo que em Lisboa, o museu que acolhe o hidroavião igualmente restaurado, atrai os visitantes pelas embarcações e pela exaltação da expansão marítima portuguesa.

Apoteose

A consagração do episódio Cabral & Coutinho assentou numa atividade institucional, com especial relevo para a esfera parlamentar. Passam-se em revista os seus principais aspetos.

Na sessão de 29 de março, no período de antes da ordem do dia, a Câmara dos Deputados aprova um voto de louvor aos dois aviadores pela iniciativa da viagem aérea, uma vez que *hoje ou amanhã deverá iniciar-se o raid de aviação ao Brasil*, conforme justifica o deputado proponente (Diário da Câmara dos Deputados 1922 p. 3).

Por sua vez, a 25 de abril, o Senado sob proposta do governo promove os dois oficiais da marinha aos postos imediatos nas suas carreiras, em reconhecimento dos serviços prestados (Diário do Senado 1925 p. 15).

A 22 de maio, o CE do Instituto Superior Técnico (IST) tem mais uma das suas reuniões de rotina. Realizam-se conforme a urgência dos assuntos académicos a resolver, em circunstâncias normais, em ritmo mensal. Nelas participam e deliberam só os professores. Na ata relativa aquele dia ficou registada uma felicitação aos aviadores e ao ministro da Marinha pela viagem aérea, pelo carácter científico da iniciativa e por os instrumentos inventados pelos aviadores terem sido construídos naquela escola de engenharia (Atas do CE, Livro 2º, p. 68). Retenham-se desde já dois aspetos.

Primeiro a data. Naquele dia os aviadores aguardavam na ilha de Fernando Noronha que lhes chegasse de Lisboa a terceira aeronave, a fim de prosseguirem a travessia. Mas sabia-se que o desafio maior estava ultrapassado. Reflete-se na instituição a euforia que se apoderava

da opinião pública. Na reunião anterior não havia ainda motivo para júbilo, somente para esperança. A grande etapa estava por fazer.

Segundo, o facto do *know-how* da instituição ter contribuído para a proeza que estava em vias de se transformar num ato patriótico e de glória nacional, para uma escola superior de engenharia recente, que se debatia pela exclusividade da atribuição do título profissional de engenheiro (Grácio 1998; Rodrigues 1999). O IST sublinhava a sua ligação a um acontecimento que mobilizava a nação. O acervo de instrumentos científicos antigos e históricos, guardado até à atualidade na instituição (Barros 2008; Gonçalves 2008) revela ter origem quase exclusiva em fabricantes estrangeiros. São raros os artefatos de construção nacional, em regra construído nas oficinas próprias. A maioria dos trabalhos de reparação ou construção realizados na Oficina de instrumentos de precisão terão sido executados para fora do IST. A participação nos preparativos da travessia atlântica significava no clima que se vivia também a perspectiva de dar um passo em frente nas aptidões nacionais no setor da construção de instrumentos científicos.

Os aviadores chegaram ao Rio de Janeiro a 17 de junho. Já nas diversas escalas feitas desde o Recife, haviam sido alvo de receções apoteóticas. O êxito daquela travessia aérea já não podia falhar. O acontecimento coincidia com a comemoração do centenário da independência do Brasil. As incidências científicas e técnicas iriam passar a segundo plano, as comemorações serviriam para soltar uma onda de comoção coletiva de glorificação nacional. Dois dias antes,

a 15, no rescaldo das notícias que iam chegando, realiza-se uma sessão solene organizada pelo Club Militar Naval, na Sociedade de Geografia de Lisboa, com a presença do presidente da República e de membros do governo. É uma homenagem ainda *in absentia*.

Voltando às reuniões do CE do IST, existe outra referência na ata de 21 de outubro. Na vaga de apoteoses em que os aviadores viviam desde o Brasil, de onde acabavam de chegar, regista-se o convite formulado pela Sociedade de Geografia de Lisboa para que uma delegação de docentes se incorporasse no cortejo triunfal que iria acompanhar os dois aviadores até à respetiva sede, situada na baixa da cidade (Atas do CE Livro 2º p. 76v). Receção similar só se terá preparado quando Roberto Ivens e Hermenegildo Capelo regressaram da sua travessia terrestre do continente africano, saindo da costa angolana e atingindo o litoral moçambicano corriam os anos de 1884–85.

A 7 de novembro reúne-se o Congresso – constituído então pelas duas câmaras – para uma sessão de homenagem aos dois aviadores. Participaram os senadores e os deputados, assim como o corpo diplomático e o ministro da Marinha. De acordo com o *Diário do Congresso* correspondente, logo na curta alocução introdutória à cerimónia, o presidente da República saúda os homenageados como sendo os *maiores portugueses dos tempos modernos*. Seguem-se as intervenções de deputados das diversas tendências.

Na primeira, exalta-se a proeza, equiparando-a ao dobrar do cabo da Boa Esperança, ao caminho marítimo para a Índia e às conquistas feitas aos Turcos no Oriente. Recuam-se quatro séculos para encontrar atos à altura do que ali se comemorava. E como os aviadores haviam levado a bordo uma edição de *Os Lusíadas*, Camões não é esquecido.

O deputado seguinte mantém a mesma tônica de exaltação patriótica, lembrando a mobilização geral do país durante a travessia, graças ao telégrafo. Independentemente da sua condição social, todos tinham seguido as notícias dos sucessos e dos contratempos sobrevindos em cada uma das etapas da travessia. Ao exprimir esta ideia, certamente o deputado não viu que aquela marcha dos acontecimentos só tinha sido possível naqueles tempos de modernidade, em que

as notícias antecipavam a chegada dos viajantes. Já não eram eles que as traziam, como acontecia em tempos idos.

Outro deputado não destoa na exaltação da travessia aérea vista à luz da expansão quinhentista. Descobertas quinhentistas: na sua opinião o feito presente tinha valor para ter levado Camões a acrescentar mais um canto aos *Lusíadas*. Vem-lhe esta associação, ao verificar que o local de descolagem do hidroavião naquela manhã de 30 de março de 1922 coincidia com o ponto de largada das embarcações sob o comando de Vasco da Gama, em 1497.

Para além deste *leitmotiv*, outro começa a ser repetido pelos deputados: a criação de um laço de parentesco entre os dois países. Ex-jóia da coroa, o Brasil não é visto no parlamento português como nação-filha, mas declarado país-irmão. Refletia-se uma relação de forças. O mesmo interveniente, de tendência católica, menciona o rigor que a paragem nos rochedos – hoje arquipélago – de São Pedro e São Paulo demonstrava – afinal a pedra de toque para o êxito daquela viagem – como constituindo a prova real na possibilidade de orientação na navegação aérea, sem aludir ao instrumento de medição implicado. Na sua alocução inspira-se na cruz de cristo pintada no hidroavião. O que não deixa de ser digno de nota num país com regime republicano ainda recente (1910) e formalmente laico. Remata o seu discurso referindo a comunhão nacional que aquela travessia do Atlântico Sul tinha originado. E congratula-se por, no passado, Portugal ter ensinado ao mundo a ciência de navegar, fazendo-o agora para a de voar.

Outro deputado vê no ato dos aviadores o almejado início do ressurgimento nacional. Por último falou o ministro da Marinha que se assume como português e republicano. Recapitula a cronologia dos acontecimentos, desde a apresentação da ideia inicial, prontamente acarinhada pelo governo, sublinha, até à disponibilização dos meios navais e à substituição dos hidroaviões acidentados. Para ele a viagem marcava também o ressurgimento nacional. Os homenageados agradeceram.

Desta sessão do congresso retenham-se os seguintes aspetos: a sintonia política na avaliação da travessia, a sua invocação através da

metaforização da gesta dos descobrimentos, o quase silenciamento do papel da ciência e da técnica na sociedade. Faz-se o louvor incondicional da raça.

Passadas três décadas e meia, a instituição parlamentar volta a homenagear os aviadores, desta vez já em pleno autoritarismo do Estado Novo. A 13 de fevereiro de 1958, realiza-se uma sessão solene, em que se propõe a promoção de Gago Coutinho a almirante, sendo que a iniciativa se insere nos 500 anos da morte de *Henrique O Navegador*, conhecidas por Comemorações Henriquinas.

Os acontecimentos do passado são reconstruídos no presente, um passado sempre presente. Fala em primeiro lugar o deputado Manuel M. Sarmiento Rodrigues (1899–1979), um oficial da Armada que já havia sido ministro das Colónias, para além de ter exercido outros cargos políticos de relevo. Faz o elogio do veterano marinheiro-aviador, com base nas suas recordações. Fazia parte da tripulação do cruzador *República* que ao longo das etapas da travessia aérea prestou apoio logístico:

Vivi, na verdade, o aparecimento sobrenatural do minúsculo avião no berço do horizonte; vi-o crescer em tamanho e em glória, alcançar a terra brasileira do penedo de São Pedro e ir juntar-se no mesmo túmulo sombrio às carcaças heróicas das naus de Quinhentos. Aquele avião, chamado Lusitânia, era o primeiro e mais sólido pilar do nato monumento que ali mesmo e naquele instante se erguia à fama de Portugal. Sofri aquela noite angustiosa da busca entre Fernando Noronha e o penedo, em que a bordo do República pairava um silêncio mortal. E ainda vibram na minha memória, como um bálsamo, as alegres palavras da mensagem do Paris City, que antes de nós os encontrou: Found plane and aviators, all right
(Diário das Sessões 1958 p. 541).

Ressalta como aspetos importantes na travessia: a prova de que a navegação aérea era suscetível da mesma precisão que a navegação marítima, o espólio salvo quando do afundamento das duas primeiras aeronaves. Enumera as relíquias que anuncia destinarem-se ao Museu de Marinha,

que se projetava transferir para os Jerónimos – onde seria aberto ao público em 1962. São elas o *Santa Cruz*, o sextante construído no IST, o corretor de rumos, os cadernos de bordo. Tratava de dar-lhes *permanente consagração nacional*. Lembra ainda que Gago Coutinho lhe confiara prosseguir pesquisas com vista a demonstrar a *primazia portuguesa na descoberta do Atlântico*.

Deste enredo deduz-se que os objetos mencionados não se pretendiam exibidos como símbolos duma proeza científica ou técnica, mas convertidos em artefatos da identidade nacional. Na altura estariam guardados na Escola Naval.

Sucede-lhe como orador, prosseguindo o elogio do homenageado um outro deputado, oficial da Força Aérea. Faz a discussão circunstanciada do relatório publicado pelos aviadores, em 1922, considerando aquela travessia *um marco no progresso da aviação mundial*.

O terceiro orador, um universitário de Coimbra, enaltece o historiador da náutica da expansão lusitana.

2009: Duas exposições

Por se completarem 140 anos do nascimento e 50 da morte de Gago Coutinho, organizaram-se duas mostras em sua memória, aproveitando acervos institucionais.

A primeira foi inaugurada pelo presidente da República a 17 de fevereiro, realizou-se na Sociedade de Geografia de Lisboa, da qual o homenageado era sócio. Reuniram-se cadernos de campo, documentos de trabalho, cartas, instrumentos de precisão, objetos pessoais, fotografias, condecorações e livros raros sobre explorações geográficas, doados a esta agremiação pela figura evocada.

A 2 de junho foi a vez do Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT 2009) abrir ao público uma mostra intitulada *O legado de Gago Coutinho no IICT*. A tónica não foi a apresentação do espólio pessoal, mas a atividade desenvolvida pelo homenageado no levantamento topográfico e na exploração hidrográfica das regiões coloniais. Muitas destas missões destinaram-se à demarcação das fronteiras com territórios vizinhos. Expostos em museus ou resguardados

da curiosidade pública, porque mantidos nos armários de sociedades científicas e de institutos de pesquisa, aos instrumentos científicos é-lhes acrescentada outra característica: passam a ser históricos. Definem-se por acontecimentos que protagonizaram, porque são modelos descontinuados ou ainda porque foram abandonados. Como não há neutralidade do conhecimento, os instrumentos de ciência a que se vem aludindo, tanto serviram para consolidar poderes coloniais e a repressão exercida sobre populações, como de igual forma para estreitar as relações entre povos.

O sextante, mais parlamento e navegação

O sextante é um instrumento portátil para medir ângulos entre objetos distantes. Serviu para a orientação, sobretudo na navegação. Vista a sua relação com o voo histórico de 1922, que representações se criaram sobre tal acontecimento?

As intervenções parlamentares constituem novamente uma fonte relevante, porque transmitem as eventuais divergências na leitura política das ocorrências postas a debate, para além de refletirem as opiniões veiculadas pela imprensa da época. Como vêem os parlamentares o sextante?

Quando da discussão do voto de louvor prévio à largada dos aviadores de Lisboa, a 29 de março, o deputado Sá Cardoso justifica o seu apoio à iniciativa parlamentar porque o *raid* Lisboa-Brasil:

(...) representa um grande rasgo de audácia, e recorda mais uma vez as velhas tradições da nossa raça.

E, logo na intervenção seguinte, Lelo Portela lembra que:

(...) acompanha o arrojado piloto um ilustre oficial da marinha que no mundo científico é considerado um sábio; refiro-me ao Senhor Gago Coutinho, que neste raid vai aplicar um sextante da sua invenção, destinado exclusivamente à aviação, cuja experiência efectuou no raid Lisboa-Madeira.

(Diário da Câmara dos Deputados 1922 p. 4).

Mais adiante, cabe a Júlio Silva sublinhar que:

(...) A Câmara talvez estranhe que eu me alongue em considerações, quando os outros ilustres oradores já falaram sobre o assunto; mas nós temos de observar o acontecimento sob o ponto de vista científico. Gago Coutinho descobriu um aparelho, que é uma modificação do astrolábio que Vasco da Gama fingiu atirar ao mar quando duma revolta. Gago Coutinho inventou um aparelho que veio modificar o sextante, que é o companheiro de todos que se dedicam à vida do mar

(Diário da Câmara dos Deputados 1922 p. 6).

Quando os aviadores já tinham chegado aos penedos de São Pedro e São Paulo e aguardavam em Fernando Noronha o primeiro hidroavião de substituição, a 24 de abril o deputado Álvaro de Castro explica:

O que torna grande, singular o raid Portugal-Brasil são os processos científicos que transformam a navegação aérea incerta e sujeita a todos os baldões do acaso num processo seguro de transporte, percorrendo uma linha rigorosa previamente traçada. (...)

O aviador não dominava os elementos; era levado pelos ares perdendo a noção dos pontos sobre que voava, amarrando ou aterrando nos pontos onde o conduziam a força do motor e as forças desconhecidas dos elementos. Coutinho e Sacadura inventam e usam para a navegação estimada um instrumento que denominam o plaqué de abatimento e especialmente Coutinho modifica o sextante vulgar de forma a poder fazer a navegação astronómica. Com estes dois aparelhos, especialmente o último, a navegação aérea passa a ser de um extremo rigor. (...)

Assim Coutinho e Sacadura estabelecem a prioridade para os portugueses da navegação aérea por processos de orientação astronómica

(Diário da Câmara dos Deputados 1922a p. 19).

No dia seguinte, 25 de abril, no Senado, ao discutir-se a promoção dos aviadores, um dos senadores profere um alerta:

É preciso garantir com as cautelas e privilégios necessários, o aperfeiçoamento que Gago Coutinho imaginou e fez executar no sextante, e o aparelho que, juntamente com Sacadura Cabral, imaginou para indicador-corretor da derrota.

(Diário do Senado 1922 p. 15).

Ainda no senado, na sessão de 19 de junho, o ministro João Catanho de Menezes afirma:

Perdidos na imensidão do mar, esses rochedos, que apenas têm 25 metros de altura e um comprimento que anda somente por 100 metros, foram, com o auxílio do sextante aperfeiçoado, encontrados por dois portugueses de modo idêntico àquele com que se navega sobre as ondas. Esse aparelho deu as suas provas, mostrou ao mundo a sua excelência, porque descobriu os rochedos na amplidão enorme do mar.

(Diário do Senado 1922a p. 5).

Cerca de um ano mais tarde, na sessão noturna realizada a 9 de maio, discutem-se assuntos orçamentais. O deputado católico tido por moderado A. Lino Neto, que é professor de economia política no IST, perante a ameaça de cortes orçamentais, sai em defesa da sua instituição:

Basta lembrar as Oficinas de Instrumentos de Precisão, onde foi construído o sextante de que Gago Coutinho se serviu para fazer a sua gloriosa travessia aérea. Não existe outra no país capaz de satisfazer às necessidades que aquela oficina satisfaz (...).

(Diário da Câmara dos Deputados 1923 p. 15).

Ao assinalar o terceiro aniversário da travessia, no período antes da ordem do dia, da sessão de 17 de junho, o deputado Jaime de Sousa assegura que:

É de tão largo alcance a descoberta de Gago Coutinho, por meio do seu sextante, que a ciência de todo o mundo ainda hoje faz justiça aos aviadores portugueses.

(Diário da Câmara dos Deputados 1925 p. 4).

A travessia do Atlântico Sul empreendida por Sacadura & Coutinho constituiu um ato oficial da nação portuguesa. O poder político, tanto pelo executivo, como pelas instâncias legislativas, acompanha a iniciativa. O sextante de Coutinho permite, nas condições de então, que a navegação aérea ganhe em previsibilidade, graças ao avanço proporcionado pelo sistema de orientação astronómica. Esta vertente cedo é subalternizada no discurso político, onde o voo serve para colocar o passado no presente. As intervenções dos parlamentares são uma máquina de metaforização. A glorificação nacionalista com que são coroados os aviadores está envolta de uma roupagem desencantada no passado das explorações ultramarinas. A inovação que representa o sextante de Coutinho é referida num contexto absoluto e não como parte constituinte – efeméride – de um processo de aperfeiçoamento dos sistemas de navegação aérea. Novamente se remete para um passado, invocando a prioridade portuguesa numa região – Atlântico – ou num domínio – navegações. Pese o êxito da travessia, não consta que às Oficinas de Instrumentos de Precisão do IST³ se tenham solicitado mais exemplares. Adquire estatuto de protótipo o artefato exposto no Museu de Marinha. Como conceção, o sextante de Coutinho significou aperfeiçoamento, uma vez que foram construídos exemplares pela firma C. Plath, de Hamburgo – designado *System Admiral Gago Coutinho*. O astrolábio de precisão, como Gago Coutinho também chamou o aparelho que concebeu, foi construído como uma solução com vista à orientação na navegação aérea, sobretudo quando se voa sem terra à vista.

Os anos daquele após-guerra foram de intensa atividade na aeronáutica, registaram-se constantes avanços – na velocidade, no raio de ação. Surgiram várias soluções para a orientação astronómica dos aviadores. Fatores diversos aconselhavam ou não cada uma das soluções introduzidas nos sextantes e adotadas pelos diversos fabricantes: a velocidade da aeronave, a sua aceleração, ter *cockpit* aberto ou não, a altitude de voo, posteriormente a pressurização da cabine, o *design* do instrumento decidindo sobre a sua facilidade de manipulação – só uma mão. Na navegação aérea o sextante deixou de

ser utilizado durante a década de 1950, com a introdução do sistema de orientação por inércia.

Numa perspetiva técnica, o sextante de Coutinho constituiu a solução encontrada para dar resposta às necessidades de um determinado voo. Nos países industrializados assistia-se a uma competição, em que o silenciamento das armas era compensado pelo impacte das proezas técnicas.

Em Portugal, os respingos da modernidade eram absorvidos pelo discurso de identidade nacional, transformados em atualizações do passado.

O que a sociedade recorda

Como em qualquer outra parte do mundo, quem percorra Portugal, irá constatar recorrências nos acontecimentos inscritos no espaço público. Embora não disponha da prova que a existência de uma estatística da estatuária poderia facultar, serão três os acontecimentos que mais se fazem notar na paisagem urbana: a travessia terrestre do continente africano (1884–85), por Roberto Ivens e Hermenegildo Capelo, os mortos da participação portuguesa na Grande Guerra (1916–18) e a travessia aérea do Atlântico Sul (1922). No caso presente, interessará o *raid* aéreo.

A arte pública reforça esta constatação. Veja-se o tratamento estatuário do acontecimento, existente na cidade de Lisboa. Há uma réplica feita à escala do *Santa Cruz*, colocada entre a doca onde se iniciou o voo e a torre de Belém, o tal ponto da largada de Vasco da Gama. Designa-se *Monumento Comemorativo da Primeira Travessia Aérea do Atlântico Sul*, foi concebido pelo escultor Domingos Soares Branco e pelo arquiteto Eduardo Bairrada, os materiais são granito no pedestal e bronze na aeronave. Foi inaugurado em 1991.

No mesmo local existiu outra referência escultórica à viagem aérea e tinha o mesmo título. Tratava-se de obra criada pelo escultor J. Laranjeira Santos e pelo arquiteto Rodrigues Fernandes, inaugurada em 1972, pelos 50 anos da realização do voo. Admitindo a fraca leitura pelo tratamento abstrato do acontecimento, foi retirada e, em 2001, colocada na rotunda São João de Brito, no bairro de Alvalade – numa

movimentada zona residencial burguesa. O monumento constitui desafio à imaginação dos que por ali circulam a pé ou em transporte público de superfície.

Quando do 25º aniversário da morte de Gago Coutinho (1984), foi inaugurado um medalhão em bronze com a efígie colocada sobre mármore e uma base em cimento de três metros de altura, no largo da Esperança, sendo autor o já mencionado Soares Branco.

Numa listagem exaustiva da estatuária figurariam ainda muitas outras cidades, tais como Cascais, Funchal, Grândola, Guimarães, Lumbala Nguimbo (Angola), Manhiça (Moçambique), Mindelo (Cabo Verde), Oeiras, Recife, PE (Brasil), ilhéu das Rolas (São Tomé e Príncipe), Salvador, BA (Brasil). A toponímia reforça esta constatação. Existem arruamentos com o nome dos aviadores, de um deles ou dos hidroaviões, assim como um navio de guerra e aeronaves comerciais. Os manuais escolares registam o acontecimento.

Um artefato da identidade nacional

O sextante de Coutinho foi um instrumento de medição utilizado na navegação aérea. Um processo político transformou-o em artefato da identidade nacional, em detrimento do seu conteúdo como objeto científico. A biografia cultural do objeto (Kopytoff 1986; Hoskins 2006) empreendida, desvendou um processo em que se assiste a uma metamorfose, mantendo o objeto as anteriores e as novas propriedades acumuladas. É nesta sua propriedade adquirida que o vemos tratado nos dois museus portugueses. Foi pelo recurso a acontecimentos do século XVI que ele se torna património e não pela sua inserção no presente em que atuou.

A travessia atlântica de 1922 fixa um contexto, que permite situar sociedade e ideologia perante concretizações técnicas.

Em Portugal tratou-se de um momento para revitalizar o discurso identitário de glorificação do passado. Noutros países, tais acontecimentos eram vistos como efemérides num percurso em que as atenções se centravam no progresso. Portugal perdera a primeira revolução industrial e prosseguia arredado do que se lhe seguia. Por isso, o sextante de Coutinho tem mais

leitura como representação da hegemonia exercida pelo passado no presente da sociedade, do que como uma antecipação cosmopolita afirmativa da técnica.

- 1 Este capítulo muito deve a informações e a sugestões de António Monteiro Cardoso (documentação parlamentar), a Manuela Cantinho (sobre a Sociedade de Geografia de Lisboa) e aos técnicos do Núcleo de Arquivo (NArq) do IST, dirigido por Ana Rigueiro. São igualmente devidos agradecimentos à biblioteca Central da Marinha (Lisboa).
- 2 Dados colhidos em Cabral 1922, p. 43. A mesma tabela aparece republicada nos *Anais do Club Militar Naval*, 52, 4–6, 1922 p. 124–127, com uma gralha relativa ao dia do único voo da segunda aeronave, em Fernando Noronha. Onde se lê 13 de maio, deve ler-se 11 de maio.
- 3 Na Sociedade de Geografia de Lisboa e no Observatório de Astronomia da Universidade de Coimbra existem instrumentos construídos nestas oficinas. Sobre um dos astrolábios do observatório mencionado, diz-se: *O astrolábio foi mandado executar pelo Doutor Alfredo Bensaúde, ao tempo diretor do Instituto Superior Técnico. Conhecem-se vários exemplares deste instrumento que, segundo Luciano Pereira da Silva, foi construído com fins didáticos. Na parte de marcenaria o construtor foi mestre Francisco Barbudo e a graduação do limbo foi efetuada por Filipe Gonçalves, artífices do IST. Ver <http://tangerine.mat.uc.pt/novo/observatorio/site/museu/T0322ast.htm>, acessido em 20-08-2009. Data presumida do instrumento: 1913.*

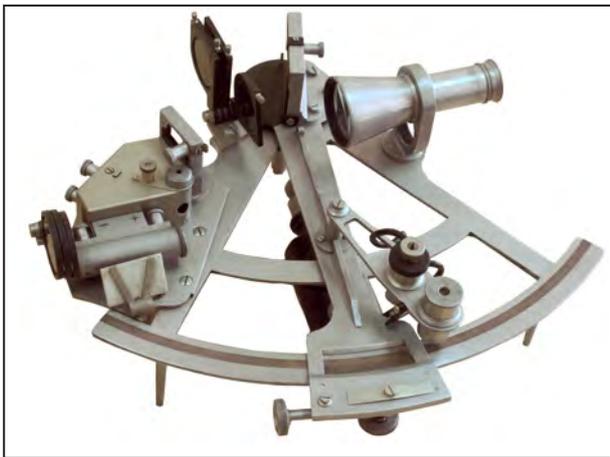
Monumento comemorativo da primeira travessia aérea do Atlântico Sul, realizada em 1922 entre Lisboa e Rio de Janeiro, por Gago Coutinho e Sacadura Cabral. Jardim da Torre de Belém, Lisboa. Inaugurado em 1972.

Foto: J F Branco



Relato duma visita ao Museu de Marinha, na manhã de 2 de julho de 2012.

No rescaldo das comemorações do 90º aniversário da Travessia Aérea do Atlântico Sul e graças aos bons ofícios do tenente B. Gonçalo Neves, investigador do museu, assim como do empenho do coronel E. Brito Coelho, tenho a oportunidade de ver o sextante de Coutinho fora da vitrine. Procuo a identificação da



origem do instrumento que, na posição exposta ao público, não permite ser determinada. Junta-se a nós o comandante J. Malhão Pereira, familiarizado com o assunto Gago Coutinho e que me instrói no manuseio do sextante. No exterior treinámos medições em dois exemplares: o de Coutinho e um de Plath. A comparação permite concluir que o instrumento histórico é mais leve, porque feito de alumínio. Trata-se de um fator relevante. A frequência das medições feitas durante as muitas horas de voo, a leveza do sextante – ou astrolábio de precisão, conforme refere a monografia de Francis M. Rogers, publicada em 1971 – foi uma vantagem para o navegador. Discutidos estes aspetos e novamente no interior das instalações do museu voltamos a observar os instrumentos. Após a manipulação fica a descoberto a marca do sextante histórico: *L. Casella London 1658*. Nas Oficinas de instrumentos de precisão do IST procedeu-se a adaptações: instalação do horizonte artificial num aparelho existente e acomodação numa caixa também pré-existente para servir de embalagem. Uma placa nesta última indica *Hughes Instruments & Son, Limited. 59 Fenchurch St., London E.C.3*. Perante este facto – no IST fez-se acomodação a um instrumento existente e não



construção – e aconselhado pelo comandante Malhão Pereira recorro à tese de Rui Costa Pinto dedicada à biografia de Gago Coutinho (2011), onde encontro dados que permitem resumir os principais aspetos desta ação de navegação aérea de alto mar. Consistem eles no seguinte. Não se trata de invento, mas de processo. Reduzida dimensão e leveza deixa mão direita livre para anotar valores obtidos. Passagem do navio para o avião implicou compatibilizar processos com a velocidade. Adaptação a uso dentro de aparelho de voo. Invisibilidade da linha de horizonte do mar. Componentes do astrolábio de precisão encarado como um artefacto complexo: bolha de ar fazendo de horizonte artificial, espelho auxiliar, pilha alimenta iluminação da bolha para voo noturno. Cronómetro. A adaptação feita no IST custou 400 escudos, Gago Coutinho considerou o preço exagerado. A partir destes dados, compreendo que a autonomia de voo, garantida pelo combustível transportado, foi o que mais limitou a travessia atlântica de 1922.





Foto: Augusto Bobone, AFCML A76245

Relatório sobre o arquivo da Associação dos Estudantes do Instituto Superior Técnico (AEIST)

Ana Luísa Micaelo

Notas gerais acerca do inventário

Arquivo 1 (sede da AEIST)

O Arquivo 1 da Associação dos Estudantes do Instituto Superior Técnico situa-se no edifício da sede da AEIST, no *campus* da Alameda.

O seu inventário foi iniciado em 2007 por Mónica Maurício e continuado em 2008 por Ana Luísa Micaelo.

O Arquivo 1 da AEIST contém cerca de 500 pastas, entre elas dossiês, molduras, *posters* de grandes dimensões e várias publicações armazenadas. A numeração das pastas começa no nº 1 e termina no nº 495, sendo o intervalo temporal dos documentos entre 1921 e 2007.

A maior parte dos documentos iconográficos presentes neste arquivo não está legendada ou datada. De acordo com informações recolhidas na secretaria da AEIST, os documentos emoldurados foram expostos em 2001 por ocasião do 90º aniversário da AEIST.

Considerando o valor histórico e informativo da documentação, seria recomendável a construção de um arquivo histórico, onde se fizesse a devida indexação e conservação.

Arquivo 2 (secção de folhas)

O Arquivo 2 da AEIST situa-se no pavilhão da secção de folhas, no *campus* da Alameda. O seu inventário foi realizado entre novembro e dezembro de 2008 por Ana Luísa Micaelo.

Este arquivo é composto por cerca de 1200 pastas, das quais a maior parte são dossiês que incluem documentos em papel. O arquivo contém ainda fotografias, *posters* de grandes dimensões e várias gavetas do arquivo de fichas individuais dos sócios da AEIST. A numeração das pastas começa no nº 1 e termina no nº 1192.

Para além do material inventariado, encontram-se armazenadas neste espaço cerca de 50 caixas com vários exemplares da *Técnica*

(publicação da AEIST) que não foram numeradas e incluídas neste inventário por não corresponderem à categoria de documentação arquivística, mas em depósito.

Na mesma sala onde se situa este arquivo encontram-se ainda pastas de uso corrente da secção de folhas que também não foram numeradas e incluídas no presente inventário, por não constituírem de facto arquivo da AEIST.

O documento mais antigo neste arquivo data de 1942 e o mais recente de 2008. No entanto, a maior parte dos documentos deste arquivo refere-se às décadas de 1990 e 2000. Uma grande parte deste arquivo corresponde a documentos da contabilidade da AEIST e das suas várias secções. É também a contabilidade quem mais utiliza as pastas deste arquivo. Deste modo, ainda que contenha alguns documentos sem valor administrativo, o presente arquivo não pode ser considerado histórico, mas uma combinação entre arquivo corrente e intermédio.

Critérios de inventariação

Neste inventário do arquivo da AEIST, a informação recolhida por cada pasta faz referência ao seu número de ordem, data, suporte, tipologia, título, produtor e assunto. A data indicada no inventário é relativa ao intervalo temporal dos documentos contidos na pasta. Caso não tenha sido possível datar esses documentos, optou-se por introduzir a data da produção da pasta/moldura.

A numeração das pastas segue a sua disposição linear nas estantes e não qualquer outro critério, como sejam a data, a tipologia ou o produtor. Por este motivo, recomenda-se a reorganização da documentação por recurso a quotas e de acordo com critérios arquivísticos a definir.

Ainda que o Arquivo 1 seja mais marcadamente histórico e o Arquivo 2 contenha mais

documentos contabilísticos e de uso corrente, não se identifica um critério arquivístico ou outro para a divisão da documentação entre os dois espaços diferentes (a sede da AEIST e a secção de folhas). Por outro lado, é de notar que ambos os espaços se constituem ainda como depósitos e arrumações da instituição, situação que não favorece a organização nem a conservação da documentação.

*O arquivo da AEIST, 2010.
Fotografia: J F Branco*



Abreviaturas utilizadas no inventário

AAC	Associação Académica de Coimbra
AAL	associação Académica de Lisboa
ADSL	associação Desportiva do Ensino Superior de Lisboa
AEFCL	AE da Faculdade de Ciências de Lisboa
AEIST	AE do Instituto Superior Técnico
AG	assembleia geral
AGA	assembleia geral de Alunos
APIET	associação Portuguesa para a Permuta Internacional de Estudantes Estagiários Técnicos [Pasta 364 AEIST]
BEST	Board of European Students of Technology
CaF	Centro de Formação (GEAEIST)
CAFUP	Conselho de Avaliação da Fundação das Universidades Portuguesas
CML	câmara municipal de Lisboa
CRUP	Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas
DAEIST	direção da AEIST
FADU	Federação Académica do Desporto Universitário
FLL	Faculdade de Letras de Lisboa
FML	Faculdade de Medicina de Lisboa
GAS	Grupo de Ação Social (AEIST)
GE	Gabinete de Estágios (AEIST)
GE&SP	Gabinete de Estágios & Saídas Profissionais (AEIST)
GEP	Grupo de Estudos e Planeamento (IST)
GEP/NAP	GEP/ Núcleo de Avaliação Pedagógica (IST)
GEST	Grupo de Estratégia e Tática (AEIST)
GIRE	Gabinete de Informação e Relações com o Exterior (IST)
GPS	Gabinete de Protecção e Segurança do IST (AEIST ou IST) [pasta 470]
GTIST	Grupo de Teatro IST (secção autónoma da AEIST)
GUDDH	Grupo Universitário de Defesa dos Direitos Humanos
IA	secção de Intervenção Académica (na direção actual esta secção corresponde à 'Política Educativa')
IAC	Instituto de (para a) Alta Cultura
IIL	Instituto Industrial de Lisboa
ISA	Instituto Superior de Agronomia
ISTCoop	Cooperativa de habitação do IST
JSR	João Santos Rocha (presidente da DAEIST 2000/01)
LESIM	Licenciatura em engenharia dos Sistemas de Informação e Multimédia
LNEC	Laboratório Nacional de Engenharia Civil
MA	Movimento Associativo
MAG	Mesa da assembleia geral
ME	Movimento Estudantil
MIST	Núcleo de Motociclismo do IST (secção autónoma da AEIST)
MM	Mónica Maurício
NAF	Núcleo de Arte Fotográfica (AEIST)
NAPPI	Núcleo de Apoio à Propriedade Industrial
NAS	Núcleo de Atividades Subaquáticas (AEIST)

NEMAT	Núcleo de Estudantes de engenharia dos Materiais
NSIST	Núcleo de Surf (AEIST)
O.D.	Operações diversas
OE	Ordem dos Engenheiros
Pax Romana	Organização Internacional de Estudantes e Intelectuais Católicos
PIA	secção de Pedagogia e Intervenção Académica (AEIST)
PIA&AS	Pelouro da Intervenção Académica e Ação Social (AEIST)
PMQE	Projetos para Melhoria da Qualidade do Ensino
POSI	Programa Operacional Sociedade da Informação
RIA	Reunião Interassociações
RIIST	Rádio Interna IST (secção autónoma AEIST)
SA	secção Autónoma
SAA	secção Autónoma de Automobilismo da AEIST
SAD/AAL	secção Autónoma do Desporto/AAL
SASUTL	Serviços de Ação Social da UTL
SESP	Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal (CGTP)
SNESup	Sindicato Nacional do Ensino Superior
SOMA	secção de Ócio e Malabarismo Altíssimo (SA da AEIST)
TUIST	Tuna Universitária IST
UNEF	Union nationale des Étudiants français
UTL	universidade Técnica de Lisboa
VD	Venda a Dinheiro

[dezembro 2008]

A minha barragem – uma experiência colonial

Lurdes Pequito
Formação

N uma tarde de março dirijo-me à pastelaria A Mexicana, à praça de Londres, em Lisboa, para fazer uma entrevista sobre barragens. O tema vem na sequência de uma investigação em curso, onde o nome de um certo engenheiro surge entre os protagonistas na construção dos aproveitamentos hidroelétricos no Douro Internacional, anos 1950.

O encontro é no espaço interior do estabelecimento. Fundada em 1946, esta pastelaria é frequentada na sua maioria por pessoas que moram naquela zona, com uma esplanada onde se observa o movimento da praça, se fala de política e se lê o jornal.

O meu engenheiro daquela tarde chama-se Fausto Costa. Quando chego, espera-me sentado a uma mesa, perto do painel cerâmico de Querubim Lapa *A Mexicana* corresponde às tendências expressionistas no seio do movimento moderno português. É neste enquadramento que nos cumprimentamos, explico a razão de ser deste encontro, peço um café. À hora do lanche toma-se chá com *scones* ou panquecas com doce, especialidades da pastelaria.

Pergunto-lhe como se ligou à construção de barragens. A conversa flui, evocando momentos importantes da sua carreira profissional, que começa com a construção da barragem da Tourega, perto de Évora, para se prolongar na construção de outras: Cabril, Bouçã, Miranda, Chicamba.

Vou tomando notas sobre o conjunto das obras em que se envolveu, das viagens e das mudanças de casa, de instalações e de equipas. Uma vida dedicada às barragens, 19 anos em aproveitamentos hidráulicos e outros 19 ao serviço da EDP, em cargos de gestão. Apercebo-me da complexidade que representa esta deslocação: contextos sociais diferentes, condições de trabalho também diferentes.

Refere-me factos que espelham as contradições do país e as assimetrias entre uma população

nómada que se desloca de obra em obra, seguindo os locais onde há trabalho, e uma equipa técnica especializada, que dirige os estaleiros das barragens. Tarefas que não são só de natureza técnica, mas também intersubjetiva, lidando com as emoções e os lugares, a paisagem e as pessoas.

Decido seguir o caminho deste engenheiro, formado no Instituto Superior Técnico, onde também se formaram os filhos e os netos. Aspeto interessante, que me leva a querer observar as diferenças entre o contexto da sua formação e o das gerações seguintes.

Passam duas horas num instante. Os episódios contados evocam uma riqueza e vivências que me levam a pedir outra entrevista. Proposta aceite, desta vez em sua casa.

As três entrevistas gravadas em que agora me vou basear, decorrem no escritório do seu apartamento, que mantém as características do plano inicial: três zonas, a primeira de serviços, a segunda social, a terceira privada. É portanto à segunda área da casa que me dirijo, conduzida pela empregada, e é aí que decorrem as três entrevistas, entre março e junho de 2010.

Nascido em Tavira, filho de um armador da pesca do atum, conclui o ensino secundário no liceu de Faro e ruma a Lisboa, para frequentar o Instituto Superior Técnico.

Em 1951, depois de se formar, volta ao lugar onde nasceu, para explicar aos pais a sua intenção de exercer a atividade profissional em Lisboa. Relata-o a mim nestes termos:

Passo dois meses em Lisboa, em várias tentativas de arranjar algum trabalho sem nada conseguir. Morava num quarto alugado na praça de Londres e ia comer à cantina do Técnico; aí recebi de um colega a seguinte informação:

–Olha, o eng^o Rebelo Pinto (que tinha sido

meu professor de topografia e de estradas) quer falar contigo. Parece-me que é algo relacionado com o Alentejo, mas não me deu pormenores.

Fui ao Técnico, encontrei-me com o professor que me disse:

– Estamos a iniciar um projeto meu para um proprietário alentejano, de uma barragem de alvenaria, numa região a dez quilómetros de Évora; se quiser, tem lá uma vaga. Esteve lá um engenheiro técnico durante dois ou três meses, mas não ficámos satisfeitos com ele. Lembrei-me de procurar um engenheiro recém-formado e pensei em si.

Mais tarde, quando começámos a ter convivência e a sermos amigos, perguntei-lhe:

– Porque se lembrou de mim? Não fui o seu melhor aluno. Nas suas cadeiras devia estar em quarto ou em quinto lugar.

– Olhe: primeiro, foi meu aluno; segundo, apreciei-o durante a excursão.

No fim do curso havia uma excursão; pedíamos sempre apoio monetário às empresas da especialidade, o que nos permitiu passar um mês em Espanha. Percorremos muitas zonas deste país com contatos prévios feitos com diversas organizações, oficiais e particulares, para visitas de estudo. Foi interessante sob o ponto de vista técnico e turístico. O eng^o Rebelo Pinto era o professor que acompanhava os alunos.

– Apreciei-o durante a excursão e achei que tinha mostrado interesse, destacava-se nas perguntas que fazia e além disso tinha uma outra qualidade: era da província. Tenho experiência disso e sei que os rapazes da província quando jovens lidam com gente de todas as classes sociais.

No meu caso era verdade. As brincadeiras, os joelhos feridos, os pontapés entre uns e outros, em resumo, todo o tipo de relacionamento era muito diferente do que se passava com os rapazes de Lisboa, que tinham outro tipo de vida, mais alheados desses hábitos provincianos, e portanto, isso também contou, o cargo era para dirigir pessoas de extrema pobreza. Acrescento que efetivamente a grande maioria dos alentejanos vivia quase em regime de dependência total dos patrões.

Os filhos crescem e estudam em Lisboa, também no Técnico. E os netos. Em cada geração muda a vivência universitária e os desafios da engenharia. Um dos filhos regressa ao Algarve. Pedir-lhe-á, a certa altura, um artigo sobre a pesca do atum. As proporções do artigo ganham a dimensão de um livro, escrito a pensar no pai. Reparo na comoção com que fala do pai, apesar de o seu caminho profissional se ter afastado noutra direção. Por cima da sua secretária, um quadro representa um atum e existe um diploma obtido na pesca desportiva. Sorri sempre que fala desse filho que escolheu o Algarve e o mar.

Tenho quatro exemplos como oportunamente lhe referi: além dos três formados há um neto que também está a frequentar o Técnico. As três gerações formaram-se em engenharia civil e o neto estudante também está nesta especialidade. Sou eu que inicio, seguindo-se o meu filho sénior e depois o neto de mais idade que depois de formado e carteira profissional obtida se fixou na Holanda, em Haia, numa multinacional de grandes dimensões.

Na minha época a engenharia tinha uma cotação profissional que hoje já não tem devido à quantidade de licenciados que as faculdades põem cá fora todos os anos.

Conversávamos nós, eu e o meu filho, a propósito do neto atual estudante, confirmando que o curso de engenharia hoje não tem projeção, nem interesse como tinha no meu tempo. Nessa altura, o curso de engenharia civil era uma garantia de trabalho, embora não fosse demasiadamente fácil a colocação. No entanto, em poucos meses se solucionava esse desiderato. Desde que se arranjasse, e arranjava-se sempre, estava assegurado o futuro da pessoa no mesmo serviço ou mudando consoante a conveniência mútua. O engenheiro podia seguir uma carreira profissional muito estável, eu sempre tive essa propensão, ou preferia ser mais liberal e singrar na atividade profissional, consoante o grau de experiência e a vontade de mudança.

No Técnico, há cursos de muita mais-valia sob o ponto de vista de qualidade técnica, em termos do momento que o mundo vive

e do que as empresas de topo necessitam. As altas tecnologias, as eletrónicas, as informáticas e a investigação constituem um mundo mais sofisticado e necessário à sociedade a que os alunos se podem dedicar no Técnico, como em outras faculdades, com muito mais projeção futura cá ou lá fora. Agora, a maior parte até, dada a situação grave que o país atravessa tem mais possibilidade de conseguir emprego no estrangeiro do que no país.

O meu filho teve uma vida semelhante à minha, estabilizada, quer dizer pouco tempo depois de formado foi convidado para uma empresa, passando pouco depois para outra, onde singrou e ainda se mantém.

Ele formou-se em que ano?

Em 1978. Viveu o período da perseguição da PIDE aos estudantes. Passou momentos difícilísimos, de invasão da polícia à coronhada a toda a gente que encontrava pela frente. Uma vez dirigida aos próprios estudantes, outras ao pessoal do Instituto Nacional de Estatística, que era e é vizinho do Técnico. No tempo do meu filho não havia obstáculos à admissão.

Tiveram professores comuns? Falavam sobre isso?

Os professores mudaram muito. Poderá ter havido alguns, mas poucos. Tive um assistente de cálculo diferencial, que veio a ser meu colega na Hidroelétrica do Zêzere, que foi também assistente do meu filho. O professor de estradas que depois me convidou para ir trabalhar para o Alentejo, também continuou a ser professor durante largos anos. Não me recordo se terá sido professor dele, até porque a constituição dos cursos mudou ao longo dos anos. Quando o meu filho entra no Técnico, eu já tinha quase 20 anos de formatura, tendo terminado o meu périplo pelas barragens e estabilizado em Lisboa.

A maneira de ensinar era diferente da sua geração para a do seu filho? As aulas, os laboratórios ...

Sim. Devo dizer que eu conversava bastante com colegas e amigos que estavam na Faculdade de Engenharia do Porto, e realmente

conclui que a qualidade de ensino da Faculdade do Porto era igual à do Técnico.

Havia professores meus que já vinham da velha guarda entrando para professor por convite. Mais tarde passaram a ser feitos concursos para lecionar certas disciplinas. Há uma certa transição para o meu filho. Em termos de qualidade não sou capaz de lhe dizer grande coisa, embora tivesse a percepção de acentuadas melhorias no tempo dele. Acompanhava-o, e o que ia sabendo resultava do dia-a-dia da sua vida, estudando com colegas. Às vezes também me juntava a eles só para ouvir qual a matéria em estudo. Reconheço que foi um curso difícil para ele também. Não havia os inconvenientes que havia no meu tempo: quem chumbasse a uma cadeira, perdia o ano e era obrigado a repeti-lo só com uma cadeira. Isto afetou-me porque fui apanhado numa situação destas e até injustamente ...

No tempo do meu filho já não era por anos, mas sim por semestres podendo-se passar deixando cadeiras para trás. Com o meu neto passou-se o mesmo, mantendo a possibilidade de poder deixar disciplinas para trás, na certeza porém de que não teriam o curso concluído, enquanto essas cadeiras não fossem feitas. Procedimento idêntico sucede agora no curso do meu outro neto. Se concordar não avanço mais na definição do que seria melhor ou pior no ensino do Técnico, porque a evolução desta enorme componente social é sustentada pelas alterações que se deram em todas as áreas do conhecimento no período de mais de 50 anos que medeiam entre o meu ingresso no Técnico e o início da frequência do meu segundo neto.

Recordo a evolução dos centros de investigação internacionais, inclusive em Portugal, que conduziram ao avanço extraordinário das atividades tecnológicas e científicas com particular destaque para a evolução alcançada na pesquisa no espaço, bem como para a produção de energia elétrica limpa, em detrimento do recurso aos combustíveis fósseis, bem como as inúmeras formas de investigação com aplicação direta no dia-a-dia. Em suma, o progresso da ciência, da cultura e de todas as componentes sociais,

também tem originado mudanças no ensino bem traduzidas na evolução / simplificação dos cursos do Técnico. Não se pense em facilitismo nas matérias de estudo e forma de ensino, porque os cursos agora são muito mais evoluídos e estão mais adaptados à atualidade com grau de dificuldade grande.

Não resisto em lhe referir a forma evolutiva dos cursos no Técnico. Estou a pensar no meu neto que trabalha na Holanda. O seu primeiro emprego lá foi numa empresa de cotação mundial na área dos pipelines. Só permaneceu seis meses nesta empresa, período do contrato, porque não encontrava aliciente na monotonia do trabalho. Admirando-me eu, por o ver dominar uma matéria que nunca fora abordada no meu tempo e particularmente na área da engenharia civil, disse-me que estudara a matéria no Técnico a este respeito, não sendo novidade o trabalho que fazia! Candidatou-se à empresa atual, que se dedica a reconhecimentos geológicos para efeitos de localização das plataformas de pesquisa de petróleo. Nesta matéria é a maior empresa do mundo, originando frequentes deslocações para as diversas zonas de prospeção: Arábia Saudita, Dinamarca, Egito, Brasil, Angola, etc. A empresa possui navios próprios espalhados pelos mares, com laboratórios sofisticados para o fim em vista. Sente-se como peixe na água!

Que pensará ele sobre esta questão da BP. Conversaram sobre isto?

Não, por acaso não tenho falado sobre isso. Mas todos nós temos opinião. É uma vergonha a atuação da BP, empresa inglesa que, apesar do nome e do prestígio que tinha, evidenciou uma total desorganização e falta de equipamento e conhecimentos técnicos que permitissem solucionar em tempo útil o fracasso havido. Além do mais, soube-se que os tubos utilizados eram de uma fragilidade enorme, impróprios para a profundidade a que se estava a fazer a captação do crude! Uma empresa que se dedica a estas operações tem que possuir soluções para todas as situações de emergência que possam surgir. Estavam incapacitados para solucionar

emergências! Transformaram num caos as águas do golfo do México ... era uma zona de concentração de variadíssimas espécies piscícolas. Tive ocasião de analisar esta particularidade. Não sei se lhe disse que escrevi um livro sobre a pesca do atum, que se captura abundantemente neste golfo.

Nos dois meses antes da conclusão do curso e antes de começar a trabalhar o que se fazia em Lisboa? Como era a Lisboa dos estudantes dessa altura?

Primeiro andei a bater à porta de pessoas conhecidas, procurando saber se pessoas de idade superior à minha, dos tempos do meu pai, com quem eu me dava, me ajudavam: – Conhece alguém que tenha a possibilidade de me arranjar um emprego?

Ainda me lembra de ir à SACOR falar com o presidente da empresa, sem qualquer resultado. Fui à entrevista por intermédio de um indivíduo afeto à União Nacional, um ex-padre, que tinha estado numa aldeia que pertencia ao concelho de Tavira. Era um monárquico todo salazarista e eu não, já tinha ideias democráticas absolutamente opostas à sua ideologia. Mas éramos bons amigos. Lembro-me de um dia, ainda estudante, ter acontecido uma cena interessante.

– Oh, Fausto, eu tenho de ir ali à União Nacional pagar as quotas, não quer vir comigo?

Acompanhei-o! Subimos as escadinhas do Duque e em breve nos pusemos lá. A União Nacional era no largo da Misericórdia, no primeiro andar de um prédio antigo de certo valor arquitetónico. Fomos ao local, ele pagou as quotas, descemos e diz-me:

– Ficamos aqui um bocadinho à porta, a apreciar o movimento.

Assim sucedeu, ali ficámos, íamos conversando e vendo o movimento. Passados uns longos minutos, diz-me ele:

– Pronto, já estivemos aqui um quarto de hora; não acredito que neste período não tenha passado por aqui alguém que o conheça! As pessoas vão ficar com a ideia de que você esteve na União Nacional.

– Isso não me afeta nada, não se preocupe

com isso. Quando quiser vir mais vezes diga, que eu venho consigo e ficamos um quarto de hora ou meia hora à porta. Enfim, eram brincadeiras, talvez com alguma intencionalidade malévola!

A Lisboa dos estudantes dessa altura, como me pergunta, era uma cidade atrasada, querendo parecer moderna, que vivia na tal paz podre de que lhe falei antes. Havia sempre no ar um medo disfarçado com receio de se falar com amigos sobre os problemas candentes da época, podia alguém escutar-nos! Era uma Lisboa refreada, como aliás todo o país, com censura declarada em que as escolas de formação de professores se tinham fechado anos antes para reduzir o ensino procurando reduzir-se a formação! O analfabetismo dominava a população. Figuradamente era assim como que um caldeirão que podia entrar em fervura e explodir, fazendo saltar a tampa.

Em três gerações o país muda, tal como mudam as exigências e tarefas da engenharia civil. É visível a satisfação com que fala dos rumos profissionais de filhos e netos. De vez em quando ouve-se alguém que passa, e é o neto que agora vive lá em casa. Está atento à mudança, às diferentes características da formação e da profissão. Peço que fale um pouco mais da sua experiência.

A admissão ao Técnico também era extremamente rigorosa. Exigiam-se conhecimentos de qualidade muito superior à obtida no liceu em matemática, física e desenho. Desde logo reconheci que tinha de arranjar um explicador recém-formado para me habilitar às provas. Imagine o que seria darem-nos no exame de desenho uma peça de madeira desmontável e ter de desenhar alçados, cortes e perspectivas de forma a caracterizá-la, quando a minha formação nesta disciplina no liceu terminara no 3º ano. Felizmente, o explicador era bom, preparou-me convenientemente, fiz o exame e consegui passar. Aconteceu em 1944.

O Instituto Superior Técnico era muito diferente nesse tempo.

O campus universitário era constituído por diversos pavilhões de arquitetura e

implantação muito harmoniosas com jardins ocupando todos os espaços livres; era amplo, desafogado, servindo bem a população da época. Com o decorrer dos anos e a explosão do ensino superior, dá-se a invasão das faculdades; o Técnico sofre esse efeito, sendo necessário construir novos pavilhões e, até em dois deles, elevaram-se duas torres de vidro negro, horrorosas no conjunto, mas cuja construção foi autorizada. O engº Duarte Pacheco, se ressuscitasse morreria imediatamente! Compreendo que o aumento de população estudantil e até a criação de outras atividades inclusive de investigação, obriguem ao desenvolvimento dos espaços ... mas sem ultrapassar os limites da razoabilidade. O destino dos pavilhões era na altura o seguinte: as aulas teóricas e práticas de matemáticas, comuns a diversos cursos davam-se em anfiteatros do pavilhão central; nas restantes dependências deste dá-se a quase totalidade das aulas teóricas e práticas de engenharia civil; só as físicas eram dadas no respetivo pavilhão, idem no tocante à química e noutra pavilhão, as aulas de mineralogia, geologia e minas. Restava o pavilhão de oficinas, onde tínhamos no 1º ano, aulas de carpintaria e serralharia, cuja utilidade nunca cheguei a perceber.

No pavilhão simétrico deste, ficava a associação académica com cantina, salas de jogos diversos, com predomínio para o xadrez, ginásio, piscina, gabinete médico, campo de jogos ao ar livre e no ginásio. Na época, o Técnico era campeão nacional de voleibol e também basquete oficial.

A sua atividade como estudante foi diversificada. Relata o facto de cooperar na elaboração das folhas de hidráulica aplicada, preparadas de acordo com as aulas e com o apoio, sugerido pelo professor, de um livro, que ficou conhecido pelo nome do seu primeiro autor, *Davis*. A sua atividade envolve também a AE. Aí desenvolve ações de resolução dos problemas concretos dos estudantes, e, embora as reuniões nada tivessem de político, eram acompanhadas pela PIDE.

No 5º ano colaborei nalgumas atividades da associação académica, sendo seu vice-presidente no 6º ano. Nesse ano (1950-1951)

começou a criar-se um movimento associativo de relacionamento entre universitários de diversas faculdades, designadamente de Medicina, Letras, Engenharia, Direito e, por vezes, Associação Académica de Coimbra. Foi criada uma Comissão Interassociações, que reunia uma vez por mês. A primeira reunião realizou-se na Faculdade de Medicina, que na altura era no Campo de Santana. Tratávamos os assuntos que interessavam aos estudantes. Posteriormente cada um levava os temas tratados para as suas associações, para apresentarmos na direção e ao diretor da respetiva escola. Só que, cada vez que se fazia uma reunião destas, o diretor dessa escola recebia instruções do ministério respetivo, não autorizando reuniões de alunos de outras escolas. A PIDE estava a funcionar! O representante da Faculdade de Medicina dava-nos a notícia, passávamos a reunião para outra escola, onde sucedia o mesmo. Na quarta reunião, no Técnico, reivindicou-se que a nossa ação não tinha nada de político, sem resultado algum! Depois da reunião coordenada por mim, o diretor recebeu a mesma orientação do ministério das Obras Públicas. No entanto, tomou outra atitude. Chamou-nos e disse:

– Desde já vos digo que podem continuar a fazer as reuniões no Técnico.

E fizemos! Até que a pouco e pouco estas úteis reuniões foram morrendo. As pressões, os problemas, as dificuldades eram tantas, que não dava para repetir.

Não esconde a admiração pela obra de Duarte Pacheco, embora critique o espírito de elite que lhe estava subjacente. Enquanto vamos conversando, transparece nas palavras deste engenheiro um interesse pelas obras e pelas pessoas nelas envolvidas que se demarca dos interesses políticos e das ambições pessoais.

O Técnico antes e na altura era considerado uma escola de elite! No fim dos seis anos de curso havia o baile dos finalistas no salão nobre do pavilhão central em que todos os finalistas tinham de ir de casaca. Os meus pais, que viviam razoavelmente, embora não fossem abastados, tiveram de suportar o custo deste traje completo. Era considerado o baile da elite de Lisboa, onde as

meninas iam à procura dos eventuais futuros esposos. Apesar de já ter quatro anos de namoro com a minha atual mulher, na altura minha namorada, não deixei de me divertir, dançando com as várias caçadoras, sentindo que as mães estavam sempre a ver como decorria a caça ao engenheiro ... Era assim que funcionava!

É deste ambiente de elite que se afasta para a sua primeira obra. Aí será confrontado com uma realidade social muito diferente da que havia vivido como estudante em Lisboa.

Descreve com emoção a situação dos trabalhadores da zona, comovido com a miséria e a fome, contando como a mesma camisa era vestida durante toda a semana, num trabalho mal pago e duro. Por vezes tinha que negar trabalho a quem vinha pedi-lo. O proprietário também não pagava mais. O que podia um engenheiro fazer? Nada. Observava o que comiam num pequeno pote aquecido à hora do almoço, uma água com pequenos pedaços de toucinho, que era o que os alimentava. A esta miséria juntam-se os conflitos na luta pelo trabalho das ceifas, entre alentejanos, algarvios e *ratinhos*.

Um engenheiro tem uma obra para fazer. A responsabilidade na construção da barragem da Tourega, onde é preciso fazer de tudo e se trabalha sem horário, articula-se com a consciência destas desigualdades. Tem muito presentes os almoços das quintas-feiras com o proprietário, desse luxo das criadas que serviam à mesa, de luva branca, fardadas a rigor, um despropósito para quem entra em casa vindo da obra, *de bota grossa*, como me comenta. Tudo isto lembra, quando conta a sua estadia em Évora.

Está sentado num sofá do escritório, um sofá de veludo e de vez em quando hesita sobre o episódio a contar. Fala de um proprietário que violava as filhas dos trabalhadores, que não queria tratores na sua propriedade. Nessa altura, já casado, ia muitas vezes a Évora, convivendo com amigos e observando o lado conservador das pessoas e dos seus hábitos.

Finalizada a obra da Tourega, segue-se a de Cabril e a Bouçã.

Chicamba

Moçambique marcará definitivamente a perspetiva em que a sua vida profissional se situa – consciente das desigualdades sociais, onde o trabalho da obra se torna inseparável da relação com as pessoas. As questões de natureza técnica associam-se às de natureza moral e colocam o engenheiro nas situações mais diversas, gerindo conflitos, regulando comportamentos.

Numa tarde de maio que antecipa a primavera, sento-me numa esplanada em frente da casa onde vou conversar mais um pouco sobre a vida profissional deste engenheiro. A avenida é movimentada, com várias paragens de autocarro e uma entrada do metropolitano a alguns metros. É hora de ponta em Lisboa, mas para os frequentadores do café onde me encontro, o tempo é outro. É a hora do chá e as senhoras ocupam os seus lugares habituais na esplanada. Observam-me, percebem que não sou dali, tal como um ou outro transeunte que passa para tomar café ou um refrigerante. Algumas amigas conversam sobre os netos, os remédios que o médico receitou, as contra-indicações. Ali bem perto um pequeno quiosque vende revistas e tabaco.

À hora combinada subo ao quinto andar. Sento-me no sofá do escritório e volto a reparar no atum representado no quadro que está na parede. Lembro a comoção com que falou do seu pai e do facto de o ter sempre presente no espírito quando escreveu o livro. Na entrevista anterior recordo que o atum ligou o Algarve ao golfo do México. Sei que hoje vamos falar de Moçambique.

Conversamos sobre o desenrolar dos trabalhos e o passar dos dias. A casa está perto do local onde há meio século estudou e do quarto que alugou quando estudante.

Tem uma carreira sempre ligada às barragens ...

É verdade! Sempre ligada às barragens, mas com a possibilidade de conhecer melhor a raça humana, naquilo que de pior e de melhor tem. Devo aliás, dizer-lhe que os 19 anos após a minha formatura foram uma escola de valor incalculável e orgulhoso de muito ter contribuído, neste período, para aplicar e desenvolver ações plenas de

humanismo e valor técnico. Desculpe o desabafo!

Que tem a raça humana de pior?

A maneira de tratar os seus inferiores. Ao ir para África o choque foi grande. Tudo isto foi uma evolução profissional, mas também uma evolução humana extraordinária. Ir para África e assistir a escravatura!, verdadeira, pura, completa ...

Poucos dias depois de ter chegado a Vila Pery com a minha mulher e o primeiro filho de dois anos, sede local da SHER (Sociedade Hidroeléctrica do Revuè) que ficava a cerca de 50 quilómetros do sítio onde se ia construir a barragem, assisti a atos muito violentos! Ver negros com grilhetas passadas, bolas de ferro nas extremidades, a limpar as ervas das calçadas de Vila Pery que hoje se chama Chimoio!

As situações vividas em Moçambique são intensas do ponto de vista emocional e profissional. Fala disso de forma pausada, ora pensativa e com silêncios, ora com indignação. É difícil dizer o que mais o choca, se a ignorância ou a discriminação que observa. Uma vez mais, está ali para a construção da obra com o que isso significa: conhecimento técnico, capacidade de decisão e gestão das emoções, dos conflitos e dos valores.

Soube de imensíssimas ações negativas. Os negros – pretos como lhes chamavam – não tinham acessibilidade ao ensino. Era-lhes proibido a frequência de escolas. Estamos a falar dos anos de 1956 a 1959, período em que estive em Moçambique. Depois da obra concluída e inaugurada tive convites para ficar, mas a minha indignação era tamanha que desejava fugir daquela colónia, como o diabo fuge da cruz, precisamente por tudo o que sabia, que eu tinha visto ou que me tinham contado sobre a maneira como aqueles desgraçados eram tratados.

Para o meu serviço tinha um motorista com carta de condução, o Vasco, bom homem e bom companheiro de caça. Tinha conseguido frequentar uma escola de instrução

primária. Apesar de não ser católico e anteriormente as missões não me dizerem nada, passei a admirá-las porque era lá que efetivamente ensinavam crianças e adultos até à quarta classe, fossem raparigas ou rapazes.

Um parêntesis para referir que nas zonas das missões abundavam mulatos e mulatas, em consequência dos missionários que ensinavam e se aproveitavam das mulheres que lá estavam, enfim ... mas, tudo bem, até porque acho bem que os padres casem. Ali não casavam, viviam com elas, como há muitos casos por cá.

Portanto, quem frequentava as missões obtinha o diploma da quarta classe, que era o máximo que podia alcançar, dali não passando se não fossem brancos. Eram os indígenas assimilados. Todos os outros, os indiferenciados não tinham um mínimo de cultura, nem relações com as pessoas. Porque ninguém procurava dar-lhes uma educação, viviam no mato, sem necessidades; a vida era autenticamente selvagem. Limitavam-se a comer frutos silvestres, alguns peixes que apanhavam por processos rudimentares, milho porque o semeavam e pouco mais. Não eram civilizados, pelo que não reconheciam a necessidade da sua integração social, nem a procura de emprego qualificado, que nem lhes seria fácil de obter. Durante a minha frequência do Técnico não tenho ideia de existirem alunos de raça negra, mas havia alguns indianos com quem fiz amizade.

Indigna-se com esta inacessibilidade ao ensino e à qualificação profissional.

Na obra recordo-me de me chamarem numa determinada altura para ver um trabalhador morto com uma barriga inchadíssima, uma coisa impressionante!

– Mas o que se passou? O que estava ele a fazer? – perguntei.

– Oh, senhor engenheiro, esta gente do Sena, come muita terra!

Fiquei estarecido! A fome levava-os a comer terra, naturalmente por nela poderem encontrar qualquer elemento que os ajudasse a sobreviver.

Quando chegava o crepúsculo, a visão de muitos diminuía. Iam junto do enfermeiro e diziam:

– Patrão, não vê nada! Deixei de ver!

O enfermeiro, já habituado a estas situações, limitava-se a dar-lhes uma colher de óleo de fígado de bacalhau retirado de um cântaro.

Daí a pouco já o negro estava a ver.

– Muito obrigado, agora já vejo!

O efeito da vitamina A contida no óleo compensava a carência deste elemento no organismo, originando a alegria e o agradecimento. Só que o efeito era temporário e a falta de visão voltava pouco tempo depois!

O Estatuto do Indígena elaborado pelo governo português e reconhecido pela ONU era das peças mais completas que imaginar se possa, pela proteção que dava ao negro, que em termos de relacionamento social, educação e alimentação, indicando a dieta diária de carne ou peixe frescos, alimentos vegetais, etc. Mas a realidade era bem diferente, pelo menos na região onde estávamos. A alimentação diária incluía apenas farinha de milho cozida numa panela e peixe seco vindo de Angola, com um cheiro nauseabundo por estar meio estragado. Nenhuma autoridade se interessava em acompanhar o tratamento dos indígenas, inspecionando o cumprimento do estatuto referido ... Se lhe contar todos os infortúnios que envolviam os negros, nunca mais paro.

As pausas que faz entre uma história e a outra mostram como lhe é difícil falar disso. Em 1956, quando aceitou a tarefa de construir a barragem de Chicamba, não era fácil mudar tudo. Convidou a empregada, que já estava ao serviço da sua mulher ainda quando solteira, a ir com eles. Ela aceitou de imediato. Eles vão de avião, ela de barco.

Gostaria de saber o que terá pensado esta empregada nessa longa viagem, o que terá pensado a mulher que o acompanhou nesta saída. Escolho ouvir. Pode contar, é para isso que cá estou!

Quando cheguei a Portugal, depois de um mês em Tavira, tive de regressar a Lisboa com a família para arrumar todos os problemas pendentes internos e com o empreiteiro,

na sede social da SHER. Na altura, apeteci-me escrever um livro sobre a indignação de um português que ouvira dizer que a colonização portuguesa era exemplar, que brancos e negros viviam irmanados! Queria relatar a verdade, o caos ...! Esta ideia desvaneceu-se em pouco tempo perante os conselhos de meu pai, de amigos e pela reflexão que eu próprio fiz sobre as consequências. Seria a destruição da minha vida familiar e profissional, sem interesse para o país.

Registo esta necessidade de escrever um livro, adiada por ponderação das consequências que teria na sua vida familiar e profissional. As barragens que construiu estão lá, produzindo energia. E sempre que pensa no que construiu sente um misto de felicidade e de infelicidade, porque numa obra passa-se de tudo, lida-se com uma diversidade de situações. Acompanho o relato de mais episódios relacionados com a Chicamba.

Outra faceta desagradável tinha a ver com o recrutamento forçado. Tudo começava no governador-geral com residência em Lourenço Marques, hoje Maputo. Tinha um genro encarregado de disseminar por toda a estrutura administrativa, instruções no sentido de angariar negros. Era preciso mão-de-obra para satisfazer os proprietários brancos, a tropa, as minas de ouro da África do Sul ... Por exemplo, o empreiteiro da obra que eu dirigia pedia uma determinada quantidade de trabalhadores ao chefe de posto – equivalente ao presidente da junta de freguesia, mas com poderes policiais acrescidos. Este transmitia o pedido ao administrador – equivalente a presidente de câmara – de Vila Pery que, por sua vez, ordenava ao angariador – um negreiro civil branco – que era acompanhado de uns quantos cipaios, polícias negros, para a satisfação do pedido.

Voltando aos assimilados, estes já conseguiam ter uma profissão melhor, sendo reconhecidos para empregos de alguma qualificação, como motoristas, administrativos, operários, etc. No entanto estes trabalhadores não eram bem olhados nem por brancos, nem por negros.

Das vezes que fui a Moçambique, em serviço da EDP, – portanto depois da independência das colónias – tive pena de não ter possibilidade de me levarem ao local, à minha barragem, como eu lhe chamava. Estava programado que após a minha estadia na Beira, lá iria de helicóptero; mas quando cheguei, disseram-me:

– Senhor engenheiro, o programa que estava previsto, tem de ser eliminado, porque a zona da barragem está cercada pela Renamo. De maneira que não há possibilidade de lá ir.

Tive imensa pena porque gostava de voltar à minha barragem, recordar um passado pouco risonho e voltar a ver o meu amigo Vasco, que me esperava!

Voltando ao recrutamento de mão-de-obra, falemos sobre a forma como esses trabalhadores eram angariados. Uns quantos cipaios cercavam uma aldeia, funcionando como uma rede. Todos os que eram apanhados eram presos. Vinham para a administração, eram espancados, seguindo para os empresários que os pretendiam. A maior quantidade, milhares, resultante deste aprisionamento era encaminhada para as minas de ouro da África do Sul, onde muitos morriam com silicose, já que não existiam ações de segurança. No seguimento de outras rusgas, o seu destino era a tropa. Verificava-se muitas vezes que eram levados para o serviço militar idosos já com dificuldades de prestar qualquer serviço, sucedendo que os mesmos indivíduos eram capturados várias vezes, desde que estivessem na aldeia!

O diretor do empreiteiro contou-me que um dia lhe apareceram dois trabalhadores indiferenciados pedindo licença para conduzir camions: “

– Mas como querem conduzir camions se vocês são indiferenciados?

– Não, não somos, senhor engenheiro, nós temos aqui as nossas cartas de condução. Fomos apanhados numa rusga que fizeram na nossa aldeia, numa altura em que lá estávamos. Por mais que provássemos, não quiseram saber disso, mandaram-nos como indiferenciados!

– *Então, passam a trabalhar como motoristas e ganham como tal.*

Outro tipo de maus-tratos a que nunca assisti, mas que sei serem verdadeiros. Os negros tinham a sua aldeia junto da obra, constituída por palhotas, por si construídas. Ali viviam fora das horas de trabalho, com cipaios para os vigiar. Uma palhota era a cadeia destinada à retenção de indígenas que se comportassem mal, uns com os outros. Eles eram autênticas crianças, no seu comportamento sob o ponto de vista intelectual. Um roubava o canivete ao outro, por exemplo, ou zangavam-se e batiam um no outro. O cipaiio prendia todos os que praticassem estes distúrbios.

Uma vez por mês o administrador ia à barragem e pedia aos cipaios que lá estavam de serviço que pusessem na sua frente todos os presos. O administrador tinha um cabo, também cipaiio – o cabo Chico – uma figura esquisita. Um matulão enormíssimo, com uma voz efeminada, finíssima, era o contraste da figura. O administrador falava só em português, mesmo que ele conhecesse a língua indígena. Dizia para o cabo Chico:

– Oh Chico, pergunta lá a esse gente (era a designação normal entre os negros), porque roubou o canivete?

E o Chico traduzia e dizia. O negro respondia:

– Roubei o canivete porque precisava de cortar ou precisava de fazer, ou porque o queria ter – enfim, dava uma justificação qualquer. O cabo Chico revertia para português, para o administrador.

– Então, diz lá se ele não sabe que é feio roubar! – e dava ao prevaricador uma lição de moral. E prosseguia:

– Portanto como ele fez isso, Chico, vais-lhe dar-lhe cinco reguadas em cada mão.

E o Chico assim procedia com a força adequada à dimensão do seu corpo. Ao fim das cinco reguadas o negro encolhia-se, coitado, e recebia-as.

– Oh, Chico, ele não chorou – dizia o administrador.

– Então, é porque não lhe doeu; dá-lhe agora dez em cada mão!

E o Chico traduzia a sentença do

administrador e dava as dez reguadas em cada mão. Como o Chico tinha traduzido o castigo, o indígena, ou porque já tinha as mãos muito doridas, ou porque achava que era conveniente chorar, chorava. E o administrador dizia:

– Oh, Chico, ele agora está a chorar! Mas está-se mesmo a ver que é porque eu disse que ele não tinha chorado. Então agora vais dar-lhe mais dez reguadas para ele deixar de chorar.

E este diálogo revoltante entre administrador, o Chico e o desgraçado do negro, era mantido até que o pobre homem com as mãos em sangue as punha no chão com as palmas para baixo e colocava os pés em cima das mãos para sentir o frescor da terra e aliviar as dores que tinha. Seguia-se a mesma tortura com outro, e assim sucessivamente.

Quando chegava ao fim:

– Agora vão-se lá embora – lá iam para a cadeia mais uns dias.

Era assim que os negros eram tratados.

Os indiferenciados tinham um contrato, digamos que era um processo correto. Possuíam uma caderneta, onde estava registado o nome a data de início do trabalho, autenticado pela entidade patronal que o recebia. Os contratos eram de seis meses ou de um ano, por determinação do chefe de posto. Quando se acabava, o que era registado na caderneta pelo ex-patrão, era uma satisfação enorme para eles. Estou a ver a cena: os indivíduos com uma cana grande, com uma camisa na extremidade, e lá saíam em procissão arengando as suas cantigas pela estrada fora, manifestando alegria por voltarem à sua terra.

Só depois vim a saber – estas coisas era o Vasco, o meu motorista que mas contava – que uns cipaios dispostos na estrada interceptavam a marcha dos trabalhadores. De uma carrinha fechada escondida no capim, saía o negreiro que os interpelava:

– Então, onde é que vocês vão?

– Acabou o contrato, patrão, agora vamos estar com a família.

– Acabou o contrato já?

– Acabou, acabou!

– Então mostrem lá as cadernetas!

Todos davam as cadernetas para ele ver. Maldosamente a atitude destes criminosos era:

– *Mas as cadernetas estão falsificadas, vocês não acabaram nada o contrato. Vocês são uns mentirosos!*

Ato contínuo rasgava as cadernetas dos desgraçados, mandava-os meter dentro da carinha, iam para a administração, onde eram espancados e ficavam presos até serem levados para outro contrato, onde iriam trabalhar mais seis meses ou um ano!

Acrescento que estes procedimentos maquiavélicos não eram só por ódio aos indígenas. Os encargos que advinham para a entidade patronal eram repartidos pelo administrador, chefe de posto e angariador – negreiro de mão de obra – para além dos cabecilhas localizados na capital deverem também ter a sua parte para além das verbas que extorquiam a todos que a eles recorriam.

Os trabalhadores indiferenciados tinham uma remuneração mensal fixada pelas autoridades. Com eles ficava apenas uma pequena quantia, sendo o valor mensal restante enviado para a administração que ficava incumbida de enviar esta parcela para o administrador do local de origem do trabalhador, para prover ao sustento da família. Que procedimento elogiável! Só que ninguém acreditava no seguimento desta regra, o que os próprios indígenas confirmavam, quando o sabiam.

Apesar de tudo o que passaram, aquela gente tinha grande admiração por nós. O Vasco perguntava-me:

– *Senhor engenheiro, sabe como nós chamamos aos brancos? O branco da África do Sul é o mabundo*

– *O que isso quer dizer?*

– *Quer dizer que é como se fosse negro, mas que tivesse a pele branca, não merecendo consideração especial. Aos outros brancos, chamamos ingêrês.*

Esta designação é aplicada aos ingleses. Estes colonizadores da Rodésia, hoje Zimbábue, davam educação aos negros, assim como na África do Sul, contrariamente ao que se passava em Moçambique, mas praticavam

um racismo deplorável, marginalizando-os. Daí a designação que lhes davam, sinónimo de merecerem pouca consideração.

– *E os portugueses brancos?*

E o Vasco dizia:

– *Esses são mezungos*

– *O que é mezungo?"*

– *Mezungo é senhor! Portanto ingêrês quer dizer que reconhecemos que têm mais qualidade, mas também não lhes ligamos muito. Agora ao mezungo, respeitamo-lo.*

– *Então, diz-me como diferencias a minha posição, que sou chefe da obra, do pedreiro branco, por exemplo?*

– *Ah, esse é mezungo pequeno e o senhor engenheiro é mezungo grande.*

Está a ver, apesar do mal que lhes faziam tinham essa admiração pelos portugueses. Isto porque o inglês não se aproximava de uma negra, ao passo que o português juntava-se às negras, conviviam naturalmente fazendo-lhes filhos, para além dos mais evoluídos que respeitavam a raça, exceção feita aos velhos colonos que também os maltratavam.

Tive um caso de um operário especializado que convidei para ir para lá, para o laboratório, que tinha estado comigo no Cabril e na Bouçã. Pouco tempo depois de lá chegar já estava amancebado com uma negra. Procurei dissuadi-lo porque tinha mulher e filhos em Portugal, mas não serviu de nada. Os portugueses tinham este procedimento que os fazia aproximar dos negros. Os piores brancos para os negros eram os portugueses que trabalhavam na obra em lugares inferiores, chamemos-lhes de classe social mais baixa, os trabalhadores indiferenciados brancos que chegavam lá e viam que havia alguém abaixo deles, e talvez por se sentirem superiores mais batiam nos negros.

A experiência vivida em Moçambique ilustra um aspeto do Portugal colonial e o seu contexto. As condições de trabalho e escravatura a que assiste não são novidade (Vail 1976 p. 416). Entre 1890 e 1930 as grandes companhias haviam falhado no desenvolvimento, criando estruturas económicas distorcidas e acentuado a exploração da população local. Este panorama de

desolação e pobreza é já anterior a 1919 (Vail 1976 p. 402). Na primeira metade do século XIX o sistema político dominante no Zambéze criou um vazio de poder, com a consequente proliferação de estados militares, que dominaram durante a segunda metade desse século, como consequência de acederem às armas europeias. Em resultado disto surgiram os chamados impérios secundários (Isaacmann 1976 p. 23) não controlados pelo poder europeu. Estes estados secundários impuseram-se pela força aos chefes locais, vivendo da exportação de mão de obra, ignorando a abolição da escravatura.

Em 1917, os custos da ordem colonial eram pesados para os povos do Zambéze, a exportação compulsiva de gente, a separação das famílias, a violação das suas instituições e valores.

A resistência ao colonizador acontecia por confrontos em pequena escala, desfavoráveis aos africanos. As técnicas para minimizar a violência dos trabalhos forçados incluíam a ignorância dos regulamentos, a fuga aos cobradores de impostos.

Em *The Tradition of Resistance in Mozambique* Isaacmann (1976) dá conta da história da resistência em Moçambique, notando a existência de alianças anticoloniais entre 1884 e 1904, em que os líderes religiosos também desempenharam um papel importante nas rebeliões. Desde 1917 que se verifica existirem movimentos de guerrilha como forma alternativa de resistência. A rebelião de Bárue expressa uma consciência zambeziana forte. As práticas de miscigenação não refletem a tolerância racial, mas as necessidades demográficas da sociedade colonial (Isaacman 1976 p. 187).

Esta estrutura social baseada no desrespeito pela população nativa leva à sua recusa em continuar a trabalhar na colónia. Vive uma vida de contrastes, matizada pelos momentos de convívio que tornam a existência suportável.

A autoridade do engenheiro também se exerce contra a mentalidade intolerante dos técnicos que trabalham na obra. A discriminação existe em várias frentes, em vários contextos: o marido e a mulher, o proprietário e o trabalhador, o administrador e os negros recrutados.

Uma obra que não é só um exercício de técnica e de engenharia. É uma aprendizagem na natureza humana, das suas solidariedades e

conflitos, do *bicho homem*, como refere, nas múltiplas situações em que é chamado a desempenhar os diferentes papéis que a obra e as pessoas que constroem a obra exigem.

A realização de obra transporta sofrimento e felicidade, um misto de sentimentos que cabem todos na mala feita, que se repetirão em outras obras, outros contextos, outras pessoas. Um nó-mada, pois. Um engenheiro que chega como um estranho e se torna parte de uma família.

A carreira profissional incorpora as ações sobre segurança no trabalho, a responsabilidade pelas famílias que habitam os bairros construídos para a obra, onde é chamado a desempenhar diversas tarefas: harmonizar casais desavindos; negociar deslocções de populações afetadas pela obra; interagir com os diferentes tipos de interesses envolvidos.

À obra acabada, segue-se outra, noutro lugar, noutro contexto, mas na bagagem também vão os mortos, os acidentes, tudo o que não conseguiu salvar, tudo o que salvou, também.

Estamos em junho quando volto àquele escritório. Quero saber o que se sente depois da obra feita e de tanto caminho percorrido e compreendo nos silêncios que faz de vez em quando, que a história de uma vida não se conta assim de uma só vez.

É um homem decidido, este que fala. O exercício da autoridade vê-se no modo como descreve episódios relacionados com a segurança dos seus trabalhadores. Não é de dirigir de longe. Vai às casas, ouve as queixas, e quando dá uma ordem assegura-se de que seja cumprida. Não o incomoda o facto de os ministros não poderem presenciar sempre a obra acabada. Os imprevistos são mostrados ao ministro com a mesma naturalidade com que diz à mulher do seu trabalhador que a ouvirá, e ao marido também.

É sempre preciso fazer alguma coisa. Providenciar alojamento, verificar as condições em que vivem e como se alimentam os trabalhadores. Cuidar das crianças e da sua escolaridade. Por vezes atinge estados de exaustão, quando o que é preciso fazer excede o tempo de um dia. Compreendo a importância de dar uma ordem quando me conta um acidente em que foi preciso largar tudo e fugir. Tinham morrido todos, se não saíssem logo dali. Mas quando obriga os trabalhadores a usar capacete, fica a ver que

afinal o tiram logo que vira costas. Transparece nele esta preocupação permanente com o dia a dia de uma construção.

E o relato volta ao princípio, em Tavira. Depois de um artigo pedido pelo filho, nasce um livro, uma homenagem ao pai, armador da pesca do atum. O livro é lançado em Tavira, entre amigos. Um dia o livro irá aparecer à venda, na livraria Barata, na avenida de Roma, perto da sua casa. E é o neto que o avisa que lá estão dois ou três exemplares.

Emociona-se sempre que fala desse livro, do seu pai. Como se toda essa viagem pelo Portugal do seu tempo não dispensasse esse começo, essas conversas, esse tempo.

Hoje o neto enfrenta outros desafios, na mesma instituição que formou o avô. Sinto-o andar pela casa enquanto faço as entrevistas. Recebo um exemplar do livro que escreveu, que afinal não foi sobre Moçambique. Agradeço-lhe a generosidade e o tempo que me dispensou. Conversamos um pouco sobre o andamento da minha investigação e os seus amigos *barragistas* com quem já contactei. Vou dizendo que as histórias de vida não se resumem, ouvindo aqui e ali mais um comentário ou reflexão sobre os inúmeros episódios que pontuam esta vida de dedicação às barragens e à EDP.

A sua vivência na administração segue a mesma lógica de interesse pela obra e pelas pessoas, trabalhando na área dos recursos humanos, estabelecendo diálogos e formas de cooperação. Recusa cargos políticos, porque a política não o apaixona. Contraponho que todo o ato social é político e lembro os momentos que me relatou de conflito com instituições e pessoas, sempre que os valores que defendia não eram observados. E ele conta o seu desprezo pelo lucro fácil, pela injustiça e pelo provincianismo.

Guardo o livro sobre a pesca do atum. Sei que se encontra esgotado e que é uma referência para os estudiosos deste tema.

Despeço-me e saio já perto da hora de jantar.

Percorro a avenida João XXI em direção a Alvalade lembrando outros testemunhos de barragens. O conjunto de entrevistas recolhido fará parte de uma investigação sobre a barragem de Picote enquanto representação de uma ideia de progresso que se confrontará com outras representações. Os relatos deste engenheiro estruturam-se com relatos de diversas vivências na construção das barragens do Douro Internacional.

É um fim de tarde de junho e a hora de ponta na cidade ainda não terminou. Em setembro voltaremos a falar.



*(...) O meu engenheiro daquela tarde chama-se Fausto Costa.
(...) Passam duas horas num instante. Os episódios contados
evocam uma riqueza e vivências que me levam a pedir outra
entrevista. Proposta aceite, desta vez em sua casa.
Foto: Lurdes Pequito, 2010*

Eletrificação total do território

13 de abril de 2010

Entrevista a
Francisco de la Fuente Sánchez
Grelha e aplicação Jorge Freitas Branco

Comecemos pela sua vida estudantil, até porque nessa altura conheceu a sua futura mulher .

É. Foi no Técnico que conheci a Maria Berta

Ao tempo, não havia muitas raparigas no Técnico.

Não havia, não. No ano passado, fui convidado para ser vogal do Conselho da Escola. Passados 40 e tal anos, regressei ao Técnico, agora num papel de outro género. Lembrei-me que mal se entrava no *hall* do pavilhão central, à esquerda, havia a sala das alunas. Só elas podiam lá entrar. O Técnico já tinha uns milhares de alunos e existia uma sala das alunas! Não podia haver a sala dos alunos, seria descomunal. Havia poucas alunas. O curso de química era onde havia mais raparigas. No meu, de eletricidade, tive duas colegas. Na química seriam quase *fifty fifty*. Não tenho bem a certeza do momento em que conheci a minha futura mulher. Houve o grande Encontro da Juventude que foi organizado pela JUC. A Juventude Universitária Católica procurava seguir uma tendência de abertura, própria da época. Acho que foi aí que nos conhecemos.

Estamos em finais dos anos 50. Quando entrou para o Técnico?

Em 1959. Estou a falar dos anos 62, 63. Julgo que já deviam ter acontecido as primeiras greves académicas. Ocorrem no meu 3º ano, portanto em 62.

A grande crise de 62.

Coimbra, as Reuniões Interassociações, os plenários do Técnico, os plenários da Cidade Universitária, a polícia, etc. Julgo que deve ter sido depois. Talvez no ano seguinte, ou dois anos depois. Nesse movimento formou-se um conjunto de pessoas que se foram conhecendo e



(...) Para compensar as dificuldades do 6º ano, uma das coisas que se faziam, era organizar a viagem de fim de curso e a outra, o baile de finalistas. (...)

Baile de finalistas, 196-.

Foto cedida pelo próprio (quarto da esquerda).

aproximando. Uma dúzia delas passou a encontrar-se com regularidade. Foi assim que nos conhecemos. Quando acabei o curso, fui para a tropa.

Já apanhou a guerra, claro.

Apanhei a guerra, embora não tenha saído de cá. Acabei o curso em 65, naquela altura eram seis anos. Parece-me que havia só uma incorporação de engenheiros por ano. Em maio do ano seguinte entrei para a tropa. Ainda estive quase um ano sem nada para fazer. Desde o 6º ano tinha dado aulas numa escola com um nome ligado à eletricidade, a escola Industrial Ferreira Dias, que havia sido professor do Técnico ...

Era um professor ...

Foi um dos professores que mais gratas recordações me deixou.

E ministro ...

Foi professor, foi ministro, voltou a ser professor. Ele foi meu professor à saída de ministro, em 63-64.

Fui para a tropa em 1966. Tinha tirado correntes fracas. As fortes e as fracas seriam hoje a energia e as telecomunicações. A diferença consistia em duas ou três cadeiras optativas no último ano. E a minha opção foi por fracas – vamos cair outra vez no tema dos professores –, porque o professor de telecomunicações era o prof. Abreu Faro, um homem notável a captar os alunos. Sou um desses casos, embora tendo em mente vir a trabalhar em fortes, acabámos por tirar fracas, atraídos pelas telecomunicações.

Comecei a tropa em Mafra e, porque tinha aquela especialidade, mandaram-me para o Batalhão de Telegrafistas, na Graça. O escalonamento da ida para África fazia-se pela classificação no curso. A minha era boa, fui o terceiro ou o quarto, não fui mobilizado. Mas só se saía da tropa depois de virem os que tinham ido para o ultramar. Cumpri 41 meses de serviço militar, três anos e meio. Casei-me no último ano de tropa, já com muito pequena probabilidade de ser mobilizado para África. Começava a ter alguma independência financeira, porque no meu segundo ano de tropa fui convidado pelo engº Leal Faria para assistente no Técnico. Era o homem do desenho de máquinas. Podia-se pedir

autorização à entidade militar para ter uma dispensa destinada a dar aulas na universidade. O meu ordenado ficou complementado com o de assistente no Técnico. Tenho ideia que ganhava 3200 escudos.

Em meados dos 60 ...

Em final dos anos 60, como alferes. E a mesma coisa como assistente. Somado, era razoável para a época. E essas razões também não são independentes. Era um meio de ter independência.

Claro.

Entretanto a minha mulher tinha acabado o curso de química, mas não chegou a exercer como engenheira. Tivemos duas filhas – a Ana Maria e a Margarida. Depois de estarem as duas na escola, como ela tinha sempre gostado muito de matemática, começou a dar aulas nesta disciplina.

Recorda-se dos trabalhos de oficina durante o curso?

Por me falar em oficinas, lembro-me de uma outra coisa antecedente a tudo isto, mas que não tenho dúvida que foi uma grande motivação para mim.

Fui para engenharia muito influenciado pelo facto do meu irmão ser engenheiro eletrotécnico. Sou o mais novo de três. A minha irmã tinha mais 16 anos do que eu, o meu irmão mais 14. Quando cheguei a esta altura, o meu irmão já estava formado. E se calhar sou do Sporting, porque ele também era! .

Ele também tinha sido aluno do Técnico?

Sim. Lembrei-me das oficinas, porque ele às vezes contava coisas sucedidas, no tempo dele, em que creio que as oficinas eram mais de torno e bancada. Quando por lá passei, estou a falar do 5º ano, penso eu, já as oficinas eram especializadas. Recordo-me de fazer um circuito elétrico, uma coisa com uns interruptores e umas lâmpadas. E não foi em oficinas, julgo que terá sido numa cadeira de laboratório de máquinas elétricas. Havia também uma máquina para medirmos o binário, portanto, medir a força que atuava sobre o veio. Tinha um travão e uns pesos que se colocavam para equilibrar o binário. Produzia-se um atrito forte, aquecia muito, o disco

deitava fumo. Para arrefecer o tambor do motor, deitava-se água. Com aquilo a girar a alta velocidade, a água encostava-se às paredes. Não tenho a certeza se o assistente nos quis pregar uma partida. Quando parava, a água deixava de estar, pela força centrífuga, encostada ao cilindro e apanhámos uma molha. Porque não era assim tão pouca água.

Em oficinas faziam-se uns circuitos e na zona de fracas uns circuitos eletrónicos. Eram aulas curiosas. A corrente elétrica alternada tem uma frequência de 50Hz, 50 ciclos por segundo. Isso faz um ruído característico que é uma zoadá. Mais exatamente não são 50, mas 100, porque o que vibra são chapas com uma frequência dupla. Aquele ruído que se ouve ao pé de algumas máquinas elétricas (transformadores, etc.), é provocado pela frequência a fazer vibrar as chapas. Um colega nosso numa dessas aulas práticas, achou uma forma de termos uma ideia do som produzido pela frequência dos 50 ciclos por segundo: ligou um altifalante à tomada com 220V! Conseguiu fazer um enorme estouro.

As colegas também participavam nas oficinas?

As raparigas também. Estas nossas oficinas de montar instalações elétricas eram menos fatomacaco do que as de máquinas. Um trabalho com fios elétricos acaba por não ser nem demasiado pesado, nem demasiado sujo. Aí não havia diferenças.

Quando acabou o curso, o que fez? Fez um estágio, um tirocínio?

Ah, fiz! Pensei que me estava a perguntar outra coisa característica do Técnico. Havia uma tradição, que quando se fazia o último exame, se deitava o número de foguetes, quantos os anos que se tinha levado a tirar o curso. /risos/ A minha última cadeira foi telecomunicações II. Sei que fiz esse exame às nove da noite. Deitei os meus foguetes do último andar do pavilhão de eletricidade. Estes seis foguetes foram lançados em julho de 1965. Tinha acabado a parte escolar. Era complementada por estágios que se faziam no verão do 4º para o 5º ano, do 5º para o 6º e no fim do curso.

Aproveitavam-se as férias grandes?

Exatamente. Estagiei nas então Companhias Reunidas Gás e Eletricidade, onde uns anos mais tarde comecei e fiz a minha vida profissional quase toda, completa coincidência! As Companhias Reunidas Gás e Eletricidade eram um grande empregador de engenheiros eletrotécnicos. Fiz o estágio no Laboratório de Contadores. Era onde se aferiam os contadores que estão nas nossas casas. Realizei dezenas de aferições! Apresentei um magnífico relatório do estágio, passe a imodéstia. Depois fiz outro estágio na ALSTOM, uma empresa francesa de equipamento elétrico pesado. Começava-se a falar muito dos transístores, dos tiristores, da automatização, da eletrónica de potência.

A ALSTOM oferecia vários, a minha escolha acabou por ser feita pelo sítio. Fui para Paris, estive no então recentemente lançado *Bureau Pilote d'Automatisation*, a trabalhar sobre a automatização de um laminador de siderurgia. Passei lá uns largos meses. Foi a primeira vez que estive fora; aprendi francês francamente bem. Naquela altura, éramos muito francófonos.



*Visita de estudo a uma empresa no norte, 196-.
Foto cedida pelo próprio.*

Mesmo os engenheiros?

Mesmo os engenheiros. Cerca de meia dúzia de anos depois de eu sair, começa a haver uma viagem para Inglaterra. Até em termos pessoais e culturais, o objetivo era muito mais ir a Paris, do que a Londres.

Saltando para outro tema. Para compensar as dificuldades do 6º ano, uma das coisas que se faziam, era organizar a viagem de fim de curso e a

outra, o baile de finalistas. Fiz parte da comissão que organizou a viagem a toda a Europa Continental. Deu bastante trabalho.

Não foram a Inglaterra ...?

Não fomos a Inglaterra, nem isso provavelmente passou pela cabeça de ninguém. Nós éramos mais francófonos, por um lado, e pelo outro, a viagem só podia realizar-se com patrocínios de grandes empresas, da EFACEC, da Siemens, etc. A Siemens já tinha instalações em Portugal e patrocinava visitas às suas fábricas na Alemanha.

A volta foi a França, Suíça, Alemanha, Bélgica, Holanda – a Philips também era uma das entidades que patrocinava – novamente França e depois Portugal. Era também sintomático da época, fazer uma viagem pela Europa, mas por Espanha só se passava para ir e vir. Não fomos fazer lá nenhuma visita. Sou de ascendência espanhola a 100%. A minha mãe e o meu pai eram espanhóis. O meu pai veio para Portugal muito novo. A minha mãe, quando se casou. Sempre viveram cá. Os meus irmãos nasceram cá, eu nasci cá. Sempre fui cidadão português, mas a verdade é que a minha ascendência é espanhola de pai e mãe. Voltando à excursão, não existiam grandes ligações profissionais, nem havia cá fábricas espanholas, nem relações de universidades portuguesas com espanholas. Mais facilmente haveria ligações com universidades alemãs, e sobretudo francesas.

Falou-me do tirocínio em 3 períodos, como funcionavam?

Era o cômputo dos três.

Era um tempo a cumprir?

Se me lembro bem, era um mês, um mês, dois meses. Portanto, um mês do 4º para o 5º; um mês do 5º para o 6º; e dois meses no fim. Estou com esta dúvida, porque tenho quase a certeza que entreguei dois relatórios de estágio. Fiz um terceiro estágio que era o último. Aproveitei estar na tropa, numa área de antenas, para perguntar no Técnico se aceitavam. O de contadores nas CRGE e o de Paris, na ALSTOM, foram considerados suficientes.

O estágio contava alguma coisa para a média final do curso. Contava a média das cadeiras,

com os estágios podíamos fazer um arredondamento para cima. Só então se era engenheiro.

Quando me formei a carta de curso dizia *Senhor Fulano de Tal terminou a parte escolar de tal curso, fez os correspondentes estágios, teve uma classificação de tanto, pelo que tem direito à designação profissional de engenheiro eletrotécnico*. Julgo que a inscrição na Ordem dos Engenheiros era obrigatória só para um número restrito de atividades. Lembro-me que já estava a trabalhar, e de me perguntarem de lá, porque ainda não estava inscrito. Na sequência disso, inscrevi-me.

E recorda-se se havia colegas que não faziam estágio?

Eu julgo que o estágio era obrigatório, assim como o relatório. O estágio implicava uma pessoa dispor-se a ir e estar lá um mês. E depois era preciso *dar ao dedo* e os relatórios tinham que ser bons. Quando digo bons, quero dizer que eram trabalhos consistentes. Era obrigatório e tenho a certeza que o Técnico não passava a carta de curso sem ter os estágios feitos e os relatórios entregues. Se uma pessoa precisasse de um comprovativo, por exemplo, para a tropa, a secretaria atestava *este senhor acabou a parte escolar do curso, faltando-lhe os estágios correspondentes*. Não passavam o atestado de que a pessoa já tinha acabado o curso se não tivesse entregue os relatórios dos estágios.

Tem mais alguma recordação especial dos seus tempos de estudante?

Sim. As disciplinas de liceu que davam acesso ao Técnico, eram disciplinas em que eu obtive boas notas, física e matemática. Tinha essa aptidão, mas admito que pudesse ter havido outras saídas, se não tivesse tido a influência familiar.

Tal como esta recordação, existem outras. Lembro-me de uma do 1º ano.

Matemáticas gerais era uma cadeira extremamente seletiva. Chumbava-se numa percentagem enorme.

Recorda-se de quem dava a cadeira?

O prof. Dias Agudo, da Faculdade de Ciências. Um magnífico professor! O Técnico funcionava com um sistema de frequências. Havia um exame de frequência a meio do ano, por altura do

Carnaval. Esta frequência quase não tinha nenhuma implicação na nota final, mas tinha carácter eliminatório. Quem chumbasse na frequência não podia ir ao exame final. Correu-me pessimamente. Convenci-me de que tinha chumbado. Desanimei um bocado. Continuei a ir às aulas, tomava apontamentos, mas depois não ia estudar. Passaram 15 dias ou um mês. E afinal não tinha chumbado! Foi uma tremenda satisfação, mas ao mesmo tempo tinha perdido dois meses em que não havia estudado. Tive de me debruçar a sério sobre a matéria. Vi então que as aulas eram muito boas, porque pelos apontamentos consegui. Havia sido uma sensação desagradável e agradável ao mesmo tempo. Estava convencido de ter chumbado, afinal não, mas estava com outro problema, o de estudar aquilo tudo!

Na altura estudava-se sobretudo apoiado em apontamentos e não em livros, não era?

Havia duas coisas: os apontamentos das pessoas, e outra coisa que em muitas universidades se costuma chamar sebatas, no Técnico eram as folhas. As folhas eram publicações feitas pela associação académica, que tinha ...

... uma secção de folhas.

Alguns alunos coligiam os apontamentos, outros corrigiam. Já falei do prof. Ferreira Dias. Quando voltou de ministro, começou a redigir livros das suas aulas. E foram publicados na associação. Isto foi no meu 5º ano. Provavelmente muito tempo terá passado até outros professores fazerem o mesmo. Estudava-se pelos apontamentos tirados nas aulas e por estas folhas.

O regime de aulas era muito severo!

Era. No Técnico havia aulas todos os dias das 8:00 às 18:00, inclusive ao sábado. As aulas teóricas eram da parte da manhã. Havia muitas aulas teóricas às 8:00. Outros professores davam das 10:00 às 11:00 ou das 11:00 ao meio-dia. Depois tínhamos um intervalo do meio-dia às duas. Seguiam-se outra vez aulas das 14:00 às 18:00. E lembro-me já nos últimos anos, das aulas de projeto, de quatro horas, de pedirmos ao assistente para sair às cinco, para ir ao cinema Alvalade, que depois deixou de ser e agora já é cinema outra vez.

Então ainda andavam um bocado.

O cinema mais próximo era o Império. Mas o Alvalade devia dar sessão dupla. Era o cinema onde íamos. Sempre fui muito ao cinema, mas na época de exames ficava em casa durante dois ou três meses. Não fazia outra coisa sem ser estudar, exceto no dia do exame que ia ao cinema. E a escolha era entre o Alvalade, o Império, o São Jorge e o Monumental. Já não existe nenhum!

Eram só esses?

Havia os cinemas de bairro. Eu morava nessa altura na Estrela. Havia o Paris, que hoje está a cair aos bocados, o Jardim-Cinema, com cadeiras de verga, na Pedro Álvares Cabral. Depois restavam os mais tradicionais, talvez o São Luís e o Tivoli.

Ainda em relação às aulas. Havia controle de presenças? Chumbava-se por faltas?

As aulas teóricas eram facultativas, no sentido de não haver controlo. Sobretudo nos primeiros anos, aquilo era uma multidão! Em matemáticas gerais era um anfiteatro cheio, com muita gente em pé. Tenho ideia de que no meu ano, até houve um desdobramento: duas aulas teóricas, de repetição da matéria, dada por dois professores. Entravam cerca de 500 alunos para o 1º ano.

Nas aulas práticas, houve vários regimes. Nos primeiros anos, lembro-me de que um contínuo anotava as presenças. No 3º e 4º anos, cada aluno tinha um cartãozinho e o professor ou assistente confirmava. Nos últimos anos, já não havia /controlo/, por outra razão. As pessoas já não faltavam, se o fizessem eram identificados, porque éramos poucos e a relação muito mais próxima. No meu curso éramos 30 e tal, e desses ficou um núcleo duro de uns 20 ou 20 e poucos, que eram os que faziam os seis anos. A diferença resultava de que havia outros com cadeiras em atraso, porque tinham perdido ou tinham seguido para África.

Esses gozavam de um regime especial?

Podiam fazer exames intercalados. Do meu curso, diria que 20 ou 20 e tal fizeram em seis anos. Os outros estavam na tropa e portanto não iam às aulas.

Quando acabou o curso, quais eram as perspectivas mais desejadas para um engenheiro da sua especialidade?

Quando acabei o curso, estávamos numa fase muito complicada. Era praticamente impossível arranjar um emprego sem ter feito a tropa. Um empregador normal não queria um empregado por seis meses. Queria uma pessoa que ficasse. Daí que, acabado o curso, as pessoas fossem logo fazer a tropa. Isto não quer dizer que não houvesse empregos em quantidade para as pessoas que se formavam. Ainda na vida militar tive três ou quatro ofertas. Na área dos engenheiros eletrotécnicos não havia escassez de emprego. A limitação era a tropa feita ou não. Era uma situação em que as raparigas tinham vantagem. Concluía-se o curso com 23, os homens da minha geração começaram a trabalhar aos 27.

No Técnico formaram-se à roda de 30, na Faculdade de Engenharia do Porto, admitamos que outros 30, ao todo cerca de 60 engenheiros por ano. Não era uma exorbitância.

Na chamada área das fortes, havia grandes empregadores. As empresas distribuidoras de energia elétrica, as produtoras de energia elétrica, as barragens, tinha-se constituído a Companhia Nacional de Eletricidade, que é o que é hoje a REN. Estávamos ainda numa época de desenvolvimento de barragens, que absorviam engenheiros civis, mas uma vez concluída a obra, os lugares eram para os engenheiros eletrotécnicos. Por outro lado, havia os fabricantes de material elétrico. A Siemens já tinha uma fábrica em Portugal, a EFACEC estava também no Norte com uma fábrica de transformadores. Estas duas grandes áreas absorviam uma parte importante dos engenheiros. Outros enveredavam pela profissão de projetista, em gabinetes de projetos. As barragens, as grandes linhas elétricas, já habitualmente eram entregues a gabinetes de projetos. Uns trabalhavam nas empresas donos das obras e outros trabalhavam na entidade que prestava serviços às primeiras. Sei que houve pessoas que, talvez porque durante a tropa se tinham fixado em África, ficaram por lá, nas empresas locais. Tenho ideia de a Universidade de Lourenço Marques da altura, com o prof. Veiga Simão, admitir engenheiros para assistentes ou mesmo regentes de cadeira. Não

se pode dizer que naquela altura não havia emprego.

Qual foi a sua primeira experiência profissional?

Nas CRGE, onde tinha feito o primeiro estágio. Tive sorte. Entrei eu e, no mesmo dia, outros dois colegas. As CRGE estavam a atravessar uma fase de reorganização. Durante uns meses andámos a conhecer a empresa para verificar as nossas apetências e ficar a conhecer a empresa.

Onde era a sede nessa altura?

Tinha mudado há pouco tempo, ainda estive no outro edifício. A sede era no Marquês de Pombal, no quarteirão onde hoje está a EDP. Era nas traseiras, na rua Camilo Castelo Branco. As CRGE eram donas daquele quarteirão. Numa dada altura decidiu construir aquele bloco, que são seis prédios. Os serviços técnicos estavam na rua D. Luís, ao pé do Cais do Sodré.

Onde estão os correios?

Exatamente. A 100 metros dos correios. A antiga sede tinha sido na rua Vítor Cordon, muito perto de onde era a PIDE.

Tratava-se da união de várias pequenas empresas?

As CRGE, estava cotada em bolsa, o acionista principal era belga, uma empresa chamada SOFINA. Tinha um dividendo muito constante, as pessoas diziam que os acionistas eram viúvas a quem os bancos recomendavam que comprassem ações. Porque não era especulativa.

Houve uma altura em que eu andei a vasculhar na história da empresa para escrever um artigo. Depois de algumas pequenas empresas anteriores, apareceram a Companhia Lisbonense de Gás e a Companhia do Gás de Lisboa. Uma tinha umas ruas, a outra, outras. Devem ter visto que não fazia sentido. Fundiram-se e deram origem às Companhias Reunidas Gás. Porque o gás é mais antigo que a eletricidade. Depois, as Companhias Reunidas Gás ficaram com a eletricidade. Passou a ser Companhias Reunidas Gás e Eletricidade.

Digo, na brincadeira, que nessa altura fui engenheiro. O meu trabalho era a construção e exploração das redes elétricas. As CRGE estavam

organizadas em duas áreas geográficas. Uma era a cidade de Lisboa e a outra eram os concelhos de Oeiras, Cascais, Sintra, Vila Franca de Xira, Alenquer. A minha área era esta coroa exterior.

O primeiro chefe foi o engenheiro Michel Costa Simas, com quem aprendi muito. Trabalhei na construção de redes elétricas, em postos de transformação, etc. e na reparação das avarias. Sempre que faltava a energia, tinha de ir resolver o assunto. Muitas noites passadas na rua!

Estamos na segunda metade da década de 60? Quais as necessidades que a rede de distribuição tinha de satisfazer?

Estamos no fim dos anos 60, princípios dos 70. Lisboa tinha uma zona industrial importante, onde hoje está a Expo. A indústria estava a ser empurrada para a periferia. As fábricas de automóveis já apareceram afastadas, na Azambuja. A maioria das casas em Lisboa já tinha eletricidade. O grande crescimento do consumo vinha do equipamento que as pessoas iam comprando. Refiro-me ao frigorífico, à máquina de lavar roupa, à máquina de lavar loiça, ao ferro de passar, enfim, à iluminação, que tinha sido o início.

As tarifas de venda de energia elétrica aos consumidores baseavam-se em escalões. O primeiro seria talvez até 30kWh de consumo por mês, custava 2\$00 o kWh. Depois, passava para 1\$30, em seguida para \$50. Eram degressivas. A lógica era: primeiro escalão é aquilo em que a energia elétrica não tem concorrência, a iluminação. Depois havia um escalão para atividades em que, se a energia não fosse mais barata, as pessoas não se equipavam e iam para aparelhagens sucedâneas. Um terceiro escalão era para aquilo que as pessoas só faziam se não gastassem muito dinheiro, o aquecimento por exemplo. Este terceiro escalão era muito mais barato. Se fosse caro, continuava-se a lavar a roupa à mão. Assim se explicam as tarifas por escalões.

É a época das barragens, em Portugal. A grande força na sua construção começa nos anos 50 e depois toma os seus máximos nos 60 e princípios de 70. Criou-se um excesso de oferta de energia elétrica. As barragens e a água dos rios eram mais que suficientes para o consumo nacional. Fazia sentido incentivar o consumo, com o tal terceiro escalão. No Porto, dada a proximidade das hidroelétricas, fomentou-se

o consumo de energia com tarifas muito baixas. Isso fez com que os consumos que estavam no limite, como a água para os banhos, o aquecimento da comida, fossem feitos a eletricidade, enquanto em Lisboa se usava o gás.

O que era bom em vários sentidos. Ajudava a rentabilizar o investimento e, por outro lado, promovia o desenvolvimento do país. E fazia também com que as pessoas comprassem equipamentos. O grande desenvolvimento do consumo tinha a ver com o equipamento, estava-se muito longe da saturação, nem todos tinham ainda frigorífico. O frigorífico era uma ambição, ter máquina de lavar também. À medida que o poder de compra crescia, as pessoas equipavam-se mais. E esse apetrechamento, salvo perturbações graves, é irreversível.

Lisboa começava a ser uma cidade com predominância de serviços. Não havia ainda supermercados, mas começavam a existir cinemas grandes, lojas mais bem equipadas, restaurantes com os frigoríficos. Lisboa tinha ainda os carros elétricos. A tração elétrica não pesava muito, mas tinha significado.

Depois do 25 de Abril, o seu trabalho teve alterações?

Teve alterações drásticas.

Com o pós-25 de Abril é integrado na EDP?

Não foi de um salto. No 25 de Abril de 1974, eu tinha 32 anos. Até ao 11 de março não acontece nada de muito especial na vida da empresa. Acontece politicamente. No 11 de março dá-se uma grande reviravolta e são nacionalizadas uma série de empresas, em particular as de produção e distribuição de energia elétrica. Eram a Companhia Nacional de Eletricidade, que tinha a energia de alta tensão, as empresas das barragens, mais as CRGE, em Lisboa. Noutras zonas do país, havia empresas mais pequenas, a Companhia Elétrica das Beiras, a Hidroelétrica da Serra da Estrela, a Companhia Elétrica do Alentejo e Algarve, a Hidroelétrica do Alto Alentejo, a Sociedade Elétrica do Oeste, a União Elétrica Portuguesa, a CHENOP.

Cada uma destas empresas, veio a ter, nomeada pelo governo, uma comissão administrativa. Fui indicado para a comissão administrativa das Companhias Reunidas Gás e Eletricidade.

A seguir à nacionalização a empresa viveu com uma comissão administrativa, que substituiu a administração anterior. As minhas funções deixaram de ser as de engenheiro.

Mas deixe-me começar um pouco mais atrás. Em 73 ou 72, o então administrador delegado, que era um belga, chamou-me em véspera de eu ir de férias. Disse-me que tinham criado um serviço novo, queriam-me colocar como adjunto do diretor, teoricamente, era a categoria acima. Era o Serviço de Concessões que tratava das relações com as câmaras municipais, com a direção geral de Energia e com a Eletrificação. Nós estávamos numa zona bastante eletrificada, mas mesmo assim não a 100%. Fui trabalhar com o eng^o Herculano de Campos.

O meu trabalho era com as câmaras municipais, as eletrificações, as novas urbanizações que estavam a nascer à roda de Lisboa, nos concelhos de Oeiras – não havia o da Amadora – Loures, Cascais, Sintra, Alenquer e Vila Franca de Xira.

Foi-me confiada a missão de preparar a renovação do contrato de concessão com a Câmara Municipal de Lisboa, que terminava em 1978. Fui preparar um assunto com seis anos de antecedência. Escrevi papéis, consultei muitas pessoas. Com o 25 de Abril nada disto se concretizou. Acho notável a capacidade posta em prática para renovar a concessão de Lisboa, que era vital para as CRGE. Se perdessem esta concessão, perdiam 80% do seu valor.

Estava eu nessas funções, quando fui para a comissão administrativa. Passei a tratar de gestão no dia-a-dia complicado daqueles anos. Estive na comissão administrativa mais de um ano. Além da comissão administrativa, existia uma comissão de reestruturação do setor em que as comissões administrativas colaboravam. Essa comissão de reestruturação acaba por propor o modelo EDP, o de uma empresa única para o país, onde deveriam ser integradas todas as empresas nacionalizadas em 75. O trabalho seguinte foi juntar estas peças todas numa única. Trabalhei muito nisso. Eram 12 ou 13 empresas, mais os Açores e a Madeira. Nessa altura começa o processo de autonomia; as duas regiões consideradas no decreto inicial, deixaram de o estar. Durante muitos anos, fez-se a uniformização dos procedimentos em empresas

que tinham práticas, origens, tecnologias e até tensões elétricas diferentes: uma longa construção da EDP.

Começou por ser uma configuração no papel. Nem todo o território de Portugal era constituído por empresas tipo CRGE. Havia muitos sítios onde existiam serviços municipalizados. As câmaras tinham direito à distribuição. Faziam-no diretamente através dos serviços municipalizados ou davam em concessão a empresas privadas. No continente, na altura com 275 municípios, 100 tinham empresas e 175 serviços municipalizados. Havia ainda outras. Foram longas negociações bilaterais com estes municípios todos. Foi a construção da EDP.

Voltando a 73: o que faziam as produtoras espanhadas pelo país com os excedentes de energia?

Deixe-me só precisar algumas coisas para situar no contexto. Em 1969, havia a Hidroelétrica do Cávado, a Hidroelétrica do Douro, a Hidroelétrica do Zêzere, e ...

... Alto Alentejo ?

Alto Alentejo não estava neste grupo. Era uma distribuidora com pequenas centrais hidroelétricas.

O Lindoso a que grupo pertencia?

O Lindoso pertencia a uma empresa espanhola, a *Electra del Lima*, muito próxima da União Elétrica Portuguesa. Havia estas três grandes hidroelétricas, mais a Empresa Termoelétrica Portuguesa, que entretanto tinha construído a central do Carregado. Estas e a Companhia Nacional de Eletricidade fundiram-se – em 1969, já com Marcelo Caetano – na Companhia Portuguesa de Eletricidade. Fora desta grande empresa ficaram as da rede secundária, onde estava o Alto Alentejo, pois tinham centrais muito pequenas. Não produziam excedentes de energia. Alimentavam a redes locais.

A criação desta empresa tem muito a ver com o problema dos excessos de energia. Havia uma entidade que se chamava o Repartidor Nacional de Cargas, que pertencia à Companhia Nacional de Eletricidade, a tal REN da época. Fazia uma exploração mais racional do sistema. Que era dizer: *Agora deve entrar a barragem tal,*

agora não há potência que chegue, o Carregado deve funcionar a fuel. Mas isto era uma coisa que sendo uma decisão técnica e racional, podia conduzir e conduzia a que, num ano determinado, uma empresa não recebesse tantas solicitações para produzir energia elétrica. E portanto, os seus resultados eram mais baixos. O Repartidor Nacional de Cargas tinha um papel igualizador. Face às capacidades de produção, mesmo que uma empresa não tivesse produzido, porque não lhe tinham pedido para produzir, o dinheiro ia todo para um bolo. Este era dividido pelas empresas proporcionalmente às potências ou às capacidades. Enfim. Todos protestavam!

Mais tarde, anos 60 e 70, constrói-se a primeira linha de interligação com Espanha. O objetivo era ter ajuda em caso de emergência, também dar ajuda a Espanha, perante problemas na rede espanhola. Poder escoar uma parte da energia sobrando para Espanha e vice-versa. As interligações que hoje são usadas para comprar e vender energia foram criadas para que os países se apoiassem mutuamente.

Na lógica da época, as empresas elétricas mais do que concorrentes no mercado, como eram monopólios públicos, cooperavam razoavelmente umas com as outras. Hoje cooperam, mas na base da troca económica. Na altura a troca era quase kWh por kWh.

Em muitos empreendimentos, a produção hidroelétrica estava associada a sistemas de rega. Isso era só no Sul?

Sim. A escala era muito pequena. Não eram grandes centrais. Às vezes eram grandes barragens, mas a potência da central elétrica era pequena. Fui diretor-geral da Região Tejo, que era a área entre Lisboa e Torres Vedras e entre Castelo Branco e Elvas. Na zona da Idanha, em Montargil, havia algumas centrais hidroagrícolas. Enquanto nas outras mandava a eletricidade: *É preciso eletricidade funciona, não é preciso eletricidade não funciona*, nestas era a agricultura: *É preciso água para regar, sai água e produz-se energia; quer-se armazenar água para o verão, então não há energia.* A lógica era a da rega e não a da produção de energia.

As centrais hídricas funcionam como as térmicas? Só trabalham quando é preciso?

Não. Nos anos 50 e 60, em Portugal, praticamente toda a energia elétrica era de origem hídrica. Não se precisava de mais nada. Viva-se com as barragens. Havia aqui uma Central Tejo, havia no Porto também uma. Chega uma altura, em que se torna necessário o Carregado, quando se verifica que a hídrica já não chega. O não chegar não era que não houvesse energia. É que ela está mal distribuída no tempo. Se não chover, não há energia. É preciso ter uma térmica para apoio. Mas com o passar do tempo, as térmicas vão aumentando, dado o crescimento no consumo. As primeiras barragens foram as melhores em termos de produtividade elétrica. Os consumos têm um diagrama diário. É preciso que algumas centrais façam a base do diagrama, trabalhem mais ou menos em retângulo, estando sempre a funcionar. Na fase seguinte entram as térmicas e as hídricas – que reagem mais depressa, abre a comporta, fecha a comporta -, fazendo a modulação.

Com o correr dos anos, cada vez houve mais térmicas e este papel de fazer a ponta passou para as hídricas. Hoje estamos numa situação curiosa, com o aparecimento das eólicas: ou se consome naquela altura ou a energia está perdida. A primeira energia a entrar deve ser a das eólicas. Depois, é a do gás, porque o gás tem contratos em que, quer se consuma, quer não, tem de se pagar. Segue-se o carvão, e por fim vem a hídrica. A hídrica está a ser aproveitada /da seguinte forma/: como a energia do vento não é armazenável e a única armazenável é a água, aproveita-se quando há energia a mais, bombeando a água para montante, para depois deixá-la ir para baixo, nas horas em que a energia é mais cara. Portanto, utilizando a água duas vezes. A hídrica tem capacidade de armazenamento e reage muito depressa. Se, à noite, vai ser precisa uma central térmica, ela tem de começar a funcionar desde a manhã. Pode demorar cerca de seis a oito horas até atingir a sua temperatura normal.

E as nucleares? Nestas a produção tem de ser sempre constante?

Por outras razões. As nucleares não reagem com facilidade às mudanças de regime. Quando arrancam é para funcionar sempre. E são as outras que se adaptam.

Em casos, como o da França, as nucleares é que fazem a tal base, não é?

Em França fazem uma base muito grande.

É o país que produz mais energia nessa base?

É. Em termos absolutos se calhar também é. Em termos relativos da sua produção é de certeza. É o país que tem mais energia nuclear na sua componente elétrica.

Forma-se a EDP. Vem permitir uma melhor gestão da eletricidade existente, se bem entendi? Mas há um fator político.

Há. Primeira coisa: sob o ponto de vista social, Portugal era e é um país muito heterogêneo. Com enormes desigualdades entre o litoral e o interior, tinha a energia a preços diferentes ao longo do território. No Norte, no Porto, como se viu, chegou a ser fomentado o consumo por causa das hidroelétricas. No Alentejo e no Algarve, era caríssima. Porque estavam na extremidade da rede e porque os consumos eram muito mais baixos. Tinham unidades de exploração muito pequenas e os custos diluíam-se pior. Um dos objetivos da criação da EDP, foi ter uma tarifa uniforme em todo o país. Quer o cliente estivesse no Minho, no Algarve, em Lisboa, no Porto, pagasse o mesmo pela energia. É evidente que isto é um objetivo político. Porque se se contabilizar tudo, um cliente nos confins do mundo induz mais custos do que em Lisboa, onde há concentração, ou quando está ao lado da central.

Primeiro grande objetivo era ter em todo o território a mesma tarifa.

Segundo grande objetivo, a eletrificação total do território. Estava-se já em 75 ou 76 e havia largas zonas do território ainda não cobertas.

O terceiro objetivo era a melhoria da qualidade dos serviços. Enquanto em Lisboa e no Porto, apesar de uns apagões de vez em quando, a qualidade ser aceitável, outras zonas tinham interrupções frequentes e demoradas. Quando

há uma interrupção, não se vai reparar a avaria, arranja-se um circuito alternativo. Se uma pessoa estiver na ponta de um circuito que não tem alimentação alternativa, faz-se a reparação, com as tais cinco horas, sete horas, oito horas de espera. Depende da avaria.

A EDP acabou por cumprir esses objetivos. O objetivo tarifário cumpriu-se em pouco tempo, tenho ideia que em 80 já se devia estar com um tarifário uniforme.

A EDP significou o aparecimento do maior investidor no país?

Sim, na medida em que tudo passou a ser feito pela mesma entidade. Se não houvesse EDP, tinham de se comprar os mesmos equipamentos. Estando tudo na mesma empresa, ela passou a ter uma capacidade de compra muito maior e à escala portuguesa tornou-se numa das maiores. A EDP é hoje uma empresa muito grande em termos de volume de negócios e em emprego. Este último tem vindo a diminuir, porque se foi racionalizando. Mas é um empregador razoável. É um investidor grande. Neste momento estão em construção várias barragens e outras centrais.

Agora há uma certa liberalização e portanto, para as barragens houve concurso e a EDP ganhou alguns, a Iberdrola ganhou outros. Para as centrais de ciclo combinado a gás natural, também a EDP ganhou um, a Iberdrola outro, a Endesa espanhola também outro. Falou-se muito do que faria sentido, se privatizar a EDP como uma empresa única, se cortá-la em fatias de distribuição, como eram antigamente as regiões de distribuição, e privatizar cada uma delas. Naturalmente que isto tinha também, além de opções políticas diferentes, também objetivos diferentes. Se tivesse sido por esse caminho, poderia ter ficado mais diversificado e poderia haver maior capacidade para capital português controlar algumas dessas empresas. Ao ir para a outra opção, conseguimos uma empresa mais difícil de ser controlada por capital nacional, porque é muito grande, mas que ao mesmo tempo criou uma dimensão, que lhe permite internacionalizar-se.

Noutra vertente, a EDP passou a ter uma dimensão que lhe permite não só o acesso ao mercado de capitais, como lhe possibilita o

crescimento, começando por comprar algumas empresas no Brasil e outras em Espanha. Hoje a EDP elétrica aqui na Península Ibérica é um operador integrado. Também é um operador integrado com o gás. É uma empresa de renováveis, a terceira ou quarta a nível mundial. A EDP tem uma posição muito significativa.

A EDP forçou a qualidade dos fabricantes dos equipamentos portugueses. Fazia os chamados contratos-programa comprando equipamento a empresas nacionais, o que lhes permitiu /desenvolverem-se/: cabos elétricos, transformadores, isoladores.

A EDP teve um papel muito importante no desenvolvimento do tecido industrial elétrico.

Os engenheiros são maioria dentro da EDP?

Não.

Quem forma a maioria?

No global, não. Nos quadros superiores certamente.

Nos funcionários predominam os administrativos, talvez .?

Os trabalhos administrativos são os mais difíceis de dar empreitada, passe a expressão. Aqui há uns anos, estávamos a falar dos anos 60, eu julgo que deviam predominar os técnicos eletricitas. Depois grande parte desse trabalho foi relativamente fácil de ser contratado. Em vez de ser pessoal próprio, é pessoal de empresas exteriores que o presta.

Hoje em dia a maior parte dos trabalhos são encomendados?

A opção é que se reduza o trabalho com meios próprios. O trabalho é o mesmo, mas acaba por ser feito noutra formato. E portanto os eletricitas não estarão na EDP. Estarão nas empresas que prestam serviços à EDP.

Qual é a grande tarefa para o futuro? Não me refiro só ao caso de Portugal. No fundo, também é um desafio para engenheiros ou não?

Hoje, acho que há duas linhas. A linha do negócio, passe a expressão, em que a dinâmica dos mercados de capitais aponta para a necessidade do crescimento das empresas. Uma empresa que cresce é valorizada e as suas ações também. É sempre um objetivo da gestão. E isso, é

incompatível com um *retângulo*, não é?! Uma empresa como a EDP, a partir do momento em que é constituída como empresa para todo o país, começa a ser encarada como monopolista. Uma empresa que teve sempre 100% dos fornecimentos, 100% da produção, etc. em Portugal, a trajetória tem de ser de algum decréscimo. São os outros que têm de crescer.

As empresas espanholas terão posição em Portugal e, portanto, a trajetória para uma empresa deste género, é crescer fora das suas fronteiras primitivas. Ou se confina, ou então na tal lógica, o crescimento tem de ser para os países vizinhos, e depois para os países com os quais se sente alguma afinidade, como é o caso do Brasil. O Brasil fez um programa de privatizações aí nos anos 96, 97, 98 que permitiu que empresas exteriores fossem para lá. E a EDP foi.

Um caminho é a internacionalização e diversificação geográfica. Outro é o da complementaridade. Cada vez mais, há tendência a não falar em energia elétrica ou em gás, mas em energia. Fornecer energia. Sob que forma, logo se vê. Tem sido normal nestas empresas a prestação de serviços de energia. As que estavam no gás compraram elétricas, as que estavam na eletricidade compraram empresas de gás.

A terceira linha é a da exploração de novas tecnologias. Estas empresas de que estamos a falar, são de alguma maneira tradicionais, são muito tecnológicas, mas não de ponta tecnológica. Quem tem a ponta tecnológica são os fabricantes dos equipamentos.

Fala-se muito das *smart grids*. Redes inteligentes. A rede elétrica por definição era passiva. Recebe energia daqui, entrega ali. No futuro, edifícios como este terão painéis solares, mini-geradores na cave, uma central de cogeração para produzir energia eléctrica e vapor e com ele aquecer o edifício. O edifício em si não deve ser um consumidor passivo, mas um que também produz. A rede tem de começar a estar preparada para contar para lá e para cá. Tudo isto pressupõe a introdução de muito automatismo, de muita eletrónica, de muito comando, de muito controlo. Esse é outro caminho, o do desenvolvimento tecnológico. Por aqui anda o futuro.

Depois há coisas que não têm a ver com a empresa, mas com aplicações de energia. Hoje fala-se muito em automóveis elétricos. Se isto

for verdade, abre-se um enorme mercado para a energia elétrica. À medida que vai energia elétrica para carregar as baterias dos automóveis, também pode ser que, em caso de necessidade, se possa utilizar os automóveis para pôr energia na rede. Tudo isto é tecnologicamente factível. A questão é saber se a preços aceitáveis. Podem abrir-se aqui mundos.

Regressemos das coisas às pessoas. Pergunte-lhe como vê o engenheiro no passado, no presente e no futuro?

Deixe-me dar-lhe uma pincelada do que foi o resto da minha carreira profissional. Reformei-me há pouco tempo da EDP, posso dizer que o fiz do meu primeiro emprego. Tudo mudou à minha volta, mas a verdade é que nunca saí de um emprego para o outro, embora tenha mudado o trabalho muitas vezes ... Trabalhei na unificação da EDP, na eletrificação, nas tarifas, na área comercial, na unificação dos sistemas informáticos, fui o responsável global da cidade de Lisboa, técnico comercial, financeiro e administrativo, depois diretor geral da Região Tejo – a tal fatia, um quarto de Portugal –, administrador da EDP e depois seu presidente do Conselho de Administração.

Nesta fase procuro manter uma vida profissional razoavelmente ativa, presentemente sou presidente do Conselho de Administração da EFACEC, em funções não executivas. Vamos tendo solicitações, que nos tornam a abrir mundos passados. Sou vogal do Conselho de Escola do Técnico, que me fez regressar à escola. Tenho sido durante os últimos anos presidente do Colégio de Engenharia Eletrotécnica da Ordem dos Engenheiros. E já sou avô! Tenho dois netos – a Maria e o Manuel.

Não posso dizer que a minha vida profissional foi toda em áreas próximas da engenharia, porque as empresas onde eu trabalhei, a CRGE e depois a EDP, são empresas desse setor. Foi cada vez mais na gestão, do que na engenharia.

Voltando à escola de engenharia e à associação profissional dos engenheiros: acho que a profissão talvez não tenha mudado muito. Mas se se puser as *mãos na massa*, parece-me que a profissão foi mudando. Cada vez mais cedo as pessoas – com exceção dos universitários ou das pessoas com carreira de investigação, ou

de projetistas especializados numa área – nesta profissão, talvez pela abertura mental que a preparação lhes dá, acabam por deixar de ser engenheiros do cálculo, e passam a ser líderes, no sentido de terem de orientar pessoas. A componente humanista no relacionamento humano intensifica-se. O engenheiro fechado a fazer cálculos existirá, mas num número certamente reduzido.

É que há muitas máquinas a fazer esses cálculos.

Pois há, exatamente! Em segundo lugar – daí o meu parêntesis anterior – sou da opinião que carreiras profissionais como a minha serão cada vez mais improváveis. As pessoas não estarão 30 e tal anos na mesma empresa. A probabilidade disso acontecer é cada vez baixa mais. Estar numa empresa elétrica e de repente ir para ...

Uma fábrica de automóveis!

Por exemplo! Admito que essa é outra característica. Vai haver uma separação entre pessoas muito especialistas e outras com formação ao longo da vida mais variada. Em matérias de gestão, de finanças ... As pessoas não vão ficar no mesmo sítio tanto tempo. Elas terão de estar abertas a formações complementares ao longo da vida. A existência de legislações cada vez mais apertadas, faz com que a interdependência das profissões se acentue. Em algumas atividades o engenheiro tem que se dar de perto com um advogado. Não era nada assim. Hoje a maior parte dos atos têm implicações legais.

Acha que um engenheiro é diferente das outras pessoas?

Vamos lá ver, no fundo somos todos pessoas, não é? E sendo todos pessoas temos uma base que é mais comum do que incomum. Porque será sempre difícil tentar saber se uma pessoa é mais racional porque teve uma formação mais racionalista, ou se escolheu uma carreira mais racionalista porque já é racional. Se houvesse característica que eu pudesse atribuir aos engenheiros – e acho que ela resulta mais da aprendizagem do que de outra coisa – diria que é o racionalismo. E enquanto não saem da profissão são muito racionalistas. Quando saem, são como os outros.

Faço uma última pergunta ...

Já agora deixe-me dizer uma coisa de que nos desviámos. E tem a ver com o Técnico. Ao longo de seis anos passámos pelas mãos de muitos professores, e não é desprimor para aqueles que não vou citar, cito aqueles que me marcaram muito. Tenho três nomes na minha cabeça ... depois há um quarto que já vou dizer.

São o prof. Moncada, que era o homem da eletrotecnia teórica; recordo-o nas aulas do 4º ano, era talvez o primeiro professor de eletricidade a que a gente chegava, na altura um velhinho simpático. Inculcava-nos os fundamentos da eletricidade, da eletrotecnia.

Depois o prof. Ferreira Dias, por ser um homem agarrado à realidade. É ele o criador da legislação, como ministro, que depois dá na eletrificação nacional, é o fundador da Companhia Nacional de Eletricidade que eu referi, e depois da Companhia Portuguesa de Eletricidade. Morreu no meio desse processo. O prof. Ferreira Dias, e à medida que os anos foram passando, eu fui sentindo isso, foi a pessoa mais próxima daquilo que veio a ser a minha carreira. Tipo engenheiro, mas depois com outras componentes.

E o prof. Abreu Faro, que gostávamos sempre de ouvir, sempre muito despistado, mas nesse despiste muito atrativo. Era um homem que ao fim de cinco minutos tinha o quadro cheio, e depois apagava à mão e ia escrevendo mais, mas eram aulas em cheio.

O quarto, com quem eu tive contacto na minha fase relativamente curta de assistente, foi o então diretor do Técnico, o prof. Almeida Alves. Foi diretor na minha época e provavelmente muito mal tratado. Porque era um homem extremamente defensor do Técnico e dos seus alunos, teve aborrecimentos com todas as entidades. Foi uma pessoa que achei magnífica.

Não o conheci, mas está lá a estátua, o professor Alfredo Bensaúde. Isto já não é muito do meu tempo, mas é do tempo do meu irmão. Era uma brincadeira que se dizia na altura. Quando em termos de notas as coisas não corriam muito bem, – Ah! Aquele, seguiu o método do Bensaúde. Consistia em que para ser um bom engenheiro eram precisas três coisas: primeiro, ter muito bom senso; depois, ter ainda mais bom senso;

e depois saber um bocadinho de engenharia /risos/. Era o método do Bensaúde.

Publicou as *Notas histórico-pedagógicas* . sobre o Técnico.

Eu ando há mais de uma dezena de anos, à procura de um livro do prof. Ferreira Dias, que se chama *Linha de Rumo*.

Julgo que só num alfarrabista.

Descobri há cerca de um ano que o Banco de Portugal tinha feito uma reedição. Mas ofereceram alguns e os outros, ninguém sabe onde estão. Gostava muito de ter o livro que é no fundo ...

Que é o programa da eletrificação nacional.

É. E da industrialização do país!



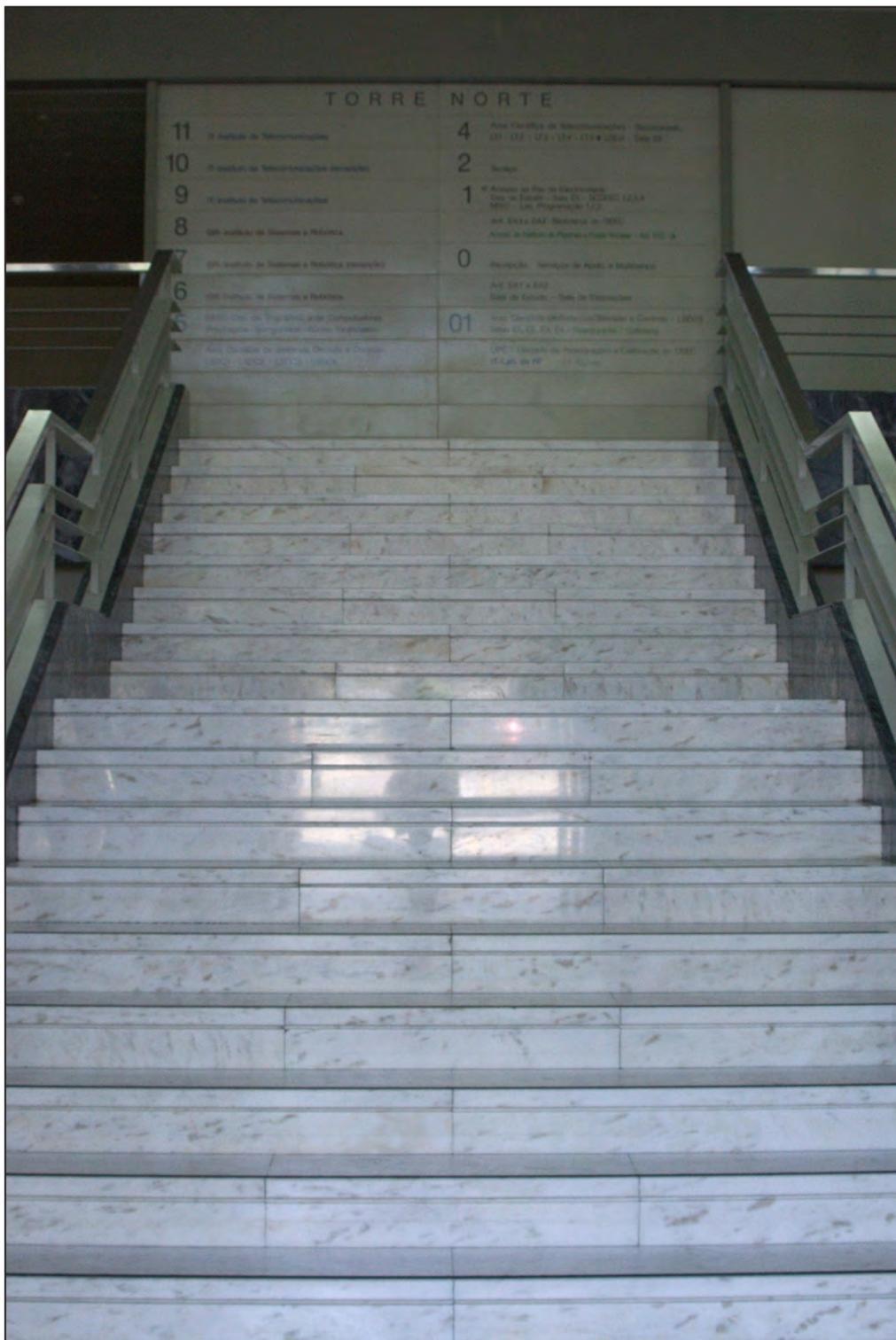
Num prédio na Lapa, Lisboa (2010).

Foto: J F Branco

Confraternização.

Fotografia cedida pelo entrevistado.





Torre norte. Departamento de eletrotecnia e computadores, antigo Departamento de eletricidade.

Foto: Tatiana Soares

A termoeletricidade que a mudança de paradigma exigia.

18 de março de 2010

Entrevista a
J.J. Delgado Domingos

Grelha e aplicação Jorge Freitas Branco

Como se envolveu no Carregado?

Em 1960, Portugal ia iniciar uma mudança de paradigma na produção de energia elétrica, até aí predominantemente hidroelétrica. O conhecimento e experiência na área das centrais térmicas era muito limitado, pelo que decidi aprofundar um tema que também ensinava no Técnico. Como não havia bolsas de estudo para engenharia mecânica, propus-me a uma empresa suíça chamada Sulzer, na altura muito reconhecida na Europa e no mundo pela sua tecnologia nas caldeiras de circulação forçada. Estas eram as únicas que permitiam a utilização de ciclos de vapor supercrítico, cujo rendimento termodinâmico é muito superior ao dos ciclos habituais. A circulação forçada tinha ainda a enorme vantagem de permitir a realização de centrais térmicas com capacidade de variação muito rápida da produção, mantendo o rendimento térmico.

Para surpresa minha, e quase de imediato, a Sulzer ofereceu-me um lugar de engenheiro. Fui assim viver para Winterthur, próximo de Zurique, onde estavam as fábricas e a investigação. Foi, para mim, uma experiência importante, sob múltiplos aspetos, apesar dos poucos meses que lá residi.

Nessa altura a Sulzer tinha licenciado uma empresa nos Estados Unidos e outra no Japão e eu participei nessa transferência de tecnologia, em particular na área do controlo dinâmico. Para isso contribuiu o meu *background* em termodinâmica e em metalurgia, porque tinha trabalhado nesse setor no Instituto Nacional de Investigação Industrial, iniciado ainda como estudante, continuado em França com um estágio na siderurgia e depois na Fábrica Militar de Braço de Prata, na área da fundição e metalomecânica, onde, inclusivamente, participei no início da fabricação da espingarda G3.

Os suíços eram extremamente fechados e severos na defesa do *know how* que tinham. Faziam-no compartimentando o conhecimento entre setores, numa forma típica em indústrias militares estratégicas, como o nuclear. Na altura em que lá estava surgiu um problema grave numa central em Itália, provocada pela transição da queima de gás natural para fuelóleo. Em face da dificuldade criaram uma *task force* para tentar solucionar o problema. Para a *task force* selecionaram as pessoas da empresa cujo *background* combinasse termodinâmica e tecnologia mecânica com a metalurgia e o comportamento térmico de aços a temperaturas muito elevadas. O meu *background* tinha isso. Fui por isso integrado na *task force* e passei a ter acesso a conhecimento técnico e a *know-how* que me estaria vedado em situações normais. Aprendi muito.

Mas a minha vontade era regressar a Portugal, uma vez que considerava o trabalho na Suíça como uma fase transitória da minha vida, uma etapa de formação.

Sendo assistente no Técnico, tinha pedido a suspensão do contrato e não queria perder definitivamente a ligação. A Sulzer, sabendo da minha vontade de regressar ao país recomendou-me que contactasse a sua licenciada em Portugal, a Mague, pois lhes poderia ser muito útil.

Quando regresssei escrevi à Mague, que de imediato me contratou, permitindo-me manter o lugar no IST, que entretanto tinha aberto concurso para professor catedrático na disciplina de caldeiras e permutadores de calor, a que vim a concorrer.

Nessa altura, Portugal estava a iniciar a transição de um regime fundamentalmente hidroelétrico para o termoeletrico, forçado pelo crescimento dos consumos de eletricidade. A cultura dominante na produção de eletricidade, ainda nos anos 60, era a das hidroelétricas, lançadas pelo prof. Ferreira Dias, professor do Técnico,

que como secretário de Estado no anos 40 foi o grande impulsionador da industrialização em Portugal. Décadas depois foi ministro. Com as hidroelétricas, a produção da eletricidade para satisfazer o consumo não estava garantida, devido à sua dependência da pluviosidade, pelo que era sempre necessário algum apoio de origem térmica. Para isso, existia a central térmica da Tapada do Outeiro, que utilizava os carvões muito pobres que tínhamos no norte do país, no Pejão e em São Pedro da Cova. Mas era apenas um funcionamento de exceção, em períodos muito secos. Por outro lado, os carvões nacionais eram tão pobres, com mais de 40% de cinzas, que exigiam um desenvolvimento de novas tecnologias para a câmara de combustão da caldeira. O fabricante foi a empresa francesa Stein & Roubaix, que tinha a CUF (metalomecânica) como licenciada. Portugal pagou, na prática, todos os custos do desenvolvimento da tecnologia de queima de carvões muito pobres, de que a nossa indústria não aproveitou nada. Em contrapartida, a Stein & Roubaix projetou-se no mercado internacional com as várias caldeiras da Tapada do Outeiro ... que aliás nunca cumpriram as especificações do concurso quanto à percentagem máxima de fuelóleo que era necessário juntar ao carvão para que a caldeira funcionasse.

Eu estava interessado no tema e acompanhei, como jovem engenheiro, todos os ensaios de receção da última caldeira da Tapada do Outeiro. Creio que fui o único engenheiro português a fazê-lo.

Independentemente dos aspetos tecnológicos era evidente que os carvões nacionais não poderiam ser o combustível escolhido para a nova era de termoelectricidade que a mudança de paradigma exigia. E as alternativas na altura eram, ou carvão importado, ou energia nuclear ou fuelóleo, que se tornava cada vez mais popular na Europa e nos EUA.

Regressei a Portugal, vindo da Sulzer, quando a mudança de paradigma se começava a concretizar. Pouco tempo depois foi aberto o concurso para a primeira central térmica do novo ciclo, a Central Térmica do Carregado.

A abertura deste concurso foi precedida de um congresso promovido pelo Grémio Nacional dos Industriais de Eletricidade, que se

realizou, creio que em 1964, no Instituto Superior Técnico, visando discutir as implicações do novo paradigma e as opções técnicas a tomar.

Na verdade, como depois percebi, tratava-se apenas de legitimar decisões já tomadas, mas publicamente desconhecidas. Nesse encontro, onde ainda estive o prof. Ferreira Dias, apareceu a defesa acalorada de uma central nuclear como opção às alternativas baseadas em combustíveis fósseis. Fiz várias intervenções, apercebi-me que a recém-criada Termoelectricidade Portuguesa, formada para concretizar a Central Térmica do Carregado, já tinha contratado uma empresa de *engineering* francesa, chamada Sofrelec, para o projeto global. A Sofrelec era, na verdade, uma fachada da EDF para a promoção da indústria francesa sob a capa de *engineering* independente. Aliás, a solução defendida era a réplica do que se fazia em França, com tecnologia licenciada, sobretudo pelos EUA, e que estava longe de representar a tecnologia mais avançada. Eu defendia as caldeiras de circulação forçada, porque uma central térmica na nossa rede iria ter de participar, crescentemente, nas chamadas variações de carga, com consumo muito alto de eletricidade durante o dia, nas horas de ponta, e muito baixa nas horas de vazio, sobretudo durante a noite. Em meu entender, a Portugal interessava ter a tecnologia mais avançada da época, e não desperdiçar recursos e perspectivas de futuro com tecnologias de segunda mão. Acresce que já tínhamos conhecimentos e licenciados para essa tecnologia.

O ter sido escolhida uma empresa francesa, ficou a dever-se sobretudo, penso eu, ao facto desse setor da Termoelectricidade Portuguesa ser liderado por um engenheiro que tinha tido formação francesa na hidráulica e estivera na EDF.

Como já referi, os franceses não tinham, na época, praticamente tecnologia própria em centrais térmicas e o programa da EDF respondia às necessidades francesas da reconstrução no pós-guerra. Os fabricantes franceses, entre eles a Stein & Roubaix, eram na sua quase totalidade licenciados americanos. A Stein & Roubaix, por sua vez, tinha licenciado em Portugal a CUF, que fabricara as caldeiras da central térmica da Tapada do Outeiro. Eu conhecia bem todas as tecnologias e as suas origens. Por isso e ainda antes de o concurso ser

aberto, tinha a quase certeza de que as especificações iriam favorecer a indústria francesa. Além da CUF, concorria a Sorefame, licenciada por outra empresa americana e também a Mague. Devido às opções tecnológicas da Sofrelec, a Mague, com o licenciamento da Sulzer tinha acesso a uma tecnologia que, apesar de muito mais avançada, nem sequer iria ser considerada. Em termos estratégicos, a Mague só tinha uma alternativa que era conseguir ser licenciada diretamente por uma empresa de reconhecida capacidade nos Estados Unidos e que não tivesse já, de forma direta ou indireta, licenciadas em Portugal. Das três grandes americanas só a mais pequena, pouco conhecida na Europa e quase desconhecida em Portugal, existia apenas uma, a Foster Wheeler, que estava em forte expansão na América e procurava na Europa uma alternativa às licenças da Sulzer. A Mague, que tinha antevisto as potencialidades industriais e tecnológicas do paradigma emergente de uma termoelectricidade dominante, percebeu rapidamente o contexto em que a decisão sobre o fornecedor iria ser tomada e agarrou a possibilidade de poder ser licenciada pela Foster Wheeler, o que conseguiu em curto espaço de tempo e em condições muito interessantes quanto a transferência de tecnologia. Foi assim capaz de se apresentar a concurso com a maior incorporação da indústria nacional e a melhor garantia de endogeneização da nova tecnologia.

Certamente por isso, e contra todas as expectativas, a Mague ganhou o concurso. De facto, para além de concorrer no preço, era a proposta que incorporava uma real possibilidade de transferência de tecnologia e de *know how*. O meu papel foi sobretudo esse. Pessoalmente, foi para mim um período de extraordinários desafios, porque coincidiu também com a prestação das provas públicas no concurso para professor catedrático no IST, que ganhei.

Para a Mague, vencer este concurso foi um acontecimento, porque embora contrária aos desejos do consultor francês, e não só, a proposta portuguesa para a caldeira era inultrapassável.

Esta proposta teve algumas particularidades e riscos que vale a pena registar.

Por um lado, o prazo para apresentação das propostas era tão curto que não permitia um projeto de raiz, motivo porque duplicar um grupo

francês padronizado seria extremamente vantajoso e agradava aos outros concorrentes. A Foster Wheeler decidiu por isso duplicar a caldeira que tinha instalado recentemente numa central em Tucson, mas que queimava gás natural e não fuelóleo, como era exigido. Esta mudança de combustível replicava, em parte, a grave situação que eu vivera na Suíça com a central italiana que há pouco referi. Na Foster Wheeler desconheciam o problema, pois era muito recente e mantido confidencial. Para que na caldeira do Carregado tais problemas não surgissem, tive uma intervenção direta nas alterações introduzidas no projeto da caldeira, durante os meses que passei nos EUA, nesse verão de 1965.

Numa central termoelectrica, como a do Carregado, os equipamentos fundamentais são a caldeira e a turbina de vapor. A Mague tinha ganho o concurso da caldeira. Para a turbina, a Mague era licenciada da Brown Boveri, também suíça, que mais tarde deu origem a uma empresa muito conhecida, a ABB.

A Brown Boveri tinha recentemente ganho um concurso emblemático, na Califórnia, com inovações tecnológicas que superaram todos os concorrentes, sobretudo pelo seu melhor rendimento termodinâmico numa potência invulgarmente elevada. Foi com esse modelo que a Mague/ Brown Boveri concorreu e novamente ganhou de modo indiscutível.

Basicamente, esta foi a origem da Central do Carregado e da minha participação nela.

Porquê a localização no Carregado?

Como em qualquer central de potência muito elevada há que ter em conta vários condicionantes. Deve estar o mais próxima possível do centro de gravidade dos consumos de electricidade, que neste caso era a região de Lisboa, tendo em conta que a maior parte da produção era hidroelétrica e se situava no norte do país. Além disso, uma central térmica tem grandes exigências de refrigeração, de preferência com água, e nós não temos muitos cursos de água com a capacidade necessária, para além do Tejo e do Douro.

Em Setúbal, com algumas consequências desfavoráveis, foi o Sado. Em Sines recorreu-se à água do mar, que levanta muitos problemas adicionais. Não há, portanto, muitas alternativas. A solução, na altura adotada, era com

arrefecimento direto. Quando há falta de água, a solução pode ser com torres de refrigeração. Torres enormes, hiperbólicas, que evaporam a água e formam aquela nuvem típica que muitos pensam ser fumo, mas não é. O arrefecimento faz-se por evaporação, e por isso a exigência de água é menor, embora o consumo seja muito elevado, comparado com outros usos. Além disso, o investimento é maior e o rendimento energético baixa.

A Central do Carregado ainda foi feita com refrigeração direta da água do Tejo, que por isso aquece, por vezes acima dos 10°C à saída do condensador.

A seguir foi Setúbal por razões semelhantes. Isto passou-se em 1965–66. A seguir ao primeiro grupo veio um segundo grupo, também de 125MW. Os grupos 1 e 2 foram feitos pela Mague. Por razões que seria interessante e revelador aprofundar, os grupos 3 e 4 foram entregues a uma empresa inglesa, para se voltar novamente à Mague, com os grupos 5 e 6, o que é significativo.

Isso foi em que anos?

Não sei precisar exatamente o ano porque, em 1966-67, acabado o primeiro grupo e ganho o concurso para o segundo, onde ainda tive intervenção, saí da Mague. Saí porque percebi que a empresa não estava verdadeiramente interessada em integrar *know how* e desenvolver tecnologia avançada mas sim em negócios de mais curto prazo. Por outro lado, a Termoelectricidade Portuguesa, mais tarde nacionalizada na EDP, teve a inacreditável atitude de impor o recrutamento de engenheiros estrangeiros, porventura para diluir o fracasso do *engineering* que escolhera. A Mague cedeu, recrutando um emigrado russo, que vivia na Suíça e trabalhava na Sulzer. As regalias e estatuto com que foi recrutado eram quase ofensivas para os engenheiros portugueses, tendo em conta a sua real competência. Aparentemente, nem com isso satisfaz os desejos do cliente, que decidiu entregar a um grupo inglês a construção dos grupos 3 e 4, cuja concretização foi tão desastrosa que teve de voltar à Mague para os grupos 5 e 6. As consequências foram, porém, muito mais vastas, porque levou ao desmantelamento do núcleo central da equipa que fizera os grupos 1 e 2 iniciais. Era algo que

eu antevia quando saí. Sem a encomenda dos grupos 3 e 4, os jovens engenheiros, que formaram a equipe inicial saíram quase todos e fizeram carreiras profissionais brilhantes, uns no estrangeiro, outros na universidade. Eram antigos alunos meus, no IST.

A minha experiência na Suíça permitiu-me constatar a enorme diferença com a atitude da Foster Wheeler, americana.

Os americanos estavam sempre dispostos a ensinar e a transferir para nós o conhecimento e *know how* que permitiriam à Mague vir a ser completamente autónoma, pois tinha uma equipa de engenheiros, uma qualidade de fabrico e uma capacidade de realização excecionais, que surpreenderam os americanos, sobretudo depois da experiência que tinham tido com os licenciados em Espanha. Estavam por isso dispostos a fazer da Mague um parceiro importante para outros mercados.

Esta experiência na Mague corresponde a um padrão que ainda hoje se repete muitas vezes com os industriais portugueses. Mais do que industriais, são financeiros e negociantes, peritos na captação de incentivos e privilégios em nome do desenvolvimento da economia nacional, mas cujo real objetivo é um retorno rápido e um lucro garantido. Penso que a Mague, inicialmente, não era assim.

A experiência suíça foi para mim esclarecedora. Conscientes da sua dimensão, os suíços retinham cuidadosamente o *know how* e o conhecimento mais valioso e licenciavam ou subcontratavam o restante. Por isso, eram os licenciados ou os subcontratados que suportavam as oscilações do mercado, que em equipamentos desta dimensão podem ser dramáticas. A metalomecânica nacional aceitava euforicamente esta subalternidade, tirando partido de uma mão de obra barata e de muita qualidade.

Com o Carregado, a Mague teve, então, a oportunidade excepcional de se transformar num grande fabricante nacional e mundial nesta área e não soube ultrapassar o negativismo do cliente nacional, diversificando.

Sintetizando, tínhamos soldadores e mecânicos muito bons, mas o grande ganho não era aí que estava. Estava no projeto, estava na conceção e no controlo do sistema global. Era aí que estava o grande valor acrescentado, porque

dominando essa parte, podia escolher a parte mais nobre e valiosa do fabrico e subcontratar o restante, como faziam os suíços. Caso contrário, apenas poderiam competir com mão de obra barata. A Mague podia adotar esta estratégia e procurei demonstrá-lo com um concurso que surgiu para o fornecimento de uma central em Cabo Verde, que deveria produzir eletricidade e água doce a partir da água do mar, uma central de dessalinização. Um caso típico daquilo que eu achava que se devia fazer. Entusiasmei a Mague a concorrer e participei na conceção do sistema, *design* de *engineering*, dimensionamentos etc. A Mague subcontratava tudo aquilo que não fosse nobre ou que excedia a capacidade conjuntural das oficinas. E foi feito. Os recursos necessários para apresentar a proposta foram mínimos, tendo bastado eu, um técnico superior dos serviços comerciais e pouco mais. Com grande surpresa minha, a Mague fez uma proposta para não ganhar, inflacionando os preços para mais do dobro, mesmo tendo em conta a margem de lucro habitual. E a encomenda foi ganha por uma empresa espanhola com cerca de 10% de diferença em relação à proposta da Mague.

Este, juntamente com outros episódios, sedimentaram a decisão de me dedicar fundamentalmente ao Técnico, na expectativa de se conseguir mudar o panorama profissional da engenharia mecânica a partir da universidade.

O último trabalho que eu fiz para a Mague, foi a negociação de uma licença para a fabricação de permutadores de calor, para a refinaria de Sines.

A refinaria de Sines era uma enorme realização, e um dos licenciadores possíveis era a mesma Foster Wheeler que tinha uma divisão autónoma para a química industrial, na qual se integrava a área das refinarias. Dada a natureza específica dos produtos, a Foster Wheeler, neste caso a filial inglesa, cobrava *royalties* para o fabrico segundo os seus desenhos. Essas *royalties* eram da ordem dos 10%, que eu achava excessivo. Fui por isso a Londres fazer a negociação e as *royalties* passaram para 2%.

O fator decisivo na redução dos 10 para os 2% foi a demonstração que fizemos de que com 10% nós montaríamos a equipe necessária para fazer os projetos autonomamente. Vim mais

tarde a saber que o sucesso se deveu bastante à reputação que já tínhamos na Foster Wheeler americana, sede da empresa.

Recordo bem essa ida Londres pois aproveitei para uma visita ao *Imperial College* da qual resultou um convite muito amável para fazer uma lição de seminário no seu Departamento de Engenharia Mecânica, na minha próxima visita a Londres.

No Técnico, sendo eu já catedrático, os professores não estavam em dedicação exclusiva, davam aulas e tinham os seus empregos. O Técnico era praticamente um deserto. As aulas eram lecionadas com profissionalismo e competência, mas o foco da atividade dos docentes não era o ensino, eram as empresas onde trabalhavam.

Em 1966–67, saí da Mague para me dedicar inteiramente ao Técnico e ver se seria possível mudar o estilo. Para mim, tomar esta decisão não foi nada fácil, tanto mais que, por um *part-time*, tinha um vencimento superior ao de catedrático no IST, para não referir já os prémios anuais. Manter a decisão não foi simples, tanto mais que a Mague, mesmo depois da minha saída, manteve sempre comigo uma relação de grande cordialidade e abertura. Fui, depois, consultor da direção geral de Energia e posteriormente do Laboratório de Física e Engenharia Nuclear, da Junta de Energia Nuclear e da Foster Wheeler americana.

Quando saí da Mague, no início de 1967, o Técnico era uma casa onde havia alguma atividade de investigação na química, e um pouco na eletrónica e medidas elétricas, em geologia e mineralogia e praticamente em mais nada. A química estava muito ligada aos laboratórios de análise para o exterior, sobretudo de águas, que eram um importante gerador de receitas. Todavia, a criação da Comissão de Estudos de Engenharia Nuclear, presidida pelo prof. Herculano de Carvalho, tinha criado condições muito favoráveis ao desenvolvimento da investigação em química e eletrónica, não só financiando equipamento e doutoramentos no estrangeiro, mas também instituindo um sistema particular de bolsas de investigação, restritas aquelas áreas, que eram várias vezes superiores às do Instituto para a Alta Cultura.

Em engenharia civil e em eletricidade de correntes fortes, tal como em mecânica não havia nada. Na engenharia mecânica, por iniciativa do prof. Gouvêa Portela fora criado o Núcleo de Estudos de Engenharia Mecânica com o apoio da Comissão presidida pelo prof. Herculano de Carvalho, com um orçamento simbólico e sem acesso às suas bolsas. Mesmo este apoio desapareceu com a mudança do presidente da comissão. Anos mais tarde eu assumi a sua direção, pouco depois de o Núcleo de Estudos de Engenharia Mecânica, que tinha um único bolseiro, ter sido integrado no Instituto para Alta Cultura. Este núcleo de estudos teve um papel muito importante apesar do seu minúsculo orçamento e deu origem, após 1974, ao Centro de Termodinâmica Aplicada e de Mecânica dos Fluidos da Universidade Técnica de Lisboa, de que fui o secretário geral durante muitos anos.

Devo acrescentar que o núcleo central que deu origem ao atual Centro de Informática do IST nasceu no Núcleo de Estudos de Engenharia Mecânica.

Na altura em que decidi centrar no IST a minha atividade, não havia apoio, nem ambiente favorável à fixação dos professores ao ensino e à investigação, em particular nas áreas de engenharia, propriamente dita. Os professores que tinham fundado ou dirigiam gabinetes de projeto e consultadoria, em particular na área da engenharia civil e das estruturas, encaravam essa fixação como nociva. Aliás, são bem conhecidas as tensões e animosidades com o Laboratório Nacional de Engenharia Civil, então no seu apogeu.

Em junho de 1967 voltei a Londres e fiz a lição de seminário no Departamento de Engenharia Mecânica do *Imperial College* para que me tinham convidado.

Na sequência desse seminário, foi-me feito o convite para professor no mestrado em *Heat and Mass Transfer*, que se ia iniciar. Penso que um dos motivos foi não só o meu *background* em termodinâmica e matemática, mas também a minha atividade profissional nos EUA.

À direção do IST não agradou nada a ideia de me conceder a dispensa de serviço que me permitiria aceitar o convite do *Imperial College*, sem perder o lugar. Aliás, não havia o precedente de um professor catedrático do IST ser

convidado a lecionar numa universidade estrangeira, como o *Imperial College* da Universidade de Londres. Dirigi-me por isso ao presidente do Instituto de Alta Cultura, prof. António da Silveira, que face aos termos do convite me disse imediatamente que deveria aceitar, porque era invulgar e muito prestigiante para o IST e a universidade portuguesa. Garantiu-me também que o Instituto de Alta Cultura me concederia a equiparação a bolseiro que me permitiria ausentar do país sem perder o lugar no IST. Passei por isso o ano seguinte em Londres, no *Imperial College*, aonde voltei em 1978/80, como *Senior Research Fellow*.

A minha estada como professor e investigador no *Imperial College* teve enormes implicações, de mais variada natureza. Por um lado, o grupo em que me inseria, liderado pelo prof. D. B. Spalding era pioneiro na aplicação de computadores em mecânica dos fluidos etransmissão de calor e no desenvolvimento de métodos de cálculo para escoamentos turbulentos com e sem combustão.

Juntei-me, assim, ao que era na altura o centro de desenvolvimento mundial daquelas temáticas, e de avanços espetaculares na utilização de computadores em engenharia. Era o tempo do *Concorde*, um período em que havia inúmeros visitantes americanos, alemães, franceses, alunos de doutoramento alemães, indianos, japoneses, muitos dos quais foram mais tarde professores e investigadores, não só nos EUA e Alemanha, mas um pouco por todo o mundo.

Estava em Inglaterra, quando foi o Maio de 68, em França.

Em meados de 1967 também surgiu a solicitação do reitor da Universidade de Luanda para que eu desse apoio à criação dos cursos de engenharia em Angola, cujo arranque, nalguns casos, tinha muitos problemas. Acabei por participar ativamente, em particular na engenharia mecânica, e desloquei-me com frequência a Angola, nos anos seguintes. Esta participação era aliciante pois me facultava meios de trabalho e de investigação de que não dispunha no IST. Todavia, o que foi decisivo, foi a estada no *Imperial College*, porque foi a partir dela que consegui montar uma série de projetos de investigação interessantes, financiados muitos deles

pelo ministério da Defesa americano, não diretamente ligados com a guerra, mas com a tecnologia, em particular com turbinas de gás de que a Rolls Royce era um dos líderes mundiais.

Um desses projetos pioneiros foi a anemometria laser que com os doutorados portugueses consagrou o IST e Lisboa como um dos pólos internacionais do tema, continuando a ser o local dos congressos bienais da especialidade. Nestes projetos tive a preocupação de implantar um sistema que contrariasse o vazio que os nossos doutorados sentiam quando voltavam do estrangeiro. Procurei atenuar a influência francesa na minha área científica e tecnológica, em benefício da anglo-saxónica, que estava muito mais avançada, no que fui bem sucedido, penso eu, face aos resultados obtidos, nomeadamente os que resultaram da fortíssima e frutuosa colaboração que se estabeleceu entre o *Imperial College* e o Instituto Superior Técnico, até aí praticamente inexistente.

Fui também convidado para o *Honorary Advisory Board* do *International Journal of Heat and Mass Transfer*, uma revista muito prestigiada criada uns anos antes, bem como para a fundação do *International Centre of Heat and Mass Transfer*. Tudo isto, que hoje é quase banal, deve ser colocado na perspetiva de uma época em que o Técnico não tinha praticamente ligações e colaborações internacionais na área da engenharia, onde era um desconhecido.

O meu interesse, depois permanente, nas áreas da energia, é consequência de um sentido de dever cívico para quem tem um *background* científico e industrial relevante e se indigna com a subserviência de políticos e industriais a tudo que lhe impingem do estrangeiro.

Um pormenor: quando sai da Mague, em 1966, a Foster Wheeler ficou de tal maneira surpreendida que me contratou como consultor, na área do comportamento dinâmico do equipamento. Na altura discutiam a hipótese de virem a intervir na área do nuclear. A Foster Wheeler fabricava caldeiras e equipamentos para a marinha, nomeadamente marinha de guerra, pelo que era tentador alargarem o seu domínio de atividade à parte nuclear, quanto mais não fosse para a propulsão, associados à General Dynamics.

Esteve envolvido na recente ampliação do Carregado?

Não. Eu estive até ao segundo grupo. A recente transformação foi para turbinas a gás natural e ciclo combinado.

Como começou a Mague?

A Mague começou com as barragens. Os eng^{os} Moniz da Maia e Vaz Guedes, ganharam a barragem de Castelo do Bode e a Mague nasceu da oficina de manutenção do equipamento que fez Castelo do Bode. E a partir daí, com engenheiros mecânicos, criaram um *know how* importante em aparelhos de elevação, pontes rolantes, guias, guindastes, com os quais ganharam reconhecimento mundial. As pontes rolantes nos estaleiros navais de Boston e depois na Lisnave e na Setenave são emblemáticos. Estando na hidroelétrica com as barragens, percebem a mudança de paradigma que se avizinha e com o nível de qualidade que atingiram na conceção e fabricação de equipamento mecânico pesado, sentiram que o mercado da energia, com a termoelectricidade estaria ao seu alcance. E estava.

Como foi a sua vida de estudante? Licenciou-se no curso que na altura se designava de máquinas?

Sim. Máquinas e mecânica correspondem a conceções bastante distintas. O meu diploma é de engenheiro de máquinas. Mecânica é muito mais vasto do que as máquinas. A engenharia mecânica é, sobretudo, física aplicada. Em 1971–72, com a reforma, as engenharias passaram de seis para cinco anos e a regime semestral. No âmbito desta reforma fui o promotor de uma área de ensino e investigação chamada termodinâmica aplicada. Chamou-se assim porque, na altura, o lóbi dominado pelas físicas e afins não permitia chamar-lhe física aplicada. As físicas eram dominadas pelas faculdades de ciências e aos engenheiros não era reconhecido estatuto de cientistas. Aliás, no IST não havia departamentos de matemática, nem de física como hoje os conhecemos e muito menos investigação, salvo a singularidade, na física, em torno do prof. António da Silveira.

A termodinâmica, sendo uma área relevante da física, era considerada um tema menor e utilizada praticamente como receituário. Foi o

prof. Gouvêa Portela, convidado para professor catedrático de engenharia de máquinas, em 1958, que fundou no IST o ensino moderno da engenharia mecânica, com uma fundamentação baseada na física e na matemática.

A minha carreira académica começou como seu assistente quando iniciou a regência da disciplina de termodinâmica. Enquanto disciplina autónoma e só para a engenharia de máquinas, a termodinâmica existia desde a fundação do IST, em 1911. Deve-se ao prof. Gouvêa Portela a introdução em Portugal do ensino desta disciplina numa perspetiva abrangente e formalmente rigorosa. A minha tese de concurso para catedrático, que está publicada, insere-se nesta perspetiva e alarga-a à termodinâmica dos processos irreversíveis como fundamentação da mecânica do *continuum*, onde cabe a mecânica dos fluidos, a transmissão de calor e massa, a mecânica dos sólidos, a reologia, etc.

Nesta perspetiva, passamos a ter engenharia mecânica no sentido moderno e internacional que lhe é atribuído.

O prof. Gouvêa Portela, logo que passei a catedrático entregou-me a regência da termodinâmica, no 3º ano, que acumulava com a de caldeiras e permutadores de calor do 5º ano, na qual iniciei o ensino moderno da transmissão de calor e massa, sendo as caldeiras e os permutadores de calor casos de aplicação. Devo acrescentar que, para o poder fazer, tinha de dedicar algum tempo à teoria e aplicação das equações em derivadas parciais, da física matemática. Com esta conceção do que deveria ser a engenharia mecânica, a reforma foi a grande oportunidade de averter, o mais possível, nos novos *curricula*. Pelas razões que já referi, a forma de ultrapassar os obstáculos à criação de uma área de física aplicada, como própria da engenharia mecânica, foi chamar-lhe termodinâmica aplicada. Tal não diminuiu o âmbito que lhe desejava e permitiu a introdução de temas e matérias de ensino e investigação que o tempo entretanto consagrou. De certo modo, consolidou as fortes raízes que a engenharia mecânica tem na física, a que alguns chamam clássica. É fundamentalmente física macroscópica aplicada, em contraponto à física que hoje atrai a maioria dos físicos, que ou é cosmologia, sobre a evolução do universo, ou são buracos negros, ou são partículas

elementares. Caricaturando, é a física para os prémios Nobel.

A outra física, da qual nasce, entre outras, a teoria do caos, é a física, a que alguns chamam clássica, a qual está no cerne da industrialização e da sociedade atual. A relatividade é extremamente interessante para percebermos o universo. Mas é o universo, não é a vida do dia-a-dia. A meteorologia, a aeronáutica, os reatores nucleares, são basicamente esta física aplicada, em que continua a haver problemas fundamentais não resolvidos há centenas de anos, porque são intrinsecamente não lineares. Este facto dá, à mecânica, a característica peculiar de, nas aplicações, ou ser muito simplificada para ser linear e traduzível em quase receitas, ou não é linearizável e está no outro extremo. Não há meio termo.

Eu sempre me senti atraído pela não linearidade intrínseca, que existe por exemplo na mecânica dos fluidos e origina a turbulência e o caos, e daí o meu interesse pelos computadores, pois só com eles se podem resolver as equações fundamentais que regem muitas das aplicações que interessam aos engenheiros. Talvez por isso tenha sido eu o fundador e primeiro diretor do Centro de Cálculo da Universidade Técnica. Fiz também parte da primeira comissão instaladora da Universidade Nova de Lisboa onde também fui o promotor da primeira licenciatura em engenharia informática do país.

... Lá por 1972, 1973?

Exatamente. Na primeira comissão instaladora da Universidade Nova de Lisboa tive o pelouro da ciência e tecnologia, que veio a ser o pólo da Caparica. Toda a Universidade Nova era para ser na Caparica e, entre outras coisas, estava prevista a integração nela do ISCTE e do Instituto de Ciências Sociais. O projeto inicial foi completamente adulterado pela explosão de conflitos e interesses contraditórios que o 25 de Abril libertou.

Mas voltando à engenharia mecânica, quando eu tirei o curso, tudo quanto se referia a fluidos, etc, era dominado pelos professores de hidráulica e os alunos de máquinas tinham umas noções. Na engenharia mecânica, com a reforma da engenharia, surgiu o maior e mais coe-rente grupo de disciplinas que exigiam o uso

de computadores, bem como disciplinas como a mecânica dos fluidos e a transmissão de calor e massa. Orgulho-me de ter sido um dos ativos defensores e promotores dessa reforma, que trouxe para o país aquilo que eu sabia existir lá fora, nas melhores escolas.

Os doutoramentos feitos no estrangeiro não eram reconhecidos em Portugal. No Técnico, tendo com diretor o prof. Fraústio da Silva, convencemos o ministro Veiga Simão de que se deveriam dar equiparações automáticas a doutoramentos no estrangeiro desde que o fossem em departamentos de universidades ou instituições de investigação relativamente aos quais o CE, sob proposta e responsabilidade de um dos professores catedráticos, garantisse a qualidade.

Só o IST o fez, ficando sujeito às ferozes críticas de outras escolas que nos acusavam de estar a abastardar a dignidade e prestígio dos doutoramentos em Portugal. O número de instituições a que o IST reconheceu a equivalência automática de doutoramentos foi muito restrita, mas o efeito foi surpreendente. De facto, tendo havido um amplo aumento de bolsas de estudo no estrangeiro, os estudantes do IST foram preferencialmente para as instituições em que o doutoramento lhes seria automaticamente reconhecido pelo IST. A seguir ao 25 de Abril de 1974 e à promulgação do estatuto da carreira docente, o IST tinha, como nenhuma outra instituição de ensino em Portugal, o mais elevado número de doutorados nas melhores instituições estrangeiras e em quase todas as áreas.

E Coimbra não beneficiou disso? Lá estavam a arrancar as engenharias?

Quando foi criada a área das engenharias em Coimbra, o reitor, prof. Coteló Neiva e o responsável pela área, prof. Simões Redinha, convidaram-me a ter um papel importante na criação e estruturação da engenharia mecânica. Na altura, com o meu natural envolvimento no IST e o apoio que já dava a Angola, senti que o papel que estava a assumir na engenharia mecânica era excessivo e contrário à minha convicção de que o progresso se faz com a saudável competição entre instituições dinâmicas e sem condicionantes pensamentos únicos. Recusei por isso o convite, mas não a colaboração possível no estabelecimento de relações com universidades e

instituições estrangeiras, participação em júris, etc. As minhas relações foram sempre excelentes e a engenharia mecânica em Coimbra criou uma personalidade própria e uma posição de relevo que a singulariza nalgumas especialidades.

O Professor em que ano é que se licenciou?

Em 1959. Fiz 50 anos de licenciatura no ano passado.

No seu tempo de estudante, apanhou o decreto 40900?

Fui dirigente associativo e fui um militante do 40900 com o eng^o João Cravinho. Foi ele que me levou para a AE, no meu 3^o ou 4^o ano. Fui o diretor da secção de folhas. Era a secção que financiava muitas das atividades do movimento estudantil. Esta secção era emblemática do espírito que animava os professores e alunos do Técnico. Os professores davam todos os elementos de estudo à associação e isso era uma fonte extraordinária de financiamento. A maioria dos folhetos de contestação das outras escolas eram feitos na secção de folhas.

Particpei no 40900, depois, fui tesoureiro na direção do eng^o Veiga da Cunha, que foi ministro da Educação, no tempo da eng^a Pintasilgo. Fui também, diretor da *Técnica*, muito prestigiada na altura e para a qual escreviam destacados professores do Técnico como Mira Fernandes ou Ferreira Dias. Tive grande participação no movimento estudantil, mas nunca fui filiado de partido ou organização política. A AE foi uma extraordinária escola de formação cívica e profissional, onde conviviam e discutiam, muitas vezes acaloradamente, tanto o PCP como a JUC, entre outros.

O professor apanha o MUD?

O MUD é anterior à minha entrada no IST. Do meu tempo foram as eleições a que concorreu o general Humberto Delgado, nas quais participei com inúmeros outros colegas. As consequências dessa eleição foram enormes e muito profundas em todo o movimento estudantil, porque destruiu muitas das suas convicções e referências. Foi um período intelectual e moralmente dilacerante.

No seu plano de estudos, como estudante, havia trabalhos de oficinas? Que lembrança guarda das oficinas?

Tinham um aspeto formativo importante. No meu tempo, em mecânica havia três cadeiras de oficinas. Acho que era um exagero. Mas haver uma disciplina de oficinas, era importante, pelo uso das mãos e a aprendizagem tem que passar por aí. Tenho boa recordação das oficinas e acho que tinham um papel pedagógico importante.

... de serralharia, de carpintaria ...

Exatamente. Depois foram perdendo qualidade. Devo dizer que, em Angola, quando participei no lançamento das engenharias, a primeira das minhas iniciativas, na mecânica, foi criar as oficinas. Sempre pensei que é antipedagógico comprar aparelhagem muito sofisticada que depois não é utilizada com o receio de a estragar. A aprendizagem da investigação, do rigor e da importância dos pormenores, fazem-se com coisas simples, não com coisas muito complexas. Quando é muito sofisticado, o aluno nem chega a aperceber-se da complexidade e não tem a vontade para assimilar as incertezas associadas ao que vê e mede.

Uma das coisas que eu tive que combater inicialmente no Técnico, foi o medo de estragar. Era a ideia de que o equipamento era tão caro, que o aluno tinha medo de estragar e por isso não só se limitava a ser espetador como era estimulado a sê-lo. Felizmente evoluiu-se muito.

Porque acabaram? O que mudou na conceção do engenheiro que levou ao seu fim?

Penso que foi a tentação permanente de meter sempre mais matérias no *curriculum*, o que revela alguma imaturidade. Não foi um combate à oficina. Resultou de querer ocupar-se o espaço letivo e o espaço físico que as oficinas detinham. Depois do 25 de Abril a ideia era fixar investigadores. A partir do momento em que há melhores condições para a fixação, com a dedicação exclusiva e com meios para fixar investigação, de repente há um grande crescimento e falta espaço. Por outro lado, os recém-chegados doutorados quiseram criar as suas áreas de ensino e investigação. Faltando uma visão estratégica, tudo era igualmente importante e a forma mais simples foi acomodar tudo, o mais possível,

ocupando espaço no *curricula* e no espaço físico. O chamado pavilhão da pós-graduação era o anterior das oficinas. Quando se acabou o espaço físico fizeram-se as torres e depois o Tagus Park. A abundância dos dinheiros europeus e a pressa em os gastar nem sempre levaram às melhores soluções.

O professor tem ideia quando acabam? Foi com a alteração do plano de estudos?

Foi com a alteração do plano de estudos e sobretudo depois de 1974. Foi-se perdendo, tal como o estágio que era obrigatório.

E também os tirocínios? Por que tantos alunos não os faziam? O professor onde o fez?

Para mim o tirocínio foi muito importante. Fiz o primeiro nas Fundições do Rossio de Abrantes, em 1957, no ano em que foi lançado o *Sputnik*. Fiz o segundo estágio na Cometa, e o terceiro, na altura de dois ou três meses, na Fábrica Militar de Braço de Prata.

Mais tarde, fui para o Instituto Nacional de Investigação Industrial, foi aí que eu comecei. Com um aumento substancial do número de alunos, passou a ser difícil encontrar estágios com a qualidade adequada. O aumento do número de alunos que queriam fazer estágio excedia as capacidades disponíveis numa forma organizada.

Que nos pode dizer sobre a negociação do computador IBM 360/44? Os alunos começaram a ele aceder em 1971?

Sim, em 1971, no ano em que entrou em vigor a reforma do ensino da engenharia.

Quando acontece a aquisição formal do computador?

A instalação concluiu-se para estar disponível logo no início da reforma. Mas há uma série de antecedentes. Primeiro foi aberto um concurso que foi anulado e depois abriu-se um segundo. É na reitoria da Universidade Técnica que se encontram os elementos referentes ao concurso. Participei ativamente na abertura do segundo concurso, desde a especificação à adjudicação final. Todo o processo é rico em episódios, alguns caricatos, nomeadamente quanto a doutos pareceres de supostos especialistas. Na altura havia

um centro de cálculo na Universidade do Porto, ligado à astronomia, havia um centro de cálculo no LNEC e a Fundação Gulbenkian tinha ampliado o seu centro de cálculo com um novo computador. O IST rompeu com a conexão que neles prevalecia, o que levantou muitos problemas. O ambiente no IST também não era favorável porque o CE era muito reticente quanto à criação de um centro de cálculo e o diretor entendia não se justificar o investimento dada a falta de muito outro equipamento. Percebem-se muitas das reticências, ou oposições, tendo em conta que a maioria dos professores estava nas empresas e um centro de cálculo importante pressupunha dedicação quase exclusiva e alteração em muitos hábitos de trabalho e ensino. A oportunidade surgiu com o Plano de Fomento, sendo ministro da Educação o prof. Galvão Telles.

Embora tivesse sido o IST a conduzir todo o processo, fui apologista da existência de um centro comum para toda a universidade e assim nasceu o Centro de Cálculo da Universidade Técnica de Lisboa, de que fui o primeiro diretor.

Voltando ainda à Central Térmica do Carregado, qual foi a empresa de engenharia civil que a fez?

A engenharia civil tem grande peso nos aproveitamentos hidroelétricos, mas não nas centrais térmicas. Numa central térmica a componente preponderante é a mecânica. A Mague, que era do eng^o Moniz da Maia e do eng^o Vaz Guedes tinha nascido da empresa de construção civil que era dos mesmos sócios e continuava muito importante. Foi por isso essa empresa, tanto quanto me recorde, que se ocupou dos aspetos de engenharia civil ligados à central do Carregado.

E a sua intervenção no nuclear?

Em 1975, num congresso da Ordem dos Engenheiros, realizado no Porto, apercebi-me subitamente do quão avançada estava a ideia de uma central nuclear em Portugal. Embora não tivesse já atividade na indústria, tinha continuado a acompanhar o que se passava lá fora no âmbito da energia na sequência do primeiro choque petrolífero. No congresso fiz, por isso, uma série de intervenções incisivas, baseadas no

meu conhecimento da área. De facto, para além de ter estudado a fundo o problema, eu tinha sido consultor nessa área da Foster Wheeler e posteriormente na nossa Junta de Energia Nuclear. Colocando uma central nuclear no contexto concreto do nosso país e da sua dimensão, a opção nuclear não fazia sentido, nem económico, nem tecnológico.

Quem eram nessa altura os defensores do nuclear?

O eng^o Walter Rosa, que era ministro e liderara a equipa que encomendara a Central do Carregado e encarava a térmica clássica como uma solução transitória e conjuntural. A cultura de produção de eletricidade, na altura, era a da hidroelétrica, não era da térmica e isso refletia-se no planeamento do setor. Os pontos de contacto da hidroelétrica com a termoeétrica não são muitos. A térmica trabalha com altas temperaturas e aço, a hidroelétrica trabalha com betão e temperatura ambiente. Os problemas dos materiais e de fabricação são diferentes.

Com a grande promoção do nuclear, criou-se em Portugal uma empresa chamada Companhia Portuguesa de Indústria Nuclear (CPIN), onde trabalhou muita gente conhecida. A sua finalidade e vocação inicial era vir a fazer a primeira central, isto nos anos 50, anterior ao Carregado. Não só a Junta de Energia Nuclear, mas também a CPIN enviaram engenheiros para especialização em França e Inglaterra, sobretudo jovens engenheiros e físicos para mestrados e doutoramentos. Vivia-se a euforia criada pela iniciativa dos Átomos Para a Paz, lançada pelos EUA. Eu próprio trabalhei num grupo de trabalho do Grémio dos Industriais de Eletricidade sobre a oportunidade de ter uma central nuclear. Mas já na altura do Carregado havia um constrangimento de natureza técnica muito importante para uma rede elétrica com a dimensão da nossa e que resulta de não ser aceitável ter uma unidade geradora que represente mais de 10 a 20% da potência instalada na rede, porque se se verificar uma avaria, caí tudo em cascata. Na altura do Carregado, todos os grupos comercialmente disponíveis andavam na ordem dos 250MW, o que era demais. O Carregado foi de 125MW. A perspectiva do nuclear estava ligada ao de um crescimento muito rápido do

consumo, expectativa que os entusiastas defensores da opção nuclear expressavam no modo como se planeava o sistema eletroprodutor.

Em 1960, não havia base para o nuclear, mas em 1970–75, haveria de certeza, afirmavam, pelo que se deveria começar já. Quando se chegou a 1970, o mínimo competitivo já não eram os 250MW, mas sim os 500, fruto da evolução da tecnologia nuclear e dos encargos com a segurança para o tornar economicamente viável. Hoje estamos na ordem dos 1500MW. Em 1965, 250MW era demais para a rede, em 2010 as unidades comerciais são de 1500MW, que também são demais para a rede. Instalar centrais nucleares em Portugal continua a não fazer sentido.

Não tenho nada contra a eletricidade de origem nuclear. Mas, no nosso país não tem qualquer justificação de natureza técnico-económica.

Do ponto de visto do interesse privado fazer uma central nuclear teria grande interesse porque seria um grande investimento com rentabilidade garantida pelo Estado à custa dos contribuintes / consumidores. Os próprios riscos de acidente, a partir de certo montante, são suportados pelo Estado, em todos os países. A necessidade que haveria de montar um sistema de proteção nuclear, forças de segurança próprias, garantias, tudo isso são encargos que os proponentes remetem sempre para o Estado, ou seja, para todos nós. Os grandes entusiastas do nuclear são os países que têm ou desejam ter armas nucleares.

A França seria o que é hoje, se não se tivesse envolvido com o nuclear?

Acho que a França seria hoje mais rica se não se tivesse envolvido da forma como se envolveu com o nuclear, por razões que têm sobretudo que ver com a pretensão de continuar a ser a grande potencia que já foi. Aliás, em França, o nuclear civil e o militar são inseparáveis utilizando toda a espécie de artifícios para iludir os acordos internacionais a esse respeito. É também significativo referir que a França abandonou toda a tecnologia própria a favor de uma endogeneização da tecnologia americana, um pouco como já tinha feito com a térmica clássica.

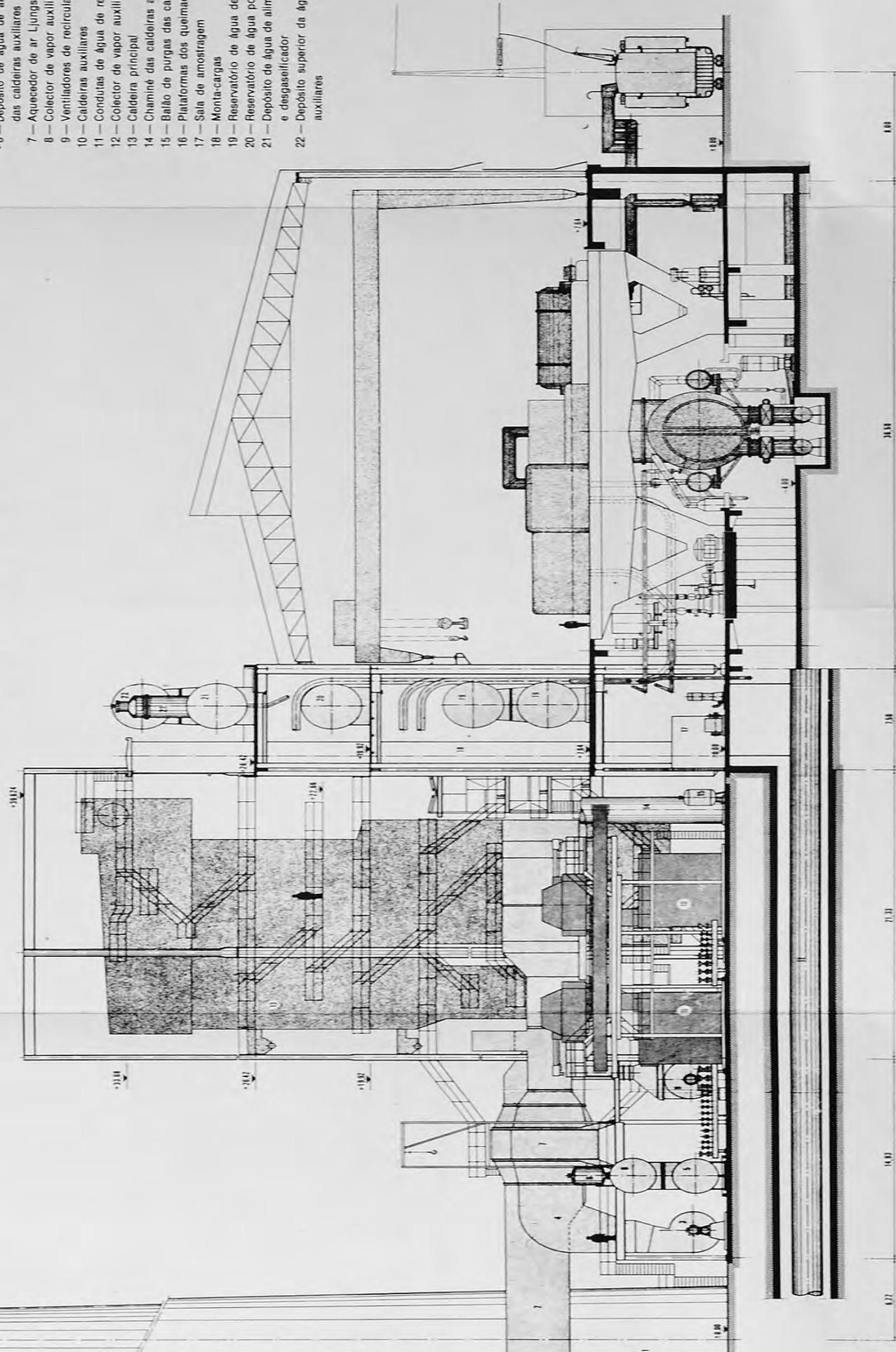
Entre nós é popular a ideia que a França tem o problema da energia resolvido com o nuclear, mas a verdade é que tem uma dependência do petróleo quase igual à nossa. Hoje já ninguém usa petróleo para produzir eletricidade. O combustível mais importante continua a ser o carvão e cada vez mais o gás natural. O grande consumidor de petróleo e seus derivados, é o transporte.

A energia nuclear apenas serve para a produção de eletricidade, a qual não representa sequer 25% dos consumos finais, mesmo em França. Por outro lado, o problema da energia é global e tem de ser visto de forma integrada. Só neste contexto faz sentido discutir a energia nuclear como uma das formas possíveis da produção de eletricidade. Como engenheiro mecânico, a minha visão da energia não se reduz à eletricidade, mas sim à totalidade da energia, ou seja, preocupam-me os 100% da energia final e não apenas os 25% que são a eletricidade.

SALA DAS MÁQUINAS E GRUPO GERADOR DE VAPOR

CORTE TRANSVERSAL

- 1 — Chaminé principal
- 2 — Conduitas de fumos
- 3 — Ventiladores de insuflação
- 4 — Conduitas de ar
- 5 — Depósito de combustível das caldeiras auxiliares
- 6 — Depósito de água de alimentação e desgasificador das caldeiras auxiliares
- 7 — Aquecedor de ar Ljungström
- 8 — Colector de vapor auxiliar BP
- 9 — Ventiladores de recirculação
- 10 — Caldeiras auxiliares
- 11 — Conduitas de água de refrigeração
- 12 — Colector de vapor auxiliar AP
- 13 — Caldeira principal
- 14 — Chaminé das caldeiras auxiliares
- 15 — Balão de purgas das caldeiras auxiliares
- 16 — Plataformas dos queimadores
- 17 — Sala de amostragem
- 18 — Monta-cargas
- 19 — Reservatório de água desmineralizada
- 20 — Reservatório de água potável
- 21 — Depósito de água de alimentação da caldeira principal e desgasificador
- 22 — Depósito superior da água de refrigeração dos auxiliares



*Uma vista da cidade a partir do terraço da Torre Norte (ex-Eletricidade).
Foto: Tatiana Soares*



Pôr a funcionar uma instalação para produzir urânio metálico.

9 de agosto de 2010

Entrevista a
Emílio Rosa

Grelha e aplicação Jorge Freitas Branco

No Técnico era bom aluno, estive na greve de 62, na altura participava numa organização muito ativa, a JUC – Juventude Universitária Católica – de que depois fui seu presidente de Lisboa.

Quando acabei o curso, os químicos iam para a CUF. Achei que fazer ácido sulfúrico era uma coisa menos nobre para as minhas expectativas e fui para a Junta de Energia Nuclear. Convidado paralelamente para assistente, não me deixaram ir para o Técnico, porque era muito novo. O dr. Carlos Cacho, que era o diretor do LFEN, achou que não, teria de esperar mais dois anos para ir fazer o doutoramento.

Quando veio a bolsa do doutoramento, a pátria chamou-me para a ir defender na Guiné e quando voltei já tinha duas filhas. Não me atraiu ir para Inglaterra com a bolsa, apesar de ser boa. Fiquei cá. Até que disse:

– Nuclear, não obrigado!

Mas depois veio a revolução, em 74, e convidaram-me para a equipa da central nuclear, na CPE, para o projeto de Ferrel. Fiquei indeciso, e lembrei-me que Lenine tinha dito que comunismo eram sovietes + eletricidade. Para soviete não dava muito, mais para a eletricidade. Mais tarde, disse:

– Nuclear não, obrigado!

pela segunda vez, em 76. Nessa altura estava como assistente no Técnico, regia uma cadeira de projeto químico e outra de análises industriais, que era instrumentação e comando. Não fiz o doutoramento. Quis ir para o carvão, não fui e aceitei o convite de um amigo para a Empresa Geral de Fomento.

A Empresa Geral de Fomento (EGF) era anteriormente a mãe do grupo CUF, e tinha-se transformado numa empresa de projetos e estudos com o prof. Gouvêa Portela – um homem notável que ensinava no Técnico – e Bento Murteira, professor de economia. E aí fiz o resto



No simpósio da Rutgers University (EUA), realizado na Penhalonga (Portugal), 2001.

Fotografia cedida pelo próprio.

da minha formação a seguir ao nuclear. Elaborámos os primeiros estudos de impacto ambiental de barragens. A EGF dependia na altura do IPE ...

Instituto de Participações do Estado ...

Após oito anos voltei à eletricidade. Fui para a EDP como diretor do equipamento térmico, a fazer centrais, como a do Pego, em Abrantes. Foi a segunda central a carvão, foi vendida depois, na altura em que achavam que a EDP era muito grande.

A quem foi vendida?

Foi vendida a um conjunto de nortenhos ligados à National Power e à Siemens. A Siemens fez a central sem concurso. Tratou-se de arranjar sítio para construir uma central a carvão, já na altura isso era difícil. Mas eu tinha aprendido com o nuclear o que era a rejeição das populações e ajudei a que ela fosse para Abrantes. Tinha estado pensada para Viana do Castelo, e para outros sítios. O povo disse:

– Não aqui em Viana do Castelo!

A localização em Abrantes foi um procedimento exemplar. Estamos em 78. Na CPE, de vez em quando, havia mudanças e rodavam os diretores. Fui para a Nutrinveste, onde se juntaram as empresas do setor alimentar que o IPE detinha: a Nacional, das bolachas, a Compal e outras. Foi uma experiência interessante – passado um tempo, vicissitudes políticas levaram à venda da Nutrinveste ao dr. Jorge de Melo.

Havia a Sucral para a beterraba, as empresas pesqueiras, a António Silva Gouveia e a Guiné Pescas, SARL. A Sinenergia foi uma empresa de consultadoria, que formámos entre amigos.

De 71 a 79, dei aulas no Técnico, como referi.

Na EDP fui diretor de auditoria. Depois colaborei com a Câmara Municipal de Lisboa, com o dr. Jorge Sampaio. Tenho uma ligação ao PS que, embora não seja muito forte, existe. Durante uns meses fui secretário de estado da Habitação, no governo do engº António Guterres. Mas o ministro morreu e nós fomos todos embora. O ministro João Cravinho convidou-me então para os Correios, onde viria a ser presidente. Estive seis anos na administração postal, o que é pouco comum, em geral são só três. Os Correios são uma empresa muito pesada.

Mas agora fazem dinheiro ...

Passaram a fazer dinheiro no nosso tempo. Foi na altura em que apareceu o código postal dos sete Algarismos e se começou a fazer a leitura e tratamento automático da correspondência, para além da informatização das estações. Foi um período muito interessante.

Voltei à EDP. Ao fim de seis anos, pedi para me ir embora. Fiquei administrador executivo da Turbogás, uma empresa pertencente aos que tinham comprado o Pego.

Há pouco disse que a Siemens fez o Pego, mas não é verdade. A Siemens fez a Turbogás. O Pego foi partilhado entre uma empresa espanhola, uma inglesa e a EDF. É aqui que entram os tais nortenhos que venderam à Siemens e à International Power. A Siemens fez a empresa, a instalação, e foi-se embora. E eu fiquei a representar a EDP que detinha 10, e depois 20%. A partir dessa altura, represento o ministério das Finanças na Parque Expo e no Oceanário.

O Oceanário é um sucesso, não é?

As coisas para terem êxito passam por uma gestão bem feita. O Oceanário teve muitos interessados, mas não foi vendido, funciona bem, dá lucro. A Parque Expo transformou-se numa empresa de ordenamento do território ao mesmo tempo vai pagando o que sobrou da Expo 98. Os programas de reordenamento das zonas urbanas, os Polis, são um êxito.

Mantenho as minhas convicções e dedico-me a uns centros paroquiais – atualmente uma escola na Lapa com 200 crianças.

Tenho filhos – Margarida Maria, Catarina Maria, Marta Terra, Rita Maria e Francisco Maria – e netos – Francisco, Henrique, João, Leonor, Madalena, Gonçalo, Pedro, Marta, Manuel, Martim, Lourenço e, em breve, Maria – e uma casa em Moledo, relativamente modesta. Estas coisas não deram para enriquecer, mas para viver bem. Partilho o meu tempo entre as crianças da Lapa e a Parque Expo como não executivo.

E as crianças da Lapa

É a Obra das Crianças da Freguesia da Lapa. É um centro católico, tem contratos com a Segurança Social. Esta a minha história.

Da sua atividade estudantil, ressalta o curso de engenharia química-industrial e a participação na JUC. O que o marcou mais?

A greve de 62, em que tentei encontrar uma maneira de conciliar os extremos. A JUC do Técnico, aderiu à greve. A JUC tinha um homem à frente, o padre – e depois bispo –, António dos Reis Rodrigues, que marcou muito a minha forma de estar. Aí aprendi esquemas democráticos não revolucionários que me marcaram como *escola de condução de pessoas*.

Em 62, houve o grande Encontro da Juventude. E com tantas atividades eu fiquei mais um ano a fazer a física do Silveira, porque era difícil acompanhar o ritmo.

Marcaram-me os amigos, marcou-me o aprender que nós somos responsáveis e temos que prestar contas a todos. Era bom aluno.

O meu curso era bom. Guardei amizades desse tempo: o eng^o Rui Sérgio, entre outros. O que me marcou mais foi o contacto, a cultura, a música. Tínhamos sessões com o Luís Almeida Alves, diretor do Técnico. Era a altura da Joan Baez e do Bob Dylan. Era o início da vida. São as grandes amizades. Depois começa a vida profissional.

Porque optou por engenharia química?

No liceu borrava sempre os desenhos que fazia. Química era a única engenharia, onde aparentemente não havia desenho. Enganei-me. A primeira aula que tive foi desenho, com o Cruz

Grupo de estudantes com o prof. Magalhães Ilharco (1) e o assistente Afonso Morgenstern (2): o entrevistado (3), Albano Freire Nunes (4), António Pereira Domingos (5), Carlos Silva Santos (6). Restantes não identificados. Tirada durante o 1º ano (1958–59) ou no 3º (1960–61). Fotografia cedida pelo entrevistado.



Filipe como assistente. Mas sobrevivi. Era bom aluno a matemática.

Nós não éramos ricos, fui bolseiro da Gulbenkian. Recebia 1200 escudos todos os meses, o que me tornava num tipo relativamente abastado. A minha mãe queria que eu fosse para a Academia Militar, porque pagavam o curso, mas eu não gostava de militares. Vim mais tarde a gostar deles, quando aconteceu o 25 de Abril. Não imaginava essa alteração de simpatias. Fui para química porque na altura este curso tinha boas perspetivas profissionais.

Era o curso com mais raparigas?

Sim, era onde havia mais raparigas. Cerca de um terço. Ao todo começavam o curso uns 200 alunos e formam-se talvez meia centena. Ou seja, só um quarto ou um terço chegava ao fim. As raparigas nunca tiveram grande destaque do ponto de vista profissional, salvo algumas no ensino. Entretanto namorei a Elzira, que hoje é minha mulher; formou-se em história, e que teve tempo para ficar em casa e cuidar dos filhos. Durante um tempo dava menos aulas e lá fomos tendo as crianças, porque ela conseguiu equilibrar o seu desenvolvimento e hoje tem uma série de livros publicados sobre história. Antes o modelo de mulher colocava-a num papel secundário. A pouco e pouco vieram-se afirmando. Às minhas filhas não lhes passa pela cabeça ter empregos em *part-time*.

Nenhum dos seus filhos estudou engenharia?

Só o filho tirou engenharia industrial, na Nova. É diretor da Siemens. Dos restantes, uma é assistente social, professora na Universidade Católica, está a terminar o doutoramento; outra é advogada; duas são economistas. Eu insistia muito que eles soubessem matemática, com a advogada e a assistente social não tive grande êxito, só com os outros. A constante que fica do ponto de vista familiar é a praia de Moledo. Passámos sempre o mês de agosto juntos, o que foi importante.

Voltando ao curso. Na vossa altura havia estágio para acabar o curso?

Havia três estágios. Depois passou a haver um. Eu fiz dois e ambos foram interessantes. Um foi na Resiquímica, em Mem Martins, onde se

faziam resinas naturais e que depois passou para a Hoechst. Lá aprendi o que era um reator a funcionar em sistema Batch, no fundo uma panela de pressão.

O segundo foi mais interessante, estive na Junta de Energia Nuclear, na qualidade de contratado eventual. Consistiu em pôr a funcionar uma instalação para produzir urânio metálico. No LFEN, em Sacavém, existia um reator construído no âmbito da *Atoms for Peace*, um programa americano. Ainda lá está o reator. É o mais velho MTR do mundo, suponho. É um dos reatores que foram dados pelos EUA no fim dos anos 50, princípio dos 60. E, paralelamente, porque nós tínhamos urânio e porque os franceses o compravam, com o apoio deles fez-se uma instalação de produção de urânio metálico. Urânio metálico nuclearmente puro, era esta a designação. Faziam-se os lingotes de urânio depois exportados para França, onde eram utilizados para fazer o combustível dos reatores de gás-grafite.

Em 1965, fez-se um novo acordo com os franceses para a compra de equipamento. A contrapartida era pagar com concentrados pobres da Urgeiriça ou com urânio metálico, o que nos permitiu pôr a funcionar a instalação que não estava nas condições mais adequadas.

A instalação tinha uma série das operações unitárias importantes: a dissolução, a purificação, a extração líquido-líquido e depois a calcinoterminia implicava uma redução do óxido de urânio que tem a valência 6 quando existe na Terra, que era preciso passar à valência 4, e em seguida a urânio metálico. Tive um belo estágio prolongado em França, no *Centre de Recherches du Bouchet*, onde eram feitas as mesmas operações. Houve que redimensionar o equipamento existente que só funcionara uma vez, tinham-se feito dois lingotes. Por simpatia, deram ao primeiro lingote da nova fase o meu nome – na altura eu estava a ir para a tropa.

Houve que redimensionar as colunas de extração líquido-líquido com TBP (*Tributyl phosphate*), dissolvia-se o óxido de urânio em ácido nítrico e punha-se em contacto com um solvente específico que separava o urânio das impurezas. Isto fazia-se numa coluna de extração que funcionava mal, houve que redimensionar os pratos da coluna. E como não havia garantia que isto

resultasse, ao mesmo tempo dimensionou-se uma bateria de misturadores-decantadores, que faziam o mesmo que a coluna. Seguiu-se uma redução num forno em L e uma fluoretação depois ao estágio de tetra flureto de urânio, misturava-se com cálcio, detonava-se numa campânula, o urânio fundia. É aquilo que durante uns tempos os iranianos andaram com dificuldade de conseguir fazer.

Dada esta minha experiência devo ser agora, com 70 anos, o mais jovem especialista de combustíveis nucleares existente neste país. Foi esse o assunto do meu relatório do estágio.

Em que ano foi?

Isto passa-se até 68. Se a memória não me falha, o relatório só foi entregue em 71, quando voltei da Guiné. Ainda o tenho, com o cálculo dos andares da coluna de extração feito em papel milimétrico. O controlo não era eletrónico, mas por via de ar comprimido que atuava nas válvulas na perfeição. Coisas de outros tempos.

Hoje nem sabemos como acontece o controlo.

Aprendi muita coisa de engenharia química que não me serviu posteriormente, mas que foi muito interessante como estágio.

Um professor do Técnico, suponho que se chamava Tavares da Silva, viu este relatório, chamou-me e perguntou:

– Mas você fez isto? Eu fiz, se quiser vá a Sacavém, que as coisas estão lá.

Dos misturadores-decantadores até o desenho tinha feito e acompanhado a sua construção. Lembro-me, foi na Construtora Moderna que já não existe, era o sítio onde se soldava relativamente bem aço inox. Encolheu os ombros. Era conhecido por Tavares *O Mudo*.

Inscreeu-se na Ordem dos Engenheiros?

Não. A Ordem dos Engenheiros era considerada por muitas pessoas como um organismo corporativo. E eu não era muito afim da ordem social e política existente nesse tempo. E como funcionário público não me inscrevi. Porque a inscrição era obrigatória, exceto para os funcionários públicos. Eu sempre fui um opositor moderado. Este tipo de oposições não era muito gravoso, portanto, não suscitava grandes represálias. Só me inscrevi na ordem muito mais tarde, quando

foi para a direção um amigo meu, o prof. Luís Sousa Lobo.

No vosso *currículo*, nos anos 60, constavam trabalhos de oficina?

Sim. Ainda troço com os meus engenheiros – o meu filho e o meu genro. Aprendi coisas que foram úteis para fazer *bricolage*: como se pega numa lima, se aplaina uma madeira. Não considero inúteis as cadeiras que tivemos de trabalhos em oficina. Pode parecer agora uma heresia dizer uma coisa destas. Eu não sou, nem passadista, nem conservador, como já deve ter visto. Mas eu acho que aquilo era.

Dava um certo treino à mão.

Sim. Coisa que o meu filho não tem. Ele passou pela Nova. Aprendeu os computadores todos, mas não sabe trabalhar com a mão.

Isso como era tido por vocês quando estudantes?

Dei-me muito bem com o Luís Almeida Alves, que era o diretor. Mas a pessoa de quem gostei mais foi o prof. Barbosa Romero, com quem fiz as últimas cadeiras. Vinha, na altura, de Birmingham, levava a sério ser professor tutor, que tinha visto na Inglaterra. Lembro-me que até nos convidou e às nossas namoradas para ir jantar a casa dele. Mais tarde tratou da minha bolsa para o *Imperial College*, que não aproveitei. Ele dava as oficinas. Homem bondoso, era *pau para toda a obra*.

Os laboratórios de tecnologia eram uma coisa diferente?

Eram. Mas a 50 anos de distância eram muito menos interessantes do que as oficinas. No laboratório de tecnologia o mais que nós víamos eram umas perdas de carga em tubagem. As oficinas eram num pavilhão, onde estavam uns mestres que eram os operários antigos e nós, obviamente, não levávamos a coisa muito a sério. No entanto, as coisas eram feitas e a sério.

Porque teriam acabado?

Não faço ideia. Foi acabando. Se me perguntar se eu meteria isso hoje no *currículo*, se calhar não. Punha a nível do secundário. Fazíamos as oficinas no nosso 2.º e 3.º anos. Era tarde demais na nossa formação. Mas não foi inútil.

Mais tarde, em Sacavém, ao trabalhar na instalação-piloto ou semi-industrial, feita não apenas por mim, mas pelo Francisco Beja da Costa – pessoa notável, com grande habilidade de mãos – aquilo foi ótimo. Aprendemos uma série de coisas. Quando saíamos do Técnico, não sabíamos para que lado abrir uma válvula. Acho que tinham a sua utilidade e num curso de seis anos passavam muito bem. A formação matemática também existia. Dava-se matemática a sério. As oficinas não eram para fazer engenheiros técnicos. Era uma coisa que não ficava mal aos engenheiros saber o que era um limatão ou um engenho de furar.

Que faziam as vossas colegas? Também iam para as oficinas?

Na altura já iam. Os anos 60 já não são tão obscuros.

Da sua experiência profissional, se tivesse que escolher uma situação, qual seria?

É difícil responder. Lecionar no Técnico foi interessante, porque me dava com pessoas mais novas. Talvez tenha sido o mais marcante.

É evidente que ser presidente dos CTT, uma das maiores empresas portuguesas, com certeza que foi importante.

Talvez a mais importante tivesse sido a instalação de Sacavém para o urânio.

O mais interessante foi o processo de localização da central do Pego e mais tarde da instalação da incineração de lixo de Lisboa, a Valor-sul. Todos temos orgulho no que fazemos.

Porque é que a central a carvão foi para Abrantes?

Porque se tinham estudado sítios para localizar centrais e depois de sermos corridos de Viana do Castelo, de Aveiro, da Figueira da Foz, da Praia de Mira. As populações estavam sempre contra! Encontrar um sítio que mudou da costa para o interior, obrigou a fazer torres de refrigeração. Eram caras, nós não sabíamos fazê-las. Os espanhóis sabiam-no, ou os que vinham do nuclear. As centrais da costa eram a nossa experiência. Quanto muito tínhamos feito o Carregado que era no rio, mas com bastante caudal, e não precisava de estrutura de refrigeração tão pesada.

Colocar uma central a carvão em Abrantes acabou por ser simples. Custava tão caro ir buscar a água do mar a 200 metros depois da rebentação, como construir a torre de refrigeração. Transportar o carvão de Sines para Abrantes era mais barato do que levá-lo de barça para a Figueira da Foz. Era só fazer um caminho-de-ferro. Havia uma depressão social devido ao encerramento do Metalúrgica do Tramagal e formámos as pessoas para elas virem trabalhar connosco. Não havia enfermaria, nós pagámos a um hospital, não tinha bairro para os operários – eram 300 pessoas na central – comprámos uns blocos de apartamentos em Abrantes, não tinha corpo de bombeiros próprio, nós pagámos as viaturas aos bombeiros locais. Não precisámos de sítio para colocar as cinzas, porque estudámos a forma de as colocar no betão. Tudo o que foi feito naquela central, tanto a localização como o projeto concetual, foram coisas interessantes. A equipa era muito boa. O diretor-geral foi o engº Lucena Ferreira. Comigo estava uma pessoa de grande gabarito, o engº Alberto Jarro, que também vinha do nuclear, e tinha passado pela CNE, um economista, o dr. Manuel Martins. A localização era comigo, a escolha do sítio foi feita no meu gabinete.

Mais tarde a Valorsul, no rio Tejo, foi também feita sem nenhum alvoroço social, mas com verdade. Discutimos com as entidades locais, explicando, explicando e explicando! Para que haja um procedimento democrático é preciso explicar. Nos tempos da *outra senhora* não era difícil localizar, nem as barragens, nem as centrais. Mandava-se a Guarda Republicana resolver o assunto. Nos anos 70, a EDP, ainda pensava que era capaz de resolver as coisas, sem explicar, dizendo, nós somos bons, fazemos bem!

Foram envolvimento interessantes. Do ponto de vista de gestão, o facto de ter sido presidente dos Correios foi um privilégio.

O seu trajeto profissional tem sido um dilema entre engenharia e gestão?

Eu estou convencido que a gestão é uma atividade nobre. É a mais importante. Mas se as bases para a gestão, vierem da engenharia, não acontece nada de mal, antes pelo contrário. Dá uma capacidade de sentir as coisas no seu contexto e na sua textura, de forma muito mais real,

mais adaptada, mais correta, do que vindo da economia, onde não há diferenças entre as características dos materiais. Andar a estudar as pontes, para saber se passavam as peças para chegar ao Pego, é duvidoso que um economista tivesse grande sensibilidade para isso! Fizemos uma ponte sobre o Tejo para passar o carvão e, ao mesmo tempo, uma rodoviária ligada à ferroviária. A região ficou com uma ponte para além da do caminho-de-ferro.

Nos anos 50, o nuclear foi uma oportunidade para jovens engenheiros?

Foi. As escolas de formação existentes nessa altura eram: o INII – Instituto Nacional de Investigação Industrial – onde se aprendia produtividade, que era dirigido por Magalhães Ramalho; o Secretariado Técnico da Presidência do Conselho de Ministros, por onde passaram os grandes economistas; e a Junta de Energia Nuclear, que foi uma boa escola. Talvez o Secretariado Técnico tenha sido a mais alargada, mas na Junta de Energia Nuclear passou gente com muita valia no domínio técnico-científico. O nuclear depois acabou, por motivos de aceitabilidade social. Há um pecado original no nuclear, que foi o lançamento das bombas atómicas. Tem-se a ideia que o nuclear se desenvolve para fazer bombas. Chamar depois *Atoms for Peace* foi uma tentativa de minorar a questão. A dimensão dos empreendimentos era muito grande. Na altura defendia-se *small is beautiful*, o que tinha um pouco a ver com a discussão nuclear. E as pessoas foram a pouco e pouco afastando-se.

Ainda sobre a aceitabilidade social gostava de referir uma situação vivida, quando tive oportunidade de discutir a central de Abrantes na Comissão Europeia. Não metemos dessulfurizadores na central. Custavam quatro ou cinco milhões de contos daquela altura. O que acontecia, em Portugal, era que com a não-industrialização, não poluíamos. Não por preocupação ambiental. Mas porque não produzíamos. Na altura as chuvas ácidas era um assunto sensível, pois receava-se que podiam devastar as florestas europeias. O enxofre, o SO₂ eram vistos como sendo fim da humanidade. Hoje algumas pessoas começam a pensar que talvez se tenha dado força demais ao efeito de estufa do CO₂. A úni-

ca coisa importante era o SO₂ e vá lá também os óxidos de azoto (NOX).

Para os ambientalistas era fácil bater nas empresas elétricas, porque eram grandes, tinham muito dinheiro e eram muito localizadas. Meter-se com a indústria automóvel por causa dos óxidos mistos de nitrogénio e de azoto não valia a pena, seria uma guerra perdida. Pode ser que não venha a ser, mas será muito lenta a batalha.

Portanto, o enxofre é que era importante. E apareceu uma diretiva das grandes instalações de combustão da Europa – estamos em 86, antes da entrada de Portugal na CEE –, em que nós éramos obrigados a meter dessulfurizadores. Era onerosos e importados. Pareceu-nos que não se justificava. De acordo com um conceito que mais tarde veio a ser introduzido – e eu supo-nho que a ideia foi lançada por João Gonçalves, um das pessoas que trabalhavam connosco – de cada país poluir na base da sua capitação. Nós estávamos muito abaixo de todos os poluidores. Já não falo da Europa de Leste, nem das Alemanhas. Todos os sítios onde se produzia eletricidade com carvão desde a Dinamarca ao Reino Unido, da Espanha, a Itália. Iam-nos obrigar a meter uma coisa que custava mais 4 milhões de contos e que tínhamos de importar na totalidade. Na altura preocupávamo-nos que as coisas fossem feitas cá.

E foi preciso ir discutir à Comissão Europeia. Nos primeiros contactos, o pessoal europeu do ambiente – em grande parte inglês – era constituído por antigos nuclearistas. Eles não se dispunham a preocupar-se com Portugal, que ainda nem sequer era membro da Comunidade Europeia. Insistimos muito com a nossa argumentação técnica junto da Comissão Europeia para que se criasse uma exceção. Fez-se o Pego sem os dessulfurizadores. No ano passado foram instalados. Foi aí que eu verifiquei que nas instâncias europeias, quase todos os ambientalistas vinham do nuclear. Portanto perguntar-me para onde foram parar os nuclearistas? Olhe, uma parte para o ambiente. A formação não se perdeu toda e os conceitos de risco tinham sido todos desenvolvidos com o licenciamento das centrais nucleares.

O hídrico é muito criticado, no presente. Temos de voltar ao nuclear?

Não. As centrais nucleares, hoje em dia, são muito grandes para caber na nossa rede. Arranjar um sítio para meter uma central nuclear em Portugal, desde que no Ferrel foi inventada uma falha – julgo que não estava ativa – deixou-se de ter um lugar. Não cabe na rede. Não cabe no território, é grande demais. Não temos quem saiba fiscalizar uma central nuclear, quem saiba como funciona – como já lhe referi serei o mais jovem especialista de combustíveis nucleares. Passámos anos a formar gente para fazer uma central que era a que eventualmente caberia na rede. Acho que era uma tontice. Aliás, na Europa não se construiu mais nenhuma central nuclear. As que se estão a fazer é no Extremo Oriente. A não ser a da Finlândia, oferecida pelos franceses, que está a custar mais do que era previsto e vai com um enorme atraso. Portanto, o nuclear já, não!

Em Espanha não está a ser construída uma em Badajoz?

Não, não. A Espanha tem várias centrais e aceitou agora, o prolongamento para 40 ou 45 anos do tempo de vida da central de Vendellós, ao pé de Barcelona. Tem-se vindo a estender a idade de funcionamento das centrais que existem na Europa. Os ingleses dizem que fazem, mas não sei se sim ou não. Berlusconi associou-se aos franceses para construir uma série de centrais nucleares em Itália, mas, por enquanto, não passa das palavras. Os americanos nunca mais fizeram. O único sítio onde se constroem, neste momento, é na Coreia e na China.

Quanto às hídricas: Não há obra de engenharia que não tenha impacto sobre o meio ambiente e as pessoas. Ou são bem feitas, ou não o são. Se bem feitas, podem-se tomar medidas para mitigar os inconvenientes que essas obras têm. Mal feitas, são uma desgraça.

Talvez as pessoas não se lembrem que o Chat-el-Arab, que é um deserto no Iraque, aqui há uns séculos era a zona mais importante do ponto de vista agrícola na Mesopotâmia. Tantos canais abriram que tudo secaram. Há obras de engenharia, nomeadamente hidráulicas, que a muito longo prazo provocam modificações tremendas. Quando estamos a falar em barragens

relativamente pequenas – que é o nosso caso – em que são tidos muitos cuidados ambientais, elas são úteis. Veja-se a consolidação de um programa de barragens, como na altura foi feito no Cávado e no Zêzere. Hoje em dia são sítios aprazíveis, porque estruturados do ponto de vista ambiental. O grande problema foi a inundação da aldeia de Vilarinho das Furnas.

No Alqueva já se arranjou outra solução?

Sim. Foi mais agradável e tomaram-se todas as medidas. Nesse aspeto, a EDP tem muito cuidado, como já sucedia com a velha CPE, até porque era uma empresa quase estatal. Há a preocupação de contratar ecologistas, paisagistas e outros profissionais deste domínio. São sítios onde o impacto é demasiadamente grande. Noutros rios, acabaram os ressaltos de água que havia, mas nem foi a EDP que o fez, mas as mini-hídricas. A natureza era mais bonita quando havia água a saltar. Mas se for a uma das centrais são sítios aprazíveis e não creio que se tenha modificado muito. Todas as obras têm um impacto desagradável: Umas mais, outras menos. Haverá impacto mais forte que o do prédio Coutinho, em Viana do Castelo? Ou ir a São Martinho do Porto e ver aquela frente urbana que tapa tudo?

Ou Albufeira, Portimão ...!

Tantos. Os programas *Polis* – para voltar quase ao princípio da conversa – permitiram resolver algumas coisas, mas eu acho que o empreendedorismo no setor da construção civil é bastante mais predador que o das grandes obras de engenharia. Em todo o caso, há uma coisa essencial: as grandes obras de engenharia têm que ser explicadas, têm que ser aceitáveis para as populações, porque elas são para elas. Por isso, eu gostei tanto das duas localizações em que trabalhei. A Valorsul tem uma central de informação. Todos os parâmetros da Valorsul, desta incineradora de Lisboa, estão numa sala da junta de freguesia para que as pessoas verifiquem, se tudo está em condições.

Porque aceitou o desafio dos Correios?

A vida profissional vai acontecendo. Quando saí de secretário de estado, desafiaram-me para várias coisas, porque o governo do eng^o António Guterres suscitou muitas esperanças.

Apareceram-me os correios. As coisas correram primorosamente, embora cansativas, e ao fim de uns três anos decidi regressar à EDP. Disseram-me que não, acabei por ficar presidente. Fez-se a mudança tecnológica, desde a frota até à informatização das estações.

Os Correios hoje são uma casa tecnologicamente muito evoluída. Foi-lhes atribuída uma medalha pelo dr. Jorge Sampaio. A equipa era boa. Quando se fez a divisão entre os Correios e as Telecomunicações ficou muita gente que *gostava da camisola* e que era tecnologicamente bem formada, o que permitiu dar o salto.

Os CTT eram muito mais evoluídos do que os Telefones de Lisboa e Porto. Os Telefones de Lisboa e Porto, que eram ingleses, cada vez que faziam alguma coisa, mandavam um fax para Inglaterra a perguntar como fazer. Os Correios desenvolveram um centro de investigação para fazer estações de telecomunicações rurais e outras coisas, em Aveiro.

É a semente da Universidade de Aveiro

Quando da separação, houve quem fizesse má escolha, porque nas Telecomunicações passaram a ganhar muito mais. Mas nos Correios ficaram pessoas que gostavam do que faziam. E havia gente com formação. A leitura informática dos endereços e a separação das cartas foi preparada e feita por técnicos da casa. Os Correios sempre estiveram na ponta do progresso. Não havia correios melhores que os nossos em todo o mundo. Nem os americanos. Os Correios dão dinheiro. E passaram a dar mais dinheiro quando a dr^a Ferreira Leite, resolveu diminuir o déficit do Estado e pegou no Fundo de Pensões e meteu na Caixa Geral de Aposentações. Eu nunca tive essa sorte porque deixámos de contribuir para o Fundo de Pensões que ainda existia e estava subfinanciado. Quando foi a partição, para privatizar as Telecomunicações, grande parte do dinheiro da privatização foi para o fundo de pensões, mas só da PT.

Como vê o papel do engenheiro antes, agora e no futuro?

Vejo a engenharia como uma profissão de banda larga. Dá-nos ferramentas de formação, uma noção das dimensões e das aplicações. O engenheiro deve ter uma boa componente de

economia e de gestão. As pessoas devem começar pelo particular e depois irem alargando as competências. Antigamente poucos conseguiam chegar a um curso universitário. Os que iam para engenharia, como o curso tinha seis anos, acabavam por ser uma elite, o que passou por um homem chamado Duarte Pacheco. Hoje em dia já não há engenheiros com tanta visibilidade. Esta passou para os gestores. De uma maneira geral, passaram por escolas de economia que eram menos prestigiadas que a nossa. Os cá da casa, filho e genro, fizeram engenharia, depois foram adquirir complementos de gestão e agora andam nas eólicas, nas soluções industriais e afins.

A ordem criou a partir de certa altura especializações. É uma coisa má, corporativa, em que meia dúzia de pessoas se julgam as únicas capazes de assinar projetos. Vale mais a pena ter uma visão alargada, as coisas já não são de exclusividades.

Podemos encontrar pessoas que ascendem a determinados lugares ou tarefas, vindas de origens diferentes. Se elas tiverem passado por uma boa escola de engenharia, é natural que estejam mais habilitadas para certos campos. Um homem que ia para telecomunicações tinha vantagem em passar por engenharia eletrotécnica ou de computadores. As escolas de engenharia são sítios que permitem às pessoas resolver problemas específicos: normalização, fiscalização, remodelação, os engenheiros podem fazer trabalho nesse campo. Mas não tenho respostas definitivas sobre estas questões.

Qual o professor que mais o terá marcado?

Barbosa Romero. Do ponto de vista da formação para a gestão e para os problemas do mundo, Gouvêa Portela. E do ponto de vista de formação cultural e moral, o dr. António dos Reis Rodrigues.



(...) Quando veio a bolsa do doutoramento, a pátria chamou-me para a ir defender na Guiné e quando voltei já tinha duas filhas. (...)

Em Bissau durante o serviço militar prestado no BENG 447, abril de 1971.

Fotografia cedida pelo próprio.



A maior parte da malta que não era adepta da música pop era a malta da associação, porque achávamos que era mal definida, confusa, protestavam, mas não sabiam bem contra o quê (A. Redol, p. 518).

O que me marcou mais foi o contacto, a cultura, a música. Tínhamos sessões com o Luís Almeida Alves, diretor do Técnico. Era a altura da Joan Baez e do Bob Dylan. Era o início da vida. (E. Rosa, p. 857).

Anfiteatro no pavilhão central, em 2011: marcas de rock industrial.

Foto: Tatiana Soares

Do ponto de vista técnico, foi a fase mais interessante da minha vida. A seguir os programas nucleares pararam.

24 de setembro de 2010

Entrevista a
António Cavaco

Grelha e aplicação Jorge Freitas Branco

Porque estudou engenharia?

Lembro-me do meu pai, era eu miúdo, a trabalhar em engenharia. Ele teve uma vida movimentada. Fazia sondagens de geologia, percorremos o país de lés a lés, atrás dele. Depois fomos para África, para o Katanga, no Congo Belga, uma região mineira, por excelência, portanto com muita engenharia. Desde criança fiquei imerso naquele meio tecnológico. O meu pai falava muito comigo, falava com uma lógica técnica e científica, enquanto a minha mãe, que me ensinou a ler, abria-me a outros horizontes. Ele tentava explicar-me, por exemplo, a teoria da evolução. Comecei a falar com ele da teoria da evolução aos 8 ou 9 anos. Tive uma grande paixão por fósseis, porque quando, ainda pequeno, o meu pai pôs-me a procurá-los. E essas coisas marcam o espírito e, mais tarde, a pessoa vai para as ciências. Muito mais tarde, vim para Portugal, fui parar ao Técnico. Gostei muito de estar no Técnico.

Lembra-se quando chegou ao Técnico? Chegou, vindo de África?

Sim, vindo de África ... Mas não diretamente. Antes, estive dois anos a estudar na Bélgica.

Foi uma grande mudança?

Foi. Estava habituado a viver em democracia. Em Portugal, o que mais me impressionou foi não haver democracia. Eu ia fazer 19 anos. Ver coisas, como a PIDE, a falta de liberdade de expressão, o grande dinamismo das associações de estudantes, em 62, logo a seguir à crise estudantil, para quem chegava de fora como eu, essas coisas marcam.

Tinha ainda poucas relações em Portugal?

Não. Os meus pais tinham cá mantido contactos com os amigos e com a família. Mas foram as re-



(...) Desde criança fiquei imerso naquele meio tecnológico. (...)

Foto cedida pelo entrevistado

lações criadas no Técnico e noutras faculdades, no meio académico, que foram determinantes.

E gostou das matérias que se ensinavam no Técnico?

Não me pergunte se eu gostei do prof. Ilharco ...! Era professor de química. Como pessoa, era muito simpático, mas o seu método de ensino parecia-me uma coisa surrealista. Gostei muito de matemáticas gerais. Vindo de onde vinha, achei a matemática muito bem dada. Física, talvez menos.

Que especialidade escolheu na engenharia?

Eletrotécnica. Mais tarde, já com o curso do Técnico tirado, tive uma bolsa e fui estudar engenharia nuclear em França. Não fui o único.

Nessa altura, o curso geral era de dois ou três anos?

Três anos.

Depois vinha a especialidade. Lembra-se das oficinas?

Já não me lembrava! Mas já que fala nisso, lembro-me de uma coisa também surrealista, que era salvo erro no 5º ano – havia oficinas I e oficinas II. Tínhamos que bobinar o estator de um motor elétrico, não havia dinheiro para bobinar em cobre, bobinávamos com fio de arame. Nunca o ligámos à eletricidade... Na memória, resta-me este episódio.

Tinha muitas colegas?

Só tinha uma ou duas colegas. Em química é que havia muitas.

Que nos pode dizer do estágio?

Fiz um dos estágios na EDP em Sacavém. Que era na altura a CNE.

Que tinham eles em Sacavém?

Um laboratório e uma subestação.

Não tem nada a ver com o nuclear?

Não. Naquela altura não estava no nuclear. Entrei no nuclear em 1969. E fiz o curso de engenharia nuclear em 71–72, em Saclay, em França. Portanto, fiz o estágio em Sacavém, em medidas elétricas. Fiz outro na Holanda, através da AE do IST. Eles arranjavam estágios no estrangeiro.

Estive numa grande companhia de eletricidade, em IJsselmeer, numa cidadezinha, Zwolle. Foi um estágio de dois meses. O estagiário era integrado numa equipa de manutenção, começando por fazer trabalhos de intervenção ao nível de técnico eletricista. Tínhamos um tutor. Primeiro, foi na manutenção, depois nas subestações, seguiu-se a central térmica. Com mais um colega eletricista fizemos a revisão dos circuitos elétricos duma das turbinas. Entreguei como relatório de terceiro estágio um trabalho que tinha feito em Saclay, que foi aceite.

Fez um terceiro estágio em Saclay?

Entreguei como terceiro estágio uma parte adicional do meu curso em Saclay.

E o estágio em Saclay também foi através da AE?

Não. Foi através da Junta de Energia Nuclear. Fazia parte do curso de engenharia nuclear. Nós tínhamos a parte escolar, a de projeto e o estágio.

Quanto tempo?

Um ano. Um ano escolar prolongado. Era o curso que faziam os engenheiros da *Electricité de France*, que iam trabalhar nas centrais nucleares.

Então já estava ligado à Junta de Energia Nuclear?

Sim. Quando fui para Saclay já estava na Junta de Energia Nuclear.

Foi nesse âmbito que fez a especialização?

Estava na direção geral dos Combustíveis e dos Reatores Nucleares Industriais (CRNI).

Quando estudante, a vida não era só estudo. Que faziam mais?

Várias coisas.

Estava num país de ditadura. Vinha de um sistema democrático ocidental.

A minha primeira reação foi de espanto. Não tive atividade política naquela fase de intervenção militante das associações. Mas tive sempre contactos com a associação. Fui sócio, participei em muitas atividades. Sou católico. Tenho uma opinião da religião que me levou a uma intervenção no sentido de *Justiça e Paz*. Também

estive ligado à Juventude Universitária Católica. Fui responsável pela JUC no Técnico, depois fui responsável ao nível diocesano e acabei na direção nacional.

Foram anos muito ricos, porque de conhecimento e vivência de grandes problemas. A minha intervenção extra-escolar andou à volta desse circuito, tentando considerar o mundo de intervenção política, como um mundo de procura de sentido e de intervenção cristã.

Nesse aspeto, as dramáticas inundações de novembro de 67 constituíram um acontecimento em que os estudantes tiveram uma ação forte na ajuda às populações, que foi muito minimizada na altura. É um dos pontos de partida dessa intervenção foi o Técnico. Lembro-me muito bem de, cerca do meio-dia do primeiro dia da mobilização estudantil, ter reunido, enquanto direção da JUC do IST, com a direção da AEIST e concordarmos numa ação conjunta, para unir esforços de maneira eficaz face à gravidade da situação de milhares de pessoas e alargar essa colaboração às outras faculdades.

Desse modo, a academia de Lisboa abriu-se à sociedade. Marcou-nos muito. Foram dias intensos. Recolher e distribuir roupas e géneros alimentícios, limpar a lama das casas, desentulhar as ruas, esclarecer as pessoas acerca das medidas higiénicas a tomar, fazer vacinações e distribuir medicamentos, arranjar ferramentas e meios de transporte para chegar às vítimas da catástrofe, planificar a intervenção dos grupos estudantis, foi uma tarefa imensa. Também houve quem não gostasse e ficasse muito agastado. Para a coordenação da ajuda à população, instituiu-se uma comissão central coordenadora, que funcionou na AEIST, com elementos indicados pelas AE e pela JUC – a pedido das AE. Fui um dos elementos indicados pela JUC. O outro foi o João Duarte Cunha, meu colega de curso. Havia grupos por faculdades que depois se encarregavam de desmultiplicar o auxílio.

No IST, o António Redol e o João Duarte Cunha faziam a ligação entre a comissão coordenadora e a atividade desenvolvida pelos estudantes do IST. Trabalhávamos para arranjar meios e ajudar a população. As várias faculdades eram bastante autónomas, e fazia-se um esforço para coordenar operacionalmente a situação no

terreno. Também se realizaram várias RIA em Económicas para seguir essa atividade, com a participação da JUC. Primeiro a título individual de sócios das associações e depois como entidade específica. Foi uma coisa curiosa, na medida em que a JUC não era uma associação de estudantes duma faculdade. E até houve um comunicado conjunto das AE e da JUC de Lisboa.

Interessante.

Sabe, há uma geração anterior de católicos que conseguiu explicar a sua intervenção na sociedade. A nossa geração não explicou muito, não teve essa preocupação.

Nesses dias, o jornal da JUC nacional, o *Encontro*, tentou publicar um texto relativamente neutro de informação, sobre o que se tinha passado, pondo em relevo a dimensão da catástrofe e a intervenção dos estudantes. A impressão do *Encontro* nas Oficinas de São José foi suspensa pela censura do regime e o texto censurado. A partir de então, o jornal passou a ir à censura. A maneira de pôr cá fora o texto previsto foi a direção nacional da JUC editar um *Caderno de Reflexão*, em fevereiro 1968.

Um amigo meu mais novo, que estava no liceu confirmou-me que ele e os colegas despertaram para a realidade da população com esta ação da universidade a favor das vítimas destas inundações catastróficas.

Lembro-me de ver as linhas férreas torcidas. Eu estava em Santarém numa escola nessa altura.

É a sensação de ter feito o que devia. Mas houve quem tenha feito muito mais que eu, sem comparação! Marcou-me para o resto da vida. Ainda hoje quando falo disto, fico comovido. Fazer o trabalho no meio daquele drama e tentar ligar pessoas e recursos na azáfama dos grupos estudantis, conseguindo-se uma resultante positiva, foi uma oportunidade rara na vida.

Em que ano se licenciou?

Em 68.

Depois foi para a Junta de Energia Nuclear?

Sim. Fui para a direção geral de Combustíveis e Reatores Nucleares Industriais, chamada CRNI, na avenida da República, em Lisboa,

CADERNO
DE
REFLEXÃO

N.º 1

EDITADO
PELAS DIRECCÕES GERAIS
DA J. U. C.

Fevereiro 1968

SUMÁRIO:

- Introdução
- **Inundações — Passado ou Presente?**
- O Desenrolar da acção estudantil
- Sobre a experiência das brigadas...
- Medidas que se tomaram
- Para uma visão global do problema
- Um apelo aos cristãos
- E agora?
- **Aspectos físicos das Inundações**
entrevista com Gonçalo R. Telles (eng.º e arq.º
paisagista)
- **As cheias e o problema da habitação**
entrevista com Nuno Portas (Arquitecto)

Ao iniciar a publicação dos seus «*Cadernos de Reflexão*» as direcções gerais da J.U.C. e J.U.C.F. pretendem apenas ajudar ao desenvolvimento da reflexão sobre temas que preocupam os universitários. Se, neste momento, muitos deles poderiam ser escolhidos — nomeadamente, o modo como tem decorrido o diálogo entre os universitários — pareceu-nos que o primeiro «*Caderno*» devia abordar as implicações da actuação dos estudantes face às inundações de Novembro e suas consequências.

Porquê este tema? Porque, para lá da importância de que se revestiu, abrangeu todas as pessoas que frequentam a universidade: ou porque estiveram nos locais, ou porque falaram com os que lá estiveram ou de qualquer forma se sentiram preocupados e solidários com as vítimas. E, para além do mais, porque a instituição universitária não pode alhear-se dos problemas e acontecimentos ocorridos na sociedade para que vive e que deve servir.

Porquê publicá-lo agora? Porque desapareceram já os aspectos emocionais, naturais na altura dos acontecimentos, havendo agora possibilidade de meditar seriamente e com alguma profundidade nas implicações futuras de tais acontecimentos na vida individual e comunitária, até porque, passados já três meses sobre os factos, muitos problemas continuam de pé. Para isso, em oportuna «*revisão de vida*» se tenta uma breve reflexão sobre a actuação estudantil, se esboça uma investigação das causas do sucedido e se propõem algumas pistas de actuação futuras.

Mas porque razão as direcções gerais da J.U.C. vêm propor aos estudantes esta reflexão e porque motivo apresentam um documento que não pretende, de modo algum, focar todo o problema nem ser indiscutível, mas apenas vir preencher um humilde lugar?

É que tendo a J.U.C., através dos seus membros, trabalhado nas brigadas que se dirigiram aos diversos locais atingidos e ajudado a coordenar tènicamente a recepção e distribuição de auxílio material e o trabalho das várias zonas,

julgamos ser agora o momento oportuno para, por nossa vez, reflectir e tirar — dentro da nossa missão apostólica na Universidade — conclusões dessa actuação e do que vimos e estudámos.

Em primeiro lugar, pela *investigação da verdade* — dever primordial de todo o cristão ou homem de boa vontade; para isso, para além dos testemunhos de estudantes que trabalharam em vários locais atingidos e na comissão de coordenação, (dois dos quais são co-redactores da primeira parte), reunimos quase todos os documentos, oficiais ou não, publicados sobre o assunto no nosso País; consultámos alguns estudos e revistas em que, antes dos acontecimentos, a problemática da região atingida era analisada; ouvimos finalmente dois especialistas, um dos quais professor universitário, cujos testemunhos publicamos neste «*Caderno*», sob a forma de entrevistas.

Em segundo lugar, recordando qual *a missão que de um modo especial cabe a todo o universitário*: porque é mais qualificado deve servir aqueles que o não são, estando atento a todos os acontecimentos que os afectem. Cumpriria aqui recordar aquilo que se tem dito sobre a responsabilidade social do universitário... Ora, até pela serenidade com que são escritos, parece-nos que os documentos que constituem este «*Caderno*» podem ajudar, pela superação do egoísmo esterilizador, à «*conversão*» de cada um ao serviço dos outros. E, além disso, podem contribuir para o *diálogo entre os universitários*, no respeito pelos modos de actuação concreta de cada um, na *procura da Verdade e da Justiça*.

Finalmente, foi esta procura a razão decisiva que levou as direcções gerais da J.U.C. a serem elas próprias a publicar este trabalho, assumindo o apelo que o Concílio lançava no Decreto sobre o Apostolado dos Leigos (n.º 14): «*Os católicos sintam-se obrigados a promover o bem comum na dedicação à sua pátria e no fiel cumprimento dos deveres cívicos, e façam valer o peso da sua opinião de modo a que o poder civil se exerça com Justiça e as leis correspondam aos preceitos morais e ao bem comum*».

Inundações — Passado ou Presente?

A trágica ocorrência que se verificou na área de Lisboa na noite de 25 para 26 de Novembro, com o meio milhar de vítimas que causou e a situação difícil em que deixou milhares de famílias, não pode deixar de ser para todos nós um motivo de preocupação. É um facto que os estudantes provaram já a sua solidariedade para com as populações atingidas pelas inundações, através das brigadas de apoio que formaram, durante cerca de 15 dias, organizados nas Universidades pelas AAEE e pela JUC, nos Liceus pelos CCAJ (Centro de Coordenação da Acção Juvenil de auxílio aos sinistrados). Mas se não pudemos então limitar-nos a aceitar passivamente os acontecimentos, também não podemos agora limitar-nos à contemplação do que se fez: é preciso continuar o processo de reflexão então esboçado, na tentativa de investigar as causas e consequências do acontecimento, compreender as motivações que levaram os estudantes a agir, enumerar e apreciar as principais medidas tomadas e procurar, com uma consciência que dinamicamente se aprofunde, linhas de força para a actuação futura.

O DESENVOLVER DA ACÇÃO ESTUDANTIL

- ao estado de choque e às motivações pessoais...

Apesar de há muito se saber que na cintura de Lisboa se localizam algumas zonas de precárias condições de vida, a notícia inesperada do desastre provocou nas pessoas um natural estado de choque — que aumentava à medida que se via com apreensão subir o número de vítimas e alargar-se a amplitude das consequências.

Movidos pela solidariedade para com as vítimas, pela intuição da urgência dos socorros, uns poucos por simples curiosidade, os estudantes queriam agir «in loco» e prestar auxílio onde ele fosse mais preciso, para além das subscrições e donativos que por toda a parte começavam a surgir.

- ...conjugou-se o alertar das estruturas...

Um primeiro ponto que interessa sublinhar, ao ver como actuaram e porque actuaram as Associações de Estudantes e a JUC, ou seja, as estruturas que mobilizaram os estudantes, é a **simultaneidade** e **rapidez** com que apareceram campanhas de auxílio por elas promovidas nas diversas Faculdades.

A gravidade da situação em que se encontravam milhares de pessoas, impondo uma acção ampla e eficaz, levou a que se unissem todos os esforços na realização duma campanha comum.

No seu único comunicado conjunto de 29 de Novembro, as Associações de Estudantes e a JUC de Lisboa esclareceram os moldes do seu trabalho e da sua colaboração, quando dizem: «de entre elas se optou em definitivo pela colaboração da JUC na dinamização do trabalho de propaganda e mobilização dos estudantes sendo as comissões executivas formadas sobretudo em atenção a critérios de utilidade e eficiência. Nele se afirma:

«Consideramos que a **Universidade é uma instituição que se não deve fechar sobre si própria**, mas, muito diversamente, se deve abrir a uma compreensão autêntica e a uma participação activa na problemática social do país. Circunstâncias várias têm demonstrado, ao longo dos anos passados como no presente, que as estruturas universitárias não se revelam adequadas ao cumprimento tituiu uma Comissão Central Coordenadora, com elemen-

mos — quer as AAEE quer a JUC — têm procurado alertar a consciência dos estudantes para a importância de tal facto.

«Nessa conformidade julgam que o movimento de solidariedade e auxílio efectivo à população sinistrada se integra perfeitamente dentro da perspectiva enunciada e por nós defendida».

- ...que levou à mobilização dos estudantes.

Na imediata execução do plano concebido se constituiu uma Comissão Central Coordenadora, com elementos indicados pelas AAEE e pela JUC. Fizeram-se prospecções prévias, acompanhou-se o trabalho de inquéritos vários e procurou-se contactar ao máximo com as populações. Limpar a lama das casas, desentulhar as ruas, esclarecer as pessoas acerca das medidas higiénicas a tomar, fazer vacinações, foi tarefa imensa — e os números falarão por si:

Número de estudantes universitários mobilizados nos diversos dias:

- 28/11/67:
15 brigadas móveis de prospecção, com cerca de 60 estudantes.
- 29/11/67:
Cerca de 400 estudantes
- 30/11/67:
Cerca de 450 estudantes
- 1/12/67:
Cerca de 1 000 estudantes
- 2/12/67:
Cerca de 400 estudantes

Nestes números, tirados por defeito, não estão incluídos cerca de 300 estudantes de Medicina, por informações da Comissão Coordenadora.

Salientamos, por particularmente importante, o trabalho dos estudantes de Medicina:

- « — vacinação, em massa, contra a febre tifóide;
- instalação de postos clínicos, para consultas e tratamentos de urgência e encaminhamento para os bancos de casos mais graves (...);
- informações de sanitários às populações, separação das populações em maior risco de contraírem febre tifóide;
- inquérito profilático às populações, ideia que também teve a aprovação da Direcção Geral de Saúde;
- velas nocturnas para casos urgentes;
- organizações de creches com os devidos cuidados médicos e de puericultura, principalmente a cargo das nossas colegas, para possibilitarem aos pais o trabalho, nesta ocasião em que mais se fazem sentir as suas dificuldades económicas». (idem)

Estudantes liceais:

- participação média diária de 400 estudantes
- máxima diária 1 000, mínima 100 (circular n.º 3 do CCAJ).

O montante dos donativos obtidos por universitários (em dinheiro e Serviços) atingiu 40 694\$00 até 2-12-67,

tendo na sua obtenção participado estudantes da Academia de Coimbra Quanto aos estudantes liceais, durante os quinze dias de actividade da CCAJ, as contas dos serviços atingiram 15 720\$60 e as dos donativos 138 245\$00. Estes dados são por defeito, pois, não falando dos géneros e vestuário oferecidos, é incalculável, por exemplo, a quantia de gasolina gasta pelos automóveis conduzidos por muitos universitários, na prospecção e no transporte de brigadas de campo e de apoio.

No contacto directo ao longo das muitas horas de trabalho gerava-se em duas ou três zonas uma certa perplexidade perante as reacções de parte da população, que, naturalmente traumatizada, nem sempre colaborou com as brigadas de auxílio — pensemos, no entanto, que para a maioria essa atitude se justifica pela falta de uma educação de base que desenvolva valores como a cooperação e o espírito de iniciativa.

SOBRE A EXPERIENCIA DAS BRIGADAS

• disse a imprensa diária

28-11-67

«O exemplo dos universitários.

«Neste momento, a JUC e as Associações de todas as escolas e Faculdades estão a organizar-se, de acordo com os reitores e directores. Esta manhã, houve no Técnico uma reunião magna de estudantes. Estão já a constituir-se comissões em todas as escolas, na Universidade Técnica e nas Faculdades.

Os estudantes de Lisboa, também espontaneamente, aproveitando as estruturas existentes, estão a aproveitá-las e a adaptá-las, com um espírito realista e sem preconceitos de qualquer ordem, para agir a favor das vítimas da catástrofe.

O mesmo se poderia fazer e se deverá fazer a todos os níveis e com igual espírito realista e eclético». («Diário de Lisboa», numa edição para as localidades do Norte e do Sul do País — que portanto não foi distribuída em Lisboa).

30-11-67

«No âmbito universitário, o M.E.N. providenciou para que a coordenação de acordo moral e material de conforto e ajuda às pessoas atingidas pela catástrofe das inundações seja realizada através dos Serviços Sociais da Universidade de Lisboa, do Centro Universitário da Procuradoria dos Estudantes Ultramarinos e dos Serviços Médico-Sociais da capital.

(«Diário de Notícias» e «Século»).

«Estudantes colaboram em todas as tarefas de socorro» («Diário de Lisboa», referindo-se às primeiras brigadas, mas sem falar nas AAEE e na JUC).

2-12-67

«Referência aos 100 estudantes de Medicina que colaboraram na vacinação das populações atingidas pelas cheias, e aos trabalhos efectuados por grupos liceais em Algés. («Diário de Lisboa»).

3-12-67

Novas referências aos estudantes de Medicina. («Diário de Lisboa»).

12-12-67

«Para além de grupos de estudantes que espontaneamente se apresentaram nos diversos locais e cuja actuação tem sido muito útil, a Mocidade Portuguesa e os Serviços Sociais das Universidades têm enviado, a pedido das entidades coordenadoras, brigadas de estudantes.

(do despacho do M.E.N., «A Voz»).

20-12-67

Referência à «magnífica acção desenvolvida pelos estudantes dos Liceus, Escolas Técnicas e das Universidades», «embora já tenham sido alvo de louvor público por parte do M.E.N.».

(relatório do M. Nacional Feminino, «Diário de Lisboa»).

Embora não tenhamos porventura esgotado o que os jornais disseram sobre a acção dos estudantes, queremos salientar, desde já, três factos que nos parecem significativos:

1.º — a ausência total — com excepção da notícia do «Diário de Lisboa» de 28/XI na edição distribuída no Norte — de referências à acção das AAEE e da JUC de Lisboa na mobilização e coordenação dos esforços dos universitários. Esta ausência, certamente provocada pelos condicionalismos que limitam a Imprensa, é uma flagrante injustiça, agravada entretanto, na Universidade, por toda uma campanha de confusão e calúnia empreendida por determinados sectores que se refugiaram no anonimato.

2.º — a atribuição pelo M.E.N. da responsabilidade por uma acção, já iniciada, a outros organismos, responsabilidade essa que de resto não foi ou não pôde ser sequer por eles assumida.

3.º — a ausência, que lamentamos, de uma mobilização do corpo docente, a quem não vimos de facto presente — ao menos de forma organizada — no auxílio às vítimas, não obstante o apoio de muitos reitores e directores durante o decorrer da Campanha e para além do que individualmente cada membro possa ter feito.

• disse a imprensa estudantil

Com o fim de esclarecer os universitários sobre os objectivos da campanha de solidariedade, de os ir informando sobre o trabalho desenvolvido e ainda de chamar a atenção para determinados problemas implicados no acontecimento, as AAEE publicaram três números de «Solidariedade Estudantil».

Entretanto, as AAEE consideraram necessária a convocação de uma conferência de imprensa, para informação de certos aspectos da acção realizada e para chamar a atenção para factos que reputaram de graves e essenciais. Nessa conferência, organizada em 3-12-67 pelas Associações, os seus representantes abordaram problemas resultantes do controle prévio da informação e descreveram o trabalho dos estudantes.

No que respeita aos «Solidariedade Estudantil» que-remos salientar, para além dos objectivos acima referidos, que poderiam em nossa opinião ter levado muito mais fundo a investigação das causas, pois só na medida em que os problemas — com a possível serenidade — se aprofundarem, os estudantes se irão tornando conscientes de uma série de questões que, neste momento, afectam a nossa realidade social.

Quanto à restante imprensa que circula na Universidade há que referir uma reportagem no «Tempo», que procurou dar informações sobre o modo como decorreu o trabalho dos universitários nalguns locais. Citemos ainda os boletins de organismos associativos de algumas escolas e as «Informações Académicas» do Porto, que apolavam inteiramente a campanha de solidariedade, bem como as circulares do CCAJ distribuídas nos Liceus.

MEDIDAS QUE SE TOMARAM

Das medidas oficiais tomadas mais ou menos rapidamente para acudir às populações atingidas, salientamos:

• os inquéritos efectuados para avaliar as necessidades (notas officiosas dos Ministérios do Interior e da Economia, respectivamente de 9-12-1967 e de 10-12-1967).

• a tentativa de centralização da acção assistencial, de emergência e ulterior (Nota do M.I. em 29-11-1967; nota cit. do mesmo Ministério; comunicado do Governo Civil de 16-12-1967).

- as medidas de carácter sanitário, a cargo da Direcção Geral de Saúde (nota oficiosa cit. do M.I.).

- a limpeza e desobstrução de estradas, a cargo da J.A.E. (idem).

- a construção imediata de 200 casas pré-fabricadas, na linha de resolução do vasto problema habitacional, bem como a constituição de uma comissão encarregada do seu estudo (idem).

- o auxílio financeiro aos empresários agrícolas e aos pequenos estabelecimentos comerciais, para reconstituição da actividade económica da zona afectada (nota cit. do M. Econ.).

Reflectindo sobre estas medidas, parece-nos que não foi dada a devida importância a uma descentralização da acção dos voluntários; esta acção, que no entanto surgiu e foi imprescindível (bastará ver o caso da acção estudantil), teria sido muito mais ampla se tivesse havido a necessária capacidade e possibilidade de organização. «Muitos que querem ajudar não encontram presentemente uma maneira fácil de o fazer», afirmava o «Diário de Lisboa» logo em 28 de Novembro; e continuava: «parece que a primeira coisa a fazer seria criar centros de socorro e auxílio — se não à escala de prédio — pelo menos ao nível de freguesia» (tais comissões locais só nalguns casos apareceram, devidas, no geral, à iniciativa de párocos).

Quanto aos inquéritos efectuados, parece-nos que a medida foi lúcida e necessária para uma acção eficaz. Simplesmente é preciso não só investigar mas também resolver. Ora, em nossa opinião, as medidas tomadas podem caracterizar-se, de um modo geral, como uma «acção às consequências». A acção de recuperação é, sem dúvida, necessária, mas mais ainda o será uma acção de reestruturação — referida ao de leve apenas no domínio da agricultura, e mesmo aqui sobretudo porque vastos terrenos atingidos ficaram impossibilitados de receber as mesmas culturas que anteriormente.

Parece-nos, por consequência, que é necessária, se não a curto, pelo menos a longo prazo, uma actuação nas causas, e para tanto é preciso conhecê-las — só nessa medida será possível que o que «reconstruirmos ou fizermos agora de novo seja melhor do que tudo quanto a adversidade destruiu». (Cfr. nota cit. do M. Econ.). Admitindo então que tais causas existem, se são conhecidas pelas entidades oficiais, porque não foram divulgadas? Se não são, porque não foi aberto um inquérito mais profundo que as investigasse e levasse a estudos correlativos em ordem a reformas estruturais? Não seria esta uma oportunidade única de aproveitar as avultadas verbas recebidas (de cuja aplicação detalhada ainda não temos conhecimento) num verdadeiro trabalho de correcção e reestruturação? A menos que, sem que a opinião pública o saiba, se estejam a efectuar tais prospecções.

PARA UMA VISÃO GLOBAL DO PROBLEMA

Visão global implica, como temos visto, uma procura das causas. E se, porque somos pessoas, o nosso objectivo final é buscar o desenvolvimento do Homem na sua comunidade nacional e mundial, temos, como jovens intelectuais, de compreender e fazer compreender os problemas que este objectivo implica.

É necessário, portanto, que a acção ultrapasse o sentimental e que permita, através de investigações científicas e psicológicas, analisar os problemas do nosso contexto nacional.

- de que causas e problemas temos nós consciência?

Procuraremos, nesta perspectiva, apontar em linhas gerais os vários planos de causas que provocaram o desastre — começando pelo seu agente directo (as chuvas e demais factores físicos), passando pelo objecto mais atingido (as habitações das pessoas), até chegar às causas estruturais que o vinham gerando de há muito.

Para nos esclarecermos sobre o carácter excepcional do agente físico e as condições de habitação e urbani-

zação, fomos ouvir a opinião de especialistas, que adiante publicamos sob a forma de entrevistas. Quanto às causas estruturais, queremos apenas esboçar aqui o panorama:

- causas económicas e demográficas

Como adiante afirma o Arquitecto Nuno Portas, por efeito do encarecimento constante dos custos do alojamento na cidade de Lisboa — a que não são estranhas a especulação com os terrenos e a destruição de capital constituída pelas demolições — os indivíduos com menores créditos são forçados a irem habitar nos aglomerados suburbanos, ainda que em boa parte continuem a trabalhar na capital. Desenvolve-se, por consequência, um processo de «segregação» em zonas habitacionais por motivos económicos, acabando as camadas populacionais de menores recursos por se concentrarem predominantemente nas zonas de cintura.

Ora, parece-nos dever ser considerado o baixo nível de vida das populações daquelas regiões como uma das causas da extensão que tomou o sinistro de 25 de Novembro. Em primeiro lugar, porque tal nível explica em parte o tipo de habitação utilizado (nomeadamente as barracas); em segundo lugar porque a quase inexistência, entre a população aí fixada, de pessoas trabalhando no sector terciário, em especial com formação universitária, facilita a falta de vida própria nas várias localidades, reduzidas à condição de «dormitórios» de uma população flutuante. Esta falta de vida local e a baixa tributação de que é passível a população existente, têm consequência a carência de recursos dos Municípios locais. Estes não dispõem de um mínimo de serviços técnicos que se possam ocupar dos vários problemas à escala em que os mesmos devem ser postos. «E as decisões continuam compartimentadas; dependendo de vários Municípios independentes entre si, sem qualquer entidade coordenadora. Tudo isto demandaria (...) a posse de uma estrutura de planeamento físico à escala regional, dotada de meios de acção e intervenção sob os pontos de vista institucional e técnico» (Raul da Silva Pereira, «Habitação e Urbanismo», in *Análise Social*, n.º 14), estrutura essa que deveria ser largamente ajudada pelo poder central na distribuição de verbas e na coordenação da expansão.

Crescimento da população urbana e suburbana de Lisboa

POPULAÇÃO	1950	1960	Crescimento anual médio %
Lisboa (cidade)	790 434	817 326	0,3
Aglomerado suburbano (1)	346 118	534 716	4,5
Total	1 136-552	1 352 042	1,8

FONTES: IX e X Recenseamentos Gerais da População.

Face a esta situação, as perspectivas têm de ser de contínuo agravamento, se tivermos em conta o enorme aumento populacional da região (ver quadro anexo). Como poderiam aqueles Municípios (em especial Loures, Oeiras e Vila Franca) ter custeado as infra-estruturas necessárias (esgotos, arruamentos, suportes de terras, abastecimento de águas) e ainda trabalhar em ordem à integração da população rural existente e à criação de equipamento que permitisse melhorar os circuitos dos produtos básicos de consumo? Ora foi precisamente a falta daquelas estruturas que deu às inundações o carácter de «onda de destruição» (2).

(1) O aglomerado suburbano é constituído pelos concelhos de Cascais, Loures, Oeiras, Sintra, Almada, Barreiro, Moita e Seixal e pelas freguesias de Alhandra, Alverca, Ribatejo, Póvoa de Santa Iria, Montijo e Sarihos Grandes.

(2) Esta afirmação é confirmada pela enorme diferença entre as consequências das inundações no Concelho de Lisboa e nos Concelhos limítrofes, não só no que toca aos aspectos materiais mas também no número de vítimas. É que o Município de Lisboa sempre é bastante mais abastado; pode fazer esgotos e outras coisas necessárias...

E, finalmente, haveria que estudar as causas daquele enorme aumento populacional; talvez se concluisse que lhe não é estranha a progressiva assimetria na distribuição da população e dos núcleos urbanos no espaço metropolitano; no entanto, este estudo, terá, pela sua complexidade, de ser deixado para reflexão posterior. Só queremos salientar a necessidade evidente de pôr em exercício um plano Director da Região de Lisboa e também de lançar a aplicação de planos que orientem a reestruturação necessária a nível nacional, aliás esboçada no III Plano de Fomento, no capítulo referente ao Planeamento Regional.

Mas independentemente de transformar a estrutura demográfica nacional no sentido de concentrar mais ou menos os centros urbanos, o que é fundamental é que tal reestruturação seja acompanhada de medidas que conduzam a uma redistribuição do rendimento nacional em moldes menos discriminatórios.

• deficiências de ordem educacional

Finalmente, por detrás do baixo nível económico e agravando as consequências do afluxo migratório à região, surge a falta de qualificação de grande parte da mão-de-obra aí residente. Em primeiro lugar porque isto impede a ascensão a melhores posições económicas; em segundo lugar, porque, por falta de campanhas de educação de base e deficiências da informação, desconhecem a forma de actuar face às novas condições do meio para que migraram e ignoram os perigos de construir e habitar em certas zonas, bem como os cuidados a ter no campo sanitário (o que aliás constitui grave deficiência em outras regiões do País).

Não queremos deixar de referir ainda a carência de muitos urbanistas, sociólogos, economistas, etc., etc., que estudem, planifiquem e ajudem a realizar a reestruturação da zona atingida (e também de outras zonas), bem como as dificuldades de actuação dos poucos que se encontram disponíveis, devido sobretudo a defeitos da máquina administrativa.

UM APELO AOS CRISTÃOS

Citaremos alguns textos, produto de reflexão de grupos cristãos sobre as cheias, fazendo nossas as suas palavras, bem como as de textos conciliares e pontificios que ajudam a essa mesma reflexão. Caberá a cada um meditar no seu conteúdo, na certeza de que ele quer dirigir-se a todos os que, de boa-vontade, procuram construir a fraternidade entre os homens.

• solidariedade e reino de Deus

«A gravidade da situação representa, por si, uma chamada à solidariedade dos homens, em termos a que ninguém poderá ficar indiferente» (documento da Junta Central da Acção Católica); como afirmou o Senhor Arcebispo de Mitilene na missa de sufrágio em S. Domingos: «Alimenta o que padece fome, porque se não o alimentares, mataste-o» (Gaudium et Spes, 69).

«Todas as manifestações de solidariedade são motivos de esperança e de certeza de que Deus está presente no interior de cada pessoa, e quando o sofrimento alheio se revela com toda a realidade, as pessoas são capazes de se unir e de se sacrificar pelas outras». (documento da LOCF).

• o Reino de Deus é dos pobres...

«O Reino de Deus é dos pobres, dos que choram, dos humildes, dos que têm fome e sede de justiça e por causa dela são perseguidos. Só seremos fiéis ao Evangelho de Cristo se assumirmos plenamente os problemas desses pobres e humildes e trabalharmos para a instauração de uma ordem em que os direitos do homem sejam prioritários». (comunicado da JUC do Porto e doc. cit. da J. Central).

• ...mas o Evangelho não exalta a miséria

«Nos desígnios de Deus, cada homem é chamado a desenvolver-se, porque toda a vida é vocação» (Populorum Progressio, 15).

«Combater a miséria e lutar contra a injustiça é promover, não só o bem-estar, mas também o progresso humano e espiritual de todos e, portanto, o bem comum da Humanidade». (Populorum Progressio, 76).

• urge rever a vida à luz do Evangelho...

«Sem negar o valor de todo o auxílio prestado, afigura-se-nos importante revermos o que representam os outros na nossa vida, o que por eles concretamente fazemos e a forma como respondemos ao convite a uma restauração da nossa sociedade em Verdade, Justiça, Amor e Liberdade». (doc. cit. da J. Central e boletim da JUC de Lisboa).

• ...para construir a unidade e a paz...

«A paz não se reduz a uma ausência de guerra, fruto do equilíbrio sempre precário das forças. Constrói-se dia a dia, na busca de uma ordem querida por Deus, que traz consigo uma justiça mais perfeita entre os homens» (Populorum Progressio, 76).

«Aproveitando a coincidência de ser 1968 o ano dos direitos do Homem, tenhamos presente que uma paz verdadeira só pode ser construída com o respeito e a promoção desses direitos fundamentais que derivam da eminente dignidade da pessoa humana» (Comunicado da A. C. Portuguesa do dia da Paz).

«Com efeito, no mundo ainda habitado pela fome, pela doença, pela ignorância, por excessivas desigualdades sociais, por tantas discriminações, a edificação da paz passa necessariamente pelo desenvolvimento. Ao comprometermo-nos mais a fundo no trabalho pela paz, não podemos deixar de colaborar com todos os homens nas múltiplas tarefas do desenvolvimento que, para ser autêntico, deve... promover todos os homens e o homem todo» (idem).

• ...mas paz de consciência não é demissão

«Tem-se perguntado, e com razão, por que não se pôde evitar a catástrofe, ou ao menos, as proporções assumidas. Não terá havido ainda tempo de pensar no caso? Haverá receio de cercar as povoações com obras de defesa contra o rio e contra as torrentes para não dar a impressão de vivermos num País onde essas coisas também podem acontecer? Querer-se-á manter, à força, a teoria, algumas vezes desmentida e com que violência, de que vivemos numa terra ideal onde o clima é ameno e onde a natureza é só mãe carinhosa?» (Nota do dia, «Novidades» de 1-12-1967).

«Mas, em consciência, não haverá alguém que se sinta responsável por isto? Eu penso que, em parte, **TODOS SOMOS, DE ALGUM MODO, RESPONSÁVEIS**» (idem) (1).

«Esses mortos, vítimas, talvez, mais da sua ou da nossa imprevidência do que propriamente dos elementos, exigem de nós uma resolução: **trabalhar mais conscientemente para que tal não volte a acontecer. Pelo menos que não volte a acontecer por imprevidência nossa**» (idem) (1).

E AGORA?

Não há dúvida que a tragédia das inundações, com todos os esforços que solidariamente mobilizou, é um fenómeno passado. É também um fenómeno passado a actuação das brigadas de estudantes, muito importante porque foi imediata, conjunta e ao serviço das populações atingidas com quem contactaram.

(1) Sublinhado nosso.

Mas é preciso viver as consequências deste contacto. E não só reflectindo no que está para trás (assim tentámos fazer neste pequeno trabalho), mas também continuando a agir no meio estudantil e, para além dele, nas estruturas da nossa sociedade, em diálogo cada vez maior com aqueles que nela são mais pobres e desfavorecidos.

● pistas de actuação

Numa perspectiva da contribuição positiva para esse diálogo, aproveitemos todas as formas ao alcance dos estudantes: em tempo de aulas procedamos a uma **investigação constante das potencialidades actuais do País e das perspectivas de desenvolvimento para toda a população**. Poderíamos, nessa linha, aproveitar em cada curso as cadeiras que mais se prestem: formando, nomeadamente, pequenas equipas de estudo de certos problemas, que os exponham nas aulas, dialogando com os professores. Se nas cantinas ou outros locais de encontro há contacto entre alunos de diferentes Escolas, poderia achar-se uma fórmula que permitisse a formação de equipas ou grupos de estudo inter-Escolas, na tentativa de ver numa perspectiva global alguns problemas e também assim possibilitar futuros contactos inter-profissionais.

Aproveitando, por outro lado, os tempos de férias, haveria interesse em **promover, com muito mais frequência e sistematização, cursos intensivos de alfabetização, de educação rural ou de integração urbana das populações que migraram, campos de trabalho, de auto-construção, etc.** Aliás, o incremento de contactos com jovens de outros países confirma que é possível e necessário um empenhamento muito maior dos estudantes neste sentido.

Nestas actuações, as estruturas e a imprensa dos estudantes podem ter um papel dinamizador e coordenador fundamental, lançando iniciativas ou ajudando as que forem surgindo.

● lançar a reflexão

É evidente que agir não significa resolver. É necessário interrogar a própria acção para a adaptar a partir das necessidades sentidas durante as experiências que se viveram. Esta reflexão começará no diálogo entre os próprios estudantes que participaram na acção e deve ser uma atitude permanente — nela deveriam de novo assumir um importante papel as organizações de estudantes e a sua imprensa no esclarecimento, informação e investigação progressiva dos problemas.

● evitar as «blocagens»

Há porém atitudes que fazem parar todo o processo de reflexão e acção. Antes de mais, há que evitar o risco de se pensar que não se pode «perder tempo» com pro-

blemas sociais — numa atitude que acharíamos de «**burguesismo**» e que impede muitos estudantes de encarar os problemas reais da sociedade.

Durante a acção, pode cair-se numa atitude de **paternalismo** face à população ou face aos outros estudantes, originando um sentimento de auto-suficiência, que dificulta a tomada de consciência total dos problemas. Face à população, criando um «cientismo» dogmático, desfasado das realidades concretas da nossa sociedade; face aos outros estudantes, colocando-os perante um dirigismo que lhes limita a responsabilidade e estudo pessoais e a decisão lúcida.

Após a acção, é corrente cair-se no **narcisismo** — contemplação satisfeita daquilo que se realizou. Esta atitude, que se torna mais perigosa se se lhe acrescenta o auto-elogio, impede por natureza a continuação do processo, porque não leva ao reconhecimento de defeitos praticados e esquece que os problemas reais não são estáticos, não sendo possível pois num dia, ou mesmo em poucas semanas, adquirir uma consciência global acerca deles.

● passar da promoção individual à promoção social...

Sendo, como atrás vimos, todos nós responsáveis pelo que aconteceu, é importante que a acção dos estudantes não seja egoísta e passe a ser solidária; que se saia dos quadros apertados do «meu curso por acabar» (o «canudo» para arranjar o «tacho») e se pense seriamente nas perspectivas que esse curso e profissão abrem como forma de **colaborar activamente no desenvolvimento do País**; para além dos limites da especialidade que o curso ofereça, é importante que o trabalho actual e futuro dos estudantes (e esperemos que o «privilegio» do estudo se estenda rapidamente a um número cada vez maior de portugueses) seja de facto **um serviço prestado à comunidade**.

● ...na abertura ao País e ao Mundo

No entanto, o que se passou em volta de Lisboa não é caso único nem exclusivo desta região, embora infelizmente tenha aqui assumido as proporções que conhecemos. Em várias zonas do País e em quase todo o Mundo existem ainda extensas camadas populacionais em precárias condições de vida; sejamos, pois, capazes de, mais uma vez «abrir a objectiva», encarar a realidade em toda a sua amplitude, orientar os nossos esforços enquanto estudantes — indivíduos, grupos ou estruturas — para uma consciente e construtiva **vontade de promoção da dignidade e do nível de vida de toda a pessoa humana**. Só nessa medida poderão as inundações ser para nós, não apenas uma triste recordação — e porventura remorso — passados, mas sobretudo uma base de reflexão fecunda no presente e no futuro, para a nossa actuação em ordem à transformação da sociedade em que vivemos.

ANTÓNIO CAVACO
JOÃO DUARTE CUNHA
LENICHA SALEMA
PEDRO ROSETA

Aspectos físicos das inundações

UMA ENTREVISTA COM GONÇALO RIBEIRO TELLES

Para nos elucidar acerca das causas e implicações físicas do fenómeno das cheias, fomos ouvir o engenheiro e architecto paisagista Gonçalo Ribeiro Telles.

— Como se justifica, do ponto de vista físico, a amplitude das inundações?

— Fundamentalmente, as causas das inundações foram duas:

1.º — Queda pluviométrica elevada cuja probabilidade da ocorrência é de uma vez em cada 15 anos nos locais menos atingidos e de uma vez em 30 anos nas áreas mais devastadas, segundo o parecer de especialistas.

2.º — Degradação física e biológica da região onde se verificaram as chuvas, por motivos que são da inteira responsabilidade do Homem.

Já se verificaram desastres idênticos noutras cidades: Hamburgo, Rio de Janeiro, Luanda, Florença, etc. Em Hamburgo, rigoroso inquérito demonstrou que as elevadas cotas atingidas por uma onda vinda do mar tinham origem na obstrução do estuário do Elba com obras portuárias de volume muito importante. Começou imediatamente a remediar-se o mal.

— Porque se deu, na região de Lisboa, a degradação física e biológica de que nos falou?

— A degradação da região de Lisboa tem várias causas e aspectos.

A destruição das matas e dos matos, a plantação indiscriminada de eucaliptais, a destruição das sebes de compartimentação, aumentaram a erosão do solo e por conseguinte aceleraram o processo de empobrecimento dos terrenos e o aumento dos carrejos nas linhas de água.

As pedreiras, salbreiras e outras explorações da rocha-mãe, abrem profundas feridas na paisagem que provocam o aumento dos caudais de escoamento superficial após as chuvadas e também o arrastamento de materiais sólidos. A protecção e reintegração destas explorações é indispensável na sanidade duma região.

Os taludes das estradas, com perfis inadequados e não revestidos de vegetação apropriada, são também, por sua vez, causa do aumento daqueles caudais e dos carrejos.

Por outro lado, os conjuntos fabris, mal localizados, não integrados na paisagem, nem protegidos, comportam-se de maneira idêntica.

Finalmente, a expansão urbana incontrolada, comandada pela especulação e consentida pela inércia das entidades responsáveis ocupa também os terrenos de várzea e os leitos de cheia das linhas de água, destruindo o condicionalismo hídrico e biológico dos vales e comprometendo o escoamento normal dos caudais de cheia.

As urbanizações localizadas nos vales abertos implicam quase sempre, para um maior aproveitamento do terreno e ainda devido à concepção primária da rede de esgostos, a canalização da linha de água. Esquece-se que o rio não é apenas o leito visível por onde a água se escoia, mas também o leito subterrâneo, em permanente equilíbrio com aquele e com os leitos de cheia, os quais deverão ser ocupados por culturas que não condicionem

o escoamento dos respectivos caudais. (Do rio faz igualmente parte toda a vegetação que vive em dependência da água, e garante a elasticidade das margens e as relações de equilíbrio entre as águas infiltradas e subterrâneas e o caudal do rio visível).

A obstrução das bocas daqueles colectores devidos à canalização das linhas de água com os carrejos das enxurradas, provoca alagamentos muito extensos e perigosos. A recente comemoração, após as inundações, da canalização total da ribeira de Alcântara, que permitiu a urbanização do vale de Benfica, o mais insalubre de Lisboa, e destruiu a possibilidade da existência duma extensa zona verde de fácil manutenção, dá ideia do alheamento dos responsáveis face aos problemas-base da vida moderna.

A falta de observância dos Planos Regionais e de Ordenamento provocou a confusão urbanística de que Odivelas e Olival Basto são exemplos frisantes. Veja este caso: uma fábrica de cerveja junto a Via Longa ocupa uma área considerada como destinada a agricultura intensiva no Plano Director da região de Lisboa.

Sobretudo temos de considerar aquele que é um dos mais graves problemas humanos da região de Lisboa: a existência de uma população urbanisticamente marginal, vivendo em grande parte em barracas. Estas construções situam-se nos locais menos vistos, onde os proprietários o permitem e as entidades oficiais consentem. Os primeiros procurando com essa ocupação converter propriedades rurais em lotes de terreno urbanizável e os segundos defender a boa reputação do respectivo concelho e o turismo. Um grande número daquelas construções vai-se erigir nas margens das linhas de água e junto aos muros, onde a temperatura é mais amena e onde, sem grande esforço, é realizável qualquer pequeno hortejo. A população, por ser de recente fixação, desconhece o condicionalismo do meio, e constrói por isso as suas habitações em situação de serem facilmente arrastadas pelas enxurradas, que caracterizam o regime torrencial da região. Assim, os materiais que as constituem são arrastados, indo engrossar os carrejos e aumentando os regolfos das inundações. A perda excepcional de vidas humanas é a face dolorosa de tudo o que ficou dito.

— Que medidas lhe parece ser necessário tomar agora?

— Há que procurar desenvolver o crescimento urbano e industrial em moldes totalmente diferentes. É indispensável o respeito pelos Planos existentes e a elaborar que prevejam medidas e orientações de ocupação tendentes a evitar a degradação atrás apontada, e procurem manter os equilíbrios naturais, físicos e biológicos da região, base essencial do seu progresso.

Deve-se evitar o prosseguimento de urbanizações e construções em locais impróprios e procurar estudar e promover a reconversão das áreas atingidas dentro das permissas dum são desenvolvimento.

Há que promover também o desenvolvimento de uma paisagem equilibrada, ao serviço da cultura e do progresso da comunidade, sem esquecer ainda que a promoção social e do nível de vida das populações marginais é a condição fundamental de toda a valorização regional.

As cheias e o problema da habitação

UMA ENTREVISTA COM NUNO PORTAS

Por estar muito ligado a problemas de urbanismo e habitação, quisemos ouvir aqui o arquitecto Nuno Portas.

— Na sua opinião, quais as causas do desastre, no que respeita a vida e condições de habitação?

— Como o Gonçalo Telles já disse, as proporções tomadas pelo desastre de Novembro devem-se a um conjunto de factores, indo desde os mais próximos e óbvios aos mais remotos e decisivos. Destaco, em primeiro lugar, o facto de os terrenos inundados estarem ocupados por habitações na sua maioria precárias pela sua segurança ou construção, (caso das barracas, casas provisórias ou clandestinas), ou pela localização em relação a níveis atingidos mesmo frequentemente pelas águas (caso de subcaves e caves de prédios de especulação de Algés, por exemplo).

Mas interessa procurar as razões da ocupação deste terreno: a população atingida é certamente constituída, na sua maioria, por camadas a que podemos chamar marginais, no sentido urbanístico, quer dizer, famílias que em vão procuram lugar na cidade. Têm de escolher entre quartos alugados, onde é difícil manterem-se, sobretudo com o aumento da família, (15% das famílias da região de Lisboa vivem em partes de casa de outras famílias) e bairros de lata ou clandestinos, que nascem quanto possível perto dos locais de trabalho, onde aumentam as dificuldades, por força da acção policial, da necessidade de construir numa noite ou num fim-de-semana, e ainda do pagamento de uma renda pelo terreno (as famílias em bairros deste tipo ainda constituem 5% do total da cidade). Neste movimento que diríamos de expulsão gradual da cidade, vieram ocupar, já fora dos limites do município de Lisboa (onde se terá chegado à saturação dos terrenos não aproveitáveis pela especulação) e dos concelhos onde tem havido menor controle da construção (como Loures e Oeiras) os terrenos rurais, não previstos em planos, mais escondidos e até mais perigosos — de resto regularmente inundados — para construir os seus abrigos clandestinos.

— Porque se desenvolve esse processo de expulsão da população chegada à cidade para terrenos impróprios, que referem?

— Fundamentalmente porque, em face da tendência para a deslocação das populações rurais para os grandes centros urbanos, que julgo irreversível e mesmo a processar-se ainda a ritmo insuficiente, as populações não encontram na cidade a oferta de habitações dentro das suas possibilidades de amortização. Vejamos o panorama: apenas 5% da construção é, em média dos últimos anos, constituída por habitações de finalidade social, e mesmo esta feita em tais condições de reatabilidade do capital (juros de 5% e amortização a 20 ou 25 anos) que as rendas possíveis, ainda se modestas, não ficam ao alcance destas populações recém-chegadas. Têm que procurar, por isso, todas as soluções de recurso ou clandestinas para se abrigarem num habitat que, por força dos condicionamentos, é pior do que aquele que o seu próprio nível sócio-económico e vontade de fazer justificariam. Há, pois, que reconhecer friamente a limitação de fornecer imediatamente casas suficientes para que a colectividade tenha as condições urbanísticas (terrenos e serviços públicos), para que estas comunidades se possam instalar e progressivamente melhorar o seu habitat.

Isto relaciona-se intimamente com o problema das enxurradas. De facto, se as famílias atingidas tivessem encontrado terrenos bem localizados, equipados para edificar — o que está desde há muito na mão da administração fazer — não teríamos hoje a contar com parte das 500 vítimas e com o realojamento de mais 500 famílias.

— Neste momento e perante os factos, o que é que se há-de fazer?

— Há que distinguir as operações de emergência, para acudir às situações criadas, e as operações de fundo, correctivas ou preventivas, que, tirando proveito da lição, se destinam a evitar a ocorrência de novos desastres no futuro. As melhores soluções de emergência seriam aquelas que, sem prejuízo da sua rapidez não constituíssem um desperdício de recursos, tão reduzidos eles já são no domínio de que nos ocupamos.

— Houve no entanto donativos muito importantes; como estão eles a ser aproveitados?

— Ainda que o quantitativo dos donativos tenha atingido verba talvez superior a 100 000 contos, repare que não permitirá muito mais do que um milhar de habitações correntes, aquelas estritamente exigidas pelo realojamento total se considerarmos o custo não só das casas como do terreno urbanizado, para não falar no equipamento.

Isto porque até agora se pensou apenas, parece, em recorrer a dois tipos de casas, umas provisórias, outras de carácter definitivo integradas em bairros do tipo do de Olivais.

Ora, não quer dizer que não haja fortes razões para recorrer a qualquer destas duas soluções técnicas. A única vantagem das casas pré-fabricadas, a que chamam provisórias, seria a de rapidez de fornecimento e montagem de um produto já estudado e ensaiado. Infelizmente, na prática tal não acontece. Improvisa-se a técnica, fabrica-se de propósito para a ocasião e improvisa-se a montagem. O mais grave ainda é que o custo por fogo atinge valor igual ao de uma casa económica definitiva, mas com uma área habitável que é quase metade desta, e portanto inaceitável para as necessidades de uma família, para além do período de emergência presente. Sucede ainda que os sistemas de construção a que se recorre não asseguram, mesmo por aquele preço, condições de conforto e duração aceitáveis. Esta é, portanto, a mais cara das soluções, mesmo sem pensar que sendo tão pouco durável ainda se tenham de vir a construir casas definitivas para as substituir dentro de 10 ou 15 anos. É claro que se sabe que se recorre a esta solução como forma de não comprometer legalmente uma utilização mais rendosa no futuro, mas isso só mostra que na base está sempre o problema do plano de urbanização e do valor dos terrenos.

— Fazou-nos em duas soluções: casas provisórias e definitivas; o que se passa quanto à solução das casas definitivas?

— Essa solução dá maior satisfação do ponto de vista de qualidade da construção, e mesmo de espaço habitável e ambiente urbano; mas, em contrapartida, tem limitações óbvias para as nossas possibilidades económicas, porquanto não só é a de entrega mais demorada (tempo de projecto, aprovação e construção) como, pelo seu custo inicial igualmente elevado e pela limitada capaci-

dade da própria indústria de construção, ficará sempre muito aquém das necessidades a satisfazer.

Claro que, para o caso das famílias atingidas, será possível dispor em curto prazo de algumas centenas de casas em adiantada construção, que se destinavam a outras famílias. Mas como o custo inicial é elevado, fica a dúvida acerca da própria capacidade daquelas famílias poderem pagar as rendas estipuladas, e eventuais agravamentos dos custos dos transportes devidos à deslocação forçada, sem deformar ainda mais os seus precários arranjos familiares.

Continuamos a pensar que é fácil remediar por agora o problema de estas famílias, e só esse, mas que os aspectos-chave da habitação da vasta população urbana, de que essas famílias eram apenas pequena parte — disponibilidade de terrenos integrados no desenvolvimento da cidade e não nos «restos»; equipamentos sociais e educativos; facilidades e economia de transportes e casas amortizáveis pela sua débil economia — esses continuam sem solução ou terão de ser sempre encarados independentemente de se construírem casas provisórias ou definitivas.

— Haverá uma alternativa para os problemas que acabou de indicar: terrenos, equipamentos e casas?

Para o problema das localizações e disponibilidade de terrenos, não há alternativa possível. Não vejo argumento de urgência ou eficácia que justifique que se construam novos bairros ou se reparem os danificados mais uma vez em terrenos impróprios, por razões de segurança ou de proximidades urbanas, em terrenos que esperavam a construção de equipamento de utilidade social que assim se não farão, etc., etc., tudo isto quando se dispõe da legislação necessária para a expropriação, de finalidade social, dos terrenos previstos nos planos urbanísticos. É claro que só agora se disporá de um plano director da região e que por aí se projectos dos grandes núcleos que este prevê para alguma ordem e possibilidade de vida aos anárquicos prolongamentos de Lisboa — e que sem estes planos se torna difícil a escolha de locais. Responderia que é esta uma ótima ocasião de fazer também planos de emergência e sobretudo de os fazer executar e cumprir.

Para o problema dos equipamentos sociais (escolas, centros sociais e de assistência, locais de diversão, culto, etc.), necessários à vida quotidiana e promoção social da população, não há igualmente desculpa possível, tão prementes eles são num período de re-instalação, e tão indesejavelmente reprodutivos no aspecto da promoção cultural. Aqui sim se poderia recorrer a construções pré-fabricadas como já se fez em escolas e capelas, noutros sítios.

Simplemente, o primeiro e mais decisivo problema (o dos terrenos) não se resolve por incapacidade do executivo, a coberto de conhecidas interpretações do direito de propriedade; o segundo, (o dos equipamentos), igualmente vital, é sempre preterido (à excepção da escola primária, nos melhores dos casos), talvez porque se esgotou o investimento na construção das casas, ou atribui a outras entidades a obrigação de os resolver.

Por isto me preocupa o valor real de um investimento tão alto e irrecuperável dispendido nas casas propriamente ditas, quase sempre sem possibilidades de evolução ulterior, quando nos assaltam as maiores dúvidas sobre os próprios locais em que elas se situam, e vemos por toda a parte bairros tão onerosos reduzidos a simples dormitórios pela falta de serviços urbanos de apoio à vida quotidiana.

— Se não há então alternativa no aspecto do terreno e equipamentos, como solucionar o problema das casas, por forma a responder às necessidades da população atingida?

— Parece-me realista, pelo que disse, inverter a ordem habitual das prioridades, que consistiu numa preocupação exclusiva em fazer e acabar com abandonando ou subestimando os problemas de localização e serviços. Esta é hoje a opinião dos mais notórios peritos na problemática habitacional dos países menos desenvolvidos, após uma longa experiência em meios urbanos da América Latina, Norte de África, Extremo Oriente, etc.

Canalize antes a colectividade o investimento disponível para essas infra-estruturas habitacionais (arruamentos, águas, esgotos, luz para cada casa, etc.), por forma a assegurar condições para a instalação das muitas dezenas de milhares de famílias a abrigar, e aproveitem-se para a construção das casas propriamente ditas a iniciativa, as possibilidades de trabalho, as modestas economias, o espírito cooperativo e até a imaginação arquitectónica dos moradores interessados.

Esta solução parece chocante pelo seu radicalismo, sobretudo se se pensar a cidade é para mostrar mais do que para viver. Na verdade, ela só me parece legítima se se executar a vasta política de terrenos e equipamentos; caso contrário, estar-se-ia a retirar uma responsabilidade ao poder público — a satisfação do direito à casa para todos — sem a contrapartida da extensão ao maior número dessa mesma possibilidade de alojamento. Além disso, ela só pode ser efectivada mediante um programa de assistência técnica às construções, que pode ir desde o projecto até ao fornecimento de elementos construtivos (blocos sanitários, cabulharia, etc.).

— Mas essa solução não é mais demorada?

— Penso que é mesmo a mais rápida, se os poderes públicos, centrais e municipais resolverem os problemas de terreno — e terreno e urbanização são sempre necessários para qualquer das soluções.

Quanto à construção das casas pelos próprios, apenas lembrarei que estas populações têm dado boas provas de como podem ser «construtores de uma noite» ou «de um fim-de-semana». Claro que haverá agora um aumento de exigência de qualidade e ordem mas de qualquer modo será mais rápido e eficaz que outros processos que aguardam fornecimentos, exigências burocráticas, etc.

— Essas casas a construir com a participação da população seriam provisórias?

— Sim e não — seriam «provisórias definitivamente» ou, se quiser, «definitivamente provisórias». Ao contrário das provisórias, cresceriam conforme as necessidades e, o aumento das possibilidades, sem enganar ninguém como acontece com os bairros provisórios quando se tornam definitivos sem terem condições para isso. Aquele investimento inicial nestas habitações construídas por muito reduzido, poderiam resolver as exigências das famílias pelo menos a médio prazo, até que a evolução do sistema geral permitisse melhorá-las, substituí-las ou destruí-las. Para tal, os lotes de terreno seriam distribuídos com base num direito de superfície (até 2030), que poderia cessar ou ser renovado ao fim de 30 ou 40 anos, por exemplo.

A habitação acompanharia assim o processo do desenvolvimento económico-social, e adquiriria um valor de intervenção dos moradores na apropriação do seu espaço vital — casa, pátio ou quintal — que o fogo convencional não permite. A história destas casas representaria a história das próprias famílias.

E como penso que esta camada da população tem «direito à cidade», julgo que este mesmo sistema devia ser imediatamente lançado para a reconversão dos bairros de lata da cidade — antes que, sob o pretexto de saneamento ou de outras «vistas da Ponte», mais esta dezena de milhares de famílias que os ocupam seja expulsa para bairros improvisados de casas aparentemente bonitas na periferia do esquecimento.

Existe o dinheiro, existe mesmo a lei (o próprio Plano de Fomento e previa já) — dá-se força a um executivo para que mobilize energia e imediatamente os terrenos e as energias latentes, e ter-se-á dado mais do que a simples colecção de casas: um passo em frente na promoção social, a partir do esforço dos próprios, que melhorará e seu habitat a par e passo de uma evolução sem a afectar com o encargo inicial de uma renda rígida, por baixa que seja.

Deste modo, estamos seguros de que a cidade verba de que se dispõe terá feito ainda algo para que não volte a haver de novo vítimas, se porventura os desastres naturais voltarem a devastar o que, se me permitissem apeteço chamar os vastos terrenos da Madeira.

uma das entidades da Junta de Energia Nuclear, juntamente com o Laboratório de Física e Energia Nuclear (LFEN), em Sacavém, o Gabinete de Estudos e Planeamento em São Pedro de Alcântara. Havia ainda as minas de urânio. Na altura era o general Kaúlza de Arriaga que estava à frente da JEN.

E a Junta de Energia Nuclear também estava na avenida da República?

Estava em São Pedro de Alcântara. Vou então para a CRNI, na qual se trabalhava numa diretiva de Conselho de Ministros que se desdobrava em não sei quantos estudos – quase o abecedário todo – para a instalação da primeira central nuclear em Portugal. Desde a análise de sítio, até à participação da indústria nacional, estudo de mercado, problemas de segurança e licenciamento. Foi criada essa direção geral, com o eng^o Marques Videira como diretor geral, constituíram um corpo de engenheiros e fomos fazendo estudos. Alguns dos meus colegas foram logo para França para o curso de engenharia nuclear, outros para Inglaterra. Fiz parte da terceira vaga. Quando fui para França já tinha uma parte de prática nos estudos.

Em 72, de fevereiro a novembro, mandaram-me para Espanha, trabalhar com um grupo na análise dos efluentes na central de Almaraz, no rio Tejo. Foi interessante estar em Espanha, aprendi muito. Tinham três centrais a funcionar: Vendellós, Santa Maria de Garoña e Almonacid de Zorita. Estavam a construir mais: Almaraz, Ascó, Lemoniz.

A seguir, até final de 73, estive 13 meses no Rio de Janeiro, na Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), participando nos trabalhos de construção da central nuclear de Angra dos Reis.

Voltei a Portugal em dezembro de 73. Esperava-se que se tomasse a decisão de construir a primeira central nuclear portuguesa. Não aconteceu. Deu-se o 25 de Abril. Em fevereiro de 75, tive uma oferta de trabalho para a Bélgica. Propunham-me trabalhar naquele país, que estava a desenvolver um programa nuclear importante. Tinham uma central a arrancar, outras duas quase a funcionar, iam fazer mais quatro.

O objetivo era produzir 60% da energia elétrica na base nuclear. Lá fui, era uma companhia chamada *Traction et Electricité*, depois *Tractebel*.

Comecei em agosto de 75 e fiquei nesta empresa até fevereiro de 88. Aí participei no arranque das centrais nucleares de Doel 1 e 2. Depois no projeto da construção e no arranque das centrais de Doel 3 e de Doel 4. Do ponto de vista técnico, foi a fase mais interessante da minha vida. A seguir, os programas nucleares pararam. E decidi sair da companhia.

Apresentei-me aos concursos das instituições europeias. O primeiro concurso foi à Comissão Europeia, na área da engenharia, entrei para a direção geral de Energia, e depois, como tinha feito um segundo concurso, fui parar mais tarde à secretaria geral do Conselho de Ministros, à informática.

A partir desse momento, ficou numa retaguarda, no setor administrativo?

Sim e não. Um engenheiro se continua como engenheiro toda a vida, perde qualidades técnicas, se não se mantiver a par. Para isso tem de fazer um investimento colossal, ou então muda-se, torna-se mais comercial, mais administrativo mais gestor. Estive numa área técnica até 88, e depois fui para uma área mais política.

Comecei na Comissão Europeia em julho de 88. De fevereiro a julho estive na Energia. Aí ainda estava na área nuclear. Depois fui para a secretaria geral do Conselho de Ministros. Voltei para a Comissão em 92, como diretor da Informática. Foi interessante, porque estava numa grande instituição, na reformatização da qual fui participar como responsável do serviço central. Já havia muita informática na Comissão Europeia naquela altura, mas com a mutação do princípio dos anos 90, a introdução maciça dos PCs, a guerra comercial inevitável entre fornecedores de *hardware* e de *software*, tudo mudava. Não se falava em Windows, os PCs eram sucessivamente 286, 386, 486. Tudo isto é agora arqueologia industrial. Era também a passagem da arquitetura informática centralizada para a informática distribuída. Isto do ponto de vista técnico. A transição para o que hoje é normal. A *internet* entra com os servidores e com os *browsers*, em 96 ou 97. Altera-se o paradigma.

Esse período foi muito envolvente. Tanto do ponto de vista tecnológico, como informático, mas sobretudo na adaptação das instituições à nova informática. Ou, ao contrário, adaptar a informática para depois ela se introduzir nas instituições.

A seguir, saí da informática, entrei numa carreira mais política. Fui para diretor geral da Pesca na Comissão Europeia. E quando o dr. António Vitorino foi comissário europeu, fui chamado para seu chefe de gabinete. Foi outra fase muito interessante da minha vida. A seguir fui diretor geral da Ajuda Humanitária da Comissão Europeia e lá acabei a carreira.

Que faz o responsável por um setor humanitário?

Existem vários níveis de intervenção na ação humanitária. Há o nível de quem presta auxílio às vítimas, onde figuram as ONG, as Nações Unidas e a Cruz Vermelha. Esta gente precisa de dinheiro para trabalhar, sendo necessário angariar fundos: ajuda direta dada pelo cidadão comum. Isto funciona em alguns casos, noutros não, depende da imagem da ONG. Por exemplo, a *Médicos Sem Fronteiras* é muito conhecida. E há o nível dos doadores institucionais. A União Europeia dispõe de um orçamento doador, ou seja dinheiro que é entregue às organizações no terreno, para executarem a ajuda humanitária. Chegar às vítimas, não é fácil. Veja-se agora no Paquistão. Há muitos problemas: a coordenação, o acesso e a proteção às vítimas, a segurança no terreno. A imagem da ajuda humanitária evoluiu muito e já não protege como no passado os trabalhadores humanitários. Tenha-se em mente o que aconteceu no Afeganistão com casos de mistura entre atividades militares e humanitárias.

Não é muito conhecido que a Comissão Europeia é o maior doador institucional do mundo em ajuda humanitária. O orçamento comunitário, gerido pela Comissão, representa 50% da ajuda humanitária mundial por via institucional.

Eu estava portanto no setor doador. Mas nesse setor, agir, não é só dar dinheiro. A Comissão Europeia tem peritos no terreno. Há que selecionar, fazer com que os projetos financiados correspondam ao estado das necessidades. Não é tarefa fácil avaliar as prioridades e

depois seguir os projetos e os resultados, tenta-se que seja uma gestão por *output*. Isto acontece no meio de grandes dificuldades. Mandar uma equipa de auditores a Mogadishio tem grandes riscos. Lembro-me de certa vez ter perdido o contacto com uns auditores algures no Sudão. Foi uma operação difícil até encontrá-los, felizmente são e salvos.

Avaliar as necessidades e depois verificar se foram satisfeitas! Estamos a falar em orçamentos numa ordem de grandeza dos 900 milhões de euros por ano. Uma grande preocupação é tentar socorrer as vítimas das grandes catástrofes, que estão sempre a acontecer. Gerir as situações de forma eficaz, sem desvios ou fraudes. É portanto humanitário, mas é igualmente muito financeiro. E muito distribuído: a direção geral são 600 pessoas, em 60 países. Muitos deles em situações difíceis. No Sudão, na Coreia do Norte, na Birmânia.

Quantos anos durou essa experiência?

Quatro. O mundo visto pela janela humanitária é bastante trágico. Uma estimativa grosseira indica que em cinco anos de ajuda humanitária, de 2003 a 2008, com o *tsunami* na Indonésia, o tremor de terra no Paquistão, no Caxemira, e outras situações, 20% do orçamento ia para as vítimas de catástrofes naturais e 80% para as vítimas de guerras. As catástrofes naturais fazem mais vítimas em função da existência ou não de resiliência das populações atingidas; e as guerras são a maior catástrofe natural de origem humana. É um mundo muito traumático. Atua-se sobre os sintomas, não se atua sobre as causas dos sintomas. Não é como a engenharia. Não é uma casa que se começa e se termina. Muitas vezes acaba-se por refazer o que estava feito na véspera e foi desfeito entretanto.

Porque desempenhou esse cargo?

Foi uma oportunidade que se apresentou e que me interessou. Não me desagradou. Não estava à espera que fosse tão catastrófico. Esperava algo menos próximo do absurdo humano.

O humanitário veio em substituição da Guerra Fria?

Não! Se me dissesse que a ajuda ao desenvolvimento substituiu a Guerra Fria, talvez. Mas

há uma ligação do humanitário com conflitos herdados da Guerra Fria, no entanto a noção de conflito não é a mesma da Guerra Fria. As grandes dificuldades humanitárias que se vêm neste momento em consequência de conflitos, não são lineares. No Darfur não encontra grupos que combatem alinhados entre si, mas todos ou quase são hostis. Não estamos numa guerra de Estado contra Estado. É uma guerra dentro do Estado. Há mais deslocados no interior do seu próprio país do que refugiados – um refugiado é um deslocado que foi para fora do seu país atravessando uma fronteira, passando a ser protegido pelas Convenções de Genebra. Não sei exatamente o número de deslocados e refugiados, mas rondará os 12 a 14 milhões de refugiados e os 25 milhões de deslocados. E os deslocados muitas vezes são vítimas para a vida inteira. Há uma evolução entre o mundo bipolar da Guerra Fria e o multipolar de hoje. Uma substituição da Guerra Fria será na luta pelo domínio dos recursos do planeta, com impacto nos conflitos, nas tensões, mas não se trata de uma continuidade.

Henri Dunant, fundador do Comité Internacional da Cruz Vermelha, dizia que o inimigo não é o outro, mas o preconceito, a fome, a injustiça, a miséria. A Cruz Vermelha atravessou uma situação difícil durante a Segunda Guerra Mundial. Mas assenta numa ideia que atravessa o tempo e as situações com o objetivo de aliviar o sofrimento das vítimas, independentemente das causas.

Voltando à engenharia nuclear. Como avalia a questão nuclear no contexto português?

/risos/ Preferia que falássemos do humanitário! Para já quando se fala do nuclear num país, há uma pergunta preliminar. Fala-se de uma central ou de um programa nuclear? Isto tem uma outra pergunta subjacente. Qual a dimensão da rede onde se vai integrar a central ou as centrais?

As centrais atuais, tipo EPR, como na Normandia, na Finlândia, na China, são da gama de 1600MW. Numa rede portuguesa isso é muito. Não estou a ver um programa nuclear dessa dimensão. Mas há possibilidade de fazer centrais mais pequenas. A integração de uma central numa rede nuclear tem de ser harmoniosa.

Colocada a questão da rede, há agora que ver a capacidade do país para gerir um programa ou uma central nuclear. E não só financeira. Outros problemas estão associados, como os ambientais, a segurança, incluindo por exemplo a resistência aos tremores de terra, a gestão dos resíduos. Portanto, é o resultado de uma reflexão sobre a capacidade social, financeira, tecnológica e organizativa numa sociedade que deve permitir introduzir uma central ou um programa nuclear. Têm de estar garantidas estruturas de controlo de construção e de exploração. A gestão dos resíduos é mais sustentada, se feita para mais de uma central.

Interrogo: valerá a pena fazer uma só? Tudo depende da análise do país em questão. Na Bélgica, as centrais nucleares produzem 60% da eletricidade. Há essa economia, em não importar energia. Mas há um preço a pagar que é a gestão dos resíduos, da segurança, a gestão industrial da instalação, uma vez que está sempre a funcionar. Implica um balanço global a ser feito.

A Bélgica é um dos países que tem maior percentagem de energia nuclear?

Sim, é um dos países com maior percentagem de eletricidade com base na energia nuclear.

A França deve de ser o primeiro, não?

Eu não sei como está a França neste momento, mas deve andar perto da Bélgica. Não tenho seguido a evolução dos reatores. A França tem um grande programa nuclear, o maior europeu.

Apostaram muito, não é?

Sim. A China também, a Coreia do Sul de igual modo, os EUA foram os primeiros a ter um programa nuclear, depois pararam e agora estão a arrancar de novo.

Um dos grandes problemas do nuclear é que o ciclo não está fechado. O problema dos resíduos radioativos ainda não está resolvido. Há os resíduos dos militares e os do civil. Há o preço a pagar pela gestão do ciclo. Quem paga? Os produtores de energia? O consumidor? A sociedade? Tudo ainda por resolver. Não é um técnico nuclear que decide resolver estes problemas, são os políticos.

Os técnicos nucleares podem procurar a solução, mas não têm a palavra final na decisão.

Como vê o engenheiro no futuro? Referiu-se a uma fase em que ele acompanha a evolução tecnológica, depois tem outra da gestão, de ordenação. Continuará a ser assim?

Acho que sim. Durante uma parte da minha vida preocupei-me em fazer o trabalho técnico que havia para fazer: um sistema para acabar, uma central para arrancar ... Depois tornei-me chefe de grupo, chefe de unidade, passei a ter engenheiros a trabalhar sob a minha responsabilidade. Continuei a preocupar-me com os problemas técnicos e passei a preocupar-me também com gerir uma carteira de encomendas. Tive uma aflição ao começar a ver prazos de seis meses reduzidos para três. Ou seja, ao fim de três meses não tinha trabalho para dar a muita gente. E era inevitável ir à procura de trabalho.

A partir daí dei o salto qualitativo. Já não estava na carreira técnica, mas na de gestão. Se não se tiver o trabalho garantido, fica-se inativo. E é uma aflição. Não sei como é que as pessoas vivem estes problemas nos países emergentes, mas a questão das deslocalizações de empresas é preocupante. Quem perde a capacidade de produção, perde a de inovação. São processos contínuos.

Para onde se desloca essa capacidade de inovação?

Penso na China. Se a China pode investir o dinheiro que quer, sem qualquer constrangimento internacional, no setor da educação e a Europa não, algo não está certo. Há setores de sobrevivência da sociedade que estão ligados ao ensino, que requerem grandes meios, como a medicina e a tecnologia, outros também, embora de outra forma. E lá há essa liberdade de investir. O investimento na educação é prioritário. Quando vejo o número de investigadores chineses de alta qualidade fico pensativo. Dá a impressão que as regras do jogo não são iguais. Por exemplo, a oportunidade da engenharia ecológica, onde os chineses estão a 100%! Para grande surpresa de muita gente aqui no Ocidente.

A nível da educação temos constrangimentos excessivos. Sem querer fazer xenofobia, acho bem que abramos as nossas universidades e as

nossas empresas com capacidade de formação a pessoas de países emergentes. Mas a pouco e pouco os países emergentes vão criando também capacidades e universidades, iguais às nossas ou superiores. Está garantida reciprocidade? Dito por outras palavras: podemos estudar numa universidade chinesa? Não sei quais as condições para obter uma área que interesse.

E depois há a questão da abertura dessas sociedades, veja o caso da bomba nuclear paquistanesa. Há quem diga que foi um senhor paquistanês que veio para a Europa trabalhar na Urenco – que é uma companhia europeia de enriquecimento de urânio pelo processo de centrifugação – que teria feito *transferência de tecnologia* nessa área sensível. Fala-se nisso. Não sei se é verdade, se mentira. Temos abertura na nossa sociedade a esse tipo de situações. As outras sociedades não são tão abertas. A reciprocidade não é evidente.

Os iraquianos tinham muita gente a estudar em França.

Estudar para fazer uma central nuclear é uma coisa. Estudar para fazer enriquecimento de urânio, outra. E ter acesso às tecnologias de enriquecimento de urânio e aos componentes, aos materiais e ao processo de fabrico, tudo isso é diferente. Lá está, se tem um programa de transferência de tecnologia, transfere toda a tecnologia, porque há uma obrigação do contrato. Pode fazer isso para uma central nuclear, mas não vai fazer isso numa fábrica de enriquecimento de urânio, porque aí está num domínio reservado! É um domínio militar, um segredo de defesa.

As transferências de tecnologia têm acontecido, às vezes de maneiras bastante inesperadas. Lembro-me de um episódio, quando uma firma americana, a divisão nuclear da *Combustion Engineering* acabou e todo o acervo nuclear foi vendido à ASEA-BBC e depois, segundo parece, aos sul-coreanos.

Que professores do Técnico guarda na sua memória?

/risos/ Na memória positiva, há um que sobressai que é o prof. Abreu Faro. Eu nunca vi uma pessoa tão genial, ser tão clara a falar e a escrever. Dava-me um prazer enorme estar nas

aulas dele. Eu não quero ser injusto em relação a outros. Há só alguns de que me lembro.

E os nomes de que se lembra?

O Dias Agudo que era o professor de matemática. Eu tive-o como professor e como assistente. Lembro-me do Silveira, de física, no 2º ano. Foi uma personagem castiça.

Eles eram distantes?

O prof. Faro era uma pessoa simpática e tinha uns assistentes também muito simpáticos. Muito acessíveis. Lembro-me do prof. Daniel Barbosa, da primeira aula, de Economia. Achei piada.

Nessa altura tinha uma cadeira de Economia.

Sim. Agora penso que se chama Gestão. Mas também dava Análise Económica. Lembro-me mais dos meus colegas. Recordo-me do Técnico mais como um local de vida, de intervenção, de ação e de relacionamento humano do que como escola de saber.

Mais a convivência horizontal do que o resto?

Sim. Aprendendo a vida com os outros e não com os livros.

Esse vosso Técnico funcionava como uma ilha democrática dentro de um país que não o era?

Lá que nós estávamos convencidos disso, talvez estivéssemos. Tínhamos uma certa vaidade em pertencer a qualquer coisa de especial. Claro que as associações eram interventivas, a própria Juventude Católica. Até fecharam a sala da JUC.

Onde ficava, lembra-se?

Era logo à entrada, à esquerda. No pavilhão central. Era ao lado da sala das alunas. Houve um desentendimento entre a direção da JUC e o diretor do Técnico, o Almeida Alves. Eu já lá não estava. Ele achou que tinha havido um radicalismo excessivo [risos]. E depois fechou a sala da JUC. A vida de estudante era muito animada, nessa altura. As reuniões gerais ...!

Passavam filmes que não se viam cá fora?

Sim. E havia sessões de canções de intervenção, com o Zeca Afonso, por exemplo, e não só.

Lembro-me de com 14 ou 15 anos ser levado por colegas mais velhos, que eram lá alunos. Íamos para uma cave. Agora verifico que não era uma cave, mas corredores no rés-do-chão. No edifício da associação. E havia lá um sítio onde se projetava cinema.

Havia o Cineclube Universitário também. A vida era muito animada.

E também havia uns bailes de fim de ano, não havia?

Ah! Havia. /risos/ É curioso no outro dia falaram-me disso e eu não me lembrava de nada!

Tinham poucas raparigas, não é?

Convidavam-se as irmãs e as primas.

Terminou o curso em 68, já não assistiu a nenhum fecho das instalações pela polícia?

Não. À intervenção da polícia na universidade, isso assisti. Na alameda D. Afonso Henriques, isso sim. Mas no Técnico, não me lembro disso.

E depois em 72–73 fica fechado quase ...

Pois, isso já não assisti. Estive fora do país e já não segui o que se passou.

(...) Recordo-me do Técnico mais como um local de vida, de intervenção, de ação e de relacionamento humano do que como escola de saber. (...)

Da esquerda para a direita: Pedro Esteves, Isabel Pinto Correia, Luis Carlos Malheiros, João Duarte Cunha, António Cavaco, 1967.

Fotografia cedida pelo último.



Quis ser engenheiro. Fardei-me e fiquei imbuído do sentido de missão militar.

16 de agosto de 2010

Entrevista a
Eduardo Brito Coelho

Grelha e aplicação Jorge Freitas Branco

Quando pensou estudar engenharia?

Frequentei o liceu do Funchal. Fiz lá o 5.º ano. Vim depois para o liceu Camões, em Lisboa, onde acabei o 6.º ano. Fiz o 7.º no liceu de Oeiras. Eu era um bom aluno, no liceu, e a escolha de engenharia foi natural. Nunca pensei em ser outra coisa que não fosse engenheiro.

Estava decidido!

Sim. Nem sei explicar bem as razões.

Onde nasceu?

Nasci nos Açores, em Ponta Delgada. Pode ser que a família tenha tido alguma influência. Há um facto curioso. Fui criado pelos meus pais, mas também por um tio-avô. A minha mãe foi entregue, muito nova, aos cuidados desse tio-avô, por razões familiares. E ele trabalhou e foi sócio-gerente da Casa Bensaúde, em São Miguel, da família Bensaúde, de onde vem o fundador do IST. O meu tio dizia muitas vezes, referindo-se a mim:

–Vai ser engenheiro de minas.

Na altura não percebia o porquê de minas, mas agora penso que terá a ver com o fundador do IST, Alfredo Bensaúde, que era engenheiro de minas e estudou na Alemanha. O meu tio, por trabalhar com os Bensaúde – pode ser que isso tenha tido influência.

Não tive realmente grande dificuldade em escolher engenharia. A figura do engenheiro era a que mais me atraía. Depois fiquei indeciso entre as especialidades da engenharia. Foi uma luta interior muito grande. Matriculei-me no IST, em engenharia civil.

Em que ano?

Em 68. Iniciei o curso numa fase em que houve um desenvolvimento enorme da electrónica e eu comecei a assistir a aulas de complementos de física. Não quero mentir, mas penso que o



*Na Base Aérea de Beja, junto ao avião P-3C, 2010.
Fotografia cedida pelo entrevistado.*

*Na firma Rockwell-Collins, Califórnia, 1987.
Fotografia cedida pelo entrevistado.*



curso de engenharia civil não tinha algumas das cadeiras de física, como as de complementos de física ou mecânica quântica, que havia no curso de engenharia eletrotécnica, numa determinada fase. Atraiu-me, logo no início do curso, a parte da física e da eletrónica ... Deu-me uma de cientista! E depois andei ali muito indeciso e com o desejo de mudar. E acabei por fazê-lo, de engenharia civil para eletrotécnica.

Quando?

Não me recordo bem, mas deve ter sido em 1969–70. Fiz o requerimento e depois fui a uma entrevista com o prof. Fraústio da Silva.

Que foi diretor.

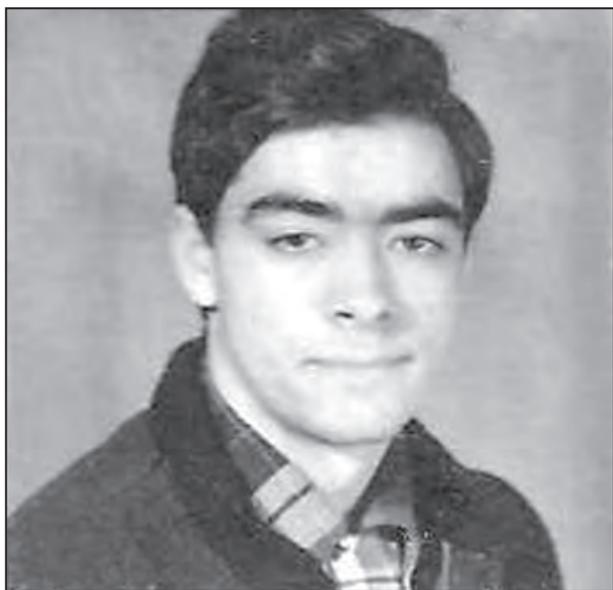
Que me chamou e tentou demover-me, porque engenharia civil tinha mais saídas profissionais. Mas acabei por mudar. Passados poucos anos, pensei que se calhar não tinha feito bem ... São opções que se fazem e não estou completamente arrependido, porque continuo a gostar daquilo que faço.

Isso é importante. Quantas colegas tinham?

Eram muito poucas. Duas ou três. Lembro-me em particular de uma delas. Na realidade é a única de que me lembro do nome e com quem tenho mantido algum relacionamento, embora distante. Estimo-a bastante. É a prof^a Teresa Correia de Barros. Foi vice-presidente do Conselho Científico e pró-reitora. Fez um percurso

Em 1971, estudante do IST.

Fotografia cedida pelo entrevistado.



académico bastante melhor do que o meu. Foi sempre uma aluna muito distinta e, além disso, com um relacionamento agradável. Lembro-me dela, em particular, das aulas de geometria descritiva. Era uma aluna muito empenhada. E guardo a imagem de a ver a chorar por não conseguir resolver um problema de geometria descritiva. E de mim próprio, a tentar ajudá-la. Recordo-me vagamente de uma outra colega, julgo que se chamava Fiúza, mas andava noutra turma.

Era um mundo masculino ...

Era. Não havia tradição das raparigas irem para as engenharias. Pensava-se que era uma profissão para homens.

E com as matemáticas pelo meio ...?

Não sei por que se criou esse estereótipo, mas era a realidade, elas eram poucas. Hoje em dia penso que é diferente. É capaz de haver mais mulheres do que homens a estudar engenharia nalgumas especialidades.

Entramos no *campus* do IST e vê-se logo!

Vê-se.

Tem outras recordações do tempo de estudante?

Sim, o ambiente em 68, 69, 70, até à reforma curricular de Veiga Simão. Nessa altura o Técnico funcionava como uma escola do Estado Novo: professores autoritários, controlo de assiduidade nas aulas práticas ... Os alunos tinham umas fichas e havia um contínuo que as carimbava. Não tínhamos aproveitamento, sem um mínimo de presenças nas aulas práticas. Quase todas as disciplinas tinham aulas práticas. A maioria era para resolver exercícios com a ajuda do assistente, mas tínhamos o controlo de presenças. Lembro-me, no início do curso, de um professor carismático, o prof. Ilharco, de química geral, uma personalidade realmente marcante. Tínhamos aulas com ele muito cedo e quando entrávamos para o anfiteatro já ele devia lá estar há imenso tempo, porque tinha todos os quadros escritos com letra miudinha. Durante a aula, ia lendo o que tinha escrito. Os alunos tinham que tirar apontamentos de tudo e fazer um dossiê com letra bonita, esquemas bem

feitos, com várias cores, sublinhados. A capa intitulava-se *Química Geral, segundo as Lições do Professor Doutor Catedrático Magalhães Ilharco*. Ele via os dossiês, que eram objeto de avaliação.

Recordo-me de uma ocorrência cômica. Numa das aulas, ele pegou no ponteiro e deu uma pancada num dos quadros rotativos para continuar a ler do outro lado ... Quando o quadro girou, alguém tinha apagado o que ele tinha escrito e desenhado um grande símbolo fálico. O prof. Ilharco agarrou-se ao quadro e gritou, desesperado:

– As senhoras façam o favor de sair!

Era uma personalidade *sui generis*. Todos os alunos tinham que fazer prova oral. Nós sabíamos que ele gostava de *blazer* azul e gravata vermelha. Corríamos sérios riscos, se não seguissemos a regra.

As provas orais desenrolavam-se assim. As perguntas estavam dentro de envelopes fechados numa caixa. Quando o aluno que estava a ser examinado acabava a prova e saía da sala, entrava outro, passava pela caixa, tirava um envelope, via as perguntas e ia-se sentar a preparar as respostas. O que estava à frente dele e que tinha estado sentado a preparar as suas respostas, saltava então para o estrado para ser interrogado e responder às questões que a sorte lhe tinha ditado. As perguntas eram, por vezes, as mais impensáveis. A cadeira de química geral, para além da química orgânica e inorgânica, incluía matéria sobre o papel do engenheiro na sociedade. Ou seja, para além de uma parte de química propriamente dita, a cadeira funcionava também como uma espécie de introdução à engenharia. Falava-se sobre o engenheiro na sociedade, da maneira como estava organizada uma fábrica, etc ... Tinha componentes que, em rigor, nada tinham a ver com química.

Foram abrangidos por uma reforma curricular?

Fomos. Quando entrei para o Técnico, os cursos de engenharia eram de seis anos. Terá sido em 70/71, ou 71/72, que entrou em vigor a reforma que costumamos designar de Veiga Simão. Os cursos de engenharia passaram a ser de cinco anos, e tornaram-se mais especializados. É a ideia que tenho. Até então eram seis anos dos quais três comuns. Esses três anos eram os

preparatórios. Se não eram iguais para todos os cursos, havia apenas pequenas diferenças entre eles; a especialização era nos últimos 3 anos. A ideia que guardo é a de que antes da reforma, nos cursos de civil, mecânica e eletrotécnica, os três anos eram muito parecidos, e havia ainda algumas cadeiras comuns nos últimos anos – economia, sociologia e outras de carácter transversal. Após a reforma só os dois primeiros anos é que são preparatórios e comuns, enquanto os últimos três anos são já específicos.

Além disso a reforma trouxe mudanças qualitativas, porque o ensino no Técnico estava um pouco cristalizado. Apareceram cadeiras novas, relacionadas com a eletrónica, os computadores e a informática. Não me recordo bem, quando foram criados os cursos de engenharia informática.

Nos anos 80?

Talvez. Com a reforma Veiga Simão aparecem novas disciplinas: programação, sistemas lógicos, sistemas digitais, computadores, computação, linguagens de programação, etc. Eu tive algumas destas cadeiras.

Quando entrei para o IST, utilizei ainda, nos dois primeiros anos, a régua de cálculo. Não havia máquinas de calcular. Só tive máquina de calcular, uma *Texas*, passados uns tempos. Andávamos com a régua de cálculo, para fazer as contas. A reforma Veiga Simão trouxe grandes mudanças. Era preciso atualizar os conteúdos.

Ainda teve aulas nas oficinas?

Tive aulas de laboratório, embora o nosso ensino pecasse por ser demasiado teórico. Isto é verdade, mesmo para o Técnico. Ainda assim tive muitas aulas de laboratório. Oficinas, no sentido convencional, sei que houve, mas já não tive. Tive aulas laboratoriais de medidas eléctricas, por exemplo, mas não eram oficinais, como houve no passado – serralharia, carpintaria. Tive ainda aulas de desenho. Frequentei duas cadeiras de desenho, bastante difíceis. Éramos obrigados a desenhar peças complexas ... e as vistas, os alçados. Tudo feito de acordo com as normas técnicas de desenho. Para mim aquilo era muito difícil, porque era lento na execução. Tínhamos tempos marcados, muitas vezes não conseguia acabar o trabalho.

Lembra-se quando viu um computador?

Sim. Era um *mainframe*, que houve lá no Técnico. A linguagem era *Fortran*. Funcionava com cartões perfurados. Programávamos, depois entregávamos o cartão e o resultado ia-se saber no dia seguinte.

Onde estava o computador instalado?

No pavilhão central, à direita de quem entra.

Em que ano se licenciou?

Em 76.

Entre 68 e 76, para além do estudo, como ocupava o tempo?

Reprovei um ano. Foi no ano em que houve grandes lutas estudantis no Técnico. O Técnico foi encerrado e houve um cordão de polícia de choque à volta do instituto.

Quando?

Em 72 ou 73. Sei que estava no 4º ano do curso. Eu não pertencia a nenhum movimento político ou associativo, mas havia greve às aulas e aos exames e como fecharam o Técnico, não podia entrar. Depois, recebemos uma carta em casa para que indicássemos se queríamos fazer os exames à porta fechada, em determinadas datas. Mas já antes, a preparar este processo, fizeram-se novos cartões de aluno, com fotografia. Já com o Técnico fechado, tivemos de ir lá fazer o cartão.

Não existiam, até então? Foi uma inovação?

Foi. Com uma máquina daquelas para fazer fotografia rápida, tipo *photomaton*, a cores. Embora não pertencesse a nenhum movimento, o que menos queria era ser fura-greves. Até porque afixavam as fotografias dos fura-greves na cantina da Cidade Universitária. Portanto, não fiz exames e chumbei o 4.º ano.

Quando veio o 25 de Abril, no ano letivo de 74/75, permitiram a todos os alunos que tinham sido prejudicados – ou seja, que tinham chumbado por causa das greves – que se inscrevessem num número ilimitado de cadeiras. Assim fiz. Inscrevi-me em tudo o que tinha em atraso. Só acabei o curso no ano letivo de 76. Em 75, tinha começado a trabalhar. Arranjei primeiro uma ocupação como tarefeiro, no Instituto

Nacional de Estatística, onde andei a fazer inquéritos sobre transportes, e fui depois chefe de equipa ou coordenador da equipa dos inquéritos. Passados alguns meses, concorri e arranjei colocação como professor provisório do ensino secundário. Foi quando conheci a Filipa, a minha mulher, que era também professora provisória. Para acabar o curso estudei em *part-time*. E as coisas demoraram um bocado mais do que era suposto.

Como apareceu a Força Aérea?

Acabei o curso e continuava a ser professor provisório do ensino secundário. Mas procurava um emprego onde aplicasse melhor a formação em engenharia eletrotécnica. Os tempos eram difíceis a seguir ao 25 de Abril. Ainda tive uma ou outra oferta – poucas. Uma delas era para São Miguel, como representante de uma firma pioneira da informática em Portugal. Chamava-se Rima. Seria o representante para os Açores. Acabei por não aceitar – foi uma opção difícil – até porque, em simultâneo, tinha aberto o concurso para engenheiros eletrotécnicos para a Força Aérea. Concorri e fui selecionado. Atraíu-me a parte da aviação.

(...) O helicóptero Puma é utilizado para salvamentos, para a recolha de náufragos, mas à noite, para iluminar a área, era preciso um farol de salvamento. O helicóptero não estava então equipado com um farol desse tipo. Era uma lacuna grave. (...)

Helicóptero PUMA, Açores, 1981.

Fotografia cedida pelo entrevistado.



Pôde aplicar a engenharia aprendida?

Sim, a Força Aérea abriu esse concurso numa altura de mudanças na sua estrutura. Durante muitos anos, os oficiais engenheiros da Força Aérea eram formados pela Academia Militar.

Tinham um acordo com o Exército?

Havia duas escolas militares: a Escola Naval para a Marinha e a Academia Militar para o Exército e a Força Aérea. Os oficiais engenheiros da Força Aérea e do Exército, não faziam o curso completo na Academia Militar. Frequentavam os preparatórios de engenharia na Academia Militar e acabavam o curso no Técnico. Em 77, a Força Aérea decidiu criar uma academia própria. Mas esta não arrancou de imediato com todas as suas valências. Desenvolveu-se aos poucos. Começou por lecionar a parte final dos cursos de pilotagem e depois, em 78, quando abriu o tal concurso a que eu concorri, é que começou a dar cursos de um ano a pessoal já licenciado em engenharia. Recrutavam-se engenheiros, e era-lhes ministrado um curso de um ano e pouco, na Academia da Força Aérea, para que tivessem as necessárias competências técnica e militar. Tínhamos, pois, disciplinas militares e outras sobre assuntos técnicos específicos da Força Aérea.

E também tinham que marchar ou não?

Sim. É aquilo a que chamamos Ordem Unida. O Curso Técnico-Militar para engenheiro tinha duas vertentes: a militar e a respeitante aos assuntos técnicos específicos da Força Aérea. Ambas as vertentes eram consideradas muito importantes. Foram recrutados onze engenheiros eletrotécnicos para a frequência do curso.

Quantos concorreram?

40 ou 41.

Ficaram 1 de cada 4.

Sim. Onze de 40, não é mau, hoje em dia. Desse onze eram seis de correntes fortes e cinco de correntes fracas. As correntes fortes incluem a geração de energia, centrais elétricas, transporte e distribuição de energia elétrica, etc. As correntes fracas incluem as telecomunicações, a eletrónica, etc.

Era de fortes ou de fracas?

De fracas, de telecomunicações e eletrónica. Voltando um pouco atrás, surgiu esta oportunidade na Força Aérea, e eu fui, de certo modo, estreitar a Academia da Força Aérea.

Quando cheguei às instalações novas, em Sintra, só lá estava um pequeno grupo de pilotos aviadores, que tinha chegado pouco tempo antes.

Esses tinham uma formação diferente da vossa?

Sim, mas durante esse ano tivemos algumas cadeiras em comum: Organização militar, logística, marchávamos juntos, os exercícios físicos eram também em conjunto. A Academia da Força Aérea tinha então um número muito reduzido de alunos, as instalações estavam ainda incompletas, mas o sítio é muito agradável. Dos 11 que foram selecionados passámos todos. Aquilo era um curso técnico-militar de pessoal em preparação, destinado ao quadro permanente da Força Aérea – havia o risco de não termos aproveitamento. Mas ficámos todos.

Fazemos jantares anuais para comemorar a nossa entrada na Força Aérea. Desse onze – havia diferenças razoáveis de idade entre nós – uns eram licenciados pelo Porto, outros por Coimbra e outros pelo Técnico.

Para evitar rivalidades?

Não, calhou. Dos onze creio que cinco ou seis são engenheiros pelo Porto, dois por Coimbra e os restantes três pelo Técnico. Estamos todos vivos, mas no ativo – eu estou já na reserva – estamos apenas três. Alguns de nós fomos apanhados pelo limite de idade no posto. Outros, resolveram ir saindo, ao longo dos anos. Saíram dois em capitão, um em major e um em tenente-coronel. Cinco são coronéis e há dois majores-generais.

Qual foi a sua primeira tarefa como oficial da Força Aérea?

Fui mandado para os Açores, para a Base Aérea das Lajes. Na altura não queria ir, mas acabou por ser uma experiência ótima. O primeiro trabalho que me deram foi colaborar na criação do grupo de material, para assegurar, de melhor forma, a manutenção dos meios aéreos.

Isso é interessante para um engenheiro.

Sim. Dentro do grupo de material estavam a constituir-se as Unidades de Controlo da Manutenção e de Controlo da Qualidade. O grupo de material já tinha sido arquitetado – era uma reestruturação a nível de todas as bases aéreas – e incluía aquelas duas unidades, onde deviam estar as *Technical Orders*, os manuais de manutenção dos aviões, os procedimentos técnicos, etc. Era preciso credenciar também um grupo de militares para exercer as funções de inspetor de qualidade – que supervisionariam, por exemplo, o trabalho dos mecânicos ou eletricitas, por razões de segurança aeronáutica. Havia ainda muitas arestas por limar. Esta foi a minha primeira ocupação. Mas durou apenas uns dois meses.

Passado esse tempo, o comandante da base, que não estava satisfeito com o funcionamento da manutenção – havia muitos aviões fora de serviço devido a avarias e falta de peças sobressalentes, e as situações não eram explicadas convenientemente – decidiu nomear-me comandante da esquadrilha de manutenção de material eletrónico. De maneira que estive ali mais dois anos e tal como comandante dessa esquadrilha. Era um trabalho de grande responsabilidade. Incluía a manutenção dos sistemas elétricos e eletrónicos das aeronaves. Para além disso, competia à esquadrilha assegurar tecnicamente as comunicações da base das Lajes com Lisboa. Na altura não havia comunicações por satélite, só via rádio, em HF. As antenas que estão aqui, no Continente estão direcionadas para as Lajes e as que estão nas Lajes, estão direcionadas para as de cá. Tratava-se de comunicações em voz e também tráfego de mensagens. O meu serviço era ainda responsável pelas comunicações móveis entre a base e as aeronaves. Tínhamos helicópteros Puma e os aviões Aviocar. Em 81, ou no princípio de 82, foi para lá uma frota de aviões FIAT, daqueles antigos que serviram em África. Foi algo muito discutido, mas foram para as Lajes. Isto levou à instalação de novos sistemas e serviços. Teve de se criar um COC – Centro de Operações de Combate – com uma rede própria de comunicações para comunicar com os FIAT, porque eram caças e faziam voos a baixa altitude. Faziam, então, testes de tiro na

zona do ilhéu do Topo. Durante os voos a baixa altitude, perdia-se por vezes a comunicação rádio, devido ao relevo – serras do Cume e de Santa Bárbara. Foi preciso montar retransmissores na serra do Cume. Esses retransmissores eram acionados a partir da Base Aérea das Lajes. Cabia ao serviço, de que eu era responsável, não só a manutenção dos meios aéreos, mas também a dos sistemas de comunicações em terra. A esta última componente, chamávamos rádio-terra. Estive dois anos e meio nos Açores, e foram estes os meus primeiros trabalhos como engenheiro da Força Aérea.

Um dos sistemas que mais avariava era o piloto automático dos Puma, de fabrico francês; também as *chaînes à lacet* e de *tangage* avariavam constantemente. Lembro-me de ir com um conjunto de *chaînes* para dentro do helicóptero, substituindo-as e pedindo ao piloto que efetuasse determinadas manobras, para ver os resultados.

Alturas houve em que tivemos que abrir valas para lançar cabos de telecomunicações. Só me faltou, nalguns casos, pegar na enxada e abrir a vala, porque era tudo muito urgente. E depois, estava imbuído daquele espírito militar: – É para cumprir !

Foi, digamos, uma boa experiência.

Já agora ... havia ainda a Rádio Lajes, *A Voz da Força Aérea Portuguesa*, que emitia para o pessoal militar e não só, pois era muito ouvida na ilha. O estúdio fica dentro da base. Hoje pode-se ouvir a Rádio Lajes *online*. Quem geria então a *Rádio Lajes* era um capelão da Força Aérea mas alguém tinha de manter os equipamentos, assim como fazer a dinamização cultural, promovida pela estação. Colaborei nestas duas atividades, com o meu pessoal, e dei aulas à noite. Fiz grandes amizades nas Lajes.

A família ficou cá ou foi?

Foi. Na altura ainda funcionava a lei dos cônjuges. A minha mulher não foi logo. Eu fui uns meses à frente. Ela esteve colocada dois anos na escola preparatória da Praia da Vitória.

Quando acabei a missão nas Lajes, vim para Lisboa e fui colocado na direção dos Serviços de Eletricidade e Telecomunicações. Fiquei responsável pelos assuntos da área das telecomunicações e rádio-ajudas à navegação aérea.

Estive ali de 82 a 86. Fui chefe da secção de Rádio-Ajudas e Telecomunicações. Era um serviço central onde se fazia a gestão dos referidos equipamentos instalados nas aeronaves da Força Aérea. Os equipamentos de rádio-ajudas incluem as rádio-bússolas – que funcionam em conjugação com os rádio-faróis instalados em terra – os VOR – uma rádio-ajuda muito utilizada na aeronáutica civil e militar – os TACAN e outros sistemas, como o ILS, para a aproximação e aterragem.

Este foi o meu serviço durante cerca de quatro anos. Geria a vinda dos equipamentos avariados, enviados pelas bases aéreas, a lista e as certificações dos reparadores, os *follow up*, a aquisição de equipamentos novos e o reequipamento das frotas, assim como a elaboração de estudos técnicos.

Passou por mim, nesse período, o projeto de instalação de um farol de busca e salvamento nos Puma. O helicóptero Puma é utilizado para salvamentos, para a recolha de naufragos, mas à noite, para iluminar a área, era preciso um farol de salvamento. O helicóptero não estava então equipado com um farol desse tipo. Era uma lacuna grave. Havia propostas em cima da mesa, de vários fornecedores, mas surgiu a ideia – na verdade, de um dos sargentos da Base Aérea do Montijo – de desenvolver um sistema nosso, utilizando material dos FIAT, de que havia grandes *stocks* em armazém, sem qualquer aplicação prevista. A ideia era boa, e pediram-me que a analisasse, por ser engenheiro. Elaborou-se o projeto e passou-se à fase de concretização, com a colaboração da indústria aeronáutica, em Alverca, que fabricou os *kits*. O sistema funcionou, desde então, com grande sucesso.

Estive quatro anos na rua da Escola do Exército, ao pé do Campo de Santana, depois é que vim para Alfragide, devido à transferência dos serviços.

Em 86, fui destacado para os EUA para acompanhar os trabalhos de modernização dos aviões de patrulhamento marítimo Lockheed P-3, adquiridos pela Força Aérea Portuguesa. Permaneci dois anos e meio na Califórnia, em Burbank, nos arredores de Los Angeles. Os aviões foram comprados em segunda mão e foi preciso proceder à sua modernização.

Para que serve um avião de patrulhamento marítimo?

É um avião adequado para os países que têm uma grande área marítima, como é o caso de Portugal. Tem uma grande autonomia, pode ir até ao limite da nossa zona económica exclusiva em três ou quatro horas e, mantendo-se nesse local, *na estação*, fazer a vigilância ou o patrulhamento, digamos durante seis horas, detetando navios em atividades ilícitas, um avião comercial desaparecido, ou um submarino inimigo. E voltar, depois, sem reabastecimento em voo. Deve poder voar a baixa altitude, junto ao mar, para fazer a vigilância.

Que se entende por baixa altitude? 300 metros?

Ou até menos, nalguns casos. Não é um helicóptero, mas tem a possibilidade de lançar meios de socorro para a água e meios de sinalização – jangadas, bóias – ou de luta antisubmarina. Há uma diferença relativamente aos aviões de vigilância marítima que servem só para vigiar. Os de patrulhamento fazem vigilância, mas têm também capacidade bélica. São aviões que podem transportar e lançar torpedos, vários tipos de bombas e de mísseis. Para além disto, possuem sistemas eletrónicos e *software* especiais, como seja um sistema de infravermelhos para ver à noite. Os sistemas estão integrados. O avião de patrulhamento marítimo é dos aviões mais sofisticados, em termos de eletrónica e de armamento.

E qual é a tripulação?

À volta de dez pessoas. No *cockpit* vai o piloto, o copiloto e pode ir um outro tripulante. Na cabine há várias estações: guerra eletrónica, acústicos, TACCO – *Tactical Coordinator* – ... O piloto tem a missão de levar o avião até ao teatro de operações, mas quando chega aí, o controlo passa para o oficial tático, é ele que conduz então a missão. Embora o piloto tenha sempre a última palavra, quem dirige a operação tática é o TACCO. Há ainda uma estação de navegação que integra os equipamentos de navegação e comunicações. O avião tem janelas com vidros abaulados que permitem uma melhor observação do exterior. E tem cozinha, pois há missões que duram várias horas.

É um grupo grande.

É. Regressei dos EUA em 88. Passei rapidamente por Alfragide e fui frequentar, de seguida, o curso para ser promovido a major. É um curso com várias disciplinas de índole militar. Tínhamos aulas sobre contexto nacional e internacional, técnicas de estado-maior, e outras disciplinas. Depois de ter tirado esse curso colocaram-me na Academia da Força Aérea, onde fui oito anos professor.

Primeiro como aluno e depois como professor!

Sim. Tive muitas atividades na academia. Entre elas, dei sempre aulas ao curso de pilotagem aeronáutica – telecomunicações, eletrónica, sistemas eletrónicos de navegação. Depois, ensinei colegas meus – engenheiros – que estavam a frequentar um curso semelhante ao que eu havia frequentado alguns anos antes. Registraram-se, entretanto, importantes alterações na academia. A Força Aérea, durante vários anos, recrutou pessoal já licenciado, como aconteceu comigo. A alteração foi que a Academia da Força Aérea decidiu ministrar os preparatórios de engenharia. Ou seja, os candidatos selecionados entravam com o 12.º ano apenas. Os que iam para engenharia, faziam os três primeiros anos na academia, que correspondiam aos preparatórios de engenharia mais a formação militar, e davam equivalência aos dois anos iniciais do Técnico. Ao fim desses três anos na academia, iam para o Técnico para acabar o curso e, se não perdessem nenhum ano, passavam três anos no instituto. Para os engenheiros da Força Aérea o curso tem pois uma duração de seis anos.

Devido à componente militar?

Sim. Os três primeiros anos da academia dão equivalência aos dois primeiros anos do Técnico, porque os cadetes têm, na academia, a formação militar – teórica e prática – que não existe nas escolas civis. Dei portanto aulas a pessoal que era já licenciado quando veio para a Força Aérea, e também a alunos dos preparatórios. A estes últimos, lecionei introdução à engenharia eletrotécnica e de computadores, eletrotecnia e eletrónica. Fui ainda responsável por dois laboratórios: o de aviónica e o de ensaios em voo. E tinha outras funções: orientador científico, coordenador de departamento, diretor de curso.

Dei ainda aulas de matemática e física a alunos dos PALOP, que vinham, geralmente, muito mal preparados.

Passados oito anos na academia, fui colocado na OGMA, em Alverca, na indústria. A OGMA, durante muitos anos, foi um estabelecimento fabril da Força Aérea. Estava dentro da estrutura orgânica da Força Aérea, da mesma forma que a Marinha tem o seu Arsenal. A OGMA era o arsenal da Força Aérea. Mas acabou por sair da orgânica da Força Aérea e trabalha, desde então, para muitos outros clientes. Transformou-se, primeiro, em empresa pública de capitais exclusivamente públicos. Mas os quadros técnicos da empresa continuaram a ser maioritariamente, durante vários anos, militares engenheiros da Força Aérea. Fui lá colocado para render um camarada meu e fiquei quatro anos. Fui chefe da divisão de Engenharia e Programas e chefe da divisão de Eletrotecnia.

Que faz um chefe da divisão de Engenharia e Programas e um chefe da divisão de Eletrotecnia?

A OGMA tem vários departamentos. Um das suas áreas de negócio é a manutenção de aeronaves, tanto da Força Aérea Portuguesa como de forças aéreas de outros países. A manutenção pesada das aeronaves da Força Aérea Portuguesa, em que é preciso *descascar* toda a aeronave, repintá-la, etc., era feita na OGMA.

A OGMA não tem, atualmente, o monopólio da manutenção pesada dos aviões militares portugueses. Quando estive lá colocado, acho que já não tinha, mas continuava, na prática, a efetuar toda a manutenção pesada dessas aeronaves. Para além da manutenção, a OGMA tem ainda uma importante área de fabricação, onde se fazem peças de avião, em metal – alumínio – e em material compósito. O Departamento de Fabricação precisa de engenheiros dedicados. A Divisão de Engenharia e Programas constituía a Engenharia Central da OGMA. Há engenharias dedicadas ou distribuídas, a nível da empresa, como a que referi para a fabricação. Quando surge um problema concreto, há que seguir os procedimentos. O engenheiro que está mais próximo da produção, é chamado e deverá pronunciar-se ou dar o seu aval. Se o problema, pela sua complexidade ou implicações, não puder ser

resolvido a esse nível, recorre-se à Engenharia Central. A Engenharia Central, ou seja, a divisão de Engenharia e Programas era ainda a responsável pela I&D na empresa. Para se modernizar, a OGMA tinha que investir neste domínio. Para este efeito, era necessário estudar e organizar os processos de candidatura aos financiamentos – subsídios – que existiam para esse fim.

A manutenção dos aviões militares é – ou deveria ser, na minha opinião – uma aposta estratégica da empresa. Dá dinheiro. A área das modificações, modernizações ou *upgrades* é outra boa aposta. Na fabricação, as margens são estreitas e há uma competição cerrada por parte dos países emergentes.

Os governos têm, em regra, cada vez menos dinheiro para investir no setor militar. Como exemplo, refiro o caso dos nossos aviões C-130. O avião tem alguns sistemas que estão a ficar obsoletos. Mas comprar aviões novos é difícil. A solução é prolongar a vida dos que já temos, modernizando os sistemas mais antiquados. É um trabalho geralmente rentável. Os próprios fabricantes aeronáuticos começaram a abraçar esta área, porque a venda de aviões novos está em declínio. Existe um grande mercado para a modernização das frotas. Na altura, este trabalho estava também atribuído, dentro da OGMA, à divisão de Engenharia e Programas. E concorriamos a imensos concursos para conseguir trabalho. Para obter um contrato, havia que responder a dez ou mais concursos.

Presentemente, por pertencermos à UE, as coisas são, por vezes, complicadas.

Os aviões C-295 que a Força Aérea está a receber são fabricados em Sevilha e a sua manutenção pesada será feita, em princípio, nessa mesma cidade, pela grande multinacional europeia da aeronáutica, a EADS. Isto cria problemas novos de dependência. A Força Aérea já não tem o seu arsenal que era a OGMA. Tem que contratar os serviços de manutenção pesada. Ou seja, ficamos sujeitos à vontade de terceiros. A Marinha tinha o seu arsenal no Alfeite. Está antiquado nalguns setores, segundo creio. Passou, entretanto, a empresa pública. Está a seguir um trajeto semelhante ao que aconteceu com a OGMA – que foi privatizada e a maioria do seu capital é, atualmente, brasileiro.

Foi uma aposta ganha pelo Brasil?

A OGMA estava meio falida, foi vendida barata. Neste momento pertence, maioritariamente, à EMBRAER. Quando passaram a controlar a empresa, os brasileiros orientaram-na para o campo da manutenção civil. Fazer, por exemplo, a manutenção supletiva dos aviões da TAP. A aposta inicial foi esta. Mas verificou-se que era uma área pouco rentável. Muita competição e lucros escassos. A manutenção militar e a fabricação foram então um pouco descuradas. Mas penso que a situação mudou. A área mais rentável atualmente, continua a ser – tanto quanto sei – a da manutenção de aviões militares.

É um cliente que não discute muito o preço.

São trabalhos pesados e de maior valor acrescentado. Os prazos não são tão apertados e não há tanta competição. É mais rentável. O Arsenal da Marinha que passou a empresa pública, vai ter, provavelmente, uma evolução semelhante à OGMA. Seria pena que, no futuro, as fragatas, corvetas ou os submarinos da nossa Marinha tivessem que ir sistematicamente para a Alemanha ou para os EUA porque, ali ao lado, o estaleiro perdeu as capacidades.

Da OGMA vim aqui para o ministério da Defesa, para a direção geral de Armamento.

Que faz um engenheiro na direção geral de Armamento?

A aquisição dos grandes sistemas militares deve ser feita por um serviço central do ministério da Defesa. Os grandes sistemas são, por exemplo, os submarinos, pela dimensão financeira que a sua aquisição representa. Outros exemplos são o programa de modernização dos F-16, a aquisição de viaturas blindadas para o Exército ou o programa de modernização das fragatas da Marinha. Qualquer destes programas requer serviços especializados, consultorias técnicas, financeiras e jurídicas. Estamos a falar de muitos milhões. A aquisição de um novo sistema de armas – navio, avião ou carro de combate – desde que se lança o aviso do concurso público internacional até à assinatura do contrato, demora no mínimo dois anos e requer um conjunto de profissionais com conhecimentos técnicos dos sistemas de armas e experiência de gestão em aquisições militares. Daí as grandes aquisições

serem feitas, em regra, por serviços centrais especializados. Há aspetos que são semelhantes em todos os concursos: parte dos clausulados dos cadernos de encargos, as metodologias de avaliação. Este é um dos papéis da direção geral de Armamento, tendo em atenção a Lei de Programação Militar. Algumas destas aquisições são de material novo, noutras casos em segunda mão. Temos adquirido, por exemplo, algum material em segunda mão à Holanda.

Porquê em segunda mão?

Para além do que disse anteriormente, a direção geral de Armamento tem uma outra atribuição: a alienação de material de guerra que já não faz falta, o que passa, muitas vezes, pela sua venda. Foi o que aconteceu com a venda recente, ao Uruguai, de navios antigos da nossa Marinha.

A Holanda faz uma gestão muito criteriosa do ciclo de vida do material de defesa e tem pessoal especializado que se dedica a este trabalho de gestão. Eles têm bons estaleiros de construção naval, desenvolvem produtos novos, mas vendem atempadamente aquele que está ainda operacional e com um bom valor de mercado. Comprámos já diverso material à Holanda, como sejam as fragatas da classe M, que são parecidas às Meko e os atuais aviões P-3C. Temos adquirido também, ao longo dos anos, material usado à Alemanha e aos EUA. A opção de comprar em segunda mão resulta normalmente de um estudo aturado em que são analisados os custos e os benefícios das opções do novo *versus* usado, ao longo do ciclo de vida.

Para perceber o que é a direção geral de Armamento, tem que se referir então os grandes programas aquisitivos: aviões C-295, helicópteros Merlin, modernização dos F-16 e dos aviões P-3C. Para o Exército, a aquisição dos carros de combate Leopard e o processo de substituição da espingarda automática G3. Os navios-patrolha para a Marinha, etc. Mas há ainda uma outra atribuição da direção geral de Armamento que é a de encontrar soluções para a destruição de bombas e munições obsoletas ou com o prazo expirado. Antigamente atirava-se para o mar. Agora há que recorrer a indústrias certificadas para proceder à destruição controlada deste material, respeitando as normas de segurança e ambientais. É uma outra competência

muito importante: a gestão da I&D de defesa. Analisamos as candidaturas e projetos e propomos a decisão final ao ministro da Defesa. É de referir que a direção geral de Armamento funciona ainda, de certo modo, como uma extensão da Agência Europeia de Defesa, em Portugal

Ao longo dos anos, desempenhei vários cargos nesta direção geral: chefe de divisão, diretor de serviços, durante cinco anos, e assessor da direção. Como assessor, conservei a coordenação de dois importantes programas: a modernização dos aviões P-3C e a aquisição dos aviões C-295 que estão a ser fabricados pela EADS – agora Airbus Militar – em Sevilha.

Repensando a sua vida como militar e como engenheiro, qual a fase que mais o marcou?

É difícil dizer. Neste momento tenho mais disponibilidade. Não ando com o estresse e as preocupações que senti, por vezes, no passado. Houve períodos de algum cansaço. Na OGMA – estive lá quatro anos – o último foi um pouco difícil. Houve também uma fase, em Sintra, na Academia da Força Aérea, onde acumulei demasiadas funções. Era diretor de curso, coordenador de departamento, orientador científico, responsável pelos laboratórios e por programas de I&D e, para além de tudo isto, lecionava 20 horas semanais ... Para complicar a situação, tinha um gabinete no corpo central do edifício e os laboratórios ficavam a uma certa distância. já

Na Academia da Força Aérea, Pirassununga, SP, Brasil, 1992. Aviões Tucano.

Fotografia cedida pelo entrevistado.



não sabia onde havia de estar. Era difícil responder a tanta solicitação. Ao surgir a hipótese de ir para a OGMA, aceitei.

Quando estava na Academia da Força Aérea fiz o mestrado – antes de Bolonha – no Técnico, na área da engenharia eletrotécnica e de computadores. E como já estava há oito anos na academia, pensei então em enveredar pela carreira académica e fazer o doutoramento. Atraíu-me a ideia de ir para a indústria e estava saturado de ter demasiadas tarefas e funções. Na OGMA, tirando esse ano final de alguma confusão – correspondeu a uma grande reestruturação interna, de reuniões em excesso, digamos que a toda a hora – foi uma experiência bastante boa. Respondíamos a imensos concursos, com prazos muito apertados. Deu para perceber que, do ponto de vista do fornecedor, as coisas não são também fáceis. As empresas têm que ser competitivas. Na altura, a estatística era conseguir um contrato por cada dez propostas elaboradas. Aqui na direção geral de Armamento já tive igualmente picos de trabalho – por exemplo, a celebração do contrato para a modernização dos P-3C.

E aspetos positivos?

Gostei muito de estar nos Açores. E foi bom também por causa do meu filho, que era pequeno e os Açores são um bom sítio para quem tem crianças pequenas.

Nos EUA, onde estive cerca de três anos, foi uma experiência muito enriquecedora, junto de um dos gigantes da aeronáutica, a firma Lockheed. Tive a possibilidade de conhecer, também, uma série de Estados americanos.

Na direção geral de Armamento fui representante nacional, durante vários anos, em fóruns de logística da NATO. Costumava viajar de dois em dois meses para Bruxelas ou para o Luxemburgo. Enquanto estive na OGMA viajei também bastante, para contactar com fornecedores e clientes. As viagens e o contacto internacional acabam por ser algo de simpático para quem desenvolve uma atividade técnica e constitui um escape às preocupações.

Estudou engenharia, porque quis ser engenheiro. Como militar teve oportunidades de trabalhar em engenharia. Sente-se mais militar ou mais engenheiro?

Sim, isso é verdade. Quis ser engenheiro. Mas fardei-me e fiquei imbuído do sentido de missão militar. Nos Açores, como contei, só faltou pegar na enxada para abrir as valas, para lançar os cabos coaxiais. Atualmente sinto-me talvez mais militar, apesar de estar fora do ramo há alguns anos. Na OGMA trabalhava em prol da indústria de defesa. Aqui, na direção geral, apesar de ser da Força Aérea, não devo privilegiar este ramo em detrimento do Exército ou da Marinha. Tenho que ser imparcial. Desenvolvi, por isso, uma visão mais global das Forças Armadas, uma visão de militar sem ramo. Essa visão está bem representada na DGA francesa, que tem um quadro próprio de militares – não pertencem a nenhum dos três ramos, pertencem à DGA. Devido aos anos de serviço e à minha pertença à Força Aérea, é onde me sinto, claro está, em casa. Acabo por ter mais contactos com pessoal militar do que com pessoal civil, mas continuo a ser membro da Ordem dos Engenheiros, vou aos congressos, seminários, etc. Tive contactos recentes com a ordem por causa da especialização em aeronáutica.

Como vê o papel atual do militar?

Há uma tendência para a integração em blocos. Há quem defenda que as Forças Armadas deixaram de fazer sentido no seu papel tradicional. Eu não estou ainda em condições de aceitar essa visão. Acho que se justifica a existência das Forças Armadas Portuguesas, dando-lhes um papel militar e civil. Ou seja, não as remeter aos quartéis, mas em tempos de paz dar-lhes outras atividades: proteção civil, por exemplo. As Forças Armadas terão que evoluir, mas continuam a justificar-se.

E o do engenheiro?

Penso que terá que haver alguma evolução uma vez que as mudanças ocorrem muito rapidamente e o engenheiro precisa de se reciclar, de ter formação contínua. O engenheiro é obrigado a enveredar por outra carreira, mudar de atividade. Terá que se adaptar. E isso vai obrigar a ter

formações curtas, centradas em determinadas áreas.

Os engenheiros, durante o curso, devem ter formação em gestão. Podem obter essa capacidade mais tarde, mas é importante que a adquiram. Julgo preferível que seja logo na formação básica. Assim como alguma formação em história da ciência e da tecnologia: é importante saber como algo se desenvolveu e quais os desafios futuros. Quem tem essa visão fica mais esclare-

cido. Os engenheiros não são nada atreitos aos estudos de história, mas é uma área muito interessante, a da história da ciência. No meu tempo, saía-se do Técnico sem grandes noções a este nível. Penso que me faltava essa visão assim como melhores conhecimentos em gestão e economia. O engenheiro deverá ter um espírito aberto para a aprendizagem contínua e uma boa formação de base. Perante tantas especializações, é essencial ter uma sólida formação de base.

Sou uma revolucionária da água!

11 de agosto de 2010

Sou engenheira civil.

Em que ano se licenciou?

Entre em 1980 no Técnico e saí em 1989.

O que a fez decidir-se por uma escola de engenharia?

Sou da Guarda e queria vir para Lisboa, não para Coimbra. Queria Lisboa e medicina. Tinha e tenho ainda hoje, uma grande amiga que é médica, que também se decidira por medicina. É aquela coisa da adolescência:

– Vamos as duas para medicina, vai ser bom.

Acho que tinha vocação para medicina. Não consegui entrar e comecei a pensar o que poderia então fazer: engenharias? Engenharia civil! Nunca tive antes interesse pela engenharia civil. Não fazia parte do meu objetivo de vida. Foi mesmo:

– Quero é ir para Lisboa, vamos lá entrar num sítio qualquer.

E a seguir à medicina veio a engenharia civil, porque eu estava em ciências, não podia ir para direito. Senão teria escolhido direito. Porquê? Porque estes são os cursos que toda a gente faz, ou quer fazer: medicina, engenharia, direito, arquitetura. E gostava de matemática, de facto. Mas engenharia civil nunca me disse muito. Agora sim, mas naquela altura, não. Aliás, eu era muito contra a construção em betão. Era ligada à natureza e detestava o betão.

Do Técnico, o que recorda? Como era o seu dia-a-dia?

Uma alegria! Fazia tudo menos assumir aquela vida como vida de estudante e de ter responsabilidades. Achava que conseguia tudo. Diverτία-me durante o dia em vez de ir às aulas, por exemplo, a jogar matraquilhos, às cartas, ficava na última fila dos anfiteatros a ler o jornal com os meus colegas. Porque no início era eu e mais

Entrevista a Margarida Rodrigues

Grelha e aplicação Jorge Freitas Branco

oito rapazes. Só havia duas raparigas na minha turma. Depois éramos, eu e a outra colega e os oito rapazes. Para mim era outro mundo, um bocadinho desfocado do objetivo que me tinha ali, que era estudar e fazer as cadeiras. No fim do ano, ou do semestre, os meus colegas faziam as cadeiras, e eu nem por isso. E estive assim uns tempos.

Fazia-se aos matraquilhos.

É. Porque eles jogavam matraquilhos durante o dia, mas depois em casa tinham disciplina, tinham os pais, que lhes impunham disciplina. Eu não tinha disciplina nenhuma. Depois organizei-me, mas no início foi difícil. E, por isso, chumbei no 2º ano e depois fui dar aulas. Não fiz um percurso linear, como a maioria dos meus colegas.

Que aulas deu? De matemática?

Dei aulas de matemática, de físico-química, de desenho. A primeira vez foi no 2.º ano do curso. Fui para Grândola. Já sabia que chumbava. Tinha o sentido de responsabilidade de não me aproveitar economicamente dos meus pais. O último semestre estive sempre em Grândola e foi uma aventura dar aulas, gostei. Depois voltei ao Técnico, matriculei-me no 3.º ano.

Depois de quanto tempo?

Só estive em Grândola 4 ou 5 meses. Em Lisboa tinha que pagar quarto, mesmo assim mantive-o. Mas há coisas que já não me lembro. Quis ganhar dinheiro para não estar a sobrecarregar os meus pais, gerindo a minha vida. Voltei no ano seguinte e matriculei-me. Chumbei novamente. Fui para a Guarda dar aulas de desenho e físico-química durante dois anos. Estive quase a decidir não acabar o curso, andei um pouco perdida. Voltei a Lisboa, continuei a dar aulas. Nunca mais fiquei dependendo financeiramente dos

meus pais. Autonomizei-me, apliquei-me, comecei a gostar, a interessar-me, a ter melhores notas. Interessei-me pela água, pela hidráulica. Detestava estruturas e betão. Todos gostamos da água, não é? E foi por aí que me orientei e acabei o curso em 89, com uma média de 12, o que não foi mau.

Como eram as aulas? Quais as recordações? Professores?

O Técnico era uma grande escola e sentia-se isso. Os professores um pouco distantes sobretudo os que lecionavam nos primeiros anos. Recordo-me dos professores de análise matemática, do prof. Levy, mas o Mariano Gago era o que mais me fascinava.

Que lecionava ele?

O Mariano Gago era professor de história da ciência. Era num anfiteatro grande nos pavilhões de química, lembro-me dele a dar a aula, de não faltar às aulas dele, porque eram interessantes. É um professor que nunca mais hei-de esquecer. Era muito concentrado e convicto e isso ele transmitia para fora. Depois tive o prof. Quintela e o prof. Monteiro.

Carvalho Quintela, de Hidráulica?

Exatamente! Alto, com olho azul. Há professores que achei muito interessantes, mas de quem não tenho ...

Mas que não se lembra, isso é natural.

Recordo o professor de materiais de construção nos falar sobre ética e deontologia profissional, por nos alertar para a facilidade com que os engenheiros se podem corromper. E tive o Brotas. Muitos dos meus professores já estarão reformados.

E o ambiente com os seus colegas?

O ambiente era de boa disposição. Gozavam um bocado comigo, mas eu também deixava e se calhar até gostava. Por ser da Guarda, diziam que vinha das cavernas. Tinha um aspeto diferente das meninas daqui de Lisboa. Trazia aquelas roupas que eu associava ao estilo *hippie*, de tamicos e saias compridas. Achava-me na vanguarda e eles que eu vinha das cavernas ou do rancho. Escreviam no meu cartão de estudante:

Margarida das Cavernas. Era diferente das pessoas da minha turma porque vinha da província. E da província penso que só vinha o Francisco. Só depois me apercebi que eles, ao contrário de mim, pouco saiam. Achava que eles não frequentavam as coisas que Lisboa tinha. Levavam uma vida que era o Técnico, brincavam ali um bocadinho, iam para casa, estudavam ou faziam lá as coisas que normalmente faziam. Eu ia ao cinema, ia ao teatro, ia aqui, ia ali ... E eles nem sabiam que isso existia. Eu era insaciável.

Não se tinham libertado de casa?

Pois. Não tiveram a oportunidade que eu tive. Saí de casa.

Não havia mistura com os da província?

Muito pouca. Era eu e o Francisco, que me lembro. Talvez um açoriano, mas tinha pouco contacto com ele. Como eles já se conheciam do liceu e brincavam uns com os outros, era um grupinho, foi mais fácil. Enquanto com o Francisco costumava também falar com ele senti uma grande cumplicidade, por sermos da província.

No vosso plano de estudos havia estágio?

Não.

Já me disse que gostou mais de hidráulica e de tudo o que tinha a ver com água ...

Hidráulica, obras marítimas ... foram as cadeiras no final.

Uma rapariga do interior ficou fascinada pelo mar?

Bom, isso pode ser já uma conclusão psicanalítica. Porque gosto da água?

Gosta, pronto.

As pessoas gostam da água, porque a água não tem disciplina, é livre. Pode ser por aí ... Tem vida e é mais difícil, dá mais luta. Se calhar é por aí.

Provavelmente ainda não viu um deserto a sério.

Já estive no deserto mais árido do mundo. O mais deserto do mundo, o Atacama. Adorei.

É impressionante, não é?

É lindo.

E fica bem alto.

Sim. No sítio onde eu estive, não senti problemas de altitude. Havia uns sítios com *geysers*, onde já existiam problemas de altitude. Não cheguei a ir porque entretanto tive um daqueles problemas dos viajantes, uma grande diarreia. Fiquei no hotel, em San Pedro de Atacama. Mas estive noutros sítios do Chile. Já estamos nas viagens!

Em 89, as licenciadas em engenharia civil eram uma minoria?

Sim.

E havia ainda as que desistiam?

Não, acho que as raparigas convictas e estudiosas que entravam, acabavam. A única que corria o risco de não acabar era eu. Elas eram muito disciplinadas. Tiveram um percurso diferente do meu, porque já vinham sensibilizadas pela família para a engenharia. A engenharia é um profissão interessante, mas isso aprendi depois de sair do Técnico.

Em 89, era licenciada em engenharia. Que resolveu fazer?

Quando me licenciiei estava a dar aulas na Paiã, na Escola Agrícola D. Dinis. Entretanto vi um anúncio de uma vaga para engenheiro dos Serviços Municipalizados de Loures. Concorri, fui à entrevista e fiquei.

E depois, para onde foi?

Em 2002/2003 estive em Quelimane, em Moçambique.

Tinha lá as mesmas funções?

Em Loures, só trabalhei em águas residuais, em esgotos domésticos, pluviais e conservação de linhas de água. Entrei como engenheira da Divisão de Esgotos. E em 96 passei a dirigir esta divisão, até ser requisitada pelas Águas de Portugal para ir para Moçambique. Eu tinha uma grande vontade de sair, de ir para África. Num mês consegui que a administração me autorizasse. E fui por um ano. Regressei em 2003. Como por razões não fundamentadas não me renovaram a comissão de serviço, vi-me confrontada com a

necessidade de sair e fui para a Câmara de Almada, como chefe de divisão das Infraestruturas Viárias. Aquilo para mim era uma área nova, não tinha nada a ver com a água.

Qual a atividade que desenvolve?

Sou dirigente do Departamento de exploração e conservação dos sistemas públicos de abastecimento de água e drenagem e tratamento de águas residuais.

E dessas etapas há alguma que lhe chame mais a atenção?

Moçambique é uma vida.

Quer falar sobre Moçambique? Porque foi uma experiência de vida?

Aterrei numa empresa chamada Águas de Moçambique, com sede em Quelimane. Fica lá no norte, distante de Maputo, do sítio onde estão os portugueses. Era a única branca. Quando fui apresentada aos trabalhadores, que estavam alinhados, para cumprimentar a diretora, pensei: *Para onde venho? O que é isto?* O contacto com as pessoas foi estranho, não estavam à espera que os cumprimentasse com um aperto de mão.

Não parei. Só queria fazer coisas. Havia a gestão da empresa, o passar o conhecimento técnico e as pequenas coisas que para mim eram essenciais: os filhos dos trabalhadores nunca tinham tido prendas de Natal, arranjámos maneira de todos as receberem. E como não havia lojas, nem brinquedos, tivemos algum trabalho para conseguir prendas de que gostassem.

Mudámos a maneira como as pessoas pagavam as faturas; já não eram todos em cima de um *guichet*, passou a ser por cartão de vez. Não é como aqui que se contrata uma empresa para uma tarefa. Ali é o que sai de nós. Só ali é que eu me apercebi da minha dimensão. Por isso, foi uma experiência fantástica.

Um episódio que correu um bocadinho mal foi a comemoração do Primeiro de Maio, uma data muito festejada. E era tradição da empresa fazer uma festa ou oferecer uma refeição aos trabalhadores. Havia dinheiro e fez-se uma festa de arromba, onde não faltou nada, nem bebidas alcoólicas. Os trabalhadores aproveitaram. No dia seguinte estavam todos de ressaca. Ocorreu uma rutura na adutora e Quelimane ficou sem água.

Grande Primeiro de Maio!

A reparação da rutura durou muito mais do que o previsto. Sofri aquela angústia: *Se eu não tivesse feito assim, isto não tinha acontecido. Se eu pudesse ajudar, mas não posso*, porque a reparação da rutura fazia-se debaixo de água, num pântano. Demorámos dois dias a reparar. Acho que foi a ressaca. Eles, se calhar, acharam que não. Que era o tempo que aquilo levava. Agora eu, como acompanhei tudo, achei que a reparação estava a ser muito lenta. Não conseguia orientá-los para que fizessem as coisas mais depressa, porque a forma que eles tinham de reparar era só deles. Eu não podia dizer como é que se aparafusava, porque eu não via sequer a junta. Eles mergulhavam e metiam parafusos. Eu só os via desaparecer e voltarem à superfície, cheios de lama.

O mais dramático naquilo?

Nestes dois dias não estive sempre lá, no local da rutura. De vez em quando ia a Quelimane. Eram 30 ou 40 quilómetros de distância, de onde tínhamos a captação da água. Havia a adutora para Quelimane e o que eu via era as pessoas – uma imagem que não me esqueço – levando os cântaros, com uma cara desolada, sem água. Ao longo daqueles quilómetros via-se a desolação daquelas pessoas. Ia parando e dizia: – Olhe isto vai estar pronto daqui a umas horas. Porque primeiro tinha uma previsão para umas horas. E repetia-lhes:

– Não se preocupem que estamos com uma rutura, mais daqui a umas horas ...

Até que percebi que não valia a pena, porque não consegui prever nada. Aquela estafa, o estresse de querer dizer às pessoas: *Fiquem tranquilos*

Em Moçambique.

Fotografia cedida pela própria.



porque vamos ter água!, foi uma coisa desgastante e angustiante. Ser responsável por um serviço de abastecimento de água e não ter água é desesperante.

Há quanto tempo estava lá quando isso aconteceu?

Eu entrei em julho, isto foi em maio do ano a seguir. Estava quase a vir-me embora.

E como decorria o seu dia-a-dia? Para além desses picos.

Havia corrupção e eu tinha muita dificuldade, pois não conseguia entender aquele mundo diferente e de alguma maneira olhava as coisas como se estivesse aqui. Não consegui ter tolerância para algumas coisas. Acho que se deve ter tolerância em função do que está a acontecer à nossa volta, mas na altura não tinha e achava que aquela responsabilidade que eu tinha não o permitia. Era um dia-a-dia de picos: por um lado, a satisfação de ter surpresas agradáveis, normalmente com as mulheres da empresa. Com elas, conseguia trabalhar bem. Com os homens, menos. Tinha a calma para dizer as coisas devagarinho, explicar o que pretendia, mas nem sempre se resolvia. Eles diziam que faziam, mas quando ia ver, não tinham feito nada. E porque não faziam? Respondiam-me:

– Não percebi o que a diretora disse.

Fui trabalhando mais com as mulheres. Como tinha competência para o efeito, recuperei pessoas que estavam subaproveitadas, colocando-as em tarefas de mais responsabilidade: à frente dos recursos humanos, da financeira. E as coisas foram melhorando. Enquanto lá estive as receitas cobriam as despesas. Houve dinheiro para os ordenados, para os funerais, para a assistência médica, para as pequenas festas, para o protocolo.

E convivi com as mulheres da empresa e às vezes ajudava-as em tarefas do campo. Ficou assim uma saudade destas senhoras da empresa e deixei lá uma amiga.

O que é que havia mais? Eu não tinha mobiliário, mandei fazer ao carpinteiro local. Era tudo diferente. O meu objetivo era passar conhecimento às Águas de Moçambique e experiência. Eu fazia toda a gestão da empresa constituída por 67 trabalhadores, reportando ao

diretor geral em Maputo, o regular funcionamento dos serviços. Implementava medidas, alterava, inovava de forma a melhorar a eficiência e o equilíbrio financeiro da empresa.

Uma das coisas que mais me lembro foi termos regularizado o tarifário da venda da água, porque havia pessoas que consumiam a água sem pagar, outras pagavam em excesso.

O objetivo era as Águas de Portugal transferirem conhecimento e experiência aos moçambicanos para serem eles depois a gerir a empresa.

E como faziam esse controlo?

Fazia-se com o apoio de pessoas responsáveis por comunidades organizadas à volta de um fontanário. Eram eles que distribuíam a água em função de um tarifário. Tínhamos de confiar neles. Quando surgiam dificuldades, reuniamos--nos.

Não foi difícil organizar, difícil era manter. Outra coisa era controlar as ligações fraudulentas na *cidade de cimento*, Quelimane.

E a água para Quelimane vinha de onde? Vinha do Zambeze?

Não, era captada por furos. Quelimane é a capital da Zambézia, mas o rio Zambeze passa longe dali. Havia ali uma captação superficial, mas depois não tinha qualidade suficiente e as Águas de Moçambique apostaram em fazer furos e a água era aceitável. Não tínhamos que fazer grande correção da água. Isso funcionava bem. A minha preocupação era que os fontanários tivessem água em quantidade. Tinha mais preocupação com os fontanários do que com os ramais das casas particulares. As casas particulares até tinham reservatórios, dispunham de reservas. As aldeias e os fontanários eram a minha preocupação.

Então foi uma experiência que se centrou mais na gestão do que na engenharia?

Exatamente. De alguma maneira a minha vida profissional tem em sido sobretudo gerir recursos para prestar um serviço público de qualidade.



(...) Eu não podia dizer como é que se aparafusava, porque eu não via sequer a junta. Eles mergulhavam e metiam parafusos. Eu só os via desaparecer e voltarem à superfície, cheios de lama. (...)

Rutura na adutora – Quelimane sem água.

Fotografia cedida pela entrevistada, maio de 2003.

Sente-se bem como engenheira na atividade que desenvolve?

Dirigir um Departamento de exploração e conservação numa instituição como os Serviços Municipalizados é gerir a água, é seguir a minha carreira profissional que tem sido dedicada ao serviço público na gestão da água. Os municípios tem uma grande capacidade para gerir e desenvolver as infra-estruturas e para garantir o direito de todos os cidadãos à água como princípio básico e universal.

O mais difícil é conseguir ter os trabalhadores motivados – o departamento tem 214 trabalhadores – por que se ganha mal, os funcionários públicos são muito mal pagos e muito mal entendidos. Trabalham às vezes em más condições para não deixar as pessoas sem água, para garantir a recolha até ao tratamento das águas residuais, para evitar inundações quando chove, para proteger o ambiente. Esforçam-se muito.

Os nossos utentes muitas vezes desconhecem este trabalho não sabem como é que a água chega às suas torneiras e como é devolvida ao ambiente, muitas vezes só sabem dizer mal.

Como se sente no papel de engenheira e mulher dirigente? Acha que há alguma diferença no seu dia-a-dia por ser mulher?

Não.

A sociedade já aceita isso como tal?

Sim. Nunca senti diferença. Só em Moçambique. Mas Moçambique é outro mundo. De alguma maneira somos discriminadas. Isto é um mundo de homens.

A maioria do pessoal dirigente continua a ser masculino?

Sim, continua.

Quando acabou o curso inscreveu-se na Ordem dos Engenheiros?

Inscribi-me.

Pergunto isso porque houve nos anos 70-80 uma celeuma. O que a levou a inscrever-se?

Eu acabei em 89, não me lembro de haver celeuma. Para nós era uma coisa quase automática. Eu não tinha que fazer o estágio. Só tinha que pagar as quotas. Mas tinha que ser ... era a Ordem dos Engenheiros. Eu, aliás, até achei que tinha que estar inscrita para ser engenheira.

Como vê o papel do engenheiro no passado, no presente e no futuro?

A engenharia garante segurança. Quando alguém utiliza a torneira em casa, tem que ter certeza, que a água chega em qualidade e quantidade.

Um engenheiro é alguém com muita responsabilidade confiada pela sociedade, é alguém com capacidade para melhorar as condições de vida das pessoas.

Acho que agora é mais fácil para os engenheiros esquecerem-se disso e perderem-se atrás do dinheiro ou do sucesso da má política entrando facilmente nas trapalhadas que conduzem num instante à corrupção. Estes engenheiros que tomam as vezes decisões catastróficas não querem admitir que prejudicam muita gente, que no limite podem até provocar acidentes mortais.

Os engenheiros tem que ser dignos da profissão de engenharia: íntegros, responsáveis, leais, capazes, exemplares e devem denunciar as atividades ilegais.

As escolas de engenharia têm que dar mais atenção à ética e deontologia profissional nas organizações.

No meu tempo não tínhamos nenhuma cadeira sobre ética profissional, mas os professores deixavam claro que a corrupção era crime.

Sobre serviço público também se falava pouco à exceção da cadeira elementos de engenharia municipal, que em conjunto com as hidráulicas me abriu a porta para a administração pública local.

Tem alguma recordação especial dos seus tempos de estudante ou da instituição?

Tenho um carinho especial pelo Técnico. Pelo edifício, pelos anfiteatros, pela associação, pelo espaço. Ainda me consigo lembrar do cheiro.

Ainda convive com colegas dessa altura?

Sim, ainda, alguns são meus amigos.

E os seus colegas são todos também de civil?

São.

Em que setores trabalham?

Uma amiga está no Instituto da Água, trabalha em qualidade das águas superficiais, outra no LNEC. Outros em grandes empresas de construção e obras em África. Há um numa empresa de fiscalização. Ainda outro numa de instalação de estações de serviço. Também um no Banco de Portugal. Outro é administrador da sua própria empresa ... Acho que todos se sentem bem como engenheiros.

Confraternização no feminino. Moçambique. Fotografia cedida pela entrevistada.



Consegue traçar um fio condutor à sua vida profissional? Em relação à sua geração? Em relação ao seu país?

Sou uma *revolucionária* da água! É responsabilidade de trabalhar para um bem público, em equipa de forma solidária, com *amor à camisola*. É trabalhar para a gestão pública da água, única forma de garantir a água a que todos temos direito.



*Ex-colegas do IST, hoje:
Fernanda Rocha, António Monteiro, a entrevistada.
Fotografia cedida pela própria.*

Descubro a ferrovia por mero acaso

23 de agosto de 2010

Entrevista a
Pedro Malato

Grelha e aplicação Jorge Freitas Branco

**Que recorda dos seus tempos de estudante?
Porque estudou engenharia?**

Foi por mero acaso. Ia para economia política. Entrei no Técnico aos 19 anos, tinha vivido com muita intensidade o 25 de Abril e a economia e a política era algo que me diziam bastante. Na parte final do ano propedêutico tomei a decisão de ir para engenharia civil. Achei que podia ser mais útil, podia ter uma intervenção mais palpável. Foi uma decisão tardia. Fiz o liceu e metade do propedêutico sem nunca ter vislumbrado seguir engenharia. Foi um amigo do meu pai, economista, que me disse: – Tudo bem, mas economia nos próximos tempos vai ser uma confusão. E a engenharia sim, é algo que vai ser uma ajuda à sociedade. Eu gostava muito de física e de matemática. E vim para o Técnico para me licenciar em engenharia civil.

Nessa altura não colocou outra hipótese que não fosse Lisboa?

Não. Foi Lisboa.

Não havia ainda alternativa ...

Sim, o Porto.

Que recorda do tempo de estudante? Havia raparigas como colegas?

Os cursos tinham muito poucas raparigas.

O Instituto Superior Técnico foi um período difícil para mim. Tenho muitos irmãos, somos dez, e o meu pai tinha algumas dificuldades para garantir o nosso estudo. Foi sempre com um esforço muito grande que completei o curso. Dar explicações, trabalhar, mudava muito de turmas, no 3º ano fui para a noite, depois voltei ao diurno, nos dois últimos anos. Comecei a gostar do Técnico no 5º ano. Até chegar ao 5º ano foi sempre em esforço. No 1º ano estive para desistir.



*O entrevistado.
Foto cedida pelo próprio*

Em que ano entrou?

Entrei em 79-80. Estive para desistir porque fui sempre um bom aluno no liceu de Oeiras e quando entrei para o Técnico, foi um choque. Apanho professores, grandes anfiteatros cheios de gente, não percebia nada do que diziam. E estava habituado a que houvesse uma ligação entre as aulas e os livros. Não havia livros, havia sebatas. Os apontamentos não eram suficientes. No 1º ano, fiquei com a sensação de que tinha vindo de um sítio organizado para outro desorganizado. Não conseguia adaptar-me àquele ambiente.

Cheguei a ir à Escola Naval. Coloquei a possibilidade de uma carreira militar, na Marinha, mas nos primeiros testes percebi que não tinha espírito militar. Resolvi insistir no Técnico. Foi das matemáticas que eu gostei nos primeiros anos. Tive belíssimos professores de matemática. Especialmente à noite. Aulas práticas. Gostei muito daquelas turmas com estudantes trabalhadores mais velhos. Tinham uma dinâmica e um sentido prático, que nas aulas durante o dia não existia. Gostava mais desse ambiente. E acho que me ajudou. Naquele 3º ano trabalhava durante o dia, dava explicações, e à noite encontrava aqueles colegas mais velhos, que trabalhavam. Deu-me um sentido prático da aprendizagem da engenharia. Continuei, fui até ao fim. No último ano fiz as médias altas que me garantiram a média final do curso. A minha não foi nada de especial, tive 14, mas tirei notas bastante altas no final.

Encontrou-se a si próprio.

A minha mãe insistia muito para que eu não desistisse. E continuasse. E felizmente foi assim.

Os seus colegas da noite estavam ligados a que atividades?

Curiosamente trabalhavam na ferrovia. A ferrovia é algo que descubro mais tarde, por mero acaso. Recordo-me que quando acabei o curso e fui à CP, à procura do primeiro emprego. Não havia vagas.

Estive uma série de anos a projetar estruturas de edifícios. Em 91, fui fazer um mestrado e um amigo meu que estava na Ferconsult convidou-me para colaborar com a equipa que estava a fazer o plano de expansão da rede de metro.

Estamos a falar dos anos 90. Tinha começado em 91/92, e em 94 entro e acompanho a segunda fase do plano de expansão da rede.

Quando se licenciou foi bater à porta da CP e de nada serviu ...

Sim, e fui fazer a minha vida. Estive uns quatro meses numa obra de estradas, mas não gostei nada daquilo.

Porquê?

Na realidade até gostava do trabalho do laboratório onde se faziam os ensaios, mas estava mais vocacionado para o trabalho de projeto do que de obra. Queria mesmo fazer projeto de estruturas. Eu tinha tirado estruturas e queria fazê-las. Deixei contactos em Lisboa para quando houvesse uma oportunidade me chamarem e foi assim que aconteceu. Acabei por ser chamado em 87 para o Enpesin, um gabinete de projetos nas Olaias. Estive aí dois anos. Aprendi a ser engenheiro de estruturas. Tinha formação, conhecia as ferramentas, sabia os temas. Mas a desenhar, a dimensionar e a calcular, aprendi nessa empresa.

Lembra-se em que trabalhou?

Lembro-me de calcular vários edifícios de escritórios, outros de habitação, coisas para a CP, reabilitação de estruturas, etc.

Fiz vários edifícios para Lisboa, Albufeira, fiz uns de maiores dimensões, com oito pisos. Depois fui para a Hidrotécnica, estive lá dois anos.

Na Hidrotécnica foi encontrar antigos professores do Instituto Superior Técnico?

Sim. Fui encontrar os professores António Quintela, de hidráulica, e o professor António Mineiro da mecânica dos solos. Mas acima de tudo tive a oportunidade de trabalhar com a equipa que projetou Cahora Bassa. Isso foi extremamente interessante.

Já estamos nos anos 90!

Exato. No final dos anos 80 e inícios dos 90. Vivi dois anos intensos na Hidrotécnica que culminaram com uma ida, como engenheiro de estruturas, à barragem do Gove, no Huambo. A UNITA tinha colocado umas minas, era necessário verificar o estado da barragem. Fui com um engenheiro geotécnico, foi uma aventura. Apanhei

um cenário de guerra. Da Hidrotécnica lembro-me disto, e lembro-me com bastante saudade das reuniões em que se apresentavam e discutiam projetos em curso, envolvendo engenheiros de todas as idades. A Hidrotécnica tinha grandes projetos fora de Portugal, nomeadamente no norte de África. Em reuniões descreviam-se os projetos e todos os engenheiros da empresa eram convidados a participar. Aprendi bastante. Depois fui para uma empresa de projetos de estruturas, a Triede.

Mudava de empresa sempre que me sentia preenchido. Gostava de conhecer outras coisas. Quando cheguei à Triede, passado um ano resolvi fazer um mestrado em engenharia de estruturas. Porque tinham sido aqueles anos todos de 87 a 91 a calcular estruturas de edifícios e aquilo não me satisfazia ainda. E surgiu então a oportunidade dos caminhos de ferro, de participar no projeto de expansão da rede de metro de Lisboa, por intermédio de um colega de mestrado, que trabalhava na Ferconsult, no departamento de estruturas.

Era um colega de curso?

Foi meu colega de curso, mas nunca nos tínhamos cruzado no IST, enquanto estudantes. Encontro-o no mestrado de estruturas no Instituto Superior Técnico. Ele também estava a fazer esse curso. Acabamos por desenvolver fortes laços de amizade.

E o mestrado foi em ...?

Em 91/92. Passámos experiências de quase troça na Ferconsult. Ele conhecia a história do metro de Lisboa, com o engenheiro Brasão Farinha, que tinha sido uma autêntica escola de engenharia.

Incomodava-o muito a Ferconsult fazer projetos, com uma tendência cada vez maior de ser gestora de projeto, e não reter conhecimento em termos de engenharia. O metro de Lisboa passados os anos 70, volvidos 20 anos, tinha novamente oportunidade de fazer engenharia e estava a delegar essa informação. Ele tinha a convicção que havia que reunir técnicos experientes para dar resposta ao projeto de expansão da rede do metro. E nomeadamente nesta fase do plano de expansão da rede, que se constituís-

se um grupo de engenharia coeso para reatar o conhecimento de que o metro era detentor.

E desafia-me para colaborar nessa missão.

Ele não poderia estar sozinho nisso, porque fazia também o acompanhamento das obras. E para além da revisão dos projetos, havia também a possibilidade de os fazer. Aliás, surgiu uma outra questão: como é possível fazer a revisão de projetos, de túneis e de grandes escavações, se não fizermos projetos desses? Portanto, tínhamos de os fazer também, só assim podíamos ter sensibilidade para avaliar outros projetos. E neste enquadramento fui para a Ferconsult. Desenvolvemos o projeto do Nó da Alameda II com o arquiteto Manuel Taínha.

Era a primeira estação da linha vermelha e foi inaugurada para a Expo 98. Fizemos os projetos dos túneis de Telheiras, o anteprojecto do túnel rodoviário do Terreiro do Paço, da estação Terreiro do Paço, de Santa Apolónia, e muitos outros estudos e projetos.

O projeto Alameda II foi muito importante porque foi o primeiro. Fizemos o projeto de execução desde a primeira fase. Lançámos o concurso, controlámos a obra. E dávamos a assistência técnica. Apesar do incêndio, conseguiu-se controlar os custos e os prazos. Nada a ver com outras experiências passadas dos projetos de conceção-construção! Com base nesse marco, começámos a ser credíveis e a ter mais facilidade em aumentar a equipa da Ferconsult. Em 99, éramos uma verdadeira equipa de projetos multidisciplinar, com capacidade para responder a qualquer projeto de grande dimensão para o metropolitano de Lisboa: túnel ou estação. Criámos uma biblioteca de desenhos com os estudos e projetos que tínhamos desenvolvido. Estávamos a atingir o objetivo inicialmente delineado, o de assimilar conhecimento e ter uma empresa de projetos ligados ao metro.

Depois disso, saímos para a Normetro. O meu colega e amigo, foi convidado para a coordenação do projeto do metro ligeiro do Porto, e convidou-me para ingressar nessa equipa. Mas isso é uma outra história.

Não quer contar?

Conto. É uma história também muito interessante.

Estamos em 2000?

Não. Ainda estamos em 1999.

A Normetro foi uma autêntica escola. Era um consórcio, tínhamos a equipa de coordenação com vários parceiros que executariam as obras e desenvolveriam os projetos das especialidades, a Normetro fazia a coordenação de projeto. Acontece que como a Normetro ganhou o projeto, teria de desenvolver projetos de execução tendo como base anteprojetos contratados na fase das negociações. Ou seja, havia cinco anos para fazer o projeto e a obra, com base num anteprojecto, e afinal tínhamos que começar do princípio. Nas negociações foram impostas novas cláusulas de segurança, que exigia, entre outras coisas, que os cais, em situação de acidente, pudessem ser evacuados em quatro minutos e uma estação em seis. Para isso, as estações tinham que ter caminhos de evacuação seguros. Esta frase adicionada na altura do contrato, foi o suficiente para fazer recuar o projeto das estações ao princípio. De repente a Normetro é confrontada com uma situação de luta contra o tempo. Havia ainda uma dificuldade acrescida: garantir os orçamentos previstos na assinatura do contrato com base num projeto patentado a concurso de conceção-construção.

A Normetro é pública?

Não! É um ACE, uma sociedade privada que associa várias empresas para concretizar um objetivo comum. Nessa altura, para garantir o sucesso do projeto, fomos obrigados a criar novas metodologias de coordenação, que hoje estão consagradas na gestão de projeto. Tivemos de pensar tudo de princípio, sob a pressão do tempo. Houve outras dificuldades.

O metro, como qualquer obra pública de transportes, quando entra nas cidades, é uma oportunidade para a requalificação urbana. Aconteceu que as câmaras que faziam parte da Junta Metropolitana do Porto estavam representadas no metro do Porto, e queriam aproveitar a oportunidade para requalificar o território. Os primeiros projetos emitidos não foram aprovados. Elas não aceitavam que fizéssemos só o canal do metro, como tinha sido contratado. Queriam requalificar tudo, fachada a fachada. Não tínhamos orçamentos para aquilo. Isto obrigou a fazer um ajustamento de tudo. Ou seja, a

proposta estava feita para uma dada solução que tinha sido aprovada pela metro do Porto num processo longo de concurso.

Mas as autarquias não aceitavam aquela solução, queriam mais.

Na realidade o metro do Porto, não foi só a linha de metro, foi também a requalificação urbana. Veja-se Matosinhos e o impacto que a linha teve. É uma cidade nova, moderna. Hoje a área metropolitana do Porto não é o que era. Depois de Matosinhos, seguiu-se a Maia, a Póvoa de Varzim, Vila do Conde. Os autarcas tinham razão.

As linhas do metro do Porto estão lá. Este projeto é visto internacionalmente como um exemplo de sucesso e já ganhou um prémio.

Lembro-me bem do projeto da estação da Casa da Música em que, com uma equipa que comigo colaboraram, fui o responsável pela coordenação técnica, pelo projeto de estruturas e pelo de geotecnia. O de arquitetura é da autoria do Eduardo Souto de Moura. Este projeto foi importante porque na realidade serviu de protótipo para desenvolver os de todas as restantes estações do metro portuense. Ensaíamos tudo, incluindo os acabamentos. Replicámos a fórmula em todas as outras.

Foi uma excelente equipa. Nem sempre se consegue reunir uma equipa tão valorosa. Todos tínhamos um passado muito parecido. Nomeadamente, pela expansão da rede de metro de Lisboa. Os que lá estávamos, tínhamos passado por bastantes dificuldades e sabíamos que o aparentemente impossível, é possível. Já tínhamos vivido experiências semelhantes.

Acho que em Portugal, respondemos bem perante situações de aparente impossibilidade, de forte pressão. Face a situações consideradas impossíveis, as pessoas transcendem-se. As motivações não têm nada a ver com recompensas materiais, mas sim com o brio profissional. Criámos uma série de rotinas de projeto que hoje uso, e que foram consolidadas durante a minha experiência na Normetro.

É interessante no metro do Porto a rede aparecer praticamente toda de uma vez e não a conta-gotas.

Existiam as linhas férreas convencionais suburbanas, e 7 km de novas linhas executadas em túnel na cidade do Porto, 11 estações subterrâneas e muito mais estações de superfície, novos viadutos, totalizando o sistema quase 70 km de linhas.

Havia as linhas da REFER. Mas para as pessoas aparece uma rede quase de um dia para o outro .

Sim. E acima de tudo, continuo a afirmar, a mestria da requalificação urbana. São precisos bons arquitetos para isso. É fundamental. Não se pode intervir em termos urbanos, sem a arquitetura. Mas não pode ser uma arquitetura de imagem e de promoção pessoal. Tiro o chapéu aos arquitetos Souto Moura, Siza Vieira, João Álvaro Rocha, Adalberto Dias, os Távora, e outros. Eles gostam muito daquela cidade. E perante uma oportunidade ... requalificaram!

Aquela gente tem bom gosto e um amor por aquela cidade que é tocante. É diferente do que se passa em Lisboa. Eu sinto no Porto que defendem com muita força a sua cidade. E quando se fala de requalificar, estão todos de acordo. E não é um a puxar para um lado e outro para o outro.

O metro ligeiro foi também uma oportunidade de requalificação territorial bem aproveitada.

Para o metro do Porto, houve alguma experiência anterior em que se tivessem inspirado?

Não! Foi uma experiência completamente nova. Quem é que tinha experiência? Eram os franceses da Semaly, um consórcio internacional com técnicos de diversas nacionalidades.

Depois do metro do Porto, voltou para Lisboa?

Na última fase estava a fazer a coordenação técnica das estações. Acaba o projeto e, em 2004, aparece a crise. Tinha um contrato com a Soares da Costa, enquanto coordenador de projeto, eles são construtores, não são projetistas, e naquela componente eu não seria mais necessário.

Assisti a um seminário da RAVE – Rede Ferroviária de Alta Velocidade – em Aveiro. Sabia que o próximo passo era a alta velocidade.

Não há mais nenhum metro ligeiro em perspectiva?

Há. Em Coimbra. E em Lisboa também foi feito, na Margem Sul. O sistema do metro ligeiro é moderno. Permite a requalificação e organização da cidade, bastante mais económico do que o metro pesado, e portanto, oportunidades para o fazer haverá sempre. Depende da fase em que a cidade está em termos de desenvolvimento.

Mas, de repente, surge uma nova oportunidade de participar num outro projeto também ferroviário, desta vez, o de alta velocidade. Como tinha dito, há um seminário sobre a alta velocidade em Aveiro e um dos administradores da RAVE faz uma apresentação sobre o Projeto de Alta Velocidade Ferroviária, e eu fiquei fascinado. Falou das estações, das novas oportunidades de negócio que uma cidade com uma estação AV proporcionará.

Refere-se ao impacto que uma estação destas, que liga pontos distantes tem numa cidade, porque a mobilidade é bastante incrementada e há grande capacidade de atração de novas oportunidades de negócio que podem inclusive ajudar a financiar a própria infra-estrutura.

O que se procurava nessa altura era um novo modelo da estação. Ora eu já tinha feito estações, sempre no sentido de torná-las possíveis do ponto de vista estrutural e geotécnico. Conhecia os sistemas eletromecânicos, depois já na perspectiva urbana de integração e de funcionalidades e integração de sistemas. Agora apreciava uma oportunidade de uma maior integração, ao nível do conceito de cidade AV. Fui ter com o referido administrador e disse-lhe que gostaria de colaborar nesse projeto. Convidou-me. Entrei na RAVE para fazer parte de uma equipa liderada por ele, que iria preparar o novo modelo de estações.

Quando lá cheguei estavam a preparar os estudos prévios das novas linhas e as especificações técnicas da infra-estrutura. Ainda não se falava nos modelos de financiamento tipo Parceria Público Privadas (PPP), falava-se de especificações técnicas e de projetos de execução.

Os projetos eram feitos por projetistas nacionais fora da RAVE, a gestão do projeto na RAVE por uma equipa de portugueses e holandeses.

Que aconteceu? Era necessário definir as novas especificações técnicas e a REFER tinha de se rever nesses modelos.

Foi nessa altura que tivemos necessidade de assimilar conhecimento. Promovemos seminários e *work-shops* e definiram-se protocolos com as universidades. A questão das estações já não estava na ordem do dia. Era premente a necessidade de reduzir os custos de investimento e exploração. Os túneis e as pontes passam a estar na ordem do dia. A RAVE percebeu que os túneis eram uma componente caríssima, e que valeria a pena fazer otimizações dos estudos, e desta forma tentar reduzir os custos da rede de alta velocidade. Como projetava e tinha acompanhado as obras de túneis ferroviários a tarefa foi-me entregue. Acompanhava e estudava os estudos prévios realizados pelas empresas consultoras externas, e por outro lado, tentávamos reduzir o número e as secções transversais dos túneis. Verificava se as soluções estavam a ser demasiado caras, se havia outras mais económicas.

Mais tarde surge o conceito do modelo de financiamento via PPP, com a partilha dos riscos. E desenvolve-se esse modelo, que tem sido emblemático lá fora, e promove-se a divulgação do mesmo pela própria RAVE, através de diversos seminários. Estudam-se os sistemas semelhantes usados noutros projetos com as mesmas características. Na altura estávamos já a preparar o concurso da linha Lisboa-Madrid. Como disse, fiz parte da equipa que preparou as especificações técnicas do concurso.

Entretanto o arquiteto João Álvaro Rocha, que tinha estado no projeto do metro do Porto, convida-me a participar, com ele e com o arquiteto espanhol Francisco Mangado, de Pamploña, num concurso de sete estações em Málaga. Uma delas era de alta velocidade: a estação San Pedro de Alcántara.

Tratava-se do corredor ferroviário da Costa do Sol. A Junta da Andaluzia pretendia encomendar dez novas estações ferroviárias subterrâneas. Concorremos a sete. São subterrâneas, porque Málaga é uma zona turística com

bastante ocupação à superfície. Só esta linha custava o valor da rede de alta velocidade portuguesa. E há um concurso internacional para realizar o projeto das estações. O concurso era de arquitetura. Só que todos sabíamos que não é possível desenvolver um projeto de uma estação ou um conceito de estação, sem integrar todos os outros sistemas. E os arquitetos desafiavam-me, não só para a coordenação da equipa de projeto, como para fazer os projetos de estruturas e de geotecnia.

Preparámos o concurso em tempo recorde. Eu nem sei como fizemos aquilo, porque trabalhava durante o dia na RAVE e à noite fazia a proposta. Acabámos por ganhar o concurso. Quando isso acontece, fico com um problema – a exclusividade na RAVE. Ou saía da RAVE e ia fazer as estações ou continuava na RAVE e esquecia-as. Ainda por cima exigia-se que eu fosse a reuniões com a Junta da Andaluzia discutir o contrato.

Desisti da RAVE. Eles compreenderam, expliquei-lhes que ia fazer estações ferroviárias, o que não tinha conseguido até àquela altura na RAVE. Agora ia fazer projetos de estações, mas em Espanha!

Entretanto um amigo e colega, que é um projetista de pontes, tinha acabado de sair da Viaponte. Por estarmos numa mesma fase de mudança, constituímos a NSE Engineering, em 2007. Junto-me à equipa a tempo inteiro a partir de abril de 2008, quando nos foram adjudicadas as estações de Málaga.

Haviam concorrido connosco empresas de projeto de engenharia ferroviária e gabinetes de arquitetura espanhóis. Mas éramos os únicos com uma proposta de projeto integrada. Segundo soube, o júri era composto por engenheiros e só um arquiteto. Tínhamos uma visão integrada das estações e isso devia-se à nossa experiência na Normetro.

Como disse, saio da RAVE para poder participar nas negociações tendo em vista a assinatura do contrato. Entretanto há eleições em Espanha e confirma-se a vontade de fazerem as estações. No ano de 2009, dá-se a crise imobiliária e depois a crise financeira e o projeto tem vindo a ser adiado, mas tem-nos dito que é para fazer. É um facto que o concurso não foi ainda anulado, e portanto continuamos com a

expetativa de fazer as estações em Málaga. Temos feito outras coisas.

Fizemos os estudos prévios de duas linhas para o metro do Porto: uma de Gondomar e outra da Casa da Música – que é a ligação desta à Campanhã. Esta última seguirá para a outra margem, terá uma ponte para Gaia.

Trabalhámos para as Concessões Rodoviárias Transmontana e Pinhal Interior, fazendo uma série de viadutos. Estivemos numa estação de metro em Lisboa. Temos participado em projetos em países africanos, tais como a Mauritânia ou o Senegal.

Participámos também nos concursos do TGV, integrados na equipa espanhola. A primeira equipa franco-espanhola foi um desastre, no segundo concurso, com os espanhóis, italianos e portugueses fomos vencedores.

Participámos numa série de obras de arte correntes, nas estações ferroviárias, e na colaboração em diversas especialidades, ligadas às expropriações, ao meio ambiente e tudo o que tinha a ver com o conhecimento local. Coordenamos e fizemos os projetos de estruturas e de geotecnia da estação do Lavradio, com o arquiteto Álvaro Rocha. Entrávamos também nas discussões sobre a terceira travessia sobre o Tejo (TTT).

A nossa proposta referente ao segundo concurso Lisboa-Poçoirão, é uma solução técnica com forte participação de engenheiros portugueses. Foi um trabalho gratificante com colegas estrangeiros, nomeadamente espanhóis e italianos. E também japoneses. E conseguimos ter um preço muito mais baixo relativamente ao segundo e ao terceiro classificados.

A proposta é rodoviária ou ferroviária?

É rodoferroviária. Trata-se de aproveitar a estrutura da ponte, tornando-a compatível com a possibilidade da rodovia. Garantir as ligações às margens, os trainéis e as respetivas ligações, o resto é tudo ferroviário.

É uma estrutura com quantos quilómetros?

Onze quilómetros. É uma obra que resolve também o isolamento do Barreiro em termos de acessibilidades a Lisboa.

Quando começa a obra?

Lançaram o concurso Poçoirão-Caia e assinaram o contrato com um dos grupos nacionais. Portanto, o troço Poçoirão-Caia está em curso. O Poçoirão fica antes da ligação ao novo aeroporto, em Alcochete. Daqui para a frente qualquer desarticulação de calendário tem penalizações fortíssimas.

A NSE Engineering está atualmente numa fase em que tenta a internacionalização. O que temos a fazer é o que as equipas de construção fizeram, em 2004. Perante a instabilidade política, a economia nacional está muito condicionada pelas obras públicas. Nenhuma empresa consegue organizar o seu futuro com base em projetos de colaboração em Portugal e, portanto, estamos a identificar parceiros lá fora, para internacionalizar a empresa. Se conseguirmos, sobrevivemos. Se não conseguirmos, teremos que estudar novas possibilidades.

São quantas pessoas?

Fizemos um *downsizing* da empresa em 2010, quando foi anunciada a anulação do concurso. Tínhamos dois pisos. Éramos aqui 20 pessoas, neste momento estamos a metade, num único piso. Temos as dificuldades que as outras empresas têm. Diminuímos a dimensão da empresa, com grande sacrifício. Há que tentar manter os postos de trabalho.

Há viabilidade para outra linha de alta velocidade em território português?

Acho que sim. Há duas questões. Se por um lado o Projeto de Alta Velocidade Ferroviária é importante para o desenvolvimento económico português e europeu, por outro, põe-se a questão se teremos dinheiro para o fazer. E é necessário ter a inteligência para conseguir assegurar financiamentos. Na minha opinião, não é uma posição correta *fecharem as fronteiras* e dizerem que as empresas nacionais fazem tudo. Há a possibilidade de encontrar financiamentos a menores custos, por exemplo em Espanha.

Por outro lado, e relativamente às empresas de projeto com as nossas características, não se pode perder a oportunidade de criar parcerias com empresas de fora, nomeadamente espanholas. Julgo que serão os parceiros ideais para promover a internacionalização das empresas

de projeto, portuguesas e espanholas. Fechar o mercado só aparentemente resolve o problema das grandes empresas de projeto existentes.

A alta velocidade é fundamental. A rede está concebida. A RAVE está bem pensada e é fundamental para o crescimento económico, a linha de Lisboa-Porto suportará a economia da faixa costeira atlântica. Promove negócios e o desenvolvimento das cidades. O comboio de alta velocidade, pelo grau elevado de tecnologia, traz imensas oportunidades tecnológicas. Não são só os caminhos de ferro, mas também a eletrónica e os novos materiais.

O comboio é um sistema complexo que tem repercussões enormes na economia. Fomenta a qualificação profissional e a oportunidade de criar novos negócios. Acima de tudo, vai ser um grande sucesso, porque se for possível ir de Lisboa ao Porto numa hora e um quarto, significa que posso estar aqui de manhã a trabalhar, apanhar o comboio e continuar a trabalhar e fazer uma reunião no Porto e voltar de novo ao escritório.

Não nos podemos esquecer que quando entrámos no mercado europeu falava-se na livre circulação de pessoas e bens. E isto exige facilidade de transporte.

O conceito é o de ligar as principais capitais europeias com linhas de alta velocidade que, por sua vez, estão integradas com os portos e com as plataformas logísticas. E não é só Portugal que tem este desafio. Os outros países europeus também. Foram atribuídas verbas para fazer esta rede. A RAVE pela qualidade do projeto, teve a capacidade para ir buscar financiamentos superiores ao que seria inicialmente expectável. Foi um trabalho bem feito, com imenso esforço e a dedicação de muita gente e que, se não se concretizar, vai tudo para o lixo. Não surgirá outra oportunidade tão cedo. Além do mais, há outros países do Leste que irão aproveitar essas verbas.

Há lugar para a linha Lisboa-Porto. É fundamental. Será até mais importante que a de Lisboa-Madrid, que se insere na lógica de ligação das capitais europeias. Tem sentido.

É uma linha nova?

É nova, porque a linha do Norte foi desenvolvida com base naquilo que já existia.

Há aqui uma oportunidade: uma linha nova com os requisitos de alta velocidade, libertando-se a linha convencional para o transporte ferroviário de mercadorias e ainda para transportes suburbanos. Pode até utilizar-se a atual linha para ir faseando a construção da nova. A linha do Norte está a ser caríssima, porque não tendo alternativa, tem-se vindo a renovar, mantendo-se a operação. São as obras de Santa Engrácia: nunca mais acabam, custam uma fortuna. Os nossos ferroviários perceberam isso, porque têm estado a pagar a conta.

Uma nova linha Lisboa-Porto é a linha! Só que é também a mais cara: tem bastantes túneis. A linha Lisboa-Madrid é mais fácil de executar. Vai permitir criar o protótipo, conhecimento, rotinas e depois então, irmos para uma linha mais difícil que é a Lisboa-Porto.

Temos que reduzir a circulação dos transportes rodoviários, pelos acidentes, pelos custos elevados da manutenção das estradas, pelos gases que se libertam, para reduzir a conta da energia. O transporte ferroviário significa pagar menos, pense-se na fatura petrolífera. Sou defensor da ferrovia.

Sobre a linha de alta velocidade, não tenho dúvidas. Resta saber se os comboios de alta velocidade devem ser estes ou outros. E eu não estou a falar do Maglev. Já houve tentativas de fazer outro tipo de guiamento eletromagnético, mas há muito que estudar e não é disso que estou a falar.

Sobre combóios, veja-se o que está a acontecer em Espanha: novas fuselagens, novos materiais, o aumento das frequências dos comboios, novos sistemas de sinalização com aplicação a toda a rede europeia, o ERTMS. Tudo isso vai depender da resposta do mercado.

Noutros sistemas a Oriente estudam-se comboios que passam nas estações, mas não param. A frequência é tal, que os comboios estão sempre a circular, com uma cadência mais elevada. A essa escala, provavelmente os comboios já não poderão ser os que hoje vemos. Têm de ser mais pequenos, com outro tipo de exigências.

A opção ferroviária permite deixar as pessoas nos centros das cidades. Nós portugueses, se não valorizarmos isso, vamos *perder o comboio*. Os outros vão fazê-lo. Os brasileiros estão a fazer o TGV, os polacos, os americanos, a Europa

está a fazer o TGV e vai continuar, os espanhóis também.

Eles têm uma rede ...!

Neste momento é a maior rede da Europa. Já passaram os alemães. E portanto, ou nós fazemos parte do clube, ou ficamos de fora. Portugal merece e tem o direito a uma rede de alta velocidade.

O seu pai era arquiteto. Qual a diferença entre arquitetos e engenheiros?

O meu pai era arquitecto e o meu tio engenheiro civil. O meu pai e o meu tio tinham algumas vezes essa discussão. No final da carreira profissional do meu pai, colaboraram os dois irmãos no projeto duma ponte. Os dois ficaram satisfeitíssimos com o resultado. Uma ponte rodoviária lindíssima no Minho, em Arcos de Valdevez. E posso dizer que tenho passado bons momentos como engenheiro a trabalhar com arquitetos.

Qual é o papel do arquiteto e qual o do engenheiro numa obra?

O papel do arquiteto é garantir um determinado conceito plástico e funcional. Garantir que os sistemas funcionem sem esforço. O papel do engenheiro é tornar isso possível em termos de métodos construtivos e da conceção da solução técnica. É o de estabelecer esse equilíbrio.

Nas férias fui ver o museu Guggenheim, em Bilbao. Fiquei espantado com as soluções desenhadas por arquitetos e engenheiros! Do ponto de vista estrutural, parece à primeira vista ser algo confuso. Ver aquelas estruturas metálicas para agarrar fachadas e vidros, em que de repente os perfis param e não continuam! Parece que tudo foi executado peça a peça.

Um engenheiro teria muita dificuldade em fazer aquele trabalho, a não ser com uma motivação muito forte e ter alguém insistindo para fazer assim. Olhamos para aquela estrutura, que à primeira vista parece caótica, e aquilo é muito bonito! E diria que aqui está a diferença. Percebi que a teimosia do engenheiro pode inviabilizar soluções muito bonitas.

Não se pode impor uma solução estrutural que impeça uma conceção plástica. Mas pode ser difícil resolver esse problema!

A engenharia continua a ser um mundo masculino. Sabe o que fizeram as suas ex-colegas?

Que eu saiba, nenhuma é engenheira projetista de estruturas. Ou foram para as obras, ou para a gestão do projeto.

Mas há cada vez mais mulheres no vosso mundo, não é?

Haverá cada vez mais mulheres a afirmarem-se no mercado. Porque as mulheres têm características que as tornam vencedoras: a paciência e o *endurance*. E nós já vemos isso nas universidades. Tenho duas filhas e vejo que as mulheres são cada vez mais competentes, mais afirmativas e mais inteligentes, mais organizadas e mais perseverantes. Quando se empenham numa carreira, são muito eficientes. Eram duas ou três colegas, que tive e eram belíssimas alunas.



(...) Desenvolvemos o projeto do Nó da Alameda II com o arquiteto Manuel Tainha. Era a primeira estação da linha vermelha e foi inaugurada para a Expo 98. (...) O projeto Alameda II foi muito importante porque foi o primeiro. Fizemos o projeto de execução desde a primeira fase. Lançamos o concurso, controlámos a obra. E dávamos a assistência técnica.

Foto: Tatiana Soares

A tecnologia e os computadores não são sexuados

3 de agosto de 2010

Entrevista a
João Almeida

Grelha e aplicação Jorge Freitas Branco

**Que recordações tem do tempo de estudante?
Porque foi para o IST?**

Foi por influência do meu pai e da família.

Ele tinha estudado no IST?

Sim. Havia outras universidades. Como tinha um interesse em robótica falava-se do ISR (Instituto de Sistemas e Robótica), pois tinha boa investigação na área e eu na altura estava mais virado para aprofundar robótica. Acabei por ir para eletrotécnica no Técnico. Nos meus tempos lá não me liguei muito à vida estudantil. Era como um trabalho. Ia de manhã, fazia as minhas aulas e vinha-me embora. Não fiquei com muitos amigos e não socializava pouco com as pessoas. Acabei por tirar o conhecimento.

Quantos anos esteve lá?

Terminei todas as cadeiras em quatro anos e meio, portanto fiz o curso em cinco.

Em que ano entrou e quando saiu, lembra-se?

Devo ter entrado em 2001/2002.

... saiu em 2007. Nessa altura, com pré-Bolonha, saiu licenciado?

Não, eu apanhei a transição. Comecei com uma licenciatura normal e no último ano apanhei a transição para Bolonha. Tive a opção de fazer uma ou duas cadeiras a mais e ficar com o mestrado.

E ficar com o mestrado um ano depois ...

Foi isso que fiz. Tive o mestrado de uma assentada: duas cadeiras e uma dissertação de mestrado em vez de fazer um trabalho normal. Foi um bocado mais difícil fazer a dissertação, mas fiquei logo com o mestrado.

É licenciado em ...?

Engenharia eletrotécnica e de computadores.



*Artistas em ação no edifício SPC, Lisboa.
Em cima um português pinta uma bandeira anarcosindicalista e em baixo um italiano elabora uma figura mural.*

Foto: Tatiana Soares

... e o mestrado é em ...?

O mestrado também é em engenharia eletrotécnica e de computadores. O que nós tínhamos no Técnico era parecido com o sistema americano: o *major* e o *minor*. Portanto tinha um *major* em sistemas de decisão e controlo, que é o que tinha robótica e um *minor* em computadores, que é onde temos programação.

Que recorda das aulas, dos professores ...

Eu sou oriundo de uma família de professores, portanto, abordo os professores com uma perspectiva mais tolerante, porque conheço o seu lado pessoal. No Técnico, há um pouco de tudo: professores que são muito teóricos e os que são muito práticos. Há professores que já trabalharam na indústria, são mais pragmáticos, dão um tipo de conhecimentos mais prático e dão-nos exemplos da vida real. Dizem:

– Isto é teoria mas depois, na prática, vocês podem fazer isto ou aquilo.

Não são pessoas muito teóricas. E há os professores que sempre estiveram no mundo académico e vivem num mundo um bocado idealista. Há ali um jogo entre os professores que nos preparam para a vida real e os que nos preparam para a vida académica. Uns defendem mais um lado e outros mais outro.

Não identifica nenhum?

Depende do que se quer dizer com professor que tenha gostado mais. Um professor que me deu a sensação que estava a dar uma quantidade imensa de conhecimento, era de uma área a que eu não ligava – propriedades eletromagnéticas dos materiais. Esse professor para tirar qualquer dúvida, se fosse preciso, demorava um quarto de hora, meia hora. Tive bastante afinidade com o professor de robótica, porque era um tema que me envolvia. Era uma pessoa interessada em questões de inteligência artificial. Acabou por ser o meu orientador. De resto, nem me lembro da maior parte dos meus professores. Ia a todas as aulas teóricas e práticas, mas o que eu extraía era a informação. Não criei uma relação especial com um professor, porque não era fácil num curso com muitos alunos. As relações pessoais começaram a surgir mais para o fim do curso, com as turmas mais pequenas. No início são cerca de 300 pessoas num anfiteatro.

Não há espaço para se ter uma relação pessoal com um professor.

Predominavam rapazes ou raparigas?

Rapazes. Eram cerca de 295 rapazes e cinco raparigas no início. Houve uma ou duas raparigas que foram seguindo. Tive na minha parte – sistemas e controlo – um grupo de colegas que fez o curso ao mesmo ritmo que eu – uns 50 –, onde havia uma ou duas raparigas. Foram sempre muito poucas raparigas no nosso curso.

Muito masculino o ambiente ...

Sim, claro. Até nos piores sentidos: pelo barulho, pelas conversas. Foi sempre um clima muito masculino.

É capaz de explicar porque as raparigas se interessam menos por computadores?

Os computadores foram desenhados por homens para homens. Não há uma sensibilidade feminina nas máquinas. Há um grande desafio no *design* das máquinas para que se tornem mais femininas e mais apelativas ao que se considera o estereótipo feminino. As máquinas são quadradas, cinzentas e fazem operações em sequência. Têm uma visão quadrada, muito rígida, presa àqueles preceitos matemáticos do meio do século passado. Isto ainda que a primeira programadora tenha sido uma mulher, Ada Lovelace. Também este tema devia ser explorado pelas pessoas que querem pôr mulheres na ciência, e não o é. A primeira pessoa que olhou para a máquina de Babbage e para a lógica de Turing e disse isto pode fazer toda a matemática possível e imaginária, foi uma mulher.

A tecnologia e os computadores não são sexuais. O problema é que se tornou sexual, porque a sociedade assim o definiu. Convencionou-se que os homens são engenheiros e as mulheres tratam da casa.

Notava como as mulheres que entravam para engenharia sentiam grande pressão, porque era um meio com muitos homens. Claro que há engenharias que têm 50/50, outras que têm mais mulheres. As engenharias biológica, biomédica, que já não têm tanto o estereótipo da máquina, atraem mais mulheres. As mulheres – ainda que ache que isso esteja a mudar – sempre olham para as máquinas como coisa masculina. O

automóvel, a fábrica, o computador ... O computador segue um bocado essa tradição das máquinas serem pouco importantes do ponto de vista feminino, pouco sociais.

Há que investir no *design* da máquina?

Diria que o problema maior é o *design*. A perspectiva do que um computador poderia ser, ficou demasiado presa ao que os engenheiros iniciais conceberam. E há pouca presença de mulheres em certas engenharias, porque aquele círculo se fechou. É muito difícil atrair uma mulher para engenharia eletrotécnica, porque o que se fala em engenharia eletrotécnica é que se vão montar postes de eletricidade, fazer máquinas elétricas ... E ainda que isso atraia algumas mulheres, ainda há o estereótipo daquilo ser um tipo de engenharia muito masculino. Civil é menos masculino, já tem mais mulheres. Em arquitetura são muito mais.

E química, então, tem maioria ...

Isto tudo tem a ver com o que a sociedade à volta deu como estereótipo masculino e feminino. Eletrotécnica mantém-se num daqueles que é masculino: é o electricista, é o engenheiro eletrotécnico. Mas, em computadores já há mais mulheres, embora se mantenha o estereótipo. Pelo menos no meu tempo era assim. Informática tinha homens desproporcionadamente, eu acho que continua a ser esse tal estereótipo. Interesse-me por esse tema porque acho que o sexismo na ciência não tem sentido, mas é muito forte. Contam-se os prémios Nobel de ciência, homem *versus* mulher, e é sintomático o resultado.

Certo ...

A sociedade criou um estereótipo da presença masculina e a feminina. Não se espera que uma mulher numa empresa seja líder de projetos de engenharia ou programadora, mas secretária ou financeira. Uma mulher que entra num desses meios terá que quebrar barreiras. Isso a maior parte das pessoas não quer. Seria como eu ser secretário. Teria que passar muitas barreiras e, se calhar, prefiro ir para engenharia. As mulheres que fizeram engenharia durante o meu curso eram melhores alunas, porque sentiam essa pressão. Tinham de se revelar capazes, porque estavam a lidar com o mesmo preconceito:

É mulher não percebe nada disto. Esta não percebe nada de computadores. Não percebe nada de eletricidade. Isso é trabalho de homens. É uma perspetiva ainda muito masculinizada do trabalho.

Falemos do plano de estudos. Foi adequado?

Diria que o curso está bem construído. Como é um curso de bases de uma ciência, começámos com química e física e acabámos com computadores. Ou seja, uma pessoa que sai dali sabe olhar um grupo de programa de computador, sabe ver que aquilo corre sobre uma máquina, que corre sobre uma parte eletrónica, que corre sobre átomos que são feitos de uma certa forma. Conseguimos ter um grau de entendimento profundo do sistema com que trabalhamos. Mas, na prática, isso serve para pouco.

O meu curso foi muito útil para me dar ferramentas intelectuais, principalmente as matemáticas, mas, na vida profissional, noto que o mais importante foi a exigência dos projetos. É isso que faz com que depois nas empresas peçam pessoal do Técnico. É gente que está habituada a ser espremida pela chefia. No Técnico há um bocado lavagem cerebral para ser melhor e depois chegamos a uma empresa e temos pudor de não o ser.

É uma pressão grande?

Desde o início. Na minha primeira aula de álgebra, o professor fez questão de dizer:

– Só 25% de vocês vão sair daqui como engenheiros do Técnico!

Foi um professor excelente. Não nas aulas para toda a gente, porque aí tinha de se impor a 300 pessoas, mas deu umas lições extra a que fui, era muito interessante. Numa delas, deu uma aula de mistura de álgebra e música. Mas fez aquele aviso. É uma cultura própria do Técnico. Até se houve cá fora: se uma empresa está a contratar são 13 valores para o Técnico e 15 para as outras. São muito exigentes e daí incutirem isso na cabeça das pessoas.

Não tinham tirocínio integrado no curso?

Isso nem sei o que é.

Um estágio no fim do curso.

Não. Nós saímos engenheiros. Podemos exercer de imediato a profissão. Podemos ir logo

recém-licenciados para uma empresa. Arranjei um emprego normalmente. Enviei o meu *curriculum*, contrataram-me. Comecei a trabalhar antes de acabar o curso nesta empresa onde eu estou. Não quiseram saber se tinha acabado. Queriam sim saber de experiência, das cadeiras que tinha feito e disseram:

– Nós não queremos saber disso, queremos é saber do trabalho.

Lá está, já tinha a cultura toda incutida, eram quatro anos de Técnico.

Ligaram-me da EDP a referir que eu já tinha concluído o curso e que tinham umas propostas. A maior parte das pessoas que conheço acabou por arranjar trabalho, sem estágio. No caso de eletrotecnia é muito fácil. Estágios acabam por aparecer em cursos técnicos, como nas eletrónicas. Em eletrotecnia não é preciso. Às vezes até o estágio está incluído no trabalho final de curso. Não fiz estágio.

Como começou a trabalhar?

Fiz trabalhos desde os 16 anos.

Que trabalhos?

Comecei a programar com 12. Aos 16, comecei a aprender a fazer *sites* e fazia-os para uns amigos. Vendi alguns trabalhos. Também trabalhei em campos de férias, como monitor de teatro, de canoagem. Trabalhei num clube de canoagem, no verão, para ajudar as pessoas a usar os barcos na pista de canoagem do Jamor. Já nessa altura ia tentando vender alguns *design*, mas acabei por me fixar num trabalho para a *Cátedra A Razão*, na Faculdade de Letras. Fazia *web design* e o apoio informático.

Com contrato e a tempo inteiro foi quando estava a acabar o curso. Só então me inscrevi na Segurança Social, deixei de estar a recibos verdes, passei a efetivo. Entrei *no mundo dos adultos*.

Que começou a fazer nessa empresa?

Entre como programador e continuo como programador. Nada mudou.

Que tipo de programação faz?

Faço bastantes linguagens de programação, bastantes tipos de programa. Aquilo é uma empresa que funciona com logística, porque é o braço de desenvolvimento de uma multinacional, a

Masternaut. Mas trabalham também com eventos, com computação móvel, com tecnologias. Trata-se de uma empresa pequena. Têm produtos interessantes e inovadores. Detecção de códigos de barras com telemóvel. Ligar-se à *net* e tirar um bilhete para um concerto por SMS de imagem. Ir a um evento e a credenciação ser personalizada de forma a que as pessoas à entrada, pelo meu código de barras, verificam se tenho acesso àquela sala. Dispor de uma aplicação no meu telemóvel que dá a minha posição num mapa e a família pode saber a minha localização. E outras coisas. Na prática faço CRM – *Customer Relationship Management* – que é *software* de consultoria para empresas.

Foi esta vertente criativa e de desenvolvimento da empresa, que desde logo me atraiu. Que me permite usar a linguagem de programação que quiser. Na prática, acabamos por trabalhar em sistemas de gestão internos, sistemas de estatística, de integração para empresas, o que se faz nas outras empresas de consultoria.

A sua atividade, tendo em conta a experiência, o interesse, a formação e o que atualmente faz, comparado com outro jovem da mesma idade, com condições análogas, noutra país, é diferente?

É. Principalmente no ordenado. Ganho um quarto do que ganha um francês na minha profissão e à vontade um décimo do que seria na Suécia. Nesta empresa fazemos trabalho de qualidade internacional. Muitas das vezes somos nós a corrigir o *software* francês, porque vem com problemas. Com menos pessoas desenvolvemos *software* de muito mais qualidade. Mas isso não quer dizer nada, porque se os patrões não conseguem fazer dinheiro entrar, não há ordenados.

Ganho 1180 euros, o que para o meu trabalho não é nada. Um trabalhador das obras em França ganha 2000 euros. Ou seja, eu tenho cinco anos de curso, um mestrado, muitos anos de formação profissional. Se eu estivesse em França nas obras, estaria a ganhar mais dinheiro bruto. De qualquer maneira o curso é reconhecido e tenho experiência profissional. Portanto, nada me impede de ir para outro país. Não estou satisfeito, mas conheço a realidade do país.

Tirando a situação remuneratória, sente-se contente com o trabalho, do ponto de vista intelectual? Satisfazem-te as solicitações que lhe fazem no trabalho?

As encomendas, em si, não. Sou um pouco preguiçoso e no meu trabalho quanto mais preguiçoso melhor. Porque se faz um código uma vez e volta-se a utilizar para os outros todos, ou seja, generaliza-se o código. Costuma-se dizer que um bom programador é um programador preguiçoso, porque quanto mais generalizarmos o nosso código, mais abstrato ele fica, mais se pode usar outras vezes, menos temos que escrever outra vez. Ou seja, eu escrevi um código há três anos atrás e estou a usá-lo neste momento. Se vem um cliente novo e quer fazer qualquer coisa, altera um pouco, mas basicamente é a mesma coisa. Felizmente o meu patrão tem interesse em algumas das ideias que eu apresentei e dá-me espaço para inventar.

Tenho um projeto que propus, é interessante em termos técnicos. Uso-o para me distrair. Também me autorizam a fazer trabalhos gráficos nalgumas coisas, por exemplo: os ícones para as aplicações, o *design* gráfico dos *sites*. Acabei por ter o papel do gráfico na empresa, é bom para desanuviar. Temos muita liberdade, porque é uma empresa pequena. Acredito que à medida que cresça as coisas vão ser diferentes, mas para já tenho um pouco de liberdade.

Quando diz uma empresa pequena, refere-se a quantas pessoas?

Seis. O grupo de desenvolvimento são três pessoas, mais dois patrões e uma pessoa da financeira. A empresa está a crescer bastante, mas eu trato por tu o meu patrão, ele está na sala ao lado.

É um ambiente de grande proximidade.

Sim. E mesmo as questões salariais são discutidas direta e abertamente com o patrão, o que é positivo. Por outro lado, é uma empresa bastante tranquila. Posso entrar e sair às horas que quiser, desde que faça as oito horas. E isso é ótimo, porque dá flexibilidade.

Quando estudante, interessava-se por robótica. Mas não é isso que está a fazer, pois não?

Não tem nada a ver.

E mesmo assim não está descontente?

Não, porque programação é uma coisa que faço há muito tempo. Era um passatempo desde criança.

Não se sente falhado como engenheiro?

Não, mas o trabalho que faço não é de engenheiro. Trabalho como programador. E eu fui escolhido pela minha experiência. Apesar dos quatro anos de Técnico, que foi uma mais-valia, eles também olharam para a minha experiência. A muitas das perguntas que me fizeram não saberia responder só com o Técnico.

Eram as competências adquiridas na generalidade e não só no curso?

Sim. E ainda hoje, o fundamental de programação que eu sei é da experiência que tinha. Está certo que aprendi muita coisa que não sabia antes no Técnico. Refiro-me a coisas de otimização, de matemática. Na prática, o que interessa é solucionar.

Não foi só esta empresa que me quis, também outras, porque viram que, para além de estar a acabar o curso do Técnico, também tinha experiência prática. A experiência vale muito. Especialmente na programação, porque os problemas não são os que vêm nos livros. O problema teórico aparece uma vez em dez.

Quantas horas trabalha ou dedica ao emprego por semana?

Faço questão das oito horas certas. É um direito dos trabalhadores.

Quarenta.

Faço questão de fazer essas horas. Claro que se contarmos com o tempo de ir e voltar do emprego, é mais. Mas não são mais de 42, 43. Eu demoro 10 a 20 minutos para chegar ao emprego. Gasto entre 20 e 40 minutos, por dia, em trânsito. Já gastei mais, já gastei menos, porque a empresa já se mudou duas vezes.

Não me dedico muito mais do que isso. O emprego que tenho não é esgotante. Não faço investigação para o emprego fora das horas. Portanto é esse o tempo e acabou. E se me pedirem horas extras desconto-as no dia seguinte. Apesar disso ser prática, especialmente em programação e em muitas empresas, de puxarem

dez horas numa pessoa que tem um contrato de oito, eu não faço isso. Há empresas que fazem questão de exigir isso dos empregados:

– Vocês têm que trabalhar mais, têm que dar mais no duro.

Mas isso recuso-me, porque sou um trabalhador, trabalho oito horas, pagam-me oito horas. Não vou trabalhar dez.

Gostava de ser patrão de uma empresa como a que está?

Não. Não tenho formação para ser patrão. Tenho formação para ser programador ou para ser engenheiro. Não tenho formação para ser patrão. Ia dar um muito mau patrão.

Qual a idade dos seus seis colegas, incluindo o patrão?

Um tem 30 e tal, 40, outro 29 ou 30, o patrão há-de ter 40 e muitos, 50. É uma empresa bastante jovem.

Que faz no resto do tempo? A semana são mais de 40 horas. Vai a pé para o emprego?

Não. Já fui de bicicleta. Já fui a pé, quando morava em Alvalade e a empresa ficava na avenida da República. Agora, como moro em Cabo Ruivo, e a empresa é em Telheiras, são 10 quilómetros de distância. Já fiz de bicicleta algumas vezes, mas é complicado. Então agora vou de carro. Estou a pensar voltar a ir de bicicleta, mas é preciso me mentalizar, porque são no total 20 quilómetros por dia; é puxado. Preciso de treino.

A maior parte do meu tempo é para outras coisas. A empresa acaba só por ser para me pagar o sustento. Gosto de programar, mas programo em casa, com outros temas, coisas que me interessam mais.

Até me pedem para fazer espionagem industrial. Quer dizer, é uma coisa que em Portugal se faz muito: pagar para fazer uma coisa por fora.

– Olha lá para isso e vê se consegues ver o que é que há nesta máquina. Vê lá se consegues fazer isto. Vê lá se agora consegues fazer aquilo.

Porque entre fazer um contrato de desenvolvimento ou pedir a alguém que é espertalhão ou que sabe e encara a máquina e percebe como funciona, sai mais barato pedir à pessoa para saber como funciona. Em vez de aprender a pro-

gramar, sai mais barato pagar a alguém para fazer um trabalho para nós.

É frustrante viver numa sociedade assim, mas a questão é que está construída de maneira a que essas pessoas sejam sempre promovidas e as pessoas que fazem código, que trabalham, que mantêm a cadeia a funcionar, não vão a lado nenhum. Isto é uma parte da minha atividade que eu faço mais por dinheiro. Eu gostava de ter alunos que quisessem mesmo explicações, mas na prática o que eu vejo é que não querem explicações querem código, querem trabalhos feitos.

Estou envolvido em associações sem fins lucrativos de arte *underground*, de música *underground*. Já organizei festivais de verão, integro um meio artístico muito pequeno, alternativo, com pessoas muito diversas, faço também de ator. Antes de escolher o curso, já estava envolvido em teatro, em dança e em música, mas ouvi o conselho da minha avó e do meu pai:

– É melhor seguires para engenharia e depois fazeres essas coisas, porque tens um bom trabalho.

E é verdade. Segui engenharia apesar de ter gosto por robótica. O gosto por robótica era paralelo aos outros gostos por música, por artes. Agora que sou engenheiro tenho dinheiro e tempo livre para as coisas mais criativas. As oito horas por dia dão-me dinheiro e liberdade para ser criativo e estudar música e investir dinheiro na organização de festas ou concertos ou exposições com amigos, ou com artistas, ou o que for. Fazer intervenções com dinheiro que de outra forma não seria possível. Se não fosse engenheiro não poderia fazer isto. Está claro que o meu pai me ajuda com algum dinheiro, mas nunca poderia ter organizado os dois festivais de verão que organizei. Não tiveram muita gente, mas ... E isso para mim é mais importante do que estar a fazer uma aplicação para ver quantas vendas um local de comércio fez.

Espero que consiga saldar as minhas dívidas e que atinja sustentabilidade do lado cultural. Programar é sempre programar, mas não nesta forma. A sociedade hoje em dia está demasiado focada em questões que não interessam. Perdemos horas e horas a construir *software* que não serve para nada.

Qual a programação que a nossa sociedade necessita?

Programação? Não precisa de programação, antes de desprogramação. Estamos habituados a achar que há muitas necessidades para serem cumpridas e não são assim tantas: é comida, abrigo e, no caso do ser humano, viver em sociedade com paz e harmonia.

Tenho uma visão simplista da sociedade. Olhando para as relações de trabalho, e o que elas fazem uns aos outros e como são capazes de pôr umas pessoas contra as outras, vemos que o mais importante do ser humano não está a ser alimentado nesta sociedade.

Não vejo valor numa sociedade com a especialização piramidal que temos. Olho as coisas no sentido de enganar a pirâmide e tentar fazer as coisas mais horizontais, para usar um sentido biológico ou homeostático, entre vários grupos de várias comunidades. O ser humano não está feito para lidar com mais de 150 pessoas. Não somos capazes de lidar com uma empresa de 1000 pessoas. Perdemos a seguir a vida dessas pessoas todas, perdemos uma quantidade de caras que não conhecemos numa cidade, vivemos sozinhos, porque é muita gente. Se vivemos em comunidade – eu felizmente vivo numa comunidade – as relações formam-se muito mais facilmente e dão-nos um entendimento dos problemas que conseguimos resolver. Isto é uma perspectiva anarquista. Vejo as coisas em comunidades autónomas com uma rede comum de interação, com camadas homeostáticas. Cada comunidade pode especializar-se. Mantém trocas, mas trocas homeostáticas em que não se questiona o valor. Quando estou numa cidade, faço parte de um aglomerado de pessoas, não de uma comunidade com valores comuns. Mesmo em democracia, não acho que haja um valor comum para o qual uma pessoa vote, porque cada pessoa tem os seus valores. O facto de vivermos todos tão separados uns dos outros, faz com que cada pessoa sinta a sua energia ao ponto desse individualismo se tornar o seu isolamento. As pessoas estão viradas para elas próprias por força da sociedade estar mal desenhada. Acabam por não ser capazes de criar essa ligação aos outros, de criar essas tais comunidades. Acabamos a criar uma comunidade de filatelia, uma

comunidade de columbofilia, ou uma comunidade de pessoas que fazem *flash mobs* no Terreiro do Paço. São coisas que nos unem superficialmente, porque temos essa necessidade de fazer parte de uma comunidade. É isso que seria desprogramável.

Vive em comunidade. É uma comunidade de engenheiros?

Não. Vivo numa *okupa*, uma casa ocupada que está desenhada segundo os princípios anarcosindicalistas. Não temos autoridade. As decisões são tomadas em democracia direta. Não é exigido trabalhar, nem contribuir, nem nada que se pareça. Cada um contribui com o que pode. Quase todas as pessoas que vivem connosco são sem abrigo. Algumas delas fazem espetáculos de rua – malabarismos – vão ao lixo buscar comida e quando podem trazer comida para toda a gente, trazem. Depois há um grupo que trabalha mais na casa. Eu tenho um emprego, sou o *financiamento* da casa. Acabo por cumprir uma parte dessa comunidade. Outras coisas não me preocupam tanto: há sempre alguém que pode tratar da comida, da limpeza ou da organização. A T. é *designer* faz os interiores do nosso espaço. E esta comunidade foi feita de forma a ser aberta, ou seja, nós temos uma secção de pessoas que lá vivem que estão sempre em rotação. Pessoas que vêm via *couch surfing*, chegam de todo o mundo, vêm para ajudar ou para visitar, ficam durante uns tempos, dão vida à comunidade. Já conseguimos criar a uma cultura local. Digo que vivo em comunidade, porque conseguimos construir uma comunidade que ganhou uma dinâmica.

Em média quantas pessoas são?

Diria que umas dez pessoas. Mas tem altos e baixos.

E mais rapazes ou raparigas?

Depende das alturas. Neste momento somos seis pessoas, das quais duas mulheres, mas depende. Não há um padrão estabelecido.

Referiu-se a uma cultura local ...

Ninguém tem papéis definidos, somos uma comunidade anarcosindicalista.

Definimo-nos pelas nossas relações de trabalho. A casa mantém aspeto de *layout*, que ajuda a definir o as relações entre as pessoas. Não temos paredes entre os quartos, só cortinas. Ali, ouve-se tudo o que é dito, e isso permite-nos isolar situações abusivas. Não há estrutura política por trás, mas o próprio *design* da casa obriga a que certos comportamentos não aconteçam. Chamo a isso a existência de uma estrutura política implícita, porque é uma coisa da qual não conseguimos fugir. Porque estrutura o nosso comportamento. Muitas destas casas são fechadas para os residentes e têm albergues para os visitantes. No nosso caso, as pessoas que nos visitam ficam connosco dentro da nossa casa, porque achamos que deste modo se reduzem os problemas. Já recebemos mais de 40 pessoas de todo o mundo e não houve um único problema. As pessoas sentem-se parte da família, incluídas no processo da casa, ou seja, começam a partilhar mais rapidamente, trazem comida, trabalham para a casa. Não se sentem excluídas da comunidade.

Como é que os visitantes vos contactam?

Pela *internet*. Há duas redes principais de hospedagem: a *couch surfing* e a *HelpX*. A *couch surfing* é troca de sofá – uma pessoa está a viajar e precisa de sítio para dormir. E a *HelpX* quando se pretende passar um mês em algum sítio a trabalhar, por comida e estada. Estamos noutras redes, mas estas são as mais ativas na *internet* e funcionam bastante bem. Chegam-nos todos os dias solicitações. Estamos, a T. e eu, inscritos e recebemos à vontade 20 pedidos diários. Somos seletivos. Enviamos um questionário para saber se a pessoa está em viagem para fazer turismo ou se está mesmo interessada em participar numa comunidade como a nossa. Estamos a construir ainda e o mais importante, é que haja o ideal de valor no trabalho que é um princípio anarcosindicalista.

Ainda que não haja autoridade, é importante as pessoas trabalharem, para a comunidade crescer.

Vivemos num prédio de quatro andares. Não daria para o manter, se todos estivéssemos a dormir a um canto. É importante que haja esse tipo de consciência para a comunidade estabilizar. Acontece as pessoas com problemas sociais dizerem que esta comunidade está a fazer-lhes

bem, porque se sentem integrados e vêem o valor do seu esforço. Dou mais valor a certos trabalhos feitos dentro da comunidade, do que ao estar sentado na secretária do meu trabalho, a criar coisas que fazem parte de uma lógica que só leva à auto-destruição.

Sou engenheiro, sou programador, mas a parte que mais me realiza não é essa. É aquela em que eu estou a trabalhar em prol de uma comunidade de pessoas. A nossa ideia é sermos auto-sustentáveis e cortarmos os laços principais que nos unem à sociedade.

Já temos eletricidade, estamos a fazer uma horta. Na prática o que um ser humano exige é alimentação, abrigo e um contexto social estável. Nós conseguimos a paz e o sossego, estamos a criar o conforto da eletricidade e da água, mas a nossa ideia é ter todos os básicos controlados e continuar a ter um espaço onde as pessoas possam ser criativas.

Têm um terreno para essa horta?

Temos um espaço com 1,6 ha. É um terreno industrial. Temos que fazer tudo. Isto são projetos, são visões. Pretendemos mostrar que de um prédio sem condições, sem canalização, conseguimos fazer uma coisa de valor e de uma forma que é mais humana do que onde nós vivemos nas cidades. A cidade é muito desumanizante. Vivemos em prédios e não conhecemos as pessoas que vivem ao nosso lado. Não há um espaço comum. Havia. Havia os fóruns, havia os banhos, havia as lavadeiras no rio, havia todas essas coisas que agora não há. Para mim sair de casa, estar no meu emprego e voltar a casa sem falar com ninguém é desumanização completa do ser. Falamos abstratamente uns com os outros, com dinheiro, com mercados e com produtos, mas perdemos a capacidade de olhar-nos e falar. É difícil viver em comunidade, mas é o mais importante é a relação entre seres humanos, animais e ambiente.

Tudo isso em comunidade homeostática. É a aplicação da noção da biologia. Nós conseguimos um equilíbrio, não da estabilidade de estar tudo parado, mas de interações dinâmicas que fazem crescer o sistema e o estabilizam. Nós aprendemos mutuamente e com a aprendizagem estabilizamos o sistema, mas também trocamos informação, aprendemos e, se calhar,

criamos mais diversidade. Eu gosto da ideia de todas as pessoas terem o seu espaço como numa cidade em que possam criar esse espaço.

A cidade não permite que haja uma troca forte de interação. Acabou por se tornar num meio tão fechado que, por exemplo, eu não sei se a outra pessoa tem uma excelente biblioteca de autores gregos que eu poderia querer consultar e posso estar a perder uma coisa bastante importante ou *vice-versa*. Está fechada a porta. Aquelas portas fecham e não deixam as pessoas entrar. Na nossa casa nenhum quarto tem porta.

Como estabelecem os contactos para fora?

Nós não quisemos fechar a comunidade. A comunidade funciona dentro de uma sociedade capitalista

Que vos é adversa ...

Que nos é adversa. Felizmente a Constituição ainda nos protege. Este tipo de comunidade está a ser destruído pela Europa fora. Na minha casa anterior, era o mesmo tipo de comunidade, mas eu pagava renda e nessa situação estava sempre sendo incluído pela democracia. Felizmente a democracia ainda funciona nesse sentido. Nós podemos criar uma comunidade aberta usando a propriedade privada, ou seja, eu posso alugar uma casa um terreno e abrir a porta.

É uma coisa que ninguém faz, mas eu fiz. A porta da minha casa no nº x, da avenida Y estava aberta a todo o mundo. Isso é possível em democracia, é possível com o capitalismo. Naquele bairro a segurança aumentou. Deixou de haver assaltos pelo movimento de pessoas, havia tanta gente nas traseiras do prédio a beber, a fazer festas, que os ladrões deixaram de entrar nas traseiras do prédio. Acabaram os assaltos. Portanto, ao abrir uma porta fiz com que o prédio e os da zona ficassem mais seguros. Há muitos pressupostos que o capitalismo criou que não são verdade. Achamos que uma comunidade aberta é mais insegura. Não é. Empiricamente demonstra-se que não. Está claro que voltamos àquela questão: o que é que a estrutura do sítio em si, o contexto social, o contexto físico provoca nas pessoas? Se na minha casa formos todos viciados em heroína, quando uma pessoa chega, é natural que das duas uma: ou entra também

nesse comportamento ou se sinta oprimida e se vá embora. Isso tem a ver com a pessoa.

Os seus conhecimentos de engenheiro também são muito úteis ...

Sim, isso é uma das coisas mais curiosas. O Técnico está-me a servir mais para fazer isso do que propriamente o meu trabalho. Graças ao Técnico tenho uma perspetiva da eletricidade, da energia, da física, da química, muito mais prática. Abordo as coisas como um cientista. Ou seja, quando há um problema na comunidade as outras pessoas podem não usar o método científico, mas eu uso-o, porque é uma coisa que aprendi e funciona bem. Tento abordar as coisas racionalmente, resolver os problemas como engenheiro. Tento ver qual o problema, que soluções existem. Quando há conflitos, como se resolvem. Ler sobre psicologia, sociologia, política para resolver os problemas que é uma coisa que se aprende em engenharia. Se uma máquina tem um problema, vamos ao manual ou vamos ler o que os estudos dizem e agimos em concordância. A ironia é que sou o engenheiro da casa: faço eletricidade, fiz os painéis solares.

Estou a criar mais valor como engenheiro não no mercado de engenharia, mas na sociedade. É na minha vida privada que acaba por resultar melhor. Fiz mais *sites* úteis para associações sem fins lucrativos, porque foram gratuitos e permitiram aceder a outra forma de divulgação, do que os *sites* que faço para uma empresa que vende coisas, que ninguém precisa. Mas esse tipo de liberdade que o curso me deu é fundamental e foi o que permitiu a esta comunidade funcionar tão bem.

Apesar de haver outras pessoas – não fui a única pessoa a contribuir, está claro – a comunidade começou com um grupo de pessoas que pensava como eu, que tinha uma perspetiva mais prática, mais de engenharia, mais *mãos na massa*.

Os artistas têm uma perspetiva também muito assim, que é resolver os problemas, agarrar nos materiais e construir coisas. Sem o curso de engenharia nunca teria este tipo de liberdade. Agora essa liberdade não veio da ideologia do Técnico, veio da informação que eles me deram. Porque a ideologia do Técnico encoraja-me a estar na minha empresa de gravatinha.

A alternativa que vocês procuram na vossa comunidade assenta num alto investimento intelectual na técnica?

Sem dúvida. Por isso falo em homeostasia e não em isolamento. As comunidades falam muitas vezes em criar uma coisa à margem da sociedade. Eu não acredito nisso. É possível um equilíbrio homeostático, neste caso é o respeito. A democracia garante isso, o respeito da propriedade privada. Nós podemos ter um terreno ou uma secção do país em que se funciona em autogestão, mas em que respeitamos os códigos e as constituições do país sem problemas na nossa fronteira homeostática. Nada impede que nós façamos parte do mercado e que se aprenda também. Não acho que tudo seja mau no capitalismo, também tenho um telemóvel. As duas formas podem coexistir. Há coisas da lógica de agora que desvalorizam as pessoas, as fazem infelizes e tornam a sociedade pouco sustentável.

Sustentabilidade é a questão chave?

É uma palavra muito na moda. Preocupa-me perder o que os seres humanos construíram, porque com a poluição que nós estamos a fazer, com a quantidade de espécies que morrem, ficamos com uma perspetiva negativa, criada pelo capitalismo.

Uso a imagem do predador e da presa. Se nós tirarmos o predador da figura, a presa acaba por sobrepopostrar tudo e acaba em extinção de espécies. Não podemos ser a presa sem o predador, contra-cultura sem uma cultura, alternativas sem um *mainstream*, anarquistas sem um poder. É preciso que haja uma situação em que isso esteja em equilíbrio homeostático, em que a fatia capitalista da sociedade tolere e garanta a sobrevivência das outras fatias e *vice-versa*. No meio destas diversidades que sempre foram sustentáveis, o capitalismo não está a garantir essa continuidade. Está a reduzir a diversidade. Acho que há possibilidades de afinar o capitalismo para ele não ser tão destrutivo, mas acho que tão cedo isso não vai acontecer por causa de falhas no sistema. O caso recente da BP, em que um erro devido ao capitalismo – porque foi uma estrutura capitalista piramidal numa empresa que disse: *Não me interessa fazer revisões à máquina* – fez com que a costa inteira do Golfo ficasse sem produção pesqueira, deixando

populações nativas sem sustento. Quando falo em equilíbrio homeostático não advogo a supressão do capitalismo, mas sim a instauração de uma cultura de diversidade assente no entendimento mútuo.

Que aprecia mais nos seus atuais convivas?

Aprecio sempre mais as qualidades da pessoa, mas apaixono-me também pelos defeitos, porque os defeitos têm a ver com o que a pessoa sofreu ao longo da vida. Se temos uma pessoa que veio da rua e que não trabalha para ninguém, dizemos: *é preguiçoso*. Se calhar é verdade, mas se virmos mais além e falarmos com a pessoa, e aprendermos sobre a sua história de vida, chegamos a conclusões às vezes assustadoras e olhamos para o defeito como uma marca dessa história. Não sou capaz de escolher ninguém. Todas as pessoas ali têm muito para ensinar, depende se nós queremos aprender ou não. Uma das coisas mais importantes ali e que eu só descobri quando comecei a entrar em redes de hospitalidade, foi a disponibilidade de aceitarmos uma pessoa que entre pela nossa porta. Por vezes aprendemos das pessoas que rejeitamos. Por exemplo, eu rejeito um estudante de economia que me diz que o objetivo dele é ser rico e famoso, mas se falar com ele entendo melhor porque quer ser rico e famoso. Acho que é isso que falta no dia-a-dia. Viviam longe disso até começar a receber pessoas de todo o mundo.

Quando discutem e trocam ideias? Juntam-se ao jantar e conversam?

Uma das vantagens é haver jantar comum. É importante haver refeições em comum, porque é quando as pessoas falam. Uma comunidade de seis pessoas, dez pessoas dá para sentar todos à mesma mesa e a comer as pessoas falam. Também isto tem a ver, mais uma vez, como se desenha o espaço, ou seja, se a sala permite que as pessoas estejam em círculo, que estejam a olhar-se nos olhos umas das outras. É importante não ter medo de fazer perguntas difíceis. Gosto de colocar perguntas difíceis às pessoas que chegam para desinibir, porque se não fizermos perguntas difíceis as pessoas ficam presas naquele padrão do dia-a-dia: futebol, política, estado do tempo. E as pessoas são capazes de mais.

Considera que estão a organizar uma comunidade aberta?

É aberta em todos os sentidos. A porta está aberta. Qualquer pessoa pode ir lá hoje e entrar, inclusive a polícia.

Vocês divulgam?

Temos um *site*, divulgamos os nossos eventos no *Facebook*. Isso vem da minha formação. Insisti em que houvesse um *site* e um *blog*.

Isso é trabalhoso. Há que investir algum tempo.

Mas é essencial.

Porquê?

Porque uma comunidade é aberta, mas pode não se conseguir o fluxo de pessoas. Posso abrir a porta de casa da minha mãe, por exemplo, mas se ninguém souber que está aberta, ninguém entra. E nesse sentido, haver telemóveis, *internet*, convidar as pessoas, convidar os amigos dessas pessoas é importante para entrarem, para haver circulação de pessoas. Noutros tempos podia ser diferente, porque as portas estavam viradas para a rua, agora na cidade não há maneira de abrir a porta a ninguém. Precisamos de obrigar a pessoa a subir até ao 4.º D e tocar à porta para abirmos. É ridículo, mas sem a técnica, sem os conhecimentos que eu tenho de informática, de engenharia, estaríamos muito mais encurtados. Não poderíamos ter este tipo de visão. Aliás, se eu não tivesse acedido à *internet* e conhecido estas comunidades, não teria sequer a maturidade na organização para perceber como é que estas coisas funcionam e fazer com que a comunidade resultasse. Se calhar tinha acabado com um assalto ou com algum problema. Muito disto tem a ver com a educação e com um bocado de espírito científico: ser racional, procurar e pensar se é possível abrir a porta da nossa casa. Se nós formos ver o que os estudos dizem sobre o ser humano, uma das coisas fundamentais é a reciprocidade. É que as pessoas são naturalmente recíprocas. Até os animais o são. No capitalismo cria-se um bocado o contrário. Todos são maus e eu tenho que vencer. Mas isso não é o estado natural e nem os estudos indicam isso.

Parece-lhe que o problema fundamental da nossa sociedade é a questão de não aceitarmos ou não instituímos essa reciprocidade? Qual é para si o maior desafio?

A questão fundamental não é a reciprocidade. A reciprocidade é uma consequência de outras coisas. A reciprocidade vem naturalmente se houver um contexto humanizante. Se for permitido a um ser humano o que lhe é natural. Socializar garante esse tipo de reciprocidade. O capitalismo explorou os nossos prazeres imediatos e não esse lado do ser humano. Está a sair-se mal porque nós estamos a partilhar – o caso da Wikipédia. Porque as pessoas apesar de viverem bem numa sociedade em que tudo é muito brilhante e a comida é apetitosa, continuam a querer partilhar e dar alguma coisa aos outros. Ou seja, quem desenhou o sistema capitalista foi um bocado ingénuo em relação à natureza humana, pois nunca acreditou, por exemplo, que a Wikipédia fosse possível. Isto funciona porque as pessoas colocam lá os dados. Isto é contra a lei do mercado da pior forma.

Há que repor uma situação anterior ou inventar uma nova situação, um novo contexto?

O sistema tal como está, já fez damos irreparáveis. Só devido ao instinto de sobrevivência é que isto vai sobreviver. O capital começa a ser definido com um imposto ambiental que é uma coisa que é muito comum, e que fará com que a otimização do mercado seja melhor. Mas na prática, quando integrarmos todos os danos que foram feitos até chegarmos a esse ponto, já são irreparáveis. Quem fica mal são os países do Terceiro Mundo que têm água poluída; são os países que estão em guerra, porque têm os diamantes, a coisa vai estar muito mal para os trabalhadores.

Para a continuação da vossa experiência nessa comunidade, qual o maior desafio?

Há dois desafios. Um é não ser despejado, mas isso está fora do nosso controlo. O dono do edifício ainda não apareceu. Vai passar ali o TGV. Há desafios como estes que fogem do nosso controlo. O maior desafio agora é a sustentabilidade. Fechámos o ciclo do esgoto, fechámos o da eletricidade – ou seja, temos eletricidade sustentável, o nosso esgoto já não polui – a água das

chuvas ainda não é recuperada, a sustentabilidade alimentar também é difícil. O maior desafio é fechar estes ciclos da sustentabilidade. Esse e ter lá gente para oferta cultural. Porque aquilo é uma comunidade de oferta cultural.

E qual é o maior desafio que vê na vida?

Talvez pagar as minhas dívidas e dispor de mais liberdade face ao sistema económico.

Edifício SPC (Serviço Português de Contentores, S.A.) ao antigo apeadeiro de Cabo Ruivo, Lisboa, onde se formou em fevereiro de 2010 a comunidade SPCCultura.

Foto: Tatiana Soares



Que nos dizem os engenheiros?

Jorge Freitas Branco

As entrevistas

Todos os anos estudantes do IST deixam a instituição, como titulares de um novo atributo. Possuem um grau académico numa especialidade de engenharia e passam a pertencer a uma comunidade imaginada formada pelos ex-alunos.

Apercebi-me desta realidade ao ser convidado para o almoço anual organizado por um grupo informal de antigos alunos. Congregando acima de uma centena de pessoas, confraternizam num sábado de maio na mesma cantina, que muitos deles, décadas atrás, frequentaram assiduamente. As presenças revelam um universo dominado por engenheiros e com poucas engenheiras. Representam os cursos da década de 1960. Quanto às conversas que os animam, cedo se verifica que as recordações que mais os ligam remetem para a atividade e empenhamento políticos daqueles anos vividos em crescente radicalização estudantil. Também se trocam informações sobre presentes e ausentes. Os organizadores prepararam materiais e documentos da época, postos a circular em dossiês ou afixados em painéis, enquanto se cobra aos participantes a quota-parte de cada um na despesa geral. A linguagem usada na redação daqueles históricos comunicados associativos, assim como os colegas reconhecidos nas fotos, são alvo de considerações, onde nem sempre se consegue dominar a carga emotiva. Eram tempos de ditadura. Foi o contexto em que se cimentaram os laços de uma geração, que depois viveu a instauração do regime democrático. Nas conversas aflora-se pouco o presente. Dão-se notícias de colegas ausentes, mas que haviam participado em almoços anteriores. Entre os presentes identifico figuras públicas de primeiro plano: ministros em funções, diretores da administração pública, administradores de grandes empresas públicas e privadas e engenheiros comuns. A refeição é servida em sistema de autosserviço. Cabe-me um lugar



*Acesso ao hall do pavilhão central.
Foto: Tatiana Soares, 2011*

numa mesa, em que o vizinho da frente logo me informa que foi membro da direção da AE, naqueles anos 60, que se introduziu o *self-service* naquela cantina, como forma de racionalizar a gestão. Uma inovação nacional! A associação de estudantes empresarizou-se, como forma de defender a sua autonomia. Quando a maioria se ia acercando das sobremesas, apresentaram-se os convidados de honra desse ano: um presidente da república. Pode ainda calhar a vez a que um político sénior consagrado, mas sempre uma individualidade que sublinhe o peso dos engenheiros e daquela escola de engenharia na sociedade portuguesa. Após dois ou três anos consecutivos de confraternizações não restam dúvidas ao observador: aquela geração de antigos alunos preocupa-se com a perpetuação das suas memórias, falam de política e não de engenharia, consideram a sua experiência única e historicamente relevante. A disponibilidade para informar, documentar, orientar e testemunhar o investigador parece incondicional. Aos colegas de curso une-os um espírito de camaradagem, e eles à instituição o *esprit de corps*.

As oito entrevistas aqui reunidas revelam como alguns desses recém-licenciados se integram na sociedade como engenheiros. Os materiais recolhidos registam recordações que recuam até à década de 1940. Selecionaram-se os entrevistados pela sua disponibilidade e pelo seu percurso profissional, de forma a abranger setores considerados fundamentais na transformação económica do país. A par de salientar algumas das engenharias *made in IST*, realçam-se ao mesmo tempo trajetórias de vidas: engenharia e biografia fundem-se, gerando uma tensão entre lógica da técnica e razão de gestão. Por isso, não se visaram, no presente contexto, engenheiros e engenheiras das carreiras académica – universidades – ou de investigação – laboratórios de estado.

O primeiro contacto foi estabelecido por *e-mail*, solicitando-se-lhes colaboração ilustrativa de uma trajetória de engenheiro do IST na sociedade. Foi-lhes referido o centenário do IST, como sendo o motivo da iniciativa. Todos os homens aceitaram, respondendo pela mesma via, os pormenores seguintes acertámos ao telefone. As poucas engenheiras que figuravam na lista foram mais hesitantes, houve recusas,

invocando a falta de interesse das suas biografias. Propunham outras colegas, mas o seu perfil não correspondia aos parâmetros desejados.

Fizeram-se entrevistas semi-estruturadas. A conversa era conduzida de acordo com os seguintes tópicos: vida estudantil, relato de uma experiência profissional – muitos referiram várias – papel do engenheiro no passado, no presente e no futuro, professores recordados. Não interrompi o fluxo do discurso, mesmo quando parecia afastar-se do tópico pretendido. Para todos tratou-se de um exercício de articulação de memórias, mais distantes para uns, ou mais recentes para outros, consoante as idades. Na marcação do dia e hora, não forneci as perguntas, explicando pretender espontaneidade e menos exatidão de datas ou rigor nos números citados. O que me pareceu, antes da entrevista, poder constituir uma experiência marcante para o entrevistado, nem sempre se revelaria como tal. As carreiras descritas apontam uma tendência: a paixão técnica vai-se secundarizando, a favor das prioridades impostas pela gestão.

O primeiro entrevistado foi o prof. José J. Delgado Domingos. Chamou-me a atenção o seu envolvimento, durante a década de 60, no debate sobre a termoelectricidade de que tomei conhecimento ao ler alguns dos seus escritos (<http://jddomingos.ist.utl.pt/>). Era então um jovem engenheiro que participou na construção da Central do Carregado. Ao mencionar-se este empreendimento, de imediato ocorrem à nossa mente as chaminés hiperbólicas e o vapor de água libertado. É o que avista quem circula por via férrea ou nas auto-estradas A1 ou A13. De dia, é a dimensão das instalações, que sobressai, de noite, a intensidade iluminação. A central foi até há pouco tempo o elemento que quebrava a uniformidade na paisagística da beira-rio. Mais tarde acrescentou-se uma segunda central, a do Ribatejo, contígua à primeira. Estes dois artefactos técnicos complexos, deixaram de ser o único centro das atenções naquele local. O cruzamento das auto-estradas A1 e A10 e a dezena de quilómetros do viaduto da Lezíria, que se lhe segue, disputam a primazia dos nossos olhares.

A conversa foi marcada para o seu gabinete no velho pavilhão de mecânica do IST, agora resguardado na sombra da Torre Norte. À hora marcada a meio duma tarde, depois de sucessivas

confirmações junto de estudantes e de ziguezaguear por corredores de pé direito pondo a nu a construção primitiva, cheguei ao destino, onde era esperado. No interior do gabinete o espaço é objeto de uma disputa surda. A profusão de livros, que pelo volume, grafismo, títulos e idioma se denunciavam como sendo manuais de diferentes épocas, séries, edições e reimpressões, extravasavam as prateleiras existentes, espalham-se por mesas, invadem outras estruturas de apoio, la-deiam zonas de passagem. A superfície ocupada por essas resmas de livros é cruzada por feixes de cabos ligando discos externos aos PC, deles saindo por sua vez outras ligações para vários monitores colocados numa secretária. Em mais de duas horas, não consegui determinar com precisão o seu número. Naquele gabinete, como em muitos outros, manifesta-se uma relação entre vencedor e vencido. A calma do texto impresso não resiste à luminosidade que irradia dos monitores. Uma janela grande antiga deixa passar sem entraves a luz natural. Sobra lugar para algumas cadeiras à volta de uma pequena mesa redonda. Foi assim que conversámos. O ruído dos ventiladores do *hardware* completava o enquadramento. Este fator tornar-se-ia posteriormente perceptível e incomodativo, quando se procedeu à transcrição da gravação.

A entrevista seguinte foi com o eng^o Francisco de la Fuente Sánchez. Combinámos encontro no meu gabinete da universidade, por ser tranquilo. Ao telefone expliquei-lhe que não havia lista de perguntas. Mesmo assim disse-me logo ao princípio que havia estado a pensar no seu passado de ex-aluno e de engenheiro. A expectativa criada pela entrevista desencadeou nele uma reflexão autobiográfica. Falou com prontidão. A cada tema respondia e lembrava-se de outros episódios. Terminada a conversa, quis saber qual o procedimento seguinte em relação à gravação. Expliquei. Quando mais tarde chegou a altura de fazer a revisão da transcrição já editada por nós, assumiu a sua parte com empenho e rapidez. Pedi-lhe fotografias dos seus tempos de estudante, que encontrou e disponibilizou. Feitas as correções encontrámo-nos de novo, desta vez no seu escritório no último piso – talvez um 13^o andar – de um prédio de apartamentos no bairro de Alvalade. Há desafogo, tudo está arrumado, denota-se preocupação

em tirar partido da paisagem circundante, mesas e estiradores sugerem existirem colaboradores, adivinham-se mais divisões, o tipo de mobiliário colocado concilia o trabalho de projetistas com o atendimento a clientes e visitas. O aproveitamento do espaço seguia uma única ordem, não transparecia conflitualidade. Contou-me a casualidade em conseguir aquele espaço para seu refúgio de trabalho. Fomos à varanda exterior, de onde se avistam os telhados em redor. Lá em baixo, via-se o cruzamento das avenidas. Falou-me das transformações urbanísticas que o local havia sofrido ao longo de décadas. Primeiro, a supressão de um separador central, acabando com a primitiva rotunda. Depois, fizeram o desnivelamento das vias. Tudo isto refletia a intensificação do trânsito. Daquele 13^o piso, o ruído não perturbava a fruição da paisagem. O nosso olhar fixa-se na altura, logo se descobre um corredor aéreo de acesso ao aeroporto. Os aviões passam, sem que se oiçam os reatores. É uma perspetiva inusitada, porque parece que as aeronaves vão poisar num dos terraços. A escola de engenharia onde se formou o meu entrevistado não fica longe, não são mais de 15 minutos a passo firme. Não se avista dali.

O contacto com o eng^o Emílio Rosa seguiu os mesmos passos dos restantes entrevistados: *e-mail*, centenário, trajeto profissional. Reação positiva, entrevista marcada já ao telefone. O mês de agosto tinha começado, Lisboa estava esvaziada dos seus quadros e de outra gente importante. A solução foi a casa de férias do entrevistado, situada numa praia perto da fronteira com a Galiza. Isto talvez tenha deixado marca na conversa, na medida em que rapidamente se passou dos aspetos biográficos mais carregados de formalismo, para o relato de situações vividas. Fez um balanço de uma vida profissional e familiar. Fotografias não estavam naquele momento à mão. Marcámos novo encontro, desta vez na sede da Ordem dos Engenheiros, no centro de Lisboa. Voltámos a conversar, sem gravador, mas com fotografias. À despedida, reparei na estátua de Manuel Rocha colocada em plena via pública, em frente ao edifício. Foi aluno do IST, figura fundadora e diretor do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), seria mais tarde professor da escola onde se formou,

foi bastonário da ordem de onde eu acabava naquele momento de estar.

A estatutária pública dedicada a engenheiros e evocativa da profissão é assunto que aponto mentalmente e que requer reflexão aprofundada.

Portugal foi o 35º país no mundo a dispor de um reator nuclear de investigação (Oliveira, J. 2005 p. 1). O cidadão comum português tem a ideia de que vive num país não-nuclear. Por esta razão considerei relevante tentar entrevistar um ex-aluno com experiência na indústria nuclear. Por sugestão de um seu colega de curso, contactei o engº António Cavaco da mesma forma que os anteriores. Respondeu afirmativamente. Como vive noutra país, só conseguimos um encontro em fase tardia do nosso plano de trabalho.

A entrevista realizou-se numa manhã, no meu gabinete, tendo o entrevistado viagem de regresso marcada para essa tarde. Na posterior troca de correspondência, enviou materiais do seu tempo de estudante, incluindo literatura cinzenta e fotografias. A anos a fio como engenheiro nuclear por conta de uma empresa, seguem-se outras atividades que culminaram num posto internacional de coordenação de ações humanitárias.

As ligações entre técnica e sociedade, vistas sob o prisma da biografia de ex-alunos revelam aquilo que à primeira vista pode surpreender. O percurso do engº Eduardo Brito Coelho leva-nos da escola de engenharia a uma academia militar. Opta pela carreira militar, num tempo em que o país já não estava em guerra, mas que as Forças Armadas investem em técnica. Enquanto os anteriores entrevistados eram de gerações anteriores à minha, este foi o primeiro caso em que as nossas referências no tempo coincidiam. Na entrevista esteve implícita cumplicidade, porque algumas pessoas mencionadas são conhecidos comuns. A conversa decorreu numa tarde de agosto numa sala da direção geral de Armamento. O entrevistado é um caso de paixão aeronáutica combinada com vocação militar.

A engª Margarida Rodrigues foi a única mulher entrevistada. Acedeu sem rodeios ao meu pedido. Combinámos o dia e hora, preferiu deslocar-se para a entrevista, avisando que a sua biografia profissional seria pouco interessante,

ou mesmo irrelevante, para os fins em vista. Embora já me tivesse confrontado com este receio manifestado por outros entrevistados, estranhei a atitude, uma vez que a consciência da sua identidade de género me pareceu firme. Concordou comigo, quando referi que nem sempre os trajetos lineares são os mais interessantes. E que quanto mais idade, mais hipóteses tem o indivíduo de reconstruir e adequar a sua biografia. Não me ocorreu lembrar-lhe a profusão de estudos sociais sobre engenheiras. Da conversa que mantivemos retenho a sua descrição de como encontrou o caminho para a engenharia e depois para a hidráulica. Enquanto os outros entrevistados assumem uma vocação, no seu caso o devir é diferente. Afirma-se pelo abraçar de uma causa, a vontade de aliar conhecimento técnico à prestação de serviço público.

O engº Pedro Malato concordou prontamente com a entrevista pedida. Realizou-se na sala de reuniões da sua empresa, um gabinete de projetistas. Voltei assim ao ambiente do setor privado. As instalações situam-se numa das avenidas mais caras de Lisboa, num edifício de escritórios. Esta centralidade é indicativa do círculo potencial dos seus clientes: os donos de grandes obras com componente financeira pública elevada ou mesmo total. As paredes ostentam fotografias de grande dimensão dedicadas à ferrovia: viadutos e composições. Tudo converge para este tipo de mobilidade. Foi uma entrevista tendo a inovação por *leitmotiv*.

O mais jovem dos engenheiros entrevistados foi o engº João Almeida, com quem estabeleci contacto por intermédio de familiares. Acede de imediato. Apresenta-me a sua atual experiência de vida remetendo-me para um *site* e um *blogue*. Na sua mente tudo gira em torno da alternativa societária a que quer chegar. O que mais parece ameaçar a sua comunidade libertária é o projeto de ligação TGV Lisboa-Madrid, pelas expropriações previstas. A nossa conversa decorreu num fim de tarde de verão, antes do jantar oferecido na casa do seu familiar atrás referido.

Ir para o Técnico

Os entrevistados masculinos não manifestam desilusão pela opção então tomada de ingressar no IST. Foi uma primeira escolha. Expriem-no de formas diversas. Quiseram ser engenheiros esses adolescentes que gostavam e tinham bom aproveitamento escolar em matemática e física. Num dos casos, a atração pela engenharia parecia comprometida pela falta de queda para desenhar nos moldes exigidos. Opta por química na esperança de que o respetivo currículo lhe evite esse dissabor. Foi um engano. Pelos vistos, nessa altura, não se apercebera ainda da abrangência do curso geral – a existência de um tronco comum todo poderoso para as cinco especializações de engenharia. Aceder à escola superior de engenharia podia significar fazer uma preparação suplementar por conta própria. Recordando o seu caso na década de 1940, um dos entrevistados refere as explicações que teve e o esforço financeiro imposto à família para preparar o exame de admissão.

Com o aumento acentuado do número de estudantes no ensino superior verificado durante a década de 1970, os entrevistados dessas gerações acrescentam outros fatores interferindo na decisão de tirar um curso de engenharia. Vivendo com intensidade a transformações políticas do país desencadeadas pelo 25 de Abril, as matérias ligadas ao conhecimento da sociedade ganham interesse. Num dos casos, é o diálogo

travado com a geração anterior que leva o jovem à decisão. Gosta de matemática e de física, tem bom aproveitamento, mas a economia e a política não o deixam indiferente. São matérias que se discutem nas ruas. O pai e o tio, engenheiro e arquiteto respetivamente, retiram-no da incerteza. O jovem matricula-se no IST.

Por essa mesma altura uma jovem adolescente da província vem para Lisboa estudar – a engenharia não está ainda no seu horizonte. Procura experiências de vida diferentes, a independência ganha à família sobrepõe-se à escolha dum curso. A medicina aparece por influência de amigas, mas não se concretiza. Vira-se então com reticências para engenharia civil. Nem tudo está claro: gosta da água, rejeita o betão. Vive um conflito de emoções, que se reflete na incerteza das opções.

Durante décadas, as estudantes contavam-se com um só dígito. Nos anos 50, são poucas e estão na química. Na década de 1970, o seu número aumenta, com uma distribuição desigual pelos cursos. Comparada com outros países, a realidade no IST não difere muito. Também nas escolas de engenharia francesas as estudantes passaram da exceção a minoria (Marry 2004). A química foi sempre o setor mais feminizado (Zachmann 2004).

Estudar

A escola altera a vida que o adolescente levava até então. Para além do estudo, conhece outros interesses, que podem mesmo passar para primeiro plano das suas preocupações. O horário das aulas dita o ritmo diário. Às aulas estão associadas a matérias e a professores. As recordações a seu respeito variam. Sobre alguns deles convergem, pelas excentricidades que os caracterizavam: zelo inusitado exigido nos cadernos de apontamentos, forma de falar, convívio, comportamentos. Presente-se a distância construída e mantida na forma de uma hierarquia entre o professor e o aluno, que se vai diluindo nos anos 1970. Para além da posição estrutural do

professor perante o aluno, há ainda que atender à distância entre os dois, que diminuía à medida que o estudante avançava no curso. Os anos terminais contrastavam com os do curso geral – preparatórios – em que a massa de discentes só permite uma relação próxima do anonimato. Já na especialidade o contacto pessoal estabelecia-se e consolidava-se. Só então o professor individualizava o estudante.

O horário é um dos mediadores entre o docente e o discente, dele resultando o nível de assiduidade, distinto consoante o tipo de aula: teórica, prática, laboratório. Os mecanismos de controlo, por regra, são contestados pelos

estudantes, que sentem assim a sua autonomia e liberdade desrespeitados. Este fatores influenciam hábitos e comportamentos dos discentes. Na perspectiva do aluno assiduidade e liberdade são bens imateriais disponíveis numa relação indiretamente proporcional. De liberdade dependem outros componentes estruturantes da vida estudantil. Por isso, se luta para a conquistar, manter ou ampliar.

O currículo revela ao estudante a vontade instituída, os regulamentos traduzem a forma de a concretizar, o grau de cumprimento a relação de forças existente entre professores e alunos. Criam-se, exigem-se, impõem-se espaços ocupados, livres, ou libertados. O seu alcance depende da subjetividade gerada nas relações quotidianas. Ao listar os cinemas lisboetas mais frequentados pelos estudantes, um dos entrevistados alude às complicitades existentes entre eles e alguns dos docentes.

As reformas do curso são pontos de referência no tempo, que ficam gravadas na memória. O entrevistado mais idoso refere-se-lhes, quando confrontado com a organização do mesmo curso frequentado mais tarde pelos filhos e pelos netos. Outros situam-nas nos fatos ligados à inovação curricular: informática, semestralização, optativas. Tais ruturas tiveram expressão também na linguagem. Até 1970 referem-se cadeiras, posteriormente passam a disciplinas, a reforma de Bolonha introduziu unidades curriculares. Aumenta a percentagem de tempo concedida ao estudante para que o administre por sua própria conta e risco. Ganha mais força uma visão favorável à auto-responsabilização do jovem, atribuindo mais autonomia ao estudante na gestão do seu quotidiano.

O estudo tem uma materialidade específica. Aludindo aos seus tempos estudantis, os entrevistados mais velhos recordam os suportes de informação usados no ensino. Fabricava-se uma cultura material feita de e no papel. Derivava de escrita e leitura intensas, memorização e menos de ação demonstrativa.

À cabeça do respetivo inventário figuravam os apontamentos. Manuscritos pelo aluno, em frases curtas ou em tópicos, reunidos em cadernos ou pastas de folhas soltas. Recorria-se a lapiseiras de várias cores: azul, vermelho, preto. Raramente ao lápis. Elaborados durante

as aulas, iam-se acumulando, organizados por matérias, na razão direta da assiduidade cumprida pelo autor. Faltas equivaliam a lacunas que punham em risco a preparação das avaliações. Por isso, havia circulação destes apontamentos, emprestados pelos seus autores aos colegas que haviam faltado a uma ou outra aula. Tratava-se de material pessoal, eventualmente transmissível, sujeito a negociação entre iguais. Eram dívidas condicionadas a contra-prestações feitas em diferido.

As sebatas são uma menção obrigatória dos mais velhos. O 25 de Abril tê-las-á suprimido num impulso revolucionário. Resultavam da cooperação entre professor e alunos. O primeiro cedia os materiais das suas aulas e, em conjunto, eram organizados e preparada a edição polycopiada – *stencil* vendida pela AE aos alunos. Permitiam seguir a matéria lecionada pelo professor. Na linguagem do *campus* do IST as sebatas chamavam-se folhas e constituíam uma fonte de receitas fundamental para o organismo estudantil. Garantia-lhes independência e capacidade de intervenção política e social. A edição de folhas assentava numa aliança mais ou menos assumida entre alguns professores e os alunos. Ao docente garantia-lhe a divulgação da matéria que lecionava, assim como nos termos que julgava adequados. Para os alunos, serviam-lhes de orientação no estudo e na preparação dos exames. Nas ciências técnicas não existiam manuais em língua portuguesa. Os estrangeiros eram na prática inacessíveis, não só porque caros, frequentemente inexistentes nas bibliotecas, como esquecidos pelos docentes nas suas recomendações aos alunos. O prof. Bernardo J. Herold, na química inorgânica, terá sido dos primeiros a recomendar um manual estrangeiro nas suas aulas, conforme me referiu um seu ex-aluno. A secção de folhas funciona desde 1947. É uma peça decisiva para compreender o associativismo estudantil.

Apontamentos, sebatas, folhas, manuais. A materialidade derivada do papel articulava-se com outros artefatos, tais como a régua de cálculo e, a partir dos anos 1970, a calculadora eletrónica, substituída na de 1990 pelo computador pessoal – PC – que se vulgarizou na década seguinte. Ouvindo os entrevistados, verifica-se como o mais jovem deles já não se refere sequer

à questão dos materiais de estudo. Só quase deve ter recorrido à *internet*. Embora as folhas subsistam, as impressões feitas a partir de *sites* e de portais de ensino ganham cada vez mais importância.

Para além do acesso intelectual à ciência e à técnica – questões mobilizadoras são a energia nuclear para fins pacíficos e a conquista do espaço – o jovem é confrontado com outras realidades que o envolvem. A política é um deles. Além de local talhado para transmitir o *corpus* de conhecimentos das engenharias, o *campus* serve de palco a outras vivências. Tomam consciência das assimetrias e incongruências da sociedade em que vivem, o que os leva a as querer suprimir ou remediar. Mobilizam-se vontades, ensaia-se a força da ação coletiva, constituem-se causas, faz-se militância. São períodos de entrega a ideais. Estes absorvem de tal forma corpo e espírito, que as exigências do estudo passam para segundo plano. Os entrevistados empenharam-se em encontros, greves, iniciativas de assistência e solidariedade, dentro do *campus* e lá fora. Revelam-se lideranças. Aprende-se que não há engenharia sem a sociedade.

Visto sob o ângulo da territorialidade, o IST, primeiro na carência das instalações na Boavista, depois no desafogo do *campus* no Arco do Cego, foi palco privilegiado da relação instável entre engenharias e sociedade. Uma vez foram os êxitos técnico-científicos que se destacaram e ofuscaram o quadro político que lhe esteve subjacente. Outras foi a ação política que transborda do recinto universitário, funde-se no movimento geral, em que à primeira vista se torna impossível discernir uma ligação à engenharia. A descoberta da sociedade para além da família e da escola de engenharia não se processa em turbulência constante. Os ritmos variam, porque estudo – aquisição de um corpo estruturado de conhecimentos – e aprendizagem – da vida – se cruzam. Os entrevistados recordam experiências menos empolgantes, mas nem por isso menos emotivas. Um deles refere as audições de discos de Joan Baez e de Bob Dylan. Eram letras dedicadas à solidariedade, à paz, ao amor. Se a música anglo-saxónica se difundia por meios mecânicos, a AE organizava espetáculos com cantores de intervenção, entre eles José Afonso. Eis alguns dos parâmetros da cultura

contestatária da década de 60. Música e ação, com fundo de engenharia.

Passando em revista as atividades extra-escolares que os ex-alunos relatam, associando-lhe o que os arquivos permitem situar, detetam-se mais interesses cultivados pelos jovens. Enquanto a política é assunto abordado e recordado por todos, o mesmo não acontece com o desporto. O jazz e o cineclubismo mobilizaram, em seu tempo, um número significativo de estudantes.

A indumentária é referida uma vez, por sinal pela única entrevistada. Vestia-se ao estilo *hippie*. Naquele final da década de 1970, dois fatores despertavam ainda as atenções: uma mulher naquele curso e a sua indumentária. Observando fotografias da época, verifica-se que os estudantes vestem-se em conformidade com o restante mundo masculino urbano das classes não ligadas ao trabalho braçal: sapatos de lustro, calça de vinco, camisa clara, gravata, por vezes uma camisola, casaco. Só mais tarde se marcam distâncias perante a sociedade dos adultos. Primeiro, pelo uso de (*blue*) *jeans* e rejeição da gravata. Depois pela desobrigação do casaco e do tipo de calçado, até à mais recente generalização da sapatilha. Nas estudantes a relação entre saia e calças tornou-se fluida. Os estudantes, e a juventude em geral, sinalizam afastamento do mundo adulto, exprimindo com as suas vestes diferença, indiferença e insubmissão. Conquista e defesa de autonomia são eixos estruturantes da vida estudantil.

Máquina de escrever elétrica IBM.

Fonte: NGMCC



Conhecer o mundo

Duas circunstâncias assinalavam e assinalam o termo da vida estudantil: um baile e uma viagem. Anunciam a entrada do engenheiro na vida adulta.

O Baile de Finalistas, onde o traje a rigor, ou de cerimónia, era obrigatório, foi instituído em 1953. A falta de mulheres era notória, porque havia poucas colegas. Recorria-se a familiares próximas – um testemunho refere irmãs e primas. Dos testemunhos compilados fica a sensação de que o convívio nas organizações juvenis era mais propício aos namoros, do que o baile no salão nobre. Pode ser visto como um fator interviniente no mercado matrimonial. Os futuros engenheiros revelavam-se à sociedade. A composição social mais homogénea prevalecente no período anterior à década de 1950, pode explicar o momento do aparecimento deste ato.

Durante os anos de formação – primeiro cinco, depois seis e novamente cinco –, os alunos faziam excursões, a fim de visitarem empresas, inteirando-se *in loco* de assuntos abordados nas aulas. Não causa surpresa ser da viagem de fim de curso que se perpetuam as recordações mais fortes, dada a duração, o itinerário internacional, o convívio, os patrocínios angariados junto de empresas estrangeiras. Os futuros engenheiros confrontavam-se com o país periférico em que viviam, ao que se juntava o alinhamento cultural, que se manifestava na língua estrangeira preferencial. Conforme alguns sublinham, só a partir dos anos 60, a orientação anglófila se impõe à até então dominante francófona. Esta última vinha desde o início, quando da contratação dos professores estrangeiros.

Sentir o mundo

Levados pelo gosto da matemática e da física, rapazes adolescentes entusiasma-se com as engenharias. Ingressam no IST, com vista a uma formação universitária. Esta procura deve ser vista como um investimento socialmente prestigiante, e não tanto como o resultado de políticas de incentivo aos diversos níveis de ensino técnico, elaboradas desde meados de oitocentos (Alves, L. 2003; Grácio 1998; Rodrigues 1999).

A vida estudantil cria condições para que se estabeleçam laços e interesses fora do âmbito familiar, na forma de compromissos cívicos, militância política – gera-se o movimento estudantil – ou lazer organizado. Nasce o *esprit de corps*.

Determinados acontecimentos transformam-se em referências para uma ou mais gerações. O após-Segunda Guerra Mundial caracteriza-se pelo trauma coletivo causado pelas bombas atómicas lançadas sobre o Japão, em agosto de 1945. Um dos entrevistados refere-se ao acontecimento como sendo o pecado original da energia nuclear. A 8 de dezembro de 1953, o presidente D. Eisenhower profere um discurso na assembleia geral da ONU, intitulado *Atoms for Peace*, em que propôs ao mundo assistência norte-americana para a aplicação da energia

atómica a fins pacíficos. Para além da relevância que esta iniciativa teria para a C&T em Portugal – como mais adiante se verá – a propaganda da ideia faz-se com a exposição Átomos Para a Paz, que esteve patente ao público nas instalações do IST, em outubro de 1955. O mundo já estava mergulhado na Guerra Fria, que o dividia preferencialmente em dois campos antagónicos. A vida no *campus* do IST não escapava a esta contenda ideológica disputada à escala planetária. Em fevereiro de 1952, realizava-se nas instalações do IST, uma reunião do Conselho da OTAN – pela inexistência de outros espaços equivalentes – o que tinha desencadeado ações estudantis de protesto. Na ocasião foi posto a funcionar o aquecimento central, como me contou numa das muitas conversas o prof. Bernardo J. Herold. Dentro do *campus* vivia-se e sentia-se o mundo.

As questões estudantis ganharam por várias vezes contornos de conflito nacional. Assim sucedeu no final de 1956, quando os estudantes se manifestaram, conseguindo que o governo retrocedesse na aplicação do decreto-lei 40900 (<http://dre.pt/pdfgratis/1956/12/26900.pdf>). Pretendiam as autoridades colocar a

organização das atividades circum-escolares sob tutela da Mocidade Portuguesa, o que significava suprimir a autonomia do associativismo estudantil. Se no caso da OTAN se tratou de um posicionamento na nova dinâmica mundial, agora mostrava-se rejeição a um regime. A vida estudantil do IST interagiu com o país na questão autoritarismo *versus* democracia, e com o mundo, na contenda entre capitalismo e socialismo.

A guerra colonial que se inicia em Angola, em 1961, estendendo-se depois à Guiné, em 1963, e a Moçambique, em 1964, é um elemento novo na vida do jovem engenheiro. Terminados os estudos, passam a ter um compasso de espera de três a quatro anos, para cumprimento do serviço militar. A maioria é mobilizada para África. Só após o regresso podem iniciar a vida profissional. Fazer a guerra foi uma etapa intercalada pelas circunstâncias nacionais no trajeto biográfico da juventude masculina portuguesa. Também dos engenheiros. Fica em aberto determinar em que medida estamos em presença de um dos fatores de feminização dos cursos de engenharia. Ao aumento de licenciadas não terá que corresponder uma maior feminização no mundo dos engenheiros. Muitas das licenciadas terão enveredado pela docência no ensino secundário.

Muitos foram para a guerra africana com sensibilidades cosmopolitas adquiridas no *campus*. O IST também era frequentado por alunos da Academia Militar, que lá adquiriam formação em diversas especialidades. Viviam no *campus* a agitação estudantil. Discutia-se a sociedade e equacionavam-se alternativas. Assumiam-se vanguardas. Procuravam-se inspirações em experiências no exterior. O país era pequeno para os projetos em mente. Entre 1968 e 1976 o *campus* do IST foi um campo de batalhas várias e irredutíveis: contra o regime e após a sua queda, entre os modelos alternativos para lhe sucederem.

Só numa análise superficial se poderá afirmar nestes anos turbulentos, que a engenharia esteve ausente do pensamento dos estudantes. Nestes combates travados dentro e fora do *campus*, os estudantes aprendem o valor da solidariedade. Acompanham acontecimentos no estrangeiro, em que se reconhecem. Um dos entrevistados,

embora na altura em Inglaterra, recorda o Maio de 68.

Outras vertentes podem ser analisadas. As consequências pessoais de determinadas experiências vividas só anos mais tarde transparecem. Talvez pela importância que no contexto do movimento estudantil português o IST adquiriu nos anos 68 a 76, dispomos de dois testemunhos publicados por ex-alunos. Um descreve a instabilidade vivida no *campus* (Murta 2000), enquanto outro se centra na experiência política pessoal vivida como estudante e na justificação de ações e comportamentos tidos (Sá 2006).

Neste último caso, trata-se de uma vivência de radicalização política assumida, o que leva o autor/protagonista a transformar-se em denunciante. Este tipo de literatura auto-reflexiva é praticamente inexistente no contexto português. Na mesma altura, em países com democracias parlamentares, a radicalização política dos estudantes conduziu ao aparecimento de oposições extra-parlamentares, a renúncia foi outro atributo que ganhou expressão em setores estudantis. Refiro-me aos chamados *estabelecidos*, estudantes – maoistas – que, por opção ideológica, mudam o curso da sua vida, por vezes até mesmo a identidade, integrando-se como simples operários na indústria (Dressen 1999), em busca de uma purificação da sua existência.

Vencida a crise revolucionária e instaurado o regime democrático, os objetivos estudantis adquirem outras configurações. Três dos entrevistados representam as gerações após-25 de Abril.

As preocupações haviam mudado: individualização dos comportamentos, valorização da *performance* pessoal medida nas classificações obtidas. A partir de meados dos anos 1980, a presença feminina no *campus* cresce, em muitos cursos aproxima-se dos efetivos masculinos, o ambiente passa a ser misto. O IST envolve-se em nova fase de transformação – a da europeização – que culmina na reforma de Bolonha, a partir de 2006.

O entrevistado mais jovem faz o curso durante esta transição. As ambições e inquietações que exprime revelam um posicionamento já pouco centrado num quadro marcado por fronteiras nacionais. É a fase da globalização instalada nos espíritos e no agir, pautada por tecnopaisagens – adoto a proposta formulada por

A. Appadurai (1994). Indivíduos, tecnologias, espaços fluem libertos de constrangimentos ditados pelas delimitações traçadas outrora. A socialização profissional do jovem engenheiro ocorre em *fronteiras espaciais e temporais porosas* (Marques, A.P. 2006 p. 225). Indivíduos e C&T fundem-se em configurações alimentadas por instabilidade, efemeridade, precariedade.

Autoritarismo, Guerra Fria, guerra colonial, democracia, europeização, globalização, eis uma sucessão de hegemonias técnicas e políticas em que se formaram, viveram e atuaram os engenheiros entrevistados.

Mão e intelecto

Durante muito tempo ao estudante de engenharia era avaliada a destreza de mãos. Foi uma época em que havia oficinas. Os mais velhos lembram-se. O plano de estudos atribuía importância ao trabalho manual e ao uso de fato macaco. Mas dividem-se as opiniões. Uns são favoráveis, dado o efeito pedagógico associado a tais tarefas. Era uma forma de perder o medo de tocar nas coisas, deixar de ter receio de estragar, ganhar familiaridade com os materiais. Tratava-se da sua apropriação pela vertente material e não exclusivamente pela componente mental, uma aplicação *hands on*, como se propõe hoje em tantos museus.

Os trabalhos a executar eram vistos por muitos como um folguedo, impróprio do nível intelectual esperado do estudante de engenharia. Relembra-se as brincadeiras e partidas feitas a colegas, confundem-se as horas passadas nas oficinas com as das aulas de laboratórios nas várias especialidades, o torno e a bancada esbata-se nas experiências de física ou nos exercícios de ligações elétricas. Enquanto nas oficinas se convivia com operários, nos laboratórios estavam professores ou assistentes. Manifestavam-se relações hierárquicas diferentes.

As cadeiras eram espaços sobrepostos: físico, letivo e humano. A vertente física era dada pelo anfiteatro, pela sala de aula, pelo laboratório ou pela oficina. A componente letiva era o que acontecia em qualquer deles. Finalmente há que acrescentar o desempenho letivo efetuado no lugar. O discente era confrontado com um professor, com um assistente ou com um mestre. Dos últimos nada consta.

A partir dos elementos disponíveis, distinguem-se vários planos de práticas manuais. Primeiro, os trabalhos executados nas oficinas

pelos alunos, na presença de professor, mestres e operários. Segundo, os trabalhos executados pelos alunos nos laboratórios, perante professores. Terceiro, a destreza dos artesãos – tanto mestres, como operários – das Oficinas de Instrumentos de Precisão, trabalhando por encomenda para fora. Estes eram senhores de uma habilidade adquirida, enquanto a dos primeiros era somente ensaiada. Não havia ligação entre os dois setores, as habilidades não confluíam.

Tanto o trabalho manual com objetivo pedagógico – aulas para os alunos – como a atividade das oficinas profissionais ocupavam um pavilhão próprio, construído desde o início. De acordo com os testemunhos registados, o seu declínio verifica-se a partir dos anos 60. Foram caindo em desuso, tornaram-se obsoletas, o seu espaço seria alvo de cobiça. Nesse pavilhão passariam a funcionar, em finais da década de 1970, as pós-graduações. Entretanto o seu recheio em maquinaria, ferramentas, mobiliário e trabalhos de alunos foi parcialmente salvaguardado como fonte de memória da instituição.

O pavilhão das oficinas sucumbiu com a consolidação e posterior institucionalização da investigação. O tempo ocupado à volta da maquinaria, com as ferramentas e frente ao mobiliário de outrora passou a ser dedicado à consulta e ao estudo de compêndios, a manuais e às folhas. Cessava o trabalho prático feito na bancada em prol do exercício abstrato. A pressão exercida sobre os espaços refletia o labor de gente instalada a tempo inteiro no *campus*, ocupada em laboratórios, desenvolvendo investigação. Mudava o instrumental: a habilidade manual, adquirida em oficina, cedia o lugar a mais equipamentos de medição, comando e controlo de processos.

Eram duas culturas em contraste, em que o torno e o livro são suas representações materiais. Embora o diálogo entre ambos tenha constituído programa e ambição dos mentores da instituição, nunca esteve posta em causa a hegemonia do livro. Em finais de século, este, por sua vez, vê a sua posição abalada, perante o aparecimento e a ascensão dos teclados. As teclas criaram uma gestualidade nova, própria, incorporada por via autodidata. Ficavam esquecidas as virtudes atribuídas à habilidade manual do artesão em ambiente de oficina. Chegou ao fim a supremacia do livro. Ganha autonomia o texto, que transita para nova morada, o suporte digital.

Que mais representaram estas oficinas? Formavam janelas para mundos exteriores às engenharias, mas que a ela se viam ligados. Por um lado, pelo sentido prático das coisas, a que o engenheiro com o seu conhecimento teórico deveria estar atento: a resolução de problemas pela criatividade. Pelo outro, era uma abertura para o mundo operário, visto desde o topo dum hierarquia social, a que o engenheiro estava destinado. As Oficinas de Instrumentos de Precisão, em contrapartida, não remetiam para o mundo operário, mas para o dos artífices. Cada instrumento era uma obra, fabricada com autoria. A esta esfera o futuro engenheiro não tinha acesso.

Não era precisão de mãos, que se lhe exigia. As horas passadas nas oficinas de carpintaria e serroalheria acabavam por ser a certificação para o futuro engenheiro, de que o trabalho manual não seria o seu mister. Porque se lhe impunha esta experiência?

Logo numa das primeiras visitas que me foi proporcionado fazer à instalações do pavilhão central, facultaram-me acesso a um compartimento transformado em cofre forte da instituição. Do que lá vi retenho um conjunto de copiadores da década de 1920 contendo informação contabilística e, numa estante, num estajo havia um violino que me foi dito pertencer a Alfredo Bensaúde. Na figura do primeiro diretor do IST pode residir uma explicação pessoal, geracional e ideológica. Amante e cultor de ciência, não descurou outras capacidades, dedicando-se à execução musical e à construção de violinos. Trabalhava em oficina por gosto. Embora a sua estivesse mais próxima do lado do artífice do que do operário, a dedicação ao trabalho manual estava enaltecida e revelada a sua função na formação da personalidade do indivíduo culto, competente, burguês e moderno. Era como ele visionava a formação dos engenheiros no IST.

E depois do Técnico ...?

A ligação entre escolas de engenharia e a indústria é um dos fatores que as legitimam. Uma extensa bibliografia sublinha este aspeto. Cada um deles explica a ligação ao mundo da indústria, sublinhando a quantidade de patentes registadas. Servem de exemplos – tirados ao acaso – o *Imperial College* (Gay 2007), a *Technische Universität Berlin* (Schwarz 2000), a *École polytechnique de Montréal* (Gagnon 1991), a *Technische Hochschule Darmstadt* (Viefhaus 1995), a Escola de Minas de Ouro Preto (Carvalho, J. 2002) ou a *Eidgenössische Technische Hochschule*, de Zurique (Gugerli, Kupper & Speich 2005), entre muitas outras suscetíveis de menção. Trata-se de aplicar os conhecimentos adquiridos em contexto real, quer dizer fora da escola e preferencialmente dentro das paredes de estruturas industriais, para assim confrontar o futuro engenheiro com a entrada na vida profissional.

O primeiro tirocínio terminado por um aluno ficou registado com a data de 10/12/1918. No período abrangido pelos primeiros entrevistados os estágios repartiam-se por três anos letivos, somando ao todo cinco meses, havendo lugar à elaboração de um relatório para cada um.

Cumprir o tempo previsto para estágios significava submeter-se a um batismo de fogo na prática, em que a tarefa atribuída não se inseria no quadro académico. O aluno já não estava rodeado de colegas, nem enquadrado pelos professores. A resposta às solicitações tinha de a encontrar no novo ambiente. Antecipava-se o futuro desejado. Não era o mundo operário ou de artífices que enfrentava, mas o daqueles aos quais se iria equiparar. Havia que dar provas, na forma de um relatório, ou seja, na validação pela escrita.

As recordações são positivas, embora se deva atender a que os engenheiros entrevistados possam não refletir o contexto geral. É isto porque as vagas não satisfaziam a procura. O fim dos estágios coincide *grosso modo* com a reforma de 1970, que também suprime os trabalhos nas oficinas. Estar no convívio com outras pessoas, aceitar desafios, demonstrar conhecimentos, dominar a sua aplicação, são estes os elementos que sobressaem das experiências relatadas. Evidenciam-se as grandes empresas nacionais e estrangeiras.

Na altura do lançamento do *Sputnik*, jovens engenheiros ocupavam-se da produção de urânio metálico, da eficiência de uma central termoelétrica, desafiando a cultura tecnológica estabelecida. Outros abalanchavam-se em ganhar experiência no estrangeiro, saldando-se a opção pelo benefício adicional da fluência ganha numa língua estrangeira. Estes aspetos por sua vez implicavam a familiarização com outra cultura tecnológica – a suíça, a holandesa, a francesa, etc.

Guiamentos

A ferrovia foi uma descoberta inesperada, que transformou a vida de um jovem engenheiro civil. Aconteceu ao encontrar um ex-colega. Juntos iriam protagonizar um projeto com grande repercussão. Nos anos 1990, a conjuntura macro-económica favorecia os investimentos na mobilidade. Inicia-se uma fase de expansão do metropolitano de Lisboa. No seu depoimento, o entrevistado resume os desafios colocados a um engenheiro. Envolvem a técnica e de igual modo a gestão. A componente técnica consiste na perfuração de túneis e na construção de estações. Cada troço de obra tem o seu historial que o singulariza pelos imprevistos surgidos, como sejam incêndios ou infiltrações. A estes ligam-se outros no âmbito da gestão, repercutindo-se no cumprimento de prazos. O principal desafio consistiu na execução de obras em domínios, em que não se trabalhava há décadas. Houve que readquirir experiência. O fator ferroviário estava adormecido na sociedade portuguesa, assistindo-se a desativações e a desmantelamentos de troços em redes regionais e no transporte urbano – a tração elétrica de superfície. Em

Os entrevistados mais jovens não dispõem de uma trajetória biográfica similar. Formaram-se num quadro modificado, em que não havia transição estruturada entre a escola e a profissão.

Com o fim das oficinas e dos estágios, o estudante de engenharia passa a socializar-se numa cultura tecnológica ditada exclusivamente pela escrita. A combinação entre texto e intelecto substitui a da mão e intelecto.

A introdução da informática dá-se com a instalação do IBM numa cave do IST, mas pertencendo ao centro de cálculo, comum a toda a universidade. É o prelúdio de uma nova forma de distinção do engenheiro, que se viria a manifestar em pleno, mais tarde, com a disseminação dos PC. Aceder e manipular o teclado deixou de estar associado a trabalho subalterno, monótono e a baixa qualificação. Teclados e monitores entraram na composição do retrato tirado a qualquer engenheiro. E também o desenho iria perder a sua essência de traço feito à mão.

paralelo favorece-se a expansão da rodovia o que vai incrementar a automobilização.

O transporte subterrâneo apresenta-se como uma solução para a mobilidade pendular. Lisboa carece de mais ligações de metro entre o centro e a periferia, assim como uma linha de acesso à Expo 98. Rasgam-se túneis, levantam-se viadutos, enterram-se estações.

O metropolitano destaca-se sempre na cultura urbana das cidades, porque nele convergem engenharia, mobilidade e história. Constitui um objeto de análise cultural, conforme o demonstrou Marc Augé (1986, 2008) a propósito da rede parisiense. Sublinha aspetos da apropriação cultural, por via da memória numa estrutura técnica difusa, imensa, tentacular: obra civil pelos túneis e estações, obra mecânica pelo material circulante e restante maquinaria de ventilação, obra de eletricidade para garantir iluminação, bilhética, comunicação, movimento. A velocidade é só relativa, não há vertigem, mas sim cadência, ausência de congestionamentos. Da técnica passamos às pessoas: os passageiros têm pressa, mostram indiferença e impaciência.

As vantagens da técnica criam nas pessoas subjetividades específicas: a previsibilidade do horário a cumprir cria ansiedade. Durante o trajeto lê para contrabalançar a passividade a que se sente condenado. Nas estações, apressa-se pelos cais, corredores e escadas. A cadência dos comboios não convida à calma, desencadeia precipitação, mantém um estado de nervosismo. E como sublinha o autor citado, no metro mudamos de ritmo e de atividade: trabalho, família, tempos livres. Tem uma função separadora. Mas o metro de Paris, assim como o de outras cidades, remete ainda para a história mundial, nacional, regional, ou simplesmente para factos. O nome das estações é um desafio à erudição do passageiro atento: uma avenida, um bairro, uma feito militar, uma personalidade. Não é só pela memória histórica servindo de forro à obra civil, que a engenharia se evidencia ao utente. Durante grandes acontecimentos, as redes ferroviárias urbanas respondem melhor ao ímpetus das massas em trânsito. Logo após a queda do Muro de Berlim, em 1989, a rede de superfície da cidade – o S-Bahn – transformou-se na principal via de escoamento da ansiedade coletiva de que padecia a população de Berlim Oriental, pela privação de determinados bens de consumo de que sentia até então excluía. Esta rede de transporte deu vazão à circulação maciça entre áreas comerciais e residenciais, esbatendo a fronteira acabada de ser rompida. Nas composições, os passageiros viajavam encobertos pela profusão de sacos de compras que levavam, ostentando a publicidade das grandes marcas (Korff 1990). Não só de passageiros vive o metro. Os seus quilómetros de corredores replicam situações urbanas, devidamente adaptadas. Para além de comércio, acontecem coisas não planeadas: a presença de mendigos, músicos ambulantes (Tanenbaum 1995). Questões de acústica não terão preocupado os engenheiros. Só nalgumas redes a poluição sonora foi problema equacionado, o que se comprova pelo baixo nível de ruído produzido pelo equipamento circulante. Há sistemas que deslizam sobre rodas de borracha.

Tantas vezes viajamos ao longo dos dias, das semanas, dos anos, que o metro passa a referência na nossa memória: o jardim zoológico, o estádio, um *shopping*, aquele namoro, aquele

emprego. Nos momentos curtos de espera, estuda-se com afincos o plano da rede ou o mapa da cidade. São representações da superfície em que vivemos, refletidas durante a espera subterrânea. O metropolitano é o produto de uma conjugação entre engenharias e a sua apropriação pelas pessoas que o usam. Na sua seleção de engenharias paradas na imagem Jorge Calado (2007) reporta momentos colocados na perspectiva da obra civil: a estação de metro londrino servindo de abrigo durante a Segunda Guerra Mundial, a espera numa outra parisiense, a escada rolante não instalada na do parlamento de Melbourne (fotos 117, 118, 119).

A obra no metro de Lisboa permitiu a um grupo de jovens engenheiros recuperar ou ganhar experiência num domínio esmorecido. Munidos deste conhecimento, concorrem a uma empreitada a realizar de raiz e de características diferentes – o metro ligeiro da cidade do Porto. Construíram uma rede com troços subterrâneos e de superfície, procedendo à requalificação urbana das zonas abrangidas pelas estações. A viagem pelos canais reativados é uma leitura diferente da cidade que se proporciona agora ao passageiro. O êxito reconhecido desta experiência sugere reflexão sobre outras com resultados opostos. B. Latour (1993) dedicou um estudo ao Aramis, um veículo automático ligeiro com guiamento, que pretendia conciliar as características do metro com as do transporte individualizado. No quadro de um projeto prolongado de I&D – lançado em 1970 e abandonado em 1986 –, oneroso e complexo, construir-se-iam vários protótipos, não se chegando a um resultado final. J. Law (2002) dá-nos conta de uma tentativa britânica de construir o TSR2, um avião militar, levado a efeito desde a década de 1950 até 1965. Desistências, falhanços e derrotas em engenharia podem ter igual valor aos êxitos. Mas também o fator competição entra em jogo. Assim sucedeu com os projetos nacionais de TV a cores entre a França e a Alemanha (Fickers 2007) ou com o empenho em definir estilos nacionais em artefactos complexos, tais como a construção de transatlânticos (Dewerpe 1999). A conquista do espaço foi uma competição da Guerra Fria.

No Porto não se tratou de um projeto tecnicamente inovador, mas da reciclagem de

fragmentos ferroviários abandonados, agregados a troços construídos de raiz, de forma a convergir numa rede única, dando nova coesão à cidade. Munido desta experiência, o nosso entrevistado prossegue o seu percurso profissional,

explorando novos potenciais da via ferroviária. É a vez da alta velocidade (AV). É a história de uma paixão feita de engenharia, com muita gestão e cheia de risco.

A eletricidade como espetáculo nacional

Data de 1912 a instalação da eletricidade no velho IST. No país, distinguem-se épocas quanto ao seu modo de produção predominante. Numa primeira fase a energia elétrica vem de centrais termoelétricas, só depois começa a chegar de barragens (Matos, A.C. *et al.* 2004). Nos anos 1970, atinge-se a hegemonia quase incontestada da hidroeletricidade. Porém, logo na década de 1960, se fez sentir a necessidade de dispor de energia vinda de fonte alternativa, a fim de corrigir as irregularidades da pluviosidade. Discutem-se as soluções, inicialmente vistas como complementares para introduzir termoelétricidade no abastecimento nacional. Nos anos 80, esta última adquire primazia, alterando-se a posição relativa face às hídricas.

Ao longo deste tempo, alguns dos entrevistados estiveram envolvidos na consolidação de uma cultura elétrica, ou empenhados na alteração do paradigma tecnológico em que ela se sustinha. Fator técnico e dinâmica social conjugam-se na estrutura dos consumos domésticos. Às represas cheias e aos rios caudalosos corresponde uma produção excedente que importa aplicar e que o ritmo da industrialização não parece absorver. A iluminação e a tecnificação dos lares – frigorífico, máquina de lavar, etc. – são incentivados. Aplicam-se tarifas degressivas. A técnica é uma segunda conjugabilidade instituída na esfera doméstica. Com as máquinas – com especial evidência para a cozinha –, chegam novos hábitos: a iluminação artificial prolonga o dia, a refrigeração altera a gestão alimentar, o rádio traz uma intimidade de novo tipo, adquirem-se novos padrões de conforto. O apetrechamento com eletrodomésticos repercute-se no prestígio social.

A industrialização penetra na sociedade portuguesa com desfazamentos consideráveis, se comparada com os países de onde chegavam esses bens duradouros de consumo. É uma invasão

tecnológica num movimento contido, com aritmias, que gera novas assimetrias. As escolas de engenharia existentes terão sido recintos de aclimatação dessas tecnologias.

O 25 de Abril constitui um marco nas políticas da eletricidade e da eletrificação, uma vez que se criam condições para a formação de uma única empresa produtora e distribuidora. A nacionalização do setor energético conduziu ao aparecimento de uma empresa elétrica – a EDP –, que se fixou três objetivos: uniformização das tarifas, eletrificação total do país, melhoria da qualidade do serviço. A eletricidade era agora chamada a atenuar desigualdades sociais.

Agora tudo passava por um ecrã único, era um espetáculo nacional.

Em termos de cultura tecnológica as transformações ocorridas nestas décadas protagonizadas ou testemunhadas por ex-alunos do IST, revelam realidades só à primeira vista dicotómicas. A relação entre o hídrico e o térmico caracterizou-se ao longo do tempo não pela mútua exclusão, mas pelo grau viável da sua participação na produção energética. Ficou-se a saber os termos em que a termoelétricidade sofreu transformações tecnológicas profundas; e em que condições se verificou a endogeneização dessa tecnologia. A primeira fase da central do Carregado simboliza o declínio de uma cultura tecnológica – francófila – e a ascensão de outra – anglófila. Tais ruturas no modelo cultural continuariam a ocorrer. Durante a visita à *sala limpa* do INESC (09/11/2006) investigadores que me acompanhavam, referiram o papel impulsionador desempenhado de um grupo de doutorados em física, na sua maioria formados nos EUA e os restantes na Europa, na criação daquele instituto. Neste caso, o corte já nem se manifesta na língua, mas na atitude perante a organização e a gestão da investigação.

Para os jovens licenciados das escolas superiores de engenharia a preponderância hídrica ou térmica correspondeu a fases de maior procura de engenheiros de uma em detrimento das outras especialidades. Primeiro, os civis para levantar os paredões, seguiram-se os mecânicos/de máquinas para as caldeiras, em menor escala os de correntes fortes para o transporte da energia.

Eletrificar e iluminar o país foi um desiderato cedo estabelecido. O percurso profissional dos entrevistados remete para muitos vestígios. Outros existem, que os antecedem no tempo. Os primórdios da termoelectricidade têm uma marca firme, visível na musealização *in situ* da Central Tejo, situada na beira-rio lisboeta. Não há – ainda – barragens desativadas. As grandes impõem-se pela monumentalidade edificada e pela massa de água que retêm. As pequenas pela simplicidade e eficácia dos meios aplicados. Situadas em locais ermos, a sua construção retira do isolamento a paisagem que as envolve; a construção e a posterior manutenção obrigam ao rompimento de vias de acesso. Tornam-se destinos turísticos. Componente que aparece acrescida aos propósitos iniciais de produção de energia, reserva estratégica de água, regularização fluvial, base de sistemas de irrigação, o interesse pela fruição da obra de engenharia, faz destes artefactos complexos ícones culturais, em que progresso, técnica, ou, conforme proposto por David Nye (1996), a propósito de Hoover Dam, manifestações do sublime. O contributo das memórias resgatadas, por exemplo, na forma de testemunhos prestados por trabalhadores envolvidos na sua construção (Dunar & McBride 1993) traduz este modo de fabricar património centrado no facto técnico.

Às barragens passamos a associar não só a vertente de produção e gestão energéticas, como ainda outros ganhos. Os centros de interpretação justificam, legitimam, explicam e apresentam argumentos em debates que mobilizam a sociedade: uso de recursos, segurança, benefícios, mas de igual forma a indagação dos limites da tecnologia estão simbolicamente associados às grandes obras públicas, no caso concreto, as – grandes – barragens. O impacto estético induzido pela obra de engenharia, pode transformar-se em inspiração artística. O compositor Philip

Glass concebeu uma obra sinfónica intitulada Itaipu (CD Sony SK 46352, 38', 1989) dedicada à barragem binacional do mesmo nome, construída no rio Paraná e ocupando território brasileiro e paraguaio.

A hidroelectricidade é um monumento tecnológico, por conseguinte e num primeiro momento, um património cultural imaterial. A energia é produzida num imenso artefacto complexo, que gera uma paisagem própria, pela representação provocada pela água. A barragem contém não só uma fábrica, como constitui um destino turístico. Para chegar aos consumidores a energia produzida tem de ser distribuída, o que implica a instalação de uma rede, feita de postes de alta tensão e respetivos cabos. Uma região, um país adquire novos fatores no seu território, expande-se uma cultura material da energia elétrica. As linhas de alta tensão vencem montes, transpõem vales, acompanham estradas, atravessam rios. A hidroelectricidade é disseminação de modernidade na sociedade portuguesa e a barragem um seu lugar privilegiado.

Existem outros aspetos que se prendem com a memória social derivada das grandes barragens. Refiro-me às situações em que a formação das represas leva à evacuação programada de populações. Vilarinho da Furna, citado por um dos nossos entrevistados, é um desses casos acontecidos em Portugal, ao que se juntará agora Aldeia da Luz, na barragem de Alqueva. No primeiro a população foi evacuada, no segundo transferida para uma aldeia só quase replicada, porque modernizada (Saraiva, C. 2005). Barragens no antes, no durante e no depois têm sido objeto de estudos aprofundados (Moraga 2001; Ribeiro, G. 1994; Scott 2009).

A tecnologia, a política e uma rejeição

A controvérsia entre eletricidades estende-se ao longo do século XX. Substituíram-se paradigmas de produção. A um tempo inicial da termo, segue-se a hegemonia da hidro e posteriormente instaura-se nova concertação entre as várias culturas energéticas. A opção nuclear suscitou polémica, que conduziu à atual situação de rejeição consensualizada. As opiniões dos nossos entrevistados convergem nesse sentido.

No entanto para alguns jovens engenheiros o nuclear português constituiu, desde os anos 50, um início de carreira promissor. O caso de António Cavaco revela uma trajetória individual e, em simultâneo, traduz opções nacionais. Apenas licenciado é contratado para o setor, onde se integra numa equipa em constituição tendo em vista a construção de um reator. Participa em estudos prévios, é enviado a França, para se especializar, ganha mais experiência em Espanha

e no Brasil, numa altura em que estão centrais em construção. De regresso a Portugal, vive um país em revolução, em que a linha política adotada rejeita o nuclear. Graças à formação e saber adquiridos é contratado para trabalhar num programa nacional de construção e manutenção de centrais para o abastecimento elétrico, na Bélgica. O próprio reconhece hoje ter sido esse período o mais interessante do ponto de vista técnico na sua vida. Tal oportunidade não lhe teria surgido em Portugal, pese o empenho inicialmente colocado pelas autoridades portuguesas de então naquele domínio. O projeto hídrico fez época, o nuclear não. Nascido da proposta *Atoms for Peace*, não se obteriam *atoms for power*. Estabelecendo comparações institucionais entre lugares tecnológicos portugueses, reconhecem-se trajetos e destinos diferentes. LNEC, em Lisboa e LFEN, em Sacavém ganhariam projeção muito desigual, senão mesmo oposta, na sociedade portuguesa.

Os engenheiros para além das engenharias

Os relatos apresentados revelam as opiniões de oito engenheiros e de uma engenheira com idades, percursos, posições e vontades diversas. Enquanto os mais velhos fazem um balanço da carreira, os outros estão empenhados em a consolidar ou ainda em construí-la.

Uma vez que nenhum deles é *engenheiro de cálculo* e, excetuando o mais jovem, todos já se confrontaram com os desafios próprios de níveis de responsabilidade elevados. A entrada na vida adulta, significa hoje acumular experiências em sucessivas empresas e atividades. Esta realidade difere da dos mais velhos. Para eles, o modelo socialmente validado consistia em procurar estabilidade pela carreira numa única empresa pela vida fora.

A uma fase inicial de trabalho essencialmente técnico, consistindo na aplicação dos conhecimentos adquiridos, segue-se outra em que as funções de gestão ganham relevância. O engenheiro é absorvido pela gestão, porque é a boa aplicação da técnica que se lhe exige. Esta última vai-se sumindo da ação direta, embora não

da sua preocupação. Assumindo mais responsabilidade, o envolvimento na gestão não abrandava e vê-se na contingência crescente de governar técnica – nisto consiste o ser engenheiro/a. Alteram-se as expectativas em relação à sua pessoa. Embora identificado como engenheiro, é a capacidade de liderança que dele se passa a esperar.

Viu-se ainda como compete ao engenheiro conciliar o fator técnico com a leitura diferente e divergente, feita pelos grupos sociais implicados. A construção de uma central térmica, de uma instalação de tratamento de lixos, de uma central nuclear, para citar exemplos referidos pelos entrevistados implicam processos de negociação com vista à obtenção de plataformas de entendimento. Importa adequar o imperativo técnico à razão social.

Bibliografia

- Abreu, A., F. Valdez, orgs., [2005] *Contributos para a História da AEIST no Movimento Estudantil*, CD, [Lisboa].
- Abreu, M^a Filomena, 1997, “Os engenheiros e a radiofonia: dos anos 30 ao limiar da RTP”, in: *História*, xx, 29.
- Atas das Sessões do Conselho Escolar, Livro 0* (desde 21 de Agosto de 1911 a 6 de Fevereiro de 1918).
- Atas das Sessões do Conselho Escolar, Livro 1^o* (desde 29 de Abril de 1918 a 19 de Novembro de 1927).
- Atas das Sessões do Conselho Escolar, Livro 2^o* (desde 4 de Dezembro de 1923 a 21 de Junho de 1927).
- Afonso, Aniceto, J. V. Serrão, R. Carita, orgs., 2003, *Conhecimento e Definição do Território*, Lisboa, Direcção dos Serviços de Engenharia / ANTT/AHM.
- Almeida, J. V. Fialho de, 1892, *Vida irónica. Jornal de um vagabundo*, Lisboa, Monteiro.
- Almeida, João Miguel, 2008, *A oposição católica ao Estado Novo. 1958–1974*, Lisboa, Edições Nelson de Matos.
- Alves, Carlos, 2006, “Departamento de Matemática do Instituto Superior Técnico, 1980–1990” [em linha] <http://www.math.ist.utl.pt/~calves/pres0506/DM1980-1990.pdf>, acessado em 01/07/2011.
- Alves, João Carlos, 1942, “Fonte Monumental”, in: *Técnica*, XVII, n^o 127, p. 760–763.
- Alves, Luís A. Marques, 2003, *O Porto no Arranque do Ensino Industrial (1851–1910)*, Porto, Afrontamento.
- Amaral, Ana, 2009, *M^a de Lourdes Pintasilgo. Os anos da Juventude Católica Feminina (1952–1956)*, Coimbra, Almedina.
- Appadurai, Arjun, 1994, *Modernity at Large*, Minneapolis, University of Minnesota Press.
- Appleby, Joyce, L. Hunt & M. Jacob, 1994, *Telling the Truth about History*, Nova Iorque, W. W. Norton Co.
- Araújo, Norberto, 1938–39, *Peregrinações em Lisboa*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira.
- Augé, Marc, 1986, *Un ethnologue dans le métro*, Paris, Hachette.
- Augé, Marc, 2008, *Le métro revisité*, Paris, Seuil.
- Barros, Miriam, 2008, *A materialidade da técnica. Um diagnóstico do acervo museológico do IST*, Lisboa, ISCTE / D dissertação de mestrado / [em linha] <http://repositorio-iul.iscte.pt/handle/10071/2492>
- Bebiano, Rui, 2002, “As esquerdas e a oposição à guerra colonial”, in: *A Guerra do Ultramar: Realidade e Ficção. Atas do II Congresso sobre a Guerra Colonial*, Lisboa, Editorial Notícias / Universidade Aberta, p. 293–313.
- Bebiano, Rui, 2003, *O Poder da Imaginação. Juventude, Rebeldia e Resistência nos anos 60*, Coimbra, Angelus Novus.
- Bebiano, Rui, 2003a, “A cidade e a memória na intervenção estudantil em Coimbra”, in: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n^o 66, p. 151–163.
- Bebiano, Rui, 2007, “Coimbra: a luta estudantil e o património identitário da cidade”, in: Homem, Amadeu Carvalho (org.), *Um Século de Lutas Académicas*, Coimbra, Editorial Moura Pinto, p. 123–150.
- Becker, Howard S., B. Geer, E. C. Hughes, A. L. Strauss, [1961] 1992, *Boys in White. Student Culture in Medical School*, New Brunswick, Transaction Publishers.
- Belhoste, Bruno et. al., 1994, *La formation polytechnicienne, 1794–1994*, Paris, Dunod.

* Em caso de dificuldade em aceder aos links indicados em algumas publicações, recomenda-se a sua cópia direta para o browser.

- Bennett, J.A., 1998, "Sextant" in: Warner, R. *et al.* (ed.) *Instruments of Science. An Historical Encyclopedia*, Nova Iorque, The Science Museum / The National Museum of American History, p. 530–532.
- Bensaúde, Alfredo, 1892, *Projeto de Reforma do Ensino Tecnológico para o Instituto Industrial e Comercial de Lisboa. Parecer Separado*, Lisboa, Tip. Real Academia das Ciências.
- Bensaúde, Alfredo, 1922, *Notas Histórico-Pedagógicas sobre o Instituto Superior Técnico*, Lisboa, Imprensa Nacional, [em linha] <http://purl.pt/306>
- Bensaúde, Alfredo, 1936, *Vida de José Bensaúde*, Porto, Litografia Nacional.
- Bensaúde, Alfredo, 2003 [edição original 1922], *Notas histórico-pedagógicas sobre o Instituto Superior Técnico*, Lisboa: Imprensa Nacional.
- Bittencourt, Mara Fátima L., 2003, *Educação para a ciência, tecnologia e desenvolvimento social: a formação de engenheiros mecânicos da UNICAMP*, Campinas, SP, Universidade Estadual de Campinas / tese de doutorado/[em linha] <http://cutter.unicamp.br/document/?code=vtls000316219>
- Borges, Isabel M^a, 2009, *Testemunhos museológicos e sua habitabilidade no ISEL. As coleções museológicas do Instituto Industrial de Lisboa/ISEL. Origem, história e apresentação*, Lisboa, Universidade de Lisboa / tese de mestrado / [em linha] <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/2048>
- Branco, Jorge Freitas, 2010, "Artefactos da identidade nacional: o caso do sextante de Coutinho" in: C. del Mármol, J. Frigolé, S. Narotzky, orgs., *Los lindes del patrimonio. Consumo y valores del pasado*, Barcelona, Icaria / Institut Català d'Antropologia, p. 355–370.
- Branco, Jorge Freitas, 2011, "Über Ingenieure, komplexe Artefakte und epistemische Orte: Das Lissaboner Instituto Superior Técnico" in: G. Welz, A. Davidovic-Walther, A. S. Weber, orgs., *Epistemische Orte. Gemeinde und Region als Forschungsformate*, Frankfurt / M., Institut für Kulturanthropologie und Europäische Ethnologie, p. 233–248.
- Branco, Rui Miguel C., 2003, "O Mapa de Portugal, Estado, Território e Poder no Portugal de Oitocentos" in: Ana Cardoso de Matos *et al.*, *Jogos de Identidade Profissional: Os Engenheiros entre a Formação e a Ação*, Évora, CIDHEUS.
- Brandão, Fernando de Castro, 2008, *Estado Novo, uma cronologia*, Lisboa, Horizonte.
- Brigola, João, 2003, *Coleções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII*, Lisboa, Gulbenkian / FCT.
- Brito, J. M. B., M. Heitor, M^a Fernanda Rollo, orgs., 2003, *Engenho e obra. Uma abordagem à história da engenharia em Portugal, século XX*, Lisboa, D. Quixote.
- Brochado, Costa, 1949, *Para a História de um Regime*, Lisboa, Império.
- Cabral, A. Sacadura, 1921, "O raid aéreo Lisboa-Funchal" *Anais do Club Militar Naval*, 52, 1–2, p. 189–214.
- Cabral, A. Sacadura, 1922, "Relatório da viagem aérea Lisboa-Rio de Janeiro" *Revista de Aeronáutica Órgão do Aero Club de Portugal*, n^o especial.
- Caiado, Nuno, 1990, *Movimentos estudantis em Portugal: 1945–1980*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- Calado, Jorge, org., 2007, *Ingenuidades. Fotografia e engenharia 1846–2006*, Lisboa, Gulbenkian.
- Camacho, Manuel de Brito, 1937, *Questões Nacionais*, Lisboa, Editora Guimarães.
- Canel, A., R. Oldenziel, K. Zachmann, orgs., 2004, *Crossing Boundaries. Building Bridges. Comparing the History of Women Engineers, 1870s–1990s*, Londres, Routledge.
- Canelhas, M^a da Graça Salavado, org., 1987, *Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, Passado, Presente, Perspetivas Futuras*, Lisboa, Museu de Ciência.
- Cantinho, Manuela, 2006, Entrevista <http://www2.iict.pt/?idc=21&idi=12741>, acessado a 20/04/2008.

- Cardina, Miguel, 2008, *A Tradição da Contestação. Resistência Estudantil em Coimbra no Marcelismo*, Coimbra, Angelus Novus.
- Cardina, Miguel, 2010, *A Esquerda Radical*, Coimbra, Angelus Novus.
- Caron, François, 1990, “L'évolution des transports terrestres en Europe (vers 1800-vers 1940)” in: *Thirty International Economic History Conference, Debate and Controverses*, Louvain.
- Carreira, Teresa, 2004, *Viver numa república de estudantes em Coimbra – Real República Palácio da Loucura 1960 – 1970*, Porto, Campo das Letras.
- Carvalho, José Herculano de, 1941, “Dr. Alfredo Bensaúde”, *Técnica*.
- Carvalho, José Murilo de, 2002, *A Escola de Minas de Ouro Preto. O peso da glória*, Belo Horizonte, Editora UFMG.
- Carvalho, Rómulo de, 1971, “Escola Politécnica” in: J. Serrão, org., *Dicionário de História de Portugal*, III, Lisboa, Iniciativas Editoriais, p. 408 – 410.
- Carvalho, Rómulo de, 2008, *História do Ensino em Portugal*, Lisboa, Gulbenkian.
- Cerasoli, Josianne Francia, 1998, *A grande cruzada: os engenheiros e as engenharías de poder na Primeira República. A fundação da Escola Politécnica de São Paulo*, Campinas, Universidade Estadual de Campinas/tese de mestrado/[em linha] <http://cutter.unicamp.br/document/?code=000133906>
- Cerasoli, Josianne Francia, 2004, *Modernização no plural: Obras públicas, tensões sociais e urbanização em São Paulo na passagem do século XIX para o XX*, Campinas, Universidade Estadual de Campinas/tese de doutorado/[em linha] <http://cutter.unicamp.br/document/?code=vtls000317502>
- Cherubini, Bernard, 2000, *Les ancrages urbains et sociaux de l'espace universitaire à la Réunion. Des ethnologues sur le campus*, Paris, L'Harmattan/ Université de la Réunion.
- Comissão do Centenário do Instituto Superior Técnico, 2010, *A génese do Técnico. Alfredo Bensaúde*, Lisboa, althum.com.
- Comissão do Centenário do Instituto Superior Técnico, 2011, *Duarte Pacheco. Do Técnico ao Terreiro do Paço*, Lisboa, althum.com.
- Contributos [2002–03] *Contributos para a História da AEIST no Movimento Estudantil* [CD].
- Corbière, Martine, 2003, *Le bizutage dans les écoles d'ingénieurs*, Paris, L'Harmattan.
- Corvo, Eurico, 1951, “Vida escolar e associativa. Os 40 anos de atividade da Associação dos Estudantes do Instituto Superior Técnico”, *Técnica*, XXVI, nº 209 – 210, p. 364 – 374.
- Costa, Fausto, 2003, *A pesca do atum nas armazéns da costa algarvia*, 2ª ed., Lisboa, Bizâncio.
- Costa, J. E. Dias, 1928, “O título de engenheiro, sua hermenêutica jurídica, seu significado social”, *Técnica*, p. 238 – 248.
- Coutinho, C. Gago, 1919, “Novo sextante com horizonte artificial” *Anais do Club Militar Naval*, 50, 8 – 9, p. 364 – 374.
- Coutinho, C. Gago, 1920, “Algumas considerações sobre navegação astronómica aérea” *Anais do Club Militar Naval*, 51, 11–12, p. 277–290.
- Coutinho, C. Gago, 1922, “Relatório sobre a navegação” *Revista de Aeronáutica Órgão do Aero Club de Portugal*, nº especial.
- Cruz, Isabel, 2005, “From the Industrial and Commercial Institute of Lisbon to the Technical Superior Institute – What a transition? (1892–1922)”, in: I. Mallaquias, E. Homburg, M^a E. Callapez, orgs., *Chemistry, Technology and Society. 5th International Conference on History of Chemistry*, Aveiro, Sociedade Portuguesa de Química.
- Cruzeiro, Celso, 1989, *Coimbra, 1969. A crise académica, o debate das ideias e a prática, ontem e hoje*, Porto, Edições Afrontamento.
- Cruzeiro, Manuela, R. Bebiano, 2006, *Anos Inquietos. Vozes do Movimento Estudantil em Coimbra (1961–1974)*, Porto, Edições Afrontamento.

- Cunha, Pedro José da, 1937, *A Escola Politécnica de Lisboa*, s/l., s.n.
- Cunhal, Álvaro, 1974, *Radicalismo Pequeno Burguês de Fachada Socialista*, Lisboa, Edições Avante!
- Dewerpe, Alain, 1999, “Du style français. Les conventions nationales du paquebot comme produit matériel et imaginaire social (1930–1935)” in: B. Zimmermann, Cl. Didry, P. Wagner, orgs., *Le travail et la nation. Histoire croisée de la France et de l’Allemagne*, Paris. Ed. MSH, p. 281–309.
- Diário da Câmara dos Deputados, 1922, Sessão nº 22, 29 de março, [em linha] <http://debates.parlamento.pt/Cache/2dnonn455uvzncfx1sjg3j45/a1922m03d29.pdf>, acedido em 20/08/2009.
- Diário da Câmara dos Deputados, 1922a, Sessão nº 29, 24 de abril, [em linha] <http://debates.parlamento.pt/Cache/cgt1pvy0e-cbsiq554nwugy45/a1922m04d24.pdf>, acedido em 20/08/2009.
- Diário da Câmara dos Deputados, 1923, Sessão nº 78 (noturna), 09 de maio, [em linha] <http://debates.parlamento.pt/Cache/spdpzq55kjnn0f45fahlax3e/a1923m05d09.pdf>, acedido em 02/08/2009.
- Diário da Câmara dos Deputados, 1925, Sessão nº 81, 17 de junho, [em linha] <http://debates.parlamento.pt/Cache/cgt1pvy0e-cbsiq554nwugy45/a1925m06d17.pdf>, acedido em 07/08/2009.
- Diário das Sessões, 1958, Assembleia Nacional, VII Legislatura, sessão nº 28, 13 fevereiro, p. 540–554 [em linha] <http://debates.parlamento.pt/Cache/5zbyncugvbnx4m3jwikipvjm/ansl7sl1n28.pdf>, acedido em 03/08/2009.
- Diário do Congresso, 1922, *Sessão Extraordinária realizada no dia 7 de novembro em homenagem aos Senhores Gago Coutinho e Sacadura Cabral*, [em linha] <http://debates.parlamento.pt/diary.aspx?cid=r1.cr>, 17 p., acedido em 15/08/2009.
- Diário do Senado, 1922, Sessão nº 27, 25 de abril, [em linha] <http://debates.parlamento.pt/Cache/jewsfwqfq5ju55452j-1bok45/a1922m04d25.pdf>, acedido em 01/08/2009.
- Diário do Senado, 1922a, Sessão nº 59, 19 e 20 junho, [em linha] <http://debates.parlamento.pt/Cache/spdpzq55kjnn-0f45fahlax3e/a1922m06d19.pdf>, acedido em 07/08/2009.
- Dias, A. Romão & H. P. Diogo, 2007, *Enquadramento histórico-legislativo da criação do Complexo Interdisciplinar e sua evolução no contexto das dinâmicas da investigação científica universitária em Portugal* [em linha] <http://complexo.ist.utl.pt/24-08-07.pdf>, acedido em 19/04/2011.
- Dias, Fátima Sequeira, 2008, *Indiferentes à diferença, os Judeus dos Açores nos séculos XIX e XX*, Ponta Delgada, Centro de Estudos de Economia Aplicada do Atlântico.
- Dias, José N. Ferreira, 1963, “Saudação”, *Técnica*.
- Dienel, Hans-Liudger, 1995, *Ingenieure zwischen Hochschule und Industrie. Kältetechnik in Deutschland und Amerika, 1870–1930*, Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht.
- Diogo, M^a Paula, 1994, *A Construção de uma identidade profissional. A Associação dos Engenheiros Cívicos portugueses, 1869–1937*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, tese de doutoramento.
- Domingos, José J. Delgado, 2004, “A introdução de computadores no ensino da engenharia: a aquisição do IBM 360/44 do IST” [em linha] http://www.memtsi.dsi.uminho.pt/mesas/4_sessao/mesa4%20-%20Delgado%20Domingues.pdf, acedido em 29/06/2011.
- Downey, Gary L., 1998, *The Machine in Me. An Anthropologist sits among Computer Engineers*. Nova Iorque, Routledge.
- Drago, Ana, 2004, *Agitar antes de ousar: O movimento estudantil “antipropinas”*, Porto, Edições Afrontamento.

- Dressen, Marnix, 1999, *De l'amphi à l'établi. Les étudiants maoïstes à l'usine (1967–1989)*, Paris, Belin.
- Dunar, Andrew J., D. McBride, 1993, *Building Hoover Dam. An Oral History of the Great Depression*, Reno, The University of Nevada Press.
- Duarte, Marta B., 1997, *Foi apenas um começo: a crise académica de 1969 na história do movimento estudantil dos anos 60 e da luta contra o Estado Novo*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa/Tese de mestrado/.
- Duarte, Marta B., 1999, “A crise académica de 1969 em Lisboa e em Coimbra”, in: M^a Cândida Proença, org., *Maio de 1968: 30 anos depois. Os movimentos estudantis em Portugal*, Lisboa, Colibri.
- Edgerton, David, 2006, *The Shock of the Old. Technology And Global History since 1900*, Londres, Profile Books.
- Eksteins, M., 1990, *Rites of Spring. The Great War and the Birth of Modern Age*, Nova Iorque, Doubleday.
- Estanque, Elísio, R. Bebiano, 2007, *Do ativismo à indiferença: movimentos estudantis em Coimbra*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Expresso (semanário), 1995, “Instituto Superior Técnico. Luís de Almeida Alves, Professor Jubilado e antigo Diretor do IST”, 1 de abril.
- Faria, António, 1997, *Linha Estreita da Liberdade: A Casa dos Estudantes do Império*, Lisboa, Colibri.
- Faro, Manuel de Abreu, 1991–92, “Resenha histórica por ocasião dos 80 Anos do IST”, *Técnica*, nº especial.
- Faro, Manuel de Abreu, 1996, “O Complexo Interdisciplinar. Origens e Evolução”, *Técnica*, nº 2.
- Fernandes, José Manuel, 1994, “Lisboa no século XX”, in: I. Moita, org., *O Livro de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Fernandes, José Manuel, T. Sousa, 1988, “A Geração da Rutura” (entrevistas a Mariano Gago, Pacheco Pereira, Saldanha Sanches e Alberto Martins), in: *Expresso Revista*, nº 809, 30 de abril.
- Ferreira, Armando, 1927, “Bibliografia”, *Técnica*.
- Ferreira, José Medeiros, 1999, “O movimento estudantil nos anos 60”, in: M^a Cândida Proença, org., *Maio de 1968: 30 anos depois. Os movimentos estudantis em Portugal*, Lisboa, Colibri.
- Ferreira, Miguel A.V., 2007, *La vida antes del laboratorio. La construcción de los constructores de hechos científicos*, Madrid, CIS.
- Ferretti, Roberto, 2003, “The Formation of a Bureaucratic Group between Centre and Periphery: Engineers and Local Government in Italy from the Liberal Period to Fascism (1861–1939)” in: M. Dagenais, I. Mayer, P.-Y. Saunier, orgs., *Municipal Services and Employees in the Modern City*, Aldershot, Burlington, p. 66–83.
- Ferro, João Pedro, org., 1996, *A Primavera que abalou o regime: a crise académica de 1962*, Lisboa, Presença.
- Ferro, Marc, S. Fitzpatrick, orgs., 1989, *Culture et révolution*, Paris, Éditions de l'École des hautes études en sciences sociales.
- Fickers, Andreas, 2007, *Politique de la grandeur versus Made in Germany. Politische Kulturgeschichte der Technik am Beispiel der PAL-SECAM-Kontroverse*, Munique, Oldenburg Verlag.
- Fino, Gaspar Cândido Correia, 1881, *Legislação e Disposições Regulamentares, Acerca do Serviço de Obras Públicas*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- Fontes, Paulo F. de Oliveira, 1999, “Universidade e Estado Novo nos anos 50: a crise académica de 1956–1957 e o movimento estudantil”, in: M^a Cândida Proença, org., *Maio de 1968: 30 anos depois. Os movimentos estudantis em Portugal*, Lisboa, Colibri.

- França, José Augusto, 1966, *História de Arte em Portugal no século XIX*, vol. II, Lisboa, Presença.
- Gagnon, Robert, 1991, *Histoire de l'École Polytechnique de Montréal, 1873–1990. La montée d'ingénieurs francophones*, Montréal, Boréal.
- Gago, Mariano, 1998, “Ciência e Tecnologia para o Próximo Milénio”. Entrevista de João Carlos Henriques, João Carlos Reis e Jorge Martins, *Diferencial Jornal dos Estudantes do IST*, nº 22.
- Garçon, Anne-Françoise, 2009, “L’identité par la Compétence: les ingénieurs d’industrie et la Société de l’Industrie Minérale 1855–1875” in: Ana Cardoso de Mattos et. al, *Jogos de Identidade Profissional: Os Engenheiros entre a Formação e a Ação*, Évora, CIDHEUS.
- Garrido, Álvaro, 1996, *Movimento Estudantil e crise do Estado Novo: Coimbra 1962*, Coimbra, Minerva.
- Gay, Hannah, 2007, *The History of Imperial College London, 1907–2007. Higher Education and Research in Science, Technology and Medicine*, Londres, Imperial College Press.
- GEO, 1993, *Evocar Duarte Pacheco no cinquentenário da sua morte (1943–1993)*, Lisboa, Gabinete de Estudos Olisiponenses.
- Gerbaulet, Sabine, 2000, *Technische Bildung in Darmstadt. 5. Vom Wiederaufbau zur Massenuniversität, 1945–1996*. Darmstadt, TH Darmstadt.
- Gerbaulet, Sabine, 2000a, *Technische Bildung in Darmstadt. 6. Übersicht und Chronik*. Darmstadt, TH Darmstadt.
- Germinet, Robert & P. Harismendy, 2003, *La République des ingénieurs*, Paris, Éditions Jacob-Duvernet.
- Gieryn, Thomas F., 2002, “What Buildings Do” *Theory and Society*, 31, 1, p. 35–74.
- Giré, Alain, 2000, *Les ingénieurs. Identités en questions*, Paris, L’Harmattan.
- Gomes, Alfredo, 1998, “O Movimento Estudantil e a Luta Pedagógica”, *Diferencial, Jornal dos Estudantes do IST*, nº 23.
- Gonçalves, M^a João, 2008, *Formação do espólio de instrumentos científicos do IST*, Lisboa, ISCTE / Dissertação de mestrado /.
- Grácio, Sérgio, 1998, *Ensinos técnicos e política em Portugal (1910–1990)*, Lisboa, Instituto Piaget.
- Grácio, Sérgio, 1999, “Política educativa nos anos 60: o esgotamento de um modelo” in: M^a Cândida Proença org., *Maio de 1968: 30 anos depois. Os movimentos estudantis em Portugal*, Lisboa, Colibri.
- Grelon, André, 2007, “French Engineers: Between Unity and Heterogeneity” *History of Technology*, 27, p. 107–124.
- Gugerli, David, P. Kupper, D. Speich, 2005, *Die Zukunftsmaschine. Konjunkturen der ETH Zürich, 1855–2005*, Zúrique, Chronos Verlag.
- Heitor, Manuel et al., orgs., 2003, *Engenho e Obra. Engenharia em Portugal no século XX. Memória de uma exposição*, Lisboa, D. Quixote.
- Herold, Bernardo J., 2002, “Os meus primeiros sete anos de atividade como professor no Instituto Superior Técnico, 1962–1968” *Memórias da Química Portuguesa*, Quimiotecnol, Coimbra, p. 65–90.
- Herold, Bernardo J., 2002a, “In memoriam Luís Augusto de Almeida Alves. Pioneiro do ensino da engenharia química em Portugal” *Ingenium*, 2^a série, nº 65, p. 80–88, [em linha] http://www.deb.uminho.pt/eqedu/downloads/In.mem.Luiz_Alves.pdf, acessado em 29/05/2010.
- Herold, Bernardo J., 2003, “Portugal: 50 Years of Progress” *IAESTE Annual Review 2003* p. 17–18.
- Herold, Bernardo J., 2006, “Trabalhar a história da química em Portugal” *Boletim da Sociedade Portuguesa de Química*, nº 100, p. 62–65.
- Holo, S. R., 2002, *Más allá del Prado. Museos e identidad en la España democrática*, Madrid, Akal.

- Hoskins, J., 2006, "Agency, Biography and Objects" in: C. Tilley, et al., org., *Handbook of Material Culture*, Sage, Londres, Sage, p. 74–84.
- Ifland, P., J. P. Collins, 1998, "Sextant, Aircraft" in: D. J. Warner, org., *Instruments of Science. An Historical Encyclopedia*, Nova Iorque, The Science Museum / The National Museum of American History, p. 532–534.
- IICT, 2009, *Mostra do Acervo de Gago Coutinho no IICT. Roteiro, Lisboa 2 de junho de 2009*, http://www2.iict.pt/archive/doc/Roteiro_Legado_GCoutinho.pdf, 33 p., acedido em 20/08/2009.
- Isaacman, Allen, 1976, *The Tradition of Resistance in Mozambique, Anti-Colonial Activity in the Zambezi Valley, 1850–1921*, Londres, Heinemann.
- Isaacman, Allen, M. Stephen, Y. Adam, M. J. Homem, E. Macamo, A. Pililão, 1980, "Cotton Is the Mother of Poverty Peasant Resistance to Forced Cotton Production in Mozambique, 1938–1961", *The International Journal of African Historical Studies*, 13, 4, p. 581–615.
- Jara, José Manuel, 1974, *A Farsa dos Pseudo Radicais em Portugal*, Lisboa, Edições Sociais.
- Jara, José Manuel, 2009, *O Render dos Ideais – Políticas do Discurso*, Lisboa, Editorial Avante!
- Karabel, Jerome, 2005, *The Chosen. The Hidden History of Admission and Exclusion at Harvard, Yale, and Princeton*, Boston, Mariner Books.
- Knorr-Cetina, Karin, 1984, *Die Fabrikation von Erkenntnis. Zur Anthropologie der Wissenschaft*. Frankfurt / M., Suhrkamp.
- Kopytoff, I., 1986, "The cultural biography of things. Commodization as process" in: A. Appadurai, org., *The Social Life of Things. Commodities in Cultural Perspective*, Cambridge, Cambridge University Press, p. 64–91.
- Korff, Gottfried, 1990, "S-Bahn Ethnologie" *Österreichische Zeitschrift für Volkskunde*, 93, 1, p. 5–26.
- Kranakis, Eda, 1997, *Constructing a Bridge. An Exploration of Engineering Culture, Design, and Research in Nineteenth-Century France and America*, Cambridge / MA, The MIT Press.
- Kuntzsch, Brigitte, 1995, *Technische Bildung in Darmstadt. 1. Hochschule, Staat, Gesellschaft, 1826–1932*, Darmstadt, TH Darmstadt.
- Kuntzsch, Brigitte, 1995a, *Technische Bildung in Darmstadt. 2. Gewerbeschule und Polytechnikum, 1836–1877*, Darmstadt, TH Darmstadt.
- Kuntzsch, Brigitte, 1995b, *Technische Bildung in Darmstadt. 3. Vom Kaiserreich zur Republik, 1877–1932*, Darmstadt, TH Darmstadt.
- Kuntzsch, Brigitte, 1998, *Technische Bildung in Darmstadt. 4. Die THD unter dem Nazi-Regime, 1933–1945*, Darmstadt, TH Darmstadt.
- Lamas, António, org., 2002, *Álvaro Machado. Primeiro professor de arquitetura do IST. Exposição do espólio doado*, Lisboa, IST.
- Larcher, Jaime, 1883, *O resgate dos Caminhos de Ferro do Norte e Leste e a rede do Estado*, Lisboa, Tip. Lisbonense.
- Latour, Bruno, 1993, *Aramis ou l'amour des techniques*, Paris, La Découverte.
- Law, John, 1989, "Technology and Heterogeneous Engineering: The Case of Portuguese Expansion" in: W. E. Bijker, org., et al., *The Social Construction of Technological Systems*, Cambridge, MA, The MIT Press, p. 111–134.
- Law, John, 2002, *Aircraft Stories. Decentring the Object in Technoscience*, Durham, Duke University Press.
- Le Moël, Michel & R. Saint-Paul, orgs., 1994, *1794–1994. Le Conservatoire National des Arts et des Métiers, au cœur de Paris*, Paris, Délégation à l'action artistique de la Ville de Paris.

- Leal, Francisco da Cunha, 1966, *As minhas memórias. Coisa dos tempos idos. I. Romance duma época, duma família e duma vida de 1888–1917*, Lisboa, C. Leal.
- Leiria, Luís, 1998, “A Geração de 70”, in *Vida Mundial*, dez., nº 11, p. 26–34.
- Levsen, Sonja, 2006, *Elite, Männlicheit und Krieg. Tübinger und Cambridger Studenten, 1900–1919*, Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht.
- Lieberman, Robbie, 2004, *Prairie Power. Voices of 1960s Midwestern Student Protest*, Columbia, University of Missouri Press.
- Lima, M. Ferreira de, A. Ribeiro, 1942, *Brito Camacho*, Lisboa, Bertrand.
- Lisboa, M^a Helena, 2002, *Os Engenheiros em Lisboa, Urbanismo e Arquitectura*, Lisboa, Livros Horizonte.
- LNEC, 2006, *Laboratório Nacional de Engenharia Civil. 60 Anos de Atividade, 1946–2006*, Lisboa, LNEC.
- Lobo, Margarida, 1994, “Os anos da República e a ascensão do Estado Novo”, *Guia de Arquitectura*, Lisboa, Lisboa 94.
- Lopes, A. Simões, 1986, “Nas Comemorações dos 75 Anos do IST”, *Técnica*, 1–2.
- Lopes, Joana, 2007, *Entre as brumas da memória. Os católicos portugueses e a ditadura*, Porto, Ambar.
- Lourenço, Gabriela, J. Costa, P. Pena, 2001 *Grandes planos: oposição estudantil à Ditadura. 1956–1974*, Lisboa, Associação 25 de Abril/ Âncora Editora.
- Lourenço, José Murta, 2000, *Sete vidas: romance*, Lisboa, Escritor.
- Lourenço, Marta C., 2005, *Entre deux mondes. La spécificité et le rôle contemporain des collections et musées d’universités en Europe. Between two worlds. The distinct nature and contemporary significance of university museums and collections in Europe*, Paris, Conservatoire national des arts et métiers/École doctorale technologique et professionnelle, Thèse de doctorat, [em linha] <http://webpages.fc.ul.pt/~mclourenco/>, acedido em 20/07/2011.
- Lucena, Armando de, 1937, “As Artes Menores e a função das Escolas Técnicas Profissionais”, *Técnica*, nº 81.
- Macedo, Jorge, 1994, “Cerimónia comemorativa a Duarte Pacheco”, *Técnica*, 2/94 [Número especial no cinquentenário da sua morte].
- Machado, Fernando L., A. F. Costa, R. Mauritti, S. C. Martins, J.F. Almeida, 2003, “Classes sociais e estudantes universitários: origens, oportunidades e orientações”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 66, p. 45–80.
- Machado, Otávio Luiz, 2008, *Formação profissional, ensino superior e a construção da profissão de engenheiro pelos movimentos estudantis de engenharia: a experiência a partir da Escola de Engenharia da Universidade Federal de Pernambuco (1958–1975)*, Recife, PE, UFPE / tese de mestrado /.
- Madureira, Nuno Luís, 2000, “Visionários e dirigentes: a engenharia portuguesa na primeira metade do século XX” comunicação apresentada ao XX Congresso APHES.
- Madureira, Nuno Luís, 2005, *A História da Energia em Portugal, 1890–1980*, Lisboa, Horizonte.
- Marchi, Riccardo, 2010, *Império, Nação, Revolução. As direitas radicais portuguesas no fim do Estado Novo (1959–1974)*, Lisboa, Texto Editores.
- Marques, A. H. Oliveira, 1973, *História de Portugal*, vol. II, Lisboa, Pallas.
- Marques, Ana Paula, 2006, *Entre o diploma e o emprego. A inserção profissional de jovens engenheiros*, Porto, Afrontamento.
- Marry, Catherine, 2004, *Les femmes ingénieurs: une révolution respectueuse*, Paris, Belin.
- Martins, João P., R. Loureiro, 1980, “A extrema esquerda em Portugal (1960–74). Os marxistas-leninistas e os trotskistas”, *História*, nº 17, p. 8–23.
- Martins, Susana, 2005, *Socialistas na oposição ao Estado Novo*, Lisboa, Casa das Letras / Editorial Notícias.

- Matos, Ana Cardoso de, 2009, "Asserting the Portuguese Civil Engineering Identity: The Role played by the École des Ponts et Chaussées", in Ana Cardoso de Matos, M^a Paula Diogo, I. Gouzervich e A. Grelon, *Jogos de Identidade Profissional. Os Engenheiros entre a formação e a ação*, Évora, CIDHEUS.
- Matos, Ana Cardoso de, F. Mendes, F. Faria, L. Cruz, 2004, *A eletricidade em Portugal. Dos Primórdios à Segunda Guerra Mundial*, Lisboa, EDP Museu da Eletricidade.
- Matos, Ana Cardoso de, M^a Paula Diogo, I. Gouzévitch, A. Grelon, orgs., 2009, *Jogos de Identidade Profissional: Os Engenheiros entre a Formação e a Ação*, Évora, CIDHEUS.
- Matos, Madalena, 1994, "Conceção arquitetónica do Instituto Superior Técnico", *Técnica 2*, p. 83.
- Maurício, Mónica, 2008, *Dinâmicas estudantis no Instituto Superior Técnico durante a década de 1950*, Lisboa, ISCTE / mestrado / [em linha] <http://hdl.handle.net/10071/1998>.
- Melo, António, 1997, "Cheias – a Censura não aguentou"; "Cheias – o aniversário de Ana Lucas", *Pública*, n^o 79, 23 de novembro.
- Merger, Michelle, 1998, *Un siècle d'histoire industrielle en Italie, Industrialisation et Sociétés. 1880–1970*, Paris, SEDES.
- Monteiro, Augusto José, 2008, "As verdades que convêm à nação". Como Carneiro Pacheco reescreveu os livros de leitura do ensino primário", in: L.R. Torgal e H. Paulo (orgs.), *Estados autoritários e totalitários e suas representações. Propaganda, ideologia, historiografia e memória*, Coimbra, Imprensa da Universidade.
- Montenegro, Antônio Torres, A. J. Siqueira, A. C. M. Aguiar, orgs., 1995, *Engenheiros do Tempo. Memórias da Escola de Engenharia de Pernambuco*, Recife / PE, Ed. Universitária UFPE.
- Montenegro, Antônio Torres, M^a Michol P. Carvalho, José R. F. Costa, orgs., 2001, *A Construção da Modernidade. Memórias de engenheiros do CREA-Maranhão*, São Luís / MA, Lithograf.
- Moraga R., Jorge, 2001, *Agua turbias. La Central Ralco en el Alto Bío-Bío*, Santiago de Chile, Observatorio Latinoamericano de Conflictos Ambientales [em linha] http://www.memoriachilena.cl/temas/documento_detalle.asp?id=MC0037345.
- Moreira, Fernando, org., 1992, *José Luciano de Castro, Correspondência Política (1851–1911)*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa / mestrado /.
- Museu de Marinha, <http://museu.marinha.pt/museu/site/pt>, acedido em 02/08/2009.
- Museu do Ar, <http://www.emfa.pt/www/po/musar/>, acedido em 02/08/2009.
- Narciso, Raimundo, 2000, *ARA: Ação Revolucionária Armada: a história secreta do braço armado do PCP*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- Narotzky, Susana, G. Smith, 2002, "Being político in Spain. An Ethnographic Account of Memories, Silences and Public Politics", *History & Memory. Studies in Representation of the Past*, vol. 14, n^o 1/2.
- Nunes, Catarina Silva, 2005, *Compromissos Incontestados: A auto-representação dos intelectuais católicos portugueses*, Lisboa, Ed. Paulinas.
- Nye, David E., 1994, *American Technological Sublime*, The MIT Press.
- Oliveira, Jaime da Costa, 2005, *O Reator Nuclear Português. Fonte de Conhecimento*, Santarém, Editora O Mirante.
- Oliveira, Luísa Tiago de, 2004, *Estudantes e Povo na Revolução: o Serviço Cívico Estudantil (1974–1977)*, Oeiras, Celta Editora.
- Ory, Pascal, 1990, *La politique culturelle du Front Populaire Français (1935–1938)*, Nanterre, Université Paris X, p. 487.

- Pélissier, René, 1984, *Naissance du Mozambique: résistances et révoltes anticoloniales (1854–1918)*, Orgeval, Éditions Pélissier.
- Pery, Gerardo, 1875, *Geografia e Estatística Geral de Portugal e Colónias*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- Pessoa, Fernando, 1983, *Obra Poética*, Rio de Janeiro, Biblioteca Luso-Brasileira.
- Picon, Antoine, 1992, *L'invention de l'ingénieur moderne (L'École des Ponts et Chaussées 1747–1851)*, Paris, Presses de l'École nationale des Ponts et Chaussées.
- Pimenta, Carlos, 1997, "Pimenta quanto baste". Entrevista de João Carlos Reis e Paulo Vaz, *Diferencial Jornal dos Estudantes do IST*, nº 21.
- Pimentel, Irene, 2007, "Os estudantes na mira do Estado Novo", in: J. Madeira, org., *Vítimas de Salazar. Estado Novo e violência política*, Lisboa, A Esfera dos Livros.
- Pimentel, Irene, 2009, *Fotobiografias do Século XX – José Afonso*, Lisboa, Temas & Debates.
- Pinheiro, Magda, 1986, *Chemins de fer, Structure Financière de l'État et Dépendance extérieure au Portugal*, Paris, Université de Paris I – Panthéon Sorbonne /doutoramento/.
- Pinheiro, Magda, 1992, *Luís Mouzinho de Albuquerque, um Intelectual na Revolução*, Lisboa, Quetzal.
- Pinheiro, Magda, 1996, *Passos Manuel, o Patriota e o seu tempo*, Matosinhos, Câmara Municipal.
- Poinsard, Léon, 1912, *Portugal Ignorado*, Porto, Magalhães & Moniz [em linha] <http://ia600403.us.archive.org/19/items/portugalignorado00poin/portugalignorado00poin.pdf>.
- Portas, Nuno, 1982, "Arquitetura e urbanística na década de 40", in: *Os Anos 40 na Arte Portuguesa*, Lisboa, Gulbenkian.
- Procolli, Angela, 2001, *Anthropologie d'une formation au CNAM. La fabrique de la compétence*, Paris, L'Harmattan.
- Proença, Raul, 1924, *Guia de Portugal, I Generalidades – Lisboa e Arredores*, Lisboa, Biblioteca Nacional.
- Prost, Antoine, 1968, *Histoire de l'Enseignement en France. 1800–1967*, Paris, Armand Colin.
- Proudhon, P. J., [1845] *De la concurrence entre les chemins de fer & les voies navigables*.
- Proudhon, P. J., [1845] *Avertissement aux propriétaires*, Paris.
- Público, 1995, "Instituto Superior Técnico. Luís de Almeida Alves, professor jubilaado e antigo diretor do IST", 2 de abril.
- Quintela, António, 1986, "O Departamento de Engenharia Civil, Antecedentes, Atualidade e Futuro", *Técnica*, nº comemorativo dos 75 Anos do IST, p. 64–70.
- Quintela, António, 1992, "Manuel Rocha e o Instituto Superior Técnico" *Ingenium*.
- Revez, Jorge, 2009, *Os "Vencidos do Catolicismo" – Militância e atitudes críticas (1958–1974)*, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa / Universidade Católica Portuguesa.
- Ribeiro, Gustavo Lins, 1994, *Transnational Capitalism. Hydropolitics in Argentina*, Gainesville, University of Florida Press.
- Ribeiro, Manuela Tavares, 1990, *Portugal e a Revolução de 1848*, Coimbra, Minerva.
- Rieseberg, Hans Joachim, org., 2009, *125 Jahre Hauptgebäude der TU Berlin. Spannung zwischen Tradition und Nachkriegsmoderne. Katalog zur Ausstellung*, Berlin, TU Berlin.
- Rodrigues, Aurora, 2011, *Gente comum – Uma história na PIDE*, Castro Verde, 100 Luz.
- Rodrigues, M^a de Lurdes, 1999, *Os Engenheiros em Portugal. Profissionalização e Protagonismo*, Oeiras, Celta.
- Rosas, Fernando, 1986, *O Estado Novo nos Anos 30, 1928–1938*, Lisboa, Estampa.
- Rosas, Fernando, 1999, "Estado Novo, universidade e depuração política do corpo docente" in: M^a Cândida Proença, org., *Maior de 1968: 30 anos depois. Os movimentos estudantis em Portugal*, Lisboa, Colibri.

- Rürup, Reinhard, org., 1979, *Wissenschaft und Gesellschaft. Beiträge zur Geschichte der Technischen Universität Berlin 1879–1979. Erster Band*, Berlim, Springer Verlag.
- Sá, [José Luís] Pinto de, 2006, *Conquistadores de Almas. Memórias de uma militância e prisões políticas (1970–1976)*, Lisboa, Guerra & Paz.
- Salazar, A. Oliveira, 1961, *Discursos, I, 1928–1934*, Coimbra, Coimbra Editora.
- Santana, Francisco, 1999, “Possidónio e Lisboa” *Arqueologia e História*, 51.
- Santos, Ferreira, C. Varandas, H. Pina, 1981, “A organização departamental das escolas superiores”, *Técnica*, jul/ago, p. 154.
- Santos, Vitor Correia, org., 2005, *ISEP 150 Anos Memória e Identidade*, Porto, ISEP/Edições Gémeo.
- Saraiva, Clara, 2005, *Luz e água. Etnografia de um processo de mudança*, s. l., Museu da Luz.
- Saraiva, Tiago, 2005, *Ciencia y Ciudad: Madrid y Lisboa, 1851–1900*, Madrid, Ayuntamiento. Area de Gobierno de las Artes.
- Schwartz, Karl, org., 2000, *1799–1999 von der Bauakademie zur Technischen Universität Berlin. Geschichte und Zukunft. Aufsätze*, Berlim, Ernst & Sohn Verlag.
- Scott, Parry, 2009, *Negociações e resistências persistentes: Agricultores e a barragem de Itaparica num contexto de descaso planejado*, Recife, PE, Editora universitária UFPE.
- Seabra, Zita, 2007, *Foi assim*, Lisboa, Aletheia.
- Sennett, Richard, 2008, *The Craftsman*, New Haven, Yale University Press.
- Serra, João, 1997, “O Estado Liberal e os municípios (finais do século XIX e primeiro quartel do século XX)” in: Luís Espinha da Silveira, *Poder Central, Poder Regional, Poder Local: uma perspetiva histórica*, Lisboa, Cosmos, p. 102–112.
- Serrão, Joaquim Veríssimo, 1988, *História de Portugal*, vol. X, Lisboa, Editorial Verbo.
- Silva, Álvaro Ferreira da, 2001, “Ideais oitocentistas de modernização urbana. O embelezamento como projeto”, in: M. Pinheiro, L. V. Baptista, e M^a J. Vaz, org., *A Cidade e a Metrópole*, Oeiras, Celta, p. 39–51.
- Silva, Carlos A. R., 1928, “Palavras de Justiça”, *Técnica*, jan.
- Silva, Cássio, 1944, “Um curso e uma ideia: O Centro de Estudos de Organização da Indústria”, *Técnica*, n^o 148.
- Silva, Paulo Cunha e, 2007, *Depósito. Anotação sobre densidade e conhecimento*, Porto, Universidade do Porto.
- Silva, Raquel, 1994, “Os últimos anos da Monarquia”, I. Moita org., *O Livro de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Smithsonian National Air and Space Museum, <http://www.nasm.si.edu/>, acedido em 01/08/2009.
- Sousa, João Crisóstomo d’Abreu e Ávila, Joaquim Thomás Lobo d’ (1868) *Exposição dirigida ao Ex.mo Sr. Marquês de Sá da Bandeira presidente do Conselho de Ministros em nome dos Engenheiros Cívicos Portugueses*, Lisboa.
- Stevanovic, Biljana, 2005, *La mixité dans les écoles d’ingénieurs. Le cas de ex-École Polytechnique Féminine*, Paris, L’Harmattan.
- Stoer, Stephen R., 1986, *Educação e mudança social em Portugal, 1970–1980, uma década de transição*, Porto, Edições Afrontamento.
- Tanenbaum, Susie J., 1995, *Underground Harmonies. Music and Politics in the Subways of New York*, Ithaca, Cornell University Press.
- Teodoro, António, 2001, *A construção política da educação: Estado, mudança social e políticas educativas no Portugal Contemporâneo*, Porto, Afrontamento.
- Torgal, Luís Reis, 1999, *A universidade e o Estado Novo. O caso de Coimbra. 1926–1961*, Coimbra, Minerva.

- Tostões, Ana, 2009, *Fotobiografias século XX. Pardal Monteiro*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- Toussaint, Michel, 1994, “Instituto Superior Técnico (IST)”, in: *Guia de Arquitetura*. Lisboa, Lisboa 94.
- Trindade, Luís, 2004, “As pessoas foram habituadas a pensar”. Debate com Alda Sousa, Eugénia Varela Gomes, José Carlos Albino, Luís Leiria e Teresa Alpuim, *História*, III série, nº 65, p. 32–39.
- Vacher, Hélène, 2009, “L’émergence des industries du bâtiment et des travaux publics et l’enseignement technique: la constitution du corps enseignant de l’École spéciale des Travaux publics au début du XX^e siècle”, in: Ana Cardoso de Matos et al., *Jogos de Identidade Profissional: Os Engenheiros entre a Formação e a Ação*, Évora, CIDHEUS, p. 77–100.
- Vail, Leroy, 1976, “Mozambique’s Chartered Companies: The Rule of the Feeble Author”, *The Journal of African History*, 17, 3, p. 389–416.
- Varela, Raquel, 2008, “Oficiais milicianos optam pela deserção”, in: A. S. Paço, *Os anos de Salazar. O que se contava e o que se ocultava durante o Estado Novo*, nº 26 (A marcha fúnebre), s. l., Planeta Agostini.
- Viana, Clara, 2004, “Ex-maoistas, uma história de sucesso”, *Pública*, nº 429, 15 de agosto.
- Viefhaus, Erwin, 1995, *Hochschule, Staat und Gesellschaft*, Darmstadt, Technische Hochschule Darmstadt.
- Wajcman, Judy, 2004, *Technofeminism*, Cambridge, Polity Press.
- Whalley, Peter, 1986, *The Social Production of Technical Work. The Case of British Engineers*, Londres, The MacMillan Press Ltd.
- Williams, Rosalind, 2002, *Retooling: A Historian Confronts Technological Change*, Cambridge, MA., The MIT Press.
- Zachmann, Karin, 2004, *Mobilisierung der Frauen. Technik, Gesellschaft und Kalter Krieg in der DDR*, Frankfurt / M., Campus.
- Zonabend, Françoise, 1989, *La presqu’île au nucléaire*, Paris, Odille Jacob.

Numa escadaria do pavilhão central.
Foto: Tatiana Soares, 2011

